



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E FRONTEIRAS

II Encontro Internacional "Laboratórios Socionaturais Vivos e Rocas Educativas"

V Reunião da Rede de Programas de Pós-graduação de Pesquisa Interdisciplinar na Amazônia

"INTERCULTURALIDADES, MIGRAÇÕES, VIOLÊNCIAS E DIREITOS HUMANOS"

22 a 26 de outubro de 2018

Universidade Federal de Roraima

ANAIS

REALIZAÇÃO



APOIO





**IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E FRONTEIRAS
II ENCONTRO INTERNACIONAL
“LABORATÓRIOS SOCIONATURAIS VIVOS E ROÇAS EDUCATIVAS”
V REUNIÃO DA REDE AMAZÔNICA INTERDISCIPLINAR DE PROGRAMAS
DE PÓS-GRADUAÇÃO: CULTURAS, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS
“Interculturalidades, Migrações, Violências e Direitos Humanos”
22 a 26 de outubro de 2018
www.ufrr.br/sisf**

ANAIS

Boa Vista - Roraima
2019

REITOR

Jefferson Fernandes do Nascimento

VICE-REITOR

Américo Alves de Lyra Júnior

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS

Universidade Federal de Roraima

Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras (UFRR/PPGSOF)

INSTITUIÇÃO CO-ORGANIZADORA

Red de Educación Inductiva Intercultural (REDIIN)

Centro de Estudios Interculturales e Indígenas (CIIR)

Rede de Programas de Pós-graduação de Pesquisa Interdisciplinar na Amazônia

COMISSÃO ORGANIZADORA GERAL

Maxim Paolo Repetto

EDITORACÃO

ORGANIZADORAS

Márcia Maria de Oliveira
Maria Luiza Fernandes

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

George Brendom Pereira dos Santos

DIREÇÃO

Cezário Paulino Bezerra de Queiroz



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

UFRR Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

S471 Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras (4. : 2019 : Boa Vista, RR).
II Encontro Internacional “laboratórios sicionaturais vivos e roças educativas / V Reunião da Rede Amazônica Interdisciplinar de Programas de Pós-graduação : culturas, territórios e fronteiras “interculturalidades, migrações, violências e direitos humanos: caderno de resumos, Boa Vista, 22 a 26 de outubro de 2018 / organizadores, Maxim Paolo Repetto, Márcia Maria Oliveira, Maria Luiza Fernandes – Boa Vista, 2019.
834 p.
ISSN 2446-516X
1 Imigração. 2 – Povos indígenas. 3 – Roraima. I – Título. II – Paolo Repetto, Maxim.

CDU – 325.11 (811.4)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Carla Monteiro de Souza
Elizabeth Castillo Guzmán
Erica Elena González Apodaca
Fabio Almeida de Carvalho
Francilene dos Santos Rodrigues
Francisca Antonia De La Maza Cabrera
Francisco de Paula Brito
Gilmara Gomes Da Silva
Isabel Maria Fonseca Gondinho
Joao Carlos Jarochinski Silva
Luciana Goncalves De Carvalho
Luis Campos Muñoz
Maria Barbara de Magalhaes Bethonico
María Bertely Busquets
Maxim Paolo Repetto Carreno
Monalisa Pavonne Oliveira
Paola Ortelli
Pedro Mege
Stefano Claudio Sartorello

COMITÉ CIENTÍFICO

Alfredo Ferreira de Souza
Altiva Barbosa da Silva
Americo Alves de Lyra Junior
Ana Lia Farias Vale
Ana Lucia de Sousa
Carla Monteiro de Souza
Eliane Silvia Costa
Elizabeth Castillo Guzmán
Erica Elena Gonzalez Apodaca
Fabio Almeida de Carvalho
Francilene dos Santos Rodrigues
Francisca Antonia De La Maza Cabrera
Gilmara Gomes da Silva
Gustavo Corral
Hiran de Moura Possas
Joao Carlos Jarochinski Silva
Leandro Roberto Neves
Leticia Calderón Chelius
Lucia Maria Machado Bogus
Luciana Goncalves de Carvalho
Luis Campos Muñoz
Maria Barbara de Magalhaes Bethonico
María Bertely Busquets
Maria das Gracias Santos Dias
Maria Denise Guedes
Maria Luiza Fernandes
Maxim Paolo Repetto Carreno
Paola Ortelli
Paulo Jose Brando Santilli
Pedro Mege
Plabio Marcos Martins Desiderio
Sandra Maria Franco Buenafuente
Stefano Claudio Sartorello
Stephen Grant Baines
Veronica Prudente Costa

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DOS TEXTOS COMPLETOS NOS ANAIS DO SEMINÁRIO

Os Anais do evento serão publicados no endereço eletrônico do Seminário (www.ufr.br/sisf) e no e do PPGSOF (www.ufr.br/ppgsf).

Nos Anais constarão as informações do evento e os textos ou artigos completos apresentados oralmente nos Grupos de Trabalho.

Os trabalhos completos a serem publicados nos Anais do seminário serão avaliados pelos coordenadores de cada GT.

Serão aceitas pesquisas concluídas ou em andamento (com resultados parciais), devendo ser apresentadas em forma de artigo científico (trabalho completo) e enviadas obedecendo calendário da programação, de acordo com o seguinte formato: entre 10 e 15 laudas; Título do trabalho em negrito, fonte Times New Roman, tamanho 12, centralizado; abaixo do título nome dos autores e filiação acadêmica à direita. Para o corpo do trabalho, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas 1,5. No final do texto deverão constar as notas e as referências, conforme Normas da ABNT. Deve-se incluir nome dos autores e e-mail, Instituição/Programa de Pós/Centro em que foi ou está sendo desenvolvido e agências de fomento, quando for o caso. Os trabalhos que não atendam as normas da ABNT não serão considerados para publicação. A revisão dos textos é de exclusiva responsabilidade dos AUTORES e COORDENADORES de GTs.

A organização final dos Anais estarão a cargo de uma comissão organizadora.

CRONOGRAMA GERAL DO EVENTO

Atividades	Datas
Envio de propostas de apresentações orais para seleção por cada GT	30/07 a 16/09/2018
Data máxima para solicitação de isenção de taxa de inscrição	14/09/2018
Data final para que coordenadores de GT encerrem a avaliação de propostas para fechar o Caderno de Resumo	22/09/2018
Prazos para Inscrições nos Mini Cursos	15/08 a 20/10
Prazos de inscrição no Evento:	30/08 a 26/10/2018
Pagamento da taxa de inscrição com desconto	30/07 a 22/09
Pagamento da taxa inscrição sem desconto	22/09 a 26/10
Evento	23 a 26 /10/2018
Prazo para apresentar texto completo para edição dos anais	22/11/2018

PROGRAMAÇÃO GERAL DO EVENTO

	Segunda-feira Lunes (22/10/2018)	Terça-feira Martes (23/10/2018)	Quarta-feira Miercoles (24/10/2018)	Quinta-feira Jueves (25/10/2018)	Sexta-feira Viernes (26/10/2018)
Manhã 08:00 às 12:00		Credenciamento Reuniões de Redes: REDIIN - Atividade Especial: Encontro Internacional "Laboratórios Socionaturais Vivos e Roças Educativas" [Comunidade Malacacheta]	Grupos de Trabalho	Grupos de Trabalho	Grupos de Trabalho
Tarde 14:30 às 17:30	Reuniões de Redes: REDIIN – II Encontro Internacional "Laboratórios Socionaturais Vivos e Roças Educativas" [Comunidade Malacacheta]	Credenciamento Minicursos	Minicursos Reuniões de Redes: Rede Amazônica Interdisciplinar de Programas de Pós-Graduação	Seminário Temático 1: Educação e Cultura [Auditório CCH] - Maria Denise Guedes (SP) - Paola Ortellí (México)	Seminário Temático 3: Migrações nas Transfronteiras Brasil – Venezuela - Colômbia [Auditório INAN] - Francilene Rodrigues (UFRR/Brasil) - Rina Mazuera Arias (Venezuela); - Neida Albornoz (Venezuela)
	Oficina: Mobilidade Humana nas Transfronteiras da América do Sul: - Rina Mazuera Arias (Venezuela); - Neida Albornoz (Venezuela) [Local: Auditório CAP/UFRR]	Reuniões de Redes: REDIIN - Atividade Especial: Encontro Internacional "Laboratórios Socionaturais Vivos e Roças Educativas" [Comunidade Malacacheta] Oficina: Mobilidade Humana nas Transfronteiras da América do Sul: - Rina Mazuera Arias (Venezuela); - Neida Albornoz (Venezuela) [Local: Auditório CAP/UFRR]	Oficina: Mobilidade Humana nas Transfronteiras da América do Sul: - Rina Mazuera Arias (Venezuela); - Neida Albornoz (Venezuela) [Local: Auditório CAP/UFRR]	Seminário Temático 2: Encontro de Intelectuais Indígenas das Américas - Juana Chequepan (Chile) - Elias Silva Purepecha (México) - Edite da Silva Andrade (OPIR / Brasil) - Eleuterio José Franco Romero (Venezuela) [Auditório INAN]	Seminário Temático 4: Representações do Índio na América Latina e as Políticas de Reconhecimento - Pedro Mege (Chile) - Ulrike Keiser Elias Silva (México) [Auditório CCH]
17:30 às 18:30		Credenciamento 17:30 Atividades Culturais: Coral Canarinhos da Amazônia (Abrigo Pacaraima) [CAF / UFRR]	Atividade Cultural: Coral de Flautas [Auditório CADE-CON]	Atividades Culturais	Atividades Culturais Lançamento de livros [CAF / UFRR]
Noite 18:30 às 21:00	Reuniões de Redes: REDIIN - Atividade Especial: II Encontro Internacional "Laboratórios Socionaturais Vivos e Roças Educativas" [Comunidade Malacacheta]	Conferência de abertura: Humanidades em Tempos de Crise - Roberto Acizelo Quehla de Souza (Brasil) [CAF / UFRR]	Mesa Redonda 1 Educação Intercultural na América Latina - Elizabeth Castillo Guzmán (Colômbia) - Francisca De La Maza (Chile) - Stefano Sartorello (México) [Auditório CADE-CON]	Mesa Redonda 2 Políticas Públicas e Políticas Migratórias para o Acolhimento a Migrantes - Adriana Maria Gonzalez Gil (Colômbia) - Joao Jarochinski Silva [Auditório CADE-CON]	Conferência de encerramento: Cidadania e Direitos Sociais na América Latina frente às Mudanças Neoliberais - Luis Campos (PUC-CHIR / Chile) - Edna Castro (NAEA/UFPA/Brasil) [CAF / UFRR]

Conferências principais, Mesas Redondas e Seminários Temáticos

Conferência de Abertura:	Conferencista	Moderador
Humanidades em Tempos de Crise	Dr. ROBERTO ACÍZELO QUELHA DE SOUZA (Brasil)	Dra. Ana Lúcia de Sousa (UFRR)

Mesa Redonda 1	Conferencistas	Moderador
Políticas Públicas e Políticas Migratórias para o Acolhimento a Migrantes	Dra. ADRIANA MARIA GONZALEZ GIL, (Colômbia) Dr. JOÃO JAROCHINSKI SILVA (UFRR)	Dra. Márcia Oliveira (UFRR)

Mesa Redonda 2	Conferencista	Moderador
Educação Intercultural na América Latina	Msc. ELIZABETH CASTILLO GUZ-MÁN (Colômbia) Dra. FRANCISCA DE LA MAZA (Chile) Dr. STEFANO SARTORELLO (México)	Dr. Maxim Repetto (UFRR)

Conferência encerramento	Conferencista	Moderador
Cidadania e Direitos Sociais na América Latina frente às Reformas Neoliberais	LUIS CAMPOS (CIIR - UAHC / Chile) EDNA CASTRO (NAEA/UFPA/Brasil)	Dr. Alfredo Ferreira de Souza (UFRR)

Seminários Temáticos

Título	Conferencistas	Moderador
Seminário Temático 1: Educação e Cultura	MARIA DENISE GUEDES (SP) PAOLA ORTELLI (México)	
Seminário Temático 2: Encontro de intelectuais indígenas das Américas	JUANA CHEUQUEPAN (Chile) ELIAS SILVA PUREPECHA (México) ELEUTERIO JOSÉ FRANCO ROMERO (Venezuela)	EDITE DA SILVA ANDRADE (OPIR / Brasil)
Seminário Temático 3: Migrações nas transfronteiras Brasil – Venezuela - Colômbia	RINA MAZUERA ARIAS (Venezuela) NEIDA ALBORNOZ ARIÁS (Venezuela) FRANCILENE DOS SANTOS RODRIGUES (UFRR)	
Seminário Temático 4: Representações do Índio na América Latina e as Políticas de Reconhecimento	PEDRO MEGE (Chile) ULRIKE KEISER ELIAS SILVA (México)	LUIS CAMPOS (Chile)

Título	Conferencistas	Moderador
OFICINA - Mobilidade Humana nas Transfronteiras da América do Sul	RINA MAZUERA ARIAS (Venezuela); NEIDA ALBORNOZ (Venezuela)	FRANCILENE DOS SANTOS RODRIGUES (UFRR)

PROGRAMAÇÃO E SALAS : MINICURSOS

DIA 23 e 24 (TARDE: 14:30 a 17:30)

OFICINA: Mobilidade Humana nas Transfronteiras da América do Sul

Auditório CAP / UFRR (22, 23 e 24/10/2018)

MC1: Educação Integrada: Uma Proposta Para Escolas Não Indígenas Com Alunos Indígenas

Local: Sala 1 – Centro de Ciências Humanas (CCH)

MC2: Danças Circulares: A Roda Do Lavrado.

Local: Sala 2 – Centro de Ciências Humanas (CCH)

MC3: Migrações, Refúgio E A Assistência Social Como Política Pública

Local: Sala 3 – Centro de Ciências Humanas (CCH)

MC4: Currículo E Organização Didático-Pedagógica Das Escolas Indígenas Multi-sériadas Em Roraima

Local: Sala 13 – Centro de Ciências Humanas (CCH)

MC5: Capacitação De Agentes Públicos Para O Atendimento Às Pessoas Em Situação De Migração

Local: Sala 15 – Centro de Ciências Humanas (CCH)

MC6: Migração E Saúde: O Estado Da Arte

Local: Sala 33 – Centro de Ciências Humanas (CCH)

MC7: Capital Social E Interdisciplinaridade

Local: Sala 7 – Bloco Curso de Letras Libras

MC8: A Fotografia Na Era Dos Smartphones: Limites Éticos, Políticos E Estéticos Diante Da Dor Dos Outros

Local: Sala 8 – Bloco Curso de Letras Libras

MC9: Etnografia E Indigenismo: Experiências, Desafios E Dilemas

Local: Sala 9 – Bloco Curso de Letras Libras

MC10: Diretrizes Gerais Da Gestão E Coordenação Escolar Na Educação Indígena

Local: Sala 12 – Bloco Curso de Letras Libras

MC11: Violência De Gênero E A Aplicação Da Lei Maria Da Penha Em Roraima

Local: Auditório (10) – Bloco Curso de Letras Libras

MC12: Alternativas Ao Capitalismo Em Crise: O Socialismo Revisitado

Local: Auditório INAN

MC 13: Dinâmicas Fronteiriças E Segurança Regional: Brasil, Colômbia E Venezuela

Local: Auditório CADECON

PROGRAMAÇÃO GRUPOS DE TRABALHO

Título do GT	Nomes Dos Coordenadores do GT	Contato dos Coordenadores	Salas
<p style="text-align: center;">GT 01 BELEZA, BEM ESTAR E RESISTÊNCIA: AÇÕES DE ACOLHIMENTO, PROTEÇÃO E INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES EM RORAIMA</p> <p style="text-align: center;">GT 06 AS ARTES DOS "OUTROS": ARTES VISUAIS, MIGRAÇÕES E INTERCULTURALIDADES</p>	<p>José Carlos Franco De Lima Marcelo Napatano Márcio Akira, UFRR,</p> <p>José Bezerra De Brito Neto José Victor Mattioni</p>	<p>jose.lima@ufr.br marnapatano@gmail.com marcio.akira@ufr.br</p> <p>jose.brito@ufr.br Victor.mattioni@ufr.br</p>	Sala 266 CADECON
<p style="text-align: center;">GT 02 TERRITORIALIDADES, LÍNGUAS, SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL, ECONÔMICA E CULTURAL EM TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA</p> <p style="text-align: center;">GT 18 A AGÊNCIA INDÍGENA FRENTE ÀS PRESSÕES DO SÉCULO XXI: AUTONOMIA, ESTADO E GRANDES EMPREENDIMENTOS</p> <p style="text-align: center;">GT 27 "IMPERIALISMO DE FRONTEIRAS", CRISE AMBIENTAL E JUSTIÇA MIGRATÓRIA.</p>	<p>Maria Bárbara De Magalhães Bethônico Sandra Maria Franco Buenafuente Ananda Machado</p> <p>Luis Eugenio Campos Francisca de la Maza</p> <p>Doris Alcida Villamizar Sayago Horacio Bjord Castillo Ana Catarina Zema de Resende</p>	<p>mbarbara43@gmail.com maria.bethonico@ufr.br ananda.machado@ufr.br</p> <p>luseugeniocampos@gmail.com fcadelamaza@gmail.com</p> <p>doris.sayago@gmail.com hbjord@gmail.com ana.zema@gmail.com</p>	Sala 267 CADECON
<p style="text-align: center;">GT 04 MOBILIDADES PENDULARES NA AMÉRICA LATINA</p> <p style="text-align: center;">GT 16 MIGRAÇÕES, REFÚGIO, MORADIA: ABRIGAMENTOS HUMANITÁRIOS E DESAFIOS DA PROTEÇÃO SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA NOS DESLOCAMENTOS FORÇADOS</p> <p style="text-align: center;">GT 28 MIGRAÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICOS</p>	<p>Pedro Marcelo Staevic Luis Eduardo Aragón Sulamita Oliveira Simões</p> <p>Ângela Magalhães Vasconcelos João Carlos Jarochinski da Silva Gislene Aparecida dos Santos</p> <p>Érick Cavalcanti Linhares Lima Ingrid Cardoso Caldas Mónica Montana Martínez Ribas</p>	<p>pedrostaevic@yahoo.com.br luis.ed.aragon@hotmail.com sulamita.adv@gmail.com</p> <p>avasconcelos@id.uff.br jesilva98@hotmail.com gislene.santos8@gmail.com</p> <p>ericklinhares@yahoo.com.br ingrid.caldas@ufr.br monicamontanabr@yahoo.com</p>	Sala 1 CCH
<p style="text-align: center;">GT 05 DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS EM CONTEXTOS FRONTEIRIÇOS</p>	<p>Thiago Siqueira Reis Monalisa Pavonne Oliveira Carla Monteiro De Souza</p>	<p>siqueira.treis@gmail.com monalisa.pavonne@ufr.br carla.monteiro@ufr.br</p>	Sala 2 CCH
<p style="text-align: center;">GT 7 ENSINO DE CIÊNCIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO, DIÁLOGO CRÍTICO NA BUSCA PELA SUPERAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL E O DESDOBRAMENTO DE NOVAS PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO</p> <p style="text-align: center;">GT 21 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM REGIÃO DE FRONTEIRA</p>	<p>Miquéias Ambrósio Dos Santos Sebastião Monteiro Oliveira Rossiter Ambrósio Dos Santos</p> <p>Ana Lucia Sousa Sheila de Fátima Mangoli Rocha Sergio Luiz Lopes Silvanete Pereira dos Santos</p>	<p>miqucias.santos@ufr.br sebastiao.oliveira@ufr.br rossiteramb@gmail.com</p> <p>ana.sousa@ufr.br sheila.mangoli@gmail.com serlupez@yahoo.com.br sil.sil01@gmail.com</p>	Sala 3 CCH
<p style="text-align: center;">GT 08 CAPITAL SOCIAL, PATRIMONIALISMO E LÓGICAS DE INTERAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL</p> <p style="text-align: center;">GT 09 FINANÇAS SOCIAIS E NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIAL NA AMAZÔNIA</p> <p style="text-align: center;">GT 20 ELITES, ESTADOS E FRONTEIRAS</p>	<p>Walter Marcos Knaesel Birkner Bernard José Pereira Alves Adriele Araújo Daiane Tretto Da Rocha</p> <p>Dioniso De Souza Sampaio Cleide Maria Fernandes Bezerra Gilmara Gomes da Silva Sarmento Ricardo Dias da Silva</p>	<p>b-walter@hotmail.com bernardjpa@gmail.com adrieleejeova@gmail.com daiane.rocha@ufr.br</p> <p>sampaioads@ufpa.br cleide.bezerra@ifrr.edu.br gilmarasarmento@hotmail.com ridisil@gmail.com</p>	Sala 12 CCH
<p style="text-align: center;">GT 10 ESTADO E SOCIEDADE: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS</p> <p style="text-align: center;">GT 24 POLÍTICAS PÚBLICAS E PRIVADAS NO CONTEXTO AMAZÔNICO E FRONTEIRIÇO</p>	<p>Maria Das Graças Santos Dias Alfredo Ferreira De Souza</p> <p>Luciana Mara Gonçalves Araújo Max André de A. Ferreira Elói Martins Senhoras</p>	<p>maria.dias@ufr.br alfredoferreiradesouza@gmail.com</p> <p>profes.luciana@hotmail.com maxandrel1@hotmail.com cloisenhoras@gmail.com</p>	Sala 13 CCH

GT 11 CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA SOCIEDADE PLURAL	Emanuella Silveira Vasconcelos Ivanise Maria Rizzatti Oscar Delgado Tintorer	emanuella.vasconcelos@ufr.br niserizzatti@gmail.com tintorer@bol.com	Sala 15 CCH
GT 12 OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES NA AMAZÔNIA	Márcia Maria De Oliveira Sidney Antônio da Silva	Marcia.oliveira@unir.br sidsilva@ufam.edu.br	Sala 33 CCH
GT 13 TERRITÓRIOS DE FRONTEIRA: AMAZÔNIA COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO HISTÓRICA, ARTÍSTICA E CULTURAL	Graciete Guerra Da Costa Paulina Onofre Ramalho Claudia Helena Campos Nascimento	graciete.costa@ufr.br paulina.ramalho@ufr.br claudia.nascimento@ufr.br	Sala 1 INSIKIRAN BLOCO B
GT 14 TRASPASSANDO FRONTEIRAS: O MÉTODO INDUTIVO INTERCULTURAL JUNTO A POVOS INDÍGENAS DO MÉXICO E BRASIL	Maxim Repetto María Bertely Stefano Sartorello	bertely@ciesas.edu.mx maxim.repetto@yahoo.com.br stepol_2000@yahoo.com	Auditório do CCH
GT 15 GEOPOLÍTICA E OS NOVOS FLUXOS DE PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E CONSUMO EM RORAIMA	Altiva Barbosa da Silva Carlos José Dantas Pollyana Rosse Silva Ferreira	altiva.barbosa@ufr.br roraimeira@gmail.com pollyrosse@hotmail.com	Sala 2 INSIKIRAN BLOCO B
GT 17 MOBILIDADE URBANA, TERRITÓRIOS, POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO, CONFLITOS E GLOBALIZAÇÃO	Ana Lia Farias Vale Antônio Tourino de Rezende Veras	lialuz3@hotmail.com antonio.veras@ufr.br	Sala 5 INSIKIRAN BLOCO B
GT 19 RELIGIOSIDADES E FESTAS POPULARES: REFLEXÃO TEÓRICA, METODOLÓGICA E PRÁTICAS DE PESQUISAS	Noeci Carvalho Messias Francisco Marcos Mendes Nogueira	noeci@uft.edu.br Marcos2201@gmail.com	Sala 6 INSIKIRAN BLOCO B
GT 22 FRONTEIRAS DO SABER: CULTURA, SOCIEDADE E VIOLÊNCIA NA HISTÓRIA E NA LITERATURA	Maria De Fátima Oliveira Mariana Cunha Pereira	proffatima@hotmail.com mcunhap@yahoo.com.br	Sala 8 INSIKIRAN BLOCO B
GT 23 INTERCULTURALIDADE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: GESTÃO, COORDENAÇÃO E FORMAÇÃO DO PROFESSOR	Stela Aparecida Damas da Silveira Sandra Elaine Trindade da Paz Rosângela da Silva Viana	stela@cathedral.edu.br sandraelainepez@hotmail.com	
GT 30 POLÍTICAS DE "AUTONOMIA" E "DESCENTRALIZAÇÃO" UNIVERSITÁRIAS: O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE OUTROS	Maria Cristina Macedo Alencar Hiran De Moura Possas Jovina Mafra Dos Santos	hiranpossas@gmail.com jovina.mafra@ufr.br	Sala 152 Bloco Curso De Letras
GT 33 EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, DIREITOS HUMANOS E DEOCOLONIALIDADE NA AMÉRICA LATINA	Rosani R.M Leitao Antonio Carrillo Avelar Andrea Olmos Una	rmleitao@terra.com.br antonio carrillobr@hotmail.com andraelmos@gmail.com	
GT 25 DINÂMICAS SOCIO-TERRITORIAIS E CONFLITOS SOCIO-AMBIENTAIS NO ESPAÇO RURAL AMAZÔNICO	Marisa Barbosa Araújo Edma do Socorro Silva Moreira Carlos Alberto de Sousa Cardoso	marisa.araujo@ufr.br edma@unifesspa.edu.br carlos.cardoso@ufr.br	Sala 154 Bloco Curso De Letras
GT 26 VIOLÊNCIAS: EXPRESSÕES, DESAFIOS, ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO	Lucilene Ferreira de Melo Izaura Rodrigues Nascimento Dorli João Carlos Marques	lucilenefmelo@yahoo.com.br dorlimarques@yahoo.com.br Izaura27@gmail.com	Auditório INAN
GT 29 CULTURA, IDENTIDADE CIDADANIA E RELAÇÕES DE PODER	Gimima Beatriz Melo Da Silva Lucia Marina Puga Ferreira Otávio Rios	gbeatriz2008@hotmail.com luciapuga@outlook.com otavorios@uea.edu.br	Auditório CAP.
GT 31 PRÁTICAS SOCIAIS E O CONTATO LINGUÍSTICO QUE ENVOLVE AS LÍNGUAS DE SINAIS	Alessandra Pedrozo da Cruz Felipe Aleixo	alessandra.cruz@ufr.br Felipe.aleixo@ufr.br	Sala 167 Bloco Curso De Letras
GT 32 DIREITOS HUMANOS, GÊNERO E VIOLÊNCIA EM CONTEXTOS MIGRATORIOS	Francilene dos Santos Rodrigues Maria Nohemi Gonzalez Martinz Andrea Vasconcelos	francerodrigues@yahoo.com.br mgonzalez70@unisionbolivar.edu.com andrea_f_vasconcelos@yahoo.com.br	Sala 268 CADECON

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
--------------------	----

Grupo de Trabalho nº 1
BELEZA, BEM ESTAR E RESISTÊNCIA: AÇÕES DE ACOLHIMENTO, PROTEÇÃO E INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES
Coordenadores: José Carlos Franco De Lima (UFRR); Marcelo Naputano (UFRR); Márcio Akira (UFRR)

DA VENEZUELA PARA O BRASIL: A EXPERIÊNCIA DE SER JOVEM E IMIGRANTE NA CIDADE DE BOA VISTA – RR.....	21
--	-----------

HALAINE CRISTINA PESSOA BENTO
ISABELA VANESSA S. DOS REIS
KAROLAINE LIMA SOUZA
TALITHA LÚCIA M. DA SILVA

VOLUNTARIÇÃO: AÇÕES VOLTADAS AOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM BOA VISTA – RR HALAINE CRISTINA PESSOA BENTO	29
---	-----------

HALAINE CRISTINA PESSOA BENTO
ISABELA VANESSA S. DOS REIS
KAROLAINE LIMA SOUZA
TALITHA LÚCIA M. DA SILVA

Grupo de Trabalho nº 5
DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS EM CONTEXTOS FRONTEIRIÇOS
Coordenadores: Thiago Siqueira Reis (UFF); Monalisa Pavonne Oliveira (UFRR); Carla Monteiro De Souza (UFRR/PPGSOF)

ESTRATÉGIAS DE CUIDADO A INDÍGENAS IMIGRANTES DO ABRIGO DO BAIRRO SILVIO BOTELHO EM BOA VISTA – RR	44
---	-----------

JOANA PALOMINO MUNOZ
SIMONE LOPES DE ALMEIDA

GARANTIAS DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERIORIZAÇÃO DOS REFUGIADOS NO CONTEXTO AMAZÔNICO	55
--	-----------

JAASIEL GIPSON DA S. CAMPOS

Grupo de Trabalho n° 7
**ENSINO DE CIÊNCIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO, DIÁLOGO CRÍTICO NA
BUSCA PELA SUPERAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL E O DESDOBRAMENTO
DE NOVAS PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO**

*Coordenadores: Miquéias Ambrósio Dos Santos (UFRR); Sebastião Monteiro
Oliveira (UFRR); Rossiter Ambrósio Dos Santos (UERR)*

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM RORAIMA: EVASÃO ESCOLAR
NO 3º SEGMENTO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA MARIA DAS
DORES BRASIL (2014 A 2016)..... 68**

ROSA DA CONCEIÇÃO DA SILVA
GEORGE BRENDOM P. DOS SANTOS
MIKAELLY C. DE A. PEREIRA
SEBASTIÃO M. OLIVEIRA

Grupo de Trabalho n° 8
**CAPITAL SOCIAL, PATRIMONIALISMO E LÓGICAS DE INTERAÇÃO EN-
TRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL**

*Coordenadores: Walter Marcos Knaesel Birkner (UFRR/PPGSOF); Bernard
José Pereira Alves (IFRR); Adriele Araújo (UFRR/PPGSOF)*

DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA EM SANTA CATARINA 84

LEONARDO FURTADO DA SILVA
WALTER M. KNAESEL BIRKNER

**EXTRATIVISMO ESTATAL E PATRIMONIALISMO NO BRASIL DE
SEMPRE 101**

WALTER MARCOS KNAESEL BIRKNER
RENNERYS SIQUEIRA SILVA
ADRIELE NAYARA DO N. ARAÚJO

O CAPITAL SOCIAL: UMA ANÁLISE CONCEITUAL 118

AMANDA ARAÚJO DA SILVA
DAIANE ALMEIDA FERREIRA
WALTER M. KNAESEL BIRKNER

**“O VEREADOR ERA UMA ESPÉCIE DE ENTIDADE SOCIAL”: BENS
(SERVIÇOS) PÚBLICOS E ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA NO INTERIOR
FLUMINENSE 128**

GILMARA G. DA SILVA SARMENTO

**PATRIMONIALISMO, EXTRATIVISMO ESTATAL E RENT SEEKINGS NO
CONTEXTO DE “FARINHA POUCA, MEU PIRÃO PRIMEIRO” 143**

WALTER MARCOS KNAESEL BIRKNER
RENNERYS SIQUEIRA
VIVIANE ALMEIDA

Grupo de Trabalho nº 10
ESTADO E SOCIEDADE: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
Coordenadores: Maria Das Graças Santos Dias (UFRR/PPGSOF); Alfredo Ferreira De Souza (UFRR/PPGSOF)

A FUNCIONALIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NO ESTADO DE RORAIMA . . . 163
VIVIANE LIMA DE A. OLIVEIRA
CLEBER BATALHA FRANKLIN

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA AGENDA PÚBLICA EM RORAIMA. 178
SELMAR DE S. ALMEIDA LEVINO
MARIA DAS G. SANTOS DIAS
CARLA MONTEIRO DE SOUZA

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS NO PLANO DECENAL DE EXPANSÃO DA ENERGIA ELÉTRICA 2006/2015: ENERGIA E TERRITÓRIO. 193
CÁSSIA NATANIE PEGUIM
PAULO HENRIQUE MARTINEZ

SUSTENTABILIDADE SOCIAL DO DIREITO À SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A ATUAÇÃO DO ESTADO A PARTIR DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. 207
ELIZABETH C. CASTRO GOMES
DÉBORA CRISTINA B. RODRIGUES

Grupo de Trabalho nº 11
CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA SOCIEDADE PLURAL
Coordenadores: Emanuella Silveira Vasconcelos (UFRR); Ivanise Maria Rizzatti (UERR); Oscar Delgado Tintorer (UERR)

DESAFIOS VIVENCIADOS POR PROFESSORES DE CIÊNCIAS EM RELAÇÃO AOS ESTUDANTES IMIGRANTES VENEZUELANOS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE BOA VISTA – RORAIMA 223
RENATA BRECKENFELD S. BARROS
KELLY KARINNY A. A. FURTADO
IVONE MARY M. DE SOUZA

Grupo de Trabalho nº 12
OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES NA AMAZÔNIA
Coordenadores: Márcia Maria De Oliveira (UFRR); Sidney Antônio da Silva (UFAM)

A IMIGRAÇÃO VENEZUELANA NO AMAZONAS: DESAFIOS ÀS POLÍTICAS DE RECEPÇÃO E DE INSERÇÃO SOCIOCULTURAIS. 238
SIDNEY A DA SILVA

**DE OUTRAS PARAGENS À AMAZÔNIA: MULHERES EM PROCESSO
MIGRATÓRIO, UM REFLEXO DE ONTEM E HOJE 248**
MARIÁ CELESTINA B. CORRÊA

Grupo de Trabalho nº 13
**TERRITÓRIOS DE FRONTEIRA: AMAZÔNIA COMO ESPAÇO DE CON-
STRUÇÃO HISTÓRICA, ARTÍSTICA E CULTURAL**
*Coordenadores: Graciete Guerra Da Costa (UFRR); Paulina Onofre Ramalho
(UFRR); Cláudia Helena Campos Nascimento (UFRR)*

**CONDICIONANTES DO SURGIMENTO DAS CIDADES AMAZÔNICAS ATÉ
O SÉCULO XX 262**
CLAUDIA HELENA C. NASCIMENTO
ARLEISSON F. PEDREIRA FURO

**OS EVENTOS ARTÍSTICO-CULTURAIS TRANSFRONTEIRIÇOS:
COOPERAÇÃO E CULTURA NA FRONTEIRA 280**
GABRIEL DE SOUZA ALENCAR
FRANCILENE DOS S. RODRIGUES

**PATRIMÔNIO, CULTURA E CIDADE - A CONSTRUÇÃO DA IGREJA
CATEDRAL CRISTO REDENTOR E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A
CIDADE DE BOA VISTA 293**
NAYHANDRA C. V. MAGALHÃES
PAULINA ONOFRE RAMALHO

**UNIÃO OPERÁRIA BENEFICENTE: RESSONÂNCIAS ENTRE O PASSADO E
O PRESENTE 305**
SELMAR DE SOUZA A. LEVINO
MARIA DAS GRAÇAS S. DIAS
FRANCILENE CARDOSO DA SILVA
MONALISA PAVONNE OLIVEIRA

Grupo de Trabalho nº 17
**MOBILIDADE URBANA, TERRITÓRIOS, POLÍTICAS PÚBLICAS, DESEN-
VOLVIMENTO, CONFLITOS E GLO-BALIZAÇÃO**
*Coordenadores: Ana Lia Farias Vale (UFRR/PPGSOF); Antônio Tourino de
Rezende Veras (UFRR/PPG-GEO)*

IMIGRAÇÃO NA FRONTEIRA: IMPACTO NA MOBILIDADE URBANA.. 320
ANA LIA FARIAS VALE
FRANCILENE DOS S. RODRIGUES

**IMIGRAÇÃO VENEZUELANA: FRONTEIRAS E LIMITES DE
SOCIABILIDADE NA ZONA OESTE DE BOA VISTA –RR 337**
CLAUDIA HELENA C. NASCIMENTO
PAULINA ONOFRE RAMALHO
PAULO RICARDO C. DE FREITAS

UM OLHAR SOBRE O BAIRRO CENTRO DA CIDADE DE BOA VISTA/RR	352
JOANA D'ARC PINHO PRAXEDES JOANI SILVANA C. DE LYRA RANIOR ALMEIDA	

Grupo de Trabalho n° 20
ELITES, ESTADOS E FRONTEIRAS
Coordenadores: Gilmara Gomes da Silva Sarmento (UFRR/PPGSOF); Ricardo Dias da Silva (INCT/PPED)

COMUNICAÇÃO E MEDIAÇÕES: ESTUDO DE RECEPÇÃO DIANTE DA INTENSIFICAÇÃO NO FLUXO MIGRATÓRIO EM RORAIMA	370
LUAN CORREIA DOS SANTOS YARA CINTHYA WALKER DA SILVA	

FRONTEIRAS MARÍTIMAS: PARA ALÉM DO ESPAÇO TERRESTRE ...	386
YOLANDA NUNES SOUSA JOÃO CARLOS JAROCHINSKI SILVA	

Grupo de Trabalho n° 22
FRONTEIRAS DO SABER: CULTURA, SOCIEDADE E VIOLÊNCIA NA HISTÓRIA E NA LITERATURA
Coordenadores: Maria De Fátima Oliveira (UEG); Mariana Cunha Pereira (UFRR)

A POESIA E SEU ENGAJAMENTO CRÍTICO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA BR174 DURANTE A DITADURA MILITAR	401
EDUANY DA LUZ SIQUEIRA	

PATRIARCADO E VIOLÊNCIA ENTRE REPRESSÃO E DESCONSTRUÇÃO EM UM CONTEXTO AFRICANO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE MARGINAIS DE EVEL ROCHA	414
MATTEO GIGANTE	

REPRESENTAÇÕES SOBRE O NEGRO E A ÁFRICA NA OBRA LITERÁRIA ROBINSON CRUSOE, DE DANIEL DEFOE	425
MARIANA CUNHA PEREIRA	

UMA RELEITURA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA [1964-1985] NAS PÁGINAS DE CINZAS DO NORTE, DE MILTON HATUUM	433
AMANDA DRUMOND TAVARES DORLI JOÃO CARLOS MARQUES	

VIOLÊNCIA, CRAVO E CANELA: UMA LEITURA DE GABRIELA À LUZ DO DIREITO	447
PAULA MELISSA C. DA S. SARAIVA NEUTON ALVES DE LIMA	

Grupo de Trabalho n° 23
INTERCULTURALIDADE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: GESTÃO, COORDENAÇÃO E FORMAÇÃO DO PROFESSOR
Coordenadores: Stela Aparecida Damas da Silveira (UNV. CATHEDRAL/ CEFORR); Sandra Elaine Trindade da Paz (UFRR/EFORR); Rosângela da Silva Viana (CEFORR)

Grupo de Trabalho n° 30
POLÍTICAS DE “AUTONOMIA” E “DESCENTRALIZAÇÃO” UNIVERSITÁRIAS: O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE OUTROS
Coordenadores: Maria Cristina Macedo Alencar (UNIFESSPA); Hiran De Moura Possas (UNIFESSPA); Jovina Mafra Dos Santos (UFRR)

Grupo de Trabalho n° 33
EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, DIREITOS HUMANOS E DECOLONIALIDADE NA AMÉRICA LATINA
Coordenadores: Rosani R.M Leitao (UFG); Antonio Carrillo Avelar (UNAN/ UFG); Andrea Olmos Uma (UNAN/MEXICO)

CURRÍCULO INTERCULTURAL, INSERÇÃO SOCIAL E PRÁTICAS DE INCLUSÃO: PERCEPÇÃO DO DOCENTE INDÍGENA SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)..... 461
 CATARINA JANIRA PADILHA
 LEILA S. DE SOUZA PERUSSOLO

IDENTIDADE E PLURALIDADE CULTURAL 474
 SANDRA ELAINE TRINDADE DA PAZ

A PRESENÇA DE INDÍGENA NO BACHARELADO PROFISSIONAL EM GEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)..... 490
 MATHEUS CAVALCANTE SILVA
 TEREZINHA S. DE L. PEREIRA
 ÉRICA DA SOLIDADE CABRAL

Grupo de Trabalho n° 26
VIOLÊNCIAS: EXPRESSÕES, DESAFIOS, ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO
Coordenadores: Lucilene Ferreira de Melo (UFAM); Izaura Rodrigues Nascimento (UFAM); Dorli João Carlos Marques (UFAM)

A ESCOLA COMO AMBIENTE FORMATIVO PARA O ENFRENTAMENTO E COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER NA CIDADE DE BOA VISTA/RR 500
 NANNÍBIA OLIVEIRA CABRAL

ANÁLISE SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA NA CIDADE DE BOA VISTA-RR 510
 LILIANA OLIVEIRA DE CASTRO
 LUÍS FRANCISCO MUNARO

CASO MARIA DE JESUS: UM RETRATO DO FEMINICÍDIO NO BRASIL	525
DORLI JOÃO CARLOS MARQUES	
ELISÂNGELA LEITÃO DE OLIVEIRA	
NICOLLE P. PEREIRA ROCHA	
DISCURSOS E VERDADES NA JUDICIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA LETAL DE MULHERES NAS RELAÇÕES FAMILIARES.....	536
ANA PAULA FERREIRA CARVALHO	
LUCILENE FERREIRA DE MELO	
ENTRE O POLÍTICO E O SUBJETIVO: DESIGUALDADES, MIGRAÇÃO E SUICÍDIO EM RORAIMA	551
ELIANE SILVIA COSTA	
ROSANA MARIA LUZ FERNANDES	
IMAGINÁRIO SOBRE O IMIGRANTE VENEZUELANO EM MANAUS A PARTIR DA MÍDIA REGIONAL.....	561
SINAÍ MADIÁN H. DE ALBORNOZ	
LUCILENE FERREIRA DE MELO	
IMPACTO DAS MÍDIAS SOCIAIS NO FORTALECIMENTO DO CRIME ORGANIZADO.....	574
MAXWELL MARQUES MESQUITA	
GUILHERME JOSÉ SETTE JÚNIOR	
LILIAN BARBOSA VIEIRA	
O DISCURSO MIDIÁTICO AMAZONENSE SOBRE A VIOLÊNCIA LETAL DE MULHERES NO CONTEXTO FAMILIAR.....	585
LUCILENE FERREIRA DE MELO	
ANA PAULA FERREIRA CARVALHO	
CARLA MONTEFUSCO	
O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MANAUS/ AM: UMA APROXIMAÇÃO	597
LAURA GARCIA ALENCAR	
IZAURA RODRIGUES NASCIMENTO	
O LUGAR DA FAMÍLIA E SUAS RELAÇÕES NO PERCURSO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E EM MANAUS	611
ISAAC GUIDÃO TOSCANO	
LUCILENE FERREIRA DE MELO	
O PODER DE FAZER VIVER E DEIXAR MORRER: “A PROTEÇÃO” DAS FAMILIAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR EM MANAUS.....	627
ISAAC GUIDÃO TOSCANO	
LUCILENE FERREIRA DE MELO	
PROCESSO CIVILIZADOR E VIOLÊNCIA: NOTAS PARA A COMPREENSÃO DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	643
IZAURA RODRIGUES NASCIMENTO	

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E FEMINICÍDIOS UM ASSUNTO DE POLÍTICA PÚBLICA: FENÔMENO RORAIMA 650

MÔNICA MONTANA
MYLENA DE AGUIAR MELO

VIOLÊNCIA NO PARTO: MAUS-TRATOS A MULHERES EM UMA MATERNIDADE DE MANAUS..... 666

MARIA RAQUEL CRUZ DA SILVA
ANA PAULA DIAS CORRÊA
IRAILDES CALDAS TORRES

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: UMA INVESTIGAÇÃO DE SUA EXISTÊNCIA SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO E SAÚDE 680

MARIA RAQUEL CRUZ DA SILVA
ANA PAULA DIAS CORRÊA
IRAILDES CALDAS TORRES

VULNERABILIDADE DOS JOVENS NAS DROGAS: ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DE DANOS..... 694

WELLEN CRYSTINE LIMA PEIXOTO
ANA LIA FARIAS VALE

Grupo de Trabalho n° 28

MIGRAÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICOS
Coordenadores: Érick Cavalcanti Linhares Lima (UFRR/NECAR); Ingrid Cardoso Caldas (UFRR); Mônica Montana Martínez Ribas (UFRR/PRONAT)

Grupo de Trabalho n° 04

MOBILIDADES PENDULARES NA AMÉRICA LATINA
Coordenadores: Pedro Marcelo Staevie (UNILA); Luis Eduardo Aragón (NAEA/UFPA); Sulamita Oliveira Simões (UNILA)

Grupo de Trabalho n° 16

MIGRAÇÕES, REFÚGIO, MÓDIA: ABRIGAMENTOS HUMANITÁRIOS E DESAFIOS DA PROTEÇÃO SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA NOS DESLOCAMENTOS FORÇADOS

Coordenadores: Ângela Magalhães Vasconcelos (UFF); João Carlos Jarochinski da Silva(UFRR/PPGSOF); Gislene Aparecida dos Santos (UFRJ)

A MIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O BRASIL, OPERAÇÃO ACOLHIDA E QUESTÕES DE DIREITO E DEFESA 711

CLEBER BATALHA FRANKLIN

FLUXO MIGRATÓRIO INTERNACIONAL: IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS PARA O ESTADO DE RORAIMA 723

INGRID CARDOSO CALDAS
WILLIAN TIHAGO QUIRINO SALES

**JUSTIÇA DIFERENTE OU INDIFERENTE: COMO O JUDICIÁRIO
BRASILEIRO LIDA COM OS REFUGIADOS EM RORAIMA 737**

MÓNICA MONTANA
ERICK LINHARES

RORAIMA E CUBA NAS MIGRAÇÕES ENTRE 1993-2000..... 751

RENNERYS SIQUEIRA SILVA
RAIMUNDA GOMES DA SILVA
CARLA MONTEIRO DE SOUZA

**SEGURANÇA HÍDRICA NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/ RORAIMA:
ANÁLISE PRELIMINAR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 765**

MÓNICA MONTANA
ANDRÉ ANDRIW SANTOS DA SILVA

Grupo de Trabalho n° 28

CULTURA, IDENTIDADE CIDADANIA E RELAÇÕES DE PODER

*Coordenadores: Gimima Beatriz Melo Da Silva (UEA/ PPGICH); Lucia Marina
Puga Ferreira (UEA/ PPGICH); Sidnei Clemente Peres (PPGA/UFF)*

CIDADANIA NEGATIVA E REFORMAS CURRICULARES NO BRASIL .. 780

GIMIMA BEATRIZ MELO DA SILVA

**DESLOCAMENTO DE MULHERES INDÍGENAS: GÊNERO,
PROTAGONISMO - BOA VISTA 1980-2000 788**

KATIUSCIA DE MELO E MELO

ESTEREÓTIPOS SOBRE O INDÍGENA: UM ASSUNTO SUPERADO? 807

DAVID WILSON PIRES DAGNAISSE
EDILZA LARAY DE JESUS

XAMANISMO E POLÍTICAS DE SAÚDE INDÍGENA 819

FERNANDA I. DANTAS DE ARAÚJO
PAMELA ALVES GIL

APRESENTAÇÃO

O IV Seminário Internacional do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (IV SISF) realizado na Universidade Federal de Roraima (UFRR) nos dias 23 a 26 de Outubro de 2018 teve como objetivos consolidar as ações do Mestrado em Sociedade e Fronteiras, fortalecer parcerias na Amazônia e, em nível internacional, posicionar a UFRR nos debates sobre migrações, fronteiras e processos educativos interculturais.

Dadas as proporções, o IV SISF representa o maior evento das ciências sociais em Roraima, contribuindo para o fortalecimento de uma proposta de Doutorado em Rede em parceria com universidades da Amazônia na área interdisciplinar, consolidando vínculos e parcerias com redes de instituições internacionais.

O IV SISF reuniu pesquisadores(as) de várias instituições e nacionalidades, constituindo-se um espaço privilegiado para a interlocução acadêmica de temáticas contemporâneas de relevâncias teóricas, sociais e científicas contribuindo para o desenvolvimento das Ciências Humanas na Amazônia.

Os resultados do IV SISF contribuem para o fortalecimento científico das redes de conhecimento com impacto direto no Sistema Nacional de Pós-Graduação. De maneira especial, os estudos científicos apresentados e debatidos no Grupos de Trabalhos representaram um riquíssimo trânsito de variados saberes de temas que tratam das diferentes representações da Amazônia, quer sejam representações sócio-políticas, quer sejam representações simbólicas.

Desta forma, os anais do IV SISF recolhem artigos apresentados e aprofundados nos diversos Grupos de Trabalhos reunidos nesta coletânea de textos que refletem questões relacionadas com as “Interculturalidades, Migrações, Violências e Direitos Humanos”, título orientador do evento. Nesta perspectiva, foram trazidas para o debate e reunidas nesta coletânea, temáticas que aprofundam questões relacionadas à interculturalidade nas suas mais variadas transversalidades, as migrações contemporâneas e seus grandes desafios, as diversas modalidades e manifestações da violência e das violações aos direitos humanos em nível local, regional e internacional.

Boa Vista, Dezembro de 2018.

Comissão Organizadora

Grupo de Trabalho n° 1

***BELEZA, BEM ESTAR E RESISTÊNCIA: AÇÕES DE
ACOLHIMENTO, PROTEÇÃO E INTEGRAÇÃO DE MI-
GRANTES***

ARTIGO

DA VENEZUELA PARA O BRASIL: A EXPERIÊNCIA DE SER JOVEM E IMIGRANTE NA CIDADE DE BOA VISTA – RR

INTRODUÇÃO

Os movimentos migratórios ocorridos em diferentes partes do mundo podem ter as suas causas em razão de questões geográficas, econômicas, políticas, sociais, emergenciais e étnico-culturais. Logo, considera-se emigrante aquele que deixa a sua pátria para refugiar-se em outro país, temporariamente ou estabelecendo residência, assim como é designado imigrante, o “estrangeiro”, quem chega do exterior para ser acolhido em outra nação (TRINDADE et al., 1995). Desse modo, migrar pode ser inerente a todos, tendo em vista que a mobilidade é um processo natural e um direito humano, previsto no artigo 13º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (MATTOS; SARTURI; BORGES, 2015; BRASIL, 1998).

Nesse sentido, o Brasil tem sido nos últimos tempos um país procurado por imigrantes que deixam a sua terra natal em busca de melhores condições de vida. Por exemplo, a imigração de pessoas vindas da Venezuela para o Brasil tem aumentado, significativamente, com a intensificação da crise econômica, política e social e, posterior, derrota do presidente Nicolás Maduro, em 2015, nas eleições parlamentares. Tais fatos impulsionaram cerca de 3 milhões da população venezuelana a imigrar para países da América Latina, tais como: Colômbia e Brasil (FGV, 2018).

Desse modo, quanto aos locais escolhidos como refúgio pelos imigrantes venezuelanos, o Brasil tem sido o quinto país mais procurado, o que corresponde a 0,9%, ficando atrás da Colômbia (17%), Chile (17%), Peru (10%), Estados Unidos (10%) e Equador (8%), bem como por mais que a Colômbia seja o principal país de destino

* Graduada do curso de Psicologia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: halaine_cristini@hotmail.com

** Enfermeira pela Universidade do Estado do Pará (UEPA); Graduada do curso de Medicina pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: isaa.vsreis@gmail.com

*** Professora efetiva no curso de Psicologia da Universidade Federal de Roraima (UFRR); Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); Psicóloga Clínica. E-mail: macedo.talitha@yahoo.com.br

escolhido pelos venezuelanos, cerca de 550 mil imigrantes, o Brasil, em torno de 40 mil e 60 mil imigrantes documentados e não documentados, tornou-se também um local de refúgio. Esse número de migrantes venezuelanos é muito baixo comparado não só a Colômbia, mas também a outros países que também estão recebendo venezuelanos (SIMÕES, 2018; CHARLEAUX, 2018).

Assim, Pacaraima, município cerca de 200 km da capital do estado de Roraima, Boa Vista, e região fronteira com Santa Elena da Uairén, Venezuela, tem sido a principal via de acesso dos imigrantes venezuelanos indígenas e não indígenas em terras brasileiras. Logo, parte desses refugiados segue a pé pela BR-174, devido à falta de recursos financeiros para pagar um transporte (COSTA; BRANDÃO, 2018), até chegar à Boa Vista - RR em busca de moradia, medicamentos, alimentação e trabalho para as suas famílias.

Já localizados no extremo norte do Brasil, os venezuelanos vivem pelas ruas, praças e abrigos da capital do estado. No ano de 2016 foram solicitados 2.233 pedidos de refúgio por venezuelanos em Boa Vista – RR, enquanto que em 2017 os números aumentaram para 17.865 solicitações e em 2018 estes índices só tendem a crescer. Assim, o perfil sócio-demográfico desta população não indígena que chega à cidade boa-vistense são, em sua maioria, jovens, principalmente homens, em idade para trabalhar, solteiros e com bons níveis de escolaridade¹ (SIMÕES; SILVA; OLIVEIRA, 2017; ARCOVERDE; SOUSA; ARAÚJO, 2018).

Nesse sentido, a população venezuelana com a esperança de conseguir melhores condições de vida em Roraima passa por desafios diários para conseguir moradia, comida, acesso a tratamento de saúde e outras necessidades. Faz-se importante salientar que Roraima não é estruturada para receber um fluxo migratório intenso e não tem condições, ainda, de oferecer infraestrutura urbana, saúde, trabalho e outros aspectos necessários para receber esse contingente de imigrantes venezuelanos. Assim, de modo emergencial, a população roraimense junto com o poder público, ações da universidade, faculdades e ONG's, tais como a Fraternidade Sem Fronteiras e a ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), vão se organizando, na medida do possível, para buscar acolher e ajudar os migrantes da Venezuela.

Porém, ainda, há muito que fazer. Muitas crianças, adolescentes, adultos, gestantes e idosos vivem nas ruas e praças de Boa Vista - RR sem condições mínimas de sobrevivência. Famílias buscam se sustentar limpando vidros dos automóveis,

¹ Perfil sócio-demográfico retirado de pesquisa executada entre os meses de junho e agosto de 2017, logo, o contingente de imigrantes jovens em Roraima pode ser muito maior em razão do fluxo migratório cada vez mais intenso no estado (SIMÕES; SILVA; OLIVEIRA, 2017).

vendem utensílios domésticos e alimentícios, bem como fazem placas solicitando emprego ou pedem esmolas nos semáforos.

Uma pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Imigração em setembro de 2017 traz algumas questões que precisam ser desmitificadas quanto à imigração de venezuelanos para o estado de Roraima, tais como: a sobrecarga nos serviços públicos está mais ligada a problemas estruturais, anterior à migração, do que com a ideia de que os venezuelanos são responsáveis pela piora. Outra questão seria que os migrantes não estão ocupando empregos de brasileiros, uma vez que dados apontam que há uma variação significativa entre um fator e outro. Em 2017, 60% dos venezuelanos empregados estavam enviando remessas para parentes na Venezuela, o que fazia com que a economia do estado melhorasse (CHARLEAUX, 2018).

Desse modo, fez-se necessário melhor compreender a condição de ser jovem e imigrante, visto que, além de ser uma experiência singular, é um conceito diverso na contemporaneidade e envolve uma série de critérios históricos, culturais e sociais. Assim, entender o jovem não significa colocá-lo numa etapa predeterminada e, muito menos, como um indivíduo, apenas, em fase de preparação para a vida adulta que será superada com a sua chegada. Mas, de um processo constante da construção do sujeito que tem as suas especificidades como ser e que dá sentido aos fenômenos a partir da sua própria história e das relações com o seu entorno (DAYRELL, 2003).

Portanto, ser jovem é uma fase que não pode ser reduzida apenas a uma passagem. A juventude assume uma importância em si mesma dado que é influenciada por um meio social e que pode ser experimentada de diversos modos. Assim, se fala da noção de juventudes, no plural, para ressaltar os seus vários modos de ser vivenciada. Ser jovem implica num processo constante de tornar-se por si mesmo, assim como juventude se constituirá conforme se constrói o ser humano nas suas mais diversas potencialidades (DAYRELL, 2003).

Além disso, faz-se necessário questionar sobre a condição de ser jovem e imigrante, bem como refletir sobre as mudanças, perdas e ressignificações que essa situação solicita. A condição do jovem imigrante, por exemplo, refugiado é agravante em razão de a pessoa ter saído da sua nação devido guerras, genocídios, tortura. Assim, o indivíduo é tomado por um passado sofrido, fragilizado pelas marcas do trauma, com possíveis sensações de fracasso, e, ainda, tem que lidar com a nova realidade no país escolhido (MARTINS-BORGES, 2013).

Por fim, levando em consideração a imigração venezuelana para capital de Roraima e, ainda, que a maioria desta população imigrante não indígena é jovem, este trabalho tem por intuito buscar compreender a vivência de ser jovem e imigrante venezuelano em cidade de Boa Vista – RR.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, qualitativa e exploratória, de orientação Fenomenológica-Existencial², que visa compreender as experiências de ser jovem e imigrante venezuelano, entre 18 e 29 anos de idade, de ambos os sexos e de qualquer nível socioeconômico, na cidade de Boa Vista – RR.

Optou-se por esta faixa etária tendo em vista que, segundo a lei nº 12.852/2013 do Estatuto da Juventude e Sistema Nacional de Juventude, “são considerados jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade” (BRASIL, 2013, p. 26). Porém, trabalhar com os jovens maiores de idade, faixa etária a partir dos 18 anos, justifica-se em razão dos participantes responderem pelos seus próprios atos e, assim, usufruírem de todos os direitos civis (BRASIL, 2002).

Nesse sentido, os jovens venezuelanos serão convidados para participar da pesquisa por meio de visitas na ONG - Fraternidade Sem Fronteiras, localizada no bairro Senador Hélio Campos em Boa Vista-RR, através do contato com imigrantes que buscam os serviços do Centro de Referência para Refugiados e Migrantes na UFRR, bem como por intermédio das pessoas que vivem pelas ruas da capital do estado de Roraima.

Além disso, um diário de campo será utilizado para fazer os registros das informações coletadas acerca das experiências de ser jovem e imigrante venezuelano em Boa Vista - RR. Após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido pelos participantes, serão realizadas as entrevistas semidirigidas, a partir de um roteiro semiestruturado elaborado pela pesquisadora, com o intuito de responder os objetivos da pesquisa.

Para participar da pesquisa será necessária a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que foi traduzido para o espanhol com o intuito de facilitar a compreensão dos entrevistados a respeito do objetivo da pesquisa. Mas, ressaltando que após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Roraima (UFRR) esta pesquisa terá prosseguimento.

Não será definido, a priori, o número de participantes da pesquisa, pois, segundo Turato (2003) o critério mais comumente utilizado em pesquisa qualitativa é o de saturação, isto é, “o pesquisador fecha o grupo quando, após as informações

² Utilizar-se-á o método e modo fenomenológico-existencial, pois se entende que tais questões são permeadas por significações singulares e socioculturais que precisam ser observadas. Logo, “compreende-se por Fenomenologia o estudo da descrição dos fenômenos humanos e seus significados, [...] motivado pela necessidade de apreensão dos significados próprios para cada sujeito inserido em sua totalidade cultural e histórica.” (GOMES, 2008, p. 143).

coletadas com um certo número de sujeitos, novas entrevistas passam a apresentar repetições em seu conteúdo” (p. 363).

Após explanação acerca do objetivo da pesquisa, esclarecimentos de possíveis dúvidas e assinatura do TCLE, dar-se-á a realização das entrevistas. Posteriormente, as narrativas serão gravadas, transcritas e literalizadas para que as análises sejam realizadas. Assim, levando em consideração os objetivos previamente estabelecidos na pesquisa, as respostas serão compreendidas à luz da Analítica do Sentido proposta por Dulce Critelli (1996) que, a partir de uma postura Fenomenológica-Existencial, propõe uma aproximação do real através de uma apreensão, diferenciação e expressão daquilo que se busca compreender.

A Analítica do Sentido preocupa-se, prioritariamente, com os paradigmas que compõem o olhar do pesquisador, com sua postura epistemológica, precisando que ele compreenda que faz parte da realidade que vem à tona na interrogação; e preocupa-se com a manifestação do fenômeno pesquisado, o modo como ele aparece, realiza-se; é um movimento em uma direção e cuida de ser, realizando seus sentidos de existir em uma direção. Desse modo, a Analítica do Sentido busca abrir espaço para que venha à tona o sentido que ser tem para as pessoas em seu concreto, simbólico e histórico modo de ser-no-mundo e de relacionar-se com as pessoas e coisas ao redor (CRITELLI, 1996).

RESULTADOS ESPERADOS

Levando em consideração que a maioria dos imigrantes venezuelanos que chegam ao estado de Roraima é jovem e, ainda, com bons níveis de escolaridade para conseguir um trabalho (SIMÕES; SILVA; OLIVEIRA, 2017), os imigrantes acabam, porém, enfrentando inúmeras dificuldades para conseguir sobreviver. Assim, são jovens imigrantes que estão passando, possivelmente, por mudanças e adaptações para conseguir melhores condições de vida para si e sua família.

Tal situação implica, portanto, segundo Marandola e Gallo (2010), sair do seu espaço de segurança onde sua história foi construída para atirar-se a um espaço, de pouca ou nenhuma familiaridade, em razão, muitas vezes, da necessidade de ter o que comer, trabalhar e vestir-se. Então, o local de destino é uma nova realidade ao jovem imigrante que enfrentará uma série de desafios e adaptações diárias não só de ordem prática e comportamental, mas também de mudanças no que tange a um novo modo de ser que terá, possivelmente, suas implicações psicoemocionais.

Logo, espera-se que este trabalho seja uma oportunidade que viabilize compreender a situação de ser jovem e imigrante, a partir das próprias vivências/experiên-

cias dos entrevistados residentes na cidade de Boa Vista - RR, assim como, entender suas histórias, o acolhimento, a luta diária contra as dificuldades de acesso a moradia, alimentação e trabalho digno e a busca pelas oportunidades.

Nesse sentido, além de possibilitar o acesso compreensivo da realidade social para qual esse estudo se inclina, tal pesquisa colaborará para que novas ações e/ou estratégias possam ser pensadas e, posteriormente, efetivadas com o intuito de acolher o jovem imigrante, além de melhorar a sua qualidade de vida e, consequentemente, da sua família.

Além disso, a partir do suporte teórico e resultados obtidos no trabalho, este se configura como uma oportunidade, ao corpo acadêmico, científico e a comunidade de modo geral, de conhecer, entender e refletir sobre a realidade do jovem e imigrante venezuelano e, assim, buscar estratégias para alcançar melhores condições de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível perceber que os imigrantes que chegam ao Brasil não estão sendo acolhidos efetivamente e/ou de modo adequado pela sociedade brasileira. Assim, realizar esta pesquisa com o intuito de compreender a vivência de ser jovem e imigrante venezuelano na cidade de Boa Vista – RR tornar-se fundamental para que seja um meio de reflexões, conhecimento da realidade local e, posteriormente, um suporte na criação de ações de acolhimento/integração para esta população em estado de vulnerabilidade social.

Por fim, a pesquisa proporcionará esclarecimentos e compreensões acerca da temática pesquisada. Tais fatos poderiam minimizar os pré-conceitos e estratégias de exclusão dos jovens imigrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade social. Pois, espera-se contribuir com reflexões que possibilitem ao psicólogo e a outros profissionais que trabalham diretamente e/ou indiretamente com os imigrantes venezuelanos, a enriquecer sua atuação profissional, bem como suscitar o interesse pelo estudo desta temática.

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, L.; SOUSA, V.; ARAÚJO, P. Brasil registra número recorde de solicitações de em 2017. **G1 Mundo** (Globo News), 10 jan. 2018. Disponível em: <goo.gl/pwF4ce>. Acesso em: 22 set. 2018.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília: UNESCO, 1998. 6 p.

_____. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Brasília, 2002, 27 p.

_____. **Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. 103 p.

CRITELLI, D. M. **Análítica do Sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica**. São Paulo. EDUC: Brasiliense, 1996.

CHARLEAUX, J. P. 3 dados sobre venezuelanos no Brasil que contrariam o senso comum. **Nexo Jornal**, São Paulo, 6 mar. 2018. Disponível em: <goo.gl/h2MxzX>. Acesso em: 22 set. 2018.

COSTA, E.; BRANDÃO, I. Rota da fome: os caminhos dos venezuelanos que enfrentam perigo, falta de comida e de água para chegar a Boa Vista. **G1 Roraima - Rede Amazônica, Roraima**, 2 mar. 2018. Disponível em: <goo.gl/fd2JPs>. Acesso em: 22 set. 2018.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação, Minas Gerais**, n. 24, p. 40 – 52, set./out./nov. 2003. Disponível em: <goo.gl/6N2NeS>. Acesso em: 22 set. 2018.

FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Desafio migratório em Roraima: repensando a política e gestão da migração no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV-DAPP, 2018.

GOMES, A. M. A. et al. Fenomenologia, humanização e promoção da saúde: uma proposta de articulação. **Saúde e sociedade**. São Paulo, v. 17, n.1, p. 143-152, jan./mar. 2008. Disponível em: <goo.gl/NF6Daf>. Acesso em: 22 set. 2017.

MARANDOLA, J. E.; GALLO, P. M. D. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010. Disponível em: <goo.gl/DKnfXz>. Acesso em: 22 set. 2018.

MARTINS-BORGES, L. Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 21, n.40, p.151-162, 2013. Disponível em:<goo.gl/6ahvwr>. Acesso em: 22 set. 2018.

MATTOS, A. L.; SARTURI, C. A.; BORGES, L. A. Políticas públicas de acolhida a imigrantes: discussões e experiências. In: REDIN, G.; MINCHOLA, L. A. B. **Imigrantes no Brasil: proteção dos direitos humanos e perspectivas político-jurídicas**. Curitiba: Juruá, 2015. p. 67 – 80.

SIMÕES, G. F.; SILVA, L. C.; OLIVEIRA, A. T. R. Perfil sociodemográfico e laboral dos venezuelanos em Boa Vista. In: SIMÕES, G. F (Org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017. p. 21 – 48.

SIMÕES, G. A migração venezuelana para o Brasil e as ações desenvolvidas pela CSVM/UFRR em Roraima. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Migrações Sul-Sul**. 2 ed. Campinas, SP: NEPO – UNICAMP, 2018. p. 957 – 961.

TRINDADE, M. B. R. et al. **Sociologia das migrações**. Lisboa, Portugal: Universidade Aberta, 1995.

TURATO, E. R. **Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico-epistemológicos, discussão comparativa e aplicação nas áreas de saúde e humanas. Petrópolis: Vozes, 2003.

*Halaine Cristina Pessoa Bento **
*Isabela Vanessa S. dos Reis ***
*Karolaine Lima Souza ****
*Talitha Lúcia M. da Silva *****

ARTIGO

VOLUNTARIAÇÃO: AÇÕES VOLTADAS AOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM BOA VISTA – RR

INTRODUÇÃO

Os movimentos migratórios ocorridos em diferentes partes do mundo podem ter as suas causas em razão de questões geográficas, econômicas, políticas, sociais, emergenciais e étnico-culturais. Logo, considera-se emigrante aquele que deixa a sua pátria para se refugiar em outro país, temporariamente ou estabelecendo residência, assim como é designado imigrante, o “estrangeiro”, quem chega do exterior para ser acolhido em outra nação (TRINDADE et al., 1995).

Desse modo, partindo do pressuposto que migrar pode ser inerente a todos, tendo em vista que a mobilidade é um processo natural e um direito humano, previsto no artigo 13º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (MATTOS; SARTURI; BORGES, 2015; BRASIL, 1998a), compreende-se por migração humana o movimento de uma pessoa, ou grupo de indivíduos, através da fronteira internacional ou do próprio Estado, devido às mais diversas finalidades, extensões e composições (OIM, 2011).

Nesse sentido, o Brasil tem sido nos últimos tempos um país procurado por migrantes que deixam a sua terra natal em busca de melhores condições de vida. A migração de pessoas vindas da Venezuela tem aumentado bastante desde 2014, com a intensificação da crise econômica, política e social e, posterior, derrota do presidente Nicolás Maduro, em 2015, nas eleições parlamentares. Tais fatos impulsionou cerca

* Graduanda do curso de Psicologia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: halaine_cristini@hotmail.com

** Enfermeira pela Universidade do Estado do Pará (UEPA); Graduanda do curso de Medicina pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: isaa.vsreis@gmail.com

*** Graduanda do curso de Medicina da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: karolainesouza@hotmail.com

**** Professora efetiva no curso de Psicologia da Universidade Federal de Roraima (UFRR); Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); Psicóloga Clínica. E-mail: macedo.talitha@yahoo.com.br

de 1 milhão da população venezuelana a emigrar para países da América Latina, tais como: Colômbia e Brasil (FGV, 2018).

Dito isto, a República Bolivariana da Venezuela é um país localizado na América do Sul com seus 912,05 mil quilômetros quadrados de extensão e faz fronteira com o Brasil, especificamente com os estados do Amazonas e Roraima, mais os países Colômbia e Guiana Inglesa. Suas principais cidades encontram-se ao norte do país, localizadas na costa do Mar do Caribe, bem como a sua capital é Caracas, onde se encontra a maior parte da população, e o número de habitantes em 2015 chegou a 31,3 milhões de pessoas (BORGES et al., 2011).

Hugo Rafael Chávez Frias (1954-2013) nascido no Estado de Barinas, em torno de 450 quilômetros de Caracas, filho de uma família pobre do interior da Venezuela passou anos da sua vida dedicado ao serviço militar e governou o país durante 14 anos. Chávez entrou na vida política em 1992 de forma nada democrática, pois tentou um golpe de estado contra o presidente constitucional em exercício, Carlos Andrés Pérez, porém acabou sendo preso. Assim, no ano de 1998 o tenente-coronel decidiu candidatar-se à presidência do país e ganhou com 56,2% dos votos ao prometer mudanças radicais e uma “nova democracia” à Venezuela (PEREIRA, 2014).

Em 1999, ao iniciar o seu governo, Hugo Chávez recebeu o país bastante endividado e com metade da população em estado de pobreza, logo, os desafios foram muitos para buscar melhorar a economia da Venezuela e a qualidade de vida da população. Todavia, o governo de Chávez também foi alvo de muitas críticas tendo em vista que utilizou de diversas estratégias para se manter no poder por muito tempo. A título de exemplo, em 2002, um golpe de estado liderado por conservadores, militares e empresários fez com que a Constituição de 1999 do país fosse alterada para que garantisse a reeleição indefinida do presidente na Venezuela (GOMES, 2017).

Diante deste e tantos outros escândalos que ocorreram durante o seu mandato, o governo populista de Hugo Chávez foi abalado com a sua morte em março de 2013 aos 58 anos de idade. Antes, deixou nomeado o vice-presidente em exercício Nicolás Maduro, contudo, seu sucessor tinha baixos níveis de popularidade, herdou um governo em colapso, sem condições de manter as políticas assistencialistas do país, uma economia prestes a desmoronar e vivendo a crise humanitária, conforme explana Gomes (2017).

Nesse sentido, segundo Borges et al. (2011), a indústria petroleira é o principal recurso gerador de riqueza para a Venezuela, uma vez que corresponde a praticamente metade das receitas do governo, o quarto ranking do PIB (Produto Interno Bruto) do país e 34ª economia mundial em 2010. Porém, esse petróleo e gás natural,

derivados do petróleo e metais não ferrosos, são voltados para o comércio de exportação. Assim, entre os anos de 2004 e 2009 os principais destinos das exportações eram para os Estados Unidos e China, que concentravam na média de 63% e 4%, respectivamente.

Além disso, a economia petrolífera do país também é responsável pelo número elevado de importação de produtos para a Venezuela. Em 2008, os principais fornecedores, como os Estados Unidos (26,8%), Colômbia (11,61%), Brasil (10,35%), China (8,06%) e Panamá (5,12%), abasteciam o país com produtos farmacêuticos, abate e preparação de carne e pescado, fabricação de aparelhos eletrônicos, peças e acessórios para veículos automotores, dentre outros artefatos (BORGES et al., 2011).

Porém, por volta do ano de 2014, a crise econômica se intensificou na Venezuela, após a queda do preço do barril do petróleo, devido o aumento da oferta de energia de mercado mundial, a redução da demanda com a desaceleração da economia na China e União Europeia e, em paralelo, os Estados Unidos tornou-se o maior produtor de petróleo independente. Bem como, a Arábia Saudita, com a sua política de aumentar a produção, ao baixar o preço do barril, tinha o objetivo de fazer com que o gás natural americano torne-se inviável economicamente (RAATZ, 2014).

A partir dos fatos supracitados, criou-se um verdadeiro caos na Venezuela, isto é, o país bolivariano passou a exportar menos os seus produtos, a ausência de dólares e o aumento dos gastos do governo fizeram a inflação aumentar, a moeda oficial do país, o bolívar, desvalorizar, a taxa de desemprego intensificar e, assim, a população passou a sofrer com a falta de produtos alimentícios e medicamentosos (RAATZ, 2014).

Tal situação econômica também foi afetada pela forma com que o país passou a ser governado. Nicolás Maduro, na perspectiva de Bernardes (2015), criou uma espécie de ditadura que está mais preocupada em manter-se no poder do que resolver a inflação galopante de 5,7% no PIB, a escassez de produtos, a fome da população, a falta de emprego e a alta taxa de criminalidade. Desde o seu mandato, Caracas passou a ser considerada a cidade mais violenta do mundo, 11.987 homicídios por 100.000 habitantes (EL PAÍS, 2016), uma verdadeira guerra civil contra o seu governo foi instaurada e golpes de estado tornaram-se frequentes na Venezuela.

Diante do exposto, é possível afirmar que a população venezuelana encontra-se insatisfeita com a forma com que a nação está sendo governada, pois, instalou-se no país um governo extremamente opressor que não possibilita meios de expressão e reivindicação de seu povo e não planeja meios democráticos para resolver a situação da população. Logo, para milhares de venezuelanos a única solução para buscar melhores condições de vida tem sido procurar refúgio nos países vizinhos.

Nesse sentido, quanto aos locais escolhidos como refúgio pelos imigrantes venezuelanos, o Brasil tem sido o quinto país mais procurado, o que corresponde a 0,9%, ficando apenas atrás da Colômbia (17%), Chile (17%), Peru (10%), Estados Unidos (10%) e Equador (8%) (BRAGA, 2018). Portanto, por mais que a Colômbia seja o principal país de destino escolhido pelos venezuelanos, cerca de 550 mil imigrantes, o Brasil, em torno de 40 mil e 60 mil imigrantes documentados e não documentados, tornou-se também um local de refúgio. Assim, esse número de migrantes venezuelanos é muito baixo comparado não só a Colômbia, mas também a outros países que também estão recebendo venezuelanos (CHARLEAUX, 2018).

No tocante a Roraima com seus 948 km de região fronteira com a Venezuela, é o estado brasileiro localizado no extremo norte do país. Este é considerado o estado mais jovem do Brasil em razão de que até o ano 1988 era Território Federal e transformou-se como atual estado de Roraima após a Constituição Federal de 1988. Possui 14 municípios além da capital Boa Vista, compreendendo uma população de 450.479 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), e sua capital, especificamente, com 284.313 pessoas (LIMA et al., 2016; FREITAS, 2009).

Em relação à população venezuelana que migra para o Brasil¹, parte desses refugiados segue a pé pela BR-174, devido à falta de recursos financeiros para pagar um transporte (COSTA; BRANDÃO, 2018), até chegar em Boa Vista - RR em busca de moradia, medicamentos, alimentação e trabalho para as suas famílias. Porém, devido à falta de estrutura para abrigar de forma digna um alto contingente migratório em Roraima, famílias venezuelanas lutam pela sobrevivência ao fazer das praças seu lar, procuram trabalho ou pedem dinheiro nos sinais e desenvolvem atividades informais.

Ademais, a migração de venezuelanos para Roraima configura-se uma possibilidade de ficar próximo do seu país e enviar mantimentos para familiares que ficaram na Venezuela. Segundo os dados divulgados pela Polícia Federal, no ano de 2016 estimou-se que 57.106 venezuelanos entraram no estado e apenas 9.677 permaneceram, bem como em 2017 os números aumentaram para 70.757 ingressos e somente 41.755 venezuelanos decidiram ficar² (LOPES, 2018). Além disso, em 2016 foram solicitados 2.233 pedidos de refúgio por venezuelanos em Boa Vista – RR, enquan-

¹ Pacaraima, município cerca de 200 km da capital do estado de Roraima, Boa Vista, e região fronteira com Santa Elena da Uairén, Venezuela, tem sido a principal via de acesso dos imigrantes venezuelanos indígenas e não indígenas em terras brasileiras.

² O número de imigrantes venezuelanos pode ser bem maior, considerando que desde o segundo semestre de 2017 e início do ano de 2018, por dia, 800 venezuelanos entram no Brasil pela cidade de Pacaraima (G1 Roraima, 2018a).

to que em 2017 os números aumentaram para 17.865 solicitações e em 2018 estes índices só tendem a crescer³ (SIMÕES; SILVA; OLIVEIRA, 2017; ARCOVERDE; SOUSA; ARAÚJO, 2018).

Quanto à população não indígena, migrante e venezuelana em Roraima, constatou-se que são maioria homens e mulheres, sobretudo, jovens e com idade entre 20 e 39 anos, bem como a maioria é de solteiros (as) (53,8% no total, 56,4% dos homens e 49,4% das mulheres) e com altos níveis de escolaridade (30,5% com ensino médio completo, 28,4% com ensino superior completo e 3,5% com pós-graduação) até superior à média da população roraimense local (SIMÕES, 2018).

Assim, a população venezuelana com a esperança de conseguir melhores condições de vida em Roraima passa por desafios diários para conseguir moradia, comida, acesso a tratamento de saúde e outras necessidades. Até pouco tempo atrás eram os roraimenses que cruzavam a fronteira, sobretudo devido ao garimpo na Guiana e na Venezuela, em busca de melhores condições de vida. Portanto, Boa Vista, e Roraima de modo geral, não é estruturada para receber um fluxo migratório intenso e nem tem condições, ainda, de oferecer infraestrutura urbana, saúde, trabalho e outros aspectos necessários para receber esse contingente de imigrantes venezuelanos.

Com isso, de modo emergencial, foram adaptados espaços como ginásios esportivos para acolher a população de migrantes, bem como, posteriormente, ONG's e outras instituições foram se organizando com o mesmo intuito.

Além disso, estas situações supracitadas são agravadas com os casos de xenofobia, isto é, ações e “discursos de ódio e de repulsa ao ‘diferente’, ao/à estrangeiro/a, ao não familiar, vistos como ameaça” (SANTOS, 2016, p. 8) por parte da própria população residente no estado. Notícias de jovens venezuelanos espancados pela população boa-vistense, após falsa acusação de furto (MARQUES, 2018a) e venezuelanos expulsos de prédios abandonados e tendo seus pertences queimados no município de Mucajá - RR (MARQUES, 2018b), reforçam a presença da violência xenofóbica que só tende a crescer se medidas educativas e jurídicas não forem efetuadas. Portanto, observa-se que tais situações de violência ferem os diversos direitos dos imigrantes previstos na nova Lei da Migração 13.445/2017, instituída em 24 de maio de 2017, bem como incitam o preconceito contra estrangeiro, que é considerado crime segundo o artigo 20º da Lei n. 7.716/1989 (BRASIL, 1989).

Em vista disso, ao perceber as desigualdades, a situação de vulnerabilidade social imposta às famílias, crianças, gestantes e idosos, além do crescente movimento

³ Roraima já lidera como o estado brasileiro com o maior número de pedidos de refúgio do país devido, principalmente, à migração venezuelana (CARVALHO, 2018).

xenofóbico, decorrentes da intolerância e da imigração dos venezuelanos no estado de Roraima, surgiu a necessidade de desenvolver o projeto de extensão, nomeado Voluntariação, pelos cursos de Psicologia e Medicina da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Assim, este visa integrar à realidade social a comunidade acadêmica da UFRR com a finalidade de promover responsabilidade social, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária; proporcionar oportunidade de aprendizado e desenvolvimento de capacidades técnicas; cooperar com a comunidade; possibilitar habilidades interpessoais por meio da atividade voluntária; trabalhar com outras organizações no desenvolvimento de projetos sociais, educativos, científicos, culturais e de lazer; e oferecer assistência em serviços de saúde aos imigrantes.

Portanto, este material tem por finalidade apresentar as ações que foram desenvolvidas por este projeto, assim como, provocar reflexões, apresentar possibilidades de intervenções, além de estimular o desenvolvimento de outras atuações a populações que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

METODOLOGIA

Este projeto de extensão, através de uma leitura e compreensão do Ser Fenomenológico-Existencial, foi desenvolvido por estudantes do curso de Psicologia e Medicina da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Nessa perspectiva, a compreensão do Ser Fenomenológico-Existencial trazida ao longo das ações é à luz da Analítica do Sentido proposta por Dulce Critelli (1996), que, a partir de uma postura Fenomenológica-Existencial, propõe uma aproximação do real, através de uma apreensão, diferenciação e expressão daquilo que se busca compreender. Nas palavras de Critelli (1996):

Todas as aparências são véus, são cortinados que precisam, duplamente: ser identificadas no que elas mostram e reconhecidas como os limites do aparecer mesmo, seu empecilho, sua desfiguração, sua proteção.

Por isso mesmo o olhar fenomenológico só empreende desvelamento. Desvelamentos cuja paragem é o inaudito, que exige daquele que olha a coragem da ventura. Essa é a dinâmica primordial da Analítica do Sentido (p. 137).

Esta leitura preocupa-se, prioritariamente, com os paradigmas que compõem o olhar do pesquisador, com sua postura epistemológica, precisando que ele compre-

enda que faz parte da realidade que vem à tona na interrogação; e preocupa-se com a manifestação do fenômeno, o modo como ele aparece, realiza-se; é um movimento em uma direção e cuida de ser, realizando seus sentidos de existir em uma direção. Desse modo, a Analítica do Sentido busca abrir espaço para que venha à tona o sentido que se tem para as pessoas em seu concreto, simbólico e histórico modo de ser-no-mundo e de relacionar-se com as pessoas e coisas ao redor.

Nesse sentido, para as estratégias de ação foi desenvolvido, primeiramente, um levantamento das necessidades apresentadas, posteriormente avaliação da situação, planejamento das possibilidades de ação/intervenção social e, por fim, mobilização de pessoas e instituições para realização das atividades. As intervenções sociais, oferecidas aos imigrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade social, apresentaram por foco dimensões como: promoção de saúde e estratégias socioeducativas/lúdico-pedagógicas, atendimento médico e psicológico, acesso a serviços jurídicos, oportunizar o acesso ao trabalho e proporcionar melhores condições que zelem pela preservação da vida em sua potencialidade e plenitude.

Ademais, a execução das ações por meio do trabalho voluntário baseou-se no interesse pessoal e/ou grupal de dedicar, de forma solidária, parte do seu tempo, sem nenhuma remuneração financeira, através do desenvolvimento de diversas atividades. Assim, o intuito foi exercer juntos aos imigrantes venezuelanos gestos de cidadania, contribuir com o bem-estar social e psicoemocional deles, bem como possibilitar uma sociedade mais justa e empática com as pessoas em situação de vulnerabilidade social (SOUZA; LAUTERT, 2008).

RESULTADOS

Através da metodologia adotada pelo Voluntariado, levantamento das necessidades apresentadas a partir das visitas de campo, avaliação das situações e dos sujeitos envolvidos, planejamento das possibilidades de intervenção e, por fim, a mobilização de parcerias para realização das atividades, foram desenvolvidas as seguintes ações: organização de bazares com o intuito de arrecadar fundos para a execução das atividades planejadas pelo projeto. Além desse auxílio, materiais lúdico-pedagógicos foram doados pela comunidade para o desenvolvimento de atividades com crianças e adolescentes, bem como foi organizada a “Campanha Solidária” com o objetivo de arrecadar roupas, sapatos, lençóis, toalhas travesseiros, itens de higiene pessoal, fraldas, leite, alimentos, barracas, redes, bolsas e malas para as famílias em situação de vulnerabilidade social na cidade de Pacaraima, Roraima.

Assim, as atividades lúdico-pedagógicas foram realizadas nas ações “A praça virou escola” na qual foi efetivada na Rodoviária Internacional José Amador de Oliveira na cidade de Boa Vista – RR quando a imigração de venezuelanos se intensificou na capital do estado de Roraima e muitas famílias ficaram acampadas na praça ao lado da rodoviária. Em parceria com outras instituições, essas visitas eram acompanhadas de acolhimento, doação de refeições e oficinas psicopedagógicas, desde contação de histórias, pinturas, desenhos, vídeos educativos, incentivo do aprendizado da língua portuguesa e a prática da escrita para crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Posteriormente, imigrantes indígenas, que viviam na rodoviária, foram transferidos para um abrigo no bairro Pintolândia, Boa Vista - RR, e os outros imigrantes não indígenas, para um abrigo no bairro Tancredo Neves. Após tais mudanças, o Voluntariado iniciou suas visitas e ações no Tancredo e nas instalações da Igreja Nossa Senhora da Consolata, porém com novos desafios, desde o aumento da proliferação de escabiose⁴ e outras doenças, falta de estrutura adequada, problemas como a falta de alimentos e roupas. Assim, além da realização das atividades lúdico-pedagógicas, por situação emergencial, foram realizados atendimento médico, fornecimento de medicações e outros itens de necessidade básica, doações de alimentos e roupas para famílias, crianças, gestantes, idosos e adultos.

Nesse sentido, outras ações como “Cinema em ação” e o “Arraial na FSF” foram ações desenvolvidas na ONG - Fraternidade Sem Fronteiras (FSF), primeiro centro humanitário e de acolhimento inaugurado em dezembro de 2017 para imigrantes venezuelanos em Boa Vista – RR, com o intuito de proporcionar suporte, moradia, cultura, educação e lazer ao público migrante. A primeira ação, “Cinema em ação”, consistiu em discutir acerca da mensagem trazida no filme; e, a segunda, o “Arraial na FSF”, teve o intuito de partilhar um momento de lazer e trocas culturais, Brasil – Venezuela. Por meio das apresentações artísticas realizadas no espaço da própria ONG e da distribuição de comidas típicas do arraial dos dois países.

Assim, além das visitas pontuais realizadas nos abrigos, ocorreram mutirões na Praça da Rodoviária, junto com as outras equipes e instituições, com o objetivo de oferecer as pessoas em situação de vulnerabilidade serviços de saúde, educacionais, culturais e de lazer por meio de atendimento médico, vacinação, distribuição de camisinhas e lubrificantes, alimentos, brinquedos e a realização de brincadeiras com as crianças.

⁴ Escabiose humana é uma doença contagiosa causada por um ácaro que produz uma dermatose pruriginosa predominantemente noturna. Assim, devido à falta de hábitos de higiene ou de condições que possibilitem uma higiene adequada, o contágio se dá por contato direto com pessoa, roupas e outros objetos contaminados.

Portanto, a realização deste projeto apresentou suas atividades específicas realizadas pelo grupo, além de ações também executadas em parcerias com outras ONG's e instituições, justamente com o objetivo de planejar estratégias que reduzissem a problemática que afeta a sociedade e trazer uma melhor qualidade de vida às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

As intervenções voluntárias do projeto auxiliaram na redução dos agravos sociais, de saúde e psicológicos dos imigrantes, a partir do fornecimento de auxílio material - como a doação de roupas, sapatos, artigos de higiene pessoal etc. -, dos atendimentos médicos realizados, além da possibilidade de proporcionar uma tentativa de resgate do humano e construção criativa de saúde em um meio aversivo e vulnerável, com o acolhimento, a realização de atividades lúdico-pedagógicas e a partilha de experiências.

Além disso, a experiência vivida pelos universitários proporcionou o conhecimento da realidade que envolve o processo migratório e reflexões críticas acerca da situação de vulnerabilidade social dos imigrantes venezuelanos; o desenvolvimento da habilidade no trato para as questões sociais; maior sensibilidade para trabalhar com as pessoas em situação de vulnerabilidade social; o desenvolvimento de habilidades necessárias para o trabalho em grupo e em campo, tais como: levantamento de demandas, planejamento e avaliação; o desenvolvimento de estratégias adaptativas de ações diante de situações inesperadas; além da utilização do espanhol como idioma para aproximação e comunicação.

DISCUSSÃO

Com base nas ações realizadas por meio do projeto Voluntariação, a experiência vivida pelos universitários proporcionou reflexões críticas acerca da situação de vulnerabilidade social vivida pelos imigrantes venezuelanos na cidade de Boa Vista – RR. Bem como, as ações possibilitaram formar profissionais cidadãos, solidários, conscientes acerca da realidade e mais capacitados para intervir nesta.

Nesse sentido, o projeto auxiliou a comunidade por meio da prática extensionista, fazendo com que a sociedade fosse contemplada com diversas ações que se integram à universidade, possibilitando, portanto, a construção de um desenvolvimento social através de um dos tripés que regem as funções da universidade, a Extensão.

A partir disso, passa-se a compreender que a universidade não pode ficar descolada da sociedade e do contexto sócio-histórico, mas que possui, também, um compromisso social de possibilitar uma formação mais humanizada, estruturada nas

demandas sociais. Vale salientar, ainda, que tal experiência viabilizou uma formação diferenciada e alicerçada no contexto sócio-histórico aos discentes, visto que, ações que extrapolam os muros da universidade possibilitam um olhar diferenciado ao social e mobilizam atuações que podem repercutir em novos modos de estruturação e ações no contexto social.

No que diz respeito aos imigrantes venezuelanos, em situação de vulnerabilidade social, as intervenções voluntárias do projeto auxiliaram na redução dos agravos sociais, de saúde e psicológicos. Nesse sentido, ao estreitar o vínculo com os cidadãos venezuelanos, os acadêmicos compreenderam esta realidade, entendendo as problemáticas sociais, culturais e políticas pelas quais o migrante venezuelano passa no Brasil. Assim, a aproximação dos acadêmicos, com a situação relatada, proporcionou apoio, autonomia e melhores condições de vida aos imigrantes.

Ademais, o projeto, longe de ter um caráter caritativo, trouxe um enriquecimento pessoal e profissional que permite, entre outros aspectos, construir reflexões acerca das perdas pelas quais os imigrantes passam e dos processos de resistência e adaptação em uma nova terra. Desse modo, possibilitando, na medida do possível, a construção e a potencialização de fortalecimento pessoal dos mesmos.

Sendo assim, as intervenções realizadas pelo projeto de extensão, com o apoio da sociedade civil, ONG's e instituições, promoveram, além do auxílio material imediato, uma valorização da vida, acolhimento do humano e ações que oferecesse uma melhor qualidade de vida aos imigrantes venezuelanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da situação das dificuldades de vulnerabilidade nas quais se encontra a Venezuela e a nova realidade instaurada pela migração venezuelana em Roraima, reconhece-se que é importante compreender e intervir em tal situação, não no sentido de impor padrões culturais ou normativos, mas sim, respeitando as diversidades culturais e buscando proporcionar estratégias e políticas interventivas que possibilitem uma integração adequada aos imigrantes.

Desse modo, este projeto desenvolvido pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) estruturou-se como uma oportunidade que viabiliza a compreensão da situação e vivência dos imigrantes venezuelanos, a partir do contato com as suas vivências/experiências nas ruas, praças e abrigos instalados na capital do estado de Roraima. Assim como, proporcionou conhecer suas histórias e singularidades, a luta diária contra as dificuldades de acesso a moradia, alimentação e trabalho digno, além da busca pela sobrevivência e dignidade.

Nesse sentido, as ações do Voluntariado possibilitaram a construção de um olhar mais sensível dos acadêmicos em relação a esta população, por meio da construção de uma visão mais ampla do processo de migração. Passa-se a percebê-lo não como um problema, mas como algo natural, um direito que já é garantido, e, em um sentido mais abrangente, entende-o como uma possibilidade de intercâmbio de culturas, que possui um potencial enriquecedor no Brasil, contribuindo em larga escala para o crescimento de sua população, não se restringindo a critérios quantitativos.

Assim, estas reflexões se tornam essenciais na medida em que é possibilitado pensar medidas concretas que envolvem o acesso aos direitos destes imigrantes, além do nosso próprio reconhecimento como cidadãos multiculturais, o que faz com que estes encontros interculturais sejam baseados no respeito ao outro. Logo, o desenvolvimento deste suscita o interesse em novas ações, desenvolvimento de pesquisas, partilha/reflexão sobre a condição do ser migrante.

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, L.; SOUSA, V.; ARAÚJO, P. Brasil registra número recorde de solicitações de em 2017. **G1 Mundo** (Globo News), 10 jan. 2018. Disponível em: <goo.gl/pwF4ce>, acessado em 9 abr. 2018.

AZULAY, R.D.; AZULAY, L. **Dermatologia**. 6 ed. São Paulo: Guanabara-Koogan, 2015.

BRAGA, J. Brasil é o quinto destino de venezuelanos. **O Globo**, São Paulo, 1 mar. 2018. Disponível em: <goo.gl/Wi6w3c>, acessado em 25 abr. 2018.

BRASIL. **Lei n. 7.716 de 5 de janeiro de 1989**. Brasília, 1989, 2p.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília: UNESCO, 1998a, 6p.

_____. **Lei n. 9.608 de 18 de fevereiro de 1998**. Brasília, 1998b, 2p.

BERNARDES, B. G. A Venezuela numa encruzilhada a nova bipolarização no contexto pós-Chávez. **Relações Internacionais**, n.46, p. 125-141, 2015. Disponível em: <goo.gl/Txoghv>, acessado em 18 mai. 2018.

BORGES, M. et al. **Venezuela: perfil e oportunidades comerciais**. Brasília: Apex-Brasil, 2011.

CARVALHO, P. RR lidera pedidos de refúgio. **Folha Web**, Roraima, 12 abr. 2018. Disponível em: <goo.gl/hyfK9T>, acessado em 15 abr. 2018.

CHARLEAUX, J. P. 3 dados sobre venezuelanos no Brasil que contrariam o senso comum. **Nexo Jornal**, São Paulo, 6 mar. 2018. Disponível em: <goo.gl/h2MxzX>, acessado em 17 mai. 2018.

COSTA, E.; BRANDÃO, I. Rota da fome: os caminhos dos venezuelanos que enfrentam perigo, falta de comida e de água para chegar a Boa Vista. **G1 Roraima - Rede Amazônica**, Roraima, 2 mar. 2018. Disponível em: <goo.gl/fd2JPs>, acessado em 9 abr. 2018.

CRITELLI, D. M. **Analítica do Sentido**: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. São Paulo. EDUC: Brasiliense, 1996.

EL PAÍS. A tragédia de viver em Caracas, a cidade mais violenta do mundo. **El País Internacional**, Brasil, 27 jan. 2016. Disponível em: <goo.gl/ggd4aX>, acessado em 18 mai. 2018.

FREITAS, A. **Geografia e história de Roraima**. 8 ed. Roraima: IAF, 2009.

FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Desafio migratório em Roraima**: repensando a política e gestação da migração no Brasil. Rio de Janeiro: FGV-DAPP, 2018.

G1 Roraima. Por dia, 800 venezuelanos entram no Brasil pela cidade de Pacaraima (RR). **G1 Jornal Nacional**, 19 fev. 2018a. Disponível em: <goo.gl/yqhGij>, acessado em: 2 mai. 2018.

_____. Chega a 79 o número de casos confirmados de sarampo em Roraima. **G1 Roraima - Rede Amazônica**, 16 abr. 2018b. Disponível em: <goo.gl/QWWt4r>, acessado em 2 mai. 2018.

GOMES, N. A República Bolivariana sem Hugo Chávez. **Janus**, Conjuntura Interacional, p. 38-39, 2017. Disponível em: <goo.gl/YcRPPe>, acesso em 18 mai. 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População em Roraima**. 2010. Disponível em: <goo.gl/Cn7B4G>, acessado em 26 abr. 2018.

LIMA, J. A. S. et al. **Roraima 2000-2013**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

LOPES, M. Mais de 70 mil venezuelanos entraram em Roraima em 2017. **Folha Web**, Roraima, 11 jan. 2018. Disponível em: <goo.gl/Yg7Swe>, acessado em 16 abr. 2018.

MARANDOLA, J. E.; GALLO, P. M. D. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010. Disponível em: <goo.gl/DKnfXz>, acessado em 26 abr. 2018.

MARQUES, M. Jovens venezuelanos são agredidos e levados à delegacia após falsa acusação de furto em Boa Vista. **G1 Roraima** – Rede Amazônica, Roraima. 2 mar. 2018a. Disponível em: <goo.gl/nAFcNX>, acessado em 2 mai. 2018.

_____. Moradores ateiam fogo em objetos e expulsam venezuelanos de prédio abandonado durante protesto em RR. **G1 Roraima** – Rede Amazônica, Roraima, 19 mar. 2018b. Disponível em: <goo.gl/bDSVQi>, acesso em 16 abr. 2018.

MATTOS, A. L.; SARTURI, C. A.; BORGES, L. A. Políticas públicas de acolhida a imigrantes: discussões e experiências. In: REDIN, G.; MINCHOLA, L. A. B. **Imigrantes no Brasil: proteção dos direitos humanos e perspectivas político-jurídicas**. Curitiba: Juruá, 2015. p. 67 – 80.

OIM – INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **Glossary on migration**. 2 ed. International Migration Law Series, 2011. 115p.

PEREIRA, W. P. A Revolução Bolivariana e a Venezuela de Hugo Chávez: história e interpretações (1999-2013). **Revista Eletrônica Tempo Presente**: Boletim do Tempo Presente, n. 7, p. 1-25, 2014. Disponível em: <goo.gl/yZ4zYk>, acessado em 18 mai. 2018.

RAATZ, L. Queda do petróleo agrava crise venezuelana. **Estadão Internacional**, O Estado de São Paulo, 9 nov. 2014. Disponível em: <goo.gl/E5qT6i>, acessado em 18 mai. 2018.

ROGRIGUES, R. A; STREY, M. N.; PEREIRA, J. Experiência migratória: encontro consigo mesmo? Percepções de brasileiros sobre sua cultura e mudanças pessoais. **Aletheia**, n.26, p.168-180, jul./dez. 2007. Disponível em: <goo.gl/STGgX5>, acessado em 6 mai. 2017.

SANTOS, C. **Série assistente social no combate ao preconceito: xenofobia**. Brasília: CFESS, 2016.

SIMÕES, G. F.; SILVA, L. C.; OLIVEIRA, A. T. R. Perfil sociodemográfico e laboral dos venezuelanos em Boa Vista. In: SIMÕES, G. F (Org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017. p. 21 – 48.

SIMÕES, G. A migração venezuelana para o Brasil e as ações desenvolvidas pela CSV/M/UFRR em Roraima. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Migrações Sul-Sul**. 2 ed. Campinas, SP: NEPO – UNICAMP, 2018. p. 957 – 961.

SOUZA, L. M.; LAUTERT, L. Trabalho voluntário: uma alternativa para a promoção da saúde de idosos. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 42, n.2, p. 371-378. Disponível em: <goo.gl/pCt8mQ>, acessado em 24 mai. 2018.

TRINDADE, M. B. R. et al. **Sociologia das migrações**. Lisboa, Portugal: Universidade Aberta, 1995.

Grupo de Trabalho n° 5

***DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS EM
CONTEXTOS FRONTEIRIÇOS***

ARTIGO

ESTRATÉGIAS DE CUIDADO A INDÍGENAS IMIGRANTES DO ABRIGO DO BAIRRO SILVIO BOTELHO EM BOA VISTA – RR

INTRODUÇÃO

A saúde é determinada por um conjunto de fatores concretos que orientam a vida do indivíduo (AITH E SCALCO, 2015). A Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946) afirma que a saúde é um direito essencial dos seres humanos e conceitua: “Saúde é o completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença” (SCLAR,2007).

Segundo Aith e Scalco (2015), ao longo do século XX as grandes guerras e a evolução teórica sobre o conceito de saúde fizeram com que a humanidade percebesse de forma definitiva a vinculação indissociável entre o estado de saúde das pessoas e o ambiente social onde elas se inserem.

Assim, esse novo conceito substituiu a corrente de pensamento do século XIX que buscava conceituar a saúde como sendo apenas “ausência de doenças”.

De acordo com Dias (2007), o estado de saúde de uma população é composto por uma complexa rede de determinantes que envolvem fatores biológicos, genéticos, psicossociais, estilos de vida e comportamentos, meio ambiente físico, socioeconômico e cultural, aspectos relacionados com os sistemas de saúde, e ainda fatores políticos e de nível macro-social.

No Brasil, devido as grandes dimensões, há grande diversidade geográfica, econômica, social e cultural da população nas diferentes regiões. Esse fato afeta fortemente as necessidades de saúde de cada região e nesse contexto, as políticas públicas de saúde organizadas pelo Estado vêm trabalhando fortemente com o conceito de grupos em condição de vulnerabilidade (ROCHA ET AL, 2012).

De acordo com Rocha et al (2012), pessoas estrangeiras que se encontram em determinadas situações de vulnerabilidade, como é o caso da condição migratória irregular, do isolamento por não conhecimento do idioma ou por formas de exclusão

* Discente do Curso de Medicina/UFRR.

** Docente do Curso de Medicina/UFRR.

social ou cultural, podem estar mais expostas aos riscos de violações de direitos por causa de suas desigualdades não reconhecidas pelas políticas públicas.

Desta forma, a migração pode representar uma condição que favorece e até leva a pessoa a passar por situações de vulnerabilidade.

Para Ayres (2003), o conceito de vulnerabilidade é expresso por um “conjunto de aspectos individuais e coletivos relacionados ao grau e modo de exposição a uma dada situação e, de modo indissociável, ao maior ou menor acesso a recursos adequados para se proteger das consequências indesejáveis daquela situação”.

Em novembro de 2016, foi criado o Centro de Referência ao Imigrante (CRI), atualmente chamado de abrigo provisório ao imigrante venezuelano (APIV) localizado no bairro Silvio Botelho, zona oeste da capital Boa Vista e o censo lançado em setembro de 2018, demonstra média diária populacional de 632 imigrantes indígenas (BRASIL,2018).

Entretanto, para o acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade, faz-se necessário implementação de medidas assistenciais adequadas de saúde.

Rocha et al (2012) afirma que políticas públicas pensadas em uma perspectiva integral e transversal favorece a integração e a prevenção de violações de direitos para migrantes e podem fortalecer a inclusão da população migrante e refugiada, diminuindo as desigualdades existentes na sociedade.

Diante dessa situação apresentada, a presente pesquisa tem como objetivos descrever as estratégias de cuidado implementadas aos imigrantes indígenas venezuelanos do abrigo do bairro Silvio Botelho, conhecer a distribuição espacial, a oferta de alimentação e medidas assistenciais de saúde, traçar um perfil epidemiológico dos grupos populacionais presentes no abrigo, entender como ocorre a organização das atividades de saúde realizadas no local e o impacto na saúde dos imigrantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A saúde é um dos direitos inerentes a condição de cidadania, pois a plena participação dos indivíduos na sociedade política se realiza a partir de sua inserção como cidadãos (GIOVANELLA ET AL, 2012).

Segundo Giovanella (2012), cada sociedade responde a necessidade de criar políticas de proteção social de acordo com os valores compartilhados, com suas instituições, com a relação de maior ou menor peso do Estado e da comunidade.

Assim, as ações relacionadas ao desenvolvimento, a reprodução e a transformação dos sistemas de proteção social consistem na chamada Política Social, que visa promover seguridade social e bem-estar.

A política social apresenta ações intervencionistas na forma de distribuição de recursos e oportunidades, a promoção de igualdade e dos direitos de cidadania e a afirmação de valores humanos como ideais a serem tomados como referência para a organização de nossas sociedades (GIOVANELLA ET AL, 2012).

Segundo Madeira (2014), duas características definem os sistemas de política social: seu caráter universal e a responsabilidade compartilhada dos entes federativos (governo federal, governos estaduais e governos municipais).

De acordo com Giovanella et al (2012), como atividade de proteção social, a política de saúde se coloca na fronteira de diversas formas de relação social e envolve estratégias, planos, instrumentos e processos mediados por instituições e significados culturais.

A política de saúde se constrói buscando atingir objetivos projetados e acordados como garantidores de padrões de proteção mínimos contra riscos sociais e a promoção do bem-estar (GIOVANELLA ET AL, 2012). Desta forma, cumpre seu papel maior de proteger as coletividades.

Previdência, saúde, educação, assistência social e segurança alimentar atendem aos demandantes independentemente de sua condição socioeconômica.

Vários autores trazem definições sobre o que seriam políticas públicas. Mead (1995 apud SOUZA, 2010) afirma que são atos e medidas dos governos à luz de grandes questões públicas. Para Lynn (1980 apud SOUZA, 2010), são conjuntos de ações governamentais com objetivos específicos.

Peters (1986 apud SOUZA, 2010) refere que são ações diretas ou indiretas do governo que possuem influência sobre a vida das pessoas. Rua (1998) citada por Sposito e Carrano (2003, p.17) propõe “o entendimento das políticas públicas como um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos”.

Para Souza (2010), a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras, que é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados e que, embora tenha impactos de curto prazo, é uma política de longo prazo.

De acordo com Abramovay (2002), a vulnerabilidade social é definida como situação em que os recursos e habilidades de um dado grupo social são insuficientes e inadequados para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade.

A análise da vulnerabilidade permite conhecer e compreender as diferenças como cada um individualmente e em grupo vivencia e enfrenta o processo saúde-doença. Propõe-se a construção de marcadores que podem ser utilizados para avaliar as condições de vida e saúde de indivíduos e grupos para subsidiar a intervenção orientada para os determinantes do estado de vulnerabilidade (NACHIATA, 2008).

Políticas públicas surgem com o objetivo de prover a atenção e o fornecimento de recursos adequados ao planejamento e concretização de ações, tendo em vista assegurar direitos sociais conquistados pela população.

Para que as funções estatais sejam exercidas com legitimidade, é preciso haver planejamento e permanente interação entre governos e sociedade, de forma que sejam pactuados objetivos e metas que orientem a formulação e a implementação das políticas públicas (SOUZA, 2006).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva, de abordagem quanti-qualitativa realizada no abrigo do bairro Silvio Botelho em Boa Vista – RR.

A pesquisa foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2018, através da coleta de dados a partir da observação direta e acesso aos formulários adotados pelas equipes que prestam assistência aos abrigados.

Posteriormente foi realizada a análise dos dados coletados em gráficos com o perfil epidemiológico do abrigo tabulados na planilha eletrônica Excel do Microsoft Office 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 01 mostra que a maior quantidade de pessoas tanto do sexo masculino quanto feminino se encontram na faixa etária de 22-59 anos, seguida da faixa etária de 0-3 anos e a menor população se encontra acima de 60 anos.

Através da análise dos dados da tabela 01, é possível concluir que não há muita diferença entre a quantidade de homens e mulheres presentes no abrigo.

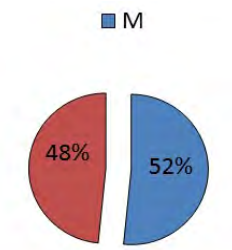
O povo Warao possui clara divisão sexual do trabalho quando em suas comunidades, competindo aos homens a pesca e construção de canoas e às mulheres a elaboração da farinha e a cestaria (BRASIL,2017).

Tabela 1: Indígenas venezuelanos do abrigo do bairro Silvio Botelho divididos por faixa etária

Sexo	0-3	4-6	7-12	13-18	19-21	22-59	>60	Totais
M	50	43	48	36	19	106	24	326
F	40	30	43	35	19	102	37	306
Subtotal	90	73	91	71	38	208	61	632

Fonte: ACNUR/2018.

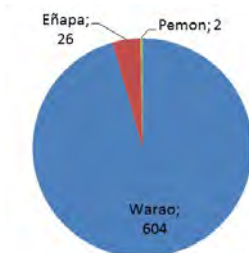
Quadro 1: Divisão por sexo dos indígenas venezuelanos do abrigo do bairro Silvio Botelho



Fonte: ACNUR/2018.

Segundo o quadro 02, referente as etnias, há 03 etnias atualmente no abrigo: Warao, Eñapa e Pemon, a população é composta quase absolutamente por indígenas da etnia Warao, que corresponde a 95,5% da população presente no abrigo. A etnia Pemon passou a existir no abrigo a apartir de julho de 2018.

Quadro 2: Etnias dos indígenas venezuelanos presentes no abrigo do bairro Silvio Botelho.



Fonte: ACNUR/2018.

Os Warao são a segunda maior população indígena deste país, somando cerca de 49.000 indivíduos, provenientes de comunidades situadas na região caribenha do delta do Rio Orinoco, no litoral venezuelano. O deslocamento para as cidades é feito por grande parte da população indígena na Venezuela e não só pelos Warao, mas com suas próprias singularidades. (BRASIL, 2017).

A tabela 02 a seguir, mostra a composição familiar dos indígenas venezuelanos presentes no abrigo, com a presença de 09 aidamos, que representa a liderança/conselheiro em cada comunidade exercida pelo mais velho. Um Aidamo, é uma posição social hereditária e vitalícia ligada à figura masculina e à chefia de um grupo familiar formador da comunidade(ou seja, o sogro).

Também mostra que há 179 famílias no abrigo, que possuem uma média de 4,3 pessoas por família. O papel da mulher costuma ser fundamental na composição da unidade do grupo (elas permanecem e os homens circulam) e na redistribuição dos alimentos e outros recursos adquiridos entre os integrantes da família (BRASIL, 2017).

Tabela 02: Composição Familiar dos indígenas venezuelanos presentes no abrigo do bairro Silvio Botelho.

Aídamos	9
Famílias	179
Média de membros por família	4,32
Etnias	3

Fonte: ACNUR/2018.

Em relação a divisão espacial, os indígenas imigrantes são divididos por famílias e de acordo com suas respectivas etnias em cabanas localizadas ao lado do ginásio, como mostrado na figura 01, e também dentro do ginásio, onde dormem em redes, uma ao lado da outra, divididas em duas grandes fileiras, como mostrado na figura 02.

Figura 01: Cabanas ao lado do ginásio presentes no abrigo.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 02: Cabanas ao lado do ginásio presentes no abrigo.



Fonte: Arquivo pessoal.

A respeito da gestão, dentro dos abrigos fica a cargo do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), pela secretaria de Estado de Bem estar Social – Setrabes, do Estado de Roraima, das Organizações não governamentais Fraternidade sem Fronteiras e Fraternidade - Federação Humanitária Internacional, do Ministério da defesa – exército brasileiro, além de outros parceiros. Os militares prestam apoio logístico, assistência médica, segurança e fornecem a alimentação.

Os contextos urbanos geraram, por um lado, uma solução precária à economia Warao, alterada pelos danos socioambientais em seu território, mas, por outro lado, lhes acarreta problemas relacionados à saúde, estranhos ao universo indígena (tuberculose, diabetes, DSTs) e que normalmente estão associados à pobreza, desnutrição e desamparo social (BRASIL, 2017).

Estes problemas se somaram a outros decorrentes de questões sanitárias surgidas como consequência das alterações ambientais nas suas áreas de origem (como a malária, a febra amarela, dentre outras).

A assistência a saúde é realizada pelo Ministério da defesa, que faz dois atendimentos médicos/semana, pela ACNUR, que proporciona enfermeiros e técnicos de enfermagem disponíveis de segunda a sexta, pelo DSEI-Leste (distrito sanitário especial indígena), que realiza campanhas de vacinação a cada 15 dias e pelo DSEI-Yanomami, que disponibiliza testes de HIV são a cada 15 dias. Vide Figura 03:

Figura 03: Atendimento médico realizado pelo ministério de defesa no abrigo.



Fonte: Arquivo pessoal.

A partir destes atendimentos, foi possível elencar os principais casos de doenças crônicas em acompanhamento, e o grupo de gestantes. Conforme tabela 03:

Tabela 03: Situação de saúde Atual.

Tuberculose	09 pessoas em tratamento
Soropositivos	07 em tratamento
Gestantes	13 mulheres com acompanhamento de pré-natal
Sem internações hospitalares	

A alimentação inicialmente distribuída pronta em marmitas aos imigrantes, atualmente é entregue diariamente pelo exército, para distribuição entre os ajudados que fazem a divisão dos alimentos para cada chefe de família e assim, os alimentos são cozinhados pelas mulheres de cada família em uma cozinha coletiva em que dividem panelas e outros utensílios entre as mulheres de sua etnia, como mostrado na figura 04 a seguir.

Figura 04: Cozinha coletiva para cozimento dos alimentos no abrigo.



Fonte: Arquivo pessoal.

Essa medida foi tomada pelo motivo dos indígenas não aceitarem os alimentos oferecidos em marmitas, devidos as diferenças de cultura, na qual os indígenas estavam acostumados com atividades de pesca e agricultura, e portanto com alguns tipos de alimentos que diferem um pouco da alimentação antes oferecida.

Para Campos (1982), é a cultura de um grupo que provê aos atores sociais estabelecer um sistema classificatório e valorativo daqueles alimentos considerados comestíveis ou não, define as técnicas e ambientes onde o alimento poderá ser encontrado, classifica, organiza e valora os alimentos em vários tipos de comida, tais como: “boa”, “fraca”, “forte”, “leve”. Fato que atesta a estratégia de preparo do alimentos, adotada pelo abrigo como positiva para adaptação dos povos ali abrigados.

Quando da chegada dos espanhóis à região caribenha, os Warao já ocupavam todo o território do delta do Rio Orinoco e áreas insulares do caribe, com economia baseada na caça, pesca e coleta. Eles também já praticavam uma agricultura incipiente e possuíam conhecimentos avançados e sofisticados sobre embarcações (BRASIL,2017).

Sendo assim, para compreender as condições de saúde destes povos aqui discutidas, torna-se premente, compreender os seus aspectos culturais e modos de vida, para que vivam dentro de um contexto mais humanitário e equitativo, a partir da adoção de estratégias que amenizem o sofrimento resultante das mudanças bruscas ocorridas em suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer o modo de vida e hábitos de cultura dos indígenas imigrantes é de grande importância para se planejar ações de saúde que atendam às necessidades dessa população.

As estratégias assistenciais implementadas permitem a esta população acesso a direitos humanos, como moradia, alimentação e assistência à saúde. São necessários mais estudos sobre a cultura dos povos indígenas presentes no abrigo e busca de novas estratégias de cuidado e integralização, utilizadas de forma a amenizar o sofrimento e riscos à saúde destas pessoas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. C.; et.al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

AITH, F, SCALCO, N., Direito à saúde de pessoas em condição de vulnerabilidade em centros urbanos, **Revista USP** - São Paulo, n. 107, p. 43-54, outubro/novembro/dezembro, 2015.

AYRES, J. C. R. M. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. de. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Distrito Sanitário Especial Indígena – Leste de Roraima. **Relatório situacional** – Centro de Referência ao Imigrante. Boa Vista- RR, 2018.

BRASIL. Ministério público federal. Procuradoria geral da república. **Parecer técnico: Populações Indígenas; Direitos Humanos; Cidadania Indígena em Fronteiras Nacionais**, 2017.

CAMPOS, M.S. **Poder, saúde e gosto**. São Paulo (SP): Cortez; 1982.

DIAS, Sónia; GONÇALVES, Aldina. Migração e Saúde. **Revista Migrações** - Número Temático Migração e Saúde, Lisboa: ACIDI n.º 1,15-26, p, 2007.

GIOVANELLA, L., **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. 2ed, rev e ampliada. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p.1100, 2012.

NACHIATA, L, Y.I., A utilização do conceito “vulnerabilidade” pela enfermagem. **Revista Latino-am Enfermagem**- setembro-outubro, ed 16, n 5, 2008.

ROCHA, A.A.B.M., A importância da implementação para a análise das políticas públicas. **Revista Pensamento & Realidade**, v. 27 n° 1, 2012.

SCLIAR, M., História do Conceito de Saúde. **Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n.1, p. 29-41, 2007.

SOUZA, C. Estado da Arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 65-86, 2010.

SOUZA, C. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n° 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

MADEIRA, L.M., **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Avaliação de Políticas Públicas. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, p. 254, 2014.

ARTIGO
GARANTIAS DOS DIREITOS HUMANOS NA
INTERIORIZAÇÃO DOS REFUGIADOS NO CONTEXTO
AMAZÔNICO

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisará a questão das garantias dos direitos humanos na interiorização dos refugiados no contexto amazônico a partir de uma perspectiva filosófica a fim de identificar sua natureza, seus fundamentos, seu caráter difuso de suas múltiplas formas de expressão e o respeito pelos direitos fundamentais.

Nos ensinamentos de Norberto Bobbio (2010), as categorias argumentativas dos discursos morais, éticos e jurídicos, nos moldes da teoria discursiva da democracia e do direito, proporcionam papéis conclusivos na formação da opinião e da vontade nas esferas privadas e públicas.

Categorias aos quais têm asseguradas à proteção dos direitos essenciais do ser humano, no plano nacional e internacional dos refugiados, que tem como objetivo a proteção humana e agem diretamente na garantia de todos os direitos fundamentais, desde a saída de o seu local de residência, trânsito de um país a outro, concessão do refúgio no país de acolhimento e seu eventual término. (BOBBIO, 2010)

O direito dos refugiados está ancorado no direito de todos, conforme Jungen Habermas (2004), previsto na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), de procurar e obter, em outros países, asilo contra as perseguições de que seja alvo, bem como o direito de regressarem ao seu próprio país.

Além disso, as violações graves dos direitos humanos, nomeadamente em casos de conflito armado, tragédias naturais e problemas econômicos, são fatores que conduzem à criação da situação de refugiados. (HABERMAS, 2004)

No atual mundo contemporâneo Jungen Habermas (2004) diz que está marcado pela transformação mais intensa de discursos fundamentalistas de toda ordem, sus-

* Especialização em Direito Tributário; Especialização em Direito Civil e Processo Civil; Pós-Graduando em Direito Público, na UERR; Aluno Especial, no Mestrado em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, na UERR; Aluno Especial, no Mestrado em Sociedade e Fronteiras, na UFRR. E-mail: jaasiel.campos.advogado@gmail.com

tenta que a centralidade da categoria dos direitos fundamentais para o enfrentamento dos desafios multiculturais, que se apresentam como categorias postas em xeque, e sua relevância serão sustentadas como chave interpretativa das análises críticas pretendidas nesta pesquisa.

Dessa forma, a reflexão jurídica é assumida em um quadro neoconstitucionalista, conectada com a filosofia moral e política. A partir desta perspectiva, aflora a necessidade de garantir os direitos humanos aos refugiados, dos nossos países vizinhos ou próximos a Região Amazônica, já consagrada por questões internacionais voltadas aos imigrantes aos tempos atuais vivenciados.

Sendo assim procura-se chegar ao objetivo geral que é analisar as garantias dos direitos humanos na interiorização dos refugiados no contexto amazônico. Assim como pretende-se chegar aos seguintes objetivos específicos:

- Compreender, pautado na Convenção ao Estatuto dos Refugiados, na Amazônia, os relacionados as questões fronteiriças; cultura e diversidade;
- Estudar o comportamento regional dos povos amazônicos relativo à política nacional de segurança e seus processos voltados aos refugiados; e
- Visualizar os processos de integração regional amazônico de modo a descrever os avanços e oportunidades obtidas na interiorização dos refugiados.

O desenvolvimento metodológico utilizará o método dedutivo, que parte da compreensão da regra geral para então compreender os casos específicos, como também, a teoria discursiva sobre a interiorização dos refugiados e suas garantias presentes nos direitos humanos, o qual buscará perspectivas internas aos referenciais adotados com uma abordagem de cunho qualitativo, exploratória e bibliográfico, a fim de apresentar um conjunto de dados que possam ser desdobrados em pesquisa especializada por áreas de conhecimento dos Direitos Humanos, Constitucional e Internacional.

RESULTADOS PRELIMINARES

A complexidade atualmente vivenciada pela crise migratória dos venezuelanos e outrora pelos haitianos e peruanos requer uma visão geral de mundo acerca das garantias dos direitos humanos no contexto amazônico a partir de uma perspectiva filosófica, inerentes ao poder do Estado, conforme ensinamentos de Costa (2015).

De acordo com Bertha Koiffmann Becker (2009), a geografia da região amazônica que faz fronteira com diversos países é um estímulo natural para compreender

como a proximidade espacial convive com grandes diferenças relativas à composição sociocultural dos países da América do Sul e sua formação histórica.

Dalmo Dallari (2007), diz que os laços transnacionais nas fronteiras caracterizados por políticas de cooperação nas áreas de relações comerciais, fluxo migratório, energia, transporte, e ao combate aos ilícitos transnacionais, como por exemplos, o descaminho de combustível, o tráfico de drogas, tráfico de pessoas e a prostituição, são condições favoráveis para o deslocamento dos imigrantes que almejam uma melhoria de vida.

Este mosaico de interações justifica a importância do espaço amazônico para proporcionar outros ares aos povos estrangeiros que necessitam de um recomeço, seja temporário ou definitivo, nas palavras de Norma Bentes (2010).

Assim o presente trabalho justifica-se pelos estudos voltados a apresentar garantias dos direitos humanos na interiorização dos refugiados e contribuir para um amplo entendimento da sociedade tendo em vista a abrangência atual veiculada e vivenciada, diuturnamente, sobre o tema.

DEFINIÇÕES CONSTANTES NA DECLARAÇÃO DE CARTAGENA DE 1984

O Brasil sediou, em dezembro de 2014, a Conferência Cartagena+30, encontro de chefes de governos do Caribe e da América Latina com o objetivo de discutir assuntos e tomar adoções acerca do Plano de Ação, como também, de uma Declaração para a década vindoura com a intenção de melhorar as proteções dos deslocados, apátridas e refugiados.

A Declaração de Cartagena (1984) tem como foco definir parâmetros para a superação dos obstáculos enfrentados pelos apátridas, deslocados e refugiados que conceituou a situação de refugiado estabelecida, anteriormente, na Convenção da ONU (1951).

Pode-se dizer que um dos pontos mais importantes que acabou alterando a atuação dos estados neste tema foi o fato do texto da Declaração propor um conceito ampliado de refugiados, incluindo as graves violações aos direitos humanos, o que leva a um entendimento de convergência das vertentes de proteção internacional da pessoa humana.

Percebe-se que houve a necessidade da aplicação convergente do Direito Internacional dos Direitos Humanos, do Direito dos Refugiados e do Direito Humanitário para uma alteração positiva e relevante na vida dos apátridas, deslocados e refugiados, como sendo uma ampliação com um caráter, significativamente, inovador.

A Declaração de Cartagena (1984) promoveu dentro dos países da América Latina a adoção de normas que facilitam sua aplicação, em caso de necessidade, que estabeleçam os procedimentos para proteção dos pedidos de concessão de refúgio, proporcionando critérios e princípios necessários à harmonização sistemática das legislações nacionais em matéria de refugiados.

Assim, a Declaração de Cartagena (1984), definiu a condição de refugiado:

CONCLUSÃO TERCEIRA - Reiterar que, face à experiência adquirida pela afluência em massa de refugiados na América Central, se toma necessário encerrar a extensão do conceito de refugiado tendo em conta, no que é pertinente, e de acordo com as características da situação existente na região, o previsto na Convenção da OUA (artigo 1., parágrafo 2) e a doutrina utilizada nos relatórios da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos. Deste modo, **a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.** (grifos nossos)

Oportuno diferenciar os conceitos de migrantes, imigrantes e refugiados; pois os primeiros escolhem se deslocar dentro de seu próprio país por diversos fatores que não os levam a deixar sua nação materna; já os imigrantes deslocam-se, principalmente, para melhorar sua vida por meio da educação, trabalho ou por questões familiares que já moram em outros países e continuam recebendo a proteção institucional do seu governo de nascimento.

Já os refugiados, que não podem voltar ao seu país, por questões de cunhos humanitários, distingue-se dos demais por serem protegidos em procedimentos que tratam de normas sobre refúgio e suas proteções como pessoa humana, definidas tanto em leis nacionais como no direito internacional.

Assim, podemos facilmente conceituar o termo refugiados como pessoas que cruzaram uma fronteira internacional por estarem fugindo, porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.

NÚMEROS DE REFUGIADOS NO BRASIL

Segundo dados fornecidos pelo Ministério da Justiça junto ao Departamento de Polícia Federal Brasileira, em respeito à Lei de Acesso à informação, entre os anos de 2007 a 2017 a República Federativa do Brasil reconheceu a situação de mais 10.145 (dez mil cento e quarenta e cinco) refugiados, desses, até dezembro de 2017, 5.134 (cinco mil cento e trinta e quatro) continuaram no Brasil na condição de refugiados e os outros 5.011 (cinco mil e onze) retornaram ao país de origem porque a situação melhorou ou foram naturalizados brasileiros.

Até 2017, O Estado Roraima foi quem mais recebeu pedidos de reconhecimento de refugiado no importe de 15.955 (quinze mil novecentos e cinquenta e cinco), por ser a porta de entrada dos venezuelanos em nosso país.

Surpreendentemente, somente nos quatro primeiros meses de 2018, ocorreu um crescimento no importe de 161% (cento e sessenta e um por cento) no número de estrangeiros que pediram refúgio no Brasil, sendo a sua maioria de venezuelanos no importe alarmante de 19.429 (dezenove mil quatrocentos e vinte e nove) pedidos de janeiro a abril deste ano.

O Ministério da Justiça, por meio do Departamento da Polícia Federal Brasileira, informou em seu site, que em 2018 o Brasil recebeu solicitações de refúgio de estrangeiros de 97 (noventa e sete) nacionalidades diferentes, sendo que os países de origem com mais pedidos registrados, somente, em 2018 foram à Venezuela, Haiti, Cuba, China e Bangladesh.

Na situação dos venezuelanos, o aumento se intensificou a partir de 2013, fato que pode estar relacionado ao agravamento da crise econômica e sociopolítica, a qual tem gerado a falta de abastecimento de produtos de primeira essenciais, como remédios e alimentos.

Nesse sentido, o Brasil passou a ser uma grande opção, já que a imigração para países vizinhos, como é o caso da Colômbia e da Guiana, não seria viável, em razão dos antigos conflitos políticos e territoriais que envolvem esses países. (BAENINGER, 2015)

Na Fronteira com o Brasil, em Pacaraima, eles solicitam o status de refugiado, alegando violação de direitos humanos na Venezuela, condição que os preservam do risco de serem deportados. Segundo o Ministério da Justiça, por meio do Departamento da Polícia Federal Brasileira, daquele posto fronteiriço, os venezuelanos formalizam mais de 1.000 (mil) pedidos de refúgio diário, número que vem aumentando a cada mês. (BAENINGER, 2015)

Destaca-se, segundo Luís Eduardo Aragón (2013), a presença de um grupo de indígenas Waraos, originários do Delta do Orinoco, os quais por sua cultura lavam suas roupas, preparam a comida em fogões à lenha e à noite dormem em qualquer local coberto.

Para prover a alimentação dos indígenas Waraos, as mulheres pedem ajuda à população local ou vendem artesanato, enquanto os homens fazem algum trabalho simbólico, como descarregar mercadorias de caminhões que chegam em Pacaraima. Outros seguem até Boa Vista, e mulheres indígenas Warao já são vistas nos semáforos ou em frente aos comércios pedindo dinheiro. (ARAGÓN, 2013)

Vale também enfatizar que muitos venezuelanos cruzam a fronteira em Pacaraima apenas para comprar alimentos básicos, como açúcar, óleo de cozinha, artigos de limpeza entre outros. Para parte dos venezuelanos, a saída tem sido o trabalho informal, como o comércio ambulante pelas ruas de Boa Vista ou limpando vidro de automóveis nos semáforos.

Para Márcia Maria de Oliveira (2016), o maior problema desses venezuelanos é conseguir uma carteira de trabalho, pois se tornam vulneráveis a todo tipo de exploração, particularmente, mulheres jovens que se inserem no mercado da prostituição.

Não encontrando trabalho em Boa Vista, seguem até Manaus/AM, pela BR 174, percorrendo mais de 780 quilômetros pela busca por trabalho o qual é um grande desafio a ser conquistado, pois apesar de alguns serem bem qualificados profissionalmente com habilidades técnicas e até níveis superiores de educação, poucas possibilidades de inserção aparecem para eles em setores primários, trabalho informal, comércio e serviços. (OLIVEIRA, 2016)

Dessa forma, se olharmos as migrações internacionais a partir da perspectiva transnacional, teremos que considerar as heterogeneidades dos estrangeiros e dar respostas a questões que vão além das fronteiras dos estados nacionais. (SAYAD, 2008)

Para tanto, é necessário superar a visão securitária da questão humanitária que os refugiados fazem jus e trata-los como um processo social que implica em diferentes formas de intercâmbios, direitos e deveres recíprocos e não apenas como pessoas de risco que irão temporária passar um determinado lapso temporal em condições precárias.

OS DIREITOS HUMANOS AOS REFUGIADOS NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Para solicitar refúgio é preciso estar presente no território brasileiro e a qualquer momento após a sua chegada ao Brasil, o estrangeiro que se considera vítima de perseguição em seu país de origem deve procurar uma Delegacia da Polícia federal ou autoridade migratória na fronteira e solicitar expressamente o refúgio para adquirir a proteção do governo.

O estrangeiro que solicita refúgio no Brasil não pode ser deportado para fronteira de território onde sua vida ou liberdade estejam ameaçadas, em respeito ao insculpido em seus ditames relativos às relações internacionais, preconizado no artigo 4º, parágrafo único, da Carta Cidadã Brasileira de 1988, em ter como objetivo mais amplo no protagonismo nacional buscar a integração com as comunidades latino-americanas.

A Lei Brasileira de Refúgio considera como refugiado todo indivíduo que sai do seu país de origem devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas imputadas, ou devido a uma situação de grave e generalizada violação de direitos humanos no seu país de origem. (REIS, 2011)

O tema dos direitos humanos abranger os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sócio-econômico-culturais, problematizando, assim, a natureza política em sentido amplo do fortalecimento da integração junto aos países latinos.

Guilherme de Souza Nucci (2016) leciona que as relações entre os Estados Soberanos, examinadas por conflitos internos face ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, ao Direito da Integração Regional e às formas de cooperação internacional, possuem questões que suscitam em relação aos tratados à sua aplicação das garantias de interiorização dos refugiados no contexto Amazônico.

Conforme cartilha para solicitantes de refúgio no Brasil, da agência da Organização das Nações Unidas, os refugiados possuem os seguintes direitos:

- a) **NÃO DEVOLUÇÃO:** Os solicitantes de refúgio não podem ser devolvidos ou expulsos para um país onde a sua vida ou integridade física estejam em risco. A proteção contra a devolução impõe, inclusive, o dever das autoridades brasileiras de garantirem que qualquer estrangeiro terá acesso ao mecanismo de refúgio, sobretudo nos controles migratórios nas fronteiras, portos e aeroportos;
- b) **NÃO PENALIZAÇÃO PELA ENTRADA IRREGULAR:** Enquanto o pedido de refúgio estiver sendo analisado, os solicitantes de refúgio têm o direito de não serem investigados ou multados pelo ingresso irregular no território brasileiro;

- c) **DOCUMENTAÇÃO:** Os solicitantes de refúgio têm direito a documentos de identidade (Protocolo Provisório) e carteira de trabalho provisória, os quais servirão de prova do seu direito de permanecer em território brasileiro até decisão final do processo de solicitação de refúgio;
- d) **TRABALHO:** Os solicitantes de refúgio têm direito a carteira de trabalho, podem trabalhar formalmente e são titulares dos mesmos direitos inerentes a qualquer outro trabalhador no Brasil. O Brasil proíbe o trabalho de menores de 14 anos, o trabalho em condições análogas à de escravo e a exploração sexual;
- e) **LIVRE TRÂNSITO PELO TERRITÓRIO BRASILEIRO;**
- f) **EDUCAÇÃO:** Os solicitantes de refúgio têm o direito de frequentar as escolas públicas de ensino fundamental e médio, bem como de participar de programas públicos de capacitação técnica e profissional;
- g) **SAÚDE:** Os solicitantes de refúgio podem e devem ser atendidos em quaisquer hospitais e postos de saúde públicos no território nacional;
- h) **NÃO SER DISCRIMINADO(A):** Ninguém pode ter seus direitos restringidos em razão da cor da sua pele, pelo fato de ser mulher ou criança, por sua orientação sexual, por sua situação social, por suas condições econômicas ou por suas crenças religiosas. O racismo é considerado crime no Brasil;
- i) **NÃO SOFRER VIOLÊNCIA SEXUAL OU DE GÊNERO:** No Brasil, homens e mulheres têm os mesmos direitos e toda forma de violência contra a mulher, em razão do gênero ou da orientação sexual é crime. A mulher vítima de violência tem o direito a receber assistência médica e formalizar sua denúncia através do telefone 180 ou em delegacias de polícia especializadas em atendimento à mulher;
- j) **PRATICAR LIVREMENTE SUA RELIGIÃO:** O Brasil é um país laico que assegura a plena liberdade de culto, religião e crença.

Todos os pedidos de refúgio no Brasil são decididos pelo Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE, órgão vinculado ao Ministério da Justiça e composto por representantes do Ministério da Justiça, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Trabalho, do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, do Departamento de Polícia Federal e de organizações da sociedade civil dedicadas a atividades de assistência, integração local e proteção aos refugiados no Brasil.

A mesma cartilha da agência da Organização das Nações Unidas, para solicitantes de refúgio no Brasil, dita quais são as obrigações e deveres que os refugiados devem respeitar:

- a) respeitar todas as leis.
- b) respeitar as pessoas, entidades e organismos públicos e privados.
- c) renovar seu Protocolo provisório de solicitação de refúgio nas delegacias de Polícia federal e mantê-lo sempre atualizado.
- d) informar seu domicílio e mantê-lo atualizado nas delegacias de Polícia federal e junto ao CONARE órgão ministerial que fica localizado em Brasília, no Ministério da Justiça.

A preocupação com a dignidade da pessoa humana é produto de uma evolução social que surgiu após de II Guerra Mundial, já que antes o conceito de humanidade estava relacionado a um pensamento clássico, retrogrado e sem preocupações, mas isso não foi suficiente para solucionar os problemas ocorridos nas atrocidades no regime nazista.

Nos ensinamento de André de Carvalho Ramos (2017, p. 177), a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados foi concluída em Genebra, em julho de 1951, e adotada pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários ao Estatuto dos Refugiados e Apátridas, em dezembro de 1950.

O texto do Protocolo prevê a cooperação das autoridades nacionais que aderiram com o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR e seu dever é de fornecer informações e dados estatísticos sobre a condição de refugiados, a aplicação do Protocolo e leis, regulamentos e decretos que possam vir a ser aplicáveis a eles.

No Brasil, conforme o doutrinador André de Carvalho Ramos (2017, p. 177), a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados foi aprovada pelo Decreto nº 99.757, (BRASIL, 1990), o Governo Brasileiro retirou as reservas existentes aos artigos 15 e 17 da Convenção de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados tornando-a totalmente ratificado.

Salienta-se que não é aplicável as pessoas que cometeram qualquer crime contra a paz, crime de guerra ou crime contra a humanidade, conforme determinem instrumentos internacionais contrários aos fins e princípios das Nações Unidas. (RAMOS, 2017, p. 178)

Napoleão Casado Filho (2012, p. 24), leciona que os artigos da Convenção disciplinam disposições sobre o bem-estar dos refugiados. Inicialmente, determina o tratamento do refugiado como o nacional em caso de racionamento de produtos de que há escassez, assim como para o tratamento em matéria de assistência, de socorros públicos e o oferecimento de ensino primário.

Sobre o assunto de alojamentos, deve-se dar aos refugiados o tratamento tão favorável quanto possível e, em todo caso, tratamento não menos favorável do que aquele que é dado, nas mesmas circunstâncias, aos estrangeiros em geral.

Quanto à legislação do trabalho, os Estados Contratantes podem dar aos refugiados que residam regularmente no seu território o mesmo tratamento dado aos nacionais. Também recebem o mesmo tratamento quanto à previdência social, acidentes do trabalho, moléstias profissionais, maternidade, doença, invalidez, velhice, morte, desemprego, encargos de família, além de qualquer outro risco que esteja previsto no sistema de previdência social. (CASADO FILHO, 2012, p. 24)

Sobre as medidas administrativas relativas aos refugiados, o Estado deve proporcionar assistência administrativa para o exercício de direitos que normalmente exigem assistência estrangeira.

Qualquer refugiado que não possua documento de viagem válido deverá receber do Estado Contratante documento de identidade e outros documentos necessários para que possam viajar para fora do território, salvo por razões imperiosas de segurança nacional ou ordem pública, conforme Napoleão Casado Filho (2012).

O refugiado não poderá ser expulso ou rechaçado para fronteiras de territórios em que sua vida ou liberdade estejam ameaçadas em decorrência de sua raça, religião, nacionalidade, grupo social a que pertença ou opiniões políticas, o que consagra o princípio da proibição do rechaço, o *non-refoulement*. (RAMOS, 2017)

Dessa forma, a Convenção prevê que os Estados Contratantes devem facilitar, na medida do possível, a naturalização dos refugiados, esforçando-se para acelerar o processo e reduzir suas taxas e despesas, decorrentes da cooperação dos Estados Contratantes com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (BARROS, 2007)

Assim os argumentos identificados como críticos buscou, sem descuidar da perspectiva interna aos referenciais adotados, compreender, estudar e visualizar os processos de integração regional amazônico descrevendo as oportunidades contidas no apoio humanitário que os refugiados fazem jus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a complexidade atualmente vivenciada pela crise migratória dos venezuelanos e outrora pelos haitianos com afincos de identificar os riscos e as possibilidades dos atos estatais pertinentes ao tema requer uma visão geral de mundo acerca do processo de deslocamento dos imigrantes.

O acolhimento em outro país em decorrência de ajuda humanitária deve ser respeitado pelas garantias dos direitos humanos, a partir de uma perspectiva social de receptividade inerente ao poder do Estado.

A geografia da região amazônica, que faz fronteira com diversos países, é um estímulo natural para os constantes deslocamentos em virtude da proximidade espacial que o Brasil possui com os países da América do Sul, mesmo assim não é possível solicitar a condição de refugiado estando fora do território brasileiro, em consulado ou embaixada brasileira no exterior.

A solicitação de refúgio é inteiramente gratuita e pode ser feita diretamente pelo interessado não sendo obrigatória a presença de advogado. A solicitação de refúgio pode ser feita na área de fronteira ou dentro do território brasileiro.

O ingresso irregular no território não constitui impedimento para o estrangeiro solicitar refúgio às autoridades competentes. Toda informação prestada pelo solicitante de refúgio será confidencial e não será compartilhada com as autoridades do seu país de origem.

A solicitação de refúgio também pode ser feita para o grupo familiar que o acompanhe no Brasil. Às crianças e os menores de 18 anos, desacompanhadas ou separadas da sua família será designado judicialmente a um adulto responsável, o qual será seu guardião.

O refugiado não precisa viajar ou ter que passar a morar em Brasília, onde fica a sede do CONARE, para acompanhar o pedido de refúgio, pois poderá receber informações do seu pedido em qualquer posto da Polícia Federal ou com as organizações da sociedade civil parceiras do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

Por fim, a proteção do ser humano insculpida no Artigo 1º, Inciso III, da nossa Carta Maior de 1988 deve ser preservada na garantia de todos os direitos fundamentais aos refugiados, desde a saída de sua residência, no trânsito entre países e durante a concessão de refúgio no país de acolhimento, que conectada com a filosofia moral e política abrangerá condições humanas das necessidades dos povos vizinhos e/ou próximos a Região Amazônica, as quais já são consagradas por questões internacionais aos estrangeiros em situação de vulnerabilidade extrema.

REFERÊNCIAS

ARAGÓN, Luís Eduardo. **Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar**. Cinco temas para um debate. São Paulo, Hucitec, 2013.

BAENINGER, Rosana Aparecida. **Migração, Trabalho e Cidadania** São Paulo, EDUC, 2015.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. Sao Paulo: Pearson P. Hall, 2007.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia**. Cadernos NADIAM, Brasília, MMA, 2009.

BENTES, Norma. **Indicadores Sociais no Amazonas: contrastes na urbanização da capital e do interior**. Manaus: Edições Muiraquitã, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BRASIL, **Decreto No 99.757, de 29 de Novembro de 1990**. Retifica o Decreto nº 98.602, de 19 de dezembro de 1989, que deu nova redação ao Decreto nº 50.215, de 28 de janeiro de 1961, que promulgou a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados.

CARTILHA PARA SOLICITANTES DE REFÚGIO NO BRASIL. Procedimentos, decisão dos casos, direitos e deveres, informações e contatos úteis.

CASADO FILHO, Napoleão. **Direitos humanos e fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2012.

COSTA, G. A. **Migração, Trabalho e Cidadania** São Paulo, EDUC, 2015.

DALLARI, Dalmo. **O Futuro do Estado**. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DECLARAÇÃO DE CARTAGENA DE 1984. Adotada pelo Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários, Cartagena, Colômbia.1984.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro 1948.

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação: ensaios filosóficos**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Direitos humanos versus segurança pública**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea**. São Carlos. 2016.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

REIS, Pedro. **NUANCES: estudos sobre Educação**, 2008.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 2008.

Grupo de Trabalho nº 7

ENSINO DE CIÊNCIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO, DIÁLOGO CRÍTICO NA BUSCA PELA SUPERAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL E O DESDOBRAMENTO DE NOVAS PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO

*Rosa da Conceição da Silva **
*George Brendom P. dos Santos ***
*Mikaelly C. de A. Pereira ****
*Sebastião M. Oliveira *****

ARTIGO

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM RORAIMA: EVASÃO ESCOLAR NO 3º SEGMENTO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA MARIA DAS DORES BRASIL (2014 A 2016)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa que visou fomentar uma análise sobre a evasão escolar no 3º segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Estadual Professora Maria das Dores Brasil, que se localiza no município de Boa Vista/RR. O corte temporal do presente trabalho se estabelece entre os anos de 2014 e 2016. Para a realização desta pesquisa foi utilizado como fonte atas de reuniões, diários de classe e outras mídias que se encontram na secretaria da escola que é o objeto da pesquisa, assim como documentos referentes à escola na Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Roraima, bem como os dados disponíveis no site do Inep. Podemos perceber dentro desse curto período que a pesquisa está sendo executada que, os fatores apresentados por Barcelos (2006, p.44) “questões familiares, desemprego, diminuição do tempo disponível, distância da escola e uma vasta diversidade de outros problemas”, são os mesmos que foram identificados nos alunos na época que está sendo abordada. Seguindo a perspectiva de Araújo (2008) que aponta para a questão relacionada ao trabalho (emprego), quer seja formal ou informal, como um dos fatores que colaboram para o alto índice de evasão escolar, foi constatado a grande maioria dos alunos que compõem o quadro de evasão da escola são acima dos 18 anos e são responsáveis pelo sustento de suas famílias, esse motivo é causado pela modalidade EJA contemplar os estudantes que não tem condição de aliar trabalhadores com estudos.

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: rosa_2013historia@hotmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: george.brendom@ufr.br

*** Universidade Federal de Roraima. E-mail: mikah_crisis@outlook.com

**** Universidade Federal de Roraima. E-mail: sebastiao.oliveira@ufr.br

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

A modalidade EJA visa oferecer um ensino escolar, tanto para as séries do fundamental quanto médio, as pessoas que, por algum motivo passaram da idade corriqueira para a inserção no meio educacional de ensino básico. Sendo o objetivo principal desta modalidade de ensino, a restauração ou a possibilidade de oferecer o direito a educação, possibilitando desta maneira uma igualdade na oportunidade e qualificação mediante a uma educação permanente.

Desta maneira, Araujo (2008), demonstra que,

a EJA, como modalidade de ensino, assegura o direito ao acesso ou continuidade de estudo no ensino Fundamental e Médio, assegurando as oportunidades educacionais apropriadas, levando em consideração as características do grupo de alunos, seus interesses, condições de trabalho, através de cursos e exames para propiciar esse acesso e permanência do trabalhador na escola (ARAUJO, 2008, p.149).

Desta forma, a EJA tende a ser uma modalidade de ensino que exerce a função qualificadora, proporcionando não apenas o acesso, mas garantindo a permanência do educando ao meio escolar. Esse aspecto é fundamental para o desenvolvimento do ensino para aqueles que não tiveram oportunidade em tempo hábil, e essa ação se torna por finalidade proporcionar o desenvolvimento de forma integral no discente, possibilitando um melhor preparo para que o mesmo tenha acesso ao desenvolvimento básico e prepara-lo para uma inserção no mercado de trabalho.

Nesse intuito, a EJA busca oferecer aos que dela participam, fomentar uma consciência sobre a importância do direitos e possibilita uma participação na sociedade em que vive.

Nesse sentido, Silva (2018) ao se referir a EJA aponta que,

A educação prepara os jovens e adultos para a exigência de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo dominado pela tecnologia moderna, constante e inovadora da era da globalização em que vivemos, capacitando esses jovens para que possam acompanhar-las nessas mudanças encontrado seu lugar e contribuindo com a sociedade. (SILVA, 2018, p. 15)

Desta maneira, a EJA busca desenvolver o conhecimento técnico junto com pessoas que são ligadas diretamente ao mundo que vive, a sua realidade social. Com isso, os alunos dividem em sala de aula o seu saber da vida, possibilitando uma troca mútua de ensinamentos junto com os seus professores, sobre esse aspecto comenta

Freire “[...] quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 2006, p. 23). Esse processo de ensinar e aprender prioritariamente deve envolver os indivíduos no método de educar e aprender, o aprendizado é uma troca de conhecimentos. Como Araújo escreveu:

A palavra Educação vem do latim educare, que significa “conduzir para fora”. Este conduzir pode ser encarado como um processo de libertação. Tirar o homem da escuridão intelectual e leva-lo ao desconhecido, no qual ele possa descobrir novas formas de ver o mundo e a si mesmo, sujeito capaz de transformar sua própria realidade. Sem dúvida, é uma boa definição entende-se, portanto, educar como ato de preparar uma pessoa para a vida. (ARAÚJO, 2008, p.22)

Dessa forma, o que tem de base para o objetivo da criação da EJA é reintroduzir com a finalidade de seguir em frente, procurando preparar-se para chegar a novos objetivos, especialmente os analfabetos, no sistema formal de educação. GADOTTI (2011). É por esse motivo que a importância e os valores atribuídos ao ensino da EJA perpetram contraste a vários fatores subjetivos e objetivos tais como a falta de profissionais qualificados, que venham a trabalhar nessa modalidade e o desemprego por parte dos alunos, contribuem para um crescente aumento no número de evasão escolar no que se refere a EJA. A equipe do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação Cultura e Ação Comunitária, aponta que,

Essa falta de conhecimento sobre os motivos do abandono remete, ainda, ao fato de haver certa demora em as escolas se conscientizarem da necessidade de um acompanhamento contínuo da trajetória de seus alunos, principalmente no caso de adultos trabalhadores que em geral estão sujeitos a muitas condições adversas a colaborarem com o fracasso escolar. (EQUIPE do CENPEC, 2001, p.20).

Fica perceptível a falta de conhecimento sobre os diversos fatores que possibilitam o crescente número de evasão no ensino de Jovens e Adultos, desta maneira, existe uma necessidade de uma investigação sobre o assunto, que identifique esses motivos, possibilitando realizar um alerta que vise busca de soluções definitivas, e como consequência que venha melhorar a atuação nessa modalidade de ensino.

A qualificação dos profissionais que atuam na qualidade de professores na modalidade EJA entra na discussão referente a valorização do profissional de educação, o que não se tem sido observado na realidade atual. “A Educação de Jovens e Adultos tem sido a modalidade que mais sofre a ausência de profissionais qualificados. Esse quadro caótico resulta da falta de uma política educacional específica para a modalidade” (OLIVEIRA, 2015, p. 93).

Nesse sentido, vale ressaltar que a educação é um direito conquistado através de muitas lutas ao longo da história, e que teve a sua concretização com a promulgação da Constituição de 1988. Através da Constituição de 1988, o Estado passa a ser responsável pela oferta do ensino de qualidade e gratuito para a população, todavia, o que se observa no passar dos anos, pós a promulgação da constituição é a fragilidade que se encontra o sistema educacional.

No sistema educacional brasileiro instituído pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN de 1996, (Art.37), a EJA foi efetivada como modalidade da educação básica ofertada para “aqueles que não tiveram acesso à continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (CORDIOLLI, 2001, p.225).

A educação de jovens e Adultos, tem um papel importante na educação, devido atender uma demanda de pessoas que buscam por se escolarizarem, sendo esses alunos pertencentes a uma faixa etária que está acima da linha regular de ensino.

Araújo (2008) aponta que, os governantes beneficiam a escolarização infantil, devido o baixo custo. Ainda afirma pena a uma grande parte de adultos e jovens a condição eternizada de imortalizar de analfabetos, que não sabem ler fazendo acreditar que são capazes, não participam do mundo científico.

A EJA E SEU OBJETIVO

A necessidade de formar cidadãos que venham atuar na sociedade, buscando um resgate do direito que a vida toda lhe foi negado. Dentro desse modo de pensar, existe uma lei federal, que em como base o dever do Estado tendo por obrigação oferecer de forma obrigatória e gratuita o ensino fundamental para todos, em especial para os brasileiros que foram marginalizados ou excluídos da escola independentes do motivo, sem distinção.

Em contrapartida, a necessidade de uma qualificação para os docentes atuarem nessa modalidade de ensino, que se torna uma forma de melhorar a qualidade de ensino e até mesmo ajuda a permanência do aluno. Todavia, as instituições de ensino superior, que formam profissionais na área de educação não estão preparadas para formar professores que venham atender às necessidades dessa modalidade de ensino (CARVALHO JUNIOR; OLIVEIRA, 2015).

A EJA tem três funções básicas, nas quais: reparadora, equalizadora e qualificadora. Segundo SILVA,

A função reparadora é porque os educandos mesmo fora da idade escolar certa tem a oportunidade de concluir a educação básica, buscando reparar uma dívida social com aquelas pessoas que estão à margem da sociedade, ou porque não tiveram a oportunidade de frequentar uma escola ou porque foram expulsos dela tendo assim, essa função que pretende incluir a essa classe de pessoas que será a inserção na sociedade a restauração de um direito negado, promovendo o acesso na sociedade. Essa é a função reparadora da Educação de jovens e adultos é compreendida como restaura os seus direitos.

Agora a equalizadora e a respeito da igualdade de oportunidades, buscando educar para o trabalho na sociedade competitiva, dando oportunidades às pessoas que tiveram que interromper sua vida escolar, seja o motivo de fracasso como repetência, ou pela evasão, por fracasso escolar da infância, apenas a forma mão de obra capacitando a novas técnicas de trabalho tornando um trabalhador eficiente para empresa, mão de obra barata e descartável.

E a qualificadora refere-se à educação permanente, de acordo com ARAÚJO (2008), entendendo o ser humano como um ser em construção, buscando a atualização de conhecimentos para toda a vida, como uma função da educação de jovens e adultos, por que tem em base de que o homem é incompleto por falta do conhecimento esse homem que antes estava excluído e a margem possa agora ser considerado apto para participar na sociedade e assim reivindicar os seus direitos.

Desta maneira, a EJA é considerada uma política de inclusão social, que tem essas três funções que são raizadas com ideia da educação popular, emancipadora, reflexiva e inclusiva, sendo considerada as riquezas dos indivíduos e o conjunto de todo o conhecimento que tais seres trazem, sendo esse conhecimento peça indispensável para a execução da cidadania na sociedade em que ele vive.

Acreditamos que a aprendizagem é um processo que tem como objetivo tomar posse ativa do conhecimento através das experiências de pessoas, conforme Freire (2011), que empurra de forma não linear o desenvolvimento, uma educação que, de fato seja ampliada e que possa garantir a melhoria de vida da população, possibilidade de vida, e que possa promover análise de conceitos, de atitudes e valores com a realidade em que vive, com o meio ambiente e convivendo com pessoas e que possa enfim ocorrer a sua inserção social.

A EJA E A EVASÃO ESCOLAR

Para Magalhães (2013) o termo evasão possibilita ao pesquisador verificar diversos enfoques para compreender seu significado. Assim gerando a “possibilidade de discussão sobre as políticas, tratando do viés do conhecimento social, sobre o currículo, e da formação continuada, do mundo do trabalho, da relação entre professores e alunos, da formação continuada dos profissionais que atuam na EJA” (MAGA-

LHÃES, 2013, p. 17). Desta maneira, o termo da evasão está ligado as dificuldades que jovens e adultos encontram para permanecer na escola, o que leva ao encontro de uma reflexão dos motivos pelos quais os alunos desistem dos estudos.

Ao analisarmos o termo “evasão” podemos inferir que, no momento que a evasão ocorre na EJA, decorre das falhas no sistema educacional brasileiro. Sendo obrigação desse sistema, garantir a permanência do educando na escola, buscando evitar a evasão neste seguimento, pois esse fato tem sido uns dos grandes problemas enfrentados nesta modalidade. Embora essa forma de pensar contraste ao interesse de uma população crítica, da construção do cidadão, pois “garantir o acesso de pessoas jovens e adultos à educação é, antes de tudo, respeitar um direito do ser humano; direito esse garantido pela Constituição Federal” (GRIFFANTE; BERTOTTI, 2013, p.24).

Com isso, a EJA, em suas diversas frentes, surgem múltiplas tarefas, além de incluir o discente mais uma vez no ambiente escolar, depois de anos da sua evasão. Dessa forma adota o papel de prepará-lo para entrar no mercado de trabalho, induzindo em consideração a aprendizagem continuada de vida. Essa aprendizagem ocorre quando educando continua aprendendo em todas as fases da vida, onde se proporciona a inclusão e a equidade frente a nossa vasta diversidade cultural.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, embasados na teoria epistemológica construtiva, apontem metas de qualidade para o ensino. Sendo estes parâmetros flexíveis e abertos, cabe a cada professor direcionar suas metas e escolhas da metodologia a qual irá desenvolver suas aulas. (GRIFFANTE; BERTOTTI, 2013, p.24).

Desta maneira, o professor tem um papel fundamental para o sucesso do aluno e ao mesmo tempo para o seu fracasso como explica Furtado (2015), pois ao presenciar uma aula de um professor da EJA, observou que tempo que o professor tinha para ministrar a aula é de 40 minutos, todavia, passava quase 20 minutos só fazendo a chamada, ou seja, durante a aula, “os alunos ficavam ociosos, sem proposta de atividades significativas. Além disso, nas aulas não eram utilizados nenhum recurso de atividade, como imagens, vídeos, mapas, restringia-se a cópias em quadro e explicações orais pouco para os alunos” (FURTADO, 2015, p. 125).

ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA MARIA DAS DORES BRASIL

A escola se localizada na Avenida das Guianas, de número 1201, bairro 13 de Setembro, em Boa Vista, capital do estado de Roraima. A mesma funciona desde a

sua criação, que foi consolidada através do Decreto nº 097 de 16 de dezembro de 1983, publicado no Diário Oficial nº 228 do Ex-Território Federal de Roraima, sendo reconhecida e credenciada através do Parecer nº134/08 e Resolução nº 07/08. A autorização de funcionamento da escola data do dia 13 de fevereiro de 1984, sendo inaugurada no dia 22 de junho do mesmo ano.

O dado a Escola é uma homenagem a personalidade marcante da poetisa, ecologista, pintora, professora e humanista Maria das Dores Brasil, nascida em Boa Vista - RR, filha de Terezinha Brasil e Adolfo Brasil, pertenceu a uma das mais tradicionais famílias de Roraima. Iniciou seus estudos na escola Professor Diomedes Souto Maior, das madres da Consolata, saindo depois para Manaus, onde concluiu o ginásio no Colégio Santa Dorotéia. Sua grande paixão sempre foi sua terra, sua história, a preservação da natureza, as lendas e mitos indígenas.

Manteve, durante suas atividades, uma política de educação inclusiva, adotando a EJA através de várias turmas durante o tempo em vigor, assim, favorecendo o acesso à educação a pessoas que necessitavam.

ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA MARIA DAS DORES BRASIL DADOS DA EVASÃO DA EJA

No ano de 2014, que é o ponto inicial da presente discussão, a escola tinha 9 turmas que, de acordo com o Quadro de Movimento e Rendimento Escolar – Ensino Médio EJA – 2014.1, afirmava que as turmas possuíam matrícula inicial de 251 alunos, equivalente a 6,23% da oferta total do município de Boa Vista, onde foram registradas 4.023 matrículas iniciais na EJA Ensino Médio da rede estadual. As 251 matrículas iniciais são divididas no primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Médio e cada ano em três turmas.

Com 74 alunos no primeiro ano do Ensino Médio da EJA, divididos em três turmas no período noturno:

- A turma 113, com matrícula inicial de 28 alunos, apresentou o abandono de nove alunos, representando 32,14% das matrículas iniciais da turma;
- A turma 114, com matrícula inicial de 24 alunos, apresentou seis alunos que se evadiram, porcentagem de 25% das matrículas iniciais da turma;
- E a turma 115, com matrícula inicial de 22 alunos, registrou seis alunos evadidos, 27,27% das matrículas iniciais da turma.

No segundo ano do Ensino Médio da EJA existiu um total de 79 matrículas, divididos também em três turmas no período noturno:

- A turma 209, com matrícula inicial de 22 alunos, apresentou a evasão de quatro alunos, 18% das matrículas iniciais da turma;
- A turma 210, com matrícula inicial de 31 alunos, apresentou o abandono de seis alunos, 19,35% das matrículas iniciais da turma;
- E a turma 211, com 26 matrículas iniciais, registrou a evasão de cinco alunos, representando 19,23% das matrículas iniciais.

No terceiro ano do Ensino Médio da EJA, com um total de 98 matrículas, foram divididos em três turmas no período noturno:

- A turma 306, com 35 matrículas iniciais, registrou a evasão de dez alunos, que representa 12,57% das matrículas iniciais da turma;
- A turma 307, com matrícula inicial de 24 alunos, registrou a evasão de nove alunos, 37,5% das matrículas iniciais da turma;
- E a turma 308, com matrícula inicial de 39 alunos, registrou o abandono de quatro alunos, que representa 10,26% das matrículas iniciais da turma.

O PPP da escola descreve que, esses alunos são dos mais variados níveis e de uma diversidade de bairros da cidade de Boa Vista, todavia, sua maioria é oriunda de bairros periféricos e de baixa renda.

Pode ser observado que, no registro do primeiro semestre de 2014, a escola apresenta encontrava-se com 251 alunos matriculados, que acabou tendo uma evasão de 59 discentes, gerando uma porcentagem de 23,51 dos alunos evadidos do ensino médio na modalidade EJA. Vale ressaltar que esse percentual é quatro vezes maior que a média estadual para o Ensino Regular (Inep – Censo Escolar 2014/2015).

O primeiro semestre do primeiro ano do ensino médio da modalidade EJA na escola, das 74 matrículas iniciais, ficou registrado o número de 21 casos de abandono escolar, número que representa 28,37% das matrículas, um percentual que está acima do primeiro ano do Ensino Médio Regular. Esse fato demonstrada a discrepância entre a evasão na modalidade regular que é de 9,73% com a EJA.

O 2º ano Ensino Médio do durante 2014, em seu início 79 alunos, com o registro de 15 casos de abandono da escola, o que corresponde a aproximadamente 19% dos alunos. Comparando com o Ensino Médio Regular da escola que obteve 154 matrículas iniciais, pode-se caracterizar uma evasão de 4 alunos, representando apenas 2,5% das matrículas.

Já o 3º ano do Ensino Médio da EJA em 2014, contou com 98 matrículas iniciais, e tendo um registro de 23 casos de abandono escolar, o que corresponde a uma

estimativa de 23,5% das matrículas iniciais, uma porcentagem expressiva o número de alunos. Em comparação com os discentes do Ensino Médio Regular do mesmo ano, que contou com 128 matrículas iniciais, e apenas teve registro de 2 casos de abandono, o que equivale a 1,5% dos alunos matriculados inicialmente, um percentual quase nulo em comparação com o da EJA.

Analisando esses os dados apontados e as realidade do estado de Roraima, no que concerne a relação a evasão do Ensino Médio Regular, segundo os Indicadores de Fluxo Escolar da Educação Básica – Inep – Censo Escolar 2014/2015, em que a taxa de evasão do ensino médio estadual apresenta 5% das matrículas iniciais, sendo que no Ensino Médio na escola Estadual Professora Maria das Dores Brasil no ano de 2014 foram registrados cerca um percentual de 6,22%, em quanto na EJA da mesma escola se tem um percentual ainda maior chegando a alcançar 23,51%. É um dado alarmante, onde se vê a dissonância da educação local, mais ainda, a discrepância dos percentuais são bastantes distantes um dos outros, muito mais quando se trata da EJA, no qual se tem um público diferenciado, mas suscetível à deixar a escola.

Nesse aspecto, a evasão no 1º ano da EJA concebe um percentual de mais de 3 vezes o percentual do 1º ano do Ensino Regular. Desta maneira, há um contraste bastante definido entre as duas modalidades no que se refere ao abandono da sala de aula.

Observando e formulando a análise os dados de 2016, dividido entre os 1º e o 2º semestres, através da análise do RENDIMENTO ESCOLAR DO 3º SEGMENTO – EJA - 2016.1, obtivemos no primeiro semestre de 2016 (2016.1) um número de 257 matrículas iniciais, com o registro de 48 desistências, o que representa 18,7% dos discentes que se matricularam inicialmente, esse número é bastante abaixo em comparação aos dados apontados anteriormente no 2014, que era de 23,51%, onde a taxa de evasão é considerável alta.

As turmas de Ensino Médio da EJA na escola foram separadas em 1º, 2º e 3º ano. O 1º ano do Ensino Médio, teve a matrícula de 86 alunos que foram divididos em cinco turmas no período noturno:

- A turma 111.16.1, com matrícula inicial de 17 alunos registrou o abandono de dois alunos, que representa 11,76% das matrículas iniciais da turma;
- A turma 112.16.1, com matrícula inicial de 15 alunos, registrou o abandono de um aluno, representando 6,67% das matrículas iniciais da turma;
- A turma 113.16.1, com matrícula inicial de 21 alunos, apresentou quatro alunos que se evadiram, 19,05% das matrículas iniciais da turma;
- A turma 114.16.1, com matrícula inicial de 19 alunos matriculados, registrou cinco alunos evadidos, 26,32% das matrículas iniciais daquele ano para a turma;

- E a turma 115.16.1, com matrícula inicial de 14 alunos, houve um registro de três alunos evadidos, representando 23,43% das matrículas iniciais daquele ano para a turma;

O 2º ano do Ensino Médio da EJA, foram matriculados inicialmente 102 discentes, que foram divididos em quatro turmas no turno noturno:

- A turma 208.16.1, com 22 matrículas iniciais, teve o registro de dois alunos que abandonaram as aulas, percentual de 9,1% dos alunos matriculados para a turma;
- A turma 209.16.1, com 21 matrículas iniciais, teve duas evasões, representando 9,5% das matrículas iniciais;
- A turma 210.16.1, com 28 matrículas iniciais, teve a marca de dez alunos evadidos, 35,7% das matrículas iniciais da turma se evadiram;
- E a turma 211.16.1, com matrícula inicial de 31 alunos, registrou, também, dez alunos evadidos, representando 32,3% das matrículas iniciais da turma;

O 3º ano do Ensino Médio, constava com 69 matrículas iniciais, que foram divididos em três turmas no período noturno:

- a turma 307.16.1, com 22 matrículas iniciais, apresentou sete evasões, ou seja, 31,8% das matrículas iniciais da turma;
- a turma 308.16.1, com matrícula inicial de 27 alunos, não houve evasão;
- e a turma 309.16.1, com matrícula inicial de 20 alunos, apresentou dois casos de evasão, 10% das matrículas iniciais abandonaram a escola.

O ano de 2016, segundo a Sinopse Estatística da Educação Básica 2016 / Inep, no município de Boa Vista, ocorreram 3.841 matrículas na rede estadual de educação, número abaixo em relação ao ano de 2015, que contou com 4.152 matrículas efetivadas. A Escola Estadual Professora Maria das Dores Brasil ficou com um percentual de 6,7% das matrículas do município da rede estadual de educação, percentual bem próximo ao de 2014.

As turmas da EJA do 1º ano, que tinham 86 matrículas iniciais, apresentaram o número de 15 evadidos, o equivale a 17,5% das matrículas iniciais. Em comparação com 2014, nota-se uma diminuição da evasão, sendo que em 2014 o percentual foi 28,71%, a diminuição alcança quase 10%. As diferenças não param por aí. Outra diferença importante, está nas turmas de 1º ano, que são cinco no total, e salas com menos alunos, um diferencial no processo ensino-aprendizagem.

As turmas do 2º ano, que tiveram 102 matrículas iniciais, registram a evasão de 24 discentes, o que ficou representado em 26,5% das matrículas iniciais. Em comparação com o ano de 2014, houve um aumento considerável.

Nas turmas de 3º ano, onde iniciaram com 69 matrículas, registrou a evasão de 9 alunos, o que representa 13% das matrículas do início do ano. Em comparação com os dados da evasão de 2014, onde se teve 23,5% de evasão das matrículas iniciais, se observa uma grande diminuição.

No 2º semestre do ano de 2016, a matrícula inicial é de 225 alunos e há um registro de 23 alunos que abandonaram o ensino, o que representa 10,22% das matrículas iniciais, número bem abaixo do primeiro semestre que registrou o percentual de 18,7%, caracterizando uma redução significativa na evasão da EJA na escola.

As turmas do 2º semestre de 2016 foram organizadas em relação ao 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio da EJA no turno noturno: As matrículas iniciais para o primeiro ano do Ensino Médio da EJA totalizaram 48, divididas em três turmas:

- A turma 111.16.2, com matrícula inicial de 13 alunos, não houve casos de evasão;
- A turma 112.16.2, com matrícula inicial de 17 alunos, foram registrados dois casos de abandono escolar, representando 11,76% das matrículas iniciais da turma;
- A turma 113.16.2, com matrícula inicial de 18 alunos, onde se registrou seis casos de evasão escolar, 33,33% das matrículas iniciais da turma;

As matrículas iniciais para o segundo ano do Ensino Médio da EJA chegaram ao número de 65 alunos, divididos em quatro turmas:

- a turma 208.16.2, com matrícula inicial de 17 alunos, foi registrado um caso de evasão, sendo 5,9% da matrícula inicial;
- a turma 209.16.2, com matrícula inicial de 16 alunos não registrou casos de evasão;
- a turma 210.16.2, com 18 matrículas iniciais, registrou um caso de evasão, equivale a 5,56% das matrículas iniciais;
- e a turma 211.16.2, com matrícula inicial de 14 alunos, também se registrou um caso de evasão escolar, referente a 7,14% das matrículas iniciais;

As turmas de terceiro ano do Ensino Médio, obtiveram 112 matrículas iniciais que foram divididas em cinco turmas:

- a turma 307.16.2, com matrícula inicial de 21 alunos, registrou três casos de evasão, 14,29% dos alunos matriculados inicialmente na turma;
- a turma 308.16.2, com matrícula inicial de 28 alunos, registrou quatro casos de abandono escolar, marcando 14,29% de evasão da turma;
- A turma 309.16.2, com 18 matrículas iniciais, registrou três casos de evasão, com 16,7% das matrículas iniciais da turma;
- a turma 310.16.2, com matrícula inicial de 19 alunos, não registrou casos de evasão escolar;
- e a turma 311.16.2 com matrícula inicial de 16 alunos, registrou dois casos de evasão, o que equivale a 12,5% das matrículas iniciais da turma.

Passando para o ano de 2017, os poucos dados fornecidos pela escola através dos documentos, como o DEMONSTRATIVO DE RENDIMENTO ESCOLAR – ENSINO MÉDIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA - 2017, podemos fazer uma análise do segundo e terceiro ano do Ensino Médio da EJA que totalizaram 291 matrículas. As matrículas iniciais para o segundo ano foram de 155, sendo divididas em cinco turmas:

- A turma 207.17.01, com matrícula inicial de 33 alunos, apresentou o total de doze caso de abandono de alunos, marcando 36,36% das matrículas iniciais da turma;
- A turma 208.17.01, com matrícula inicial de 36 alunos, apresentou dezanove casos de evasão escolar, representando 52,78% das matrículas iniciais da turma;
- A turma 209.17.01, com matrícula inicial de 32 alunos, registrou onze casos de abandono escolar, 34,38% das matrículas iniciais da turma;
- A turma 210.17.01, com matrícula inicial de 33 alunos, registrou quatorze casos de evasão escolar, 42,42% das matrículas iniciais da turma;
- A turma 211.17.01, com matrícula inicial de 31 alunos, apresentou treze casos de evasão escolar, representando 41,94% das matrículas iniciais.

No terceiro ano do Ensino Médio da EJA, foram realizadas 136 matrículas iniciais, divididas em quatro turmas no turno noturno:

- A turma 307.17.01, com matrícula inicial de 34 alunos, registrou a evasão de 10 alunos, representando 29,41% das matrículas iniciais da turma;
- A turma 308.17.01, com matrícula inicial de 34 alunos, teve o registro de 12 alunos que abandonaram as aulas, 35,29% das matrículas iniciais;
- A turma 309.17.01, com matrícula inicial de 36 alunos, registrou a marca de 8 evasões de alunos, 22,22% das matrículas iniciais da turma;
- A turma 310.17.01 com matrícula inicial de 32 alunos, registrou 10 abandonos das aulas, 31,25% das matrículas iniciais;

As matrículas iniciais das turmas de segundo e terceiro anos do Ensino Médio da EJA, no primeiro semestre de 2017, totalizaram 291 alunos, porém, o número de evasão detectada foi de 109 alunos, uma porcentagem de 37,5% do total das matrículas iniciais, muito acima do esperado, caracterizando um crescimento de 18,5% em relação a 2016, que foi de 18,7% das matrículas iniciais. Em relação a 2014 também houve um crescimento de aproximadamente 14%, um crescimento muito expressivo para a modalidade.

Na rede estadual, foram confirmadas 4.108 matrículas na EJA no Ensino Médio (dados do Inep). A Escola Estadual Maria das Dores Brasil representa, no ano de

2017 - 7% das matrículas do município de Boa Vista, uma porcentagem acima dos anos anteriores na rede estadual de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história da Educação de Jovens e Adultos, se nota um avanço admirável, superando muitos desafios em comparação ao seu início, teórico e legalmente. Muitos desafios ainda estão presentes e requerem conhecimento, recursos, materiais humanos e empenho da sociedade e, juntos, enfrentar e superá-los.

Nesta pesquisa, se comprova um identificador representativo de evasão na Escola Estadual Professora Maria das Dores Brasil, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, caracterizando a necessidade de atingir os motivos desses jovens e adultos se ausentar da sala de aula.

A pesquisa se justifica na medida em que busca proporcionar o tema da evasão na Educação de Jovens e Adultos em Roraima, o aporte dos dados que confirma essa problemática crescente nas salas de aulas e a conscientização dessas modalidades acerca desse problema.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ester Figueiredo. **O fazer pedagógico do professor na formação do jovem e do adulto trabalhador**. Manaus: AM Medina Comércio e Serviços, 2008. 352p.

BARCELOS, Valdo. **Formação de professores para Educação de Jovens e Adultos**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. 108 p.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**; da escolha do tema ao quadro teórico. 9 ed. Petrópolis, RJ:Vozes,2013. 236p.

BRASIL. Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1966. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez.1996. 98 p.

BRUNEL, Carmen. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.96p.

CUNHA, C. Funções da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: SILVA, J.;LIMA, M.(Org). **Educação de Jovens e Adultos: Convivendo e Aprendendo com as Diferenças**. Rio de Janeiro: MEMVAVNEN, 2007, p.256.

CARVALHO JÚNIOR, Raimundo Nonato de; OLIVEIRA, Sebastião Monteiro. **EDUCAÇÃO EM PERSPECTIVA**. 1. ed. São Paulo: Livrus Negócios Editoriais, 2015. 142 p.

CORDIOLLI, Marcos Antônio. **Sistema de ensino e políticas educacionais no Brasil**. Curitiba. Ed. IBPEX.2011. (Série Fundamentos de Educação). 367 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011b. 144 p.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 50 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011 a. 253 p.

_____. **Educação e mudança**, tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin-Rio de Janeiro: Paz e Terra,1979,Coleção Educação e Comunicação, volume 1,2008,p.79.

FURTADO, Quézia Vila Flor. **Jovens na educação de jovens e adultos: Produção do fracasso e táticas de resistência no cotidiano escolar**. João Pessoa: Editora CCTA/UFPB, 2015, p. 125-126.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E, (orgs.), **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**, 12 eds. São Paulo Cortez, 2011.160 p.

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA. SEECD. **Proposta da Rede Pública Estadual para a Educação de Jovens e Adultos**, Boa Vista, Roraima. 2010.

GRIFFANTE, A.; BERTOTTI, L. **Os desafios da EJA e sua relação com a evasão**. NEPSO, POLO, RS Partel, 08/6/13, parte ii 23 a 24/0813.07/12/13.Univeriade de Caxias do Sul, 2013. p. 1-23.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2017**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 15.06.2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 15.06.2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2015**. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 15.06.2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2014**. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 15.06.2018.

MAGALHÃES, Vanessa Nogueira de Souza. **Evasão Escolar na Educação de Jovens e Adultos**. Especialização em Pedagogia. Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2013.

MELO, Alessandro de. **Relação entre escola e comunidade**. (Série Pesquisa e Prática), Curitiba, 2011, 230p.

MORIM, Edgar. **Os sete Saberes necessários a educação do futuro**. 8 ed. Cortez. Tradução de Catarina Eleonora F.da Silva e Jeanne Sawaya .São Paulo, 2003.

MOLL, Jaqueline, org.; SANT'ANA, Sita Mara Lopes et al. **Educação de Jovens e Adultos**. ed. Porto Alegre. Mediação, 2004. 144p.

OLIVEIRA, Sebastião Monteiro. **A organização do sistema de ensino e as políticas de formação docente no estado de Roraima, 2016**. 247 p.Tese (Doutorado)-Universidade Nove de Julho-UNINOVE, São Paulo,2016.

PIMENTEL, Walmir. **Boa Vista, 1950 uma história que quero contar**. Boa Vista, Gráfica Real, 2015, 2ª Edição, 128p.

SILVA, José Gregório da; LIMA, Maria Lucimar de Sousa (org). **Educação de Jovens e Adultos: Convivendo e Aprendendo com as Diferenças**. Rio de Janeiro: MEMAV-MEM, 2007; 256 p.

SILVA, Luís Gustavo Moreira da; FERREIRA, Tarcísio José. **O papel da escola e suas demandas sociais: projecção e docência**, Brasília, V. 5, p. 7- 10. 2014.

ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire & a Educação**: Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 120 p.

Grupo de Trabalho n° 8

***CAPITAL SOCIAL, PATRIMONIALISMO E LÓGICAS DE
INTERAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL***

ARTIGO

DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA EM SANTA CATARINA

INTRODUÇÃO

O intuito deste trabalho é de analisar o desenvolvimento regional em Santa Catarina a partir da política de descentralização do governo do estado, implementada em 2003 no governo de Luiz Henrique da Silveira. Para tanto, utilizamos bibliografias e dados qualitativos, baseados em autores de referência nos temas propostos, bem como, estatísticas sobre as principais regiões metropolitanas do sul e sudeste do Brasil na década de 1990. Esta análise oferece um indicativo teórico e prático das possíveis consequências que a descentralização pode trazer para o desenvolvimento de uma região. É importante analisar o papel dos atores sociais no desenvolvimento regional para verificar como a organização social influi nesse processo. Outro aspecto relevante é a análise sobre como as regiões possuem ou não autonomia para construir seu próprio planejamento, independentemente do governo central em Florianópolis. Foi verificado também como ocorreu na prática a proposta e posterior implementação do PL 243/03 que acarretou maior desconcentração administrativa no estado e não uma descentralização propriamente dita. Posteriormente, analisou-se a situação do objeto principal desta pesquisa, qual seja: a descentralização administrativa no estado e suas consequências ao desenvolvimento regional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA
OS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL,
DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO

O Desenvolvimento Regional precisa ser verificado na perspectiva da transformação de uma região, tanto pela ação do homem diretamente, como pela consequência

* Leonardo Furtado da Silva - Doutor em Desenvolvimento Regional – FURB – Universidade Regional de Blumenau. E-mail: leonardo.furtado@uniasselvi.com.br

** Walter Marcos Knaesel Birkner – Doutor em Ciências Sociais – UFRR – Universidade Federal de Roraima. E-mail: b-walter@hotmail.com

ência do pensamento da sociedade traduzido no planejamento. Quando ocorre de forma democrática, existe a participação dos atores sociais: comunidade, governo, universidade e iniciativa privada, pois existe uma interligação entre eles. Portanto, é impossível não haver essa convergência necessária de interesses que a governança poderá trazer, temática sobre a qual discorreremos na sequência. Os indicadores sociais são a tradução simultânea de como o desenvolvimento está transcorrendo em uma área específica, pois a qualidade de vida de seus moradores está sendo observada, analisada e traduzida através de índices que apontam a realidade cotidiana e de perspectiva das pessoas. Acesso à saúde, educação, moradia e outras especificidades que elevam o padrão de vida dos moradores, são os tópicos analisados e sobre os quais governos intervêm a fim de melhora-los. Dentro deste contexto, entende-se o Desenvolvimento regional como um “processo de acumulação que tem lugar no espaço de uma dada região. Essa compreensão do conceito envolve dimensões que as teorias tradicionais sobre o desenvolvimento regional desconsideram (THEIS et al., 2006 p. 215).

A “acumulação” mencionada por Theis transcende os indicadores econômicos, pois se no desenvolvimento regional devem ser considerados os aspectos que elevem a qualidade de vida das pessoas, os indicadores sociais e também ambientais dependem de uma atmosfera saudável. Além disso, obedece a perspectivas socioambientais permanentes, não se restringindo apenas a indicadores referentes à economia e aos meios de produção. Além disso, para compreender o desenvolvimento regional é preciso analisar o que compõe a região e as suas potencialidades naturais e de produção. Portanto, “A região é uma produção cultural, uma criação histórica e, neste sentido, é o espaço irredutível da liberdade e da criatividade com base num estoque de recursos dados pela natureza: aqui a pedra e a montanha, lá o mar e a floresta, mais além os desertos, as imensidões (CUNHA; SIMÕES; PAULA, 2005, p. 6).

O extrato regional, ou seja, o que realmente significa uma região é fundamental para que o governo pense em políticas públicas efetivas de acordo com as características próprias regionais. Dentro da perspectiva da descentralização, a liberdade para ação a partir dos problemas locais e seu enfrentamento, podem levar a uma construção mais harmônica para o desenvolvimento. Além das questões econômicas, o que pode explicar o processo de maior ou menor desenvolvimento em uma região é a sua própria natureza, bem como a sua preservação e correta utilização. Para a construção do desenvolvimento regional a sociedade local e o seu governo devem levar em consideração a “[...] participação da sociedade local no planejamento contínuo

da ocupação, do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento” (OLIVEIRA; LIMA, 2003 p. 31). Portanto, a participação da sociedade no processo de desenvolvimento é fundamental. Planejar continuamente a ocupação do espaço com a sociedade que conhece os seus problemas, diminui a margem de erro dos governantes. A distribuição que o crescimento traz, a partir principalmente de resultados da produção e da economia em geral, pode levar uma localidade a desenvolver-se e de forma autônoma. Percebe-se que o desenvolvimento regional é construído com participação, autonomia local e respeito às características regionais. Assim, o crescimento do “centro econômico dinâmico de uma região, de um país ou de um continente [...] se faz sentir sobre a região que o cerca, de vez que ele cria fluxos da região para o centro e refluxos do centro para a região” (ANDRADE, 1987, p. 59).

É fundamental para a perspectiva do desenvolvimento regional, que a sociedade esteja organizada, valendo-se dos princípios democráticos, tanto para a temática futura a ser analisada (governança), quanto ao planejamento para que o desenvolvimento seja participativo. As pessoas precisam ter a oportunidade de expressar-se, afim de que haja efetiva participação popular neste contexto. Amartya Sen (2000) faz uma importante observação sobre o tema, observando que o processo de liberdade real vivenciado por determinada sociedade é o fator determinante para o seu desenvolvimento. Neste caso, a representatividade, a liberdade de expressão e de outros direitos individuais faz com que o cidadão contribua de alguma forma para o processo e assim possa sentir-se tanto inserido. Dessa maneira, seus interesses tem a possibilidade de ser considerados na perspectiva da planificação pública, para a construção de políticas voltadas às pessoas e ao melhor funcionamento dos governos.

Portanto, o desenvolvimento regional precisa ser entendido como um movimento constante das relações entre as pessoas em determinado território. Da mesma forma, a compreensão sobre a discussão dos interesses distintos de múltiplos agentes é decisiva a fim de que as ações sejam constituídas e resultem em desenvolvimento. Nessa perspectiva sociológica, Benko afirma que:

Para a sociologia – que estuda e analisa as práticas e as relações sociais –, tal como para a economia e para ciência política, o ambiente físico e a visão espacial são marginais. No entanto, para a ciência regional, o conhecimento e a compreensão dos objetivos, dos fins e dos interesses de diversos grupos sociais situados em diferentes pontos do espaço são prioritários (BENKO, 1999, p. 9).

A visão sociológica entende as relações entre as pessoas como o centro dos acontecimentos para a ocorrência do desenvolvimento regional. Como já mencio-

nado, os atores sociais envolvidos no processo fazem com que o ambiente se torne mais ou menos favorável ao processo de desenvolvimento de uma região. No caso da descentralização político-administrativa de Santa Catarina, a menor participação dos atores comunitários nas discussões sobre o desenvolvimento é um exemplo tácito deste processo (COGO; DALLABRIDA, 2012). A incumbência do processo é das Secretarias de Desenvolvimento Regional – SDRs, posteriormente denominadas de Agências de Desenvolvimento Regional – ADRs. Ali, as relações entre os indivíduos que compõem a sociedade local e seus grupos representativos precisam ocorrer para que as questões regionais sejam tratadas de forma adequada. Conforme Benko (1999), para atingir os objetivos é preciso que todos os atores sociais saibam aonde o planejamento regional deve chegar, a fim de construir uma política para o desenvolvimento com base nas necessidades locais. Observando a estrutura dessas regionais no estado, os municípios que compõem cada secretaria são um exemplo, pois em distintos pontos do espaço existem pessoas com interesses e anseios. Assim, o planejamento para o desenvolvimento regional deve observar os anseios de cada área e grupos sociais que os habitam. Continua Benko:

A mobilidade social, a justiça social, a análise do meio local, a organização social da produção, o papel dos agentes sociais, a construção social do mercado, a teoria da estruturação são outros tantos temas ligados ao desenvolvimento econômico e social das regiões. É essencial compreender os objetivos e os valores dos diferentes grupos sociais nas diversas regiões do mundo e seguir as respectivas evoluções e orientações perante os problemas regionais para encontrar os meios de atingir os objetivos e solucionar os conflitos sociais (BENKO, 1999, p. 9-10).

Analisar o que ocorre no meio local é o primeiro passo para que uma região seja compreendida, com a finalidade de construir políticas públicas para o desenvolvimento local. Compreender a estrutura regional a partir da interdependência entre o meio ambiente, as pessoas e as questões econômicas e legais, é o diagnóstico necessário para pensar o desenvolvimento regional. A dimensionalidade desta análise é infinita, pois é importante observar o que vários outros grupos possuem como valores, podendo explicar muito do que ocorre em relação ao desenvolvimento no mundo. A solução para os conflitos e divergências entre os distintos grupos existentes em uma sociedade é fundamental para alcançar o desenvolvimento. No caso da reforma administrativa de 2003 que visava à descentralização em Santa Catarina, foram criados os Conselhos de Desenvolvimento Regional – CDRs, chamados de braços operacionais das SDRs. Era preciso que fossem igualmente compostos

pelos atores sociais, bem como a proporção das proposições para as ações a serem igualmente respeitadas (COGO; DALLABRIDA, 2012).

Existe, portanto, uma necessidade de que, na sociedade, os princípios democráticos sejam praticados, pois para o desenvolvimento acontecer em qualquer localidade, a liberdade é essencial e ela não deve apenas ser um elemento oriundo do Estado, mas sim das ações contínuas dos seres humanos, onde vivem. A tomada de decisão individual ou coletiva reside dentro deste conceito, pois tanto para as ações de uma pessoa, bem como de um grupo ou comunidade, devem ocorrer através de um ambiente que permita a mobilização sem intervenções autoritárias. Assim,

o estudo da vida familiar, das relações entre indivíduos e entre grupos sociais, das classes sociais e do desenvolvimento capitalista do Ocidente (à maneira de Max Weber, por exemplo) fornece os dados necessários ao estudo das sociedades globais. A mobilidade social, a justiça social, a análise do meio local, a organização social da produção, o papel dos agentes sociais, a construção social do mercado, a teoria da estruturação são outros tantos temas ligados ao desenvolvimento econômico e social das regiões (BENKO, 1999, p. 9).

Na proposta de descentralização administrativa de Luiz Henrique da Silveira, em 2003, a criação das SDR e o papel dos CDR, justamente precisavam não só objetivar, mas principalmente propiciar elementos para a descentralização visando ao desenvolvimento das localidades. No caso dos CDR, o papel de cada ator social fica mais claro, a partir de Benko, (1999), pois é possível a viabilização de uma política descentralizadora, porém é preciso a tomada de decisão acontecer na região. Analisando o que ocorreu na experiência das SDR/ADR¹ no estado de Santa Catarina, conforme Cogo e Dallabrida (2012), além da autonomia, faltou representatividade nos CDR para que a descentralização ocorresse na prática, entre outros problemas.

O Desenvolvimento Regional precisa ser analisado dentro de um escopo que permita a observância de cenário a partir de distintas dimensionalidades, pois o ambiente físico, pessoas, instituições e a economia são os componentes deste contexto. Assim, é necessário considerar:

i) as questões institucionais, econômicas e sociais que abrangem, em grande parte, as ciências sociais aplicadas; ii) as questões de natureza territorial que abrangem aspectos da geografia humana e organização do espaço regional; e iii) as questões ambientais que abordam, essencialmente, o equilíbrio para o uso racional do meio ambiente local (VEIGA; 2006, p. 25).

¹ SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional; ADR – Agência de Desenvolvimento Regional.

As interligações entre a economia e as instituições que a movimentam e regularizam, são elementos inseparáveis da funcionalidade da política, do mercado e da própria subsistência das comunidades e regiões. As ações do homem através das instituições privadas ou estatais acabam definindo a configuração dos territórios e isso faz com que o desenvolvimento aconteça e que ocorra de certo modo. A configuração de uma chamada qualidade de vida depende de como estes elementos estão distribuídos no contexto de uma região. O papel do Estado, neste caso, é importantíssimo, no oferecimento de políticas públicas que atendam aos anseios regionais. Todos os aspectos citados dependem de um ambiente físico (natureza) saudável ou com o menor impacto possível nas suas condições, por conta das ações humanas. O equilíbrio e a racionalidade da utilização do meio ambiente de cada localidade precisam de conscientização e diálogo para acomodação de interesses dos atores sociais regionais. Como consequência desta realidade, é importante analisar a região, já que:

O crescimento econômico associado ao crescimento demográfico produz os mais contraditórios efeitos sobre o meio [regional]. [...]. Essas contradições são as mais evidentes nas maiores cidades e nas de porte médio, uma vez que é nelas que se oferece à população um conjunto variado não só de benefícios e de vantagens, mas também de desvantagens e dificuldades (MAMARELLA, 2001, p. 59).

O estímulo ao desenvolvimento dentro das regiões brasileiras tem sido o grande desafio praticamente de todos os governos da história da república, com destaque para o final da década de 1950 com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em 1959, pela Lei nº 3.652, de 15 de dezembro de 1959. O intuito era desenvolver essa região do país em função das diferenças de índices de desenvolvimento em relação às demais regiões brasileiras. A SUDENE resgatava um pouco da ideia do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) Decreto-lei de 28/12/1945. A SUDENE foi fechada em função de denúncias de desvios de objetivos e favorecimentos ilícitos, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso através da Medida Provisória nº 2.146-1, de 4 de maio de 2001, mesmo ano em que se criou a Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADDENE. No ano de 2007, durante o segundo mandato do Presidente Luís Ignácio Lula da Silva, através da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, a instituição é recriada com o mesmo objetivo de desenvolver o Nordeste do Brasil e diminuir as diferenças regionais. Outra instituição no país criada com o mesmo intuito é a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, recriada também pelo ex-presidente Lula, pela Lei Complementar 124, em substituição à

Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA. A criação da SUDAM foi em 30 de novembro de 1966 e no governo Fernando Henrique Cardoso também foi extinta e substituída pela ADA através da Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001. Percebe-se dentro da estrutura de governo do Brasil, independentemente do grupo político que esteja exercendo mandato, que o país possui uma grande preocupação com o desenvolvimento do Norte e Nordeste, regiões que apresentam ainda indicadores sociais abaixo da média nacional e que precisam de uma política pública mais específica possível para melhorar os seus índices de desenvolvimento.

No estado de Santa Catarina há muitas décadas tem sido discutida a necessidade de equiparar o desenvolvimento regional entre as distintas regiões do estado. As SDR foram criadas com o intuito de diminuir as diferenças regionais, bem como oferecer a possibilidade de cada região construir o seu próprio caminho para o desenvolvimento. Nessa direção, vale a pena observar o quadro abaixo, que demonstra a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano municipal dos municípios sedes das SDR, durante a primeira década do século XXI:

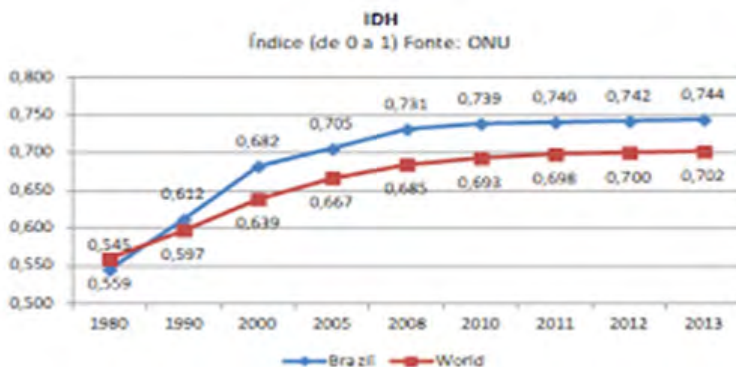
Desempenho de indicadores de desenvolvimento humano nas SDR/ADR

SDR/ADR	IDHM 2000	IDHM 2010	Evolução do Índice
São Miguel do Oeste	0,590	0,725	22,7%
Maravilha	0,590	0,723	22,5%
São Lourenço d'Oeste	0,585	0,706	20,8%
Chapecó	0,619	0,742	19,9%
Xanxerê	0,604	0,716	18,6%
Concórdia	0,637	0,761	19,5%
Joaçaba	0,650	0,751	15,6%
Campos Novos	0,559	0,697	24,7%
Videira	0,656	0,765	16,6%
Caçador	0,517	0,669	29,4%
Curitibanos	0,560	0,691	23,4%
Rio do Sul	0,639	0,761	19,1%
Ituporanga	0,568	0,711	25,2%
Ibirama	0,603	0,718	19,2%
Blumenau	0,675	0,765	13,3%
Brusque	0,648	0,740	14,2%
Itajaí	0,662	0,771	16,5%
Florianópolis	0,635	0,749	17,9%

Laguna	0,619	0,731	18,1%
Tubarão	0,632	0,743	17,6%
Criciúma	0,654	0,762	16,5%
Araranguá	0,612	0,727	18,8%
Joinville	0,626	0,744	18,8%
Jaraguá do Sul	0,698	0,728	11,0%
Mafra	0,604	0,719	20,6%
Canoinhas	0,585	0,676	22,9%
Lages	0,542	0,696	24,6%
São Joaquim	0,569	0,688	20,8%
Palmitos	0,625	0,738	18,1%
Dionísio Cerqueira	0,589	0,713	20,9%
Itapiranga	0,632	0,755	19,4%
Quilombo	0,591	0,716	21,2%
Seara	0,624	0,743	19,1%
Taió	0,600	0,722	20,3%
Timbó	0,642	0,749	16,6%
Braço do Norte	0,646	0,763	18,1%

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Dados coletados pela equipe SIGAD FURB.

As regiões que estão mais próximas ao litoral do estado sempre tiveram um destaque maior nos indicadores socioeconômicos em relação a outras áreas mais distantes da costa. O Norte do estado e Vale do Itajaí se destacam pela indústria e tecnologia, com isso gerando grande empregabilidade. A Grande Florianópolis além dos apelos naturais possui a estrutura governamental, a qual acaba também gerando muitas oportunidades. O Sul do estado apresenta um processo de industrialização importante, o que oferece a possibilidade de busca de oportunidades. A região Oeste, embora exista uma ascensão da agroindústria moderna, ainda apresenta o êxodo rural da agricultura familiar, o que se acelerou nas décadas de 80 e 90, gerando um problema social no estado. O Planalto Serrano é a região que apresenta os índices de desenvolvimento mais baixos, muito em função de sua história estar marcada pela pecuária extensiva e grandes latifúndios, destoando do padrão e modelo econômico das demais regiões do estado. O quadro acima demonstra uma evolução dos indicadores sociais e econômicos no estado após a criação das SDR, porém é preciso salientar que também houve uma evolução nos indicadores econômicos mundiais.



Fonte: ONU – Organização das Nações Unidas.

Considerando as circunstâncias de uma economia globalizada, é importante levar em conta que o crescimento das grandes economias tende a afetar positivamente as demais nações. O mesmo acontece no plano nacional, beneficiando estados e regiões. Além de gerar emprego e renda, o crescimento econômico de uma nação, associado ao planejamento governamental, permite a formulação e implementação de políticas públicas para a promoção do bem estar. São políticas de crédito habitacional, de saneamento, de inclusão escolar, de saúde básica e de transferência de renda, que melhoram a vida de milhões de pessoas e impactam positivamente regiões menos desenvolvidas, freando o êxodo demográfico. Um conjunto de políticas desse gênero foi colocado em prática no plano nacional no mesmo momento em que as SDR, atuais ADR, entraram em cena. Nessa direção, descarta-se um vínculo exclusivo entre a atuação das SDR e o desenvolvimento de suas respectivas regiões.

Tendências do IDH no Brasil

	Esperança de vida ao nascer	Expectativa de anos de estudo	Média de anos de estudo	RNB per capita (PPP \$ de 2011)	Valor do IDH
1980	62,0	9,9	2,5	10.457	0,547
1985	63,5	11,1	3,2	9.422	0,576
1990	65,3	12,2	3,8	10.065	0,606
1995	67,6	13,3	4,6	10.959	0,648
2000	70,1	14,3	5,6	11.161	0,683
2005	71,9	14,2	6,1	12.032	0,702
2010	73,3	15,2	6,9	14.420	0,737
2011	73,6	15,2	7,0	14.845	0,742
2012	73,9	15,2	7,2	15.032	0,746
2013	74,2	15,2	7,4	15.288	0,752
2014	74,5	15,2	7,7	15.175	0,755

Fonte: <http://www.pnud.org.br/arquivos/Nota%20T%C3%A9cnica%20Brasil%20-%20RDH%20Global%202015.pdf>

Da mesma forma, para reforçar o argumento, também é preciso fazer a verificação dos índices de desenvolvimento do Brasil no período de 34 anos, entre 1980 e 2014, passando inclusive pelo período de implementação e operacionalização das SDR. Percebe-se que os indicadores locais e microrregionais seguem a tendência mundial e nacional de melhoria dos índices. Mais uma vez, refuta-se a tese de que exclusivamente as SDR teriam promovido o desenvolvimento regional.

De todo modo, essa relativização não deve desconsiderar duas observações. A primeira é que, em geral, as microrregiões catarinenses menos desenvolvidas apresentaram os maiores aumentos no IDHM, como se pode ver na tabela. As diferenças entre as microrregiões permanecem, mas diminuíram. A segunda observação é que o crescimento do IDHM em Santa Catarina entre 2001 e 2010 foi maior que o crescimento do IDH no Brasil e no Mundo. No mesmo período, a melhora no País foi de 8,35% e no Mundo foi de 8,45%. No caso de Santa Catarina, o menor crescimento no decênio foi o da microrregião de Jaraguá do Sul, com 11%, enquanto o maior crescimento foi o da microrregião de Caçador, próximo de 30%.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DESCENTRALIZAÇÃO

Quando, em 2002, o então candidato a governador do estado Luiz Henrique da Silveira estava em campanha, o seu principal argumento era que a descentralização do governo teria como consequência principal o desenvolvimento regional. Assim, cada região sede de uma SDR conseguiria melhorar seus índices e o êxodo demográfico seria contido. O Desenvolvimento Regional, portanto, teria como base as ferramentas das sociedades locais para acontecer e o governo central seria o facilitador deste processo, teoricamente com pouca intervenção e propiciamente de autonomia para cada localidade envolvida no projeto das SDR.

Dentro desta análise macro pode-se fazer uma analogia com a economia catarinense, a qual é diversificada com atividades agroindustriais no Oeste e Serra, indústria pesada; *softwares* e metal mecânica, no Vale do Itajaí e Norte; serviços e *softwares* na Grande Florianópolis; indústria cerâmica no Sul do Estado e a pesca em toda a faixa litorânea. O processo de globalização levou nos últimos 25 anos uma corrida em direção à inovação com uma velocidade muito maior.

Não somente para as empresas de alta tecnologia, mas também para os serviços e mesmo para a atividade primária que se transforma em *commodities*, é necessário pensar em novas formas de diferenciação. O objetivo é estimular a competitividade em cada microrregião de Santa Catarina e com isso fazer crescer a economia, a em-

pregabilidade e o acesso a bens e serviços mais bem elaborados. A descentralização pressupõe que todas as ações governamentais sejam tomadas a partir da perspectiva das regiões, com autonomia e tomada de decisão. Os atores sociais locais: governo, iniciativa privada, sociedade e universidade dialogam para que aconteçam decisões que levem em consideração os interesses de cada um deles. A transferência de delegação pode caracterizar este conceito na gestão pública. Assim,

A distribuição de poder entre a esfera central de governo e as demais unidades inferiores em que se divide a ordem governamental transcende as situações específicas de cada nação e pode apresentar elementos comuns que devem ser investigados numa tentativa legítima de teorização (VIEIRA, 2012, p. 2)

Quando existe uma proporcionalidade distributiva de poder e tomada de decisões, bem como o despacho administrativo local, é isso que poderá caracterizar o sentido da descentralização administrativa. Com base na significância do desenvolvimento regional, a modificação de uma determinada região precisa ser construída com base nas necessidades do território em questão, levando em consideração os atores sociais, a cultura e o meio ambiente.

DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO

O processo de descentralização do governo, além de suas especificidades conceituais, precisa passar por um rito de aceitação, operacionalização para a sua correta implementação na estrutura administrativa da esfera de governo em que estiver em curso ou até mesmo dentro da iniciativa privada. A descentralização pressupõe delegação de autoridade e de responsabilidades.

Verifica-se um crescente e generalizado processo de fortalecimento da esfera local de governo, centrado na descentralização e na municipalização das políticas públicas. Tal processo tem ensejado mudanças na organização e no funcionamento dos governos locais, que têm sido incorporadas de forma diferenciada segundo as diretrizes adotadas e o grau de instituição tanto de canais de gestão democrática como de instrumentos redistributivos da renda e da riqueza produzidas nas cidades (SANTOS JÚNIOR, 2001, p. 29).

O cenário brasileiro da descentralização ainda é relativamente recente. A delegação de funções aos municípios no início da década de 2000 foi, de todo modo, um importante ponto de partida. Exemplo disso é o Sistema Único de Saúde - SUS, com a distribuição de medicações via processos deliberados por órgãos estaduais até che-

gar no município, passando por todas as esferas de governo e cada uma com a sua possibilidade de tomada de decisão e definições locais. É importante ressaltar que a descentralização proposta em Santa Catarina tinha como base o desenvolvimento regional. As SDR em Santa Catarina também acabaram levando esta estruturação para as 36 regionais e com isso as especificidades das atividades da administração pública nas localidades. Desde há muito tempo, a gestão pública passa por períodos de adaptação e a desconcentração é inevitável como meio no processo de descentralização, este último como a grande finalidade. Portanto,

Diferente da Descentralização é o fenômeno denominado, pela doutrina, desconcentração. O Estado, como também, outras pessoas de Direito Público, que crie, têm de repartir, no interior deles mesmos, os encargos de sua alçada entre diferentes unidades internas, constituindo, cada qual, um núcleo com parcela de atribuições para decidir os assuntos que lhe são afetos. Estas unidades são o que denominamos órgãos e se constituem por um conjunto de competência (TAVEIRA, 2011, p. 237).

A desconcentração, portanto, ocorre quando os encargos exercidos na atividade estatal são repartidos, seja nas unidades de governo (como é o caso das SDR em Santa Catarina) ou dentro da estrutura dos servidores estatais, os quais recebem a delegação para exercer atividade. A desconcentração é um estágio intermediário e burocrático da descentralização e ocorre por uma necessidade que o estado possui na execução de tarefas que são indispensáveis para a gestão administrativa do estado como um todo.

A situação comum em países em desenvolvimento a necessidade da mudança social e a dificuldade de comunicação tendiam a forçar a descentralização e, além disso, que a magnitude da obra enfrentada por governos centrais tornava altamente desejável a criação de núcleo de energias, entusiasmos e iniciativas sob a forma de viris autoridades locais. Ainda assim, nem todas as funções podem ser descentralizadas – muitas delas só podem ser efetivamente desempenhadas pelo centro (MADDICK, 1966, p. 38).

O desenvolvimento regional deve ser pensado a partir das necessidades de mudanças sociais existentes em uma comunidade. O processo de descentralização é uma resposta prática para que as regiões se desenvolvam conforme as suas demandas, espelhadas pelos atores sociais envolvidos. Portanto, o processo de desconcentração ocorre a partir de atividades inerentes à estrutura do poder central que não podem ser executadas fora da esfera do poder da sede do governo.

O fato de delegar rotinas, aumentar estrutura física de governo e funcionários em regiões longínquas da capital do estado, não significa que o governo está chegan-

do mais próximo do cidadão. Também não significa que as realizações nas regiões correspondam aos interesses e a autonomia regionais, pelo contrário, tudo está enredado na estrutura central, supervisionada por representantes políticos que defendem a esfera do poder central.

Com isso, é evidente que a desconcentração da gestão é importante como atividade meio, porém a finalidade sempre deve privilegiar o interesse público através das prioridades de cada região. A tomada de decisão pelos atores sociais locais, mesmo que com acomodação de interesses, que em algumas situações demandem desgastes, é fundamental para que as pessoas e as localidades apareçam como política de governo e de estado. Cabe aos governantes fazerem esta aproximação com a sociedade, a partir de uma vontade política que vislumbre o interesse público. Desse modo,

Diversa da descentralização é a desconcentração administrativa, que significa repartição de funções entre os vários órgãos (despersonalizados) em uma mesma administração, sem quebra de hierarquia (MEIRELLES, 2010, p. 785).

A priorização da autonomia para que ocorra um processo de tomada de decisões regionais é a finalidade da descentralização, pois somente os atores da localidade conhecem em profundidade a realidade regional. O processo democrático permite que aconteça o diálogo e ou debate em torno dos interesses e objetivos dos grupos representativos da sociedade. Assim o processo decisório regional terá como ambiente as questões referentes aos interesses comunitários, dos agentes públicos e da iniciativa privada. Assim, o planejamento das políticas públicas acontecerá de acordo com a realidade das regiões e seus municípios. Os problemas identificados também poderão obter uma resolução baseada no que mais preocupa a sociedade e a sua funcionalidade: econômica, política e social. Qualquer projeto, seja uma obra ou planificação de política pública, deve levar em consideração as demandas dos grupos sociais existentes, independentemente do papel que representam na comunidade, pois é preciso entender que, em uma sociedade diversa, vários interesses precisam ser acomodados.

Antes de qualquer debate em torno de um projeto público, é preciso analisar o que os distintos grupos sociais existentes em uma localidade têm como prioridade para acomodação de interesses, pois muitos projetos conflitam demandas de grupos distintos e com isso pode haver uma necessidade de mediação, inclusive de conflitos para que impactos negativos a determinados grupos sejam discutidos na construção de um projeto de impacto regional.

A palavra controle vai aqui usada em sentido estrito, em oposição à hierarquia, e designa o poder que a Administração Central tem de influir sobre a pessoa descentralizada. Assim, enquanto os poderes do hierarca são presumidos, os do controlador só existem quando previstos em lei e se manifestam apenas em relação aos atos nela indicados (MELLO, 2009, p. 151).

Dentro da estrutura administrativa, em muitos regimes de distintas correntes políticas, existe por sobrevivência, quase que uma necessidade de haver um controle, previsto geralmente em leis estabelecidas pelo governo para poder criar mecanismos de controles. Neste caso, o controle do poder central é quase uma necessidade, pois quando existe uma poliarquia madura (RAMOS, 1983), com partidos políticos consistentes e transparência entre os poderes e na condução administrativa, o próprio sistema administrativo permite a delegação da responsabilidade.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com base no que foi encontrado e discutido na fundamentação teórica do trabalho, percebe-se que o estado de Santa Catarina realizou um processo de gestão pública desconcentrado durante o período analisado, entre 2003 e 2015. A chamada descentralização administrativa propriamente dita, que seria caracterizada pela delegação de autoridade às regiões, acabou não ocorrendo na temporalidade analisada. Apesar da formação dos Conselhos de Desenvolvimento Regional – CDR, integrados por representantes dos executivos, legislativos e da sociedade civil dos municípios, a atuação destes órgãos foi notavelmente restringida pela ausência de autonomia orçamentária. Nessa direção, é importante afirmar que, para ocorrer efetivamente, a descentralização precisaria conferir autonomia às regiões desde o seu planejamento, passando pela constituição de orçamento próprio, de definição de prioridades, até a autonomia no processo decisório microrregional. Não é que isso não tenha ocorrido parcialmente, mas a ausência de orçamento próprio limitou os CDR a um agente motivador de encontros e de diálogo intermunicipal. Funcionou do ponto de vista da integração regional, mas careceu de autonomia.

Por conseguinte, o que ocorreu no estado de Santa Catarina foi uma desconcentração da rotina administrativa de seu governo, que transferiu serviços às regiões, mas não delegou responsabilidades, nem conferiu autonomia às SDR, atuais ADR. Outra característica da descentralização foi a de que não houve atividade governativa nas regiões, apenas administrativa, de seguimento de rotinas nas repartições públicas

e outros órgãos ligados ao governo. Assim, houve apenas um movimento de transferência da atividade administrativa e não governativa.

Outrossim, os indicadores socioeconômicos estaduais, nacionais e internacionais do período indicam tendência convergente, caracterizando certa interdependência. As regiões analisadas nos dados levantados na pesquisa caracterizam que os movimentos econômicos globalizados influíram no desenvolvimento de cada região do estado, assim como no país, na América Latina e nos indicadores globais. Portanto a conjunção do crescimento econômico e melhoria dos índices de desenvolvimento nas esferas internacional e nacional com a esfera local-regional não permitem afirmar que a melhoria geral dos índices de desenvolvimento em Santa Catarina tenha se devido à implantação das SDR.

De todo modo, se não há como estabelecer se não há como estabelecer uma relação exclusiva entre as SDR e o desenvolvimento regional, também não se pode dizer que em dada em nada interferiram. Nos limites deste trabalho, não há como comprovar uma ou outra. Deve-se, não obstante, observar que o crescimento dos índices em Santa Catarina foi maior, comparada a sua evolução aos índices nacionais e mundiais. Mas seria errado atribuir isso a uma política governamental estadual, ignorando políticas nacionais no mesmo período, além do crescimento econômico do País no período convergente. A primeira década do século XXI foi marcada por um crescimento mundial da economia e que coincidiu com a implantação das SDR. Nesses mesmos anos, a balança comercial favorável à economia brasileira permitiu a injeção de recursos para o incremento de várias políticas públicas, sobretudo as sociais, que permitiram a melhoria de índices como o IDH e o IDHM, aqui usados como parâmetros. Além disso, o crescimento econômico brasileiro e catarinense também foi possível devido a fatores originários da própria esfera econômica, sem relação direta com a esfera política.

Observados esses aspectos, vale afirmar que o chamado processo de descentralização político-administrativo em Santa Catarina foi restrito, porém pioneiro. Não evoluiu na direção dos seus propósitos oficialmente anunciados. Seu calcanhar de Aquiles foi a falta de autonomia orçamentária. Além disso, processos de inovação política requerem uma articulação política para o necessário apoio à sua efetividade. Nesse sentido, a própria falta de sensibilidade governamental durante o processo sucessório é causa do definhamento e abandono de certas experiências. A transformação das SDR em ADR não significa necessariamente um aprimoramento do processo, independentemente da razoabilidade de suas justificativas administrativas. Ao contrário, pode ser o prenúncio de seu ocaso, de mais um sub-capítulo no enredo das soluções de continuidade que marca a política brasileira.

A despeito disso, foi uma resposta ao problema da centralização do sistema republicano brasileiro, encontrando respaldo na Constituição nacional. Representa, além disso, a tentativa política de intervir na problemática do desenvolvimento regional, que encontra paralelo em muitas experiências de outras nações ou unidades federativas. Por extensão, está assentada na justificativa de responder aos problemas causados pela globalização. Suas insuficiências e desvios requerem a investigação científica à exaustão, afim de que conhecimento seja útil na avaliação do próprio processo ou possa subsidiar experiências futuras.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. **A Endogenização no desenvolvimento econômico regional e local: planejamento e políticas públicas**. IPEA. n. 23 jun. 2001.

ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização & desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 120 p.

BAQUERO, M. (Org.). **Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

BENKO, G. **A ciência regional**. Oeiras: Celta, 1999.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 3 nov. 2004.

COGO, L. C.; DALLABRIDA, V. R. Avaliação dos processos de descentralização nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul: o marco jurídico como respaldo à participação social. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v. 6 n. 1, p.175-190 jul/dez. 2012.

MADDICK, H. **Democracia, descentralização e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FORENSE, 1966.

PEREZ, RAMOS & ESPINOZA. **Uma Visión paradigmática de La Teoría Neo-Institucionalista para el Desarrollo**. Sucre, Bolívia, 2014.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000 (original: Making democracy work. Civic traditions in modern Italy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996).

RAMOS, A.G. **Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

REIS, Bruno Pinheiro W. Capital Social e Confiança. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, 21 p.35-49, nov, 2003.

SANTOS, J.O. **Democracia e governo local**: dilemas e reforma municipal no Brasil. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2001.

SEN, A.K. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.p.409.

TAVEIRA, A. V. A. Descentralização e desconcentração da atividade estatal. **Revista Paradigma**. Ribeirão Preto: UNIAERP, 2011.

THEIS, I. (Org.). **Desenvolvimento e meio ambiente em Santa Catarina**: a questão ambiental em escala local/regional. Joinville: UNIVILLE, 2006.

VIEIRA, P. R. Em busca de uma teoria da descentralização. Rio de Janeiro, **Revista Brasileira de Administração Pública** – Vol. 46 set./out. 2012.

ARTIGO

EXTRATIVISMO ESTATAL E PATRIMONIALISMO NO BRASIL DE SEMPRE

INTRODUÇÃO

O extrativismo é um termo de múltipla utilidade interpretativa nas ciências sociais. Recorrem a ele economistas, sociólogos e cientistas políticos, entre outros, para alguma definição conceitual que explique possibilidades e constrangimentos ao desenvolvimento regional ou nacional. Seu significado literal relaciona-se com a extração dos recursos fornecidos diretamente pela natureza, isto é, não produzidos nem cultivados artificialmente. Nessa direção, diferencia-se, inclusive, da noção de agricultura e do agronegócio. Não obstante, a ele se somam novos significados, relacionados com os agentes sociais influenciados por esse tipo de atividade econômica. Quando em larga escala, o extrativismo tipifica a economia de uma sociedade, podendo ser predominante ou ao menos significativo na sua composição. À medida que isso ocorre, o extrativismo ganha dimensões de importância crucial e exerce influência comportamental em outras áreas da organização social.

Na medida da sua grandeza, a economia extrativista interfere nas relações sociais, constituindo hábitos e conformando o entendimento sobre a vida em suas várias esferas, tornando-se um tema sociológico poroso. Resultam daí muitos desdobramentos analíticos e interpretativos. Explicações daí originárias tornam-se reveladoras, desde a caracterização dos agentes econômicos e políticos que se apropriam desses recursos ou deles sobrevivem, até suas consequências econômicas, políticas e sociais. Por extensão, análises das ciências sociais sobre o extrativismo permitem

* Doutor em Ciências Sociais (Unicamp) e Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) do Centro de Ciências Humanas (CCH) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E mail: b-walter@hotmail.com

** Graduado em História pela Universidade Estadual de Roraima (UERR), especialista em História da Amazônia e aluno de mestrado do PPGSOF. E mail: rennerys.zr@hotmail.com

*** Graduada em História pela Universidade Estadual de Roraima e aluna do PPGSOF. E mail: adrieleejeova@gmail.com

entender a conformação social, cultural e institucional das sociedades que se desenvolvem a partir desse modo de produção. Ele transpassa as relações de poder, assim como define a importância estratégica de uma região ou nação nos cenários econômicos internos e externos. É inerente às estratégias de governança e governabilidade, ao jogo eleitoral e à manutenção do poder, conformando, por fim, as relações de dependência recíproca entre o Estado e a Sociedade.

Decorrência lógica da abundância dos recursos naturais, o extrativismo proporciona o paradoxo do crescimento econômico sem desenvolvimento sustentável. Apropriada por governos e agentes privados com outorga governamental, a extração desses recursos gera concentração de riquezas ao longo do tempo. Via de regra, os agentes governamentais das economias extrativistas não combatem com eficácia a desigualdade, distribuindo apenas compensações. Assim, o resultado político e econômico do extrativismo favorece grupos minoritários, reproduzindo historicamente a forma patrimonialista, com diferentes roupagens, em favor de oligarquias privadas e corporativistas estatais. Não obstante, a extração e apropriação dos recursos fiscais daí oriundos permite, nas democracias, criar um vantajoso e populista sistema de políticas distributivas. Nessa perspectiva, a história republicana no Brasil continua marcada pelos vícios de origem, entre os quais, o extrativismo e suas derivações ao longo do tempo, presentes na democracia de massa e em nosso peculiar Estado de bem-estar social.

Em todas as fases econômicas e políticas demarcadas pela historiografia brasileira, o extrativismo não apenas está presente como se apresenta nos fundamentos da economia. Incrivelmente, perdura no século XXI, com toda ou apesar de toda a evolução de sua economia, de sua política e da ordem social na direção da modernização. É assim desde o Brasil Colônia, extenso período marcado pelos ciclos dos produtos nativos da biodiversidade enviados à Metrópole. A extração dos recursos naturais foi a exclusiva base econômica de geração de riquezas para a aristocracia agrária, assim como foi a plataforma de sustentação econômica e política dos governos imperiais. Por extensão, atravessou sem ameaças o período da República Velha, e continuou importante depois dela. Dois séculos após a vinda de D. João VI, o extrativismo sobrevive, sob novos semblantes, desde a redemocratização do Brasil. Inclusive, autores contemporâneos como Gudynas (2012), por exemplo, observam o fenômeno sob renovada perspectiva, usando a denominação de novo extrativismo.

É evidente que os recursos fartos da natureza não poderiam mesmo ser desprezados. Jamais serão. Considerando a importância dos produtos originários do extrativismo vegetal, animal ou mineral, trata-se de inegável fonte de geração de

riquezas, ao País, aos governos e aos agentes econômicos privados. É geração de renda, emprego e modo de vida. O que chama a atenção é o fato de que, na “era da informação”, esse modo de produção da economia continue sendo tão importante e sua cadeia produtiva seja em geral tão curta, isto é, de pouco valor agregado nos países de sua origem.¹ O extrativismo econômico ainda é o modo de produção predominante, por vezes, a exclusiva base de exportação nacional de muitas nações. Desde o período colonial das economias primárias e do processo de independência política das ex-colônias, até a modernização econômica e política por meio das democracias de mercado, o extrativismo econômico ainda é o modo de produção predominante, algumas vezes a exclusiva base de exportação nacional. No caso brasileiro, somados os setores mineral (4,9%), vegetal (3,53%) e animal (2,87%), representaram 11,3% do PIB em 2014, tornando-se maior que a participação da indústria, inferior a 11% no mesmo ano (RITTNER, 2015).

Para além da óbvia associação entre o extrativismo e a consequente formação e constituição do poder das elites dos países extrativistas, a dupla pergunta que persiste é: por que esse modo de produção e organização do poder permanece atual e sobrevive em tempos de tecnologia da informação e democracia? Apesar de toda a crítica sociológica que contribuiu para a democratização brasileira, e cujas aspirações foram de transformação e antítese ao passado oligárquico, patrimonialista e extrativista, esses fatos sociais tão constrangedores ao desenvolvimento nacional permaneceram. Nesse sentido, são elos histórico-sociológicos que nos mantêm vinculados ao passado mais característico de nossa formação socioeconômica e política nacional. Tem a ver com as raízes mais profundas das nossas características psicossociais, e permanecem causalmente ligados aos nossos problemas contemporâneos.

Nessa direção, a sociologia, a economia política, a história política, como a ciência política, são campos do conhecimento no interior dos quais precisa emergir o esforço constante de responder à dupla pergunta anterior. Trata-se da persistente tarefa de tentar reconhecer um ou outro aspecto talvez regular e ainda menosprezado na origem ou no desenvolvimento do curso histórico de nações economicamente extrativistas e seus governos homônimos. Noutros termos, é importante buscar características identificáveis em vários casos das nações extrativistas que permitam uma ou outra generalização. No caso da abundância dos recursos naturais, existe um espectro que mantém ativos os vícios oligárquico, patrimonialista e extrativista,

¹ Os seis principais produtos de exportação em 2011 foram: minério de ferro, aço e ferro fundido (16,3%), petróleo bruto (8,4%), soja e derivados (6,4%), açúcar (4,5%), café em grãos (3,1%) e carne de frango in natura (2,8%). Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/economia/produtos_exportados_brasil.htm>.

verdadeiros pontos de ligação com o passado. Esse elemento incorpóreo permanece contemporâneo, útil e aparentemente vantajoso aos grupos de poder político e econômico que se sucedem ou pactuam, beneficiando-se amplamente do extrativismo.

A MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Esse espectro que faz perdurar o caráter político-governamental do extrativismo é o que podemos chamar de maldição dos recursos naturais. É uma alusão à “maldição do petróleo”, termo cunhado pelo cientista político Michael Ross (2015), em livro homônimo, em que o autor ressalva que 90% do comércio mundial de minerais devem-se a esse hidrocarboneto. Não obstante, a ideia da “maldição” é mais antiga e remonta à formação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), quando seu fundador, o ex-ministro do Petróleo venezuelano Juan Pablo Pérez Afonso chamou o petróleo de “excremento do Diabo” (ROSS, 2015, p. 19). Nesse sentido, as economias dos países que extraem petróleo, em geral, são muitíssimo dependentes dessa *commodity*. A abundância desse recurso natural acirra muito mais as disputas pelo poder a qualquer preço. Ross observa que, dos vinte maiores produtores nacionais na primeira década do século XXI, dezesseis eram ditaduras.² Na maioria dos casos, constata-se que as economias dessas nações crescem menos, e de forma instável, que as nações que não possuem petróleo. Em geral, seus problemas sociais são notáveis e seus índices de desenvolvimento não estão entre os melhores.

Michael Ross é estudioso do assunto há décadas. Acompanhou o *boom* do preço do petróleo na década de 1970, observando que países produtores obtiveram lucros extraordinários, mas isso não tornou essas nações mais desenvolvidas. Quatro décadas depois, Ross chega à mesma conclusão. Embora reconheça algumas distinções e faça um *mea culpa* em seu livro, o autor reafirma essa conclusão ao estudar as consequências do aumento dos preços das *commodities* minerais no início do século atual. Elas geraram muitos proventos aos governos, no entanto, isso não garantiu o crescimento continuado das respectivas nações. Segundo o próprio autor, as observações sobre o extrativismo e os efeitos das *commodities* nos últimos anos têm proporcionado informações importantes para o incremento dos estudos que relacionam os recursos naturais com economia e política (ROSS, 2015, Introdução). Estudos de Ross a partir da década de 1980 sobre o assunto indicam que, em geral, a riqueza gerada por meio da abundância dos recursos naturais produziu, em muitos dos países por ele observados, menos democracia e mais guerra civil.

² As exceções eram os EUA, a Rússia, o Canadá e a instável Venezuela.

Quando o autor admite que nem tudo são sombras, reconhece que as condições de bem-estar melhoraram em vários países produtores de petróleo e menciona a diminuição da mortalidade infantil em muitos desses países (ROSS, 2015, Introdução, p. 252). Ele também reconhece alguns índices de crescimento econômico, mas observa que normalmente estiveram aquém do que deveriam, se considerada a riqueza geológica e a comparação com países não produtores. Nesse sentido, se não cresceram mais do que as nações não produtoras de petróleo, significa que não tiraram o devido proveito da riqueza geológica. Fora isso, a fartura do petróleo produziria o paradoxo do atraso. Na média, segundo Ross, metade do produto econômico dessas nações está concentrada no setor público. Nos países de baixa renda, a simples descoberta do petróleo desencadearia uma frequente “explosão dos gastos públicos” (ROSS, 2015, p. 23),³ possibilitando a governos autoritários “silenciar” dissidências e asseverar reações violentas de opositores. Por conseguinte, esses países tendem a governos menos transparentes e economias mais instáveis. Mostra o autor, governos financiados pelo petróleo desperdiçam recursos e são menos prestadores de contas do que os governos financiados por impostos (ROSS, 2015, p. 24, 29). Com pouco ou nenhum planejamento, gastam com o propósito explícito de se manter no poder e ganhar eleições. À medida que os preços caem, sua excessiva dependência às commodities os atira na instabilidade.

Por extensão natural disso, os problemas sociais persistem e seus índices de crescimento e desenvolvimento não se sustentam. A frequência desse fenômeno nos países predominantemente extrativistas é alta e indica uma regularidade estatística. Preços de *commodities* são naturalmente oscilantes e, em alta, um estímulo quase irresistível ao aumento de gastos governamentais. Muitos desses gastos são ou se tornam permanentes, como a contratação de servidores públicos e aumentos reais de salário. Quando os preços caem, a situação torna-se muito difícil, redundando em uma condição cronicamente insustentável, levando a situações dramáticas do ponto de vista da má gestão dos recursos públicos e suas consequências. Nessa perspectiva, por exemplo, a situação de endividamento dos estados e municípios brasileiros é motivo de negociações intermináveis com os governos federais. Trata-se de exemplo notável do problema fiscal crônico, denunciando má gestão, além da excessiva concentração de recursos na União.

Por consequência, provoca os questionamentos sobre a tributação excessiva e a conseqüente necessidade de um pacto federativo novo. Por outro lado, denuncia problemas crônicos de gasto público excessivo dos estados brasileiros. Embora não

³ De 2001 a 2009, as despesas públicas teriam aumentado 600% no Azerbaijão e 800% na Guiné Equatorial (ROSS, 2015, p. 46).

haja homogeneidade em relação ao conjunto de causas, alguns dos casos são, novamente, compreensíveis a partir da perspectiva do extrativismo e seu espectro, a maldição das *commodities*. Notável é o caso do estado do Rio de Janeiro, cujos governos entre a primeira e segunda década do século XXI se aproveitaram do aumento dos preços do petróleo para aumentar os gastos correntes, endividando o estado acima da capacidade. Depois de um período de gastos excessivos, o estado tornou-se deficitário e, como de costume, recorreu aos cofres da União, que socorre em troca de apoio político e socializa os prejuízos com o País. Com a queda do preço do petróleo em 2015, a situação do governo fluminense tornou-se calamitosa. O estado é o maior produtor de petróleo no País e a extração representa um terço de sua economia.⁴

Como explica Natalie Watkins no prefácio ao livro de Ross, a maior parte dos recursos provenientes da extração do petróleo acaba nas mãos dos governos e existe pouca transparência sobre o seu uso. Quando os preços estão em alta, isso confere grande poder de manobra aos governantes, além de grandes chances de reeleição. Não há, contudo, determinismo na maldição do petróleo. Basta que as regras governamentais sejam claras para que essa riqueza gere desenvolvimento. Exemplo seria a Dinamarca, que mantém um fundo de reserva que limita o gasto governamental a 4%, a fim de que as futuras gerações usufruam esses recursos. Por outro lado, os exemplos negativos constituem a regra. São inúmeros os casos que têm relação com o desperdício, a falta de planejamento, a violência, a corrupção e o populismo de governos que aumentam seu poder de popularidade e ganho eleitoral. Além disso, é muito comum que a indústria de transformação seja fragilizada. Segundo os economistas, isso ocorre porque, com a valorização das *commodities*, entram muitos dólares, encarecendo a moeda local e estimulando as importações, provocando a queda da industrialização nacional; e ainda há o problema da corrupção que afeta governos extrativistas.

Nessa direção, a extração do petróleo é apenas o ápice do fenômeno do extrativismo, seu exemplo mais notável, pelo que rende aos “magnatas do petróleo”, aos governos extrativistas e seus inúmeros beneficiados mais próximos. Trata-se, portanto, de compreender a abundância dos recursos naturais na sua abrangência, independentemente da *commodity* gerada. Essa fartura dos recursos naturais dá origem ao fenômeno do extrativismo em grande escala. A ele estão associados problemas conhecidos como os impactos ambientais, os conflitos sociais, as disputas de poder por esses recursos, o uso ineficiente de seus proventos, políticas populistas

⁴ Em 2014, o estado do Rio de Janeiro foi responsável por mais de 2/3 da produção nacional (CAOLI, 2016).

e, com frequência, baixa ou nula perspectiva de crescimento sustentado e contínuo. Nada, porém, constitui obstáculo ao uso de seus notáveis rendimentos por agentes públicos, mas, sobretudo, por governos nacionais que controlam essa atividade e dela tiram proveito. Nesse cenário, não se distinguem as ações de governos “conservadores” ou “progressistas”. Com frequência, a propriedade das reservas minerais é estatal, garantindo excelente fonte de receitas, tributadas diretamente.

Na perspectiva da maldição dos recursos naturais, é importante a contribuição do ecólogo social Eduardo Gudynas. Ele chama a atenção para o caráter relativamente novo que o extrativismo adquiriu no século XXI com os governos de esquerda na América Latina. Segundo o autor, o “neo-extrativismo” está caracterizado por maior presença do Estado na atividade, não apenas no controle, mas nos ganhos e no uso político (GUDYNAS, 2012, p. 306). O fato de as empresas não serem sempre estatais não importa. O que importa, afirma Gudynas, “é o lucro”. Nesse sentido, leis ambientais foram flexibilizadas e a taxação sobre os *royalties* aumentou, permitindo que os governos passassem a extrair mais recursos. Nesse contexto, os impactos sociais e ambientais, sempre criticados pelos políticos de esquerda, continuam existindo. Exemplo disso aparece nas denúncias contra a Companhia Vale do Rio Doce, pelas agressões ambientais e aos direitos das comunidades atingidas, ocasionando resistências organizadas de trabalhadores e movimentos sociais.⁵

Sem a devida “cooperação bolivariana” entre si, os governos progressistas sul-americanos pouco se teriam importado com a submissão ao mercado internacional, entregando-se à competição entre eles próprios. Em todos os países latino-americanos governados pelas forças “progressistas”, o conjunto de efeitos negativos continuaria existindo. Nessa direção, também teriam crescido os conflitos rurais no Brasil dos primeiros anos de governo do Partido dos Trabalhadores. Gudynas denuncia a existência de más condições de trabalho, trabalho escravo, de violência contra indígenas, episódios que teriam, paradoxalmente, crescido nesse período, atestando os sintomas do neoextrativismo. Na outra mão, os governos “progressistas” lançaram mão de políticas compensatórias que calaram os dissidentes e compraram as massas. Para o autor, exemplo disso seria o Movimento dos Sem Terra (MST), cujos integrantes se teriam beneficiado do programa de transferência de rendas “Bolsa Família” e desistido da luta política.

Nesse aspecto, é curioso observar como as críticas ao extrativismo, já proferidas pela teoria da dependência na década de 1960, foram abandonadas cinquenta anos

⁵ Existe um movimento internacional intitulado “Atingidos pela Vale”, organizado para resistir e denunciar as ações da mencionada empresa. Informações a respeito estão disponíveis em <<https://atingidospelavale.wordpress.com/quem-eh-a-vale/>>.

depois pelos governos de esquerda latino-americanos. Até então, as esquerdas criticavam um modelo econômico baseado na produção e nas exportações de produtos primários, que nunca levaria os países da América do Sul ao desenvolvimento. A advertência era de que o extrativismo gerava enclaves econômicos negativos, pobreza, miséria, ignorância e danos ambientais, entre outras críticas. Outra reclamação sobre o extrativismo clássico baseava-se no fato de que a exploração era controlada por empresas estrangeiras. Portanto, os excedentes capturados na forma de tributos, *royalties* e licenças seriam baixos (GUDYNAS, 2015, p. 311). Essa crítica de cunho pragmático, pode-se dizer, ajuda a compreender a postura estratégica e oportunista que os governos progressistas acabariam adotando no interior da relação entre recursos naturais, política e sociedade.

EXTRATIVISMO E PROGRAMAS SOCIAIS

Nos governos progressistas, observa Eduardo Gudynas, a eficiência na captação ficou “muito melhor”, impulsionada por um fator motivador adicional. Nas primeiras duas décadas do século atual, governos de esquerda – leia-se, Brasil, Chile, Argentina, Bolívia, Equador, Peru e Venezuela – passaram a adotar a estratégia de aproveitar os recursos do extrativismo para garantir o financiamento de programas de cunho assistencialista (GUDYNAS, 2015, p. 312); ou seja, os governos progressistas passaram a fazer muito mais uso político do extrativismo do que os governos conservadores. Às críticas, os governos populares responderam com a justificativa sobre a necessidade imperiosa dos recursos do extrativismo para fins de incrementar os programas sociais. Precisaram cada vez mais dos recursos da extração dos minérios e outras *commodities* a fim de financiar os programas “progressistas”. Como explica Gudynas, os governos neoextrativistas de esquerda tornaram-se mais eficientes na captura desses recursos do que os precedentes, e utilizando parte dos recursos para financiar os programas sociais que os sustentaram no poder.

Assim, os governos “progressistas” pacificam os protestos sociais. Os debates políticos da esquerda direcionam o foco exclusivamente ao problema da distribuição dos recursos produzidos pelo extrativismo. Desse modo, ignoram a questão de fundo, qual seja, a do próprio modo de produção extrativista, fundamentalmente conflitivo e contraditório, além de suas consequências condenáveis. O protesto social diminui na proporção inversa do aumento dos programas sociais que advêm do extrativismo e de suas perdas e danos de longo prazo. Tais programas geram legitimidade social aos governos progressistas e quem os critica estaria contra o progresso

e contra os programas sociais também. A economia de enclave, historicamente um obstáculo ao desenvolvimento, agora passava a representar um bônus. Antes, gerava pobreza e dependência. Agora, passava a representar a melhor fonte de recursos a combater a desigualdade (GUDYNAS, 2015, p. 313). Nessa perspectiva, os recursos naturais passaram a significar a riqueza que não poderia ser desperdiçada, mal necessário sobre o qual “não podemos ficar sentados como mendigos em cima de um saco de ouro” (GUDYNAS, 2015, p. 314).

Por outro lado, a dependência expressiva das *commodities* faz com que governos passem a contar com a sorte e se tornem reféns das oscilações de seus preços. Tendo optado pela estratégia extrativista, definem pela postergação das estratégias de desenvolvimento sustentável e de longo prazo, quando é também incerto que o valor dessas *commodities* permita prospectar os mesmos ganhos. Além disso, os governos “progressistas” se habituaram a atribuir a si a exclusividade moral de conduzirem a exploração dos recursos naturais e seus direcionamentos distributivos mais “justos”. É o tipo de mensagem, subliminar ou explícita que se viu, por exemplo, em uma das mais disputadas eleições presidenciais brasileiras, em 2014; mas, efetivamente, também nas experiências governamentais recentes, as “velhas promessas” de progresso e bem-estar foram feitas e, diga-se, realizadas sobre a plataforma do extrativismo e do *boom* das *commodities*.

O Brasil da primeira década do século XXI viveu notavelmente essa atmosfera. Com o crescimento da economia chinesa, o Brasil foi um grande fornecedor de *commodities* minerais e agrícolas. O País saiu de sua frágil condição na balança comercial para país superavitário. Nesse sentido, a exportação de minerais e, sobretudo, o bem-sucedido agronegócio nacional foram os fatores responsáveis. De um lado, os dividendos apropriados pelo governo foram utilizados para o incentivo a setores econômicos considerados estratégicos ao desenvolvimento. De outro lado, subsidiaram as políticas inclusivas. O bem-sucedido Programa Bolsa Família passou a ser incrementado com os recursos do extrativismo, assim como a notável expansão do crédito para ampliar a capacidade de consumo dos brasileiros. A expansão do consumo de bens duráveis, principalmente de eletrodomésticos e automóveis, foi financiada pelos recursos do extrativismo, além do avanço notável do crédito habitacional.

Nessa perspectiva, o extrativismo voltou com maior ênfase e nova roupagem, por meio da maior presença do Estado, beneficiando políticos que se disseram os autores da vinda de empresas extrativistas que “trazem emprego e progresso” às comunidades (GUDYNAS, 2015, p. 315). Os governos progressistas não mais fizeram do que confundir crescimento com desenvolvimento, confusão que a própria

esquerda sempre usou para criticar os defensores do desenvolvimento acrítico; e na perspectiva do velho “mito do progresso”, o neoextrativismo dos governos “progressistas” da esquerda deixou de ser um tradicional motivo de críticas. Aos governos de esquerda da América Latina, não importava mais se o modo de produção extrativista fosse nacional ou estrangeiro, público ou privado. Tais governos acabaram assumindo a mesma forma de exploração, de impactos sociais, e reproduziram os mesmos processos produtivos e as mesmas relações de poder que os governos antecessores.

Qual a interpretação sociológica mais importante disso? É que, com regularidade notável, o extrativismo suscita instituições econômicas e políticas igualmente extrativistas. Sua definição literal remete à ideia de que essas instituições asseguram ganhos concêntricos às elites econômicas e políticas e seus surtos de crescimento econômico não promovem o desenvolvimento sustentado. No caso brasileiro e latino-americano, assim como no continente africano, a institucionalização social e política do extrativismo parece ser a própria herança do processo colonizador. Nesse sentido, seria possível concordar com a interpretação de Acemoglu e Robinson (2012) em *Por que as nações fracassam*. Ali, os autores demonstram como os colonizadores extrativistas criaram instituições correspondentes às suas necessidades. Contudo, as elites endógenas que promoveram a independência e assumiram o poder não destruíram, ao contrário, preservaram as instituições dos colonizadores. Nesse sentido, essas regras e esses valores foram uma herança não desprezada pelas posteriores elites nacionais, que os utilizaram para se manter no poder e dele usufruir. Assim, compreenda-se que governos que usufruem o extrativismo são, por hábito de origem, também governos extrativistas. Como não bastasse, é necessário observar, o produto político e cultural do extrativismo é uma mentalidade extrativista que afeta as perspectivas de desenvolvimento sustentável de uma região ou país.

INSTITUIÇÕES EXTRATIVISTAS

Nessa perspectiva, a maldição dos recursos naturais manifesta-se no fato de que habitua agentes econômicos e políticos ao modo de produção primário, sem agregação de valor, com cadeia de produção curta, baixa intensidade tecnológica e pouca qualificação da mão de obra. Do ponto de vista governamental, tende a gerar governos menos criativos e mais patrimonialistas. Do ponto de vista socioeconômico, gera pouca ou nenhuma mobilidade social. Do ponto de vista cultural, cria e retroalimenta hábitos de resistência ao novo e dependência aos governos. Gera

hábitos peculiares, define relações sociais, determina a postura das elites, dos escalões inferiores e de boa parte da sociedade, reproduzindo relações clientelistas. Do ponto de vista institucional, reflete na conformação de leis e regras que economistas e cientistas políticos convencionaram assim denominar de instituições extrativistas. Sendo assim, tornam-se uma importante variável explicativa do desenvolvimento, de suas possibilidades e constrangimentos.

Utilizando-nos da abordagem institucionalista, consideremos o importante pressuposto de Montesquieu, segundo o qual, boas leis produzem bons homens e desenvolvem uma nação. Nessa perspectiva, a análise das leis e regras facilita a compreensão dos comportamentos, escolhas, modo, condições e expectativas de vida de indivíduos e nações. Portanto, se vale a máxima de Montesquieu para as instituições boas, o contrário também é verdadeiro, isto é, instituições extrativistas produzem exclusão e atraso. Sua origem está naturalmente relacionada com o extrativismo econômico, que é quando o Estado, originalmente constituído por elites patrimonialistas, utiliza-se predominante ou exclusivamente do extrativismo dos recursos naturais disponíveis para benefício de seus ocupantes. É a forma patrimonialista pura dos colonizadores do passado, que se estende e continua, como lembram Acemoglu e Robinson, como forma de organização do poder, mesmo depois da independência das ex-colônias, seja na África, na Ásia, seja na América Latina.

Nessa direção, a história dos países latino-americanos está marcada por uma associação de efeitos comportamentais oriundos das instituições extrativistas. De partida, considere-se que o extrativismo está na origem da imprudência e da falta de planejamento de governos que se acostumam com a fartura e o *boom* das *commodities*. Esses governos tendem a relaxar na cobrança de impostos e exagerar em benefícios, incentivos e isenções a certos segmentos. No seu longo estudo sobre a produção do “ouro negro”, Michael Ross (2015) demonstra que quanto mais petróleo mais dependentes são os governos de receitas não tributáveis. Por extensão disso, abrem mão das receitas de impostos, o que os torna desproporcionalmente dependentes do extrativismo. Na média das economias dos 30 maiores exportadores mundiais de hidrocarboneto, o petróleo e o gás natural representam 19% do PIB, enquanto o financiamento desses governos depende 54% dessa fonte econômica.

Por extensão, a roupagem do autoritarismo e do centralismo no controle dos recursos daí decorrentes se reproduz e se acomoda no desenvolvimento da democracia. Instituições extrativistas são edificadas ou preservadas para garantir benefícios exclusivos de elites, restringindo a participação do controle político e concentrando

o poder político-burocrático e orçamentário. Nas democracias, é certo, o centralismo político e administrativo adquire conotações tênues, legitimadas pelo voto e por argumentos jurídicos sofisticados. A partir da atual Constituição “cidadã” promulgada em 1988, a malha operacional do Estado tornou-se muito mais complexa. O trânsito do poder no interior ou no entorno do Estado aumentou significativamente, assim como seus custos. A ampliação da relação do Estado com a estrutura social reivindicou significativo aumento dos serviços, correspondente divisão social do trabalho e emergência de novas e poderosas funções operacionais (ALMEIDA, 2014).⁶

No frágil equilíbrio dos poderes, o presidencialismo tende a certas sobreposições e grandes planos nacionais. O arranjo institucional reserva aos governantes um notável poder concêntrico, que leva muito mais à barganha que ao diálogo. A fim de obter os apoios necessários, coopta-se. Com os recursos disponíveis para a permuta, o poder concêntrico oferece os cargos de nomeação à disposição do Executivo. Não apenas no Executivo, mas também nos outros poderes, a centralização dos recursos na União torna mais importante o controle dos cargos federais (GARCÍA LÓPEZ; PRAÇA, 2015, p. 108).

Nessa perspectiva, por exemplo, a administração federal brasileira nomeia aproximadamente 24 mil cargos de confiança nas fundações e autarquias, além de 8.500 cargos nas agências reguladoras. Assim, as condições que o Executivo tem à sua disposição facilitam a barganha e dispensam o diálogo. As principais características desse arranjo institucional são o protagonismo estatal, o consequente centralismo e uma estrutura empregatícia correspondente, cuja necessidade de financiamento só o torna mais dependente das estratégias extrativistas.

Vale destacar o aspecto do centralismo como uma das veias explicativas para a produção e reprodução das instituições extrativistas. Nesse sentido, mais uma vez Acemoglu e Robinson ajudam a compreender as origens desse arranjo institucional. Na comparação entre México e EUA, observam que a “institucionalização de regras de participação descentralizada permitiu o desenvolvimento democrático e republicano das primeiras colônias estadunidenses” (BIRKNER; TRENTINI, 2016, p. 123). Nesse caso:

[...] as elites já governavam controladas por leis, enquanto as elites mexicanas exerciam o seu poder patrimonialista pelo centralismo e pela violência. Enquanto os EUA cresciam com a Revolução Industrial, o México empobrecia pelo extrativismo e pela ausência de estímulos institucionais. (BIRKNER; TRENTINI, 2016, p. 124).

⁶ O artigo de Almeida (2014) analisa o crescimento das funções e do poder corporativo do Judiciário depois da Constituição de 1988, sendo um útil exemplo a respeito de como a estrutura estatal compreensivelmente se expande no Estado social e permite a concomitante expansão da elite burocrática.

Por terem desenvolvido suas instituições democráticas de baixo para cima, os EUA tornaram-se líderes. Os EUA, afirmam Acemoglu e Robinson, são mais ricos porque suas instituições políticas e econômicas geram mais incentivos a empresas e indivíduos. Sua função geral é desconcentrar o poder, gerar as oportunidades e atribuir responsabilidades aos indivíduos, desencarregando o Estado de maior protagonismo.

Originalmente, no amplo processo colonizador da América Latina, o modo extrativista caracteriza-se pela extração dos recursos naturais, apropriado pelos impérios colonizadores e pelos proprietários das terras, outorgadas pelos governos imperiais colonizadores. As instituições extrativistas dali originárias são elaboradas de modo a garantir a maior extração possível de recursos de todos para o benefício das elites extrativistas. Mesmo quando as elites emergentes dessas colônias promoveram os movimentos de independência e foram, afinal, bem-sucedidas, elas mantiveram intactas tais instituições. Em outros termos, as novas elites reproduzem o *modus operandi* dos antigos usurpadores e expropriadores. As leis e as regras em geral não são modificadas com o sentido republicano da expansão política e econômica, isto é, da desconcentração e geração de oportunidades. Ao contrário, são mantidas na sua essência extrativista, permitindo a reprodução do poder despótico das elites nacionais.

A independência brasileira em 1822, por exemplo, também não altera a configuração colonial e extrativista da relação do Brasil com Portugal. A sociedade continua patriarcal, a economia mantém-se mercantil e a estrutura institucional brasileira permanece monárquica, escravagista e extrativista. Em rigor, não houve mais que a troca de ocupantes, e a ideia de um projeto nacional não refletiu as aspirações de quem ascendeu ao poder, como já sugeria Oliveira Vianna (1987, p. 284) em *Instituições políticas brasileiras*. Ao largo disso, é preciso lembrar, a característica socioeconômica e política do País continuava marcada pelo extrativismo patrimonialista puro. Nesse sentido, a base econômica é extrativista tanto quanto o comportamento dos operadores do Estado, uma vez que a riqueza é extraída exclusivamente em benefício dos ocupantes do poder. É possível dizê-lo ao modo marxista: a estrutura governamental serve exclusivamente a esse propósito.

O Brasil independente, observara Oliveira Vianna, simplesmente “continuou a tradição do Brasil-colônia [...], com a educação política que este período lhe dera” (VIANNA, 1987, p. 293). Em *Instituições políticas brasileiras*, o autor descreve os inúmeros vícios de origem que impediam, na Colônia como no Império, a formação de um espírito público na administração das coisas públicas. Vianna explica a impossibilidade da formação de um quadro público, mesmo depois da independência, em

função das instituições sociais e políticas herdadas. Afirma que os homens públicos, como a política em geral, herdaram “uma mentalidade localista” e, acrescentando-se, oligárquica, que impedia a formação de um *ethos* nacional na política, ou, na preferência do autor, de uma “consciência nacional”. Essas elites continuaram “representando seus patronos”, nunca o seu país, como já acontecia na Corte do Regente Feijó (VIANNA, 1987, p. 294).

Na perspectiva de Faoro, autores como “Gilberto Freyre (1933, 1951), Nestor Duarte (1939), Caio Prado Jr. (1945) e Ignácio Rangel (1953),” lembrados por Bresser-Pereira (2008, p. 34), mas também Sérgio Buarque de Holanda, fazem referência a essa “classe”. Seus integrantes são os organizadores dos interesses da Coroa Portuguesa, como das oligarquias agrárias que constituem a elite hegemônica brasileira nos seus primeiros quatrocentos anos de colonização. Contudo, o poder e a riqueza desse estamento burocrático, composto por juristas, letrados, bacharéis e militares, são oriundos do próprio Estado, daí seu caráter mais patrimonialista. Sua origem social é predominante, embora não exclusivamente oligárquica, e a própria decadência econômica das famílias rurais leva-os ao Estado, porto seguro e extensão do patrimônio. Ali, esses guardiões republicanos se tornariam, progressivamente, “esta minoria [que] comanda, disciplina e controla a economia e os núcleos humanos” do País (FAORO, 2001, p. 242).

Assim, o estamento burocrático tem a exclusividade da função de organizar a economia nacional, o que faz de forma centralizada. É característica de todo esse período oligárquico patrimonialista a confluência entre o público e o privado na administração do Estado. Este é, afinal de contas, o elemento definidor do patrimonialismo, cujo significado está justamente na aproximação entre o que pertence ao patrimônio público e os interesses privados de quem o administra. Isso permite imaginar que os interesses não apenas da aristocracia rural estavam assegurados, mas os interesses corporativos (fisiológicos e de poder) do estamento burocrático também o estivessem. Enquanto o estamento burocrático controla a organização econômica, convenientemente os interesses da sociedade patriarcal e mercantil predominam. Esse é o sentido do que Faoro (2001, p. 837) chamou de “capitalismo politicamente orientado”, isto é, quando a administração do Estado é quem controla a economia, segundo princípios e objetivos que não estão necessariamente voltados ao desenvolvimento sustentado, e sim à preservação dos interesses mencionados.

Essa sociedade oligárquica, patriarcal e mercantil, cujas características são significativamente influentes até 1930, não é uma sociedade predominantemente moderna, portanto, nem capitalista na mesma medida. Está baseada no latifúndio au-

tossuficiente até fins do século XIX, voltada à extração e exportação dos produtos do extrativismo e à importação de produtos acabados, consumidos apenas por essa aristocracia rural e pela incipiente classe média da qual a burocracia estatal faz parte. Naquele momento histórico, a função primordial dessa burocracia patrimonial é garantir a institucionalidade desse modelo, por meio da organização da captação e distribuição dos recursos provenientes do extrativismo puro. Portanto, quem coordena a economia e define seus rumos é a burocracia patrimonial. Por consequência, determina as possibilidades e os limites do desenvolvimento nacional, sempre em preservação da economia do latifúndio.

Nessa direção, vale lembrar que qualquer país só se desenvolve economicamente quando, orientado por interesses de ordem burguesa, o mercado passa a coordenar a economia. Por extensão, o lucro da atividade econômica serve, majoritariamente, ao reinvestimento produtivo na direção do progresso técnico e da competitividade (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 30). É justamente nessa perspectiva que Faoro (2001, p. 837) insistia, através de seu conceito de “capitalismo politicamente orientado”, que a independência de uma nação só seria possível se o estamento burocrático não se transformasse em classe. Se consumado esse indesejado fato, o controle econômico estaria sempre em mãos dessa classe. Enquanto foi politicamente possível, o papel do estamento burocrático foi, por efeito, justamente o de impedir essa evolução para uma economia moderna. Esta é a realidade que atravessa todo o Brasil Colônia, passa o período imperial e sobrevive incólume até 1930. A partir daí, muitos autores reconhecem a mudança do corpo. Faoro não.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **Por que as nações fracassam**: as origens da riqueza, da prosperidade e da pobreza. Tradução de Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BIRKNEN, W. M. K.; TRENTINI, A. V. Por que as nações fracassam: uma boa pergunta para uma excelente proposta. **Revista Húmus**, Universidade Federal do Maranhão, v. 6, n. 16, p. 123-129, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/viewFile/4675/2549>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Burocracia pública na construção do Brasil. 2008. Versão ampliada do trabalho Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil publicado na **Revista de Sociologia e Política**, 2007, n. 28, p. 9-30. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Books/Livro-BurocraciaConstru%E7%E3oBrasil.6.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

CAOLI, C. RJ era o maior produtor de petróleo e gás natural do país em 2014, diz IBGE. **G1**, Rio de Janeiro, 23 jun. 2016, Economia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/06/rj-era-o-maior-produtor-de-petroleo-e-gas-natural-do-pais-em-2014-diz-ibge.html>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato público brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

GARCÍA LÓPEZ, F.; PRAÇA, S. Critérios e lógicas de nomeação para o alto escalão da burocracia federal brasileira. In: GARCÍA LÓPEZ, F. **Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro**. Brasília: Ipea, 2015.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalências del progressismo sudamericano. **Nueva Sociedad**, n. 237, ene./feb. 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil** (1936). 3. ed. São Paulo: J. Olympio, 1956.

MENDES, M. **Por que o Brasil cresce pouco?: desigualdade, democracia e baixo crescimento no país do futuro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

N.º DE SERVIDORES públicos municipais subiu 66,7% em 13 anos, diz IBGE. **G1**, São Paulo, 26 ago. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/n-de-servidores-publicos-municipais-subiu-667-em-13-anos-diz-ibge.html>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

PARTICIPAÇÃO do setor de petróleo e gás chega a 13% do PIB brasileiro. **Fatos e Dados**, 17 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/participacao-do-setor-de-petroleo-e-gas-chega-a-13-do-pib-brasileiro.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PIERRY, F. 'Bolsa empresário' bate recorde com Temer: e quem paga são os contribuintes. **Gazeta do Povo**, 18 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/bolsa-empresario-bate-recorde-com-temer-e-quem-paga-sao-os-contribuintes-9t1m85t9icnn7fy7130gq85jf/>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

ROSS, M. L. **A maldição do petróleo**. Porto Alegre: CDG, 2015.

VASCONCELOS, F. C. Racionalidade, autoridade e burocracia: as bases da definição de um tipo organizacional pós-burocrático. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2., 2002, Recife. **Anais...** Recife: Eneo, 2002. 1 CD-ROM.

VIANNA, F. J. O. **Instituições políticas brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. 2 v. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 105-106).

ARTIGO

O CAPITAL SOCIAL: UMA ANÁLISE CONCEITUAL

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, o termo capital social ganhou cada vez mais espaços nos debates atuais. Entretanto este não é um consenso, tendo em vista que nos meios acadêmicos ainda existe uma certa carência deste debate. Observado isto, optamos por trabalhar tal conceito com o intuito de aprofundar esta discussão mesmo que com caráter ainda inicial, tendo em vista as dificuldades de acesso às obras clássicas que abordam esta temática¹.

Metodologicamente trata-se aqui de uma pesquisa bibliográfica, voltada à discussão e à explicação de um tema ou problema com base em obras já publicadas, tais quais, livros, revistas, artigos científicos, entre outros (SILVA, 2010). Segundo Brenner e Jesus (2008, p.18), “a pesquisa bibliográfica é utilizada em todas as pesquisas, seja na busca da fundamentação teórica, seja na busca de informação para a própria pesquisa [...]”. Ainda realizamos a aplicação de um questionário com Celene Farias de Souza² para que em um segundo momento possamos realizar uma exemplificação do capital social na cidade de Boa Vista, Roraima.

Nos utilizamos de Francis Fukuyama em sua discussão acerca do capital social para o livro *A Cultura Importa*, organizado por Lawrence E. Harrison e Samuel P. Huntington (2002) para realizarmos esta pesquisa. Desta forma, a seguir apresentaremos as características mais relevantes para um entendimento inicial acerca deste

* Mestranda de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima – UFRR. E bolsista CAPES. E-mail: amandacrisaraujo@hotmail.com

** Mestranda de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. E bolsista Capes. E-mail: daianylmeida1993@hotmail.com

*** Doutor em Ciências Sociais e Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. E mail: b-walter@hotmail.com

¹ Este trabalho ainda se encontra em seu momento inicial de pesquisa, sendo que as ideias aqui apresentadas ainda detêm as primeiras observações que estão em processo de análise, estudo e pesquisa.

² Optamos por realizar este questionário com a Srt^a. Celene Farias de Souza pelo fato da mesma ser participante e ter tido atuação direta por alguns anos na realização da festa “O Maranhão é aqui” que ocorre no bairro Santa Luzia na cidade de Boa Vista, Roraima.

tema e procuraremos ,em um segundo momento como já supracitado, apresentar a existência desse capital social na cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima.

CAPITAL SOCIAL E SUAS CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS

Antes de abordamos o conceito de capital social de acordo com os princípios de Francis Fukuyama, é necessário observamos que a noção de capital social remonta à sociologia, à ciência política e, de acordo com Silva (2007), encontra-se nos debates “sobre desenvolvimento apresentados pelo Banco Mundial”³.

É na década de 1980 que o termo capital social tornar-se mais conhecido. Entretanto este não é um conceito “novo”, já que, de acordo com Francis Fukuyama (2002, p. 157), foi em 1916 que este termo foi utilizado pela primeira vez com Lyda Judson Hanifan, em sua discussão para descrever os “centros escolares comunitários rurais”. Em 1960, Jane Jacob também se utilizou do termo em uma de suas obras, em *The Death and Life of Great American Cities*, onde se utilizou da expressão para explicar as “redes sociais existentes em bairros mais antigos e de uso misto” onde se apresentaram como meios de constituição de uma forma de capital social, que estimulava como resultado a geração de segurança pública (FUKUYAMA, 2002, p. 158). Na década de 1970 podemos mencionar Glenn Loury e Ivan Light, economista e sociólogo respectivamente, que se utilizaram do conceito para analisar e explicar o problema de desenvolvimento econômico de bairros da cidade onde residiam, onde destacaram que:

Faltam aos afro-americanos os laços de confiança e de conexão social, dentro de suas próprias comunidades, que existem para os americanos de origem asiática e outros grupos étnicos, o que ajuda muito a explicar a relativa falta de desenvolvimento de pequenas empresas negras (FUKUYAMA, 2002, p. 158).

Observado as primeiras discussões envolvendo capital social, como vimos anteriormente é somente em 1980 que o termo capital social ganhou força nos meios de discussões e dentre os nomes responsáveis por esta maior visibilidade desta expressão, podemos mencionar, o sociólogo James Coleman e ao cientista político Robert Putnam e Pierre Bourdieu.

Pois então, observado isto, o que seria capital social?

Em um primeiro momento, para quem não conhece o termo, este pode pensar que tal expressão possa estar relacionado a questões econômicas, o que não seria

³ Para aprofundar-se acerca deste debate recomendamos: CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Confiança, Capital Social e Desenvolvimento Territorial**. R. RA'EGA. Curitiba, n. 4. Editora da UFPR, 2000. p. 49-60.

errôneo. Entretanto este conceito encontra-se relacionado a questões mais amplas condizentes as relações sociais de um grupo e/ou sociedade, onde estes compartilham determinado objetivo em comum, seja econômico, político, social, enfim, objetivos que os fazem compartilhar normas e terem laços de confiança entre si.

De acordo com Francis Fukuyama (2002, p.155), capital social pode ser definido como,

Um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Se esperam que se comportem confiável e honestamente, os membros do grupo acabaram confiando uns nos outros. A confiança age como lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com mais eficiência.

Como podemos observar na definição de capital social dada por Francis Fukuyama, não basta somente os membros do grupo ou sociedade partilharem valores, normas e objetivos em comum para que se tenha o capital social. Este grupo precisa ter como agente regulador a Confiança, pois de acordo com a definição dada, esta é o agente lubrificante para que se tenha a eficiência deste grupo. É válido destacar ainda que a confiança e a reciprocidade são importantes para os membros de um grupo não somente para seu bom funcionamento, mas também para que se tenha capital social (FUKUYAMA, 2002).

De acordo com Cunha (2000), para Fukuyama a questão da relação entre confiança e desenvolvimento é central, em vista que procura demonstrar que “umas das lições mais importantes que podemos extrair de uma observação da vida econômica é a de que o bem-estar de uma nação, bem como a sua capacidade de competir, são condicionados por uma única e sutil característica cultural: o nível de confiança inerente à sociedade em causa” (FUKUYAMA, 1996, p. 19 apud CUNHA, 2000, p. 52).

Outras definições acerca de capital social são interessantes para que possamos fazer um contraponto com a perspectiva de Francis Fukuyama.

A definição de Pierre Bourdieu (1998) é interessante abordar por via de dois pressupostos. Primeiro pelo fato de que este autor foi um dos grandes estudiosos acerca do tema e em segundo por sua definição estar ligada diretamente a redes de relações, as suas estruturas, as resultantes destas redes de relações.

De acordo com Pierre Bourdieu, capital social é definido como “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de ligações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimentos e inter-reconhecimento” (BOURDIEU, 1998, p. 67 apud SILVA, 2007, p. 39). De acordo com

Silva (2007) esta definição encontra-se relacionada a questão das redes, tendo em vista que os recursos resultantes destas relações em redes podem trazer benefícios para os indivíduos quanto para os grupos da sociedades. Onde podemos observar que a definição exposta por Bourdieu não se encontra relacionada a grupos e aos participantes deste grupo como a de Fukuyama (2002). Encontra-se na existência de redes relacionais, de onde podem acarretar benefícios tanto a um indivíduo (s) ou aos grupos, sendo que na definição de Fukuyama (2002) todo o grupo é beneficiado, tendo em vista que partilham de objetivos, valores e normas em comum.

James Coleman (1990) também define capital social a partir de suas funções, encontrando-se estruturado a partir de relações sociais e que delas advém resultados, que sem tais estruturas relacionais, não poderiam ser alcançadas. (COLEMAN, 1990 apud SILVA, 2007)

Silva (2007) embasado em Coleman (1990) diz que:

Por ser um resultado de uma estrutura de relações sociais, o capital social não é propriedade particular de nenhuma das pessoas envolvidas, que dele se beneficiam; e também, não é muito passível de ser caracterizado, mas possuem duas características em comum: 'todos consisten em algún aspecto de la estructura social y facilitan ciertas acciones de los actores dentro de la estructura' (COLEMAN, 1990, p. 302 apud SILVA, 2007, p. 39)

Partindo destes princípios, podemos observar algumas pequenas diferenças entre os autores ora citados e Fukuyama (2002). Antes, o ponto em comum entre ambos autores é ver o capital social como algo que acarreta benefícios para o grupo ou para os indivíduos que o compõem, como na perspectiva de Bourdieu (1998). Entretanto na visão de Fukuyama (2002) o capital social se utilizado para os motivos controversos pode trazer malefícios, assim como o capital físico também pode acarretar. Fukuyama (2002, p. 157) exemplifica:

A máfia e a Ku Klux Klan são partes constitutivas da sociedade civil americana; ambas tem capital social, e ambas são prejudiciais à saúde da sociedade. [...] O fato de que o capital social pode, de vez em quando, ser usado com propósitos destrutivos, ou se tornar obsoleto, não nega a crença, amplamente partilhada de que geralmente é bom para a sociedade dispor dele. O capital físico, afinal de contas, também não é sempre uma boa coisa. Não só pode se tornar obsoleto como pode ser utilizado para produzir fuzis, talidomida, entretenimento de mau gosto e toda uma série de 'males' sociais.

Para concluirmos esta primeira parte acerca do capital social é válido ainda destacar alguns pontos relevantes tanto para a compreensão acerca da temática, bem como para entender como seus valores começaram a ser partilhados. Fukuyama

(2002) nos diz que toda sociedade detém um estoque de capital social e que toda família é fonte fulcral de capital social. De acordo com Fukuyama (2002, p. 156), a Reforma Protestante fora importante para Max Weber, não pelo fato desta encorajar “a honestidade, a reciprocidade e a frugalidade entre os empresários, mas sim o fato de que essas virtudes eram pela primeira vez praticadas fora do âmbito familiar”.

Aqui queremos propor a você leitor uma análise da sua sociedade, do meio social que lhe cerca. Pare e observe a conjuntura política da sua sociedade, e em um segundo momento tente observar se há grupos familiares dentro do cenário político local, sejam eles ligados ao governo ou a prefeitura local, Isso feito, caso tenha notado a existência destes grupos na política local, queremos lhe dizer que isto é capital social. Fukuyama (2002) nos diz que a família por ser uma fonte importante de capital social, pode gerar malefícios como o nepotismo e a corrupção pública, tendo em vista que, pelo fato do alto nível de confiança e reciprocidade existente entre os familiares, isto pode gerar uma desconfiança em quem é de fora deste meio, gerando assim as características supracitadas: Nepotismo e corrupção pública, tão comum no nosso cenário político atual.

Por fim, observadas estas breves características acerca do conceito do capital social, não podemos negar que este é necessário a nossa sociedade, sendo como Fukuyama (2002, p. 157) destaca, “vital para a criação de uma sociedade sadia [...]” e além de proporcionar aos grupos que partilham destes valores, de se unirem em buscar de direitos e de defenderem seus objetivos frente a um Estado que caso não houvesse a resistência destes grupos, os seus objetivos/direitos seriam simplesmente renegados.

A FESTA “O MARANHÃO É AQUI”⁴: UM EXEMPLO DE CAPITAL SOCIAL NA CIDADE DE BOA VISTA – RORAIMA

Para entendermos como a festa “O Maranhão é aqui” é um exemplo nítido de capital social na sociedade boavistense, faz-se necessário compreendermos os aspectos estruturais da mesma. Como surgiu, o porquê, como vem se desenvolvendo, e a importância desta para os maranhenses que realizam e participam desta festividade.

⁴ Neste momento do trabalho apresentaremos somente alguns aspectos relativos tanto concernente a Festa “O Maranhão é aqui”, bem como da constituição do Bairro onde está festividade ocorre. Para um aprofundamento acerca da festa, da população que compõem e participar e de seus objetivos, recomendamos que se leia: SOUZA, Celene Farias de. A Autoafirmação da identidade de maranhense através da Festa “O Maranhão é Aqui”, Comunidade São Raimundo Nonato, Bairro Santa Luzia, Boa Vista/RR (2010 – 2013). 2014. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista/RR, 2014.

Esta festividade ocorre desde 2010 na Comunidade São Raimundo Nonato, localizado no bairro Santa Luzia, na capital de Boa Vista, Roraima. É importante destacarmos que este bairro é constituído principalmente de pessoas de origem maranhense, devido ao alto fluxo migratória nos anos de 1980 a 1990, fluxo incentivado principalmente pela figurado do ex-governador de Roraima Ottomar de Souza Pinto.

Sobre isto Souza (2014, p.30), destaca:

Os dados do Censo Demográfico de 2000 mostram que dos 200.568 habitantes de Boa Vista, 36.961 eram maranhenses; o de 2010 mostrou que dos 284.313 moradores da capital, 40.855 eram migrantes nascidos no Maranhão.

Apesar da grande presença de migrantes na cidade de Boa Vista, [...] vamos enfatizar essa presença no bairro Santa Luzia –Antigo Pintolândia III –onde podemos encontrar uma grande concentração de maranhenses. Esse bairro que foi criado pelo governador da época Ottomar de Souza Pinto, no início dos anos 1990, o nome Pintolândia, serviu assim de homenagem a Ottomar, apontado como sendo o principal responsável da migração de maranhenses para Roraima.

Souza (2014, p. 32) continua,

O bairro carrega consigo e também com quem nele mora um forte preconceito, isso porque com a vinda desenfreada de migrantes e sem um local adequado para sua morada, com falta de lugares para que os mesmos pudessem ter momentos de lazer. Outro ponto que podemos destacar do bairro é sua característica maranhense, o próprio nome Santa Luzia nos remete ao nome de duas cidades do Maranhão. E lá também encontramos uma Igreja Católica que carrega o nome de um santo muito conhecido no Maranhão, São Raimundo Nonato.

Observadas estas particularidades, tanto da criação e como da composição populacional do bairro Santa Luzia, ficou nítida a percepção de que a figura do maranhense no estado de Roraima sofre um alto preconceito, seja desde piadinhas, até ataques verbais. Por este motivo, a comunidade maranhense deste bairro teve a ideia de realizar uma festa com o intuito de resgatar a tradição dos maranhenses que fazem parte desta comunidade, relembrar as que ocorriam na mesma época no Maranhão e como disse Farais para nós, também foi um meio para arrecadar fundos para a igreja São Raimundo Nonato (SOUZA, 2014; SOUZA, 2018).

Sobre o intuito de realização desta festa, Souza (2014, p. 41) destaca: “E foram devido a esses fatores que algumas pessoas da Comunidade São Raimundo Nonato tiveram a ideia de organizar um evento que pudesse valorizar a pessoa maranhense, para que ela não se sentisse só”.

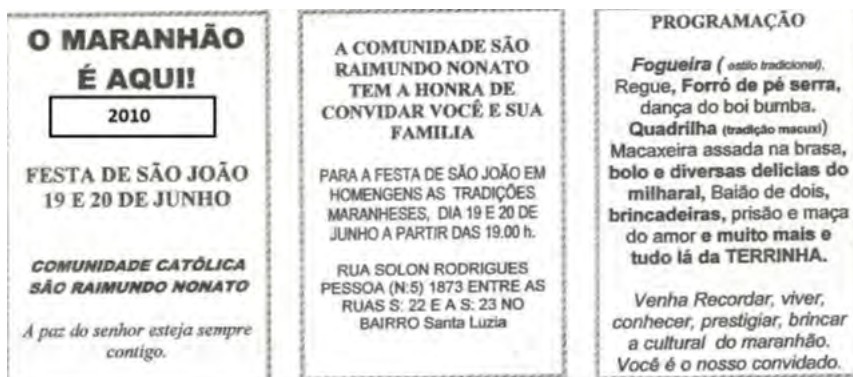
A partir de 2011 de acordo com Souza (2018) a festividade começou a ter um ideal de acabar com o preconceito com o qual viviam, valorização da sua identidade e mostrar a cultura maranhense para a comunidade boavistense. A seguir apresentaremos algumas imagens e panfletos do Arraial dos Maranhenses.

Figura 1: Vista geral da Festa -2013



Fonte: Arquivo pessoal de Celene Farias de Souza.

Figura 2: Material de divulgação da Festa -2010, 2011, 2012 e 2013.



Fonte: Arquivo pessoal de Celene Farias de Souza.

Segundo Souza (2018), a festa já alcançou os objetivos principais, que eram da valorização da cultura e diminuição do preconceito com o qual viviam. De acordo

com Souza (2018), o principal objetivo no momento consiste na busca do seu espaço, como lugar de luta e ativismo político, “pois tem-se que lutar por um espaço e mostrar com mais força essa cultura”. (SOUZA, 2018)

De acordo com Souza (2018) atualmente circulam em média de 5 mil a 6 mil pessoas por noite durante o evento, o que demonstra o crescimento do evento ao longo dos anos. Um fato que comprova esta maior visibilidade do evento se dá ao aumento de patrocinadores que estão cada vez mais participando do evento e no ano de 2013 a Universidade Federal de Roraima - UFRR, também começou a participar.

Acerca disso Souza (2014, p. 44) diz:

Em 2013, a Festa ocorreu nos dias 22 e 23 de junho, contou com o apoio de patrocinadores e parcerias, entre elas a da UFRR, por meio dos professores e alunos que estão envolvidos no Programa Nova Cartografia Social da Amazônia, que tem como subprojeto a Cartografia dos Maranhenses no Bairro Santa Luzia. Este ano foram expostas algumas novidades como, por exemplo, a projeção em slides de alguns pontos turísticos ou cidades do Maranhão e também de atores, cantores e demais artistas que são naturais do Maranhão, mas que tem repercussão no Brasil. A Festa teve divulgação na TV e após o evento foi postado um vídeo no *youtube*. Também teve a tradicional dança de Bumba-meu-boi de outro grupo, do município de Mucajaí (Roraima).

O evento conta com danças, músicas, comidas típicas do Maranhão durante o evento para que assim quem é de fora possa conhecer a cultura maranhense e quem é da “raiz” possa sentir a sua identidade sendo valorizada e desta forma, fora daquele estigma preconceituoso com os quais muitos tem que lidar no dia a dia.

Figura 3: Festa “O Maranhão é Aqui!” -2012. Grupo de Bumba-meu-boi do município de Alto Alegre



Fonte: Arquivo Pessoal de Celene Farias de Souza.

Vistos estes pressupostos iniciais inerentes a Festa “O Maranhão é Aqui”, podemos perceber que trata-se de um grupo que tem por objetivo a valorização de sua cultura e identidade, para que assim seus participantes não se sintam envergonhados e discriminados devido ao alto índice de preconceitos que sofrem devido as suas práticas culturais e identitárias. Objetivos estes que como vimos estão sendo alcançados e aumentados ao longo do crescimento do próprio evento. Observadas estas características, podemos aqui aplicar o conceito de capital social posto por Fukuyama (2002), através do qual um grupo mediante normas e valores em comuns, a partir da confiança que detêm entre eles, busca alcançar seus objetivos frente ao estado ou como no caso dos maranhenses em Boa Vista, frente a uma sociedade que ainda é muito preconceituosa e discriminatória.

Posto isto, nosso intuito aqui foi demonstrar como o capital social é importante na constituição de uma sociedade mais sadia e igualitária, possibilitando grupos menos abastados na busca de seus objetivos frente a um estado que muitas vezes o renega ou fecha seus olhos frente às suas demandas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do termo capital social ter seus primórdios já em 1916 com Lyda Judson Hanifan, este conceito ainda é pouco conhecido. No questionário aplicado com a Srt^a. Celene Farias de Souza a mesma nos relatou que desconhecia o termo e não sabia do que tratava. Quando questionamos a mesma acerca disto, nosso intuito fora confirmar uma hipótese que já suspeitávamos. Tendo em vista que a mesma faz parte de um grupo (A Comunidade São Raimundo Nonato) onde podemos observar um exemplo vivo de capital social em nossa sociedade.

Observamos que apesar disso o debate está crescendo acerca do tema, e que ainda há muitos questionamentos acerca do mesmo e até diferentes olhares, como de James Coleman, Robert Putnam, Pierre Bourdieu e Francis Fukuyama, no qual nos embasamos para este trabalho.

Entretanto podemos observar que ambos concordam que é a partir das relações sociais que este capital social é gerado. Seja nas relações familiares (principal fonte de capital social), seja em grupos com objetivos comum. É relevante destacar que este apesar de ser sadio para a sociedade civil pode gerar malefícios, tanto como o capital físico pode gerar, mas isto não quer dizer que o mesmo não seja necessário a nossa sociedade.

Por fim, a comunidade São Raimundo Nonato com a realização da festa “O Maranhão é Aqui” foi a ferramenta que utilizamos para apresentar este capital social como exemplo vivo. Observamos que este grupo detinham como objetivo principal sua valorização cultural e identitária, objetivos estes que foram alcançados e que geraram como consequência positiva a regulamentação de uma associação (Associação dos Maranhenses do Bairro Santa Luzia), que ainda encontra-se nos seus momentos iniciais, na busca por um local, na busca da associação da comunidade e etc. Podemos ressaltar que o primeiro passo foi dado, sua regulamentação no cartório neste ano de 2018, desta forma, reforçando nosso objetivo proposto no início deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BRENNER, Eliana de Moraes; JESUS, Dalena Maria Nascimento de. **Manual de Planejamento e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos**: Projeto de Pesquisa, Monografia e Artigo. 2ªed. São Paulo: Atlas, 2008.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Confiança, Capital Social e Desenvolvimento Territorial**. R. RA'EGA. Curitiba, n. 4. Editora da UFPR, 2000. p. 49-60.

FUKUYAMA, Francis. Capital Social. In: HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (Orgs.). **A cultura importa**. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, Robson Roberto. Desenvolvimento, Capital Social e Política Social: Estratégias de Combate à Pobreza e à Exclusão Social no Brasil. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 13(1): 27-46, jan-jun/2007.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2010.

SOUZA, Celene Farias. **A Festa “o Maranhão é aqui**. Questionário aplicado em 26/11/2018.

SOUZA, Celene Farias de. **A Autoafirmação da identidade de maranhense através da Festa “O Maranhão é Aqui”, Comunidade São Raimundo Nonato, Bairro Santa Luzia, Boa Vista/RR (2010 – 2013)**. 2014. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista/RR, 2014.

ARTIGO

“O VEREADOR ERA UMA ESPÉCIE DE ENTIDADE SOCIAL”: BENS (SERVIÇOS) PÚBLICOS E ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA NO INTERIOR FLUMINENSE

INTRODUÇÃO

O texto ora apresentado trata-se de um recorte da pesquisa doutoral intitulada *“Tem gente que só procura a gente na hora da dor”*: ajuda na saúde e produção de capital político. Tratarei aqui de uma das questões suscitadas pela pesquisa etnográfica realizada em um município do extremo norte fluminense entre os anos 2015-2017, quando a mobilização de políticos locais em torno das necessidades de saúde da população ficou evidente e, portanto, se tornou meu objeto de pesquisa. Não se refere ao esforço dessas personalidades para ampliar as condições gerais de acesso à saúde, mas do empenho pessoal para resolver as demandas particulares relacionadas à enfermidade e morte, algumas vezes, inclusive, com vistas à corrida eleitoral.

No início do trabalho de campo, o rótulo de município pobre era reforçado na narrativa dos políticos locais para justificar a necessidade desse tipo de intermediação. Alguns desses interlocutores concebiam o município como um lugar de “pessoas humildes”, com “poucos conhecimentos”, de “pessoas tímidas” e “vergonhosas” que necessitavam orientação nessas e em outras questões. Na retórica dessas personalidades, muitos munícipes deixavam de buscar os serviços de saúde por vergonha e descrença na capacidade pessoal de conseguir o atendimento, uma vez que se esbarravam no corporativismo da área de saúde, na arrogância dos profissionais e nas mais variadas burocracias. Segundo essas narrativas, os “serviços de saúde existiam”, mas essas barreiras se somavam a outras dificuldades como limitação econômica pagar por serviços médicos ou mesmo para pagar o transporte até aos estabelecimentos públicos de saúde.

Convictos dessas limitações alguns políticos interlocutores da pesquisa se diziam orgulhosos (e às vezes privilegiados) de poder intermediar a população nessa questão. Alguns se tornavam verdadeiros especialistas em dar resolução rápida

* Pós-doutoranda PNPd/CAPES/PPGSOF/UFRR. E-mail: gilmara.sarmiento@ufr.br

àquelas situações de saúde que pelas vias formais podia demorar meses para ser solucionada ou sequer ser resolvida, como, por exemplo, reservar leitos em hospitais, agendar exames de alta complexidade, mobilizar perícia em órgãos como IML apesar da falta de insumos e profissionais na instituição, etc.

No que tange aos moradores, eleitores de fato e em potencial, também interlocutores da pesquisa, as queixas aos serviços de saúde eram recorrentes, mas, paradoxalmente, o elogio a determinados políticos empenhados em *ajudar* as pessoas nessa questão também era algo bastante frequente. Dessa contradição resultavam escolhas políticas estreitamente relacionadas a sentimentos morais como *consideração, dever obrigação e amizade* que mascaravam o uso personalizado dos recursos públicos por essas personalidades. Como, por exemplo, o acionamento de automóveis da prefeitura para conduzir os munícipes para realização de tratamento médico em outras regiões, sendo, pois, visualizado como uma dádiva pessoal do político.

Nesse sentido, no âmbito desse trabalho proponho discutir como essas iniciativas “informais” de assistência em saúde, na maioria das vezes realizadas com recurso público, tendem a esvaziar o sentido da saúde como um direito, consagrado na Constituição, substituindo-o por uma visão do acesso à saúde como dádiva ou mais precisamente como a expressão de um *favor* que, em contrapartida, pode gerar apoio político e voto.

“UM LUGAR QUE NÃO EXISTIA NO MAPA”: O MUNICÍPIO E O FENÔMENO DA AJUDA NA SAÚDE

O município a qual esse trabalho se reporta localiza-se no extremo norte fluminense, possui 41.354 habitantes (IBGE, 2010) e obteve autonomia político-administrativa de São João da Barra em 1995. A principal fonte de recursos municipais é a agropecuária e a pesca, atividade que abarca a maior parte da população economicamente ativa e outra parcela menor está empregada no serviço público municipal e no comércio local (SARMENTO, 2017).

Na opinião de políticos e eleitores locais entrevistados, antes da emancipação o município “era um lugar que não existia no mapa” abandonado politicamente. Ao escrever “Apontamentos para a História de São Francisco de Itabapoana” (2002), Roberto Acruche, político e escritor local, corrobora com essa narrativa e assinala que a estagnação econômica e social caracterizava o município antes da emancipação. E relata uma série de adversidades de viver no *sertão*¹ onde os investimentos nas

¹ Nome como a região que compreende hoje o município era conhecida quando o município era em São João da Barra.

áreas de saúde e educação eram praticamente inexistentes até a década de 1980. Dificuldades que, segundo ele, teriam sido minimizadas com o aumento do quantitativo de vereadores, moradores da área que corresponde hoje ao município, na Câmara Municipal em São João da Barra, ou seja, com o aumento da representatividade do “sertão”. A dificuldade para aprovar investimentos para a região limitava a oferta de serviços em geral, a educação se limitava ao ensino primário e na saúde:

No setor da saúde a carência era total. Não havia postos de saúde nas principais comunidades, quer seja da rede municipal ou estadual, com exceção de São Francisco e Barra de Itabapoana que tinham postos médicos que mal funcionavam. Não havia ambulância do setor público para a remoção dos doentes, apenas algumas farmácias. Em Ponto de Cacimbas, Manoel carola tentava transformar o asilo em um hospital (ACRUCHE, 2002, p.99).

Um hospital filantrópico, quatro unidades de atendimento básico, que funcionavam basicamente como postos de vacinação, e duas farmácias eram os principais estabelecimentos de saúde até a década de 1980. O hospital/asilo custeado basicamente com recursos públicos, através da amizade do seu fundador com personalidades da política, oferecia apenas poucos atendimentos à comunidade local. Foi fechado em 1990 sob alegação de problemas financeiros e reaberto ao final desta mesma década como hospital municipalizado (ACRUCHE, 2002; SCHOTTZ, 2005).

As narrativas dos distintos interlocutores coincidem com os relatos de Acruche (2002) sobre dois aspectos relacionados ao acesso à saúde no município: i) o caráter precário dos serviços; ii) Um acesso baseado na *ajuda* e/ou beneficência. Eram os vereadores locais que resolviam pessoalmente as distintas demandas dos moradores antes da emancipação, especialmente aquelas relacionadas com a saúde. Dois desses vereadores explicaram em entrevista que tinham acesso a um carro da Câmara Municipal para atenderem à comunidade durante todo o mandato, realizavam o pagamento dos salários dos funcionários nas suas próprias residências, agilizavam documentação, “ajeitavam” aposentadorias, levavam pessoas ao médico para consultas, exames e internações.

Essa relação de assistência era concebida entre ambos como gesto de reciprocidade mútua. Os *favores* faziam parte do conjunto de obrigações dos políticos frente aos eleitores como retribuição ao apoio político e voto. Tanto que esses políticos ainda hoje falam dessa questão com muita naturalidade.

Fui vereador em uma época em que não recebia subsídio, meu atendimento era o favor e o povo ficava agradecido. Era levar mulher para ganhar neném, mulher para o hospital.

Comprei até um carrinho [automóvel] pra atender o povo (M.R. ex-vereador aposentado, entrevista concedida à autora em junho de 2015).

Na retórica desses políticos, o baixo nível econômico e social da população, a ausência de instituições de serviços públicos e privados (como bancos, hospitais, postos do INSS, etc.) e a distância em relação à sede² justificava a atuação personalizada.

Nesse sentido, era de se supor que após a emancipação quando toda a estrutura necessária para o funcionamento da nova sede fosse inaugurada no antigo “sertão” e os serviços se aproximassem do povo esse tipo de mediação se tornasse obsoleta. Não obstante, a dependência de intermediários especialmente no que se refere à resolução das demandas de saúde ainda é uma característica marcante no município.

Ao conversar com um dos vereadores da gestão 2013-2016, o parlamentar se queixou que o corredor da Câmara Legislativa Municipal fica lotado de gente nos dias de sessão cujo interesse não é a plenária, para acompanhar o trabalho dos políticos, mas para conversar com os vereadores e assinala:

[...] Mas nós somos culpados, porque até pouco tempo atrás cada vereador tinha um ou dois carros para atender a população, levar para Campos [cidade onde localiza os hospitais mais próximos]. O vereador passava a ser uma espécie de entidade social, como se fosse uma ONG. [...]

Paradoxalmente, o mesmo vereador revelou ter mudado de conduta ao descobrir que havia perdido votos, em sua própria localidade, por não atendido aos pedidos particulares.

Na minha comunidade mesmo tinha doze ruas, calçamos todas as ruas e foi a minha pior indicação de voto. Eu achei que não tinha que fazer campanha, quando perguntei para as pessoas elas diziam: ‘ah você fez a rua, mas não resolveu isso assim assim pra mim’. [...] O político para se eleger ele depende do eleitor, aí vira um círculo vicioso (M. A. vereador com mandato 2013-2016, entrevista concedida em agosto de 2015). [grifos meus].

Na análise deste vereador, a população tem buscado estabelecer vínculos particulares com os políticos reproduzindo assim a velha política personalista de antes da emancipação. E os políticos, em contrapartida, ao atender a população de forma

² A distância entre a região e a antiga sede, limitadas pelo Rio Paraíba, tem sido mencionada como um fator de estagnação local. O deslocamento até a sede era custoso, não havia transporte formal que realizasse a travessia. A alternativa passava por viajar até a cidade de Campos dos Goitacazes, onde os moradores teriam que tomar outro transporte até a cidade de São João da Barra (ACRUCHE, 2002).

personalizada alimentariam essa relação criando, segundo suas palavras, “um círculo vicioso”.

O que às vezes não é dito, no entanto, é que após duas décadas de emancipação, os avanços no que se refere à melhoria das condições de vida da população e nas condições de oferta de serviços básicos ainda são bastante tímidos³. Tais condições sugerem que o acesso à cidadania, por meio dos direitos, ainda não está consolidado no município convergindo para a descrença absoluta da população na política formal, o que concorre também para a produção e reprodução de formas de dependência política e social. Para se ter uma ideia, as respostas da população quando interrogada sobre a política local eram sempre bastante negativas:

Política pra mim é uma mentira, é muita pouca vergonha e engano, a política no município está horrível. Nada que presta, quando chega perto das eleições começam a procurar os outros (R.G. atendente de padaria, entrevista concedida em agosto 2016).

A política aqui está péssima, a política foi desvalorizada. Não é de dizer o cara [o político] foi ruim não, é que está zerado mesmo. As comunidades todas desprezadas (J. O, agricultor, entrevista concedida em agosto 2016).

A política vem de muito tempo atrás, mas nada mudou em nosso município. A maioria (dos políticos) não trabalha para evoluir o município, mas trabalha para encher o bolso. (F. M. vendedor, entrevista concedida em agosto de 2016).

A política aqui está desacreditada. Na política vem todo mundo, mas acabou nem um adeusinho, nem um obrigado. (I. M., dona de casa, entrevista concedida em agosto 2016). Política pra mim é um jogo de interesses. Hoje em dia está assim, a visão que os políticos têm é uma e da população é outra. Desde sempre há esse voto de cabresto, as pessoas pensam que mudou mais não mudou. (U. H., proprietário de loja agropecuária, entrevista concedida em setembro 2016).

Diante de condições precárias de acesso aos direitos e de falta de credibilidade na política não é de se estranhar que o *favor* e a *ajuda* apareçam como elementos fortes na relação entre pessoas, que por uma demanda de saúde necessitam acessar

³ O Relatório Anual sobre o Desenvolvimento Socioeconômico realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro mostra que apesar de alguns poucos avanços nos últimos anos, os problemas de saúde e a desigualdade socioeconômica no município ainda são persistentes. O IDHM municipal subiu para médio (0,639) em 2010 (última atualização realizada), mas o município ainda ocupa uma das piores posições quando comparado ao IDHM dos demais municípios do estado do Rio de Janeiro (TCE, 2017). Sete anos após a emancipação os altos níveis de miséria levou o município a ser “um dos primeiros locais a ter acesso a um programa federal de transferência de renda” (SCHOTTZ, 2005, p.121). Em fevereiro de 2017, período em que estava finalizando o trabalho de campo, quatro mil e sessenta e seis famílias recebia o benefício do programa social Bolsa Família (Programa do Governo Federal disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/bolsa_familia/). De acordo com o Índice FIRJAN de desenvolvimento Municipal (IFDM, 2016), São Francisco de Itabapoana ocupa o 89º no índice de saúde e emprego & renda, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, e o 3.917º comparado a outros municípios brasileiros.

esses serviços e aqueles que por determinada posição política e/ou social, possuem as condições para encaminhar e dar solução a essas demandas.

Não obstante, cabe ressaltar que embora o discurso da pobreza tenha sido usado como um recurso retórico, pelos políticos locais, para justificar a necessidade de tutelar a população em certos temas como no acesso à saúde, minhas hipóteses de pesquisa e constatações empíricas me permitem discordar dessa premissa, pois o sistema de relações centrado na *ajuda na saúde* abrange outras categorias da população que para os padrões locais pertencem à determinada elite. Sendo assim, a existência de uma população pobre não é a única variável que permite explicar esse fenômeno. O trabalho de campo evidenciou que as experiências de atendimento em saúde mediadas pela *ajuda* de políticos não se restringia às famílias ditas de baixa renda, mas abarcava também famílias de comerciantes, pequenos empresários, proprietários de terras, etc. (SARMENTO, 2017).

A POLÍTICA LOCAL: OS POLÍTICOS (MANDATO 2013-2016) E A QUESTÃO DA AJUDA

Desde a criação do município em 1995, o executivo da cidade vem sendo disputado praticamente por duas famílias. Com exceção apenas das eleições de 2008, ocasião em que ascendeu ao cargo executivo um ex-vereador isento de parentesco com os dois grupos familiares⁴. Este ao ser interrogado sobre o êxito eleitoral naquele pleito comenta orgulhoso que a vitória deveu-se ao reconhecimento popular pelo longo “trabalho social na saúde”. *Ajudar as pessoas* e/ou realizar *trabalho na saúde* foi na retórica dos políticos entrevistados as principais qualificações que justificariam suas candidaturas e ascensão aos mandatos políticos no nível do legislativo municipal.

Desse modo pude verificar duas tendências, a ascensão ao executivo estava baseada no *capital político familiar* (prestígio político da família)⁵, enquanto ao legislativo essa ascensão estava relacionada ao prestígio pessoal do candidato ou político, mais precisamente de sua reputação como uma “pessoa que ajuda”. O senso de *justiça* ou a sua falta apareceu como um elemento categórico nas escolhas eleitorais para o executivo. Na leitura local, os dois grupos políticos familiares, que chamarei aqui de família 1 e 2, estavam polarizados. A família 1 definida como “justa com o eleitora-

⁴ Segundo os interlocutores locais, as duas lideranças adversárias, dessas famílias, ficaram sem representantes legítimos para aquelas eleições. As duas figuras principais não podiam concorrer ao pleito, uma porque estava em seu segundo mandato consecutivo, em decorrência de pendências com a justiça eleitoral.

⁵ Para uma discussão sobre o *capital político familiar* ver Miguel et al (2015).

do” ao passo que a família 2 “não cumpria as promessas realizadas”. Por faltar com a palavra o grupo 2 perdeu credibilidade e o filho mais jovem e herdeiro do prefeito da família 1, ascendeu ao poder em 2012 com a promessa de dar continuidade ao labor do pai.

“Ser justo” no idioma local não tinha relação com o fato de promover justiça social, mas com o fato de ser correto com as pessoas com as quais se comprometia.

De acordo com as reflexões nativas, já que os políticos dificilmente cumpriam as promessas formais de campanha depois de chegam ao poder, ao menos tinham que atender as promessas particulares do seu eleitorado. Ou seja, aquelas relacionadas a uma vaga de emprego, uma facilitação fiscal (no caso dos comerciantes), etc.

A reputação da família 2 nesse quesito não era das melhores, embora, paradoxalmente, a gestão fosse bem avaliada por partidários e adversários. No entanto, pesava sobre o seu representante mais antigo a fama de haver desprezado o eleitorado, dado trabalho e atendido em outros temas pessoas consideradas da oposição, em detrimento de muito de seus eleitores correligionários.

No que tange ao cargo de vereador, a escolha passava pela averiguação do comportamento pessoal do político ou candidato, anterior à candidatura e antes das eleições. “Tem que ver se ajuda os outros antes da política, se não ajuda antes não vai ajudar depois”⁶, me explicou um munícipe. Essa preocupação tinha a ver como a forma que os moradores percebiam a atuação formal dos políticos “não fazem nada pelo município” em oposição à percepção que tinham dos privilégios pessoais que a carreira proporcionava a vida dessas pessoas em particular (aquisições de bens, etc.).

Descrentes da política no plano formal, da incapacidade (e pouca boa vontade) dos políticos beneficiarem a comunidade no exercício do cargo, os eleitores se dedicavam a escolher aqueles políticos cuja trajetória de vida ou trajetória política estivesse associada com a *ajuda*.

Tem um candidato a vereador aí que se chegar perto eu voto. Na época em que eu me machuquei disseram a ele que eu tinha me machucado, ele mandou me buscar em casa e levar pra Campos. Não foi na política [período eleitoral], mandou fora da política. Nunca votei nele, nem ele nunca vi. E teve gente aqui [localidade que reside] que ele mandou operar fora da política. E eu sei que os vereadores não foram eleitos para dar nada para ninguém, é para trabalhar pelo município. (Fonte: campeiro aposentado de Gargaú, agosto de 2016).

Narrativas como as do interlocutor acima eram muito comuns durante o trabalho de campo, assim como outras queixas do tipo: “Eles não fazem nada pra

⁶ Fala de um comerciante durante uma entrevista em 2016.

ninguém”, “Não fazem nada pela saúde”, etc. No entanto, alguns vereadores do mandato 2013-2016 eram muito elogiados pelo bom “trabalho na saúde”. E quando abordados esses vereadores enfatizavam essa qualidade pessoal como motivo para o reconhecimento político e o voto. Dentre os vereadores entrevistados apenas um relacionou a sua carreira política à militância partidária e as experiências acumuladas nessa trajetória, mais da metade dos vereadores do município, 8 daquele mandato, estavam convencidos de que os votos que os elegeram foram de reconhecimento por esse tipo de “trabalho”. E associavam a sua inserção no universo da política ao fato de desejar “seguir ajudando as pessoas” (SARMENTO, 2017).

OS PARADOXOS DA AJUDA OU TRABALHO SOCIAL NA SAÚDE

Uma análise aprofundada sobre a articulação dos políticos locais em torno da questão da saúde oportunizou compreender a complexidade do fenômeno, pois atrás da ideia do “vereador como entidade social” existe uma diversidade de situações que precisam ser problematizadas. A multiplicidade de significados que emergem da observação acurada sobre a atuação personalizada desses atores, especialmente no que se refere à facilitação do acesso aos serviços de saúde, não me permite definir esse “personalismo” da política local, automaticamente, como clientelismo por duas razões.

Primeiro, porque a diversidade de situações evidenciadas pelo trabalho de campo me desautoriza pensar a *ajuda na saúde* apenas como uma troca interessada, segundo porque essas categorias de pensamento carregam significados que muitas vezes engessam e obscurecem outros sentidos que estão subterrâneos.

Nesse sentido, antes de prosseguir é importante distinguir entre os dois termos nativos *Ajuda na saúde* e *trabalho social na saúde*. Essas duas categorias foram amplamente usadas pelos interlocutores da pesquisa para expressar os favores ou “assistências”, dadas e recebidas, no âmbito dos serviços de saúde. A *ajuda* se referia estritamente ao ato abnegado de acudir terceiros em suas necessidades produzidas por algum tipo de enfermidade ou morte. O *trabalho social* dizia respeito ao reconhecimento de ações de assistência, geralmente realizadas por algum político, em determinado tema, aqui a saúde.

Embora os limites entre o que esses interlocutores definiam como *ajuda* e o que definiam como *trabalho* fossem bastante tênues, em alguns momentos essa definição ficava bastante clara. A *ajuda* era considerada um favor desinteressado realizado em circunstâncias dramáticas de saúde no momento em que determinada pessoa ou

família necessitava. Nestes casos, o doador angariava um enorme prestígio e os que recebiam a *ajuda* cultivavam sentimentos de gratidão que perduravam no tempo. A dona de uma loja de roupas, por exemplo, revelou que havia votado em três eleições consecutivas em um mesmo vereador e, posteriormente, no filho do mesmo político em gratidão a uma grande ajuda recebida para o tratamento da enfermidade do marido há muitos anos atrás, antes mesmo do benfeitor se inserir na política. E assinalou que passava pelo seguinte dilema: mesmo contrária à reeleição e mesmo sabendo que os políticos não eram bons para o município, mudar o voto não era uma alternativa frente à gratidão a eles devotada e o sentimento de obrigação moral pela *ajuda* recebida em um momento dramático e difícil.

O *trabalho social* por sua vez implicava o reconhecimento de que aquela pessoa ou político prestava assistência na área de saúde e, portanto, o acionavam. Esse “trabalho” até certo ponto era bem visto, pois como afirmou um morador: “os políticos tinham que ter ao menos um trabalho social”. No entanto, esses favores eram recebidos com agradecimentos, mas nem sempre suscitavam gratidão duradoura, porque como comentou outro morador a respeito da “ajuda” de um político: “vou dar um votinho para ele, porque ele ajudou para fazer a cirurgia de meu pai, mas ele ajuda assim interessado no voto”.

Esse tipo de suspeição, o interesse no voto, também foi narrado por outra família que recebeu *ajuda* de políticos para realizar um funeral. Diante dos fortes indícios percebidos pelo grupo que a *ajuda* havia sido interessada, o acordo entre os familiares de apoiar aqueles políticos foi desfeito, embora a viúva reconheça que “naquela época eles ajudaram muito”.

Enquanto a suspeição acerca do “interesse” diminuía as chances do político ganhar o apoio, o voto ou a lealdade política dos possíveis eleitores, o seu oposto, a convicção que a ajuda havia sido abnegada, implicava numa credibilidade irrestrita e apoio político *ad eternum*, segundo os depoimentos.

Em outras situações, o favor do político para conseguir uma vaga para a realização de um exame complexo, por exemplo, não era vista necessariamente como uma *ajuda*, mas como uma contrapartida ao voto, como uma espécie de “obrigação moral” do político com o seu eleitorado. Heredia (2002) ao analisar a relação entre um político que combatia as práticas tidas como clientelistas e seu eleitorado observou ambiguidade semelhante. Segundo a autora, as inúmeras cartas com pedidos de favores, enviadas ao deputado, não expressavam uma dívida original, mas a compreensão e as expectativas que a população tinha do papel desses políticos.

Da parte dos políticos entrevistados, também havia uma diversidade de motivações para *ajudar e/ou* realizar o trabalho social na saúde. Uma delas passava também pela questão da “herança política familiar”. Alguns vereadores do mandato anterior e candidatos ao pleito de 2016 descendiam de outros antigos vereadores dos tempos de São João da Barra e a *ajuda*, nesses casos, fazia parte do aprendizado político.

Eu cresci vendo papai ajudar as pessoas, levando pra Campos, levando pra médico [...] Ontem mesmo socorri uma pessoa que estava com um filho doente e mandei levar para campos. Tem final de semana que têm dois ou três carros meus emprestados. (R.R., pré-candidato ao cargo de vereador nas eleições de 2016, entrevista concedida em fevereiro de 2015).

Outros políticos falavam com bastante naturalidade: “o que eu faço aqui é ajudar as pessoas” e faziam questão de detalhar sua expertise no tema da saúde.

A população procura a gente e não podemos negar, temos conhecimento com pessoas de outras cidades, temos conhecimento fora e acesso. A população que mais necessita tem mais dificuldade de chegar e encontram muitas barreiras. As pessoas que trabalham na área dificultam muito o acesso. E eu tentei ser um intermediário nisso aí (A.B. vereador do município mandato 2013-2016, entrevista concedida em abril de 2017).

Alguns dos quais me davam referência das pessoas ou famílias em que havia ajudado para que eu pudesse também entrevista-las. É importante salientar que ambos os políticos por mais aparentemente bem intencionados também tinham consciência das relações de obrigação moral que esse tipo de *ajuda* implicava e como podia ser positivo em termos de prestígio e, conseqüentemente, de êxito eleitoral prestar esse tipo de favor.

Contudo, me deparei também com dois políticos locais que, aparentemente, bastante informados de como a precarização da saúde pode ser convertida em um *nicho para o mercado eleitoral*, organizavam estratégias para “ganhar” certo eleitorado. Em um dos casos, após várias tentativas para abrir uma entidade de assistência em saúde, o político foi impedido pela justiça devido denúncia de outros políticos que o acusavam de tentar beneficiar-se eleitoralmente (VIEIRA, 2002). No segundo caso, após três anos em um cargo comissionado, na área da saúde municipal, a ex-esposa de um ex-vereador que também já havia tido entidade de assistência em saúde mantida com verbas trazidas por um deputado estadual, se candidata ao cargo de vereadora em 2016 para ajudar “promover melhorias na saúde”, segundo seus termos. No entanto, após minutos de conversa, em plena campanha eleitoral, a mesma candidata revela

à autora do trabalho que havia aberto uma ONG para captar recursos públicos e prestar assistência na área da saúde da mulher no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversidade de situações apreendidas pelo estudo, que resultou nesta comunicação, oportunizou analisar as práticas políticas identificadas como “ajuda na saúde” a partir de diferentes chaves de leitura. Sem dúvida, o uso de recursos públicos para intermediar o acesso a serviços que em tese é um direito dos cidadãos atendidos, ou a “necessidade” de um facilitador “especializado” entre a população e os serviços públicos de saúde diz muito sobre determinado sistema político e social. Trata-se em muitos sentidos da apropriação “privada” dos serviços públicos de saúde e sua “distribuição” à população de forma personalizada, fenômeno que nos remete a categorias analíticas bastante conhecidas como *patrimonialismo*, *personalismo* e *clientelismo político*.

No entanto, o clientelismo político disfarçado de ajuda como propõe Vieira (2002), não explica as diferentes situações apreendidas através da pesquisa de campo. Muitas escolhas políticas baseadas no critério da “ajuda na saúde” escapavam a essa definição. Nem todos os políticos “ajudavam” interessados nos votos, mas movidos pelo sentimento de *obrigação*, interpelados pelas necessidades de saúde (de enfermidade e morte) do eleitorado e o desejo de reproduzir-se em prestígio social (BEZERRA, 1999).

Por outro lado, a retórica daqueles políticos que visando garantir certo “mercado eleitoral” justificava a “ajuda” pela existência de um eleitorado pobre necessitado de tutela, contrastava com as evidências empíricas que mostravam que outras categorias da população também acessavam esse tipo de intermediação e realizavam escolhas eleitorais de acordo com o sentimento de “dever obrigação”. No entanto, votar “por obrigação” em políticos considerados incompetentes para o cargo representativo, também aparecia como um dilema moral frequente entre eleitores de distintos grupos sociais.

A privação material no meu campo de estudo não era um critério determinante para explicar a “oferta” ou “pedido” de ajuda na saúde, mas as limitações de acesso aos serviços, principalmente aqueles mais complexos cuja oferta não tinha no município. Como os temas relacionados à saúde, doença e morte eram demasiado urgentes e dramáticos, do ponto de vista existencial, para não ser atendidos, a “ajuda” mobilizava sentimentos de reciprocidade (GODBOUT, 2002).

Por outro lado, ao nos depararmos com a articulação de personalidades políticas como facilitadoras do acesso das pessoas aos serviços prestados pelo Sistema Público de Saúde, uma série de questões se impõe à análise. Por que as pessoas necessitam desses intermediários? Sabe-se que a saúde pública no Brasil é um direito conquistado e consolidado na Constituição de 1988⁷, que na teoria é um modelo a ser seguido pelo mundo, mas há muitos limites quanto ao seu funcionamento.

De acordo com alguns estudos, a precariamente do sistema público decorre da convergência entre políticas e orçamentos direcionados a priorizar setores que favorecem a chamada “indústria da saúde” em detrimento da saúde da população (ILLICH, 1975; ORELLANA, 2009; OLIVA-AUGUSTO & COSTA, 1999; LUZ, 1991; RODRIGUES, 2014).

Estudo realizado por Pereira (2004) corrobora com as narrativas apreendidas no município sobre a precarização dos serviços, sobre a dificuldade de acessá-los devido à falta de democratização das informações, devido à burocracia e a morosidade e, sobretudo, sobre os maus tratos e mau atendimento nos estabelecimentos públicos de saúde. Ao lidar com casos de atenção em saúde na rede pública, a autora percebe nitidamente inúmeras formas de violência simbólica, e muitas vezes físicas, perpetradas nesses ambientes contra pacientes, especialmente pacientes pobres. O que de acordo com sua leitura, diante das necessidades de saúde, a população “busca” no “jeitinho” uma forma de resolver suas demandas.

Entretanto, quando as condições de promoção do acesso à saúde são analisadas em profundidade, o processo de sucateamento do serviço público de saúde⁸, que abre precedentes para intermediários, bem e mal intencionados, pode ser contraposto a elevada influência de uma poderosa “indústria da saúde”, financiadora de campanhas políticas cujos lobbies fortíssimos estão presentes nas diferentes esferas do poder. Essas forças econômicas, que ocupam também os espaços de decisão política, têm atuado desde sempre para descaracterizar o direito à saúde transformando-o em um nicho de mercado, ou seja, um bem de consumo (LUZ, 1991; OLIVEIRA, 2007; RODRIGUES, 2014).

⁷ Em 2015 pesquisadores da Universidade de Nova York publicaram no *The New England Journal of Medicine* um artigo cujo título “Brazil’s Family Health Strategy — Delivering Community-Based Primary Care in a Universal Health System”, refere-se a uma pesquisa sobre o SUS realizada pelos pesquisadores e trata da saúde pública brasileira como um modelo.

⁸ Entendido aqui como consequência de um somatório de questões como: as escolhas políticas sobre o orçamento Federal destinado à saúde, a forma como a gestão municipal da saúde é conduzida (gestão municipalizada do SUS) e forma como se estabelece parcerias entre setor público e setor privado (através de prestação de serviço na saúde), etc. (LUZ, 1991; RODRIGUES 2014).

Dessa perspectiva, o campo da saúde se transforma em lócus de dominação política e social, uma ferramenta de poder que comporta uma série de ambiguidades como, por exemplo, cria espaço para o seu uso eleitoral e para a corrupção (LUZ, 1991; RODRIGUES, 2014)⁹.

Essas e outras questões, impossível de serem arroladas aqui pelo limite deste trabalho, assinalam para a urgência de pensar esses tipos de favores políticos a partir de outras abordagens que possam dar visibilidades a processos sociais mais profundos, que por vezes são encobertos por categorias de pensamento limitadas para pensar a complexidade desses fenômenos.

REFERÊNCIAS

ACRUCHE, Roberto Pinheiro. **Apontamentos para a história de São Francisco de Itaboraia**. Niterói: EDG Ed. Gráfica Ltda, 2002.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “bases”**. Política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1999.

BEZERRA, Marcos Otávio. Políticos, representação política e recursos públicos. In **Horizonte Antropológico**. v. 7, n. 15, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Espírito de Estado, Génesis y Estructura del Campo Burocrático. In: Bourdieu, Pierre. **Razones prácticas**. Sobre la Teoría de la acción. Barcelona, Editorial Anagrama, 1997, pp. 91-125.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios**: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>

GODBOUT, J.T. Introdução à dádiva. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.13, n.38, p. 39-52, 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300002

GODBOUT, Jacques T. **O Espírito da Dádiva**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HEREDIA, Beatriz M. A. Entre duas eleições. Relação político-eleitor. In: BARREIRA, Irllys; HEREDIA, Beatriz; TEXEIRA, Carla Costa (orgs). **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

⁹ Em 2012, por exemplo, o único prefeito do município que se elegeu sem laço sanguíneo com as duas famílias políticas mais conhecidas da região, foi destituído e preso acusado de desviar milhões de recursos públicos da saúde através de contratos fraudulentos que beneficiavam laboratórios privados de exame que prestava serviço para a prefeitura.

ILLICH, Ivan. **A expropriação da saúde**: nêmeses da medicina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

LUZ, Madel Theresinha. Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de “transição democrática” - anos 80. In: **PHISIS Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 77-96, 1991.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. **Capital Familiar e Carreira Política no Brasil**: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. Dados, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 721-747, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582015000300721&lng=en&nrm=iso>.

OLIVA-AUGUSTO, Maria Helena & COSTA, Olavo Viana. Entre o público e o privado - a saúde hoje no Brasil. Tempo Social; **Revista Sociologia**. USP, São Paulo, 11(2): p.199-217, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. Capitalismo e política: um paradoxo letal. Em: NOVAES, Adauto (org.). **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

ORELLANA, Rodrigo Castro. Medicina y capitalismo. Los usos políticos de la salud. **Revista Ciência Política**, v. 4, nº 7, pp. 7-25, 2009. Disponível em <file:///C:/Users/User/Downloads/16250-50402-1-PB.pdf>

PEREIRA, Wilsa Rocha. Poder, violência e dominação simbólicas nos serviços públicos de saúde. In **Contexto de enfermagem**. Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 391-400, 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072004000300008&script=sci_abstract&tlng=pt

PINTO, Alessandra Maria Silva; NAJAR, Alberto Lopes. Cultura e instituições de saúde: estudando a participação de traços culturais da sociedade brasileira no processo de trabalho de serviços de atenção básica. In: **Ciência e saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 11, p. 4375-4384, Nov. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011001200010&lng=en&nrm=iso>.

PITT-RIVERS, Julian A. **Un pueblo de la Sierra**: Grazalema. Madrid: Alianza Editorial, 1971.

RODRIGUES, Paulo Henrique de Almeida. Desafios políticos para a consolidação do Sistema Único de Saúde: uma abordagem histórica. Em: **Revista História da ciência da Saúde-Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 37-60, Mar. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702014000100037&lng=en&nrm=iso>.

SCHOTTZ, Vanessa. **Programa Bolsa Família: dilemas e avanços no combate à fome e à miséria.** Um estudo de caso do município de São Francisco de Itabapoana - RJ. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, 2005.

THOMPSON, E. P. La economía moral de la multitud en Inglaterra del siglo XVIII. In: **Tradición, revuelta y conciencia de clase.** Barcelona: Editora Critica, 1989.

VIEIRA, Ana Cristina. Clientelismo e serviços de saúde. Em: **Revista de Políticas Públicas [online]**, v. 6, n. 1, 2002. Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/issue/view/265/showToc>

ARTIGO

PATRIMONIALISMO, EXTRATIVISMO ESTATAL E *RENT SEEKINGS* NO CONTEXTO DE “FARINHA POUCA, MEU PIRÃO PRIMEIRO”

A autopreservação é uma característica central do Estado brasileiro e, a rigor, uma tendência universal do Estado. Seus ímpetos precisam ser controlados permanentemente, a fim de que o contrato social (no sentido dos contratualistas) seja preservado. Os meios de assegurá-lo requerem que a parte organizada da Sociedade esteja sempre alerta. Nessa perspectiva, é fundamental que parte do esforço interpretativo das ciências sociais também esteja voltado ao esforço de compreender o Estado como fonte interpretativa e real dos problemas nacionais. Nessa perspectiva, a questão do gasto público do Estado constitui um assunto tão importante quanto negligenciado no pensamento sociológico nacional. É imperativo o desafio analítico e político de decodificar a malha burocrática que retroalimenta as estruturas do Estado patrimonialista, centralizador e extrativista. Por extensão, cabe identificar os agentes constituintes do estamento burocrático, além das condições racionais-legais, dos fundamentos jurídicos e até mesmo as justificativas filosóficas que determinam suas garantias, vantagens pecuniárias e seu poder decisório.

De origem, o Estado brasileiro carrega forte característica patrimonialista e extrativista. É patrimonialista no sentido de que a ocupação do Estado, nos três poderes, se mostra essencialmente vinculada ao passado monárquico. Na média, o assenhoreamento do espaço público contém a notável característica de apropriação do patrimônio público como uma extensão do patrimônio privado de quem atua na esfera pública. Mas tais formas de apropriação acontecem de variadas maneiras, desde a corrupção sistemática e, portanto, criminosa, até às mais sutis e legais,

* Doutor em Ciências Sociais (Unicamp) e Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) do Centro de Ciências Humanas (CCH) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E mail: b-walter@hotmail.com

** Graduado em História pela Universidade Estadual de Roraima (UERR), especialista em História da Amazônia e aluno de mestrado do PPGSOF. E mail: rennerys.zr@hotmail.com

*** Graduada em História pela Universidade Estadual de Roraima e aluna do PPGSOF. E mail: vivialmeida@hotmail.com

amparadas constitucionalmente. E a sólida estrutura de cargos, criada a partir da Constituição de 1988 em nome do Estado social soma-se a inúmeros benefícios a grupos setoriais. Fortemente organizados em sindicatos, os cerca de 12 milhões de servidores públicos são bem representados no Congresso, constituindo ali o mais poderoso de todos os lobbies, formado por cerca de 210 deputados.¹ O que suscita tal constatação é o questionamento sobre se os efeitos em termos de realização do bem estar social e da eficiência na prestação de serviços justificam o tamanho da organização estatal.

E a forma de manutenção dessa estrutura patrimonialista se dá através de um forte esquema de extração de recursos da Sociedade produtiva. Não trataremos o termo extrativismo aqui no seu primeiro sentido, qual seja, o econômico. Ali, trata-se de um modo de organização da economia baseado na extração de recursos naturais (vegetais, animais e minerais). É inegável a importância desse tipo de economia, inclusive na composição do PIB nacional. No entanto, a economia extrativista foi a forma original de sustentação do Estado patrimonialista (FAORO, 2001). Com a modernização política e econômica do País, essa forma evoluiu para um extrativismo fiscal, até chegar ao extrativismo assistencialista pós-Constituição de 1988. Nessa perspectiva, as formas contemporâneas de extrativismo do Estado assim a denominamos pelo caráter nocivo e antirrepublicano. Da mesma maneira que no Império e nos períodos republicanos, o extrativismo não se altera na sua essência procedimental. Permanece e se sofisticava, adquirindo justificativa moral pela roupagem jurídica e de cunho social, que adquire após a redemocratização e promulgação da Carta Magna atual.

Em 2015, o governo brasileiro contabilizava 39 ministérios, desdobrados em milhares de unidades ministeriais e 128 autarquias. Esses órgãos se estendem por algumas centenas de conselhos, comissões, secretarias, subsecretarias, coordenadorias, superintendências, entre outras divisões, além de 34 fundações e 141 empresas estatais. Paradoxalmente, essa notável estrutura do Estado brasileiro seria, segundo o Conselho Nacional de Contabilidade, a razão de sua ineficiência.² No geral, estão fora dessa conta as estruturas fisiológicas do legislativo e da lentidão e corporativismo do judiciário, que consomem outro tanto de recursos. Nesse sentido, é preciso insistir: a alta burocracia política, como a denomina Bresser Pereira (2008), preparou

¹ O levantamento foi feito pelo Jornal do Estado de São Paulo e a matéria jornalística está disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/07/22/interna_politica,974986/lobby-do-servidor-reune-a-maior-bancada-da-camara.shtml

² Dados disponíveis em artigo de BOMPAN, Fernanda. Tamanho do Estado brasileiro eleva burocracia e afeta o PIB. Disponível em <http://www.sitecontabil.com.br/noticias/artigo.php?id=593>, em 07/05/2015.

o terreno para a expansão do seu domínio, garantido juridicamente pela Constituição de 1988. A Carta Magna foi formulada a partir de pressupostos jurídico-morais e filosóficos que inauguraram a nova expansão do extrativismo estatal brasileiro: o de caráter assistencialista. E, nesse processo, o estamento burocrático brasileiro tratou de alvitrar o Estado social de direito, com todo o ímpeto corporativo.

Inaugurada a fase democrática, a principal característica da ordem política passaria a ser a inclusão de novos segmentos sociais e uma correspondente expansão do gasto fiscal público. Com o governo extrativista assistencial, o padrão de composição governamental asseverou o loteamento do Estado e a cooptação assumiu o lugar da negociação. Nos governos do Estado de bem estar social brasileiro, promoveu-se a instauração de uma enorme malha de proteção social, asseverada com o ressurgimento do projeto nacional desenvolvimentista-social, no período de 2003 a 2015. Mas esse grande loteamento custou caro e o produto final dessa grande razão do Estado foi algo não pretendido. Em outras palavras, ao querer ressuscitar o desenvolvimentismo, o tiro saiu pela culatra: atingiu a produção, provocando a desindustrialização e ferindo a “galinha dos ovos de ouro”. Nesse sentido o desenvolvimentismo significou a intervenção estatal para o equilíbrio do mercado, para uma rede de proteção social e para uma industrialização operada pelo próprio Estado (RESENDE, 2015). Deu certo, enquanto foi possível sustentar um crescimento econômico com a valorização das commodities, durante a demanda motivada pelo crescimento chinês.

É fato que a redemocratização provocou realmente uma pressão social inédita pela expansão do gasto, elevando o déficit público e expandindo a carga tributária no País. Como lembra o economista do Senado Federal, Marcos Mendes (2014), no fim do regime militar, os índices sociais brasileiros, incluindo a educação, assemelhavam-se ao patamar de países africanos. O poder do voto mudou isso. Pobres e classe média ganharam com o poder de expressão, sobretudo os setores mais organizados, pressionando e se aproximando do Estado. O esforço dos operadores do Estado, pressionados pelo voto, passou a ser o de atender a todos. Evidentemente, a estrutura governamental assistencial aumentou, assim como a extração de recursos da Sociedade, muito embora o retorno seja questionável. Um estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT mostra que é comparativamente baixo o Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade – IRBES. Pela quinta vez, desde que o ranking é publicado, o Brasil fica em último lugar na comparação entre 30 países, como mostra a tabela abaixo:

ÍNDICE DE RETORNO AO BEM ESTAR DA SOCIEDADE – 2013

Posição	País	Carga tributária sobre o PIB	Índice
1º	Austrália	27,30%	162,91
2º	Coreia do Sul	24,30%	162,79
3º	Estados Unidos	26,40%	162,33
4º	Suíça	27,10%	161,78
5º	Irlanda	28,30%	158,87
6º	Japão	29,5%	156,73
7º	Canadá	30,60%	156,48
8º	Nova Zelândia	32,10%	155,44
9º	Israel	30,50%	155,41
10º	Reino Unido	32,90%	152,99
11º	Uruguai	26,30%	151,91
12º	Eslováquia	29,60%	151,51
13º	Espanha	32,60%	151,38
14º	Islândia	35,50%	150,25
15º	Alemanha	36,70%	150,23
16º	Grécia	33,50%	148,98
17º	República Tcheca	34,10%	148,97
18º	Noruega	40,80%	148,32
19º	Argentina	31,20%	147,80
20º	Eslovênia	36,80%	146,97
21º	Luxemburgo	39,30%	144,69
22º	Suécia	42,80%	141,15
23º	Áustria	42,50%	141,01
24º	França	43%	140,69
25º	Bélgica	43,20%	140,21
26º	Itália	42,60%	140,13
27º	Hungria	38,90%	139,80
28º	Dinamarca	45,20%	139,52
29º	Finlândia	44,00%	139,12
30º	Brasil	35,04%	137,94

Fonte: IBPT (2015)³

³ Ver: <http://www.ibpt.com.br/noticia/2171/Pelo-5o-ano-seguido-Brasil-arrecada-muito-mas-nao-da-retorno>

Em algum momento da segunda década do século XXI, os limites do voluntarismo governamental ficaram expostos. A expansão da carga tributária para o financiamento dos gastos parece ter alcançado o limite e gerou a incapacidade dos investimentos em infraestrutura, entre outros necessários ao crescimento. De acordo com o economista Marcos Lisboa, o crescimento desses gastos foi de pouco menos de 6% ao ano nos últimos 25 anos (1991 a 2015), o que representaria o dobro do crescimento do PIB nesse período.⁴ Some-se a isso o volume da dívida pública, aparentemente impagável e transferida às próximas gerações. Nas palavras de André Lara Resende, o que nos sobra é a “herança patrimonialista (...) de um Estado que cria uma regulamentação kafkiana, com exigências burocráticas cartoriais absurdas, cujo resultado é o aumento dos custos, redução da produtividade e complicação de todas as esferas da vida” (2015, p. 191). Torna-se cada vez mais evidente que a conformação desse modelo de Estado precisa ser alterada a fim de evitar as sucessivas crises do País que, na expressão de Marcos Mendes (2014), “sabe, mas não faz”.

No governo Lula, lembra esse economista, ainda houve uma “surpreendente postura de responsabilidade fiscal”, quebrada com o primeiro escândalo de corrupção, leia-se, o Mensalão, quando os cofres públicos “foram reabertos”. Mas, para não fugir à tradição das economias extrativistas, o País foi salvo justamente pela alta dos preços de seus recursos extrativistas, as commodities do agronegócio, o minério de ferro e o petróleo bruto, entre os principais. Ali, viu-se aquilo que ocorreu em outros países latino-americanos. Governos “progressistas” se aproveitaram do aumento dos preços das commodities naturais e promoveram gastos fiscais sem precedentes (Gudynas, 2012). O economista Paulo Rabello de Castro (2015, p. 34) faz lembrar que o mesmo acontece com Venezuela, Argentina e Rússia, que são exemplos de como se gastou mal, aproveitando o preço internacional do petróleo, sem preocupação com a diversificação econômica. Nessa direção, a Venezuela perdeu quase 2/3 de suas empresas, entre 2008 e 2018, e mais de 2/3 de seu parque industrial entre 2000 e 2018.⁵ Por exemplos assim fica claro que as coisas poderiam ter se saído melhor se os governos fossem dirigidos por contadores honestos, como sugeriu Michael Ross em “A Maldição do Petróleo” (2015, p. 84 e 260).

Tudo isso diz respeito ao comumente uso dos recursos do extrativismo para o financiamento público. Governos aumentam a estrutura e o gasto em tempos de bonança, sem contrapartidas sustentáveis. Tomam como permanente o ambiente favorável e passageiro da valorização das commodities e põe em prática a crença

⁴ Ver: <http://www.insper.edu.br/noticias/as-meias-entradas-no-caminho-do-ajuste-economico/>

⁵ Os dados foram extraídos do Instituto Nacional de Estatística da Venezuela. Ver em <https://gestion.pe/peru/politica/crisis-venezuela-empresas-500-mil-cerraron-700-han-sido-expropiadas-141056>

do Estado como motor do desenvolvimento. Ao invés de reconhecer o caráter ciclotímico das commodities, preferem o autoengano de que o sucesso é fruto das políticas governamentais. Trata-se do sempre revivido, porem passageiro, triunfo do protagonismo estatal na promoção do desenvolvimento pelo governo dos justos. Enquanto a economia cresce, paira a sensação generalizada na sociedade de que se trata, sobretudo, da liderança de um governo sem medo de intervir, capaz de enfrentar o mito ultraliberal do “Estado mínimo”. Nesse vácuo ilusionista, o aumento da estrutura governamental é fruto das pressões fisiológicas do patrimonialismo extrativista e aparece como algo necessário, na forma de aumento de ministérios, nas contratações, nos aumentos salariais etc.

Nessa perspectiva, sugere Resende, o discurso político trata o crescimento como uma variável de controle governamental, ignorando a máxima de que “más políticas explicam a crise, mas boas não explicam o crescimento” (2015, p. 40). O protagonismo governamental se revela tão ilusório quanto é anacrônico o keynesianismo vulgar, segundo o qual, as crises devem ser combatidas com mais gasto público. Crescimento acelerado artificialmente está fora do alcance de políticas econômicas, observa Resende, acrescentando que isso resulta em “crise, recessão e estagnação”. É idêntica a advertência de Paul Frankel, de que “a prosperidade atribulada é seguida muito rapidamente pelo colapso total” (Apud ROSS, p. 241). Para escapar do subdesenvolvimento, a estratégia seria conter a pressa e o protagonismo governamentais e apostar e persistir no crescimento moderado. Seria necessário conter o ímpeto e a soberba, reconhecer e aproveitar a sorte dos ventos bons que, quando mudam, não devem levar os governos a destruir as boas instituições (econômicas), “dilapidar empresas públicas, criar todo tipo de distorções, em busca de prolongar o milagre que não é nosso” (RESENDE, 2015, p. 43).

No discurso de lançamento da Lei de Concessões de serviços públicos à iniciativa privada, em 1995, o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso - FHC afirmava categoricamente “o fim da era Vargas” e a inauguração da reengenharia no governo. Tratava-se de sugerir que ali se iniciava um novo período da história política nacional, qual seja, o da diminuição da estrutura governamental. O tempo do Estado grande e interventor teria acabado e esgotado sua capacidade de poupança. É natural concluir que ele estivesse se referindo a elementos característicos do Estado brasileiro, como a propensão tutelar à Sociedade. Outro elemento implícito era a crítica ao caráter excessivamente corporativista do Estado. Os dois fatores, tutela estatal e corporativismo seriam os correspondentes do atraso e da ineficiência do Estado, tanto quanto à falta de competitividade da economia nacional. Antes

mesmo, no discurso de posse presidencial, FHC prometia “ampla reorganização da máquina do governo” e observava que

A administração federal está muito deteriorada depois de anos seguidos de desmandos e arrocho financeiro. O clientelismo, o corporativismo e a corrupção sugam o dinheiro do contribuinte antes que chegue aos que deveriam ser os beneficiários legítimos das ações do governo, principalmente na área social.

Mais de vinte anos depois, e independentemente da vontade proferida pelo ex-presidente e das modificações que ocorreram, as características tradicionais do Estado brasileiro persistem. São traços constantes, seja pela força do tecido constitucional, seja pelo sistema político respaldado pela Constituição, ou pela rede de proteção social criada desde a redemocratização. A realidade é que o Estado brasileiro mantém os sinais de extrativismo e patrimonialismo que são mesmo anteriores à era de Vargas e continuaram depois do governo de FHC. De modo geral, os privilégios e benefícios que ele fez menção de atacar, se mantêm inalterados entre os segmentos mais organizados. Nesse sentido, o presidencialismo de coalizão do seu governo e dos seguintes representa a resistência desses elementos históricos ao tempo.

DEMOCRACIA, DESIGUALDADE E A EMERGÊNCIA DOS RENT SEEKINGS

Conquanto tenha promovido a inclusão, assumindo os pressupostos constitucionais desde 1988, o extrativismo assistencialista não esconde suas contradições. Em outros termos, o Estado brasileiro não combateu de modo definitivo o cenário de desigualdades. Revela, com isso, o caráter extrativista e neopatrimonialista de grupos que preservam seus benefícios e aprofundam as contradições, encobertas pelo sistema de proteção social. Um desses exemplos é demonstrado no trabalho de Mendes (2014). Com a expansão do gasto público a partir da democracia, é verdade, o País conseguiu materializar algumas políticas inclusivas. Todavia, não se garantiu o consenso nacional em torno do combate eficiente e permanentemente da desigualdade. Ao contrário, percebemos uma asseveração camuflada do conflito social em que os segmentos mais organizados procuram assegurar o seu quinhão através de formas de aproximação com o Estado.

Não é uma exclusividade brasileira. Em “A lógica da ação coletiva”, o sociólogo norte americano Mancur Olson já demonstrava que as democracias são vulneráveis aos grupos de pressão organizados. Nesse sentido, grupos empresariais setoriais,

corporações e seus sindicatos, incluindo os inúmeros segmentos de servidores públicos dos três poderes, categorias profissionais, políticos e seus indicados, entre outros, conseguem assegurar ganhos segmentados. São benefícios juridicamente justificados, cujos custos inseridos no montante dos gastos públicos se diluem, pagos por uma Sociedade que, em geral, não os percebe. Um a um, esses privilégios se somam, assegurados no orçamento por legislação específica, aumentando a carga tributária, garantindo tratamentos desiguais a minorias organizadas em detrimento da maioria desorganizada.

Embora, como acabamos de afirmar, não se trate de uma exclusividade brasileira, as demonstrações estatísticas nos obrigam a reconhecer que o problema é comparativamente acentuado no Brasil. Nossa ordem republicana é caracterizada por um Estado tão extenso quanto centralizado, excessivamente burocrático e paternalista, características variáveis em cada contexto democrático. E as razões de nossa desigualdade persistente tem a ver com isso, como tem a ver com a cumplicidade recíproca dos beneficiados pelo Estado. São razões a descobrir, pouco exploradas pelas ciências sociais brasileiras, por razões incertas. E, conquanto nos faltem estudos, a universalidade desse problema nos regimes democráticos não nos exime de denunciar nossas particularidades e excecências históricas. Assim, continuamos a reproduzir nossas sobreviventes características pré-republicanas cumulativas, quais sejam, o patrimonialismo e o extrativismo, seja este governamental, pelos operadores do Estado, seja clientelista, por parte de rent seeking.

Vamos a um exemplo: a distribuição dos recursos no interior do sistema educacional brasileiro demonstra de maneira notável a desigualdade social perpetrada em nome de uma universalidade democrática que favorece os mais ricos. Na diferença entre o gasto com os estudantes das universidades públicas e do ensino fundamental e médio está um exemplo disso. O Brasil é “campeão” na desproporcionalidade em favor dos primeiros, sabendo-se que o ensino é gratuito e majoritariamente ocupado pelos mais ricos. Na equação do gasto público per capita para com esses estudantes, o Brasil apresenta o maior índice de desproporcionalidade, gastando 5,2 vezes mais com os alunos universitários, mais que o dobro do segundo colocado, a Índia. Em 2008, o Brasil gastou, com cada aluno de universidade pública, 93% do PIB per capita, enquanto na Índia o percentual foi de 55, no México 35, na França 33, nos EUA 25, no Japão 19, no Chile 12 e na Coreia 10% (MENDES, 2014, p. 203). Apesar dessa realidade, o percentual de pessoas com ensino superior no País continua abaixo dos 20% e apenas 10% dos brasileiros conclui o curso superior (Ib., 203). E, enquanto os 10% mais ricos estudam gratuitamente nas universidades públicas, os mais pobres pagam mensalidades nas instituições privadas.

Esse ambiente paradoxal de alta desigualdade e democracia igualitarista seria propício a uma “disputa ineficiente por rendas entre diversos grupos”. Conforme sugere Marcos Mendes, tal situação conduz a um quadro de “redistribuição dissipativa” (MENDES, 2014). O economista reconhece que houve queda da desigualdade durante as três décadas de democracia pós-regime militar, mas ajuda a desmitificar a crença de que a melhoria do bem estar e a inclusão social sejam o resultado de generosas ações governamentais. Na verdade, foi o aumento das commodities, das quais o Brasil e a América do Sul são grandes fornecedores, que provocou a inclusão de milhões de pessoas através de novas vagas de trabalho. Na direção contrária ao mito do bom governo, o autor revela como os gastos sociais do governo federal estão “concentrados em despesas como previdência social e remuneração do funcionalismo” que inibem a disponibilização de recursos públicos para ações que teriam maior potencial redistributivo.

E é nessa configuração política do Estado-patrão que aparecem os *rent seekings*, que se organizam para assegurar a extração dos recursos estatais. Nas democracias igualitaristas em contextos de alta desigualdade de renda e patrimônio, por sua vez, surgem os *rent seekings* dos pobres. Essencialmente, eles agem da mesma forma que os dos ricos, gerando demandas por um setor público cada vez maior (Ib., 23). Quanto maior o setor público, mais recursos o Estado precisa capturar da Sociedade produtiva, o que resulta num modelo neo-patrimonialista que o autor chama de baixo crescimento com redistribuição dissipativa. O que se vê diante disso é um país sem adequada infraestrutura de transportes, energia e comunicações, escola de má qualidade aos mais pobres e trabalhadores com baixa qualificação. Somem-se a isso as barreiras ao comércio internacional, o gasto público crescente sem retorno, um sistema judicial emperrado, carga tributária elevada, taxa de juros alta, portos congestionados e, afinal, oportunidades perdidas.

Na seara de baixo crescimento e agudas disputas, a despesa corrente primária cresce de forma permanente. Conforme Mendes, “o setor industrial e os sindicatos, todavia, tem grande poder de influência e bloqueiam a liberalização das forças de mercado” (Ib., 55), sinalizando que o capital e o trabalho estejam, com alguma frequência, do mesmo lado e contra os interesses mais amplos da Sociedade. Essa compreensão, que exige um esforço interpretativo “desideologizado”, desvela outro mito, tipicamente “progressista”, segundo o qual o Estado seria o lócus exclusivo da representação dos interesses da burguesia. Isso já foi verdade. Não obstante, nas três décadas da democracia brasileira, aprendemos a ver que a esfera estatal, como em qualquer democracia, passa a ser ocupada por inúmeros outros segmentos da Socie-

dade, desde sindicatos, corporações, associações e organizações não governamentais, que compartilham o poder com os setores empresariais e a burocracia estatal, além dos partidos políticos e suas cotas de cargos comissionados.⁶

Além disso, não se ignorem os milhões de eleitores pobres e as políticas assistenciais que os atendem. Nesse sentido, a desigualdade diminuiu com a incorporação de novos segmentos, conformando um quadro mais comprometido com a distribuição. Portanto, “ao longo de 30 anos de democracia, foi possível equilibrar as pressões políticas” (Ib., 78), aumentando o gasto público na medida em que se extrai, por meio de impostos, taxas e contribuições compulsórias, mais recursos da Sociedade produtiva.⁷ E, num contexto de poder legitimado pelo voto, políticos estão empenhados em atender as demandas da maioria de eleitores cada vez mais exigentes pela prestação de serviços, ao tempo em que também são constrangidos pela força política dos prestadores desses serviços. Sobre isso, Mendes observa que “a busca do voto do eleitor mais pobre promove a expansão de programas sociais. Por outro (lado), um grupo de renda média-alta (os servidores públicos), em conexões com o poder governamental (...), consegue promover redistribuição de renda a seu favor” (Ib., 90).

Resultado disso, a economia é sobrecarregada por tributação excessiva, com infraestrutura ruim, educação precária, altas taxas de juros e ambiente de negócios inóspito. As perspectivas de crescimento de médio prazo empalideceram e esse quadro de paralisia produtiva ficou ainda mais visível a partir de 2015. Depois de uma disputa eleitoral em que foi reeleito um governo marcado pela heterodoxia da “nova matriz econômica” que apostou na elevação dos gastos presentes pensando no retorno futuro e breve, o País entrou em recessão. Na lista dos problemas figuram os elementos apontados por Mendes e outros autores, de farta presença na imprensa: instabilidade fiscal, dívida pública alta, baixa produtividade, infraestrutura deficiente, baixa qualidade na educação e no ambiente de negócios. Isso levou analistas como Mendes a sugerir o estabelecimento de um teto às despesas com o gasto público, como alternativa necessária à ameaça da “dominância fiscal”.⁸

⁶ Em julho de 2015, o número de cargos comissionados da administração pública federal era de 23.941. Dados disponíveis em <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/06/reguffe-diz-que-33-mil-comissionados-no-governo-federal-e-um-numero-revoltante>. Para uma comparação, na França são 4.800 cargos desse gênero, enquanto nos EUA são 8.000 e no Chile são 800.

⁷ Ao fim dos oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), a carga tributária havia aumentado de 26% para 36%.

⁸ Segundo economistas, é quando a desordem das finanças foge do controle e torna ineficaz o efeito do aumento das taxas de juros sobre a inflação. Os juros altos tendem a piorar a situação, aumentando o valor da dívida, criando um quadro fiscal que impede o crescimento econômico, por conta da dívida pública (<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,dominancia-fiscal,1759259>).

Nessa direção, começamos a perceber o quanto nos falta, brasileiros, no executivo, no legislativo, no judiciário e Sociedade em geral, a consideração devida do raciocínio econômico na promoção do desenvolvimento. A Transferência de renda é sempre algo urgente, mas tem pouca relação direta com o desenvolvimento, que depende de soluções estruturais. Nesse sentido, o extrativismo assistencialista enterra tais expectativas. A carga tributária excessiva, como qualquer brasileiro já deveria saber, inibe o crescimento, ao contrair o investimento e diminuir as taxas de lucro das empresas. Uma folha muito tributada dificulta a geração de novos empregos e novas empresas, ou estimula as empresas a se manterem pequenas. Enquanto, por exemplo, o custo de contratação trabalhista no Brasil é de 103%, na França é de 80%, na Inglaterra, de 59%, na Itália, 51%, no Japão 29% e nos EUA, 9%. Uma folha muito tributada é, assim, um dos sintomas de um país cujos governos inibem seu crescimento econômico e estimulam a evasão produtiva.⁹

Por essa razão, segundo Mendes, as empresas brasileiras em geral são pequenas. Apenas nove por cento delas tem mais de dez funcionários. A tributação excessiva e uma legislação trabalhista da CLT de 1940, “excessivamente protecionista”, as estimularia a se manterem pequenas.¹⁰ Nesse sentido, também os salários ficam comprimidos no setor privado, fazendo com que a desigualdade de renda no mercado de trabalho seja a principal fonte da desigualdade no Brasil, responsável por 60% da composição do GINI, calculam Souza e Medeiros (Apud MENDES, 2014: 88). Aqui, finalmente, podemos substituir a velha e surrada explicação a respeito da “ganância do empresariado” como causa dos baixos salários. O autor nos oferece uma instrutiva explicação fiscal, que deveria constar nos manuais de Sociologia do ensino médio brasileiro, num contraponto à conhecida perspectiva da expropriação do trabalho pelo capital.

Ora, nesse sentido, entende-se que os salários são baixos na iniciativa privada por conta dos encargos que, transferidos ao Estado, permitem a sustentação de melhores salários no setor público, como mostram estudos, a exemplo de Barbosa & Barbosa Filho.¹¹ E são as altas remunerações de servidores públicos, além das

⁹ Notícias dão conta de um movimento de empresas brasileiras transferindo atividades produtivas para o Paraguai, a exemplo da matéria que aparece no link seguinte: <http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/05/empresas-de-blumenau-e-regiao-encontram-no-paraguai-saida-mais-competitiva-para-aumentar-a-producao>

¹⁰ No Encontro Econômico Brasil – Alemanha 2015, de 20 a 22 de setembro, em Joinville-SC, empresários alemães em busca de parcerias com empresas de médio porte observaram ser proporcionalmente baixo o número de empresas desse porte no Brasil.

¹¹ Em subcapítulo intitulado “A força política dos servidores públicos”, Mendes menciona o trabalho de Ana Luiza de Holanda Barbosa e Fernando de Holanda Barbosa Filho, pelo IPEA (Texto para Discussão 1713), que demonstraria bem as diferenças salariais entre o serviço público e a iniciativa privada, as razões e condições

altas aposentadorias e pensões, os outros dois fatores que praticamente totalizam a composição do índice de desigualdade nacional. Utilizando os dados da PNAD de 2003, Immervoll ET AL (Apud MENDES, 2014) mostram o caráter concentrador da previdência social no Brasil. Revelam que 30% dos benefícios vão para 1% dos beneficiados, 44% vão para 10% dos beneficiados e 71,5% dos recursos estão nas mãos de 30% dos beneficiados. Assim, os restantes 28,5% dos recursos foram distribuídos para os 70% da população de aposentados e pensionistas. Nesse quadro, os recursos destinados à previdência social no ano de 2013 consumiram 11% do PIB e concentraram mais da metade do gasto social, enquanto o Bolsa Família consumiu apenas 2,7% desse gasto (MENDES, 2014, p. 99, 242). E é preciso lembrar que o referido programa de transferência de renda atende a mais de 50 milhões de pessoas, o que representa praticamente 1/4 da população nacional.

A previdência é desigual e, a continuar assim, sua dívida se tornará impagável. No mesmo ano de 2013, no setor público, a dívida anual era de R\$ 68 mil per capita, enquanto a dívida per capita entre os beneficiados do Regime Geral de Previdência Social – RGPS era de R\$3.200,00 (Ib.). Assim, o regime previdenciário é a expressão concludente do patrimonialismo e da desigualdade brasileira. Em artigo no sítio do Ministério da Fazenda, Almeida & Mendes (2017) utilizam dados Banco Mundial para demonstrar que, no Brasil, “a União, os estados e os municípios, juntos, gastam 4% do PIB com aposentadoria de servidores públicos”. Enquanto isso, “o México gasta 0,5%, a Espanha gasta 0,8%, a Coréia 1% e a Grécia, cuja previdência quebrou, gasta 3,5%”. E, para ilustrar o problema, lancemos mão do demonstrativo de gastos per capita com as aposentadorias no Brasil. Veja-se:

Tabela 1: Despesa Média por Aposentado do Setor Público Federal vs. Valores Mínimo e Máximo dos Benefícios do Regime Geral de Previdência Social em 2016 (R\$)

Legislativo	28.593
Judiciário	22.245
Ministério Público da União	18.137
Executivo	7.620
RGPS – Teto	5.190
RGPS: 66% dos benefícios = salário mínimo	880

Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal, dez 2016, e Previdência Social.

* RGPS = Regime Geral de Previdência Social

* PS : Segundo a Revista Exame, 26/01/2017, O valor médio no RGPS foi de R\$ 1.284,

privilegiadas de quem estão na primeira condição (Apud Mendes, 206).

Em situações de desigualdade, as instituições são fracas ou mal feitas. Mencionando Acemoglu & Robinson (2011), Mendes se refere às instituições econômicas extrativistas que travam o crescimento. Por exemplo, quando há concentração de poder e investimentos sob controle de pessoas que não são as mais eficazes e aptas, beneficiadas por suas relações com o poder e não pela competência e mérito, isso resulta em baixa produtividade. Na desigualdade, a disputa dos *rent seekings* por riquezas já existentes impede ambientes propícios à produção de novas riquezas. Nesse cenário adverso, os ambientes são protecionistas e de baixa concorrência, sem estímulos à busca por produtividade. Ali, governos são controlados por patrimonialistas e neopatrimonialistas que extraem recursos da sociedade e transferem rendas a grupos privilegiados, fazendo com que a burocracia sirva não ao interesse público, mas em favor dos privilegiados, através de regras de benefícios, excluindo empresas e aniquilando oportunidades. O que há de republicano nisso?

Portanto, quando regras permitem o abuso fiscal de governos, provocam distorções, constroem o desenvolvimento e adiam o combate sustentável da desigualdade. No caso brasileiro, o Estado assume, paradoxalmente, o duplo protagonismo na condição de bem feitor e *rent seeking*. E a gênese dessa condição do Estado brasileiro, que denominamos de Estado neopatrimonialista e extrativista, indica nossa “matriarca”: a Coroa portuguesa e suas instituições exemplares, como a proibição aos brasileiros de comercializar com outros países, as restrições ao livre cultivo e às autorizações e alvarás à abertura de negócios, além de tributação excessiva, de empresas e pessoas ligadas aos governantes, que estiveram entre os primeiros movimentos dessa herança patrimonialista. Com a vinda da Coroa, a centralização é amplificada e a nascente burguesia comercial brasileira se depara com a insaciável necessidade da monarquia em extrair recursos para a manutenção de sua condição inútil e improdutiva.¹² O resultado é um vergonhoso sistema de regulação e privilégio, exposto na narrativa jurídico-antropológica de Raymundo Faoro (2000).

A consequência sócio-político-econômica desse “modelo colonial extrativista” é a constituição de uma classe poderosa ao redor dos interesses da Coroa. Ela é constituída de cortesãos e burocratas indicados pelo monarca, vivendo à custa da Sociedade através do controle de todo esse emaranhado extrativista de constrangimentos legais e burocráticos. Normal, em se tratando de sistemas monárquicos, tal estrutura torna-se anacrônica, para dizer o menos, em contextos republicanos. Para se ter uma ideia, trata-se do tipo de poder e de privilégios reais que, por exemplo,

¹² Um dos primeiros e mais conhecidos atos/decretos do governo de D. João VI é mandar desalojar a burguesia brasileira de suas casas a fim de cede-las à nobreza improdutiva de Portugal.

os senhores feudais da Inglaterra do século XIII começaram a eliminar a partir da Carta Magna de 1215, limitando o poder do rei, conhecido, por isso mesmo, como João “sem terras”. Essencialmente, concordam inúmeros autores, entre eles o próprio Mendes, é a partir dessas alterações institucionais que podemos compreender o destino virtuoso da Inglaterra e de outros países que se desenvolveram e se tornaram potências econômicas.

Assustadoramente, o Brasil que reconhecemos hoje é essencialmente o mesmo de Dom João VI. Dois séculos e sete cartas magnas depois, o eterno “país do futuro” mantém a essência patrimonialista, extrativista e clientelista de suas origens e reproduz o modelo segundo a perspectiva de que é a sociedade dos indivíduos que serve ao poder central. Com toda a institucionalização e as lutas políticas até a Constituição “cidadã” de 1988, é constrangedor admitir que o Brasil mantenha as instituições extrativistas. Todas as gerações de elites emergentes, em nome dos interesses republicanos, não foram capazes de desarmar esse sistema centralizador que reproduz o velho “mercado de influência política e troca de favores”, ao qual todos se veem obrigados a recorrer. Duzentos anos depois, a promiscuidade da busca de favores e a proteção faz acotovelarem-se entidades como “FIESP, ANFAVEA, FEBRABAN, entre outras”, financiando campanhas com o mesmo intuito que comerciantes do passado compravam títulos da nobreza (MENDES, 2014, p. 123).

Até hoje, como no passado imperial, boa parte de nossas instituições tem o mesmo sentido de manter fortes atilhos entre governo e agentes econômicos, fazendo com que o funcionamento da economia dependa do poder político, à revelia das leis do mercado. Idêntica é a observação de Raymundo Faoro sobre a submissão e dependência do empresariado industrial brasileiro que, na década de vinte, e “cinquenta anos depois”, nada mais representava na política nacional do que “um prolongamento do oficialismo, pregando a iniciativa privada protegida, modalidade brasileira de liberalismo econômico” (FAORO, 2000, p. 302, vol. 2) Nessa direção, nossos ciclos de crescimento são continuamente sucedidos por crises decorrentes da proteção, do subsídio e de endividamento futuro. Nossos voos são alçados com a outorga estatal, gerando anos de crescimento, seguidos de endividamento e baixo ou nulo crescimento. É precisamente o que constatamos na crise econômica brasileira deflagrada em 2015, produto da chamada “nova matriz econômica”. Foram anos de incentivo ao consumo, de subsídios a grandes empresas, de expansão do crédito, de gasto público excessivo, endividamento, juros altos, e, por fim, inflação e recessão. Mais um voo alçado pelo protagonismo estatal, mais um voo de galinha.

CHEGAMOS AO LIMITE DO EXTRATIVISMO ASSISTENCIALISTA?

O extrativismo estatal é um traço da formação do Estado brasileiro. Sobrevive, entrelaçando as várias fases da conformação estatal, o que nos permite entendê-lo como o meio pelo qual este Estado representa um fim em si mesmo. Nessa direção, o País atravessa suas etapas de modernização, torna-se uma grande sociedade, com uma economia correspondente e uma nação democrática. Da trajetória bicentenária de sua independência até hoje, o Brasil passou por governos oligárquicos, nacionalistas, conservadores, liberais e progressistas, da direita à esquerda, até chegarmos ao Estado de direito e de cunho social das últimas décadas. Mas em alguns aspectos, uma ou outra característica retrógrada persiste e, na sua feição político-antropológica, o extrativismo é uma delas. Agora, é preciso identificar esse extrativismo com os limites do Estado social, associando-o às causas do esgotamento de sua capacidade de atendimento. Ainda que voltado à assistência, seu objetivo principal é a auto-conservação. Isso não é uma novidade universal, tampouco uma exclusividade nacional, mas é necessário ver que tal objetivo tornou-se não apenas a causa do baixo crescimento, mas da perda da possibilidade de crescer.

Cada nova etapa desse Estado extrativista exigiu um aumento da estrutura governamental, isto é, do volume de recursos necessários para atender as demandas sociais e as políticas de desenvolvimento, sob os aplausos de nossa intelectualidade “progressista”. Acontece que quase todo o recurso extraído, cada vez mais escasso, vai para o custeio da máquina estatal. Nesse aspecto, os recursos extras advindos do extrativismo das commodities naturais ajudaram a manter, nos últimos anos, a estrutura do Estado assistencialista. Se considerarmos que a extração de petróleo e gás natural, somados ao minério de ferro, representaram em torno de 18% do PIB brasileiro em 2013, teremos ideia de como esses recursos foram importantes para sustentar a estrutura governamental nos três níveis da federação. É o necessário sustento da “máquina” que está em jogo, justificado pelo assistencialismo e pelo desenvolvimentismo, materializados nas formas de políticas sociais, de subsídios e isenções. Enquanto isso se sucede, a indústria nacional perde participação na composição do PIB há mais de uma década (CASTRO, 2014, p. 73).

Nesse contexto, existe um sem número de gastos de pouco ou nenhum resultado do ponto de vista do aumento da produtividade e da competitividade. Além disso, há um mar de benefícios quase invisíveis, pulverizados e distribuídos aos rent seekers. Esses recursos são gerados pelo extrativismo estatal, isto é, pela apropria-

ção de recursos extraídos da sociedade produtiva e empreendedora. Ao largo desse extrativismo estatal, governo e rent seekings foram favorecidos com o último ciclo de expansão econômica que o Brasil viveu até 2010. Essa expansão foi possibilitada pelo extrativismo econômico, ou seja, pela valorização das commodities dos recursos naturais, que o Estado brasileiro capturou e soube capitalizar, turbinando as políticas sociais e o desenvolvimentismo. Contudo, não apenas o populismo governamental disso se beneficiou. Beneficiaram-se, em geral, os operadores do estamento burocrático, os políticos e empresários patrimonialistas, os beneficiários de um sistema previdenciário notavelmente desigual, entre outros segmentos que conseguem garantir cargos, direitos, ganhos permanentes, incentivos, subsídios e isenções em tempos de bonança.

Mas a desvalorização dessas commodities, vide a diminuição da demanda mundial por elas, encerrou mais um ciclo, e os preços altos da primeira década talvez não voltem. Foram esses recursos que permitiram transferir renda para a rede de assistência social, conferindo legitimidade governamental. Embora não exclusivamente, foram também esses recursos que ajudaram na manutenção do estamento burocrático brasileiro, assim como o café sustentou a estrutura estamental burocrática brasileira durante a República Velha. Entram, nessa conta, subsídios, isenções, entre outros incentivos e vantagens setorialmente distribuídos, além de investimentos mal feitos, cuja nobre finalidade desenvolvimentista mais uma vez não se confirma. O resultado geral é o desperdício, ao invés do aumento da produtividade. O que sobrava, ajudava a sustentar a ampla malha de benefícios, constitucionalmente assegurados aos cúmplices calados do extrativismo dos “donos do poder”.

FIM DO ALMOÇO GRÁTIS

O fim da vida curta dos anos de commodities em alta nos mostrou a dura realidade de mais um curto ciclo de crescimento, seguido de frustrações repetidas, portanto, conhecidas. Depois de aproveitarmos os anos de expansão do consumo e dos gastos públicos, caímos no “vazio do mundo real”. O anúncio da descoberta de reservas de petróleo na camada do pré-sal chegou a gerar renovadas expectativas, mas é improvável que essa commodity volte a assegurar os ganhos de antes, numa sociedade global em constante busca de fontes de energia alternativas. O mal-estar que o Brasil vive na segunda década do século XXI é a própria ressaca do último ciclo de bonança das commodities da primeira década. Não aproveitamos corretamente os excedentes por meio de investimentos estratégicos em infraestrutura,

ciência e educação para a produtividade e competitividade. Findados os excedentes das commodities, o Estado se volta novamente à extração de recursos da Sociedade produtiva e empreendedora.

O problema é que a expansão dos compromissos distributivistas durante o último ciclo tornou-se desproporcional à capacidade da Sociedade produtiva de suportá-la. Não podendo contar com os preços aquecidos das commodities, transbordamos os limites do Estado extrativista assistencialista. Paralelamente, postergamos ao futuro medidas de necessidade cada vez mais evidente, como as reformas política, da previdência social, além da revisão constitucional. Foram temas proibitivos durante os anos de governo “progressista”, tanto quanto a desburocratização, a redução do tamanho do Estado e a revisão do pacto federativo. Esse conjunto de demandas para o desenvolvimento real foi postergado em nome da democracia igualitarista, de distribuição dissipativa (MENDES, 2014). Escamoteamos, até agora, a desigualdade no contexto da “farinha pouca, meu pirão primeiro”, mas não conseguimos mais esconder o fato de que as “classes dominantes” são constituídas de dentro do Estado.

É possível que isso tenha um efeito pedagógico e, com isso, compreendamos algumas coisas importantes e interligadas. Entre elas: 1) não existe almoço grátis; 2) o Estado de bem estar brasileiro chegou ao seu limite; 3) o desenvolvimento nacional não depende de mais e sim de menos Estado; 4) a sociedade precisa ser estimulada ao raciocínio econômico e matemático; 5) o inimigo é o Estado; e 6) a Constituição de 1988 é o ponto de inflexão.

Não obstante, a importância novamente adquirida pelos recursos naturais na primeira década do século XXI, reascende a interpretação de Faoro, mas também de Schwartman (2007), de que o Estado brasileiro se estruturou a partir do extrativismo, se modernizou, descolou-se da dependência exclusiva do extrativismo econômico, mas continua extrativista. Em outras palavras, o extrativismo está na base da formação do Estado patrimonialista brasileiro, sendo seu alicerce econômico. Por extensão, moldou nossas instituições políticas, que até a operação Lava-Jato ocultavam as ações dos “donos do poder”. Com toda a modernização econômica, política e educacional alcançada pelo País, o Estado brasileiro manteve sua característica fundante. Através do estamento burocrático, as elites extrativistas preservam o seu objetivo principal, qual seja, o da auto-preservação. De praxe, extraem os recursos da Sociedade produtiva e os sempre bem vindos recursos naturais que, como vimos, ajudaram a sustentar a rede de proteção social e a estrutura governamental correspondente.

Nesse sentido, como vimos, o amparo jurídico e moral do extrativismo está na atual Constituição, que inspirou e justificou o aumento da carga tributária, criando a ilusão do governo grátis (CASTRO, 2014). Não se trata de desqualificá-la, mas de reconhecer nela a carência do raciocínio econômico. Nesse sentido, os economistas sempre tiveram razão ao denunciar a falta de respaldo orçamentário para o novo conjunto de atribuições. Mais recentemente, com os governos progressistas, vivemos a sensação do Estado de bem estar social na sua infinita capacidade de distribuir riquezas, a partir da ilusão de que a capacidade de extrair recursos da camada rica da sociedade seria algo cujo término estaria muito distante. A sociedade brasileira parecia certa de que era isso o que estava acontecendo. Não era, e bastou o desaquecimento das demandas pelas commodities, aliado aos erros do desenvolvimentismo governamental, para que os recursos naturais e sociais disponíveis se tornassem novamente escassos.

A lembrança de Castro pode parecer lugar comum, mas revela a imaturidade da própria sociedade brasileira, apesar de o autor superestimá-la desnecessariamente (Ib.). A rigor, parece impossível sair da cilada das promessas eleitorais. Candidatos e coligações são desmentidos pelas dificuldades dos governos no mundo real. Todavia, as promessas do bem estar e do desenvolvimento se renovam a cada ciclo eleitoral e não é somente pela insinceridade e demagogia da classe política. Renovam-se porque uma proporção considerável de eleitores se demonstra ávida por essas mentiras, ou crente no milagre da multiplicação. Ali, misturam-se religião e política, revelando mais uma vez os efeitos da simbiose cultural das sociedades que acreditam ou são levadas a crer que o desenvolvimento, assim como o bem estar, é tarefa de governos racionais e generosos. É como se a capacidade de gerar riqueza fosse infinita e estivesse demasiado concentrada entre os agentes produtivos. Por consequência, precisássemos de governos tipo Robin Wood, que saberiam tirar de quem tem ou de onde tem e distribuir na justa medida.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron & ROBINSON, James. **Por que as nações fracassam**: as origens da riqueza, da prosperidade e da pobreza; tradução de Cristiana Serra. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012. 401 pp.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Construindo o Estado contemporâneo**: democracia e reforma na gestão pública. São Paulo, FGV, 2009.

_____. Empresários, o governo do PT e o desenvolvimento. In **Revista de Sociologia Política da UFPR**. Vol. 21, n. 47, pp. 21-9, Set/2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n47/03.pdf>

_____. Burocracia pública na construção do Brasil, 2008. Versão ampliada do trabalho “Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil” publicado na **Revista de Sociologia e Política**, 2007, n. 28: 9-30. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/71722935/Bresser-Pereira-L-C-Burocracia-publica>. Acesso em: 21 de junho de 2018.

CASTRO, Paulo Rabello de. **O mito do governo grátis**. Rio, Edições de Janeiro, 2014.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato público brasileiro**. São Paulo, Globo; Publifolha, 2000. Volumes I e II.

MENDES, Marcos. **Por que o Brasil cresce pouco?** Desigualdade, democracia e baixo crescimento no país do futuro. Rio, Elsevier, 2014.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução Mônica Baumgarten de Bolle. 1a ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 672 p.

RESENDE, André Lara. **Devagar e simples: economia, Estado e vida contemporânea**. São Paulo, Cia. das letras, 2015.

ROSS, Michael L. **A maldição do petróleo**. Porto Alegre, CDG, 2015.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Problemas de política objetiva**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1947, 2ª ed.

_____. **Instituições políticas brasileiras**. BH, Itatiaia, SP, USP; Niterói, UFF, 1987. Coleção Reconquista do Brasil.

Grupo de Trabalho n° 10

ESTADO E SOCIEDADE: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

ARTIGO

A FUNCIONALIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NO ESTADO DE RORAIMA

INTRODUÇÃO¹

Os avanços sociais em decorrência do desenvolvimento no Estado de Roraima, despertou a pretensão de analisar a partir dos parâmetros das políticas públicas que consagram o complexo movimento psicossocial que está instaurado no Estado, assim como em todo o Brasil. A Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas abrange um campo complexo de atendimento, pois comporta a reinserção não só de pacientes com transtornos mentais, como também, uma parcela da sociedade que faz uso abusivo de substâncias químicas que causam dependência, as quais estão cada vez mais presentes na sociedade roraimense.

Nesse âmbito, firmou-se um compromisso, não de melhoria da estrutura existente até então, do sistema manicomial, mas de reverter e substituí-la por novos dispositivos e novas tecnologias de cuidado. A multidisciplinaridade entra em questão abrindo o campo de ação e implementando novas configurações estruturais, tendo por interesse central a ressocialização de pessoas que eram segregadas e excluídas da sociedade. No universo dessa política, pretendemos investigar os encaminhamentos que foram realizados e estão sendo contornados pelo poder do Estado de Roraima.

A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

O desenrolar de uma Política Pública também perpassa pelo interesse individual e coletivo do contexto ao qual ela está inserida. O processo de construção pode

* Pós-Graduada no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil.

** Professor Doutor da Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil.

¹ Artigo produzido a partir do Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal de Roraima. E-mails: aluna: vivialmeida@hotmail.com e orientador: cleber.franklin@ufr.br

desencadear um espaço de lutas ideológicas, abrindo portas para a sua politização e saindo do âmbito emocional para o racional, onde vai a luz das práticas institucionais. Não se exercia um Estado de Bem-Estar Social no Brasil. A seguridade social só ganhou status de Política Pública no final da década de 1980, inicialmente foram adotadas políticas restritivas de gastos, o que ocorreu na maior parte dos países, principalmente aos em desenvolvimento.

Nesse cenário, de acordo com Roth (2002), podemos analisar a Política Pública a partir de três dimensões: a) a dimensão institucional- *polity* que se refere ao âmbito do governo das sociedades humanas, delineado pelo sistema jurídico e a ordem institucional do sistema político administrativo; b) a dimensão processual- *politics* que se refere a atividade de organizações e luta pelo controle do poder, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito a imposição de objetivos, aos conteúdos e a decisões de distribuição/redistribuição e, c) a dimensão material- *policy* que se refere as designações dos propósitos e programas das autoridades públicas, ou seja, a configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas. De tal forma, que todas essas dimensões são influenciáveis e sofrem alterações ao longo do tempo.

A Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, construída a partir da Reforma Sanitária e Psiquiátrica, ocorreu no período de diversificação da luta social, e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que em seu texto discorre, em especificidade no âmbito da Saúde e dos direitos a conquistar. Tendo levado em consideração as prerrogativas obtidas a partir da 8ª Conferência Nacional de Saúde, o direito a unificação, a descentralização e participação social, interligado essencialmente ao Sistema Único de Saúde Lei 8.080/90, conforme os princípios onde encontramos em seu texto que,

Art. 5º- O paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação de grave dependência institucional, decorrente de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida, sob responsabilidade da autoridade sanitária competente e supervisão a ser definida pelo Poder Executivo, assegurada a continuidade do tratamento, quando necessário. (Lei nº 10.216, abril de 2001)

Essa política visa dar conta do contexto defasado, mas também, de realizar uma reversão do modelo manicomial/hospitalocêntrico². O que se quer mudar é a ideia

2 Hospitalocêntrico: É baseado nos cuidados da saúde em hospitais, uma remediação com a doença já instalada, ao invés de utilizarem a forma de prevenção primária(não precisariam ir ao hospital). (www.dicionarioinformal.com.br)

de tirar, esconder e excluir o paciente com transtorno mental e dependência química, como era feito anteriormente nos hospitais psiquiátricos, para um modelo de base comunitária. Assim tentando transformar a atenção prestada até aquele momento aos pacientes com transtornos mentais e dependentes químicos, pois no caso dos pacientes com transtornos mentais eram mantidos em manicômios, hospícios, com fortes tratamentos químicos como eletroconvulsoterapias e a lobotomia³ além de pouca ou nenhuma condição para a ressocialização. (VALENTINI, 2003)

Conforme as prerrogativas da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, e com as mudanças ocorridas na organização do Sistema Único de Saúde, em entender as demandas e necessidades da população, foi articulada a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que tem como finalidade a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento de transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. (BRASIL, 2015)

COMO SE CONFIGURA ESSA POLÍTICA PÚBLICA

A configuração da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, é regida pela Lei 10.216, de 06 de abril de 2001, já citada anteriormente. A partir de 2011 o SUS sancionou o decreto 7.508/2011 que regulamenta a lei 8080/1990. O Decreto descreve o trabalho em REDE como uma diretriz de organização do SUS e neste sentido a atenção psicossocial foi indicada como prioritária.

A portaria MS/GM nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), teve por objetivo a implementação, ampliação e a articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). (BRASIL, 2015)

A Rede foi embasada sob parâmetros decorrentes das Conferências Nacionais de Saúde Mental, em especial a III Conferência realizada no ano de 2001, cujo tema foi “Cuidar, sim. Excluir, não”. Um dos principais objetivos desta Rede é adequar as realidades locais, os contextos socioculturais e ao número previsto de profissionais, usuários e familiares.

A RAPS é constituída por pontos de atenção estratégicos chamados de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que são serviços de saúde de caráter aberto e co-

³ Lobotomia: É a retirada de uma parte do cérebro. Em épocas antigas, a lobotomia era usada em pacientes com certos tipos de doenças mentais como forma de acalmá-los. Atualmente, nesses casos a técnica cirúrgica foi substituída por medicamentos ou psicoterapia. (<http://super.abril.com.br/saude/o-que-e-lobotomia/>)

munitário, composto por equipes multiprofissionais que atua sob a ótica interdisciplinar e realiza prioritariamente atendimento a pessoas em sofrimento ou transtorno mental, incluindo aqueles com necessidades decorrentes do uso de *crack*, álcool e outras drogas, em sua área territorial, seja em situação de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial, e são substitutivos ao modelo asilar⁴ (BRASIL,2015). Os CAPS são articulados em conformidade com as equipes de Saúde da Família e agentes comunitários de saúde, possibilitando ativar os recursos existentes em outras redes, assim como nos territórios onde estão inseridos.

Ainda assim a Rede de Atenção Psicossocial é construída por sete componentes:

COMPONENTES	PONTO DE ATENÇÃO
Atenção Básica em Saúde	-Unidade Básica de Saúde -Núcleo de Apoio a Saúde da Família -Consultório na Rua -Equipes Matriciais
Atenção Psicossocial Estratégica	-Centro de Atenção Psicossocial, nas suas diferentes modalidades.
Atenção de Urgência e Emergência	-SAMU 192 -Sala de Estabilização -UPA 24 horas -Portas hospitalares de atenção a urgência/pronto socorro, Unidade Básica de Saúde
Atenção Residencial de Caráter Transitório	-Unidade de Acolhimento Adulto -Serviços de Atenção em regime residencial
Atenção Hospitalar	-Leitos de psiquiatria em Hospital Geral -Serviço Hospitalar de referência para atenção as pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas
Estratégias de Desinstitucionalização	-Serviços Residenciais Terapêuticos
Estratégia de Reabilitação Psicossocial	-Iniciativa de geração de trabalho e renda -Empreendimentos Solidários e Cooperativas Sociais

Fonte: PLANO DE ATENÇÃO ESTADUAL- RORAIMA, 2013, p.11.

4 Modelo asilar: O sistemático processo de exclusão da loucura, materializado nos muros, nas grades, nas faixas e nas técnicas de controle, impediu tais sujeitos de estabelecerem relações em suas comunidades de origem; também não foi sem efeitos no interior destas mesmas comunidades e das famílias, por sua vez impedidas de, com ele, estabelecerem laços de convivência, sendo mantidas à distância e no desconhecimento absoluto das várias formas desta trágica experiência. O saber fazer com o louco se expressa para todos: lugar de louco é no hospício. (CARNEIRO, 2008)

Tem primordial importância o respeito pela configuração estabelecida pela Rede, a não disponibilidade de qualquer desses serviços preconizados pela política, acarreta na interferência do bom andamento da mesma. De tal forma a acarretar um grave prejuízo a população que faz o necessário uso deste serviço.

PACTUAÇÃO

Para verificar como está sendo configurado o Sistema da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas no Estado de Roraima, primeiramente providenciamos um panorama concreto a partir da pactuação ocorrida entre as três esferas governamentais, que são: Governo Federal, Governo Estadual e Municípios realizado em novembro de 2013, com intuito de perceber a situação da política citada e a composição do Plano de Ação da Rede de Atenção Psicossocial do Estado de Roraima, publicado DOU Portaria nº 353, de 02 de maio de 2014, que pactuou a ampliação do acesso a atenção

De acordo com o que foi analisado na pactuação, foi verificado alguns déficits como: baixa capacidade da Atenção Básica em ser o ordenador do fluxo no sistema de saúde, tanto pela baixa cobertura quanto pela capacidade reduzida em acolher usuários; Na capital Boa Vista, encontra-se a maior concentração dos serviços de maior complexidade; Uma ampla extensão territorial, o que dificulta o acesso além de provocar vazios assistenciais; Baixa capacitação dos profissionais de saúde para atender as situações primárias em saúde mental, entre outros.

Além dessas percepções foi pactuado a reestruturação da Área Técnica de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas com as seguintes formações: Coordenação Estadual de Saúde Mental, álcool e outras drogas; Gerência de Acompanhamento Intersectorial e Articulação da RAPS; Gerência de Supervisão e Monitoramento da RAPS; Gerência de Matriciamento, Ensino e Pesquisa. Assim como a criação do programa de Educação Permanente para a qualificação dos componentes da RAPS nos seguintes níveis: Residência Médica e Psiquiatria; Cursos de Especialização para equipe multifuncional; Curso de aperfeiçoamento em saúde mental, álcool e outras drogas.

Conforme a Portaria 2.546 de 27/10/2011 ficou decidido também a implantação do Programa Teles Saúde Brasil Redes, nos serviços de saúde que integram a RAPS em todo o Estado. Foi pactuado além do que já citamos o estreitamento das relações com as Comunidades Terapêuticas existentes para melhor oferta do cuidado, como também, a implantação do sistema HORUS (Programa Nacional de Assistência Farmacêutica) em todas as farmácias dos CAPS do Estado, o fortaleci-

mento das equipes Básicas de Saúde e Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), tendo os CAPS como matriciador para oferta do cuidado em saúde mental do território e por fim, promover maior articulação intersetorial, estabelecendo parcerias que venham a fortalecer o serviço em rede e o protagonismo do usuário.

Conforme o definido em CIB (Comissão Intergestora Bipartite), com garantia de recursos financeiros referentes ao incentivo de implantação dos Pontos de Apoio da RAPS mencionada anteriormente, faremos um diagnóstico do que foi efetivado e o que ainda está para ser construído conforme pactuação entre as três esferas no ano de 2013, na RESOLUÇÃO CIB/RR Nº 70, com a:

- Coordenação do Estado se encontra: CAPS ad III, CAPS III, Unidade de Acolhimento Adulto para dependentes químicos e 12 leitos de referência no HGR.
- Município de Boa Vista: CAPS II e em processo de implantação o NASF (Núcleo de Assistência da Saúde da Família). As propostas para implementação do CAPS I, UAA, UAI, Consultório na Rua tipo III, 06 NAFS e os 02 Leitos no HCSA não foram concretizadas.
- Município de Canta: CAPS I, o que consolida os encaminhamentos iniciados em CIB.
- Municípios Canta, Rorainópolis, Pacaraima, Caracaraí, Caroebe, Bonfim e Alto Alegre foram contemplados pela ampliação de mais 8 leitos no HGR o que somado aos anteriormente existentes acrescenta para 12 leitos no total, o que torna insuficiente para a quantidade de usuários necessitados.

Percebe-se que muitos dos serviços propostos e pactuados em CIB ainda não foram realizados, como a insuficiência de leitos para atender a demanda populacional, a não construção dos CAPS I nas cidades de Uiramutã, Normandia, Boa Vista e Mucajaí, assim como os diversos serviços que não foram implementados pela Prefeitura de Boa Vista. O que nos remete a pensar como está sendo configurada a Rede sem a presença dos encaminhamentos necessários, as quais foram propostas e garantidas as verbas para tais. Desta forma pretendemos na sequência aprofundarmos ainda mais no âmbito da RAPS no Estado de Roraima, através de entrevistas realizadas nos pontos de apoio a REDE.

A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS REALIZADA NA PRÁTICA NO ESTADO DE RORAIMA

Nosso intuito foi verificar, do ponto de vista das relações humanas, dos profissionais que lidam com o cotidiano dos usuários, se esse processo está sendo realizado conforme preconiza sua legislação e pactuação, bem como se o arcabouço institucional está dando conta da realidade social. Isso se deve ao fato de saber que uma Política Pública estruturada oficialmente não concretiza seu pleno funcionamento.

O primeiro questionamento realizado com os entrevistados foi, como se organiza o suporte institucional para com a atividade final dedicada aos usuários. Dessa maneira foi possível configurar um parâmetro institucional para avaliar esse contexto.

“Ha dedicação da equipe envolvida, e sobretudo o empenho em conseguir atender as necessidades dos usuários com o mínimo de suporte institucional é de ampla implementação. O aparato estrutural é de qualidade regular e o suporte aos usuários está sendo oferecido da melhor maneira possível, garantindo um atendimento de qualidade para com os eles”.
(Entrevistado 1)

É percebido na fala dos colaboradores o interesse dos mesmos na recuperação e apoio aos usuários da rede, assim como a falha do institucional, no suporte aos técnicos para a realização de trabalhos mais completos e de qualidade.

A maneira como esses usuários são tratados, o reconhecimento da necessidade de um trabalho humanizado e de qualidade na relação interpessoal, implementando um tratamento humanamente permitido, é instrumento nas relações entre os servidores e os clientes, segundo sugestia Goffman (1961), onde o cliente traz para essa relação um respeito pela competência técnica do servidor e a confiança de que a empregará de maneira eticamente correta.

“Anterior a essa Política, os usuários eram objetos de obediência médica, por várias vezes me vi em Shok com as ordens que eu tinha que realizar naquele contexto manicomial, hoje percebo que esse outro olhar dado aos usuários desse novo sistema a evolução clínica desses pacientes é completamente distinta, além da capacidade de recuperação incomparável.” (Entrevistado 4)

Ainda descrito pelo Entrevistado 4, devido ao seu histórico curricular, é...

“A importância multidisciplinar no tratamento é um dos eixos da política que precisa ser fortalecida, para que a Rede possa funcionar devidamente. Obviamente que os recursos disponibilizados pelas instituições devem cooperar para cada vez mais melhorar esse elo, de forma que as equipes multiprofissionais possam realizar seus PTS da melhor maneira possível. Além claro, que há necessidade de um espaço adequado, pois para realizar as oficinas com os educadores físicos, precisa-se de um ambiente aberto e espaçoso, assim como as oficinas de pintura e tantas outras, o que somaria ainda mais para a realização de uma recuperação exemplar.” (Entrevistado 4)

Analisando a fala do Entrevistado 4 refere-se exatamente com a proposta da Política, onde as ações desenvolvidas coletivamente, como recurso para promover

sociabilidade, intermediar relações e manejar dificuldades relacionais, é proposta exatamente nessas oficinas em ambientes sociáveis e estruturados para esse tipo de atividade. Possibilitando para os usuários experiências de construção compartilhada, vivência de pertencimento, troca de afetividade com o meio social, assim como mão dupla para troca de afeto, autoestima, exercícios de cidadania e autonomia.

“Vários casos são recebidos, nas mais variadas complexidades, devido aos casos atendidos com usuários de Álcool e outras Drogas, mas temos alcançado muitos avanços conforme a necessidade de cada paciente. Reconheço que a equipe está composta pelo mínimo necessário e assim temos a necessidade de ampliar para melhor atender. No entanto, conseguimos também avanços significativos referente a estrutura física do CAPS ad III, possibilitando um melhor atendimento, mas sabemos que por só termos esse CAPS com essa referência a demanda ainda é muito grande para a capacidade que temos de atendimento.” (Entrevistado 2)

Percebemos fundamentalmente a partir dos diálogos mantidos com os entrevistados que as mudanças que vem ocorrendo ainda são lentas, mas que estão acontecendo. As necessidades estruturais, sejam elas institucional ou colaborativa, estão sendo analisadas e postas para efetivar suas soluções.

Com as visitas realizadas para a obtenção dessas entrevistas foi possível visualizar a maneira como se trabalha e as condições físicas dos prédios onde se encontram edificados os CAPS, considerando que as estruturas físicas e os ambientes dos pontos de atenção constituem base operacional fundamental para a garantia da qualidade do cuidado e das relações usuários-equipes-territórios. (BRASIL, 2015). Em conversa com Entrevistado 5, a mesma observou...

“Olhando para essa estrutura que estamos hoje, se algum órgão fiscalizador viesse realizar uma fiscalização, acredito que interveria na estrutura desse prédio mais antigo, no entanto ele ainda está em funcionamento. Já foram feitas várias solicitações junto a Secretaria de Saúde do Estado e nada ainda foi realizado.” (Entrevistado 5)

Foi ainda mencionado pela mesma a seguinte fala...

“Se um usuário que já vem de uma situação de rua, de forma degradante, se depara com uma estrutura física comparável ao ambiente que ele se encontrava, cujo seu encaminhamento até nós é em busca de uma melhoria do seu estado de vida social, como deve ficar a referência dessa pessoa para com o sistema?” (Idem)

Ainda considerando que é de grande importância a percepção de pertencimento do usuário aquele serviço, pois o entendimento de uma eventual melhora para com

sua saúde, também, se vincula a melhoria na sua qualidade de vida. Diante da percepção da entrevistada esse elo de concordância é quebrado no momento em que o paciente se percebe em um ambiente que não corresponde a perspectiva de vida que este paciente está em busca. Assim colocando em risco a credibilidade no serviço oferecido.

Pensando na carência vivida por muitos desses pacientes no meio social, na necessidade do acolhimento de maneira humanizada, a política foi configurada para favorecer essa aproximação dos usuários com os serviços, possibilitando assim alcançar a melhora almejada. Goffman (1961) observa que os indivíduos não se sentem bem ao entregar seus corpos as manipulações racionais e empíricas de outros, e dessa forma é necessário que sua confiança no servidor seja continuamente mantida por estímulos de cabeceira. Assim o usuário quando inicia a utilização do serviço deve ser acompanhado por sua equipe inicial de forma a não quebrar a confiança, fazendo com que o mesmo permaneça com o interesse em continuar seu tratamento.

“O que é realizado aqui com os usuários e seus familiares, está de acordo com as prerrogativas institucionais, claro que enquadradas em cada caso de referência, o acolhimento é realizado individualmente de forma a analisar cada histórico comportamental, há a elaboração do PTS, conforme a necessidade de cada paciente, levando em consideração as especificidades de cada usuário. Uma das coisas que eu mais observo é a carência desses usuários, a necessidade que eles têm de ser ouvido e ouvir as outras pessoas, de poder conversar e expor suas ideias podendo compartilhar. As oficinas que eles mais comparecem é exatamente com a psicóloga, que no exercício da terapia em grupo consegue que esse elo entre os pacientes aconteça.” (Entrevistado 6)

O fortalecimento da relação paciente e agente, implementada já no primeiro encontro, promove ao paciente a confiabilidade ou não no serviço oferecido. O preparo do agente na interação com o usuário, sua firmeza nas palavras e o acolhimento prestado pela instituição transcende na recuperação do usuário. Um serviço apresentado no primeiro momento de forma duvidosa afasta o objeto interessado do seu posto de referência.

Sabemos sobre a importância do receber e acolher, principalmente quando tratamos de pessoas em estado de transtorno mental, álcool e outras drogas, a maneira como esse paciente é inserido na Rede faz toda diferença no decorrer de seu tratamento. Assim também como a interação junto a família, quando é o caso em que o familiar consegue acompanhar o paciente até os CAPS.

“Idealmente o CAPS era para receber apenas os pacientes com transtornos mais graves, no entanto ele está se tornando meio que um ambulatório, vários pacientes vêm com o intuito de passar apenas pela consulta com o psiquiatra ou psicóloga, sem ter nenhum perfil de CAPS e nem de participantes de oficina, tanto é que temos mais de 800 prontuários de atendimento e desses nem ¼ são pacientes CAPS. Reflexo das dificuldades de acesso e capacidade de atendimento nos ambulatórios e na Atenção Básica de Saúde.” (Entrevistado 8)

O fato da quebra da Rede refere-se imediatamente ao problema apontado pelo Entrevistado 8, pois o objetivo do CAPS é substancialmente os casos com patologias mais agravadas ou em estado de agravo, são casos específicos que devem ser remetidos aos serviços especializados. Tal dificuldade foi verificada em vários pontos da Rede, cuja algumas percepções de interesse na mudança das mesmas foram verificadas.

Um dos principais pontos para que o tratamento se fortaleça trazendo um amplo benefício a melhora do paciente, é a presença constante de seus familiares, isso foi algo que ficou reafirmado em vários momentos das entrevistas realizadas por nós.

“O paciente quando é acompanhado pela sua família, a chance de sua recuperação é ainda maior. Sabemos que os vínculos familiares, no caso de pacientes com dependência em álcool e outras drogas são muito frágeis, e por diversas vezes já foram dilacerados. Assim quando percebemos um apoio dessa instituição família, é perceptível que as chances de dar certo é ainda maior.” (Entrevistado 6)

A consequência do encaminhamento dos usuários pelos seus familiares comprova a mudança cultural e social que vem sendo alcançada por esse novo olhar social, possibilitando a quebra dos muros da exclusão, de pessoas que poderiam nem ter sido diagnosticada com patologias que as remetessem aquele tipo de tratamento oferecido anteriormente.

“A dificuldade do entendimento social junto com a necessidade de entender o processo como tratamento estruturado e multidisciplinar é muito complicada. A gente sabe que muitos familiares tentam esconder que seus filhos ou parentes possuem algum tipo de dependência, e dessa maneira ficam protelando na esperança que eles se recuperem sozinhos, o que na grande maioria dos casos é impossível. A negação da própria família em assumir que existe um dependente químico na família trava a entrada dos futuros usuários do serviço. Por diversas vezes identifiquei a recusa da própria família em acompanhar os pacientes ao CAPSad III, por vergonha da sociedade que convive, por vergonha do atendimento das pessoas do seu ciclo social. Esse entendimento do dependente químico como

doente ainda é muito recente e por esse motivo há muitos entraves sociais ao redor dessas pessoas.” (Entrevistado 2)

De acordo com a análise acometida por Jessé Souza (2016, p.36) em Crack e exclusão social, “A esmagadora maioria dos usuários autodestrutivos do crack é construída socialmente pelo seu abandono secular e pela experiência de humilhação cotidiana que ela implica”. Esse diagnóstico feito por ele traduz a realidade vivida diariamente por agentes do CAPSad III, com uma vivência direta com esses dependentes, cuja base social e familiar demonstra esse desprezo em sua grande maioria.

OS PROBLEMAS VISUALIZADOS PELOS AGENTES DO SERVIÇO A SEREM MELHORADOS

Conforme foram visualizados em capítulos anteriores, a Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas é realizada a partir de uma Rede interligada ao Sistema Único de Saúde, e para que ela funcione de forma exemplar tem-se a necessidade que essa Rede esteja interligada em seus vários postos de encontro, dessa forma o questionamento feito à agentes participantes e formadores da mesma, foi relacionado ao seu pleno funcionamento. Um de nossos questionamentos levantados aos agentes foi sobre as principais falhas que precisariam ser melhoradas pelo sistema, do ponto de vista de seus interlocutores.

“Hoje nosso principal entrave é o matriciamento, a dificuldade maior é implementar o entendimento da Atenção Básica no contexto da Política Pública. É fundamental inserir a cultura de apoio aos usuários dessa Rede a partir desse primeiro contato, seja ele por inúmeros motivos: uma patologia mais simples, mas que está se agravando e merece a atenção pelos mesmos, ou ainda uma patologia que já foi diagnosticada de maneira muito avançada. Mas que seja percebida e acolhida imediatamente na Atenção Básica, pois o entendimento errôneo de que só os CAPS têm a responsabilidade sobre esses usuários está causando uma sobrecarga desnecessária nas unidades. Alguns pacientes não são CAPS, pois possuem patologias simplificadas, como início de depressão ou ainda um acompanhamento terapêutico como por exemplo de ansiedade. Nos CAPS os atendimentos são de grau mais elevado, ou seja, psicopatologias com grau mais avançado.” (Entrevistada 3)

Quanto ao Matriciamento ainda podemos entender através da entrevistada que...

“O caminhar do matriciamento deveria ser feito pelo departamento, mas como vimos que não iria acontecer e que nossos problemas com o aumento de pacientes ambulatoriais estavam com uma crescente e desenfreada demanda, tomamos a frente, juntamente com

os outros CAPS para que realizássemos esse matriciamento. De forma que já estamos iniciando essas capacitações, mesmo percebendo que a resistência das Unidades Básicas de Saúde de requerer a demanda para elas ainda seja um grande entrave.” (Entrevistada 3)

Em uma ocasião oportuna foi possível a nossa presença em uma dessas oficinas de matriciamento, dos 40 profissionais que deveriam ter comparecido ao treinamento apenas 16 profissionais estiveram presentes. Dentre os que compareceram nenhum médico ou psicólogo, a grande maioria dos participantes eram Agentes de Saúde. O que nos mostra a grande dificuldade enfrentada por essas equipes em conseguir atingir seu objetivo.

Outros problemas descritos por alguns agentes do serviço, é o adoecimento dos mesmos, pois com a alta demanda e a incapacidade de assimilar essa demanda está deixando as pessoas adoecidas, frustradas. Além de impotente ao perceber que a estrutura institucional não dá o suporte necessário para a continuidade do serviço. Principalmente quando se trabalha com um campo da sociedade que se encontra muito fragilizado, sabendo das suas demandas e sua incapacidade. A dificuldade com a não existência do CAPSi também é uma realidade.

A cultura impregnada por costumes anteriores, ainda são entraves que impede o acesso de muitos futuros usuários ao sistema, mas com o decorrer das transformações sociais, a procura pela Rede vai aumentar conforme a credibilidade que seja passada aos usuários. O que nos remete a necessidade de um apoio social prestado pelo Estado da maneira como a Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas preconizam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda podemos perceber que o aparato institucional se encontra defasado em vários pontos, seja pela sua composição estrutural, como também, pelo seu corpo de agentes participativos. Sua implementação necessita de todo um cronograma, que foi pensado e esquematizado, de forma a estruturar um regimento complexo, ao qual em especial a essa política, refere-se a passos que devem ser respeitados para que os objetivos sejam alcançados de forma positiva. A quebra desses dispositivos implica em falhas graves que resultam em experiências negativas que serão sentidas diretamente no âmbito social onde estão envolvidos seus usuários.

Precisa-se mobilizar mais agentes, assim como afetar a sociedade como um todo, tanto para romper com preconceitos oriundos da baixa ou falta de informação,

como para avançar no alcance de mais pessoas que necessitam desse cuidado. Esses pacientes por vezes nem sabe da possibilidade desse auxílio, ou o que é ainda pior, a família camufla a real necessidade deles.

O impacto gerado não só pelos pacientes com transtornos mentais, mais principalmente pelos usuários por dependência química na sociedade, já deveria fazer mover o interesse não apenas do setor público, mas de todos os setores e segmentos sociais. Constatamos avanços alarmantes na nossa sociedade, de usuários com dependência química e sem perspectiva de vida, o que agrava e torna difícil a reversão desse quadro. Por esse e outros motivos a sociedade precisa se unir e tentar mudar esse quadro de desinteresse por essa parcela social.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método das ciências naturais e sociais: pesquisa qualitativa e quantitativa**. São Paulo: Pioneira, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPES. Coordenação Geral de Saúde Mental, Alcool e Outras Drogas. Saúde Mental no SUS: **Cuidado em Liberdade, Defesa de Direitos e Rede de Atenção Psicossocial**. Relatório de Gestão 2011,2015. Ministério da Saúde: Brasília. Maio, 2016, 143 p.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de acolhimento como lugares da atenção Psicossocial nos territórios: orientação para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática**. - Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 48. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **As Conferências Nacionais de Saúde: Evolução e perspectivas**. / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2009. 100 p. (CONASS Documenta; 18).

_____. Ministério da Saúde. **III Conferência Nacional de Saúde Mental: Caderno informativo/Secretaria de Assistência à Saúde, Conselho Nacional de Saúde-1.ed.- Brasília Ministério da Saúde, 2001.**

_____. Ministério da Saúde. Relatório final da **II Conferência Nacional de Saúde Mental**. Coordenação de Saúde/ MS- Brasília- 1994.

_____. Ministério da Saúde. **I Conferência Nacional de Saúde Mental**: relatório final/ 8. Conferência Nacional de Saúde. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1988.

_____. **8ª Conferência Nacional de Saúde** – relatório final. Brasília: Ministério da Saúde, 1986.

_____. **Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. (Lei da Reforma Psiquiátrica). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2001.

_____. **Lei nº 8.743, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (Lei Orgânica da Assistência Social). Brasília, 7 de dezembro de 1993, 172º da Independência e 105º da República.

_____. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, da organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (Lei Orgânica da Saúde). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990.

CARDOSO, Antônio José Costa; TRINO, Alexandre; PEDRA, Marcelo e MEDEIROS, Pollyanna Pimentel. **Reforma Psiquiátrica e a Política Nacional de Saúde Mental**. Tempus, Actas de Saúde Colet, Brasília, 8(1), 57-63, março 2014.

CARNEIRO, N. G. Do modelo asilar-manicomial ao modelo de reabilitação psicossocial – haverá um lugar para o psicanalista em Saúde Mental? **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 208-220, junho 2008.

CORDEIRO, Joselma. Redes sociais e saúde. **REDES–Revista hispana para el análisis de redes sociales**, v. 12, n. 10, p. 1-17, 2007.

DEUBEL, Andre-Noel. **Políticas públicas**. Formulación, Implementación y Evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A história da loucura na Idade Média**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental. Bauru: dezembro de 1987.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 6.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas- S.A., 2007.

MELLAZO, Everaldo Santos. **Problematisando o conceito de Políticas Públicas**: Desafios à Análise e à Prática do Planejamento e da Gestão. São Paulo: Topos, Vol. 4, 2010. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2253>>. Acesso em: 18 agosto de 2016.

MORAES, Maristela. O modelo de atenção integral à saúde para tratamento de problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas: percepções de usuários, acompanhamento e profissionais. **Ciênc. Saúde coletiva**, vol 13, nº 1, Rio de Janeiro, Jan/Fev. 2008.

OLIVEIRA, Iris Maria. Assistência Social e Cultura do Atraso. **III Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luiz - MA, 28 a 30 de agosto 2007.

Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) e Organização Mundial da Saúde (OMS): A reestruturação da atenção psiquiátrica na América Latina: uma nova política para os serviços de Saúde Mental. **Conferência Regional para a reestruturação da Atenção Psiquiátrica em América Latina dentro dos Sistemas Locais de Saúde**. Caracas, 10990.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antônio. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.1, jan.-mar. 2014, p.15-35.

SECRETARIA DO ESTADO DA SAUDE DE RORAIMA. **Plano de Ação da Rede de Atenção Psicossocial/RAPS- Roraima**. Resolução CIB/RR nº 70, 20de de novembro de 2013. DOE/RR N° 2171 de 03/12/2013.

_____. **Plano de Ação de Atenção Psicossocial- RAPS do Estado de Roraima e Municípios**. Portaria nº 352, de 02 de maio de 2014. Diário Oficial da União- Seção 01, nº 83, segunda-feira, 05 de maio de 2014.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 11-25.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez. 2006, p.20-45.

SOUZA, Jessé (org.). **Crack e exclusão social**. Brasília, Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

ARTIGO

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA AGENDA PÚBLICA EM RORAIMA

INTRODUÇÃO

O planejamento e a efetiva execução de políticas públicas no Brasil tem sido um dos principais desafios dos gestores nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. Para garantir a viabilidade técnica e plena aplicabilidade dos projetos, é indispensável cuidar dos arranjos políticos e institucionais, os administradores públicos precisam considerar os fatores característicos de cada região e atender a pluralidade da cultura, as dimensões geográficas, condições estruturais, técnicas e dimensionar capacidade organizacional de cada órgão executor.

Ao mesmo tempo as instituições governamentais precisam ser transparentes na elaboração dos planos de investimentos, na formulação de ações que estejam em consonância com os parâmetros legais e com a efetiva participação da sociedade. E, assim, como em outras áreas de políticas públicas, a cultura também apresenta este desafio para o gestor, até mesmo por sua característica específica de aglutinar setores e concepções tão díspares de diferentes grupos sociais.

Dentro deste contexto, este artigo tem o objetivo de apresentar a visão dos conselheiros estaduais de cultura de Roraima em relação ao processo de formação da agenda pública de cultura e o seu diálogo com o Sistema Nacional de Cultura (SNC). O recorte temporal deste trabalho concentra-se a partir de 2016, ano de início do exercício da atual diretoria do Conselho Estadual de Cultura (CEC).

Ao falar sobre o planejamento e a execução de políticas públicas de cultura nota-se que no Brasil e em Roraima em especial, há um cenário de debates envolvendo

* Aluna do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. E-mail: selmar.01@gmail.com

** Professora do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. E-mail: maria.dias@ufr.br

*** Professora do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. E-mail: carla.monteiro@ufr.br

a temáticas das desigualdades sociais e dificuldades de acesso a recursos financeiros, número reduzido de técnicos capacitados na área de gestão pública, associado a uma quase absoluta indefinição política da cultura como direito e prioridade de governos.

O Conselho Estadual de Cultura de Roraima (CEC), criado pela Lei nº. 055, de 09 de dezembro de 1993, é um colegiado de deliberação coletiva, de âmbito consultivo, fiscalizador e deliberativo, vinculado à Secretaria de Estado de Cultura de Roraima (SECULT/RR), na condição de órgão de assessoramento. De acordo com o Regimento Interno do CEC tem por finalidade assegurar e orientar as ações de políticas culturais em matéria de planejamento do Estado. (RORAIMA, 2014)

A relevância de pautar a temática da cultura neste artigo é por sabermos pouco ainda de como tem sido a experiência após a adesão ao SNC no âmbito estadual e como ocorre os processos decisórios de formação da agenda pública de cultura, quais os atores sociais e fatores que impulsionam as demandas e prioridades da agenda governamental.

A TEORIA DA FORMAÇÃO DA AGENDA PÚBLICA DE CULTURA

Cada sociedade tem suas leis e formas de resolver os assuntos de ordem coletiva e individual, formando um sistema onde os pactos sociais refletem exatamente o modelo de organização do Estado e de sua dinâmica política. A política de cultura é uma ação estratégica de governos que em tese expressam os anseios e demandas da sociedade para o desenvolvimento social. Ao investir e apoiar toda ação humana que de forma organizada reivindica espaço, valorização e garantia de direitos constitucionais o estado cumpre sua missão de devolver na forma de bens, serviços e incentivos parte do que arrecada de impostos e outras formas de recolhimentos que compõe o orçamento global.

Nos dias atuais a participação da sociedade civil torna-se componente fundamental nas boas práticas de gestão e de legitimidade nos processos de decisões públicas. Há vários espaços do exercício da cidadania, entre os principais, podemos citar as representações por meio dos conselhos de políticas públicas. Há também as câmaras legislativas, fóruns, associações de bairros e entidades profissionais, enfim, a Constituição de 1988 possibilitou vários mecanismos de escuta e gestão participativa.

Além dos mecanismos formais previstos, como por exemplo, os conselhos de políticas públicas, Neves (2008) explica que o processo de democratização a partir dos anos dos 80 possibilitou outros mecanismos de incentivo a participação social, que buscaram não somente democratizar o Estado, mas politizar a sociedade.

A autora chama atenção para a discussão do orçamento participativo que se tornou um instrumento eficiente de deliberação de políticas públicas na busca da cidadania em relação a forma de gestão antes da promulgação da Constituição Federal de 1988. “O que verificamos são tipos de participação que se acentuam na sociedade e moldam o associativismo e vão desenhando novas configurações sobre os tipos de participação com caráter bastante plural”. (NEVES, 2008, p. 19)

Essas novas configurações estão cada vez mais se tornando comum no tange a participação de cidadãos na gestão da política local, devido, as necessidades e imediatismo de algumas ações, em que as participações representativas, demandariam mais tempo para serem concebidas.

Milani (2008) explica que a participação se desenvolve por relações marcadas por conflitos, em que os atos dos atores políticos podem envolver uma série de interesses. “[...] tais como a autopromoção, a realização da cidadania, a implementação de regras democráticas, o controle do poder burocrático, a negociação ou inclusive a mudança progressiva de cultura política. (MILANI, 2008, p. 560-561).

Afirma ainda que a participação social cidadã pode ser configurada de formas de intervenção individual e coletiva. “[...] que supõem de redes de interação variadas e complexas determinadas (proveniente da qualidade da cidadania) por relações entre pessoas, grupos e instituições com o Estado”. (MILANI, 2008, p. 560).

Neste sentido, ao analisar a formação de uma agenda de política pública de cultura no Estado de Roraima, a partir da percepção dos conselheiros estaduais de cultura, faz-se necessário verificar de que forma as demandas se apresentaram, bem como o processo de elaboração de alternativas de políticas públicas e os fatores que permitiram o ingresso na agenda governamental. Diante disso, o referencial teórico baseia-se na teoria da formação da agenda pública, na perspectiva do modelo de John Kingdon, conhecido como Modelo de Múltiplos Fluxos, ou de Integração dos Fluxos. O Modelo dos Múltiplos Fluxos tem por objetivo investigar os mecanismos causais, relacionais e contextuais que influenciam a introdução de demandas na agenda governamental. De acordo com Capella (2005) este modelo é para compreender a dinâmica política e o papel desempenhado pelos atores na formulação da agenda pública. Assim este modelo considera as políticas públicas como:

[...] um conjunto formado por quatro processos que compreendem: o estabelecimento de uma agenda de políticas; a especificação de alternativas a partir das quais as escolhas vão ser realizadas; a escolha dominante entre o conjunto de alternativas disponíveis e, finalmente, a implementação da decisão. (CAPELLA, 2005, p.02)

Contudo, a definição de agenda pública apresenta várias terminologias. A autora Rua (2013) apresenta uma série de nomenclaturas que tem o mesmo significado:

A agenda – ou pauta – governamental, agenda política, agenda de decisões ou agenda de políticas públicas nada mais é que uma lista de prioridades, inicialmente estabelecida pelos governos, às quais eles devem dedicar suas energias e atenções. Essas prioridades comumente sofrem alterações com o passar do tempo, a depender de como é a dinâmica da política (*política*). O conceito de agenda é bastante importante, uma vez que os atores políticos lutam intensamente para incluir seus interesses nessa lista de prioridades com vistas a que constituam objeto da decisão política. (RUA, 2013, p.61)

O modelo Múltiplos Fluxos visa compreender as variáveis determinantes da agenda, que fazem com que determinado tema entre ou não como prioridade. A abordagem deste modelo destaca a centralidade das ideias, das interpretações e da argumentação no processo de formulação das políticas. (CAPELLA, 2005)

Para fins teóricos em relação a estrutura deste trabalho, utilizaremos as definições e especificações de agenda defendidas por John Kingdon que são:

Agenda Sistêmica ou Não Governamental ou Agenda de Estado é a lista de problemas políticos que preocupam diversos atores políticos e sociais, não se restringindo ao governo. Essa lista de temas pode preocupar a sociedade, o Estado e, até mesmo, o sistema internacional. [...] Agenda de Governo ou Governamental é aquela que reúne os problemas políticos só sobre os quais um governo específico – suas autoridades, seus assessores e indivíduos fora do governo [...] decide se debruçar. A composição dessa agenda depende da ideologia e dos projetos políticos e partidários daquele governo, da mobilização social, das crises conjunturais e das oportunidades políticas. [...] Agenda de Decisão é a lista dos problemas políticos encaminhados à tomada de decisão pelo sistema político [...]. Esses assuntos podem estar previamente na Agenda Governamental, ou não. (RUA, 2013, p. 61)

O modelo defendido por Kingdon explica que o processo de formação da agenda pública conta com a participação de diferentes atores políticos e com diferentes níveis de atuação. Estes atores são denominados de visíveis e invisíveis. Os atores visíveis são mais fáceis de serem identificados, estão na mídia e ocupam cargos públicos com mais visibilidade política. São eles: presidente da república, governadores, parlamentares, entre outros burocratas do alto escalão como os secretários de estado. (RUA, 2013)

Os atores invisíveis são aqueles que não são identificados de forma fácil e direta pela sociedade, aparecem muito pouco perante o grande público. Sua influência aparece durante a identificação dos problemas e demandas, são eles que geralmente encaminham as soluções e alternativas para a política pública. São os burocratas de

carreira, acadêmicos e consultores que atuam dentro ou fora do governo. (RUA, 2013)

A formação da agenda de políticas públicas segundo o Modelo dos Múltiplos Fluxos ocorre pela convergência de três fluxos, cada qual independente, com sua lógica e dinâmica. Os fluxos descritos neste modelo são: Fluxo dos Problemas, Fluxo das Políticas Públicas e Fluxo da Política. Para que o fluxo gere mudança é necessário que ao menos dois dos três fluxos se encontrem. “Esses fluxos representam contextos nos quais as [...] interações entre os atores políticos interceptam-se e articulam-se em torno de temas [...] ligados aos interesses políticos”. (RUA, 2013, p.66)

Conforme Rua (2013) o primeiro fluxo que trata dos problemas, busca analisar como as questões são reconhecidas como problema e passam a fazer parte da agenda. São elementos básicos desta corrente os indicadores, os eventos, as crises e o *feedback* das ações governamentais. O segundo fluxo que trata das políticas públicas, refere-se ao conjunto de alternativas e soluções apresentadas. Fazem parte deste fluxo as comunidades políticas geradoras de ideias, como os pesquisadores, consultores, assessores parlamentares, pessoas ligadas aos órgãos governamentais e não-governamentais.

O último fluxo defendido por Kingdon, trata da política e segue regras próprias, baseado na negociação e na barganha. São elementos deste fluxo: humor nacional, apoio ou oposição das forças políticas e mudanças de governo. (RUA, 2013)

A análise por meio dos três fluxos (problemas, soluções e político) possibilita conhecer as variáveis motivadoras de formação de uma agenda, tais como, os agentes, as ideias e os processos internos e externos das instituições e movimentos organizados.

O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA E SUA ORGANIZAÇÃO EM RORAIMA

A Constituição Federal de 1988 foi um marco na regulamentação das políticas públicas no Brasil, sobretudo nas garantias de direitos e de mecanismos de participação social. Os artigos nº 215 e 216 tratam especificamente dos direitos à cultura e em 2012, por meio da Emenda Constitucional nº 71 foi acrescido o artigo 216 - A, que prevê o Sistema Nacional de Cultura (SNC), como instrumento de gestão dessa política vigente.

A formulação do SNC tem como fundamento a institucionalização da política nacional de cultura em um processo democrático que envolve as três esferas da fede-

ração e a sociedade civil. O SNC é um instrumento de gestão que abrange a União, estados e municípios onde um conjunto de leis, normas e procedimentos pactuados entre o poder público e a sociedade organizam e viabilizam sua operacionalização.

A política nacional de cultura preconiza a busca e formulação de ações e de práticas de planejamento descentralizadas e participativas que estejam em consonância com os parâmetros legais e os anseios sociais. (BRASIL, 2012)

Para o desenvolvimento do Plano Nacional de Cultura (PNC) foram estabelecidas por meio da Portaria nº 123/2011, um total de 53 metas que deverão ser cumpridas até o ano de 2020. Dentre as diretrizes e as ações de incentivo à cultura previstas, a primeira meta prevê a implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) em 100% das unidades da Federação e 60% dos municípios. (BRASIL, 2012)

A partir de 2003, o Ministério da Cultura (MinC), passou a discutir com mais intensidade a institucionalização das políticas culturais em todo o território nacional por meio de conferências e outras articulações conduzidas pelas instituições públicas e movimentos envolvidos na área da cultura. Apesar dos parâmetros legais, ainda se percebe uma disparidade quanto aos estágios de efetivação do SNC, principalmente, nos estados e municípios localizados na região norte.

A REALIDADE DA ORGANIZAÇÃO DA CULTURA EM RORAIMA

A organização do Estado de Roraima com relação ao SNC tem como primeiro marco concreto a criação da Secretaria de Estado da Cultura de Roraima (SECULT/RR), nos termos da Lei nº 890, de 23 de janeiro de 2013 e a assinatura do Acordo de Cooperação Federativa pelo Governo Estadual, publicado no Diário Oficial da União (DOU), nº 74, seção 03, de 18 de abril de 2013.

Além da adesão ao SNC, até o presente momento, outros componentes constitutivos dos sistemas de cultura já foram institucionalizados em Roraima, tais como: Fundo Estadual de Cultura (FunCultura), pela Lei nº 983, de 26 de novembro de 2014, regulamentada pelo Decreto nº 19.793-E, de 22 de outubro de 2015 e do Sistema Estadual de Cultura do Estado de Roraima (SEC/RR), nos termos da Lei nº. 1033, de 22 de março de 2016. Ressalta-se que o Conselho Estadual de Cultura de Roraima (CEC/RR) já existia antes da adesão ao SNC, foi previsto pela Constituição do Estado de Roraima no artigo nº 161 e regulamentado pela Lei nº 55, de 09 de dezembro de 1993. Destaca-se que além do CEC, o município de Mucajaí é o único em relação aos municípios do Estado que possui formalizado o Conselho Municipal de Políticas Culturais.

De acordo com a Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional (SADI) do MinC, dos 15 municípios de Roraima, nove aderiram ao SNC. São os municípios de Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Cantá, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia e Uiramutã. Os demais municípios (Bonfim, Caracará, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luiz) apesar de terem assinado inicialmente o protocolo de adesão não conseguiram concluir as diligências burocráticas do protocolo de adesão ao SNC. (BRASIL, 2017)

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem quali-quantitativa, com o objetivo de obter informações acerca da percepção dos conselheiros estaduais de cultura de Roraima em relação ao processo de formação da agenda pública de cultura e o seu diálogo com o Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Quanto à técnica de coleta de dados, essa se compôs de questionários com seis questões, sendo quatro fechadas e duas abertas. A população-alvo da pesquisa foi os conselheiros do Conselho Estadual de Cultura (CEC), que compõem a diretoria do colegiado referente ao exercício 2016/2019. O CEC compõe-se de 11 membros efetivos, sendo cinco representantes do poder público e seis da sociedade civil. Participaram da referida pesquisa oito conselheiros, sendo quatro de cada representação. A aplicação do questionário ocorreu no dia 05 de setembro de 2018, na sede do CEC.

Além da aplicação dos questionários, foram realizadas nos sites do Diário Oficial da União (DOU) e Diário do Estado de Roraima (DOE/RR), em busca de leis e decretos relacionados aos elementos constitutivos do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e em sites dos veículos de comunicações locais, a fim de obter informações referentes às ações de organização da cultura como política pública em Roraima.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Antes de entrar no processo de análise dos dados, considera-se relevante explicar a composição e o processo de indicação do Conselho Estadual de Cultura de Roraima. O referido conselho tem em sua composição representantes das seguintes áreas: ciências humanas e naturais; patrimônio histórico e museológico; literatura; cultura indígena e popular; turismo; artes plásticas e visuais; música; comunicação e áudio visual e artes cênicas.

Os membros são escolhidos dentre as pessoas de notório saber, reconhecida expressão e experiência na área cultural. Dentre as 11 vagas, cinco são representantes do poder público e indicados pelo chefe do executivo estadual e seis são membros representantes dos segmentos culturais da sociedade civil organizada, selecionados por meio de processo eleitoral.

A partir deste cenário, permitiu-se conhecer os principais agentes sociais e políticos, bem como os fatores que impulsionam as demandas para a organização da política cultural no Estado e conhecer a avaliação dos oito entrevistados no que se refere aos avanços da formação e a execução da agenda pública de cultura em Roraima após a adesão ao SNC.

AGENTES SOCIAIS E POLÍTICOS INFLUENTES NA FORMAÇÃO DA AGENDA PÚBLICA DE CULTURA

Das opções apresentadas em relação aos agentes sociais e políticos influentes no processo de formação da agenda pública de cultura em Roraima, os entrevistados consideraram que o secretário estadual de cultura e de outras pastas e os conselheiros estaduais de cultura são os atores que mais influenciam nos processos decisórios da agenda governamental, representando um percentual 87,5% na opinião dos respondentes.

Em segundo lugar, com 75% de influência consideraram o governador, os artistas e produtores culturais. Com 62,5% mencionaram os técnicos e assessores da Secretaria Estadual de Cultura. Metade dos entrevistados, ou seja, 50% responderam que o Ministro da Cultura e seus técnicos, parlamentares e assessores do poder legislativo, prefeitos, secretários municipais tem um papel de encaminhar os problemas. Em percentuais menores, 25% consideraram a atuação do presidente como estratégica nesse processo pré-decisório das demandas. E um respondente indicou nas alternativas “outros” os professores como agentes que contribuem nesse processo.

FATORES (EVENTOS, AÇÕES E ATOS) IMPULSIONADORES DE DEMANDAS PARA A AGENDA

Nas considerações dos entrevistados com relação ao quesito que solicita a indicação dos fatores (eventos, ações e atos) impulsionadores das demandas da formação da agenda pública de cultura, 100% dos respondentes indicaram os pareceres emitidos pelo Conselho Estadual de Cultura como um fator incentivador. Em

segundo lugar, 75% consideraram as audiências públicas e os cursos de formação realizados pelas universidades, Ministério da Cultura (MinC) e outros órgãos como fomentadores das demandas.

Os seminários, encontros de cultura e reuniões realizadas entre o poder público e a sociedade civil foram indicados por 62,5% dos participantes. Já 50% dos conselheiros respondentes mencionaram os fóruns de cultura, eventos e reuniões com técnicos e consultores do MinC e a vontade política dos governantes e secretários de cultura e de outras pastas da administração do executivo estadual. Um total de 37,5% indicaram os relatórios das conferências estaduais de cultura, os indicadores e as reivindicações veiculadas na imprensa como fatores incentivadores.

SITUAÇÕES QUE INFLUENCIAM QUE DETERMINADAS DEMANDAS SEJAM PRIORIZADAS

Em relação à questão que trata da conjuntura política, 62,5% dos respondentes indicaram o clima político nacional e local, a pressão dos segmentos sociais e as iniciativas do poder executivo como motivos principais para a alta ou baixa prioridade de um tema na agenda governamental.

A metade dos entrevistados (50%) citaram como o segundo motivo que mais influencia os agentes públicos em relação a inclusão de demandas na agenda são: envolvimento de personagens e protagonistas da cultura local e projetos nacionais mobilizados pelo SNC.

Em seguida, 37,5% consideraram as iniciativas da comunidade com forte apelo social, projetos oriundos das instituições privadas ligadas a cultura tais como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Serviço Social do Comércio (SESC) e as mudanças administrativas no governo como desdobramentos decisivos para o ingresso e reconhecimento prioritário da demanda.

DIÁLOGO ENTRE O PODER PÚBLICO E A SOCIEDADE CIVIL

A política nacional de cultura vigente no país considera como fator determinante para a legitimação dos processos públicos, a participação e o diálogo entre o poder público e a sociedade civil. Um dos canais de comunicação desta relação é o Conselho de Cultura.

Do total de respondentes, 37,5% informaram que não há diálogo ou participação efetiva entre o poder público e a sociedade civil na elaboração e execução de

ações de cultura. Um percentual de 25% falaram que o diálogo raramente acontece de forma aberta e participativa e outros 25% indicaram que quando há interesses políticos, a agenda de cultura torna-se prioridade. E por fim, um percentual de 12,5% entende que ocasionalmente é aberto e participativo.

SOBRE OS AVANÇOS APÓS A ADESÃO AO SNC

Quanto as considerações da adesão do estado de Roraima ao SNC em relação aos avanços na formação e execução da agenda pública de cultura, 62,5% indicaram que houve algumas mudanças e 37,5% informaram que nada mudou. Entre as justificativas cinco entrevistados comentaram a sua resposta. Dos respondentes que informaram que houve algumas mudanças justificaram com o seguinte posicionamento:

Apesar do surgimento de alguns mecanismos dos sistemas municipais e estadual, na prática pouco mudou?. (ENTREVISTADO 01);
Muitos, não raramente, foram beneficiados com a Lei Rouanet. (ENTREVISTADO 02);
Até o momento não foi efetivamente implantado. (ENTREVISTADO 03);

No tocante dos que responderam que nada mudou com a adesão ao SNC, justificaram com a seguinte fala:

O Sistema Estadual de Cultura (SESC/RR) foi criado por lei, porém não é executado considerando que as orientações e a visão de ação sistêmica fazem parte das ações de planejamento da gestão pública de cultura. O SEC/RR existe de direito e não existe de fato. (ENTREVISTADO 04)
Ainda há pouca atenção, porém, há a promessa de melhorias no setor cultural. (ENTREVISTADO 05)

Observa-se que o conselho não conseguiu visualizar na prática os efeitos previstos nas diretrizes e objetivos do SNC a partir da adesão de Roraima.

AÇÕES VOLTADAS PARA A DIVERSIDADE CULTURAL EM RORAIMA

As diretrizes e os objetivos fundamentadores da política nacional de cultura tem como referência a Convenção sobre Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada pela Conferência Geral da Unesco em 2005 e ratificada pelo Brasil em 2007. A referida convenção tem o objetivo de proteger e promover a

diversidade das expressões culturais. Ela constitui como um instrumento legal “[...] quanto à criação, à produção, à distribuição e à difusão, bem como quanto ao acesso e à fruição de uma grande variedade de expressões culturais. (UNESCO, 2005)

Neste sentido, a última questão foi indagada se havia na agenda pública de cultura ações voltadas para a promoção da diversidade cultural. O posicionamento do conselho ficou dividido em 50% dos respondentes que consideraram que há atividades voltadas e 50% que informaram que não há atividades. Dos responderam que sim e justificaram a resposta comentaram: “Pelo menos, os diálogos acontecem”. (ENTREVISTADO 02); “Alguns editais já foram lançados para atender vários segmentos”. (ENTREVISTADO 03).

Dos que responderam e consideram que não há apenas dois apresentaram a justificativa a seguir:

Só fomentam as poucas e as mesmas ações. (ENTREVISTADO 01)

Não identifiquei programas, projetos e/ou ações que estejam presentes as questões ligadas à diversidade cultural no âmbito do poder público. Existem iniciativas independentes que lutam pelo reconhecimento e pela inserção de ações na agenda para uma política pública de cultura que reconheça e valorize a cultura em sua diversidade. (ENTREVISTADO 04)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho reflete a análise do processo de formação da agenda pública de cultura na visão dos conselheiros estaduais de cultura. A pesquisa ouviu oito dos 11 membros atuais do Conselho Estadual de Cultura. Outro fator considerado foi a paridade dos respondentes, sendo quatro oriundos do poder público e quatro representantes do segmento sociedade civil.

De acordo com o Modelo dos Múltiplos Fluxos o processo de estabelecimento da agenda é feito por atores visíveis e invisíveis que podem atuar nos três fluxos de análise: problemas, políticas públicas (alternativas e soluções) e política. Pela aplicação dos questionários os atores visíveis que mais exercem poder de influência no encaminhamento das demandas são o secretário de cultura e de outras pastas do poder executivo, os conselheiros de cultura, o governador e os artistas. Em contrapartida, os agentes invisíveis mais considerados na pesquisa são os técnicos e assessores da Secretaria de Cultura, ou seja, as pessoas que atuam nos bastidores, exercendo o papel de identificar, sensibilizar e caracterizar as alternativas e soluções da política. Os atores tanto os visíveis como os invisíveis são denominados por Kingdon como os empreendedores políticos, capazes de investir seus recursos de tempo e poder para

a concretização de uma proposta de política pública dependendo do interesse ou da pressão social.

Observou-se no fluxo do problema que os pareceres do Conselho de Cultura podem ser indicadores norteadores de um fenômeno relacionado as demandas da política. As reuniões entre o poder público e a sociedade civil são identificadas como eventos focalizadores que chamam a atenção dos formuladores de políticas e são um *feedback* fornecido pelos atores de dentro e fora do governo a respeito dos programas existentes.

O fluxo das alternativas e soluções apontam que os agentes sociais e políticos que atuam na função de assessores, técnicos da secretaria, artistas, consultores e conselheiros de cultura são os responsáveis pela discussão de questões que demandam ação governamental. São eles que no processo identificam a viabilidade técnica, a aceitação pela comunidade e os custos toleráveis para a inclusão da demanda na agenda.

O fluxo da política que analisa a dinâmica político-institucional apresentou o clima nacional e local da qual tanto o Brasil e o estado estavam favoráveis para que os problemas políticos fossem incluídos na agenda governamental. Outro ponto observado são as pressões dos segmentos sociais e as iniciativas de alguns projetos que estão na vontade política dos gestores do poder executivo ou quando as forças políticas organizadas expressam consensos sobre determinados temas e tornam-se momentos propícios para inclusão na agenda.

O estudo apresentou que a adesão de Roraima ao SNC cumpriu uma agenda nacional do governo executivo federal, na qual teve respaldo dos atores visíveis e invisíveis, no entanto, no decorrer do seu processo de implementação ainda não houve em âmbito estadual muitos avanços como o esperado.

No aspecto imediato da participação social notou-se que o diálogo entre o poder público e a sociedade civil ainda não ocorre de forma fluída e efetiva, acontecendo de maneira pontual em algumas situações. Quanto a promoção da diversidade cultural existe uma consciência e o conhecimento do amparo legal por parte dos atores internos e externos ao poder público, no entanto, essa demanda ainda não foi fortalecida como prioridade nos programas, projetos e ações existentes no executivo.

Entende-se que a forma como tratamos os interesses coletivos que estão em destaque nas políticas públicas de cultura demonstra nosso grau de clareza sobre o papel do Estado e nossa visão de como praticar o diálogo, construir consensos e dividir espaços com os mais diferentes atores que participam das decisões, sendo fundamental entender a participação não como atrelamento político a grupos e go-

vernos e nem como campo de batalhas políticas, ideológicas, eleitorais e pessoais onde as adversidades ocupam espaço precioso na agenda e as vezes inviabilizam a gestão das políticas.

A Política Nacional de Cultura do Brasil prima pela participação social para legitimação das ações públicas. Observa-se que um dos problemas a serem enfrentados nos dias de hoje é verdadeiramente independente de equipe de gestão ou grupo político, a execução de uma política de Estado. Havendo o comprometimento por parte dos gestores de promover de forma democrática e participativa a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, poderemos vivenciar na prática o direito à cultura, garantido pela Constituição Federal de 1988.

Conclui-se que diante da conjuntura política por qual passa o país, de inseguranças e baixa credibilidade dos poderes e gestores, vivenciamos nas altas esferas da República uma arena de medida de força política, onde aparentemente não há espaço para a formulação e consolidação de políticas públicas viáveis e compatíveis para cada realidade local, com repercussões e alterações do humor nacional e local frequentemente, se há falhas na pactuação das agendas de cultura, também há na sua efetivação.

Percebe-se na visão dos entrevistados grande expectativa quanto a qualificação e efetivação da agenda local de cultura, clareza quanto ao reconhecimento dos nós críticos, o papel e a força dos atores sociais envolvidos, a diversidade de públicos e suas demandas, e sobretudo o esforço dos mesmos em priorizar de forma mais justa as ações e projetos da cultura, entretanto, identificam a insuficiente fluidez no diálogo entre os atores como um dos principais desafios do processo de implementação da agenda pública de cultura no estado de Roraima.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012.

_____. **Emenda Constitucional nº 71, 29 de novembro de 2012**. Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 30 de novembro de 2012. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emenas/emc/emc71.htm > Acesso em: 29 mai. 2017.

CAPELLA, Ana C. N. **O processo de agenda-setting na reforma da administração pública (1995-2002)**. 2004. 234p. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. São Paulo, 2014. Disponível em < <https://pt.scribd.com/document/232380718/CAPELLA-Ana-Claudia-O-Processo-de-Agenda-setting-Na-Reforma-Da-Adminstracao-Publica-1995-2002>> Acesso em 29 jan. 2018.

_____. Formação da Agenda Governamental: Perspectivas teóricas. In XXIX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 19 – Políticas Públicas, 2005, Caxambu- MG. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2005. Disponível em < <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/29-encontro-anual-da-anpocs/gt-25/gt19-21/3789-acapella-formacao/file>> Acesso em 31 jan. 2018.

KINGDON, J.W. Juntando as coisas. In: SARAIVA, E; FERRAREZI, E. (Orgs). **Políticas Públicas**: coletânea. Volume 1. Brasília: ENAP, 2006. p. 225 -246. Disponível em < https://perguntasapo.files.wordpress.com/2012/02/kingdon_1995_agenda-formation.pdf> Acesso em 30 jan. 2018.

MILANI, Carlos. **O princípio da participação social de políticas públicas locais**: uma análise de experiências latino-americanas e européias. Rio de Janeiro, maio/junho.2008.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Sistema Nacional de Cultura**. Situação dos Estados no SNC até 23 de novembro de 2017. Disponível em<<http://www.cultura.gov.br/documents/1305219/1406425/2017.04.19+Situa%C3%A7%C3%A3o+dos+Estados+com+acordo.pdf/97a5ce8b-5fc8-4e48-bc79-29b93b2812f0>> Acesso em: 23 nov. 2017.

_____. **Sistema Nacional de Cultura**. Municípios com adesão vigente no SNC em 23 de novembro de 2017. Disponível em http://www.cultura.gov.br/documents/1305219/1406427/ADES%C3%95ES+COMPILADAS+_04.2017.pdf/073c2517-4ea6-43db-8b1f0-6f31d8248e41 > Acesso em 23 nov. 2017.

NEVES, Angela Vieira. **Cultura política e democracia participativa**: um estudo sobre o orçamento participativo. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

RORAIMA. **Lei nº. 890, de 23 de janeiro de 2013**. Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT); altera dispositivos da Lei nº 055, de 09 de dezembro de 1993; altera dispositivo da Lei nº 318, de 31 de dezembro de 2001; altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 499, de 19 de julho de 2005; altera dispositivo da Lei nº 622, de 20 de dezembro de 2007 e dá outras providências. Poder Judiciário do Estado de Roraima, Boa Vista, RR, 2013. Disponível em < <http://www.tjrr.jus.br/legislacao/index.php/leis-ordinarias/119-leis-ordinarias-2013/1132-lei-n-890-de-23-de-janeiro-de-2013>> Acesso em: 24 mai. 2017.

_____. **Lei nº 055, de 09 de dezembro de 1993.** Constitui o Conselho Estadual de Cultura de Roraima e dá outras providências. Poder Legislativo do Estado de Roraima. Boa Vista/RR, 1993. Disponível em: <<http://al.rr.leg.br/leis/>>. Acesso em: 24 mai.2017.

_____. **Decreto nº 17.086-E, de 03 de dezembro de 2014.** Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Cultura. Boa Vista-RR. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/81927549/doerr-03-12-2014-pg-2>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. **Decreto nº 19.793-E, de 22 de outubro de 2015.** Regulamenta o Fundo Estadual da Cultura – FUNCULTURA, instrumento de financiamento das políticas públicas de cultura do Estado de Roraima e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Roraima (DOERR), Boa Vista, RR, 2015. Disponível em < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/102939992/doerr-22-10-2015-pg-5>> Acesso em: 29 mai. 2017.

_____. **Lei nº. 1033, de 22 de março de 2016.** Institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado de Roraima e dá outras providências. Poder Judiciário do Estado de Roraima, Boa Vista, RR, 2016 Disponível em: <<http://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/leisOrdinarias/2016/lei%20estadual%201033%20%202016%220sistema%20estadual%20de%20cultura%20do%20estado%20de%20rr.pdf>> Acesso em 22 de maio de 2017>

RUA, M.G.; ROMANINI, R. **Para aprender políticas públicas: conceitos e teorias.** IGEPP. Volume 01, 2013.

UNESCO. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais.** Ratificado pelo Brasil pelo Decreto 485/2006. Disponível em <http://www.ibermuseus.org/wp-content/uploads/2014/07/convencao-sobre-a-diversidade-das-expressoes-culturais-unesco-2005.pdf>.>Acesso em 31 jan. 2018.

_____. **Agenda 21 da cultura.** Disponível em http://www.ufrgs.br/difusaocultural/adminseminario/documentos/arquivo/Agenda_21_da_Cultura.pdf. Acesso em 01 fev. 2018.

ARTIGO

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS NO PLANO DECENAL DE EXPANSÃO DA ENERGIA ELÉTRICA 2006/2015: ENERGIA E TERRITÓRIO

INTRODUÇÃO

A demanda por políticas públicas de oferta de energia elétrica no Brasil está ligada a concepção de desenvolvimento. Historicamente a expansão da geração e transmissão da energia elétrica no país atende a dois momentos da trajetória da discussão de desenvolvimento: a inserção da sociedade brasileira como economia industrializada, arquitetada nos anos 1930, na prática do consumo de massa que ganha forma nos anos 1950 e a integração na globalização econômica ocorrida na década de 1990. São duas as características deste processo: uma demanda por energia vinda diretamente do setor industrial, e o alto consumo de energia decorrente do fluxo de pessoas, mercadoria e informação. Também na década de 1990 a discussão sobre energia e desenvolvimento adquiriu uma nova demanda: a sustentabilidade.

Energia e meio ambiente formam um par conflituoso desde que a durabilidade dos recursos naturais de origem fóssil como o carvão e o petróleo, fontes geradoras de energia, foi contestada com repercussão internacional pelo relatório Limites do Crescimento, também conhecido como Relatório Meadows¹. Segundo este documento, se a população continuasse crescendo exponencialmente a Terra não teria recursos suficientes para suprir a demanda por combustíveis e energia elétrica para iluminação, transporte, comunicação e produção industrial.

* Doutoranda em História e Sociedade e pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, Colaboradora do Laboratório de História e Meio Ambiente – LABHIMA. Desenvolve a pesquisa O Brasil e o desenvolvimento sustentável: Estado e recursos naturais (1992 - 2012) com bolsa da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. (Processo 2016/23033-0). E-mail: peguimcn@protonmail.com.

** Livre-docente em História Ambiental pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, coordenador do Laboratório de História e Meio Ambiente – LABHIMA, orientador responsável pela pesquisa O Brasil e o desenvolvimento sustentável: Estado e recursos naturais (1992 - 2012) (Processo FAPESP 2016/23033-0). E-mail: martinezph@uol.com.br.

¹ MEADOWS, Donella H. [et ali] **Limites do crescimento**: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade; trad. Inês M. F. Litto. São Paulo: Perspectiva, 1973.

A poluição gerada pelos combustíveis fósseis e as pesquisas sobre mudanças climáticas trouxeram para o debate das relações entre Estados a questão de fontes de energia renováveis e não poluidoras. A publicação do relatório *Nosso Futuro Comum*, em 1987², e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a *Rio 92*, colocam aos Estados signatários dos acordos assinados no Rio de Janeiro o compromisso com um desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente suportável e socialmente equitativo³.

O primeiro plano do setor elétrico articulado com as leis e regulamentações sobre desenvolvimento sustentável no Brasil, construídas a partir de 1993, foi o Plano Decenal de Expansão da Energia Elétrica – PDEE 2006/2015. O processo de expansão das hidrelétricas proposto no PDEE ocorre em um quadro de transformação legal, com as leis 10.847 e 10.848, de 15 de março de 2004, que criam a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, retomam o planejamento estatal a longo prazo e regulam as parcerias público-privadas na geração de energia elétrica.

A expansão programada pelo PDEE para o decênio 2006/2015 incluía a entrada em operação das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, ambas no Rio Madeira e de Belo Monte, no Xingu. O território amazônico e as diversas sociabilidades nele coexistentes se encontraram então inseridas na dinâmica da apropriação do território e da decisão pelo seu uso a partir da retomada de um planejamento estatal de crescimento econômico com viés técnico-científico.

O foco deste texto são as políticas públicas para a geração de energia hidrelétrica que constam no primeiro Plano Decenal de Expansão da Energia Elétrica - PDEE 2006/2015. Nossa proposta é identificar e analisar a organização espacial destas políticas e a permeabilidade da demanda por políticas promotoras de desenvolvimento sustentável. Esse objetivo corresponde a duas tarefas específicas da pesquisa para doutoramento em História e Sociedade protocolada na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, com o título: *O Brasil e o desenvolvimento sustentável: Estado e recursos naturais (1992 - 2012)*, sendo estas tarefas:

- (2) Identificar as normas e orientações para o uso dos recursos naturais geradores de energia - água, biomassa e petróleo; estabelecidas na legislação brasileira, e (4) Reconstituir e analisar o uso dos recursos naturais geradores de energia brasileiros com especial atenção à forma como estes recursos são percebidos e avaliados pelo Estado, considerando-se a

² COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

³ O Brasil assinou os tratados da Convenção da Diversidade Biológica - CDB, da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, ratificou a *Agenda 21*, a *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*, a *Declaração de princípios sobre manejo, conservação e desenvolvimento sustentável de florestas e a Carta da Terra*.

visibilidade internacional do país e a sua atuação na elaboração de políticas de *desenvolvimento sustentável*⁴.

O marco teórico-metodológico da pesquisa é a História Ambiental que tem como objetivo formular problemas sobre as relações da sociedade com o mundo natural e realizar uma análise crítica sobre estas considerando o tempo da natureza, os modos como o ser humano se apropria e faz uso dos recursos naturais e as distintas percepções construídas por meio destas interações.

Nosso objetivo é compreender principalmente as formações sociais e econômicas e os agravos que estas formações desencadeiam no mundo natural⁵. Particularmente com a percepção (1) do processo de apropriação do mundo natural ao longo do tempo e (2) do impacto das ideias e políticas sobre o meio ambiente na organização da sociedade contemporânea⁶. Refletindo sobre as subversões do sistema elétrico brasileiro⁷ e as assimetrias do desenvolvimento sustentável⁸.

PLANO DECENAL DE EXPANSÃO DA ENERGIA ELÉTRICA – PDEE 2006 /2015

O Plano Nacional de Expansão da Energia Elétrica – PDEE foi formulado como previsto nas leis 10.847 e 10.848, de 15 de março de 2004 que definem o modelo institucional e os contornos técnicos do planejamento para o setor de energia elétrica. A elaboração recebeu o apoio da equipe da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE/MME e de técnicos das empresas do setor elétrico em Grupos de Estudos sob a coordenação da Empresa Brasileira de Pesquisa Energética - EPE. Para compreender a elaboração do PDEE precisaremos mapear o momento de criação da EPE.

A EPE foi criada durante o primeiro governo Luís Inácio Lula da Silva com a Lei 10.847, de 15 de Março de 2004. O momento que antecede a criação da EPE e a elaboração do Plano Nacional de Energia e do Plano Decenal de Expansão da

⁴ PEGUIM, Cássia. **O Brasil e o desenvolvimento sustentável**: Estado e recursos naturais (1992 - 2012). Projeto de pesquisa submetido à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Aprovado em Fevereiro de 2017. Processo FAPESP: 2006/23033-0

⁵ MARTINEZ, Paulo H. **História Ambiental no Brasil**: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006. p.19.

⁶ WORSTER, Donald. “Para fazer história ambiental”. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: 4 (8). 1991. p.202.

⁷ MORAL HERNANDÉS, Francisco del. **Oferta de eletricidade e combustíveis**: versões e subversões do sistema energético brasileiro. Tese (Doutorado – Programa de Pós-graduação em Energia). EP/FEA/IEE/IF da Universidade de São Paulo. 2011.

⁸ LOPES, Carlos. **Cooperação e Desenvolvimento Humano**: a agenda emergente para o novo milênio. São Paulo: UNESP, 2005.

Energia é de políticas públicas marcadas pelo neoliberalismo, privatização do setor elétrico, mas também por um impulso democratizante pós Constituição de 1988 e de pressão internacional para a elaboração de uma agenda ambiental pós *Rio 92*.

A reforma do Estado realizada durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2003), inclui leis de regulamentação do uso dos recursos naturais, como a Política Nacional de Recursos Hídricos (1997) e agências reguladoras como a ANEEL (1996/1997) e a ANA (2000). Esse aparato institucional regulou o uso dos recursos naturais e tem como função oferecer informações sobre a quantidade e qualidade da água.

A criação da EPE se enquadra na demanda descrita no *Princípio 9 da Declaração do Rio sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente*: capacitação endógena para o desenvolvimento sustentável com o aprimoramento da compreensão científica sobre recursos hídricos⁹. Quanto ao conteúdo programático descrito no documento *Agenda 21*, elaborado na *Rio 92*, o décimo oitavo capítulo, *Proteção da qualidade e do abastecimento dos recursos hídricos*: aplicação de critérios integrados no desenvolvimento, manejo e uso dos recursos hídricos, a criação da EPE corresponde a meta de promoção de políticas de desenvolvimento de recursos humanos e fortalecimento institucional no setor de pesquisas em recursos hídricos, dada aos Estados signatários da *Agenda 21*, entre eles o Brasil, uma vez que a matriz energética brasileira tem como base as fontes hídricas¹⁰.

Segundo Silas Rondeau Cavalcante Silva, então Ministro de Minas e Energia, na *Apresentação* do Plano Decenal de Expansão da Energia – PDEE 2006-2015:

o PDEE proporciona importantes sinalizações para orientar as ações e decisões relacionadas ao equacionamento do equilíbrio entre as projeções de crescimento econômico do país, seus reflexos nos requisitos de energia elétrica e no tocante à necessidade de expansão da oferta, em bases técnica, econômica e ambientalmente sustentável¹¹.

As ações e projeções apresentadas no PDEE têm qualidade, eficiência e eficácia como ideias-chave da proposta para o setor elétrico. Essas ideias foram direcionadas principalmente para o Sistema Interligado Nacional – SIN. O SIN foi criado em 1998 pela lei 9.648/98 como parte do pacote de reestruturação da Eletrobrás. Planejado como um sistema hidrotérmico, composto por uma rede de usinas de geração

⁹ DECLARAÇÃO do Rio sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. **Estudos Avançados**. 6 (15). 1992.

¹⁰ CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1992: Rio de Janeiro) **Agenda 21**. 3ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2001.

¹¹ BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica**: 2006-2015. Brasília: MME: EPE, 2006. Apresentação.

de fontes hídricas e térmicas, como biomassa, e uma ampla rede de transmissão interligando as regiões Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte. Em 2018, o SIN opera como um sistema hidro-térmico-eólico, devido a inclusão das usinas eólicas ao sistema.

Segundo o PDEE 2006/2015:

O objetivo do planejamento decenal da expansão do SIN consiste então, em se definir um cenário de referência para implementação de novas instalações de geração e transmissão necessárias para atender ao crescimento dos requisitos do mercado, segundo critérios de garantia de suprimento pré-estabelecidos, de forma ambientalmente sustentável e minimizando os custos totais esperados de investimento, inclusive socioambientais e de operação¹².

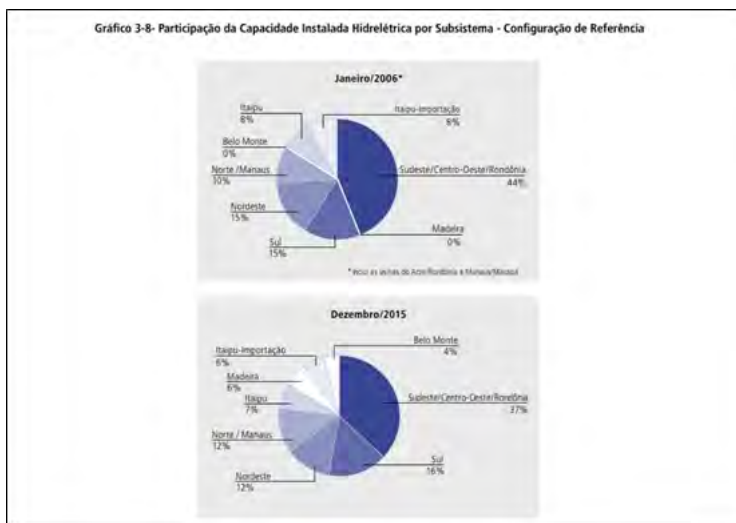
As projeções para o cenário macroeconômico se apresentam como foco. A partir dele se desdobram cenários para população e domicílios, grandes consumidores industriais de energia elétrica, autoprodução e conservação de energia.

EMPREENHIMENTOS DO PLANO DECENAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Geração e transmissão são dois eixos do PDEE, articulados à eficiência do SIN. O conteúdo programático do PDEE interfere diretamente na configuração das usinas e das redes de transmissão sobre o território atuando na desconstrução e reconstrução de dinâmicas populacionais e ecossistêmicas, reconfigurando o território. Observando-se a região Amazônica, a expansão programada pelo PDEE incluía a entrada em operação das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, ambas no Rio Madeira e de Belo Monte, no rio Xingu.

No gráfico que segue podemos observar algumas alterações na participação regional na formação da rede de hidrelétricas que compõe o todo da geração de energia hidrelétrica na matriz brasileira entre 2006 e a projeção para 2015.

¹² Op. Cit. p.19.



Fonte: BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica: 2006-2015. Sumário Executivo, p.46.

No gráfico acima observando as *porções* em sentido horário, podemos ver que havia uma previsão da redução da participação das hidrelétricas do Sudeste/Centro-Oeste e interligação com Rondônia, redução da participação do Nordeste e da energia importada por Itaipu Binacional. Na mesma direção destas reduções, previam-se o aumento da participação da Sul, da região Norte/Manaus e da incorporação das hidrelétricas dos rios Madeira e Xingu.

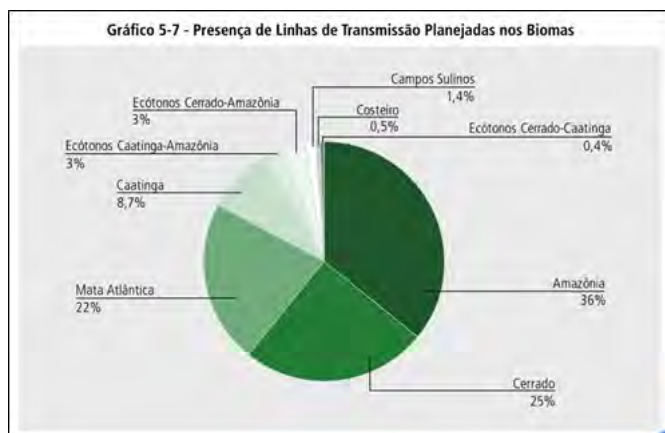
A construção deste reordenamento territorial do setor energético e sua relação com as hidrelétricas fica mais evidenciado quando passamos a observar os projetos para as linhas de transmissão do SIN. Vejamos a partir do trecho do PDEE transcrito abaixo:

O conjunto de projetos referenciais contempla os possíveis corredores de transmissão associados às interligações entre subsistemas regionais, aos futuros sistemas de integração ao SIN das novas fontes de geração e às linhas de transmissão de reforço ao suprimento aos estados. Destacam-se nesse conjunto, pela extensão das linhas de transmissão, os futuros sistemas de integração das usinas do rio Madeira, da usina de Belo Monte e seus respectivos reforços, bem como, a linha de transmissão Tucuruí – Macapá – Manaus.

Do total planejado para o horizonte decenal, estão previstos para o período 2011-2015, considerando todos os circuitos de cada sistema, 52 linhas de transmissão, com uma extensão de 17.750 km¹³.

¹³ Op. Cit. p.256

A configuração de referência para o sistema de transmissão planejado e sua distribuição pelos biomas brasileiros está apresentada na figura que segue:



Fonte: BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica: 2006-2015. p.259.

Segundo o PDEE, a concentração das redes de transmissão na região amazônica caracteriza-se pelo suprimento de energia elétrica por diversos sistemas isolados¹⁴. Os sistemas isolados são outra das facetas do setor elétrico brasileiro. O SIN começou a ser implantado a partir das bordas ou fronteiras da região Norte. No horizonte do PDEE 2006/2015 há a previsão de interligação de dois sistemas isolados, ou seja, que não recebem energia elétrica gerada nas usinas integradas ao SIN, sendo estes: Acre-Rondônia, passando a compor o subsistema Sudeste/ Centro-Oeste, a partir de janeiro de 2008 e o sistema Manaus-Macapá compondo o subsistema Norte a partir de janeiro de 2012¹⁵. Também previa-se as interligações Acre/Rondônia/Mato Grosso e Tucuruí/Macapá/Manaus a partir de 2008 e 2012 respectivamente, contemplando o atendimento a sistemas então isolados, na região amazônica¹⁶.

¹⁴ Op. Cit. p.259.

¹⁵ BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica:** 2006-2015. Sumário Executivo. p.34

¹⁶ Op. Cit. p.50

As usinas da região amazônica integrariam corredores de transmissão articulando quatro das cinco regiões do país. Como podemos ver na figura abaixo:



Fonte: BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica: 2006-2015.p.123

Até 2016 as atividades referentes aos Sistemas Isolados eram realizadas anteriormente pelo Grupo Técnico Operacional - GTON, ligado à Eletrobrás. Segundo o Operador do Sistema Nacional - OSN, atualmente, existem 246 localidades isoladas no Brasil, onde vivem cerca de 760 mil consumidores. A maior parte das 246 localidades isoladas do SIN está na região Norte, nos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá e Pará. Em Pernambuco a ilha de Fernando de Noronha e algumas localidades de Mato Grosso. Entre as capitais, Boa Vista (RR) é a única que ainda é atendida por um sistema isolado¹⁷. Destes sistemas Boa Vista representa o maior de todos, com uma demanda máxima anual da ordem de 200 MW¹⁸.

¹⁷ ONS. **Sistemas Isolados**. Disponível em: <http://www.ons.org.br/pt/paginas/sobre-o-sin/sistemas-isolados>. Acesso em: 13/11/2018.

¹⁸ EPE. **Roraima, planejamento energético**. Disponível em: epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/roraima-planejamento-energetico. Acesso em 14/11/2018.

Francisco Del Moral Hernandez, em *Oferta de eletricidade e combustíveis – versões e subversões do sistema energético brasileiro* (2011), observa:

Pela leitura dos planos mencionados e pela leitura das justificativas de cada grande projeto de infraestrutura energética nota-se que a dimensão regional, como parte integrante da “retomada do planejamento governamental”, pretende ganhar relevo. As particularidades regionais, tais como presença de localidades isoladas do sistema interligado, diferentes graus de adequação aos índices de universalização ao acesso à eletricidade, vocações regionais vinculadas à presença biofísica de recursos naturais, tendo como expressão e exemplo mais recorrente o imenso potencial hidrelétrico da Amazônia ainda inexplorado, são mencionados como elementos balizadores das opções e variáveis dos planos¹⁹.

No PDEE os aspectos socioambientais versam sobre a geração e transmissão. Se propõe a análise dos aspectos físico-bióticos e socioeconômicos das bacias com maior incidência de empreendimentos planejados²⁰. Segundo o PDEE, a análise socioambiental dos empreendimentos propostos objetivaria: “garantir a viabilização dos empreendimentos segundo os princípios da sustentabilidade ambiental, e, quando for o caso, sugerir ações para agilizar a viabilização dos empreendimentos no horizonte pretendido”²¹. A análise é apresentada como garantia de atendimento dos compromissos com o desenvolvimento sustentável ao possibilitar a redução de riscos e incertezas:

As análises socioambientais para o Plano consideram o conjunto de projetos de geração e transmissão previstos pelos estudos de expansão do sistema elétrico, destacando as questões mais relevantes com o objetivo de fornecer uma perspectiva do conjunto das interferências sobre o território nacional.²²

A questão da sustentabilidade das hidrelétricas se apoia na característica não fósil e não poluente do recurso natural utilizado, a água. Mas outros fatores decorrem da construção de pequenas e grandes centrais hidrelétricas, PCHs e UHs respectivamente. Os empreendimentos programados pelo PDEE para a incorporação no SIN são sobre UHs. Sobre os impactos destas usinas, Philip Fearnside observa:

Impactos das barragens incluem efeitos sobre os povos indígenas, como a perda de peixes e de outros recursos dos rios. Impactos do reassentamento de pessoas urbanas e rurais

¹⁹ MORAL HERNANDÉS, Francisco del. **Oferta de eletricidade e combustíveis: versões e subversões do sistema energético brasileiro**. p.131.

²⁰ BRASIL. **Ministério de Minas e Energia. Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica: 2006-2015**. p.239.

²¹ Op. Cit. p.236.

²² Op. Cit. p.237.

representam uma concentração do custo humano desta forma de desenvolvimento. Isto também é verdade em relação aos impactos sobre os moradores a jusante, que perdem a subsistência baseada na pesca e na agricultura na várzea. Impactos dos reservatórios sobre saúde incluem a proliferação de insetos e a metilação de mercúrio (transformação desse metal na sua forma tóxica). A perda de vegetação pode ocorrer não só por causa da inundação direta, as também pelo desmatamento por residentes deslocados pelo reservatório e por imigrantes e investidores atraídos para a área (inclusive pela construção de estradas até os locais das barragens) e o agronegócio viabilizado pelas hidrovias associadas às barragens. As barragens emitem gases de efeito estufa, o dióxido de carbono é imitado pela decomposição de árvore mortas por inundação e o óxido nitroso, e, especialmente, o metano são emitidos pela água nos reservatórios e da água passa através das turbinas e vertedouros²³.

Outro ponto de crítica é a garantia anual da oferta energética que as usinas previstas, segundo o PDEE, propiciariam. Hernandez observa que a instalação de hidrelétricas através da expansão da fronteira hidrelétrica na Amazônia, ao contrário do argumentando, agrava a questão da sazonalidade, ou seja, da oscilação natural entre chuva e estiagem ao longo do ano, já que a maioria dos projetos hidrelétricos propostos pelo PDEE envolveriam usinas a fio d'água com pouca capacidade de armazenamento em reservatório²⁴. Hernandez também traz para a discussão a existência de certa permeabilidade à interferência política nos planejamentos do setor energético que se manifesta regionalmente como recurso político ligado a permanências do populismo, clientelismo, tutela, concessão de favores, paternalismo, compadrios e *relações promíscuas* entre o poder público e o privado²⁵.

ACESSO, ESCASSEZ E ASSIMETRIAS DO SISTEMA ELÉTRICO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMINHO

Ao refletir sobre desenvolvimento sustentável no setor elétrico encontramos o caráter assimétrico dos projetos hidrelétricos e dentro deles as assimetrias socioambientais que se desdobram.

Retomando a *Agenda 21*, particularmente o Capítulo 18, *Proteção da qualidade do abastecimento de recursos hídricos: aplicação de critérios integrados no desenvolvimento, manejo e uso dos recursos hídricos* e a *Declaração do Rio*, que previa a criação de planos nacionais de uso eficiente dos recursos hídricos até o ano 2000 podemos analisar que: o Brasil criou

²³ FEARNSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos sociais e ambientais na tomada de decisões sobre grandes obras. Vol. 1. Manaus: Editora do INPA, 2015. p.288.

²⁴ MORAL HERNANDÉS, Francisco del. **Oferta de eletricidade e combustíveis**: versões e subversões do sistema energético brasileiro. p.123

²⁵ Op. Cit. p.131

e executou estruturas institucionais, instrumentos jurídicos, elaboração de planos nacionais sobre uso sustentável dos recursos hídricos em um processo que se iniciou com a elaboração da Política Nacional de Recursos Hídricos (1997) e com o Plano Nacional de Recursos Hídricos (2006), mas que atingiu o setor elétrico apenas nos anos 2000, com a promulgação da Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia (2001) e o PDEE 2006/2015²⁶. Postas essas características de um processo de institucionalização e elaboração de um aparato técnico, que dialogaram com algumas prerrogativas dos acordos assinados em 1992, vamos para as incertezas, que evidenciam as assimetrias.

Para observar esta característica vamos recuperar trecho do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, elaborado em 2006, contemporaneamente a elaboração e divulgação do PDEE 2006/2015

Se por um lado os projetos hidrelétricos contribuem positivamente para a equidade entre as gerações atuais e futuras, por usarem uma fonte renovável e limpa, mas, por outro lado, também contribuem negativamente para a equidade entre diferentes grupos e indivíduos e entre comunidades locais e regionais, pois estes são afetados distintamente por tais projetos²⁷.

Esse alerta nos aproxima do que Philipi Fearnside elencou e nos traz um exemplo de assimetria como tensão entre as prioridades das políticas macroeconômicas e as demandas sociais segundo Carlos Lopes²⁸. Se o acesso pode ser visto como uma medida de garantia de igualdade, o impacto da construção das usinas afeta distintamente indivíduos e comunidades locais e regionais, em uma relação desigual.

Hernandez observa:

O processo de formulação da política de oferta de energia entende o problema energético como um problema de escassez: se há falta de energia e combustível providencia-se mais. Uma espécie de fuga para frente, tendo a solução técnica e administrativa dentro do repertório de soluções já conhecido: o cenário futuro é o cenário presente expandido²⁹.

²⁶ As características mencionadas podem ser encontradas em *Agenda 21*. 3ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2001. Cap.18. Item 12 a. e na Declaração do Rio sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. **Estudos Avançados**. 6 (15). 1992. Princípio 10.

²⁷ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Caderno Setorial Geração de Energia Elétrica Brasília: MMA, 2006. p.19.

²⁸ LOPES, Carlos. **Cooperação e Desenvolvimento Humano**: a agenda emergente para o novo milênio. p.

²⁹ MORAL HERNANDÉS, Francisco del. **Oferta de eletricidade e combustíveis**: versões e subversões do sistema energético brasileiro. p.132.

Hernandez ainda indica que há aí uma subversão:

Quando aparece um problema, a realidade da vida cotidiana procura integrar o setor problemático dentro de um arcabouço de soluções pré-existentes. Este é o primeiro movimento de afastamento, de isolamento da atitude crítica³⁰.

Adiante acrescenta:

O processo expansivo e acelerado identificado até o momento se beneficia de mais um conteúdo recorrente e que o legitima para dar substrato à tomada de decisão: o aparecimento de crises cíclicas ou ameaças permanentes de crises de suprimento de energia³¹.

Assimetria mobilizada e perpetuada pelo estigma da crise. Podemos pensar essas assimetrias no campo das percepções construídas sobre o uso dos recursos naturais, no caso, as águas presentes na Amazônia e no Cerrado brasileiro, como podemos observar na figura dois, apresentada neste artigo, são recuperadas como solução, recorrendo-se ao caráter abundante dos recursos existentes naquele território frente a uma demanda gerada pela escassez em recorte nacional.

O Plano Decenal de Energia Elétrica – PDEE, como política para gestão e desenvolvimento do setor elétrico, trabalha com a crise, a escassez e abundância aliada a necessidade de segurança energética como matrizes para pensar a métrica dos recursos hídricos. No PDEE também observamos o caráter central da geração e da transmissão de energia no país com foco na expansão do SIN – Sistema Interligado Nacional a partir da incorporação de obras nas regiões Sul, Sudeste, Centro-oeste e Norte. A geração incidiria mais sobre o bioma amazônico e a transmissão impactaria este e o bioma cerrado. O alvo desta reordenação territorial era o abastecimento da região sudeste.

Ao longo desta leitura podemos observar que o PDEE 2006/2015 foi formulado como parte de um processo de regulação do uso dos recursos naturais com inclusão do conceito de desenvolvimento sustentável na legislação brasileira. No entanto, é necessário observar que estas legislações incorporaram a discussão sobre uma gestão dos recursos pautada na métrica destes, ou seja, na aferição da quantidade e na disponibilidade de seu uso, uma percepção técnica que pode não considerar a questão da qualidade do uso do ponto de vista socioambiental, mesmo que no momento de elaboração do PDEE 2006/2015 a *Declaração do Rio sobre Desenvolvimento*

³⁰ Op. Cit. p.133

³¹ Idem.

Sustentável e as pautas sociais que traz, como o referido *Princípio 10*, estivessem presentes na discussão institucional com a elaboração da Agenda 21 Brasileira em 2002.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica: 2006-2015**. Brasília: MME: EPE, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Caderno Setorial Geração de Energia Elétrica Brasília: MMA, 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1992: Rio de Janeiro) **Agenda 21**. 3ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2001.

DECLARAÇÃO do Rio sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. **Estudos Avançados**. 6 (15). 1992.

EPE. **Roraima, planejamento energético**. Disponível em: epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/roraima-planejamento-energetico. Acesso em 14/11/2018.

FEARNSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos sociais e ambientais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Vol. 1. Manaus: Editora do INPA, 2015. p.288.

LOPES, Carlos. **Cooperação e Desenvolvimento Humano: a agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: UNESP, 2005.

MARTINEZ, Paulo H. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

MEADOWS, Donella H. [et ali] **Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**; trad. Inês M. F. Litto. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MORAL HERNANDÉS, Francisco del. **Oferta de eletricidade e combustíveis: versões e subversões do sistema energético brasileiro**. Tese (Doutorado – Programa de Pós-graduação em Energia). EP/FEA/IEE/IF da Universidade de São Paulo. 2011.

ONS. **Sistemas Isolados**. Disponível em: <http://www.ons.org.br/pt/paginas/sobre-o-sin/sistemas-isolados>. Acesso em: 13/11/2018.

PEGUIM, Cássia. **O Brasil e o desenvolvimento sustentável**: Estado e recursos naturais (1992 - 2012). Projeto de pesquisa submetido à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Aprovado em Fevereiro de 2017. Processo FAPESP: 2006/23033-0

WORSTER, Donald. “Para fazer história ambiental”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: 4 (8). 1991.

ARTIGO

SUSTENTABILIDADE SOCIAL DO DIREITO À SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A ATUAÇÃO DO ESTADO A PARTIR DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INTRODUÇÃO

A década de 1970 representa um marco para a inserção da questão socioambiental nas agendas políticas globais. A partir deste período, a necessidade de preservação e conservação dos recursos naturais e a adoção de valores éticos e humanos começaram a ser vistos como pressupostos para a manutenção do globo e consequentemente da humanidade.

Neste contexto, o paradigma da sustentabilidade, o qual consoante Sachs (1986), compreende um conjunto de elementos para além da questão ecológica, quais sejam o social, econômico, cultural e geográfico, surge com o intuito de garantir a oferta de condições básicas de vida para a população, enfatizando a execução de políticas sociais efetivamente voltadas ao combate às disparidades existentes na sociedade, como uma estratégia fundamental.

Tendo como ponto de partida o viés da sustentabilidade social, o Estado brasileiro enquanto instituição responsável pela regulação das relações sociais, atua no enfrentamento às expressões da questão social, dentre estas, as situações de insegurança alimentar e nutricional, por meio da implementação de um conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais, vinculado às políticas sociais, com destaque à Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).

Mesmo cumprindo o previsto na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em relação à oferta de políticas sociais, as quais visam à efetivação dos direitos sociais, constata-se que em muitos momentos o posicionamento estatal apresenta-se favorável ao sistema capitalista em detrimento aos anseios da população

* Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail: lizabethgomes798@gmail.com

** Doutora em Biotecnologia pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente é docente do Departamento de Serviço Social e Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: deb.band@gmail.com

demandatária de serviços sociais públicos. Este cenário constitui-se dentre outros fatores, em função da incorporação do modelo de desenvolvimento sustentável à estrutura econômica e ao próprio Estado, estando a racionalidade econômica no centro das atenções.

Neste sentido, as estratégias de combate às situações de insegurança alimentar e nutricional e a própria intervenção técnica e propositiva de profissionais vinculados às políticas sociais brasileiras, dentre estes os assistentes sociais, sofrem prejuízos, haja vista a configuração de um Estado não democrático.

Dito isto, elencou-se como objetivo geral deste artigo, construído metodologicamente através de pesquisa bibliográfica e documental, analisar a sustentabilidade social do direito à segurança alimentar e nutricional a partir da atuação do Estado na Política Nacional de Assistência Social.

Demonstrar-se-á no primeiro momento a atuação do Estado sob o viés da sustentabilidade social, salientando a influência dos modelos do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável. Posteriormente, far-se-á uma explanação sobre a garantia do direito à segurança alimentar e nutricional a partir da PNAS (2004), e por fim, uma exposição das demandas ao trabalho dos assistentes sociais neste segmento.

A ATUAÇÃO DO ESTADO SOB O VIÉS DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL: CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA INFLUÊNCIA DO ECODESENVOLVIMENTO E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS POLÍTICAS SOCIAIS

O século XX, conforme sinaliza Bellen (2006), configura-se como um marco para a humanidade, haja vista a ocorrência de um conjunto de transformações em diversas dimensões, especialmente a científica e a tecnológica. Por outro lado, a intensidade deste crescimento, corroborou para a autodestruição do homem, em função do uso desenfreado de recursos naturais essenciais a sua sobrevivência.

Neste cenário, a partir da década de 1970, as reflexões em volta da proliferação dos problemas socioambientais começam a se consolidar, destacando neste período o surgimento de conceitos importantes na discussão acerca da sustentabilidade, sendo estes, o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável.

As reflexões ao redor da temática do desenvolvimento em suas diversas nuances culminaram na realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo no ano de 1972, a qual discutiu a disponibilidade dos re-

curtos naturais diante do crescimento populacional, tendo segundo Ribeiro (2001), como eixo basilar de suas discussões as contribuições do Clube de Roma.

Diante da repercussão dos resultados apresentados no referido evento, tem-se neste período o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, o qual consoante Bellen (2006), preconiza o desenvolvimento qualitativo para as gerações atuais e futuras, sem a destruição do meio ambiente. Considerando a magnitude das propostas por ele trazidas, rapidamente este modelo propagou-se na sociedade, entretanto, a partir do aprofundamento em volta dos seus reais significados, alguns questionamentos surgem e marcam a apresentação de um novo paradigma.

Como alternativa à concepção clássica de desenvolvimento, surge em 1973, o conceito de ecodesenvolvimento. Em consonância com Sachs (1986), os principais aspectos abordados por este novo modelo, incluem a articulação entre a educação, a participação, a preservação de recursos naturais e a satisfação de necessidades básicas.

O discurso do ecodesenvolvimento propõe assim, uma nova ética da natureza e uma solidariedade com as gerações futuras, em decorrência conforme Leff (2009), da assimilação do vínculo entre a problemática ecológica e o processo de desenvolvimento socioeconômico. Opondo-se à racionalidade econômica, o ecodesenvolvimento visa dar respostas aos problemas socioambientais de ordem internacional gerados pelo avanço do sistema capitalista.

O campo de ações do ecodesenvolvimento incorpora, portanto, a dimensão ambiental às políticas de desenvolvimento. De acordo com o entendimento de Leff (2009), a sustentabilidade enquanto novo paradigma busca harmonizar de forma articulada as dimensões ecológica, social, cultural, econômica e geográfica, sendo fundamental neste contexto, práticas efetivas de planificação dos governos, particularmente no âmbito das políticas sociais.

O fato de o modelo do ecodesenvolvimento ser compreendido como estratégia de base sustentável, não quer dizer em conformidade com Leff (2009), que este não foi ou não tem sido apropriado pelo sistema econômico, o qual atua claramente na capitalização da natureza.

O desenvolvimento sustentável na condição de modelo incorporado ao sistema capitalista global acompanhou o processo político de mudanças teóricas, técnicas e sociais e passou a ocupar um espaço privilegiado na agenda de discussões das questões socioambientais, haja vista as fortes críticas atribuídas ao ecodesenvolvimento, tido pelo grande capital como inimigo da globalização.

Mesmo com a assimilação da sustentabilidade, o desenvolvimento sustentável não deixa de estar vinculado a um processo econômico, o qual para Leff (2009) é responsável pela degradação da natureza, em muitos momentos irreversível, sendo os pilares da sustentabilidade utilizados por este modelo como forma de mascarar a contradição existente entre o ambiente e o crescimento do capital. Prova disso está no fato de a perspectiva neoliberal desconsiderar a acumulação do capital e as falhas do mercado.

No intuito de garantir a continuidade do processo econômico por meio da integração com a dinâmica ecológica e populacional, o paradigma da sustentabilidade surge como uma nova visão da humanidade, haja vista segundo Leff (2009), o reconhecimento a partir deste modelo, da função da natureza como suporte, condição e potencial do processo de produção.

Ao retratar as políticas sociais no âmbito da sustentabilidade, especialmente em seu pilar social, Leff (2009), enfatiza o debate das estratégias do ecodesenvolvimento com base nas questões socioambientais e nas críticas aos efeitos da racionalidade econômica. No entanto, observa-se o favorecimento do campo teórico, político e econômico no qual se discute a sustentabilidade, ao modelo de desenvolvimento sustentável, onde o capital vivencia sua fase ecológica.

Trazendo para o debate contemporâneo a perspectiva de sustentabilidade social da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN, 2010), são reconhecidos os entraves existentes em torno das reais possibilidades de implementação das mesmas frente às questões socioambientais.

Em conformidade com Chaves e Coelho (2014), em função do agravamento da crise socioambiental, a qual compreende dentre outras consequências, as situações de insegurança alimentar e nutricional, o discurso do desenvolvimento sustentável têm almejado substituir o conceito do ecodesenvolvimento, todavia, constata-se neste processo a perda do caráter crítico e operativo, considerando a dificuldade na elaboração de instrumentais práticos para a execução das políticas sociais.

Compreendendo do conforme Bellen (2006), a articulação da sustentabilidade social junto ao bem-estar humano e aos meios utilizados para a sua qualidade de vida, a oferta de serviços básicos configura-se como tarefa fundamental dos poderes públicos, enfatizando o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) previsto na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, 2006).

Partindo do entendimento de Sachs (1986), em volta da sustentabilidade social, a qual é referenciada a um processo de desenvolvimento capaz de promover a dis-

tribuição equitativa de renda, gerando assim, a diminuição das disparidades sociais, depreende-se o estado de segurança alimentar e nutricional da população enquanto pertencente a este pilar.

Contudo, observam-se a partir da análise entre a teoria e a prática das políticas sociais brasileiras, com destaque à PNAS (2004) e à PNSAN (2010), inconsistências a serem enfrentadas no campo da sustentabilidade, particularmente no reconhecimento da necessidade de relação saudável e não dominante entre o homem e a natureza.

Silva (2010) chama a atenção para o fato de a sustentabilidade social ser tratada na atual conjuntura através de políticas compensatórias, especialmente por meio de programas de transferência de renda, tais como, o Programa Bolsa Família (PBF) no caso brasileiro.

Isto porque, de acordo com Pereira (2008), historicamente o Estado realiza suas intervenções de modo político, visando atender as necessidades trabalhistas ou capitalistas. Neste contexto, as políticas compensatórias encobertas pelas políticas sociais, dentre estas, a PNAS (2004) e a PNSAN (2010), são utilizadas pelo poder público com a finalidade de exercer o controle político e ideológico sobre as classes sociais.

Diante disso, aponta-se para o Estado enquanto instituição constituída por interesses diversos, os quais segundo Pereira (2008) os obriga a administrá-los sem neutralidade, tendo em vista a sua configuração como instrumento da classe dominante. A arena de forças em que o estado e as classes sociais encontram-se inseridas não representa, portanto, uma sociedade democrática.

Nos dizeres de Vieira (2009), verifica-se na sociedade brasileira um nível elevado de afastamento do referido viés democrático, considerando dentre outros fatores, as situações de insegurança alimentar e nutricional de grande parte da população enquanto uma das expressões da questão social, frutos da distribuição não igualitária de renda, bem como do caráter não coletivo das classes sociais.

Deste modo, reconhecendo a existência de relação entre a pobreza em suas diversas variáveis e o meio ambiente, ressalta-se consoante Silva (2010), que a garantia do estado de segurança alimentar e nutricional da população, em especial, beneficiária de programas de transferência de renda, tais como, o (PBF), não depende apenas das políticas compensatórias. Isto porque, o recurso repassado nem sempre é suficiente para prover a alimentação regular e adequada, assim como grande parte das famílias continua sendo demandante de informações em volta do uso qualitativo destes recursos.

A partir do reconhecimento das dificuldades postas à efetivação do estado de segurança alimentar e nutricional, particularmente em decorrência da precariedade na execução de políticas sociais, salienta-se a primordialidade de alcance do desenvolvimento social e econômico sob a perspectiva da sustentabilidade, a qual demanda a adoção de princípios alicerçados na simbiose entre o homem e a natureza.

A GARANTIA DO DIREITO À SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL A PARTIR DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conceituar o estado de segurança alimentar e nutricional não é tarefa fácil, tendo em vista a quantidade expressiva de fatores a ele vinculados. O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), previsto na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), envolve de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2013), elementos relacionados ao acesso a alimentos, a quantidade e qualidade destes e até mesmo às condições de vida das pessoas.

Em consonância com o disposto na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, 2006), pode-se compreender este estado como:

“realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Diante da amplitude do conceito de segurança alimentar e nutricional, percebe-se a necessidade de articulação entre os elementos essenciais a sua efetivação, dentre estes, o acesso à saúde, educação, água potável, saneamento básico, renda, segurança pública e assistência social. Além disso, é importante ressaltar a primordialidade em executar serviços em conformidade com a realidade de cada território e/ou população, pois em determinadas ocasiões são necessárias intervenções específicas para garantir esse direito.

As situações de insegurança alimentar e nutricional enquanto vinculadas a um processo de desproteção social por parte do Estado, configuram-se como uma das mais profundas expressões da questão social, compreendida por Yamamoto e Carvalho (1995), citada por Santos (2012), como a manifestação na vida social, da contradição existente entre o proletariado e a burguesia.

Deste modo, a oferta de políticas sociais de fato comprometidas com o enfrentamento a essa e outras expressões da questão social torna-se fundamental. Neste

sentido, consoante Behring e Boschetti (2011), a introdução de políticas sociais no contexto brasileiro deve estar incorporada a lógica dos direitos sociais, os quais estão muito além de políticas compensatórias.

Uma das grandes estratégias executadas pelo governo brasileiro no combate à pobreza, a qual concentra dentre outros fatores, as situações de insegurança alimentar e nutricional e a dificuldade de acesso à renda, está representada na criação do Programa Bolsa Família (PBF) em 2003. A partir da unificação de 04 (quatro) programas de transferência de renda, a principal finalidade do PBF é promover melhorias nas condições de vida e de acesso a uma alimentação adequada às famílias mais pobres e vulneráveis à fome (PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2011).

Concebendo o PBF enquanto vinculado à Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), em função da sua perspectiva de acesso a direitos sociais, com destaque à alimentação regular e adequada, evidencia-se a sua relevância para as famílias brasileiras desprovidas de condições básicas para a sua reprodução social.

Isto porque, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), confere à assistência social o status de política pública, sendo regulamentada por meio da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993). Este importante direito social passou a garantir então, a universalização no acesso a serviços sociais, bem como a responsabilidade estatal.

Enquanto política integrante do tripé da seguridade social brasileira, com caráter não-contributivo, a qual visa efetivar o atendimento de necessidades básicas, particularidade esta que promove a sua vinculação junto ao paradigma da sustentabilidade, a assistência social está inserida no sistema de bem-estar social.

Atrelada a outras políticas sociais, com ênfase à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN, 2010), reconhece as demandas de seus usuários, dentre estas, as situações de insegurança alimentar e nutricional e atua no seu enfrentamento através de um conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais.

Enfatiza-se a oferta do PBF como um dos componentes deste conjunto de ações, principalmente no âmbito da segurança alimentar e nutricional, porquanto a desigualdade de renda representa um dos problemas centrais da sociedade brasileira segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2011).

Dados do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) apon-tados pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN,

2011), revelam que a renda transferida pelo PBF e a alimentação oferecida nas escolas públicas são atualmente as principais formas de acesso à alimentação para as famílias de baixa renda.

Outro indicador revela informações sobre os gastos das famílias referenciadas ao Programa. Na ocasião da pesquisa, as famílias participantes do estudo informaram utilizar cerca de 56% da renda oriunda do benefício com a alimentação. Além disso, foram identificadas melhorias no acesso e no aumento da quantidade e variedade de alimentos, cenário favorável às condições de segurança alimentar e nutricional.

Em contrapartida, verifica-se a elevação no consumo de alimentos industrializados e açúcares. Tal situação demonstra que o aumento do poder aquisitivo das famílias não tem sido acompanhado de escolhas alimentares mais saudáveis, realidade demandante de atenção por parte das gestões e equipes técnicas atuantes nas políticas sociais articuladas ao DHAA, em especial a PNAS (2004) e a PNSAN (2010).

Neste sentido, o CONSEA (2011), aponta para os desafios postos ao PBF em relação à consolidação do estado de segurança alimentar e nutricional na perspectiva do direito, os quais vão desde a necessidade de ajustes nos valores dos benefícios, visando a garantia de renda básica às famílias mais vulnerabilizadas, até o aprimoramento de ações informativas acerca do uso qualitativo do recurso, destinadas ao público do Programa.

Evidencia-se então, o papel fundamental exercido não apenas pelos profissionais nutricionistas, como também por assistentes sociais e demais categorias inseridas nas equipes técnicas dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), tendo em vista o contato direto destes com as famílias vinculadas ao PBF, tornando-se fundamental o fortalecimento das ações de segurança alimentar e nutricional no âmbito das referidas políticas sociais.

DEMANDAS AO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: O ACESSO À SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO DIREITO

O trabalho, enquanto atividade fundamental do homem, considerando a sua capacidade em satisfazer necessidades, bem como de outros homens, é evidenciado por Yamamoto (2006), como o meio de materialização do homem enquanto ser social, sendo esta característica responsável pela sua distinção em relação à natureza.

Diante desta reflexão, pontua-se a relevância do trabalho do assistente social no universo da segurança alimentar e nutricional, o qual se configura como direito

transversal às políticas sociais brasileiras, incluindo neste contexto a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), que atua diretamente junto a famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades e riscos sociais, tornando as intervenções deste profissional socialmente necessárias.

No âmbito do Serviço Social, compreendido enquanto trabalho crítico, propositivo e interventivo, torna-se relevante pontuar 03 (três) aspectos vinculados aos processos de trabalho do assistente social, sendo estes: o objeto de trabalho, os instrumentos de trabalho e o próprio trabalho, inserindo no debate deste terceiro aspecto o produto deste trabalho.

Retomando a abordagem em torno do objeto de trabalho do assistente social iniciada na seção anterior, Iamamoto (2006), refere-se à questão social em suas múltiplas expressões, dentre estas, as situações de insegurança alimentar e nutricional, as quais demandam a intervenção qualificada deste profissional. A pesquisa e o conhecimento profundo acerca da realidade social tornam-se então condições fundamentais ao exercício profissional pautado no enfrentamento das referidas expressões.

O campo da investigação social enquanto eixo privilegiado para o aprimoramento da qualificação e intervenção do assistente social configura-se segundo Iamamoto (2006), como instrumento essencial para a efetivação do Projeto Ético-Político da profissão. A dimensão investigativa no âmbito do Serviço Social representa uma condição importante durante o processo de formação e trabalho em decorrência do desafio de dar respostas às inúmeras expressões da questão social no contexto brasileiro, o qual possui particularidades políticas, econômicas, sociais, culturais, geográficas e ambientais diferentes dos demais territórios.

Quanto às situações de insegurança alimentar e nutricional do público atendido pelos profissionais de Serviço Social, o cunho investigativo em volta do reconhecimento das condições de vida e trabalho deste deve prevalecer com o intuito de contribuir para o acesso à alimentação adequada, especialmente a partir do favorecimento no acesso a programas e benefícios de transferência de renda, com destaque ao Programa Bolsa Família (PBF). O profissional deve buscar, portanto, o atendimento das necessidades individuais e alimentares especiais, bem como das práticas alimentares e hábitos culturais das famílias e dos diferentes territórios.

No que concerne aos instrumentos de trabalho do assistente social, Iamamoto (2009), ressalta para além de um conjunto de técnicas, uma visão ampliada, a qual perpassa por outros elementos, dentre estes o conhecimento, sendo este um meio de trabalho sem o qual o assistente social não consegue desenvolver suas atividades. Em conformidade com Iamamoto (2006), as vertentes teórico-metodológicas,

técnico-operativas e ético-políticas constituem bases fundamentais do trabalho do assistente social, pois por meio do conhecimento especializado é possível decifrar a realidade social e intervir de modo efetivo.

Com relação à importância do conhecimento nos processos de trabalho do assistente social, salienta-se que uma das lacunas relacionadas ao estado de insegurança alimentar e nutricional diz respeito justamente à ausência de empoderamento das equipes técnicas dos equipamentos socioassistenciais, nas quais os assistentes sociais encontram-se inseridos, em torno desta temática, especialmente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), atuantes na prevenção da ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais.

Verifica-se a necessidade de introdução e fortalecimento de atividades transversais à segurança alimentar e nutricional, utilizando como base, os próprios grupos de famílias e de convivência executados nos CRAS, todavia, este processo depende do conhecimento e vivência dos profissionais, sendo estes propiciados em parcela significativa pelas gestões.

Outro instrumento básico de trabalho do assistente social sinalizado por Iamamoto e Carvalho (1998), é a linguagem, considerada um importante meio de comunicação entre o profissional e o usuário. A forma de abordagem e a linguagem por ele utilizada devem então ser dinâmicas, haja vista as mudanças constantes ocorridas na realidade social, assim como os perfis e demandas diferentes dos sujeitos.

Neste sentido, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) não representa apenas uma ação isolada e/ou oriunda de demandas institucionais, e sim um importante instrumento de trabalho do assistente social, assim como de outros profissionais vinculados a políticas sociais brasileiras, a qual contribui com estratégias de promoção da alimentação adequada e saudável nos territórios.

As equipes técnicas dos CRAS, incluindo os assistentes sociais, ao identificarem a necessidade de trabalhar questões relativas à segurança alimentar e nutricional, abordando temáticas sobre EAN, podem e devem realizar articulações junto à rede socioassistencial e setorial existente no território de abrangência.

Para tanto, é fundamental à equipe técnica dos CRAS, da qual os assistentes sociais fazem parte, mapear parceiros no território como entidades de assistência técnica e extensão rural, instituições de ensino, sociedade civil organizada, entre outros, com o intuito de fortalecer a rede de proteção social, criando assim estratégias planejadas e articuladas de enfrentamento às situações de insegurança alimentar e nutricional.

A referida articulação faz-se necessária em função de os serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica (PSB), ofertados nos CRAS, promoverem ações de prevenção às situações de vulnerabilidades e riscos sociais e de acesso a direitos socioassistenciais. Nessa direção, a EAN, representa uma ferramenta para contribuir com o DHAA, por meio da reflexão de temáticas que estimulem a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis pelas famílias (MDS, 2013).

Segundo o MDS (2013), a partir do fortalecimento das ações de PSB no âmbito dos CRAS, busca-se orientar as populações referenciadas ao PBF e a outros programas e/ou benefícios de transferência de renda, em torno da utilização qualificada de seus recursos materiais, enfatizando o investimento concreto na alimentação adequada.

Diante desta perspectiva de trabalho articulada, apesar de o profissional não possuir todos os meios e/ou recursos materiais, financeiros e técnicos necessários para a realização de suas intervenções, haja vista a indisponibilidade das entidades empregadoras em determinados momentos, Iamamoto e Carvalho (1998), ressaltam a existência do contato direto entre profissionais e usuários como uma das ferramentas de efetivação de direitos sociais, apontando para a alimentação como um destes.

Por outro lado, mesmo dispondo de relativa autonomia no exercício profissional é relevante enfatizar que o assistente social depende da organização das instituições contratantes de seus serviços, especialmente o Estado, apontado por Iamamoto e Carvalho (1998), como um dos maiores empregadores de assistentes sociais no Brasil, considerando a gestão das políticas sociais. Pelo fato de o Estado ocupar o centro do poder político, este exerce um papel fundamental no processo de reprodução das relações sociais.

Dada a complexidade do processo de inserção do assistente social no espaço sócio ocupacional público, particularmente no âmbito das políticas sociais, Iamamoto (2009), pontua a realização do trabalho deste profissional de forma coletiva e não isolada. O Serviço Social ao lado de um conjunto de especialidades, com destaque à Nutrição, ao se retratar o acesso à segurança alimentar e nutricional como direito de cidadania, têm a possibilidade de oferecer respostas às demandas apresentadas pelos usuários.

Afirma-se segundo o pensamento de Iamamoto e Carvalho (1998), que o trabalho do assistente social possui nesta perspectiva valor de uso, em função de atender necessidades sociais, tais como, as situações de insegurança alimentar e nutricional vivenciadas pela população por ele atendida, tornando as suas intervenções profissionais socialmente úteis. Por outro lado, o valor de troca do trabalho do assistente

social também deve ser evidenciado, pois para satisfazer esta e outras necessidades sociais, este trabalho útil precisa ser trocado por algo equivalente, neste caso o salário.

Como terceiro aspecto participante desta discussão, tem-se o próprio trabalho, referenciado por Yamamoto (2006), enquanto atividade humana executada por sujeitos sociais, dotados de heranças culturais, éticas e morais, como também de conhecimentos técnicos e teóricos.

Consoante ao produto do trabalho do Serviço Social, mesmo não possuindo o status de ciência, Yamamoto e Carvalho (1998), não descartam a possibilidade e necessidade de o assistente social produzir conhecimentos científicos e consequentemente contribuir para o aprimoramento das ciências humanas e sociais.

Enfatiza-se neste contexto, o campo da segurança alimentar e nutricional como prova da articulação da profissão junto ao universo de outras categorias profissionais e temáticas ainda pouco exploradas pelo Serviço Social, sendo necessário o seu aprofundamento, porquanto o não acesso à alimentação regular e adequada configura-se como uma intensa expressão da questão social na contemporaneidade.

O trabalho do assistente social favorece ainda o acesso a condições materiais e sociais dos demandatários dos serviços por ele mediado. Na concepção de Yamamoto (2006), o Serviço Social tornou-se socialmente necessário em função de a atuação do assistente social estar vinculada a questões de sobrevivência social e material da classe trabalhadora, na qual ele encontra-se inserido.

Em outras palavras, este profissional não possui objetivos materiais, porque não produz mais-valia, porém, carrega valores sociais, tendo em vista a sua intervenção no campo do conhecimento, dos comportamentos, das culturas, dos modos de vida e trabalho da população, dentre outros (YAMAMOTO, 2006).

Considerando a redução e/ou mesmo erradicação de determinados índices de vulnerabilidades e riscos sociais, salientando os vinculados ao estado de segurança alimentar e nutricional, o trabalho de assistentes sociais e demais profissionais atuantes no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), requer interface com as demais políticas sociais, no sentido de mediar o acesso dos usuários a um conjunto de direitos sociais.

A intervenção profissional articulada no âmbito da segurança alimentar e nutricional pressupõe de forma primordial situar os indivíduos nas relações sociais, as quais em conformidade com o CFESS (2011), assumem papel determinante nas suas condições de vida, de modo a não responsabilizá-los por suas condições socioeconômicas.

Outro aspecto a ser pontuado diz respeito à mediação no acesso aos programas e benefícios de transferência de renda, dentre estes o PBF. A formação e experiência dos assistentes sociais oferecem subsídios interventivos para além do aparente, neste caso, para além da mera concessão à renda. Por meio de sua análise crítica acerca da realidade, este profissional apresenta condições de fomentar o debate sobre o papel da assistência social e das políticas sociais na garantia dos direitos sociais, além de desvelar as possibilidades e potencialidades no enfrentamento às expressões da questão social.

Seguindo esta linha de raciocínio, o produto do trabalho do assistente social no âmbito da segurança alimentar e nutricional não encontra-se articulado às formas de mais-valia. A partir da diferenciação entre os valores de uso e de troca, constata-se claramente a sua utilidade social, porquanto as suas intervenções no interior das políticas sociais diretamente envolvidas no processo de erradicação da pobreza e consequentemente efetivação do estado de segurança alimentar e nutricional, com destaque à PNAS (2004), objetivam melhorias nas condições de vida da população.

Para isto, o caráter coletivo de trabalho dos assistentes sociais no âmbito da PNAS (2004), precisa ser fortalecido, pois este não está desvinculado das lutas pela garantia de um Estado democrático, comprometido com os direitos da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no cenário brasileiro compreende avanços e desafios quanto à efetivação do estado de segurança alimentar e nutricional. A execução de políticas sociais intrinsecamente articuladas à garantia deste direito de cidadania, com ênfase à Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), representa um importante passo dado pelo Estado no sentido da ampliação e fortalecimento da rede de proteção social.

Por outro lado, mesmo a partir da oferta de ações, serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais, tais como o Programa Bolsa Família (PBF), o qual atua no combate à pobreza e na melhoria do estado de segurança alimentar e nutricional das famílias em situações de vulnerabilidades e riscos sociais, são reconhecidos os entraves postos à consolidação do DHAA.

Como foi visto em relação ao PBF, os valores repassados às famílias beneficiárias, bem como a fragilidade no processo de transmissão de informações acerca do uso coerente dos recursos por parte das equipes técnicas dos Centros de Referência

de Assistência Social (CRAS), as quais abarcam os assistentes sociais, configuram-se como grandes desafios a serem vencidos.

Neste cenário, gestões e equipes técnicas assumem papéis fundamentais, seja no planejamento estratégico de recursos destinados às políticas sociais e/ou no estabelecimento do compromisso em empoderar-se sobre a temática da segurança alimentar e nutricional, para assim orientar de forma mais qualitativa os mandatários de serviços sociais públicos.

Outro aspecto a ser evidenciado diz respeito à transversalidade das políticas sociais brasileiras, as quais em sua maioria se propõem a ser sustentáveis, no entanto, em função da força do desenvolvimento sustentável verificam-se muitas lacunas, especialmente no pilar social. As estratégias de enfrentamento às situações de insegurança alimentar e nutricional demandam fundamentalmente a articulação entre os órgãos vinculados a esta questão, principalmente no contexto brasileiro, o qual detém características particulares, territórios distintos e grupos populações tradicionais e específicos.

Dito isto, o alcance do estado de segurança alimentar e nutricional enquanto transversal às políticas sociais brasileiras configura-se como um campo estratégico para a atuação dos assistentes sociais, porquanto estes por seu cunho crítico, técnico e propositivo são capazes de desvelar alternativas de combate a esta e outras tantas expressões da questão social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004.

_____. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

_____. **Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Decreto nº 7.272 de 25 de agosto de 2010.

_____. **Cadernos de Educação Alimentar e Nutricional: o direito humano a alimentação adequada e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários**, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2013.

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de Sustentabilidade**: Uma análise comparativa. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. (Capítulos 1, 2 e 3).

CÂMARA INTERMINISTERIAL DESEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; COELHO, Maria do Perpétuo Socorro de Lima Verde. Desenvolvimento com Sustentabilidade: uma experiência de inovação social na Amazônia. In: CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; SANTIAGO, Jozane Lima. **Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia**. Manaus: FUA, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 12ª Ed. São Paulo: Cortez, 1998, p. 27-121.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 167-200.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: 2009.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009. (Capítulos 6, 7 e 8).

PEREIRA, Potyara. **Política Social**: Temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008. (Capítulos 3 e 4).

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986. (Capítulos 6, 7 e 8).

SANTOS, Josiane Soares. Elementos para entender a concepção e gênese da questão social. In: SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social**: particularidade no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Capítulo 1).

SILVA, Maria das Graças. As incomodas evidências da questão ambiental e as principais alternativas adotadas pelo Estado e pelas classes sociais. In: SILVA, Maria das Graças. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010. (Capítulo 2).

VIEIRA, Evaldo. Estado de direito e sociedade democrática. In: VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2009. (Capítulo 4).

Grupo de Trabalho n° 11

CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA SOCIEDADE PLURAL

ARTIGO

DESAFIOS VIVENCIADOS POR PROFESSORES DE CIÊNCIAS EM RELAÇÃO AOS ESTUDANTES IMIGRANTES VENEZUELANOS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE BOA VISTA – RORAIMA

INTRODUÇÃO

A educação é um processo social e indispensável e, seu acesso, não pode ser negado, mesmo aqueles que são provenientes de outros países, que muitas vezes migram por dificuldades socioeconômicas. Nessa perspectiva, o crescimento de imigrantes, especificamente no Brasil, intensifica os desafios educacionais.

Atualmente, o Brasil recebe inúmeros imigrantes oriundos da Venezuela, país este que enfrenta uma crise econômica, política e social, influenciando diretamente na qualidade de vida de seus habitantes. Como o Estado de Roraima faz fronteira com a Venezuela, tem sido a primeira escolha desses imigrantes, que diariamente chegam aos diversos municípios do Estado. Dentre estes, os mais procurados são Pacaraima e Boa Vista.

Segundo dados da Polícia Federal de Roraima (PF, 2018), aproximadamente, 57.000 venezuelanos entraram por via terrestre em Roraima. Estes imigrantes apresentam-se em vulnerabilidade social, inúmeras famílias venezuelanas vivendo em praças da cidade ou em abrigos com más condições de moradia e atendimento, crianças desnutridas e fora da escola.

Frente a esta realidade social de calamidade pública, surge a preocupação de conhecer como se dar a real inserção educacional de estudantes - em especial às aulas de Ciências - pertencentes a esta população na Rede Pública Estadual de Ensino, na cidade de Boa Vista, tendo em vista as diferenças idiomáticas e culturais.

A demanda por políticas inclusivas de imigrantes nas escolas brasileiras é um ramo escasso na Educação, tendo em vista que quando se fala em inclusão no Brasil,

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. E-mail: renata.breck@hotmail.com

** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. E-mail: karinny.anm@gmail.com

*** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. E-mail: ivonemedeiros@ifrr.edu.br

priorizam-se, argumentações sobre pessoas com necessidades educacionais específicas ou alunos com baixo rendimento socioeconômico, e não há política de inclusão para o ensino de estrangeiros.

Diante desta realidade, percebe-se a necessidade de realizar uma investigação que discutisse a problemática, dos imigrantes venezuelanos no Sistema Estadual de Ensino de Boa Vista, Estado de Roraima.

O interesse por esta temática despertou-se durante o período de realização do estágio curricular supervisionado II do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR/*Campus* Boa Vista, nas escolas estaduais de Boa Vista, nas quais foi possível observar um quantitativo elevado de estudantes venezuelanos matriculados no ensino fundamental II.

O presente artigo apresenta resultados preliminares da pesquisa de conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Conhecer os desafios vivenciados por professores de Ciências em relação ao atendimento de estudantes imigrantes venezuelanos na Rede Pública Estadual de Ensino em Boa Vista – RR.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Levantar os principais desafios vivenciados pelos professores de Ciências em sua atual condição de trabalho no atendimento de estudantes venezuelanos em sala de aula.
- b) Conhecer como as metodologias de ensino utilizadas pelos professores de Ciências contribuem para a inserção do estudante venezuelano nas atividades propostas.
- c) Identificar como ocorre o acolhimento dos estudantes venezuelanos nas escolas estaduais participantes desta pesquisa.

METODOLOGIA

A presente pesquisa tem uma abordagem qualitativa descritiva de levantamento, utilizando questionários e entrevistas como instrumentos de coleta de dados.

De acordo com Prodanov e Freitas, a pesquisa qualitativa:

[...] tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70)

Creswell (2010) ressalta que a pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. Neste método, não se utiliza dados estatísticos como centro do processo de análise de um problema, sem ter como objetivo principal numerar ou medir unidades. Os dados coletados, nessa pesquisa, serão descritos revelando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada.

A pesquisa qualitativa descritiva baseia-se em um levantamento em grupo ou em uma comunidade realizando o estudo aprofundado de um ou poucos objetos, por meio de questionário, entrevistas e/ou formulários (FACHIN, 2006).

O questionário consiste em um conjunto de questões que são submetidas a certo número de pessoas com o intuito de se coletar informações. Este deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções (FACHIN, 2006).

Segundo Lakatos (2003), a entrevista é o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversa de natureza profissional que pode ser utilizada na investigação social para a coleta de dados. Este instrumento de coleta apresenta vantagens por fornecer uma amostragem melhor da população geral, pela flexibilidade e por permitir maior oportunidade para avaliar atitudes e condutas.

POPULAÇÃO E AMOSTRA

Visando definir a população e a amostra desta pesquisa foi realizado um levantamento junto ao Departamento de Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação e Desporto (DEB/SEED, 2018) para identificar o quantitativo de estudantes imigrantes venezuelanos matriculados no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) nas 55 escolas estaduais localizadas em Boa Vista-RR.

A partir dos dados obtidos, foram selecionadas as 5 escolas estaduais que apresentam o maior índice de estudantes venezuelanos matriculados em 2018, a saber: Buriti, Caranã, Professora Francisca Élzika de Souza Coêlho, Professora Idarlene Severino da Silva e Professora Maria das Neves Rezende.

Nesse sentido, os questionários foram aplicados junto aos estudantes venezuelanos matriculados no ensino fundamental II nas respectivas escolas. E as entrevistas realizadas com os 5 professores que ministram o componente curricular Ciências.

Área de Estudo. Dentre as 55 Escolas Estaduais localizadas na zona urbana de Boa Vista, foram escolhidas as 5 que apresentam o maior índice de estudantes venezuelanos matriculados no Ensino Fundamental II de acordo com os dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Educação e Desporto de Roraima. São elas:

- Escola Estadual Buriti: situada à rua Antônio Pinheiro Galvão, 10001, Buritis, Boa Vista – RR. Acolhendo 34 estudantes venezuelanos.
- Escola Estadual Caranã: situada à rua Deco Fontelles, 758, Caranã, Boa Vista – RR. Acolhendo 28 estudantes venezuelanos.
- Escola Estadual Francisca Elzika de Coêlho: situada à rua Dom Pedro I, 1899, Mecejana, Boa Vista – RR. Acolhendo 24 estudantes venezuelanos.
- Escola Estadual Professora Idarlene Severino da Silva: situada à rua Belarmínio Fernandes Magalhães, 1584, Tancredo Neves, Boa Vista – RR. Acolhendo 61 estudantes venezuelanos.
- Escola Estadual Professora Maria das Neves Rezende: situada à rua Lindolfo Bernardo Coutinho, 464, Asa Branca, Boa Vista – RR. Acolhendo 43 estudantes venezuelanos.

INSTRUMENTOS DE COLETA

Como mencionado anteriormente, a coleta de dados será realizada por meio da aplicação de um questionário com perguntas fechadas junto aos estudantes venezuelanos – sujeitos desta pesquisa - a fim de colher informações precisas e confiáveis. Segundo Fachin (2006, p. 158) uma das vantagens do uso de questionários é o anonimato do pesquisado, em razão de sentir-se seguro em fornecer respostas mais verdadeiras.

Outro instrumento de coleta utilizado será a entrevista semiestruturada e exploratória, por ser uma técnica mais flexível, que será aplicada com os professores de Ciências que aceitarem participar voluntariamente desta pesquisa, visando a obten-

ção dos dados que interessam à investigação, uma vez que a entrevista é considerada uma forma de interação social.

A aplicação da entrevista terá por objetivo conhecermos a opinião dos professores de Ciências e averiguar como estes lidam com sua atual condição de trabalho para atender estudantes venezuelanos em sala de aula.

Para a execução desta pesquisa, serão adotados os seguintes procedimentos:

- No primeiro momento, será realizado um levantamento na Secretaria de Educação e Desporto de Roraima para identificação das Escolas Estaduais localizadas em Boa Vista que têm estudantes venezuelanos regularmente matriculados no Ensino Fundamental II em 2018;
- No segundo momento, será feito contato com as escolas pré-definidas da pesquisa, com o objetivo de obter anuência da gestão para execução da mesma;
- No terceiro momento, será elaborada a caracterização do campo empírico da pesquisa;
- No quarto momento, será mantido contato com os professores de Ciências, para apresentação do projeto e solicitação da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a realização da entrevista exploratória;
- No quinto momento, será aplicado questionário junto aos estudantes venezuelanos que aceitarem participar desta pesquisa.
- No sexto momento, os dados/informações coletados serão tabulados e posteriormente analisados à luz da Análise Textual Discursiva (ATD), sendo uma ferramenta de análise de dados em uma pesquisa qualitativa, de modo que o pesquisador construa uma realidade a partir das interpretações e compreensões dos participantes da pesquisa (MORAES & GALIAZZI, 2006).

CONCEITUAÇÃO DE MIGRAÇÃO

A migração é um fenômeno que se repete com variada frequência e intensidade ao longo da história. As causas podem ser diversas, como: invasões, fome, questões políticas, desemprego, mudanças sazonais, entre outras.

O movimento de pessoas, grupos ou povos de um lugar para o outro é considerado migração. Segundo o Dicionário Aurélio, migração é “deslocar-se para outro lugar, país ou região”. Migrante é, portanto, toda pessoa que se transfere de seu lugar habitual para outra área.

De acordo com o Art. 1º da Lei nº 13.445/2017, imigrante é a “pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil”, ou seja, imigrante é todo aquele que reside em um país estrangeiro.

Além da imigração, pode ocorrer também a migração em busca de refúgio. Todo aquele que correndo perigo precisa se deslocar de seu país de origem para outro é considerado refugiado. Para a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951), refugiado é a pessoa que “receando com razão ser perseguida em virtudes da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país que tem nacionalidade...”

ABORDAGEM LEGAL SOBRE O PROCESSO MIGRATÓRIO NO BRASIL

A migração de pessoas é um fenômeno frequente na história da humanidade e que se intensifica cada vez mais nos dias atuais, seja por questões políticas, socioeconômicas, qualidade de vida, entre outros motivos. Conforme a Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2008) mais de 200 milhões de pessoas vivem fora de seus países de origem.

Durante o Regime Militar na década de 80, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) buscava alterar a lei de migrações com enfoque na atração de força de trabalho qualificada. Seriam, preferivelmente, engenheiros, médicos e profissionais do setor de alta tecnologia. A ideia era que essa mão de obra viesse ajudar a impulsionar o desenvolvimento e crescimento econômico (EL UNIVERSAL, 2014; BRASIL, 2012). Entretanto, a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) procurava garantir os direitos dos migrantes através da elaboração de um Anteprojeto de Lei de Migração e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil.

As normas de concessão de cidadania e nacionalidade, no Brasil, são regulamentadas por corpos normativos: a Constituição Federal de 1988 e a Lei ordinária nº 6815, de 1980, popularmente conhecida como “Estatuto do Estrangeiro”, sendo este último, sucedido pela Lei de Migração, que assegura fundamentalmente ao imigrante o direito de entrar no país e não ser impedido por motivo de raça, religião, nacionalidade e opinião política.

Em 21 de novembro de 2017, entrou em vigor a Lei de Migração Nº 13.445, que substitui o Estatuto do Estrangeiro oriundo do regime militar que abordava a imigração do ponto de vista de Segurança Nacional.

A nova Lei propõe uma visão mais humanista dos direitos constitucionais, tendo como objetivo central a proteção de direitos humanos na temática das migrações.

Ao migrante é garantida no território nacional em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] Direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória. (ART. 4º, LEI DE MIGRAÇÃO Nº 13.445/2017).

A política de migração do Brasil assegura diversos princípios aos imigrantes, entre eles, destacam-se:

- III - não criminalização da migração;
- VI - acolhida humanitária;
- IX - igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares;
- X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;
- XVII - proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante (ART. 3º, LEI DE MIGRAÇÃO Nº 13.445/2017).

A legislação brasileira tem reconhecido o processo de imigração como lícito e propõe integrar os imigrantes a sociedade e garantir que ocorra exercício pleno de seus direitos e deveres.

A imigração dos venezuelanos para inúmeros países, inclusive o Brasil, devido às turbulências políticas, sociais e econômicas, chega aproximadamente a 1 milhão de emigrantes entre 2014 e 2017, de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2018), considerando-se como “êxodo” ou “crise migratória”.

Em Roraima, a imigração dos venezuelanos intensificou-se a partir do segundo semestre de 2016, com base nos dados da Prefeitura Municipal de Boa Vista (PMBV, 2018), a cidade recebe um número crescente de imigrantes, acolhendo 40 mil venezuelanos, equivalente a mais de 10% da população da capital de Roraima.

Os refugiados oriundos da Venezuela buscam, principalmente, fugir da fome, da instabilidade política que gerou uma alta inflação, e melhoria de vida para as atuais circunstâncias sociais vivenciadas.

Diante de inúmeras requisições de ajuda do Governo do Estado de Roraima, o Governo Federal decidiu reformular em 2018 a Medida Provisória Nº 820/2018 para acolher os cidadãos venezuelanos em situação de vulnerabilidade no Estado, decorrente da crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela.

As medidas de assistência emergencial para acolhimento dos migrantes incluem a priorização de políticas de proteção social, atenção à saúde, oferta educacional, garantia de direitos humanos, logística de distribuição de insumos, entre outras. Também será priorizada a mobilidade e distribuição dos estrangeiros no País, conforme desejo manifesto deles. (Câmara dos Deputados, Fevereiro de 2018).

Diante do exposto, observa-se que a Medida Provisória N°820/2018 ratifica os direitos dos imigrantes e reafirma a necessidade sistêmica integral do poder público, para proporcionar uma inclusão melhor de tais imigrantes no Brasil, em especial no Estado de Roraima.

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES IMIGRANTES NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A inclusão educacional é um direito dos cidadãos imigrantes, sendo assim, a escola deve garanti-lo além do ato da matrícula, ou seja, deve propiciar meios de assegurar a permanência desses estudantes dentro do espaço escolar, por ser o principal ponto de contato da criança estrangeira com o novo país, tem um papel privilegiado em sua inserção na cultura local.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), estabelece em seu Art. 53, “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. No entanto, para Aranha:

O processo de inclusão é um tema bastante complexo, trata-se da garantia de acesso de todos a todas as oportunidades, sejam quais forem as peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social. (ARANHA, 2001, p. 2).

O imigrante traz consigo suas referências, sua religião, seu idioma, seus costumes e, em alguns casos, como o da população venezuelana em Roraima, traz também características étnicas.

A instituição escolar tem uma atribuição fundamental, dado que é imprescindível ensinar o estudante a refletir em face do mundo adverso no qual vivemos, a considerar que a educação está além dos conteúdos programáticos. Todavia, na percepção de Senna (2008, p. 215), “a escola há muito tempo deixou de ser a fonte mais confiável de saber [...] Os saberes que povoam a escola hoje tornaram-se circunstanciais”.

A Convenção Internacional sobre a Proteção de Todos os Trabalhadores Migrantes e Seus Familiares (1990) estabelece que o “filho de um trabalhador migrante tem o direito fundamental de acesso à educação em condições de igualdade de tratamento com os nacionais do Estado interessado”. Desta forma, o acesso ao ensino não pode ser negado ou limitado nos estabelecimentos de ensino, como afirma o Art. 3, inciso XI da Lei n° 13.445/2017 onde o imigrante deve ter acesso igualitário e livre à educação.

INCLUSÃO E SOCIALIZAÇÃO

A escola é um ambiente onde diversos tipos de pessoas estão inseridas, desde os colaboradores até os estudantes, desta forma os Parâmetros Curriculares Nacionais (2001), ressaltam:

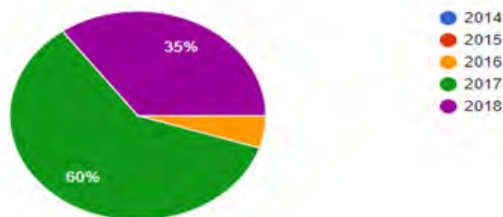
A escola, sobretudo a escola pública, costuma receber um público heterogêneo. Para muitas crianças, a escola é a primeira oportunidade de conviver com pessoas diferentes [...] Todos os alunos estão na sala de aula usufruindo do mesmo direito à educação. É excelente oportunidade para que aprendam que todos são merecedores de serem tratados com dignidade, cada um na sua singularidade (PCN, 2001, p. 119).

Segundo o Departamento de Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação e Desporto (DEB/SEED,2018) 743 estudantes imigrantes venezuelanos estão matriculados no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) nas 55 escolas estaduais localizadas em Boa Vista-RR.

Por meio de questionários aplicados aos estudantes imigrantes venezuelanos das escolas campo, verificou-se que entre os anos de 2016 e 2018 – conforme as ilustrações (1, 2, 3 e 4) – houveram a maior ingresso desses estudantes no ambiente escolar.

Ilustração 1: Ano em que os estudantes venezuelanos foram matriculados na Escola Maria das Neves

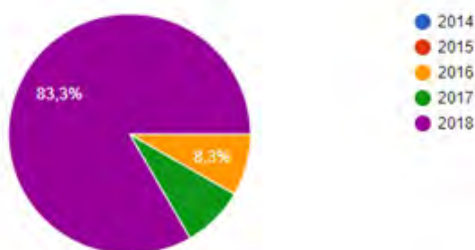
20 respostas



Fonte: Autores.

Ilustração 2: Ano em que os estudantes venezuelanos foram matriculados na Escola Bunitis.

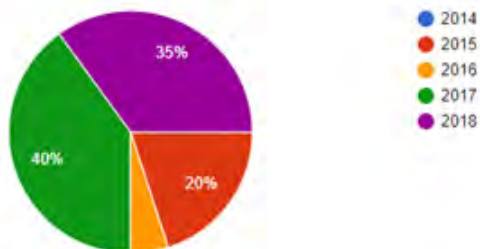
24 respostas



Fonte: Autores.

Ilustração 3: Ano em que os estudantes venezuelanos foram matriculados na Escola Francisca Elzika.

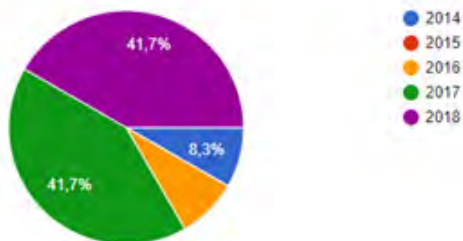
20 respostas



Fonte: Autores.

Ilustração 4: estudantes venezuelanos foram matriculados na Escola Estadual Idarlene.

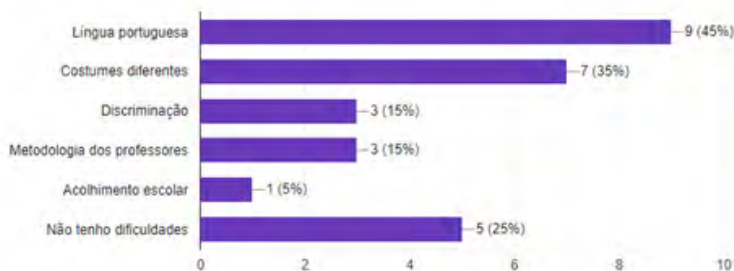
24 respostas



Fonte: Autores.

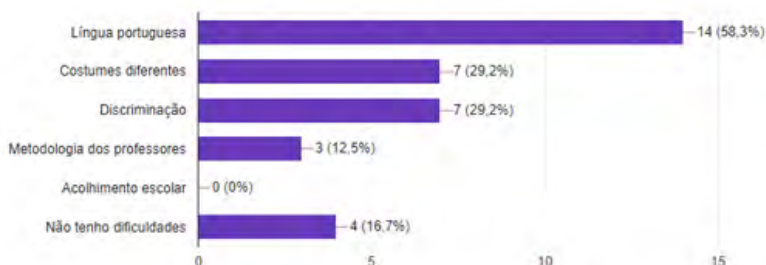
Os estudantes em estudo destacaram algumas dificuldades que interferem em sua inclusão na escola, tais como a língua portuguesa e os costumes diferenciados.

Ilustração 5: Dificuldades de inclusão dos estudantes venezuelanos na Escola Estadual Maria das Neves.



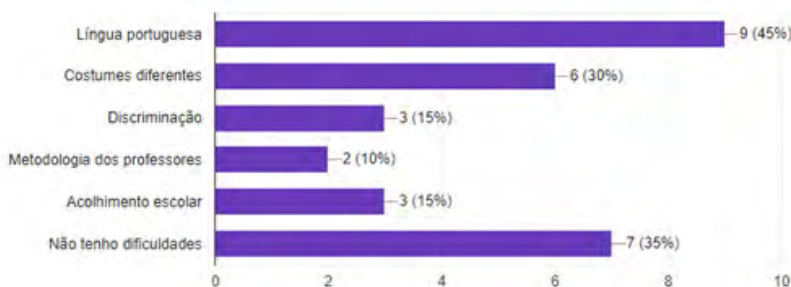
Fonte: Autores.

Ilustração 6: Dificuldades de inclusão dos estudantes venezuelanos na Escola Estadual Buritis.



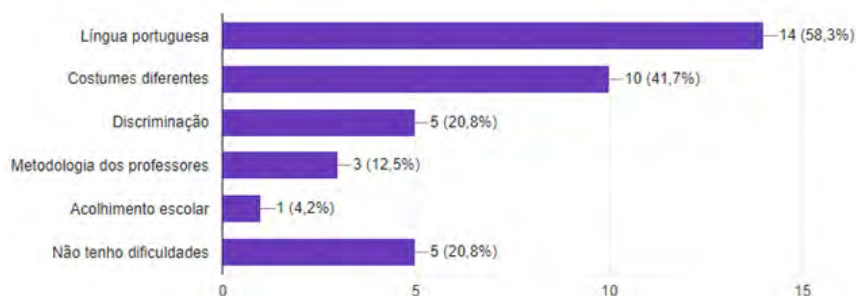
Fonte: Autores.

Ilustração: Dificuldades de inclusão dos estudantes venezuelanos na Escola Estadual Francisca Elzika.



Fonte: Autores.

Ilustração: Dificuldades de inclusão dos estudantes venezuelanos na Escola Estadual Idarlene.



Fonte: Autores.

Tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos estudantes venezuelanos, os professores das escolas campo relataram que buscam sempre alternar sua metodologia, para que desta forma ambos estudantes (brasileiros e venezuelanos) possam ser atendidos.

O professor da Escola Estadual Buritis afirma que possui um curso básico na língua espanhola e isso facilita sua comunicação com os estudantes venezuelanos, o mesmo faz o uso da língua sempre que necessário.

Na Escola Estadual Francisca Elzika o professor participante da pesquisa faz o uso, em suas aulas, de atividades praticas, pois através delas o mesmo garante que há uma maior socialização entre os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos migratórios no Brasil vêm acontecendo desde sua colonização por diversos países e, ainda, é frequente nos dias atuais, pois as pessoas buscam constantemente melhorias em sua qualidade de vida. Diante disso, a legislação brasileira reconhece o processo de imigração como lícito e propõe integrar os imigrantes a sociedade e garantir que ocorra exercício pleno de seus direitos e deveres.

A imigração dos venezuelanos para inúmeros países, inclusive o Brasil, devido às turbulências políticas, sociais e econômicas, chega aproximadamente a 1 milhão de emigrantes entre 2014 e 2017, de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2018), considerando-se como “êxodo” ou “crise migratória”.

Sabe-se que a inclusão educacional é um direito dos cidadãos imigrantes, sendo assim, a escola deve garanti-lo além do ato da matrícula, ou seja, deve propiciar

meios de assegurar a permanência desses estudantes dentro do espaço escolar, por ser o principal ponto de contato da criança estrangeira com o novo país, tem um papel privilegiado em sua inserção na cultura local.

Diante do exposto, nota-se que o imigrante traz consigo suas referências, sua religião, seu idioma, seus costumes e, em alguns casos, como o da população venezuelana em Roraima, traz também características étnicas.

De acordo com os dados obtidos até o presente momento, nota-se que um dos desafios enfrentados pelos professores de ciências que lidam com os estudantes venezuelanos na rede estadual de ensino é a falta de colaboração das instituições, no que se refere às políticas de inclusão dos estudantes imigrantes no contexto escolar.

Percebe-se que ainda há muito que se aprender e discutir sobre as dificuldades vivenciadas pelos professores de Ciências e pelos estudantes venezuelanos nas Escolas Estaduais de Boa Vista – RR, pois muitas inquietações só serão respondidas ao longo do amadurecimento desta pesquisa, que seguirá seu rumo e renderá novos frutos.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Dados sobre refúgio no Brasil**. Disponível: <<http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>>. Acesso em: 3 de março de 2018.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Inclusão Social e Municipalização**: Educação Especial. Marília, 2000.

BRASIL. Senado Federal. **Lei 13.445, de 24 de maio de 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>>. Acesso em: 16 de março de 2018.

CHARLEAUX, João Paulo. **Como o Brasil lida com a imigração venezuelana**. Disponível: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/02/14/Como-o-Brasil-vida-com-a-imigra%C3%A7%C3%A3o-venezuelana>>. Acesso em: 3 de março de 2018.

COSTA, Emily; BRANDÃO, Inaê; OLIVEIRA, Valéria. **Fuga da fome**: como a chegada de 40 mil venezuelanos transformou Boa Vista. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/fuga-da-fome-como-a-chegada-de-40-mil-venezuelanos-transformou-boa-vista.ghtml>>. Acesso em: 3 de março de 2018.

CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS (1951). Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/refugiados.htm>>. Acesso em: 16 de março de 2018.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Tradução Magda Lopes; 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA. **Novo Dicionário da língua portuguesa.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). **World Migration Report. 2008:** Managing Labour Mobility in the Evolving Global Economy. Geneva: IOM, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise Textual Discursiva: Processo reconstrutivo de múltiplas faces. vol. 12, n.1, p. 117-128. **Ciência & Educação**, 2006.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, **Convenção Internacional sobre a Proteção de Todos os Trabalhadores Migrantes e Seus Familiares.** 1990. Disponível em: <<http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/08/Conven%C3%A7%C3%A3o-Internacional-para-a-Prote%C3%A7%C3%A3o-dos-Direitos-Humanos-de-todos-os-Trabalhadores-Migrantes-e-Membros-de-suas-Fam%C3%ADlias.pdf>> acesso em: 26 de abril de 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Glossário sobre Migrações.** 2009. Disponível em: <<http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>>. Acesso em 28 de Abril de 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RORAIMA. Secretaria de Estado da Educação e Desporto. Departamento de Educação Básica. **Alunos Estrangeiros - 2018.** Boa Vista, 2018.

SCORCE, Carol. **Roraima, o epicentro da crise humanitária dos imigrantes venezuelanos.** Disponível em:< <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/roraima-o-epicentro-da-crise-humanitaria-dos-imigrantes-venezuelanos>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2018.

SENNA, Luís Antônio Gomes. Formação Docente e Educação Inclusiva. **Cadernos de Pesquisa.** vol. n. 138, p. 215. São Paulo. jan./abril. 2008.

Grupo de Trabalho n° 12

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES NA AMAZÔNIA

ARTIGO

**A IMIGRAÇÃO VENEZUELANA NO AMAZONAS:
DESAFIOS ÀS POLÍTICAS DE RECEPÇÃO E DE INSERÇÃO
SOCIOCULTURAIS**

INTRODUÇÃO

A Região Norte do Brasil tem sido um espaço marcado por intensa mobilidade de pessoas, seja na modalidade da migração transfronteiriça, particularmente, na Tríplice Fronteira entre o Peru, a Colômbia e o Brasil (Tabatinga, AM); entre o Brasil e a Bolívia, (Brasileia, AC); entre o Peru e o Brasil, (Assis Brasil, AC); entre o Brasil e a Venezuela (Pacaraima (RR): entre o Brasil e a República da Guiana (Bonfim, RR); entre o Brasil e a Guiana Francesa (Oiapoque, AP), ou ainda nas diferentes modalidades da migração internacional na Panamazônia, a qual atingia um montante em torno de 179,508 estrangeiros (ARAGÓN, 2013, p. 232). No entanto, com a chegada de haitianos, a partir de 2010 e, recentemente, de cubanos e venezuelanos, este número poderá ser muito maior.

Como parte do esforço de entender a dinâmica migratória na Região Norte, vale destacar o trabalho de grupos de pesquisas, entre eles o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA, da Universidade Federal do Pará; o Grupo de Estudos Interdisciplinar em Fronteiras-GEIFRON, da Universidade Federal de Roraima; o Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia- GEMA, da Universidade Federal do Amazonas; o Observatório das Migrações de Rondônia, da Universidade Federal de Rondônia e o Observatório do Platô das Guianas, da Universidade Federal do Amapá.

Entre os vários grupos de imigrantes que tem recebido a atenção de pesquisadores de diferentes instituições de pesquisa na Amazônia, destacamos o caso mais recente dos venezuelanos, cujo fluxo tem se intensificado na Fronteira Norte, a partir de 2013.

* Sidney Antonio da Silva é professor do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas- UFAM. É coordenador do Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia – GEMA, o qual integra a rede de pesquisa do INCT Brasil Plural.

Tal presença coloca em pauta a necessidade de implementar políticas de acolhimento e de inserção socioculturais voltadas para grupos de imigrantes em situações de vulnerabilidade.

Dados levantados por Jarochinski Silva (2017), apontam que em 2016 o número de ingressos e de saídas por Santa Elena do Uairén e Pacaraima ultrapassou cem mil pessoas, totalizando 103.831, dos quais 56.757 foram ingressos e 47.074 foram saídas, resultando num saldo de 9.683 entradas, aliás, um número pouco expressivo, se compararmos com os números divulgados pela imprensa local, em torno de 40 mil. A superestimação de dados pode ter um objetivo explícito, criar o fato político da “invasão” de “los Hermanos” no Brasil, sinalizando que é preciso controlar tais entradas. Seja como for, o fato é que em 2017, as entradas aumentaram e o saldo também, em torno de 21.983, um aumento de 100% em relação ao ano anterior, considerando o período de apenas nove meses.

No caso específico do Amazonas, segundo a Polícia Federal, em 2013 foram registradas 1.628 entradas. Já em 2014 temos um aumento expressivo com 9.320 registros, talvez em razão dos jogos da copa do mundo realizados em Manaus. Contudo, em 2015 tivemos 13.618 entradas, fato que pode estar relacionado ao agravamento da crise sociopolítica e econômica no país vizinho, a qual tem gerado a falta de abastecimento de produtos de primeira necessidade, como alimentos e remédios. Nesse sentido, o Brasil passou a ser uma das opções, em razão da proximidade geográfica, já que a emigração para países como os Estados Unidos, além do custo, tem sido mais difícil, pelo fato desse país ter aumentado o controle de cidadãos venezuelanos, como uma forma de oposição ao governo de Nicolás Maduro.

Na Fronteira com o Brasil, em Pacaraima (RR), eles solicitam o status de refugiado, alegando violação de direitos humanos na Venezuela, condição que os preserva do risco de serem deportados. Dados da Polícia Federal do Amazonas apontam que em 2017 foram 2.780 solicitações de refúgio em Manaus. Já em 2018, até o mês de junho já eram 3.500 pedidos. Segundo o Conselho Nacional para Refugiados - CONARE, em 2017 foram 17.865 solicitações de refúgio de venezuelanos no Brasil, número que sofreu uma expressiva alteração em relação a 2016, com 10.308 pedidos.

Importa lembrar que solicitar refúgio era a única forma de permanecer legal no Brasil, pelo menos, até a publicação da Resolução Normativa 126/17, a qual permite a residência no país por dois anos àqueles que tenham entrado no território brasileiro por via terrestre e seja originário de um dos países fronteiriços. O problema desta resolução são as taxas cobradas, em torno de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), consideradas altas para quem chega ao Brasil com recursos limitados. Porém, para

os que não podem pagá-las, é possível pedir a sua isenção através de uma declaração de hipossuficiência econômica.

Vale notar, entretanto, que para quem pede refúgio o maior problema tem sido o tempo de espera para ser atendido pela Polícia Federal local, cerca de 90 dias, fato que enseja apreensão entre eles, pois o protocolo de agendamento não lhes confere direitos, como tirar a carteira de trabalho e de ter acesso a serviços públicos. Outro desafio é esperar a decisão final do CONARE sobre a análise do pedido de refúgio, a qual pode demorar até dois anos.

Diferentemente daqueles que cruzam a fronteira com o intuito de buscar trabalho ou continuar seus estudos no Brasil, há também aqueles que a cruzam apenas para comprar alimentos básicos, como açúcar, óleo de cozinha, artigos de limpeza entre outros. O inverso também pode ser observado, ou seja, brasileiros cruzando a fronteira venezuelana para comprar gasolina, pois o preço compensa. Enquanto do lado brasileiro o litro de gasolina vale em média R\$ 4,00 reais, já no país vizinho, sai por 380 bolívares, o equivalente a 0,50 centavos de real. Outro movimento de brasileiros no país vizinho é o turismo na Ilha de Margarita, pois com o câmbio favorável aos brasileiros, esta atividade compensaria na Venezuela.

O perfil desta imigração não se diferencia muito do perfil das “migrações laborais”, pois em geral, eles são jovens, do sexo masculino e com uma escolaridade média. Dados do acolhimento da Pastoral do Migrante em Manaus, mostram um considerável aumento de venezuelanos na cidade, pois dos 292 atendimentos realizados em 2017, 152 eram daquela nacionalidade, ou seja, 50,2%. Tais dados revelam que eles são na sua maioria do sexo masculino, 60,6% e se enquadram numa faixa etária que vai dos 20 aos 40 anos de idade, isto é, 60,7%. Com relação à escolaridade, a maioria tem o ensino médio completo e uma parcela menor apresenta curso superior completo. Já em relação às profissões, há um leque de atividades bastante diversificado, abarcando profissionais da área da saúde, professores, engenheiros, trabalhadores da construção civil, cozinheiro, cabeleireiro, prestadores de serviços em geral, estudantes, entre outras.

Outro levantamento do perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana realizado em Boa Vista com 650 entrevistados (SIMÕES et al, 2017), apresenta semelhanças com os dados da Pastoral do Migrante de Manaus. Aquele levantamento apontou que se trata de uma imigração majoritariamente jovem, sendo que 72% dos entrevistados estão na faixa etária entre 20 e 39 anos de idade, predominantemente masculina (63%) e solteira (54%). São oriundos de diferentes regiões da Venezuela, embora eles se concentrem em três estados, entre eles, Bolívar (26%),

Monagas (16%) e Distrito Federal (15%). Vale notar que estes são os mesmos estados de onde provêm os indígenas Warao, fato que indica a importância das redes migratórias que são construídas entre eles. Com relação à escolaridade, 78% têm o nível médio completo e 32% o nível superior completo ou com a pós-graduação.

Já, em relação a situação jurídica no Brasil, 82% são solicitantes de refúgio, já que esta era a única possibilidade de permanência legal no país até a instituição da Resolução Normativa do Conselho Nacional de Imigração – CNIg, N. 126, de 02 de março de 2017.

A inserção no mercado de trabalho se dá, em grande parte, via trabalho informal, sendo que apenas 28% estão formalmente empregados. O setor que mais emprega é o do comércio, seguido pelo de serviço, de alimentação e da construção civil. A remuneração é bastante baixa, sendo que 51% dos trabalhadores (as) recebem menos de um salário mínimo e 44% entre um e dois salários. Ainda assim, grande parte deles utiliza seus rendimentos para enviar remessas à suas famílias na Venezuela, em torno de R\$ 100,00 a R\$ 500,00 reais, valores considerados baixos, mas que representam algo, considerando a desvalorização cambial do país vizinho. Outro levantamento de dados sobre a imigração haitiana no Brasil, realizado pelo Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia – GEMA, constatou que os valores enviados ao país de origem são semelhantes àqueles, bem como, a finalidade de sua utilização (BAENINGER, 2017, p. 137).

No caso dos venezuelanos indígenas da etnia Warao, um levantamento encomendado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), foi realizado sobre a situação deles, na fronteira (Pacaraima) e em Boa Vista (RR). O estudo coordenado por Simões et al (2017), aponta os desafios que a presença desses indígenas representa às políticas de acolhimento, já que é a primeira vez que um grupo significativo de imigrantes indígenas se faz presente na Região Norte. Nesse sentido, o grande desafio é construir políticas que levem em consideração suas especificidades culturais e a situação de constante mobilidade do grupo entre os dois países e dentro do próprio Brasil (SILVA, 2018).

DESAFIOS DO OUTRO LADO DA FRONTEIRA

Indígena ou não, do outro lado da fronteira, os problemas enfrentados por eles são semelhantes, a saber, a busca por trabalho, moradia, documentação, saúde, a continuação ou o início dos estudos, além de enfrentar preconceitos que poderão dificultar a inserção de ambos grupos no Brasil.

No caso dos indígenas da etnia Warao, pelo fato de estarem acampados ao lado da rodoviária de Manaus, no início de 2017, criou um fato político que desafiou as autoridades locais, seja em âmbito estadual ou municipal. Nesse caso, a intervenção do Ministério Público Federal (MPF), exigindo uma solução para o problema, foi decisivo para ensejar um processo de discussão para viabilizar o acolhimento deles na cidade, o qual, apesar dos limites, é tido pela ACNUR, como um exemplo a ser seguido por outras cidades brasileiras.

Em Manaus, eles foram acolhidos em caráter provisório, num abrigo que foi instituído e administrado pela Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS), em junho de 2017 no bairro do Coroado. Depois de seis meses de atividades, o abrigo encerrou suas atividades em janeiro de 2018. O local chegou a abrigar cerca de trezentos indígenas no seu início, mas foi diminuindo o número de atendidos, na medida em que eles partiram para outras cidades, como Santarém e Belém (PA). A ida para essas cidades se deve ao fato de que alguns Warao visualizaram a possibilidade de desenvolver suas atividades econômicas com maior liberdade, entre elas, a prática de pedir dinheiro nas ruas, atividade essa exercida por mulheres acompanhadas de crianças. Além dessa atividade, constata-se a fabricação e venda de artesanato e o comércio informal nas ruas, exercido pelos homens (SILVA, 2018, p. 248).

Além do Abrigo do Coroado, cinco casas foram alugadas pela Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos (SEMMASDH), em diferentes bairros da cidade, para abrigar os indígenas que já estavam na cidade e os que poderiam chegar no futuro. Entre os critérios que orientaram a escolha dos locais para a locação foram: a distribuição deles por grupos familiares e a proximidade de equipamentos públicos, como as unidades básicas de saúde. Segundo dados da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), dos quase seiscentos indígenas que passaram pela cidade, apenas cento e trinta e nove ainda permaneciam até o dia 25 de janeiro de 2018. Vale notar, contudo, que estes números mudam todos os dias, pois, assim como é possível constatar o desligamento de indígenas do serviço de acolhimento para migrar para outras cidades ou regressar à Venezuela, novos indígenas também podem ser inseridos nele, dado que indica a circularidade desta população migrante na Região Norte do Brasil.

Se, o acolhimento e a inserção destes imigrantes são um desafio às políticas públicas, para os estudiosos do tema tal fenômeno se coloca também como um desafio teórico, considerando as especificidades dos diferentes grupos de imigrantes, indígenas ou não. Entre as possibilidades de abordagem para esta migração, estão os conceitos de “fluxos mistos”, (JAROCHINSKI SILVA, et al, 2017), o qual ressalta a

necessidade de se tratar os fluxos migratórios a partir de suas especificidades e, não de forma generalizante, como o fazem os estados nacionais. Se, do ponto de vista jurídico e da proteção de direitos dos migrantes é preciso atentar para suas especificidades, como é o caso de solicitantes de refúgio, de asilo, migrantes econômicos e de trânsito, já do ponto de vista explicativo dos fatores que desencadearam tais fluxos, tal conceito não os explicita, apesar de sugerir que eles podem ser distintos.

Outra possibilidade de análise é o conceito de “migração de crise” (BAENINGER; PEREZ, 2017, p. 123), a qual “é socialmente construída na origem (...), mas também anuncia a crise migratória no destino, por meio dos regimes de controle migratório e das restrições à imigração”. Desse ponto de vista, na origem do fluxo migratório venezuelano um dos fatores conjunturais que tem influenciado a saída de milhares de venezuelanos é a crise econômica e política que afeta, sobretudo, a população mais pobre, em razão das altas taxas de inflação que coroe o poder de compra dessa camada da população. Porém, vale notar que a dificuldade de se ter acesso a remédios e os altos índices de violência, afetam também camadas médias da população venezuelana, embasando, desta forma, a ideia de “crise social”.

Já no país de “destino” ou de “passagem”, nesse caso, o Brasil, o que se observou foi a dificuldade encontrada pelo governo brasileiro no enquadramento jurídico desses imigrantes, obrigando-os a se utilizarem, ainda que inicialmente, da solicitação de refúgio como a única forma de proteção jurídica no país (JAROCHINSKI SILVA, 2017). Outro fator que corrobora a ideia de crise, são as dificuldades encontradas pelas autoridades locais para oferecer-lhes acolhida com um mínimo de dignidade, incluindo os indígenas, seja na fronteira (Pacaraima), em Boa Vista (RR), ou em Manaus (AM). Nesse caso, uma vez mais a presença de organizações não governamentais, religiosas ou não, tem sido decisiva nestas situações de “crise humanitária”, que aliás, se repetem no Brasil.

Uma questão que se coloca, tomando como referência esta abordagem, é o perigo da ideia de “crise” ser usada pelos estados nacionais envolvidos na migração como subterfúgio para suas ações ou omissões, em relação aos problemas enfrentados pelos imigrantes, já que esses passam a ser responsabilizados pelo “caos” que o fluxo migratório pode ensejar. Nesse sentido, a noção de “migração de crise” pode, por um lado, ser usada pelo país receptor como discurso político e ideológico para criminalizar os migrantes e, por outro, para justificar o possível “caos” gerado por eles e a ausência de políticas públicas de acolhimento, já que o “problema” sempre vem do outro lado da fronteira. Isso justifica, inclusive, o fechamento dessa aos imigrantes, ou ainda, o acesso a espaços públicos, como é o caso da praça Simão Bolívar

em Boa Vista, a qual foi cercada com tapumes, com a alegação de que passaria por manutenção.

Outro conceito presente nos estudos migratórios, o qual apresenta semelhanças com o anterior, é o de migração “forçada” (JAROCHINSKI SILVA, 2017). Nesse caso, atribui-se ao contexto sociopolítico e econômico um peso determinante na decisão de emigrar, pois em alguns casos, a vida do imigrante pode estar em perigo. Assim sendo, tanto no caso de “migração de crise”, quanto neste último, fatores estruturais predominam como elementos deflagradores dos fluxos migratórios, fazendo da emigração a única saída possível. O problema é para onde ir, já que, em geral, não é possível escolher o país desejado e sonhado, isto porque, tais países fecham suas fronteiras para determinados grupos de imigrantes. Nesse contexto de restrições, para os venezuelanos, a única saída tem sido migrar para onde ainda é possível, ou seja, para países vizinhos, como é o caso do Brasil, da Colômbia e do Peru, ou ainda para outros mais ao sul do continente, como é o caso da Argentina. Nesse caso, o Brasil seria para parte deles apenas lugar de passagem.

O problema é que tanto os conceitos de “migração de crise”, quanto o de “migração forçada”, quando aplicados de forma generalizante, correm o risco de vitimizar os sujeitos migrantes, transformando-os em meros “objetos” de políticas de acolhimento emergenciais, como é o caso dos campos de refugiados. Nesse caso, importantes diferenças entre eles não são consideradas, como as de classe, gênero, cultura, raça e faixas etárias, englobando-os numa única categoria jurídica, que nem sempre coincidem com as motivações para emigrar. A questão que se coloca nestas situações é como balizar o peso de fatores estruturais nas escolhas individuais, para não se correr o risco de, por um lado, naturalizar os processos migratórios ao atribuir ao migrante total liberdade de escolha, e por outro, de transforma-lo em juguete das estruturas socioeconômicas e políticas.

Para tentar escapar dessas armadilhas teóricas, talvez o conceito de redes sociais e migratórias pode possibilitar outras leituras, já que elas desempenham um papel decisivo, tanto na hora de partir, quanto nos locais de recepção. Nessa perspectiva, o protagonismo dos sujeitos migrantes é evidenciado, tornando-se decisivo para entender a dinâmica migratória num contexto cada vez mais interligado e complexo (TRUZZI, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui realizadas sobre a imigração venezuelana na Região Norte do Brasil, podem ser tomadas também como desafios à pesquisas com outros grupos de imigrantes. Primeiro, pela diversidade social e étnica inerentes aos grupos emigrados, apontando o limite do uso de categorias generalizantes nas análises; segundo, pelo aumento significativo do número de solicitantes de refúgio, como parte de uma estratégia para permanecer legalmente no país de “destino” ou de “passagem”, já que outras possibilidades são economicamente custosas, como é o caso do visto temporário previsto pela resolução 126/17 do CNIg; terceiro, pelas dificuldades de acesso a banco de dados, particularmente, de órgãos governamentais e, por fim, pelas limitações que os instrumentais teóricos disponíveis podem apresentar diante da complexidade dos fluxos migratórios, como é o caso dos venezuelanos, cuja presença no Brasil poderá ter vários desdobramentos.

No entanto, como a imprevisibilidade e o dinamismo parecem ser uma das características dos fluxos migratórios, só o tempo dirá quem tem a razão, isto é, se parte deste fluxo se transformará em processos de inserção socioculturais, outra parte em migração de retorno, e uma outra, quem sabe, em reemigração para outros países. Se, por um lado, é o capital que coloca em movimento a “força de trabalho” (GAUDEMAR, 1977), por outro, o trabalho não pode ser tomado como a única variável explicativa dos fluxos migratórios na atualidade. Afinal, quem migra leva consigo afetos e sonhos, e “sonhos não envelhecem”, mas renascem alhures em forma de novos projetos, sejam eles individuais ou familiares.

REFERÊNCIAS

ARAGÓN, Luís E. **Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar**: Cinco Temas para um Debate. São Paulo, Hucitec, 2013.

BAENINGER, R. “Migrações Internacionais: elementos para o debate no século XXI” In CUTTI, D. et al (orgs). **Migração, Trabalho e Cidadania São Paulo**, EDUC, 2015, p. 17-47.

BAENINGER, R & PERES, R.. **“Migração de Crise” REBEP**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119-143, jan./abr. 2017a.

BAENINGER. R. et al (orgs). **Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo**. Campinas, Núcleo de Estudos de População NEPO/UNICAMP, 2017b.

BEVILAQUA, Maria E. G. O. **Estrangeiros**: peregrinos da América: os latino-americanos do Cone-Sul(argentinos, chilenos e uruguaios) no Brasil de São Paulo. Dissertação em Antropologia Social, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1992.

BERARDI, R. C. Análise matricial da mobilidade ocupacional: o caso dos imigrantes chilenos no Paraná. In: **Travessia – Revista do Migrante**, jan/jun, p. 81-98, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, Editora Vozes, 1994.

GAUDEMAR, J-P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GEERTZ, C. **Interpretação das Culturas**, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GONZALEZ, Ana Julia A. **Emigración calificada desde Venezuela**: una interpretación sistémica. Doutorado em Demografia, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

JAROCHINSKI SILVA, J. C. Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil. **Trabalho apresentado na 41º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, MG, 2017.

JAROCHINSKI SILVA, J.C. et al. Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados. In **REBEP**, Belo Horizonte, vol 34, n.1, p. 15-30, jan/abril de 2017.

MALDONADO, Oscar. A invisibilidade dos Paraguaiois em São Paulo. In CUTTI, D. et all (orgs). **Migração, Trabalho e Cidadania**. São Paulo, EDUC, 2015.

MEJÍA, R, E. Colombianos na Casa do Migrante, São Paulo (1997-2007): desterritorialização e rebusque. In: **Travessia –Revista do Migrante**, jan/jun, p.59- 80, 2015.

OLIVEIRA, Márcia M. **Abordagens preliminares sobre a migração internacional e o caso dos peruanos em Manaus**. Trabalho de Conclusão de Curso. Manaus, Universidade Federal do Amazonas, 2004.

SAYAD. Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, EDUSP, 1998.

SILVA, Sidney A. **Costurando Sonhos**. Trajetórias de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo, Ed. Paulinas, 1997.

SILVA, Sidney A. Hermanos amazônicos: processo identitários e estratégias de mobilidade entre peruanos e colombianos em Manaus. In: SILVA, S. A. (org). **Migrantes em contextos urbanos** (org). Manaus, Edua 2010. p. 205-221.

SILVA, Sidney A. **Bolivianos em São Paulo**. Dinâmica cultural e processos identitários. In: BAENINGER, Rosana (Org). Imigração Boliviana no Brasil. Campinas: NEPO,2012a.

SILVA, Sidney A. Peruanos em Manaus, Boa Vista e Pacaraima. Trajetórias e processos identitários. In: SILVA, S. A. (Org.) **Migrações na Pan-Amazônia – fluxos, fronteiras e processos socioculturais**. São Paulo: Hucitec/Fapeam, 2012b. p. 258-274.

SILVA, Sidney A. Indígenas Venezuelanos em Manaus: uma abordagem preliminar sobre políticas de acolhimento. In **Migrações Sul-Sul**. BAENINGER, R. et al (orgs). Campinas, NEPO/UNICAMP, 2018a, p. 244-250.

SILVA, Camila Rodrigues da. Migração de Venezuelanos para São Paulo: reflexões iniciais a partir de uma análise qualitativa. In **Migrações Sul-Sul**. BAENINGER, R. et al (orgs). Campinas, NEPO/UNICAMP, 2018b, p.355-366.

SIMÕES, G.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MOREIRA, E.; CAMARGO, J. **Resumo executivo** – Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil. Conselho Nacional de Imigração (CNIg), Brasília, 2017.

TRUZZI, Osvaldo . Redes em processos migratórios. In: **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v.20, n.1, p.199-218, 2008.

ARTIGO

DE OUTRAS PARAGENS À AMAZÔNIA: MULHERES EM PROCESSO MIGRATÓRIO, UM REFLEXO DE ONTEM E HOJE

INTRODUÇÃO

A proposta aqui estendida é de pensar as mulheres imigrantes como sujeitos sociais ativos em processos migratórios, mesmo que a historiografia ainda apresente de forma bastante tímida a participação desses sujeitos sociais, não podemos nos esquivar de perceber, a mulher como uma categoria empírica presente nos processos de mobilidade humana. Tratando-se sobre a migração na Amazônia, ainda precisamos de estudos indicativos da presença da mulher como sujeito social ativo nos processos migratórios (OLIVEIRA, 2014), pois são sujeitos ainda invisibilizados na historiografia aparecendo em sua quase totalidade como coautores nas decisões masculinas.

Novas abordagens historiográficas que se firmam a partir da década de 70 do século XX, com a História Cultural, Social, as Ciências Sociais, método pós-moderno com alicerce em pensadores como: Michel Foucault (1969), Henri Lefebvre (1974), Jacques Derrida (1972)¹, criaram novas possibilidades de interpretações do empírico e dando voz a sujeitos invisibilizados. Segundo Font e Rufí (2006), a mudança foi possível devido:

O pós-modernismo rebela-se contra o fetichismo dos discursos totalizadores, globalizantes e supostamente universais e propõe um novo discurso, uma nova linguagem da representação[...] Se a modernidade associava-se ao progresso linear, ao otimismo histórico, às verdades absolutas, à suposta existência de algumas categorias sociais, ideias e à estandarização e uniformização do conhecimento, a pós-modernidade, ao contrário, colocará em destaque a heterogeneidade e a diferença, a fragmentação, a indeterminação, o ceticismo, a mistura, o entrecruzamento, a redefinição do discurso cultural e redescobrimiento do “Outro”, do marginal, do alternativo, do híbrido (FONT e RUFÍ, 2006, p.46).

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/PPGICH – Universidade do Estado do Amazonas/UEA, 2018. Especialização em Metodologia do Ensino de História/UEA, 2015. Licenciatura Plena em História – Universidade Federal do Amazonas/UFAM, 2003. E-mail: celestina.barbosa.cb@gmail.com

¹ FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. Geopolítica, Identidade e Globalização. São Paulo: Annablume, 2006. p. 45.

A nova epistemologia no processo de pesquisa cria a oportunidade de análise de gênero, assim como outros discursos até então silenciados. Em uma abordagem mais ampla, parafraseando Castells (2005) é notório mulheres nos processos migratórios constituírem práticas sociais articuladas com outros grupos na sociedade, seja na estrutura econômica, social ou nas práticas simbólicas, relações que podem garantir sua própria sobrevivência e manter o seu espaço.

Nossa proposta aqui é mostrar que a mulher se torna um sujeito ativo participante em movimentos migratórios configurando uma categoria com poder de fala, mesmo que de forma indireta passa a ter peso nas decisões, seja na família, grupo de amigos, e influenciando o marido na decisão de emigrar ou quando não, decide sozinha.

Ao longo dos últimos dois séculos torna-se dona de suas próprias escolhas, no entanto ainda enfrentando barreiras de desigualdades, simplesmente por ser mulher, no Relatório do Desenvolvimento Humano – PNUD (2015)², informa que na questão laboral a mulher continua em desvantagem.

As mulheres de todo o mundo ganham menos 24 por cento do que os homens e ocupam apenas 25 por cento dos cargos administrativos e de gestão no mundo empresarial, sendo que 32 por cento das empresas não têm mulheres em cargos de responsabilidade[...] cerca de 830 milhões de pessoas no mundo são trabalhadoras pobres, que vivem com menos de 2 dólares por dia e mais de 1,5 mil milhões têm emprego vulneráveis, normalmente sem condições de trabalho dignas, sem voz e sem segurança social (PNUD, 2015, p.5).

É uma realidade no mundo contemporâneo, porém indica que apesar das desigualdades, a mulher permanece em luta constante pela sobrevivência, o que abre debates sobre a igualdade de gênero³, seja no campo laboral, doméstico, educacional ou político.

UMA REALIDADE HISTÓRICA

Em estudo realizado sobre trabalho de negras e mestiças nas ruas de Belém no final do século XIX, (PANTOJA, 2001), observa que as ruas da capital belenense não eram somente espaços de trabalho e sobrevivência para as imigrantes oriundas

² Consulta feita no Relatório do Desenvolvimento Humano –PNUD. Disponível em: <<http://hdr.undp.org>> Acesso em: 08/08/18.

³ Sentindo do termo “gênero” aqui empregado é segundo o pensamento da historiadora Joan Scott (1995, 75), “...maneira de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres”.

principalmente, do estado do Ceará, mas elas criavam relações com outras imigrantes para manter possivelmente seus laços identitários. Pantoja argumenta:

Um expressivo número de mulheres dentre as que buscavam o seu sustento por meio do trabalho na Belém daquela época era de negras e mestiças provenientes da região nordeste, sobretudo do estado do Ceará. Testemunhos como os de Delphina Cavalcante de Albuquerque e Florentina das Neves fornecem-nos indícios claros de tais dados. Ambas eram cearenses que residiam em uma estância com outras mulheres, provavelmente dividindo entre elas o aluguel dos quartos. Após terem se envolvido em um conflito, contam que partiram do estado do Ceará em direção a Belém, sendo provável que tenham feito tal percurso em companhia de outras tantas que também se aventuraram na busca de trabalho e melhores condições de vida. Quando chegavam a Belém, não raro procuravam manter-se próximas umas das outras, e, morar sob o mesmo teto, pode ter sido uma das formas encontrada para manter laços culturais e relações de identidades entre si e com outros sujeitos (PANTOJA, 2001, p.127).

Diante do exposto entendemos que a mulher migrante cria condições que lhes possibilite novos espaço de fluxos⁴ para onde migram, dessa forma conseguem reconstruir suas vidas. No entanto, tratando-se da inserção laboral, as imigrantes em sua grande maioria, compõe o mercado informal. Nesse setor, essa trabalhadora ficará dependente do seu desempenho diário para manter sua renda de sobrevivência, cria-se uma dependência tempo-trabalho, quanto mais tempo trabalhando mais ganho terá, uma característica do sistema capitalista, cuja tônica é manter o indivíduo produzindo bens, cujos benefícios não retornam de maneira significativa ao trabalhador.

Mesmo sendo renegadas às atividades de vulnerabilidade, expostas a todos os tipos de perigos, doenças, perseguição do poder público, como muito bem lembra Pantoja (2001), as imigrantes ocuparam as vendas ambulantes das ruas de muitas capitais do estado brasileiro, em diferentes momentos históricos, mesmo diante das imposições do poder legatário. Assim dispõe a autora:

A inserção das mulheres brasileiras no mundo do trabalho informal foi sempre um desafio as normas legais através de seus representantes diretos (fiscais) exerceram severa vigilância sobre esse tipo de atividade [...] essa situação ocorreu com muita frequência em São Paulo, tendo se repetido também em Minas Gerais do século XVIII e início do século XIX, onde a presença absoluta de mulheres no comércio, em pequenas vendas, quitandas ou como

⁴ O conceito teórico utilizado tem a compreensão de que: “espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos. Por fluxos, entendo as sequencias intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômicas, política e simbólica da sociedade”. (CASTELLS, 2005, p. 501).

“negras de tabuleiro, teria sido alvo de denúncias e repressões das autoridades (PANTOJA, 2001, p. 133).

As formas de punição do ontem, também se fazem presente hoje e são reelaboradas, apresentam-se na maioria das vezes, silenciosas, através de uma política de imposição e de legitimação da dominação de uma classe sobre a outra, agindo como uma forma de violência simbólica, (BOURDIEU, 2001).

Em estudos realizados sobre a presença feminina na imigração no Rio de Janeiro na segunda década do século XIX (MENEZES e MATOS, 2017), mostram um número significativo de imigrantes portuguesas, através do censo é possível perceber que de um quantitativo de 55.936 portugueses que passaram a residir no Rio de Janeiro, 10.436 eram mulheres, um percentual de 18,65% do total, mesmo que sua presença fosse muitas vezes transparente, elas se faziam presente em várias áreas de trabalho, assim colocam as autoras:

Apesar da dominância portuguesa no comércio, este é um dos setores onde as mulheres aparecem praticamente ausentes. Sabemos, no entanto, que, à medida que o pequeno comércio se expandiu - relacionado principalmente ao comércio de alimentos - o trabalho da mulher tendeu a acompanhar a atuação dos maridos em seus pequenos negócios [...] (MENEZES e MATOS, 2017 p. 15).

Perceber que as mulheres imigrantes exerceram papel importantíssimo nas novas configurações para onde decidiram migrar influenciando nas trocas culturais, costumes e se reelaborando em novas identidades, exige um debruçamento constante nas fontes. Mostrar sua representação que ficou silenciada e renegada a segundo plano é reconhecer sua contribuição na constituição das relações sociais na sociedade. Felizmente, novos estudos comprovam que a mulher teve sua primazia por se impor, criar seu espaço de fala e lutar por igualdade de gênero.

Menezes e Matos (2017), argumentam que a participação de mulheres portuguesas no processo migratório no final do século XIX, cresceu visivelmente duplicando-se em 20 anos, segundo as autoras:

Os números contabilizados no primeiro censo republicano (1890) contemplam as décadas iniciais dos deslocamentos de massa que marcaram a terceira onda dos movimentos migratórios internacionais, responsáveis por verdadeiro êxodo nos países europeus da franja norte-mediterrânea, em especial das penínsulas ibérica e italiana. Segundo esses números, os totais absolutos relativos às mulheres duplicaram em menos de 20 anos, passando de

10.436 em 1872 para 26.221. Considerando-se as tendências gerais da imigração portuguesa na cidade [...] (MENEZES e MATOS, 2017 p.16).

As autoras fazendo uma temporalidade, 1872 a 1960, através da qual podemos perceber uma feminização no processo migratório, especialmente de imigrantes portuguesas, assim afirmam as autoras:

Considerando-se a temporalidade decorrida entre 1872 e 1960, é possível dizer que a população estrangeira na cidade do Rio de Janeiro, ao longo do tempo, permaneceu sempre impactada pela presença portuguesa. Ao manter patamares percentuais superiores aos 60%, essa presença modelou as tendências relativas à elevação e aos descensos dos números relativos à população de imigrantes fixada na cidade. Com relação às mulheres, considerada a mesma temporalidade, seu peso no conjunto não parou de crescer, independentemente do refluxo das entradas em tempos de guerra. No caso específico das mulheres portuguesas, sua presença no conjunto de sua nacionalidade passou de um percentual de 18.65% em 1872 para 41.87% em 1960 [...] (MENEZES e MATOS, 2017, p.23).

É perceptível nos estudos das duas autoras a feminização nos movimentos migratórios, feminização aqui é entendido como “...ação ou efeito de feminizar, tornar feminino...” (YANNOULAS *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 166). Entendemos que o quantitativo exprime o aumento da participação nos movimentos migratórios em distintos momentos históricos, a presença ativa das mulheres (re)construindo novas relações sociais e espaços identitários, isso caracteriza uma luta de gênero para serem reconhecidas como sujeitos ativos e participativos nos movimentos migratórios.

Se reinventando nos espaços, principalmente no setor informal do comércio, porém não menos importante, nas vendas de tabuleiro, carrinhos de mão adaptado para vendas, nas quitandas, as mulheres imigrantes contribuíram para movimentar a economia do mercado informal nos locais onde decidiram ficar. O tornar visível esse avesso dos movimentos de mobilidade humana é reconhecer a importância da luta de gênero.

Quando analisada algumas categorias de migrantes internos e internacionais na Amazônia é perceptível acentuada participação de mulheres principalmente indígenas e ribeirinhas, isso leva “... a suspeitar de que as mulheres indígenas e as ribeirinhas seriam as maiores responsáveis pelo fenômeno da feminização dos fluxos de migração” (OLIVEIRA, 2014, p. 193). As mulheres passam a migrar em busca de educação, principalmente para os filhos, saúde e melhores condições de vida.

Pinheiro e Pinheiro (2017), em estudo sobre os mundos do trabalho na Manaus do final do século XIX e primeiras décadas do XX, registram a presença feminina no mercado informal de trabalho, seja ele de rua ou prestação de serviços domésticos,

o setor informal do comércio teve uma maior capilaridade para atração de mulheres, sendo elas nacionais ou estrangeiras. Os autores fazem a seguinte observação:

Com relação à presença feminina no comércio informal, é preciso argumentar que vinha de longa data, envolvendo, principalmente mulheres, pobres e de pouco recursos, que faziam da venda de guloseimas (bolos, doces, pães e refrescos) ou de uma incipiente produção artesanal (roupas, fivelas, travessas, enfeites, etc.) a base de suas subsistências (PINHEIRO e PINHEIRO, 2017, p 44).

O Brasil desde seu nascimento aos olhos portugueses se constituirá com chegada de imigrantes europeus, que fugindo das suas frustrações na Europa buscam criar espaço nessas novas paragens, não nos esqueçamos daqueles que tiveram sua emigração arbitrária, transgredida em todos os aspectos, arrancados de suas origens tornam-se imigrantes escravos em uma sociedade em formação.

Estudos sobre a imigração italiana nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, afirma que um significativo número de mulheres compuseram o processo migratório⁵. Muitos momentos comprovam a mulher como sujeito ativo nas decisões de migrar “A decisão de vir com toda a família, se dispondo a enfrentar tanto a viagem como o desconhecido, comandando inclusive crianças e menores foi quase sempre uma decisão feminina” (MAZZA e SIMSON, 2011 p. 132).

A imigrante italiana desempenhou inúmeras atividades indo da lavoura à indústria têxtil, essa foi responsável pela absorção dessa mão-de-obra feminina:

Muitas mulheres trabalhavam como operárias, sobretudo no setor têxtil que congregava a maior parcela de mão-de-obra feminina. De fato, pelo censo de 1923 notamos que elas superavam o número de homens, o que não acontecia em nem outra atividade industrial (MAZZA e SIMSON, 2011, p.136).

Imigrantes italianas tiveram contribuições importantes para a configuração das relações espaciais que configuraram muitos dos municípios do estado de São Paulo, no setor de comércio as mulheres se fizeram presente:

Quanto às mulheres, quer como proprietárias, ao lado dos familiares, quer como empregadas, como vendedoras ou exercendo qualquer outra função relacionada ao comércio, elas participaram ativamente nesse tipo de trabalho. Um caso típico nesse sentido pode servir para nos levar a melhor compreender a função de italianas comerciantes em uma cidade

⁵ MAZZA, Débora; SIMSON, Olga Von. Mobilidade Humana e Diversidade Sociocultural. Jundiaí, Paço Editorial, 2011.

media do interior paulista, em área que se formou e cresceu sob a égide da cafeicultura (MAZZA e SIMSON, 2011, p. 137).

Seja a italiana, portuguesa, cearense, colombiana, haitiana, venezuelana, paraense e outras mais, seja, nacionais ou transfronteiriças, no passado ou presente, essas mulheres imigrantes contribuíram para as trocas culturais, reelaboração de nossos costumes e identidades formando novas configurações nas paragens⁶ para onde migraram.

AMAZÔNIA PARAGENS PARA MUITOS IMIGRANTES

A Amazônia sempre exerceu e continua exercendo um fascínio aos povos de outros continentes ou nacionais que precisaram e precisam sair de seus locais de origem ou não, por questões econômicas, religiosas, políticas ou ambientais e buscam em outros países novos espaços de sobrevivência. Desde o século 19 já era visto pela Amazônia ondas migratórias não só de imigrantes de outras regiões brasileiras, mas também de imigrantes internacionais (BENCHIMOL, 2009).

Ondas migratórias para a Amazônia acentuaram-se com o desenvolvimento da economia da borracha a partir da segunda metade do século XIX (SANTOS, 1980, p.74), a extração da goma elástica torna-se denominador de atração para os imigrantes. E nesse período forma-se uma onda migratória de nordestinos advindos de várias províncias. Entre os anos de 1890 a 1910 teriam vindo para a Amazônia não menos que meio milhão de migrantes (SOUZA *apud* NASCIMENTO, 1998). Não necessariamente só nordestinos, mas também, imigrantes europeus. Sujeitos sociais que contribuíram para uma nova espacialidade que se formou no espaço amazônico.

Tratando da presença da mulher imigrante, ainda no século XIX na terceira onde migratoria de judeus para a Amazônia, segundo Benchimol (2009), a imigrante judia chega na Amazônia estigmatizada, categorizada:

[...] famosas e malfaladas polacas, que possuíam os seus cabarés e cassinos em que todas as cidades prósperas do mundo e que por causa da discriminação e segregação das comunidades judaicas tradicionais chegaram a ter as próprias associações, sociedades de socorro mútuo [...]. Essas pobres judias foram vítimas de uma organização criminosa baseada em Varsóvia [...] seus agentes viajavam pelos guetos e aldeias judias (stetl), afirmando serem prósperos judeus, estabelecidos na América do Sul, em busca de casamentos com jovens judias. Com a ajuda de inocentes úteis casamenteiros adquiriam a confiança da família e o

⁶ Empregamos aqui o termo “paragens” como local físico, cidade, país. Paragem definição no dicionário: local onde se para, cessação de movimento. Disponível em: < <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/paragem>> Acesso em: 10/09/18.

casamento religioso era celebrado. Logo após eram embarcadas em um navio e somente depois descobriam ter sido enganadas[...] (BENCHIMOL, 2009, p. 310-311).

Essas imigrantes sem estudo eram vendidas a donos de bordeis, tornavam-se mulheres marginalizadas na sociedade local pelos próprios judeus (BENCHIMOL, 2009). Essa emigração forçada, transgredida, na qual seus sujeitos não tiveram escolhas opõe-se a teoria que sustenta o processo migratório como sendo somente a escolha do sujeito, seja essa escolha por questões políticas, religiosas, econômicas ou ambientais. Temos estruturas de complexidades muito mais abrangentes que sustentam os movimentos migratórios. Benchimol (2009), afirma que muitas dessas imigrantes quebraram preconceitos, reconstruíram novos laços de identidades e conseguiram se impor diante das regras impostas pela sociedade.

Fazendo um recorte temporal, vamos perceber que a partir da década de 70 do século XX com a implantação da Zona Franca de Manaus, 1967, Manaus será local de maior atração para imigrantes em busca de trabalho e melhores condições de vida que viam nessa paragem um lugar de oportunidades para sua sobrevivência (SALAZAR, 2006).

A capital manauara local de destino a grupos migratórios de refugiados e imigrantes econômicos, principalmente de colombianos e peruanos, a partir de 2010 será balançada pela chegada dos primeiros grupos de imigrantes haitianos, o Amazonas até então, não era destino desses transfronteiriços.

No país de destino há a tendência a constituição de novas espacialidades locais, a presença desses sujeitos sociais que passam a compor o cotidiano, dá ao lugar novas características, no dizer de Santos (1988, p, 2) o “lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas”.

IMIGRANTES HAITIANOS EM MANAUS: UM REFLEXO MIGRATÓRIO

A presença de dezenas de imigrantes, nacionais e internacionais se configuram no cotidiano da cidade que veem na capital manauara, local para criar nossas relações de sobrevivência. Porém a imagem dessa cidade se desconstrói quando esse sujeito aqui chega, depara-se com uma realidade de um subemprego, dificuldades de moradia e as questões socioculturais. A feitura de políticas públicas se fazem necessárias, porém essas ainda são frouxas e paliativas, assim a responsabilidade de acolhimento aos imigrantes, fica a cargo da sociedade civil, das pastorais, grupos de voluntariados

que através de parcerias com órgãos representativos, polícia federal, ministério do trabalho e demais secretarias de apoio e assistência social, formam uma rede de relações que dialogam entre si e dessa maneira dão os primeiros suportes àqueles que chegam em mobilidade humana.

Vários fatores irão ser decisivos para transformar um indivíduo em migrante, categoria que se constitui de emigrante e imigrante, de acordo com Sayad,

[...] na origem da imigração encontramos a emigração, ato inicial do processo, mas igualmente necessidade de ordem epistemológica, pois o que chamamos de imigração, e que tratamos como tal em um lugar e em uma sociedade dados, é chamado, em outro lugar, em outra sociedade ou para outra sociedade, de emigração; como duas faces de uma mesma realidade, a emigração fica como a outra vertente da imigração [...] (SAYAD, 1998, p.14).

Uma face desse lado passa a configurar o espaço de fluxos na cidade de Manaus a partir de fevereiro de 2010, passaram por Manaus um número considerável de imigrantes haitianos, segundo o Serviço Pastoral dos Migrantes⁷, poucos ficaram, somente a partir de julho do mesmo ano, outros grupos de migrantes chegaram a capital e não mais só de passagem, estes já permaneceram. Os grupos que chegaram a Manaus eram compostos também por mulheres, que apesar de estarem em menor número, tornaram-se significativa a sua presença no cenário urbano.

A imigrante haitiana passou a configurar o comércio informal de vendas ambulante em muitas ruas de intenso movimento comercial, assim como nas paradas de ônibus em avenidas principais da capital manauara. Imigrantes em busca de ressignificação do espaço de destino para reinventar o território de origem, se destacam na venda de picolé em carinhos que são cedidos pela Pastoral dos Migrantes, nas vendas de tabuleiros, nos quais podemos encontrar, frutas, verduras, meias, bombons.

Essas imigrantes passaram a criar uma rede de relações entre elas, haitianos e os outros, nos espaços de rua onde elas permanecem a maior parte de seu tempo. O comércio informal constitui uma característica na absorção da mão-de-obra imigrante. Pantoja (2001), faz a seguinte colocação sobre imigrantes em Belém no final do século XIX:

Guardadas as devidas especificidades, em Belém assim como em outras capitais brasileiras, as ocupações irregulares, como o comércio ambulante, acabaram por absorver um expressivo número de mulheres, em sua maioria negras e mestiças que necessitavam sobreviver por meio de outro tipo de trabalho[...] (PANTOJA, 2001, p. 133).

⁷ Serviço da Pastoral dos Migrantes é instituição de apoio humanitário e acolhida a refugiados. Em Manaus dois pontos são referências na acolhida aos haitianos. A Paroquia de São Geraldo e a de São Raimundo. <https://spmigrantes.wordpress.com/2011/03/16/imigrantes-haitianos-em-Manaus>. Acesso em: 14/07/2018.

Uma realidade que se reelabora ao longo dos séculos e constitui as atividades ocupadas por imigrantes, com pouco grau de instrução e pelas mulheres, essas mesmo as que têm uma qualificação profissional enfrentam concorrência desleal no mercado de trabalho, o empregador ao contratar dá preferência ao imigrante. Nas palavras do pároco Valdeci Molinari, da Igreja de São Geraldo em Manaus:

As mulheres estão tendo muita dificuldade de conseguir emprego. Do grupo requisitado pelas empresas de fora não teve solicitação para contratação de haitianas. Também em Manaus não há procura pela mão de obra das mulheres, a que tinha antes era para a área do trabalho doméstico, mas em virtude das dificuldades como o idioma e os costumes não houve absorção no mercado. Por isso, cerca de 180 haitianas desempregadas atualmente (ADNEISON SEVERIANO, 2012).

A mulher imigrante então busca os meios que pode para poder sobreviver. Pesquisa realizada sobre a emigração de mulheres brasileiras confirma essa dura realidade.

No Censo de 2010⁸, pesquisa mostra o aumento de emigrantes brasileiras que foram tentar a vida em outros países, 264.695 mulheres contra 226.548 homens, participação majoritária das mulheres no processo migratório internacional. A crise econômica no Brasil que se desenhou a partir da década de 80 do século passado e as redes sociais formadas pelos emigrantes contribuíram para o aumento da migração internacional (IBGE, Censo Demográfico, 2010).

As mulheres passaram a configurar como sujeito ativo nos processos migratórios, no entanto ainda enfrentam todo tipo de preconceito, só por ser mulher, tendem a lidar com as desigualdades, principalmente no campo de trabalho. No Relatório do Desenvolvimento Humano 2015⁹, demonstra que a situação da mulher é desigual em relação ao homem “as mulheres de todo o mundo ganham menos 24 por cento do que os homens” (RDH, 2015, p.5). Mesmo não estando em processo migratório, os levantamentos indicam a desvantagem do gênero, de acordo com o relatório:

[...]as mulheres estão em desvantagem no mundo do trabalho, tanto remunerado como não remunerado. Na esfera do trabalho remunerado, sua participação na força de trabalho é inferior à dos homens, a sua remuneração menor, o seu trabalho tende a ser mais vulnerá-

⁸ Maiores informações podem ser consultadas em: Censo Demográfico 2010. Características da População e dos domicílios – Resultados do Universo. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf> Acesso em: 05/08/2018.

⁹ Informações em Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2015 (PNUD). Disponível em: < <http://hdr.undp.org>> Acesso em: 08/08/2018.

vel, além de se encontrarem sub-representadas em cargos de responsabilidade e de decisão. No que diz respeito ao trabalho não remunerado, asseguram, de forma desproporcionada o trabalho doméstico e a prestação de cuidados a dependentes (Relatório do Desenvolvimento Humano 2015, p.3-4).

As pesquisas nos mostram estatísticas voltadas para a questão laboral, muito importante para a compreensão do processo migratório, no entanto é necessário alargar pesquisas que possam retratar as mulheres imigrantes pelo avesso, isto é, percebe-las através das complexidades que a constitui como uma imigrante, como menciona SAYAD,

O imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante “nasce” nesse dia para a sociedade que assim o designa. Dessa forma, ele se arvora o direito de desconhecer, tudo o que antecede esse momento (SAYAD, 1998 p. 16).

Conhecer o avesso é uma imersão no mundo daquele sujeito que antes de ser um imigrante é também emigrante, carrega consigo sua cultura, identidade, crenças e costumes, mesmo que esse possa ir para outras paragens, não se desprende desses elementos de pertença o que faz é agregar novos perante as circunstâncias que se depara em novos contextos sociais (FONT e RUFÍ, 2006).

As imigrantes haitianas, na cidade de Manaus estão construindo seu espaço de fluxos (CASTELLS, 1999), a rua virou extensão de suas casas, junto a seus tabuleiros ou carrinho de picolé, elas criam relações sociais e de poder, seja na parada de ônibus, seja embaixo de uma sombra de uma árvore lá estão elas, é ali o local que recebem outros nacionais, trocam ideias, fazem suas refeições, dialogam em sua língua mãe, crioulo. O Haiti é um país diglósico, crioulo e francês são os idiomas falados naquele país, porém, somente a partir de 1987, a Constituição haitiana legaliza o crioulo como idioma oficial (RODRIGUES, 2008).

A língua como um capital social, torna-se instrumento de poder nesse momento, transforma-se em um poderoso mecanismo de diferenciação em relação aos “outros”, muda o lugar de fala, pois os “outros” são todos aqueles que não falam o crioulo ou francês, tornam-se os outsiders. (ELIAS, 2000), elas criam seu espaço atemporal que não duram mais que um dia, porém que se repetem diariamente, talvez um tempo atemporal necessário para se desprenderem da própria realidade que vivem, esquecendo dos desafios diários que estão imersas.

CONCLUSÃO

Nossa intenção nesse trabalho foi refletir sobre a participação de mulheres em movimentos migratórios em alguns momentos históricos, percebendo que essa imigrante foi sujeito ativo, muito embora na historiografia ainda apareça como coautora das decisões masculinas. Trazer à vista a imigrante como participante de decisões, se reinventando nos locais de acolhimento, criando redes sociais que as colocam como protagonistas de sua própria história, ainda que seu protagonismo ainda seja pouco reconhecido. Essa reflexão faz parte de uma pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade do Estado do Amazonas, cujo foco principal é refletir sobre as rede sociais e de sociabilidades, o mundo do trabalho das imigrantes haitianas na cidade de Manaus a partir do ano de 2010.

REFERÊNCIAS

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia** – Formação Social e Cultural. Manaus. Ed. Valer, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ELIAS, N e SCOTSON, J. L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia de uma relação de poder a partir de uma comunidade. Ed. Zahar, 2000.

FARIAS, Elson. **Manaus do Rio Negro, a capital da floresta**. 2º ed. São Paulo. Ed. Cortez, 2011.

FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, Identidade e Globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

MAZZA, Débora; SIMSON, Olga Von. **Mobilidade Humana e Diversidade Sociocultural**. Jundiá: Paco Editorial, 2011.

MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar. **Os Degredados Filhos da Seca**. Petrópolis, Vozes, 1984. SILVA, Maria das Graças S.N. Espaço Ribeirinho: Migrações Nordestinas para os Seringais da Amazônia. São Paulo, Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 1996.

MENEZES, Lená Medeiros de; MATOS, Maria Izilda Santos de. **Gênero e imigração: Mulheres portuguesas em foco** (Rio de Janeiro e São Paulo -XIX e XX). São Paulo: e-Manuscrito, 2017.

MIGUEIS, Roberto. **Geografia do Amazonas**. Manaus. Ed. Valer, 2011.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea**. 2014 f. 340. Tese (doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Amazonas.

PANTOJA, Ana Lídia Nauar. Trabalho de Negras e Mestiças nas ruas de Belém do Pará (1890-1901). In: BRUSCHINI, C. Pinto (org). **Tempos e Lugares de Gênero**. São Paulo: FCC. ed. 34, 2001

PINHEIRO, L. B. S. P.; PINHEIRO, L. U. **Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)**. Jundiá: Paco Editorial, 2017.

RAMOS, Aluísio Wellichan. Espaço-tempo na cidade de São Paulo: historicidade e espacialidade do “bairro” da água branca. **Revista do Departamento de Geografia – Departamento de Geografia da FFLCHUSP**, São Paulo, n. 1, p. 65-75, 1982. Disponível em: Disponível em:< <http://www.geografia.ffch.usp.br/publicacoes/RDG>> Acesso em: 05/09/18.

RODRIGUES, Luiz Carlos, B. **Francês, Crioulo e Vodou: a relação entre língua e religião no Haiti**. 2008, f. 268, Tese (doutorado em Letras Neolatinas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro.

SALAZAR, Admilton Pinheiro. **Amazônia – Globalização e sustentabilidade**. Manaus: Valer, 2ª ed. 2006.

SANTOS, Roberto A. O. **História Econômica da Amazônia, 1800-1920**. São Paulo. BCS, 1980.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCOTT, Joan. (1995). **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, 20 (2), 71-99.

SEVERIANO, Adneison. Pastoral estima que 1.800 haitianos estejam refugiados em Manaus. **G1**, Amazonas, 26 ago. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/08/pastoral-estima-que-1800-haitianos-estejam-refugiados-em-manaus.html>> Acesso em: 18/05/18.

Grupo de Trabalho n° 13

***TERRITÓRIOS DE FRONTEIRA: AMAZÔNIA COMO
ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO HISTÓRICA, ARTÍSTICA E
CULTURAL***

ARTIGO

CONDICIONANTES DO SURGIMENTO DAS CIDADES AMAZÔNICAS ATÉ O SÉCULO XX

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa dar uma visão panorâmica sobre o processo de ocupação da Amazônia, com atenção para os condicionantes para o surgimento das cidades, durante os pouco mais de quinhentos anos de ocupação. Visa discutir de forma diacrônica os elementos estruturantes para o surgimento das cidades amazônicas, a partir de alguns recortes temporais.

A opção por estes agrupamentos diz respeito, especialmente ao contexto político, entendendo-se a *polis* como raiz histórica da cidade, em sua organização, não como agrupamento humano em um determinado território.

Pela necessidade de defesa da foz do grande mar Dulce, conforme nominou Vicente Yañez Pinzón em 1500, Francisco Caldeira Castelo Branco parte do Maranhão em 25 de dezembro de 1615 visando marcar os pontos de ocupação desse território. Em 1907, Capistrano de Abreu descreve que

partiram no dia de Natal, correndo a costa, fazendo sondagens, dando fundo todas as noites, tomando as conhecenças da terra, numa extensão de cento e cinquenta léguas. Entraram na barra pela ponta de Sapará, e seguiram por entre ilhas, bem acolhidos pelo gentio disposto em seu favor, graças à derrota dos franceses, e encontraram notícias imprecisas de flamengos e ingleses que frequentavam aquelas regiões. (ABREU, 1998, p. 77)

Assim, o presente artigo se desenvolverá a partir de recortes temáticos que apontarão para a necessidade de ordenamento espacial no território amazônico. O objetivo principal deste trabalho é apontar para o cenário em que se inserem essas mudanças, indicando as temporalidades que compuseram os espaços das cidades amazônicas. Entendendo-se os contextos, nos sentidos diacrônico e sincrônico da

* Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima, mestre em Arquitetura e Urbanismo.

** Bacharel em Direito, mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará.

análise, podemos perceber os condicionantes locais como elementos para a compreensão dos aspectos amazônicos em suas especificidades.

Desta forma, este trabalho contará com os seguintes recortes temáticos: período colonial, até meados do século XVIII, onde se inserirá o outro período, correspondente à influência a política pombalina. Entendendo-se que, em escala amazônica, a influência do Período Pombalino vai ser determinante até meados do século XIX, quando o desenvolvimento comercial da região irá alavancar a economia gomífera – em consonância com uma nova mentalidade induzida pelos processos de produção em massa e de mentalidades – teremos, portanto, novo recorte que, por conseguinte, levará aos avanços progressistas do século XX e a construção da imagem de um território a explorar, para o desenvolvimento nacional.

PERÍODO COLONIAL – ATÉ 1750

O Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, dava o limite entre as coroas ibéricas de um território que, em princípio, não sabiam como ou de que forma encontrariam, que meios de enriquecimento abasteceriam suas cortes. A necessidade de balizar o domínio do território se fazia premente, sob o risco da posse por outro dominador, ou a exploração das riquezas inimagináveis por conquistadores. Insere nesse território a crença no Eldorado.

A empresa colonial ibérica no Novo Mundo se consolida no que defende Capistrano de Abreu (1998) de ter sido diferenciada pelo enfoque de tratamento da ocupação territorial, sendo que, nas colônias do sul do continente sulamericano, os espanhóis se ocuparam com mais afincamento do território lusitano – como é o caso do atual Paraguai – enquanto que na Amazônia se deu o contrário. O almejado Eldorado se situava nesse território – que hoje conhecemos por Amazônia – e referendado pela cartografia da época que dava o respaldo da diplomacia para a necessária delimitação destas fronteiras, ao norte da atual América do Sul. Embora as incursões pelo território amazônico buscassem reconhecer esse, identificando suas potencialidades, a presença do conquistador era constantemente obstaculizada por doenças e ataques, portanto o domínio se tornava necessário, especialmente para a proteção quanto à incursão de outras bandeiras, especialmente francesa, holandesa e inglesa. A vantagem que o Tratado dava a Portugal e Espanha deveria ser devidamente estabelecida, com a ocupação concreta das novas terras.

Figura 1: “Amerique Meridionale par N. Sanson d’Abbeville, geographe du Roy”, de Nicolas Sanson d’Abbeville, 1650.



Fonte: John Carter Brown Library, Brown University, Rhode Island, EUA.

Para a efetiva ocupação do território, foi importante o papel da Igreja Católica, inclusive como marco civilizatório em relação à cultura que se impunha. Assim, Portugal vai partir da necessária associação com as várias ordens missionárias para pontuar sua ocupação no vale amazônico. Destaca-se ainda o fato da opção de Portugal, nos primeiros séculos, pela colonização do litoral (Figura 1) e, em especial, a Capitania do Brasil, em detrimento da porção norte das posses lusitanas.

A partir da presença dos Capuchinhos franceses, que chegaram ao norte das posses portuguesas através do Maranhão, entre 1612-1615, e sua experiência evangelizadora dos índios tupinambás, foram levados para acompanhar o processo de conquista portuguesa e fundação da cidade de Belém do Grão Pará, em 1616. Contudo os franceses já haviam se aventurado sobre este território, como Daniel de La Touche, senhor de La Lavandière, na região do Caeté, em 1613 e alcançando o rio Tocantins, fundando os núcleos iniciais das posteriores cidades paraenses de Bragança e Cameté, respectivamente.

A partir de São Luiz, a presença portuguesa avançou sobre os limites ocidentais das posses lusas, através da expedição para colonizar as terras limites do Tratado de Tordesilhas, organizada por Alexandre de Moura e sob o comando do capitão Fran-

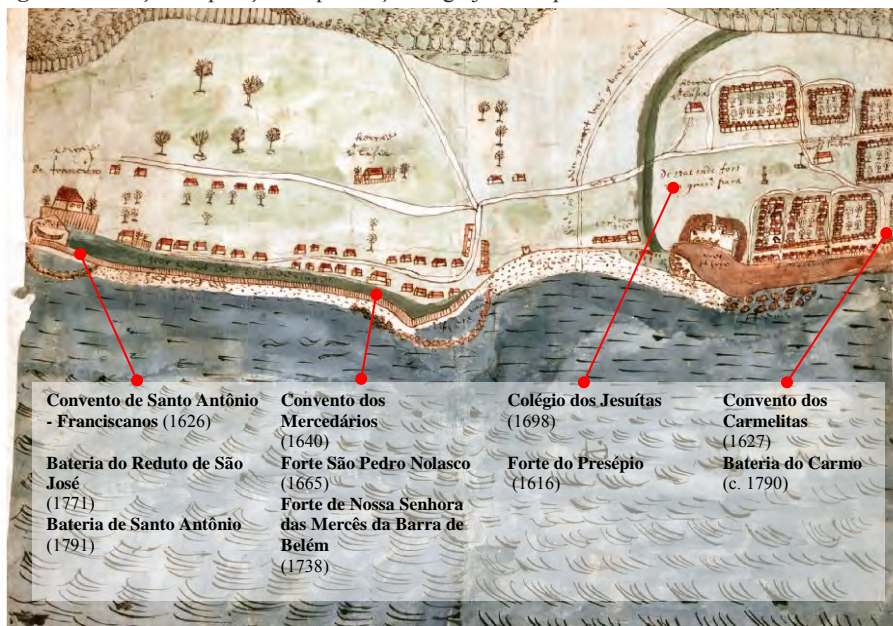
cisco Caldeira Castelo Branco. Estes limites correspondiam, justamente, à vulnerável foz do rio das Amazonas. Segundo a tradição de colonização portuguesa, buscou-se para alocar o núcleo de ocupação, uma posição alta, conforme defende Theodoro Braga:

Castelo Branco encontrou um ponto de chão firme, que julgou mais apropriado para a povoação que ia fundar. Era uma península à margem direita do rio Guamá, ao desembocar no Guajará. Este ponto escolhido ficava a seis léguas da barra do rio, cuja dificuldade de acesso era garantia de defesa para a nascente povoação. (BRAGA, apud. PROST, 1997, p. 42)

Esse foi o ponto inicial da ocupação portuguesa na Amazônia, dando origem à aglomeração urbana que nasceria a partir daí que, nos primeiros anos, abrigou em torno de sua defesa tudo o que poderia ser chamado de cidade (do latim *civitas* = civilização): a primeira igreja – a capela Nossa Senhora das Graças – que daria origem à catedral, era uma das edificações que continha. Será, portanto, o modelo de relação íntima entre a presença de pontos de defesa e de territórios religiosos, que será o primeiro modelo de ordenamento da ocupação amazônica. Entendemos que, em algumas cidades, essa relação foi autônoma, especialmente no que diz respeito à presença das ordens religiosas, que foram pontuando templos e atividades de produção, contudo, em Belém, temos um diálogo próprio entre essas funções, fortalecendo o domínio, desde a origem da cidade (Figura 2).

Embora as obras tenham se iniciado em 1967, as plantas obtiveram o registro brasileiro apenas em maio de 1969, após o aval do engenheiro civil Alfredo Boneff, de Belém-PA (Figura 6). Vale ressaltar que, desde o início de sua construção, a Catedral recebeu auxílio financeiro e doações de fiéis moradores de Boa Vista e de outros estados brasileiros, além de significativas contribuições de organizações e de famílias italianas (PREFEITURA DE BOA VISTA, 2011).

Figura 2: Relação da posição da presença da Igreja e dos pontos de defesa da cidade de Belém.



Fonte: Documento anônimo, c. 1640, “*de stad und fort van grand para*”, pertencente ao *Algemeen Rijksarchief*, Haia, adaptado.

Assim temos o duplo que irá basear os princípios de ocupação na região amazônica durante os primeiros séculos: a presença da Igreja e da defesa. A depender da forma de atuação das irmandades religiosas, as formas de ocupação se faziam de maneira diferente. Algumas ordens, tais como os franciscanos (MATOS, 2011), carmelitas (PRAT, 1941) e mercedários terão a mesma competência na relação com os nativos quanto os jesuítas (AZEVEDO, 1999), cuja contribuição já havia sido consolidada ao longo da costa brasileira. Na Amazônia, especialmente os carmelitas, serão por longo tempo o braço eclesiástico da Coroa Portuguesa. Contudo o pontuar de localidades pelas ordens religiosas não significará, necessariamente, o surgimento de cidades, neste período.

A atualmente conhecida cidade de Santarém foi fundada em 1661 pelo padre jesuíta João Felipe Bettendorff, locando a capela em honra a Nossa Senhora da Conceição nas proximidades da aldeia dos índios tapajós, a partir da localização de atracação de Pedro Teixeira e Frei Cristóvão, na aldeia de Tupiliçus. Essa localidade foi estratégia para a penetração pela bacia amazônica, se consolidando através do duplo Igreja-Fortaleza com a ereção do Forte dos Tapajós de Santarém (Figura 3),

concluído em 1697. Será, portanto, a partir desse ponto que surgirão outras localidades, como São José dos Matapus, Tupinambarana e Borari¹, sob a ação dos jesuítas.

Figura 3: “Prospecto da Fortaleza de Tapajós, com a sua Aldeia”, Schwebel, 1756



Fonte: Biblioteca Nacional.

Tabela 1: Cidades amazônicas fundadas entre os séculos XVI e XVIII e suas fortificações

CIDADE	FUNDAÇÃO	FORTIFICAÇÃO	FUNDAÇÃO
Gurupá	1598 1623	Forte Itá Forte de Santo Antônio de Gurupá	Franceses-holandeses Portugueses
Bragança	1613	-----	França (doad a Portugal em 1622)
Cametá	1613 1617	-----	Franceses Capuchos de Sto Antonio
Belém	1616	Forte do Presépio	Portugal
Santarém	1661	Forte dos Tapajós	Portugal
Manaus	1669	São José do Rio Negro	Portugal
Óbidos	1697	Fortaleza de Óbidos	Portugal
Costa Marques	1743 1769	Forte Príncipe da Beira Fortim de Nossa Senhora da Conceição (ou Bragança)	Portugal
Macapá	1758	Fortaleza de São José de Macapá	Portugal
Boa Vista	1775	Forte São Joaquim	Portugal
Rio Branco	1882		
Porto Velho	1914		Estrada de Ferro Madeira Mamoré

Fonte: elaborado pela autora.

¹ Atualmente essas localidades são conhecidas por Pinhel (no município de Aveiro), Boim e Alter-do-Chão (no município de Santarém), no oeste do Estado do Pará.

A necessidade de pontuar a região com baterias, redutos e fortificações pode ser identificada como procedimento comum, mas não iniciado pelos colonizadores lusos (Tabela 1). A foz do grande rio já havia recebido seu ponto de defesa, instalado ainda no século XVI, por iniciativa do navegador inglês John Ley a serviço dos holandeses liderados por Jan de Moor, na atualmente denominada cidade de Gurupá, no Pará, em 1598 (GUZMÁN, in SOUZA e CARDOSO, 2008).

Figura 4: “El Gran Rio Marañon, o Amazonas...”, Samuel Fritz, 1707.



Fonte: Biblioteca Nacional.

A presença religiosa dos jesuítas era expressiva (Figura 4), ao ponto do padre jesuíta Samuel Fritz, em 1707, ao mapear as ocupações da Companhia de Jesus ao longo da bacia amazônica, dedicar, na cartela desse diploma ao rei D. Felipe V, da Espanha, “*este mapa del Gran Rio Marañon com su Mission Apostolica como a su soberano, patrono y mantenedor por mano de su Real Audiencia de Quito*”².

Cientes das tensões de ocupação na chamada América Meridional, coube à corte lusa fortalecer a cidade de Belém, à época denominada Pará, com uma série de

² Tradução livre: este mapa do Grande Rio Marañon (Amazonas) com sua Missão Apostólica (Jesuítica) como seu soberano, patrono e mantenedor, pela mão de sua Audiência Real de Quito.

baterias e incentivo à instalação de ordens missionárias no território da Província do Maranhão e Grão Pará³, cujo objetivo era, mormente, o de exploração da mão-de-obra indígena e produção a partir dos recursos da hileia. Contudo, apesar do sucesso lusitano das entradas e bandeiras ao sul, o descumprimento dos limites do Tratado de Tordesilhas na porção norte da América do Sul era conflituoso. Assim, no alvorecer de 1750 é firmado novo tratado entre as cortes espanhola e portuguesa: o Tratado de Madrid.

PERÍODO POMBALINO

Sendo a América Meridional tida como uma *terra nullius*⁴, visto que os interesses precípuos de ambas as coroas ibéricas se concentravam nas porções costeiras e, por outro lado, havendo interesses diversos sobre essa porção do continente por desbravadores de várias origens, como visto anteriormente, houve a necessidade de revisão do Tratado de Tordesilhas. A ocupação dessa porção do continente, favorecida pela União Ibérica ocorrida entre 1580 e 1650, gerou um ambiente de indefinições quanto ao domínio territorial. Portanto, para o estabelecimento do novo acordo diplomático entre Portugal e Espanha, foi estabelecido o Tratado de Madrid, sendo, para isso, necessário definir o direito de *uti possidetis*⁵, isso é, as reais ocupações das duas coroas.

³ O território amazônico pertenceu a comandos de gestão das províncias do Maranhão (de 1621 a 1654); Maranhão e Grão-Pará (de 1654 a 1751) e Grão-Pará e Maranhão (de 1751 a 1774).

⁴ Do latim “terra de ninguém”.

⁵ Parte do princípio do Direito romano do *uti possidetis, ita possideatis* que significa “quem possui de fato, deve possuir por direito”.

Como se tinha ultrapassado a linha estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, foi necessário realizar um levantamento do novo território que surgiu na sequência da confirmação sobre os novos limites definidos no Tratado de Madrid em 1750, e posteriormente redefinidos no Tratado de El Pardo de 1761, e finalmente acordados no Tratado de St. Ildefonso em 1777. (VALLA, 2015, p. 11)

Assim, a estratégia de ocupação do território a partir da presença da missionária e de defesa irá garantir a definição territorial, contudo não será suficiente para garantir a defesa da bacia amazônica.

A grande foz não poderia ser resguardada apenas pela presença do conjunto de pequenos fortes e baterias em Belém. O braço norte do estuário amazônico estava desguarnecido. Braços importantes de acesso, como os rios Madeira (a oeste) e Branco (ao norte) estavam desguarnecidos para uma nem tão eventual investida. Ademais, a constituição dos documentos diplomáticos para que fosse firmado o Tratado de Madrid, em 1750, era composto a partir de relatos e mapas anteriores. Carecia de um reconhecimento efetivo e de base científica para implantação das bases das novas cidades e defesas. Desta forma, seria necessário consolidar novas posições estratégicas, tais como a Vila Nova Mazagão e Macapá, no atual estado do Amapá.

A sobreposição da malha urbana às condições naturais demonstra bem neste caso o processo racional referente à concepção urbana, que prevalecia na época e implícito na formação dos engenheiros militares. A igreja era única referência ao lugar primitivo, e estava proposto a construção de vários edifícios, como a casa do vigário, casa do sargento-mór, capitão, alferes e do ajudante, o armazém e a casa do director são assinalados como referências a uma comunidade e à instalação de uma guarnição militar (VALLA, 2015, p. 31).

A inserção de práticas científicas e precisas, para a época, tais como levantamentos topográficos, produção de registros em prospectos das principais ocupações humanas ao longo da região, aliado à produção de projetos urbanísticos, de fortificações e de obras arquitetônicas somente foi possível através da chegada da comissão demarcadora de limites do Tratado de Madrid, composta por desenhista-arquiteto (Antônio José Landi), astrônomos (João Ângelo Brunelli e Inácio Senmartoni), engenheiros-militares (João André Schwebel, Gaspar João Geraldo Gronsfeld, Adão Leopoldo Breunig, Henrique Antonio Galluzzi, Sebastião José da Silva, Felipe Sturm). Essa equipe, a serviço de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

A centralidade administrativa da Província do Grão Pará e Maranhão passa a ser na cidade de Belém, a partir de 1751 e a Companhia Geral do Comércio do Grão-

-Pará e Maranhão, empresa sob o comando do Marquês de Pombal, estabelecerá as bases das relações na região, não somente comerciais, mas políticas. Dentro do contexto da política pombalina, um capítulo importante ocorrerá: a expulsão das ordens religiosas do território, visto que eram consideradas incômodas para o governo da província e para as questões do Império Português. Especialmente os jesuítas sofrerão intensa perseguição, inclusive com a expulsão da Companhia de Jesus de todo o território português, em 1759, atribuindo a esta, especialmente, devido ao domínio comercial e produtivo (MARQUES, 2004), perigosa relevância política (GOVONI, 2009).

O domínio do território se deu a partir do controle das doações de terras, tais como capitânicas, sesmarias e datas, de menores dimensões (ANNAES, 1904) que, por princípio, deveria ser suplicada ao Rei por correspondência endereçada ao Capitão-mor ou Governador da Província. Observa-se que essas normas, contudo, só se consolidaram com o Alvará Régio de 5 de outubro de 1759. Anteriormente temos que

a legislação de terras, apesar de varias providencias e actos dos monarchas portuguezes, foi sempre em parte inobservada, confusamente comprehendida em extremo, defeituosa. [...] guiavam-se as concessões por uma abreviada norma extrahida das cartas dos antigos e primeiros donatários, defficiente e favorecedora de graves abusos” (ANNAES, 1904. p. 150).

Assim, a gestão no período pombalino foi importante para o desenvolvimento e ordenamento territorial, crescendo-se a tal, o ordenamento do Bispado do Pará⁶, organizando o comando eclesiástico e dotando de freguesias e cidades, algumas onde a presença do prelado assumia também função secular, como em Bujaru (NASCIMENTO, 2013) e, mesmo, a tomada simbólica das cidades, anteriormente de denominação religiosa, que passa a ter nomes de cidades lusitanas, como Óbidos, Santarém e outras. O controle pombalino chega, inclusive, ao regramento das formas arquitetônicas das paroquiais (RODRIGUES, 2008), sob o traçado de Antônio Landi.

⁶ Em 1719 é criado o Bispado do Pará, sufragâneo ao Arcebispado de Lisboa, assumindo em 1724, como primeiro bispo do Pará, o carmelita calçado Dom Fr. Bartolomeu do Pilar. Contudo, é em 1759 que, a partir da construção do documento “Mapa geral da diocese do Pará: Mostra a divisão das paróquias onde o venerável Padre Miguel de Bulhões III, bispo do Pará, fundou e construiu a diocese”, traçado por Henrique Galluzzi, que este se desvincula formalmente das relações com as ordens religiosas (PINTO, 1906).

SÉCULO XIX

Com a expulsão das ordens religiosas, a proibição de exploração da mão-de-obra indígena e o fortalecimento dos núcleos humanos na Amazônia, especialmente a partir dos pontos de defesa, a tática para ocupação dos rincões da hileia passa a ser o incentivo a atividades produtivas. Tem-se, a partir de então, o incremento do extrativismo e, em algumas regiões, o desenvolvimento da pecuária. Como exemplo temos o surgimento da atual capital roraimense que surge a partir da fazenda particular denominada Boa Vista, em 1830.

Ao longo do século XIX, as fazendas particulares começaram a se multiplicar tanto nas terras das Fazendas Nacionais como fora delas. O que não previam seus idealizadores é que as fazendas de São Bento e São José fossem sendo ocupadas por posseiros no início do século XIX, ou sendo usurpadas por seus antigos administradores e arrendatários que se tornariam grandes e ricos fazendeiros às custas das Fazendas do Estado, principalmente depois da proclamação da República (VIEIRA, 2014. p. 37).

O controle da Coroa Portuguesa sobre as atividades produtivas se faz premente na Amazônia, com o controle iniciado pela Companhia de Comércio do Grão-Pará, com a inserção da mão-de-obra escrava, da moeda metálica (LIMA, 2006), além dos ordenamentos territoriais já citados. Com os avanços socioeconômicos, no período de convulsões políticas importantes do Império do Brasil, a Amazônia também terá em seu processo civilizatório o Movimento da Cabanagem⁷ (entre 1835 e 1840) como refluxo da modernidade expressa pela Revolução Francesa (BAENA, 1969). Outra revolução, a Industrial, gerou outros valores, como a introdução de produtos e meios, além de demanda de matéria-prima, formalizado vínculo comercial, especialmente, com os britânicos, especialmente. Através da Carta Régia de Abertura dos Portos às Nações Amigas, de 1808, tem-se fim ao Pacto Colonial, imposto desde o reinado de D. Sebastião, para o monopólio do comércio do pau-brasil, no século XVI.

A importância para a Amazônia da introdução destes valores foi fundamental, levando a um ordenamento territorial, com a qualificação de lugares, vilas e cidades, de acordo com sua importância e prosperidade, chegando a sedes municipais, muitas vezes. A polarização desses núcleos foi, ao mesmo tempo, organizador e propulsor de processos econômicos, com o surgimento de elites burguesas nas principais cidades que ascendiam através do comércio, como atravessadores ou mesmo com

⁷ Dos movimentos do período, a Cabanagem foi o único que, de fato, levou o povo à tomada do poder, na sede da Província do Grão-Pará, cujo território abarcava os atuais estados do Pará, Amazonas, Roraima e Rondônia.

pequenas indústrias de transformação da produção nativa, como o beneficiamento de castanha ou mesmo, no interior das matas, do látex das seringueiras. Não podemos, portanto, negar o papel de outros produtos oriundos da floresta que já vinham impulsionando o desenvolvimento econômico da região: as drogas do sertão (ACEVEDO, 1998).

O reflexo desse contexto vai ser importante para a consolidação das grandes cidades, como Belém e Manaus, e fará surgir algumas importantes cidades orbitando àquelas, como portos intermediários. Os caminhos dos rios serão utilizados, mas também surgirão vias terrestres que integrarão núcleos, gerando a expansão, especialmente, das cidades principais, com outras, que passam a abastecer as primeiras. Surge, nesse momento, uma rede de estruturação urbana, com o surgimento de dois importantes polos que se tornarão sedes das duas importantes províncias do Império do Brasil: a do Amazonas e do Pará.

A navegação passa a ser igualmente qualificada, com o surgimento de importantes companhias de navegação e portos, incrementados pelos avanços tecnológicos, especialmente da arquitetura em ferro e das máquinas a vapor. No fim do século XIX são iniciados os projetos de modernização dos portos de Manaus e de Belém: o *Manaus Harbour Limited* e o *Port of Pará Co.*, inaugurados nos primeiros anos do século XX. Uma personagem importante foi o engenheiro norte-americano Percival Farquhar, que investiu a partir das empresas *Atlantic Coast Electric Railway Co.* e da *Staten Island Electric Railway Co.* na instalação do porto de Belém e na abertura da Ferrovia Madeira Mamoré. Outras iniciativas, como a Estrada de Ferro Belém-Bragança, serão importantes, como veremos mais adiante.

A prática de investimento privado na estruturação das cidades foi constante nesse período, tal como os promovidos por Francisco Bolonha (1872-1938) em Belém. Sua importância se deve não apenas pela introdução de equipamentos urbanos importantes na capital paraense, como sistema de abastecimento de água potável, quiosques, mercados, entre outros, mas, principalmente, pela inserção de modelos de modernidade adquiridas em sua formação como engenheiro na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1890 e em suas viagens a Paris, onde fez vários cursos de aperfeiçoamento. A linguagem do Ecletismo, tão característico da arquitetura urbana na Amazônia deve, em grande medida, aos seus projetos, que vão compor com *boulevares* e as praças arborizadas de Belém.

SÉCULO XX

O sentimento de fausto e de potencialidades infindas associadas à região, acrescida do sensível progresso advindo do período de exploração da borracha vai conduzir à ilusão de uma fronteira de recursos infinitos. Surgiram no alvorecer do século XX, ao sul do Estado do Pará, por exemplo, várias cidades associadas ao processo de exploração do látex e da castanha, como São João do Araguaia (1908), Conceição do Araguaia (1909), Altamira (1911) e Marabá (1913). A cidade passa a ser entendida como um espaço onde as questões da modernidade se inserem, visto que a sociedade industrial é urbana (CHOAY, 2003), então, as principais cidades amazônicas passam a potencializar sua estruturação com a implantação de atividades e especializações funcionais, surgindo zonas industriais, áreas institucionais, polos e bairros essencialmente industriais, distantes dos destinados à função residencial. Pensar a cidade se torna um novo campo de estudo e de proposição, criando-se o termo *urbanismo*, inscrito em 1910 no *Bulletin de la Société Géographique de Neuchâtel*, pelo geógrafo Pierre Clerget (CHOAY, 2003).

Figura 6: Carta do Município de Belém, 1903, indicando o sentido da E.F. Belém-Bragança.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, adaptado pela autora.

Os meios de circulação de pessoas e produtos passa pela inserção de uma nova invenção: o automóvel. As rodovias se somarão às ferrovias e hidrovias, contudo, especialmente na década de 1930, as vias terrestres serão indutoras de um novo padrão de disposição e distribuição municipais (TAVARES, 2008). Especialmente no período varguista, a visão progressista e a descentralização da gestão vão influenciar a geografia amazônica, surgindo uma série de municípios e a recomposição de sedes que terão a perspectiva, anteriormente voltada para os rios da região, voltados para as rodovias, especialmente. Cidades com estruturação tradicional e culturalmente voltadas para os rios que os nomeavam, passam por mudanças, inclusive, do posicionamento de suas sedes, como é o caso de Bujaru, no Pará (NASCIMENTO, 2013). A Estrada de Ferro Belém-Bragança será, por seu turno, indutor da ocupação a partir de seu veio (Figura 6), promovendo a indução de um novo sentido de interiorização. Outros municípios surgirão a partir daí, por integração ou por desmembramento.

Até a metade do século iniciam-se planos e estratégias centralizadas na perspectiva de promover o desenvolvimento da Amazônia. Henry Ford implantará a primeira *company town* da Amazônia – Fordlândia e sua cidade irmã Belterra – visando promover a verticalização do processo de produção de borracha para a indústria automobilística, na década de 1920. A fim de subsidiar os Acordos de Washington, durante a Segunda Guerra, os chamados Soldados da Borracha foram alistados pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia- SEMTA, para fornecimento de matéria-prima para os aliados. Surge, a partir daí a concepção de propulsão desenvolvimentista a partir de grandes projetos para a região. Com a abertura da Belém-Brasília, em 1955, a rodovia simbolizará o caminho aberto para a interiorização e, com a criação da Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia- SPVEA, em 1953, surgem núcleos associados a projetos e ladeando as rodovias.

Com a ascensão dos governos militares, a partir de 1964, a concepção de investimento em grandes obras de infraestrutura para o desenvolvimento das regiões consideradas como vazios demográficos, fez surgir institutos como a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM⁸. Superintendência das Zona Franca de Manaus-SUFRAMA, entre outras, inseridos no plano-macro denominado Plano Nacional de Desenvolvimento-PND⁹. Essa concepção de ocupação do terri-

⁸ Criada em 1966, visando substituir a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) criada em 1953, através da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966.

⁹ O Plano Nacional de Desenvolvimento foi instituído em 1972, deriva do Program de Integração Nacional (PIN), instituído pelo Decreto-Lei nº. 1.106, de 16 de junho de 1970, e se caracteriza por estabelecimento de um plano econômico em grande escala, a fim de gestar os planos regionais. O denominado PND se constituiu no I

tório amazônico consolidou a instalação de projetos de exploração mineral e energética, além de polos agropecuários, que proporcionaram o surgimento de cidades que, algumas de forma mais eficiente que outras, se consolidaram na região. Segundo Nahum (2012), os PDAs “difundem uma representação de região que precisava ser integrada, ocupada, valorizada e desenvolvida economicamente”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber, nessa rápida prospecção sobre o tema, que os processos de produção do espaço das cidades amazônicas foram induzidos por, em sua maioria das vezes, processos exógenos, associados à imagem de profusão de recursos e inexistência ou incapacidade de exploração e autodeterminação das formas e meios adequados à exploração destes pela população local.

Os processos culturalmente construídos, na Amazônia, são relegados à modelos de desenvolvimento e ideários de modernidade, ainda sob um aparente filtro de um evolucionismo cultural, como se houvesse subordinação de um processo em relação a outro, sem a real preocupação com o meio em que se busca inserir os modelos de vida humanos. Isso também ocorre em relação às cidades amazônicas, quando ainda há quem condicione a compreensão desta urbanidade a modelos generalizados, tal como o conceito de região metropolitana, visto que a escala de conturbação nas regiões centro-sul do Brasil não pode ser aplicável sobre as condições geográficas e – podemos afirmar – a necessidade de considerar a preservação desta relação de proporcionalidade.

Quanto aos planos desenvolvimentistas do século XX, que apontam para serem reciclados no século XXI, não trazem evolução ou maturação nessas décadas que os distanciam. Salvo honrosas experiências, como da Serra do Navio, de Oswaldo Bratke, no Amapá, ou as inserções da arquitetura de Severiano Mário Porto, que lhe deram a alcunha de arquiteto da Amazônia, poucas inserções na região buscam diálogo e inserção, se manifestando como invasão simbólica. As cidades continuam surgindo trazendo modelos e formas que não se relacionam com as condições ambientais, culturais, econômicas da região amazônica.

A negação dos rios, como potencial para os fluxos e trânsitos, das contribuições históricas e da revisão crítica sobre os processos ulteriores, a fim de não cometer os mesmos erros dos planos de desenvolvimento anteriores. Há discurso expresso nesses planos quanto à ideia de que o espaço amazônico era um vazio a ser cenário

PND (1972 - 1974) e II PND (1975 -1979), como forma de buscar coordenar os recursos do chamado “Milagre Econômico” e a posterior crise do petróleo

de um processo de ocupação e de inserção de modelos econômicos de grande escala, de acordo com a visão grandiosa das potencialidades da região. Esse espaço vazio, assim entendido, era visto como sem dinâmica social e a-histórico, portanto potencial para a inserção de um processo exógeno.

A contribuição deste texto é apontar para a necessidade de compreensão mais profunda de nossa dinâmica urbana, não como algo homogêneo, mas nas características intrínsecas que caracterizam a vivência da população amazônicas.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. Capistrano de Abreu. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ACEVEDO, Rosa (org). **A escrita da História Paraense**. Belém: NAEA/UFGA, 1998.

ANNAES DA BIBLIOTHECA E ARCHIVO PÚBLICO DO PARÁ. **Tomo Terceiro**, Belém: Instituto Lauro Sodré, 1904.

AZEVEDO, João Lúcio. **Os Jesuítas no Grão-Pará**. Belém: SECULT, 1999.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

GOVONI, Ilário. **Malagrida no Grão Pará**. Belém: Gráfica Amazônia, 2009.

LIMA, Alam José da Silva. **Do “dinheiro da terra” ao “bom dinheiro”**: moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750). (dissertação). Belém: Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, 2006.

MARQUES, F. L. T. **Modelo da agroindústria canavieira colonial no estuário amazônico: estudo arqueológico de engenhos dos séculos XVIII e XIX**. Tese de doutorado em História. 193 p.. Porto Alegre, PUC-RS, 2004

MATOS, Frederik Luiz de Andrade de. “Soberanos e despóticos”: as acusações de Mendonça Furtado aos Capuchos da Piedade, 2011 In **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH 50 anos**. São Paulo, 2011. Disponível em [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300743027_ARQUIVO__Artigo-1\(2\).pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300743027_ARQUIVO__Artigo-1(2).pdf). Acesso em outubro de 2018.

NAHUM, João Santos. Região e Representação: a Amazônia nos Planos de Desenvolvimento. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales Biblio 3W**. Vol. XVII, no 985. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2012.

NASCIMENTO, Claudia Helena Campos. **Igreja de Santana do Bujaru**: caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas (dissertação). Belém: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, 2013.

PINTO, Antônio Rodrigues de Almeida. O Bispado do Pará. In **Anais da Bibliotheca e Archivo Público do Pará**, tomo 5, p. 71 e 72. Belém: Instituto Lauro Sodré, 1906.

PRAT, Fr. André . **Notas históricas sobre as missões carmelitanas no extremo norte do Brasil (Séculos XVII e XVIII)**. Recife: Convento do Carmo, 1941.

RODRIGUES, Paula Andréa Caluff. **Traços de Antônio Landi (1713 / 1791) nas paróquias da Amazônia**: estudo imagético, tipológico e estilístico de igrejas da Mesorregião do Nordeste Paraense. Belém: UFPA, 2008.

SCHWEBEL, Joan Andre. **Coleção das Perspectivas das Aldeias, Notáveis Lugares e Pessoas que estão Representadas no Mapa Elaborado pelos Engenheiros Durante Sua Expedição que começou a Partir da Cidade do Pará até a Aldeia de Mariua sobre o rio Negro. 1756** [íconografia pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional]. Disponível em www.wdl.org, acesso em dezembro de 2010.

SOUZA, Cesar Martins de; CARDODO, Alírio (orgs). **História do Xingu**: Fronteiras, espaços e territorialidades (séculos XVII-XXI). Belém: EDUFPA, 2008.

TAVARES, Maria Goretti.da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação dos municípios. **Revista ACTA Geográfica**. v. 2 , n 3 , 2008. Universidade Federal de Roraima, Instituto de Geociências (IGeo/UFRR), 2008.

VALLA, Margarida. O Diálogo entre o urbanismo português e os rios como identidade territorial brasileira. 2015. **Revista Confins** [on line], n. 23, 2015. Disponível em <http://journals.openedition.org/confins/10074>. Acesso em outubro 2018.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima**: a disputa pela terra – 1777 a 1980. 2. Ed. Revista e ampliada. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014. 241 p.

ARTIGO

OS EVENTOS ARTÍSTICO-CULTURAIS TRANSFRONTEIRIÇOS: COOPERAÇÃO E CULTURA NA FRONTEIRA

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado parcial de pesquisa em andamento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira (PPGSOF) da Universidade Federal de Roraima (UFRR), em nível de mestrado, cujo objeto são os eventos artístico-culturais que ocorrem na região de fronteira no extremo norte do Brasil, na divisa de Pacaraima (Brasil) e Santa Elena de Uairén (Venezuela). Assim, o objetivo principal desta pesquisa é analisar os eventos artístico-culturais transfronteiriços, seus objetivos e resultados, como instrumentos de integração e solidariedade entre as populações fronteiriças de Pacaraima (BR) e Santa Elena de Uairén (VE). Para efeitos deste artigo, serão apresentados os eventos já pesquisados e os indícios de cooperação encontrados na realização destes.

Em vez de enxergar a fronteira como um espaço de conflito, este artigo propõe uma nova visão sobre esta temática, uma vez que a própria noção de fronteira tem-se alterado. Neste último século, por exemplo, viu-se emergir diversas outras questões sobre as fronteiras, sejam econômicas, sociais, ambientais ou culturais:

A atual tendência de formação de blocos econômicos regionais e as diásporas de povos com nacionalidade compósita numa escala sem precedentes no passado, provocaram uma mudança fundamental na abordagem das fronteiras e limites internacionais (STEIMAN; MACHADO, 2002, p. 6).

Este novo olhar sobre a fronteira permite que trabalhos como este estudem aspectos como o desenvolvimento de eventos artístico-culturais na região e como eles podem influenciar o meio no qual estão inseridos. O recorte geográfico deste

* Graduado com Láurea Acadêmica em Relações Internacionais, Especialista em Geopolítica e Relações Internacionais, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira (UFRR), e-mail: gabriel.souzalencar@gmail.com

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira (UFRR), Doutora em Ciências Sociais.

trabalho trata da fronteira norte do Brasil, nas cidades de Pacaraima e Santa Elena de Uairén.

O Município de Pacaraima, que faz fronteira ao norte com a Venezuela, foi instituído pela Lei 096/95, tendo como sede a antiga Vila de Pacaraima, sendo efetivada a posse das autoridades a partir de 1997, desmembrando-se efetivamente do município de Boa Vista. É um município de pouco mais de 11 mil habitantes e maioria jovem (SEPLAN, 2014).

No lado venezuelano, Santa Elena de Uairén recebeu em, 1945, o título de capital do então recém-criado município de Gran Sabana, no Estado de Bolívar. É vista atualmente pelo governo venezuelano como: “[...] una de las zonas naturales protegidas más importantes del país y polo de gran desarrollo turístico.”¹ (AVN, 2015). Como cidade-gêmea de Pacaraima no contexto fronteiriço, localiza-se no extremo sul da Venezuela, na fronteira com o Brasil, e conta com uma zona de livre comércio (SENIAT, s.d.), sendo o comércio e o turismo suas principais fontes de renda. A cidade de Santa Elena, porém, é bem antiga:

A história conta que em 1923 o senhor Lucas Fernández Peña atraído pelo auge diamantífero da zona chegou a este lugar e logo depois se instalou em Akurimã e iniciou agricultura intensiva e criação de gado nesta localidade. Em 1924, a denominou cidade de Santa Elena em homenagem a uma de suas filhas e ao rio que cruza a cidade (RODRIGUES, 2007, p. 45).

Mesmo antes da criação do município de Pacaraima, Rodrigues (2007) explica que nos anos 1940 já havia movimento de comércio entre Santa Elena e Roraima, dado o garimpo na região. Além disso, nesta região há famílias brasileiras que moram no lado venezuelano, mas tem filhos matriculados em escolas brasileiras, por exemplo, o que traz uma nova dinâmica para as relações na localidade.

Ao falar de cidades-gêmeas, entende-se que, de maneira geral: “[...] apresentam grande potencial de integração econômica e cultural assim como manifestações localizadas dos problemas característicos da fronteira.” (MACHADO, 2005, p. 260). A fronteira, assim, deixa de ser concebida apenas do ponto de vista do Estado e percebida numa perspectiva mais local e social.

Vale citar também que Machado (2005), ao trazer aspectos da geografia das cidades-gêmeas, em especial no contexto brasileiro, aponta dentre outros exemplos, que: “[...] a disposição geográfica das cidades e seu tamanho urbano devem muito à

¹ “[...] uma das zonas naturais protegidas mais importantes do país e polo de grande desenvolvimento turístico.” (tradução livre).

ação intencional de agentes institucionais (unidades militares, eclesiásticas, jurídico-administrativas)” (MACHADO, 2005, p. 263).

Além do recorte geográfico, destaca-se que o recorte temporal deste artigo é o período de 2008-2017. Tal recorte foi escolhido, em um primeiro momento, devido a um importante festival que ocorria na região de fronteira chamado “Yamix”. Este evento teve sua primeira edição em 2008 e, dada a sua relevância, foi utilizado como marco para iniciar as pesquisas na área.

A metodologia empregada foi a análise documental. Os primeiros documentos foram obtidos por solicitações a órgãos públicos e/ou entidades privadas que tivessem realizado (ou realizam) algum evento no recorte geográfico destacado. Estes documentos provaram ser, principalmente, projetos para captação de recursos (tanto de origem pública quanto privada) e, eventualmente, algum relatório de prestação de contas. Nesta categoria também foram essenciais dados em fontes oriundas da imprensa (jornais locais) e da internet (blogs em que foram registrados fatos relatos aos eventos ou outros sites com assuntos conexos).

O objetivo deste levantamento foi obter informações sobre formulação, criação e mesmo implantação ou prestação de contas (quando for o caso) dos eventos artístico-culturais, que possibilite um mapeamento sócio-histórico dos eventos que venham a contribuir com os objetivos propostos nesta pesquisa, tanto no lado brasileiro quanto venezuelano.

CONCEITOS

Para este trabalho, é essencial entender o conceito de cooperação. Dessa forma, entendemos que, quando diferentes atores cooperam: “[...] *they are acting together intentionally in the pursuit of an intended collective or joint goal, whether or not they at the same time also are acting in the pursuit of their intended ‘private’ (viz., merely personal) goals.*”² (TUOMELA, 2000, p. 11, grifo nosso). O fator determinante, neste caso, seria o objetivo comum que permeia a atitude dos atores envolvidos.

Cultura, por sua vez, é tratada no âmbito deste trabalho pelo entendimento conjunto de três autores. Bauman (2012) informa que, ao mesmo tempo em que a cultura pode ser um: “[...] instrumento de rotinização e da continuidade – uma serva da ordem social.” (2012, p. 16), ela é o lócus da reconstrução da sociedade.

² “[...] eles estão agindo em conjunto intencionalmente na busca de um objetivo coletivo ou conjunto, independente de estarem ao mesmo tempo agindo em busca de um objetivo ‘privado’ (ou seja, meramente pessoais) ou não.” (tradução livre).

Dessa forma, dois discursos concorrem para explicar a cultura, ora como resistência à norma, ora como a própria norma que delimita a sociedade. Assim, a cultura está num contexto no qual: “Mobilidade, desarraigamento e disponibilidade/acessibilidade global dos padrões e produtos culturais constituem agora a ‘realidade primária’ da cultura; [...]” (BAUMAN, 2012, p. 48).

Por sua vez, Hall (2003) fala sobre a constante reconstrução dos limites ou fronteiras culturais na era da alta comunicação. As fronteiras interculturais não são mais algo fixo, porém imaginado e constantemente reconstruído: “O ‘local’ não possui um caráter estável ou trans-histórico. Ele resiste ao fluxo homogeneizante do universalismo com temporalidades distintas e conjunturais.” (HALL, 2003, p. 61).

Quando se têm estes conceitos estabelecidos, fica fácil entender o que Geertz (2008) diz quando afirma que: “[...] a cultura não é um poder [...] ela é um contexto, algo dentro do qual eles [os acontecimentos sociais] podem ser descritos de forma inteligível.” (GEERTZ, 2008, p. 10). E esta forma inteligível, na construção de Geertz, traduz-se por símbolos e estruturas que transmitem significados.

Por fim, outro conceito fundamental que será necessário para entender o próximo tópico é o de eventos. Trabalhamos com a definição de Getz (2007), que afirma que “evento” é: “[...] an experience that has been designed (or at least the experience is facilitated) and would not otherwise occur”³ (GETZ, 2007, p. 9).

Para Getz (2007), o evento é temporal (que se desenvolve no tempo) e único (no sentido de que dois eventos, mesmo sendo planejados, nunca serão iguais, sempre haverá aspectos que os diferenciem); não obstante essa singularidade, Getz complementa que: “*There are many styles of planned events, produced for many purposes, but in every case there is intent to create, or at least shape the individual and collective experiences*”⁴ (GETZ, 2007, p. 9).

OS EVENTOS DA FRONTEIRA

O primeiro desses eventos que deve ser mencionado é o Yamix. Evento de formato festival foi organizado pela Universidade Estadual de Roraima (UERR) no período de 2008-2013, e promovia a integração na fronteira norte, ao trazer uma gama extensa de atividades que iam desde apresentações musicais de orquestras venezuelanas, até danças indígenas das comunidades próximas a Pacaraima e Santa

³ “[...] uma experiência que fora projetada (ou no mínimo facilitada) e caso contrário não ocorreria.” (tradução livre)

⁴ “Há muitos estilos de eventos planejados, produzidos para vários propósitos, mas em todo caso há a intenção de criar, ou, pelo menos, moldar as experiências coletivas e individuais [...]” (tradução livre).

Elena. Ao todo, mais de 150 artistas passaram por todas as edições do evento que, para funcionar, contava com apoio maciço da população local, tanto para disponibilização de espaços como parcerias econômicas, garantindo hospedagem, alimentação e cachê para artistas e alunos.

Com o fim do Yamix, passou-se a organizar o Encontro Científico e Cultural do Campus de Pacaraima, também um evento da UERR, mas que perdeu o caráter artístico-cultural, sendo apenas um evento de cunho acadêmico. Ainda que o evento tivesse apresentações artísticas, o foco maior era a produção acadêmica. Este evento permaneceu vigente até 2016, ano em que a UERR fechou o campus de Pacaraima.

Outro evento que merece destaque é o Fronteira Cultural. Organizado pelo Serviço Social do Comércio (SESC), aconteceu sempre no mês de janeiro entre os anos de 2011-2015. O SESC em Roraima é um dos grandes, senão o principal (à época), fomentadores de movimentos artísticos locais e regionais, garantindo espaço para a produção artística local. O evento tem formato de festival, proporcionando shows musicais todas as noites, além de exposições de artes plásticas e visuais durante o dia.

O próximo evento – cujas ramificações foram maiores do que o esperado, quando do desenvolvimento desta pesquisa – é o Grito Rock. Um evento encabeçado por artistas independentes, com pouca ou quase nenhuma participação do poder público. Na verdade, originou-se, em 2003, em Cuiabá, do Coletivo Cultural Fora do Eixo, que é: “[...] uma rede colaborativa e descentralizada de trabalho constituída por coletivos de cultura pautados nos princípios da economia solidária, do associativismo e do cooperativismo, da divulgação, da formação e intercâmbio entre redes sociais” (FORA DO EIXO, 2009).

Em Roraima, o responsável pela organização do evento é o Coletivo Canoa Cultural, que visa: “[...] fomentar a Cultura local, auxiliar artistas e profissionais a fazerem a autogestão de seus trabalhos e reunir jovens com o fim de promover a Cultura por meio de projetos voltados ao bem-estar social.” (CANOAPOP, s.d.). A primeira edição deste evento em Pacaraima ocorreu em 2011, tendo também a forma de um festival, contando não apenas com shows de rock, mas também com oficinas artísticas, exposições de fotografias e filmes. Posteriormente, este evento ganhou proporções tais de cooperação e adentramento na região de fronteira, que gerou o Gran Sabana Rock, Grito Rock Santa Elena, Grito Rock Ciudad Bolívar e, até mesmo, o Grito Rock Tepequém, que é um desdobramento das relações estabelecidas, primeiramente, na fronteira Pacaraima – Santa Elena de Uairén.

Por sua vez, o Reggae e Rock era um evento que acontecia em Pacaraima, também organizado por artistas independentes vinculados ao “Quilombo Coquetel”, na

pessoa do artista “Mutante”. O evento contava com shows de bandas de rock e reggae, advindas tanto do Brasil como da Venezuela e da Guayana. Este evento contava com um grande público, proveniente de ambos os lados da fronteira.

Outro evento que merece destaque, sendo o maior de todos eles, é o Micaraima. Este evento, totalmente governamental, provou-se um marco da fronteira norte. Em anos em que chegou a atrair mais de 30.000 pessoas, para uma cidade com cerca de 14.000 habitantes, o Micaraima teve um impacto significativo para o comércio local. Além disso, há o homônimo dele no lado venezuelano, chamado Mercorumba. Ambos tinham o mesmo propósito de integração e foram idealizados numa parceria Brasil-Venezuela, sendo que, em um ano, aconteceria num país e, no próximo, no outro. Porém, esta parceria provou-se efêmera, pois o Micaraima deixou de ser realizado, mas o Mercorumba perdurou, carregando os brincantes para o lado venezuelano, onde também se tocava, além da rumba, salsa e merengue, o axé e samba característicos do carnaval brasileiro.

A figura abaixo representa uma linha do tempo, destacando o início e término da realização dos eventos na região, sendo possível visualizá-los no recorte temporal apontado. Tal figura limita-se aos eventos analisados e oriundos da pesquisa documental deste trabalho.

Figura 1: Eventos em Pacaraima – Santa Elena de Uairén (2011-2017).



Fonte: elaboração própria (2018).

AS VIAS DE COOPERAÇÃO

Todos estes eventos, em alguma medida, funcionam como ferramenta de cooperação para a região de fronteira. Com dados obtidos das fontes documentais, verificou-se que o Yamix, por exemplo, não foi um marco apenas para o comércio local ou as instituições políticas, uma vez que, quando este evento ocorria, a fronteira burocrática, física, entre os dois países não fechava. Enquanto no dia a dia essa mesma divisa era fechada, religiosamente às 22h00min, durante o Yamix e o Micaraima ela ficava aberta, de modo a permitir o livre trânsito das pessoas que par-

ticipavam dos eventos. O evento também foi um marco para a integração artística naquela região de fronteira:

Pelas ruas da cidade encontrávamos gente de Boa Vista, de Pacaraima, muitos turistas venezuelanos, andarilhos hippies, e principalmente, muita arte sendo compartilhada para todos os cantos. Por onde andávamos pelas ruas da cidade fronteiriça, encontrávamos aglomerados de pessoas cantarolando algo num violão, bongôs e flautas, que nos remetiu imediatamente a outro momento importante na história da cultura mundial: o Festival Woodstock (MATHEUS, 2012).

O Fronteira Cultural, por sua vez, tinha um forte viés de apresentar na fronteira o elemento da cooperação e integração, em que: “[...] propõe um ambiente de intercâmbio e integração cultural na Tríplice Fronteira Brasil/ Guiana/ Venezuela. Durante esses três dias, vão se apresentar artistas e grupos artísticos provenientes dos três países e o saldo desse encontro é um passo a mais no fortalecimento da relação cultural dessa região” (BetoBV, 2012). Tal fora a amplitude do evento, que alguns artistas chegaram a nomeá-lo também de “Woodstock Roraimense” (MATHEUS, 2013), e destacam o Fronteira Cultural como fomentador das artes integradas da tríplice fronteira.

O Reggae e Rock, ainda que pareça restrito à localidade na análise documental, destacou-se como ferramenta para a cooperação e integração a nível local, uma vez que era operado por atores independentes. O evento tinha como ferramenta própria a cooperação entre comerciantes e artistas para sua realização. Destaca-se, por exemplo, a participação da banda Ganjoman, de Caracas (Venezuela); Jamrock, Raul Cover e banda Metamorfose (Brasil); e, sempre presentes, a banda Guy-Bras (Guyana), encerrando o evento. O evento ocorria na Rua Suapi, a principal rua do comércio em Pacaraima.

Por sua vez, o Grito Rock, através do processo de adentramento que representou, tanto para a Venezuela (Grito Rock Santa Elena, Grito Rock Ciudad Bolívar, entre outros), quanto para o Brasil (Grito Rock Tepequém), mostrou-se como ferramenta de cooperação e integração da fronteira. Essa capacidade do evento em se capilarizar denota sua utilidade mecanismo de cooperação. O evento já chegou a ocorrer tanto em Boa Vista como em Pacaraima e, simultaneamente, em outros municípios (MATHEUS, 2011a, 2011b, 2011c, 2011d; CANOAPOP, 2011; CANOAPOP, 2012a): “[...] o grande desafio era fortalecer as microrrotas na região, possibilitando a circulação das tecnologias sociais na Amazônia, este ano a integração de vários municípios interioranos evidenciam o forte trabalho realizado por agentes culturais no topo do país em 2011.” (CANOAPOP, 2012b).

O Grito Rock, em si, já é um evento colaborativo, organizado por atores independentes. Mesmo assim, vê-se a participação de instituições, como a Alcaldia del Municipio Gran Sabana, o Instituto Municipal para la Cultura y las Artes (IMCA), a Camara de Comercio do Município Gran Sabana e Inversiones Marymer C.A., e a organização de mesa redonda com participação do SESC, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista (FETEC), sendo chamado de um “marco” na realização de eventos colaborativos (CANOAPOP, 2012c).

Em janeiro de 2016 já encontravam-se abertas as inscrições para as bandas interessadas participarem do evento (BRANDÃO, 2016). Merece destaque que, nesta edição, houve um recorde de inscrições: mais de 100 bandas locais demonstraram interesse em participar do evento (G1-RR, 2016a). Assim, verifica-se o aumento da amplitude do evento que, por sua vez, gerou espaços para que novos artistas pudessem se inserir na cena artística roraimense. Isto, sem deixar de mencionar os diferentes estilos musicais que sempre estiveram presentes no Grito Rock, e neste ano ficaram ainda mais evidentes, com participação de bandas de forró, sertanejo e até música eletrônica (G1-RR, 2016b).

Por sua vez, o Micaraima, surgido no começo dos anos 2000, foi durante muito tempo o principal evento da região de Pacaraima – Santa Elena. Com enormes proporções, o evento impactava o comércio, tanto do lado brasileiro quanto venezuelano. Em uma cidade pequena, a chegada maciça de turistas esgotava todas as vagas em hotéis no lado brasileiro, levando muitos a se hospedarem no lado venezuelano. Não apenas isto, mas devido à valorização da moeda brasileira em relação à venezuelana, também era superaquecido o comércio no lado venezuelano.

Mais tarde, com a concretização do Mercorumba, o lado venezuelano também conseguiu aumentar a capacidade do evento, uma vez que ele estava inserido na “Ruta del Calypso”, um movimento de carnaval que começava na cidade de El Callao (onde se realiza o maior carnaval da Venezuela), e descia até a região da fronteira de Santa Elena. Desse modo, o evento garantia uma ampla participação de venezuelanos naquela área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As artes sempre tiveram uma capacidade para incentivar a cooperação que é patente da sua natureza. Quando Geertz (2008) fala dos símbolos que marcam uma cultura, vemos que estes símbolos podem ser compartilhados entre diferentes cultu-

ras. Daí é interessante lembrar-se de Hall (2003) e Bauman (2012), quando destacam a cultura como algo fluido, não restrito a fronteiras (sejam elas físicas ou imaginadas).

Vimos neste artigo a capacidade que os eventos artístico-culturais têm para incentivar a cooperação na região de fronteira. Interessante notar que eventos desenvolvidos pelos agentes independentes ou privados (em contraste com o Poder Público) tem uma capacidade maior de capilaridade e alcance. Isso não significa que os outros eventos não tenham impacto, visto que há aí braços do poder público que também têm a vontade de promover a arte e não mede esforços para isso.

A capacidade do Yamix de integrar diversas artes foi elemento essencial para que a integração ocorresse também em nível de sociedade local. Isso é reforçado por eventos como o Grito Rock e o Reggae e Rock, que pelo fazer musical atraem uma diversa gama de artistas e participantes dos eventos.

No caso do Micaraima, não há como evitar o destaque à capacidade da integração comercial, visto que, uma vez que o comércio da Pacaraima não era capaz de abarcar todo o contingente de turistas oriundos do evento, necessariamente há um processo de spillover para Santa Elena de Uairén, que também recebe muitos turistas e tem o comércio fortalecido. No lado venezuelano, esse fortalecimento pode ser visto com a realização do Mercorumba, que atrai não só turistas estrangeiros, mas do próprio país.

A integração artística e cultural, afinal, provou que estes eventos, realizados numa região de fronteira, podem funcionar como elementos de cooperação e solidariedade, uma vez que a arte não conhece essas barreiras. Ao comerciante que alavanca seu negócio durante aqueles dias, ou ao artista que tem uma plataforma na qual possa divulgar seus trabalhos e realizar um intercâmbio cultural com outros artistas, ao participante que pode desfrutar de um evento diferente e, assim, ter contato com o que está além das fronteiras, e mesmo aos organizadores destes eventos, o que importa é fazer a arte acontecer e, assim, integrar.

REFERÊNCIAS

AVN. Hace 92 años comenzó a crearse Santa Elena de Uairén. **Agencia Venezolana de Noticias (AVN)**. Ciudad Bolívar, 16 set. 2015. Disponível em: <<http://www.avn.info.ve/contento/hace-92-a%C3%B1os-comenz%C3%B3-crearse-santa-elena-uair%C3%A9n>>. Acesso em 17 out. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BetoBV. Fronteira Cultural abre programação de 2012 do Sesc RR. **Notícias de Roraima**. Boa Vista, 02 jan. 2012. Disponível em: <<http://noticiasderoraima.blogspot.com.br/2012/01/fronteira-cultural-abre-programacao-de.html?m=0>>. Acesso em 10 out. 2017.

BORGES, Edgar. **Pacaraima terá rock, reggae e muitas artes no Fronteira Cultural**. Cultura de Roraima. 29 dez. 2011. Disponível em: <<http://culturaderoraima.blogspot.com.br/2011/12/pacaraima-tera-rock-reggae-e-muitas.html>>. Acesso em 11 out. 2017.

BRANDÃO, Inaê. 'Grito Rock' em Roraima abre seleção de bandas para a 9ª edição do festival. **G1 Roraima**. Boa Vista, 25 jan 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/01/grito-rock-em-roraima-abre-selecao-de-bandas-para-9-edicao-do-festival.html>>. Acesso em 16 jan 2018.

CANOAPOP. **O Coletivo**. Canoa Pop. s.d. Disponível em: <<http://canoapop.blogspot.com.br/p/o-coletivo.html>>. Acesso em 13 jan 2018.

_____. Grito Rock a alguns passos da Venezuela. **Canoa Pop**. 31 jan 2011. Disponível em: <http://canoapop.blogspot.com.br/2011/01/blog-post_31.html>. Acesso em 13 jan 2018

_____. Boa Vista, Pacaraima e Tepequém serão sedes do Grito Rock 2012. **Canoa Pop**. 25 jan 2012a. Disponível em: <<http://canoapop.blogspot.com.br/2012/01/boa-vista-pacaraima-e-tepequem-serao.html>>. Acesso em 15 jan 2018

_____. Grito se expande na Amazônia em 2012. **Canoa Pop**. 08 fev 2012b. Disponível em: <<http://canoapop.blogspot.com.br/2012/02/grito-se-expande-na-amazonia-em-2012.html>>. Acesso em 15 jan 2018

_____. I Gran Sabana Rock acontece neste sábado em Santa Elena de Uaiyén. **Canoa Pop**. 21 abr 2012c. Disponível em: <<http://canoapop.blogspot.com.br/2012/04/i-gran-sabana-rock-acontece-neste.html>>. Acesso em 15 jan 2018

_____. II Gran Sabana Rock acontece neste sábado. **Canoa Pop**. 07 set 2012d. Disponível em: <<http://canoapop.blogspot.com.br/2012/09/ii-gran-sabana-rock-acontece-neste.html>>. Acesso em 15 jan 2018

_____. Álbum de Fotos Canoa Pop - Ac3rtijo no II Gran Sabana Rock. **Canoa Pop**. 18 set 2012e. Disponível em: <<http://canoapop.blogspot.com.br/2012/09/album-de-fotos-canoa-pop-ac3rtijo-no-ii.html>>. Acesso em 15 jan 2018

COSTA, Jéssica. Grito Rock: Ciudad Bolívar realiza primeira edição neste final de semana. **Roraima em Foco**. 25 mar 2015. Disponível em: <<http://www.roraimaemfoco.com/grito-rock-ciudad-bolivar-realiza-primeira-edicao-neste-final-de-semana/>>. Acesso em 15 jan 2018.

DISAVANA. Perfil na rede social Facebook. Postagens referentes ao ano de 2014. **Facebook**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DisavanaOficial/>>. Acesso em 19 jan 2018.

FORA DO EIXO. Carta de Princípios. **Fora do Eixo**. 2009. Disponível em: <<http://foradoeixo.org.br/historico/carta-de-principios/>>. Acesso em 13 jan 2018.

G1-RR. Boa Vista recebe o Dezesesseis bandas são selecionadas para a 9ª edição do Grito Rock. **G1 Roraima**. Boa Vista, 19 fev 2016a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/02/dezesesseis-bandas-sao-selecionadas-para-9-edicao-do-grito-rock-em-rr.html>>. Acesso em 15 jan 2018.

_____. Grito Rock é destaque na agenda cultural de RR; veja programação. **G1 Roraima**. Boa Vista, 26 mai 2016b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/05/grito-rock-e-destaque-na-agenda-cultural-de-rr-veja-programacao.html>>. Acesso em 15 jan 2018.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GETZ, Donald. **Event studies: Theory, Research and Policy for Planned Events**. Oxford: Elsevier, 2007.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

IV FRONTEIRA Cultural 2015 – Pacaraima – Roraima – Brasil – Venezuela – Guiana. Publicado por SescRoraima. 16 dez. 2014. 29 seg, son., color., narrado em português. Material de divulgação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PA0Pg8_TcR4>. Acesso em 11 out. 2017.

MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidade, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. Em: M.L.Silveira (Org.). **Continente em chamas**. Globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 245-285. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/pesquisa/limites-e-fronteiras-internacionais/estado-territorialidade-de-redes-cidades-gemeas-na-zona-de-fronteira-sul-americana/#.WgDrrfK53EQ#ixzz4xhGQLR3s>>. Acesso em 26 out. 2017.

MATHEUS, Victor. Grito Rock Boa Vista 2011 – Parte 1. **RoraimaRockN’Roll**. 07 mar 2011a. Disponível em: <<http://roraimarocknroll.blogspot.com.br/2011/03/grito-rock-boa-vista-2011-parte-1.html>>. Acesso em 13 jan 2018.

_____. Grito Rock Boa Vista 2011 – Parte 2. **RoraimaRockN’Roll**. 07 mar 2011b. Disponível em: <<http://roraimarocknroll.blogspot.com.br/2011/03/grito-rock-boa-vista-2011-parte-2.html>>. Acesso em 13 jan 2018.

_____. Grito Rock Boa Vista 2011 – Parte 3. **RoraimaRockN’Roll**. 07 mar 2011c. Disponível em: <<http://roraimarocknroll.blogspot.com.br/2011/03/grito-rock-boa-vista-2011-parte-3.html>>. Acesso em 13 jan 2018.

_____. Grito Rock Boa Vista 2011 – Parte 4 (Final). **RoraimaRockN’Roll**. 07 mar 2011d. Disponível em: <<http://roraimarocknroll.blogspot.com.br/2011/03/grito-rock-boa-vista-2011-parte-4-final.html>>. Acesso em 13 jan 2018.

_____. Diário de Bar: Veludo Branco no Yamix 2012. **RoraimaRockN’Roll**. 20 nov 2012. Disponível em: <<http://roraimarocknroll.blogspot.com.br/2012/11/diario-de-bar-veludo-branco-no-yamix.htm>>. Acesso em 17 jan 2018.

_____. Diário de Bar: Veludo Branco no II Fronteira Cultural. **RoraimaRockN’Roll**. 08 jan. 2013. Disponível em: <<http://roraimarocknroll.blogspot.com.br/2013/01/diario-de-bar-veludo-branco-no-ii.html>>. Acesso em 11 out. 2017.

PACARAIMA: IV FRONTEIRA CULTURAL será realizado dias 2 e 3 de janeiro. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 21 dez 2014. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Pacaraima-IV-Fronteira-Cultural-sera-realizado-dias-2-e-3-de-janeiro/3215>>. Acesso em 10 out. 2017.

REGGAE CARACAS RADIO. El Ganjoman Original New Roots De Venezuela. **Reggae Caracas Radio**, Caracas, 13 abr 2016. Disponível em: <<http://www.reggaecaracas.com/biografias/item/53-el-ganjoman-original-new-roots-de-venezuela.html>>. Acesso em 03 abr 2018.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Nacionalidade no pensamento social brasileiro e venezuelano e o lugar Guayana**. 2007. 221 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisas e Pós-Graduação sobre as Américas/CEPPAC, Universidade de Brasília, Brasília 2007.

SENIAT. **Puerto Libre de Santa Elena de Uairén**. s.d. Disponível em: <http://declaraciones.seniat.gob.ve/portal/page/portal/MANEJADOR_CONTENTIDO_SENIAT/04ADUANAS/4.4REGIMENES_TERRITOR/4.4.1PUERTOS_LIBRES/4.4.1.html>. Acesso em 17 out. 2017.

SEPLAN (Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima). **Informações Socioeconômicas do Município de Pacaraima – RR 2014**, 4ª edição. Elaboração: DIEP. Boa Vista – RR, 2014. 78 pag.

SESC (Serviço Social do Comércio). **Relatório do Programa Cultura**. Boa Vista: SESC, 2015.

STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia Osório. **Limites e fronteiras internacionais**: uma discussão histórico-geográfica. Terra Limitanea: Atlas da Fronteira Continental do Brasil. Rio de Janeiro: Grupo RETIS, 2002, p. 1-16. Disponível em: < <http://www.retis.igeo.ufrj.br/producao/artigos/limites-e-fronteiras-internacionais-uma-discussao3o-hist-b3rico-geogr%a1fica/#.Wf8nmmhSyiM#ixzz4xZNY4uUE>>. Acesso em 26 out. 2017.

TUOMELA, Raimo. **Cooperation**: A Philosophical Study. Philosophical Studies Series, Kluwer Academic Publishers, 2000, 431 pp.

ARTIGO

**PATRIMÔNIO, CULTURA E CIDADE - A CONSTRUÇÃO
DA IGREJA CATEDRAL CRISTO REDENTOR E SUAS
CONTRIBUIÇÕES PARA A CIDADE DE BOA VISTA**

INTRODUÇÃO

A Igreja Catedral Cristo Redentor destaca-se por seu estilo arquitetônico moderno na paisagem do Centro Cívico de Boa Vista – RR, ponto culminante do projeto urbanístico desenvolvido pelo engenheiro Darcy Aleixo Derenusson na década de 1940. Desse modo o templo, símbolo do poder religioso, divide o espaço com os poderes executivo, legislativo e judiciário. Em julho de 2010, A Diocese de Roraima iniciou o que denominou *reforma e restauração* da edificação, agregando novos materiais e elementos, como granito e mármore no presbitério, a inclusão da cátedra do bispo e a implantação de esquadrias com motivos de ondas e peixes. As mudanças efetuadas foram justificadas a partir de necessidade práticas, como rampas e sistema de som e segurança, adequação do espaço litúrgico segundo as premissas da Santa Sé e como um resgate e finalização do projeto original. Cabe-nos destacar que a igreja é patrimônio cultural do estado de Roraima e do município de Boa Vista, e cujo tombamento é anterior aos processos de intervenção. Os questionamentos resultantes da reforma/restauração, principalmente no que se refere à *retomada* do projeto original, levaram-nos a pesquisar sobre o processo de construção da Catedral Cristo Redentor, objetivando analisar o contexto histórico de sua elaboração e produção, os simbolismos existentes nesse espaço de culto e sua inserção como marco arquitetônico moderno na capital roraimense.

O desenvolvimento do estudo pautou-se, fundamentalmente, em pesquisa bibliográfica sobre a temática proposta visando subsidiar as etapas posteriores da investigação. Seguidamente, procedemos à pesquisa documental, compilando fontes de diferentes gêneros e em diferentes suportes, como atas, discursos, fotografias,

* Graduada do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima – UFRR. E-mail: nayhandramagalhaesrr@gmail.com

** Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima – UFRR. E-mail: paulina.ramalho@ufrbr

dentre outros. A análise e interpretação dos dados coletados fundamentaram as observações *in loco* realizadas na Igreja Catedral.

BOA VISTA: NECESSIDADE DE UM NOVO TEMPLO

Embora a presença de religiosos católicos no estado de Roraima remeta ao seu período colonial, uma atuação mais sistemática ocorrerá a partir de 1909, com a chegada da Ordem Religiosa de São Bento. O início desse processo remete-se ao ano de 1907 quando, através do decreto pontifício *E Brasiliae Reipublicae Dioecesibus* de 15 de agosto, o Papa Pio X elevou a Abadia de Nossa Senhora de Monserrate (Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro) a categoria de Abadia Nullius. A referida Abadia dispunha de jurisdição sobre o território da Bacia do Rio Branco, anteriormente parte da Diocese do Amazonas (SILVA, 2018).

Além do trabalho missionário propriamente dito, especialmente entre os indígenas, a Ordem Beneditina reformou e construiu diversas edificações como suporte para sua atuação. Dom Gerardo Van Caloen, primeiro bispo-prelado, por exemplo, iniciou a reconstrução da Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, e seu sucessor, Dom Pedro Eggerath, construiu a sede da Prelazia, o Hospital Nossa Senhora de Fátima, a Escola São José, e uma residência para as irmãs da ordem (DIOCESE DE RORAIMA, 2018). Essas edificações, atualmente, fazem parte do patrimônio histórico da cidade de Boa Vista e do Estado de Roraima, reconhecidas através do instituto do tombamento.

Para a discussão central do artigo, cabe-nos destacar a edificação da Igreja Matriz, que se constituiu no principal templo religioso até a construção da Catedral Cristo Redentor. A citada igreja localiza-se na margem direita do rio Branco que, por séculos, foi a única via de acesso à região.

As obras de ampliação da Igreja Matriz foram iniciadas na década de 1910, mas perduraram até a década de 1920. Dom Pedro Eggerath, quando de sua chegada a Boa Vista em 1924, expressou que “perto do lugar de desembarque, vê-se em uma das praças a Igreja de N. S. do Carmo, de construção antiga e, até sendo concertada condignamente” (EGGERATH, 1924, p. 12). Com a finalização das obras, a edificação passou a apresentar a torre do campanário, e diversos elementos decorativos em sua fachada e em seu interior, no que é reconhecido localmente como *estilo germânico* (Figura 1):

Figura 1: Igreja matriz em meados de 1920- fachada frontal estilo germânico.



Fonte: Acervo do Laboratório de História da Arquitetura e Urbanismo - UFRR.

Sobre o aspecto da Igreja Matriz, o romancista inglês Evelyn Waugh, que esteve em Boa Vista em 1933, relata em seu livro *Ninety-two days* que a mesma, além do prédio da Prelazia, era a única construção com qualidades artísticas na cidade (WAUGH, 1986). Waugh descreveu que a igreja era “uma construção moderna, pintada com faixas horizontais amarelo e laranja, com molduras ornamentais de concreto, velhos sinos na torre e em seu interior” (1986, p. 21).

Certamente as características da Igreja Matriz despontavam em meio ao cenário urbano e construtivo da cidade de Boa Vista. Relatos como os de Eggerath, de 1924; Rice, de 1924-25; e o de Waugh, de 1933, nos ajudam a traçar um panorama geral de Boa Vista na primeira metade do século XX. Neste período a cidade apresenta-se como um pequeno núcleo populacional, com a vida se desenrolando na região de barrancos às margens do rio branco.

Conjugando-se as descrições de D. Pedro Eggerath, prelado do Rio Branco, e de Alexander Hamilton Rice, explorador norte-americano, percebemos que Boa Vista, na década de 1920, ainda apresentava uma estrutura simples, com aproximadamente 200 casas, construídas com tijolos ou pau-a-pique, dispostas em ruas largas e sem pavimentação, e distantes umas das outras. Nem mesmo a concessão de foro de cidade à Vila de Boa Vista, em 27 de agosto de 1926, com a Lei estadual nº. 1262, do governador do Amazonas Ephifânio Ferreira Sales, alterou esse cenário, posto que o mesmo será descrito por Waugh, em 1933, e por Araújo Cavalcanti, em 1944 (1949).

Em 1943, foi criado o Território Federal do Rio Branco através do Decreto-Lei nº 5.812, posteriormente retificado pelo de n. 5.839, de 21 do mesmo mês e ano, com

território desmembrado do estado do Amazonas. Sendo assim, sobre Boa Vista incidiram medidas visando dotá-la da infraestrutura necessária ao seu papel de capital do Território, como a efetivação de um plano urbanístico, elaborado pelo engenheiro Darcy Aleixo Derenusson e executado por sua firma Riobras (RAMALHO, 2012). Ainda nesse contexto, foram implementadas ações sistemáticas e organizadas de colonização da região, resultando no crescimento populacional (BARBOSA, 1993).

A partir da década de 1950, foram realizadas alterações na Igreja Matriz, como a substituição das faixas por uma pintura mais simples e, segundo Gonçalves (2013), embora tenham permanecido os desenhos presentes no campanário e a ornamentação da parte superior das paredes, sua aparência foi modificada. Além disso, no início da década de 1960 ocorreram novas intervenções, como a elevação do atrium, da capela lateral e da torre, para ampliar o espaço devido ao aumento de fiéis, ocasionado pelo aumento populacional (Figura 2). Na inauguração da Catedral, em 1972, Dom Servílio Conti expressou que “o rápido crescimento da cidade fez com que a antiga Matriz ficasse deslocada, pequena e insuficiente às necessidades do culto, exigindo que se providenciasse com urgência um novo templo no centro da cidade” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA, 2011, p. 8).

Figura 2: Igreja matriz em meados de 1980, com as intervenções.



Fonte: Acervo do Laboratório de História da Arquitetura e Urbanismo - UFRR.

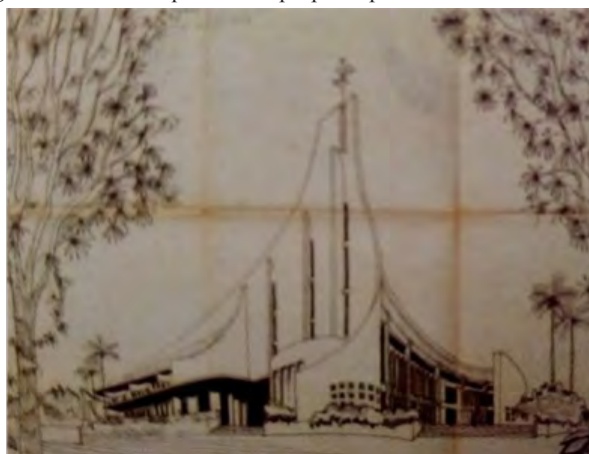
Nesse contexto, as obras para a edificação da Igreja Catedral Cristo Redentor iniciaram-se em 1967, sendo concluídas em 1972, no ainda Território Federal de Roraima. Enquanto a Igreja Matriz situava-se às margens do rio Branco, o terreno

destinado para a construção da catedral localizava-se no Centro Cívico boavistense, deslocando o centro religioso da capital para esta área. Segundo consta no Edital nº 33, de 19-2-59, a Prefeitura de Boa Vista designou a quadra Nº 55 do Plano de Urbanização para a construção da Catedral da capital. Como na referida quadra se encontrava localizado o cemitério São João, na época interdito, a prefeitura e o governo territorial se responsabilizaram por fazer o traslado dos restos mortais existentes para o cemitério de Nossa Senhora da Conceição.

O PROJETISTA E O PROJETO: A CONSTRUÇÃO DO MODERNO EM BOA VISTA

Coube ao quinto bispo-prelado de Roraima, Dom Servílio Conti, da Ordem da Consolata, fomentar a construção da catedral (MARTINS, 2018). O mesmo pertencia a Ordem da Consolata de Turim que, em 1948, havia substituído a Ordem Beneditina. O projeto para a construção da edificação foi elaborado pelo engenheiro italiano Padre Mário Fiameni, também da Ordem da Consolata. Após realizar observações *in loco*, foram propostos em torno de cinco (5) projetos, onde destacamos os dois a seguir (Figuras 3 e 4):

Figura 3: Partido arquitetônico proposto pelo Padre Mário Fiameni.



Fonte: Diocese do estado de Roraima, 2018.

Os projetos filiam-se ao estilo moderno, com grande exploração estética das potencialidades técnicas do concreto armado. Além disso, é perceptível nas propos-

tas preocupações com as questões de conforto térmico, importantes para o clima da região.

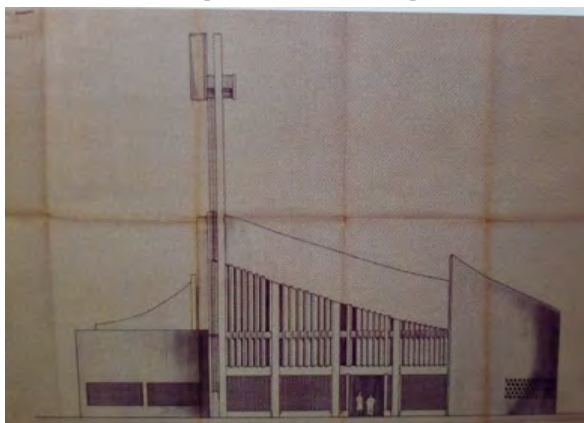
Figura 4: Partido arquitetônico proposto pelo Padre Mário Fiameni.



Fonte: Diocese do estado de Roraima, 2018.

O projeto selecionado, quanto ao estilo, também vincula-se a linguagem modernista e a arquitetura da Catedral, “com curvas e traços simples, é uma obra conceitual” (SILVA, 2018, p. 61). Para tanto, o projeto ousou em suas formas sinuosas, o que caracterizou, à época, essa construção como arrojada em pleno extremo norte da Amazônia (Figura 5):

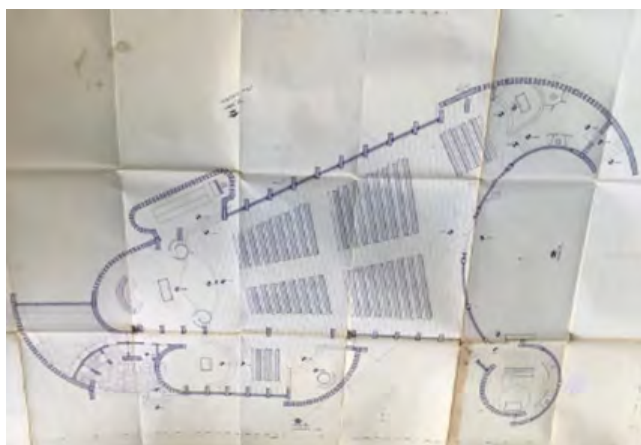
Figura 5: Partido arquitetônico escolhido para a construção.



Fonte: Diocese do estado de Roraima, 2018.

Além disso, três referências simbólicas se destacam nos elementos e na forma da Catedral: uma harpa, que sugere os cânticos religiosos; uma canoa, que simboliza os pescadores; e uma maloca, casa indígena local. E mais, a igreja, como um todo, representa a barca de Jesus Cristo com os seus doze apóstolos. Conforme explicita Frade (2007), a construção de um templo relaciona-se ao estabelecimento de um lugar sagrado, representativo do cosmos, desde a antiguidade, no qual os próprios elementos da edificação são carregados de simbolismos. Essa premissa está presente desde a concepção da Catedral, na qual o sagrado se expressa através da arquitetura modernista.

Figura 6: Planta baixa da igreja Catedral Cristo Redentor.



Fonte: Diocese do estado de Roraima, 2018.

Embora as obras tenham se iniciado em 1967, as plantas obtiveram o registro brasileiro apenas em maio de 1969, após o aval do engenheiro civil Alfredo Boneff, de Belém-PA (Figura 6). Vale ressaltar que, desde o início de sua construção, a Catedral recebeu auxílio financeiro e doações de fiéis moradores de Boa Vista e de outros estados brasileiros, além de significativas contribuições de organizações e de famílias italianas (PREFEITURA DE BOA VISTA, 2011).

Devido os problemas de abastecimento do Território, houve a necessidade de importar os materiais construtivos de outros países ou regiões brasileiras, como cimento da Polônia e ferro de São Paulo. Por outro lado, a obra possibilitou a utilização do seixo rolado com a finalidade de minimizar as disputas pelo uso da pedra britada entre o governo e a Prelazia. A catedral, então, tornou-se a primeira constru-

ção a utilizar este material, localizado por um índio nativo e retirado manualmente do fundo do rio Cauamé. O uso do seixo nas colunas da edificação trouxe nova tendência e tornou-se um marco importante para a construção civil do território. A condução da construção ficou sob a responsabilidade do missionário e mestre de obras Pedro Menegom, que também atuou no processo de qualificação da mão de obra local (Figura 7). Desse modo, a construção da Catedral funcionou como uma escola técnica (figura 9) que qualificou mais de 100 construtores, formando uma mão de obra especializada da qual Roraima não dispunha anteriormente (PREFEITURA DE BOA VISTA, 2011).

Figura 7: Processo de elevação da Catedral.



Fonte: Acervo do Laboratório de História da Arquitetura e Urbanismo – UFRR.

Ao longo de sua execução, o projeto original foi adaptado às condições do Território, como a substituição das esquadrias em formato de peixe por um modelo mais simples, em virtude do naufrágio da embarcação que as transportava, e a utilização de concreto para a confecção das peças do altar, que deveriam ser de mármore (PREFEITURA DE BOA VISTA, 2011). Outras intervenções significativas foram realizadas em 2010, conforme descrito na introdução. Como mencionamos, as intervenções foram justificadas em termos práticos, mas também religiosos, como a adequação do templo ao ofício litúrgico.

A CATEDRAL E A CIDADE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O processo de construção da Igreja Catedral Cristo Redentor iniciou-se em 1967 e foi finalizado em 1972, em um período em que importantes intervenções

ocorreram na cidade de Boa Vista. Governava o então Território Federal de Roraima o Tenente Coronel Hélio da Costa Campos (1967-69 e 1970-1974) que, especialmente em seu segundo mandato, empreendeu uma série de medidas, com mudanças significativas para a estrutura física e aparelhamento público da capital (MENDONÇA NETO, 2011). Essas intervenções resultavam de projeto do governo federal para a Amazônia, visando à aceleração de seu desenvolvimento, e foi alicerçado na Doutrina da Segurança Nacional (SOUZA; VIEIRA, 2009).

Nesse contexto, com o aumento expressivo de recursos, sobre Boa Vista incidiram ações, como a estruturação das Companhias de água (CAER) e energia (CER), de telecomunicações (TELAIMA), com o consequente estabelecimento de água encanada e provimento de energia 24h por dia. E mais, foram instalados o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia, assim como a criação do Banco de Roraima. Ainda como parte da política do período, diversas ruas da cidade foram asfaltadas, e ocorreram melhoramentos no Aeroporto Araújo Neto e o início da construção da Ponte dos Macuxi sobre o rio Branco (SANTOS, 2013; SOUZA, VIEIRA, 2009). No que se refere a política habitacional, foi assinado um convênio entre o governo e o Banco Nacional de Habitação para a construção de 100 (cem) residências. Como equipamentos para a prática esportiva, foram construídos o Ginásio de Esportes (atual Ginásio Hélio Campos) e o Iate Clube de Boa Vista (SILVA, 2015).

Destacamos, por sua proximidade física e temporal com a Catedral, a finalização ou construção de edifícios públicos no centro cívico da cidade, como o Palácio 31 de Março, atual Palácio Hélio Campos, o prédio do Banco de Roraima e do Palácio da Cultural, que passou a abrigar a Assembleia Legislativa. Como mencionado anteriormente, algumas obras concorreram, em termos de materiais e mão de obra, com a construção do prédio da Catedral. As obras, conjuntamente, foram delineando o centro cívico, cujo projeto já encontrava-se presente no plano urbanístico de Derenusson.

Em termos populacionais Boa Vista, na década de 1960, possuía 28.304 habitantes, passando a apresentar 48.885 na década de 1970 (SOUZA, VIEIRA, 2009). A percepção desse crescimento populacional perpassou o discurso que justificou a criação de um novo templo católico, o que nos mostra a relação entre o contexto do período e a edificação da Catedral. Além disso, as condições do Território impactaram o processo de construção da igreja, como a já citada escassez de mão de obra. Ao instituir-se como uma espécie de escola técnica (PREFEITURA DE BOA VISTA, 2011), a Catedral legou à cidade de Boa Vista profissionais que passaram a atuar em outras obras que ocorriam. A utilização do seixo rolado também foi importante,

pois demonstrou a eficácia de um material que passou a ser empregado localmente.

É interessante observar como os boavistenses participaram do projeto de construção de uma obra modernista no âmbito religioso, posto que a sua principal referência de templo fosse constituída pela Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo. Os fieis envolveram-se direta e indiretamente na empreitada, como na arrecadação de fundos, participação na obra, dentre outros (PREFEITURA DE BOA VISTA, 2011), o que nos leva a vislumbrar a implantação da Catedral como um importante elemento simbólico de identidade e memória coletiva.

Nesse contexto, nos referimos a memória coletiva como a memória oficial de determinado grupo social, que é constituída a partir de fatos que garantem sua coesão (VON SIMSON, 2004). Os fatos, ou elementos, formadores da memória podem ser *acontecimentos vividos pessoalmente ou vividos por tabela, pessoas e personagens, e lugares* (POLLAK, 1992). Sobre os lugares, Pollak nos diz que “existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança” (1992, p. 2). A Catedral, portanto, é um lugar de memória ligado, fundamentalmente, a história da Igreja Católica em Roraima, mas também a produção arquitetônica moderna em Boa Vista.

Como lugar de memória, a igreja tornou-se referência na paisagem do centro cívico de Boa Vista, e atualmente é protegida nas esferas estadual e municipal pela Emenda Constitucional nº 021 de 06/05/2008 e da Lei nº 1.162 de 2009, respectivamente. Desse modo, protege-se a materialidade, mas a partir do reconhecimento dos seus valores imateriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Catedral Cristo Redentor não foi a primeira edificação roraimense a utilizar o concreto armado de forma estrutural, mas foi a primeira a vislumbrar sua potencialidade plástica, de forma a apresentar aspectos formais da arquitetura modernista, colunas de concreto aparentes, nas quais é possível visualizar o seixo rolado, fachada dinâmica com linhas curvas. Sendo assim, a Catedral caracteriza-se como um importante capítulo da história da arquitetura em Roraima, seja pela adoção de novos materiais ou potencialização de outros, como pelo simbolismo regional que congrega. Seu significado histórico-cultural e artístico foi reconhecido oficialmente nas esferas estadual e municipal através do instituto do tombamento.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Reinaldo Imbrósio. Ocupação humana em Roraima: do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. In: **Revista Boletim** 9 (1). Belém: Museu Emílio Goeldi, 1993, p. 123-144.

CONTI, Dom Servílio. **Relato sobre a construção da Catedral Cristo Redentor**. Boa Vista, 1972.

DIOCESE DE RORAIMA. **O centenário da Igreja de Roraima**. Boa Vista, 2018. Disponível em: <http://diocesederoraima.org.br/index.php/diocese-2/historia/>. Acesso em: ago. 2018.

EGGERATH, Pedro. **O vale e os índios do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal, 1924.

FRADE, Gabriel. **Arquitetura Sagrada no Brasil: Sua evolução até as vésperas do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GONÇALVES, Eurinedes Oliveira. **Patrimônio histórico de Boa Vista-RR: tombamento dos prédios construídos nos séculos XIX e XX**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) - Universidade Federal de Roraima, Curso de História, Boa Vista, 2018.

MENDONÇA NETO, Theotonio Pereira. **O governo Hélio da Costa Campos (1970-1974): cooptação e poder no Território Federal de Roraima**. 2011. 61 f. Monografia (graduação) – Curso de História, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 22 de set. de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA. **Igreja Catedral Cristo Redentor**. Boa Vista: Gráfica Ióris, 2011.

RAMALHO, Paulina Onofre Ramalho. **Lugar de memória: o plano urbanístico de Boa Vista-RR**. 2012. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Rio de Janeiro.

RICE, Hamilton. **Exploração na Guiana Brasileira (1924-1925)**. Tradução de Lacyr Schettino. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Política e poder na Amazônia: o caso de Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.

SILVA, Amanda Araújo. **O segundo governo Hélio Campos (1970-1974):** a política de segurança nacional e desenvolvimento no Território Federal de Roraima. 2015. 56 f. Monografia (graduação) – Curso de História, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015.

SILVA, Bianca Marcelle Saraiva da. **Igreja de São Francisco das Chagas:** Arquitetura e História da Igreja em Roraima. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Roraima, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Boa Vista, 2018.

SOUZA, Sônia Suely Soares; VIEIRA, Jaci Guilherme. Roraima: Território Federal sob o Governo Militar (1964-1985). **Textos & Debates**, Boa Vista/RR, v.17, n. 17, p. 65-89, jul./dez. 2009.

VON SIMON, Olga R. de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. In: **Margens:** Revista Interdisciplinar do Núcleo de Pesquisa – CUBT/UFPA – Dossiê Memória & Oralidade. Abaetetuba, (01) 2004, p. 11-16.

WAUGH, Evelyn Arthur St. John. Ninety-two days: the account of a tropical journey through British Guiana and part of Brazil. In: CENTRO DE INFORMAÇÃO DA DIOCESE DE RORAIMA (CIDR). **Boletim n.º. 12**. Boa Vista, 2 de julho de 1986, p.1-47.

ARTIGO

UNIÃO OPERÁRIA BENEFICENTE: RESSONÂNCIAS ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

INTRODUÇÃO

O resgate da memória e as formas de disponibilização de informações de valor histórico têm ocupado espaço privilegiado na agenda de pesquisadores e instituições governamentais e não-governamentais. Entre os desafios daqueles que assumem este compromisso, estão o acesso a dados que possam nortear e referenciar de forma cronológica e contextualizada fatos sociais, culturais e históricos de uma época, assim como personagens e seus mais singulares relatos.

Este trabalho tem o objetivo de apresentar os relatos de pessoas que vivenciaram ou conviveram com os membros associados e participantes dos anos dourados da União Operária Beneficente. Esta entidade foi fundada em 1949 por um grupo de operários da construção civil, interessados em criar um espaço no qual pudessem realizar atividades sociais, culturais e recreativas na capital Boa Vista, capital do então Território Federal do Rio Branco, depois denominado Estado de Roraima.

A oportunidade e pertinência do experimento da roda de conversa atendeu o anseio dos pesquisadores da cultura em aproximar a instituição formadora das comunidades envolventes, cumprindo assim sua finalidade social, ao buscar na fonte mais significativa as perguntas e as respostas que compõem a pesquisa, e devolver à sociedade, de forma organizada e com o auxílio de múltiplas mãos, a história, a catalogação de valores e o conhecimento para usufruto futuro.

* Aluna Regular do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. E-mail: selmar.01@gmail.com

** Professora do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. E-mail: maria.dias@ufr.br

*** Aluna Regular do Curso de Especialização em Gestão Pública na Modalidade de Ensino a Distância UAM. E-mail: francilenecs@yahoo.com.br.

OS FRAGMENTOS DA MEMÓRIA E A ABORDAGEM DE HALBWACHS

Vivemos em uma época do acesso rápido as informações, na qual a instantaneidade e a rapidez fazem parte do cotidiano da maioria das pessoas. No entanto, nos últimos anos, com o advento das tecnologias, passamos a vivenciar, especialmente no meio acadêmico, o dilema de coletar e reunir dados de um período em que não havia muitos recursos de preservação e registro da memória, e muito menos um entendimento que determinados fatos, prédios, materiais, equipamentos, poderiam tornar-se ações de patrimônio cultural de valor histórico.

No Brasil, a organização de centros de memória e documentação pelas universidades ganha impulso a partir da década de 1970, principalmente nas áreas ligadas às humanidades, letras e artes. Estas iniciativas de criação de centros de documentação ou memória, segundo Camargo (1999), tiveram como referência as universidades americanas, a partir dos memoriais dos ex-presidentes dos Estados Unidos da América.

Entre os centros pioneiros na esfera federal, podemos citar os Núcleos de Documentação e Informação Histórica Regional das Universidades Federais de Mato Grosso e da Paraíba (CAMARGO, 1999). No âmbito do estado de Roraima, a Universidade Federal de Roraima (UFRR) tem buscado nos últimos anos suprir a lacuna da precariedade e inexistência de arquivos, principalmente aqueles relacionados a memória regional, por meio dos núcleos de pesquisas e programas de pós-graduação.

No entanto, esta demanda teve e ainda tem grandes dificuldades para conseguir apoio e reconhecimento, tais como: insuficiência de instituições estaduais e municipais, de cunho público ou privado, voltadas à preservação do patrimônio brasileiro, baixa conscientização e vontade política do poder público em apoiar ações de levantamentos de fontes e informações.

Independentemente dos apoios institucionais, tanto do poder público como do privado, o processo de reflexão acerca do conceito de memória entre os pesquisadores intensificou-se no século XX. Entre os estudiosos desta área, podemos citar o sociólogo francês Maurice Halbwachs, que discutiu uma espécie de “sociologia da memória coletiva” a partir de 1925.

Halbwachs explica que a nossa memória individual tem como ponto de partida a memória de um grupo, definida como memória coletiva. Ele discute que as lembranças, pensamentos, ideias e sentimentos que atribuímos sobre determinada época, grupo ou lugar como nossas, é, na verdade, provocada por parte do meio, de um grupo que acabamos absorvendo:

É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma sociedade (HALBWACHS, 2004, p.39).

Neste sentido, Halbwachs (2004) coloca que a memória se baseia no passado vivido e compartilhado, pois, a memória individual se relaciona com as percepções produzidas pelo grupo, ou seja, pelo coletivo. Por isso, a memória não se resume a datas, nomes e fórmulas exatas, mas é construída em conjunto e representa correntes de pensamentos:

[...] um grande número de lembranças reaparecem porque nos são recordadas por outros homens; conceder-nos-ão mesmo que, quando esses homens não estão materialmente presentes, se possa falar de memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos; e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo (HALBWACHS, 2004, p.40-41).

A construção da memória pode se processar em várias fases e a partir de diferentes pessoas. Assim, podemos conseguir levantamentos de uma determinada época e, de outro período, não obtermos resultado. A memória vai depender muito da percepção que aquela pessoa ou grupo teve naquele momento, quais eram suas preocupações, vínculos e sentimentos, e como estas lembranças são estimuladas para serem relembradas.

Outro fator a ser considerado com relação a memória, é que as lembranças de um grupo se constituem conforme a posição da pessoa ou do grupo na sociedade, e como essas relações são articuladas. Na maioria das vezes, esta reconstituição de fatos e lembranças tem influência de sentimentos, pensamentos, questões políticas (censura), entre outros. É um dos elementos mais significativos para a organização da memória é a linguagem falada, ou seja, por meio, da oralidade:

Para que a memória dos outros venha assim reforçar e completar a nossa, é preciso também, [...], que as lembranças desses grupos não estejam absolutamente sem relação com os eventos que constituem o meu passado. Cada um de nós, com efeito, é membro ao mesmo tempo de vários grupos, maiores ou menores (HALBWACHS, 2004, p.83).

Diante das definições de memória, é importante ressaltar a diferença entre história e memória estabelecida por Halbwachs (2004). No cotidiano, nos parecem comuns, mas apresentam divergências conceituais. A história é a reunião de fatos que

ocuparam mais espaço na mente dos homens, mas principalmente, para atender as regras e as necessidades de um grupo, ou seja, de uma sociedade dominante. Tem o objetivo de ser uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer esta distância no espaço e no tempo, bem como, decidir o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

Enquanto isso, a memória existe somente daquilo que se retém de um passado que está vivo ou capaz de viver na consciência de um grupo. A história está fora dos grupos ou acima deles, pois é feita de sequências de fatos e períodos. Ainda conforme Halbwachs:

Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva (2004, p.85).

Em consonância com a proposta deste artigo, cujo objetivo é contribuir com o resgate da memória da União Operária Beneficente, cabe destacar que os depoimentos a serem apresentados foram colhidos durante uma roda de conversa realizada no dia 30 de novembro de 2016, por ocasião das comemorações do aniversário de 67 anos da referida entidade.

A realização desta ação no próprio prédio da União Operária oportunizou um ambiente interacional entre os participantes, além de viabilizar informações sobre a constituição da entidade e seu papel na sociedade boavistense. A relação da memória com o lugar, com o espaço, em que o cenário, apesar de algumas modificações, está ali de forma concreta, possibilitou aguçar ainda mais as lembranças.

AS MEMÓRIAS DA UNIÃO OPERÁRIA

A União Operária Beneficente foi criada em 15 de novembro de 1949, pelos operários da construção civil do antigo Território Federal do Rio Branco, com o objetivo de criar um espaço onde os associados e suas famílias pudessem ter um ambiente de lazer e oferta de cursos profissionalizantes, pois não tinham local para se reunir, e consideravam o único clube da cidade precário e elitizado (PIMENTEL, 2016).

Com a construção da sede, a entidade tornou-se um espaço de referência para a comunidade local. Muitos foram os bailes de carnaval, festas de casamentos, aniversários, serestas e reuniões realizadas. Na área de formação, foram ofertados cursos

de datilografia, pintura em tela, corte e costura, entre outros (JORNAL ÁTOMO, 1953).

Inicialmente, as reuniões da entidade não dispunham de um espaço próprio, sendo realizadas no quintal da residência do seu presidente e, posteriormente, em um salão alugado na Praça da Bandeira. A sede definitiva começou a materializar-se em 1951, durante a gestão do presidente José Alves Tabosa, com a doação do terreno e a liberação de verbas para sua construção. O terreno foi doado pela Prefeitura de Boa Vista, conforme Decreto Municipal nº 14 de setembro de 1951 (BOA VISTA, 1951).

Na década de 1950, a entidade tinha um papel ativo nos movimentos cívicos da capital. Era comum a inserção na programação da associação da participação das autoridades políticas, eclesiásticas, esportivas, militares, comerciantes, profissionais autônomos. Uma das ações mais ativas relacionava-se a colaboração no ato de comemoração ao dia do trabalhador.

Na edição do dia 07 de maio de 1954, publicada no Jornal Átomo¹, este tipo de ação pode ser conferida. A publicação expressa que foi comemorado festivamente nesta cidade o dia 1º de maio, data consagrada ao trabalho, organizado pelas diretorias da União Operária Beneficente, Sociedade dos Profissionais em Construção Civil e Nacional Futebol Clube” (JORNAL ÁTOMO, 1954, s.p).

Edificado com a mão-de-obra de seus sócios, o prédio da União Operária passou a integrar o cenário urbano de Boa Vista, tornando-se um local de referências física e simbólica. O prédio foi tombado pela Prefeitura de Boa Vista por meio da Lei nº 1.184/2009 (BOA VISTA, 2011).

¹ Jornal Átomo, produzido na década de 1950, na cidade de Boa Vista, tinha como diretor responsável J. E. Guimarães Júnior. O acervo de 1953 a 1956 do referido periódico encontra-se disponível no link do Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS) da UFRR e da Biblioteca Nacional.

Figura 1: Fotografia do prédio da União Operária Beneficente.



Fonte: arquivo institucional da UFRR – Fotógrafo: Roberto Caleffi (2016).

De acordo com Freitas (1999), por mais de três décadas a União Operária desenvolveu suas atividades de forma permanente e com elevado reconhecimento por parte de seus sócios. Com o crescimento da cidade e, conseqüentemente, na área da construção civil, não aconteceu um crescimento igual da União Operária. A partir do final da década de 1980, a sede começou a entrar em um estado de abandono.

Em abril de 2010, no intuito de resgatar e manter a memória histórica do espaço, os sócios Newton Tavares, Walmir Cruz Pimentel e Francisco Vandi Queiroz assinaram um termo de cessão não onerosa da União Operária Beneficente para a Universidade Federal de Roraima (UFRR), por um período de 50 anos (UFRR, 2016).

De posse do termo, a UFRR iniciou um processo de restauração e planejamento de atividades voltadas para a promoção, valorização e fomento de atividades culturais, sendo o espaço reaberto para usufruto social, em abril de 2013 (UFRR, 2013).

RELATOS DO SENHOR VALMIR PIMENTEL

Durante a realização da roda de conversa, o senhor Valmir Pimentel, sócio da entidade, iniciou explicando que estava muito feliz pelo convite de participar daquele encontro. Na sua fala, reafirmou que a entidade foi fundada em 15 de novembro de 1949, com o objetivo de atender aos mestres das diversas profissões ligadas a construção civil da cidade de Boa Vista. A principal motivação, segundo Pimentel (2016), era ter um espaço de lazer e reunião, pois o único que havia era elitizado.

Explicou, ainda, que a reunião preliminar de organização da associação aconteceu em meados de outubro de 1949, na Praça da Bandeira, ao ar livre, conforme relatou para ele o senhor Jecino Nascimento Filho, um dos fundadores da entidade. Esse encontro inicial contou com a presença dos seguintes operários da construção civil: mestre Piu, João Mineiro, José Alves Tabosa, Francisco Gomes de Oliveira e os irmãos Coutinho. Participaram também os carpinteiros: Raimundo Figueiras, Milton Maduro, Raul, Milton Candeira, Velho Camarão, Jecino Nascimento Filho e Anísio Marceneiro.

No dia seguinte ao encontro, ele explicou que um operário chamado Severino, conhecido como Bode Rouco, disponibilizou um barracão de sua propriedade, na Avenida Sebastião Diniz, localizado em frente à Praça da Bandeira. Além disso, “Só depois que a associação foi devidamente organizada, que passaram a pagar um aluguel simbólico, correspondente ao imposto predial” (PIMENTEL, 2016).

A fala de Pimentel (2016) remete à explicação de Halbwachs (2004), de que as lembranças precisam de uma comunidade afetiva construída por meio de um convívio social com um grupo. Isso quer dizer que, em processos mnemônicos, não estamos sós nas nossas falas, mesmo que os outros ícones, fundadores não estejam presentes. Sendo assim, “[...] para confirmar ou recordar uma lembrança, as testemunhas, no sentido comum do termo, isto é, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível, não são necessárias”. (HALBWACHS, 2004, p.31).

As mobílias, como cadeiras, mesas e um pequeno armário para guarda dos documentos, foram construídos e transportados pelos próprios operários. Assim, “diga-se de passagem que a mobília foi carregada nas costas, pois não havia carro em Boa Vista naquela época” (PIMENTEL, 2016).

Na inauguração da entidade, os operários sofreram uma interferência policial, pois não comunicaram com antecedência a realização do ato:

Na época nada se fazia no Território, sem que houvesse uma comunicação ao chefe de polícia ou ao governador. E como não houve a devida comunicação, naturalmente, os operários não sabiam, e foram surpreendidos pelas autoridades com uma ordem de prisão acusados de serem comunistas (PIMENTEL, 2016).

Após os devidos esclarecimentos, nos quais relataram tratava-se de uma entidade associativa, sem fins políticos partidários, seu Pimentel explicou que, em janeiro de 1950, os operários puderam organizar o seu estatuto e realizar o primeiro baile de carnaval da entidade no barracão da sede.

Em janeiro de 1951, foi eleito o presidente da entidade, José Alves Tabosa. Sua primeira iniciativa foi requerer os lotes de terras da quadra onde nós estamos, que foram concedidos pelo prefeito Estácio Melo. [...] Ele também firmou convênio com o deputado federal Félix Valois de Araújo, que destinou verbas federais para a construção da sede (PIMENTEL, 2016).

De acordo com Pimentel (2016), apesar dos transtornos com as autoridades policiais locais, no início da sua constituição, a relação com o poder público e a sociedade como um todo foi muito boa. A entidade passou a ser vista como um local de referência. Logo na sua constituição, o compromisso social com a educação e lazer da sociedade em que estava inserida foi tanto, que ficou aberta para a associação de outros profissionais que não eram da construção civil:

Foram os ofertados diversos cursos, como corte e costura, datilografia, pintura em tela, entre outros, não só para os filhos dos operários, mas também para os filhos das famílias da sociedade em geral que, posteriormente, se filiaram a entidade com o objetivo de usufruírem, principalmente, dos cursos ministrados pela associação (PIMENTEL, 2016).

Todos que vivenciaram aquele período de funcionamento da União Operária fazem parte de um período no qual a memória coletiva é fonte de informação privilegiada para historiadores e outros pesquisadores em busca do resgate da memória histórica. Nesse contexto a memória coletiva não se confunde com a memória histórica. Enquanto a primeira é “[...] uma corrente de pensamento contínuo, [...] que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (HALBWACHS, 2004, p.86). Desse modo:

[...] o desenvolvimento da memória coletiva, não há linhas de separação nitidamente traçadas, como na história, mas somente limites irregulares e incertos. O presente (entendido como estendendo-se por uma certa duração, aquela que interessa à sociedade de hoje) não se opõe ao passado [...]. A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos das quais ela é composta. (HALBWACHS, 2004, p.89).

Na concepção de Halbwachs (2004), a memória histórica ocorre quando um período ultrapassa o outro e há uma renovação. Seria aquela partilhada por todos os membros de uma sociedade, de forma resumida e esquemática. Por conseguinte, “[...] na história se tem a impressão de que, de um período a outro, tudo é renovado,

interesses em jogo, [...] maneiras de ver os homens e os acontecimentos, [...] perspectivas para o futuro [...]" (HALBWACHS, 2004, p.86).

RELATOS DO SENHOR DARCY ROMERO DERENUSSON

O senhor Darcy Romero Derenusson é arquiteto e filho do engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson, responsável pelo plano urbanístico de Boa Vista, da década de 1940. A participação dele na roda coincidiu com sua vinda a Boa Vista, por ocasião da homenagem da UFRR pelo centenário de seu pai.

Iniciou sua participação na roda expressando sua alegria e gratidão em poder vivenciar aquele momento, sobre algo do qual ele não tinha feito parte, mas que estava em suas lembranças a partir das histórias que seu pai contava do período em que trabalhou e viveu em Boa Vista:

Eu estou realmente muito emocionado por estar aqui, ao lado de pessoas que trabalharam em uma época que faz parte de uma memória que eu tenho de um tempo que eu nunca passei, mas que eu vivi. Meu pai contava, e eu me lembro, que aqui era muito difícil achar mão de obra qualificada na região. Estou falando de 1944, porque muitos dos moradores de Boa Vista viviam de garimpo, e tinha uma lenda que dizia que o garimpeiro que usasse as mãos para fazer qualquer coisa que não fosse para procurar ouro e diamante, teria como destino nunca mais encontrar nada. Então eles não poderiam trabalhar, se não perderiam a chance de achar ouro e diamante (DERENUSSON, 2016).

A fala de Derenusson encontra ressonância no que os estudiosos da memória denominam de memória intergeracional, em que as transmissões das lembranças são repassadas na relação da pessoa com os seus ascendentes, e foi muito utilizada pelos romancistas na virada do século XX e XXI, nos intitulados romance memorial ou de família, também chamado de parental (BERND; SOARES, 2016).

O romance memorial está, pois, associado à preservação da memória cultural, à transmissão inter e transgeracional e à postura do sujeito narrador de assumir-se como herdeiro – para dar continuidade ao patrimônio memorial herdado – ou romper com ele. Cabe lembrar que [...] a liderança espiritual cuja aceitação ou não, em algumas circunstâncias, é fundamental para que haja continuidade ou ruptura. Nesse caso, trata-se de transmissão transgeracional. (BERND; SOARES, 2016, p. 408)

Derenusson (2016), em seu relato, confirma a vinda de muitos operários a Boa Vista, época em que a população da cidade era muito reduzida. Neste período havia poucas famílias, que desenvolviam atividades rurais, que faziam parte do cotidiano

do homem do campo. Isso reforça a ideia de que a população local não tinha experiência profissional no ramo da construção civil, o que motivou um grande fluxo de migração na década de 1940, em busca de trabalho durante o processo de implementação da estrutura básica da cidade.

De acordo com Neves (2016) a organização de cada espaço exige o atendimento das peculiaridades locais para garantir a boa convivência entre o homem e o ambiente:

Entretanto, tem-se como pressuposto dessa relação homem/ambiente que a cidade, fruto da atividade humana, não nasceu no vazio, e sim, é herdeira de um legado rural. Porém, em contrapartida, a sua dinâmica engendra vivências que, aos poucos, influenciaram os valores oriundos da vida rural (NEVES, p. 72, 2016).

A distância de casa e a ausência das facilidades dos grandes centros do país reforça a explicação sobre um dos fatores que possibilitaram, a partir de 1949, a constituição de um local no qual os operários pudessem se organizar enquanto categoria de profissionais da construção civil. Ali mesmo oportunizaram-se atividades de lazer e formação profissional, pois o acesso a estudos e cursos técnicos em Boa Vista era escasso.

Meu pai me disse na época que foi obrigado a trazer muita gente de fora. Trouxe do Rio, de Manaus, de São Paulo. Chegou a trazer muita gente. E eu pai fez o recenseamento de Boa Vista em 1940 e tinham cerca de 1.800 habitantes, (...) ele disse que chegou a contratar 500 operários que vieram de fora, o que deu umas 2.000 a 2.500 pessoas, que vieram com as famílias. Então nessa época o poderio da Rio Obras era muito grande. Era muita gente trazida de fora e ele, como política que tinha de fazer as coisas acontecerem, ele não cuidava de tudo não; ele ficava observando aquele que tinha mais jeito em uma coisa e começava a dar força para que essa pessoa criasse a sua própria empresa e fazer uma super premitada e, assim, continuar crescendo (DERENUSSON, 2016).

O romance memorial ou de filiação apresenta uma evocação a memória cultural, pois as lembranças são baseadas em fatos não oficiais. Nesse sentido, “[...] apelando para os vestígios (rastros) memoriais que resgatam as sensibilidades do convívio provado familiar, negligenciados dos discursos oficiais” (BERND; SOARES, 2016, p.147).

A participação de Derenusson (2016) na roda de conversa, por o mesmo não ter vivido o auge do funcionamento da União Operária, permite uma abordagem na perspectiva de narrador intergeracional, na medida em que apresenta, conjuntamente com os personagens vivos presentes, suas percepções sobre a União Operária a

partir das lembranças familiares, na condição de descendente do autor do Projeto Urbanístico de Boa Vista. É possível apreender em seu relato a forma como se processa a transmissão de memórias entre as gerações, pois evidencia estímulos, encantamentos e emoções relacionadas ao cenário onde vivenciou-se um rico pedaço de nossa história, com conexões subjetivas entre passado e o presente.

RELATOS DO SENHOR RAUL VALENTE

O operário da construção civil Raul Valente, roraimense, relatou que em 1949, aos 15 anos de idade, foi trabalhar na Rio Obras, empresa do engenheiro Darcy Aleixo, responsável pela execução do plano urbanístico da cidade de Boa Vista. Ele disse que a relação dos operários locais com os que vieram de fora foi muito boa.

Observa-se que a vinda de profissionais de outros estados, estimulou a profissionalização dos que viviam em Boa Vista. Nesse contexto, “[...] vieram de fora João Mineiro, Juliano, Tabosa e vários outros operários. O doutor Darcy selecionou os adolescentes para trabalharem nos serviços gerais, então a aproximação com os operários que chegaram foi muita boa!” (VALENTE, 2016).

Como eu estava dizendo, o operariado veio todo de fora: carpinteiros, marceneiros, mestres de obras. E aqui fomos desenvolvendo para a gente aprender alguma coisa e, inclusive, eu sou um desses. E quero dizer que o que eu sei em termos de obras, não desafia nenhum engenheiro, porque engenheiro é engenheiro, mas eu faço qualquer coisa (VALENTE, 2016).

Outra contribuição do movimento de operários da construção civil para a cidade de Boa Vista, a partir da década de 1940, foi o estímulo ao lazer e ao esporte, o que possibilitou ainda mais o espírito associativo e de união entre os profissionais que estavam longe dos seus estados de origem. Segundo Valente (2016), “(...) fizemos logo um time de futebol, no caso o Amazônia Futebol Clube, e daí partiu nossa convivência [...]”.

A fala do senhor Valente confirma a vinda de trabalhadores de outros estados e a necessidade de criar vínculos associativos e alternativas de entretenimento, como a fundação de um time de futebol e a concepção da própria União Operária como entidade de lazer. Essas medidas foram importantes, tendo em vista que, na década de 1950, a capital Boa Vista ainda contava com uma população reduzida e com todas as limitações de uma cidade pequena como, por exemplo, poucos espaços de reunião.

Nessa perspectiva, o relato do senhor Valente (2016) apresenta um entrecruzamento dos relatos anteriores, no qual se situa as lembranças, os acontecimentos e o contexto social em que foi constituída a União Operária. Este confirma a vinda dos operários a Boa Vista, a formação profissional, e a necessidade de organização de uma entidade para absorver a nova dinâmica das relações sociais:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. (HALBWACHS, 2004, p.86).

O ambiente, os pensamentos, as regras daquele tempo, carregam vestígios e impressões que podem reconstituir o cenário da época. Não é necessário constituir peça por peça a lembrança. A reconstrução da memória pode acontecer a partir de fatos, dados e noções comuns entre aqueles que fizeram parte daquele grupo ou período da sociedade. Nesse sentido, as pessoas envolvidas naquele período acabam tendo um papel protagonista na recuperação e atualização de nossas memórias (HALBWACHS, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resgate da memória coletiva representa um mosaico de lembranças em construção. A fala dos participantes da roda de conversa serviu de objeto de estudo neste trabalho, possibilitando a ampliação da memória cultural de um determinado período histórico da capital Boa Vista.

A oportunidade de resgatar memórias a partir dos relatos referentes a um período vivenciado em comum teve como ponto de convergência histórica a constituição de uma entidade voltada, prioritariamente, para a classe trabalhadora da construção civil em Roraima, denominada União Operária Beneficente.

A realização dos relatos na sede da entidade garantiu um ambiente informal e permitiu que um grupo de pessoas pudesse, sem muitas exigências técnicas e científicas, expressar de forma compartilhada suas lembranças, opiniões e impressões acerca da constituição da entidade.

O estudo da memória coletiva revela que basta a existência de uma parte do corpo social conservado para que possamos reconstituí-la. E podem existir muitas memórias coletivas, porque a memória não é organizada em um contexto cronológico, e

sim fragmentado e incerto. Em contrapartida, a memória intergeracional trouxe uma narrativa centrada na ancestralidade, na qual o narrador busca herdar a trajetória de seus ascendentes como um patrimônio cultural, fazendo da memória como principal meio de acesso ao passado.

A memória tem uma relação direta com o passado, uma lembrança dos acontecimentos vividos, ou aquilo que o indivíduo representou no passado. Sabemos que, no desenvolvimento da memória, ela surge a partir de vestígios que são constituídos a partir do grupo social comum, na qual poderá haver reconstruções das informações, imprecisões e omissões, dependendo do que o indivíduo representava no passado e representa no presente.

REFERÊNCIAS

BERND, Zilá; SOARES, Tanira Rodrigues. **Modos de transmissão intergeracional em romances da literatura brasileira atual**. Rio de Janeiro: ALEA, vol. 18/3, set-dez, 2016.

BOA VISTA, **Decreto nº 14, de 19 de setembro de 1951**. Concessão dos lotes nº 6 e nº 7 a União Operária Beneficente. Boletim Oficial do Território Federal do Rio Branco. Ano 08, nº 40, págs. 219 a 222.

_____. **Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista – FE-TEC**. Inventário do Patrimônio Cultural de Boa Vista. Boa Vista, Ióris, 2011.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes (org). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999. Cap.04, p. 49 – 63.

CARVALHAL, Juliana Pinto. **Revista Espaço Acadêmico** nº 56 – janeiro/2016 – Mensal – ISSN 1519.6186. Disponível em <<https://www.espacoacademico.com.br/056/56carvalhal.htm>> Acesso em: 04 de janeiro de 2017.

FREITAS, Aimberê. **Fatos e Personagens da História de Roraima**. Assim nasceu A União Operária Beneficente de Roraima. Jornal Brasil Norte. Boa Vista – RR, 26 de setembro de 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

JORNAL ÁTOMO. **União Operária Beneficente** – Fundação das Escolas Profissionais em 07 de abril de 1953. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=719525&Pasta=ano%20195&Pesq=%C3%A1tomo>> Acesso em 09 de agosto de 2018.

_____. **Programa para o dia 1º de maio em Boa Vista.** Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=719525&Pasta=ano%20195&Pesq=%C3%A1tomo>> Acesso em 09 de agosto de 2018.

KESSEL, Zilda. **Museu da Pessoa.** Memória e memória coletiva. Disponível em <http://www.museudapessoa.net/public/editor/mem%C3%B3ria_e_mem%C3%B3ria_coletiva.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro de 2017.

NEVES, Leandro Roberto. **Psicossociologia urbana:** catástrofe socioambiental de enchente – um estudo de caso. Curitiba: Juruá, 2016.

Revista Espaço Acadêmico. Nº 56- Janeiro. 2016 - Mensal. ISSN 15196186. Disponível em < <https://www.espacoacademico.com.br/056/56carvalho.htm> > Acesso em: 18 de janeiro de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Disponível em <<https://ufr.br/proinfra/index.php/68-restauracao-do-espaco-de-cultura-e-arte-uniao-operaria>> Acesso em 07 de julho de 2018.

_____. **UFRR promove roda de conversa sobre a memória histórica e cultural da União Operária.** Disponível em <<http://ufr.br/ultimas-noticias/3142-ufr-r-promove-roda-conversa-sobre-a-memoria-historica-e-cultural-da-uniao-operaria>> Acesso em 08 ago. 2018.

DEPOIMENTOS

DERENUSSON, Darcy Romero. **Roda de conversa memória histórica e cultural da União Operária.** Depoimento mediado por Paulina Onofre Ramalho. Boa Vista-RR, 30 de novembro de 2016.

VALENTE, Raul. **Roda de conversa memória histórica e cultural da União Operária.** Depoimento mediado por Paulina Onofre Ramalho. Boa Vista-RR, 30 de novembro de 2016.

PIMENTEL, Valmir. **Roda de conversa memória histórica e cultural da União Operária.** Depoimento mediado por Paulina Onofre Ramalho. Boa Vista-RR, 30 de novembro de 2016.

Grupo de Trabalho n° 17

***MOBILIDADE URBANA, TERRITÓRIOS, POLÍTICAS
PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO, CONFLITOS E GLO-
BALIZAÇÃO***

ARTIGO

IMIGRAÇÃO NA FRONTEIRA: IMPACTO NA MOBILIDADE URBANA

INTRODUÇÃO

Na linha de fronteira do Brasil com a Venezuela se encontram as cidades de Pacaraima e Santa Elena de Uairén respectivamente, com dinamicidade na estrutura urbana com expressão local, não suportando fluxos populacionais, de serviços, mercadorias, capitais, informações e recursos humanos. No sistema de rede urbana brasileira, a cidade de Pacaraima estrutura-se hierarquicamente, dependente da cidade de Boa Vista e nessa perspectiva a mobilidade populacional advinda da fronteira, se estende a este centro.

O espaço urbano da cidade de Boa Vista, centro administrativo do estado de Roraima, encontra-se dentro da zona de fronteira, configurando-se com arranjos urbanos de expressão econômica de bens, produtos e serviços mais próxima da cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén, ligadas pela Rodovia Federal Brasileira (BR) 174, por 220 km entre Boa Vista e Pacaraima e pela venezuelana Estrada 10, num trecho de 17 km entre Pacaraima e Santa Elena de Uairén, que tem desde 2015 configurado como rota de intensa mobilidade populacional de venezuelanos para consumo de produtos bens e serviços, além da procura de refúgio e moradia temporária no Brasil.

Políticas públicas vêm sendo implementadas no Brasil, já avaliadas pelos órgãos internacionais como incipientes e não tem atendidos a demanda social no âmbito da assistência nos setores básicos da saúde, educação, segurança e mobilidade urbana (trânsito), alimentação e moradia, mesmo com a criação de abrigos e centro de triagem, que disponibiliza assistência social, além de apoio judicial na retirada de mães e crianças venezuelanas dos espaços públicos, dando o suporte de apoio e acolhimento.

* Professora doutora em Geografia, Universidade Federal de Roraima. E-mail: lialuz3@hotmail.com

** Professora doutora em Ciências Sociais, Universidade Federal de Roraima. E-mail: francerodrigues@yahoo.com.br

Assim, o presente artigo trata da dinâmica dos arranjos populacionais na fronteira, que ocorre entre as cidades de Santa Elena de Uairén, Pacaraima e Boa Vista entre os anos de 2017 a meados de 2018 provocada pela mobilidade pendular fronteira e pelo processo migratório associado aos fatores econômicos e políticos, expondo o reflexo de políticas públicas incipientes e contraditórias. A metodologia empregada foi levantamento bibliográfico e documental, pesquisa de campo de caráter observatório, além de material jornalístico divulgado pela mídia local.

MOBILIDADE NA FRONTEIRA

O espaço urbano se encontra numa dinâmica constitutiva e transformadora, se reorganizando, dentro da lógica dos fenômenos da globalização, com configurações espaciais distintas em complexas redes de comunicação, que reduzem as distâncias entre os lugares, com fluxos de diversos circuitos, caracterizados por interligações em múltiplas escalas, produzindo distintos arranjos populacionais num ambiente de trocas, de ligações, de transferências materiais e imateriais, envolvendo fluxos e circulação, configurando-se não somente como uma mobilidade física de pessoas e bens, mas também simbólica.

Esse mesmo perfil característico da mobilidade é descrita por Balbim (2016, p. 27) como um conceito usado nas ciências sociais, que “designaria o conjunto de motivações, possibilidades e constrangimentos que influem tanto na projeção, quanto na realização dos deslocamentos de pessoas, bens e ideias”, efetivadas por um imbricado sistema, mútuo cotidiano ao longo da trajetória de vida das pessoas e nas condições dos lugares, caracterizando assim, a polissemia e a sistemática do conceito.

cada prática de deslocamento e forma de mobilidade (cotidiana, por meio de migrações e turismo, residencial etc.) tem sua projeção e sua efetivação balizadas pelas necessidades, pelas complementaridades, pelas imposições, pelos acessos e pelos impedimentos relacionados com todas as demais formas de mobilidade - quer seja geográfica ou social -, na escala individual ou da sociedade (BALBIM, 2016, p. 32).

No contexto da nova ordem mundial, complementando a abordagem de Balbim (2016), todas as formas de mobilidade possuem um mesmo ponto de origem do movimento, um mesmo lugar que é tanto físico, quanto social e simbólico, marcando o aparato tecnológico global com características que revelam diferentes deslocamentos da população, provocados por uma segmentação entre os locais de residência e lugares com oferta de emprego e estudo, que determinam a configuração territorial

do processo de mobilidade, adequado à nova realidade mundial, não restrito a regiões nacionais e com recortes espaciais em diferentes escalas, propiciando o aparecimento de redes de arranjos populacionais interfronteiriços com forte integração entre seus componentes.

Os arranjos populacionais interfronteiriços, se apoiam em atividades socioeconômicas e produtivas que promovem a divisão territorial do trabalho, com particularidades que devem levar em conta os aspectos relacionados ao local (fronteira), e as questões políticas ligadas à história de ocupação, peculiar pela mescla de povos por interações sociais e culturais.

As interligações que caracterizam as fronteiras, com fluxos de pessoas, bens e serviços, segundo Moura e Cardoso (2016, p. 205) fazem das fronteiras

portas de entrada – e saída – de contingentes de pessoas em movimento, seja por mudança de domicílio – os migrantes –, seja em deslocamentos cotidianos para trabalho, estudo ou outras atividades ligadas particularmente ao consumo, acesso a serviços, lazer [...]. A fronteira não seria, então, um obstáculo, mas uma zona de contato, um local de concorrência e complementaridades, um espaço para a gestão de situações interativas.

Os autores ainda acrescentam que “as áreas fronteiriças podem funcionar como impulsionadoras do desenvolvimento, áreas de transição, contato e articulação, com especial vivacidade e dinamismo próprio” (MOURA; CARDOSO, 2016, p. 206), mas observam que são espaços em que a interação pode ser reduzida devido a diversos fatores, que suscitam e reproduzem conflitos, com vulnerabilidades e problemas específicos de cada região.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou em escala nacional, diferentes arranjos populacionais fronteiriços, classificados por particularidades que os diferenciam, com dinâmicas populacionais diversas, com uma forte adesão às cidades-gêmeas (IBGE, 2016).

O Ministério da Integração Nacional, através da Portaria no 125, de 21 de março de 2014, utiliza a contiguidade (conurbação ou semiconurbação)¹ e o potencial de integração econômica e cultural, para definir o que seriam as cidades-gêmeas:

Art. 1º Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semiconurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações

¹ Fenômeno urbano que acontece a partir da união de duas ou mais cidades/municípios, constituindo uma única malha urbana, como se fosse somente uma única cidade.

‘condensadas’ dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.
Art. 2o Não serão consideradas cidades-gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a 2 000 (dois mil) habitantes” (BRASIL, 2014).

Segundo o IBGE (2016, p. 33) o referido ministério, identifica apenas os municípios brasileiros localizados exatamente na fronteira, como cidades-gêmeas, mas “os Arranjos Populacionais Fronteiriços podem ser formados por um ou mais municípios integrados, de fato, à dinâmica da fronteira”. Dessa forma, Pacaraima, município na fronteira brasileira tem uma forte mobilidade populacional com Santa Elena de Uairén, na Venezuela (cidades-gêmeas), mas também com Boa Vista, o centro administrativo e econômico do estado de Roraima, portanto, considerando que a dinâmica principal do arranjo é promovida por Boa Vista e que Pacaraima, assim como Santa Elena de Uairén, estão dentro deste contexto, considera-se, no Arranjo Populacional de Boa Vista, além da população residente no Brasil, aquelas pessoas que residem em Santa Elena de Uairén, na Venezuela.

Para essa análise não são consideradas a distância entre os arranjos urbanos, mas a dinâmica socioeconômica e a mobilidade dos arranjos populacionais, avaliando o processo de interação que ocorre de forma a melhor representar o fenômeno de deslocamento populacional da região, aflorado pelos eventos do decênio ora vigente. “Os arranjos populacionais empregam a noção de integração, medida pelos movimentos pendulares para trabalho e estudo ou a contiguidade urbana, que assim sintetizam os vários processos envolvidos” (IBGE, 2016, p. 19).

As cidades que compõem esse arranjo populacional não possuem manchas de urbanização contínua, mas ocorre o fluxo de pessoas, para trabalho, estudo e consumo de produtos, que sustenta a economia no setor do comércio na fronteira de ambos países. Verificou-se também o registro de domicílios, mantido por mesmos grupos de famílias nas cidades de Santa Elena de Uairén / Pacaraima e Pacaraima / Boa Vista, demonstrando que a dinâmica dos arranjos populacionais ocorre anteriormente a crise que se instalou do lado da fronteira venezuelana, com conexões via superfície, realizadas entre as cidades fronteiriças (Santa Elena de Uairén e Pacaraima) e Boa Vista, através da BR-174, pois partindo de Manaus, no Amazonas, há uma rede de transporte coletivo, com linhas de ônibus diários, com destino ao país vizinho, refletindo ligações econômicas e culturais, dentro das seguintes rotas: Manaus / Puerto la Cruz; Manaus / Ciudad Guayana; Manaus / Santa Elena de Uairén; Boa Vista / Puerto la Cruz; e Boa Vista / Santa Elena de Uairén / Ciudad Guayana (Figura 1).

A BR-174 é uma rodovia longitudinal que interliga os estados brasileiros de Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Roraima à Venezuela, num total de 3.319,90 quilômetros (km) extensão. O trecho entre Manaus-Boa Vista-Pacaraima tem 975 km (750 km entre Manaus e Boa Vista e 220 km entre Boa Vista e Pacaraima aproximadamente) terminando na fronteira com a Venezuela. Sua continuação dá-se pela venezuelana Estrada 10, rumo à cidade de Santa Elena de Uairén, trecho final de 315 km que se inicia no povoado de El Dorado (km 0), por onde é possível acessar a capital Caracas ou o litoral caribenho do país vizinho. A BR-174 constitui, assim, a única fronteira terrestre entre o Brasil e a Venezuela, sendo uma significativa via de mobilidade de pessoas, de bens e de serviços (CAVALCANTE, 2014).

Figura 1: Ligações mais frequentes por transporte rodoviário de passageiros / 2016.



Fonte: IBGE, 2017, p. 27.

Segundo o IBGE (2017), sugere-se que o turismo tenha sido até os anos 2000, uma das atividades principais geradoras desse movimento e as cidades de fronteira com o papel de ligação, para se atingir um centro administrativo, além das fortes relações de integração com sua cidade gêmea do outro lado da fronteira. No entanto, a questão dos refugiados na “diáspora venezuelana” tem tido grande relevância no decênio de 2010 no cenário regional, pela repressão política e violações dos direitos humanos, reconfigurado pela relação de poder político e militar e pela expressiva dimensão dos fluxos, ocorrido principalmente na rota venezuelana Estrada 10 / BR-174 trecho Pacaraima (BR).

Dados oficiais do Ministério da Casa Civil do Brasil, estimam que o fluxo populacional na fronteira entre as cidades-gêmeas de Santa Elena de Uairén e Pacaraima, entre 2017 e junho de 2018, esteve em torno de 127.778 venezuelanos cruzando a fronteira, deste total 68.968 (54%) saíram do país, usando o Brasil para consumo de produtos alimentícios, medicamentos e itens diversos numa mobilidade pendular fronteira urbana ou como corredor para adentrar à outros países sul-americanos, numa mobilidade interurbana e fronteira urbana (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

Segundo dados divulgados pela mídia, dos 68.968 venezuelanos que deixaram o Brasil, 47.855 mil saíram por via terrestre e 21.113 por via aérea em voos internacionais. Ainda segundo a mesma fonte, a principal fronteira terrestre de saída foi por Pacaraima com 66% dos venezuelanos fazendo o percurso de retorno à Venezuela, mas foram registradas saídas por outras fronteiras terrestre como em Foz do Iguaçu, no Paraná (15%), onde há fronteira com Paraguai e Argentina; Guajará-Mirim, em Rondônia (6%), fronteira com a Bolívia; Uruguaiana, no Rio Grande do Sul (6%), fronteira com a Argentina; e 7% por outras fronteiras terrestres, além da saída por via aérea, com as principais rotas de saída do Brasil usadas pelos venezuelanos pelos aeroportos de Guarulhos (58%), Manaus (15%), Brasília (13%) e Galeão (11%), não sendo informado os destinos (G1 RR, 2018).

Antigos arranjos populacionais e urbanos estão se reestruturando nessa fronteira, agravados pela crise econômica venezuelana e intensificada pela diminuta e precária ajuda humanitária brasileira, atingindo de maneira mais expressiva, Pacaraima e Boa Vista, por todo um contexto já amplamente exposto.

PROCESSO IMIGRATÓRIO: IMPACTOS NA MOBILIDADE URBANA

Os estudos sobre deslocamentos populacionais, sempre trazem à tona a problemática dos conceitos ligados à questão migratória, pois cada evento, com suas características peculiares, agregam novos fundamentos aos conceitos, que se encontram diretamente relacionados aos fatores que desencadearam o processo migratório, devendo considerar às sociedades envolvidas cogitando os fatores econômicos, políticos, culturais e tecnológicos de ambas, e quanto mais recente o evento ou se este ainda se encontra no desenrolar dos fatos, torna-se difícil conceituá-los com precisão, sendo necessário, reformulações que se adequem conforme ações dos atores e agentes envolvidos.

O momento histórico dos eventos, que assolam a sociedade venezuelana e que refletem diretamente nas áreas urbanas fronteiriças brasileiras, encaixa-se neste con-

texto metodológico, no entanto, pode afirmar, no presente momento, que o venezuelano foge da fome, portanto imigrante econômico. Para Cierco (2017, p. 13), o imigrante econômico é aquele que “deixa o seu país de origem para fugir à pobreza e à miséria”.

O fluxo de venezuelanos desde 2015 tem se intensificado, com deslocamento além fronteira, num processo que distintas configurações: num primeiro momento para compra de alimentos, depois em busca de tratamento médico, além da procura de postos formais e informais de trabalho e mais recentemente fixar residência temporária, todas associadas ao período de comando do atual presidente venezuelano Nicolás Maduro Moros.

Relatório de 2018 da Organização Internacional para Migrações (OIM) aponta que o Brasil recebeu apenas 2% dos 2,3 milhões de venezuelanos que deixaram o país até abril de 2018, número bem inferior que das nações que não fazem fronteira com a Venezuela. O Peru, recebeu 354 mil pessoas vindas da Venezuela até julho de 2018. O Chile, que é ainda mais distante geograficamente, abrigou 105,7 mil, e a Argentina, 95 mil venezuelanos (IOM, 2018).

POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO AO VENEZUELANO

No Brasil as ações para execução das políticas públicas dentro desse processo estão relacionadas diretamente ao Governo do Estado de Roraima, fronteira com a Venezuela, que com intuito de minimizar os impactos provocados pelo processo ora vigente, vem aprovando políticas públicas como o Decreto Estadual nº 21.871 de 17 de outubro de 2016, criando o Gabinete Integrado de Gestão Migratória (GIGM) com o objetivo de atender à demanda do fluxo de venezuelano, no âmbito da saúde, educação, social, segurança e mobilidade urbana (trânsito), alimentação e moradia; partindo do princípio que é obrigação do poder público assegurar aos nacionais e aos estrangeiros, o respeito de sua dignidade como pessoa humana (RORAIMA, 2016).

O GIGM ficou sob a direção da Defesa Civil, com participação da Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social (SETRABES), em parceria com organizações não-governamentais, com a finalidade de atender, principalmente aqueles que se encontram vulneráveis, concentrados espaços públicos, nos canteiros das principais avenidas, ocupando praças e peregrinando a esmo nas ruas a procura de subempregos, em meio a uma crise humanitária sem precedentes.

Neste contexto, foram implantados abrigos e centros de triagem para os refugiados, além do Centro de Referência ao Imigrante (CRI), subordinado ao GIGM,

que disponibiliza atendimentos médicos, odontológicos, alimentação e atividades recreativas para as crianças, além de apoio judicial na retirada de mães e crianças venezuelanas das ruas, dando o suporte de apoio e acolhimento. Com o fim do funcionamento do GIGM, já previsto no decreto de criação, o CRI passou a ser mantido pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), com apoio da Federação Humanitária Internacional.

Entre os abrigos criados, dados coletados junto ao CEDEC demonstravam que em outubro de 2018, 5.422 venezuelanos se encontravam abrigados em onze abrigos em Boa Vista, concentrados na Zonas Sul e Oeste da cidade, e em dois abrigos no município de Pacaraima, sete deles com acolhimentos acima da capacidade, sem estrutura para receber novos venezuelanos.

Em Boa Vista o primeiro aberto foi nomeado por Abrigo Pintolândia, funcionando junto ao CRI no ginásio Ulysses Guimarães, Bairro Dr. Sílvio Botelho sito à Rua Alípio Freire de Lima, n. 246 em confluência com a Rua Carmelo, inicialmente abrigou venezuelanos não-indígenas e principalmente indígenas que se encontravam no entorno da Rodoviária Internacional de Boa Vista e próximo às feiras permanentes como a Feira do Produtor e Feira do Passarão.

No entanto, incompatibilidade entre venezuelanos não indígenas e indígenas, provocaram conflitos constantes e em julho de 2017 o Ministério Público Federal (MPF) em Roraima recomendou que fossem separados em diferentes abrigos imigrantes venezuelanos indígenas dos demais venezuelanos. O Abrigo Pintolândia ficou reservado para imigrantes venezuelanos indígenas das etnias Warao, Pemon e Panare, com capacidade inicialmente para 370 pessoas, sob a coordenação da Força Tarefa Humanitária, criada pelo governo federal sob responsabilidade do Exército e segundo informações coletadas in loco junto ao comando, encontrava-se lotado em outubro de 2018, com 680 venezuelanos indígenas abrigados (Figura 2).

Figura 2: Abrigo Pintolândia: abrigo indígena em Boa Vista: (a) fachada externa; (b) área interna.



Fonte: Pesquisa de campo. Fotos: Ana L. F. Vale.

O abrigo para o qual foram enviados os imigrantes venezuelanos não indígenas em Boa Vista, foi denominado Abrigo Tancredo Neves (Figura 3) no bairro de mesmo nome, sito à Rua Doná Ruth Pinheiro, n. 636, em confluência com a Rua Pastor Fernando Granjeiro, aberto em outubro de 2017, com capacidade para 300 pessoas, conta com 305 venezuelanos (outubro de 2018), mas já chegou a abrigar mil imigrantes venezuelanos.

Figura 3: Abrigo Tancredo Neves: (a) faixa externa; (b) setor externo do abrigo; (c) área interna.



Fonte: (a) Pesquisa de campo. Foto: Ana L. F. Vale; (b/c) G1 RR. Fotos: Jackson Félix.

Inicialmente abrigou venezuelanos não-indígenas e indígenas, quando extrapoulo o limite de acolhimento do Abrigo Pintolândia, mas também recebeu os que se encontravam em situação de rua, do entorno da Rodoviária Internacional de Boa Vista e os que se encontravam nas praças desocupadas pelo poder municipal. O gerenciamento é da Defesa Civil, no entanto encontra-se sob responsabilidade do Exército, inclusive com a distribuição de alimentação, mas a ONG Fraternidade Sem Fronteiras e a Igreja Adventista se mobilizaram para dar apoio aos imigrantes que foram alojados neste abrigo, além de agentes de saúde que ofereceram atendimentos médicos aos imigrantes. Na estrutura do abrigo constam 106 barracas na parte interna de uso individual, 19 barracas para famílias no setor externo.

O terceiro abrigo de Boa Vista foi aberto em dezembro de 2017, com a nomenclatura Centro de Acolhimento Hélio Campos, sito à Rua HC 04, n. 1771, Bairro Senador Hélio Campos, sob o comando da ONG Fraternidade Sem Fronteiras, com capacidade para até 100 famílias (252 pessoas) com filhos pequenos, idosos e gestantes, onde foram instaladas barracas, uma escola para alunos e professores venezuelanos, 20 banheiros (10 masculinos e 10 femininos) e encontra-se lotado (outubro de 2018) (Figura 4).

Figura 4: Abrigo Centro de Acolhimento Hélio Campos: (a) instalações das barracas área (b) sala de aula.



Fonte: G1 RR. Fotos: Marcelo Marques.

O abrigo funciona como uma comunidade tendo como gestor e organizadores venezuelanos, que se revezam em atividades, com escalas cumpridas por todos, desde horário de entrada e saída, cozinha, limpeza e aulas ministradas pelos próprios venezuelanos (qualificados) onde prevalece a cultura venezuelano e o trabalho conjunto.

O Abrigo do Jardim Floresta (Figura 5a) sito à Avenida Carlos Pereira de Melo, n. 1026, em confluência com a Rua Antônio da Costa Uchôa no bairro de mesmo nome, foi o primeiro a ser coordenado desde a instalação pela Força Tarefa Humanitária criada pelo governo federal para lidar com crise migratória, administrado pelo Exército em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), com capacidade para 416 abrigados, principalmente mulheres e crianças que foram retirados das praças da cidade onde se encontravam. Em outubro de 2018 o Abrigo Jardim Floresta encontrava-se em sua capacidade máxima.

Figura 5: Faixada externa de abrigos: (a) Abrigo Jardim Floresta; (b) Abrigo Tancredo Neves; (c) Abrigo Nova Canaã.



Fonte: Pesquisa de campo. Fotos: Ana L. F. Vale.

O quarto a ser aberto foi o Abrigo São Vicente (Figura 5b) sito à Rua Uraraquara, n. 704, confluência com a Avenida Ville Roy, no Bairro São Vicente, Zona Sul, nas dependências da Paróquia Nossa Senhora da Consolata, em abril de 2018, com

capacidade para abrigar 400 imigrantes e que inicialmente recebeu imigrantes do Abrigo Tancredo Neves, que excedeu a capacidade de acolhimento. Em outubro de 2018 encontrava-se com 375 abrigados.

O Abrigo Nova Canaã (Figura 5c), quinto abrigo a ser aberto, sito à Rua Hebron, n. 254 em confluência com a Rua Calebe, no bairro de mesmo nome, foi aberto para acolher imigrantes retirados das praças, com 388 abrigados (outubro 2018) tem capacidade para 390 venezuelanos.

Dois abrigos temporários foram abertos: Abrigo Latife Salomão (Figura 6a), com 470 vagas (outubro de 2018 lotado), sito à Rua Cerejo Cruz, n. 900, em confluência com a Avenida Glaycon de Paiva, num espaço de propriedade do governo do estado e Abrigo Santa Tereza (Figura 6b), com capacidade para 493 homens exclusivamente, sito à Avenida São Sebastião, 1485, Bairro Santa Tereza (outubro de 2018 encontrava-se com 478 abrigados).

Figura 6: Abrigos temporários: (a) Abrigo Latife Salomão; (b) Abrigo Santa Tereza.



Fonte: Pesquisa de campo. Fotos: Ana L. F. Vale.

Funcionam como espaços de ambiente rotativo servindo de apoio na retirada provisória dos imigrantes da condição de rua ou possível higienização de abrigos, redistribuí-los de forma adequada entre os abrigos dependendo da categoria: homens solteiros, mulheres com crianças e idosos, famílias e indígenas. Obedecem aos mesmos critérios: os imigrantes são cadastrados e vacinados têm a documentação verificada, para assim darem entrada em abrigos definitivos.

No Bairro 13 de setembro, Zona Sul de Boa Vista foi aberto o Abrigo Rondon 1 (Figura 7), sito à Avenida General Sampaio, n. 1772, em confluência com a Rua Olavo Bilac, com capacidade para 717 pessoas, com 116 residências para famílias de até seis pessoas, apresentando estruturas com janelas, divisória e energia solar renovável. Este é o nono abrigo na capital e o décimo no estado e em outubro de 2018 encontrava-se com sua capacidade máxima.

Figura 7: Abrigo Rondon 1: (a) faixa externa; (b) cadastro de imigrantes, (c) residência para famílias de até seis pessoas.



Fonte: (a) Pesquisa de campo. Foto: Ana L. F. Vale; (b/c) G1 RR. Foto: Alan Chaves.

Foi aberto em julho de 2018, composto por imigrantes que se encontravam em situação de rua, vivendo em acampamentos improvisados, aglomerados em diferentes lugares da cidade, que através de um mapeamento foram identificados em concentrações nas proximidades do Abrigo Jardim Floresta, da Rodoviária Internacional de Boa Vista e no pátio da Igreja Nossa Senhora da Consolata, Zona Sul da área urbana, além de outros pontos. Os imigrantes retirados desses ambientes passaram por uma triagem priorizando para o cadastro de famílias, mulheres, crianças e idosos, que foram vacinados e avaliados por assistente social. Vale destacar, que a quantidade de venezuelanos nos abrigos temporários pode variar diariamente pois são considerados de transição, onde permanecem de 3 a 5 dias.

IMPACTOS NA MOBILIDADE URBANA: ACAMPAMENTOS EM ÁREAS PÚBLICAS

Desde 2016, acampamentos foram se formando em praças, no entorno das principais vias de acesso as Zonas Sul, Oeste e Norte e próximo aos abrigos da área urbana de Boa Vista. Um movimentado ponto de aglomeração, se instalou na área externa da Rodoviária Internacional de Boa Vista, sito à Avenida das Guianas, Bairro 13 de setembro na Zona Sul da área urbana. No final de outubro de 2017, aproximadamente 380 venezuelanos, entre adultos e crianças, que viviam neste acampamento improvisado foram levados ao Abrigo Tancredo Neves, gerando conflitos entre os poderes públicos, pois em novembro do mesmo ano o MPF e a Defensoria Pública da União (DPU) entraram com uma ação civil pública contra o Governo de Roraima pela “retirada forçada” de quase dos imigrantes venezuelanos, ressaltando que já havia sido alertado, em reunião, sobre possíveis ilegalidades de remoção forçada que vinham ocorrendo.

No entendimento das instituições supracitadas, os venezuelanos não podem ser impedidos de viver nas ruas, já que não tem moradia onde possam permanecer dig-

namente, precisavam ser consultados sobre a remoção com permissão prévia destes, além da infraestrutura e segurança do abrigo para a permanência destes e finalmente as remoções não contavam com a participação de assistência social, por serem pessoas em estado de vulnerabilidade. Foi solicitado que sejam garantidos os direitos dos venezuelanos e que operações de remoção tenha a anuência dos mesmos, com informações sobre o local para onde serão levados, e necessidade de prévia organização da remoção acordada, com a atuação de órgãos competentes como conselhos tutelares e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) quando se tratar de indígenas.

As principais praças usadas como abrigos improvisados pelos venezuelanos foram a Praça Simón Bolívar (Figura 8a) e a Praça Capitão Clóvis (Centro da cidade) (Figura 8c), onde viviam cerca de 300 pessoas, até março de 2018, quando foram interditadas pelo poder municipal.

Venezuelanos em situação de rua, passavam pelo constrangimento de serem repudiados por brasileiros que atiravam pedras de dentro dos carros e corriam risco de serem atropelados, além dos casos de violência e embriaguez, levaram o poder municipal a tomar medidas para desocupar as praças da cidade. Assim, entre o final do mês de março e início de abril de 2018, as praças foram cercadas com tapumes, com cartazes afixados escritos “manutenção” (Figura 8b), deixando uma entrada e saída, controlada ininterruptamente por agentes da Guarda Civil Municipal (GCM).

Figura 8: Praças de Boa Vista: (a) acampamento na Praça Simón Bolívar em dia chuvoso; (b) Praça Simón Bolívar em processo de isolamento pelo poder municipal; (c) acampamento na Praça Capitão Clóvis.



Fonte: G1 RR. Fotos: (a) Inaê Brandão; (b) Valéria Oliveira; (c) Jackson Félix.

Naquele momento os que se encontravam nas referidas praças, foram cadastrados, feito controle de vacinação e checagem de documentação e redistribuídos, conforme categorias (homens solteiros, mulheres com crianças e idosos, famílias e indígenas), aos abrigos.

Os que se encontravam nas praças e vias urbanas recebiam alimentação através de doações por ONGs, igrejas e moradores. No entanto, após o isolamento das praças, os imigrantes que diuturnamente chegam à cidade, em torno de 800 por dia (outubro de 2018) e não conseguem vagas em abrigos, se encontram em situação de

rua, nas proximidades dos abrigos Jardim Floresta, Tancredo Neves, São Vicente e Canaã, na espera por vaga e nos entornos da Rodoviária Internacional de Boa Vista e da Praça Simón Bolívar, em acampamentos improvisados (Figura 9).

Figura 9: Acampamentos improvisados por imigrantes venezuelanos: (a) canteiro central da Avenida Brasil próximo à Rodoviária Internacional de Boa Vista; (b) área próxima ao Abrigo Jardim Floresta, em frente à Igreja Católica Nossa Senhora do Livramento; (c) varal improvisado em área cercada próximo ao Abrigo Jardim Floresta; (d). marquises de comércios no entorno da Praça Simón Bolívar.



Fonte: G1 RR. Fotos: (a) Reprodução/Rede Amazônica Roraima; (b/c) Alan Chaves; (d) Emily Costa.

Um levantamento realizado em junho de 2018 pela Força Tarefa Logística e Humanitária, detectou que há venezuelanos vivendo em situação de rua não somente em Boa Vista, mas em 10 cidades do estado, num total de 1.566 pessoas (junho 2018), concentrados principalmente na cidade de Boa Vista, com 619 venezuelanos nas ruas, seguida por Pacaraima, município na fronteira, com 434, Amajari com 310, Mucajá com 62, Caroebe com 36, Bonfim com 31, Rorainópolis com 29, Caracará com 17, Iracema com 15 e São Luiz com 13 imigrantes venezuelanos e situação de rua (COSTA, 2018).

Estes imigrantes abrigados ou acampados estão em busca de trabalho. O Ministério do Trabalho de Roraima (MTE-RR) registrou 3.322 emissões de Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) a venezuelanos no ano de 2017. Em períodos anteriores a procura foi menor, ocorrendo uma crescente dinamicidade iniciada em 2014, com emissão de 30 CTPS, em 2015 foram 257 documentos e em 2016 esse número chegou a 1.331 (BRASIL, 2017).

Faz parte do contexto urbano, em Boa Vista, imigrantes venezuelanos com cartazes pedindo oportunidades de emprego, vendendo produtos, trabalhando como flanelinha, limpando para-brisas de carros, em troca de moedas, ou simplesmente pedindo doações monetárias, de roupas ou alimentos em espaços públicos, nas ruas

e semáforos de Boa Vista. São imigrantes abrigados ou acampados que durante o dia saem para “trabalhar” nos semáforos e ruas, retornando à noite para os abrigos ou acampamentos.

Num levantamento, realizado entre maio e agosto de 2018, profissionais como advogados, médicos, engenheiros, contadores, economistas foram detectados nos semáforos da cidade, exercendo as atividades informais anteriormente descritas. Os pontos mapeados foram: Avenida Venezuela com - Avenidas Ataíde Teive, Mário Homem de Melo, Brigadeiro Eduardo Gomes; Avenida Mário Homem de Melo com - Avenidas Nossa Senhora de Nazaré e São Sebastião; Avenida São Sebastião com Princesa Isabel; Avenida Santos Dumont com - Avenidas Capitão Júlio Bezerra e Ville Roy; Avenida Glaycon de Paiva com Terencio Lima; Avenida Capitão Ene Garcêz com Major Williams.

Indiscriminadamente a crise venezuelana atingiu todas as camadas que compõem a sociedade moderna do país, no entanto, são os profissionais autônomos, com nível de escolaridade elevado, que se destacam pela qualificação e se encontram em subempregos, obrigados a executar tarefas, não menos dignas, mas subaproveitadas diante da falta de empregabilidade no mercado, como uma “válvula de escape”, pois não encontram outra oportunidade e necessitam sustentar suas famílias e si próprios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente levantamento revela que se trata de um processo migratório associado a fatores econômicos e políticos, provocando uma dinâmica urbana alterada com impactos sociais à sociedade receptiva e impactos psicossociais ao imigrante que tenta sem recursos econômicos e sem domínio da língua se encaixar em padrões culturais distintos ao seu.

A sociedade receptiva não apresenta estrutura para inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, não obstante às características dos imigrantes, mas pela quantidade de oferta do mercado de trabalho local. Além disso, as políticas públicas são incipientes pelo número de pessoas que adentram à cidade e pelas divergências culturais, de necessidades e de perspectivas de diferentes etnias dentro do grupo de imigrantes.

Faz-se necessários políticas públicas direcionadas a este segmento da população, com a ampliação e melhoria na qualidade do acolhimento, fortalecendo das atividades já desempenhadas por agentes públicos e civis.

REFERÊNCIAS

BALBIM, Renato. Mobilidade: uma abordagem sistêmica. In: BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro; LINKE, Clarisse Cunha (Org.). **Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano**. Brasília: Ipea: ITDP, 2016. p. 23-42. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160905_livro_cidade_movimento.pdf>. Acesso em: 04 set. 2018.

BRASIL. Portaria nº 125, de 21 de março de 2014. Estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. **Diário Oficial, no 56**, segunda-feira, 24 de março de 2014. Seção 1, p. 45. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2014. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=45&data=24/03/2014>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Cresce emissão de carteiras de trabalho para imigrantes. **Jusbrasil**, Brasília, DF, 20 nov. 2017. Disponível em: <<https://mte.jusbrasil.com.br/noticias/522086275/cresce-emissao-de-carteiras-de-trabalho-para-imigrantes>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

CAVALCANTE, Jordana de Souza. **Turismo e desenvolvimento regional: um estudo exógeno e endógeno do eixo Amazonas-Roraima**. 2014, 159 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia) - Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, Boa Vista, 2014. Disponível em: <<https://ufr.br/ppgdra/index.php/publicacoes/category/44-jordana-de-souza-cavalcante?download=350:jordana-de-souza-cavalcante>>. Acesso em: 04 set. 2018.

CIERCO, Teresa. Esclarecendo conceitos: refugiados, asilados políticos, imigrantes ilegais. In: **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. p. 11-25. (Relações Brasil-Europa; 7). Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/24734-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

COSTA, Emily. Levantamento aponta que 10 das 15 cidades de Roraima têm venezuelanos em situação de rua. Globo Comunicação e Participações. Boa Vista: Rede Amazônica, 27 jun. 2018 às 09:10. **G1 Roraima**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/levantamento-aponta-que-10-das-15-cidades-de-roraima-tem-venezuelanos-em-situacao-de-rua.ghtml>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Mais da metade dos venezuelanos que cruzaram fronteira deixaram país. São Paulo, 17 jul. 2018 às 14h37. **Caderno Mundo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/07/mais-da-metade-dos-venezuelanos-que-cruzaram-fronteira-deixaram-pais.shtml>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

G1 RR. 54% dos venezuelanos que entraram no Brasil por RR desde 2017 já deixaram o país, diz ministro. Globo Comunicação e Participações. Boa Vista: Rede Amazônica, 17 jul. 2018. **Roraima / G1-RR**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/54-dos-venezuelanos-que-entraram-no-brasil-por-rr-desde-2017-ja-deixaram-o-pais-diz-ministro.ghtml>>. Acesso em: 08 set. 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE / Coordenação de Geografia, 2016. 260 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99700.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. **Ligações rodoviárias e hidroviárias**: 2016. Rio de Janeiro: IBGE / Coordenação de Geografia, 2017. 79 p (Redes e Fluxos do Território). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100602.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

IOM. INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **World Migration Report 2018**. Genebra, SU: ONU, 2017. 347 p. Disponível em: <http://publications.iom.int/es/system/files/pdf/wmr_2018_en.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018

MOURA, Rosa; CARDOSO, Nelson Ari. Mobilidade transfronteiriça: entre o diverso e o efêmero. In: BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro; LINKE, Clarisse Cunha (Org.). **Cidade e movimento**: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: Ipea: ITDP, 2016. p. 205-222. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160905_livro_cidade_movimento.pdf>. Acesso em: 04 set. 2018.

RORAIMA. Decreto nº 21.871 de 17 de outubro de 2016. “Institui, em Caráter Extraordinário, o Gabinete Integrado de Gestão Migratória - GIGM”. **Diário Oficial do Estado de Roraima**, 17 de outubro de 2016, p. 03. Boa Vista, 17 de outubro de 2016. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/128641382/doerr-17-10-2016-pg-3>>. Acesso em: 24 fev. 2017.

ARTIGO

IMIGRAÇÃO VENEZUELANA: FRONTEIRAS E LIMITES DE SOCIABILIDADE NA ZONA OESTE DE BOA VISTA -RR

INTRODUÇÃO

Roraima, o décimo quarto maior estado brasileiro em extensão territorial, possui quinze municípios, dos quais Boa Vista é sua capital, está situado na Região Norte do Brasil. Possui divisas nacionais com os Estados do Pará, ao sudeste, e com o Amazonas, ao sul e oeste, além de fronteira internacional com a República Bolivariana da Venezuela, ao norte e noroeste, e República Cooperativista da Guiana, a leste.

A história oficial de ocupação do atual Estado de Roraima data de 1775 quando fora fundado o primeiro povoamento da região, nas proximidades do Forte São Joaquim, localizado na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, estes que formam o rio Branco. O forte foi erguido com a exclusiva finalidade de defender a região da ocupação colonial espanhola, holandesa e inglesa. A conquista da região foi garantida com a criação do município de Boa Vista do Rio Branco, através do Decreto nº 049 de 09 de julho de 1890 tendo a cidade sido elevada da categoria de freguesia à de vila, consolidando como território brasileiro no século XIX. Contudo a fronteira internacional e os fluxos populacionais sempre foram questão a receber atenção das gestões. Apontando como exemplo a chamada Questão do Pirara (1829-1904), destacada pelos estudos do geógrafo inglês Robert Hermann Schomburgk (1804-1865), entre os reinos de Portugal e Inglaterra, a região possui como vocação ser um território de fluxos, com domínio dos nativos (LEMOS; NASCIMENTO; CAMPELLO, 2017). A cidade de Boa Vista do Rio Branco, ainda pertencente ao Estado do Amazonas, passa a ser denominada em 1938, simplesmente com o topônimo Boa Vista.

Em meados da década de 1930 foi reconhecido o potencial mineral de jazidas de diamante e ouro, nas terras ao noroeste da atual cidade de Boa Vista, localizadas

* Universidade Federal de Roraima.

** Universidade Federal de Roraima.

*** Universidade Federal de Roraima.

na Serra do Tepequém, no município de Amajari. Temos nesse momento o segundo influxo migratório, ao qual irá se somar os oriundos da exploração do látex (os chamados “soldados da borracha¹”), o que gerará, por conseguinte, a adoção de políticas públicas e de gestão (LEMOS; NASCIMENTO; CAMPELLO, 2017).

Durante essa fase da “corrida do ouro”, a atividade garimpeira já existia desde 1937, com a extração de diamantes no nordeste do Estado.

Já o garimpo de outro começou a explorar o oeste do estado em 1979, a partir de então a mineração se torna um fator atrativo a migração na década de 1980. No entanto, com a proibição da atividade garimpeira durante o governo Collor, os garimpeiros assim como os homens do campo, passam a ocupar as áreas periféricas da cidade (TAVARES, 2015, p. 29).

O Território Federal do Rio Branco é criado pelo Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, sendo desmembrado do Estado do Amazonas. Após a criação do novo Território, o governo local criou a Divisão de Produção, Terra e Colonização (DPTC), que realizava pesquisas quanto aos recursos naturais do Território, cadastrava terras e organizava colônias agrícolas, entre outras funções. Como resultado desta autarquia foram implantadas três colônias em lugares limítrofes a Boa Vista, “Colônia Coronel Mota” situada na região do Taiano, “Colônia Braz de Aguiar” e a “Colônia Fernando Costa”, respectivamente nos atuais municípios de Alto Alegre, Cantá e Mucajaí. Como estratégia

para que estas colônias fossem povoadas, o governo incentivou a vinda de migrantes, em especial maranhenses, oferecendo benefícios como passagem até Boa Vista, porções de terras, ferramentas agrícolas e insumos para produção agrícola e assistência técnica para produção de farinha. Também estavam inclusos no pacote de incentivo à ocupação das colônias agrícolas, a assistência médica, hospedagem e um complemento financeiro no valor de trinta mil cruzeiros por um período de seis meses (NASCIMENTO; FARIAS; FREITAS, 2014, p. 2-3).

No mesmo período o governo local promoveu a criação de conjuntos residenciais no Centro da capital, a construção de grupos escolares, além da implantação de cursos para a formação de professores.

A Lei nº 4.182, de 13 de dezembro de 1962, altera a denominação do Território Federal do Rio Branco para Território Federal de Roraima, e com a promulgação da Constituição Federal em 1988, o antigo território passa à condição de Estado de

¹ Na mesma época, por incentivo federal, surge a figura do “soldado da borracha”, com a mesma lógica de incentivo, porém com o objetivo de atuação em frentes de coleta de látex na Amazônia, para o incremento da indústria automobilística.

Roraima. Nesse interim, durante a década de 1970, o Plano de Integração Nacional (PIN), promovido pelo Estado brasileiro, visava promover o crescimento econômico, não só pela aplicação de recursos financeiros, como também pelo deslocamento de parte da população de outras unidades federativas. A colonização na Amazônia se propagava como uma alternativa à reforma agrária necessária, apaziguando conflitos sociais que explodiam nas “velhas regiões” agrícolas do Nordeste e Sudeste (COY, 1988, apud BARBOSA, 1993).

A ocupação humana era justificada por um discurso que aliava desenvolvimento regional a promoção do crescimento populacional em Roraima, buscando formas de legalizar o processo de reordenamento espacial decorrente da expansão da fronteira norte, através da forte intervenção do Estado, legalizando e legitimando o processo. O Poder Público, tanto federal quanto estadual, se torna o grande promotor das ações de povoamento. Os projetos de assentamento espalhados pelo Estado, assim como vários loteamentos urbanos, notadamente em Boa Vista, atraíram número considerável de migrantes, conferindo ao estado de Roraima as mais altas taxas de crescimento populacional nas décadas de 1980 e 1990 (SOUZA; SILVA, 2006).

A paisagem cultural de Boa Vista é construída por esses fluxos. Assim sendo, temos o incentivo à migração nordestina e, em consequência, grande crescimento do território urbano da capital, absorvendo, à época da gestão do governador Otomar de Souza Pinto, grande parte do contingente que havia chegado décadas antes, atraída pela atividade garimpeira (NASCIMENTO; FARIAS; FREITAS, 2014).

Sabendo-se desta construção histórica de migração, ocupação e povoamento do Estado de Roraima, com destaque para a capital, poderemos observar as condições de formação do espaço urbano. Desde suas origens, os processos migratórios até a atualidade, vem sendo o principal modo de ocupação desta cidade, ocorrendo por meio da massa sazonal de migrantes nacionais ou estrangeiros. Assim o artigo trará o recorte temporal da ocupação de Boa Vista a partir dos anos de 1980 nos bairros Asa Branca e Caimbé, que transitam desde sua criação legal, e dirigem até a atual situação migratória estrangeira vivenciada pelos municípios.

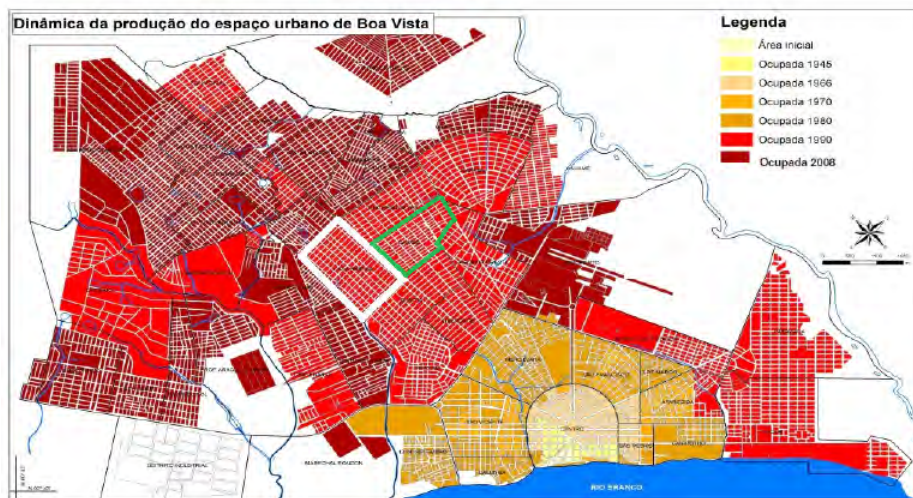
DESENVOLVIMENTO BOA VISTA - RORAIMA

Como capital e município mais populoso no Estado de Roraima, Boa Vista é a única capital brasileira que está situada acima da linha do Equador. A cidade possui relevo plano, a cerca de 90 metros de altitude em relação ao nível do mar, de clima

predominante Tropical Equatorial – quente semiúmido (IBGE, 2018), rodeada por rios, lagos e igarapés, abrangendo uma área de 5.411,9 km².

A cidade foi composta em duas fases: a primeira de gênese espontânea e a segunda denominada de gênese induzida. Após a instalação de seu núcleo inicial, teve início a segunda fase entre os anos de 1944 e 1950, sofrendo intervenção que lhe conferiu traçado urbano radial, cujo projeto foi do engenheiro Darcy Aleixo Derenusson (1916/2002). O traçado se desenvolve a partir de uma praça cívica – Praça Joaquim Nabuco - conhecida popularmente como Praça do Centro Cívico, a partir da qual irradiam as principais avenidas, concentrando as sedes dos poderes legislativo, judiciário e executivo, pontos culturais, hotéis, bancos e igrejas (RAMALHO, 2012).

Figura 1: Processo de ocupação da cidade de Boa Vista, com destaque para a localização do bairro Asa Branca, delimitado pela borda branca, e o bairro Caimbé em borda verde.



Fonte: Veras e Palazzi, adaptado, 2018.

No limite desse traçado (Figura 1), a capital é cortada, no sentido norte-sul, pela rodovia federal BR-174², que liga Pacaraima, cidade brasileira de fronteira com a Venezuela com a capital do Amazonas. Além da importância viária, esta rodovia

² “A estrada de rodagem BR-174 começou a ser aberta pelo Exército durante a década de 1970, ligando Boa Vista à Manaus e Caracas, essa abertura foi concluída em 1977 quando se alcançou a Venezuela, porém foi finalizada somente em 1988. (...) percebe-se que a cidade de Boa Vista inicia uma nova fase de crescimento, expandido de forma acelerada sua área urbana.” (TAVARES, 2015, p. 26)

promove indiretamente a segregação socioespacial, tornando uma referência geo-social para cidade, que passa a ter dois eixos de desenvolvimento: Leste e Oeste.

A partir desta análise do eixo de desenvolvimento, atualmente, a capital possui 57 bairros divididos administrativamente em Zona Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro. As zonas urbanas Norte e Sul são menos ocupadas, possuindo na Zona Norte 8,61% da população, na Zona Sul 4,90% da população, na Zona Leste 1,78% da população, e aproximadamente 82,6% da população da capital está localizado na Zona Oeste (FARIAS; VERAS; PAIXÃO, 2012).

Vale ressaltar que a Zona Oeste teve seu povoamento incentivado tanto pelas políticas públicas de colonização, quanto por invasões de grandes áreas desocupadas, pela implantação de conjuntos habitacionais de programas de habitação de interesse social, loteamentos privados, e ocupações de terras públicas que resultam na expansão desta zona aos limites do perímetro urbanos.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do Censo 2010, Boa Vista possuía 284.313 habitantes, estimando que em 2017 teria crescimento populacional que alcançaria total de 332.020 habitantes, com densidade demográfica de 49,99 hab./km² para o período de realização do censo. É possível extrair do Censo que a capital possui 47,50% de arborização em vias públicas. Temos ainda a observar que o esgotamento sanitário adequado estava presente em 54,1% dos domicílios, o que é um dado relevante para a Região Norte brasileira. Atualmente de acordo com a Companhia de Água e Esgoto de Roraima (CAER) o sistema de esgoto sanitário atende 64% dos bairros com projeção para atender 93% até o fim das obras que vem sendo promovidas atualmente na capital roraimense.

CONCEITO DE BAIRRO

Bezerra (2011) constrói a análise do conceito de bairro estabelecendo-o como unidade espacial (divisão territorial da cidade, zona ou porção de território urbano, de caráter físico e dimensional), unidade administrativa (território de ações homogeneizantes do poder público, para atendimento das demandas de gestão), unidade natural da vida social (onde ocorrem as relações culturais, unidade que se estabelece a partir de identidades, sentimento de dominação ou pertencimento), unidade política (em seu sentido mais amplo, a partir de relações espontâneas que podem ser primárias – em unidades de vizinhança – ou secundárias – na escala propriamente do bairro) ou ainda como unidade morfológica e estrutural (paisagem cultural e urbana, com função definida dentro do contexto da cidade). De acordo com o autor ante-

riormente mencionado, os bairros em estudo desta sua origem desenvolvem todas as unidades fundamentadas no conceito de bairro.

Percebemos que os bairros necessitam conter elementos que propiciem sociabilidade e dinâmica próprias, dentro dos pressupostos metodológicos do planejamento urbano, garantindo que as demandas do uso residencial se complementem na escala urbana a que pertence. Desta forma, o Plano Diretor Urbano, como instrumento de planejamento previsto na Constituição³ que, por sua vez indica a necessidade da função social da cidade passa a exigir como necessárias à vida das áreas residenciais, funções que atendam às demandas de comércio, serviços, circulação, transporte, lazer, formação, segurança e saúde.

Além da funcionalidade dos bairros, as relações de sociabilidade surgem ainda em serviços que vêm atender demandas específicas, sem a intervenção de uma política pública para tal, como cybercafés, restaurantes, pizzarias, bares, academias de ginástica, igrejas, além de especialidades que se configuram informalmente em espaços comuns públicos ou privados, como as ruas, esquinas, praças, portas de escolas ou mesmo aqueles com fins comerciais⁴. Então estes processos de sociabilidade se fortalecem a partir da relação de identidade.

BAIRRO ASA BRANCA

Em 1982 surgem as primeiras ocupações do bairro a partir da doação de lotes gratuitamente. Em princípio possuía caráter eminentemente residencial. Em poucos anos o bairro Asa Branca torna-se principal centro dessa nova área de expansão de Boa Vista. Desta forma, o grande influxo populacional passa a configurar novas relações de apropriação de uso do espaço público e contribuições para a expressão cultural, além de indicar novos elementos para a gestão da cidade.

³ “O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. § 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.” (BRASIL, 1988).

⁴ Espaços comerciais, como os shoppings centers, surgidos nos Estados Unidos da América na década de 1940, e introduzidos no Brasil com o projeto do arquiteto carioca João Henrique Rocha em 1963, inicialmente vistos como conglomerados comerciais passam a incorporar em seus programas de necessidades, a partir da década de 1980 no Brasil, espaços de sociabilidade como praças de alimentação, estruturas de lazer, eventos e equipamentos culturais (cinemas, teatros, espaços expositivos, entre outros). A reconfiguração dos espaços dos shoppings centers para atribuí-la lhes significado social, em oposição ao conceito de Marc Augé, que os entende como espaços de trânsito, portanto não lugares, somado às perspectivas de interação simbólica e novas relações de sociabilidade que se estabelecem a partir da internet, têm mostrado que a velocidade preconizada pelo autor já ultrapassa o limite que o mesmo caracteriza para o cenário conceitual da supermodernidade.

Em consonância com o alto índice migratório proveniente dos planos de assentamentos rurais, ocasionou após o declínio desta política, a permanência de muitos migrantes na capital do Estado, assim estas populações permanentes promoveram relações quanto à configuração urbana e social do referido bairro. Partindo de Nascimento; Farias e Freitas (2014) podemos apontar que várias dinâmicas culturais e sociais se estabeleceram e fortaleceram consolidando as relações de identidade dos habitantes do bairro, maioria oriundo do nordeste brasileiro. Para além do bairro estes movimentos culturais promoveram traços culturais nordestinos por toda Boa Vista. Estes elementos característicos da cultura nordestina podem ser observados no universo material e nas práticas cotidianas.

O estudo anterior que serviu de base para a elaboração do artigo supracitado, identificou através de resultado de estudo de caso sobre a sociabilidade no bairro Asa Branca, por meio de coletas de campo desenvolvidas em 2014 permitiu identificar que a expressão do povo nordestino, migrante e morador do bairro Asa Branca, se impõe com destaque à técnica construtiva e o aspecto descrito em relatos sobre as primeiras habitações e formas de sociabilidade; relação com a religiosidade; e com as práticas comerciais – especialmente as feiras – sendo estas últimas, ponto de atração da população de Boa Vista, e de outros municípios do estado, ao bairro. Através do relato oral da sra. Madalena, residente à época 28 anos no bairro, é ilustrativo para percebermos este traço cultural.

A aparência do bairro era de um enorme lavrado, com poucas casas distribuídas esparsamente no bairro, concentrando-se na área a leste da Avenida Nossa Senhora de Nazaré. À época o bairro não possuía infraestrutura completa, apresentando alguns pontos de iluminação, ruas sem pavimentação, não havendo ligação de energia elétrica residencial, exigindo o uso de lamparina em sua residência, ressaltou que as casas eram construídas de sarrafos e madeiras e que as ruas foram abertas pelo poder público em trama ortogonal (NASCIMENTO; FARIAS; FREITAS, 2014, p. 6).

A predominância de nordestinos na localidade, provavelmente, influenciou o nome do bairro, referência ao imortal sucesso homônimo de Luiz Gonzaga⁵, como homenagem ao “rei do baião”. Outro fator importante que remete às referências nordestinas, reflete-se no estilo de construção e pintura das casas, que eram ornadas geralmente de branco e caiadas, mesmo as primeiras construídas em madeira, material de uso incomum na região do lavrado roraimense. Temos ainda que os seus

⁵ Registra-se que também é nome de bairro em várias cidades brasileiras, como em Feira de Santana (BA), Goiânia (GO), Joaquim Távora (PR), Bezerros (PE), Bom Jesus do Itabapoana (RJ), entre outras.

primeiros moradores vieram do Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte. (CONCEIÇÃO, 2012).

Outra tipologia arquitetônica também faz referência aos oriundos dos garimpos: são conjuntos de casas, conhecidos como “estâncias”, facilmente encontradas na área central do bairro. Trata-se de pequenas casas reunidas em um único terreno, com espaços de uso comuns, como pequenos condomínios, normalmente voltados para a população de baixa renda ou para trabalhadores em trânsito. Esse partido arquitetônico é bastante característico da morfologia habitacional de Boa Vista, e variam de padrão, acabamento e complexidade arquitetônica de acordo com o perfil da população moradora (AMORIM, 2013).

Na atualidade os bairros, considerados como periféricos, estão centralizados em relação à malha urbana, comportando estruturas em escala de bairro, que atendem às necessidades da população em escala de cidade, como escolas de diferentes níveis de ensino, comércios de manufatura, hortifrutigranjeiro, de bens duráveis, e prestação de serviços básicos e essenciais. Neste sentido, as zonas residenciais assumem certa personalidade que as caracteriza e, assim confirma a necessidade de que as zonas residenciais são elementos unitários que em conjunto a outros elementos promovem as relações sociais, deste modo.

BAIRRO CAIMBÉ

Bairro vizinho ao Asa Branca, conforme anteriormente visto, o bairro Caimbé possui história de ocupação semelhante e associada ao Asa Branca, configurando-se em um sistema de extensão de funções, entre esses bairros, destacando-se que ambos tiveram sua ocupação no mesmo período. Através das referências do Censo IBGE 2010, o Caimbé possui 7447 habitantes, enquanto 5.256 pertencem ao Asa Branca, em ambas amostragens o índice apontou maior número para Mulheres.

O bairro é dotado de diversos equipamentos urbanos relacionados a educação, lazer, saúde, serviços, lazer e comércio, com destaque ao Centro e Saúde Olenka Macellaro Thomé Vieira, popularmente conhecido por Posto do Caimbé, ou Olenka; Restaurante do Trabalhador; Cozinha Industrial do Estado de Roraima; Feira do Passarão; o Estádio Raimundo Ribeiro de Souza - Estádio Ribeirão; e Ginásio Poliesportivo Tancredo Neves.

O Centro de Saúde Olenka Macellaro Thomé Vieira, está localizado em uma das principais vias arteriais de Boa Vista, a Avenida Mario Homem de Melo, importante via que recebe e distribui os transeuntes desde o Centro Cívico, bairro Centro até

o final do bairro Dr. Silvio Leite. Esta situação favorece que moradores de diversos bairros possam ter acesso ao Posto Olenka. Outro fator que corrobora com a inserção deste equipamento ao contexto urbano, é o atendimento diuturno ininterrupto, de segunda-feira a sexta-feira, desde 2016.

O bairro Caimbé ganhou uma nova rotina de convívio social, pois aproximadamente 380 venezuelanos se tornaram moradores desta região. As críticas sobre concentração de população migrante no bairro Caimbé, vão gerar ações de pedidos de retiradas dos imigrantes, considerando a percepção dos moradores em torno da mudança da dinâmica residencial, característica defendida pela opinião da comunidade local. O ponto mais perceptível desta nova massa populacional inserida no bairro, foi a necessidade de atendimento à saúde básica. Por possuir uma Unidade Básica de Saúde (UBS), a procura por atendimento tornou-se rotineira e intensa, tendo em vista que este crescimento de demanda ao Posto do Caimbé, não se deu somente pela existência da UBS com atendimento 24 horas, mas também pela sua proximidade com o abrigo no Ginásio Tancredão, distante cerca de 800m e tendo o mesmo logradouro de acesso comum.

A existência das estâncias como moradia popular, associada ao terminal de transportes de passageiros, inclusive, oriundos de Pacaraima, cidade de fronteira com a Venezuela. E serviços, instituições e mercados públicos, faz do Caimbé espaço já, há vários anos, de uma rotina em torno do lazer adulto nas proximidades da Feira do Passarão e do Terminal Intermunicipal do Caimbé, vistos como locais de passagem e grandes fluxos. Com a migração caracterizando, inclusive formas diferenciadas de serviços, especialmente por venezuelanos, os choques culturais e a não aceitação da exteriorização da atividade de prostituição, pré-existentes no bairro, tornou-se discurso de negação e de estereotipização, que tangenciam a xenofobia.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ATUAL PROCESSO MIGRATÓRIO

Desde meados de 2015, o fluxo migratório tem intensificado, muitos estrangeiros provenientes da República Bolivariana da Venezuela, tem procurado refúgio no Brasil. A primeira estadia é no município fronteiriço de Pacaraima, em seguida muitos dirigem-se a capital. Uma das questões que são apontadas como impacto dessas migrações é a incapacidade de absorção do atendimento de saúde dessa população que, em três anos aumentou a contagem de moradores em Boa Vista, em mais de dez por cento. A primeira parcela de imigrantes em estado de vulnerabilidade social,

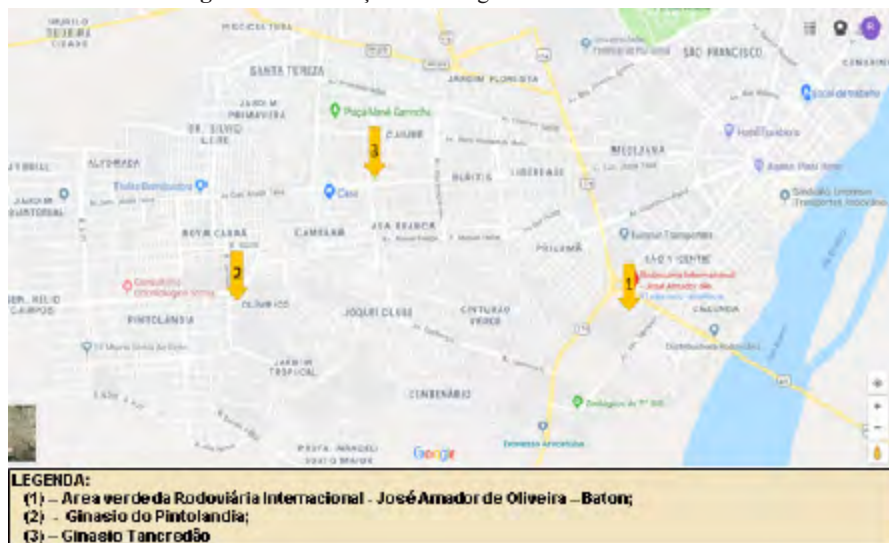
foram os provindos de povoados indígenas venezuelanos, em seguida começou a intensificar a entrada de não índios também, hoje em maior número.

Para atender esta demanda social de amparo aos imigrantes o Estado de Roraima, por meio do Gabinete Integrado de Gestão Migratória (GIGM) organizou forças tarefas para identificar e diagnosticar esta população. Em nota divulgada no sítio eletrônico do Corpo de Bombeiros do Estado de Roraima no dia 22 de novembro de 2016 o tenente coronel, Doriedson Ribeiro, afirma que os venezuelanos teriam atendimento médico e receberiam alimentação no local. A implantação do Centro teve como objetivo prestar uma assistência mínima aos imigrantes se tornando um lugar de passagem.

Após esta fase inicial o Centro de Referência ao Imigrante, foi transferido para o Ginásio Poliesportivo do Pintolândia, conhecido como “Abrigo do Pintolândia”, e teve suas atividades iniciadas com quase um mês após sua criação, com a retirada de cerca de 380 venezuelanos, entre homens, mulheres e crianças que viviam nos jardins e área verde da Rodoviária Internacional - José Amador de Oliveira - Baton, no bairro 13 de Setembro, este processo indica que os venezuelanos que se instalaram no entorno da rodoviária eram provenientes de cidades mais distantes da fronteira. Efetivamente o entono da Rodoviária foi um dos primeiros espaços urbanos que cumpriu a função de abrigo e moradia improvisada, para os recém-chegados à cidade, que estavam vivendo em barracas, sobre a grama, sem acesso as condições básicas sanitárias. Após a transferência para o Abrigo, algumas condições de habitabilidade continuaram em condições reclamáveis visto que no abrigo improvisado em um ginásio poliesportivo, até bebês e crianças dormiam em condições precárias, sobre papelões pelo chão, dividindo quatro banheiros e duas tendas de banho, construídas com lona e madeira sobre chão de areia. O preparo de alimentos pelos abrigados era coletivo com acesso a uma cozinha e uma despensa (Figura 2).

Ao decorrer do ano de 2017 houve um aumento exponencial na entrada de imigrantes com destino à capital, este influxo maior gerou novamente demanda quanto ao acolhimento (Figura 2), assistência social, médica e jurídica. Este movimento se origina devido a tentativa de fugir da crise econômica e política por que passa o país vizinho. De acordo com informações publicadas pela Agência Brasil a Prefeitura Municipal de Boa Vista estima que mais de 40 mil venezuelanos estejam morando na cidade.

Figura 2: Localização dos abrigos iniciais em Boa Vista.



Fonte: Imagem Google Maps, adaptada.

Com este quadro crítico de ocupação dos espaços urbanos, como inicialmente ocupando as áreas verdes da Rodoviária Internacional de Boa Vista, os órgãos e entidades públicas moveram outra vez esforços para tentar suprir a necessidade básica de abrigo, higiene, alimentação, saúde e trabalho aos imigrantes. Esta ação resultou em outra retirada dos imigrantes da área da Rodoviária, desta vez alocando-os no Ginásio Poliesportivo Tancredo Neves – Ginásio Tancredão, localizado no Bairro Caibembé.

É notório o saber que a inserção de determinado grupo em outras regiões da cidade que possuem suas estruturas sociais já estabelecidas causa uma série de conflitos, no bairro não foi diferente, a comunidade local existente e brasileira reclama sobre o aumento da demanda e tempo de espera no posto de saúde, que não se sentem seguras com a presença dos imigrantes, baseado no aumento do índice crimes, como roubos e furtos, em sua maioria identificado a prática por estrangeiros.

Assim entendemos que temos uma questão social complexa onde os migrantes, especialmente oriundos da Venezuela, estão sendo vistos como corporificação dos problemas sociais da cidade de Boa Vista, o que a teoria antropológica aponta como sintoma humano, onde a exclusão e o estranhamento, tendo em maior grau a rejeição e discriminação, tem sido constantes a este grupo (LEMOS; NASCIMENTO; CAMPELLO, 2017, p. 6).

Como caracterizado no bairro Asa Branca as zonas residenciais naquele bairro formam em seu início elementos unitários que em conjunto a outros elementos promovem as relações sociais, enquanto no bairro Caimbé, percebemos a existência desta relação, contudo apresentam-se outras reações de negação às atividades sociais, que hora possuem adeptos e usuários outra hora uma grande massa a repugna ou meramente a crítica, como ocorre na região do entorno a Feira do Passarão⁶, esta que a longa data é uma das principais, mais popular e tradicional área de prostituição consolidada em Boa Vista.

Em decorrência do movimento migratório o bairro Caimbé teve intensificação de sua região de prostíbulos, assim aproximando o discurso sobre as práticas de prostituição, que horas tem uma relação permissiva, e em outra adota o caráter reprimido, afinal o ato de prostituir-se não é considerado crime no Brasil. Contudo mediante esta situação outras práticas criminosas acompanham o cenário de oportunidade, bem como o favorecimento a prostituição através do aliciamento, tráfico de drogas.

Diante ao exposto a atividade vem gerando crises e conflitos entre os moradores, atores da prostituição de ambos gêneros, e seus clientes, evidenciado em entrevista ao jornal local⁷ uma estudante universitária ao relatar: “Já fui abordada por um homem em um moto. Eram 8 horas e eu ia para a padaria quando ele passou e se dirigiu me perguntando quanto era o meu programa. Fiquei supertranstornada. Foi triste e tive muito medo. Agora tenho muito receio de sair de casa”.

Este novo fluxo tem promovido a depreciação imobiliárias, segundo a opinião de certa parcela da comunidade, o que não é possível ser dada como verdadeira e única, pois esta mesma região já possui suas casas de prostituição, lazer e entretenimento adulto, até então aceitas e escondidas as critica, devido a intensificação e consolidação da atividade, que não estão mais limitadas ao interior ou entorno das casas de festa, bares e cabarés, mas sim a via pública de transito, recebe maior visibilidade, ocasionando a mudança da paisagem da área urbana (Caimbé).

Este efeito é visível através da visão da opinião pública que analisa o comportamento social e não os critérios técnicos, arquitetônicos ou mesmo urbanísticos que poderiam propiciar a desvalorização dos imóveis. Em contrapartida o cenário

⁶ Feira do Passarão – Localizada no limite entre o bairro Caimbé e Asa Branca e Bunitis, é construída uma estrutura arquitetônica de grande porte, tem sua estrutura aproveitada para absorver os produtores agrícolas dos assentamentos rurais provenientes da Zona Rural de Boa Vista, tornando-se, o Passarão, o Distrito Hortifrutigranjeiro, responsável por parcela do abastecimento de frutas, hortaliças, e aves de corte para o mercado consumidor da capital.

⁷ Matéria publicada em sítio eletrônico do jornal Folha de Boa Vista – seção Folha Web em 18 de outubro de 2017.

urbano tem dado mais força a valorização imobiliária, partindo dos investimentos públicos em iluminação pública, construção de redes de esgoto e drenagem, pavimentação de ruas e calçadas, além da melhoria dos equipamentos e mobiliário urbano que nas últimas décadas contemplaram o bairro Caimbé e entorno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos salientar que os bairros mencionados possuem estruturas básicas, essenciais e complementares para o atendimento à população residente em seu território, bem como as demais que foram inseridas ou apenas vivem em caráter temporário.

Deste ponto em diante, conseguimos compreender ou apenas perceber que em especial o Caimbé se tornou um polo atrativo aos imigrantes em sua maioria venezuelanos.

Atualmente não é possível identificar com certa precisão qual a real distribuição dos imigrantes venezuelanos dentro do próprio bairro ou em macro escala na própria cidade de Boa Vista, e quais choques sociais tem acontecido devido a esse aumento populacional crescente e dinâmico. A falta de critérios técnicos e de uma atuação em torno de políticas públicas que atendam a essa característica histórica da cidade de Boa Vista de espaço sazonal de fluxos migrantes aponta para a necessidade de atenção para que as ações públicas não sejam tratadas de forma emergência e em regime de exceção representada pela adoção de tutela federal, como decretar situações de calamidade seja social, sanitária, de segurança e/ou outras, como tem ocorrido de forma paliativa nos últimos tempos.

Notou-se também que com este influxo de novos habitantes, Boa Vista manteve seus limites urbanos basicamente inalterados, contrapondo a característica apresentada na fase inicial da cidade, onde os migrantes foram os agentes responsáveis à expansão da área urbana da capital, estimulada pelo próprio Estado. No contexto atual percebe-se um reflexo sobre o aumento da densidade populacional e ocupação de imóveis vazios através de alugueis imobiliários, fator contrário a opinião da desvalorização dos imóveis e através da massiva participação da iniciativa privada, e baixa participação governamental de esfera local nesse processo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Erik Alves. **Moradias invisíveis**: os condomínios para aluguel na cidade de Boa Vista-Roraima: da realidade à utopia. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Roraima, Boa Vista, 2013.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. Ocupação humana em Roraima II: uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 9, n. 2, p. 177-197, 1993.

BEZERRA, Josué Alencar. Como definir um bairro? Uma breve revisão. **Revista Geotemas**, Natal, v. 6, n. 2, p. 21-31, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/geotemas/article/viewFile/118/109>>.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CONCEIÇÃO, Cleudimar Araújo. **O surgimento do bairro Asa Branca na década de 1980, em Boa Vista/RR**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2012.

FARIAS, M. V. A.; VERAS, A. S. S.; PAIXÃO, S. U. A. Degradação do corpo hídrico no urbano em Boa Vista-RR. **Textos & Debates**, Boa Vista, v. 1, n. 18, p. 129- 138, 2012.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Portal @ Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/panorama>>. Acesso em: fev. 2018.

LEMONS, Rafaela Gomes de; NASCIMENTO, Claudia Helena Campos; CAMPELLO, Mauro José do Nascimento. Multiculturalismo, minorias e grupos vulneráveis: a situação dos migrantes venezuelanos em Boa Vista. In: ENCONTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PAN-AMAZÔNIA E CARIBE, 4, 2017. **Anais...** Boa Vista/Manaus/AM: GPOSSS, 2017.

NASCIMENTO, Claudia Helena Campos; FARIAS, Manuela Carvalho; FREITAS, Paulo Ricardo Carvalho de. Traços culturais da paisagem de Boa Vista/RR: o bairro Asa Branca e a contribuição da migração nordestina da década de 1980. In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO, 3, 2014. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto: desafios e perspectivas. **Anais...** Belo Horizonte: IEDS, 2014.

RAMALHO, P. O. **Lugar de memória**: o plano urbanístico de Boa Vista – RR. 2012. 99 p. Dissertação (Mestrado) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Carla Monteiro; SILVA, Raimunda Gomes. **Migrantes e migrações em Boa Vista**. Boa Vista: Editora UFRR, 2006.

TAVARES, Gabriely de Jesus. **Ocupação urbana na cidade de Boa Vista/RR o bairro Liberdade e sua gênese no início da década de 1980.** Trabalho de Conclusão de Curso (História) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende et al. O surgimento de subcentro comercial da cidade de Boa Vista-RR. In: SEMINÁRIO REGIONAL NORTE E NORDESTE DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 3, 2012, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa (PB): UFPB, 2013. Disponível em: <<http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/sernne/artigo8.pdf>>. Acesso em: mar. 2018.

ARTIGO

UM OLHAR SOBRE O BAIRRO CENTRO DA CIDADE DE BOA VISTA/RR

INTRODUÇÃO

Este artigo foi produzido inicialmente para atender as exigências da disciplina Sociologia Urbana/Ciências Sociais/UFRR, no semestre 2013.2, que teve por pretensão estudar semelhantemente os diferentes bairros Urbanos de Boa Vista/RR. Em nosso caso específico, optamos pelo bairro Centro, cuja análise resultou de 88 questionários aplicados aos seus moradores com idade a partir de 11 anos e de três entrevistas empreendidas com pessoas com idade a partir de 50 anos. A coleta dos dados se deu entre os meses de setembro e outubro de 2013. Nosso objetivo neste estudo se remete a ter noção das interações sociais entre os moradores do Centro, quanto à forma predominante de sociabilidade e retratar o bairro do ponto de vista de seus residentes.

O bairro Centro de Boa Vista/RR é o ponto fulcral da cidade (planejada), fato este que molda as interações sociais que ocorrem no seu domínio, ou seja, sua dialética socioespacial polifuncional tem reflexo na vida cotidiana dos seus moradores. Para exemplificar tais interferências recorreremos aos percentuais que serão expostos fazendo uso do *Word Excel* e produzimos gráficos em forma de pizza, assim como nos beneficiamos dos dados da Sinopse por Setores/Censo 2010/IBGE. Outrossim, para enfatizar situações ou reforçar o que revela a história do bairro, nos utilizamos das falas dos entrevistados de forma direta ou indireta.

Este estudo foi dividido em seis partes: na primeira, fizemos uma abordagem do bairro como objeto de estudo da Sociologia Urbana; na segunda, comentamos sobre a cidade de Boa Vista/RR e, também, sobre o bairro Centro; na terceira apresentamos os dados coletados com os residentes do bairro Centro; na quarta parte

* Socióloga formada pela UFRR. E-mail: joana.ufr@gmail.com

** Professora do Curso de Ciências Sociais/UFRR. E-mail: joani.lyra@ufr.br

*** Sociólogo formado pela UFRR. E-mail: raniorameida@outlook.com

conversamos sobre a vizinhança no bairro Centro e a forma de sociabilidade nele predominante; na quinta parte apresentamos alguns aspectos positivos e negativos indicados pelos moradores que responderam ao questionário que aplicamos nos meses de setembro e outubro de 2013; na última, expomos nossas considerações sobre a pesquisa.

O BAIRRO COMO OBJETO DE ESTUDO

O interesse pelo estudo de bairros se iniciou por volta da década de 1920 quando a Escola de Chicago começou a dar uma abordagem ecológica para o ambiente urbano nos estudos de Sociologia Urbana. Ao fazer uso de modelos ecológicos ela buscava explicação para a segregação que ocorria nos ambientes de bairro da cidade de Chicago, onde se intensificaram as rivalidades entre os bairros que concorriam por recursos escassos (equipamentos urbanos). Ao longo de várias décadas, os estudos sobre bairro foram transfigurados e atualizados para dar respostas às novas questões que surgiam.

A definição por um ramo da Sociologia voltado ao urbano foi imprescindível por causa da intensificação da urbanização e inclusive das formas de interação. Para ter uma ideia, é suficiente lembrar que no seu início não havia se disseminado o uso da televisão, do telefone (muito menos do celular) e da internet, fatores estes que reorientaram as interações, as formas de sociabilidade e a relação com o ambiente urbano.

Ainda que a tecnologia altere as formas de sociabilidade, Sampson (2012) salienta que na era da *internet* o local continua sendo importante e que com o seu emprego podemos nos movimentar para melhorar um bairro. Em termos de contribuição para o estudo de bairros, podemos citar Sampson, Morenoff e Gannon-Rowley (2002), que efetuaram uma excelente revisão de literatura sobre bairro, pois sintetizam os resultados de estudos que se concentram sobre processos sociais e institucionais, especialmente no que diz respeito aos problemas de comportamento entre os jovens. Coincidentemente, os jovens também foram alvo da nossa pesquisa e respondentes dos questionários, fato este que nos levou a aprofundar um pouco mais a leitura destes autores.

Sampson, Morenoff e Gannon-Rowley (*idem*) oferecem novas análises e argumentos que atribuem importância aos bairros na ocorrência de uma variedade de comportamentos sociais importantes, e ao mesmo tempo eles se esforçaram empírica e teoricamente para investigar os efeitos e mecanismos que ligam o bairro aos

seus residentes. Os autores alegam que assim como as cidades, os bairros são comunidades definidas por limites geográficos, econômicos, jurídicos políticos, culturais e sociais. Nesse sentido, suas características afetam as interações sociais.

A vizinhança, para Sampson (2012), em uma definição geral, corresponde a população variável, a interação de pessoas e instituições em um lugar-comum. Os bairros, por sua vez, formam um mosaico de unidades ecológicas sobrepostas (quadras, blocos, ruas) que variam em tamanho, limites e características de organização social, porque embora nossas vidas sejam moldadas por características como nível de renda e escolaridade, os bairros em que vivemos desempenham um papel de longo prazo em nossas vidas. No caso do bairro Centro, os resultados apontam nesta direção.

Sampson (ibidem), cujo ambiente de pesquisa é a cidade de Chicago, rebate a noção de que a vizinhança se torna menos importante pelo fato de a tecnologia moderna permitir-nos estar em qualquer lugar, porque a medida que os lugares são incorporados em bairros, produzem-se propriedades importantes que são persistentes e moldam a vida das pessoas. Ao estudar o bairro nos diferentes aspectos (crime, mortalidade infantil, saúde, altruísmo social, perturbação e aprendizagem) os resultados dos testes apontam para variações de acordo com o bairro, o que sugere que não existe um denominador comum.

Com isso, a categoria bairro possui distintas definições, seja de cunho espacial, administrativo, político ou social, tanto mais o fenômeno urbano estabeleça a hegemonia das cidades, pois sejam elas pequenas, médias, grandes ou metrópoles, criam e recriam contextos que precisam ser compreendidos. Nessa linha de pensamento, seguiremos uma visão histórico-social na qual o bairro, enquanto consequência das circunstâncias temporais mais evidentes da urbanização, configura espacializações da vida social dentro da história do urbano, resultado de construção histórica e social do espaço da vida cotidiana (BEZERRA, 2011).

Em face da importância do bairro, o presente artigo visa explicar sobre o desenvolvimento da sociabilidade e dos efeitos do fenômeno urbano no bairro Centro da cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima (RR), a partir da análise da amostra de 88 questionários aplicados aos moradores ao longo de sua extensão e de três entrevistas efetuadas com pessoas ali residentes a mais de 40 anos. A opção por esta amostra ocorreu pela falta de disponibilidade de tempo, tanto dos autores quanto dos moradores, ainda que estes tenham, em grande medida, mostrando-se receptivos para prestar as informações. Ainda assim, iniciaremos com um breve comentário sobre a história de Boa Vista/RR, imprescindível para a compreensão e percepção das condições que direcionaram a urbanização no sentido centro bairro.

BOA VISTA/RR E O BAIRRO CENTRO

A capital de Boa Vista-RR possui sua história marcada pela defesa fronteiriça, desde que era colônia portuguesa, começando a ser escrita com a edificação do Forte de São Joaquim, inaugurado em 1778. A instalação de fazendas efetivou essa ocupação que passou a subordinar o povo nativo. *A posteriori* e com uma economia fundada principalmente na criação de gado, a partir de uma dessas fazendas localizadas a margem direita do Rio Branco, foi criada a Freguesia Nossa Senhora do Carmo, em 1858, a qual foi elevada a município de Boa Vista em 1890, quando ainda fazia parte do território do estado do Amazonas. Todavia, em 1943 foi desmembrada, tornando-se capital do Território Federal do Rio Branco e, mais tarde, com a Constituição de 1988, capital do estado de Roraima.

A pequena cidade, tão receptiva aos migrantes e imigrantes, parece que sempre despertou a atenção por seu tímido toque de urbanização, como mostra a impressão de 1917, a seguir.

(...) tinha ainda um aspeto de vila solitária e isolada da Capital do Amazonas e do resto do País. Porém, para esse pesquisador, essa cidade, 'Implantada em posição geográfica dominante, à margem direita do Rio Branco, já apresentava nessa época, casas bem construídas, com mistura de pedras e cal, cobertas de telhas, bem cuidadas e pintadas com cores alegres e uma bela capela que causava boa impressão a qualquer visitante. Tinha ao todo quarenta e nove residências (SANTOS, 2004, p. 82 apud SILVA, 2007, p. 59).

Com o relato anterior nos perguntamos: quando se inicia a urbanização de Boa Vista? Consideramos que foi a partir de 1900, com a criação da Intendência Municipal, tanto que em 1909 foi construída a Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo e depois:

(...) foram sendo construídos os comércios, a escola São José, o Ginásio Euclides da Cunha, o Hospital Nossa Senhora de Fátima, hoje desativado, a Intendência Municipal e um posto da Marinha Brasileira. Então, os currais foram cedendo seus espaços para a formação da vida urbana (DIAS, 2012, p. 37).

O processo de desenvolvimento urbano da capital e sua origem, partindo da perspectiva de Silva (2012), deu-se por duas gêneses: a espontânea, que ocorreu do período da Colonização até meados do século XIX; e a induzida, que se iniciou quando seu primeiro Governador, Capitão Êne Garcez dos Reis, nomeado assim que a região foi elevada a capital do Território Federal do Rio Branco (1943), contra-

tou (1944) o Engenheiro Darcy Aleixo Derenusson, do Rio de Janeiro, para elaborar o projeto urbanístico da cidade. A partir de então a urbanização de Boa Vista teve impulso, conforme concluímos com as informações do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) sobre Derenusson:

Graças à execução das obras de infra-estrutura, tais como esgotos sanitários, esgotos pluviais, abastecimento d'água, energia elétrica, com sua rede distribuidora e confecção do Código de Obras, a cidade de Boa Vista foi ocupada rigorosamente de acordo com o plano urbanístico -aprovado em 1946. Nessa época, também foram realizadas as seguintes obras em Boa Vista: construção de cais de atracação às margens do Rio Branco; construção de meios-fios, sarjetas e arruamento da Avenida Floriano Peixoto; construção de 10 escolas rurais, com sala de aula e residência para professor; construção da Praça de Esportes Capitão Clovis, constando de -arquibancada com vestiário e instalações sanitárias, quadra de tênis, quadra de vôlei e basquete, etc; construção do Hotel de Boa Vista; construção do matadouro modelo; e construção de 20 casas para o IPASE (CONFEA, 2004).

Com o novo traçado de Derenusson, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário se reuniram em torno da Praça do Centro Cívico, hoje denominada de Joaquim Nabuco, para a qual também converge boa parte das demais avenidas da cidade.

Além do traçado de Boa Vista, algo que chamou a atenção inicialmente foram as avenidas e ruas largas para uma cidade que, na época, quase não contava com automóveis. Para se ter uma ideia da urbanização da cidade da década de 1940 para cá, basta verificar a frota atual de automóveis. Atualmente há uma grande quantidade de motocicletas e automóveis nas ruas da cidade. Aliás, Boa Vista é considerada em “termos proporcionais (quantidade de motos/habitantes), a cidade na América do Sul onde existe a maior concentração de motocicletas circulando” (ROCHA, 2006).

A cidade que girava em torno do Centro se tornou distante para a maioria dos seus habitantes que moram nos bairros, assim como a falta de transporte coletivo se transformou em um dos mais graves problemas urbanos de Boa Vista. Desse modo, é pertinente observar o baixo número de ônibus, especialmente se levado em consideração que neste quantitativo já estão incluídos os transportes urbanos coletivos da cidade. Mesmo que o bairro Centro disponha de um mini terminal e de um terminal de ônibus, nem ele mesmo é atendido em todo o seu perímetro, tal qual o resto da cidade. Na falta de transporte urbano coletivo aumenta o número de motocicletas (38%) e motonetas (10%) e conseqüentemente os acidentes, os engarrafamentos, entre outros.

Logo, as ruas largas do bairro Centro e de alguns outros poucos bairros de Boa Vista não resolvem as adversidades do trânsito causado pela falta de transporte co-

letivo, a qual é somada aos problemas de ruas esburacadas e a violência no trânsito, aspectos ressaltados na pesquisa pelos moradores do bairro Centro como pontos negativos.

A despeito dos problemas de infraestrutura urbana, por que tanta gente se desloca para o Centro? Porque nele se concentra grande parte dos empregos públicos, serviços públicos, uma parte do comércio local, locais de lazer (Praça das Águas, Orla Taumanan, Centro Histórico, Centro de Turismo Vêlia Sodré Coutinho, entre outros), os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, entre outros atrativos.

Nos outros atrativos do bairro Centro/BV/RR, temos as escolas públicas e particulares, que agravam os engarrafamentos nos horários de entrada e saída dos estudantes. Este é quadro difícil de mudar já que as estatísticas confirmam a qualidade das escolas do bairro. Ademais, o formato radiocêntrico de Boa Vista, atrai todos para o Centro, ainda que ele venha sofrendo alguma alteração com o crescente ritmo da urbanização, principalmente com a construção da BR-174 e com o boom do garimpo na década de 1980. A partir do surgimento dos novos bairros foi se compondo um novo desenho da Capital, que delineado em Centro e Bairros, em espaço planejado e espaços desordenados segue sua história.

A cidade de Boa Vista quase sempre é referenciada em Centro e bairros, cuja a linha divisória é a Rua Venezuela (coincidindo com os limites do bairro Centro). Essa delimitação, que muitas vezes não entendemos, e que certamente não tem mais lógica se considerarmos o deslocamento do comércio e de algumas instituições para a Avenida Ataíde Teive, pode ser explicada por Gonçalves (1988), como a seguir:

Falar das formas de coexistência dos habitantes na cidade e das suas práticas sociais implica, à partida, a distinção entre o centro ou centros e os bairros. Enquanto que o centro é tanto mais valorizado quanto mais aberto se apresentar a todos os tipos de populações, de utilizações e de apropriações simbólicas, os bairros, ao contrário, são mais valorizados quanto à intensidade de significação e quanto à qualidade de utilização e de apropriação simbólica, sempre que sejam especificados quer por determinado tipo de população, quer por uma função particular, quer ainda pela conjunção destas duas características (GONÇALVES, 1988, p. 16).

Recorrendo à Gonçalves (1988), o Centro de Boa Vista é polifuncional porque é uma área frequentada por diferentes classes sociais, e nele se encontra um dos primeiros centros comerciais, a Avenida Jaime Brasil; variados pontos culturais e de lazer, como a Praça das Águas, Marreta, Chão de Brasa, Antique, Orla Taumanã, Chacrinha, Palácio da Cultura Nenê Macaggi, entre outros. São ambientes diversificados oferecidos à diferentes utentes, que oferecem lazer e serviços e compartilham

espaço com algumas sedes institucionais voltadas para serviços públicos. Assim sendo, o Centro teve inicialmente uma demanda voltada para sua vitalidade, para atender a todos.

O redimensionamento da cidade ocorreu devido às migrações oriundas da busca de oportunidade de conquistar um pedaço de terra; do desejo da casa própria; das oportunidades existentes em um território que estava construindo sua forma; mais tarde, pelo boom do garimpo e pelas migrações induzidas, com mais intensidade no governo do brigadeiro Ottomar Pinto (1979-1986), ainda sob condição de Território Federal de Roraima. Ao receber um contingente populacional que não era esperado, sua forma foi se alterando e os típicos problemas urbanos emergindo, amainando-se tenuemente conforme o tempo e os governos (VERAS, 2012).

Todavia, se do Centro em diante o contorno muda, no seu interior continua a ser bem delineado, com construções expressivas e alto teor de imaginabilidade, características reveladas pela entrevista com alguns moradores e por nossas percepções de seus discursos ao longo da aplicação dos questionários. Como ressalta Lynch (1997), as imagens ambientais se tornam referencial para a orientação dos usuários. A arquitetura e o traçado do bairro formam uma imagem viva passível de serem lembradas e padronizadas. Tendo em vista que,

No processo de orientação, o elo estratégico é a imagem ambiental, o quadro mental generalizado do mundo físico exterior de que cada indivíduo é portador. Essa imagem é produto tanto da sensação imediata quanto da lembrança de experiências passadas, e seu uso se presta a interpretar e padronizar nosso ambiente é tão crucial e tem raízes tão profundamente arraigadas no passado, que essa imagem é de enorme importância prática e emocional para o indivíduo (LYNCH, 1997, p. 04).

O espaço que compõe o bairro Centro, ou outros bairros, enquanto uma imagem ambiental, boa ou ruim, é uma construção de mão dupla entre usuário e ambiente, sendo o bairro um dos principais palcos onde se desdobram as tramas das relações sociais. O seu espaço e o modo que os seus residentes se apropriam escrevem sua história e se reorganiza a cada novo acontecimento vivenciado.

O bairro Centro, como um pedaço da cidade, coração da vida urbana da Capital de Boa Vista, é familiar e imprescindível para a sociabilidade dos boa-vistenses, mas não só de seus residentes, de todos que procuram serviços públicos, lazer, cultura e consumo.

OS RESIDENTES DO BAIRRO CENTRO

Os questionários aplicados aos moradores dos diferentes endereços do bairro Centro/Boa Vista/RR totalizaram 88, sendo que 38% deles foram respondidos por homens e 62% por mulheres, em uma faixa etária que variou entre crianças a partir de 11 anos, jovens, adultos e idosos. Em termos de idade, nossos respondentes encontravam-se nas seguintes faixas etárias: 28% de 11 a 19 anos; 15% de 20 a 29 anos; 14% de 30 a 39 anos; 10% de 40 a 49 anos; 11% de 50 a 59 anos; 11% de 60 a 69 anos; 6% de 70 a 79 anos; 5% de 80 a 89 anos. Não teve nenhum questionado com idade acima de 89 anos.

A idade em que se encontram os moradores e as exigências do mercado de trabalho contribuíram para que na moradia de 60% dos nossos informantes tenha uma média de uma a quatro pessoas que estudam no próprio bairro e 43% de uma a três pessoas estudando fora do bairro, tendo em vista que em alguns questionários na mesma moradia havia pessoas que estudavam no Centro e pessoas que estudavam fora do Centro. Neste último percentual, deve ser levado em consideração que as universidades e faculdades de Boa Vista encontram-se fora do bairro. Assim sendo, a justificativa para a existência de pessoas estudando fora do bairro é que o bairro não tem instituição de ensino superior, ou porque não há vagas nas escolas.

Ao abordar a religião a que pertence nosso público pesquisado obtivemos como resposta: Católica (39%), Evangélica (38%), Budista (1%) e Espírita (2%). Todavia, 1% respondeu que é Ateu, 17% se disseram sem religião e 1% não respondeu ao questionário. O percentual de católicos e evangélicos já é praticamente o mesmo nessa amostra, apenas confirmando o que o IBGE vem mostrando nos últimos censos do Brasil, como mostra a citação a seguir:

O resultado do último Censo Demográfico do IBGE, em 2010, mostrou uma redução de oito pontos percentuais no número de católicos no Brasil, dois pontos a menos em relação à queda no período entre 1990 e 2000. Os números desaceleraram, mas ainda indicam um movimento observado há 40 anos, o da redução da quantidade de católicos no país. O ritmo mais brando, apontado por analistas como principal novidade do Censo, não se restringe, entretanto, à diminuição no número de católicos. A parcela de evangélicos, sobretudo os pentecostais, que cresceu 17 pontos percentuais nas últimas quatro décadas, aumentou menos do que o esperado (CAMPOS, 2013, p. 1).

Além da religião que os moradores do bairro Centro professam, buscamos saber onde seus pais nasceram e comparar com seus locais de nascimento, no intuito de verificar o processo migratório do bairro. A naturalidade de seus pais se apresenta

como a seguir: roraimenses (49%), amazonenses (12%) e maranhenses (7%) que se envolveram, ou não, com pessoas de outros estados e escolheram o Centro como moradia. Houve também 25% dos pais nascidos em outros estados, 5% advindos de outros países, 1% não soube informar e 1% não respondeu a questão.

Ao indagar sobre a naturalidade do próprio informante o percentual dos nascidos em Roraima se eleva para 64% (dos seus pais foi menor que 50%). Os percentuais seguintes foram de amazonenses com 10% e de maranhenses com 5%. Os 21% restantes são oriundos dos demais estados brasileiros, não detalhados aqui pelo baixo percentual obtido.

A partir dos dados acima, percebe-se que os moradores do Centro são oriundos do casamento entre os nativos e migrantes, ou entre migrantes, tendo em vista que no início da urbanização e com a busca por modernização os governantes ansiavam que o lavrado fosse ocupado, o que o levou a ser praticamente entregue aos interessados em residir em Roraima. Como sabemos, o desejo de mudar de vida é sempre propulsor da migração. Mas por quê morar no bairro Centro? Segundo os entrevistados foi por causa do sonho da casa própria (34%), pelo incentivo da família e/ou amigos (20%), pela tranquilidade e/ou proximidade (26%), por causa do trabalho (9%), devido a negociação e comodidade (6%), porque já nasceu no bairro (2%). Ainda houve 1% que não respondeu a questão e 2% que não soube responder.

Não podemos perder de vista que o território deste bairro, com o passar dos anos, foi sendo valorizado por suas instituições históricas e por desenvolver o primeiro e principal centro comercial, cultural e administrativo da cidade. O custo de vida se elevou, muitos de seus moradores foram sendo obrigados a deixá-lo, outros que ficaram foram sendo marginalizados. A ocorrência deste fato pode se explicar conforme a seguir:

É certo que o valor do solo depende da qualidade da sua localização e, por consequência, indirectamente, das riquezas produzidas colectivamente pela cidade. É assim que cada imóvel retira um benefício desigual (ou prejuízo) em função da localização material da cidade, o solo é verdadeiramente um produto social, num certo sentido. (...) Envolvem todos os processos de valorização/desvalorização que induzem, em cada ponto do seu território, o futuro da cidade (GRAFMEYER, 1995, p. 64).

Uma parte considerável se esforça em permanecer morando no Centro, de modo que 6% dos informantes moram no bairro há mais de 60 anos; 19% responderam que tem ente 40 e 60 anos que vivem ali; 62% que moram a menos de 20 anos. Há de se considerar, ainda, que 64% dos respondentes vivem na casa própria, 22%

em casas alugadas, 11% em casas cedidas, principalmente pela família, e 4% não nos deram informação sobre este quesito.

Em Boa Vista é muito frequente a presença de condomínio¹, assim como de moradias de fundo. Assim sendo, perguntamos qual a situação da moradia dos pesquisados. Fomos informados por 64% que há somente a sua casa no terreno, por 18% que há mais uma outra casa nos fundos, por 10% que são moradores em condomínio e por 6% que compartilhavam outras casas no mesmo terreno. Os outros 2% não nos prestaram informação. Além disso, os moradores do bairro Centro informaram que em suas casas residem apenas quatro pessoas (22%), duas pessoas (21%), cinco pessoas (17%), três pessoas (16%), uma pessoa (14%), seis pessoas (8%), oito pessoas (2%). Interessante notar que em mais de 50% das moradias vivem até três pessoas. Possivelmente uma situação diferente da maioria dos bairros de Boa Vista/RR.

A idade em que se encontram os moradores, a religião e as exigências do mercado de trabalho contribuíram para que na casa de 60% dos nossos informantes tenha uma média de uma a quatro pessoas que estudam no próprio bairro e 43% de uma a três pessoas estudando fora do bairro. Neste último percentual, deve ser levado em consideração que as universidades e faculdades de Boa Vista encontram-se fora do bairro Centro. Assim sendo, a justificativa para a existência de pessoas estudando fora do bairro é que o Centro não tem instituição de ensino superior, ou porque não há vagas nas escolas, segundo as respostas dos questionários.

Na tentativa de perceber a relação do morador com o bairro, insistimos ainda em saber se seus moradores trabalham nele. Verificamos que 36% das residências possuíam pessoas com vínculos empregatícios no bairro, 44% com vínculos laborais fora do bairro, 14% que já eram aposentados e 6% que não responderam a questão. Ou seja, uma boa parte dos moradores tem um elo forte com o bairro, se considerarmos esta última informação e a anterior.

Averiguando a relação morador/bairro Centro, perguntamos quais os locais mais frequentados. Diante de um local polifuncional, seus moradores frequentam diversos ambientes, os quais quase sempre são compartilhados com pessoas de fora do bairro. Ainda assim, constatamos que os espaços de cultura e lazer, como as praças e a Orla Taumanã, abertos as diferentes classes sociais, são esporadicamente visitados pelos moradores do Centro. De toda a sorte, destacam-se entre os locais frequentados os supermercados, como veremos a seguir: 17% frequentam igrejas, farmácias, supermercados e outros; 31% igreja ou supermercado ou praça; 19%

¹ Em Boa Vista é o conjunto de edificações integradas ou não, que ocupam o terreno de um único proprietário, que aluga as moradias. Na cidade há condomínios para as diferentes classes sociais.

supermercado e outro; 7% supermercado, farmácias e outros; 9% farmácia e outros; 4% restaurante e outros; 1% academia; 3% outros lugares; 9% praça e outros.

A partir dos dados supracitados, percebe-se uma grande porcentagem de pessoas trabalhadoras e estudantes que, em grande medida, só possuem tempo para ir a lugares que suprem suas necessidades básicas ou espirituais. Essa falta de tempo, essa individualização, são aspectos característicos do cotidiano urbano.

O modo de vida urbano, a vida na sociedade de produção industrial tem características próprias no que se refere à sociabilidade cotidiana ou burguesa ou simplesmente civilizada. O fato de todas as pessoas precisarem trabalhar (e não só as classes baixas, como antes) coloca todos, e não só os grupos de renda baixa, em situação de cumprimentos de horários (D'INCAO, 1994, p. 28).

O que se pode concluir com as informações até agora apresentadas é que trata-se de uma população voltada para o próprio bairro. O fato de estarem presos em suas casas, em suas vidas e em sua falta de tempo os leva a restringirem seus círculos sociais, o qual está cada vez mais acentuado a pequenos grupos de estratos semelhantes. Assim sendo, o tipo de sociabilidade que ali se desenvolve, considerados apenas seus moradores, é a sociabilidade restrita.

VIZINHANÇA E SOCIABILIDADE

O bairro (CERTEAU, 2008) é um espaço físico que compõe a identidade de seu usuário; é um ambiente familiar, principalmente para seu residente, característico por sua vivência cotidiana; um lugar cuja residência insere o indivíduo, mesmo que involuntariamente, em uma teia de relações com a vizinhança que, profunda ou não, cria um contexto com regras e jogos implícitos variados de acordo com sua forma de sociabilidade.

O bairro aparece assim como o lugar onde se manifesta um 'engajamento' social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição (CERTEAU, 2008, p. 39).

Enquanto espaço físico e de relações sociais, em uma dialética, o bairro configura o modo de ser e de viver dos indivíduos que dele usufruem e, assim, suas formas de sociabilidade variam de acordo com a função que adquire com o tempo, através do modo que seus utentes se apropriam de seu espaço.

O bairro Centro, com o passar dos anos, sob a influência do acelerado ritmo de urbanização e modernização, passou de predominantemente residencial para majoritariamente comercial. Diante disso, seu espaço e principalmente sua forma de sociabilidade se alteraram, pois como diz D’Incao (1994), o avanço tecnológico, o progresso e as novidades da industrialização provocam mudança.

No caso do Centro de Boa Vista, as grandes áreas ocupadas com pequenas casinhas foram perdendo espaço para as ruas, comércios e instituições administrativas. Os vizinhos, antes próximos, foram se afastando; as crianças antes interativas começaram a ficar mais presas em casa porque os automóveis começaram a ocupar as ruas. Sobre isso, o senhor Amarildo (nome fictício) alegou que as crianças *“eram tudo correndo aí na rua, tudo brincando, os pais tinham todo cuidado e tinha pouco carro. Quando eu cheguei aqui o governador tinha um carro, um carro velho, feio, caindo aos pedaços, e era pouca gente que tinha carro”* (28/10/2013). O fenômeno urbano foi se intensificando, especialmente a partir do bairro Centro, o mais antigo da cidade, o que levou a exclusão das ruas.

A rua e a praça são excluídas como espaço social cotidiano de estar e de integrar e se recrear e se transformam quase que unicamente em espaços de passagem e, no caso do Brasil, especialmente de passagem de carro e motos. Isso toca necessariamente num outro ponto que merece um pouco de reflexão: a tecnologia industrial e suas possíveis relações com a sociabilidade humana e com o urbanismo (D’INCAO, 1994, p. 27).

Se as ruas do Centro deixaram de ser lugar dos corpos, seus moradores foram obrigados a recorrer aos transportes para se deslocar dentro e fora do bairro. Desse modo, 42% dos nossos informantes afirmaram que se deslocam em seus carros, 15% em motos, 14% em táxi ou lotação, 11% em lotação ou outros. A despeito de 1% não responder a questão, totalizamos só 17% que se deslocam a pé, ainda que boa parte dos seus moradores trabalhem ou estudem no bairro. Necessitando de transporte para o deslocamento, os corpos se distanciaram, as brincadeiras em grupo das crianças diminuíram, os encontros tornaram-se mais esporádicos.

Ainda que pouco caminhem pelo bairro em seus deslocamentos para o trabalho ou estudo, condição que estreita laços entre vizinho pela possibilidade do encontro de corpos, 97% dos moradores do Centro afirmaram que conhecem seus vizinhos pessoalmente (aqui deve-se levar em consideração o tempo de moradia no bairro). Somente 3% não os conhecem, o que pode ocorrer porque se trata de recém-chegados. Como a sociabilidade que predomina no bairro é a restrita, eles alegaram que o que os faz interagir com os vizinhos é o fato de os considerarem como amigos

(82%). Dos 17% que não os consideram, a maioria alegou que na vizinhança “cada um fica na sua”, “não possuem tempo” ou são “só vizinhos”.

Na entrevista que realizamos com a Senhora Maria (nome fictício), afirma-se o individualismo de que falaram os 17% dos moradores, quando ela responde que possuía “*muitos amigos aqui no centro, mas afastado. Hoje em dia as pessoas vivem mais em suas casas, hoje em dia as mulheres trabalham mais, hoje é mais difícil o nosso encontro*”. Ela acrescentou que quando se encontram “*é maravilhoso, me dou muito bem com os vizinhos, só que é mais encontros passageiros com cumprimentos, ninguém vive mais nas casas dos outros*” (18/10/2013). Os moradores do bairro se ressentem da falta de interação, já que para 89% os vínculos de amizade no bairro são importantes, ainda que os outros 11% não o considerem.

Com todas as dificuldades para encontros cotidianos, dá para notar que há um cunho familiar entre os moradores, que apesar de não serem tão próximos há, ainda que ténue, um elo de confiabilidade para recorrer nos momentos que realmente é necessário. Nessa perspectiva, 68% afirmaram que já prestaram favor a algum vizinho (32% não) e 69% que os vizinhos já lhes prestaram favor (31% não).

Para esclarecer ainda mais a sociabilidade no bairro, bem como pelo fato de nos encontrarmos na era da comunicação, na era digital, na qual a troca de números de telefones ou navegação em redes sociais é muito comum, perguntamos de que maneira os moradores do Centro se comunicam: 57% pessoalmente e/ou por telefone; 16% por rede social ou SMS; 14% pessoalmente e outros meios; 8% por telefones e outros; 2% por e-mail e outros; 3% não responderam a essa questão.

O que percebemos é que o encontro face a face vai deixando de ser visto como uma necessidade, os corpos começam a se estranhar, porém quando se encontram e interagem há familiaridade, eles se reconhecem. Com isso, os residentes do bairro Centro, em grande medida não são definitivamente estranhos, nem íntimos, porém vizinhos.

ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO BAIRRO CENTRO

Um bairro reflete a imagem consensual de seus utentes, sendo um espaço consequente e fruto de suas relações sociais, seja de caráter físico ou simbólico. Enquanto ambiente compartilhado, desenvolve características que, em grande medida, pode ou não agradar seus usuários em variados aspectos.

O bairro Centro, sob o prisma de seus residentes, possui como principal aspecto positivo, contabilizando 49%, a proximidade com as organizações básicas para o

dia a dia, sejam elas administrativas, alimentícias, de saúde, entre outras. Para 33% o que conta é a sua tranquilidade e para 7% a sua infraestrutura. Por outro lado, tem 5% que valorizam a vizinhança e outros 6% que consideram assertivas as opções de lazer, a segurança, entre outros.

O bairro Centro foi muito elogiado pelos entrevistados. A Senhora Maria, por exemplo, percebe como qualidade do bairro “*a pavimentação das ruas, telefone, houve muito progresso. A convivência com os vizinhos e é tranquilo, não se tem brigas, todo mundo se dá bem e há troca de favores*” (18/10/2013).

Como aspectos negativos do bairro, 33% reclamaram da segurança, ressaltando a proximidade com o bairro Caetano Filho, mais conhecido como “Beiral”, espaço reconhecidamente frequentado por usuários de drogas; 24% reclamaram da infraestrutura, ressaltando, em sua grande maioria, a má iluminação e assinalando que, mesmo sendo Centro, algumas ruas não possuem redes de esgoto; 19% não consideram que o bairro possua algum aspecto negativo; 6% consideram o custo de vida mais caro; 2% veem como negativa a proximidade com tudo; 1% não soube responder; 4% deram outras respostas, como a presença de cães e gatos, a falta de opção para sair, entre outros. Essa questão foi uma das que teve um dos mais altos percentuais de pessoas que não responderam (11%), revelando um certo medo de desqualificar o bairro.

Consequentemente, o bairro Centro foi mais elogiado do que criticado, por seu espaço, boa vizinhança e tranquilidade. Porém, com uma urbanização ainda recente e um pouco tímida, se comparada com outras capitais do Brasil, o bairro começou a sentir mais intensamente as mazelas, principalmente a violência urbana. Por sua falta de estrutura para uma crescente população, a cidade de Boa Vista, como um todo, já sente as reações sociais a esta realidade. O Senhor Roberto (nome fictício), morador a mais de 40 anos no Centro, acompanhado de sua filha, comentou que a cidade está “*Muito violenta, todo dia, toda noite morre gente aqui*” (28/10/2013), sua filha reiterou que, “*há criminalidade, por isso não deixamos ele sozinho, para que não ocorra o pior com ele. Sempre tem um de nós com ele, semana que vem é do meu irmão*” (28/10/2013). Como vemos há problemas, mas que talvez tenham uma dimensão aceitável por uma parte de seus moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bairro como diz Certeau (2008) configura essencialmente como um prolongamento da moradia, um ambiente que interliga o íntimo com um pedaço do des-

conhecido que, com seu uso cotidiano torna-se parte da vida do indivíduo, em uma dialética existencial entre o dentro e o fora. No caso do bairro Centro/Boa vista/RR, tudo se foca no dentro. Assim o vizinho e o amigo se confundem, mesmo que essa interação não seja diária.

Certeau (2008) diz que o bairro é um espaço que remonta continuamente as ações de uma prática cultural espontânea, constituindo uma ligação interdependente entre o público e o privado, uma separação que une, um viver próximo de um outro nem íntimo, nem anônimo. Vizinho? Não, no caso do bairro Centro não há anonimato, mas também não reina a fofoca como forma de controle social. Há amizade de velhos conhecidos que não se veem a todo momento e, por isso mesmo, valorizam os momentos de encontro. Não adianta dizer que é porque são predominantemente crianças e adolescentes, porque os dados do IBGE que utilizamos deixam evidente que são jovens, uns mais maduros, outros nem tanto. A única resposta possível é que o vizinho é tudo no momento em que os moradores realmente precisam, como confirmam os dados.

E a sociabilidade? Depois de tudo que já foi colocado reafirmamos que a sociabilidade que ali se impõe é a restrita, restrita aos vizinhos, restrita aos amigos, restrita ao tempo de moradia no bairro. A explicação é sociológica, é científica e de vida, porque como objeto de consumo, o bairro é um lugar de reconhecimento, é uma marca de pertença envolta do processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana.

O bairro Centro inevitavelmente transformou a sua forma de sociabilidade porque foi transformado de residencial para comercial. Com as dificuldades e as distâncias construídas teve a sociabilidade ampla transformada em restrita, o que não foi tão ruim assim, porque como vimos só reforçou os laços entre seus moradores. Ainda há de se considerar, que a tecnologia e os avanços científicos vão abarcando e emergindo cada vez mais os espaços, principalmente urbanos, com seus benefícios e suas mazelas. As formas de sociabilidade se alteram, os indivíduos se tornam cada vez mais estranhos, mas no caso dos moradores do bairro Centro, esse estranhamento só se dá com aqueles recém-chegados, já que os mais antigos aceitam compartilhar uma mesma área, um mesmo bairro, mas não se dispõem ao convívio, elemento este determinante para a formação identitária com o ambiente.

O bairro Centro de Boa Vista, em linhas gerais, como qualquer outro espaço social está em constante transformação. De acordo com nossa pesquisa, sob influência da modernização seu ambiente hora apagado, passa a residencial e, com o desenrolar da história, torna-se referência para o município porque abarca as sedes

das instâncias sociais e administrativas, abrangendo pontos culturais e de lazer, para enfim, ser o centro da possibilidade do encontro de corpos de classes diferentes (apenas de corpos). Nossa amostra deixa claro que nele ainda resiste o sentimento de familiaridade e confiabilidade, mesmo que tenuemente, mas entre os que são do bairro e mais especificamente, entre os que ali já vivem há algum tempo.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Josué Alencar. Como definir o bairro? Uma breve revisão. **Revista Geotemas**, v. 1, n. 1, p. 21-31, 2011.

CAMPOS, João Pedroso de. **Diálogo entre católicos e evangélicos é decisivo**. [Internet]. Rio de Janeiro: PUC Rio; 23/07/2013. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Jornal/Pais/%22Dialogo-entre-catolicos-e-evangelicos-e-decisivo%22-22477.html>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

CONFEA. **Darcy Aleixo Derenusson**. 24/09/2004. Disponível em: <<http://site2.confea.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1326&pai=4&sid=203&sub=197&tpl=printerview>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

DIAS, Dalva Honorato de Souza. **O município de Boa Vista: aspectos históricos**. Boa Vista: Editora Boa Vista Ltda, 2012.

D'INCAO, Maria Ângela. Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana. In: **Tempo Social**. São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 23-31, 1994.

GONÇALVES, Antônio Custódio. Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**. I série, v. 4, Porto, p. 15-31, 1988.

GRAFMEYER, Yves. **Povoamento e mobilidades**. INS: Sociologiaurbana. Portugal: Publicações Europa-América (Coleção Saber), 1995, p. 62-81.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse por setores. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

LYNCH, Kelvin. A imagem do ambiente. In. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 1-15.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**, v. 2: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 37-45.

FILHA DO SENHOR AMARIDO. **Entrevista concedida à Joana D' Arc Pinho Praxedes**. Boa Vista, 28 out. 2013.

ROCHA, Vandique. Violência no trânsito: de quem é a culpa? **Jornal Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 09 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=12270>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

SAMPSON, R. J. **Great american city**: Chicago and the enduring neighborhood effect. Chicago/Londres: University of Chicago Press, 2012.

SAMPSON, Robert J.; MORENOFF, Jeffrey D.; GANNON-ROWLEY, Thomas. Assessing “Neighborhood Effects”: Social Processes and New Directions in Research. **Annual Review of Sociology**, v. 28, p. 443-478, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1146/annurev.soc.28.110601.141114>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

SENHOR AMARILDO (nome fictício). **Entrevista concedida à Joana D’ Arc Pinho Praxedes**. Boa Vista, 28 out. 2013.

SENHOR ROBERTO (nome fictício). **Entrevista concedida à Joana D’ Arc Pinho Praxedes**. Boa Vista, 28 out. 2013.

SENHORA MARIA (nome fictício). **Entrevista concedida à Joana D’ Arc Pinho Praxedes**. Boa Vista, 18 out. 2013.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. Desvendando labirintos: notas acerca da formação sócio-espacial de Boa Vista. In: MAGALHÃES, Maria das Graças S. Dias; SOUSA, Carla Monteiro de (Org.). **Roraima/Boa Vista**: temas sobre o regional e o local. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012. p. 157-173.

_____. Reencontrando a primitiva cidade de Boa Vista. **Acta geográfica**, Boa Vista, .v. 1, n. 2, p. 57-68, 2007.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. Rugosidades e tendências atuais na dinâmica de produção do espaço urbano de Boa Vista. In: MAGALHÃES, Maria das Graças S. Dias; SOUSA, Carla Monteiro de (Org.). **Roraima/Boa Vista**: temas sobre o regional e o local. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012. p. 127-156.

Grupo de Trabalho n° 20

ELITES, ESTADOS E FRONTEIRAS

ARTIGO

**COMUNICAÇÃO E MEDIAÇÕES: ESTUDO DE RECEPÇÃO
DIANTE DA INTENSIFICAÇÃO NO FLUXO MIGRATÓRIO EM
RORAIMA**

INTRODUÇÃO

As relações na fronteira entre Brasil e Venezuela sempre foram muito complexas, à medida que as temos como uma zona de trânsito entre dois países com idiomas, governos, sistemas econômicos diferentes e muitos traços culturais que ora se aproximam ora se distanciam consideravelmente, além de uma relação de necessidade e de cumplicidade. O estado de Roraima, por exemplo, depende do país vizinho para manter uma parte significativa de sua rede de abastecimento de energia elétrica. As relações de comerciais e capitais que em tempos áureos da economia de ambos os países, mantiveram negociações e convivência amigáveis. Porém, com o agravamento da crise econômica na Venezuela e a crise política no Brasil, a relação entre estes, começou a ficar delicada. Trazendo esse cenário para o interior dos processos comunicativos, o presente artigo analisa a recepção da audiência a partir dos comentários feitos na reportagem do site de notícia G1 Roraima, “Venezuelanos dormem no chão e dividem abrigo improvisado em RR”, de autoria da repórter Inaê Brandão, publicado no dia 05 de janeiro de 2017 e os comentários da reportagem “Cidade de RR na fronteira com a Venezuela tem tumulto após assalto a comerciante”, de autoria de Valéria Oliveira e Inaê Brandão publicada no dia 18 de agosto de 2018. O objetivo é compreender como ocorre a recepção da audiência, a partir das matérias publicadas no portal de notícias G1 Roraima e como efetuar uma análise de material jornalístico em torno da intensificação desse processo migratório no estado de Roraima. Com base nas reflexões de Jesús Martín-Barbero, de que a recepção é um novo campo para se estudar e entender a comunicação, o desenvolvimento do presente trabalho ocorre em observar, a partir da recepção expressa nos comentários da notícia determinada, traços culturais, construídos histórica e socialmente,

*

assim como novos movimentos híbridos, sempre a partir da perspectiva de que este é o campo onde o processo de comunicação se renova, tendo o sujeito capacidade criativa, mesmo estando inserido em uma estrutura social (ESCOSTEGUY, 2010), buscaremos compreender as apropriações de conteúdo feitas pelos internautas, e a forma como as representações são criadas e associadas, partindo do conceito de cultura abordado por Stuart Hall (apud ESCOSTEGUY, 2010) que a determina como processo integral pelo qual significados e definições são socialmente construídos e historicamente transformados, e, principalmente, sobre as formas de receber esse conteúdo e dar a ele novas apropriações.

Este estudo, amparado no método indutivo, privilegia a pesquisa qualitativa, a partir das matérias selecionadas do site de notícia G1 Roraima, como parte dos procedimentos metodológicos, faz-se a observação direta dos comentários e estabelece-se um diálogo com o suporte bibliográfico em textos científicos sobre os estudos da recepção, utilizando-se do mapa metodológico das mediações de Jesus Martín-Barbero, num circuito de análise compreendido pela institucionalidade, tecnicidade, ritualidade e socialidade. A importância deste artigo se justifica a partir da emergente necessidade social de se discutir a intensificação da imigração venezuelana no Brasil, centralizada no debate que a mídia tem representado esta realidade e, especialmente, como a audiência tem ressignificado este conteúdo. Verificam-se aqui como discursos, tanto midiáticos como populares se atualizaram diante de um pequeno recorte temporal compreendido entre dezenove meses.

RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS, G1 RORAIMA E REDE GLOBO

A fronteira entre Brasil e Venezuela se materializa geograficamente nos estados de Roraima e Bolívar, respectivamente; porém, essas proximidades não se revelam apenas em âmbito espacial, mas em diversos setores onde as parcerias se alastram por áreas como educação, saúde, economia. É notório que houve períodos em que as parcerias entre esses dois estados e os dois países foram intensas, especialmente depois de 2006 com a ampliação dos Encontros dos Governadores. Essa relação, por vezes, muito benéfica e próxima, sendo algo incomum em regiões de fronteira, pelo menos no nível de proximidade em que aconteceram se consolidou em um importante passo de integração gerando benefícios para a população e a economia a ambos os países (VIANA, 2012).

Desde 2015, com o agravamento da crise venezuelana, essa relação tem passado de harmônica e proveitosa, para desafiadora. Isso porque, fugindo das condições econômicas desfavoráveis de seu país, muitos venezuelanos, dentre estes, povos indígenas da etnia Warao, têm migrado cada vez mais ao Brasil. Dados da Polícia Federal apontam que desde o início do fluxo migratório venezuelano, em 2015, até junho deste ano, 56,7 mil venezuelanos procuraram a Polícia Federal para solicitar refúgio (35,5 mil) ou residência no Brasil (11,1 mil). Outros 10,1 mil agendaram atendimento, sendo que 5,9 mil não retornaram. A Polícia Federal já registrou mais de 16 mil pedidos de refúgio de venezuelanos em 2018, número 20% maior do que o recebido em 2017, e oito vezes o registrado em 2016. Segundo o site de notícias local G1 Roraima¹. Ao tempo de que receber imigrantes em território nacional não se constitui em uma tarefa simples, devido às tensões características desse processo e à falta de preparo para compreender esses novos arranjos que se dão em escala global, é preciso configurar essa intensa migração em um momento em que o Brasil também passa por crise política.

Ambas as crises são percebidas por grande grupo de brasileiros como resultado dos governos de Chávez (Venezuela) e do PT (Brasil). Coincidentemente, desde 2015, após os resultados das eleições brasileiras que reelegeram a petista Dilma Rousseff, o Brasil também enfrenta instabilidade em diversos setores, especialmente no âmbito político, que resultou no Impeachment da presidenta em 2016. Com uma série de ataques da mídia ao governo e a associação da crise no Brasil com a má gestão do mesmo, a aproximação entre os dois países começou a ser duramente criticada, especialmente no ambiente das redes sociais, num vínculo superficial sobre as crises na Venezuela e no Brasil, pela alça da herança chavista e o Partido dos Trabalhadores. Diante de tal associação, se faz necessário compreender o mapa metodológico das mediações proposto por Jesus Martín-Barbero, adotado no presente estudo para compreender as interações entre produção e recepção. Segundo o autor, as mediações

Produzem e reproduzem significado social sendo o locus que possibilita compreender as interações entre a produção e a recepção. As mediações estruturam, organizam e reorganizam a percepção da realidade em que está inserido o receptor, tendo poder também para valorizar implícita e explicitamente esta realidade (MARTÍN-BARBERO apud ROSSATO, 2008, p.22).

¹ Disponível em <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/com-5787-pedidos-de-refugio-em-6-meses-numero-de-entrada-de-venezuelanos-mais-do-que-dobra-em-roraima.ghtml>. Acesso em 24 jul de 2017.

Neste contexto as mediações podem ser entendidas como “um espaço cultural de conexão (entre produção, texto e leitura, por exemplo). Como um espaço de acoplagem que permite captar as interações estabelecidas entre os agentes no processo comunicativo” (SANTI, 2016, p.33). São identificados por Barbero quatro níveis de mediações: Institucionalidade, Tecnicidade, Ritualidade e Socialidade. No que se refere à *Institucionalidade* e seus diferentes segmentos, podemos afirmar que “põem em relação às matrizes culturais e as lógicas de produção e, em uma primeira aproximação, diz respeito às negociações estabelecidas pelo sujeito com o poder e com as diversas instituições em seu cotidiano” (SANTI, 2016, p.39).

O portal de notícias G1, pertencente ao grupo Globo foi lançado em 2006, com conteúdo jornalístico e vinculado às demais produções da empresa. Atuando em âmbito local, em 2010, o site incorporou a participação de suas redes afiliadas, juntamente com o site Globo.com, sendo o 5º mais acessado no país². No caso do G1 Roraima, o site está associado à TV Roraima, sediada em Boa Vista, foi fundada em 1974 e é filiada da rede Amazônica no estado, a qual possui um complexo de emissoras de rádio de TV em toda região Norte do país, exceto nos estados do Pará e Tocantins. Tem um alcance muito expressivo e, em seu principal meio, a televisão, chega a 99,9% das casas brasileiras, segundo o Atlas de Cobertura da própria emissora³.

Com o estouro da crise na Venezuela, o portal G1 Roraima foi um dos primeiros a publicar conteúdo jornalístico sobre a temática. Embora distante de suas matrizes em São Paulo e no Rio de Janeiro, e em um meio diferente da televisão, a força da instituição torna-se relevante para o estudo, uma vez que o G1 Roraima é subordinado a sua matriz, e especialmente ligado a marca global. Muito da potência de audiência dada ao portal é consequência de sua vinculação a rede globo, que por sua vez detém um monopólio das comunicações no Brasil.

A rede globo nasceu durante a ditadura militar, cresceu e se tornou hegemônica muito por causa de sua relação simbólica e concreta com os detentores do poder (MIGUEL, 2003). A partir dos anos 70 e com os avanços democráticos, a empresa enfrentou uma série de desafios e protagonizou escândalos no âmbito da política, podemos citar aqui o “Escândalo Proconsult”⁴ e a cobertura das eleições de 1989. Interpretando este contexto histórico-social, “podemos compreender a institucionalidade como uma mediação repleta de interesses e de relações de poder, respon-

² Disponível em <http://www.alexa.com/topsites/countries/BR>. Acesso em 30 jul de 2017.

³ Disponível em <http://negocios8.redeglobo.com.br/Paginas/Brasil.aspx>. Acesso em 30 jul de 2017.

⁴ A empresa participou de um complô para fraudar os resultados da eleição estadual do Rio de Janeiro em 1982, com o intuito de tentar evitar a vitória do líder populista de esquerda, Lionel Brizola (MIGUEL, 2003).

sável pela regulamentação dos discursos envolvendo questões econômicas e sociais” (SANTI, 2016, p.39). É necessário entender e contextualizar a posição política histórica que a empresa, a qual o G1 Roraima pertence, é adepta. Um traço herdado de épocas de ditadura militar e Guerra Fria, onde outros sistemas econômicos como o socialismo e o comunismo, assim como movimentos da esquerda política, foram demonizados em prol da ascensão e consolidação do modelo capitalista. Existem divergências em relação ao governo venezuelano e sua posição política, assim como o governo petista brasileiro em 2003 e 2015, porém para o grupo globo, sempre foram associados ao posicionamento de esquerda e por vezes atacados indiretamente pelo conglomerado midiático do grupo.

PRODUÇÃO E TECNICIDADE

A *tecnicidade* está compreendida entre as lógicas de produção e os formatos industriais, a partir de uma relação recíproca, e das especificidades do próprio meio e a capacidade de se inovar tecnicamente em formato, assim como, também está ligada às transformações das formas de percepção social provocadas por esses meios (SANTI, 2016). Logo, também pode ser tida como

Um organizador perceptivo, aquilo que articula a transformação material à inovação discursiva. Mais que aos aparelhos tecnológicos, ela remete aos outros desenhos das práticas socioculturais, pois a tecnicidade é sempre menos um assunto de aparatos do que de operadores perceptivos e de destrezas discursivas (SANTI, 2016, p.49).

O texto jornalístico sofreu alterações quando passou para a web. Embora essas mudanças tenham sido gradativas e não de imediato, quando no início do processo de digitalização da informação, as notícias eram colocadas na internet da mesma forma que no impresso. Hoje a estrutura é diferente. As facilidades de produção possibilitadas pelas novas tecnologias de informação, além da economia de recursos financeiros e naturais para a produção jornalística, fazem com que existam diversas novas possibilidades de produção, além de um aumento em seu número (FERRARI, 2015).

Embora se tenha uma espécie de “consenso” em relação ao tamanho de reportagens feitas exclusivamente para a web, as possibilidades de se fazer um trabalho aprofundado e mais denso dão chances para mostrar uma situação de maneira mais aprimorada. É o caso da matéria “Venezuelanos dormem no chão e dividem abrigo improvisado em RR”, da repórter Inaê Brandão. Utilizando-se da técnica jornalística

Exposição Interpretada, em que o jornalista apresenta as informações em sessões e onde dados estatísticos são confrontados com fontes interpretativas (WYSS, 2008), o texto da matéria adota também o recurso de hiperlinks, dando à audiência a possibilidade de uma leitura não linear sobre temática associada. O número de links no texto chama atenção, totalizando quatorze, o que mostra também o número de matérias sobre a temática que o site produzia no início de 2017.

A possibilidade de leitura não linear, o hipertexto, é uma das características referentes às mudanças na utilização do ciberespaço para consumo de notícias e informações (CANAVILHAS, 2003). O leitor acaba por possuir maior autonomia para ler aquilo que lhe agrada, o consumo e o tempo variam de acordo com a demanda do internauta. Outra característica da web, aliada à hipertextualidade, é a interatividade, onde a partir das estruturas de navegação caracterizadas na segunda fase da web (WEB 2.0), os sites passaram a adotar uma arquitetura de participação e colaboração (PRIMO, 2007), é neste espaço que se destacam os comentários e, conseqüentemente, as formas de recepção criam uma visibilidade mais concreta. Assim, a interatividade da audiência assume o papel protagonista no processo de renovação da comunicação. Muitas vezes o sucesso de uma matéria se dá com a participação do público em qualidade e quantidade e os portais de notícias têm buscado cada vez atender a essa demanda, advinda de uma vontade de participação que é própria do ser humano, onde, segundo o autor “as audiências têm exigido cada vez mais participação no âmbito da cultura” (JENKINS, 2006, p. 24).

Os comentários feitos a partir da recepção dos usuários passam a ser o espaço privilegiado de renovação, ressignificação na comunicação. Em algumas matérias, o site G1 não permite que os usuários façam comentários, ocultando o campo, seguindo políticas internas da empresa. Porém, na grande maioria o espaço é disponível e frequentemente utilizado. Advindo da necessidade humana de expressar suas opiniões, o processo de consumo passou a incorporar a participação ativa da audiência, que interage com técnicas e tecnologias que permitem socializar suas ressignificações e interpretações do mundo, assim como contribuir para o aprimoramento de uma rede de conhecimento, compartilhamento de informações. Porém, o ciberespaço é um campo relativamente democrático em comparação aos meios tradicionais.

AS MENSAGENS: “VENEZUELANOS DORMEM NO CHÃO E DIVIDEM ABRIGO IMPROVISADO EM RR”

A primeira matéria selecionada neste estudo foi divulgada no dia cinco de janeiro de 2017, no G1 Roraima. Com uma série de relatos pessoais, a repórter a conduz,

com base em suas observações do que formalmente se intitula ser o “Centro de Referência ao Imigrante”, localizado no bairro Pintolândia, e que, na época, era popularmente conhecido e mais ajustado a estrutura de um abrigo provisório. Fazendo uma aproximação com o leitor, a reportagem é aberta com apresentação de um pescador, Anibal Perez, que saiu da Venezuela com sua família, no final de 2016, em busca de melhores condições de vida.

Ainda no início, ao apresentar seus primeiros personagens, também é feita uma espécie de denúncia velada, ao relatar que o Centro de Referência ao Imigrante funciona em uma quadra poliesportiva, com condições duvidosas, onde “até bebês e crianças dormem no chão”, e que o lugar só oferece tal abrigo por conta de uma determinação da 1ª Vara da Infância e Juventude que “obrigou o governo do estado e a prefeitura de Boa Vista a oferecer moradia e refeição aos imigrantes”. A matéria também apresenta dados sobre os mais de 150 imigrantes que habitavam o abrigo durante o período, confrontando alguns depoimentos de venezuelanos com dados disponibilizados pela Defesa Civil de Roraima, em que, segundo tais dados, cerca de 90% dos habitantes do local são indígenas. O primeiro personagem, Anibal é um deles e conta, na sequência, que veio ao Brasil para vender artesanatos nos semáforos, mas que a periculosidade das ruas o fez buscar o centro de referência. O texto segue com a apresentação de Leonarda Baes e seus três filhos já adultos que contam um pouco da divisão das tarefas no cotidiano do abrigo e que, mesmo em condições precárias, a situação ainda é preferível que a de seu país de origem e apresenta ainda uma série de fotos tiradas, também pela repórter e que, além de ilustrarem os personagens. Como fonte oficial, é inserida de forma indireta a fala do Tenente Emerson Lima, Chefe da Divisão de Operações Emergenciais de Defesa Civil, que explica que durante o dia muitos vão atrás de emprego e dinheiro nos semáforos, voltando de noite.

A primeira divisão que caracteriza a reportagem como técnica de edição Exposição Interpretada refere-se aos conflitos e regras existentes no local. É apresentado então, um terceiro personagem, Orlando Botine, que conta sobre a escolha de representantes de diferentes grupos de venezuelanos, visto que, mesmo vindos do mesmo país, convivem no centro vários grupos com diferentes traços culturais. A entrevista é confrontada mais uma vez com a fala do Tenente Emerson Lima que reforça alguns pontos, e explica desta vez, em citação direta, como a Defesa tenta manter a convivência no local, que segundo ele, não repreende ninguém, mas mostra como as coisas devem ser feitas. A reportagem ainda é dividida em mais três sessões referentes às refeições servidas no local e os atendimentos que o governo do estado

e a prefeitura realizaram aos imigrantes, uma sessão destinada a informações sobre como proceder para fazer doações e uma suíte, relembrando algumas reportagens feitas pelo portal, que ajudam a contextualizar o leitor sobre os últimos acontecimentos envolvendo o Centro de Referência ao Imigrante.

A segunda matéria selecionada para a análise comparativa foi divulgada pela Globo News e mostra o tumulto e ocupação da fronteira. Com o título “Confusão em Roraima: Roupas e pertences de venezuelanos são incendiados em Roraima” o vídeo possui dois minutos e dezenove segundos.

Com relatos da Polícia militar e exército, as repórteres; Inaê Brandão e Valéria Oliveira iniciam a matéria esclarecendo o ocorrido na Fronteira da cidade de Pacaraima com a Venezuela com informações repassadas pelo Exército Brasileiro de que a rodovia da cidade de Pacaraima, BR 174 ficou interditada por 5 horas. O tumulto ocorreu em razão a um assalto ao comerciante da cidade, segundo a polícia militar a suspeita é de que o crime foi praticado por venezuelanos. Até a data de publicação da matéria, a polícia não tinha informações sobre detidos ou feridos durante o tumulto. Wandenberg Ribeiro Costa, vigilante e um dos organizadores do ato, o primeiro entrevistado da matéria e afirma em seu discurso que vê a ação como pacífica com propósito somente de expulsar os imigrantes. Segundo as autoras da reportagem não há dados de quantos venezuelanos voltaram ao país durante o ocorrido. O entrevistado afirma ainda que a motivação para o ato é a insegurança causada pela imigração. Após dados da quantidade de imigrantes que passam por dia pela fronteira, uma estimativa de 500 pessoas e informações sobre a liberação da estrada, a fala novamente é dada a Wandenberg reforçando os motivos para a expulsão e criticando o controle do fluxo de imigração na fronteira.

As autoras explanam a matéria com mais entrevistas, uma delas que esclarece o posicionamento do governo do estado que informou em nota que reforçou o policiamento na cidade. No nono parágrafo da matéria o texto mostra a atuação da Força-Tarefa Logística Humanitária, órgãos de Segurança Pública em relação às manifestações de violência para prestar assistência médica. Em seguida, novamente o vigilante é ouvido para relatar sobre o tumulto. Há também divergências de informações prestadas pelo entrevistado em relação ao serviço médico prestado aos venezuelanos e brasileiros que não são confirmadas pelo Exército na matéria.

Na terceira entrevista descrita, a delegada Geral da Polícia Civil de Roraima, Giuliana Castro, afirmou que 30 brasileiros foram atacados por venezuelanos na fronteira. A seguinte seção da reportagem relata brevemente que os venezuelanos expulsos das ruas e de acampamentos em Pacaraima abrigaram-se na área externa

do posto de fiscalização da Secretaria Estadual da Fazenda de Roraima. Já a terceira seção esclarece ao leitor que o comerciante, Raimundo Nonato de Oliveira, de 55 anos, foi levado ao hospital em Boa Vista, de acordo com a PM. Por fim, uma nota da Força-Tarefa Humanitária publicada na íntegra, esclareceu novamente o motivo do e o repúdio aos atos de violência. Embora a reportagem tenha tido interesse em esclarecer o acontecimento em Pacaraima, dentre as três entrevistas, em nenhum momento foram entrevistados venezuelanos do local.

A RECEPÇÃO: CRUZAMENTOS CULTURAIS ENTRE A RITUALIDADE E A SOCIALIDADE

Dentro do mapa das mediações, trata-se de *ritualidade* as rotinas e regras construídas através de diferentes tempos em diferentes espaços e a relação entre as rotinas de trabalho e as ações capazes de modificar essas rotinas. Por sua vez, a *socialidade* está associada a relação mútua entre as competências de recepção e as matrizes culturais, relacionando-se às negociações cotidianas estabelecidas entre os sujeitos e as estruturas sociais a que pertencem e interagem (SANTI, 2016).

A partir da necessidade de participação da audiência no aspecto que lhe são cotidianos, como já apontados por Jenkins, em Cultura da Convergência (JENKINS, 2006), os sites jornalísticos, a partir da fase web 2.0 da internet, têm adotado uma arquitetura da participação, que permite que a leitura não seja o estágio final do processo de comunicação. Tal arquitetura tem como características os campos de comentários, próprios para esse tipo de interação, dispositivos que RSS que fazem com que determinados conteúdos cheguem a um público específico que deseja acompanhar, ou se interessa por assuntos específicos. Diante de tais características e possibilidades, torna-se possível para muitos internautas leitores de material jornalístico a participação na construção das narrativas, expressando seus comentários, que passam a ganhar um espaço físico e de visibilidade na internet. Na primeira matéria selecionada, fora comentários e compartilhamentos feitos em redes sociais do G1 e por outros usuários, foram identificados, apenas na página do portal, 19 comentários classificados no presente trabalhos em duas categorias: positivos e negativos. E, dentro delas, em mais cinco subcategorias: Política, Solidariedade, Ironia, Ofensa e Outros, apresentados na Tabela 1:

Subcategorias	Positivos	Negativos	Outros
Política	1	9	-
Solidariedade	2	-	-
Ironia	-	1	-
Ofensa	-	2	-
Outros	-	-	3

Em outra análise, os comentários foram classificados por meio de sua popularidade, e divididos entre positivos, negativos e outros, como na Tabela 2:

Popularidade e reação dos comentários da reportagem do portal G1

Comentários	Curti	Não curti
Positivos	14	49
Negativos	384	50
Outros	15	-

A partir das duas tabelas descritivas, podemos perceber que o número de comentários de teor negativo não é apenas maior, como também mais popular na página da matéria, enquanto os comentários “Outros” são os menos populares e os que aparecem em menor número. Também é notório que, apesar de um número relativamente pequeno de comentários, se comparado a outras produções do portal G1 Roraima, o número de pessoas que tiveram acesso e de certa forma, se expressaram no campo de interação é significativamente maior do que o número de comentários propriamente ditos. Totalizando as reações de curtidas e não curtidas, a somatória chega a 512 reações, sendo 423 dessas negativas. Os dados tabelados também indicam certa popularidade nos campos dos comentários, reforçando a necessidade e vontade que as audiências possuem de querer participar e expressar-se, mesmo que seja lendo e reagindo a comentários que fujam a temática central da matéria principal.

Na segunda matéria selecionada, fora interações e compartilhamentos feitos em redes sociais do G1 e por outros usuários, foram identificados, só na página do portal G1, 417 comentários classificados no presente trabalho em seis categorias: Política, xenofobia, Ironia, ofensa, empatia e outros. Todos apresentados na Tabela. O número crescente de comentários não apenas indica o agravamento de uma situação de tensão no estado, como também, da consolidação das ferramentas internacionais em sites jornalísticos.

CATEGORIAS	NÚMERO DE COMENTÁRIOS
Política	51
Xenofobia	39
Ofensa	36
Ironia	35
Empatia	34
Outros	36

Na tabela acima, fora as respostas aos comentários da própria matéria, foram analisados 231 comentários, os outros 186 eram respostas aos respectivos comentários. A partir desta tabela os maiores números de comentários foram sobre política. A seguir, analisaremos um comentário destacado em cada uma das categorias presentes na tabela (Positivo, Negativo e Outros), em relação à primeira reportagem analisada.

O primeiro comentário analisado contém um teor positivo à Imigração Venezuelana. O autor, com identidade preservada no trabalho destaca a importância de se tratar bem as pessoas que estão passando pela situação de migração, se solidarizando com a situação do país vizinho, “Nada. Precisamos receber nossos amigos venezuelanos. Não sabe o dia de amanhã. Se você precisará. Pense bem nisso”⁵. Em meio a uma série de ataques que já estavam sendo feitos nos comentários, sua posição foi o único comentário positivo que teve um número expressivo de curtidas, sobrepondo-se a reação “não curti”. Porém, o teor do comentário traz muito mais questionamentos sobre um futuro incerto dos brasileiros, do que apenas solidariedade ao próximo. O argumento utilizado para se tratar bem o outro não é porque se deve tratar bem o outro, e sim para criar uma garantia de que, se um dia a situação brasileira chegar ao mesmo ponto a qual se encontra a crise na Venezuela, o Brasil teria uma espécie de “saldo positivo”.

Esse pensamento reforça o caráter conflitivo presente nas zonas de fronteira, assim como sua característica de zona de trânsito, apontado anteriormente, onde hoje o movimento predominante pode ser de imigração, mas em algum momento futuro transformar-se-á em emigração, como em momento anteriores em que os brasileiros iam muito ao país vizinho, seja para aproveitar as condições econômicas favoráveis, como para turismo, ou até mesmo em busca de melhoria na qualidade de vida, não tão diferente da atual situação dos venezuelanos. No comentário a seguir,

⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2017/01/venezuelanos-dormem-no-chao-e-dividem-abrigo-improvisado-em-rr.html> Acesso em 8 de dezembro de 2018.

classificado “Outro”, o internauta faz uma observação em relação à condição da Venezuela, comparando-a com as condições do abrigo improvisado pelo governo do estado e pela prefeitura de Boa Vista, dizendo que a situação aqui está melhor para imigrantes do que em seu país de origem, “até mesmo em abrigo improvisado eles estão melhor que na Venezuela”⁶. Neste comentário analisado, percebe-se certo desdobraimento da discussão, tanto por sujeitos de posição a favor, como posição contrária a pessoa que fez a primeira observação. Este foi o comentário mais popular da reportagem, tendo mais respostas e mais curtido, sendo elas 65 de aprovação e quatro de desaprovação.

Há uma associação em relação às políticas econômicas adotadas na Venezuela com o modelo econômico do socialismo, o “mesmo” que é, por muitos, ligado ao governo petista brasileiro, que esteve à frente do Brasil entre 2003 e 2015. O comentário original de caráter irônico aponta um caminho utilizado e observado em diversos comentários na matéria estudada: a ligação quase óbvia entre a crise econômica e política na Venezuela e o modelo socialista/comunista, mesmo que a matéria do G1 não tenha feito esse apontamento, nem uma ligação direta da situação venezuelana com a política.

Na sequência, um comentário contrário à primeira opinião surge, mesmo que não diretamente, rebate a ironia do primeiro sujeito ao indicar o marcador social do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, em que a Venezuela aparece na frente do Brasil, assim como o preço da gasolina cobrado no país vizinho, que é inferior a tabela de preços brasileira, inclusive, até pouco tempo atrás não era incomum que episódios de brasileiros que iam a Bolívar comprar gasolina por meios clandestinos aparecem nas manchetes de noticiosos. A réplica foi desaprovada por 32 usuários que assim a demonstraram com a opção “não curtir” e não teve nenhuma marcação a favor.

O comentário a seguir retoma a linha de pensamento do primeiro sujeito a indicar que o Produto Interno Bruto – PIB da Venezuela caiu 10% no seu último ano, dando um panorama de falência às duas nações. Na sequência, para “legitimar” sua fala, comete uma agressão verbal direcionada ao autor da fala anterior, um movimento presente nas redes sociais e nas caixas de comentários, onde, para legitimar sua colocação, é necessário que se parta para a desqualificação. A fala tenta incapacitar o outro, embora os dois abordem questões diferentes. Enquanto o IDH refere-se à qualidade de vida das pessoas de um determinado país, levando em conta taxas de mortalidade, escolaridade, distribuição de renda, fome entre outros, o PIB refere-se

⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/loraima/noticia/2017/01/venezuelanos-dormem-no-chao-e-dividem-abrigo-improvisado-em-rr.html> Acesso em 8 de dezembro de 2018.

à quantidade total de riqueza produzida por determinado país e somado este número é dividido por seu número de habitantes, dando uma média de renda por pessoa, que não expressa a realidade, visto a existência da desigualdade social. Este comentário teve 16 marcas de aprovação e nenhuma desaprovação.

O último comentário poderia ser um slogan do período da ditadura militar no Brasil, em que “Brasil: Ame-o ou Deixe-o” era utilizado como propaganda do regime. O golpe que se instalou em um contexto global de Guerra Fria entre os dois sistemas econômicos, o capitalismo representado pelos EUA e o comunismo da URSS. Uma das bandeiras que fez ganhar força o regime militar, foi que ele impediria o Brasil de entrar em um sistema comunista, demonizado pelos norte-americanos e também pelos militares. Enquanto os Estados Unidos investiu na propaganda através de seus filmes de Hollywood, no Brasil a Rede Globo, aliada ao regime ditatorial se encarregava de se opor a qualquer manifestação de esquerda ou que pudesse em algum momento se associar ao comunismo soviético.

Neste contexto a recepção, ou seja, a forma como as produções jornalísticas são entendidas e interpretadas, não pode ser reduzida a apenas fatores psicológicos, mas também um fenômeno profundamente político e cultural (LOPES, 2014), a partir da realidade do cotidiano que as pessoas vivenciam, em especial em Roraima, fazendo com que esses fatores influenciam na sua forma de significar as notícias sobre determinado tema. A comunicação, e incluem-se aqui produções de cunho jornalístico, ajuda a dar sentido e criar representações de tais vivências cotidianas, servindo como espécie de ponte entre signos e significados, sendo vista como um campo privilegiado para dar sentido à vida (LOPES, 2014). A partir deste cenário, cria-se então um campo de tensões entre a capacidade criativa do sujeito e as estruturas sociais a qual ele pertence.

Em outra análise, agora da segunda matéria, a maioria dos comentários são uma crítica ao atual governo da Venezuela, Nicolas Maduro em contraste com o atual governo brasileiro, Michel Temer. Entre outras críticas como a atual lei de imigração aprovada pelo Supremo Tribunal Federal e a Força-Tarefa Logística Humanitária que segundo os autores dos comentários defenderam apenas os venezuelanos.

“Maduro deve estar muito feliz se livrando desses venezuelanos. Como são trouxas os governantes brasileiros abraçando problemas dos outros. Maduro está rindo da cara de vocês. Primeiro, cuidem dos nossos miseráveis para depois se preocuparem com essa babaquice de ‘ajuda humanitária’. A segunda subcategoria denominada Xenofobia possui 39 comentários, um destes critica abertamente as forças armadas brasileiras e finaliza-se com xingamento ao povo venezuelano, “Forças de

defesa BRASILEIRAS agindo contra os BRASILEIROS para defender imigrantes malditos”⁷. Em outro comentário sobre o tumulto em Pacaraima o autor incita a violência contra os venezuelanos para que estes voltem ao país de origem e conclui afirmando que não possui obrigação nenhuma com imigrantes, “Tem que descer a bolacha nesses comunistas preguiçosos folgados. Bala de borracha, spray de pimenta até fazer voltar de onde saíram. Não tenho obrigação nenhuma de sustentar essa gente, já não basta os bolsa família daqui pô?” e “Fora venezuelanos”⁸.

Em uma análise conjunta dos comentários chama atenção à presença do conceito de pós-verdade, nos discursos da audiência. Nomeada pela Universidade Oxford, como a palavra do ano em 2016, refere-se a pós-verdade “circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais” (SILVA, 2017). Podemos caracterizá-la nos comentários a partir do momento que um número expressivo de comentários não se atém aos fatos objetivos, ou sequer aos fatos apresentados na reportagem, mas sim crenças e fatores emocionais pessoais, que podem ter sido influenciados tempos atrás pela mídia e suas conjecturas para manter e perpetuar o poder. Neste jogo de tensões, podemos observar, a partir da recepção, como ela se constitui em um campo de negociação entre as estruturas de poder, fatores culturais e políticos, ao tempo que dá a audiência o papel protagonista em sua codificação e ressignificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As categorias utilizadas para análises nas duas reportagens diferem pela quantidade de comentários que cada uma possui. Na primeira matéria selecionada foram identificados apenas 19 comentários, classificados como negativos e positivos e sub categorizados em política, solidariedade, ironia, ofensa e outros já a segunda análise possui 6 categorias e contabiliza apenas números de comentários mais populares do portal, desconsiderando as respostas aos mesmos. Ao todo a reportagem possui 417 comentários, dentre os quais somente 231 foram categorizados, os demais comentários foram desconsiderados, pois tratam de respostas aos comentários analisados. Estas categorias foram utilizadas para tentar compreender os diferentes sentidos a fim de compreender o contexto, linguagem e estrutura e quais elementos são provocadores da recepção. O artigo buscou responder quais sentidos são produzidos

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/18/cidade-de-rr-na-fronteira-com-a-venezuela-tem-tumulto-apos-assalto-a-comerciante.ghtml> Acesso em 8 de dezembro de 2018.

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/18/cidade-de-rr-na-fronteira-com-a-venezuela-tem-tumulto-apos-assalto-a-comerciante.ghtml> Acesso em 8 de dezembro de 2018.

pelas pessoas que interagem nos comentários das matérias publicadas no portal de notícias G1 Roraima. Considerando os valores culturais e os aspectos estruturantes da sociedade sobre os temas política e imigração os comentários possuem, na primeira tabela comentários políticos em sua maioria negativos, a segunda possui o maior número de comentários categorizados como políticos, seguido de comentários xenofóbicos. Os comentários feitos na primeira matéria, que não possui comentários xenofóbicos, mas abordam o tema imigração com agressividade, revelando a insatisfação política do leitor.

REFERÊNCIAS

CANAVILHAS, João. Webjornalismo. Considerações gerais sobre jornalismo na web. **Informação e Comunicação Online 1**, Projecto Akademia, 2003.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais** – Uma versão latino-americana. Ed. on-line – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FERRARI, Pollyana. **A Força da Mídia Social: interface e linguagem jornalística no ambiente digital** – 2. Ed.- São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2015.

JENKINS, Henry. *Cultura de Convergência*. São Paulo. 2009. LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. *Mediação e Recepção. Algumas conexões e teóricas metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação*. **Matrizes**, V.8 N°1. São Paulo. Brasil. 2014. P.65-80.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997.

MIGUEL, Luis Felipe. *A Eleição Visível: A Rede Globo Descobre a Política em 2002*. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 46, n. 2, 2003, pp. 289 a 310.

ROSSATO, Alexania. **A recepção de rádio e televisão por jovens do movimento dos atingidos por barragens: as representações da classe popular**. 2008. 169p. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008. Disponível em: . Acesso em: 03 de fevereiro de 2016.

SANTI, Vilso Junior. **Mediação e mediatização: conexões e desconexões na análise comunicacional**. Jundiá-SP: Paco Editorial, 2016.

SILVA, Leila Morás. **Avaliação de Critérios pra Fontes de Informações na Área de Saúde no Contexto da Pós-Verdade.** IV Encontro Regional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da Informação – Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. 2017.

SILVA, Mirian Faustino Da. **Rádio e recepção:** multimediasções a partir da experiência dos moradores das vicinias no Sul de Roraima e a FM alto astral 91,9. UFRR. Boa Vista. 2015.

Venezuelanos dormem no chão em abrigo improvisado em RR. **G1 Roraima.** 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2017/03/pedidos-de-refugio-de-venezuelanos-em-rr-cresceram-22000-em-3-anos.html>. Acessado em: 24/07/2017

VIANA, Ana Carolina. Relações Bilatérias entre Brasil e Venezuela através dos Estados de Roraima e Bolívar. In: **Textos&Debates**, Boa Vista, n.21 p. 7-22 , jan./jun. 2012.

WYSS, Bob. **Covering the environment.** New York: Routledge, 2008.

ARTIGO

FRONTEIRAS MARÍTIMAS: PARA ALÉM DO ESPAÇO TERRESTRE

INTRODUÇÃO

A relação homem-mar foi se modificando e se intensificando ao longo do tempo e acompanhou o próprio desenvolvimento da humanidade. A dependência que havia em relação ao mar esteve, até certo tempo, relacionada às questões dos meios de transporte e comunicação bem como da exploração de seus recursos, majoritariamente configurada na prática da pesca, ou seja, atrelava-se à própria subsistência do homem.

No entanto, a medida em que o homem passa a se valer de novas tecnologias, como a bússola, o astrolábio e o sextante, bem como a inovar no tocante a fabricação de novas embarcações, as aventuras marítimas tornaram-se cada vez mais frequentes e o mar não apresentava mais tantos obstáculos à navegação. O período das Grandes Navegações foi um marco neste tocante, configurando-se em um dos maiores acontecimentos da história da humanidade, pois foi a partir daí que as relações entre os povos se estreitaram e o comércio ganhou maiores proporções tanto em quantidade quanto em intensidade.

Portanto, a partir do momento em que o homem intensificou suas atividades no espaço marítimo, surgiu a necessidade de criar normas que regulamentassem essas atividades. Com o desenvolvimento de novas tecnologias e a intensificação dos efeitos da globalização, a importância do mar na atualidade é de extrema relevância e se insere no contexto do anseio dos Estados em se apropriar deste espaço, a julgar pelas riquezas depositadas nos fundos marinhos bem como pela importância ambiental de seu ecossistema e sua influência sobre o clima da Terra.

Neste sentido, o presente trabalho se propõe a discutir e ampliar os debates acerca de fronteiras, incluindo o espaço marítimo neste escopo, com destaque espe-

* Graduada em Relações Internacionais e bolsista Capes do Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima. E-mail: sousay07@gmail.com

** Professor Adjunto e coordenador do curso de Relações Internacionais, membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras. Boa Vista (RR) – Brasil. E-mail: joao.jarochinski@ufr.br

cial para a região da Amazônia Caribenha. As discussões sobre fronteiras marítimas ainda carecem de um quadro teórico específico e como forma de explicitar o campo epistemológico em torno do qual serão desenvolvidos os argumentos propostos, trataremos de refletir sobre os conceitos de espaço, território e fronteira. O artigo está dividido em três seções. A primeira seção abordará reflexões referentes aos conceitos mencionados anteriormente, lançando luz sobre o debate de fronteiras marítimas dentro do contexto de Guyana e Suriname. A segunda seção buscará estabelecer os precedentes históricos que prepararam o caminho para a criação dos conceitos jurídicos estabelecidos no texto da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar. A terceira seção abordará o estudo de caso entre Guyana e Suriname referente à delimitação de sua fronteira marítima adjacente.

ESPAÇO E TERRITÓRIO

Abordar questões marítimas na contemporaneidade, principalmente, as que se referem às delimitações fronteiriças implica em discutir a noção de território, haja vista que o próprio texto da Convenção reconhece a ampliação dos territórios nacionais em uma faixa de mar adjacente ao litoral: “A soberania do Estado costeiro estende-se além do seu território e das suas águas interiores e, no caso de Estado arquipélago, das suas águas arquipelágicas, a uma zona de mar adjacente designada pelo nome de mar territorial” (art. 2º). Esta noção de território associada ao aspecto jurídico-político é apenas uma das manifestações do que se entende como território, como se verá adiante.

Sendo assim, cabe citar a definição de território que será desenvolvida haja vista que, segundo Haesbaert (2011a), o território pode assumir diversas concepções desde uma visão mais materialista até uma abordagem mais simbólica, culturalista. Neste sentido, para o presente trabalho o território recebe uma conotação mais integradora sendo “[...] fruto da interação entre relações sociais e controle do/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)” (HAESBAERT, 2011a, p. 235).

Dentro desta ótica, o território não é apenas um espaço delimitado e controlado é também relacional “definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais” que incluem “uma relação complexa entre processos sociais e espaço material”. Pode-se afirmar então que território “é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade” (HAESBAERT, 2011a, p. 82).

Esta definição, aparentemente, tão ampliada e integradora se coloca como um instrumento de análise enriquecedor, que pode envolver todas as relações sociais que se conectam, de alguma forma, com a dimensão espacial. Essas relações podem ir de um sentido mais material, concreto ou oscilar em um escopo mais simbólico. Um exemplo disso é poder analisar as fronteiras políticas de um determinado Estado, dentro de uma visão material, física ou as fronteiras simbólicas, que se inscrevem em um determinado espaço que não necessariamente das fronteiras físicas.

Neste sentido, o território pode ser percebido em diversas esferas e integrar todas elas. Esta visão multiescalar fornece um instrumento de análise que condensa as dimensões sociais que o espaço manifesta. Portanto, um estudo do território que não admita uma visão integradora, multiescalar pode incorrer em concepções particularizadas, exclusivistas, que priorizam apenas um aspecto do que o território manifesta, como é o caso do conceito difundido, principalmente, na década de 1990 - mas que ainda se reflete na contemporaneidade em alguns estudos – que é o de desterritorialização.

Há diversos autores que, dentro de uma lógica economicista de cunho liberal, chegam a decretar o “fim dos territórios” e até mesmo o “fim da geografia” e do Estado-nação (Kenichi Ohmae foi um dos expoentes nesse sentido com as obras *O mundo sem fronteiras* e *O fim do Estado Nação*), como analisa Haesbaert na obra em que desconstrói a ideia de desterritorialização. É possível que o mundo, dentro do acelerado contexto da globalização, esteja se desterritorializando? Haesbaert se coloca como um dos questionadores dessa indagação.

Octavio Ianni (1998), na obra *A Sociedade Global*, tece vários argumentos acerca dos impactos da globalização sobre as estruturas estatais e as demais dimensões da sociedade. Afirma que um novo tempo se instaura com a queda do Muro de Berlim e o espraiamento da lógica capitalista em todo o globo. Afirma que estas mudanças “anunciam a redefinição e o declínio do Estado-nação” (IANNI, 1998, p. 23). O autor também afirma que “[...] as relações, os processos e as estruturas de dominação e apropriação, integração e antagonismo, frequentemente dissolvem fronteiras, locais de mando e referências” (IANNI, 1998, p. 89).

Neste sentido, o autor defende a ideia de desterritorialização, afirmando ser esta “uma característica essencial da sociedade global em formação” (IANNI, 1998, p. 93). Para ele “desterritorializar significa dissolver ou deslocar o espaço e o tempo” (IANNI, 1998, p. 98). Ele associa este processo aos fluxos financeiros, descentralizações de poder e também a deslocamentos e/ou dissolução de fronteiras, ou seja, dilui a dimensão espacial ou pelo menos a comprime.

O autor particulariza apenas a dimensão econômica (globalização) e política (crise do Estado) em sua análise e não deixa claro qual sua noção de território. Haesbaert vai afirmar que, dependendo da concepção de território adotada, a definição de desterritorialização mudará, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 1: Principais interpretações sobre desterritorialização

Perspectiva	Interpretação
Economicista	Superação dos entraves locais ou de localização, livre circulação financeira.
Cartográfica	Superação do constrangimento distância, superação do espaço pelo tempo.
Ciberespaço	Domínio das relações imateriais, que prescindem de bases materiais.
Política	Esvaziamento ou enfraquecimento das fronteiras pelo livre acesso.
Culturalista	O território se transforma em um “não-lugar”, perde o sentido de referência como aglutinador de identidades.

Fonte: Haesbaert, 2011b, elaboração própria.

Para Haesbaert o conceito de desterritorialização não explica, de forma prudente, as transformações ocorridas no mundo contemporâneo. O que ocorre é a confusão entre o que se denomina como o “desaparecimento dos territórios” com o “simples debilitamento da mediação espacial nas relações sociais” (HAESBAERT, 1999, p. 171).

Para dar conta desses processos, que não se anulam entre si mas se complementam, Haesbaert trabalha com a noção de multiterritorialidade ou múltiplas territorialidades que são “ativadas de acordo com os interesses, o momento e o lugar em que nos encontramos” (HAESBAERT, 1997, p. 44). Para o autor, o que se observa no mundo moderno são os processos de (re) territorialização ao invés de desterritorialização.

A desterritorialização, neste sentido, seria “uma dificuldade em definir o novo tipo de território, muito mais múltiplo e descontínuo, que está surgindo” (HAESBAERT, 2011a, 143). Todo esse debate se inscreve em torno da ampla discussão acerca da pós-modernidade, que para alguns representa ruptura e para outros continuidade. Esta abordagem permite transitar sob os diversos temas relacionados à dimensão espacial, incluindo os mais tradicionais como as questões de fronteiras políticas e os temas que imprimiram grandes transformações no mundo contemporâneo como o avanço acelerado do capital e as revoluções técnico-científicas.

Toda esta discussão não está dissociada do tema que dá título a este trabalho: fronteiras marítimas. Todo este caminho foi palmilhado com o propósito de inserir a temática dentro do devido contexto, para não incorrer numa visão simplista

do que é território. As fronteiras marítimas se inserem em uma das manifestações do que entendemos por território, a saber a dimensão jurídico-política, que apesar das transformações do mundo contemporâneo, conforme toda a discussão anterior, ainda permanece “enraizada” bem como a figura do Estado, com todas as suas redefinições.

As fronteiras marítimas são um forte argumento contra a ideia de desterritorialização e declínio do Estado. É correto afirmar que novas configurações foram articuladas e passaram a compor a teia complexa de relações que o mundo contemporâneo vivencia, entretanto, não se pode supor que elas foram totalmente superadas. Para tal, a humanidade precisaria de uma nova sociabilidade e forma de organizar-se no tempo e no espaço. Como afirma Arroyo (1995), a presença do Estado é decisiva, mesmo dentro de um contexto de economia multipolar, de interconexões na política, tecnologia e das comunicações.

No caso das fronteiras marítimas, no próprio preâmbulo da Convenção de 1982 é possível notar a centralidade da figura do Estado pois esta atenta “com a devida consideração pela soberania de todos os Estados” e anseia contribuir “para o fortalecimento da paz, da segurança, da cooperação e das relações de amizade entre todas as nações”. Estes elementos estão presentes na agenda dos Estados e nos remetem à discussão da noção de espaço e território com as suas mais diversas perspectivas, haja vista as diversas concepções que acompanham cada uma delas.

A dimensão espacial e territorialidade (sendo esta compreendida como “[...] um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 160)) são, então, componentes indissociáveis da condição humana. Como afirma Monteiro (2014, p. 80) “[...] o território é o elemento mais tangível da soberania”. Dallari (2010) afirma que o Estado moderno possui duas características básicas: unidade territorial e um poder soberano circunscrito a esse espaço. Estes elementos são verificáveis no plano da realidade concreta social e também se colocam como constitutivos do próprio Estado. Morris (2005, p. 377) chega a afirmar que “[...] não é possível ser um Estado sem um território, e a autoridade do Estado é essencialmente territorial”.

Como o território se inscreve dentro de um campo de interações de relações sociais que envolvem relações de poder e controle do/pelo espaço, como visto anteriormente, verifica-se que o território não é fruto do acaso.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

De acordo com Raffestin (1993), o território é produzido e essa produção se dá num campo de correlação de forças, de poder. No tocante às delimitações marítimas, podemos dizer que o espaço marítimo foi territorializado, dentro de um longo processo temporal de relações entre os Estados. Quando analisamos os espaços e zonas estabelecidos na Convenção, verificamos a ação dos Estados ora exercendo soberania ora jurisdição. Mesmo a Área (ambiente autônomo que compreende o leito e subsolo oceânico e fora de apropriação por parte dos Estados, definida como patrimônio comum da humanidade), também foi apropriada de certa forma (por representação), na medida em que se criou uma organização internacional para a sua exploração, seja científica ou econômica.

A noção de que o território é construído nos remete à possibilidade de mudanças e novas configurações geopolíticas. O território não é algo estático, pronto. Está sempre se redefinindo, seguindo a lógica da complexa teia de novos temas, relações e ameaças com as quais o Estado contemporâneo tem de lidar. É interessante notar essa ideia subjacente à definição de território encontrada no texto constitucional da Guyana, no artigo 2º que define sua concepção de território: O território do Estado compreende as áreas que imediatamente antes do início desta Constituição estavam compreendidas na área da Guyana, juntamente com outras áreas que podem ser declaradas por Lei do Parlamento para fazer parte do território do Estado (GUYANA, 1980, tradução nossa). O texto constitucional deixa claro que outras áreas podem ser declaradas como parte do território, ou seja, este ainda pode sofrer alterações, transformações. Vale lembrar que subjacente à noção de território da Guyana estão compreendidos os direitos sobre as águas territoriais.

O Suriname, diferente da Guyana, em seu texto constitucional admite claramente seu direito soberano sobre o espaço marítimo como sendo parte integrante de seu território e admite que sua extensão pode ser definida por lei: O Estado não alienará qualquer território ou direitos soberanos que exerce sobre esse território. [...] A extensão e os limites das águas territoriais e os direitos do Suriname à plataforma continental adjacente e à zona econômica devem ser determinados por lei (SURINAME, 1987, tradução nossa).

Neste sentido, as fronteiras tornaram-se um sinal para os Estados como afirma Raffestin (1993, p. 166), quando este “[...] atingiu um controle territorial ‘absoluto’ e tornou unívoca a mensagem fronteira = limite sagrado”. A ideia de fronteira como um limite inalienável é bem compreendida quando analisamos a relação dos Estados e seus respectivos litígios fronteiriços, reverberando essas relações no espaço marítimo, como veremos no estudo de caso entre Guyana e Suriname. Para tanto, é importante salientar aspectos jurídicos fundamentais que balizam as questões marí-

timas, que acompanharam a própria evolução do Estado e estão refletidas no texto da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar.

DIREITO DO MAR

O Direito do Mar é um dos ramos do Direito Internacional que consagra a soberania e jurisdição dos Estados, delimitando a extensão de seu domínio marítimo bem como regulamentando diversos outros temas como a exploração e exploração de recursos existentes no leito e fundos marinhos; a investigação científica; a preservação e conservação do meio ambiente marinho; a liberdade de navegação e as formas de resolução de controvérsias entre as partes contratantes.

Três fases podem ser observadas ao longo da história no que respeita à evolução da compreensão humana em relação ao mar e as mesmas são cumulativas, na medida em que os povos e, posteriormente, os Estados buscam ampliar sua atuação no sistema internacional vigente seja na vertente econômica, comercial, política ou estratégica.

Segundo Martins (2013), o espaço marítimo, a princípio, estava essencialmente ligado às atividades comerciais marítimas entre os povos, desde os fenícios até os europeus com as grandes navegações. Com o surgimento dos primeiros Estados nacionais, a disputa pelo domínio marítimo se tornou evidente com a emergência da ideia de soberania. Já a partir do século XX, com as inovações tecnológicas e o avanço de pesquisas nos fundos marinhos, o mar também passou a ser considerado fonte de riquezas e supridor de matérias-primas.

Os Estados sempre buscaram estabelecer um consenso no tocante à delimitação da faixa marítima adjacente ao território, a julgar pelos diversos critérios que eram utilizados bem como as características geográficas de cada litoral. A exemplo disso, Bártolo de Saxoferrato em meados do século XIV sustentava a jurisdição dos Estados costeiros até 100 milhas marítimas, enquanto Felipe XI, rei da Espanha, indicava o horizonte visual como o limite de soberania do Estado sobre suas águas costeiras (ZANELLA, 2013). Posteriormente foi estabelecido o limite do tiro de canhão.

Foi então que em 1609 o jurista Hugo Grotius publicou a obra *De Mare Liberum*, onde defendia a liberdade dos mares. Grotius “(...) à época na função de conselheiro da Companhia Holandesa das Índias Orientais – no período de ápice do poder naval holandês (...)” (MORAES, 2014, p. 241) buscava refutar, embora não diretamente, a pretensão de Portugal e Espanha de domínio nos mares, defendendo a liberdade de navegação e a liberdade do comércio por todos os povos, utilizando-

-se dessas premissas para justificar e legitimar as ações da Companhia das Índias em seu projeto de expansão marítima e comercial.

As ideias de Grotius vieram a ser contestadas por diversos autores, porém a tese que ganhou maior repercussão foi a de John Selden, em 1635 na obra *Mare Clausum* (MORAES, 2014), na qual sustentava que os mares eram passíveis de domínio pelos Estados descobridores, assegurando titularidade a quem descobrisse tais espaços. Estes embates perduraram por um longo espaço de tempo, atravessando os séculos XVIII e XIX.

O século XX trouxe consigo novos desafios quanto à extensão consensual do mar territorial bem como qual a linha de base utilizada para sua largura. Os Estados unilateralmente estabeleciam qual a largura de suas respectivas faixas marítimas apesar de o conceito das três milhas ter sido aceito quase universalmente pela comunidade internacional. Com o anseio de definir uma largura internacional para o mar territorial foi que, em 22 de setembro de 1924, a Liga das Nações aprovou uma resolução para a realização de uma Conferência de Codificação do Direito Internacional, proposta pelo governo sueco que realizou-se em Haia em 1930 e, dentre os temas que seriam discutidos, o regime das águas territoriais foi um dos pontos de grande inflexão, cujo objetivo era universalizar a largura do mar territorial e regular os direitos de pesca para além deste espaço. Todavia, a conferência terminou sem que fosse estabelecida uma medida exata e universal, a julgar pela falta de unanimidade por parte dos Estados, cujos interesses não convergiam (ZANELLA, 2013).

As diversas declarações unilaterais referentes à delimitação do mar territorial, da zona de pesca e da plataforma continental, somadas ao crescente interesse dos Estados no espaço marítimo bem como no aproveitamento de seus recursos, influiu seriamente nas relações internacionais, tornando o sistema internacional mais complexo do ponto de vista jurídico. Neste sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou um texto da Comissão de Direito Internacional, agendando a primeira conferência, sobre Direito do Mar.

A I Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, realizada em Genebra no ano de 1958, resultou em quatro convenções: (a) uma Convenção sobre o mar territorial e a zona contígua, (b) uma Convenção sobre o alto-mar, (c) uma Convenção sobre pesca e conservação dos recursos vivos do alto-mar, e (d) uma Convenção sobre a plataforma continental (REZEK, 2010). Esses quatro textos não tiveram aceitação generalizada, dado o fato de não alcançarem o maior anseio do Direito Internacional, “(...) uma vez que a convenção não foi capaz de definir com precisão os limites e poderes estatais sobre o tema” (ZANELLA, 2013, p. 85). To-

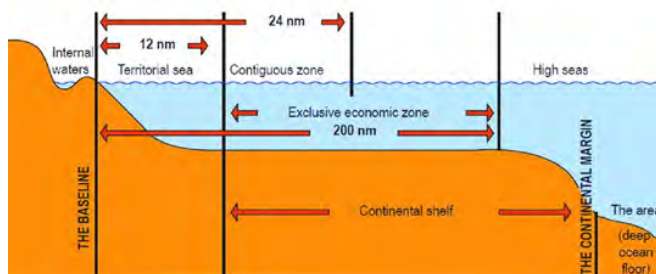
davia, os textos foram produzidos em uma era onde o fator econômico, enfatizado pelo progresso técnico, dominaria o enfoque do Direito do Mar na contemporaneidade (REZEK, 2010).

Em 1960, dois anos após a primeira Conferência sobre o Direito do Mar, foi realizada uma segunda rodada de negociações com o objetivo de preencher as lacunas deixadas pela conferência anterior, porém os esforços foram sem sucesso. As quatro convenções elaboradas na primeira conferência não tiveram total adesão, dadas as críticas que as acusavam de refletir apenas os interesses das grandes potências, evidenciando o conflito de interesse por parte dos Estados (LONGO, 2014).

A partir de 1970, dentro da lógica bipolar da Guerra Fria, diversos interesses divergiam quanto à delimitação dos espaços marítimos, prevalecendo ação unilateral dos Estados ou mesmo coalizões, como foi o caso da América Latina, que buscavam encontrar um denominador comum que legitimasse o acréscimo de soberania sobre os espaços marítimos adjacentes aos seus respectivos Estados e servisse de alicerce para o futuro Direito do Mar.

Foi num contexto de interesses divergentes que, em 1973, iniciaram as negociações da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, cujo período de negociação estendeu-se por nove anos, culminando na assinatura da Convenção de Montego Bay, em 1982 na Jamaica, que entrou “(...) em vigor no dia 16 de novembro de 1994, um ano após a reunião do quorum de sessenta Estados ratificantes ou aderentes” (REZEK, 2010, p. 318). Este texto consagra todos os aspectos dos Estados referentes ao espaço marítimo, consolidando-se como a base fundamental nos assuntos de fronteiras marítimas.

A figura abaixo demonstra as zonas estabelecidas na Convenção, a saber: águas interiores, mar territorial, zona contígua, zona econômica exclusiva, plataforma continental, alto mar e área.



Fonte: ResearchGate, 2018.

CASO: GUYANA E SURINAME

Ao se analisar o contencioso entre Guyana e Suriname no tocante aos seus espaços marítimos, uma categoria se mostra fundante nas argumentações e objetivos: as reservas de petróleo. Este recurso, que ainda se constitui a matriz energética mundial, foi um dos principais motivos da controvérsia entre os dois países da Amazônia Caribenha e um evento envolvendo esta questão foi crucial para o desfecho do impasse. Em junho de 2000, a empresa CGX Energy Inc., companhia canadense autorizada pela República Cooperativista da Guyana a fazer perfurações na plataforma foi impedida por navios armados do Suriname de fazer prospecção de petróleo na plataforma continental. Os dois países chegaram perto de declararem guerra, no entanto, a Guyana recorreu à arbitragem internacional para a decisão do caso. Após a decisão arbitral foi estabelecido marcos fronteiriços a partir do critério da equidistância e à Guyana foi reconhecida a jurisdição sobre quilômetros quadrados de plataforma continental, numa região que era reivindicada há décadas pelo Suriname. A solução também definiu os espaços que cada país pode utilizar para prospecção (MOREIRA, 2012).

Esta disputa remonta ao passado colonial entre os dois países. As potências europeias não conseguiram elucidar as questões fronteiriças de suas colônias na Amazônia Caribenha, relegando aos recém-independentes Estados a tarefa de negociarem partes de suas fronteiras, principalmente no que diz respeito às fronteiras marítimas. No caso em questão, a primeira tentativa relevante para dirimir o caso de fronteira entre Guyana e Suriname ainda como colônias dependentes foi em 1936.

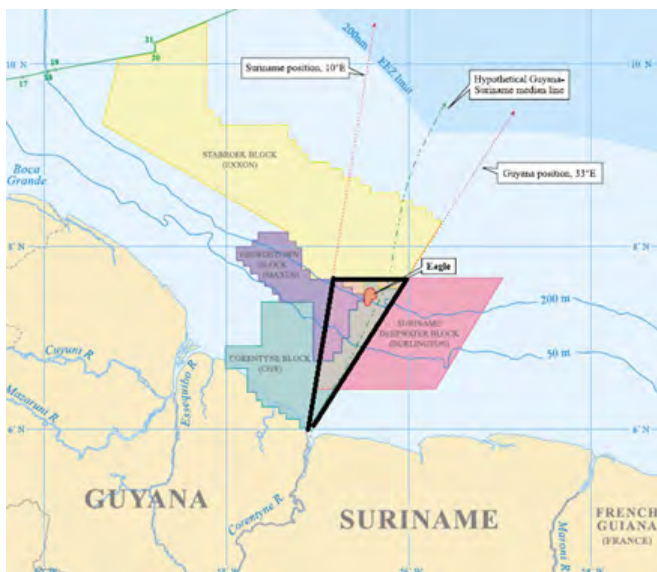
Em 1936 foi criada uma Comissão Mista que tratou do caso envolvendo a fronteira terrestre no Rio Corentyne e a discussão em torno do Triângulo do Rio Novo, que colocou em disputa 6.000 milhas quadradas de território (HOYLE, 2001). Esta Comissão Mista também tratou sobre as águas territoriais no tocante aos limites marítimos “[...] and erected boundary pillars on the mouth of the Courantyne River to determine the maritime extension of the land boundary terminus” (DONOVAN, 2003, p. 58). Os trabalhos desta comissão, entretanto, foram interrompidos por ocasião da Segunda Guerra Mundial, sendo retomadas as discussões a partir da década de 1950, quando a questão do petróleo ganha espaço na geopolítica mundial. Foi nesse período que os ingleses expediram duas licenças para que empresas explorassem a costa guianense, levando os holandeses a se posicionarem quanto a plataforma continental. O período de 1961-1962 marcou as duas últimas oportunidades para os poderes coloniais chegarem a um acordo no tocante ao limite marítimo entre os

dois países. A proposta britânica de 1961 encaminhada aos holandeses incluía 1) soberania holandesa sobre o rio Corentyne; 2) uma linha de 10 ° E que divide o mar territorial; e 3) o controle britânico sobre o Novo Rio (HOYLE, 2001).

As reivindicações inglesas foram rechaçadas com uma contraproposta holandesa, cujos interesses divergiram. Este estado de coisas perdurou até a independência dos dois países, com alguns pontos de fricção nas relações bilaterais, haja vista que cada Estado articulou sua política em defesa do território que reivindicavam. Nestes termos, considerou-se recorrer ao CARICOM, comunidade em que os dois países fazem parte a fim de solucionar a questão, porém, sem sucesso (HOYLE, 2001).

No início da década de 1990, os plenipotenciários dos dois países subscreveram um Memorando, estabelecendo um acordo sobre as áreas offshore localizadas na zona de sobreposição entre Guyana e Suriname, justamente a área em contestação pelos dois países. Este acordo foi estabelecido até que as partes encontrassem, através do diálogo, um desfecho final quanto ao litígio (ONU, 2007), o que não ocorreu.

Somente com o incidente relacionado com a empresa canadense CGX Energy Inc., em 2000, que tomou-se a iniciativa de recorrer a uma instância internacional para arbitrar o caso, solucionando a questão de limites marítimos entre Guyana e Suriname, com decisão favorável aos argumentos guyanenses, conforme mencionado anteriormente. O mapa abaixo ilustra a zona de sobreposição reivindicada pelos dois países e as diversas concessões de petróleo a empresas estrangeiras.



Fonte: Hoyle, 2001, 105, adaptado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto mais em decadência se encontra o conceito de Estado-nação o assunto de fronteiras desperta atenção de pesquisadores, seja pela atual conjuntura global das migrações seja pelo componente geopolítico que acompanha e sempre acompanhou esta matéria. Falar de fronteiras marítimas insere os conceitos de espaço e território bem como do próprio Estado em um novo patamar de discussões, haja vista o crescente interesse dos Estados no espaço marítimo, interesse esse comprovado ao longo da história e fundamentado juridicamente na Convenção de 1982.

O caso de litígio fronteiriço marítimo entre Guyana e Suriname é apenas um dos diversos casos espalhados no globo, levando os interesses estatais a recorrerem a tribunais arbitrais ou a negociações bilaterais (nem sempre tão solúveis) para definir seu espaço de influência no ambiente marítimo. Neste sentido, um espaço se abre para aprofundar o estudo de fronteiras neste espaço com estudo de outros casos, haja vista que as dinâmicas e os instrumentos de análise diferem, em certa medida, das fronteiras terrestres.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **A espacialidade do futuro...além das fronteiras nacionais?** Ensaios FEE, Porto Alegre, 1995. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1785/2157>. Acesso em: 18 de setembro de 2018.

BAPTISTA, E. C. **Ius cogens em Direito Internacional**. Lisboa: Lex, 1997.

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR DE 1982. Montego Bay, Jamaica, 1982.

DALLARI, D. A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 29 ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

DONOVAN, T. W. Suriname-Guyana Maritime and Territorial Disputes: a legal and historical analysis. In: **Journal of Transnational Law and Policy**, Vol. 13:1, Fall, 2003. (pp.42-98)

GUYANA, **Constitution of the Co-operative Republic of Guyana Act 1980**. Disponível em: <http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/en/gy009en.pdf>. Acesso em: 18 de outubro de 2018.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

_____. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgraphia**, nº 1. Niterói : Programa de pós-graduação em Geografia, 1999.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6 ed. - Rio de Janeiro – Bertrand Brasil, 2011a.

_____. **Territórios alternativos**. 2 ed. – São Paulo : Contexto, 2011b.

HOYLE, P. A. 2001. The Guyana-Suriname maritime boundary dispute and its regional context. **Boundary And Security Bulletin**, Durham, v. 1, n. 1, p.99-107.

IANNI, O. **A sociedade global**. 6 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

LONGO, A. R. O debate em busca do consenso – as negociações para os termos finais da Convenção da Jamaica. In: BEIRÃO, A. P.; PEREIRA, A. C. A. (Orgs.). **Reflexões sobre a Convenção do Direito do Mar**. – Brasília: FUNAG, 2014. 589 p.

MARTINS, E. M. O. **Curso de Direito Marítimo**. Vol. 1: teoria geral – 4 ed. Barueri: Manole, 2013.

MONTEIRO, L. C. R. **Segurança na América do Sul**: a construção regional e a experiência colombiana. 2014. 279p. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MORAES, R. F. (2014) Do mare liberum ao mare clausum: soberania marítima e exploração econômica das águas jurisdicionais e da área. In: NASSER, R. M.; MORAES, R. F. (Orgs.) **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico**: América do Sul e Atlântico Sul. – Brasília: Ipea, 2014.

MOREIRA, F. K. Política externa, política e Direito Internacional: a formação de um regime para o uso dos oceanos. In: CARVALHO, L. A.; VÉRAS NETO, F. Q.; LIXA, I. F. M. (Orgs.) **Política Internacional, Política Externa e Relações Internacionais**. Curitiba: Juruá, 2003.

MORRIS, C. W. **Um ensaio sobre o Estado moderno**. Tradução: Sylmara Beletti. São Paulo : Landy Editora, 2005.

ONU. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **Award in the arbitration regarding the delimitation of the maritime boundary between Guyana and Suriname**. (2007) Disponível em: http://legal.un.org/riaa/cases/vol_XXX/1-144.pdf. Acesso em: 08 de setembro de 2018.

RAFFESTIN, C., **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S. A. 1993.

RESEARCHGATE. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Maritime-Zones-The-right-to-regulate-navigation-of-ships-varies-between-the-maritime_fig9_273756694. Acesso em: 29 de outubro de 2018.

REZEK, F. **Direito Internacional Público**: curso elementar. 12 ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2010.

SURINAME. **The Constitution of the Republic of Suriname**. Disponível em: http://www.oas.org/juridico/PDFs/mesicic4_sur_const.pdf. Acesso em: 18 de outubro de 2018.

ZANELLA, T. V. **Curso de Direito do Mar**. Curitiba: Juruá, 2013, 378p.

Grupo de Trabalho n° 22

***FRONTEIRAS DO SABER: CULTURA, SOCIEDADE E
VIOLÊNCIA NA HISTÓRIA E NA LITERATURA***

ARTIGO

**A POESIA E SEU ENGAJAMENTO CRÍTICO SOBRE A
CONSTRUÇÃO DA BR174 DURANTE A DITADURA MILITAR**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Diante de um contexto que remete ao Regime Militar em que é sabido por todos a censura vivida pela sociedade civil, por isso, investigar e analisar a produção poética daquela época se torna um grande desafio, pois, assim como as demais manifestações políticas da época foram extremamente censuradas, a produção de poesia também fora afetada mas não por isso deixou de ser produzida. E sendo produzida, pode-se dizer que esta acaba ganhando um tom de poesia marginal, uma vez que era produzida às margens de um regime que coibia qualquer tipo de reunião entre civis e suas produções artísticas que fossem voltadas para crítica desse contexto.

Antes de apresentar a poesia e seus apontamentos sobre a situação vigente, é preciso discutir a nomenclatura da “poesia marginal” que de modo geral, é também conhecida como poesia de mimeógrafo, tendo como época maior expressividade o período da ditadura militar, mas que ainda sim permanece até hoje. No entanto, é preciso dizer que para as utilizações desse termo, o conceito de marginal acabou ganhando algumas nuances que despertam alguns questionamentos sobre as ramificações que esse significado gera.

A palavra marginal hoje é associada à marginalidade, algumas obras mais recentes que tratam dessa produção a localizam especialmente nos espaços de favela, que corroboram com o conceito comum de marginalidade mais difundido. Esse conceito de marginal é apresentado por Coelho (2010) quando traz a nova condição que é dada à poesia marginal afirmando que “agora não mais como categoria de acusação a artistas fora dos padrões vigentes, mas sim como produção autônoma pulsante de um contingente antes silenciado pela ausência de espaço e vozes próprias” (COELHO, 2010. p. 12)

*

O viés do conceito de poesia marginal aqui trabalhado será justamente o que fora negado por Coelho, de modo que, o foco aqui neste trabalho seja apresentar uma poesia que diferente da contemporânea, se engaja justamente na acusação de algumas moléstias sofridas no período ditatorial bem como em artistas fora dos padrões vigentes. A produção desta vertente literária possuía esse nome justamente por englobar tais artistas que eram vistos como marginais pelo fato de não terem suas produções contempladas por grandes editoras, e também por possuírem obras dignas de restrições se analisadas sob a ótica dos padrões impostos no período da ditadura.

Sendo assim, o conceito de marginal engloba tanto o sentido literal, daquilo que está afastado dos centros e que, portanto, está às margens, como também onde o sentido proposto é daquilo que não aceita os valores predominantes da sociedade ou da maioria.

Tendo então essa ruma de significados o que se espera das produções de poesia marginal é que seja uma literatura bastante engajada com a crítica e conseqüentemente com a mudança do contexto em que estava inserida. Neste ponto, Candido (2006) descreve a figura do autor como um escritor e sujeito público, porque exprime em sua obra aquilo que é pertinente/genuíno à sua terra e conseqüentemente à sociedade em que vive.

A partir da análise literária e sociológica baseada na proposta de Candido, é importante frisar que a posição tomada aqui não aponta pontos a favor ou contra a inserção do período do Regime Militar no Norte do Brasil, mas sim nos acontecimentos que se geraram a partir desse regime e quais as conseqüências ficaram para a Poesia produzida na época e também numa ação específica que foi a construção da BR174.

Esse posicionamento é tomado pois nas pesquisas feitas não se encontrou obras que discutam o que de fato significou o período da ditadura no Brasil, e mais ainda quando se trata exclusivamente do norte do país. Nas buscas feitas na biblioteca de estudos humanos e de linguagem da UFAM, há poucos livros que relatem com foco e exatidão esse período conturbado, sendo assim, as informações que se seguem vêm de pesquisas feitas com base em artigos, em dissertações disponíveis na internet nos sites das bibliotecas da UFAM e UFPA e em obras adquiridas em sebos e na Biblioteca Pública do Amazonas.

A IMPLANTAÇÃO DO REGIME MILITAR NA AMAZÔNIA

A efetivação do Golpe de 64 apresenta diferentes vieses na história da região norte, para corroborar isso, traça-se aqui um rápido paralelo entre as cidades de Belém e de Manaus para discutir como fora a inserção desse novo regime nessas capitais tão expressivas da época. Segundo o que consta em artigos que discorrem sobre a implantação do regime militar em Belém, há um certo apoio da imprensa do Pará para que fosse efetiva a mudança provocada pelo golpe de 64 de modo que é possível observar que jornais de grande expressividade como Folha do Norte, A Província do Pará e O Liberal são citados como apoiadores da causa do golpe motivados pelo pavor que na época apresentavam sobre a possibilidade da implantação do regime econômico Comunista. Em relação ao Amazonas, a implantação do regime militar ocorreu de forma conturbada, e segundo Figueiredo (2013) foi de uma angústia que “pregou-se na alma de todos nós, sufocante e aterradora”, em sua obra, narra ainda as ruas escuras que se tornaram ainda mais escuras no período, bem como a supressão dos locais de reunião com a praça da polícia e o Café do Pina.

A implantação do Regime Militar veio de uma decisão cujo objetivo era barrar a ascensão do regime comunista no país, e a percepção do surgimento desse regime foi devido as decisões do então presidente, João Goulart, que deixavam claro que a ideologia proposta era preconizar a valorização do trabalhador urbano, mas que, segundo Valente (2005) o intuito de tais propostas era apenas para cooptá-los.

Com a vitória do Partido Trabalhista Brasileiro no estado do Amazonas ao eleger governos seguidos em 1955, 1958 e em 1962, percebem-se algumas mudanças econômicas no estado que são apontadas pelo escritor Márcio Souza onde chega a comparar esse período com o otimismo ingênuo que o lucro fácil da Belle Époque produziu entre os “coronéis de barranco”:

É no segundo governo trabalhista, de Gilberto Mestrinho, que essa ideologia da classe média toma forma definida e o Estado cai novamente no delírio. Era o Novo Amazonas das obras de fachadas, das ruas asfaltadas com fins eleitorais, das inaugurações e do total desconhecimento do planejamento urbano. A classe média triunfante sorria nas colunas sociais, e o Estado que transitava entre a falência e a recuperação elege até uma miss Brasil. (SOUZA, 1977, p.150)

As mudanças econômicas apresentadas são passíveis de ser explicadas nesse contexto, onde se percebia um crescimento que favorecia a classe média que vivia nas cidades e das medidas de desenvolvimento do país as quais propunha esse novo modelo de governo e a classe média que vivia do extrativismo, e embora esta classe

média tenha se beneficiado com tais decisões não se pode afirmar que existiam um desvanecimento por esses governantes.

Quando João Goulart assumiu a presidência da república devido à renúncia de Jânio Quadros em 1961 a corrida para pôr em prática os projetos que desenvolvessem a economia do Brasil se acirrou com o Plano Plurianual de Desenvolvimento (1961-1964), no entanto, com a tomada dos militares inicia-se um novo tempo na política, e também nos comportamentos sociais. No tangente à economia, os militares expressaram sua atenção ao Norte do país nas grandes construções, tendo a maior delas, materialmente falando, na construção da BR 174 que ligaria o Amazonas-Boa Vista-Venezuela, além disso tivemos a ponte que transpõe o Rio Branco e liga a cidade de Boa Vista à Guiana Inglesa. Houve algumas outras construções icônicas em Boa Vista como as que Aimberê Freitas atribui ao governo de Ramos Pereira, que como a própria denominação de Freitas (1999) foi um “governador íntegro, intransigente e incompreendido”. Dentre as obras citadas por Aimberê que mudaram a realidade da cidade de Boa Vista temos a Rodoviária Internacional, a primeira escola de segundo grau Gonçalves Dias, o Fórum onde hoje funciona o Tribunal de Justiça, a estrutura da cidade de Caracará que mais tarde viria a ser mais um município do estado de Roraima que até então era território.

Segundo Brito (2000), esses projetos foram financiados por fundos criados exclusivamente para isso como o FIDAM – Fundo de Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia, e o BASA - Banco da Amazônia S/A, fazendo parte também, mais tarde, a SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus. Tais medidas, conforme afirma Santos (2013), foram para equilibrar a economia em comparação com as demais regiões do país como sudeste e sul, que com a “livre ação” da economia acabou gerando uma desigualdade na economia e na produção dessas regiões.

Embora a proposta desenvolvimentista tenha esse tom de progresso para o país, a realidade de sua imposição na Amazônia tomou outras faces, a da exploração das terras em meio ao desrespeito da propriedade destas terras que pertencem aos indígenas. Parte da narrativa dessa história está na obra de José Porfírio F. de Carvalho, no livro intitulado *Waimiri-Atroari: a história nunca contada onde relata através de suas memórias a vivência com os indígenas daquela terra bem como a integração destes com os militares e demais servidores que passaram a conviver naquela região para que contribuíssem com o objetivo que era a construção da BR174.*

É válido mencionar que, antes mesmo da construção da BR174 como se conhece hoje, Carvalho (2015) afirma que existiram algumas tentativas que não saíram

do papel e duas construções de uma estrada que ligasse o antigo território do Rio Branco à Manaus nos anos de 1893-1985 e outra em 1928. Ambas, como o autor afirma, acabaram sendo tomadas pela vegetação e ficaram intrafegáveis. Até que então, em 1960, surgiu o plano de construção da BR174 como é hoje, que transpunha o território dos índios Waimiri-Atroari, tendo envolvido diversas pessoas para que sua construção se efetivasse como os militares, a FUNAI e empresas privadas como a Lasa Engenharia S/A.

Embora a proposta de desenvolvimento tenha trazido novas perspectivas para a economia da Amazônia, há ainda o que se falar das mudanças de cunho social mencionadas acima, essas sim não foram tão agradáveis nem a população civil e nem para os povos indígenas e foi nessa esfera que se iniciaram os embates contra o autoritarismo do Regime Militar.

Em se tratando do paralelo entre pontos negativos e positivos onde dados comprovam os males desta construção para a região e para os seus moradores, é possível também observar resultados positivos na abertura da BR174 principalmente na economia como, por exemplo, os números apresentados pelos dados do IBGE de 2001 que apontam que a partir de 1970 a exportação e em especial a de gado só aumentou.

A POESIA ENGAJADA POLITICAMENTE À ÉPOCA DA DITADURA MILITAR

Tendo então expostos estes ganhos econômicos, pode-se dizer então que os grandes afetados foram os povos indígenas e também os recursos naturais da Amazônia, uma vez que para a abertura da referida estrada fora necessário fazer um desmatamento, bem como obras de engenharia para que fossem transpostos rios e igarapés ao longo dos mais de 800km de estradas construídos, para estas ações de desmatamento e transposição de águas, é válido mencionar que, segundo Carvalho (2015), estas eram realizadas pelo exército sob o comando do 6º BEC – Batalhão de Engenharia e Construção. E como estes eram responsáveis por abrir espaço por meio do desmatamento, eles eram os primeiros a entrar em combate com os índios, que eram causados por atividades que não se relacionavam com os trabalhos que envolviam a abertura da estrada, como por exemplo: caçar, portar armamento de fogo dentro da área dos indígenas, o desrespeito aos limites das vilas dos indígenas que não queriam contato com os militares que acabavam tentando estabelecer um contato por muitas vezes forçados com os indígenas da região.

Tal contexto não se tornou mudo e refletiu na produção de uma poesia que externou os sentimentos e a crítica sobre o regime vigente, este trabalho elenca al-

guns autores pertencentes ao Clube da Madrugada, cuja biografia será curtamente explanada ao decorrer das análises de algumas poesias. Para tanto, é preciso fazer aqui uma breve contextualização do que foi este movimento.

O CLUBE DA MADRUGADA

O Clube da Madrugada, segundo Tales Tenório (2014), surgiu em 1954, e representou uma espécie de Modernismo amazônico cuja proposta era tirar da estagnação as produções de arte e poesia da época bem como elevar, dentre as ações que envolviam a efetivação desse objetivo estava a crítica a qual impunham sobre as produções artísticas e literárias contemporâneas daquele momento. Assim como o Modernismo tinha o objetivo de expressar um Brasil sem utilizar tantas inspirações da Europa, o Clube da Madrugada, seguindo essa mesma linha tinha como finalidade expressar a realidade da região amazônica para que essa renovação de produção artística refletisse nos e os aspectos sociais e políticos da época.

Sendo assim, o semblante modernista se expressa no Clube da Madrugada na maneira como era buscado e demonstrado o objeto genuíno brasileiro, pois o Clube, em suas produções, buscava mostrar as especificidades da vida na Amazônia a partir de uma estética que representasse essa realidade. A postura desses autores pertencentes ao clube pode ser explicada no conceito de sujeito social de Hall (2005) que:

(...) refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, os sentidos e símbolos - a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. G.H Mead, C.H Cooley e os interacionistas simbólicos são as figuras-chave na sociologia que elaboraram esta concepção “interativa” da identidade e do eu. De acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. (HALL, 2005. p 11)

Essa “inserção” tratada por Hall aparecia nas produções da época em Manaus em meio a toda essa asserção na busca pelo genuíno e na viabilização do porte modernista, uma vez que existia também um tom político nessas produções, inclusive porque, cerca de dez anos depois da fundação do clube houve o Golpe de 64 e conforme as definições de sujeito sociológico de Hall e também o comprometimento literário pregado por Antonio Candido exposto anteriormente, o Clube não teria como fugir dessa vertente de crítica que fora fortemente abalada com o advento do Regime Militar.

Antes de adentrar nas obras e biografias dos autores é preciso ainda mencionar a constituição de identidade destes seres a partir da proposta de Hall em que afirma que “O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior do que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem”. É fato que o contexto deste trabalho, O Regime Militar, serviu como pano de fundo para diversas produções, uma vez que foi um regime que mudou significativamente o modo de vida da sociedade, a economia e a política, encontramos dentro do Clube autores que produziam nas mais diversas temáticas que envolviam este contexto, há portanto autores que falam sobre o comportamento social no referido regime, há autores que procuram explicar as paisagens e suas mudanças que vão desde a Belle Époque até o período ditatorial e outros que mencionam em suas obras ações específicas como a da construção da BR174 que liga Manaus a Boa Vista.

BEZERRA E FILGUEIRAS: POESIAS DE DENÚNCIA

Dentre os autores que ainda neste trabalho serão citados está Francisco Marçal Bezerra, que além de poeta era professor e escrevia mensalmente para jornais de Manaus crônicas e comentários crítico-filosóficos que questionavam a realidade regional, nacional e internacional. Logo no prefácio da obra, Erasmo Linhares narra o diálogo entre Jorge Tufic, um dos fundadores do Clube da Madrugada e o autor de *O Silêncio* para iniciar a discussão e corroborar a intenção de escrita de Maçal. Tufic: “estamos neste momento diante de uma voz a serviço da humanidade, a serviço do amor, a serviço de uma causa social, voltada exclusivamente para a reconstrução do homem” e nas palavras de Linhares para a apresentação dessa obra fica claro que o produto deste trabalho atua “sem calar a voz a serviço da humanidade, do amor e da justiça social, o artista, aqui, emerge do mais fundo dos temas, através de uma estruturação mais consciente de sua obra e aproximando-se cada vez mais daquele “engenho e arte” cuja ajuda camões invocava,”

Seguindo essa linha de crítica e de questionamento tratado no prefácio, os poemas contidos em seu livro intitulado *Silêncio* traz versos cuja interpretação e análise permitem perceber a forma como Bezerra explana o vazio que o desmatamento deixou na reserva Waimiri-Atroari. O primeiro poema expresso abaixo começa com os apontamentos sobre as mudanças que passaram a ser estabelecidas pelo regime ditatorial bem como os primeiros contatos entre indígenas e servidores ou militares que em trabalhos de reconhecimento de território tiveram suas primeiras relações de convívio.

Fazer, sentir, saber.
Arte em movimento viril de natureza
Esculpida
No delinqüente pêndulo emocional.
Emoções.
Valores em decadência.
Emoções em gangorra contínua
Daqueles que descem pela vaidade coletiva.
Transfere-se de criação e modificação
Para o domínio
Sobre as máquinas da regularidade.
Fazer, sentir, saber.
Às margens das equações morais.
Instinto guerreiro.
Iniciativa pessoal em eloqüente descoberta
Da natureza humana.
Fazer, sentir, saber.
Irregularidade de emoções
OU

Auto-controle como ponto inicial.
(BEZERRA, 1979, p. 11)

Os primeiros cinco versos conduzem ao leitor a projetar a vida indígena como era antes do contato com os brancos e tudo mais que eles fossem trazer para esta região, como por exemplo as máquinas e as armas, para que fosse colocado em prática a missão de construir a BR174. A “arte em movimento viril da natureza Esculpida” corresponde aos modos de vida dos índios que respeitavam as ações da natureza, se integrando e preservando-a. No verso “No delinquente pêndulo emocional” propõe-se a alusão ao tempo, que sinalizado pela palavra pêndulo, se mostra delinquente no intuito em que falha e acaba por desconstruir toda a “arte” e este “movimento viril da natureza” que no verso seguinte é corroborado com a “decadência de valores”.

Os próximos versos já trazem a ideia do que surgiu a partir dessa mudança, e algumas palavras, por si só, já conseguem explicar o que veio depois disso. Expressões como “vaidade coletiva”, “modificação”, “domínio” e “máquinas da regularidade” já montam um cenário para que o leitor imagine os objetivos que cercaram a mudança no modo de vida indígena daquelas terras. É como se Marçal Bezerra estivesse intimamente ligado topofilicamente falando com o que se passava naquele ambiente, de maneira que os sentimentos expressos nos versos se comunicam perfeitamente com os relatos de Carvalho (2015), quando menciona o embrenhado nessas terras bem como a tentativa de pacificação desses índios.

A partir daí vem o desfecho, onde Bezerra classifica a reação dos indígenas como algo fora de um padrão estabelecido pela moralidade da época, “às margens da equações morais” e que o “instinto guerreiro” que representa essa reação que fez eclodir conflitos de modo que a partir dele são denunciadas as “irregularidades de emoções” que foram postas em lugar do “Auto-controle como ponto inicial”

O próximo poema trata da morte dos indígenas e da maneira como isso era retratado especialmente pela mídia que como afirma Carvalho (2015), era feita sem imparcialidade uma vez que:

Nesta mesma época, estranhamente, a imprensa de Manaus noticiava diariamente assuntos relacionados à construção da estrada Manaus – Boa Vista. Ora informava que os índios WaimiriAtroari haviam atacado os trabalhadores, ora diziam que os trabalhadores da estrada estavam prosseguindo sem anormalidade, gerando intranquilidade entre as famílias dos trabalhadores da estrada, que procuravam a Funai para ter notícias sobre o que realmente estava acontecendo (CARVALHO, 2013, p.124)

Muitos desses ataques, conforme afirma Carvalho, eram falsos e tinham o único objetivo de pintar uma falsa imagem dos WaimiriAtroari, dentre elas a de que os indígenas não colaboravam com o progresso e que propunham uma violência gratuita aos trabalhadores que estavam lá para cumprir uma missão do governo militar. Nesse âmbito tem-se então os versos de Bezerra que com um certo tom irônico acaba tratando as mortes ocorridas no cenário da construção da estrada.

Paz antes de morrer.
Morre um santo.
Vem a guerra ou a justiça.
Tábua rasa de nihilistas do século.
Matando em nome da moral às avessas.
Justificam
A luta que destrói a sociedade humana.
Morreu o bem.
Convivem: O terrorismo, O autoritarismo,
A liberdade e a justiça.
Vivem como imagens
Emergidas
Em meio ao terreno caído.
(BEZERRA, 1979, p. 27)

A morte aqui não só representa os personagens indígenas dessa história, mas também todos os outros servidores que, de certa forma, se envolveram na constru-

ção tão grande e desafiadora para a época. E isso fica claro no verso Morre um santo, pois, alguns deles foram tidos como defensores dos direitos indígenas. Além da manança que é expressa nesse poema, é exposto também a política desenvolvimentista que acaba promovendo um progresso a qualquer custo que se baseia no terrorismo e autoritarismo, na (irônica) liberdade e justiça que acabam por deixar um terreno caído. Os escritos poéticos são corroborados pelos dados do comitê da verdade do Amazonas.

A área do posto da FUNAI no rio Camanaú, próximo à sua foz no Rio Negro, existia em 1972 uma população Waimiri-Atroari calculada em 350 pessoas, “distribuída pelas aldeias do capitão Maroaga, capitão Pedro e aldeias arredias”. E na margem esquerda, Sudeste da Cachoeira Criminosa (Urtanuna língua Kiña), onde se localiza hoje a Mineradora Taboca (Paranapanema), desapareceram pelo menos nove aldeias, aerofotografadas pelo Padre Calleri, em 07 de outubro de 1968, durante sobrevoos a serviço da FUNAI (COMITÊ DA VERDADE DO AMAZONAS. 2014. p12)

A circulação de militares armados nas regiões era algo denunciado por Porfírio, e com a publicação de sua obra já mencionada aqui ele acabou sendo preso por um período de seis por delatar ordens do Exército que autorizavam o uso e as “demonstrações” de armamentos pesados como metralhadoras, granadas e dinamite para convencer os indígenas a não resistir à construção da estrada através do seu território.

Sendo assim, nos resta analisar o poema de Aldisio Filgueiras, também membro do Clube da Madrugada que deixou a faculdade de direito para ser jornalista e por ter participado de algumas associações, entende-se que era um poeta fortemente engajado com a política e principalmente os acontecimentos em Manaus, prova disso é a sua obra Estado de Sítio, cuja primeira publicação fora entre 1965 e 1967 e que sofreu grande censura tendo estes livros da primeira edição sido encontrados jogados pelas ruas. Vemos então no poema seguinte a continuação da denúncia sobre a forma de agir dos militares na época.

Serviço militar
recebi meu soldo
posso matar mais
tranquilo posso matar
mais tranqüilamente. (FILGUEIRAS. 2004. p77)

Neste poema, Aldisio demonstra a frieza que fazia parte da atuação dos militares naquela época, onde as missões precisavam ser estritamente cumpridas em prol do

objetivo pregado pelas políticas desenvolvimentistas que era o progresso. A falta de humanidade em detrimento do capital é algo que também pode ser apontado neste poema, uma vez que, matava-se em prol do cumprimento de um trabalho e isso deveria ser feito de maneira natural, tendo como único pensamento o soldo recebido.

Para finalizar, retoma-se as poesias de Bezerra, onde o objetivo final é criticar as políticas públicas de cuidado ao meio ambiente, onde expõe o modo de vida dos índios ironizando um “reflorestamento” que vem logo após um desmatamento.

Leis funcionam.
Leis da natureza.
Efeitos do verde nascente do rio Amazonas.
Selvagem
Formado em defesa cabocla,
Nas lutas
Caídas com as pororocas
E casebre sempre recomeçados,
Sempre fonte do rio...
Leis funcionam.
O rio, o caboclo, a floresta...
Acusam um tribunal paralisado
Num tempo de “reflorestamento”.
Leis funcionam.
(BEZERRA, 1979, p. 83)

Embora haja o tom irônico no último verso desse poema que já data cerca de 40 anos, é importante mencionar a proposta de crítica que se gerou a partir desse contexto e de produções no âmbito da Amazônia, uma vez que com todas as discussões em torno da sustentabilidade que estão tão em foco, o legado deixado de uma poesia que procura ilustrar os males sofridos pelas florestas e seus povos é de uma produção intensa e em todas as áreas para que se garanta que não se cometam mais uma transgressão as florestas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode ver a partir do levantamento feito nesse estudo, a violação que se mostrou ao longo da construção da BR174 no contexto da ditadura militar afetou as florestas e rios e também os povos Waimiri-Atroari que viviam naquela região e tiveram boa parte da sua população dizimada, conforme os dados apontados, percebe-se o quão grande foram as perdas de vidas que levou consequentemente à perda cultural desses povos.

Então, como uma forma de evitar estes erros e pensar em políticas que não transgridam mais essa natureza e os povos que vivem nesta região tem-se diversos estudos e dentre estes está a obra da geógrafa Bertha Becker, que por meio de um discurso geopolítico apresenta meios de preservação do meio ambiente a través da proposta de uma “floresta urbanizada” cujo foco é o investimento em alta tecnologia para que sejam produzidas riquezas que transformem a vida da população mas de uma maneira sustentável através de uma planejamento que respeite a biodiversidade e que ao mesmo passo permita que haja uma diversidade econômica para a região.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Maçã. **Silêncio!**. Manaus, Casa Editora da Madrugada. 1979

BECKER, Bertha; STENNER, Claudio. **Um Futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. Série. “Inventando o futuro”. 150 p.

BRITO, Daniel Chaves de. **A modernização da superfície**: Estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém. UFPA/NAEA. 2000

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro. Ouro sobre Azul. 2008

CARVALHO, José Porfírio Fontenele de. **Waimiri Atroari - A história que ainda não foi contada**. 3ª edição. Manaus: BK Editora, 2015.

COELHO, Frederico. **Eu, brasileiro, confesso minha culpa e meu pecado**: cultura marginal no Brasil das décadas de 1960 e 1970 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

FREITAS, Aimberê. **Figuras da nossa história**. Boa Vista. Desenho Letra & Música, 1999.

FIGUEIREDO, Paulo. **O golpe militar no Amazonas**: crônicas e Relatos. Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria do Estado e Cultura. 2013. p35

FILGUEIRAS, Aldísio. **Estado de Sítio**. Manaus: Uirapuru, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Política e poder na Amazônia**: O caso de Roraima (1970-2000). Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.

SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense**: do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: AlfaÔmega, 1977, p. 150.

TELLES, Tenório. **Clube da Madrugada** – Presença modernista no Amazonas–Manaus: Editora Valer, 2014.

VALENTE, Aviz. **Confederação Geral dos Trabalhadores do Amazonas**: antecedentes e protagonistas. Manaus: Editora Travessia, 2005, p. 62.

ARTIGO

**PATRIARCADO E VIOLÊNCIA ENTRE REPRESSÃO E
DESCONSTRUÇÃO EM UM CONTEXTO AFRICANO: UMA
REFLEXÃO A PARTIR DE MARGINAIS DE EVEL ROCHA**

INTRODUÇÃO

Marginais é um romance publicado na cidade de Praia, em 2010, pelo escritor cabo-verdiano Evel Rocha. Como apontado pelo Professor Mário César Lugarinho, a narrativa é contextualizada na Ilha de Sal, pertencente ao arquipélago de Cabo Verde, entre 1977 e 1999 (LUGARINHO, 2012, p. 219). Este marco temporal revela-se simbólico porque remete para uma possível micro história nacional após a Independência de Portugal, ocorrida em 1975.

Amílcar Cabral, pai da Nação cabo-verdiana, assassinado antes do País ter sido libertado, elaborou ao longo dos anos o projeto de uma sociedade socialista, igualitária, solidária e inclusiva. Por outro lado, segundo Lugarinho, neste texto: “A terra é esvaziada de sentido porque a nação é representada por um Estado indolente, incapaz de ser a entidade capaz de promover a justiça e a estabilidade social, com políticas efetivas de inclusão e socialização” (LUGARINHO, 2012, p. 220). Além disso, Cabral tinha sido um dos líderes mais avançados das revoluções africanas, sublinhando o papel fundamental das mulheres na luta durante o processo de libertação e na criação da nova nação que, segundo o líder, devia englobar também a Guiné Bissau¹. Por outro lado, anos após a independência, em 1991, Cabo Verde converte-se em um sistema político multipartidário abrindo-se ao capitalismo. Assim, até hoje, muitas das conquistas sociais sonhadas por Cabral foram negligenciadas².

Por estas razões, como referido no proêmio, *Marginais* é um livro que muitos jovens de Cabo Verde gostariam de poder escrever. (ROCHA, 2010, p. 13). O ro-

* Doutorando em Estudos Portugueses e Românicos (Estudos Brasileiros) na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL). Mestre em Estudos Românicos (Estudos Brasileiros e Africanos) pela mesma faculdade. Licenciado em “Lingue e Letterature Moderne” pela Universidade “La Sapienza” de Roma. Bolsista do programa de bolsas de Doutoramento da Universidade de Lisboa – BD2017.

¹ Neste sentido, aconselha-se a leitura de BORGES, Sónia Vaz. *Amílcar Cabral: Estratégias políticas e culturais para a independência da Guiné e Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: FLUL, 2008.

² A esse respeito, aconselha-se assistir ao filme musical guineense *Nha Fala*. Direção de Flora Gomes (2002).

mance, narra a história de um grupo de meninos chamado *Pitboys* e do entorno social da Ilha de Sal (Cabo Verde).

Desde a infância, estes meninos constituem um grupo que, no decorrer da narrativa, tornar-se-á em uma gangue. O protagonista Sérgio, e seu melhor amigo da escola, Fusco, foram pioneiros do *Pitboys*, que englobará outros participantes como Beto e Pianista. As atividades do grupo, no começo apenas lúdicas, desenrolar-se-ão de forma cada vez mais violenta, incluindo a comercialização de drogas e furtos. Além destas misérias, os jovens *Pitboys* compartilharam também experiências sexuais inicialmente praticando a zoofilia:

Não via pecado nenhum nessas promiscuidades, pois, as risadas maldosas dos adolescentes projectavam-se na vontade de se trancar numa cabra, numa besta ou numa vaca sonolenta. A razão para tanta desavergonhice era sempre a mesma: Sal tem poucas mulheres... os homens são parodientos e não lhes dão atenção... é melhor pôr-se numa besta do que se aventurar nas meninas de vida infestadas de doenças... (ROCHA, 2010, p. 66)

Por outro lado, no texto aparecem recorrentemente referências à prática da poligamia, sistema tradicionalmente legitimado por muitos e amplamente difundido nas ilhas:

A fome faz com que mulheres, que não tiveram a oportunidade de estudar, que viveram a vida inteira subordinadas ao culto do macho, se entreguem ao cuidado de um homem que seja trabalhador para sustentá-las, mesmo que esse homem viva com outra, contanto que não deixe faltar pão sobre a mesa e roupa para os filhos (ROCHA, 2010, p. 93).

Além disso, em vista da escassa população feminina da Ilha do Sal, o romance narra que, tradicionalmente, os homens da ilha costumavam se casar por procuração com mulheres da adjacente ilha de São Nicolau. Os noivos conheciam-se apenas no momento da chegada da mulher no porto e, muitas vezes, não conseguiam manter a relação combinada. Mesmo assim, ficavam casados. (ROCHA, 2010, p. 28).

Este cenário apresenta relações sociais patriarcais em um contexto pós-colonial que se apresenta como diferente à estrutura familiar nuclear. Assim, como aponta Sónia Vaz Borges, na realidade cabo-verdiana: “é preferível falar da existência de um agregado familiar alargado, cujos laços entre indivíduos ultrapassam o carácter meramente consanguíneo” (BORGES, 2008, p. 14). Por outro lado, Borges relata que “A falta de rendimentos económicos, a emigração e a libertinagem, são considerados os motivos justificadores que levam a ausência masculina do meio familiar” (BORGES, 2008, p. 15). Neste sentido, podemos constatar que a situação familiar

do protagonista é um espelho desta situação. Sérgio nasce em um contexto familiar, no qual Rosário, mãe do protagonista, é apaixonada por Dadejo, um homem alcoólatra e jogador, desinteressado sobre o destino dos filhos. Assim como lembrado por Sérgio:

Ela tinha feito tudo para segurar o seu homem, trabalhava para lhe sustentar os vícios, fazia jogo de cintura, cortava o meio para fazer ponta, lombava de sol a sol como uma escrava, recorria aos curiosos, fazia salamaleques, mas nada serviu para convencer Dadejo, meu pai. Ela olhava para papai com olhos de uma criança mirando um doce. A maneira como falava dele fazia-me lembrar os contos de fada na sua voz melificada de paixão. Mamãe levava porrada e, em silêncio, ouvia descomposturas dele, quando entrava como num pé-de-vento quebrando tudo o que encontrava pela frente sem qualquer motivo. Ela chorava como uma criança, mas logo enxugava os olhos e fazia tudo com um entusiasmo indescritível para agradar ao seu homem. (ROCHA, 2010, p. 28)

Nesta perspectiva, a mãe, vítima de violência machista, é obrigada a sustentar sozinha seis filhos fazendo enormes sacrifícios, trabalhando como faxineira e organizando a sua emigração para Itália. Efetivamente, um dia Dadejo, pai de Sérgio, desaparece fugindo com outra mulher deixando a família no desamparo. Apesar dos esforços da mulher e da solidariedade do entorno social, três das filhas morrerão precocemente (ROCHA, 2010, p. 24).

Não obstante isso, Rosário, mãe conscienciosa, apostou desde sempre na formação do filho Sérgio, desejando que ele orgulhasse a família se tornando em um ilustre advogado:

Não me importo de esfolar os joelhos na casa dos outros para te fazer um homem de amanhã!, disse-me. As suas palavras húmidas revelavam as espessas névoas de sofrimento, um areal de angústias e desassossego que corroíam a sua alma. Mamãe era jovem, o corpo seco e ossudo aparentava o dobro da idade que tinha. Como queria falar para ela não se incomodar! No futuro haveria de lhe dar tudo o que não teve direito, havia de lhe encher de coisas lindas e caras, seria um grande futebolista e um ilustre advogado, compraria um casarão só para ela e colocaria meu pai numa cadeia de prata! (ROCHA, 2010, p. 21).

Apesar da esperança de resgate social e do sonho de converter-se em futebolista e no “advogado dos pobres”, Sérgio começará a envolver-se em atividades criminosas. Neste sentido, desde a infância começou a sentir-se discriminado no contexto educativo, afirmando: “a escola ensinou-me que sou um indivíduo incapaz e predeterminado a ser ruim. Os professores não fazem ideia do que é ir à escola de estômago vazio [...]” (ROCHA, 2010, p. 42).

Por outro lado, constatando o envolvimento do filho em ações criminosas, a mãe tentou dissuadir o filho castigando-o e mostrando-lhe seu exemplo ético: “Não me importo de morrer para te fazer alguém na vida. Mais vale comer milho *albedo* com honra do que bife com desonestidade!” (ROCHA, 2010, p. 33). Apesar disso, Sérgio será fundador dos *Pitboys*:

No seio do grupo o medo ficava de fora. Ninguém, enquanto estivesse no grupo, deveria demonstrar qualquer sinal de fraqueza. O choro, a submissão e o medo eram sinais de fraqueza e nenhum de nós estava na disposição de passar por tal afronta. Era necessário encarar o perigo com desprezo e cuspir na cara do medo, era necessário demonstrar revolta por tudo o que fosse regra e bom comportamento, pois, as pessoas olhavam-nos com desprezo e devíamos retribuir-lhes desprezo também. (ROCHA, 2010, p. 29)

O contexto social da gangue, como explica por Pierre Bourdieu é veementemente condicionado por estereótipos de virilidade vinculados a um conceito de honra, alicerçado em uma ostentação de valentia que se reverbera em comportamentos agressivos. Neste sentido:

Como a honra – ou a vergonha, seu reverso, que sabemos, ao contrário da culpabilidade, ser experimentada *diante dos* outros –, a virilidade tem de ser validada pelos outros homens, na sua verdade de violência actual ou potencial, e certificada pelo reconhecimento da pertença ao grupo dos “verdadeiros homens”. [...] Certas formas de “coragem, as exigidas ou reconhecidas [...] pelos bandos de delinquentes [...], encorajam ou forçam a recusar as medidas de prudência ou desafiar o perigo por meio de comportamentos de bravata responsáveis por numerosos acidentes –, encontram, paradoxalmente, o seu princípio no *medo* de perder a estima ou a admiração do grupo, de “baixar a cabeça” diante dos “colegas” e de cair na categoria tipicamente feminina dos “fracos”, dos “medricas”, dos “maricas”, dos “paneleiros”, etc. [...] A virilidade, como vemos, é uma noção eminentemente *relacional*, construída diante dos e para os outros homens contra a feminidade, numa espécie de *medo* do feminino, e antes de mais em si próprio. (BOURDIEU, 1998, p. 44, 45)

Apesar de tudo isto, em *Marginais*, a reprodução de estereótipos de masculinidade normativa é problematizada e desconstruída. Em vista disso, alguns dos membros não se subjugam aos padrões da heteronormatividade mesmo que, no início, Sérgio considerasse a homossexualidade como “um pecado sem perdão” (ROCHA, 2010, p. 26). Apesar disso, como ressaltado por Mário César Lugarinho:

Nas memórias de Sérgio, Fusco é personagem que ocupa lugar privilegiado por sua ousadia, pelo poder de sedução e por suas performances desafiantes frente aos dispositivos de repressão com que se depara. Sérgio nunca rejeitou Fusco, pelo contrário, além da amizade, ambos passaram a compartilhar suas intimidades. Em *Marginais*, a prática sexual é naturalizada, inclusive a homossexual. (LUGARINHO, 2012, p. 221).

Como constatado, a personagem Fusco é capaz de perpassar brilhantemente as fronteiras culturalmente definidas entre os gêneros coadunando simultaneamente características consideradas viris e femininas. No início da narrativa Fusco é descrito como um homem homossexual que, para ganhar o seu salário, desenvolve um trabalho pesado descarregando caixas de mercadorias. Ao mesmo tempo, nas atividades empreendidas pelo grupo, Fusco mostra-se destemido e colabora nas façanhas da gangue, inclusive nas mais truculentas, demonstrando um certo sadismo e sede de vingança. Neste sentido, Sérgio confessou:

Eu admirava o comportamento de Fusco. Rebolava a polpa obstinadamente, mas era arrojado. Quando partilhei com ele a ideia de nos vingarmos dos dois homens, ele prontificou-se. Era como se tivesse transformado numa fera, um mutante que se libertava das peças de roupa feminina e da fragilidade de mulher para vestir a roupagem de uma fera ferida na sua dignidade (ROCHA, 2010, p. 154).

Conseqüentemente, a personagem Fusco alterna com maestria comportamentos associados com a virilidade, com o seu jeito amulherado de ser. Embora ao longo do texto seja rotulado como homossexual: Fusco “era uma mulher num corpo de homem” (ROCHA, 2010, p. 79). Por isso, “Fusco gostava de tomar banho com as moças para soltar seu lado feminino e expandir o seu jeito efeminado” (ROCHA, 2010, p. 79). Em vista da sua condição, mais adiante, Fusco chegará a substituir-se com a esperança de pagar as operações necessárias a conformar o seu corpo com a sua identidade de gênero. Assim, como já apontei em outro artigo:

Fusco é uma personagem decididamente *queer*, capaz de desestruturar paradigmaticamente categorizações de sexo e gênero binárias e – segundo a norma patriarcal – excludentes. Fusco encarnava em si, com grande maestria, uma ‘cornucópia’ de potencialidades existenciais e de gênero. Desde a infância, Fusco foi visto como diferente, sofrendo fases de depressão. Nestes momentos interiorizava a mágoa de sentir-se num corpo inadequado ao seu horizonte de existência ou, melhor dito, num mundo inadequado. Por isso, desafiava as normas e as hostilidades do patriarcado tingindo o cabelo das cores mais fantasiosas, vestindo roupas femininas e usando *piercings* artesanais (GIGANTE, 2018, p. 365).

Por outro lado, neste romance cabo-verdiano Fusco, não é o único a desafiar as normas do patriarcado, mas é apenas uma das personagens *queer* mais preponderantes, efetivamente:

[...] reparara-se a complexidade e a performatividade de outras personagens, como Alcido, apelidado de “Loiro”, socialmente invejado como construção mais emblemática da masculinidade – homem forte, desportivo, mulherengo e socialmente respeitado – que

gerando enorme perplexidade social, será descoberto grávido (ROCHA, 2010, p. 121-123). Mesmo renegando, paradoxalmente, um envolvimento sexual com um homem, a identidade da personagem acaba por desconstruir todas as representações de virilidade e as invejas associadas àquele macho que atraía e sabia lidar perfeitamente com as mulheres. Desde então, a sua alcunha de “Loiro”, tornar-se-á “Branca de Neve” e a personagem começará a trabalhar no cemitério, enterrando para sempre as certezas de perfeição, pureza e universalidade de categorias impostas por uma esquematização de gênero binária e excludente (GIGANTE, 2018, p. 368).

Apesar dessa realidade, os dispositivos repressivos do patriarcado, em *Marginais* mostram-se evidentes. Neste sentido, no livro encontramos também numerosas representações de preconceito homofóbico. Mirinha, amigo do protagonista, chegará a suicidar-se a por causa da discriminação e da recusa paterna, escrevendo uma carta que impetrava compreensão:

Sou homossexual, a sujeira que entrou na sua casa mas não sei viver de outra maneira. Quero que saibas que eu não virei homossexual, nasci assim. Por isso, meu pai, para que não sintas mais humilhação e porque não sei viver de outra maneira, vou matar a cabeça. Talvez num outro mundo eu possa ser mais compreendido tal como sou. Sou capaz de aguentar as troças, a fofoca da vizinhança, mas não posso viver sem a tua bênção! Perdoame por ter nascido gay. Adeus para sempre (ROCHA, 2010, p. 118).

Nesta derradeira epístola deixada como desesperada herança a Sérgio antes de falecer de *overdose*, Mirinha confessa o seu sofrimento em relação à ostracização social, não aguentando a quebra dos seus laços familiares mais próximos, relacionada com o “incumprimento das expectativas vinculadas à ideia de masculinidade” (GIGANTE, 2018, p. 367). Através do presumivelmente involuntário neologismo “homossexual”, Mirinha ostenta incerteza na definição da sua identidade “nomeada através do solecismo de um termo em que não conseguia se inscrever. Nessa dificuldade terminológica evidencia-se um silenciamento representativo que oprime a personagem, levando-a ao apogeu da derrelição” (Idem).

Além disso, o texto desperta a atenção sobre torturas praticadas contra os homossexuais. Nele é citada uma violenta prática que se apresenta como suposta “terapia reparatória”, que obrigaria Fusco a sofrer impulsos elétricos que, segundo um pseudomédico chamado Doutor Melício, inibiriam a sua natureza homossexual. Assim, Fusco, não entendendo as intenções do charlatão, “constatou a demência do médico e a boçalidade do patriarcado” (GIGANTE, 2018, p. 366) que, espalhando ódio e intolerância, chega a condenar seres humanos com base nas próprias características inatas, nos próprios gostos e nos próprios sentimentos. Por isso, defenden-

do-se desta barbaridade, Fusco presenteia o leitor com a sua singela sabedoria afirmando: “Cada um é o que é. O doutor gosta de queijo e eu gosto de doce, o doutor gosta de mulheres e eu gosto de homens” (ROCHA, 2010, p. 80).

Por outro lado, o amigo Sérgio, crescido nesse mesmo contexto social patriarcal e heteronormativo, desenvolve desde cedo uma enorme sensibilidade em relação aos outros, uma sabedoria dos excluídos que o levaria a abraçar os outros oprimidos clamando contra um mundo que os quer divididos, manipuláveis, inimigos e fracos. Assim, no dia em que Fusco embarcou-se em um iate de turistas, desaparecendo pelo mar sem despedidas, o protagonista dedicou ao amigo um pensamento que ecoa como um grito de esperança. Uma alternativa de libertação humana, além daquele isolamento existencial que coartava a sua essência:

Torço para que sejas feliz do teu jeito, que sejas a mulher que a natureza defraudou, que consigas rebolar sem complexos, que sintas liberto dos preconceitos, que obtenhas aqueles longos e fartos seios com que sempre sonhaste, que desfiles em alguma manifestação envolto numa bandeira gay, travestido de mulher com longas pestanas e botas até ao joelho como sempre sonhaste, que vivas em plenitude a tua homossexualidade, nas ruas de Sidney, em algum cabaré de Amsterdão, mas vivas até morrer! (ROCHA, 2010, p. 209).

Por outro lado, antes desta fuga, no findar da narrativa, Beto, um dos *Pitboys*, muda repentinamente. Ao longo da história, a personagem não mostra nenhuma particular inclinação religiosa. Porém, após um terrível acidente, “ele tinha entregue a sua alma a uma dessas igrejas que vendem a cura e sugam os bolsos dos ingênuos” (ROCHA, 2010, p. 188). Esta vocação extemporânea veio a surpreender Sérgio: “Quem diria que o primo de olho torto, fornicador de bestas, vacas e galinhas, o catador de tocos de cigarro [...] tornar-se-ia no irmão Beto engravatado que só falava brasileiro?” (ROCHA, 2010, p. 208). Efetivamente, Beto, como os outros *Pitboys*, tinha experimentado várias facetas de transgressão, nascendo em um contexto de privação em que as tentativas moralistas colidiam com a realidade fátual. Beto não tinha nascido em uma conjuntura privilegiada e tinha convivido com as contradições do mundo. Porém, após a sua conversão, ludibriado pelos dogmas, tinha chegado a demonizar os seus amigos. Primeiramente, a sua inquisição abateu-se contra Mirna, mulher que tinha sido sua namorada. Expulsa pela mãe, morando na rua numa situação de indigência, a jovem tinha começado a prostituir-se para sobreviver, ficando grávida. Assim, como relatado por Sérgio:

Beto Vesgo e o seu pastor, escoltados por um grupo de fíéis e curiosos à mistura, apareceram armados de gravata e Bíblia, para expulsar os mil demónios das entranhas da jovem

endemoinhada que, com menos de vinte e dois anos, parecia uma velha decadente, Irmã, essa barriga inchada quer dizer que estás grávida de mil demónios e estamos aqui para expulsá-los, disse Beto no seu jeito torto de olhar. Malcriado como eu era, mandei que se afastassem dela e que fossem para o inferno com as suas crenças. Quando a levavas para a cama, não te lembravas que ela tinha demónios. Se há alguém que está prenha de demónios és tu, parvalhão. Beto já tinha tentado fazer o mesmo com Fusco. Dizia que Fusco tinha um espírito de mulher cangado nele e só um milagre divino poderia libertá-lo. Homem que é homem não deixa ser enrabado, mas o Senhor tem poder! (ROCHA, 2010, p. 189)

Neste trecho, evidencia-se o ódio e o preconceito alimentado por fanáticos religiosos que se apresentam como donos da verdade. Assim, querendo julgar o resto da humanidade através de práticas histriónicas e inquisitórias, relembram as páginas mais tenebrosas da história da humanidade. Assim, usando ilegitimamente o próprio cristianismo – religião que predicaria a fraternidade – como justificação da própria intolerância, ignorância emotiva e falta de empatia, outorgam-se uma autoridade moral amiúde inconsistente e inconsequente.

Neste mesmo sentido, destaca-se a figura do Doutor Apolinário, advogado da ilha. Esta autoridade civil, envolvida na política local apresenta-se constantemente como censor moralista. Por exemplo, após da morte de Mirna, o advogado não se deteve de manifestar a sua oposição à sepultura da mulher no cemitério municipal, julgando-a pecadora. O advogado, sempre aliado dos vencedores, era pronto a julgar e condenar com altivez os “outros”, impondo-se como integérrimo exemplo de integridade e moralidade. Por outro lado, no desenlace da narrativa, a cónjuge encontra o exímio advogado na cama com o seu chofer. Assim, preocupado pela sua fama, mata-se. Neste momento Sérgio, grande inimigo do Doutor afirma: “A riqueza e a reputação, adquiridas de forma desonesta, são como um cubo de gelo brilhando numa manhã ensolarada. Chega o meio-dia e só resta a lembrança” (ROCHA, 2010, p. 213).

Por outro lado, apesar da estrutura patriarcal e da violência machista dentro deste contexto, emergem algumas figuras de mulheres empoderadas e combativas. Em *Marginais* é apresentada uma mulher chamada Lena, particularmente independente e emancipada. Durante o período em que Sérgio começa a alugar a sua morada a jogadores, ele conhece e observa atentamente esta mulher atraente. Lena, com vinte anos, passava o seu tempo livre jogando cartas com os homens, que derrotava frequentemente. Era uma jogadora profissional de batota e *tchintchôm*. Nunca se deixava enganar, guardando o seu dinheiro nas cuecas e no sutiã e reclamando com os indivíduos que espiavam “onde não fossem chamados”, particularmente com o jovem Sérgio (ROCHA, 2010, p. 65). Este detalhe fazia enlouquecer o protagonista,

que apreciava também a sua coragem e ousadia: “Jogadora impulsiva como era, Lena ganhou o respeito dos homens desde o dia em que deu uma surra num médico político que lhe tinha recusado uma consulta” (ROCHA, 2010, p. 138). Descrita como briguenta e malcriada, Lena tinha atitudes masculinas, trabalhava como ajudante pedreira e vivia uma vida afetiva independente. Lena era muito forte e “senhora de si”. Desse modo, não dependendo de nenhum homem, ao longo da narrativa abre um quiosque chamado “tasquinha russa”, muito célebre na ilha. Um dia, assim, Sérgio descobrira que o nome do bar era motivado pelos seus “pentelhos ruços”, adorados e espreitados furtivamente durante anos (ROCHA, 2010, p.194). Podemos destacar que Lena era temida no meio masculino e nunca se preocupou em cumprir com os papéis familiares socialmente atribuídos às mulheres. Portanto, Lena recusa vigorosamente cumprir com as expectativas associadas ao feminino, ganhando o próprio salário através do trabalho pesado de ajudante pedreira e desafiando violentamente os homens. Além disso, em contextos exclusivamente masculinos, não se envergonhava em mostrar a nudez do próprio corpo defendendo-se pessoalmente dos olhares indesejados.

Outra personagem feminina, embora fisicamente aleijada, mostra a sua autonomia em relação aos preceitos machistas. Zefa Manquinha, lojista mutilada de uma perna, satisfazia os seus desejos sexuais mediante um pau. O objeto, chamado maliciosamente de “avantajado marido” pelos *Pitboys* (ROCHA, 2010, p. 50), colidia com o ideal, patriarcalmente imposto, de castidade feminina e tornava-se intolerável naquele contexto em que, no âmbito sexual, o prazer é considerado como uma prerrogativa masculina. Portanto, este episódio de “autoerotismo feminino” será motivo de escárnio por parte dos adolescentes que resolveram subtrair o “consolador artesanal” (GIGANTE, 2018, p. 359). Assim, este falo converter-se-á num pretexto para os *Pitboys* extorquirem ingentes quantidades de licores da loja da mulher, aproveitando-se dos seus problemas de motricidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isto posto, apesar das numerosas contradições, no romance encontramos muitas personagens que fogem aos esquemas binários culturalmente impostos, não encontrando uma representação em rótulos de gênero socialmente fixados ou numa orientação sexual determinada dado que, na narrativa, apresenta-se como fluida. Assim, como já constatado:

A constante ambiguidade na demarcação de uma fronteira entre homossexualidade e transexualidade, patenteia, assim, na obra *Marginais* a existência de identidades *queer* que não conseguem espelhar-se e identificar-se em categorias terminológicas estandardizadas. Mesmo assim, esse livro, apresentando as ruínas de um distópico contexto patriarcal, sabe mostrar, em terra africana, personalidades que fogem dos dogmas ficcionalmente naturalizados dentro de um esquema onde o gênero é considerado binário. Nesse sentido, o fluir da narrativa ressalta as imensas potencialidades existenciais para além do masculino e do feminino. (GIGANTE, 2018, p. 368).

Na amostra destas evidências, desvendando um panorama vivencial preeminentemente distópico, esta narrativa cabo-verdiana sabe apresentar algumas contradições do nosso mundo favorecendo, através do necessário distanciamento crítico, uma visão empírica de algumas características humanas que perpassam culturas, fronteiras, horizontes e oceanos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço pelo constante apoio a minha orientadora Professora Alva Martínez Teixeira. Além disso, agradeço a minha querida Professora Serena Romagnoli que me deu conselhos sobre este texto antes de deixar este mundo. Por outro lado, agradeço a Professora Ana Mafalda Leite e o Professor Mário César Lugarinho que me aconselharam este livro. Neste sentido, agradeço a Professora Mariana Cunha Pereira, a Professora Adriane Melo de Castro Menezes e a Professora Cleane Nascimento para a oportunidade de divulgar uma análise desta obra. Agradeço, com grande afeto, Miguel Ângelo Cunha Velho, Luciana Inhan e Aline Silva que revisaram o artigo. Agradeço também a Universidade Federal de Roraima pela organização do congresso e a Universidade de Lisboa pelo incentivo e pelo financiamento da pesquisa mediante o programa de bolsas de Doutorado da Universidade de Lisboa - BD 2017.

REFERÊNCIAS

BORGES, Sónia Vaz. **Amílcar Cabral**: Estratégias políticas e culturais para a independência da Guiné e Cabo Verde. Dissertação de Mestrado, Lisboa: FLUL, 2008.

Disponível: <http://repositorio.ul.pt/jspui/handle/10451/411> Acessado em: 23/07/2018.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina** [1998]. Tradução de Miguel Serras Pereira. Oeiras: Celta, 1999.

GIGANTE, Matteo. Um olhar comparativo entre duas margens do Atlântico: um estudo sobre as masculinidades em Capitães da Areia, de Jorge Amado (Brasil) e em Marginais, de Evel Rocha (Cabo Verde)”, **REVELL**, v. 2, n° 19, maio - agosto de 2018, p. 342 – 371. Disponível: <http://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/2829/pdf>. Acessado em: 25/11/2018.

LUGARINHO, Mário César. Em Cabo Verde, os Marginais, de Evel Rocha: justiça social e gênero. **Via Atlântica**, N. 22, p. 219-223, São Paulo, dezembro 2012. Disponível: <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/51699/55763> Acessado em: 24/10/2018 NHA Fala. Direção de Flora Gomes, Portugal, França Luxemburgo: Pierre Grise Distribution, 2002, (90 min.), son., cor.

ROCHA, Evel. **Marginais**. Praia: Gráfica da Praia, 2010.

ARTIGO

REPRESENTAÇÕES SOBRE O NEGRO E A ÁFRICA NA OBRA LITERÁRIA ROBINSON CRUSOE, DE DANIEL DEFOE

Neste artigo pretendemos demonstrar como o discurso na literatura, por vezes, pode contribuir para uma construção imaginária e ideológica sobre um determinado tema. Para tal demonstração, analisaremos a obra *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, publicada em 1719, século XVIII, que recebeu ao longo dos dois séculos seguintes críticas e atenção do público tornando-se um clássico da literatura inglesa.

Nesse romance, é possível encontrarmos uma construção do que é ser “civilizado” e do que é ser “selvagem”. Ambos os adjetivos se conjugam com os substantivos referentes aos quais estão os praticantes da ação de dominação e os de submissão, respectivamente. Os ditos civilizados são os europeus (ingleses, espanhóis, portugueses e franceses) e os ditos selvagens são os “outros” (mouros, negros e índios – também denominados pelo autor de silvícolas e aborígenes e/ou canibais).

O século XVII, mais precisamente o ano de 1651, é o período em que se passam as aventuras de Robinson Crusoe, personagem europeu, inglês, que não gostava da vida tranquila que levava preferindo aventurar-se pelo mar. Ao iniciar sua vida de marinheiro, com muitos atropelos, quase reconhece ser verdade as palavras de seu pai que o amaldiçoou por sua opção. É este o aspecto religioso que o autor de formação calvinista deseja fazer transparecer na obra, afinal tudo se passa no século em que as lutas religiosas na Inglaterra marcavam os destinos de milhares de pessoas, tendo em vista que a religião definia o modo de vida.

O cenário mundial em que as aventuras de Robinson Crusoe se desenvolvem é o da colonização ibérica (Portugal e Espanha) e, em seguida, a colonização europeia (inglesa, francesa e holandesa). Percebe-se isto, no texto, através das informações que o autor vai desenvolvendo com as aventuras de Robinson Crusoe em torno da costa africana e da região do Caribe e, em seguida, das suas opiniões sobre os demais povos, inclusive europeus. Também está presente nas entrelinhas daquele período a transumância dos navios entre o Atlântico, Pacífico e o Caribe, parte do cenário utilizado por Defoe em sua trama.

* Centro de Ciências Humanas/CCH/UFRR. Prof^o no Curso de História. E-mail: marianac.pereira@ufr.br

O empreendimento dos espanhóis e portugueses durante a expansão marítima era o de conquistar novas terras, escravos e riquezas materiais - uma busca inverossímil pelo ouro e pelo lucro. Para tanto, conquistaram terras e dizimaram milhões de nativos, desconhecaram religiões nativas, deram novos nomes a lugares e pessoas desrespeitando seus processos sócio-culturais e contribuíram com os deslocamentos forçados. A frustrante tentativa de implantar em suas colônias um modo de produção baseado na mão-de-obra indígena escrava fez com que passassem a dominar outros povos, e, por conseguinte criassem tráficos de africanos na condição de escravos para o trabalho na lavoura, mineração e atividades domésticas. Fato este que se deu com base na resistência e na reorganização do povo africano.

A obra se passa em 1620, sendo o período em que ocorreu a formação das colônias norte-americanas. Segundo Toqueville (2001), no norte, situaram-se os imigrantes calvinistas, que ali chegavam expulsos da Inglaterra pelas perseguições religiosas e políticas. Já o sul, recebeu da Inglaterra outros tipos de migrantes, aqueles que formavam uma massa de indesejados pelo Estado inglês, gente que se propunham a vir trabalhar nas colônias americanas na condição de escravos brancos. Essa mão-de-obra necessária para o desenvolvimento das colônias de extensas plantações implicou num processo de acumulação de capital que veio posteriormente sustentar o tráfico de negros da África (Cf. 2001).

Assim, percebemos no romance a descrição da conjuntura sócio política e econômica do mundo nos setecentos, a partir das grandes viagens que se realizavam na expansão marítima. Segundo a nota bibliográfica: "... o romance, como já dissemos, era um gênero quase inexistente no começo do século XVIII" (1947: III/ nota bibliográfica), isto inaugura um estilo literário: em uma época de ínfimo poder de comunicação. Sua narrativa sobre "gentes" e lugares torna-se um importante instrumento de divulgação sobre o novo mundo. Permite pensarmos que a obra contribui com uma construção de imagens dos povos, seus costumes e caracteres, além de criar uma cartografia imaginária do Novo Mundo.

A narrativa atribuída ao personagem central é também um exercício para compreendermos como se dá no pensamento inglês a busca pelo poder, a sua relação de alteridade com outros europeus e com povos do Novo Mundo, já que no século XVIII, quando o livro foi lançado, "...a Inglaterra já havia adquirido, de direito, possessões no Caribe, às custas da Espanha ou da França." (1994, p.149).

A própria narrativa do protagonista aponta que a ilha, na qual ficara prisioneiro por vinte e oito anos, situa-se na região do Caribe - o que lhe favorece a possibilidade de vir a ser encontrado por navios europeus, uma vez que aquela região, de posse espanhola, estava sendo disputada por ingleses, franceses e holandeses.

Além de retratar a descoberta do Novo Mundo e o modo dos europeus tratarem os povos desses lugares, a interpretação que o protagonista faz dos outros europeus em especial dos espanhóis, também nos fala de alteridade:

Contou-me Sexta-feira [nome dado ao nativo] que, a grande distância, além da lua – isto é, a oeste de sua terra – viviam homens brancos e Barbados como eu – e apontou-me para as grandes suíças – os quais tinham matado muito homem, conforme dizia. Compreendi que se referia aos espanhóis, cujas crueldades avassalaram nações inteiras e eram recordadas através das gerações. (1974. p. 168)

Com isso, Defoe reforça a história reconhecida de que os espanhóis são intolerantes quanto à religião, e feitores de atrocidades por todas as colônias das Américas. Nessa relação de alteridade com os espanhóis o autor vai construindo seu protagonista a base do que deve ser pensado sobre os ingleses, como o legítimo colonizador, dado que sua tolerância e seu espírito evangelizador são evocados tanto para confraternizar-se com os mais diferentes credos, quanto no papel que vai desempenhar com Sexta-feira, o nativo que se torna seu companheiro na ilha.

Retomaremos um pouco do romance para que possamos situar a questão aqui tratada – o apoio implícito do autor a um projeto hegemônico de colonização – a partir de uma narrativa que constrói imagens de gentes e lugares dos quais pouco ou nada se conhecia e das relações de subjetividade e negação da alteridade presente entre si.

Robinson Crusoe era um inglês impetuoso, não temente a Deus, que estava a passar provações. A cada viagem uma situação de naufrágio, de enclausuramento e de perdas materiais faz com que vejamos no personagem principal um homem forte e decidido, herói e engenhoso, capaz de perdoar e conviver com o diferente. O autor entra em confluência com a emoção daqueles, que pela fé, se consternam com o sofrimento do personagem da história, até que este vá aos poucos cedendo lugar a um homem de credibilidade na providência divina, e ao mesmo tempo transpareça sua postura autoritária, individualista e pronta ao papel de dominação/colonização.

Na sua terceira viagem, Robinson Crusoe sofre um naufrágio que o deixa sozinho em uma ilha deserta, sendo esse o momento em que o autor trabalha as imagens do homem branco e civilizado como desbravador, engenhoso, perseverante e criativo. Posteriormente, suas características mais virtuosas na relação com o “outro” – o nativo – são: a piedade, a tolerância, o espírito catequizador e a “natural” vocação para dominar. Quando se depara com a oportunidade de se relacionar com outros europeus, também assume e exerce dominação, mas em outros termos, no sentido

de ser o legítimo colonizador, e não o ser superior como o faz na relação com os nativos do novo mundo, neste caso, então, a relação de alteridade se faz por outro caminho que tem como virtude à amizade, sinceridade e o espírito libertador.

Ao falar do cotidiano do inglês na ilha deserta, Defoe não o toma por um homem desolado, moribundo, sem perspectiva, abatido e desfigurado. Ao contrário, o homem que senta à mesa para jantar é um inglês, senhor de grande poder e domínio absoluto. Ele próprio assim se define:

Os que me vissem sentar à mesa para jantar, rodeado de minha pequena família, não poderiam deixar de sorrir. Eu era o rei, o príncipe e o senhor de toda a ilha. Às vidas de meus súditos estavam em minhas mãos. Podia enfocar, esquarterar, libertar e prender sem que nenhum de meus vassallos se rebelasse! Era de ver como eu jantava com a dignidade de um rei, sozinho, assistido por meus criados! O louro, meu favorito, era o único que me podia falar. O cachorro, já velho e caduco, sem descendentes, sentava-se sempre à minha direita. Dois gatos, um de cada lado da mesa, ganhavam de vez em quando o especial favor de um lambisco.” (1974, p.123).

O quadro que Defoe descreve ao retratar Robinson Crusoe à mesa com seus companheiros de estadia na ilha (um papagaio, um cachorro, um escravo - Sexta-feira) é de um rei e seus súditos. E, embora a corte de Crusoe tenha sido composta por animais de estimação e pelo seu escravo, todos estão postos em lugares simbolicamente situados na hierarquia de respeito, fidelidade, companheirismo e submissão. Sendo que o autor transporta a todos, os sentimentos e caracteres humanos necessários para a relação humanizada, simbolicamente criada. Porém, o importante é que se prevaleça à idéia de superioridade para com os demais.

Quanto ao escravo e companheiro, Sexta-feira, o tem na condição de um ser inferior, desprovido de qualquer sentimento religioso, cristão, além de baixo grau de raciocínio, embora a descrição física contenha certo requinte e beleza. A condição de inferioridade do mouro é registrada por este não saber falar inglês, pelo seu total desconhecimento com armas de fogo, embora soubesse manejar muito bem uma espada, por sua prática canibal e, até mesmo, pela forma como se porta diante de Robinson Crusoe ao demonstrar agradecimento por ter-lhe salvo a vida.

Podemos dizer que a parte mais densa do romance está nos vinte e oito anos que Robinson Crusoe passa na ilha, pois há riqueza nas descrições de subjetividade e das relações de desrespeito a alteridade. Sendo esta provinda da relação inglês-mouro e inglês-espanhóis, ou seja, na construção dos diálogos entre esses sujeitos, ou ainda, na apreciação que um faz do outro. Mesmo não havendo troca de palavras entre estes, vive-se à negação da alteridade nessas relações.

É na segunda viagem que Robinson Crusoe realiza que este se torna escravo de um mouro. Ao relatar sua fuga descreve como vê e interpreta a costa da África e seus habitantes. São esses relatos que subsidiam nossa hipótese, qual seja, a de que através do protagonista, Defoe, constrói uma imagem do negro e do continente africano correspondente ao modo etnocêntrico do europeu vê os “outros”. Com esses relatos podemos captar a construção subjetiva da relação: europeu-mouro; europeu-negros da costa da África; o olhar do europeu sobre aspectos geográficos e humanos da África e também o episódio de quando Robinson Crusoe chega aos “Brasis” e aceita a empreitada de traficar negros da costa da Guiné.

Quando Crusoe torna-se escravo de um mouro, na sua segunda viagem marítima, ele arquiteta e implementa uma fuga após ter conquistado a confiança do amo que lhe permitiu sair sozinho no seu barco para pescar. Suprindo, assim, o barco de provisões suficientes Crusoe se desfaz de um dos escravos partindo em companhia do outro, o pequeno mouro, Xury. Ambos adentraram pelo mar, não se afastando muito da costa do continente africano, pois sabiam que sua embarcação não tinha potencial para tanto. Robinson Crusoe fornece com essa viagem relatos importantes sobre a costa africana e daqueles que a habitam. Este percurso promove dentro do texto algumas apreciações de geografia física e humana da África, elementos fundamentais para o que almejo aqui inferir. Assim, ele descreve a costa africana:

Segundo meus melhores cálculos, estávamos à altura da região safara e desabitada, a não ser por animais ferozes, que ficam entre os domínios do imperador de Marrocos e as tribos negras. Os negros tinham-na abandonados e foram mais para o sul, com medo dos mouros e estes não se deram ao trabalho de habitá-la, devido à sua aridez. (1974, p. 25).

No relato que vai fazendo de sua passagem pela costa africana, o protagonista refere-se àquela costa como lugar ermo e habitado por horríveis monstros, e quando ali identifica a presença nativa, a partir de seu diálogo com Xury, também os relaciona aos mais terríveis e animais instintos:

Penetramos na enseada à noitinha, resolvidos a ir à terra assim que escurecesse de todo, e explorar a região. Mas logo que se fez noite total, ouvimos latido, urros e uivos tão horríveis, de animais selvagens desconhecidos, que o pobre pequeno só faltou morrer de medo e implorou-me não ir à terra antes do amanhecer.

- Esta bem, Xury –disse eu – não irei, mas talvez vejamos de manhã homens tão ferozes para nós quanto esses leões. (1974, p. 23).

A África, na construção literária de Defoe, abriga homens e animais tão selvagens que nada possuem de diferente, podendo o protagonista esperar de ambos o mesmo tipo de ataque, assim como pensar ou planejar matá-los com a mesma perspectiva de quem faz um bem para a humanidade. Assim, a passagem de Crusoe, pela costa africana nos faz reter na memória a imagem de um lugar inexplorável e de um povo primitivo, segundo a narrativa, se ali todos lutavam pela sobrevivência em um lugar selvagem e rudimentar, não poderia haver diferenças significativas entre a selvageria do lugar e dos habitantes. É assim que vai surgindo a construção imaginária sobre a África deixada por Defoe.

O protagonista também narra um episódio de vago contacto com um povo da costa africana os quais foram-lhe amigáveis e temerosos ao perceberem a Crusoe e Xury na pequena embarcação tão próxima à praia. O encontro com estes se deu por uma troca de acenos e depois pela doação de água e mantimentos, ao que em seguida Crusoe retribuiu matando uma fera (leopardo) que aterrorizava os nativos. Estes, por sua vez, mais agradecidos ainda, doaram-lhe outros mantimentos (milho e raízes) que Robinson e Xury desconheciam. Vemos que ao descrever a concepção homogeneizadora dos habitantes da África, do selvagem maligno, do canibal e do nativo impiedoso que perdura por toda a obra, o autor, através da narrativa de seu protagonista, nesse episódio, se contradiz.

O episódio, que anteriormente citamos, é um dos primeiros do romance e que menos significa o sofrimento e o infortúnio que o protagonista vai passar, no entanto, com esta narrativa o autor já sinaliza o caráter de superioridade técnica e espiritual do colonizador quando diz:

É impossível descrever o espanto daquelas pobres criaturas ao estampido e ao clarão do tiro. Alguns só faltaram morrer de medo e caíram no chão como fulminados pelo terror. Quando, porém viram o animal morto, submerso, e notaram meus sinais para que se aproximassem, tomaram alento e vieram à praia, começando a procurá-lo. (1974, p. 29).

Nesse contacto tão superficial, porém amigável, Robinson Crusoe refere-se ao nativo africano pela sua cor e seu hábito de nudez: "... Quando navegávamos por perto de dois ou três lugares, vimos gente a olhar-nos da praia. Notamos, também, que eram negros retintos e estavam completamente nus." (p. 28).

Além desse episódio de onde se podem retirar os subsídios da interpretação que o protagonista nos leva a fazer sobre o negro e a África, uma outra idéia significativa é quanto à proposta que Robinson Crusoe recebeu de traficar os negros da Costa da Guiné para o Brasil. O acordo de trazer os negros na condição de escravos para os

donos de engenhos não se concretiza devido ao naufrágio que se sucedeu. Não fica claro se Robinson Crusoe absorve a ideia de traficar os negros da África por ser um homem ávido por lucros e negócios e de ter gosto pelas aventuras marítimas, ou se por naturalizar, tanto quanto o faz sobre os índios, a ideia da escravidão a qualquer outro grupo social que não o seu.

Alguns críticos compreendem que no projeto político colonizador de Defoe não há uma defesa da escravidão negra, argumentam isto se valendo do fato de que na segunda parte da obra há o retorno de Robinson Crusoe para visitar a colônia que nascera a partir da ilha, e que em nenhum momento o protagonista recomenda para o povoamento da colônia que para lá sejam levados à condição de escravos os negros africanos.

Parece-nos pouco relevante tal argumento, visto que a colônia nasceu a partir da presença dos espanhóis e dos que para lá foram ou por livre vontade ou na condição de degredados/escravos, principalmente escravos indígenas. Também, não nos parece significativo discutir a justificativa de que o personagem seja ávido por lucro ou não, e que isto defina se ele é a favor ou contra a escravidão negra, uma vez que esses aspectos se correlacionam. Pois o ato de escravizar, por si só, já pressupõe uma relação com o “outro”, concebendo-o como coisa a ser comercializada ou para obter-se lucro. Neste mesmo sentido, a crítica, que não considerou o romance como transmissor de uma defesa implícita da mão-de-obra escrava negra, certamente não captou que tanto o índio como os africanos foram colocados no lugar de objetos nessa narrativa, ou seja, foram descritos implícita ou explicitamente como selvagens, indolentes e atrasados. O romance tornou-os invisibilizados e homogeneizados como uma só gente, fazendo parte, assim, de uma só descrição física da natureza exótica e “bárbara” da África.

Há, ainda, outro elemento significativo de argumentação da nossa hipótese, quanto ao apoio do autor a um projeto hegemônico de colonização, que está presente na relação entre Robinson Crusoe e seu escravo Sexta-Feira. É quanto ao nome de origem do nativo seu companheiro na ilha. Numa posição de dominação, o protagonista confere o nome de *Sexta-feira* ao nativo feito escravo, tal qual todo colonizador o fez com os povos conquistados, atribuindo, então, aos autóctones nomes de santos católicos, ou alguma outra deferência da cultura do colonizador.

Através de seu personagem, Defoe, desconsidera ou ignora o fato de que em várias tradições africanas, por exemplo, a atribuição do nome diz respeito ao nome de origem ancestral. Ilustramos muito bem esta constatação com Evans-Prithch. Pois ele, ao estudar os Nuer, povo do Sudão, noroeste da África, explica-nos que o nome

é para os Nuer resultado de uma relação sobrenatural pela qual lhes é soprado por entes sobrenaturais, uma origem divina que o liga às gerações passadas, dando-lhe uma existência em movimento espiral.

Notamos, assim, que a colonização se traduz em atitudes de negação a diversidade e a alteridade, com conseqüências que marcaram as relações sociais de tal forma negativa que até hoje, cinco séculos depois, ainda se configuram pela intolerância étnica racial.

REFERÊNCIAS

BLOOM, Harold. **Shakespeare: a invenção do humano**. Tradução: José Roberto O'shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

BONICCI, Thomas. **O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura**. Maringá: editora da UEM, 2000.

BOSSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

DEFOE, Daniel. **Robinson Crusoe**. Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre: W.M.Jackson inc, 1947.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Os Nuer**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

ROCHA, Antonio Penalves. **Robinson Crusoe: a conquista da América na ficção. América ficção e utópias**. São Paulo: Edusp, 1994. p .165 – 162,

STEIN, Stanley J. e Stein, Barbara H. **A Herança colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica**. 4ª ed., Rio de Janeiro:Paz e terra, 1977.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. **A Democracia na América: leis e Costumes**. Tradução: BRANDÃO, Eduardo. Livro I, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ARTIGO

**UMA RELEITURA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA¹
[1964-1985] NAS PÁGINAS DE CINZAS DO NORTE, DE MILTON
HATOUM**

INTRODUÇÃO

O romance de Milton Hatoum, *Cinzas do Norte*, lançado em 2005, retrata a realidade de violência no Estado do Amazonas e na cidade de Manaus no início da ditadura militar brasileira, ocorrida entre 1964 – 1985. O escritor amazonense mostra, por meio das vidas de Raimundo, conhecido como Mundo, e de Olavo, chamado de Lavo, uma triste realidade da capital amazonense e do interior do Estado.

Hatoum explora temas que até há pouco, supúnhamos não mais existirem, como o uso da violência física, da violência moral e da violência simbólica nas escolas durante a vigência do golpe militar, a censura aos meios de comunicação e os crimes e abusos cometidos pelas autoridades militares. Suas críticas se estendem também a temas atuais como a condição de miséria e vulnerabilidade em que vivem milhões de pessoas Brasil afora, o trabalho rural desumano, não raras vezes análogo ao trabalho escravo, a prostituição infantil, a violência doméstica, a aversão aos imigrantes etc.

Com o objetivo de mostrar que a literatura, por vezes, faz denúncias e críticas a violações ocorridas no ambiente narrado, este trabalho pretende evidenciar como os direitos – de toda uma população – foram negligenciados na Manaus das décadas de

* Acadêmica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas. Membro do Grupo Interdisciplinar de Estudos da Violência (GIEV-UEA). E-mail: adt.dir@uea.edu.br

** Professor Adjunto II da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Pesquisador-líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos da Violência. Professor do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da UEA. E-mail: dorlimarques@yahoo.com.br.

¹ No presente trabalho usaremos a expressão “ditadura militar” para que haja maior concordância com a Literatura de Milton Hatoum. Contudo, a expressão “ditadura civil-militar” é a forma como a História, a Sociologia, a Ciência Política e outras têm se referido ao período. Essa nova forma decorre da constatação de que o golpe de 64 foi urdido por parte da elite econômica brasileira, apoiada pela quase totalidade da grande mídia, pela ala mais conservadora da Igreja Católica e por quase todos os comandantes das Forças Armadas do Brasil, exceto pelo comando do Sul que pretendia se manter fiel a Goulart. Portanto, afirmar que ela foi civil e militar é uma forma de denunciar o apoio desses setores da sociedade ao golpe.

1950 a 1970, violações estas que ocorrem até os dias atuais. A seguir serão discutidos alguns dos temas trazidos em *Cinzas do Norte*.

O ENSINO NA DITADURA MILITAR

O romance tem início no começo da ditadura militar, em 1964. Mundo e Lavo, protagonistas desta história, estudam no colégio Dom Pedro II, comandado por militares que exigiam dos alunos a disciplina dos quartéis e a crueldade de uma guerra, conforme se vê nos trechos que seguem:

As regras disciplinares o transtornavam; mesmo assim, o desleixo da farda e do corpo crescia, enraivecendo os bedéis: cabelo despenteado, rosto sonolento, mãos sujas de tinta; a insígnia dourada inclinada na gravata, o nó frouxo no colarinho, ombreiras desabotoadas. Ele usava uma meia de cada cor, arregaçava as mangas, não polia a fivela do cinto. (HA-TOUM, 2010, p. 10)

No trecho transcrito, constata-se como Mundo encontrou uma forma de se rebelar contra a rígida disciplina exigida pelos militares no colégio Dom Pedro II, Mundo representa, no livro, pessoas que fogem dos padrões, pessoas que enxergam na liberdade de expressão uma forma de mudar o mundo, mudando primeiro o ambiente ao seu redor.

No livro *1968 - Eles só queriam mudar o mundo*, os autores Regina Zappa e Ernesto Soto (2012) traduzem este sentimento de mudar o mundo presente nos jovens logo na apresentação da obra:

A onda de rebeldia que percorreu o globo em 68 foi inspirada de um lado, por reivindicações específicas de cada realidade nacional - no Brasil, a luta contra a ditadura militar, impulsionada por um sentimento libertário contra o opressivo autoritarismo que permeava as relações no interior das famílias, nas escolas e universidades, nas empresas e na vida cotidiana dentro de uma sociedade de consumo e comunicação de massas que sofria a doença de uma deformada prosperidade. (ZAPPA; SOTO, p. 13, 2012)

Existem normas rígidas quanto à higiene pessoal e ao estado do fardamento, que deve estar sempre limpo e completo. O cabelo das meninas deve ser usado preso em coque e o dos meninos cortado no “estilo militar”, com máquina dois no pé e três no topo. Menino com cabelo grande demais volta para casa e só retorna às aulas depois de uma visita ao barbeiro. Além de manter posição durante o início da aula e cantar o hino diariamente, os alunos devem bater continência para os comandantes e superiores, assim como para os alunos que tiram as melhores notas, considerados “oficiais” da sala. (VILLAR, 2016)

Apesar de aparente retrocesso, a comunidade civil apoia a manutenção e implementação de escolas comandadas pela polícia e pelas forças armadas, pois apresentam bons resultados acadêmicos e bom índice de aprovação em universidades públicas. Apesar dos números, o relato da ex-aluna, Nathane do Valle, de que a disciplina excessiva dificulta o desenvolvimento crítico, é preocupante:

Segundo Nathane, havia controle pedagógico sobre o conteúdo de certas disciplinas. “No ensino médio as disciplinas de sociologia e filosofia eram ensinadas por soldados. Eles entravam fardados e em vez de explicar as teorias, eram aplicados os valores deles, prender e matar bandido, quem estuda vai se dar bem na vida. Eram palavras meio abusivas”, lembra. (VILLAR, 2016)

Os rigores disciplinares não foram a única forma de intervenção militar na educação brasileira. A ditadura introduziu no ambiente escolar “esportes” que eram, de fato, verdadeiros campos de batalha, lembrando, inclusive, os coliseus romanos.

Jogos da Arena era um torneio de luta livre num círculo de areia suja. Nas tardes de sábado, o professor de educação física sorteava os participantes entre veteranos e calouros. Os estudantes do Dom Pedro II cercavam o areal, e, na calçada, alunos de outros colégios e soldados de folga assistiam ao espetáculo pela grade, torcendo e se divertindo, como se fossem bichos fora da nossa jaula. Aos poucos os lutadores perdiam o medo, ficavam ferozes, competiam que nem animais acurralados.

Num desses torneios morreu Chiado. Seu adversário, um veterano do último ano, foi tão aplaudido que nem notou a cabeça engastada nas barras de ferro. Ergueu os braços vitoriosos enquanto o outro sangrava; alguém soltou um grito, ele virou o corpo e deparou com os olhos fechados de Chiado. Com mãos de gancho separou as barras, a cabeça esmagada caiu, e vimos a boca ensanguentada e depois o corpo sendo carregado até o professor.

[...]

Em novembro, depois de um processo que não deu em nada, o veterano foi expulso do Dom Pedro II, os jogos recomeçaram, ainda mais violentos: lutadores que prometiam vingança e apontavam as barras de ferro retorcidas, evocando a valentia do amigo punido, e os covardes que se cuidassem. (HATOUM, 2010, p. 11)

A crueldade trazida nas páginas do livro *Cinzas do Norte* quanto aos Jogos da Arena, mostram-nos como a violência era estimulada nas escolas, como as pessoas eram influenciadas a assistirem e a apoiarem algo tão bárbaro. A indiferença com a morte de um aluno revela-nos que a vida não era direito fundamental do governo brasileiro daquela época.

A banalização da violência trazida em *Cinzas do Norte* também se faz presente nos dias de hoje. Os estudiosos - psicólogos - fazem menção à atuação da mídia,

principal disseminadora das notícias sobre violência nas palavras de Oliveira e Martins (2006):

Para o *Jornal de Psicologia*, (Conselho Regional de Psicologia [CRP], 2000), a violência traz consigo um caráter permanente, e coloca duas questões: ao mesmo tempo em que provoca um estado de freqüente temor, por outro lado, ela se banaliza. Os meios de comunicação apresentam-se como poderosos instrumentos que contribuem e promovem essa banalização da violência, utilizando-se do arsenal de crimes, com o único objetivo de sustentar e aumentar sua audiência como a venda de publicações, levando a uma diluição, ao esvaziamento do que o conceito de violência implica efetivamente. A banalização da violência pelos meios de comunicação é mencionada também pelos alunos de escola pública que participaram de pesquisa realizada por Candau (2001). A autora chama a atenção para o desenvolvimento de uma cultura da violência, “que se alastra e favorece todo um processo de banalização e naturalização de diferentes formas de violência” (p. 146) (OLIVEIRA; MARTINS, p. 92-93, 2006)

Além do trabalho das psicólogas supracitadas, o escritor e estudioso da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Muniz Sodré, também aponta os meios midiáticos como um dos responsáveis pela banalização da violência:

Tal modelo societal e tal modernização do espaço público pela mídia - capazes de manter os indivíduos em suas aparências funcionais e passivas, embora apenas até o momento em que seus desejos individuais são contrariados pelo Outro - são cúmplices ambos de uma naturalização e uma banalização continuada da violência, que levam à perda de sensibilidade coletiva no que diz respeito à violência destrutiva em suas diversas modalidades. (SODRÉ, p.106, 2006).

O doutor em Psicologia, Dr. Angel Pino, mostra-nos ainda que a naturalização da violência é um dos motivos que nos leva a jamais superá-la de forma definitiva:

O que é necessário é que a consciência do sentimento de repulsa não só atinja seus autores, mas que aumente na sociedade como um todo, na proporção do aumento intensivo e extensivo das ações violentas. Duas coisas ameaçam a eliminação da violência na sociedade: uma, o recuo da consciência do sentimento de repulsa social, por cansaço, banalização da violência ou por submissão às suas regras como algo inevitável, por não vislumbrar soluções eficazes; outra, apostar na repressão e eliminação intencional ou “acidental” dos seus autores, utilizando todos os meios físicos necessários “legais”, mesmo violentos. No primeiro caso, é a rendição às regras da violência; no segundo, é a escalada da violência, em que todos serão perdedores. Tomara que o caminho do bom senso prevaleça: eliminar as condições reais, sociais, econômicas e políticas que geram a violência. (PINO, p.779, 2007)

Silva (2017) traz à tona como a violência é reconhecida na disciplina militar:

A disciplina é o dispositivo que permite a manutenção do princípio hierarquizador no corpo militar. É possível notar um significante que orienta a disciplina e a hierarquia na Polícia Militar: a violência físico/simbólica imprimida sobre os sujeitos através de relações assimétricas de poder no bojo institucional. Em seu trabalho, Cláudia notou que os policiais militares entrevistados percebem nos Regulamentos Disciplinares, responsáveis por prescrever mecanismos de punição/recompensa, uma forma de humilhação, rebaixamento e uso desmedido do poder. (SILVA, 2017, p. 07)

Posto isto, fica o questionamento se essa violência permitida nas corporações - sob o escopo de disciplina - não adentrará nos muros das escolas brasileiras. É importante que a sociedade civil tenha cuidado e seja criticamente ativa para que a militarização das escolas, atualmente, não repita erros narrados no romance de Hatoum.

CENSURA E CRIMES DURANTE A DITADURA

Na época ditatorial um dos traços mais marcantes foi a censura imposta pelos militares a toda sociedade brasileira. Hatoum viveu sua adolescência nesta época e escreve com propriedade sobre censura nos seus livros:

Fora demitido da rádio Rio-Mar
[...]

“De qualquer forma”, disse ele anos mais tarde, “depois do golpe militar iam acabar me demitindo: os censores dessa panaceia não iam aturar meus comentários políticos, muito menos minhas histórias de amor no meio da madrugada” (HATOUM, 2010, p. 20)

Expulso. Discuti com um professor de história que elogiou o governo militar. (HATOUM, 2010, p. 87)

Em ambos os trechos, a censura é clara na vida das personagens. No primeiro, vê-se a censura na imprensa, meio de comunicação que supostamente deveria servir à sociedade, não a um governo ditatorial. O direito à informação foi mitigado e posto à prova nos anos da ditadura. No segundo trecho, percebe-se essa perda ao direito de liberdade também no âmbito escolar, quando Mundo é expulso do colégio simplesmente por discordar do seu professor de História, a favor dos militares.

Atualmente, o acesso à informação é direito fundamental¹ garantido pela Constituição Federal e também por Convenções e Tratados Internacionais que foram ratificados pelo Brasil. A exemplo disto, temos o artigo 19 da Declaração Internacional de Direitos Humanos que diz: “Todo ser humano tem direito à liberdade de

¹ Artigo 5º XIV - É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. A proteção ao direito de informação é fundamental para que a democracia seja concretizada em um país, pois é desta forma que cada cidadão pode ter conhecimento dos rumos que os governantes estão dando à nação, podendo, desta forma, concordar ou discordar e assim ter a liberdade para lutar por seus direitos, assim exercendo outro direito seu: a cidadania.

Essa censura não estava presente apenas na escola ou na imprensa, era generalizada em todas as formas de manifestação. O povo brasileiro vivia em uma espécie de prisão velada, pois eram proibidos de pensar ao contrário da ideologia militar. O relato que se segue mostra a face mais agressiva da Lei de Censura:

Queria passar seis meses no Rio com a mãe e Naiá, mas antecipara sua viagem à Europa porque fora preso durante um protesto contra a censura em frente à Biblioteca Nacional: Preso, e depois internado num hospício, Lavo... Fui sedado, amarrado... Quando Alicia me viu daquele jeito, disse que era melhor eu viajar e seguir minha carreira de artista na Europa. (HATOUM, 2010, p. 164)

Toda esta barbárie narrada por Hatoum foi cancelada, em 1967, pela Lei nº 5.536 que dispunha sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas e criava o Conselho Superior de Censura. Até hoje tal lei não foi revogada expressamente. Perdeu sua eficácia por não ser recepcionada pela Constituição Federal de 1988, que no artigo 5º elenca a liberdade, em todas as suas concepções, como direito fundamental da nação brasileira e, no artigo 60, parágrafo 4º, confere aos direitos fundamentais o status de cláusula pétrea, ou seja, nenhuma lei ou decreto ou mesmo emenda constitucional poderá mudá-los, mitigando-os ou extinguindo-os.

A censura não era a única forma de violência cometida pelos militares. Os assassinatos e outros tipos de crimes também foram narrados nas páginas de Cinzas do Norte. Conforme pode-se observar:

No meio da semana seguinte, as aulas da faculdade de direito foram canceladas em protesto contra o assassinato de um aluno da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. A imprensa falara pouco e de forma obscura, mas os informes enviados pela Ordem dos Advogados acusavam os militares. (HATOUM, 2010, p. 90)

A censura foi usada como forma de acobertar os crimes cometidos pelas Forças Armadas. A perseguição de estudantes universitários que se rebelavam contra o golpe era a mais comum assim como a de artistas e críticos intelectuais.

Mas esta violência não se restringia a este seletivo grupo, atingia a todos e em toda parte do Brasil:

Apertou meu braço, olhou para o lado, disfarçou: “Vou te contar um segredo. Uns três anos depois do golpe militar, um grupo de jovens amazonenses organizou um foco de guerrilha aqui. O Comando Militar da Amazônia convocou um oficial do Rio para perseguir e prender os guerrilheiros... um oficial de uma Brigada de Paraquedistas...” baixou a voz para dizer: “... capitão Aquiles Zanda... foi promovido e condecorado quando terminou o serviço. Prendeu e torturou todos do grupo. O chefe foi encarcerado em Belém e depois executado. Um venezuelano...”. “Capitão Aquiles Zanda”, murmurei. Na faculdade discutíamos atrocidades do governo em outros lugares, mas ninguém tinha falado sobre esse grupo de guerrilha em Manaus. “Pouca gente sabe disso, Lavo. As notícias foram censuradas.” (HATOUM, 2010, p. 95)

Aqueles que se insurgiram contra a ditadura eram cruelmente perseguidos, torturados, presos, por vezes, mortos. A população nem chegava a ter conhecimento destes fatos, pois tudo era censurado. A notícia não era dada em nenhum jornal ou meio de comunicação.

E, desta forma, na surdina, crimes militares iam se perpetuando sem que ninguém soubesse, sem que ninguém contestasse.

A CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DAS PESSOAS MAIS CARENTES

Os crimes ligados diretamente ao período militar não foram os únicos cometidos pelos governantes à época, o descaso com a população brasileira mais carente também foi uma marca forte daquele regime.

A miséria vivida por parte da população amazonense, relatada no livro, mostra um pouco dessa realidade:

Passamos pela frente da igreja e mais adiante vimos uns vultos atrás do gradil da casa abandonada. Comiam sentados no chão. Choro de criança e vozes incompreensíveis. Mundo tocou no meu braço: se Jano visse aqueles índios, ia dizer que eram preguiçosos e vagabundos. (HATOUM, 2010, p. 33)

O relato acima é muito atual, não só em Manaus, mas também em outras cidades brasileiras, como Boa Vista e Pacaraima, onde há a presença de índios venezuelanos, que, fugindo da pior crise político-econômica do seu país de origem, vêm pedir asilo no Brasil.

Há, entre os brasileiros, a sensação, que também acometia Jano, pai de Mundo, de que estas pessoas são preguiçosas e vagabundas. Acontece que, quanto aos povos indígenas, esta é uma herança cultural que carregam, não sabem viver de outra forma, senão daquela.

A presença da condição de miséria aparece, ainda, em outro trecho, ainda mais impactante que o primeiro:

Atrás do Palácio do Governo uma mancha escura se movia lentamente nas margens do rio. Urubus, dezenas, bicavam dejetos deixados pela vazante. Um cacho de asas abriu um clarão, e no meio apareceram homens e crianças maltrapilhos. Mundo falou: “Nossa cidade...” (HATOUM, 2010, p. 106)

Na época ditatorial, houve enganoso crescimento econômico no Brasil. A imprensa, controlada pelos militares, divulgava apenas o “boom” econômico vivido pela indústria brasileira, mas velava que tal “crescimento” na verdade aumentava a distância entre ricos e pobres.

Como a distribuição dos resultados do crescimento econômico foi bastante desigual, a concentração de renda também aumentou muito no período, especialmente entre a população que possuía um grau maior de instrução. Isso fez com que a desigualdade social conhecesse níveis nunca vistos antes. Em 1960, antes da ditadura, o índice de Gini, utilizado para medir a concentração de renda estava em 0,54 (o coeficiente de Gini vai de 0 a 1, quanto mais perto de 1, mais desigual) e pulou para 0,63 em 1977. Os economistas foram unânimes em dizer que os empresários e a classe média que possuía maior nível de instrução foram beneficiados em detrimento da parte mais pobre da população. (MENDONÇA; SANZ, 2017)

Nas passagens é mostrado o “outro lado da moeda” do dito milagre econômico, aquele que não estava nas manchetes dos jornais da época, mas que era a realidade da maioria dos brasileiros.

Este “Milagre Econômico” é alvo de constantes estudos pelos economistas. Um dos mais conhecidos economistas brasileiros, Celso Furtado, defendia um crescimento inclusivo, ou seja, que alcançasse o maior número de pessoas possível, porém o dito milagre foi exclusivo de poucos. Na reportagem do site Carta Maior sobre a economia exercida por Furtado cuja ideologia econômica era “O horizonte furtadiano é o do desenvolvimento que não se confunda meramente com crescimento, que incorpore a demanda crescente por direitos sociais”, lê-se:

Furtado não era contrário ao crescimento econômico acelerado, porém tampouco defendia qualquer estilo de crescimento. Seu ideal era uma sociedade com menor concentração da propriedade e da renda, que eliminasse a pobreza extrema e superasse racionalmente os desequilíbrios e estrangulamentos inerentes ao processo de desenvolvimento. (BASTOS, 2014)

Outro economista, e também professor, que estudou a questão da economia durante o período militar foi Antônio Barros de Castro que utilizou a expressão “marcha forçada” para se referir à economia deste período, pois, apesar de o Brasil não ter condições de crescer, os militares “forçavam” esta condição por meio de empréstimos externos, gerando uma dívida que o país paga até os dias atuais.

TRABALHO RURAL: AS CONDIÇÕES DESUMANAS EM QUE VIVIAM OS TRABALHADORES E O TRABALHO INFANTIL

O crescimento comercial do país não sacrificava apenas as camadas mais pobres por meio do crescimento da miséria entre aqueles que já eram miseráveis. Sacrificou também trabalhadores rurais que em condições péssimas de trabalho davam-se em favor da maior produção possível do extrativismo da juta. Revela-se:

Disse que a casa era ótima, o lugar era agradável, mas na época do corte de juta tinha acidente todo dia. Trabalhadores... Diz que cortavam a juta dentro d'água e eram mordidos por todo tipo de bicho. Chegavam na propriedade com ferimentos nos pés, nas mãos e nas pernas [...] Pôs toda a culpa na Algisa e no capataz. um ex-cabo da Polícia Militar, que ele xingou. Diz que forçava os caboclos e japoneses a trabalhar dia e noite e só falava em aumentar a produção de juta. (HATOUM, 2010, p. 44)

O relato acima é um verdadeiro retrato da realidade vivida por muitos trabalhadores rurais que, sem expectativa de condições melhores de trabalho, submetiam-se a este tratamento desumano ao qual eram submetidos. Os adultos não eram os únicos que trabalhavam para sobreviver, muitas crianças também se submetiam ao trabalho exaustivo:

Parou de falar quando ouvimos vozes e passos: crianças carregavam sacos de juta até a beira do rio, entravam nas canoas e remavam com rapidez. “Deixam os restos da natureza, que uso no meu trabalho, e levam alimentos”, justificou Arana. (HATOUM, 2010, p. 126)

A triste realidade narrada no livro estudado ainda está presente nos dias atuais. Os sinais de trânsito de todo país, há muito, tornaram-se verdadeiro ponto de encon-

tro de trabalhadores ambulantes - que são desde crianças até idosos e pessoas com deficiência - e de pedintes, na sua maioria crianças.

Esta inversão de valores, qual seja, crianças trabalhando/pedindo ao invés de estarem nas escolas é questão que deve ser posta na pauta de todos os governos quando se falar de políticas públicas, pois é um problema endêmico que precisa ser sanado para que o futuro seja diferente.

PROSTITUIÇÃO INFANTIL NO INTERIOR AMAZONENSE

A miséria vivida pela maior parte da população brasileira fomentou outro trabalho infantil, este ilícito: a prostituição infantil. No romance estudado, Hatoum coloca como “clientes” destas meninas os próprios militares:

Era um barco cheio de meninas e com uns três ou quatro homens. Jano quis se esconder no camarote, mas alguém gritou seu nome. Mundo reconheceu a voz: coronel Aquiles Zanda. Animado, copo na mão, o corpo balançando com o banheiro. Atrás dele, o rosto redondo do tenente Galvo. O ajudante de ordem não estava armado: usava uma camiseta verde com um emblema do Exército no centro do peito. [...] Seu patrão se encostou na amurada: viu o filho saltar para o convés, se juntar aos homens, beber com eles, mexer com as meninas. A que estava perto de Mundo vestia short e camiseta; morena e baixinha; ria de graça, que nem criança; parecia menos jovem que as outras, que tinha peitos crescidos e era a mais assanhada: bebia, e agora rebojava diante dele. (HATOU, 2010, p. 50)

A prostituição era um meio de sobrevivência encontrada pelas mulheres, até mesmo pelas crianças. Em uma época em que a miséria atingia mais de 90% da população, vários subterfúgios eram encontrados pelos mais pobres, entre eles a atividade ilícita da prostituição. Em Cinzas do Norte, aqueles que fomentam tal atividade são os que governam o país com punhos de ferro. Em outra passagem, a prostituição infantil é ainda mais explícita:

Era o Três Estrelas, um bar flutuante na boca do igarapé de São Raimundo [...] Arana estava sozinho à mesa; meninas de treze, catorze anos dançavam por ali. [...] A dona do bar apareceu com três meninas e piscou para Arana: “Chegaram ontem do interior”. (HATOU, 2010, p. 108-109)

Como já dito, a população ribeirinha vivia em condições ainda piores e as crianças eram vistas por suas famílias como força de trabalho, seja no cultivo da juta, seja vendendo seus corpos por poucos trocados. Atualmente, a prostituição infantil é bem menos visível, pois há vasta legislação de proteção à criança e adolescente,

porém tal avanço não deve ser comemorado até que esta realidade não mais exista, ficando apenas na história trágica dos tempos de outrora.

A VIOLÊNCIA DENTRO DOS LARES MANAUENSES

Crianças e adolescentes das famílias mais abastadas também não escapavam a violência narrada por Milton Hatoum. Os filhos, por muito tempo em todo mundo, eram vistos como posse de seus pais, eram tratados como objetos. O artigo Acesso à justiça de crianças e adolescentes: uma perspectiva histórico-jurídica revelava bem o status patrimonial de crianças e adolescentes durante grande parte da História: de fato, segundo Mota (2016, p.23):

Escassos eram os instrumentos jurídicos destinados a proteger a criança: o código de Hamurabi estabelecia a pena de morte para quem roubasse o filho menor de outro homem; no Direito Romano havia a distinção entre os menores púberes e os impúberes; na Idade Média imperava um tratamento jurídico mais brando aos mais jovens.

Nesse cenário, a criança ora era propriedade da família ora era propriedade do Estado, possuindo assim status patrimonial. (TAVARES; PIMENTEL; SARAIVA, 2018, p. 128). É com este espírito de posse que os pais pensam podem castigar os filhos, todas as vezes que estes os contrariarem, da maneira que julgarem corretas. O que ocorre de fato é que estes pais estão, na verdade, infringindo direitos de seus filhos à dignidade física e, por vezes, mental. Vejamos a cena trazida por Hatoum nesta parte da história:

A voz de Albino Palha se calou com o estalo de um golpe: o cinturão do pai atingira o pescoço de Mundo; a outra lambada açoitou seus ombros, e eu corri para segurar a mão de Jano. [...] Mundo não estava na quadra de cimento; Macau disse que ele já havia saído: tinha um rasgo no pescoço e sangrava. Dessa vez o patrão acertara em cheio, queria cortar as veias do menino... “Dessa vez?”, perguntei. “Essas lapadas do patrão vêm de muito longe, Lavo. Quando os dois estão juntos, sentem ódio até da sombra do outro” (HATOUM, 2010, p. 90)

Mundo possui a alma da revolução, é contra tudo que o militarismo representa e impõe. Não fica calado vendo os direitos sociais sendo cada vez mais mitigados, luta contra isso e faz suas denúncias. Jano, seu pai, é oposto. É condizente com todas as decisões militares, seus amigos são militares que controlam o Amazonas e o Governo, seu maior comprador de junta. Naturalmente, pai e filho não se dão bem, e o pai reprime as opiniões do filho por meio de agressões físicas, para “educar”.

E é, pela “educação”, que professoras e professores empregavam os castigos físicos também na hora de ensinar. No relato a seguir, a professora castiga a aluna por esta não saber a lição:

Meu cunhado contou como a menina mais velha tremia de medo e chorava antes até de sentir a primeira pancada, e gritava e se contorcia depois do estalo, e a mulher abria e segurava com força a mão da menina até o fim do castigo. (HATOUM, 2010, p. 114)

Até hoje, há pessoas que acreditam que a violência física, ou mesmo psicológica, educam. Ledo engano, como disse Jean-Paul Sartre, em 1980: A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta, é sempre uma derrota.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na literatura de Milton Hatoum, o autor amazonense faz uma análise crítica da realidade narrada. Em *Cinzas do Norte*, tecendo críticas ao cotidiano brasileiro durante o período militar, o escritor traz à tona a realidade daqueles que tiveram seus direitos básicos violados pela Ditadura Militar, quais sejam: dos estudantes que tinham a ousadia de discordar da ideologia pregada pelos militares; dos trabalhadores intelectuais que tinham suas profissões censuradas, a exemplo dos jornalistas; das pessoas que viviam na miséria e como esta foi agravada com a tomada do poder pelos militares em 1964; dos trabalhadores rurais que tinham suas vidas sacrificadas em nome do progresso da nação; e, por fim, das crianças que sofriam agressão física, como forma de educação, dentro de seus lares.

Algumas das violações maculam a sociedade brasileira até hoje. Não são os raros os casos em que há denúncia de trabalhos análogos à escravidão, de violência doméstica contra crianças e adolescentes e de pessoas que vivem em condições de total miséria. O objetivo deste trabalho cumpriu-se ao analisarmos como a literatura trazida desempenhou seu papel de trazer ao leitor o relato das violações aos direitos humanos cometidas pelos militares. Também foi meta deste artigo verificar a evolução na proteção destes direitos no Brasil.

É primordial que discutamos as violações cometidas pelos militares nos anos de Ditadura, pois é relembrando-as e estudando-as que não retornaremos a permitir que estes fatos se repitam. O conhecimento destes fatos, tanto pela literatura brasileira quanto pelos relatos históricos, deve ser difundido entre todas as camadas da sociedade. Apenas desta forma cada brasileiro poderá ter o senso crítico de defender

e lutar por seus direitos, jamais deixando que estes sejam mitigados ou extintos por qualquer forma de governo.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ajuste para quem? Celso Furtado, o golpe de 1964 e as eleições presidenciais de 2014. **Revista Carta Maior**. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Ajuste-para-quem-Celso-Furtado-o-golpe-de-1964-e-as-eleicoes-presidenciais-de-2014/4/31854>>. Acesso em: 07 setembro 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. 53. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

COSTA, Darlem Lúcia de Oliveira. **Concepção dos professores sobre a política de bonificação do Estado do Amazonas**. Juiz de Fora: 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/3647/1/darlemLuciadeoliveiracosta.pdf>>. Acesso em: 05 setembro 2018.

MARREIRO, Flávia. Série inédita brasileira mostra salto da desigualdade no começo da ditadura. **Jornal El País**.edição 04/11/2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/29/economia/1446146892_377075.html?rel=mas>. Acesso em:01 setembro 2018.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. **Violência, Sociedade e Escola: da recusa do diálogo à falência da palavras**. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n1/a13v19n1>>. Acesso em 07 setembro 2018.

ONU. **Informação é direito fundamental, destaca programa da ONU em fórum de direitos humanos**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/informacao-e-direito-fundamental-destaca-programa-da-onu-em-forum-de-direitos-humanos/>>. Acesso em:07 setembro 2018.

PIMENTEL, Davi Macêdo; SARAIVA, Paulo Melissa Coelho da Silva; TAVARES, Amanda Drumond. Acesso à justiça de crianças e adolescentes: uma perspectiva histórico-jurídica. In: LIMA, Neuton. A.; SARAIVA, Ernandes H.; SETTE JUNIOR, Guilherme. J (Orgs.). **Reflexões sobre violência e justiça**. Editora Alexa Cultural: São Paulo, 2018.

PINO, Angel. Violência, Educação e Sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. In **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 763-785, out. 2007. Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/24526/1/S0101-73302007000300007.pdf>>. Acesso em:06 maio 2018.

SANTOS, Ivan Sales dos. **Um estudo sobre a violência escolar de uma escola da coordenadoria distrital de educação 7**. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/3064/1/ivansalesdossantos.pdf>>. Acesso em 05 setembro 2018.

SANZ, Beatriz; MENDONÇA, Heloísa. O lado obscuro do ‘milagre econômico’ da ditadura: o boom da desigualdade. **Jornal El País**. Edição 28/11/2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html>. Acesso em: 01 setembro 2018.

SILVA, Joab Júnio Dias Gregório da. **Militarização de escolas públicas: avanços ou retrocessos?** Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC03/mc033.pdf>>. Acesso em: 24 agosto 2018.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia e Violência**. 2. ed. Sulina/Edipucrs. Coleção Comunicação 22. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=OilMUD37c34C&oi=fnd&pg=PA7&dq=banaliza%C3%A7%C3%A3o+da+viol%C3%Aancia+sociedade&ots=6xYQIJHcaE&sig=yotUgmgrzI0FURjqd_-nbudGpZ.o#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 06 maio 2018.

VILLAR, Rosana. Em Manaus, escolas geridas pela PM impõem rotina militar aos alunos. **Revista Carta Capital**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/em-manaus-escolas-geridas-pela-pm-impoe-rotina-militar-aos-alunos>>. Acesso em: 28 agosto 2018.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968 - Eles só queriam mudar o mundo**. 3.ed. Zahar: São Paulo, 2012.

ARTIGO

VIOLÊNCIA, CRAVO E CANELA: UMA LEITURA DE GABRIELA À LUZ DO DIREITO

INTRODUÇÃO

O cacau modificou substancialmente a passagem do tempo em Ilhéus. O fruto trouxe à superfície selvagem o chamado “progresso”, que consistiu em uma série de mudanças políticas, econômicas e sociais responsáveis por fornecer à terra anteriormente coberta de mato o *status* de metrópole. Nesse ponto, trava-se uma guerra de dicotomias que percorre toda a obra de Amado: homens/mulheres, progresso/tradição, casamento/adultério, pureza/devassidão.

No lastro dessas contradições, “Gabriela, cravo e canela” permite uma abordagem multidisciplinar da violência contra a mulher à luz do direito cível e penal. Nesses âmbitos, observa-se tanto a violência explícita e macabra, com a legítima defesa da honra, quanto a violência sutil, presente no processo de anulação da personalidade de Gabriela durante o casamento. Antes de ocorrerem em esferas distintas, essas violências dialogam entre si, formando, na obra, um ambiente de violência de gênero que se retroalimenta.

Metodologicamente, o presente trabalho tem por base a pesquisa bibliográfica, com análise e reunião de livros literários e jurídico-doutrinários, artigos científicos e dissertação de mestrado. O objetivo deste estudo é, por meio da revisão bibliográfica, verificar como a literatura pode desvelar a violência, em especial a violência contra a mulher, perpetrada pela sociedade e pelo próprio ordenamento jurídico que a sustenta.

* Acadêmica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas. Membro do Grupo Interdisciplinar de Estudos da Violência (GIEV-UEA). Membro da Clínica de Estudos Constitucionais da Universidade do Estado do Amazonas (CEC-UEA). E-mail: pmcdss.dir16@uea.edu.br.

** É Professor Mestre do Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Pesquisador do Grupo de Estudo Interdisciplinar de Violência (GIEV/UEA) e do Grupo de Pesquisa “Direitos Humanos na Amazônia” (UEA), Presidente da Comissão de Estudos de Direito Constitucional (OAB/AM), Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais (UEA), Procurador Federal (Advocacia-Geral da União). E-mail: nalima@uea.edu.br.

AOS HOMENS, O CACAU, ÀS MULHERES, A MORTE

“Pela primeira vez, na história de Ilhéus, um coronel do cacau viu-se condenado à prisão por haver assassinado esposa adúltera e seu amante” (AMADO, 2012, p. 321). Com essas palavras, Amado finaliza seu romance e deflagra o processo de abolição da legítima defesa da honra em Ilhéus. A sentença condenatória, inédita naquele recanto da Bahia, pertence ao processo penal a partir do qual o escritor revela os matizes da sociedade ilheense e, ao mesmo tempo, margeia o conto de amor de Gabriela e Nacib.

O condenado é Jesuíno, poderoso coronel do cacau. Seu crime consumou-se em cumprimento à “lei antiga e cruel” segundo a qual cabe ao marido traído por fim à vida de sua esposa e do amante (AMADO, 2012, p. 87). Em que pese o Código Penal de 1890, vigente à época, condenar a prática do homicídio, tal tipificação era contornada por uma espécie de “excludente de ilicitude social”, presente no adágio “honra de marido manchada somente com sangue pode ser lavada”¹.

Tanto no tribunal do júri quanto nas mesas do bar de Nacib, a tese da legítima defesa da honra possuía grande aceitação. Com efeito, os personagens amadianos, enquanto narradores, juízes e advogados da tragédia, tinham como referência de delito a conduta de Sinhazinha², não o homicídio cometido pelo coronel:

Nenhuma aposta se aceitava, porém, quando o júri se reunia para decidir sobre crime de morte em razão de adultério: sabiam todos ser absolvição unânime do marido ultrajado o resultado fatal e justo. Iam para ouvir os discursos, a acusação e a defesa, e na expectativa de detalhes escabrosos e picarescos, escapando dos autos ou da falação dos advogados. Condenação do assassino, isso jamais!, era contra a lei da terra mandando lavar com sangue a honra manchada do marido.

Comentava-se e discutia-se apaixonadamente a tragédia de Sinhazinha e do dentista. Diver-

¹ Com o objetivo de fornecer um contorno jurídico à tese da legítima defesa da honra no tribunal do júri, os advogados da época se apoiavam no art. 27, §4º do Código Penal de 1890, segundo o qual não são criminosos os que se acharem em estado de completa privação de sentido e de inteligência no ato de cometer o crime. Assim, por meio de uma leitura elástica desse dispositivo, a citada “excludente de ilicitude social” encontrava lastro jurídico.

² É interessante observar que, no episódio em que se discute a morte de Sinhazinha e do dentista Osmundo Pimentel, seu amante, há um gesto de compreensão para com o cúmplice do adultério: “Agora o Capitão colocava outra pergunta: como podia um homem – e essa era também uma questão de honra – recusar uma mulher bonita quando ela, enleada por suas palavras, achando-o parecido com santo de igreja, tonteada pelo perfume em ondas de melenas negras, caía-lhe nos braços, obturados os dentes mas para sempre ferido o coração? O homem tem também sua honra de macho. Ao ver do Capitão, o dentista era mais vítima que culpado, mais digno de dó que de reprovação” (AMADO, 2012, p. 94). Assim, é evidente que até no momento de cometer um crime, homens e mulheres possuem tratamento diferenciado: enquanto os homens gozam da proteção e compreensão de seus pares, as mulheres, quando adquirem o status de criminosas, veem-se reduzidas a uma depravação ambulante.

tiam as versões do sucedido, opunham-se detalhes, mas numa coisa todos concordavam: em dar razão ao coronel, louvar-lhe o gesto de macho. (AMADO, 2012, p.88)

Apenas duas figuras se manifestavam contra a lei anterior ao cacau: o exportador Mundinho Falcão e o árabe Nacib. Mundinho, enquanto personificação da modernidade, exprimia abertamente seu posicionamento de que “entre a morte e o amor, eu prefiro o amor” (AMADO, 2012, p. 90), já Nacib escondia sua tristeza com a selvageria do amor em Ilhéus. Se no bar contava histórias terríveis da Síria, nas quais destinava-se à mulher infiel uma punição muito pior do que o cru derramamento de sangue, quando se via sozinho no fim do dia lamentava o amor e a morte das mulheres adúlteras.

Porque toda aquela fanfarronada de Nacib, suas histórias terríveis da Síria, a mulher picadinha a faca, o amante capo a navalha, era tudo da boca para fora. Como poderia ele achar que mulher moça e bonita pudesse merecer a morte por ter enganado homem velho e bruto, incapaz certamente de um carinho, de uma palavra terna? Essa terra de Ilhéus, sua terra, estava longe de ser realmente civilizada. (AMADO, 2012, p. 104)

As meditações de Nacib reconheciam a contradição entre a modernidade do espaço público e o primitivismo da vida doméstica. O cacau tinha um sabor diferente para homens e mulheres. Para os homens, o fruto era degustado em sua integridade, com os direitos de liberdade advindos do progresso, já as mulheres, do progresso do cacau, sentiam apenas um breve aroma, proveniente das fazendas, das casas e dos luxos materiais, jamais de avanços jurídicos.

No citado trecho, Nacib observa a opressão que o casamento representa ao fornecer ao marido poder de vida e morte sobre a mulher (WERNER, 2017, p. 1). É válido analisar uma origem e uma consequência desse complexo poder.

Cita-se como origem a designação de diferentes honras para homens e mulheres: a honra do pai de família alojava-se na honestidade, herança de tempos em que os contratos verbais exigiam plena confiança entre os contratantes, e a honra da mulher tinha abrigo na fidelidade ao marido e ao lar.

Como consequência, ressalta-se a desigualdade entre a esposa e o marido, detectada pelo próprio árabe, na qual o homem posiciona-se como superior à mulher, assumindo o comando não só da sua vida biológica, como também da vida afetiva, financeira, cultural e jurídica. Mais perversa e velada, porém, é a desigualdade que tal sistema cria dentro do próprio grupo das mulheres, perfazendo uma relação horizontal de desigualdade, em que se identificam dois tipos do gênero feminino: as mulheres casadas e as raparigas.

A LEI CRUEL E A LEI PARA AS RAPARIGAS

O legislativo moral e social de Ilhéus não conhecia o princípio da isonomia. Nesse ponto, ele pouco se diferenciava do Poder Legislativo da República Velha, o qual, sob a égide dos valores da Revolução Francesa³, pregava um ideal de igualdade formal, restrito à transição da desigualdade geral para uma desigualdade mais amena, referente a apenas alguns grupos sociais.

Nesse sentido, enquanto a tipificação do crime de homicídio visava proteger todos os indivíduos, sem qualquer distinção formal ou material, a regra que permitia o homicídio de cônjuge infiel possuía destinatário certo: as mulheres. A norma não alcançava os maridos infiéis, em que pese estes praticarem o adultério de maneira muita mais ostensiva e frequente do que suas esposas.

As mulheres viviam reclusas no lar e, por meio da virgindade, quando donzelas, e da castidade, quando casadas, passavam uma imagem de pureza, moralidade e confiança que se estendia a todo o núcleo familiar. Em outras palavras, a esposa recatada era o retrato da moral da família. Os homens, porém, não eram submissos à castidade e poderiam praticar relações sexuais adúlteras e antes do casamento (LIMA, 2017, p. 58). Como atestou Amado, na voz de Gabriela: “Só o homem tinha direito, a mulher não tinha” (2012, p. 283).

Ressalve-se que nem todas as mulheres eram atingidas pela “lei cruel”. A rígida disciplina sexual era suplício aplicado apenas às mulheres casadas e às moças de família. A dureza da castidade era desconhecida para as mulheres de classes mais baixas – as raparigas -, que viviam sua sexualidade de maneira menos restrita que suas companheiras abastadas. Gabriela carrega em sua *persona* essa liberdade, dormindo com quem lhe agradasse:

Gostava de dormir nos braços de um homem. Não de qualquer. De moço bonito, como Clemente, como Tônico, como seu Nilo, como Bebinho, ah! como seu Nacib. Se o moço também queria, se a olhava pedindo, se sorria para ela, se a beliscava, por que recusar, por que dizer não? Se estavam querendo, tanto um como o outro? Não via por quê. Era bom dormir nos braços de um homem, sentir o estremecimento do corpo, a boca a morder, num suspiro morrer. Que seu Nacib se zangasse, ficasse com raiva, sendo casado, isso

³ Fato pouco recordado: a bandeira da liberdade, igualdade e fraternidade foi empunhada não apenas por homens, mas também por mulheres na Revolução Francesa. Ao lado de seus compatriotas do sexo masculino, as mulheres gritaram, lutaram e morreram por uma França mais justa e igualitária. No entanto, quando, após a Revolução, seu grito deixou de ser necessário, as mulheres foram banidas da vida pública, voltaram às suas casas e usufruíram das benesses do movimento apenas de forma indireta, enquanto esposas dos revolucionários. Nesse cenário, surge a interessante figura de Olympe de Gouges, feminista francesa que escreveu “A Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã”, em protesto mais revolucionário do que a própria Revolução (MENDES, 2014, p. 34). Como consequência, Gouges foi assassinada pelos próprios companheiros de luta por direitos.

entendia. Havia uma lei, não era permitido. Só o homem tinha direito, a mulher não tinha. Ela sabia, mas como resistir? Tinha vontade, na hora fazia, nem se lembrava que não era permitido. (AMADO, 2012, p. 283)

Observe-se, no entanto, que tal condescendência às mulheres pobres não era fruto de um respeito social a seus direitos sexuais e reprodutivos, ao contrário, a pouca importância dada à sexualidade das raparigas é apenas um dos matizes do desprezo e da inferiorização social que elas sofriam por questões econômicas e de gênero⁴⁵. Amado deixa isso bem claro no seguinte trecho: “Os coronéis reservavam a pena de morte para traição de esposa. Rapariga não merecia tanto” (2012, p. 96).

A mulher casada e a rapariga representavam, respectivamente, Virgem Maria e Eva. Uma era uma mãe pura e devota, e a outra uma transgressora impura, cujo crime era o simples exercício da sexualidade (ALMEIDA, 2001, p. 103). Note-se, porém, que a condição de inferioridade não impedia as raparigas amadianas de gozarem das benesses de seus amantes. De fato, Amado, em vários pontos de sua obra, deixa claro que algumas amantes eram tratadas melhor do que as próprias esposas, conforme ilustra o diálogo abaixo sobre a morte de Sinhazinha:

- E assim o destino transforma uma senhora honesta, religiosa e tímida em heroína de tragédia...

- Heroína? Não me venha com literaturas. Não queira absolver a pecadora. Onde iríamos parar? – Dr. Maurício suspendia a mão num gesto ameaçador. – Tudo isso é resultado da degeneração dos costumes que começa a imperar em nossa terra: bailes e tardes dançantes, festinhas em toda parte, namorinhos na escuridão dos cinemas. O cinema ensinando como enganar os maridos, uma degradação.

- Ora, doutor, não culpe nem o cinema nem os bailes. Antes de existir tudo isso já as mulheres traíam os maridos. Esse costume vem de Eva com a serpente... – riu João Fulgêncio. O Capitão o apoiou. O advogado via fantasmas. Ele também, Capitão, não desculpava mulher casada esquecida dos seus deveres. Mas, daí a querer culpar o Clube Progresso, os cinemas...Por que não culpava certos maridos que nem ligavam para as esposas, tratavam-nas como criadas, enquanto davam de um tudo, joias e perfumes, vestidos caros e luxo, às raparigas, às mulheres da vida que sustentavam, às mulatas para quem botavam casa? Bastava olhar ali mesmo na praça: aquele luxo de Glória vestindo-se melhor que qualquer senhora – será que o coronel Coriolano gastava tanto com a esposa?

⁴ Interessante a observação de Werner (2014) a respeito da função social das raparigas e das prostitutas: segundo a autora, tais mulheres possuíam a função de satisfazer os interesses masculinos, visto que o sexo conjugal tinha função meramente procriadora, e, dessa forma, manter os valores tradicionais do matrimônio.

⁵ Uma demonstração bastante clara dessa distinção entre mulheres encontra-se no Código Penal de 1940, que, antes de passar por uma mudança com a Lei nº 1.106/05, trazia o termo “mulher honesta” para os crimes de sedução. Com a reforma legislativa, esse termo foi abandonado e foi adotado o conceito de “mulher”. Desse modo, os crimes sexuais não possuem mais como bem jurídico digno de proteção a honestidade, mas sim a liberdade sexual da vítima (SANTOS, 2008, p.48)

- Também é uma velha decrépita...
- Não estou falando dela e sim do que se passa. É ou não é assim?
- Mulher casada é para viver no lar, criar os filhos, cuidar do esposo e da família...
- E as raparigas para esbanjar o dinheiro? (AMADO, 2012, p.93)

Vê-se mais uma vez a dicotomia entre mulheres casadas e raparigas. O casamento representava a cisão no tratamento dirigido a essas duas categorias. Como negócio, o casamento exercia sua função de formar alianças políticas e relações econômicas, o que retirava da mulher casada o afeto próprio de uma união conjugal. Noutra giro, as mulheres solteiras eram o objeto de desejo ao qual o homem casado recorria para expor sua virilidade, impor-se socialmente e suprir eventuais carências. Em nenhuma das relações havia qualquer traço de amor.

A NARRATIVA DA LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA POR NACIB

Nacib, ao enfrentar, em seu imaginário, a problemática da legítima defesa da honra no caso de Sinhazinha e do dentista Osmundo, não poderia imaginar que lidaria com situação idêntica em seu próprio casamento. Após descobrir a denúncia de traição por meio de um de seus empregados, Nacib pegou um revólver e se dirigiu à sua casa, onde encontrou Gabriela e Tônico, amigo do árabe, estendidos nus na cama. Sem compreender o porquê, não atirou nem em sua esposa, nem no amante, que fugiu.

Antes de analisar a postura de Nacib, convém destacar que a obrigação de matar esposa adúltera, fatalmente cruel para a vítima, tinha também um grau de onerosidade para seu algoz. Conforme os costumes de Ilhéus, ao saber da traição, o marido enganado era obrigado a tomar uma atitude, sob pena de se ver socialmente banido⁶. Tal tradição era tão forte que, como dito acima, o árabe sequer teve coragem de expressar publicamente sua repulsa ao uxoricídio. Ao marido que não aplicava a pena capital à esposa, estava reservada a morte social.

Assim, o reflexo automático de Nacib deveria ter sido o de apertar o gatilho e disparar na direção dos amantes. Ao invés disso, o árabe bateu em Gabriela, cobrindo-a de hematomas, e lhe ordenou que saísse de casa. A esse respeito, é curioso o entendimento da personagem:

⁶ Na trama, para ilustrar a gravidade da lei, Amado recorda o episódio ocorrido ao dr. Felismino, médico que se descobriu traído pela esposa, Rita, com um agrônomo. Insatisfeito com o matrimônio, o médico sentiu-se aliviado ao vislumbrar a possibilidade de entregar a esposa ao amante e assim o fez. Revoltada com a atitude do dr. Felismino, a cidade excluiu-o da vida social e arruinou seus negócios. Como resultado, teve de ir embora para sempre de Ilhéus, em perfeito ostracismo. (AMADO, 2012, p. 96)

Na casa de dona Arminda, curvada sobre a costura, ainda roxa dos golpes, Gabriela pensa. Pela manhã pulou o muro, antes da cabrocha chegar, entrou na casa de Nacib, varreu e limpou. Tão bom seu Nacib! Bateu nela, estava com raiva. A culpa era dela, por que aceitara casar? (...).

Bateu-lhe com raiva, tinha direito até de matá-la. Mulher casada que engana o marido só merece morrer. Todo mundo dizia, dona Arminda lhe disse, o juiz confirmou, era assim mesmo. Ela merecia morrer. Ele era bom, dera-lhe apenas uma surra e a expulsara de casa. (AMADO, 2012, p. 282)

O depoimento evidencia que a legítima defesa da honra não encontrava apoia-dores somente do lado masculino. Com efeito, o uxoricídio era aceito por homens e mulheres como a conduta mais adequada. No caso de Gabriela, esta mostra até uma certa resignação com o seu destino, como se a morte fosse seu merecido castigo e qualquer atitude menos drástica um gesto de suprema bondade. Não passava pela consciência da personagem que seu direito à vida e à integridade física possuía um valor muito maior do que a honra de Nacib⁷.

Ainda atordoado com o acontecimento, Nacib saiu de casa e travou um diálogo com seu amigo João Fulgêncio, manifestando seu desejo de ir embora de Ilhéus, a fim de fugir da obrigação de matar e da vergonha de não ter matado.

Durante a conversa, João invoca a dicotomia mulher casada-rapariga para tentar ajudar Nacib a encontrar uma saída que se adeque a seus preceitos morais⁸. Como dito anteriormente, a lei do uxoricídio era aplicada à mulher casada e somente em ocasiões excepcionais à amante. Nessa linha de raciocínio, o dever de cumprir a lei pertencia apenas ao marido traído, não ao amante ou ao amigado, sem nenhum vínculo matrimonial com a adúltera.

Assim, caso Gabriela fosse apenas sua rapariga, bastariam a Nacib algumas pancadas para ter sua honra conservada e poder permanecer em Ilhéus. É nesse sentido que caminha a solução proposta por João Fulgêncio. O personagem sugere a Nacib a anulação de seu casamento desde o início, sob alegação de erro essencial sobre a

⁷ Trazendo o caso para os dias atuais, a Constituição Federal de 1988 assegura tanto o direito à honra (art. 5º, X) quanto o direito à vida (art. 5º, *caput*). A doutrina constitucional entende que não há hierarquia entre direitos fundamentais e que nenhum direito é absoluto, de modo que uma pessoa não pode utilizar um direito fundamental como escudo para cometer um ato ilícito. Assim, entre a vida e a integridade física de Gabriela e a honra de Nacib, é evidente que a proteção da honra resta deixada em segundo plano, mesmo ambos os bens portarem a mesma proteção jurídica (FERNANDES, 2017, p. 342).

⁸ Importa esclarecer que Gabriela nunca teve documentação pessoal. Pobre e sem família, nunca havia sido registrada e sequer possuía um sobrenome. Assim, a fim de viabilizar o casamento, Nacib, com a ajuda de Tônico, dono do cartório, forjou documentos falsos de identidade para Gabriela, que se transformou em “Gabriela Silva”, nome que nunca lhe pertenceu (AMADO, 2012, p. 209).

pessoa⁹, retirando de Gabriela o *status* de casada e lhe imputando a alcunha de rapariga. Desse modo, Gabriela não precisaria ser assassinada, nem o árabe afastado do convívio social.

Em exame mais profundo, a proposta simboliza uma transição do suplício do corpo da mulher traidora para a anulação do sujeito jurídico pertencente a ela. A anulação do casamento por erro essencial sobre a pessoa preservaria a vida de Gabriela, mas implicaria a sua anulação enquanto indivíduo perante o direito. Protege-se a vida biológica, sacrifica-se a vida jurídica e subjetiva.

Despiciendo dizer que tal solução realmente é mais vantajosa do que a morte da mulher adúltera. No entanto, enquanto a morte a tiros, comentada em toda a cidade, expõe a barbaridade da violência, a morte civil de Gabriela ajuda a velar a violência, colocando-a em um campo abstrato, mas nem por isso de efeitos menos concretos e menos graves do que sua vertente explícita.

Nessa passagem, Nacib não põe fim à violência contra a mulher, apenas lhe fornece nuances mais sutis¹⁰.

CASAMENTO, CRAVO E CANELA

A legislação civil sobre casamento adquiriu um perfume de cravo em 1925. Nesse ano, teve início o amor entre o árabe Nacib e Gabriela, tema principal do romance de Jorge Amado. Se, por um lado, os casamentos em Ilhéus se resumiam a negócios e histórias de traição e morte, por outro lado, o casamento dos protagonistas era dotado de maior complexidade, a começar pelos motivos que ensejaram a união.

Gabriela encontrou Nacib graças à fatalidade da seca nordestina e Nacib foi até a cor de canela da moça impulsionado pelo desespero de encontrar uma cozinheira para seu bar. O amor entre os dois surgiu rapidamente, a certeza quanto ao casamento não. Gabriela não possuía bens nem família, o que a desqualificava para o matrimônio com Nacib, cujo poder aquisitivo exigia uma companheira de melhor *status* social. Como ela própria reconhecia:

⁹ No que se refere ao casamento, o erro essencial sobre a pessoa trata de uma falsa percepção das características pessoais ou comportamento de um dos cônjuges, que torna a vida em comum insuportável à parte enganada da relação (FILHO; GAGLIANO, 2017, p. 1552).

¹⁰ Pode-se dizer que a atitude de Nacib compara-se à guilhotina descrita por Foucault (2014). Segundo o autor francês, a lâmina da guilhotina, abstrata como a lei que impõe seu uso, não se propõe a transpassar um corpo, mas sim um sujeito jurídico. O toque do corpo é apenas um caminho para se chegar à extinção do direito à vida, bem como um meio para esconder a perversidade da configuração abstrata que destrói matéria e, ao mesmo tempo, subjetividade, tudo sob uma roupagem de proteção à humanidade do condenado. Não se pune mais o corpo, mas sim a alma (p. 18).

Pensar para quê? Valia a pena não...Seu Nacib era para casar com moça distinta, toda nos trinques, calçando sapato, meia de seda, usando perfume. Moça donzela, sem vício de homem. Gabriela servia para cozinhar, a casa arrumar, a roupa lavar, com homem deitar. Não velho e feio, não por dinheiro. Por gostar de deitar. (AMADO, 2012, p. 165)

Gabriela afastava a ideia de casamento, mostrando mais uma vez não se encaixar nos padrões de comportamento impostos pela sociedade da época. Enquanto a maioria das moças jovens de Ilhéus sonhava com o casamento para adquirir *status*, aumentar o patrimônio e, talvez, viver um pequeno romance, Gabriela desejava apenas servir Nacib e com ele deitar, vivendo o afeto outrora excluído da relação matrimonial.

Do mesmo tom revestia-se a incerteza que dominava Nacib. Exausto e infeliz, o árabe passava os dias a questionar se seria possível o casamento com moça sem nome nem família. Afinal, o que pensaria a cidade de Ilhéus de um homem que casa com uma rapariga encontrada no “mercado de escravos”? Assim, Nacib também sente o peso do arranjo familiar tradicional imposto pela sociedade.

Finalmente, impelido mais pelo medo de perder Gabriela do que pelo amor, Nacib a pede em casamento. Gabriela passa então a ser conhecida como Sra. Saad. Nesse momento, inicia-se a perda de sua identidade em virtude do matrimônio – sua identificação, “Gabriela”, vincula-se ao nome de seu marido¹¹, constituindo uma nova faceta de seu ser, a “Sra. Saad”.

O processo de anulação de Gabriela é discreto, porém rápido e imediato. Logo após o casório, à noite, em singela cena com seu marido, ela se vê de repente submissa ao código da mulher pura e de família, que nada lhe dizia respeito até então:

Ela sorriu, arrancou os sapatos, começou a arrumar, os pés descalços. Ele tomou-lhe da mão, repreendeu:

- Não pode mais não, Bié...

- O quê?

- Andar sem sapatos. Agora você é uma senhora.

Assustou-se:

- Posso não? Andar descalça, de pé no chão?

- Pode não.

- E por quê?

- Você é uma senhora, de posses, de representação.

- Sou não, seu Nacib. Sou só Gabriela...

- Vou te educar – Tomou-a nos braços, levou-a pra cama. (AMADO, 2012, p. 212)

¹¹ Como bem destaca Werner (2014), a linguagem é um dos reflexos da ideia de mulher enquanto propriedade do marido. Isso é marcante no romance de Amado. Muitas vezes, as figuras femininas perdem, ou nunca tiveram, o nome, e são identificadas como a mulher de alguém (p. 2).

A frase “Vou te educar”, proferida por Nacib, acompanhada da imposição de uma série de regras sem qualquer explicação, deixa evidente a tutela do marido sobre sua esposa, dominação que o mero convívio com Gabriela, sem laços matrimoniais, não seria capaz de promover. Na Ilhéus da República Velha vigorava ainda a lógica matrimonial do Brasil Colônia: o marido, detentor da palavra honrada, possuía poder total sobre a mulher, que lhe oferecia sua submissão (LIMA, 2017, p. 58).

Assim, começa o casamento de Gabriela e Nacib, cujo desenrolar nada mais é do que a tradução em forma de romance das disposições sobre casamento do Código Civil de 1916.

O CÓDIGO CIVIL DE 1916

O Código Civil de 1916 elegia as mulheres casadas à categoria de relativamente incapazes e colocava os maridos na posição de chefes da família, encarregados de administrar não só o patrimônio conjugal como também aspectos importantes da vida particular de suas esposas (MARQUES; MELO, 2008, p. 468-469).

Nesse sentido, a mulher não poderia aceitar herança sem a autorização formal do marido, sujeita à revogação unilateral a qualquer momento. Às mesmas condições estava sujeita a atividade profissional das mulheres, bem como seu acesso à Justiça, tutelado pelos esposos.

Segundo as autoras, o projeto inicial do Código, elaborado pelo jurista Clóvis Beviláqua, tinha como premissas a incapacidade da mulher para exercer alguns atos da vida jurídica sem a tutela do marido, a predominância do poder do homem sobre a prole, em detrimento dos direitos da mulher enquanto mãe¹², e a possibilidade aberta para a dissolução do casamento. Esta última, no momento de aprovação do texto final, deu lugar ao desquite, que não acabava com o vínculo conjugal, mas fornecia uma certa autonomia à mulher casada sem filhos (2008, p. 469-470).

Ressalte-se que o projeto de Beviláqua, extremamente conservador, sofreu poucas alterações ao longo de sua tramitação no Legislativo, preservando sua essência patriarcal e arcaica. Tal essência, durante a vigência do Código, não ficou restrita ao texto legal, surtindo efeitos concretos na regulação e vivência civil da sociedade da época. Assim, as mulheres eram, de fato e de direito, oprimidas diariamente pelos próprios maridos.

¹² De fato, as autoras informam que o pátrio poder era tamanho que se uma mulher viúva, com filhos, voltasse a casar, ela perderia os direitos sobre os filhos tidos no casamento anterior.

AS RAPARIGAS NO CÓDIGO CIVIL DE 1916

Na época em que casou com Nacib, Gabriela estava sujeita às disposições do Código Civil de 1916. Ela, no entanto, era uma exceção, sobretudo levando-se em conta suas características particulares: pobre, sem família e mulata, as mulheres que partilhavam das mesmas qualidades dificilmente casavam.

Com efeito, conforme aduz Marques (2004), o casamento formal era uma realidade distante das mulheres, que preferiam constituir uniões informais (p. 129). Como consequência, as mulheres parte em tais uniões restavam desprotegidas pela legislação civil, posto que esta somente levava em consideração o laço matrimonial legítimo, em flagrante hiato entre as disposições jurídicas e a realidade fática sobre a qual elas incidem.

À título de ilustração, devido ao não reconhecimento dos laços informais, as mulheres não tinham o direito de serem beneficiadas com pensões referentes a seus companheiros, ainda que tivessem constituído uma família e vivido de forma duradoura, nos mesmos moldes de um casamento tradicional (MARQUES, 2004, p. 130). Diga-se ainda que o único meio de proteção dessas mulheres era o Judiciário das grandes capitais, que, em clima de insegurança jurídica, por vezes concedia-lhes seus direitos de companheiras.

Desse modo, verifica-se outra vez a dicotomia mulheres casadas-raparigas, desta vez no âmbito civil. Enquanto as mulheres casadas gozavam de uma maior segurança jurídica e patrimonial, apesar de toda opressão que o Código lhes impunha, as raparigas amadianas não tinham a mesma sorte, ainda que vivessem, de fato, em regime semelhante ao casamento.

O PERFUME E A COR DO TRABALHO

Como dito anteriormente, Gabriela enquanto esposa, ou Sra. Saad, vivia sob a égide do diploma civil acima analisado. No que tange a questões patrimoniais, o Código pouca incidência possuía sobre Gabriela que, destituída de bens, não tinha escolha a não ser partilhar do patrimônio de Nacib, enquanto durasse a união. Nessa senda, salta aos olhos o fato de que Gabriela, ao concordar com a anulação do casamento, abriu mão de todo patrimônio, não lhe sendo oferecida nenhuma contrapartida financeira em troca. Não havia direito que lhe resguardasse.

Questões quanto à prole e ao desquite também padecem de relevância para análise, pois não constam no enredo do romance. Uma questão, porém, bastante

interessante é o exercício de atividade laborativa, o qual, como dito anteriormente, dependia de permissão do marido.

Preliminarmente, cumpre assinalar que o direito ao trabalho era uma reivindicação da chamada primeira onda feminista. Tal movimento tinha por objetivo alcançar a igualdade entre homens e mulheres e defendia, além do acesso igualitário ao trabalho, a igualdade política, a igualdade entre os cônjuges e a liberdade sexual, compreendendo ainda a contracepção e o aborto (LIMA, 2017, p. 37).

Em que pese tal luta ter contado com a participação de mulheres em diversos países, para personagens como Gabriela, tais reivindicações nada ou pouco significavam. Pelo seu estado de pobreza, não havia alternativa senão o trabalho. Sua liberdade laboral era plena e sofreu o primeiro golpe apenas quando passou a se relacionar com Nacib.

Antes de casar, Gabriela tinha o hábito de dirigir-se até o bar a fim de entregar o almoço de Nacib. Na oportunidade, a moça cor de canela atraía olhares dos clientes, ouvia gracejos e era beliscada pelos frequentadores da casa de bebidas. Nacib, enciumado e temeroso em perdê-la, resolveu, unilateralmente, proibir suas idas ao bar, com o fulcro de proteger seu “tesouro”. Assim, Gabriela perde um pouco de sua autonomia trabalhista, em um cenário no qual é melhor modificar as condições de trabalho da mulher do que protegê-la das atitudes dos clientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em determinada passagem da obra, Amado compara Gabriela ao pássaro sofrê que ganhara de Nacib. Engaiolado, o pássaro canta triste e cabisbaixo, saudoso da liberdade. Da mesma forma, Gabriela começa a cantar, devagar, aos poucos, a perda paulatina de sua liberdade, seja no trabalho, seja em casa, seja na integridade, com a diferença de que o pássaro possuía Gabriela para libertá-lo, Gabriela, porém, teve de buscar sozinha a própria liberdade.

“Gabriela, cravo e canela” brinda o leitor com um sistema multiportas para análise da violência. Da violação mais bruta ao ataque mais singelo, Amado é capaz de promover um debate singular acerca de padrões sociais que, no lugar de promover a liberdade individual e o sentimento de coletividade, apenas aumentam o sentimento de opressão do qual homens e mulheres buscam fugir.

No que tange às mulheres, a riqueza de tonalidades com as quais Amado pinta suas personagens permite infinitas intersecções e construções do que é ser mulher em Ilhéus, no Brasil e no mundo. Com sensibilidade singular, o autor vanguardista

foi capaz de revelar a essência feminina, antes desprezada, em temáticas que até os dias de hoje intrigam e restam sem resposta. Em tempos de desigualdade salarial, crimes passionais e falta de representatividade, as mulheres amadianas perfumam, com cravo e canela, a luta por direitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam**: universo imaginário do crime no feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

AMADO, Jorge. **Gabriela, cravo e canela**: crônica de uma cidade do interior. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 9ª ed. Salvador: JusPODIVM, 2017.

FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Manual de direito civil**: volume único. São Paulo: Saraiva, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

LIMA, Neuton Alves de. **Mulheres e crime**: um diálogo com os direitos humanos das detentas em Manaus. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2017.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis. **Revista Estudos Feministas**, vol. 16, nº 2, mayo-agosto. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina: 2008.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. A mulher casada no código civil de 1916. Ou, mais do mesmo. **Textos de História**, vol. 12, nº 1/2. Universidade de Brasília. Brasília: 2004.

MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista**: novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS, Antonia Cláudia Lopes dos. **Crimes passionais e honra no tribunal do júri brasileiro**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008.

WERNER, Priscila Cardoso. **Entre cravo e canela a opressão era da Gabriela**: a violência no corpo feminino como banalidade da dominação masculina. 2017.

Grupo de Trabalho n° 23

***INTERCULTURALIDADE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
INDÍGENA: GESTÃO, COORDENAÇÃO E FORMAÇÃO
DO PROFESSOR***

Grupo de Trabalho n° 30

***POLÍTICAS DE “AUTONOMIA” E
“DESCENTRALIZAÇÃO” UNIVERSITÁRIAS:
O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE OUTROS***

Grupo de Trabalho n° 33

***EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, DIREITOS HUMANOS
E DECOLONIALIDADE NA AMÉRICA LATINA***

ARTIGO

CURRÍCULO INTERCULTURAL, INSERÇÃO SOCIAL E PRÁTICAS DE INCLUSÃO: PERCEPÇÃO DO DOCENTE INDÍGENA SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

INTRODUÇÃO

A concretização de uma educação democrática se estabelece através das oportunidades de aprendizagem, estimulando as potencialidades dos alunos, respeitando suas diferenças individuais, logo, todo sujeito aprendente independente de sua condição social e de grupo étnico, que esteja em processo de construção e evolução intelectual, emocional, cultural e social merece ter acesso a práticas educacionais que atendam as suas necessidades, possibilitando melhor desenvolvimento das suas habilidades.

Para tanto, a relação entre o Currículo Intercultural fomentado nas inserções sociais e nas práticas metodológicas no Atendimento Educacional Especializado (AEE), desenvolvido pelos docentes na Sala de Recursos Multifuncional (SEM) implementados nos últimos anos em Escolas Estaduais Indígenas, promove a reflexão em como esse processo se materializa nas práticas inclusivas do aluno indígena com deficiência.

Partindo desses pressupostos, este ensaio visa aproximar a compreensão e das relações entre Escola, o Docente, o Discente, desenvolvimento das práticas inclusivas e suas inter-relações e implicações à luz da Pedagogia Histórico-Crítica integrada aos Estudos Culturais na análise do Currículo Intercultural.

* Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação. Universidade Evangélica do Paraguay/PY. E-mail: catarinajanira@gmail.com

** Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação. Universidade Evangélica do Paraguay/PY. E-mail: Leila.bv.rr@gmail.com

RELAÇÃO ENTRE ESCOLA, PROFESSOR E ALUNO NA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Compreende-se que a escola é um dos principais espaços de convivência social do ser humano, durante as primeiras fases de seu desenvolvimento. Ela em papel primordial no desenvolvimento do sujeito aprendente, pois é neste espaço que as relações de convivência no coletivo diversificado e fora do contexto familiar passam a existir.

Sendo assim, o espaço escolar é um dos principais locais que se estabelece o respeito à diversidade, onde se efetiva o respeito às diferenças. Neste espaço não se pode permitir a construção de desigualdades, discriminações ou exclusões, mas sim espaço norteador e de desenvolvimento de políticas afirmativas de respeito à diversidade, voltada para a construção de contextos sociais inclusivos.

Nesse contexto, a escola é um dos principais espaços de integração, assim como de exclusão, uma vez que a relação se estabelece através do discurso da racionalização dos resultados educacionais, cuidadosa e rigorosamente especificados e medidos, sendo consolidado nesse processo, o currículo escolar e sua intervenção no processo de construção da identidade tanto escolar, como na construção e aprimoramento da aprendizagem (SILVA, 2017).

Baptista (2006, p. 22) corrobora ao promover o diálogo sobre a necessidade de avançar o olhar sobre as relações que unem sujeito e contexto, na busca de modos “refinados” de classificar a maneira mais precisa e correta àquilo que tende a não se encaixar em nossas classificações.

A ruptura de paradigmas, voltados ao padrão adequado de aluno que ao longo do processo de evolução histórica e social passou a ser um dos maiores desafios enfrentados pelos processos educativos nos últimos tempos, uma vez que ao fomentar o conceito de que a escola é o espaço de desenvolvimento integral é o mesmo que referendar a diversidade como elemento essencial da promoção do sujeito.

Ao estabelecer essa relação entre currículo, escola e desafios docentes das inclusivas, nos reporta a Pedagogia Histórico-Crítica por promover a compreensão sobre a estrutura da relação e humanização da produção do conhecimento entre escola e currículo e sua intervenção no processo de ensino e aprendizagem entre professor e aluno, em que:

[...] o conhecimento, como instrumento particular do processo educacional, pode ser tratado de forma a contribuir ou negar o processo de humanização. Nesse sentido, o trabalho educativo é o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens (SAVIANI, 2013, p. 24).

Essas relações são efetivadas na convivência e no coletivo diversificado, enriquecendo os processos de formação social e de desenvolvimento no cotidiano. Vygotsky (1996) refere a dois tipos de conceito sobre o cotidiano: o conceito cotidiano que é as coisas que ela aprende fora da escola, e o conceito científico que são adquiridos nas interações escolarizadas. Para aprender um conceito além de informações recebidas do exterior é necessário realizar uma intensa atividade mental, por parte da criança como capacidade de comparar.

A educação para ser válida deve levar em consideração a vocação ontológica do sujeito, assim como as condições em que ele vive, nessa premissa Mannoni (1998) dialoga o fato de que a educação não se materializa apenas pela condição pessoal de pais e educadores, mas também deve ser considerado o contexto histórico, uma vez que as relações entre sujeitos aprendentes são marcadas pelo inconsciente.

Logo, o sujeito aprendente é um ser concreto, que se situa no tempo-espaço, integralizado em um contexto socioeconômico, cultural e político, concretizando assim, o sujeito histórico.

Configurado ainda na visão Mannoni (1998), que partilha da posição lacaniana ao considerar que além das relações entre o homem e seus semelhantes são determinadas pelo inconsciente e que essas relações são determinadas não apenas pelo contexto sócio econômico e político, mas também pelo cultural.

Considerando o educar para a diversidade, enquadrando assim a as práticas inclusivas no currículo intercultural, tendo esta à função essencial de desempenhar o papel de transformação e conscientização da conduta cultural na sociedade, mais especificamente em relação ao aluno indígena com Necessidades Educativas Especiais (NEEs), principalmente, no que diz respeito à reflexão sobre os mitos e estereótipos atribuídos durante a evolução histórica dos grupos étnicos, Maturana (1995, p. 226) define a conduta cultural como a “[...] estabilidade transgeracional de configurações comportamentais adquiridas ontogeneticamente na dinâmica comunicativa de um meio social.”

É por meio da dinâmica comunicativa que Baptista (2004, p. 2) materializa o diálogo no sentido de que é através da identificação de diferentes necessidades que se caracterizam a vida dos sujeitos da educação: alunos, professores, gestores, família e exprimem-se as diferentes atribuições aos mesmos.

Nesse contexto, reconhecer o aluno como sujeito aprendente e um sujeito histórico, faz como que o ato de educar na perspectiva da interculturalidade implica, portanto, uma clara e objetiva intenção de promover o diálogo e a troca entre os diferentes grupos e indivíduos que o constituem abertos e em permanente movi-

mento de construção, decorrente dos intensos processos de hibridização cultural (CANDAUI; KOFF, 2006, p. 102).

O docente ao fomentar a aprendizagem, reconhecendo o aluno como sujeito histórico, resultado da integração da materialização do ato de educação através da interculturalidade, otimizando a sua sala de aula como espaço de superação do senso comum, promove o conhecimento através da prática social, sistematizando suas relações sociais durante a evolução histórica, compreendida e sua totalidade para transformação e superação.

Neste contexto, Baptista (2004, p. 03) considera que o debate sobre “a intervenção pedagógica, as instituições, as políticas e as diferenças” dever transcender os limites da Educação Especial. A inclusão escolar tem sido um processo que considerada a sua natureza de ação “mista” e “não fragmentada”, tem exigido que a discussão teórica pedagógica também ultrapassasse os muros disciplinares específicos.

Ao reportar os conceitos de inclusão e interculturalidade ao campo educacional torna-se imprescindível a atenção às múltiplas relações que se estabelecem entre os sujeitos no processo pedagógico, entre as quais, a dimensão intercultural vem assumindo cada vez mais importância.

O meio cultural influencia as nossas percepções sobre os outros e é neste campo que a psicologia e a comunicação intercultural têm oferecido à educação ferramentas importantes de compreensão do mundo para uma melhor atuação no domínio pedagógico.

CURRÍCULO INTERCULTURAL, INSERÇÃO SOCIAL E AS PRÁTICAS INCLUSIVAS

A prática de inclusão no âmbito intercultural e curricular no processo de escolarização do discente indígena com NEEs se pauta justamente a aplicação desse currículo intercultural, uma vez que a cultura indígena tem uma lógica própria, seus valores e sua metodologia.

Para Abadio do Carmo (1994, p. 22) ao analisar os comportamentos específicos das etnias indígenas, buscou compreender certas práticas:

Nas culturas primitivas que sobreviviam basicamente da caça e da pesca, os idosos, doentes e portadores de deficiência eram geralmente abandonados, por um considerável número de tribos, em ambientes agrestes e perigosos, e a morte se dava por inanição ou por ataque de animais ferozes. O estilo de vida nômade não somente dificultava a aceitação e a manutenção destas pessoas, consideradas dependentes, como também colocava em risco todo o grupo, face aos perigos da época.

Entretanto, esse mesmo autor apontou situações nas quais a recepção para as pessoas com deficiência, ganha um olhar positivo, daí a necessidade de estudar cada caso e entender especificidades culturais, históricas a própria relação de alteridade. Lembra que:

[...] existia nas florestas situadas entre o sul do Sudão e Congo, uma tribo muito primitiva denominada Azande. Os componentes desta tribo, apesar de acreditarem em feitiçaria, não chegaram a relacionar defeitos físicos com intervenções sobrenaturais. As crianças anormais nunca foram abandonadas ou mortas. Para eles, dedos adicionais nas mãos ou pés eram bastante comuns e se orgulhavam de possuí-los. [...] já o povo Xangga, que vivia ao norte da Tanzânia, leste da África. Vivendo em estado primitivo, estes povos também não prejudicavam ou matavam as crianças ou adultos com deficiência. Acreditavam que os maus espíritos habitavam essas pessoas e nelas arquitetavam e se deliciavam para tornar possível a todos os demais membros a normalidade (CARMO, 1994, p. 22).

Desta forma, há necessidade de se refletir sobre a diversidade cultural e étnica, pois cada povo tem a sua cultura que atende aos seus interesses e necessidades da comunidade em que vive. Para Díaz-Aguado (2000),

[...] a interculturalidade, é vista como um meio de melhorar o respeito pelos direitos humanos e não como um fim em si mesmo, pode permitir a resolução de alguns conflitos e controvérsias colocados nos últimos anos sempre que está em causa a sua aplicação prática. A multiculturalidade/interculturalidade é, provavelmente, uma das questões de maior importância com a qual se defrontam os professores na atualidade e um dos maiores desafios da educação num contexto global de crescente diversidade.

Quanto à educação formal, as barreiras encontradas pelos professores indígenas, para ministrarem aulas aos índios com necessidades especiais é uma realidade. Os currículos para a escola dos indígenas devem ser construídos valorizando os seus conhecimentos tradicionais, respeitando a diversidade cultural de cada povo (RCNEI/MEC, 1998). No que se refere aos índios com necessidades especiais, tais processos de Educação Escolar devem contemplar estes sujeitos, cabendo-lhes um lugar especificado no conteúdo, material didático, ou questões metodológicas de ensino que lhes sejam próprias.

Ribeiro (1996) lembra a existência de um conjunto de mitos e ritos em grande parte projetados no sentido da explicação para o nascimento de crianças com deficiências:

Antigamente a mulher indígena tinha todo cuidado especial dado pela mãe e pai. Ao passar de jovem para adulto, começava se preparar, ser uma mulher sadia na vida para quando fosse dar o parto, não tivesse problema. Orientavam-na para que não consumisse a juriti, por exemplo, esta ave contém muito sangue e conseqüentemente na sua menstruação sangraria muito e no parto também. São cuidados necessários para uma boa saúde, na visão indígena. O consumo de peixe também tem restrições, por exemplo, o consumo do jejú, não pode ser consumido, também não é aconselhável brincar com arco e flecha, uma vez que se o mesmo cruzar em sua barriga vai prejudicar a criança. Todo esse cuidado especial era garantido para que ele [criança] não tivesse problema ao nascer. Não pode apontar o arco para a barriga porque a criança vai nascer aleijada. Outra crença é a de que a mãe não podia consumir ovo de beija-flor que o nenê nascia miudinho (RIBEIRO, 1996, p. 354).

Logo, a integração de um currículo intercultural e a prática diversificada para a obtenção do aprimoramento cultural, ético e pedagógico faz com que a aprendizagem e dos alunos se torne flexível e rica em seu dimensionamento. Essa diversidade não ocorre somente na instancia escolar, porém é necessário que esse processo seja desenvolvido na formação tanto do professor como do aluno.

Sendo assim, é imprescindível buscar desenvolver atividades que integram ações que promovam as funções mentais durante o ato da execução da reflexão individual ou de forma coletiva na troca de informações.

O fracasso escolar e as condições sociais e culturais, ocorridas ao longo dos tempos provocaram situações que levem o docente à reflexão para a melhoria da intervenção pedagógica, isso se dá pelos movimentos das abordagens de desenvolvimento cognitivo em busca de alternativas para o surgimento da mudança de visão da escola pública no processo de inclusão.

Esses movimentos resultaram em uma reestruturação na qualificação do atendimento das pessoas com necessidades educacionais especiais, principalmente na constituição do currículo, uma vez que:

Na concepção inclusiva, a adaptação ao conteúdo escolar é realizada pelo próprio aluno e testemunha a sua emancipação intelectual. Essa emancipação é conseqüência do processo de auto – regulação da aprendizagem, em que o aluno assimila o novo conhecimento, de acordo com suas possibilidades de incorporá-lo ao que já conhece (MANTOAN; BATISTA, 2007, p. 17).

A nova base prática do professor para atender as expectativas de melhoria no quadro da aprendizagem dos alunos está estruturada em desenvolver as reflexões no espaço escolar, principalmente na sala de aula, juntamente com os meus alunos, proporcionando uma análise e reflexão da prática, oferecendo desafios a serem alcançados.

Por isso, é que não só deve ser utilizada a sala de aula como espaço de aprendizagem, mas todo espaço que seja disponibilizado para que a articulação entre o desenvolvimento das funções mentais e sociais possam a vir acontecer.

O discente com NEEs, como os demais, participa igualmente de todos esses momentos: planejamento, execução, avaliação, e socialização dos conhecimentos produzidos. Por mais que se pretenda construir um conhecimento a partir do “concreto”, ele não se esgotará da sua dimensão física (MANTOAN, 2007, p. 19).

A dinamização da reflexão sobre a aprendizagem do indígena com necessidades educacionais especiais dá um novo significado profissional, pois a busca do aprimoramento de prática pedagógica, refletindo sobre os saberes, favorecendo a análise e a reelaboração do processo de reconstrução do conhecimento durante a atuação em sala com os alunos.

Esses pontos ofereceram subsídios para repensar sobre o papel pedagógico, principalmente em como designar as ações, articulando novos horizontes emancipadores na perspectiva crítica, com a busca da construção da identidade.

O resgate da aprendizagem proporciona a ampliação da visão da ação educativa de forma contextualizada e multidimensional no processo de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, levando a debater questões referentes ao processo de ensino e aprendizagem em ação articulatória com as áreas do conhecimento.

Porém, a produção e o desenvolvimento da aprendizagem não podem estar voltados a um único espaço, o espaço escolar, deve atender aos espaços pluriculturais, ao tempo e a linguagem do indivíduo como um todo.

Não cabe somente aos professores e escola o desenvolvimento da aprendizagem, ela deve ocorrer em vários espaços de busca, construção, diálogo e confronto e de fazer a reflexão e a organização entre outros elementos. Portanto, para que venha ocorrer a aprendizagem é necessário que se trabalhe de forma diferenciada fundamentando e ampliando o preceito de diversidade de forma lógica e organizada.

DESAFIO DOCENTE E AS PRÁTICAS INCLUSIVAS NA ESCOLA INDÍGENA

Denominamos as escolas visitadas de (E1, E2 e E3) para fins de preservação de seus dados, em que na Escola (E1) localizada na Comunidade Indígena do Canaunim, Município do Cantá, possui dez discentes das etnias Macuxi e Wapichana diagnosticados com: Paralisia Cerebral, Deficiência Intelectual, Síndrome de Down, Atraso Neuromotor, matriculados na SRM. Esses alunos são atendidos por dois docentes indígenas que desenvolvem o AEE. As observações pontuam que o processo

de implantação da SRM ocorreu entre os anos de 2008/2009 por uma professora da comunidade na época que propôs a implantação após ter participado de curso de formação na área de Educação Especial.

A 2ª Escola (E2) participante da pesquisa fica localizada na Comunidade Boca da Mata, Município de Pacaraima possui dois discentes das etnias Macuxi diagnosticados com Hidrocefalia e Paralisia Cerebral, no entanto, os docentes pontuam a necessidade de avaliação especializada de outros discentes para avaliação diagnóstica, porém os responsáveis apresentam resistência para encaminhamento. A escola atende a cinco etnias (Macuxi, Taurepang, Saporá, Wapichana e Tucano do Alto Rio Negro) e também não indígenas (Brasileiros e Venezuelanos) matriculados atende a turmas do Ensino Fundamental e Médio.

Na escola possui dois docentes que tiveram a formação inicial do AEE, uma vez que até 2015 a escola possuía uma SRM, mas devido à necessidade de abertura de turmas para atendimento ao Ensino Regular a sala foi desativada. O plano de gestão da escola a reativação da sala, assim como a aquisição dos recursos pedagógicos com recursos da Associação dos Pais e Mestres (APM) e a construção do espaço em muritão pela própria comunidade está programada para 2019.

A 3ª Escola (E3) da Comunidade Campo Alegre, Município de Boa Vista Rural, atende a 08 discentes com Paralisia Cerebral, Síndrome de Down, atraso Neuro-motor e Deficiência Intelectual. Na escola possui 02 docentes com formação sem formação do AEE.

Nos dados preliminares coletados, foram identificados quatro pontos desafiadores para prática docente, pautados na não compreensão da fundação do AEE na SRM, na resistência dos pais e/ou responsáveis sobre a importância das crianças participarem das atividades escolares e do AEE, na adaptação atividades e integrar ações metodológicas no processo de intervenção didática, ausência no acompanhamento e orientação da coordenação pedagógica, de técnicos e especialistas dos departamentos responsáveis pelo acompanhamento das ações didáticas, em como proceder metodologicamente e registrar a evolução da aprendizagem conforme estabelecido no plano de atendimento.

O primeiro desafio identificado nas falas dos docentes titulares do Ensino Regular refere-se a não compreensão do que seja a SRM, para eles um espaço para realização de procedimentos de estímulo motor similar a fisioterapia, um espaço de atender as crianças “doentes”.

No entanto, a SRM é o espaço da escola onde se realiza o AEE para os discentes com NEE, por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem centradas

em um novo fazer pedagógico que favoreçam a construção de conhecimentos pelos discentes, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (BRASIL, 2007).

Conforme a orientação 01/05 as salas necessitam estar implantadas e implementadas escola regulares ou em espaços não formais (centros de Atendimento, hospitais), com docente capacitado a oferecer a complementação ou suplementação curricular, exclusivamente para discentes que apresentam deficiências e condutas típicas, matriculados em escolas comuns. Elas têm, entre outras finalidades: apoiar o/a professor/a da escola de origem do/a aluno/a; atender alunos/as de várias escolas da região (bairros); permitir a utilização de equipamentos e recursos pedagógicos que facilitem o processo educacional (CARLETO, 2013).

Os procedimentos desenvolvidos nas SRMs estão pautados no AEE, compreendido como um serviço de desenvolvimento de ações pedagógicas pautadas nos princípios da Educação Especial que “[...] identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008).

Suas ações metodológicas necessitam estar articulados com o currículo escolar, neste caso nas escolas indígenas, no currículo intercultural, embora suas atividades se “diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum” (MEC, 2009).

Para que o currículo atenda as reais necessidades dos discentes atendidos no AEE é necessário que a intervenção docente “ultrapasse as barreiras impostas pela deficiência”, buscando atender as necessidades educacionais dos estudantes excepcionais, por meio de recursos adaptados os quais contribuam no desenvolvimento da aprendizagem destes educandos, fazendo com que estes desenvolvam a autonomia durante a realização de suas atividades tanto na sala comum quanto na especializada (BATISTA, 2006, p. 17).

O segundo desafio é a quebra de paradigma da família dos discentes, pois no âmbito cultural as crianças são consideradas como “doentes” e que essas manifestações ocorreram porque a família não seguiu os conselhos dos anciãos, dos “mais velhos”, fazendo com que aumente o aparecimento de crianças “doentes” (deficiência), o que antes não era visto.

Compreendo que de modo cultural as crianças sempre foram “invisíveis” perante a cultura a sua comunidade ou etnia. Para Geertz (2001, p. 215), as culturas são “[...] estruturas de sentido em que as pessoas vivem e formam suas convicções, suas individualidades e seus estilos de solidariedade” e uma “[...] força ordenadora das questões humanas”. Assim, a cultura são representações sistematizadas e representadas por signos e símbolos (SILVA; BRUNO, 2016, p. 243).

Logo, as práticas inclusivas podem desempenhar importante papel de transformação cultural em relação ao indígena com necessidade especial, principalmente, no que diz respeito à reflexão sobre os mitos e estereótipos atribuídos durante a evolução histórica dos grupos étnicos.

Nesse contexto, compreender as transformações culturais nos processos de escolarização das crianças indígenas, promove o repensar de como a escola deverá conduzir suas intervenções para assegurar o direito dessas crianças inseri-los nas ações do cotidiano em comunidade, conforme os seus valores, crenças e significados. Além de ajudá-los na construção da sua identidade (SILVA; BRUNO, 2016).

O terceiro desafio está relacionado às questões metodológicas no processo de intervenção didática e de adaptação curricular durante a promoção de estratégias e na integração temática do currículo intercultural. Para tanto, é imprescindível que o docente desenvolva atividades que integram ações que promovam as funções mentais durante o ato da execução, da reflexão individual ou de forma coletiva na troca de informações.

Nessa premissa, Vygotsky (1998) enfatiza o processo histórico-social e o papel da linguagem no desenvolvimento do indivíduo, a centralidade do processo consiste na aquisição de conhecimentos pela interação do sujeito com o meio, uma vez que, o sujeito é interativo, pois adquire conhecimentos a partir de relações intra e interpessoais e de troca com o meio, através da mediação.

Compreende-se que a prática docente necessita promover em suas intervenções metodológicas de construção social dos indígenas com necessidades especiais, uma vez que as barreiras atitudinais e culturais influenciam as relações sociais, as formas de interação e a formação do outro conceito dessas pessoas. As formas de interação, comunicação e significados socialmente construídos são fatores determinantes para o processo de desenvolvimento, aprendizagem e adaptação social dos indígenas com NEEs em suas comunidades.

Nesse contexto, o docente necessita compreender como ocorre o processo inclusivo no contexto escolar, assim como o de planejar estratégias metodológicas e procedimento adaptados para ação educacional, considerando a identidade cultural, desencadeando e garantindo assim a igualdade de oportunidades na aquisição das competências básicas, necessárias para a sua integração efetiva, o respeito a identidade e a igualdade de oportunidades.

É imprescindível também que o docente indígena tenha acesso à formação continuada e direcionada para práticas interventoras que fomentem metodologias que estimulem o desenvolvimento cognitivo dos alunos indígenas atendidos nas SRMs respeitando sua identidade e cultura no espaço escolar.

Por fim, o quarto desafio refere-se à ausência no acompanhamento e orientação da coordenação pedagógica, de técnicos e especialistas dos departamentos responsáveis pelo acompanhamento das ações didáticas, em como proceder metodologicamente e registrar a evolução da aprendizagem conforme estabelecido no plano de atendimento.

A ausência do acompanhamento do coordenador pedagógico promove intensifica o vago gerado pelos desafios da prática, associados à falta de formação continuada. Para Libâneo (2001), o coordenador pedagógico é aquele que responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico, estando diretamente relacionado com os professores, alunos e pais. Junto ao corpo docente o coordenador tem como principal atribuição à assistência didática pedagógica, refletindo sobre as práticas de ensino, auxiliando e construindo novas situações de aprendizagem, capazes de auxiliar os alunos ao longo da sua formação.

Compreende-se que o acompanhamento pedagógico seja de fato efetivado para o docente possa ter maior segurança e suporte ao promover as práticas inclusivas, corroborando no atendimento as expectativas de melhoria no quadro da aprendizagem dos docentes, assim como, na proporcionando a reflexão da prática e oportunizando a integração entre o Currículo Intercultural as Práticas Inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre o Currículo Intercultural nas Práticas Inclusivas no AEE: o Desafio Docente na Escola Indígena fomenta o debate referente às ações desenvolvidas no contexto escolar, no aprimoramento de prática pedagógica, refletindo sobre os saberes, favorecendo a análise e a reelaboração do processo de reconstrução do conhecimento durante a atuação da SRM com a comunidade escolar. Esses pontos ofereceram subsídios para repensar sobre o papel pedagógico, principalmente em como designar as ações, articulando novos horizontes emancipadores na perspectiva crítica, com a busca da construção da identidade.

O espaço escolar deve atender aos espaços pluriculturais, ao tempo e a linguagem do indivíduo como um todo. A temática discursiva oportunizou para o processo de reflexão, estruturação e aplicabilidade de Políticas Públicas para o desenvolvimento da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusivas voltadas a população indígena.

O respeito aos aspectos interculturais e curriculares é preciso, assim como para construção de práticas inclusivas no processo de escolarização, de socialização e

integração do aluno com NEE's atendido nas escolas indígenas, no qual tenho a oportunidade de contribuir para a evolução social e educacional não apenas para os povos indígenas do Estado de Roraima, mas para toda sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R.; DORNELES, B. Políticas de Inclusão Escolar no Brasil: descrição e análise do município de Porto Alegre. In: PRIETO, Rosângela. Políticas de Inclusão Escolar no Brasil: descrição e análise de sua implementação em municípios das diferentes regiões. Trabalho encomendado do GT-15 Educação Especial na **27ª Reunião Anual da ANPEd**. Caxambu, 2004.

BATISTA, C. A. M.; MANTOAN, M. T. E. **Educação inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para a deficiência mental**. 2. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

_____. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas - RCNEI**. Brasília: MEC/SEF, 2002.

CANDAU, V. M.; KOFF, A. M. N. S. Conversas com... sobre a didática e a perspectiva multi/intercultural. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 95, p. 471-493, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicampi.br>>.

CARMO, A. A. **Deficiência física: a sociedade cria, "recupera" e discrimina**. 2. ed. Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1994.

DÍAZ-AGUADO, M. J. **Educação intercultural e aprendizagem cooperativa**. Porto: Porto Editora, 2000.

GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e de gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

MANNONI, M. A contribuição de Winnicott para um trajeto na psicanálise. **Estilos da Clínica**, v. 3, n. 4, p. 8-19. 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v3i4p8-19>>.

MANTOAN, T. É.; BAPTISTA, C. R. **Atendimento Educacional Especializado: deficiência mental**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. G. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas do entendimento humano. São Paulo: Ed. Psy II, 1998.

SAVIANE, D. Pedagogia **Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, J. H.; BRUNO, M. M. G. A escolarização de indígenas com deficiência nas aldeias de Dourados-MS. **Revista Comunicações Piracicaba**, v. 23, n. 3, p. 241-258, 2016 (Número Especial). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v23nespp241-258>>.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução as teorias do currículo. 3. ed., 10. reimp. Belo Horizonte: Autentica, 2017.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

_____. **Pensamento e linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

ARTIGO

**IDENTIDADE E PLURALIDADE CULTURAL NO CONTEXTO
ESCOLAR INDÍGENA**

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa foram analisadas o papel do Estado na educação escolar indígena, com a pretensão de contribuir para ampliar o conhecimento sobre as questões indígenas e seus processos particulares, fornecendo subsídios às políticas públicas de desenvolvimento, descrevendo a escola como um local onde todos aprendam, a buscar na diversidade cultural, o sentido de uma educação, voltada a um Brasil de muitas culturas, a um povo de muitas crenças, hábitos, costumes, traçando um amplo diagnóstico, das políticas públicas educacionais indígenas, desenvolvida nos últimos anos pelo Estado brasileiro, reconhecendo a diversidade social e pluralidade e respeito das diferenças na educação escolar.

Foram abordados, conceitos e teorias desenvolvidos por autores de renomes que trabalham a identidade e pluralidade na educação, tomando como base a cultura indígena com seus hábitos e valores, reconhecendo a herança cultural de cada grupo étnico e a cultura brasileira como pluricultural, destacando que na sociedade brasileira, a escola tem seu papel no processo multicultural, como parte fundamental para o desenvolvimento humano, que interfere na formação social do ser.

Traçou-se uma relação entre o tripé identidade, multiculturalismo e a pluralidade cultural, usando como base o contexto escolar indígena no centro da teoria social e da prática política atual, analisando as mudanças estruturais que fragmentam e desconstroem as identidades culturais de etnia e nacionalidade numa sociedade plural, mostrando as diversidades culturais e portanto, a necessidade de trabalhar sob a forma do multiculturalismo as singularidades culturais a partir do conceito de diferença cultural.

* CEFORR; UFRR / PRONAT. E-mail: sandraelainepaz@hotmail.com

IDENTIDADE E PLURALIDADE CULTURAL

Para um contexto teórico em uma pesquisa, que envolve identidade e pluralidade cultural dentro de uma escola em uma sociedade indígena em área de fronteira, traçar uma correlação entre cultura, território, lugar e fronteira talvez seja o caminho mais próximo para se entender a correlação existente entre elas, pois segundo Gupta e Ferguson (2000, p. 34), “a identidade de um lugar surge da interseção entre seu envolvimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e a sua construção cultural como comunidade ou localidade”.

Partindo desse pressuposto, o território¹ funciona como um princípio organizador central, onde pode-se identificar diferenças culturais, dentro de um mesmo território nacional, que se evidenciam (ou aumentam) quando o lugar² se encontra em área de fronteira, tornando-se difícil, associar o lugar à cultura, pois muitos e de diferentes etnias, são os que vivem cruzando as fronteiras no cotidiano e com eles as diversas culturas que lhes são inerentes (GUPTA; FERGUSON, 2000).

Assim, na diversidade étnica que compõe a sociedade de um território, há uma pluralidade de culturas imersas, numa cultura dominante. Para Gupta e Ferguson (2000) pode-se detectar várias “subculturas”³, relacionadas a uma cultura nacional dominante, dentro do mesmo território, com diferentes etnias, com identidade demarcada, ligada a somente um poder, que precisa e deve tratar a diversidade cultural de forma particular, levando em consideração as peculiaridades de cada uma.

Deve-se compreender, que os lugares possuem em seu território, culturas híbridas, com uma sociedade constituída de identidades plurais, com base na diversidade de raças, gênero, classe social, padrões culturais e linguísticos, habilidades e outros marcadores identitários, com um multiculturalismo descentrado, múltiplo e em processo permanente de construção e reconstrução, portanto, a diversidade e a individualidade, são características do indivíduo que adquire habilidades diversas,

¹ Haesbaert (2004, p. 79) diz que “Tendo como pano de fundo [...] a noção “híbrida” (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

² Para Santos (1997, p. 52) “O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam - ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem.

³ Segundo Gupta e Ferguson (2000, p. 33), subcultura é um “conceito [...] utilizado para fazer referência a um grupo de pessoas, geralmente minoritário, com um conjunto de características próprias (comportamentos e crenças), que representa uma subdivisão dentro de uma cultura dominante da sua comunidade. [...] subcultura é um grupo diferenciado dentro de uma cultura. É comum uma subcultura definir-se a si mesma por oposição à cultura dominante”.

completando-se e aperfeiçoando a comunidade, numa interação que resulta da diversidade da cultura.

Moreira e Candau (2007, p. 17), explicam o sentido plural da cultura afirmando que:

cultura corresponde aos diversos modos de vida, valores e significados compartilhados por diferentes grupos (nações, classes sociais, grupos étnicos, culturas regionais, geracionais, de gênero etc.) e períodos históricos. Trata-se de uma visão antropológica de cultura, em que se enfatizam os significados que os grupos compartilham, ou seja, os conteúdos culturais. Cultura identifica-se, assim, com a forma geral devida de um dado grupo social, com as representações da realidade e as visões de mundo adotadas por esse grupo.

Qualquer sociedade tem sua vertente pluricultural, ou seja, é envolvida por diversas culturas, respeitando as diferenças apresentadas por elas, por meio do processo de socialização, pelo qual o homem se integra ao grupo em que nasceu, assimilando sua cultura e no decorrer do viver, adquire diferentes valores culturais transformando-se.

Dessa forma, percebe-se o quão problemático é para se entender, o processo pelo qual um espaço adquire uma representação identitária, devendo-se ao fato das pessoas possuírem o livre trânsito entre os espaços, dentro da dinâmica temporal, expressando características adquiridas, num ou noutro território, dificultando assim conceituar identidade.

MULTICULTURALISMO E IDENTIDADE

A multiplicidade de culturas e etnias tem caracterizado as sociedades modernas, portanto, a ideia de multiculturalismo é uma resultante desses processos civilizatórios marcados pela heterogeneidade.

Culturalmente, com o vertiginoso avanço da tecnologia e a diluição de fronteiras geográficas, tem-se acelerado, o intercâmbio cultural e as marcas do multiculturalismo e da diversidade cultural, fazem refletir sobre uma unidade humana, desafiando o homem a desenvolver a capacidade de conviver, com a renovação constante da cultura.

Contudo, Monteiro (1997, p. 60) deixa claro que, essa unidade humana de uma cultura renovada e coletiva, disseminada pelo aparato tecnológico e assimilada por intensa interação social renova a cultura, mas traz à tona o problema da identidade étnica.

as identidades não resultam espontaneamente do pertencimento empírico a uma cultura. Seriam, ao contrário, consequência de um processo simbólico de autodesignação de traços culturais - mesmo daqueles que podem ser fisicamente aferidos como ausentes - que retira sua inspiração de um repertório cultural disponível (próprio ou alheio). Desse modo, a continuidade de uma etnia dependerá da capacidade de um determinado grupo de manter simbolicamente suas fronteiras de diferenciação, [...] de sua capacidade de manter uma codificação permanentemente renovada das diferenças culturais que o distinguem dos grupos vizinhos (MONTEIRO, 1997, p. 62-63).

A autora salienta ainda que, as identidades coletivas surgiram no contexto da construção dos Estados Nacionais, na segunda metade do século XX e que as identidades nacionais demarcavam as peculiaridades inerentes a cada nação, com uma identidade étnica própria, diferenciando-a do coletivo global, o qual a sociedade está inserida, levando a etnia para o coração das sociedades, representando o próprio Estado. Contudo, as sociedades necessitam de habilidades para manterem suas fronteiras no campo da subjetividade e “a identidade não é mais definida como um modo de ser cuja natureza profunda é preciso revelar, mas como um jogo simbólico no qual a eficácia depende do manejo competente de elementos culturais” (MONTEIRO, 1997, p. 63).

Essa complexidade, de definir identidade na sociedade contemporânea, também é revelada por Hall (2000), que destaca, a impossibilidade de oferecer afirmações conclusivas, ou fazer julgamentos seguros, sobre proposições teóricas, que estão sendo apresentadas, pois, a sociedade, tem se mostrado mutável, de forma quase instantânea e algumas teorias veem perdendo força, quando dão suporte teórico as mudanças sociais.

Uma mudança estrutural está transformando as sociedades modernas [...] fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento - descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo (HALL, 2000, p. 8-9).

Hall (2000) aponta aspectos da identidade relacionado ao processo de mudança da globalização e seu impacto sobre a identidade cultural, daí a dificuldade de defini-la. No entanto, vale ressaltar, que a sociedade, em sua dinamicidade continua atemporal, vem ao longo dos anos sendo transformada pelos que a compõem e essa não é a primeira vez que a sociedade, passa por transformações extremas, que leva

a uma crise identitária do homem, que assume identidades diferentes em momentos distintos.

O homem, ao longo da vida adquire identidades, que não são unificadas, que levam este a diferentes rumos, de tal forma, que as identificações são continuamente adquiridas, alteradas e deslocadas. Assim, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural aumentam e se expressam no espaço, há confrontos por uma multiplicidade e trocas de identidades, mesmo que temporariamente (HALL, 2000).

Esse pode ser um fator positivo da identidade, o deslocamento, as alterações, desarticulando as identidades estáveis, abrindo possibilidades de novas identidades, ou “pluralização” de identidades. Isso parte da abertura dada aos homens, pelo livre trânsito entre os espaços, dentro da dinâmica temporal, expressa em maior ou menor velocidade.

Assim, pode-se dizer, que o conceito de identidade, toma aspectos diferenciados, passando por mudanças ocorridas no espaço ao longo do tempo, ressaltando que o espaço e o tempo na globalização possuem aspectos distintos. O tempo é instantâneo e o espaço é virtual, isto é, tempo e espaço são percebidos e analisados sem o deslocamento.

As ideias e os valores apropriados, de forma diferenciadas pelas pessoas, norteiam a diferença, que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, no qual as identidades são construídas, por meio de uma clara oposição entre “nós” e “eles”.

Na diversidade, percebe-se e reconhece-se diferentes costumes dentro de uma cultura dominante, fazendo nascer a pluralidade em uma sociedade, num nível de representação cultural, dando um novo significado e rearticulando o signo, não mais puro (agora hibridizado), da memória histórica comunitária, mas com efeitos homogeneizadores de símbolos culturais, aliados entre si, justapostos em princípios.

No entanto, mesmo fazendo parte de uma cultura dominante, demarcada por um território, com características comuns, há um espaço em que a diversidade é percebida e permutas simbólicas ocorrem, produzindo uma instabilidade cultural.

A diferença linguística que embasa qualquer *performance* cultural é dramatizada no relato semiótico comum [...] a um tempo presente e a um espaço específico. O pacto da interpretação nunca é simplesmente um ato de comunicação entre o Eu e o Tu [...]. A produção de sentido requer que esses dois lugares sejam mobilizados na passagem por um Terceiro Espaço, que representa tanto as condições gerais da linguagem quanto a implicação específica do enunciado em uma estratégia performativa e institucional da qual ela não pode, em si, ter consciência (BHABHA, 2000, p. 27).

No contexto, de um espaço comum a duas culturas, faz surgir a pluralidade e nele se percebe a fragilidade da legitimidade da cultura tradicional, que se sustenta em pilares corroídos pela modernidade e que tenta se manter como algo nato. Nesse terceiro espaço, citado por Bhabha (2000), se assimila os contrários e se cria uma área de instabilidade cultural, produzindo um espaço comum, internacionalizado, destruindo o fechado, revelando códigos integrados, abertos.

Um terceiro espaço intermediário, contraditório e ambíguo, que não possui uma sustentável cultura original, onde se evidencia o hibridismo, a mudança, a fluidez oculta da prática cultural e que se constitui, das condições discursivas da enunciação, garantindo que, o significado e os signos da cultura sejam apropriados, traduzidos e lidos de outro modo, portando, uma identidade híbrida, livre para negociar e traduzir suas identidades culturais, na temporalidade descontínua, construindo uma cultura (não nova, mas hibridizada), a partir da assimilação e justaposição de duas culturas, aliadas a formas modernas de tecnologia de informação, linguagem, vestimenta, surgindo um novo lugar, que transforma os significados (BHABHA, 2000).

O espaço usado pelos que transitam entre os territórios de suas comunidades étnicas indígenas e das sociedades modernas hibridizadas detentoras dos meios de poder, onde a identidade mostra-se fluída dentro do contexto ao qual se encontra. Woodward (2000, p. 11), salienta que a “emergência de diferentes identidades é histórica; ela está localizada em um ponto específico no tempo. Uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos”. Os que pertencem a etnias indígenas buscam sempre, reafirmar suas identidades históricas, supostamente perdidas, buscando-as no passado, embora, ao fazê-lo, eles possam estar realmente produzindo novas identidades.

Aquilo que parece ser simplesmente um argumento sobre o passado é a reafirmação de uma verdade histórica pode nos dizer mais sobre a nova posição-de-sujeito [...] do século XX que está tentando defender e afirmar o sentimento de separação e de distinção de sua identidade nacional no presente do que sobre aquele suposto passado. Assim, essa redescoberta do passado é parte do processo de construção da identidade que está ocorrendo neste exato momento [...] (WOODWARD, 2000, p. 12).

Nas comunidades indígenas, além da linguagem, marcação subjetiva identitária, a identidade é estabelecida por uma marcação simbólica histórica, relativamente a outras identidades, numa afirmação através de sistemas representacionais objetivas como adereços, onde podem assumir, suas posições de identidade e se identificarem a elas. Trata-se de uma dimensão simbólica (adereço) e social (língua), necessária ao conceito de identidade.

Há uma zona de indefinição e instabilidade sociolinguística nas comunidades indígenas, onde atuam duas línguas. Essa interação se produz a partir dos falantes da língua mãe e da influência dos mais jovens que estudam em escolas não indígenas próxima das comunidades; da interação que ocorre geralmente nos intercâmbios econômicos da produção da comunidade que é comercializada nas feiras urbanas, geralmente pelos líderes, além dos meios de comunicação presentes nas comunidades, de forma particular o rádio, havendo alternâncias nos usos de ambos os códigos, com propósitos comunicativos e identitários, isto é, uma mescla linguística, que não se generaliza, apresentando configurações diferenciadas, reformando a ideia de um terceiro espaço intermediário anteriormente discutido por Bhabha (2000).

No Brasil, aspectos educativos indígenas, até recentemente, tenham sido tratados nas políticas educacionais nacionais, regionais e locais de forma unilateral e homogênea, ou seja, sem considerar, a particularidade étnica e que, de modo geral, os estudos; a questão do respeito à identidade do outro; aceitação às diferenças e com a escola cumprindo a tarefa de manter a cultura étnica da comunidade a qual está inserida. Foi através da Resolução do Conselho Nacional de Educação Básica nº 3, de 10 de novembro de 1999, que foram fixadas as diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, no âmbito da educação básica, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção da diversidade étnica (BRASIL, 1999).

Este caminho que vem sendo trilhado, incluindo a base modificadora de uma sociedade, que ocorre no circuito educacional, é na escola. É nela que se terá, num futuro próximo para as áreas indígenas, o conhecimento, a valorização e a reprodução das culturas envolvidas, tendo por base práticas que caminhem, para a interação, fazendo surgir novas concepções de valorização cultural, o reconhecimento das características inerentes a cada um e o respeito mútuo, além do aprimoramento das relações comunicativas em situações cotidianas envolvidas nas comunidades pelos discentes.

Oferecer o ensino intercultural e bilíngue, às crianças que vivem nas áreas indígenas, é um elemento positivo para a comunidade, pois a língua é um dos grandes trunfos de uma população, visto que, é através dela que se mantem os costumes, crenças e saberes, não sendo possível desvincular tais questões, as realidades educacionais das escolas indígenas. Portanto, percebe-se a existência de vasta diversidade linguística em áreas indígenas, constituindo uma riqueza única e singular, que deve

ser valorizada, visando uma educação de qualidade que envolvam a escola e a comunidade inseridas nessa realidade.

IDENTIDADE E PLURALIDADE CULTURAL NO CONTEXTO ESCOLAR

No sistema educacional, a escola é um importante condutor de domínio social, pois é uma das instituições responsáveis pela individualização e socialização, sendo, também, agência formadora que ocupa grande parte do tempo do indivíduo durante a fase da vida onde sua formação se dá de forma mais intensa. Assim, os impactos sociais do ensino, valorizando a diversidade identitária e reconhecendo a pluralidade cultural da nação, para a sociedade quando reforçados pela instituição escolar podem contribuir para a formação e manutenção de atitudes das mais diversas.

Uma nação com planejamento em políticas públicas, que tratam da pluralidade social, cultural e étnica envolvendo a sociedade e a escola, revelando questões do “outro” como diferente, onde ser diferente é parte do fato de que, o que eu sou, o outro não é, diz respeito a descoberta de símbolos de uma outra cultura, de um outro lugar e que isso faz parte da diversidade e individualidade inerente ao homem, resultará de um ambiente com indivíduos mais compreensivos e com práticas sociais salutares.

Portanto, é no contexto escolar, que a sociedade deve ser trabalhada como plural, tanto no campo teórico, como na perspectiva da produção do conhecimento de um currículo com práticas pedagógicas de cunho etnográfico, construindo o saber a partir das diferenças como um fator de positividade social.

O desafio da escola está no fato de que, para compreender a cultura do “outro” é necessário olhar a sociedade do “outro”, em que as diferenças ganham sentido e expressão como realidade e definem o papel da alteridade nas relações sociais. Assim, quando se encontram aliadas políticas públicas educativas inovadoras e uma escola desafiadora, ter-se-á uma sociedade em que a visão com relação a diversidade social e cultural se tratará de uma retórica: para o “outro” o diferente sou eu.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INDÍGENA

A sociedade, no final do século XX atribuiu a educação exercida no contexto da escola papel primordial para a formação do sujeito, transformando do ponto de vista cultural o entendimento da posição e formação deste enquanto ser social. Entre alguns ganhos, pode-se destacar a percepção de uma sociedade, composta por sujeitos

heterogêneos, ao ponto do próprio Estado reconhecer as diferenças existentes no contexto nacional, designando programas políticos que se apoiam no reconhecimento, na valorização e respeito das diferenças na educação escolar.

No contexto escolar indígena há o reconhecimento do patrimônio cultural, numa perspectiva multiculturalista na educação, pensada em razão de uma realidade vivida cotidianamente, fazendo-se necessário propor metodologias para o ensino e reformulações de currículos e ambientes escolares, articulando cultura e identidade, bilinguismo e desempenho escolar, formação de docentes e diversidade cultural, que deve ser na perspectiva multiculturalista, trabalhada de forma particular, levando em consideração as especificidades de cada comunidade.

No entanto, toda e qualquer sociedade, que procura implantar uma educação, que tem como objetivo a valorização e respeito às diferenças, tem como base, iniciativas e propostas reguladoras com modificações nos conteúdos curriculares com a finalidade de incorporar contribuições de conteúdo específicos e de metodologias que garantam o sucesso dos alunos, com ações que procuram atingir a dinâmica escolar numa pedagogia que privilegia o enriquecimento recíproco e uma plena consciência de si (PINTO, 1999).

No Brasil, além das mudanças acima expostas, há de se considerar as diversas línguas das variadas comunidades indígenas na Amazônia, inspiradas pelo culturalismo antropológico a que propugna o respeito às diferenças culturais, numa articulação entre educação e diversidade, contemplando as especificidades culturais, uma postura pedagógica que valorize a diversidade, visando a valorização das tradições de suas culturas, com grandes impactos na educação e na significação da variável raça/etnia e na formação de docentes indígenas.

Políticas públicas educacionais vêm assegurando a identidade e a pluralidade cultural nas comunidades indígenas. Com base na Constituição promulgada em 1988 em seu Art. 210, deixa claro que conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental devem ser fixados, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e regionais, salientando no § 2º que “o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (BRASIL, 2015, p. 77).

Ainda no art. 231 “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” assegurando a continuidade de seus costumes no § 1º onde ressalta que as “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios [...] as imprescindíveis [...] a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução [...] cultural, segundo seus usos, costumes e tradições” (BRASIL, 2015, p. 83).

Essas mudanças passaram a ser tratadas com mais afincamento quando o Estado implementou políticas públicas amplamente divulgadas a nível nacional através do Ministério da Educação (MEC) aprovando a Lei, n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e estabelecendo normas que norteariam a base para a educação no país e entre tantas, aquela que destaca a valorização das diferentes formas de manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Na Lei de Diretrizes e Base (LDB) para a Educação pode-se identificar a valorização da cultura indígena. O ponto mais substancial da LDB, no que diz respeito, a cultura ser estudada e destacada no processo de ensino aprendizagem da sociedade brasileira, está no capítulo que trata das culturas indígenas, assegurando a estas, o uso de suas línguas maternas, no processo educacional, com destaque para uma educação bilíngue. Assim, no *Capítulo II*, da *Educação Básica*, *Seção III*, do *Ensino Fundamental*, Artigo 32º, § 3º diz: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (BRASIL, 1996).

Enfatiza ainda no *Capítulo V*, da *Educação Especial*, *Título VIII* das *Disposições Gerais*, no *Artigo 78º*:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos: I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias (BRASIL, 1996).

Fica evidente, o apoio e a preocupação, em manter a cultura indígena, através da pesquisa e ensino, com uma educação intercultural às comunidades indígenas, para a recuperação das memórias históricas, manutenção das identidades étnicas através da valorização das línguas e ciências, garantindo assim, uma educação escolar bilíngue e intercultural a estas comunidades, mas não deixando de proporcionar-las, acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e não-indígenas.

Para que estes objetivos fossem atingidos, metas foram traçadas na própria lei, dispostas no mesmo capítulo e título, no *Artigo 79º* que reza:

A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de

ensino e pesquisa. § 1º. Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas. § 2º. Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos: I - fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena; II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas; III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades; IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado (BRASIL, 1996).

Respeitando a diversidade e se adequando a realidade, o Estado reconhece a obrigatoriedade do conhecimento da língua materna indígena dentro do sistema de ensino nas comunidades indígenas, assegurando ainda na Educação Básica, o contato e conhecimento de outra cultura, através da língua, evidenciando a pluralidade cultural da nação, respeitando os diferentes grupos e culturas que a constituem.

O reconhecimento oficial do Estado, sobre a diversidade étnica brasileira, e este assumindo e atribuindo a escola, o papel de disseminadora do respeito e da boa convivência entre todos, que coexistem no território nacional, além de espaço para expressões culturais, traz ao núcleo da sociedade, a valorização de todos, sem restrições e oferece ao discente “a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal” (BRASIL, 1997, p. 19).

ESCOLAS INDÍGENAS: RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE ÉTNICA

A importância da escola indígena e a formação que esta proporciona aos jovens é fundamental para a convivência em comunidade, num país que se diferencia pela diversidade cultural, étnica e racial, deve-se destacar, a importância que o Estado designa ao processo educacional, elaborando parâmetros a nível nacional, para ser incluído no currículo, atividades voltadas a conceitos e valores efetivados, com o envolvimento de toda a comunidade envolvida no processo educativo.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação Básica estabeleceu diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, no âmbito da educação básica, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção da diversidade étnica, impondo como elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena os seguintes critérios:

I - sua localização em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por territórios de diversos Estados ou Municípios contíguos; II - exclusividade de atendimento a comunidades indígenas; III - o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística de cada povo; IV - a organização escolar própria (BRASIL, 1999, Art. 2º).

Para criação de uma escola indígena faz-se necessário reivindicação ou anuência de uma comunidade interessada, sendo respeitadas suas formas de representação e deverá na organização da escola ser considerada a participação da comunidade, na definição do modelo de organização e gestão, bem como:

I- suas estruturas sociais; II- suas práticas socioculturais e religiosas; III- suas formas de produção de conhecimento, processos próprios e métodos de ensino aprendizagem; IV- suas atividades econômicas; V- a necessidade de edificação de escolas que atendam aos interesses das comunidades indígenas; VI- o uso de materiais didático-pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sociocultural de cada povo indígena (BRASIL, 1999, Art. 3º).

Ainda no que se refere a criação das escolas indígenas, devem ser respeitados os preceitos constitucionais e legais que fundamentam a sua instituição e normas específicas de funcionamento, editadas pela União e pelos Estados, onde devem ser desenvolvidas suas atividades de acordo com o proposto nos respectivos projetos pedagógicos e regimentos escolares com as seguintes prerrogativas: “I - organização das atividades escolares, independentes do ano civil, respeitado o fluxo das atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas; II - duração diversificada dos períodos escolares, ajustando-a às condições e especificidades próprias de cada comunidade (BRASIL 1999, Art. 4º).

No que se refere a formulação do projeto pedagógico, cada escola deve ter o seu individual ou por povo indígena, usando como base:

I - as Diretrizes Curriculares Nacionais referentes a cada etapa da educação básica; II - as características próprias das escolas indígenas, em respeito à especificidade étnico cultural de cada povo ou comunidade; III - as realidades sociolinguística, em cada situação; IV - os conteúdos curriculares especificamente indígenas e os modos próprios de constituição do saber e da cultura indígena; V - a participação da respectiva comunidade ou povo indígena (BRASIL 1999, Art. 5º).

A resolução traz especificações sobre a formação dos professores que ministrarão aulas nas escolas indígenas, deixando claro que a formação é específica, orientando-se pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e desenvolvida no âmbito das institui-

ções formadoras de professores, garantindo assim, aos professores indígenas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização, priorizando a atividade docente por professores indígenas oriundos da respectiva etnia.

Os cursos para formação de professores indígenas devem dar ênfase à constituição de competências referenciadas em conhecimentos, valores, habilidades, e atitudes, na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação de currículos e programas próprios, na produção de material didático e na utilização de metodologias adequadas de ensino e pesquisa, sendo de competência da União legislar, em âmbito nacional, sobre as diretrizes e bases da educação nacional e, em especial:

- a) legislar privativamente sobre a educação escolar indígena; b) definir diretrizes e políticas nacionais para a educação escolar indígena; c) apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento dos programas de educação intercultural das comunidades indígenas, no desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa, com a participação dessas comunidades para o acompanhamento e a avaliação dos respectivos programas; d) apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino na formação de professores indígenas e do pessoal técnico especializado; e) criar ou redefinir programas de auxílio ao desenvolvimento da educação, de modo a atender às necessidades escolares indígenas; f) orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações na área da formação inicial e continuada de professores indígenas; g) elaborar e publicar, sistematicamente, material didático específico e diferenciado, destinado às escolas indígenas (BRASIL, 1999, Art. 9º; I).

Compete ao Estado, como promotor do processo educacional indígena:

- a) responsabilizar-se pela oferta e execução da educação escolar indígena, diretamente ou por meio de regime de colaboração com seus municípios; b) regulamentar administrativamente as escolas indígenas, nos respectivos Estados, integrando-as como unidades próprias, autônomas e específicas no sistema estadual; c) prover as escolas indígenas de recursos humanos, materiais e financeiros, para o seu pleno funcionamento; d) instituir e regulamentar a profissionalização e o reconhecimento público do magistério indígena, a ser admitido mediante concurso público específico; e) promover a formação inicial e continuada de professores indígenas. f) elaborar e publicar sistematicamente material didático, específico e diferenciado, para uso nas escolas indígenas (BRASIL, 1999, Art. 9º; II).

Assim, coube aos Conselhos Estaduais de Educação estabelecer critérios específicos para criação e regularização das escolas indígenas e dos cursos de formação de professores indígenas; reconhecendo-as e autorizando o funcionamento, além de regularizar a vida escolar dos alunos indígenas. Os Municípios podem oferecer educação escolar indígena, em regime de colaboração com os respectivos Estados, desde que se tenham constituído em sistemas de educação próprios, disponham de

condições técnicas e financeiras adequadas e contem com a anuência das comunidades indígenas interessadas.

Vale ressaltar que o planejamento da educação escolar indígena, em cada sistema de ensino, deve contar com a participação de representantes de professores indígenas, de organizações indígenas e de apoio aos índios, de universidades e órgãos governamentais, ressaltando a identidade étnico cultural da comunidade, estimulando assim, a percepção da criança como ser único e importante para o contexto social a qual faz parte, pois as escolas que se encontram em terras indígenas no Brasil devem executar suas atividades nas suas respectivas línguas, promovendo atividades que evidenciam a valorização da etnia a qual pertencem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apoiou-se numa revisão de estudos e políticas públicas sobre pluralidade e identidade no contexto escolar indígena com ressalto para a valorização da cultura identitária étnica cultuada no ambiente da escola, necessária para a construção, de sociedades mais justas e solidárias.

Percebeu-se a evolução que o país alcançou no processo educativo com políticas públicas educacionais, desenvolvidas nos últimos anos pelo Estado brasileiro, com especial destaque, ao tratamento dado aos valores identitários étnicos e as diferentes formas de manifestações culturais na sociedade brasileira, reconhecendo a diversidade social, pluralidade e respeito as diferenças na educação escolar.

Para alcançar essa meta o Estado utilizou-se de mecanismos institucionais como leis, decretos para sanar abstenções ocorridas na carta magna, além de orientações, descritas em publicações distribuídas por todo território nacional com a intenção de usar a inclusão como base de uma educação nacional.

Esse apoio, dispensado pelo Estado ao desenvolvimento da educação no país, estende-se as diferentes etnias indígenas com suas culturas e valores, criando um modelo de ensino em escolas localizadas em Terras Indígenas, estimulando uma educação intercultural, com ênfase no ensino próprio priorizando o conhecimento da comunidade, com objetivo de construir uma identidade regional bilíngue e intercultural, considerando a realidade e as características socioculturais dos discentes e das comunidades envolvidas.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Hommi K. O compromisso com a teoria. In: ARANTES, Antônio Augusto. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papiurus, 2000. p. 10-29.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 30 set. 2015.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília, 1997. 164 p.

_____. Resolução nº 3, de 10 de novembro de 1999. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 de novembro de 1999. Seção 1, p. 19. Republicada em 14 de dezembro de 1999, Seção 1, p. 58, por ter saído com incorreção do original. Brasília, 14 de setembro de 1999. Brasília: MEC / CNE / CEB, 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0399.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988 (reduzido), com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1992 a 90/2015, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/1994. 48. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015, 236 p. (Série textos básicos; 119). Disponível em: <bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/.../constituicao_federal_48ed.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antônio Augusto. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papiurus, 2000. p. 30-49.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2004. 400 p.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.

MONTEIRO, Paula. Globalização, identidade e diferença. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 49, p. 47-64, nov. 1997. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/83/20080627_globalizacao_identidade.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2016.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Currículo, conhecimento e cultura. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Indagações sobre currículo**. Brasília, 2007. p. 17-46. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

PINTO, Regina Pahim. Diferenças étnico-raciais e formação do professor. **Cadernos de Pesquisa**, n. 108, p. 199-231, nov. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n108/a09n108.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 124p.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 07-72.

ARTIGO

A PRESENÇA DE INDÍGENA NO BACHARELADO PROFISSIONAL EM GEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)

A UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará – foi criada por desmembramento da UFPA – Universidade Federal do Pará – e da UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia – conforme dispõe a Lei nº 12.085, de 5 de Novembro do ano de 2009. Esta instituição apresenta como proposta o desenvolvimento da região Oeste do estado do Pará e se estabelece como principal estimuladora na propagação de conhecimento nessa porção territorial do Estado do Pará.

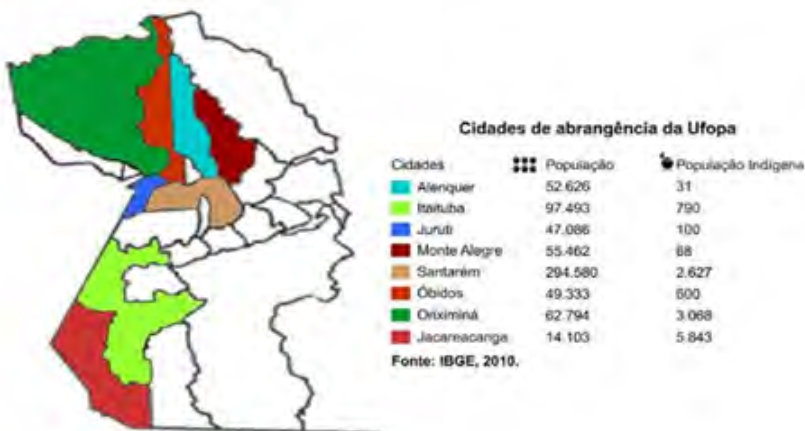
Em função de ser característica como uma universidade multicampi e inserida em uma proposta de interiorização oriunda do Programa de Reestrutura Universitária (REUNI), contexto no qual foi criada, a UFOPA tem um Campus sede localizado em Santarém e demais campi nos municípios de Itaituba, Monte Alegre, Alenquer, Oriximiná, Óbidos e Juruti, proporcionando aos municípios da região a difusão do conhecimento, principalmente dos povos indígenas que se apresentam de forma expressiva na área de abrangência dessa instituição, conforme ilustra o Mapa I a seguir.

* UFOPA/Bacharelado Profissional em Geologia. E-mail: matheuscavalcante_s@hotmail.com

** UFOPA/Programa Ciências da Terra (PCdT). E-mail: terezinha.lira.ufopa@gmail.com

*** UFOPA / Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). E-mail: ericakbral@hotmail.com

Imagem 1: Cidades de abrangência da Ufopa.



Fonte: Pereira; Brasileiro (2016, p. 242).

Como forma de ingresso nos cursos de graduação a UFOPA utiliza dois processos de seleção: O PSR (Processo Seletivo Regular), que usa a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para a seleção de estudantes aos seus cursos, no qual os estudantes indígenas podem concorrer como cotistas e o PSE (Processo Seletivo Especial), que existe desde 2010, inicialmente destinado a estudantes indígenas e, posteriormente, a partir de 2015, também a alunos quilombolas. O último desses processos, de acordo com Pereira e Brasileiro (2016, p. 241), “(...) teve como objetivo a implementação da política de inclusão dos povos indígenas e quilombolas na Ufopa”.

Segundo os estudos de Pereira e Brasileiro (2016, p. 241), a estrutura acadêmica da Ufopa é organizada por seis institutos temáticos, entre eles, o IEG (Instituto de Engenharia e Geociências), no qual o curso de Geologia está inserido. Este instituto, conforme o que ressaltam Pereira e Brasileiro (2016, p. 245), era o segundo que menos possuía estudantes indígenas ingressos pelo PSE.

O Bacharelado Profissional em Geologia (BP) da Ufopa, um dos cursos do IEG, apresenta organização curricular complexa para os indígenas, considerando as suas especificidades e sua realidade educacional no Ensino Básico que em vários casos se dá na forma de Ensino Modular.

De acordo com o plano pedagógico do curso o BP em Geologia, a sua estrutura curricular é composta das seguintes disciplinas: Geometria Analítica, Cálculo I e II, Física Geral (I, II e III), Inglês I, dentre outras matérias específicas do curso. Ade-

mais, ressalta-se que o curso de Geologia na respectiva instituição ocorre em turno integral. É preciso atentar, também, para as modificações ocorridas na grade curricular deste curso, como a exclusão de Cálculo III, e aumento nas horas de atividades de campo, necessárias devido às especificidades e objetos de estudo da Geologia, fatores esses que demonstram a preocupação do corpo docente em preparar a organização de disciplinas para otimizar o processo de aprendizagem dos acadêmicos.

Desde a primeira turma de Geologia da Ufopa, no ano de 2011, até a turma do ano de 2017 apenas três alunos indígenas ingressaram no curso (o primeiro ingressou em 2013, o segundo em 2016 e o terceiro em 2017), ambos pelo PSE e pertencentes da etnia Wai Wai. O baixo índice de acesso dos estudantes indígenas ao curso de Geologia evidencia a dificuldade desse curso em relação aos indígenas, uma vez que, segundo dados do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da instituição referida, 372 alunos indígenas apresentam-se ativos, contudo no curso de Geologia apenas três indígenas conseguiram ingressar.

O processo seletivo especial indígena (PSEI) ofertou, até o ano de 2014, vagas para ingresso na Formação Interdisciplinar I e para que estes ingressassem nos cursos desejados era preciso ter um bom desempenho acadêmico, analisado por meio do Índice de Desenvolvimento Acadêmico (IDA), conforme regulamentava a Portaria n.º 9.149, de 16 de março de 2012. Todavia, esse processo de progressões dificultava o ingresso de indígenas em cursos mais concorridos ou de difícil acesso, considerando especificidades técnicas, políticas e outros fatores.

A partir do ano de 2015, de acordo com o Edital n.º 21/2014, de 16 de Dezembro de 2014, a oferta de vagas passou a ser direcionada para os cursos, contudo, para o ingresso no Bacharelado Profissional em Geologia era necessário ingressar no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências da Terra e, após a conclusão do mesmo, progredir para o curso, também por meio da análise do Índice de Desenvolvimento Acadêmico. No PSEI do ano em questão houve apenas um ingresso, que não chegou a progredir para o respectivo Bacharelado. Já nos editais dos processos seletivos especiais indígenas dos anos de 2016 e 2017, de acordo com o Edital n.º 53, de 16 de Julho de 2016 e o n.º 009/2017 CPPS, de 13 de Fevereiro de 2017, houve a oferta de uma vaga para ingresso direto no curso. Os estudantes indígenas de 2016 e de 2017 permanecem ativos.

Apesar de esforços realizados pela Ufopa na tentativa de facilitar o ingresso de estudantes indígenas, a desistência é comum entre esses acadêmicos do curso supracitado, isso se deve, na maioria dos casos, por fatores como: a barreira linguística, especialmente para estudantes da etnia Wai Wai, que não possuem o português

como língua materna; a linguagem técnica específica do curso, que dificulta a compreensão dos mesmos; e a tímida ação de mecanismos político-pedagógicos, que ainda não conseguem evitar o constante índice de evasão. É importante destacar que o primeiro estudante indígena que ingressou no curso de Geologia do IEG desistiu desse curso.

As informações acerca dos cursos ofertados pela Ufopa, bem como dos turnos de aulas e áreas de atuação devem ser efetivas, tendo como objetivo a orientação aos indígenas que pretendem ingressar nessa instituição. O PSEI oferta vagas para cursos específicos, entretanto ainda é preciso que haja divulgação de noções sobre detalhes presentes nos editais.

A entrevista, aplicada ao ex-discente indígena do curso, que considerou aspectos sociais, culturais e linguísticos, estava composta de: um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), um roteiro com os assuntos que seriam abordados e questões abertas, lidas anteriormente para o entrevistado, que após a sua leitura, assinou o Termo. Tal entrevista teve duração de 01 hora.

SOBRE O CURSO DE GEOLOGIA: O QUE DIZ O ESTUDANTE INDÍGENA?

O objetivo ao realizar a entrevista foi compreender a percepção do primeiro estudante indígena a ingressar no curso de Geologia. Averiguar sua percepção e suas dificuldades em relação ao curso, além de outros aspectos que podem ter contribuído para a sua desistência do curso. Nas páginas seguintes, apresenta-se a transcrição da entrevista realizada com estudante indígena.

Entrevistador: *Qual é a sua língua materna, aquela que você falava antes de estudar na Ufopa?*

“Indígena Wai Wai” (ENTREVISTA 2017). Eis então o primeiro ponto de conflito: a língua utilizada no meio acadêmico e científico brasileiro é a língua portuguesa, logo, a adaptação a essa nova linguagem torna-se difícil. Em confirmação a isso, de acordo com Aquino e França (2013, p.05): “Ao entrar em contato com uma segunda língua é inevitável que esse processo de aquisição, estabeleça-se por meio da língua materna do indivíduo (...). A nova língua só terá sentido a partir dos elementos da língua materna”. Desse modo, analisa-se que a língua portuguesa é o primeiro impasse no ensino superior, oferecido pela Ufopa, enfrentado pelos estudantes indígenas de diversas etnias do Oeste do Pará, uma vez que grande contingente dessas populações possui sua própria linguagem.

Entrevistador: *Onde você estudou o ensino fundamental e médio? Foi na aldeia ou na cidade?*

“Estudei. Fundamental eu estudei na aldeia, agora ensino médio eu fiz modular na cidade” (ENTREVISTA 2017). A partir do discurso do entrevistado nota-se que apesar de o entrevistado ter concluído o ensino médio na cidade, é preciso atentar ao fato de que o mesmo recebeu o ensino fundamental na sua sociedade, portanto, como o ensino é difundido de maneiras diferentes, haja vista que se trata de dois povos culturalmente diferentes, ao iniciar os estudos no ensino médio, foi necessário se adaptar aos novos métodos educacionais que, de maneira direta, auxiliaram no processo de adaptação ao ensino de cunho científico, utilizado no ensino regular brasileiro, desde o ensino fundamental até pós-graduações. Em contrapartida, destaca-se que nem todos os alunos indígenas que ingressam na Ufopa frequentaram escolas regulares em cidades, portanto, é aguardado que esses indivíduos menos inseridos no contexto colonizador de ensino brasileiro apresentem maior dificuldade de adaptação, pois o alheio sempre é mais difícil de ser concebido, especialmente para esses indivíduos que possuem diversas especificidades linguísticas e sociais.

Entrevistador: *De que maneira você recebeu o ciclo básico de ensino? (Familiar, Presencial por Docentes, Modular por Docentes)*

“Pela família” (ENTREVISTA 2017). Há educação em sociedades indígenas e, de acordo com as concepções de Aquino e França (2013, p. 06), não é preciso escola e nem professores formalizados, pois “nesse processo educacional todos os adultos atuam como professores, que se baseiam na prática e na experiência das atividades desenvolvidas nesses grupos”. O ciclo básico de ensino é importante para o início da vida estudantil, pois, a partir desse período, o indivíduo passa a ser contextualizado de tudo aquilo que está ao seu redor, de maneira breve e acessível e, considerando que o entrevistado recebeu o ciclo básico de ensino em uma cultura diferente da cultura existente no ensino superior brasileiro, a inserção do mesmo no ambiente educacional brasileiro é um desafio e “Este desafio se torna ainda maior em um contexto de pluralismo cultural caracterizado pela presença de diferentes práticas culturais de grupos e comunidades”, conforme Gomes (2014, p. 145) acrescenta, sendo esse o grande desafio da Ufopa: oferecer ensino superior que valorize as culturas locais.

Entrevistador: *Em qual ano você ingressou na Ufopa? Em qual curso? Porque você escolheu esse curso?*

“2013. Geologia. Porque como na minha aldeia não tem geólogo né?! Ai eu queria fazer geologia, né?! (...) aí eu desisti” (ENTREVISTA 2017). O entrevistado observou a possibilidade de adquirir novos conhecimentos e retornar para residir e atuar juntamente a sua sociedade. Logo, nota-se a idealização de vida de um indivíduo historicamente menosprezado, o qual busca conhecimentos externos para vol-

tar e aplica-los na sua sociedade. Esse pode ser também o pensamento de diversos estudantes indígenas, que buscam a quebra da desigualdade político-social existente no Brasil, o que Coelho (2006, p. 06) analisa: “o que caracteriza uma minoria nacional é exatamente ser uma nação em situação minoritária na relação com outra nação hegemônica em termos de poder”. Esses discentes indígenas que ingressam na Universidade Federal do Oeste do Pará são minorias dentro da instituição, cujo ensino dá-se de maneira a desvalorizar a cultura e a identidade dos povos indígenas.

Entrevistador: *Você desistiu do primeiro curso? Por quê?*

Sim. Eu desisti por causa da minha filha, ela adoeceu né?! Ela adoeceu, aí como eu reprovei em todas as matérias desse semestre né?! Aí não tinha como fazer mais, entendeu? Eu tinha, mas como eu reprovei sete naquele tempo, porque minha filha adoeceu muito, muito ruim, ela foi internada, ela tava na UTI (na cidade) aí eu desisti tudinho, aí eu fiz mobilidade. E outro também, porque de manhã e de tarde, entendeu? Aí eu não podia sustentar minha filha, família, assim, eu preciso trabalhar (ENTREVISTA 2017).

Essa opinião do entrevistado Wai Wai, que fez processo de mobilidade interna no ano de 2016, põe em evidência a questão familiar. No primeiro momento o número de reprovações parece ser a grande causa da desistência do curso, mas se for feita uma análise abrangente, que envolva os demais aspectos explanados até aqui, essa será apenas mais uma das causas. Há de se indagar: Como um estudante indígena inserido no ensino superior, cuja metodologia menospreza os saberes do mesmo, pode estar em pleno processo de aprendizagem? Ressalta-se ainda que, devido aos obstáculos das ciências exatas em dialogar com linguagens e concepções externas ao meio científico, torna esse processo ainda mais difícil.

Ademais, o aspecto econômico mencionado pelo estudante Wai Wai é um forte impasse para a desistência, principalmente, por discentes indígenas, os quais precisam se adequar a um sistema financeiro alheio à sua realidade.

Entrevistador: *Quais foram suas principais dificuldades nesse curso?*

Tinha (...). As disciplinas. Cálculo, mais difícil, porque no ensino médio eu nunca vi o cálculo, entendeu?! Calculo 1, calculo 2, calculo 3, (...) na geologia, aí eu nunca vi na minha vida, quando eu entrei eu não conseguia fazer, o professor dava só direto, só que... (pensamento interrompido). Tinha uma disciplina mais difícil: conteúdo, conteúdo e a linguagem, porque o professor, ele é, ele falava mais diferente (ENTREVISTA 2017).

Quanto à dificuldade matemática, essa não está restrita apenas aos povos indígenas, conforme analisa Rafael e Escher (2015, p. 01): “Nos cursos onde a Matemática é apresentada como disciplina obrigatória, essa situação não é diferente: os elevados

índices de evasão, a reprovação e o baixo rendimento”, que acrescenta ainda: “Uma preocupação comum presente nessas pesquisas é o elevado índice de reprovação na disciplina. Esse fracasso na disciplina, por vezes, leva ao abandono do curso (...)”. No caso dos estudantes indígenas da Ufopa é ainda pior, haja vista que boa parte desses indígenas que ingressam no ensino superior recebeu ensino familiar ou modular, ou seja, ensinamentos que não apresentaram a base científica exigida no ensino superior ou cujo conhecimento matemático básico não tenha sido absorvido de maneira eficaz.

Outra discussão levantada pelo estudante é de que o ensino é dado “direto”, levado conforme o plano de aula elaborado pelo docente, contudo, apesar de aparentar ser uma falha puramente didático-pedagógica, atribuo responsabilidade também à instituição, a qual é responsável por “ofertar uma política que permita aos estudantes indígenas igualdade no acesso ao ensino superior”, de acordo com o que Pereira e Brasileiro (2016, p. 245) analisam, entretanto, a mesma, não somente em questões políticas, mas também metodológicas, não se encontra preparada para receber estudantes indígenas, haja vista que o ensino é passado de maneira universal, que não valoriza a forma indígena de conceber o conhecimento, isso se deve pela ausência de mecanismos de capacitação destinada aos docentes.

Entrevistador: *Você recebeu apoio da Ufopa ou do Instituto para sanar suas dificuldades? (Se recebeu, que tipo de apoio?)*

“Não, não existia apoio. Hoje em dia tem, né? Orientador” (ENTREVISTA 2017). Em análise ao que foi exposto, torna-se visível o despreparo político-sócio-pedagógico existente na Universidade Federal do Oeste do Pará e no Instituto de Engenharia e Geociências para com os estudantes indígenas, apesar de que ocorreram e ocorrem, segundo as concepções de Pereira e Brasileiro (2016), inúmeros esforços institucionais para ingresso de indígenas. O relato de que nem sequer profissional capacitado para lidar com o ensino superior indígena remete ao aluno indígena “deixado”, apenas “posto” num ambiente de estudos qualquer e essa é a maior evidência de que ainda há muitos aspectos a serem melhorados para que a presença indígena seja mais efetiva nesse instituto, bem como no curso de Geologia.

Entrevistador: *Você considera que os professores do curso de Geologia estejam aptos para repassar conhecimento aos alunos indígenas?*

Não. Porque eles não olham pros alunos indígenas, entendeu?! Uma vez o aquele professor, ele falou pra mim que ele considera como se fosse igual, não pode tratar com diferença, aí eu fiquei na minha, né?! eu ia no, na ouvidoria, eu ia falar, mas eu não fui. Aí ele falou: não, aqui, como ele fala, eu vou dar só como se fosse de todo mundo (ENTREVISTA 2017).

O grande impasse nessa situação mencionada é a grande falha do ensino desse país pluricultural e, não obstante, da Ufopa: utilizar metodologia de ensino excludente, o que colabora para o descaso com a diversidade e a riqueza cultural. No caso mencionado pelo entrevistado, o docente afirma que o ensino precisa ser passado sob as mesmas condições para todos os alunos. Ora, como poderia um ensino universalizado e hegemônico abranger diversos indivíduos diferentes? A exposição desse pensamento de universalização do saber pode ser um grande impasse para a evolução acadêmica, assim como permanência de estudantes indígenas no curso, os quais, além de apresentarem dificuldades de aprendizagem, devido a inúmeros fatores, deparam-se ainda com a impossibilidade de serem compreendidos pelo sistema de ensino e, mais ainda, pela pessoa que deveria lhes remeter a um ambiente harmônico de troca de informações e conhecimentos, o docente.

Concomitantemente, Euzébio (et al. 2012, p. 06) relata ainda que “as dificuldades no entendimento da linguagem científica, dos códigos sociais e até mesmo a falta de paciência, preconceito e resistência de muitos professores são relatados como grande empecilho no processo de ensino aprendizagem”.

Por fim, em análise ao que fora posto pelo ex-acadêmico indígena do curso de Geologia da Ufopa, pode-se dizer que a inserção e permanência de indígenas no respectivo curso da instituição mencionada ainda são um desafio, já que as condições para que esse ensino intercultural ocorra ainda encontram-se distante do ideal.

De acordo com as concepções de Coelho (2006), a formalização do Estado nacional deu-se pela Constituição Federal de 1988, que visa valorizar as pluralidades existentes no país, contudo a mesma age de maneira desrespeitosa com os povos indígenas, como pode ser percebido pela compreensão do parágrafo segundo do art. 210 do capítulo VIII – destinado especialmente a esses cidadãos – artigo esse que prioriza a língua portuguesa ao invés da língua materna: “O ensino fundamental será ministrado em língua portuguesa, sendo assegurada às comunidades indígenas, **também**, a utilização de suas línguas maternas” (BRASIL. Constituição, 1998 *apud* COELHO, 2006, p. 07, grifo do autor).

Em síntese, muitos são os processos emancipatórios que essas populações precisam executar para estarem inseridas, de fato, no ensino oferecido pelo Estado. O curso de Geologia da Universidade Federal do Oeste do Pará possui ainda dois estudantes indígenas.

Em análise às informações obtidas por meio dessa entrevista, espera-se que novos métodos abrangentes de ensino sejam implantados, visando à inserção e permanência do discente indígena no Bacharelado Profissional em Geologia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) por apoiar e incentivar a pesquisa acadêmica. À minha mãe, que sempre me deu o suporte emocional e afetivo para que eu alcançasse meus objetivos, minha gratidão.

REFERÊNCIAS

AQUINO, S. M; FRANÇA, R. Os limites da escola no processo de socialização do indivíduo: um estudo de caso com professores da rede pública de ensino do município de nova olímpia-MT. Tangará da Serra: **Revista Moinhos**, v.2, n.2, 2013.

COELHO, E. M. B. **Ações afirmativas e povos indígenas**: O princípio da diversidade em questão. [s.l.]: Revista Políticas Públicas, v.10, n.2, 2006.

EUZÉBIO, U; et. al. **XVIII Encontro de Estudos populacionais**, 2012, Lindóia/SP, Realidade e desafios para a educação superior indígena na universidade de Brasília. ABEP, 23 de Novembro de 2012.

GOMES, W. W. A diversidade cultural e o direito à igualdade e à diferença. [s.l.]: **Revista de observatório da diversidade cultural**, v. 01. n. 01. p. 141-151, 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodadiversidadecultural.org.br/revista>>. Acesso em: 2 de janeiro de 2018.

PEREIRA, T. S. L; BRASILEIRO, T. S. A. Políticas públicas educacionais e escolarização indígena. São Luís: **Revista Educação e Emancipação**, v. 9. n. 3 p. 218-250 jul/dez, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2358-4319.v9n3p218-250>>. Acesso em: 20 de novembro de 2017.

RAFAEL, R. C; ESCHER, M. A. **XIX Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática**, 2015, Juiz de Fora/MG. Evasão, baixo rendimento e reovações em cálculo diferencial e integral: uma questão a ser discutida. [sl], [sn], 2015.

Grupo de Trabalho n° 26

VIOLÊNCIAS: EXPRESSÕES, DESAFIOS, ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO

ARTIGO

**A ESCOLA COMO AMBIENTE FORMATIVO PARA O
ENFRENTAMENTO E COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
E FAMILIAR CONTRA A MULHER NA CIDADE DE BOA
VISTA/RR**

INTRODUÇÃO

O presente artigo surgiu diante da necessidade de compreender como acontece o Projeto Maria vai à Escola e como ele colabora para uma formação humanística que colaborará com a redução dos casos de violência contra mulher, tendo em vista o despertar pela conscientização dos educandos ainda no seu ensino fundamental e que é uma fase importante de desenvolvimento psicológico, emocional e de caráter das crianças atendidas pelo projeto e que cursam o 5º ano na rede municipal de ensino em Boa Vista/RR.

Vale destacar que violência contra a mulher nos espaços privados é uma realidade de muito presente nos lares boa-vistenses, com registro de altos índices de denúncias e processos em trâmites como iremos registrar, motivo pelo qual se torna relevante a presente pesquisa e abordagem da temática, afim de que possa criar o despertar para que outras instituições de ensino possam trabalhar em seus planos pedagógicos o tema de grande relevância social.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A educação é um direito fundamental, estabelecido no texto Constitucional Brasileiro de 1988, estando previsto como um dos direitos sociais, sendo um direito de todos, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Estadual de Roraima e Pós-Graduanda na Especialização em Direito Público na Universidade Estadual de Roraima. nannibialucca@gmail.com.

Em outras palavras a educação é extremamente importante e necessária no processo de desenvolvimento da sociedade que compreenderá em transformações sociais.

Roberto Moreira ensina que “o conceito de educação envolve todas as influências que o indivíduo recebe em sua vida, em diferentes instituições e circunstâncias variadas”, para o autor, o conceito de ensino é mais restrito, compreendido como educação escolar, mas nem toda educação é ensino ou educação escolar.

Nesse sentido, é que a Constituição Federal assegura em seu artigo 214º que o Plano Nacional de Educação deve conduzir a promoção humanística, razão pela qual nas suas diretrizes de trabalhos, encontramos dois importantes mecanismos de atuação:

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação

(...)

V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

Essa educação com vista a formação moral e ética dos alunos é que permitirá e promoverá o seu pleno desenvolvimento, um indivíduo cidadão e social que irá fundamentar a sociedade, através das experiências adquiridas durante a vida escolar.

Por essa razão, articular a educação no processo de enfrentamento e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher pelo viés do exercício da cidadania civil com formação humanística dos educandos é medida necessária para que possamos viabilizar uma sociedade baseada em valores de equidade, onde ninguém merece sofrer qualquer tipo de violência.

Assim, a aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados pela secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação (MEC), em 1998, estabelece os objetivos do ensino fundamental para que os alunos sejam capazes de:

compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;

posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;

Nesse contexto, para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a educação deve estar vinculada “ao mundo do trabalho e a prática social”, conforme estabelece o seu artigo 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

A educação deve ser priorizada a fim de fomentar a formação dos sujeitos para a cidadania, orientando-os acerca dos seus direitos e deveres; com isso, há a possibilidade de ruptura com a desigualdade de gênero que é um grande propulsor nas relações familiares onde há casos de violência.

Por essa razão, o ambiente escolar deve possuir todos os meios necessários para o pleno desenvolvimento do educando, para que consiga diante de sua gama de conhecimentos ter a capacidade para atuar diretamente nas questões de violência familiar que acabam por atrapalhar esse pleno desenvolvimento, buscando com isso ir além de um plano pedagógico convencional e promovendo a aproximação das famílias de cada estudantes, fortalecendo os seus relacionamentos, e colaborando para o seu desenvolvimento capaz de promover-lhes o empoderamento social.

Isso porque, muitas crianças e adolescentes estão inseridos em lares completamente desinstruídos, lidando com diversas questões sociais, ficando vulneráveis a todas as mazelas sociais e reproduzindo seus sofrimentos em atos de violência contra outros colegas de escola e contra professores e diretores, além é claro, da violência contra si mesmos com o uso e abuso de álcool e outras drogas que causam um desgaste psicológico exacerbado.

Assim, as escolas também devem se preparar, estabelecendo um diálogo e uma investigação social através do profissional Professor, apropriando-se dos direitos previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente para enfrentar a violação dos direitos da criança e do adolescente a viverem sem violência e facilitando um diálogo, que é primordial nesse processo de aprendizado, como bem ensina Paulo Freire:

Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele. [...] fala com ele como sujeito da escuta de sua fala crítica e não como objeto de seu discurso. O educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala com ele (1996, p. 71).

O diálogo permitirá ao Professor encontrar soluções para atender os alunos e as famílias buscando perceber a situação social no qual estão submetidos e essa intera-

ção é necessária para que a formação educacional nas escolas obtenha bons resultados, além disso, a intervenção do profissional permitirá estimular a reflexão sobre a realidade vivida por aqueles, encorajando-os e acompanhando-os nesse processo de transformação e percepção das suas realidades.

Deste modo, a escola precisa incluir em seus currículos aulas que promovam seu pleno desenvolvimento e a sua cidadania, a exemplo do que vem ocorrendo na cidade de Boa Vista/RR nas escolas municipais com os alunos do 5º ano fundamental, como veremos nos resultados e discussões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desde o ano de 2007, o Conselho Nacional de Justiça vem realizando Jornadas de Trabalhos sobre a Lei Maria da Penha, que auxiliou na implantação das varas especializadas nos estados brasileiros e possibilitou a criação do Fórum Permanente de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid), bem como incentivou a uniformização de procedimentos das varas especializadas em violência doméstica e familiar contra a mulher.

Nesse sentido, e buscando adequar-se à Lei 11.340/2006 que prevê a criação de juizados especializados em violência contra a mulher, o Poder Judiciário do Estado de Roraima inaugurou em junho de 2010 o 1º Juizado Especializado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, criado por força de Lei Complementar nº 163 de 19 de maio de 2010, e tem como competência julgar, processar e executar civil e criminalmente aqueles que tenham praticado violência doméstica e familiar contra a mulher, com salas de espera separadas para vítima e agressor.

O Tribunal de Justiça de Roraima possui um ambiente especial dentro do Juizado para divulgar informações sobre a Lei Maria da Penha e os direitos da mulher, o ambiente é um ponto de encontro entre mulheres que passam pelos mesmos problemas e atua na realização de debates e palestras, em sistema integrado com outros órgãos, no intuito de trabalharem pelo combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Pensando em ampliar o campo de atuação para além do Fórum, o Tribunal de Justiça de Roraima, através da Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar, desenvolveu o Projeto “Maria vai à Escola” e fez um chamamento da Prefeitura Municipal de Boa Vista, através da Secretaria Municipal de Educação para ser colaboradora, tendo um caráter preventivo, trabalha desde a capacitação dos educadores no ambiente escolar como das crianças do 5º ano do Ensino Fundamental.

Na Figura 1 é possível visualizar o Slogan do Projeto que de forma muito ilustrativa promove a união de todos pelo fim da violência.

Figura 1: Slogan do Projeto.



Fonte: Tribunal de Justiça de Roraima.

O projeto possui todo um planejamento pedagógico, conta com oito aulas que são ministradas pelas professoras da Rede Municipal de Ensino e acontece duas vezes por semana, exclusivamente com alunos do 5º anos.

Na primeira aula, é abordado como tema “O estudante e seu contexto familiar”, onde é aplicado um questionário social e solicitado que os alunos façam um desenho sobre sua realidade familiar, após as atividades realizadas, os professores tem o papel de levar as crianças o conhecimento sobre os diferentes arranjos familiares (mãe e filhos; pai e filhos; mãe, pai e filhos; avós e netos; tios e sobrinhos, dentre outras composições). Nessa aula, também é oportunizado aos professores identificarem o contexto de cada aluno e fazer um levantamento estatístico da turma.

Já na segunda aula, o tema proposto é “Homem que é homem não chora”, nessa aula é trabalhado o papel social do homem, onde no primeiro momento é oferecido aos alunos a exposição do filme “O menino Nito”, após, é realizada uma roda de conversa onde se trabalha questões como: Meninas e meninos são iguais ou diferentes em relação a sentimentos?; Como ocorrem suas escolhas por seus brinquedos?; Existem brinquedos só de meninos ou de meninas?. Essa atividade busca levar as crianças a compreensão de que o homem também é um ser social, dotado de afetos e intelectualidade.

Por conseguinte, na terceira aula é abordado “A Conquista histórica dos direitos humanos”, nesse sentido, os professores trabalham os direitos humanos a partir do jogo da forca, onde são sugeridos direitos, após esse momento, é apresentado através de slides a evolução histórica de conquista dos direitos humanos, e no momento

final da aula é solicitado aos alunos que escolham quatro direitos humanos e faça um desenho para representa-los na apostila.

Na aula quatro, “Linha do Tempo sobre as conquistas dos direitos das mulheres”, é utilizado cartazes com fotos e fatos para representar o contexto histórico de conquistas das mulheres e também é realizado a exposição do vídeo italiano “Bata nela” afim de ampliar a discussão sobre a temática.

A aula cinco, começa a adentrar no contexto da violência, e com o tema “Ficção ou realidade: a vida como ela é”, é exibido aos alunos dois vídeos, o primeiro é o Bela Adormecida e o segundo Maria da Penha. Essa aula passa a chamar a atenção, em cada história, para os/as personagens envolvidos/as, as características dessas personagens, o contexto em que se dão os fatos, etc. Os vídeos servirão para estimular os alunos a comparar as histórias com ênfase aos estereótipos femininos que favorecem a prática da violência de gênero em razão da submissão daquela a figura masculina. É despertado o conhecimento para os tipos de violência (física, sexual, patrimonial, psicológica e moral) e de violação de direitos a que as mulheres estão submetidas dentro dos espaços privados, oportunizando as crianças a exporem situações do cotidiano que houveram manifestações e expressões de violência. No final da aula, faz-se uma roda de conversa onde os alunos leem histórias trazidas pelas professoras, emitem suas opiniões e apresentam possíveis soluções para cada caso.

Na sexta aula, o tema é a “Lei Maria da Penha” e os alunos passam a conhecer detalhes da lei protetora as mulheres em situação de violência. Essa aula é dividida em três momentos, o primeiro consiste na apresentação da Lei através de quadrinhos e teatro, no segundo momento os alunos elaboram uma redação sobre o que aprenderam com o Projeto Maria vai a escola, e no terceiro momento é realizada a dinâmica da batata quente, onde a cada pausa musical, o que estiver com a batata tira uma tirinha com uma pergunta retirada da cartinha “viver sem violência” que é entregue aos alunos.

A sétima aula, “Construindo um mundo melhor”, aborda valores éticos, a professora coloca no quadro figura de diversas profissões e os alunos devem projetar o lugar que estão no futuro e que profissão exerceram, assim, eles passam a construir cartazes, onde os meninos devem dizer o que podem fazer para melhorar o mundo das meninas e as meninas devem dizer o que podem fazer para melhor o mundo dos meninos. O objetivo principal dessa aula é fazê-los refletir de como podem construir uma sociedade melhor.

A última e oitava aula, com o tema “Auto Avaliação”, é um espaço de conversa entre os professores e os alunos sobre os conhecimentos adquiridos no Projeto. É

realizado a entrega de certificados e a visitação da Juíza Dra. Maria Aparecida Cury, titular do 1º Juizado de Violência Doméstica, traz a vivência prática da realidade do enfrentamento das situações de violência nos ambientes domésticos e familiares.

O Projeto Maria Vai à Escola já visitou 17 escolas da rede municipal de Boa Vista, estando atualmente desenvolvendo atividades na Escola Darcy Ribeiro, localizada no Bairro Raiar do Sol e atendendo as crianças do 5º ano do ensino fundamental.

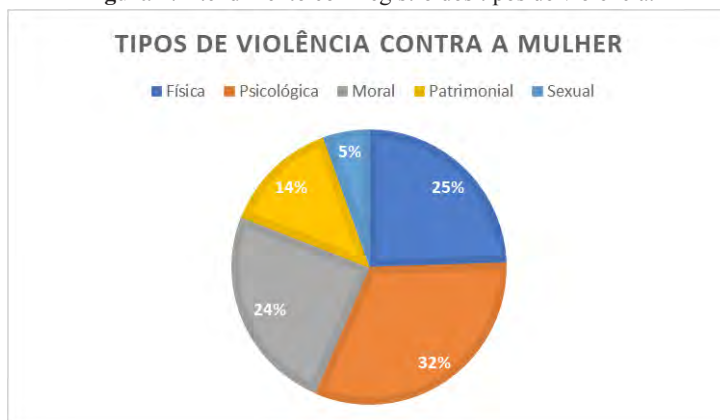
O Projeto tem dado tão certo que em dezembro receberá o Selo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) 2018 e Casoteca de Práticas Inovadoras no Enfrentamento à Violência contra a Mulher. O Selo consiste no reconhecimento de práticas desenvolvidas por diversas instituições policiais, guardas municipais e órgão de segurança pública no cenário de violência contra a mulheres e que tem potencial transformador.

A Lei Maria da Penha é um dispositivos mais conhecidos no Brasil e trazer o conhecimento dessa proteção a mulher para dentro da sala de aula, trazendo a existência quais as formas de violência, como ela acontece e como denunciar os agressores é uma forma de evitar que as práticas violentas cometidas contra mulheres nos espaços privados continuem sendo tratadas como uma normalidade.

Esse despertamento para a conscientização para a erradicação de todas as formas de violência contra mulher é extremamente importante ainda na fase infantil, para que os meninos possam crescer sem praticar violências e as meninas sem serem vítimas.

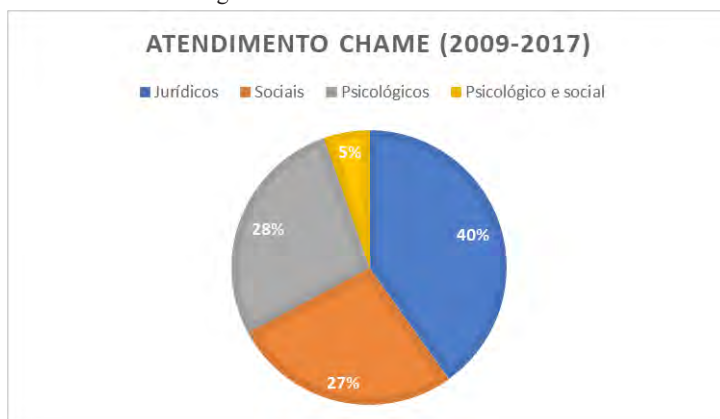
Isso porque Roraima revela um cenário perigoso para as mulheres, onde somente no Centro Humanitário de Apoio a Mulher (CHAME) foram identificados denúncias que referem a 31,98% (1900) dos casos à violência psicológica, 24,50% (1456) à violência física, 24,50% (1453) à violência moral, 13,67% (812) à violência patrimonial e 5,40% (321) a violência sexual, totalizando 7.965 atendimentos entre os anos de 2009 a 2017, conforme verificamos na Figura 2.

Figura 2: Atendimento com registro dos tipos de violência.



Com relação aos atendimentos oferecidos pelo CHAME, a Figura 3 revela que entre os atendimentos oferecidos, 40,55% (3.230) foram de jurídicos, 27,28% (2.173) social, 27,75% (2.131) psicológicos e 5,41% (431) psicológico e social, isso sem abordar os atendimentos que são realizados pelo ZapChame através da Rede Social Whatsapp.

Figura 3: Atendimentos Realizados.



No Tribunal de Justiça de Roraima, nos Juizados de Violência Doméstica no ano de 2016 tramitaram mais de 1900 processos, enquanto no ano de 2018 foram mais de 2018, com expedição de 925 medidas protetivas.

Esses dados só corroboram com o que afirma ROCHA (2001) a violência contra a mulher vem se constituindo uma das mais graves formas de violação dos di-

reitos humanos em nosso País e sob essa perspectiva, a Delegacia especializada no atendimento à mulher constitui-se em um mecanismo importante no momento atual da sociedade brasileira, como forma educativa e repressiva de combate à violência contra a mulher, no conjunto de esforços que operam no sentido de romper bandeiras do silêncio e da cumplicidade diante desse fenômeno.

Portanto, é necessário o empenho não somente da Rede de Enfrentamento e Movimentos Sociais para pôr fim a violência contra a mulher, é importante que a escola una-se a esses segmentos desenvolvendo projetos como o Maria Vai à Escola para dar visibilidade a essa temática, promovendo os debates e discussões e fomentando o empoderamento de diversas meninas que são ou poderão ser possíveis vítimas de violência em seus espaços privados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção social da realidade que é inserida ainda na vida escolar das crianças é de suma importância para o seu pleno desenvolvimento, sendo o debate acerca da violência doméstica e familiar um importante exercício de cidadania que promove uma formação humanística com valores morais e éticos para o educando que colaborarão para o ser social que serão.

Dessa maneira, fomentar na educação o enfrentamento e combate à violência é permitir que meninos e meninas sejam conscientizados desse mal que assolam várias famílias e que tem reflexos na sua vida escolar, mais que isso, esse despertamento é um caminho para que meninos não se tornem agressores e meninas não se tornem vítimas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Lei 9394/1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acessado em: 13 de outubro de 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação**. Brasília, DF: INEP, 2001.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1986.

ROCHA, Lourdes de Maria. Poder Judiciário e Violência Contra a Mulher: a defesa da família como função da justiça. **Serviço Social e Sociedade**. N°67, ano XXII. São Paulo: Cortez, especial 2001(p.112-122).

SANTOS ET, Lisboa TK. **Um mundo sem violência contra a mulher é possível**. Disponível em: <http://bit.ly/1THtax3>. Acessado 12 de outubro de 2018.

ARTIGO

ANÁLISE SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA NA CIDADE DE BOA VISTA-RR

INTRODUÇÃO

Os problemas advindos da violência colocam este fenômeno urbano nos níveis mais altos e preocupantes da convivência entre os indivíduos em sociedade. A sensação de insegurança juntamente com ineficiência preventiva das nossas instituições e mesmo a falência destas, as desigualdades sociais que impulsionam jovens para conflitos com as leis vigentes são fatores que determinam angústias individuais e desconfiança nos relacionamentos. É claro que um quadro como este pode acarretar a perda da qualidade de vida dos indivíduos.

Estes fatores conjugados impõem desafios à nossa sociedade, no sentido de formularmos ações e políticas públicas adequadas que possam ao menos mitigar esta condição imposta pela insegurança nos tempos atuais. Temos medo de sair de casa, temos medo da polícia, temos medo do vizinho e nos escondemos atrás de muros em nossas residências, alarmes e cercas elétricas. Se são efetivas ou não essas medidas não sabemos, mas nos confortam.

A cidade de Boa Vista não foge deste contexto de insegurança e medo. O aumento da violência urbana na cidade pode ser visto no registro de queixas à polícia sobre diversas formas de violência, nas mídias impressa e televisiva que, diariamente, noticiam casos de violência ocorridos na cidade. As pessoas convivem com casos de violência que vão desde a doméstica aos crimes contra a dignidade sexual, além de outros tipos, que antes eram vistos pelos moradores da cidade somente por meio da mídia televisiva.

O objetivo deste artigo é investigar as políticas públicas de segurança voltadas para mitigação da violência e da criminalidade desenvolvidas pelo município de Boa Vista-RR, num período compreendido de 2007 a 2016. A experiência dos participan-

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia – PPG-DRA da Universidade Federal de Roraima. E-mail: lilianacastrobv@hotmail.com)

** Professor Doutor do Curso de Comunicação e Jornalismo da Universidade Federal de Roraima. E-mail: luis.munaro@ufrr.br

tes dos projetos sociais desenvolvidos pelo município se insere na análise, a partir de depoimentos que ajudam a refletir sobre a contribuição dessas políticas públicas. Neste foram analisados os projetos sociais: Crescer, Patrulha Maria da Penha, Maria vai à escola, Artcanto e o programa Dedo Verde.

POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA OU POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA

A política pública está inserida na vida das pessoas, na medida em que ela é um dos fatores mais importantes a contribuir para o bem-estar das sociedades. A mundialização da economia, da informação e das comunicações, bem como a velocidade e a profundidade de seus impactos tornam bem claro a necessidade de boas políticas (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

Numa primeira compreensão, entendia-se que a concepção e a implementação de políticas públicas ficavam somente a cargo do Estado, pois a ele pertencia a responsabilidade de satisfazer as necessidades da população. Mas, sabe-se que uma política pública pode ser formulada tanto pelo Estado, por instituições privadas e grupos sociais. Ou seja, as políticas públicas vão além das políticas governamentais.

A redemocratização do Brasil, na década de 1980, foi considerada o ponto inicial de novas construções sobre políticas públicas no Brasil. A principal motivação estava em repensar o país e suas ações no novo contexto político, enfatizando em especial nossas heranças históricas e as características de nossas políticas e do nosso modelo de proteção social (MARQUES; FARIA, 2013). Foi a partir desse período, que o tema da segurança teve uma visibilidade efetiva na agenda pública brasileira, dando ênfase numa nova estruturação na segurança pública e na prestação dos serviços de segurança à população.

Ao adentrar no estudo das políticas de segurança far-se-á a distinção de tais políticas. Num primeiro momento, existe o equívoco de achar que políticas de segurança pública e políticas públicas de segurança são termos sinônimos, algo que não é. Porém, estabelecer essa diferença é de primordial importância, pois tal equívoco pode comprometer as atribuições e as responsabilidades específicas de cada um dos segmentos.

Neste diapasão, a política de segurança pública relaciona-se com as atividades tipicamente policial, enquanto a política pública de segurança são as diversas ações executadas por entes governamentais ou organizações não-governamentais, sociedade civil, que causam impactos no problema da criminalidade e da violência (OLIVEIRA, 2002).

Tangerino (2007, p.150) também descreve a diferença entre as políticas de segurança. As políticas de segurança pública “correspondem aquelas ações vinculadas ao poder punitivo estatal ou ainda ao controle social formal: polícia, leis penais, políticas penitenciária etc”. Já as políticas pública de segurança são “aquelas ações que, embora públicas, não estão ligadas ao sistema de justiça criminal: educação, habitação, saúde, transporte público e outros”.

É verdade que os programas, estratégias, ações e processos da política de segurança pública se relacione com a criminalidade, porém a sua finalidade não é propriamente mitigar a violência e a criminalidade, e sim, conciliar a criminalidade com a estabilidade social, sem sujeitar a sociedade ao perigo da atuação arbitrária do poder público, ou seja, manter a ordem pública. O Objetivo finalístico “é o alcance e a manutenção dessa estabilidade de um modo, ao mesmo tempo, eficaz e respeitador dos direitos fundamentais” (KHAN, 2002, p.5).

Segundo alguns estudiosos as políticas públicas na área da segurança podem ser identificadas como regulatórias. Contudo, Saporì (2007) diz que essa capacidade regulatória é diminuída em razão de haver na segurança pública brasileira a prevalência do gerenciamento de crises. A falta de uma racionalidade gerencial mais sistemática na formulação das políticas de segurança públicas se traduz na ineficiência da atuação estatal.

A obscuridade de dados e de informações é outro fator que dificulta a formulação das políticas de segurança. O que ocorre, que muitas vezes os dados estatísticos disponibilizados pelas instituições policiais não condizem com a realidade das ocorrências criminais, pois não existir eficiência e padronização dos dados e o detalhamento das poucas informações se caracteriza ínfimo, não apresentando-se útil à elaboração de políticas de prevenção integradas.

Outro problema que pode ser mencionado sobre as políticas de segurança pública no Brasil, é a falta de continuidade de políticas públicas nas trocas de governos. Um exemplo disso, é o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), que foi criado no governo Lula e extinto na segunda metade da gestão de Dilma Rousseff. Aquele tinha em seu campo de ações a prevenção da violência e da criminalidade, envolvendo iniciativas sociais para mulheres e jovens entre 15 e 24 anos, com inteligência policial e repressão ao crime (GOMES, 2017).

A ausência de políticas públicas de segurança efetivas só faz aumentar o sentimento de medo e insegurança da população. A situação de violência e da criminalidade nas cidades brasileiras tem sido apontada como uma das grandes mazelas existentes no país. Esses fenômenos afetam toda a população sem distinção. Suas

consequências se desenham numa “sociedade marcada por condições estruturais, segregação social, o confinamento urbano e os preceitos são reforçados e mistificados em torno da chamada onda de violência ou cultura da violência” (BAIERL, 2009, p.274).

Ainda pode ser citada como uma das consequências da violência e da criminalidade o entrave para desenvolvimento local. Aquelas trazem prejuízos imensuráveis ao desenvolvimento socioeconômico, “diminuem o capital social, aumentam o grau de exclusão social e de pobreza, colocam em risco a cidadania e a segurança, além de reduzirem a capacidade de o Estado governar efetivamente” (REIS, 2012, p.155).

Tem-se a convicção que a insegurança pública não é o único fator preponderante para impedir o desenvolvimento socioeconômico de uma determinada localidade, mas com certeza contribui essencialmente para que ocorra.

AÇÕES DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA PARA MITIGAR A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE

Como consequência da crescente insatisfação social diante à violência e à insegurança pública, esta problemática foi elevada como prioridade nas agendas governamentais dos governos dos três entes federativos.

Nas últimas décadas foi possível observar várias experiências de intervenção no campo social, sobretudo aquelas conduzidas pelos municípios, que vem ampliado as possibilidades de reflexo em torno da redução da violência e da criminalidade. Tais ações são dirigidas especialmente aos jovens, principalmente aqueles de classes pobres, que têm sido as maiores vítimas da violência.

Incidindo a partir daqui mais diretamente no objetivo de estudos desta pesquisa, que são as políticas públicas desenvolvidas pelo Município de Boa Vista para redução da violência e da criminalidade, far-se-á análise das seguintes políticas: Projeto Crescer, Programa Dedo Verde, Projeto Artcanto, Projeto Patrulha Maria da Penha, Projeto Maria vai à Escola. Todos eles estão em plena atividade.

PROJETO CRESCER

A etiologia do projeto Crescer deu-se no ano de 2001. Nesta época, Boa Vista vivia uma situação gravíssima de delinquência juvenil. Nos bairros da cidade havia 35 gangues, conhecidas como galeras e tinha como prática delituosa: atos violentos, disputas territoriais, envolvimento com o tráfico de entorpecentes e outros delitos.

Seus integrantes eram jovens, que na maioria eram moradores de bairros periféricos com alta vulnerabilidade e risco social. Estes jovens caracterizavam-se por uma grande perda de vínculos de efetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida, identidade estigmatizada em termos étnico, cultural e sexual; também um grande desinteresse pelo trabalho e pelo estudo. Diagnóstico identificado pelo Censo em 2001.

No mesmo período, foram realizados estudos pela Prefeitura municipal sobre a situação de delinquência e foi detectada a falta de políticas públicas que oferecessem oportunidades para esses jovens que estavam envolvidos com a criminalidade. Por meio de um diagnóstico socioeconômico, que mapeou todo o município, os números da violência ganharam nomes, rostos, endereços e uma explicação: uma situação de pobreza e de exclusão social que viviam, aproximadamente, 17 mil adolescentes, ou seja, desprovidos de seus direitos fundamentais (PREFEITURA, 2017).

Uma das primeiras ações concreta do Crescer iniciou ainda em 2001, com uma oficina de marcenaria objetivando a preparação da festa junina, que é uma acontecimento cultural da cidade. Tendo como público-alvo, jovens entre 15 e 24 anos que se encontravam em situação de vulnerabilidade e risco social. A maioria dos integrantes estava envolvida com as extintas galeras, com o uso de drogas, prostituição, gravidez precoce, alcoolismo, entre outros problemas. A partir daí, a relação com 150 jovens foi consolidada e surgiu a primeira turma do Crescer que, sem a violência costumeira, passou a montar o evento anual (Idem).

Em dezembro de 2001, a lei nº 605/01 criou oficialmente o Projeto Crescer, traçando objetivos mais específicos e reformulando a proposta original da política pública. O projeto é estruturado no tripé: “Ser/ valores”, “Viver/Conveniência” e “Aprendizagem-Fazer/Geração de renda”, que resulta em três núcleos respectivos: Escola, Oficinas e Cooperativa. E tendo como finalidade a implementação de uma política pública que atendesse aos adolescentes e jovens de baixa renda, visando a inclusão social (PREFEITURA, 2017).

Dentro do desenho curricular do projeto estão incluídas oficinas profissionalizantes e oficinas para retomar a autoestima dos participantes. As primeiras abrange os cursos de informática, serigrafia, moda, sinalização, panificação, serralheria, trabalhos com biscuit e cestaria, dentre outros. Os produtos fabricados pelos participantes do projeto são comercializados por uma cooperativa. Nas oficinas para retomar a autoestima são implementadas dinâmicas com psicólogos e palestras sobre temas como sexualidade, drogas e outros assuntos de interesse dos alunos (Idem).

O crescer conta ainda, com o apoio do Núcleo de Garantias e Direito (NGD), vinculado à Prefeitura, que oferece um advogado disponível 24 horas por dia. Em caso de ocorrência envolvendo os alunos do Crescer, o advogado é acionado para o acompanhamento do procedimento (SEMGES, 2017).

O Projeto realiza trabalhos em parceria com diversos órgãos e entidades, um deles é o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN). O trabalho realizado com DETRAN é a oficina de trânsito, a qual é desenvolvida conforme as diretrizes do órgão. Os alunos da oficina acompanhados por profissionais do órgão participam de blitzes educativas, que orientam os motoristas a respeitarem as leis de trânsito, a utilizarem cinto de segurança, a não despejarem lixo nas ruas, dentre outras informações (SEMGES, 2017).

Dos dois mil alunos que participaram inicialmente do Crescer, cerca de 650 se recuperaram. Atualmente, o projeto recebe 500 jovens. Todos ganham uma bolsa de R\$: 180,00 mensais, além de refeições e transporte até as sedes do projeto. O projeto teve suas atividades paralisadas por seis anos, que compreendeu de 31/03/2006 a 31/12/2012, retornando somente em 2014.

Para avaliação do projeto foram realizadas entrevistas com seus participantes. As mudanças que foram observadas na vida dos jovens, acredita-se ser os significados mais próximos do universo humano, que é o respeito, a solidariedade e a tolerância, como pode ser vista na interação do diálogo de um participante do projeto.

Participante do Projeto Crescer: T. L.M., de 19 anos, já participa três anos do projeto.

- Antes de entrar no projeto eu era uma menina, mais, como posso dizer: eu era mais rebelde tanto em casa, como na rua.
- Quando eu chequei aqui era bem rebelde mesmo, bem ignorante, não ligava muito pra nada, batia de frente com todo mundo.
- Agora não, agora a minha relação com as pessoas, com os funcionários e com meus amigos, aqui dentro melhorou bastante, em relação à isso.
- Meu comportamento melhorou bastante em casa, tinha muito conflito em casa antigamente e depois que eu entrei, eu acho que eu melhorei bastante meu comportamento tanto em casa, como com as pessoas. Antigamente eu fazia tudo o que eu queria e não me importava com que os outros iam achar ou com que a minha família ia achar.
- Eu respondia a minha mãe, a minha avó, na verdade eu fui criada com a minha avó, depois que eu entrei aqui melhorei bastante, porque com o convívio com as pessoas, a gente aprende a ver que não é da nossa forma, não é do jeito que a gente pensa que tem que ser com as pessoas, a gente tem que se pôr no lugar e também entender a necessidade de cada um e entender que só porque a gente é de um jeito que as pessoas têm que aceitar.
- Quando eu chequei aqui, nossa! Eu era encrenqueira, caçava confusão com todo mundo, eu era assim.

- Para o futuro, eu espero que eu consiga conquistar tudo o que tenho vontade. Eu me imagino trabalhando naquilo que eu gosto: fisioterapia. Vou fazer vestibular para o ano que vem. Que eu seja bem sucedida e tudo der certo pra mim.

Qualquer manifestação de prática social que causem efeitos positivos em um determinado grupo de pessoas, aqui aos jovens, acontece por meio dos sentidos que eles permitem construir dentro das relações sociais concretas.

PROJETO PATRULHA MARIA DA PENHA

Em setembro de 2015, A Prefeitura implementou o projeto “Patrulha Maria da Penha”. Este é fruto duma parceria entre a Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR) e Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Trânsito (SMST) desenvolvido pela Guarda Municipal.

Por meio de Termo de Cooperação, as duas instituições acordaram em preencher a lacuna que havia entre a expedição das medidas protetivas de urgência em favor da mulher e seu real cumprimento por parte do agressor, por meio de uma equipe especializada de Guardas Civis Municipais, atualmente composta por 12 guardas (TJ/RR, 2017).

O projeto tem como objetivo a fiscalização das medidas protetivas de afastamento do lar, de proibição de aproximação da ofendida e de frequência a determinados lugares, o acompanhamento da situação familiar, tanto de vítima de agressão, quanto dos seus dependentes. A execução do projeto é realizada da seguinte forma: O poder Judiciário encaminha para a Patrulha Maria da Penha os casos para fiscalização da Medidas Protetivas deferidas (SMST, 2017).

Após a implantação da Patrulha Maria da Penha, pouco mais de um ano, aproximadamente 500 vítimas de violência doméstica foram acompanhadas em Boa Vista. Atualmente, a Patrulha acompanha 46 famílias, e, desde sua criação, mais de 200 núcleos familiares foram atendidos. Do período compreendido de janeiro a julho de 2017, a Guarda Municipal já atendeu 278 mulheres. Conforme estatística do próprio projeto, o principal ofensor da mulher é seu companheiro ou ex-companheiro, embora elas também sejam agredidas por outros membros da família (TJ/RR, 2017).

Com atendimento da patrulha Maria da Penha as mulheres atendidas se sentem mais seguras, como afirma uma mulher vítima: T.L.C, de 32 anos.

- Eu trabalho, sou empresária.
- Tenho três filhos, de um, cinco e sete anos.
- Participo aqui em Roraima a quase dois meses, já.
- O atendimento da Patrulha é muito bom, eu fiquei muito satisfeita, eu acho um trabalho muito satisfatório, quando (guarda municipal) veio e vem aqui sempre predisposto, sempre atencioso, tudo certo! Me sinto segura.
- Não tive mais agressões físicas, após o atendimento, não; e sim psicológica, né; que eu acho que é uma agressão também, são questões escritas que me faz sentir mal, são mensagens que são irreais, coisas que ele escreve para que as pessoas pensem que ele é uma boa pessoa.

A política desenvolvida pelo projeto Maria da Penha traz, de certa forma, mais garantia no apoio da segurança das mulheres vítimas e de seus dependentes. Essa segurança vem contribuir para que a mulher possa sair dessa situação de violência e resgatar sua dignidade e usufruir de sua liberdade sem medo de ser novamente vítima do seu agressor.

PROJETO MARIA VAI À ESCOLA

Outra parceria do Município com o TJRR é o Projeto Educacional de Combate à violência Doméstica, denominado “Maria vai à Escola”, inserido na rede municipal em maio de 2015. É fruto da parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e o 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

A natureza teleológica do Projeto é inserir no ambiente escolar discussão a respeito de temas relacionados aos direitos humanos, igualdade de gênero, etnia e principalmente sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher.

A metodologia consiste no desenvolvimento do conhecimento em torno das questões que levam as pessoas a resolução de conflitos por meio violentos, para posteriormente desconstruir essa visão. Implementado por um plano curricular com os temas: O estudante e seu contexto familiar, novos arranjos familiares, novos papéis dos homens e das mulheres na sociedade, igualdade e direitos humanos, violência doméstica e Lei Maria da Penha (SMEC, 2017).

A Escola Municipal Laucides Inácio de Oliveira, localizada no bairro: Dr. Airton Rocha (Conjunto Peróla), foi escolhida para desenvolver o projeto-piloto. Participaram neste primeiro momento, cerca de 100 alunos. O projeto Maria vai à Escola já atuou em 14 escolas municipais da capital, atendendo 1.753 alunos, do 5º ano do Ensino Fundamental.

Participante do projeto: L.C.C.N, de 11 anos.

- Eu participei dois meses do projeto Maria vai à escola.
- Participar do projeto foi legal, porque a gente aprendeu várias coisas legais: que o homem não pode bater em mulher, a Lei Maria da Penha, várias outras leis, que o homem não chora, entre outros.
- O bom do projeto, é que a gente aprendeu várias coisas, que as vezes não dar para colocar tudo em prática, porque não somos perfeitos. Somos tão imperfeitos, ainda com a Lei Maria da Penha, tem muito homem que batem em mulher por qualquer besteira, é isso.
- Tudo foi ótimo no projeto.
- Mudou muita coisa. Muitas das vezes tem gente que fala que nós mulheres temos que aguentar tudo dos outros, mas isso não é verdade. Isso, a gente aprendeu com as professoras do projeto Maria vai à escola.
- Meu comportamento mudou com a minha família. Tudo que as professoras do projeto ensinavam pra gente, a gente ensinava pra eles também e eles também nos ensinavam.

É no ambiente escolar onde se encontra o meio mais favorável para a propagação de informações, principalmente sobre violência. A transformação desse ambiente num espaço estratégico resulta uma postura ética e capaz de influenciar o comportamento dos adolescentes, como o respeito ao próximo, as diferenças, livre de discriminações.

PROJETO ARTCANTO

Outra política pública desenvolvida pela Prefeitura de Boa Vista para atendimento à crianças e adolescentes é o Projeto Coral Artcanto, criado em 2001. O Projeto é coordenado pela Secretaria Municipal de Gestão Social (SEMGES). O Artcanto traz a teoria e a prática musical à criança a partir dos 07 anos e a adolescente até 17 anos, em situação de vulnerabilidade social. O Projeto tem como característica a proteção social básica, com cunho social e pedagógico, com a finalidade de ensinar e despertar nos jovens o interesse pelo canto-coral. Além disso, proporciona atividades direcionadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e a convivência social.

O projeto é composto por seis educadores musicais, um regente e um pianista que ensinam a prática do canto, bem como pelo conhecimento da música popular, erudita e regional brasileira. Os requisitos para que as crianças e adolescentes participarem do projeto, é que tenham boas notas na escola. Além disso, é realizado um acompanhamento constantemente com as famílias e com as escolas para saber como está o comportamento dos integrantes. As aulas são realizadas de segunda a quinta, no horário oposto em que seus integrantes não estão na escola (PREFEITURA, 2017).

Hoje, o Artcanto atende 180 alunos, para os quais são disponibilizados bolsa incentivo no valor de R\$:180,00, fardamento, lanche e transporte para todos os participantes. Estes ainda recebem acompanhamento médico, odontológico, social e de aprendizagem. O Artcanto também sofreu paralização de suas atividades no período de 31/03/2006 a 31/12/ 2012, retornando no ano de 2014.

Depoimento de uma participante do Projeto sobre as mudanças na sua vida.

M.S.J.L., de 15 anos, participa a um ano do projeto.

- Participar do projeto é gratificante, pois ele possibilita a gente adolescente, jovem praticar o canto-coral, ali a gente aprende ler partituras e canto-coral: música e voz como podem ser usada, da maneira certa, correta.
- o Bom do projeto, é que ele é um projeto que acolhe as pessoas: criança e jovens. Eu gosto muito da parte que a gente se ajunta e fica como uma família. A parte que eu não gosto é quando há divisão de grupo.
- O projeto tem as oficinas de flautas e violões. Eu participo do canto-coral, grupo vocal.
- Antes do projeto eu era uma menina que não fazia muitas amizades, eu não conversava com ninguém, eu era mais na minha. Depois que eu entrei pude me aproximar mais das pessoas, praticar o que eu gosto: que é o canto-coral. E ainda mais, mudou muito o meu convívio familiar: meus pais me acompanham tanto em casa, como na escola e no projeto.
- E não há nada de ruim no projeto.
- Meu relacionamento com meus amigos mudou bastante. Depois de ter entrado no projeto e ter o acolhimento com os monitores e dos integrantes do coral, eu pude me identificar muito com eles e hoje tenho várias amizades.
- Para meu futuro, eu espero que seja bom e melhor, né. Mas, isso não só esperar, tenho que atrás para realizar os meus sonhos.

Como se observa, oferecer educação, cultura e oportunidades para os adolescentes é a melhor forma para a obtenção de resultados mais efetivos para impedi-los que percorram o caminho da criminalidade. São as políticas de caráter social que desempenham um papel importante na diminuição das taxas de criminalidade e das desigualdades.

PROGRAMA DEDO VERDE

Outra política pública voltada aos adolescentes é o Programa Dedo Verde, criando em 15 de abril de 1993. Suas ações são direcionadas à proteção social, defesa dos direitos, prevenção de riscos, fortalecimento dos vínculos sociais e familiares, bem como a ênfase na cidadania ambiental. Seu público-alvo são adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos, pertencentes à família de baixa renda, inscritos no pro-

grama bolsa-família, em situação de vulnerabilidade social, que estejam matriculados regularmente, tenham boas notas. São atendidos pelo programa 100 adolescentes com ações educativas.

Também são proporcionados aos adolescentes do “Dedo Verde”: curso de segurança doméstica, prática e teórica ambiental, noções de higiene e limpeza, recebimento de benefício no valor de R\$; 180,00, vale-transporte, lanche, refeição. A cultura é inserida através das oficinas de música (violão, teatro e percussão), práticas esportivas e recreação, priorizando a aprendizagem significativa e contínua, desenvolvidas nas oficinas de educação ambiental, produção de plantas medicinais, flores tropicais, húmus, reforço escolar, informática.

Ao completar 18 anos, o adolescente é preparado para o desligamento do Programa, capacitado em uma linha de produção sustentável já ingressando no mercado de trabalho, com produção de plantas medicinais, ornamentais e húmus. O Dedo Verde também teve suas atividades encerradas nos anos de 2006 a 2012, pela administração seguinte, retornando em 2014.

Participante: J.R.S, de 17 anos, participa do projeto a três anos.

- Participar do projeto tem suas vantagens: o projeto te ajuda a sair da rua, a participar dos cursos que eles oferecem. Eu já participei da oficina de compostagem, teatro e percussão, aqui.
- A minha vida mudou muito, quando entrei no projeto: em casa, eu vivia muito na rua brincando com meus irmãos, a minha mãe não ficava muito em casa, ela vivia bebendo bastante. Depois, foi mudando bastante as coisas lá em casa. Na realidade, eu precisava do dinheiro para ajudar lá em casa, a gente precisava para se manter. A minha mãe começou a vim para o Dedo Verde para ser aconselhada, eu era bastante aconselhado, também.
- Antes do projeto, eu era uma criança bem comportada, uma criança estudiosa, muito brincalhona, vivia muito na rua brincando, vivia correndo, pulando cerca, coisas de criança.
- O projeto me trouxe bastante responsabilidade, que na realidade eu precisava. Meus irmãos não se cuidam direito, eu tenho que cuidar deles, eu tenho que fazer a maioria das coisas lá em casa. Eles estão naquela fase de só ficar brincando e querendo ficar na rua, aí eu tenho que ficar em casa cuidando das coisas. Eu sou o segundo mais velho, a minha irmã mais velha, já casou e saiu de casa.
- Depois que comecei a participar do Dedo Verde, meu relacionamento com algumas pessoas mudou. Aqui no Dedo Verde, eu me assumi como homossexual e, alguns dos meus amigos antigos, que eu brincava mudaram de atitude comigo e eu parei de andar com eles. Eu ando com outros tipos de pessoas que me entendem.
- Para o meu futuro, eu pretendo me formar em contabilidade para poder me sustentar e sustentar minha mãe, quando ela estiver velhinha.

Aqui revela-se um universo de sentidos que se remete ao um conjunto de valores, principalmente no que se diz respeito à autoestima, que é um resultado positivo das medidas de intervenção implementadas pelos projetos sociais a este grupo etário. A autoestima pode ser compreendida como uma “autoavaliação positiva, o sentimento de gostar de si mesmo, permitindo à pessoa orgulhar-se de seus empreendimentos, demonstrar suas emoções, respeitar-se, reconhecer seus próprios talentos, investir em seus objetivos [...]” (DUPRET, 2004, p 67).

É preciso haver um investimento em políticas públicas que possibilite aos adolescentes visualizar um futuro diferente da criminalidade, com capacitação, geração de renda e oportunidades reais de inserção no mercado de trabalho. Só assim, poderá haver resultados concretos, fazendo com que os adolescente sentem-se cidadãos de fato e contribuindo para exerçam seu direito corretamente (LEITÃO, 2013).

Estas são as políticas públicas que são desenvolvidas pela Prefeitura de Boa Vista para redução do crime e da violência no município, tendo como público-alvo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social. São políticas que os resultados esperados serão de médio prazo e longo prazo. Porém, são programas e projetos que requererem parceiras e colaboração com outros órgãos públicos, instituições sociais, do setor privado e principalmente da sociedade, pois ela é também responsável pelo bem-estar da coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que a inexistência de políticas de segurança públicas adequadas para redução da criminalidade causam o descrédito no sistema de segurança e, conseqüentemente contribuem para o aumento da sensação de insegurança e medo dos cidadãos. Numa dinâmica econômica: prejudica o desenvolvimento econômico local, acarreta redução de investimento, obstaculizando as possibilidades de crescimento a curto e a longo prazo.

Dentro da pesquisa foram identificados quatro projetos e um programa: Projetos Crescer, Patrulha Maria da Penha, Artcanto, Maria Vai à escola e o Programa Dede Verde. Os projetos Crescer, Artcanto e programa Dede Verde são oportunidades para adolescentes que vivem uma situação de vulnerabilidade e risco social. Porém, tais projetos não apresentaram um alcance maior no atendimento dos adolescentes participantes, uma vez que a cidade de Boa Vista cresceu e sua população juvenil também.

Constatou-se, que o projeto Maria vai à Escola traz a importância do ambiente escolar como meio mais favorável para a disseminação de informações, principalmente sobre violência. Os conhecimentos adquiridos dão grande contribuição a educação dos adolescentes, pois aprendem que o respeito, a tolerância ao próximo são requisitos necessários à boa convivência entre as pessoas.

O projeto Patrulha Maria da Penha é uma política pública em defesa da mulher considerada pífia. Pois, existe a necessidade da disponibilização de mais recursos, como estrutura física e de pessoal para o atendimento, uma vez que o Estado de Roraima ocupa o 1º lugar no ranking nacional em relação ao cometimento de violência contra a mulher. Que nesta situação, é necessário que o Estado e a sociedade unam forças para mudar esse cenário de violência, com intuito de construir uma sociedade livre de violência e de preconceitos.

O programa Dedo Verde é uma política pública direcionada à proteção social, defesa dos direitos, prevenção de riscos, fortalecimento dos vínculos familiares. Além disso, proporciona a profissionalização dos jovens, que é algo importantíssimo para inserir os jovens no mercado de trabalho e criar outras oportunidades futuras.

Conclui-se que as políticas públicas desenvolvidas no município de Boa Vista para mitigar a violência têm impactos positivos, como foi observado nas entrevistas com os participantes dos projetos e do programa Dedo Verde, apesar de alguns entraves. Porém, requer que toda a sociedade esteja engajada nesse processo, tanto apoiando os projetos com parcerias, com fiscalização dos recursos. Pois, a criminalidade e a violência são questões que precisam ser analisadas em toda sua dimensão, seja na conduta delinquente, seja nas condições que propiciam o cometimento do crime/ou da violência, seja na omissão da sociedade com relação à formulação de políticas públicas eficientes que possam mitigar as desigualdades e promover a justiça social.

REFERÊNCIAS

DUPRET, L. **Identidade e auto-estima**: o entrelaçamento possível da educação da pós-modernidade.2004. Disponível em<www.ines.org.br/pagina/revista/espaco17/debate1.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2018.

GOMES, Rodrigo. Governo Dilma prioriza cadeia e ações antidrogas e abandona Pronasci. **Rede Brasil Atual**, 23/07/2013. Cidadania. Disponível em:< <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/07/governo-federal-prioriza-presidios-combate-drogas-abandona-pronasci>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

HOWLETT, Michel. RAMESH, M., PERL, Antonio. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 305 p.

KHAN, T. Prefácio. In: GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL. **Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança**. São Paulo: Ilanud, 2002, p.5-6. Disponível em:<<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/livro-prevdo crime%20ILSNUDS.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

LEITÃO, Thais. Investimento social em adolescentes é saída para evitar criminalidade, acreditam especialistas. **Agência Brasil**. abr. 2013. Disponível em:<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-04-22/ivestimento-social-em-adolescentes-e-saida-para-evitar-criminalidade-acreditam-especialistas>>. Acesso em: 23 set. 2017.

MARQUES, Eduardo. FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (orgs.). **A Política Pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. 282 p.

OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de. Políticas de segurança e políticas de segurança pública: da teoria a prática. In: GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL. **Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança**. São Paulo: Ilanud, 2002, p. 43-62. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/livro-prevdo crime%20ILANUD.pdf>>. Acesso em:16 ago.2017.

Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR. **Dedo Verde: Programa completa 22 anos de trabalho com meio ambiente** Disponível em:< <https://www.boavista.rr.gov.br/noticias/2015/04/dedo-verde-programa-completa-22-anos-de-trabalho-com-meio-ambiente>>. Acesso em: 22 set.2017.

_____. **Guarda Civil Municipal completa 27 anos de atividade em Boa Vista**. Disponível em:<www.boavista.rr.gov.br/noticias/2017/03/guarda-civil-municipal...>. Acesso em 11 mar. 2017.

_____. **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. SMEC. Boa Vista/RR, 2017.

_____. **Secretaria Municipal de Gestão Social – SEMGES**. Boa Vista/RR, 2017.

_____. **Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Trânsito – SMST**. Boa Vista, 2017.

REIS, Aparecido Francisco. Violência e Desenvolvimento local: um estudo sobre a criminalidade entre jovens de 15 a 24 anos em comunidades perirurbanas de Campo Grande, MS. **INTERAÇÕES. Campo Grande**, v 14, n.2, p. 155-164, jul/dez.2013.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FVG, 2007. 265 P.

TANGERINO, Davi de Paiva Costa. **Crime e Cidade**: violência urbana e a escola de Chicago. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007. 174 p.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA-TJRR. Coordenadoria de Violência Doméstica. **Patrulha Maria da Pena**. Disponível em:<www.tjrr.jus.br/index.php/cevid-patrolha-maria-da-pena>. Acesso em: 02 set. 2017.

ARTIGO

CASO MARIA DE JESUS¹: UM RETRATO DO FEMINICÍDIO NO BRASIL

INTRODUÇÃO

A questão de gênero no Brasil é muito grave. O país apresenta índices extremamente elevados de assassinatos de mulheres e transgêneros, comparados com os demais países ao redor do mundo. Além disso, os dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP indicam que o número de casos vem crescendo nos últimos cinco anos. Esse tema sempre foi tratado como “vitimização”, mas aos poucos ganha notoriedade por conta, principalmente, do aumento da conscientização da sociedade. Não obstante alguns avanços da legislação e do aumento das denúncias, os dados demonstram que o problema da violência contra a mulher persiste e que novas formas de enfrentamento são necessárias.

Nesse contexto, é oportuno a análise de um caso emblemático para demonstrar a realidade desse tipo de violência. Da análise do caso, três questionamentos surgem: 1) até que ponto a legislação atual tem sido adequada para combater o problema e as políticas públicas de prevenção eficazes? 2) Qual a influência do Patriarcado na persistência dessa realidade? 3) Qual o papel da sociedade em geral e dos movimentos sociais de defesa da mulher na redução dessa violência?

Nesse contexto de altos índices de violência e mortalidade de mulheres no país, é preciso analisar as causas e consequências predominantes desses assassinatos, onde se insere o caso Maria de Jesus. O objetivo desse estudo, portanto, é compreender a

* Professor Adjunto II da Universidade do Estado do Amazonas e do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Pesquisador Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos da Violência. E-mail: dorlimarques@yahoo.com.br

** Professora Assistente II da Universidade do Estado do Amazonas. Vice-Coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos da Violência. E-mail: elisangelaleitao2010@hotmail.com.

*** Bacharelanda em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: nicppr@gmail.com

¹ Nome fictício. Apesar do caso analisado ser de conhecimento público, optou-se por preservar a identidade dos sujeitos envolvidos.

gravidade da situação de violência de gênero nos dias atuais, mesmo com a entrada em vigor da Lei 13.104, em 09 de março de 2015, reconhecendo como qualificadora o feminicídio; discutir a influência do papel do Patriarcado na persistência desse tipo de violência e a efetividade das políticas públicas e do papel dos movimentos sociais no enfrentamento dessa violência.

Essa discussão seguirá o método dialético porque ele permite interpretar dinamicamente a realidade. Esse dinamismo consiste em três graus ou momentos: faremos primeiro uma minuciosa apropriação teórica e epistemológica da matéria; depois uma análise crítica, a investigação da coerência interna, isto é, determinação da unidade dos vários aspectos dos dados coletados no caso em questão (KOSIK, 1976; MARQUES,

2009). Optou-se pela pesquisa qualitativa em função da possibilidade de considerar, na análise, os significados das vivências desses sujeitos inseridos no âmbito da história e da cultura. O método de procedimento adotado foi o estudo de caso. Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica e documental, com consulta a leis, doutrinas e jurisprudências, além do processo criminal de José da Silva.

Primeiro será feita uma discussão sobre feminicídio, à luz do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, em um contexto onde o machismo ainda se encontra muito presente, seu conceito e as principais legislações referentes ao tema. Em seguida, será demonstrado como as recentes diretrizes nacionais do feminicídios podem investigar, processar e auxiliar no julgamento de mortes violentas de mulheres no âmbito nacional. Por fim, será feita a análise do caso de feminicídio Maria de Jesus e o que ele nos mostra sobre a violência no Brasil, considerando-se, entre outros aspectos, a posição que o Brasil ocupa no ranking mundial de assassinatos de mulheres, tomando por base os dados de órgãos públicos e organizações da sociedade civil que tratam da questão.

CONCEITO DE FEMINICÍDIO

O termo feminicídio pode ser conceituado como sendo o assassinato de mulheres, por questões de gênero, ou seja, por serem mulheres. É o homicídio qualificado, como diz o texto legal do Código Penal “Se o homicídio é cometido (...) VI – contra a mulher por razões da condição do sexo feminino” (art. 121, §2º, VI, CP/40).

Sobre esse último inciso, considera-se razões da condição do sexo feminino a violência doméstica e familiar, e o menosprezo ou discriminação à condição de mulher (art. 121, §2º-A, I e II, CP/1940). Este dispositivo foi recentemente incluído

como circunstância qualificadora do homicídio do Código Penal, e também no rol dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990). O novo tipo penal também prevê um aumento de pena de um terço até a metade se o crime for praticado: durante a gestação ou nos três meses após o parto; contra pessoa menor de catorze anos, maior de sessenta anos de idade ou com deficiência; na presença de ascendente ou descendente da vítima (§7º, I, II e III).

A inclusão desse tipo penal no rol de qualificadoras do homicídio e no rol dos crimes hediondos não foi ao acaso. Foi nítida a preocupação dos nossos legisladores com a situação devido aos dados preocupantes de violência contra as mulheres no Brasil e no mundo. O assassinato é o mais cruel meio de violência empregado contra a mulher, por isso deve ser analisado com maior atenção.

A violência contra a mulher não é uma situação nova, e sim o resultado de uma sociedade patriarcalista e machista que vivemos. O homem sempre foi colocado com centro de tudo e detentor de poder, físico e psicológico, sobre a mulher, que sempre ficou numa posição secundária e sem visibilidade ou respeito. Entretanto, com o passar dos anos e a evolução da sociedade, as mulheres aos poucos estão ganhando espaço e visibilidade. A resultante do confronto entre essa herança cultural marcadamente patriarcal e o processo de empoderamento das mulheres evidenciou a gravidade da situação e a urgência no seu enfrentamento (SAFFIOTI, 2000¹; SEGATO, 2006²; GOMES, 2015³; RUBIM, 2017⁴).

Apesar das conquistas legislativas, na prática ainda não há um tratamento inteiramente isonômico entre homens e mulheres, visto que, na sociedade brasileira, o machismo e o preconceito ainda se mostram muito presentes. Disso decorre a importância do estudo acerca do feminicídio: hoje morrem mais mulheres pelas mãos de seus cônjuges ou ex-cônjuges, companheiros ou padrastos. A violência doméstica e familiar é um fato que não pode ser menosprezado pela população.

O assassinato de mulheres por seus parceiros poderia ser considerado um crime passionais. Sobre isso, uma análise interessante feita por Eluf⁵:

¹ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

² SEGATO, Rita Laura. **Que é um feminicídio**. Notas para um debate emergente. Série Antopologia. Brasília: 2006. Disponível em: <<http://cuentaconmigo.org.mx/articulos/segato.pdf>>. Acesso em: 13 set.2018.

³ GOMES, Izabel Solyszko. **Femicídios e possíveis respostas penais**: dialogando com o feminismo e o direito penal. Seção: Direitos Humanos e Políticas Públicas de Gênero. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/femicidios_e_possiveis_respostas_penais.pdf >. Acesso: 24 set.2018.

⁴ RUBIM, Goreth Campos. O homicídio qualificado pelo feminicídio: estudos de casos na cidade Manaus. 2017. 125f. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2017.

⁵ ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus**: casos passionais célebres: de Pontes de Visgueiro a Pimenta Neves. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 113.

Em uma primeira análise, superficial e equivocada, poderia parecer que a paixão, decorrente do amor, tornaria nobre a conduta do homicida, que teria matado por não suportar a perda de seu objeto de desejo ou para lavar sua honra ultrajada. No entanto, a paixão que move a conduta criminosa não resulta do amor, mas sim do ódio, da possessividade, do ciúme ignóbil, da busca da vingança, do sentimento de frustração aliado à prepotência, da mistura de desejo sexual frustrado com rancor.

Ou seja, as razões que levam o marido a matar sua esposa não podem ser consideradas nobres e movidas pelo sentimento de amor. Esses indivíduos matam pois se acham no direito, acreditam que são detentores de poder sobre sua esposa. Acreditam que ainda estão vivendo no passado, onde se admitia tal absurdo. Valem-se da inferioridade física, e por vezes dependência econômica, de suas companheiras para impor sua masculinidade, como forma de dominação.

O uso do termo feminicídio é uma estratégia para nomear e qualificar essas mortes como um problema social, que é derivado de uma desigualdade histórica e estrutural entre mulheres e homens, não os tratando meramente como eventos isolados, crimes passionais na vida íntima do casal, ou provocados por comportamento patológico.

Bem verdade, existem outras formas de violência, quais sejam: violência física (agressões físicas, socos, chutes), psicológica (xingamentos, humilhações, apelidos vexativos), sexual (estupro), além das baseadas em questões de raça, cor, cultura, gênero e orientação sexual. Sendo o assassinato, muitas das vezes, o estágio final da série de agressões que uma mulher sofreu, seja de seu companheiro, ex-companheiro, parentes, ou até mesmo pessoas desconhecidas.

Um marco nacional também importante no enfrentamento dos diversos tipos de violência contra a mulher foi a Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, que criou diversos mecanismos para frear atos atentatórios contra a dignidade física e psicológica da mulher.

A referida lei foi resultado de anos de espera diante da inércia do Estado em resolver casos relacionados ao tema. Maria da Penha foi alvo de tentativa de homicídio duas vezes por seu marido, que conseguiu a deixar paraplégica, além de outros danos a sua saúde. Anos após o crime, o agressor, apesar de condenado duas vezes pelo Tribunal do Júri do Ceará, ainda não havia uma sentença definitiva e ele continuava em liberdade. Então, a vítima, juntamente com o Centro de Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) direcionaram o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), que obrigaram o Brasil a tomar uma atitude.

Maria da Penha foi um marco na história da conquista dos direitos das mulheres no Brasil, posto que tal legislação trouxe avanços, disponibilizando às vítimas instrumentos para reduzir os inúmeros casos de violência baseada no gênero, com o objetivo de dar-lhes uma vida digna, com respeito a sua integridade física e psicológica, sob a égide dos princípios constitucionais elencados na nossa Carta Magna, tais como dignidade da pessoa humana e liberdade.

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM NÚMEROS

De acordo com o Mapa da Violência 2015⁶, num grupo de 83 países com dados homogêneos, disponibilizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil ocupa a 5ª posição no ranking de assassinatos de mulheres no mundo. O país fica atrás somente de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia.

Dentre os 83 países analisados, a taxa média foi de 2,0 homicídios por 100 mil mulheres. No Brasil, foi de 4,8 por 100 mil mulheres, ou seja, 2,4 vezes maior que a média internacional. Isso significa que os nossos índices são demasiadamente elevados, se levarmos em consideração todo o contexto internacional.

Nas Unidades Federativas do Brasil, entre 2003 e 2013, o número de mulheres vítimas de homicídios aumentou de 3.937 para 4.762, um crescimento de 21%, que representa uma média de 12 homicídios por dia. Nas capitais dos estados, as taxas caíram 5,8%, evidenciando o fenômeno da interiorização da violência, onde os polos dinâmicos da violência letal mudam-se dos municípios de grande porte para os de médio porte.

A média nacional calculada nesse levantamento de dados do Mapa da Violência é de um país altamente heterogêneo. Há áreas bem mais violentas do que a média pode sugerir. No ano de 2014, foram estimados 4.918 homicídios de mulheres, com base dos dados dos sistemas estaduais, os boletins de ocorrência policiais. Isso quer dizer um crescimento em ritmo acelerado, observados em comparação com os anos de 2007 a 2013.

Com relação aos registros de violência doméstica, sexual e/ou outras formas de violência, este é feito pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, que faz os registros do Sistema Único de Saúde (SUS).

No ano de 2014, entre as mulheres de 18 a 59 anos de idade, o principal agressor é o parceiro ou ex-parceiro, reunindo a metade dos casos registrados no Mapa. A

⁶ WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2015: Homicídios de Mulheres no Brasil. 1ª edição. Brasília: 2015.

violência doméstica é a principal forma, sendo os parentes, parceiros e ex-parceiros os principais agressores, com cerca de 67,2% do total dos atendimentos.

A violência física é a mais evidente, presente em 48,7% dos atendimentos, seguida pela violência psicológica, com 23% dos atendimentos, e em terceiro lugar, a violência sexual, com 11,9% dos atendimentos.

Apesar das legislações já existentes, a eficiência no combate à violência contra as pessoas do gênero feminino tem se mostrado insuficientes. Diante disso, foi elaborada, com apoio da ONU Mulheres, as Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres⁷, que pretende ajudar na investigação criminal, no processo judicial e no julgamento dessas mortes, de modo que as razões de gênero para os assassinatos sejam evidenciadas.

Estas diretrizes destinam-se às instituições que atuam nas investigações: instituições de segurança pública, ministérios públicos, defensorias públicas e ao poder judiciário. Parte dessas diretrizes destinam-se também aos serviços de saúde, onde realizam o socorro imediato às vítimas.

As recomendações adotadas nas diretrizes objetiva expandir e certificar que todas as mortes violentas ou que apresentam indícios de violência contra as vítimas mulheres, sejam investigadas e processadas com presteza, assegurando que a identificação da causa da morte, a intencionalidade e a autoria sejam esclarecidas como resultado da investigação do processo. Para isso, a investigação policial não deve apenas especificar como a morte foi praticada, mas também deve buscar informações sobre os motivos que levaram ao agente a delinquir.

Ainda de acordo com as diretrizes e com a normativa internacional, os Estados têm quatro tipos de obrigações: o dever de atuar com a devida diligência, o dever de prevenção, o dever de investigar e sancionar, e o dever de propiciar uma reparação eficiente.

ESTUDO DO CASO MARIA DE JESUS

Maria de Jesus era uma mulher de 29 anos de idade, advogada, residente no interior do Paraná. Jovem, bonita, inteligente e independente, vítima de seu marido, José da Silva, professor de Biologia.

Eles eram casados há cinco anos, e no dia 22 de julho de 2018, pela madrugada, Maria de Jesus foi encontrada morta em seu apartamento, após uma intensa briga

⁷ ONU. Diretrizes Nacionais Femicídio. Investigar, Processar e Julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília, 2016.

com o marido, onde ele a agrediu violentamente, por repetidas vezes, até causar a sua morte, como pode ser visto, nos autos do processo nº 0002712-08.2018.8.16.0159⁸:

Matou a vítima Maria de Jesus, sua esposa, mediante agressões físicas sucessivas e arremesso da vítima da sacada do apartamento 403, localizado no 4º andar do Edifício Golden Garden, causando a queda da vítima de uma altura aproximada de 22 metros e ferimentos que foram a causa de sua morte, conforme certidão de óbito de fl. 229. (...) Ainda, de acordo com o Laudo Pericial de Local de Morte, de fls. 239-249, o acusado, durante a execução do crime de homicídio, produziu lesões características de esganadura na vítima, quais sejam, “estigmas ungueais nas regiões laterais do pescoço, características de esganadura”, praticando o delito mediante asfixia.

José da Silva não só agrediu covardemente na sua esposa, como a matou por asfixia e esganadura, jogou-a do quarto andar do prédio onde moravam, alterou a cena do crime, retirando seu corpo da calçada e levando de volta para dentro do apartamento, trocou de roupa e tentou fugir, quando foi preso pela Polícia Civil do Paraná, ao sofrer um acidente de carro na estrada. Felizmente, as câmaras de segurança do edifício onde o casal morava registraram ao menos as agressões.

Primeiro é visto uma briga dentro do carro, ainda na frente do prédio, onde a vítima tenta fugir mas é impedida (cárcere privado, art. 148 do Código Penal) sendo puxada pelos cabelos e agredida com socos do marido. Depois, já no estacionamento, a vítima é empurrada contra o carro com seu marido lhe apertando o pescoço. Novamente, ela tenta fugir, mas é perseguida até o elevador, onde as agressões continuam.

No elevador, Maria de Jesus novamente tenta fugir quando chegam ao térreo, mas é novamente impedida, e forçada a sair do mesmo quando chegam ao quarto andar. Os vizinhos relataram ouvir gritos de socorro, e logo depois, a queda de Maria de Jesus. O marido então, ao invés de chamar a ambulância, altera a cena do crime, cometendo fraude processual (art. 347, CP/1940) e carrega o corpo sem vida de sua esposa de volta ao apartamento, onde a deixa, troca de roupa e limpa as manchas de sangue do elevador do prédio, com a finalidade de apagar as provas de materialidade do delito. Após isso, tenta fugir, mas é capturado ao se envolver em um acidente⁹:

Depreende-se do boletim de ocorrência que, na madrugada de domingo, o flagrado e sua companheira iniciaram uma discussão, a qual foi ouvida pelos vizinhos do apartamento em

⁸ Disponível em: <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi_consulta/arquivo.do?_tj=8a6c53f8698c7ff7e57a8effb7e2521981ea85825231aeabd964da303676cebf9dd0b0b975d50f7>. Acesso em 01/09/2018

⁹ Disponível em: <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi_consulta/arquivo.do?_tj=8a6c53f8698c7ff7e57a8effb7e2521981ea85825231aeab2258517147228c6fe9dd0b0b975d50f7>. Acesso em 01/09/2018.

que residiam. No mais, testemunhas narram ter ouvido a vítima gritando por socorro na sacada do apartamento e, minutos depois, essa já foi vista caída no chão. Ato contínuo, o ora flagrado a recolheu já sem vida do térreo do edifício, levando-a novamente ao apartamento, tendo se evadido do local logo em seguida.

A família da vítima concedeu entrevistas televisas, onde apontaram o intento de Maria de Jesus em requerer o divórcio, e a objeção do marido quanto à isso¹⁰. Uma amiga relatou também ter visto marcas de agressões na vítima, quando o casal morava na Alemanha. O réu a agredia, a tratava por apelidos vexatórios em público, tinha crises de ciúmes e não aceitava o divórcio.

José da Silva tem 32 anos de idade, e é biólogo, professor de uma faculdade do interior do Paraná. Seu extenso currículo mostra seu excelente desempenho profissional, com seu doutorado em andamento em uma Universidade da Alemanha, e inúmeros trabalhos publicados. Isso nos serve de base, para vermos que esses criminosos não são apenas pessoas de classe média baixa, mas são pessoas comuns, que afirmam amar suas esposas e de quem jamais seria de se esperar um comportamento possessivo e doentio desses.

Trata-se claramente de um típico caso de feminicídio, cometido por motivo torpe e com crueldade. Isso não é incomum no Brasil, e cenas assim são cada vez mais denunciadas. As vítimas de relacionamentos abusivos geralmente já sofrem há algum tempo, e quando tomam a iniciativa para a separação, o companheiro não aceita. E por vezes, os criminosos sequer são localizados.

José da Silva encontra-se preso preventivamente, em um presídio no interior do Paraná, onde aguarda os demais resultados e perícia e o desenrolar do processo criminal, e deve ser levado a júri popular, instituição que julga os crimes dolosos contra a vida. Com as provas de materialidade e os indícios de autoria, ele pode e deve ser condenado à pena de reclusão, de doze a trinta anos de prisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país diversificado, acolhedor de diversas raças, culturas e religiões. Entretanto, diante de suas problemáticas sociais, mostra-se um tanto machista e preconceituoso. Tais problemas levam-nos a dados alarmantes: somos o quinto colocado no ranking de assassinatos de mulheres e o primeiro colocado no ranking de assassinatos de transgêneros. Vê-se que a questão de gênero é mais um exemplo da cultura opressora que nos encontramos.

¹⁰ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=6EFnyS77H2A> > Acesso em 11/09/2018.

Diante disso, fez-se mister implementar novas legislações para dar-nos efetivos mecanismos de proteção e combate aos feminicídios. Exemplo disso, foi a própria Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) que pôs tal tipificação como qualificadora do homicídio, e também no rol dos crimes hediondos. Também exemplo de lei em prol da vida das mulheres, tem-se a Lei 11.340/2006, a chamada Lei Maria da Penha, com intuito de frear as violências domésticas contra as mulheres.

Entretanto, apenas implementar novas legislações e penas mais agravantes não vai, por si só, acabar com a mortalidade feminina. Vê-se que o problema do Brasil é cultural. Durante anos, as mulheres foram tidas como propriedade de seus pais ou maridos, que faziam com elas o que bem entendiam. E, por mais que a sociedade tenha evoluído, resquícios desses pensamentos ainda se fazem muito presentes, e quando a mulher tenta fazer-se ouvir, é acusada de estar se vitimizando, e por vezes é esquecida.

É necessário então políticas públicas que se voltem para a educação cultural da sociedade brasileira, com ensino de gênero e diversidades nas escolas, para que os nossos estudantes cresçam aprendendo a respeitar todos ao seu redor, assunto que deve ser também discutido em casa, nas igrejas e nos espaços públicos, e não tratados como tabu, como ainda o é atualmente.

Também é preciso que os cidadãos brasileiros prestem atenção na escolha de seus governantes. Candidatos ao Poder Executivo e Legislativo que se valem de sua fama e disseminam o ódio contras as minorias sexuais, étnicas e misoginia não devem ser eleitos se quisermos avançar nesses setores. Se uma pessoa que ocupa uma posição de destaque começa a pregar o ódio e o descaso com suas questões sociais, ele dá margem para que seus seguidores e apoiadores façam o mesmo, e assim, a cultura da violência se perpetua em nossa terra.

Que a morte de todas essas mulheres, vítimas de feminicídios nos sirva de lição, para que prestemos mais atenção às questões sociais e que não nos calemos diante das atrocidades que os outros cometem. Que tenhamos vozes para denunciar e acabar com a impunidade dos infratores, dando uma vida digna à todas as mulheres, onde elas possam andar livremente nas ruas sozinhas, onde não sejam tratadas como objetos por serem mulheres, e que suas capacidades laborais não sejam colocadas a prova, e assim recebam tratamento isonômico perante os homens.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do**. Congresso Nacional, Brasília, 1998.

BRASIL. **Decreto Lei nº 2.848**, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro, 1940.

_____. **Lei nº 8.072**, de 25 de julho de 1990. Dispões sobre os crimes hediondos. Brasília, 1990.

_____. **Lei nº 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Brasília, 2006.

_____. **Lei nº 13.104**, de 09 de março de 2015. Lei do Feminicídio. Brasília, 2015.

ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres: de Pontes de Visgueiro a Pimenta Neves**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GOMES, Izabel Solyszko. **Feminicídios e possíveis respostas penais: dialogando com o feminismo e o direito penal**. Seção: Direitos Humanos e Políticas Públicas de Gênero. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/feminicidios_e_possiveis_respostas_penais.pdf>. Acesso: 24 set.2018.

MARQUES, D. J. C., RUBIM, G.C. A influência do patriarcalismo na prática do homicídio qualificado pelo feminicídio. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**. Curitiba, 2016. V.2, n.2, p. 1-18.

_____. A nova qualificadora do crime de homicídio: o feminicídio. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**. Minas Gerais, 2016. V.2, N.1, P. 227-242.
MENEZES, S. N., PORTELLA, A. P. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017000903077>. Acesso em 10/09/2018.

ONU. **Diretrizes Nacionais Feminicídio**. Investigar, Processar e Julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília, 2016.

PROJUDI. **Pedido não concedido**. Disponível em: <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi_consulta/arquivo.do?tj=8a6c53f8698c7ff7e57a8eff_b7e2521981ea85825231aeab-d964da303676cebfe9dd0b0b975d50f7>. Acesso em 01/09/2018.

_____. **Auto de Prisão em flagrante**. Disponível em: <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi_consulta/arquivo.do?tj=8a6c53f8698c7ff7e57a8eff_b7e2521981ea85825231aeab-d2258517147228c6fe9dd0b0b975d50f7>. Acesso em 01/09/2018.

RUBIM, Goreth Campos. **O homicídio qualificado pelo feminicídio**: estudos de casos na cidade Manaus. 2017. 125f. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2017.

SAFFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SEGATO, Rita Laura. Que és un feminicídio. Notas para um debate emergente. **Série Antopologia**. Brasília: 2006. Disponível em: <<http://cuentaconmigo.org.mx/articulos/segato.pdf>>. Acesso em: 13 set.2018.

TGEU. Transgender Day of Visibility 2016 – Trans murder monitoring update. Disponível em: < <http://tgeu.org/transgender-day-of-visibility-2016-trans-murder-monitoring-update/> > Acesso em 04/03/2017.

YOUTUBE. **Laudo da morte de Tatiane Spizner**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6EFnyS77H2A> > Acesso em 11/09/2018.

W AISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: Homicídios de Mulheres no Brasil. 1ª edição. Brasília: 2015.

WHO. **Gender and Human Rights**. Disponível em: <http://www.who.int/reproductivehealth/topics/gender_rights/defining_sexual_health/en/< Acesso em: 20/07/2017.

ARTIGO

DISCURSOS E VERDADES NA JUDICIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA LETAL DE MULHERES NAS RELAÇÕES FAMILIARES¹

INTRODUÇÃO

Analisar os processos que envolvem os discursos dos operadores do direito, sobre as mortes violentas de mulheres nas relações familiares, é lançar o olhar para o significante e o significado dos enunciados, que ali se encontram, extrapolando as fronteiras da semântica e sintática da linguagem.

Na condução do percurso a ferramenta escolhida neste trabalho é a Análise do Discurso, da linha francesa de Michel Foucault (1926-1984). Essa perspectiva apreende os discursos em processos sociais mais amplos para legitimação de saberes e poder, por meio de padrões de linguagem imbricados nas práticas, a partir dela é possível, investigar com mais afinco as construções e reconstruções engendradas em torno das mortes violentas de mulheres, principalmente os discursos dos operadores do direito frente a esse crime letal contra as mulheres.

A linguagem e o discurso se constituem com espaços de lutas permanentes; os enunciados são raros e, muitas vezes não estão explícitos/aparentes, são óbvios e exclusivos; é preciso atentar para as práticas discursivas e não discursivas; é preciso manter uma atitude de dúvida diante dos aspectos investigados. Apresentamos uma discussão sobre essas atitudes e buscamos destacar a função produtiva do discurso e dos efeitos de verdade na produção de subjetividades (FOUCAULT, 1986).

Como um conceito o discurso volta-se para as práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam, foi expressado por Foucault na obra, *A Arqueologia do Saber* como:

* Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Email: anapaulacarvalho@yahoo.com.br

** Professora Doutora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Email: lucilenefelo.yahoo.com.br

¹ Pesquisa desenvolvida com bolsa da Fapeam e apoio da CAPES.

[...] não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 1986, p. 54-55).

Portanto, o discurso como prática formadora de objetos, designa esses objetos, que à primeira vista, podem parecer imparciais, mas que na verdade retratam e implicam em inúmeras (re) construções históricas, cultural, políticas, econômicas, religiosas, contendo no seu interior processos de verdades, intenções subjetivas, e, objetivos invisíveis e enunciados interligados, resultando numa relação cíclica: discurso, história e sociedade.

Foucault (1986) verticaliza sobre o discurso pelas formas de enunciados, explicando a possibilidade de desvelar a intenção do sujeito falante; sua atividade consciente, o que se quis dizer ou que inconscientemente se (re) produziu involuntariamente do que havia falado; das fraturas de palavras manifestas; reconstrução de discursos; descobrir a palavra muda; restabelecer o texto miúdo e invisível que percorre as linhas escritas em torno da questão de gênero nos casos de mortes violentas de mulheres. Para o autor, os enunciados:

Não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita) (FOUCAULT, 1986, p. 98).

É a linguagem proferida, carregada de história, que mesmo não tendo a intenção expressa um contexto; um posicionamento; um recorte temporal, e mesmo não sendo dita, transmite o lugar, a mensagem em prol de um objetivo, no caso, o exercício do poder e do saber. Para Fisher (2001), interprete dos estudos foucaultianos o enunciado divide-se em quatro elementos básicos:

1.A referência a algo que identificamos; 2.O fato de ter um sujeito, alguém que pode efetivamente afirmar aquilo; 3. O fato de o enunciado não existir isolado, mas sempre em

associação e correlação com outros enunciados, do mesmo discurso ou de outros discursos; 4. A materialidade do enunciado, as formas muito concretas com que ele aparece, nas enunciações (FISCHER, 2001, p. 202).

Essa divisão, amplia as possibilidades de adentrar nos significantes e significados dos enunciados, é como se colocássemos uma lupa e pudéssemos ver seu conteúdo em detalhes prestes a ser revelado sobre suas especificidades, suas variações, sua articulação com determinado tempo, espaço e sujeito (enunciador), seu processo de inclusão e exclusão na história e as estratégias criadas para que surtisse efeito de verdade na prática social.

Permite ainda, um olhar verticalizado sobre as relações sociais entre os indivíduos, o modo de interagir, a conexão entre os discursos, a construção e o processamento dos saberes, a operacionalização do exercício do poder, e tudo que é inerente a essa dinâmica, voltadas para produção de significados, verdades.

A verdade constitui-se capilarizada nos sistemas de poder que (re) produzem e legitimam na sociedade, ou seja, o sujeito (enunciador) ao pensar, falar e agir (re) produz um saber, uma construção histórica e verdades que se manifestam nas práticas discursivas.

As verdades engendradas pelos discursos se (re) constroem, como óbvias e inquestionáveis, se ramificam transitando de duas formas: interna/externa. Internamente, a verdade se desenvolve e se corrige atendendo princípios de regulação já imbricados na sociedade, para se manter vigente, na qual se faz na ou a partir da história das ciências, enquanto a verdade externa se forma de outros lugares, que mantem um certo número de regras, “números de jogos de regras”. Sendo assim, tanto a verdade interna quanto a externa desencadeiam práticas sociais na sociedade ou nas sociedades, que incidem de maneiras diferentes na subjetividade do sujeito e jogos de verdades.

Logo, um “regime de verdade”, junto com as práticas constituem dispositivos de saber-poder, inscritas numa divisão do “jogo do verdadeiro e do falso”, (FOUCAULT, 2003), sendo assim o que se reconhece como verdadeiro é dotado de obediência, concebidos como regras, e se naturalizam enquanto costume e por meio do discurso “comandam, reprimem, persuadem, organizam” (VEYNE, 2011) indivíduos e a sociedade.

Exemplo disso, utilizamos a inserção das questões de gênero no campo jurídico, que enquanto um regime de verdade/falso, pode considerar que as desigualdades entre os gêneros ocasionaram diversas mortes de mulheres ao longo da história, enquanto regime falso/verdade, as mulheres infligiram sua condição de submissão,

subalternidade tem suas mortes justificadas pelos homens que detém o seu domínio, em razão da honra e da moral.

As concepções de verdades engendradas no domínio jurídico demonstram como suas práticas estão permeadas de ideias, religiões, políticas, ideologias que concatenam a formação, desenvolvimento e disseminação de regimes de verdades, em que os enunciados ditos são produzidos e reconhecidos como verdadeiras.

Assim, a prática jurídica ou prática judiciária é uma dessas produtoras, por fabricar mecanismos de controle/vigilância, voltados para legislar sobre os danos e responsabilidades. Na “história do Ocidente”, enquanto estratégia foi utilizada para julgar os erros cometidos pelos indivíduos, sendo uma reparação/punição do dano causado, como uma prática regulatória e uma forma de saber.

As práticas jurídicas, por meio das formas de veridicação (verdade), institui mecanismos (constatação), procedimentos (instrumentalização), estratégias de poder que se (re) produzem como discursos verdadeiros e se legitimam nas relações sociais enquanto práticas coercitivas, dentro de um jogo de saber, verdade e poder. Deste modo, se funda,

[...] a maneira pela qual, entre os homens, se arbitram os danos e as responsabilidades, o modo pelo qual, na história do Ocidente, se concebeu e se definiu a maneira como os homens podiam ser julgados em função dos erros que haviam cometido, a maneira como se impôs a determinados indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras, todas essas regras ou, se quiserem, todas essas práticas regulares, é claro, mas também modificadas sem cessar na história – me parecem uma das formas pelas quais nossa sociedade definiu tipo de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade (FOUCAULT, 2002, p. 11).

O Judiciário tem seu reconhecimento legítimo sobre o bem comum e na produção de verdades legalizadas e institucionalizadas contidas em textos normativos e documentos oficiais que versam sobre a verdade-constatação-instrumentação que se delineiam como métodos eficazes, para a produção de instrumentais para qualificação do conhecimento e apreensão da verdade em tempo e lugar específico (FOUCAULT, 2002).

Por fim, as práticas jurídicas demonstram como instrumentos de vigilância e punição para os indivíduos em sociedade, principalmente, para as mulheres, do que propriamente o gestor dos seus direitos e da causa pública. Imperando, suas verdades (re) produzidas, atribuindo-a a legalidade necessária para ser incontestáveis e cumprida.

DISCURSOS E VERDADES NA JUDICIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA LETAL DE MULHERES NAS RELAÇÕES FAMILIARES

Ao longo da história, o ordenamento jurídico constituiu-se como um campo discursivo de conflitos, permeado de relações de poder e resistência, o qual (re) produz discursos/enunciados avaliados como verdadeiros. Considerando isso, nos interessa os discursos dos operadores do jurídico acerca das mortes violentas de mulheres, previstos nos processos judiciais do Tribunal do Júri, nos quais se apropriam dos fatos ocorridos com as mulheres, do caso concreto e interpreta-o, argumenta-o sobre as circunstâncias do acontecimento que contribuíram para essas mortes.

As análises desses elementos contribuem para elucidar como o campo jurídico, por meio dos seus operadores lidam com as particularidades que envolvem esse tipo crime para além do julgado e condenado, destacando uma histórica misoginia que ceifa a vida de milhares de mulheres, assim como, silencia esses crimes bárbaros considerando valores, tradições e poder.

Na análise desconsideramos a tese de possível neutralidade existente no campo do direito, por visualizar nas escritas processuais a (re) produção de conteúdos inerentes à cultura, à política, à jurídica, de valores morais, de crenças, transformando-as em regimes de verdade, assim como a institucionalização dessas verdades nas sentenças sobre a condição das mulheres.

Nos processos foram encontradas formas diferentes vínculos: em três casos, os crimes envolveram mães/padrapos contra filha/enteadas; dois casos, os crimes envolveram filha/filho contra mães e dois crimes são de maridos contra mulheres. Ressalta-se que, um caso específico, o marido atenta contra a vida de sua mulher e sua enteada ao mesmo tempo, sendo a última morta na tentativa de defender a mãe, conforme a tabela 1:

TABELA 1: Tipos de vínculo da mulher (s) com os (as) autores (as) do crime no Tribunal do Júri – TJAM.

Casos Processuais	Vínculos
01	Mãe x Filha
02	Filha x Mãe
03	Marido x Esposa
04	Marido x Esposa e Enteada
05	Filho x Mãe
06	Padrasto x Enteada
07	Padrasto x Enteada

Fonte: Pesquisa 2018 - Processos das 1^a, 2^a, 3^a Varas do Tribunal do Júri/TJAM de 2010 a 2015.

Esses vínculos apontam que as relações familiares se expressam dicotomicamente, de um lado de manifesta por meio de sentimentos fraterno/afetivo, marcados pela confiança e pela proximidade, e pelo outro apresentam constructos de violações que ceifam a vida de milhares de mulheres. Esse fato, vislumbra uma face cruel da realidade, pois algumas pessoas que viveram ou, moraram com essas mulheres, podem ser as mesmas que a violentaram letalmente desconsiderando quaisquer laços, as memórias, e as histórias compartilhadas.

Os vínculos intrafamiliares constituem-se pelas trocas afetivas, de conhecimento, de cultura, de valores entre os seus membros, adotando dinamicidade em decorrência das várias transformações de cunho social, econômica e política. Desta forma, seus integrantes se conectam e interligam ao longo dos anos desenvolvendo uma cadeia de confiança, segurança e amadurecimento tanto individual quanto coletivo.

Alguns crimes foram desencadeados a partir de ciúmes, brigas ou término de relacionamentos, com o uso de artifícios cruéis (objeto cortante ou penetrante; estrangulamento/sufocação):

CASO 3. PEÇA MINISTERIAL. DÉNUNCIA. MINISTÉRIO PÚBLICO. O denunciado, utilizando-se de um travesseiro, asfixiou a vítima. [...] O motivo do crime não está devidamente esclarecido, embora haja fortes suspeitas de ter sido cometido sob o impulso de ciúmes (fls. 35).

CASO 4. RELATÓRIO FINAL. POLÍCIA CIVIL. POLÍCIA CIVIL. DISTRITO INTEGRADO DE POLÍCIA. O indiciado confessa que atacou sua companheira com uma faca, e que a filha desta se meteu na briga e foi atingida vindo a óbito. (fls. 66-67).

Os dados discursivos apontam que as mortes dos Casos 3 e 4, foram motivadas por razões de gênero, impetradas pelos parceiros íntimos das vítimas, no caso 4 a

vítima fatal foi a enteada do autor, por ter saído em defesa da genitora, enquanto sua mãe também foi atacada e sobreviveu aos ataques, porém com sequelas. Em todo curso, processual essas práticas criminosas não foram debatidas pelo recorde de gênero, embora tenha ocorrido em trechos sucintos em um dos dois casos, na qual apenas o Inquérito Policial relaciona uma dessas mortes como uma *fatalidade* em decorrência da violência doméstica, mas essa questão não é levantada em outros momentos.

Destaca-se o fato, de que o caso processual 4 foi julgado e sentenciado após a vigência da Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), conforme demonstra a Figura 4, o objetivo desses processos judiciais são o “reparo judicial” às duas mulheres, pelos crimes de atentado e outro consumado, no entanto debruçando-se sobre o processo direciona para a seguinte indagação: será que houve a reparação devida a essas duas mulheres? Importa-se dizer que, um dos elementos que podem contribuir para a resposta acima, encontra-se numa linha tênue que vai desde a reivindicação de uma Lei que trata- esse recorte de gênero nos homicídios até sua sanção em 03/2015, temporalidade esta que se encontram os casos 3 e 4, com isso nos evidencia o tratamento dado pelas instâncias que apuram, processam e julgam esses crimes.

Embora a Lei do Feminicídio se origine como um instrumento jurídico inovador para esses homicídios, não se visualiza sua aplicação e o seu diferencial nesse caso processual 4. Deste modo, o fato de não destacarem os ciúmes exacerbado do autor do crime pela companheira, este também possivelmente pode ter agido em vingança contra a enteada, considerando que no dia anterior, após uma briga entre o casal, a enteada pediu para que este saísse de casa, ou seja, que para além de episódio ocasional a morte da enteada poderia ter outra qualificação e assim o processo poderia ter trilhado outro caminho.

Figura 4: Processos julgados no interstício da Lei do Fenibicídio.



Fonte: Pesquisa 2018 - Processos das 1ª, 2ª, 3ª Varas do Tribunal do Júri/TJAM de 2010 a 2015.

Tanto o caso 3 quanto o 4, dos crimes contra mulheres por parte de seus companheiros, não vislumbra as variáveis importantes que caracterizem as circunstâncias do crime na perspectiva de gênero, para além de um enquadrando art. 121, do Código Penal, que antes do vigor da Lei do Femicídio, não considerava as razões de gênero nos homicídios, de certo modo, como visto no caso 4, continua não considerando.

O advento da Lei do Femicídio, vem se contrapondo aos argumentos de legítima defesa da honra e/ou crimes passionais contra mulheres, na qual a imparcialidade naturalizada nos processos criminais deve tomar outros caminhos para o reconhecimento e o desvelar das expressões da violência contra mulher, por meio das suas decisões judiciais.

Contudo, vislumbra-se nas práticas jurídicas que mesmo diante das mudanças do Código Penal, elementos de códigos anteriores, como o modelo patriarcal, vem sendo disseminado, ou seja, o homem reconhecido como chefe, a mulher como sua subordinada, e, com isso esses parâmetros são memorados no trâmite processual, mas não para a defesa da mulher, e, sim para julgá-la em conformidade ou em desvio de normas que regulam relações legítimas entre homem e mulher. No jogo discursivo das verdades a Advogada de defesa do réu desqualifica a conduta da mulher, de acordo aos padrões (re) reproduzidos na sociedade, de modo a justificar o crime do autor:

CASO 3. ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADAS DE DEFESA. Daí douto julgador feitas as breves considerações sobre “**o que é a verdade**” e **Provas**”. O denunciado quando ouvido perante a este Douto Juízo, assumiu a autoria do delito, esclarecendo que por uma **injusta provocação da vítima, por palavras ofensivas, o que levou a agir movido por violenta emoção**. Em uma rápida análise vislumbra-se que, pelos depoimentos do acusado tanto na fase inquisitorial como na judicial, o ocorrido **foi um fato isolado em sua vida**, ao contrário pelos depoimentos colhidos na fase processual, **restou claro que a própria vítima deu causa à situação, ofendendo a honra do ora defendido** (fls. 313) (Grifo Nosso).

Enquanto, o Defensor Público, tem-se um quadro argumentativo semelhante:

CASO 4. MEMORIAIS. DEFENSOR PÚBLICO. DEFENSORIA PÚBLICA. O acusado em seu interrogatório, perante a esse respeitoso juízo relata que é companheiro da vítima sobrevivente, aproximadamente 04 anos. **Que estava chegando em casa, quando viu a vítima telefonando, quando começou a discussão por motivos de ciúmes**. Que estava com a faca na bolsa e desferiu golpes na sua companheira e enteada. Que sempre tinha muitas brigas com a companheira, mas nunca bateu. Que havia bebido, mas não tem

o costume de beber, só quando recebe, sendo que o mesmo só recebe por quinzena, pois é pedreiro. Portanto, **estando visível que o acusado agiu sob forte emoção, ao ver sua honra e sua moral ofendida, uma vez que sua esposa sempre lhe dava motivos para causar-lhes ciúmes** (fls. 211-2013) (Grifo Nosso).

Nos excertos apresentados, constata-se uma lógica discursiva voltada para um ajuizamento moral e social das partes processuais, desconsiderando o crime em si, na qual adapta a vítima e o autor aos papéis aceitáveis e esperados como verdadeiro para o homem e para a mulher. Sendo que a mulher da posição de vítima passa a ser a provocadora do ato criminal, mesmo havendo um histórico de violência e opressão sofrida por essa.

Tal fato, demonstra que a mulher “tutelada”, seja pelo marido ou pelo campo jurídico (Judiciário), ainda sofre disciplinamento/vigilância em detrimento da moral e dos valores sociais constituídos, sendo que este último tem o dever de assegurar a garantia dos seus direitos. Nos casos processuais desse estudo, percebe-se que o Código Penal, (re) produz nas relações a divisão entre o gênero, seja ela hierárquicas e de opressão e por meio da vigilância que atua na manutenção desses papéis (masculino/feminino) na sociedade.

Visivelmente, o campo do direito não atenta para as particularidades inerentes a condição da mulher, embora legitimadas por ele, conduz sua apreciação/julgamento por um viés masculino, interferindo na garantia da igualdade entre mulheres e homens, uma vez que são (ou não) neutras em termos de gênero (FACIO, 1999).

Nesse contexto, percebe-se que nos casos em que as partes são do gênero feminino (réu/vítima) existe maior incidência de vigilância/controle/punição, na qual vigora nos discursos jurídicos as funções que cabe à condição da mulher, principalmente no âmbito privado, da sua responsabilidade com a casa, filhos, sendo assim relaciona com a memória de um modelo patriarcal e reatualiza outros enunciados no tempo atual.

No caso 1, o processo versa sobre a morte da filha de 1 anos e 8 meses, praticado por sua genitora, que para além do crime bárbaro praticado contra a criança, a autora do ato é inferida da sua função enquanto genitora (maternidade compulsória), sendo um fracasso, no exercício do seu papel, no cuidado e educação da impúbere.

O casamento e a maternidade são ações compulsórias aferidas às mulheres, que no exercício do poder é o domínio/controle sobre sua vida e sobre o corpo feminino, exercido pela igreja, pelo marido, pelo Estado, aferindo-a comportamentos pautados na sensibilidade, inferioridade, afetividade, docilidade. Miranda, (2017, p. 01) explica que na maternidade “o amor materno, ao longo da história ocidental foi

definido como um instinto, um sentimento tão conhecido e tão puro, que permeia todo o inconsciente coletivo humano”, inúmeras vezes por obrigação de que uma opção da mulher, como algo instintivamente natural.

CASO 1. SENTENÇA CONDENATÓRIA. JUÍZO DE DIREITO. TRIBUNAL DO JÚRI. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS. Na análise das circunstâncias específicas que envolveram a prática do crime, ora em **exame demonstram a presença de uma frieza emocional e uma insensibilidade acentuada por parte da ré, a qual teria, naquela madrugada, investido de forma covarde contra a pequena vítima, como se não possuísse qualquer vínculo afetivo ou emocional com ela, o que choca o sentimento e a sensibilidade do homem médio**, ainda mais porque de acordo com o conjunto probatório carregado aos presentes autos durante o curso da instrução criminal e ratificado nesta sessão de julgamento, **ficou bem caracterizado que essa frieza emocional demonstrada pela ré constituiu a mola propulsora para a prática do evento criminoso** (fls) (Grifo nosso).

O amor materno de uma mulher, para com os seus descendentes, torna-se o diferencial da infância a fase adulta, assim como o amor destinado para uma criança sempre lhe trará benefícios, não necessariamente somente o amor da mãe que fará a diferença, o amor do pai, dos tios e tias, dos avós, da sociedade dos amigos/amigas), todas essas formas de amor são grandiosamente válidas, e extremamente importantes para a criança e também, para a mãe.

No excerto, visualiza-se enunciados ligados a (re) produção de discursos do saber religioso relacionados à maternidade, a santidade (Maria/mãe/devota/santa), Eva (pecado, culpabilização, determinismo à maternidade), intrínsecos ao patriarcado, inerentes à desigualdade e hierarquização entre os gêneros, essenciais à opressão e submissão da mulher. A existência de um determinismo sobre a conduta maternal, que advém desde o nascimento, ou seja, nasce, cresce, casa-se, tem filhos e cuida com “maestria/perfeição”, tendo a imagem acentuada pela devoção e sacrifício, caracterizando-a enquanto uma boa-mãe é personagem central da família (BADINTER, 1985).

As mulheres que não seguem esse determinismo são punidas na sociedade, de diversas formas, seja com violência ou com a morte, sobre tal aspecto, Miranda (2017, p. 6) destaca que “não há uma conduta materna universal e necessária, contrariando a crença generalizada em nossos dias, ela não está profundamente inscrita na natureza feminina,” onde não há uma obrigatoriedade para demonstrações sobre afetividade e sensibilidade das mães para com suas filhas/filhos, ou sentimentos emoções que se destacam para além dos demais membros das famílias.

Em contraponto, evidenciamos que esses elementos não foram (re) produzidos nas peças processuais nos casos 6 e 7, nas quais duas crianças foram mortas, em crimes bárbaros, pelos seus padrastos que também eram responsáveis pelas impúberes, isso nos leva ao questionamento, a responsabilidade e/ou o dever não deveria partir na mesma intensidade por todos os membros ou dos/das responsáveis pai/padrasto/mãe/madrasta/tios/tias/avós/avôs? Porque somente no caso 1, a questão do vínculo, e da afetividade, da sensibilidade foi colocada em questão? A emoção e sensibilidade não deve partir de todas (os) que possuem o vínculo afetivo com as crianças, para além do afeto materno? O próprio saber jurídico nos responde essa questão no art. 22 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), “a mãe e o pai, ou as/os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança”, todas/todos cabem destinar afeto, cuidado, respeito, educação justa e igualitária entre os gêneros.

No caso 6, que embora o autor seja o padrasto, mas cuidava da criança no momento do homicídio, esse cuidado compartilhado disposto pelo campo jurídico, na prática muitas vezes não acontece e/ou gera motivos de questionamento quando ocorre algo com a criança e a mãe não está por perto, tendo em vista que na construção social da divisão de tarefas é o dever da mulher zelar pelo cuidado das/dos filhas/filhos. Nesse sentido, destaca-se o enunciado dito pelo Juiz, esclarecendo onde estava a mãe no momento do fato, contudo caminha para uma crítica pela ausência desta e ao trabalho que desenvolve.

CASO 6. PRONÚNCIA. JUÍZO DE DIREITO. TRIBUNAL DO JÚRI. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS. Importa esclarecer que mãe da vítima, **não se encontrava presente no local e na hora do crime**, já que havia saído para **aferir o lucro torpe da prostituição**, tendo **confiado ao acusado**, por ser seu amásio, a **responsabilidade pelas duas filhas**, a vítima e outra (4 anos de idade) (Grifo nosso).

Vislumbra-se, que o exercício jurídico tende um olhar mais severo e punitivo sobre as mulheres, no excerto acima remete-se a prostituição como “torpe”, que segundo (SCHMITT, 2012, p. 209) entende-se como algo repugnante, imoral, vil, reprovável, que revela malvadeza, perversidade. Deste modo, (re) produz a imagem feminina na prostituição à banalização e mercantilização dos corpos, bem como desvios de condutas que se contrapõe à mulher do lar, da família, da igreja de demais atributos condicionantes e excludentes associados à opressão, submissão e inferioridade da mulher, produzindo uma desigualdade nas relações sociais entre as próprias mulheres no que tange a classe, raça e identidade.

Após a análise dos dados, passou-se a refletir sobre o campo Jurídico, o seu dever/ responsabilidade de garantir a igualdade de gênero também na apuração criminal, não tendencionando a punição/penalidade com maior intensidade em razão do gênero. No quadro 1, visualiza-se a temporalidade penal atribuídas /em cada caso, o que chama atenção é o quantitativo (anos) definido para os crimes praticados pelas mulheres:

QUADRO 1: Sentenças definitivas dos crimes no tribunal do júri – TJAM.

Casos Processuais	Vínculos	Penas Definitivas
Caso 1	Mãe x Filha	48 anos
Caso 2	Filha x Mãe	20 anos e seis meses
Caso 3	Marido x Esposa	11 anos e 8 meses
Caso 4	Marido x Esposa e Enteada	18 anos 04 meses
Caso 5	Filho x Mãe	16 anos
Caso 6	Padrasto x Enteada	20 anos
Caso 7	Padrasto x Enteada	9 anos 04 meses

Fonte: Pesquisa 2018 - Processos das 1^a, 2^a, 3^a Varas do Tribunal do Júri/TJAM de 2010 a 2015.

O fato é que, as penas aplicadas às mulheres são maiores em crimes semelhantes praticados pelos homens, evidenciando o poder exercido sobre o corpo da mulher, a partir de um discurso normativo sobre os padrões de comportamento e sobre o corpo feminino. Com isso, as normas atuam, articulando o saber jurídico como uma espécie de linguagem comum na fabricação de padrões comportamentais (jogos de verdades) que visam ao adestramento dos corpos das mulheres ou a docilidade e a essência do corpo feminino, com base nos papéis de gênero, tendo como consequência histórica: a invisibilidade e impunidade da violência contra as mulheres, seja em vida ou na morte.

Para as mulheres, essa inércia do campo jurídico representa um crime contra sua condição de gênero, que na visão de Vásquez (2010, p. 135), nada mais é que um “crime de Estado”, tendo em vista que os homicídios contra as mulheres, em razão do gênero se prevalecem dos discursos patriarcais imbricados no campo jurídico, em benefício do homem, pois a mulher, tanto a que pratica o crime quanto a que sofre, são punidas de forma mais contundente.

TABELA 2: Comparativos de sentença entre os gêneros nos homicídios do Tribunal do Júri – TJAM.

Casos Processuais	Réu – Mulher			Réu – Homem		
	Vínculo	Pena Definitiva	Sentença	Vínculo	Pena Definitiva	Sentença
1 – 6	Mãe x Filha	48 anos	16/12/2011	Padrasto x Enteadada	20 anos	27/03/2012
2 – 5	Filha x Mãe	20 anos e seis meses	13/03/2013	Filho x Mãe	16 anos	13/09/2011

Fonte: Pesquisa 2018 - Processos das 1^a, 2^a, 3^a Varas do Tribunal do Júri/TJAM de 2010 a 2015.

Na tabela 2, comparando os casos processuais, quanto os/as autores (as) dos crimes e suas penas, demonstra a disparidade quanto a penalidade penal em razão do gênero, demonstrando um contraste na qualificação do delito, centrando sua apreciação jurídica no comportamento e conduta da mulher, conforme o viés patriarcal, no papel de mãe, esposa, filha, do lar.

Refletir sobre essa questão, incide na forma como os operadores do direito conduzem os casos processuais sobre as mortes de mulheres, para além de estereótipos e crenças, que (re) produzem desigualdade de gênero no campo jurídico. Desta forma, o acolhimento das denúncias, a apreciação e o julgamento de fato garantam direitos e reparação, baseada nas questões de gênero na construção das decisões.

Por fim, percebemos uma desvalorização das mulheres tanto em vida quanto na morte, a partir dos processos judiciais apreciados no Tribunal do Júri. Embora, exista uma penalidade definitiva para cada caso, o resultado poderia ser outro se as questões de gênero tivessem sido consideradas, e, poderiam ter alcançado reparações penais maiores. Na contramão disso, visualizou-se um campo discursivo jurídico masculino, que exerce seu poder/controla/vigilância sobre o corpo feminino, uma vez tutelada antes pelo pai, marido agora pelo Poder Judiciário: invisibilidade, inferiorizada, oprimida e subordinada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui empreendida, visualizou-se o campo jurídico, ausente por séculos ou até mesmo distante nas questões inerentes à mulher. Tanto em vida quanto na morte a existência feminina (corpo) foi subjugada, oprimida, vigiada e controlada, perpassando seu domínio ao longo dos anos, de terceiros (pai, marido, filhos) à tutela do judiciário.

A análise dos excertos nos levou à constatação de um discurso marcado pelos papéis e estereótipos de gênero, baseadas na cultura patriarcal, sexista e falocêntrica. Isso de certa forma, expressa a dificuldade dos operadores do direito em operacionalizar as legislações que há muito tempo foram sancionadas em prol da proteção das mulheres. Enquanto esses discursos forem reproduzidos, nas práticas jurídicas, conduzem a uma realidade excludente, preconceituosa e discriminatórias em relação às mulheres, com isso o acesso destas em relação aos seus direitos se revela de forma comprometida, seja em vida ou morte.

Na tutelação jurídica dos casos criminais estudados desvela-se ao longo do trâmite processual, nos documentos produzidos pelos operadores do direito o exercício de poder, tanto para aquela mulher que sofre o crime, quanto aquela que pratica; a emergência dos saberes (direito, medicina, religião) e a vontade de verdade (re) construída pela acusação e defesa que ao final do julgamento resultaram nos regimes de verdades dos crimes (sentenças) que reconheceram ou não a especificidade do gênero.

Pode-se observar que os processos, de um modo geral, se constituíram parciais na busca pela reparação do dano penal e criminal causado às mulheres que morreram, pois, a invisibilidade do recorte de gênero dentro dos autos processuais, não retrataram de fato os motivos que ocasionaram esses homicídios, com isso, nas penas relacionadas aos homens gerou penas definitivas que não condizem com a realidade vivenciadas pelas mulheres assassinadas, ao contrário dos casos de crimes praticados por mulheres que foi imposta maior repressão e comoção jurídica.

Por fim, acredita-se que a luta pelos direitos das mulheres é uma luta coletiva de todos/todas da sociedade, voltados para uma vida mais justa igualitária desse seguimento, na garantia da efetividade das legislações existentes e rompendo com as práticas preconceituosas e discriminatórias que ceifam a vida de centenas de mulheres todos os dias.

REFERÊNCIAS

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FACIO, A. **Hacia outra teoria crítica Del Derecho**. :s. In: _____ In: Género y Derecho. Santiago: LOM Edicione, 1999. p. 27-30.

FISCHER, R. M. B. **Foucault e a análise do discurso em educação**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, 2001. 197-223. p.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FOUCAULT, M. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. 3°. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**. Ética, estratégia, poder-saber. v. IV. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

MIRANDA, J. Z. Um breve análise acerca do mito do amor materno e as implicações que decorrem da maternidade compulsória. **XIII Semana da Mulher - Mulheres e gênero: olhares sobre a educação, mídia, saúde e violência**, São Paulo, 2017.

SCHMITT, R. A. **Sentença Penal Condenatória: Teoria e Prática**. 7°. ed. Salvador: Juspodivm, 2012.

VÁSQUEZ, P. T. Tipificación del femicidio/feminicidio: Otra vía hacia el abandono de la neutralidad de género em el Derecho penal frente a la violencia contra las mujeres. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero & Direito**, João Pessoa, v. 1, n. 1, 2010.

VEYNE, P. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012**. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo,: [s.n.], 2011.

ARTIGO

**ENTRE O POLÍTICO E O SUBJETIVO: DESIGUALDADES,
MIGRAÇÃO E SUICÍDIO EM RORAIMA**

“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que a comprimem.”

Bertold Brecht

A frase do dramaturgo alemão Bertold Brecht nos remete a uma perspectiva mais ampla com a qual podemos observar um cenário e é com essa amplitude que nos propomos a olhar para o fenômeno do suicídio, transcendendo a esfera intrapsíquica, que muitas vezes enclausura o fenômeno em um discurso biologizante, para compreendê-lo também em seus aspectos intersubjetivos, sociais e culturais. No presente artigo, o rio é o suicídio e as margens, a sociedade com seus inúmeros fenômenos sociais, mais especificamente a desigualdade social e a migração. Escolhidos por implicarem diretamente na malha de vínculos do sujeito, que é o ponto de intersecção entre esses fenômenos, e o fio condutor para a análise dos mesmos.

O interesse pelo tema intensificou em 2015, com a divulgação recorrente de casos entre adolescentes e, mais especificamente, ao final do ano quando é encaminhado para clínica o caso de uma jovem que havia tentado o suicídio, com intenso sofrimento e uma história permeada de violências e ataque aos vínculos. Uma jovem lésbica, migrante e pobre, que também relatou violência sofrida também no atendimento de saúde, ratificando o quanto o tema ainda é envolto em tabus personificados nas críticas de profissionais e do senso comum ao sujeito que tenta ou aos sobreviventes quando esse vem a óbito, mas também nos silêncios inclusive no meio acadêmico, cuja a produção ainda é escassa.

Ao iniciar a pesquisa pelos dados epidemiológicos da Organização Mundial de Saúde e posteriormente os de Roraima, um dos estados com maiores índices do país, foi observado que o fenômeno tinha especificidades nesse estado: apresenta maior índice entre mulheres, jovens e na capital Boa Vista. Entretanto, a subnotificação e

* Prof.^a. Dra. da Universidade Federal de Roraima. E-mail: eliane.costa@ufr.br

** Psicóloga, mestranda em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. E-mail: rosanaluzpsicologia@gmail.com

as limitações do documento de registro representaram e ainda representam desafios a serem superados para a compreensão do fenômeno suicídio, como por exemplo, dados sobre tentativas de suicídio entre migrantes.

Ao comparar dados epidemiológicos com os populacionais é observado que Roraima é formado por quase 50% de migrantes, de acordo com IBGE 2010 - que ainda não contabilizou os migrantes venezuelanos cujo fluxo migratório intensificou em 2015- sua principal atividade econômica é o serviço público, e o índice Gini, que mede a concentração de renda de uma população, é de 0,6398. Assim como um dos estados com maior índice de suicídio no país, como fora citado anteriormente. e com maior índice de violência contra mulher (CERQUEIRA,2018). O que nos leva a pensar a possibilidade de correlação entre os mesmos.

Como um lixo embaixo do tapete, que denuncia e se volta contra seu autor, seja pelos ácaros que transpõem a barreira dos fios e o faz adoecer ou mesmo pelo relevo que o faz tropeçar, o suicídio traz à tona o processo de adoecimento de cada sociedade, não obstante a tentativa de circunscrevê-lo na esfera do individual, subjetiva, particular.

O suicídio não é um fenômeno da modernidade, de acordo com Netto (2007, 2013), ele sempre existiu, entretanto, a forma de compreendê-lo mudou no decorrer da história. Na Antiguidade, o suicídio já foi estimulado, por exemplo, quando idosos (cujas limitações eram consideradas insuportáveis) se suicidavam, havia a ideia que iriam para uma morada com diversas benesses. Nesse período, as mortes violentas, nas batalhas e por suicídio, eram uma forma de manter o espírito guerreiro para o qual era assegurado um lugar especial na vida pós-morte. Posteriormente, ele foi objeto de extrema repulsa moral, considerado um pecado mortal, sendo excomungados aqueles que tentavam a morte voluntária e proibidas as honras fúnebres aos que vinham a óbito por esse motivo. Na Modernidade, a ciência, por meio do discurso médico, buscou deslocar o fenômeno do pecado para a patologia.

No decorrer da história também áreas do conhecimento se debruçaram sobre o fenômeno, em especial a sociologia e a psicanálise, as quais demarcam o suicídio como um fenômeno complexo. Entre os clássicos recorremos a escritos de Freud, Marx e Durkheim.

Sigmund Freud (1915) traz uma contribuição para a compreensão da dimensão intrapsíquica do suicídio, ao teorizar sobre o funcionamento do aparelho psíquico em obras como “Luto e Melancolia” (1914/1996a), na qual afirmou que a perda do objeto de amor pode levar o sujeito a um processo de luto ou de melancolia. No luto, ocorre a elaboração da perda para investimento em novos objetos, enquanto

na melancolia essa elaboração não acontece, e não há investimento em outro objeto, mas no próprio ego de forma punitiva. Para o teórico, os estados mentais de um melancólico apresentam um desânimo profundo, desinteresse pelo mundo externo, perda da capacidade de amar, diminuição da autoestima, inibição das atividades, auto recriminação, auto humilhação, até a punição. Em artigo de 1932, Freud também escreveu sobre o sentimento de inferioridade, sobre quando o sujeito psíquico não consegue responder a exigências do ideal de ego, isso é, quando não corresponde a exigências de ideais socialmente estabelecidos.

Quanto à dimensão social, Marx (2006 [1818/1883]), ao analisar os casos de suicídio escritos por Jacques Peuchet na França no séc. IX considerou-os como sintoma de uma sociedade adoecida pela competição impiedosa, que isola o indivíduo em meio à multidão. Em sua concepção, o suicídio representa uma resposta ao desespero ocasionado pelas relações de opressão, de dominação. Nos casos analisados foi observada a dominação patriarcal e a reificação da mulher na família burguesa. Além disso, para o teórico, o suicídio estaria presente em todas as classes. Marx citou ainda que Peuchet correlacionara os períodos de crise econômicas com o aumento do número de casos de suicídio, que ele atribuiu o caráter de epidemia, aliados ao crescimento dos números de casos de prostituição e latrocínio.

Não obstante ao número significativo de casos de suicídio, o fenômeno era no senso comum considerado antinatural, o que o teórico questionava, exatamente pela grande incidência de casos. O caráter antinatural atribuído ao suicídio vinha associado às mais diversas formas de censura e recriminação, muitas ligadas à Providência Divina, como a principal estratégia da sociedade para coibi-lo, entretanto sem grande eficácia. Para Marx (2006[1818/1883]) a tirania não foi derrubada pela Revolução, mas ela persiste nas famílias e provoca crises análogas e que o suicídio é, dentre muitos outros, sintoma da luta social geral.

Outro teórico da sociologia, Durkheim, (2011 [1858-1917]) definiu suicídio como:

Chama-se suicídio todo caso de que resulta direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que produziria esse resultado. “A tentativa é o ato assim definido, mas interrompido antes que dele resulte a morte.” (DURKHEIM, 2011 [1858-1917], p.14)

Após a definição, considerou que o suicídio tem aspectos sociais, pois numa determinada sociedade e num determinado espaço de tempo ocorrem vários suicídios,

para os quais foi constatado que não era apenas um somatório de acontecimentos particulares, mas havia elementos determinantes de natureza social.

Observou que o número de suicídios eram contemporâneos de alguma crise que afetara a situação social e que, mesmo que ele não ocorresse imediatamente após a crise (ao que ele chamou de “ruptura do equilíbrio social”), haveria uma correlação direta entre ela e o aumento dos casos de suicídio, pois as consequências dessa ruptura levaria tempo para produzir todas as consequências a ela relacionadas.

Afirmou ainda que “Cada sociedade tem, portanto, em cada momento de sua história, uma disposição definida para o suicídio” e que o fenômeno pode ser verificado pela taxa social, calculada ao dividir o número total de mortes por suicídio pelo número total de mortes, em uma determinada sociedade, em um determinado intervalo de tempo. (DURKHEIM, 2011 [1858-1917], p.19)

Marx e Durkheim abordaram o tema sob perspectivas teóricas diferentes, como se sabe, o primeiro tem como fundamento teórico o materialismo histórico e dialético e o segundo o positivismo, mas ambos propuseram uma superação do caráter meramente psicopatológico ou biomédico para uma análise da sociedade que produz o fenômeno.

Se, tal como salientam antropólogos e sociólogos, é importante pensar o suicídio a partir das especificidades de um dado lugar e de um determinado povo, Boa Vista é uma cidade composta por 45,81% de migrantes, é o 8º município do país com maior população indígena autodeclarada, no total são 8.550 - o que representa 3% da população- e o 5º com maior população indígena em área urbana (IBGE, 2010), indicando ser um local onde culturas diferentes coexistem e se encontram, assim como tem seu território delimitado pela migração.

A migração, enquanto um fenômeno social que ocorre desde tempos remotos, implica em um processo de desenraizamento com seu local de origem. Entretanto, por desenraizamento entendemos não apenas os processos que ressoam na identidade, relacionada à mudança de um dado território, que implicam na quebra dos elos de pertencimento aos grupos sociais, na localidade de origem, característica de processos migratórios, mas também como efeito da opressão que mulheres, a população LGBT, negros (as) e indígenas passam, pois a opressão busca atacar justamente o vínculo identitário desses grupos sociais, golpeia o elo da mulher com ela própria, do negro com o próprio negro e assim sucessivamente.

O fenômeno da migração, de acordo com Ravenstein (1980), ao analisar a migração ocorrida no Reino Unido a partir do Relatório Geral sobre o Censo de 1871, tem como principais fatores facilitadores para o fluxo de pessoas, a melhoria do

transporte público, as atividades da marinha mercante, que possibilitava descobrir novos lugares para conhecer e morar, assim como o hábito de viajar e a melhoria também na educação, que ao qualificar a mão-de-obra, produzia um excedente e gerava a necessidade de buscar a inserção em outros mercados de trabalho, como também gerava a necessidade de buscar outros centros de formação para dar continuidade a sua educação. O autor assinala ainda como principal fator de motivação: a busca por trabalho, bem como “as facilidades educacionais, a salubridade do clima ou a carestia de vida”. (RAVENSTEIN, 1980, p. 26)

Ela contribui para alteração numérica de uma dada sociedade e pode refletir processos que incidem sobre outros componentes demográficos. Ao utilizarmos esses estudos para definir a migração em Roraima, podemos afirmar que o estado é um local de absorção, com uma população formada por 38,27% de migrantes. (IBGE, 2010). Entretanto, o fenômeno da migração é muito mais complexo e implica e é implicado por fatores políticos, econômicos e culturais, alterando significativamente não apenas o sujeito que migra, mas também aquele que está no local de absorção, assim como toda a sociedade.

O Estado de Roraima é destino de migrantes de todas as regiões do país, principalmente Norte e Nordeste, mas também do exterior. No Censo de 2010 foram registrados 2.727 migrantes internacionais. É importante salientar que o estado faz fronteira com dois países: a República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativista da Guiana, mas os números apresentados não são relativos apenas a esses dois países.

Ana Lia Farias Vale (2015) afirma que em Roraima as características identitárias estão sendo assimiladas, hibridizadas e compondo uma nova formação social, a partir dessa teia de pluralidades de culturas. O ato de migrar implica em mudar de lugar, de contexto, de redes de sociabilidade e ser inserido em novas relações de poder, que, segundo Mathias Le Bossé (2004), interferem diretamente na identidade. Portanto, o migrante é levado a um processo de ressignificação de sua identidade, por meio de identificação com um novo lugar, nem sempre desejada ou permitida. Roberto Cardoso de Oliveira (2000) também traz o caráter nem sempre harmonioso de contato entre culturas diferentes, e que pode implicar num processo de subjugação de uma pela outra.

Diferentemente dos assentados, grupo estudado por Rosa M. V. Medeiros (2008), que forçosamente, diante da falta de moradia própria, de um local para estabelecer-se, tem de ocupar um espaço alheio, mas o faz de forma coletiva, e tem no grupo o fortalecimento de sua identidade e sentimento de pertença, o migrante

muitas vezes vive sozinho o processo de mudança de território e, no caso daqueles grupos sociais marcados historicamente por discriminações (como negros brasileiros ou estrangeiros e indígenas brasileiros ou estrangeiros), eles enfrentam muitas vezes sozinhos a discriminação, que, aliada ao processo de isolamento imposto pela competitividade do modo de produção capitalista, tende a isolar ainda mais aquele indivíduo que veio de fora, mas que precisa pertencer a um novo grupo, viver uma nova experiência de territorialidade.

Francilene dos Santos Rodrigues (2006), ao analisar a migração na fronteira Brasil-Venezuela, afirmou que esse fenômeno é influenciado e influencia as redes sociais e seus modos de organização. Mais especificamente nas zonas fronteiriças, considerada zona de contato, são locais de empréstimo e apropriações culturais, portanto, um local de conflitos socioculturais. A fronteira, segundo a autora, é um lugar de trânsito, de encontros culturais e de jogos de identidade.

Arieche K. S. Lima, Kristiane A. Araújo e Francilene dos Santos Rodrigues (2012) ao analisarem a reconfiguração familiar a partir das migrações contemporâneas transnacionais verificaram que a migração não implica necessariamente em rompimento dos vínculos com o local de origem, mas implicam em um impacto afetivo e social para os migrantes e também para aqueles com os quais se relacionam em seu local de origem, o que leva a práticas para a manutenção desses vínculos, como o envio de remessas financeiras que assegura a participação no cuidado, como a participação no cotidiano do local de origem, por meio da redefinição de papéis e a construção de redes.

As autoras afirmam ainda que a migração pode levar a desintegração familiar ou a fragmentação, ou seja, ao rompimento de vínculos ou a dispersão dos membros da família sem a perda do mesmo, que é determinado pelas representações acerca do processo migratório e do estilo de vínculos afetivos. Portanto a migração implica necessariamente em custos emocionais, desprendidos para a elaboração de estratégias de reconfiguração familiar para a manutenção do vínculo, mas também para estabelecimento de novos vínculos no local de destino, ou seja, a vivência de território é impactada.

Novas relações de poder se estabelecem nesse território, novas redes, com novos nós, são criados, que podem acolher e facilitar a identificação com o local, ou não. E no caso dos estrangeiros, ainda existe a barreira da língua, ou seja, a comunicação, a base do estabelecimento de redes, é comprometida.

Achonteguí (2002), psiquiatra do Hospital Saint Pere Claver, em Barcelona, observou que havia uma incidência elevada de depressão entre migrantes ocasionada

pelo processo de adaptação complexo, potencializado pelas relevantes diferenças culturais. Para esse autor, o processo de adaptação depende da interação com o entorno, o apoio formal e informal recebido e a capacidade de resposta individual a situações estressantes, pois o ato de migrar implica em, o que ele denominou de duelo migratório, no qual os aspectos positivos e negativos desse ato se confrontam e quando os negativos prevalecem geram quadros de estresse e depressão.

A partir do conceito de redes migratórias de Massey (1985), definida como um grupo de pessoas que estabelecem e mantém contato entre si por meio de laços de consanguinidade, de trabalho, culturais ou afetivos, Truzzi (2008) afirma que essas redes formadas por laços interpessoais entre migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes diminuem o custo psicológico e econômico do ato de migrar, aliás essas redes influenciam não apenas no processo de adaptação mas também na própria decisão de migrar. É por meio delas que as informações são transmitidas, desde informações sobre o lugar de destino como também para modulação de comportamento. Mas também é a rede que valoriza os recursos individuais de seus componentes.

Mas quando esse local que acolhe é permeado de desigualdades sociais acentuadas? Ou mesmo quando o migrante não é valorizado, muito pelo contrário, é discriminado, indesejado? O migrante é percebido em posição de subalternidade, desigual e inferior. A desigualdade, de acordo com Gonçalves Filho (2004) é um fato histórico determinada por contingências demográficas ou econômicas alicerçada na crença do mando de uns sobre os outros. Para esse autor, toda desigualdade social é essencialmente uma desigualdade política. Costa (2017), descreve que são três as modalidades de desigualdade: de classe, de raça e de gênero, todas baseadas em ideias e atitudes que implicam na crença de uma superioridade de um determinado grupo populacional em detrimento de outro, como o classismo que baseia-se na crença de uma classe sobre a outra, racismo, de uma raça sobre a outra e sexismo, de um gênero sobre o outro.

Um dos principais efeitos da desigualdade política é a humilhação social, definida por Gonçalves Filho (2004) como um fenômeno histórico no qual uma classe inteira de pessoas não tem o direito de ser visto ou ouvido, é invisível no âmbito intersubjetivo. Com impacto intrapsíquico, essa humilhação social é também considerada uma modalidade de angústia. Conforme descreve o autor:

A humilhação crônica, longamente sofrida pelos pobres e seus ancestrais, é efeito da desigualdade política, indica a exclusão recorrente de uma classe inteira de homens para fora do âmbito intersubjetivo da iniciativa e da palavra. Mas é também de dentro que, no humilhado, a humilhação vem atacar. A humilhação vale como uma modalidade de angústia

e, nesta medida, assume internamente – como um impulso mórbido – o corpo, o gesto, a imaginação e a voz do humilhado. (GONÇALVES FILHO, 1998, p.15)

Essas pessoas invisíveis, migrantes ou não, fazem parte de um território, estabelecem relações, vínculos, pertencem, mesmo que de forma precária a esse território. Constroem ou reformulam suas identidades, adoecem e reagem a forma como são percebidas. Vivem as frustrações potencializadas pela subalternidade, não correspondem prontamente ao seu ideal de ego e adoecem, pela angústia, potencializando assim o risco ao suicídio.

Suicídio, migração e desigualdades sociais trazem em comum um ataque aos vínculos, não apenas no seu caráter intersubjetivo, mas também intrapsíquico. Benghozzi (2010) define vínculo, em seu aspecto psíquico, como aquilo que filia o sujeito a outro, seja de forma biológica – vínculo de filiação- ou por pertencimento a um grupo-vínculo de afiliação. Cujo o trabalho psíquico de construção, desconstrução e organização dos vínculos é denominado de malhagem.

A malhagem tem impacto significativo e determinante na identidade do sujeito, pois de acordo com o autor qualquer ataque ao vínculo de pertencimento leva a uma crise identitária. Nesse sentido, a migração ao impor novos vínculos afiliativos no território de destino trazem a ameaça de aculturação, aos espaços identitários, impõem renegociação de territorialidades psíquicas e a confrontação entre espaços de poder. Da mesma forma que a desigualdade, ao impor uma forma de pertencimento de forma inferior, ou mesmo negar esse pertencimento. Portanto ambos são geradores de angústia, e representam um ataque aos vínculos, o que para Benghozzi é violência, assim como o suicídio.

Também traz a interseção entre os três fenômenos quando a migração é fonte constante de frustração, assim com a desigualdade é, levando o sujeito a não responder as exigências socialmente estabelecidas, desenvolvendo um sentimento de inferioridade que pode leva-lo a não mais investir em novos objetos de amor, portanto levar a um quadro de melancolia, cujo um dos sintomas é o desejo de morte.

Neste cenário, é possível inferir que Roraima, com seu contingente de migrantes e mulheres vítimas de violência e seu índice de concentração de renda não poderia estar em outra posição no ranking de suicídios. E que para ser roraimado, como disse o poeta Leon D'Ávila Barros Cândido (2010), “aquele que ama essa terra de todo coração”, mas que não é nativo, não depende apenas do desejo de quem chega, mas de como é percebido por aquele que já está, que facilitará sua inserção no território e o desenvolvimento do sentimento de pertença, que por sua vez facilitará a reconstrução de sua identidade, a de roraimado.

REFERÊNCIAS

ACHONTEGUI, J. **La depresión em los migrantes**. Una perspectiva transcultural. Barcelona, España: Editorial Mayo, 2002.

BENGHOZI, Pierre. **Malhagem, filiação e afiliação**. Psicanálise dos vínculos: casal, família, grupo, instituição e campo social. tradução de Eunice Dutra Galery – 1.ed.- São Paulo: Vetor, 2010.

BOSSÉ, Mathias Le. As questões de identidade em Geografia Cultural: algumas concepções contemporâneas. In: ROSENDAHI, Zeni; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

CÂNDIDO, Leon D`Ávila Barros. **Roraimado, roraimeiro, roraimense**. Disponível em: <<https://minharuafala.wordpress.com/2011/07/10/boa-vista-geografia-e-historia>> acessado em 19 de setembro de 2018

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Os (des) caminhos da Identidade, **Revista Brasileira de ciências sociais**, Vol. 15 n 42 – fevereiro de 2000.

CERQUEIRA, D. (org.) **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA e FBSP, 2018.

COSTA, Eliane Silvia. Clínica-escola: uma clínica do real. In: NEVES, L. R. e RAMOS, C. E. (Org.). **Psicologia: relatos e experiências**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2017.

DURKHEIM, Emile. **O suicídio: um estudo sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 2000 [1897].

FREUD, Sigmund. Luto e Melancolia. In: Edição standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (J. Salomão, trad.) Rio de Janeiro: Imago, 1914/1996a, vol. 14.

GONÇALVES FILHO, José Moura. A invisibilidade pública (prefácio). In: Costa, F. B. da. **Homens invisíveis – relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004.

_____. Humilhação – um problema político em psicologia. In: **revista Psicologia USP**, São Paulo, v.9, n.2, p.11-67, 1998

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 02 de outubro de 2016.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo_2010.pdf>. Acesso em 02 de outubro de 2016

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 30 de dezembro de 2017

MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006 [1818-1883]

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira, Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio, SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs.) **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo, UNESP, 2008.

NETTO, Nilson B. **Suicídio**: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialético. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

_____. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **O suicídio e os desafios para Psicologia**. Brasília: CFP, 2013.

RAVENSTEIN, Ernest G. As leis de migração. In: MOURA, Hélio Augusto (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, t. 1. P. 19-88. (Estudos Econômicos e Sociais, 4). (Traduzido do original: The laws of migration).

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Migração transfronteiriça na Venezuela**. Estudos avançados, 20 (57), 2006.

RODRIGUES, Francilene dos Santos; LIMA, Arieche Kristiane Silva e ARAÚJO, Kristiane Alves. Migrações Contemporâneas: uma análise da produção científica sobre a família no contexto transnacional. **Somanlu**, ano 12, n. 2, jul./dez. 2012.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processo migratório. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, v.20, n.1, 2008.

VALE, Ana Lia Farias. Características da migração em Roraima. In: **Seminário Internacional de Economia Amazônica e Desenvolvimento Sustentável**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015. (Org. Ana Lia Farias Vale. Haroldo Eurico Amora dos Santos)

WASELFISZ, Julio Jacobo. (2015). **Mapa da Violência 2016**. Homicídios de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Preventing suicide: a global imperative. World Health Organization, 2014.

ARTIGO

IMAGINÁRIO SOBRE O IMIGRANTE VENEZUELANO EM MANAUS A PARTIR DA MÍDIA REGIONAL

INTRODUÇÃO

A dinâmica social sugere que o homem se desenvolve numa dimensão do real, do concreto, a partir do desencadeamento dos fatos e ações que determinam seu desenvolvimento. A pesquisa na área das ciências sociais é confrontada com outro elemento dentro do ser humano que também pode ser capaz de influenciar transformações sociais, operando ou desenvolvendo-se com diferentes atributos de acordo com as diferentes áreas do conhecimento, como antropologia, psicologia e sociologia. .

A complexidade da sociedade faz com que as Ciências Sociais se aprofundem no campo dos estudos dos Imaginários, sendo definido por Pereira (1993, p.9) como “o conjunto de representações, objetos, acontecimentos que nunca foram vistos no mundo”, realidade e muitas vezes não têm relação com ele, mas tendo em conta que este campo de estudo tem grande alcance e importantes descobertas em termos de sociedades, especificamente no sistema que abrange as comunicações e seu impacto coletivo sobre ele.

Neste trabalho as informações sobre os imigrantes indígenas venezuelanos nos meios de comunicação da cidade de Manaus, são especialmente relevantes para divulgar através de seu conteúdo a criação de um imaginário social que construa uma imagem de cidadãos venezuelanos com características gerais de uma matriz de informação. É assim que apresentamos os Imaginários como uma categoria analítica, indicando suas definições, conceitos e os principais teóricos que trazem essa categoria para o estudo das ciências sociais. Desta forma, abordaremos o trabalho a partir de uma perspectiva marxista da área de estudo da sociologia, explicando a ligação entre a mídia e o código de relevância / opacidade socialmente diferenciada.

* Mestranda em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

** Professora Doutora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Email: lucilene@fme.yahoo.com.br

Entenda que quando receber imagens e símbolos do ambiente em torno de nós estamos adicionando a idéias o acumulado que já temos em nossas mentes ao longo da vida, e é aí que as formas são construídas, pensamentos, que criam uma estrutura de pensamento, levando de ação e construção de culturas, entendendo-os a partir da definição antropológica indicando que a cultura é a capacidade humana de evoluir para classificar e representar experiências com símbolos e agir com imaginação e criatividade, e, em seguida, Tylor (1871 p.46) definido como “Que todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, direito, costumes e quaisquer outros hábitos e habilidades adquiridos pelo homem”.

O objeto de estudo que tem chamado a atenção na presente pesquisa ao qual nos aproximamos no decorrer da investigação corresponde à imagem que é construída no imaginário social da sociedade amazonense sobre os imigrantes venezuelanos, a partir de uma construção elaborada por meio de símbolos que conformam a linguagem disponibilizada pelas matérias de jornais impressos e digitais e uma realidade observada nas ruas da cidade onde indígenas venezuelanos ressaltam pedindo esmolas, não que signifique que esta realidade seja única ou absoluta, mas que a informação aportada pela mídia selecionando a informação a partir da relevância/opacidade e o observado pela sociedade em um plano real, corrobora um fato que pode ser percebido como uma totalidade da realidade, que é marcada e acentuada pela informação subministrada pelos meios de comunicação, tendo a eles como autoridade na matéria informativa.

As primeiras sociedades e sua formação cultural tem se concebido por meio de imagens e a criação de simbologia a partir do real e do imaginado, é assim como desde o início da fundação de sociedades a criatividade, a invenção do homem, sua imaginação tem sido fonte de criação do mundo em que vivemos. (CASTORIADIS, 1982).

...cada sociedade define e elabora uma imagem do mundo natural, do universo donde vive tentando cada vez fazer um conjunto significativo, no qual certamente deve encontrar lugar os objetos e seres naturais que importam para a vida da coletividade, mas também esta própria coletividade e finalmente certa “ordem do mundo”.

A partir dessa capacidade imaginativa que se instaura a institucionalidade e sua forma de conceber a funcionalidade da cultura ou da sociedade constituída, é assim como todo o que conhecemos está de uma ou outra maneira entrelaçado com o

simbólico, e a partir desse simbolismo entendemos às instituições. (CASTORIADIS, 1982)

As instituições não se reduzem ao simbólico, más elas só podem existir no simbólico, são impossíveis fora de um simbólico em segundo grau e constitui cada qual sua rede simbólica. Uma organização dada da economia, um sistema de direito, um poder instituído uma religião existem socialmente como sistemas simbólicos sancionados. Eles consistem em ligar símbolos (a significantes) significados (representações, ordenes, injunções ou incitações para fazer ou não fazer, conseqüências.

Desde essa simbologia é que se estabelece por meio de do significado que se lhe outorga às imagens, incluindo em primeira instancia a linguagem e nessa relação entre os diversos simbolismos são construídos os imaginários que identificam a sociedades inteiras, os quais são as construções mentais sobre o mundo que nos rodeia e que “devem utilizar o simbólico, não somente para “expressar-se”, o que é obvio, mas para “existir”, para passar do virtual a qualquer coisa a mais” (CASTORIADIS, 1982, p.154) um exemplo que dá o autor é: “O delírio mais elaborado bem como a fantasia mais secreta e mais vaga são feitos de “imagens”, mas estas “imagens” lá estão como representando outra coisa, possuem por tanto uma função simbólica. Mas inversamente, o simbolismo pressupõe a capacidade imaginaria”

Desde essa capacidade imaginaria do ser humano é que essa construção acompanhada do simbolismo pode o não se converter em uma realidade para um grupo social.

Áreas de estudo como a psicologia, as antropologias e as sociologias hão usado esta categoria analítica para estudar desde suas divergentes perspectivas comportamentos, ações e realidades construídas.

A COMUNICAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE IMAGINÁRIOS

A comunicação como uma ação inerente ao ser humano tem acompanhado historicamente o desenvolvimento de sociedades, sendo um meio para transmitir as ideais, o que pensamos, criando informações acerca de todo o que nos concerne. (PÁEZ URDANETA, 1992), explica que:

“La relación indisoluble que se establece entre la información, el conocimiento, el pensamiento y el lenguaje se explica a partir de comprender que la información es la forma de liberar el conocimiento que genera el pensamiento humano. Dicha liberación se produce mediante el lenguaje -oral, escrito, gesticular, etc.-, un sistema de señales y símbolos que se comunican de alguna manera”.

Sob esta premissa se define a informação como: “la significación que adquieren los datos como resultado de un proceso consciente e intencional de adecuación de tres elementos: los datos del entorno, los propósitos y el contexto de aplicación, así como la estructura de conocimiento del sujeto.” (CAMPBELL, 1989, p.2).

A informação passa de ser administrada em monastérios medievais, para gerir-se posteriormente nas bibliotecas, onde a informação era prestada, vigiando que fora cuidada e devolvida a tempo. Anos depois a informação se ordena sofisticadamente por meio de bases de dados, o que serviria para sua difusão na atualidade através de redes eletrônicas, com capacidade inimaginável de armazenamento virtual/intangível, a qual pode estar ao alcance de qualquer pessoa em qualquer lugar e tempo.

Os meios de comunicação tendo a informação como meio de chegar às massas utilizam códigos de relevância/opacidade por meio de um conjunto de decisões seletivas, orientadas nas maiorias dos casos por linhas editoriais que ditam a orientação que devem ter esses meios. Se bem é certo que a globalização e a extensa difusão da informação mediante das redes sociais têm popularizado seu uso, permitindo a contrainformação¹, diminuindo a hegemonia dos meios, as grandes cadeias informativas mantêm agendas que são seguidas por diversas empresas de comunicação a nível mundial.

Não existe uma única realidade, que seria necessariamente identificada com uma verdade. As sociedades contemporâneas não são configuradas sob o modelo de sistemas originais e referências absolutas, elas estão sujeitas a processos evolutivos de diferenciação sistêmica progressiva. Historicamente são modos de códigos de comunicação diferencial e programas pelos quais o sistema se torna funcional às demandas do ambiente, produzindo áreas específicas de operação (política, ciência, direito, economia, religião e outros). Assim, em cada um desses subsistemas é possível tentar definir como únicas realidades que correspondem aos interesses conflitantes das organizações que operam no interior. O resultado são sociedades policontextual², em que a construção só é possível pela emancipação de complexidade, não simplificação. (PINTOS, 2004).

¹ A contrainformação alternativa ou simplesmente contrainformação é a informação transmitida por grupos independentes não vinculados, em princípio, a um poder político. Este tipo de informação tende a fazer ênfases nas reivindicações de diferentes movimentos sociais ou de distintas ideologias.

² Pintos J. O chama de “sociedades poli contextuales” para aquelas nas que se produz a possibilidade formal de diferentes observações simultaneas e se renuncia, por tanto à seguridade ultima da unidade da observação.

IMAGINÁRIOS COMO UMA CATEGORIA SOCIAL E ANALÍTICA

O imaginário tem uma longa trajetória no campo da pesquisa, ainda que no começo ele fosse relegado a certas disciplinas como a arte e o pensamento comum, a implementação ao campo científico não era aceita incluso foi minimizada como elemento de fundação do conhecimento. Em sua obra “Historia de la Imaginación Viciosa” Zolla (1968, p.50 apud CEGARRA J. 2012) sinala o origem fantástico e irreal, incapaz de ser determinante no estudo da construção de realidades sociais “Fueran cuales fueren los significados con que se concebía la imaginación –como una fantasía opuesta al juicio maduro, o bien como la vena fantástica de los pobres melancólicos– nunca hubo dudas acerca de su índole pernicioso y la educación procuraba desarraigarla”.

O termo básico para definir aos imaginários é algo que só existe na imaginação, donde se origina um processo que permite a um ser humano manipular informação intrinsecamente para criar uma representação na mente, sua concepção era más individual, de pouca influência no social ou coletivo. Pereira (1993) traz a seguinte definição “o conjunto de representações, de objetos, de acontecimentos que nunca foram vistos na realidade e que muitas vezes não apresentam nenhuma relação com ela”.

Os primeiros estudos neste campo da investigação social estão associados à obra do historiados de arte e sociólogo Frances Pierre Francastel (1900-1970), ele explicava a arte como uma construção imaginaria gerada a partir da psicologia do autor e a sociedade duma determinada época (PEREIRA, 1993):

“para ele o imaginário era de ordem eminentemente criativa, a partir de uma função psíquica por meio da qual o espírito comporia sínteses originais, combinando imagens que poderiam ou não provir da experiência sensível, isto é que poderiam ou não corresponder a algo existente no real”

Más diante Cornelius Castoriadis filosofo e psicoanlista Greco-Frances quem se coloca no estudo do *imaginário social* a partir de 1975 com a terminação de sua obra *A Instituição Imaginaria da Sociedade*. Ele distanciava sua concepção do imaginário como a “imagem de” por considerá-lo uma mirada sobre o que é: “Lo imaginario del que hablo no es imagen de. Es creación incesante y especialmente indeterminada (histórico-social y psíquica) de figuras / formas / imágenes, a partir de las cuales solamente puede tratarse de ‘alguna cosa’. Lo que llamamos ‘realidad’ y ‘racionalidad’ son obras de ello” (CASTORIADIS, 2007, p.12 apud CEGARRA J., 2012).

Ainda tendo uma ampla investigação nessa linha de estudo, pesquisadores sociais continuam debatendo e criando discussões acerca dos imaginários, sendo assim um caminho que andar na intensa busca da explicação e solução de fenômenos sociais que não podem ser explicados desde uma perspectiva determinista.

Dado a continua investigação na área dos imaginários, pesquisadores contemporâneos deixam seus aportes significativos nesse campo de estudos, tal é o caso do filósofo espanhol e coordenador do Grupo Computela de Estudios sobre Imaginarios Sociales Juan Luís Pintos, quem define os imaginários como “un producto social para gestionar el desorden en contextos de alta complejidad: como las gafas de un miope corrigen el “defecto” del ojo permitiendo ver, la sociedad nos dota de imaginarios sociales para simplificar la sociedad. Los sistemas sociales diferenciados construyen la realidad social con los IS. Los IS son esquemas perceptivos construidos socialmente (PINTOS, 1995, p. 11-15).

Os estudos de Pintos traem a análise da sociedade como um todo dinâmico e complexo que não se constrói exclusivamente dos fatos acontecidos, sistemas únicos ou realidades únicas, senão das realidades construídas por diversos sistemas os quais são formados por representações simbólicas no ser humano de forma individual, mas também abarcando grupos sociais que respondem às construções feitas por ditos sistemas. Esta teoria dos sistemas é explicada por Pintos J. (2005 p.44) da forma seguinte:

Os sistemas sociais operam através da comunicação; De forma semelhante e coevolutiva, os sistemas psíquicos operam através da consciência e dos sistemas biológicos através da vida. Isso significa que começamos a partir de uma teoria dos sistemas e não de uma teoria da ação. Estamos interessados em como os sistemas operam não nos elementos analíticos sujeitos a aleatoriedade e probabilidade. Não procuramos leis de supressão de contingência, mas modos de realização de improbabilidade através de operações comunicativas.

A importância desta categoria no campo social e especificamente na área das comunicações tem relação com a capacidade possível de ter um impacto ou orientação social sobre como construir as concepções ou ideais que tem uma determinada sociedade, sobre suas instituições, mas também sobre o seu funcionamento como um ente em constante evolução, entendendo que não é estático senão que responde às mudanças que afronta historicamente. Pintos (2014, p.7) explica algumas precisões sobre suas investigações a respeito do conceito dos Imaginários sociais, indicando que eles “están siendo esquemas construidos socialmente que orientan nuestra percepción. Permiten nuestra explicación. Hacen posible nuestra intervención. En lo que en diferentes sistemas sociales sea tenido como realidad”

Esta concepção dos imaginários sociais nos faz refletir ainda mais sobre sua relevância a nível social e a possibilidade de intervenção a través dos sistemas de comunicação em torno às realidades construídas pela sociedade.

O SIMBOLISMO DOS INDÍGENAS E SUA IDENTIDADE

O símbolo (uma palavra que deriva do latín *simbolum*) serve para representar, de alguma maneira, uma idéia que pode perceber se a partir dos sentidos e que apresenta rasgos vinculados a uma convenção aceita a nível social. O símbolo não possui semelhanças nem um vínculo de contigüidade com seu significado, senão que só entabua uma relação convencional (PÉREZ, 2011).

As imagens, os gestos, as vestimentas, os objetos formam parte do que podemos chamar uma cadeia de símbolos, já que ao ser observado pode ser vinculado com seu significado, e sem sua existência explicar o significado com palavras implicaria um esforço maior. No caso das culturas indígenas, eles possuem símbolos que os identificam como indígenas sua vinculação com o simbólico é muito evidente. E além de que a inserção indígena nas culturas modernas tem incrementado com o passar do tempo, muitos destes povos resistem arrastando rasgos de sua cultura como sua língua, hábitos, alimentação, cor da pele, roupa, rituais entre outros. Esses indicadores que lhes identificam se não convertido, desde os tempos da conquista européia, em objeto de animosidade, gerando racismo, rejeição por parte de quem se considera uma raça superior, (o que se designa como pensamento eurocêntrico). Ao respeito: Monzón (2014 p.154)

Desde então e sobre todo na atualidade, existem muitos recursos jurídicos e legais para defender os, além disso no imaginário coletivo ficou a idéia que se formou nesse tempo. As políticas governamentais mais recorrentes incluem o paternalismo, a marginalização, o isolamento e na demora prolongada nos planos econômicos e sociais.

Embora, as sociedades étnicas continuam mantendo por meio de diversas lutas sua identidade, o que promoveu reformas constitucionais que declararam multi-étnicos a países como Guatemala em 1985, Nicarágua em 1987, Colômbia em 1991, México e Paraguai em 1992, Peru em 1993, Bolívia e Argentina em 1994, (CLAVE-RO, 1997, apud M. 2012 p.248). Essas reformas foram entendidas como o reconhecimento da cultura e identidade indígena que emergiu por diversas razões, o qual explica Montoya (2012 p. 248)

La identidad étnica emergió como mecanismo de reivindicación de los grupos locales, de expresión de sus categorías propias de identificación y mutuo reconocimiento y de su posición crítica frente a los Estados que no alcanzan a incluirlos dentro de su proyecto nacional de desarrollo, o que lo hacen bajo el interés por los recursos extractivos que albergan sus territorios.

O ressurgimento da identidade étnica como uma estratégia de luta para sua reivindicação social se estendeu por toda América, fazendo às etnias garantes de direitos que atingissem suas necessidades próprias.

A EMIGRAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

Dado esses imaginários criados em sociedades passadas, certas culturas como neste caso a indígena, se há considerado inferior por ter formas de vida diferenciada, se lhe outorga uma condição de desvantagem em relação a outras culturas. Em muitos casos sem entender e respeitar suas diferenças culturais.

A emigração de etnias a cidades povoadas se apresenta pelos desajustes e desordens causado pelos alcances econômicos e seus efeitos imediatos nas sociedades apartadas ou periféricas (MONZÓN, 2014, p.156). A demanda da mão de obra inicia a se acumular nas cidades industrializadas ou pré-industrializadas onde se volta à maior atenção tanto das grandes empresas como do Estado com planos de desenvolvimento e crescimento econômico. (MONZÓN, 2014)

En contraposición a los territorios generalmente ubicados en áreas rurales A los que se les niega apoyo para su desarrollo, con inversiones muy bajas que consecuentemente reflejan escasas oportunidades de trabajo, generando segmentos rezagados y atrasados con relación a los primeros, por lo que las comunidades tienden a expulsar sus habitantes.

O deslocamento efetuado pelos emigrantes indígenas venezuelanos a território Brasileiro se origina pelo impacto que teve em suas comunidades a crise econômica nacional, as oportunidades de trabalhar e cobrir suas necessidades básicas eram totalmente limitados, impedindo sua sobrevivência. Assim é como chegam às cidades fronteiriças como Manaus sofrendo inicialmente condições adversas como dormir nas ruas, pedir esmolas para conseguir comer. A o que o governo respondeu com atenção medica, alimentaria e acondiciono um refugio para eles poder dormir, facilitando lhes documentos em condição de refugiados e assim poder permanecer legalmente no país e ter condição de buscar trabalho na cidade.

EMIGRAÇÃO COMO UMA EXPRESSÃO DAS CRISES DOS PAÍSES

As expressões dos processos de crises ou atraso no desenvolvimento de um país são muitos, estes caracterizam a diversos países que não superaram ao subdesenvolvimento e se vem atacado pela voracidade do sistema do capital, tendo elementos políticos e sociais envoltos nos resultados econômicos que obtém uma nação, e que são os que mais têm impacto na cidadania que vê perdidos seus direitos e a proteção do Estado que é cada vez mais efêmera.

Uma descrição que faz Yasbek (2001) sobre a sociedade Brasileira, mas que certamente se adapta a sociedades que atravessam um deterioro em seu funcionamento e desenvolvimento econômico e social e que consideramos importante para figurar as expressões das crises dos países é a seguinte:

A violência da pobreza é parte de nossa experiência diária. Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: O aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram nos empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vidas dos excluídos e subalternizados na sociedade.

Estes que se encontram excluídos e subalternizados do sistema que opera em nossas sociedades, e que não tem oportunidades buscam em alguns dos casos saídas a sua miséria emigrando fora de suas fronteiras. (ARAGON, 2009):

A migração internacional tornou-se um fenômeno de relevância mundial tanto para os países de destino como de origem ou de trânsito. Apesar da falta de consenso sobre o número de migrantes, a Organização Internacional para as Migrações estima para 2008 mais de 200 milhões de pessoas residindo fora de seu país de nascimento, o que representaria 3% da população mundial, sendo entre 20 e 30 milhões migrantes ilegais (10 a 15% do total) (IOM, 2009). A esse estoque de migrantes agregam-se outros 42 milhões de pessoas forçadas no mundo inteiro a deixar seus lugares de origem, incluindo 15,2 milhões de refugiados, 827 mil casos pendentes de asilo, e 26 milhões de deslocados internos (UNCHR, 2009). Algumas previsões destacam que a população migrante internacional poderia chegar a 1 bilhão de pessoas ao final do presente século (HILY, 2003).

Dados como este demonstra a emergência que vive muitos países a nível mundial e que lamentavelmente são cifras que tendem a aumentar à medida que passa o tempo, sem previsão de uma intervenção efetiva dos países envolvidos neste fenô-

meno da migração, com políticas e resoluções que diminuía os efeitos que causa continuamente nas distintas sociedades do mundo.

IMAGEM DO EMIGRANTE VENEZUELANO EM MANAUS

A chegada dos Venezuelanos ao norte do Brasil começa a incrementar se com a aceleração dos problemas econômicos dessa nação. De diferentes estados e grãos de instrução, venezuelanos que com esforço e trabalho pretendiam uma melhor qualidade de vida e ajudar a seus familiares que ficaram na Venezuela emigram a capitais de estados como Boa Vista e Manaus procurando alguma atividade econômica em diversas áreas.

As imagens ou ideias sobre a cultura venezuelana se criavam por meio do conhecimento pessoal e direito com os habitantes locais e as percepções e construções que eles tinham segundo a Venezuela. Dado que Brasil é um país com uma trajetória aberta e solidária com os emigrantes que por anos tem chegado ao país, a impressão de quem chega é de uma cultura alegre, atenciosa que recebe calorosamente ao emigrante. Vailatt (2016) refere se ao Brasil como um destino para emigrar:

“Por outro lado, o Brasil voltou a ser um destino de emigrantes estrangeiros, geralmente profissionais ou empreendedores, que se estabeleceram nos grandes e médios centros urbanos brasileiros. Estes percursos muitas vezes são baseados em narrativas que evidenciam uma “necessidade econômica”, fator que nos estudos sobre as migrações é ainda hoje, pensada como a primeira causa da migração. Todavia, as motivações de uma migração são sempre mais complexas, e vão além de uma necessidade econômica”.

A medida que a crise venezuelana foi aumentando, maior era o número de pessoas que emigrava ao vizinho do sul e com a população viajante uma cultura de raízes indígenas em sua maioria habitantes da zona fronteira também decidiram deixar seu território para ir em busca de comida, tal é o caso de uma mulher de 46 anos com 11 filhos, quem foi entrevistada a sua chegada à capital de Amazonas por um jornal regional.

A chegada desta população de indígenas se diferenciaria dos outros venezuelanos, com vestimentas coloridas, sem calçados, e como destino final as ruas da cidade. Os indígenas venezuelanos foram percebidos pela coletividade geral de Manaus, e advertidos pelos diferentes médios de comunicação, eles reocupavam a sociedade e ao governo da cidade.

O interessante da intervenção dos meios de comunicação em relação aos emigrantes venezuelanos foi a cobertura permanente por cinco meses seguidos sobre os

indígenas venezuelanos, sua permanência nas ruas, o fato de pedir esmolas, as crianças junto às mães sem um cuidado adequado e todos os problemas e conflitos que eles poderiam ter como comunidade, mas também o problema que criava na cidade. Afiando a incomodidade de ter uma população estrangeira que no princípio não contribuía com o desenvolvimento da cidade senão a representação de um problema social, criando ideias de moléstia e animosidade sobre uns “intrusos que vem a trazer mais conflitos”.

A diferença do amplo grupo de venezuelanos que estão desempenhando distintas labores de trabalho ao longo de toda a cidade, vinculando se em diversas áreas e cooperando com a construção de um habitat donde todos podam coexistir. Neste trabalho de divulgação comunicacional podemos perceber a abordagem da teoria de Relevância/opacidade que pode ser tratado por outros teóricos como visibilidade/invisibilidade. As páginas do jornal ou o espaço nos jornais digitais parece que só teve lugar para certas informações e não para outras, sem refletir ou refletindo com uma motivada intenção sobre a contribuição e a mensagem simbólica que constrói um imaginário social sobre a outra cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As migrações são fenômenos complexos que se produzem nas sociedades e traem consigo variações no país de donde emigram, ou em o que recebem aos imigrantes. Estas variações na sociedade geram modificações que afeitam de um ou outro modo às populações e suas formas de vida e de como participam ativamente nela. Os imaginários sobre um país ou comunidade podem ser determinantes no trato que ela tenha sobre outra que emigre a seu território, é devido a isso que o estudo dos imaginários sociais é de suma importância ao momento de fazer análises de movimentos migratórios. O modo de agir de uma população e a engrenagem de duas culturas que se encontram.

O modo como operam os meios de comunicação nesse encontro de culturas pode gerar reações diversas nas civilizações, contribuindo ou não com uma cercania ou distanciamento dessas sociedades, pode ajudar a resolver conflitos em torno a como se entende à outra cultura ou afiançar a animosidade sobre ou outro.

Negar a construção destes imaginários a partir das mensagens e informações dos médios de comunicação e como influem estes na construção dos imaginários sociais e no desenvolvimento das sociedades, impede orientar a traves dos códigos e símbolos insertos nas matérias jornalísticas à comunidade, opinião pública e ins-

tituições para resolver conflitos que impedem o desenvolvimento acertado e em conjunto de culturas diversas.

REFERENCIAS

ARAGON, L. E. A. (2009). Aproximação ao estudo da migração internacional na Pan-Amazonia. Pags. 11-37. In. **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Luis E. Aragón (organizador). – Belém: NAEA/UFPA.

CAMPBELL, J., (1989). **El hombre gramatical**. Información, entropía, lenguaje y vida. México D.F.: Editorial Fondo de Cultura Económica.

CEGARRA J. (2012) **Fundamentos Teórico Epistemológicos de los Imaginarios Sociales. Núcleo de Investigación de Estudios y Crítica Cultural de América Latina y el Caribe**, Universidad Pedagógica Experimental Libertador (Táchira, Venezuela).

MONZON M. DORFMAN A; PACHECO C; FERNÁNDEZ S. (2014). **Plano Geoestratégicos, Migrações e Deslocamentos Forçados no Continente Americano**. Brasil.

PÁEZ URDANETA I. (1992). **Gestión de la inteligencia, aprendizaje tecnológico y modernización del trabajo informacional**. Retos y oportunidades. Caracas, Venezuela: Editorial Universidad Simón Bolívar.

PEREIRA DE QUEIROZ MARÍA I. (1993) O Imaginário em Terra Conquistada. **Centros de Estudos Rurais e Urbanos**, Textos Ceru, p.20.

PÉREZ J; MERINO M. **Definición de símbolo** Publicado: 2011. Actualizado: 2012. Disponível em: (<https://definicion.de/simbolo/>) Acesso em: 01/02/2017.

PINTOS J. L. (2005) Comunicación, construcción de la realidad e imaginarios sociales. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, vol. 10, núm. 29, abril-junio, 2005, pp. 37-65 Universidad del Zulia Maracaibo, Venezuela. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/279/27910293.pdf>. Acesso em:31/01/2018

SIDNEY A. DA SILVA. GLAUCIA O. (2016) Em busca do Eldorado: O Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais. **Assis. Artigo: Intelectuais na Mata Atlântica Reflexões sobre migrações e mudança social**. Alex Vailatt. Amazonas-Brasil.

TYLOR EDWARD B. (1871) Disponível em: <https://es.wikipedia.org/wiki/Cultura>. Acesso em: 28/01/2018.

YASBEK C. (2001) **Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil**. Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. ABEPSS. Brasília-Brasil.

ARTIGO

IMPACTO DAS MÍDIAS SOCIAIS NO FORTALECIMENTO DO CRIME ORGANIZADO

INTRODUÇÃO

Os profissionais de segurança pública têm observado, recentemente, que as organizações criminosas, mais especificamente a Família do Norte do Estado do Amazonas (FDN-AM), têm passado a utilizar as mídias sociais para difusão de seu conteúdo a fim de conseguirem mais membros para sua causa. Sob esta ótica, seguidores e admiradores desta facção tornam-se adeptos aos pensamentos delituosos desta organização visando ter um espaço para compartilhar seus pensamentos. Neste sentido, faz-se necessário o estudo atento destas redes sociais e como elas são utilizadas como ferramenta de propagação ideológica. Assim sendo, utilizou-se como parâmetro uma página específica para a análise de seu discurso.

Nesta seara, objetivou-se compreender a construção discursiva dos admiradores da facção Família do Norte através dos integrantes e seguidores da página “Compensação”, mantida aparentemente por membros da referida organização criminosa, tendo em vista que suas postagens remetem diretamente à apologia de diversos crimes, e ideologia adotada pela facção conforme será exposto adiante.

MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

É fundamental basear-se nas trilhas teórico-metodológicas de uma disciplina como a análise do discurso, a fim de compreender interpretações e sentidos constan-

* Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas. Tenente da Polícia Militar do Estado do Amazonas. E-mail: maxwell_mesquita@hotmail.com.

** Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos na Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Capitão da Polícia Militar do Estado Amazonas. E-mail: bpi sette@gmail.com.

*** Pós-graduanda em Gestão Pública pela Universidade do Estado do Amazonas. Tenente da Polícia Militar do Estado do Amazonas. E-mail: lbvieira6@hotmail.com.

tes na formação de discursos inseridos num ambiente virtual específico. Desta feita utilizou-se, ainda, da teoria fundamentada através de suas ferramentas organizativas e assimilações acerca do posicionamento do pesquisador e liberdade de análise. O discurso pode constituir sujeitos, relações sociais e sistemas de crenças através de processos analítico-discursivos na medida em que é destacado (FAIRCLOUGH, 2001).

Conforme Orlandi (2000), as interpretações possíveis de um dado discurso são derivadas das dos temas e conceitos expostos no diálogo, assim os discursos são debatidos em e devem levar e consideração questões sociais e históricas, ou seja, a carga subjetiva de cada ator envolvido (PINTO, 1999).

Com relação às condições de produção do discurso, o interdiscurso é importante na análise do discurso, pois o que está sendo dito sofre interferência do que já foi dito, ainda que o sujeito não o faça conscientemente (ORLANDI, 2000). Desta feita, os discursos são tratados como produtos culturais empíricos elaborados por eventos comunicacionais, como publicações em uma rede social, e abrange os materiais textuais trabalhados pelos administradores da página “Compensão” e divulgados em postagens na mesma.

A referida página conta com cerca de 30 (trinta) mil membros e foi escolhida como objeto por representar de maneira mais explícita o pensamento desse grupo e por possuir o maior número de postagens e interações dos fãs, através de visualizações, curtidas e compartilhamentos de conteúdo. O presente trabalho compreende, como universo de pesquisa, apenas as postagens realizadas nesta página entre os dias 01 de janeiro de 2018 e 20 de setembro de 2018. Para a análise, considerou-se, portanto, o período elencado acima.

MÍDIAS SOCIAIS E CRIME ORGANIZADO

A utilização da mídia social Facebook traz consigo a adesão do usuário a um conjunto de normas e acordos do próprio serviço, onde este restringe temáticas vistas como inapropriadas, mesmo com este fator, é comum encontrar discursos que favorecem práticas delituosas e estimulam a violência contra determinados grupos (SOUZA E DINIZ, 2015). Observa-se que estes discursos maliciosos são antigos, contudo encontraram uma nova forma de expressão com as mídias sociais, em razão da difusão da internet. Estas, por sua vez, expandiram os estilos de atuação do crime por meio da construção, com grande facilidade, dos seus próprios canais de contato com as comunidades que ocupam.

Segundo Souza e Diniz (2015), o Facebook é uma ferramenta de mídia, que possui a finalidade de relacionamento e disseminação de conceitos, sendo assim um canal de divulgação ideológica. Em seu viés doutrinário, indivíduos podem ser sugestionados mediante exposição contínua à conteúdos tanto positivos quanto negativos. Por ser uma plataforma interativa permite a manifestação de apoio ou desaprovação ao conteúdo, sendo a manifestação e interação um propulsor daquele canal, ampliando a rede de divulgação e visibilidade deste.

Para Recuero (2009, p. 24), uma rede é “[...] uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores”. Complementando, Boyd e Ellison (2007) especificam que sites de redes sociais permitem a construção de relações e a exposição pública da rede social de cada ator. A reputação dos atores sociais é construída a partir da visibilidade deste e informações sobre como é e o que pensa, tal qual a sua popularidade e autoridade, que são respectivamente: posição do ator na rede social avaliada por meio de reputações boas e/ou ruins e influência de um ator com relação à sua rede baseada em sua reputação sobre um dado tema (SOUZA E DINIZ, 2015).

A reputação dos atores sociais é construída a partir da visibilidade deste e informações sobre como é e o que pensa, tal qual a sua popularidade e autoridade, que são respectivamente: posição do ator na rede social avaliada por meio de reputações boas e/ou ruins e influência de um ator com relação à sua rede baseada em sua reputação sobre um dado tema (SOUZA E DINIZ, 2015).

Já McLuhan (1964) ressalta que a expansão dos sentidos traduzida na evolução dos meios de comunicação acarreta em uma nova estrutura aparente do social, deste modo, é unanimidade entre as Nações Unidas e o FBI o entendimento de que o crime organizado é tratado como uma espécie de empresa capitalista, possuindo estruturas verticais bem delimitadas, redes de influência fortemente consolidadas e retorno financeiro muito alto (PEREIRA, 2011).

Segundo Misse (2007), as redes sociais pertencentes à gama criminal são capazes de interligar mercados legais e ilegais, ao explorar as “mercadorias políticas” por meio das propinas, extorsões e redes de proteção, e ao explorar ilegalmente mercadorias criminalizadas, como o jogo, a prostituição e as drogas. Formas de persuasão aliadas a estratégias organizacionais semelhantes às aplicadas no setor empresarial e comercial já são amplamente utilizadas para esse fim.

Para Adorno (2007) “[...] a rápida emergência e a disseminação da criminalidade organizada encontraram condições favoráveis nos padrões, também mundiais, de desenvolvimento urbano”. Tal propagação encontra hoje nas redes sociais um meio permanente de interação entre membros de grupos criminosos.

Ziegler (2003), discorrendo sobre organizações criminosas, reproduz o conceito elaborado pelo Fundo Nacional Suíço de Pesquisa Científica:

Existe crime organizado [transcontinental] quando uma organização cujo funcionamento é semelhante ao de uma empresa internacional pratica uma divisão muito aprofundada de tarefas, dispõem de estruturas hermeticamente fechadas, concebidas de maneira metódica e duradoura, e procura obter lucros tão elevados quanto possível cometendo infrações e participando da economia legal. Para isso, a organização recorre à violência, à intimidação, e tenta exercer sua influência na política e na economia. Ela apresenta geralmente uma estrutura fortemente hierarquizada e dispõe de mecanismos eficazes para impor suas regras internas. Seus protagonistas, além disso, podem ser facilmente substituídos.

Das características do crime organizado, a participação na economia legal e influência política podem ser alvos atingidos por meio de redes sociais, onde no ambiente antagonista de mercados, a exemplo das disputas por controle e adeptos entre organizações criminosas, “a rede aparece também como terreno de batalha e como fator que proporciona o contínuo movimento às relações de equilíbrio entre as partes em disputa. Se nos morros disputa-se espaço físico à bala, na Internet travam-se disputas simbólicas pela conquista de corações e mentes” (PARAVIDINO, 2007).

Quanto ao histórico, nos primórdios do crime organizado voltado ao narcotráfico no Brasil, está o Comando Vermelho, considerado grande influenciador no surgimento de outros grupos de mesmo tipo. Com origem nas instalações do Instituto Penal Cândido Mendes, no Estado do Rio de Janeiro, a organização toma forma ao final dos anos de 1970, a partir de uma junção de presos políticos e presos comuns, e institui a frase “Paz, justiça e liberdade!” como lema (Amorim, 1994). Independentemente das especificações sobre seu surgimento, como aponta Maia (2011, p. 12), “[...] o Comando Vermelho enveredou por um processo de crescimento, atraindo cada vez mais adeptos”.

Do mesmo modo, a facção criminosa denominada Família do Norte (FDN) tornou-se uma importante organização criminosa no Estado do Amazonas, que que diz respeito à tráfico de drogas, tendo seu surgimento pautado pelos ideais de justiça e liberdade aos infratores da região norte do Brasil, é considerada a terceira organização criminosa no Brasil. Sua expansão no Amazonas se deu devido à baixa influência das principais facções nacionais como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) na região.

A comunicação e reputação de um grupo são elementos essenciais no processo de faccionalização. Recuero (2009), expõe que as redes sociais permitem visibilidade e articulação que designam manutenção dos laços sociais fora das redes. Onoch

(2015) alega que relações formadas em redes sociais por sua proximidade e densidade, são entendidos na ciência social como instrumento de recrutamento, motivação e difusão da mobilização.

O crime organizado no Brasil e no mundo, evoluiu utilizando-se de ferramentas de comunicação e do aprimoramento destas, principalmente para burlar mecanismos estatais de controle de sua ampliação, aprimorando-se na transmissão de ordens, e mensagens de reafirmação ideológica de dentro de presídios e afins. Hoje além de uma comunicação furtiva, percebe-se o desenvolvimento e estratégias, direcionados ao marketing criminoso, ou seja, uma estratégia de divulgação dos ideais da facção. Elementos que culminaram em um certo reconhecimento de facções, de aparência de poder, como no caso da Família do Norte e seus direcionamentos, a propaganda e marketing estão estabelecidos, tais fatores são observados nas postagens de páginas do Facebook.

Siqueira (2016) afirma que em 2013 começaram a surgir os primeiros estatutos da organização criminosa FDN, com descrições dos direitos e deveres que deveriam ser seguidos por todos os seus integrantes. As diretrizes foram divulgadas tanto em Facebook quanto outras redes sociais. Músicas alusivas aos feitos do grupo, que referenciavam os feitos da organização, conhecidos como “funk proibidão” são amplamente compartilhadas em redes sociais desde então, como por exemplo, no início de 2017 o “Funk do Massacre FDN” amplamente compartilhado em vídeo, teve cerca de 51 mil visualizações, é alusivo aos assassinatos de 56 detentos ocorridos no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ), caso de grande repercussão nacional e internacional.

Atualmente, pode-se identificar a presença da facção criminosa FDN com grande força nos sites de redes sociais. Em se pesquisar “FDN” identificam-se inúmeras páginas pessoais alusivas à facção criminosa. Surgida em outubro de 2016, a página do Facebook “Compensão”, atualmente com mais de 30 mil membros, é utilizada por atores com interesses em comum que se perpetuam por meio de redes de associação.

Figura 01: Conteúdo divulgado na página “Compensão”.



Fonte: Os autores.

Na Figura 01 há um vídeo compartilhado pela página onde um jovem pede perdão por ter divulgado uma gravação onde ele teria praticado relações sexuais com uma mulher. O vídeo foi compartilhado por ele sem o consentimento da jovem, motivo pelo qual foi detido e indiciado pelo crime, porém ele grava o segundo vídeo pedindo desculpas por ter cometido o erro de propagar o vídeo sexual.

Figura 02: Comentários de membros da página.



Fonte: Os autores.

A figura 02 reflete os comentários dos seguidores da página, assim observa-se os comentários denegrindo a imagem do infrator. Alguns inclusive pedem para que

ele seja morto ressaltando que o “CPF tem que ser cancelado” e outro direciona o entendimento que ele seria estuprador chamando-o de “jack”.

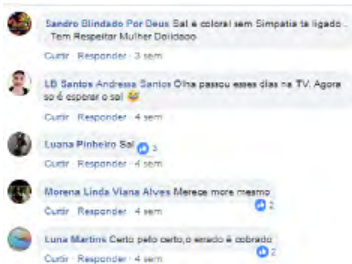
Figura 03: Conteúdo divulgado na página “Compensação”.



Fonte: Os autores.

A figura 03 refere-se a outra postagem feita na página oficial “Compensação” e faz alusão ao possível homicídio de um reeducando do sistema penitenciário. Ele teria levado à óbito uma menor de idade e por isso estaria sendo publicamente ameaçado na página analisada. Destaca-se a utilização de imagens para gerar comoção entre os seguidores do perfil, bem como a rotulagem explícita de “assassino”. A postagem afirmando que o “CPF será cancelado”, pode ser entendida como uma ordem ou confirmação de “sentença” dada ao autor do feminicídio.

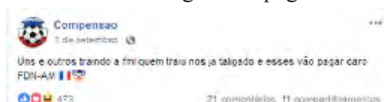
Figura 04: Comentários de membros da página.



Fonte: Os autores.

A figura 04 demonstra, novamente, o discurso e um possível interdiscurso dos membros da página quando estes demonstram a sua insatisfação perante a conduta do cidadão que teria cometido o homicídio. Diante desta situação, os seguidores pedem a sua morte através das postagens “Sal e coloral...tem que respeitar mulher”, “...agora é só esperar o sal”, “merece more mesmo” e “certo pelo certo, o errado é cobrado”. Ao observar estas postagens, notou-se a convergência de pensamento exposto entre aqueles que interagiram com a publicação.

Figura 05: Conteúdo divulgado na página “Compensação”.



Fonte: Os autores.

Já a figura 05 retrata a propagação de pensamento da organização criminosa FDN-AM, pelo fato de conclamar os demais membros a identificarem aqueles que, por acaso, teriam “traído” a referida facção. Neste sentido, com tom de ameaça, percebe-se, novamente, grande engajamento dos seguidores em prol da página com o fito de dar cumprimento ao que foi falado no enunciado.

Figura 06: Comentários de membros da página.



Fonte: Os autores.

A última imagem, figura 06, reflete a aceitação dos membros com a afirmação do enunciado da figura 05. Deste modo, passam a enfatizar que a FDN é a facção que comanda o Amazonas e não as demais, de âmbito nacional. Recuero (2009) afirma que tais redes com um núcleo conectivo mais forte e rodeado por relações fortalecidas se enfraquecem segundo as interações e laços de afetividade, constituindo espaços destinados à divulgação de convicções, comportamentos e valores. Geralmente geridas por um usuário as comunicações em páginas desse tipo ocorrem, em

um primeiro momento, de maneira unidirecional e, em seguida, acabam por receber maiores proporções, com a ajuda dos usuários que a acompanham.

Para Paravidino (2007), pertencer à comunidade virtual de uma facção significa rivalizar com a facção oposta, mas principalmente, ter o apoio da facção que defende. Dessa forma, estar de um dos lados, por defesa própria ou não, faz com que a violência seja uma forma de viver e de inserir-se socialmente. Assim, os discursos expostos nas comunidades reforçam a atração a novos membros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi verificado que a Família do Norte está utilizando cada vez mais as mídias e redes sociais para se relacionar com seus membros atuais e potenciais, sendo notório que sabem bem como usar as mídias sociais com o fito de divulgar suas ações criminais e ideologia para conseguirem mais membros.

Observa-se que sites de mídias sociais possibilitam a construção de relações pessoais e a exposição pública da rede de cada ator em questão. Deste modo o Facebook atua como um canal de divulgação das ideologias presentes desde a criação do Comando Vermelho no Estado do Rio de Janeiro, deste modo a página “Frases De Cria CV MT” adequou-se à proposta inicial da pesquisa por conter discursos que favorecem práticas delituosas e a divulgação da ideologia criminal.

Embora a organização criminosa Família do Norte esteja crescendo com o uso das mídias sociais, cabe ao Estado por meio de todo o seu aparato organizacional coibir tais práticas criminais. Para tanto as secretarias de cultura, saúde, educação segurança pública, dentre outras, devem atuar em conjunto visando integração para compreender esta dinâmica do discurso nas redes. Com estas atitudes atreladas à contrapropaganda, visando coibir a propaganda adversa criminal, a divulgação de conteúdo ilícito pode reduzir aos poucos e beneficiar a sociedade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. & Salla, F. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC**. 2007. Estudos Avançados.

AMORIM, C. 1994. **Comando Vermelho**: a história secreta do crime organizado. Rio de Janeiro, Record, 573 p.

BOYD, D.M.; ELLISON, N.B. 2007. Social Network Sites: definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, 13(1):210-230. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x/full>. Acesso em: 22/06/2018.

FAIRCLOUGH, N. 2001. **Discurso e mudança social**. Brasília, Universidade de Brasília.

MCLUHAN, M. 1964. **Understanding media: the extensions of man**. Nova Iorque, McGraw-Hill, 392 p. Disponível em: robynbacken.com/text/nw_research.pdf. acesso em 25/06/2018.

MINGARDI, Guaracy. **O Estado e o crime organizado**. 1996. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

MISSE, M. 2007. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, 21(61):139-157. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a10v2161.pdf> . Acesso em: 25/06/2018.

ONUICH, O. 2015. EuroMaidan Protests in Ukraine: Social Media Versus Social Networks. **Problems of Post-Communism**. v. 62, n. 4, p. 217-235.

ORLANDI, E.P. 2000. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 2ª ed., Campinas, Pontes, 100 p.

PARAVIDINO, F.V. 2007. A apologia à criminalidade nas comunidades do Orkut. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste**. XII, Minas Gerais, 2007. Anais disponíveis em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2007/resumos/R0340-1.pdf> Acesso em: 07/11/18.

PEREIRA, E.G. 2011. O tráfico de drogas ilícitas: uma modalidade do crime organizado. **Revista Digital Espaço Acadêmico**, vol. 34, s.p. Disponível em: http://www.bibliotecapolicial.com.br/upload/documentos/O-TRAFICO-DE-DROGAS-E-O-CRIME-ORGANIZADO-21069_2011_8_7_51_24.pdf. Acesso em: 02/06/2018.

PINTO, M.J. 1999. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo, Hacker Editores, 105 p.

RECUERO, R. 2005. Um estudo do capital social gerado a partir de redes sociais no Orkut e nos Weblogs. In: Encontro da Compós, XIV, Rio de Janeiro, **Anais...** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/recuerocompos.pdf>. Acesso em: 27/06/2018.

RECUERO, R. 2009. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre, Sulina, 206 p.

SIQUEIRA, Italo Barbosa Lima. **“Aqui ninguém fala, escuta ou vê” Relatos sobre o cotidiano profissional dos agentes de segurança penitenciária em Manaus.** 2016. 224 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5584/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Italo%20B.%20L.%20Siqueira.pdf>. Acesso em 07/11/18.

SOUZA, R. V. D; Diniz, L. D. R. Construções discursivas do crime em sites de redes sociais: uma análise das postagens da página “Tudo 2” no Facebook. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos.** Vol. 17, nº 2, p. 147-160, maio/agosto. 2015.

ZIEGLER, Jean. **Os senhores do crime:** as novas máfias contra a democracia. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ARTIGO

**O DISCURSO MIDIÁTICO AMAZONENSE SOBRE A
VIOLÊNCIA LETAL DE MULHERES NO CONTEXTO
FAMILIAR¹**

INTRODUÇÃO

A análise do discurso midiático, neste trabalho, perpassa pelo entendimento de que as matérias jornalísticas possuem valores e regimes de verdade que atuam na subjetividade da população produzindo efeitos discursivos. A mídia possui uma função social, dissemina saberes e contribui para (re) elaborar o imaginário coletivo.

O cotidiano da vida em sociedade é objeto de exploração da mídia. Fatos e acontecimentos são apropriados e produzidos para serem comercializados. A produção do texto, a seleção das imagens, a organização e a disposição dos conteúdos inseridos contribuem para produzir verdades. A violência é um desses temas e a sua espetacularização é reforçada cada vez mais pelos diversos meios de comunicação.

Quais verdades estão sendo veiculadas sobre a morte violenta de mulheres nos jornais amazonenses? Intencionou-se refletir como está sendo veiculada a violência letal de mulheres em matérias de jornais de ampla circulação no Amazonas para que essas e outras nuances da mídia sejam mais detidamente refletidas, sobretudo, quando se utiliza desse recurso como fonte de dados para pesquisa.

Buscou-se casos de violência letal de mulheres praticadas por familiares ou parentes tanto os tentados quanto os consumados, em dois jornais, sendo um im-

* Professora Doutora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Email: lucilenefimelo@yahoo.com.br

** Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Email: anapaulacarvalho@yahoo.com.br

*** Professora Doutora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Email: carlamontefusco1@gmail.com

¹ Pesquisa desenvolvida com apoio da Capes e do CNPQ.

presso, e, outro, online na mídia no Estado do Amazonas, objetivando analisar os discursos nas matérias jornalísticas.

Os procedimentos metodológicos adotados perpassaram pela revisão bibliográfica e pesquisa documental; a fonte dos dados foram dois jornais do Amazonas, *A crítica*, versão impressa, e *Diário 24 horas*, em versão *on line*. A coleta das informações foi realizada a partir da leitura dos exemplares para encontrar as matérias. Em seguida, as matérias passaram a ser analisadas para observar quais saberes circulavam nas matérias da mídia amazonense sobre morte violenta de mulheres.

O estudo é exploratório, de abordagem qualitativa, fazendo uso da perspectiva de Análise de Discurso em Foucault e faz parte da pesquisa “Homicídios Intrafamiliares Julgados no Estado do Amazonas em 2010 a 2015: inovação em estratégias de prevenção e enfrentamento”, da Chamada Universal Mcti/Cnpq N° 01/2016.

No mapeamento realizado nos jornais foi identificado 29 matérias de morte de mulheres, de diferentes faixas etárias publicadas no período de 2010 a 2015. Dos vinte e nove casos de violência letal noticiados, doze foram praticados pelos supostos autores que as vítimas tiveram ou tinham uma relação íntima; nove casos foram de vítimas cujo suposto(a) agressor (a) são os pais e ou padrastos e/ou madrastas; cinco casos foram de mães assassinadas pelos filhos (as); e três são vítimas fatais de netos, sobrinhos e primos.

Os resultados indicam que os textos jornalísticos apresentaram uma prática discursiva impregnada do senso comum sobre os crimes praticados contra mulheres, referenciadas em práticas arraigadas e construídas historicamente que estão filiadas à reprodução de um discurso normativo de saberes, muitas vezes, contrapondo-se à dignidade do ser humano, infringindo, inclusive, direitos fundamentais, como preservação de imagem e identidade, desconsideraram as desigualdades de gênero, tendendo a naturalizá-las na sociedade.

A MÍDIA COMO VEÍCULO DE REGIMES DE VERDADE

Ao problematizar como está sendo veiculada a violência letal de mulheres em matérias de jornais utiliza-se, dentre outros autores, Fischer (1996; 2002), no sentido de compreender como opera a mídia na produção do saber.

[...] descrevo o dispositivo pedagógico da mídia como um aparato discursivo (já que nele se produzem saberes, discursos) e ao mesmo tempo não discursivo (uma vez que está em jogo nesse aparato uma complexa trama de práticas, de produzir, veicular e consumir TV, rádio, revistas, jornais, numa determinada sociedade e num certo cenário social e político), a par-

tir do qual haveria uma incitação ao discurso sobre “si mesmo”, à revelação permanente de si; tais práticas vêm acompanhadas de uma produção e veiculação de saberes sobre os próprios sujeitos e seus modos confessados e aprendidos de ser e estar na cultura em que vivem. (FISCHER, 2002, p.6).

Fischer (2002), ao tratar a mídia como um dispositivo pedagógico lhe atribui a função de operadora da cultura. Nessa concepção, a mídia é vista como interveniente no modo de ser e de viver na sociedade. O que significa dizer que os saberes veiculados pela mídia são oriundos da cultura e, ao mesmo tempo, produzem cultura.

Nessa perspectiva, amparada em Foucault, a autora, concebe a mídia como um aparato discursivo e, ao mesmo tempo, não discursivo, englobando todos os meios de comunicação nessa definição.

Pode-se dizer que a produção da matéria jornalística possui saberes circunscritos no tempo e no espaço e evidenciam as relações de poder na sociedade. Envolto nesse jogo do poder, o jornal veicula discursos que circulam na coletividade, tais discursos possuem papel explicativo de um determinado tema ou realidade e produzem interferência no modo de pensar o assunto.

O uso do jornal, representante da mídia neste trabalho, um impresso e outro *on line*, como fonte de coleta de dados, demanda cuidado metodológico. Lapuente (2015), ao considerar o jornal como fonte de pesquisa, observa que [...] um periódico está envolvido em jogos de interesses [...] os interesses podem advir de pressões internas e externas diversas, dentre essas, econômicas, políticas, e, inclusive do público alvo. (LAPUENTE, 2015, p. 6).

Esse reconhecimento por Lapuente (2015) que o jornal está inserido em jogos de interesse demarcam que o discurso midiático não é imparcial. Nele podem ser encontrados sentidos e vieses de diferentes naturezas política e ideológica ou apenas de uma. O que significa dizer que no texto midiático encontramos versões acerca do que foi veiculado como informação.

O que é dito na mídia inscreve-se nas verdades produzidas. Essa verdade pode ter um efeito da única explicação possível para os casos noticiados. Entretanto, não se pode saber antecipadamente o efeito no imaginário coletivo, isso vai depender do efeito do discurso.

Diante disso, os ditos nas matérias jornalísticas vão conformando verdades. Tais referências são denominadas por Foucault como regimes de verdade:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política

geral' de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2004, p. 10).

A materialidade do discurso no processo de comunicação configura-se, de acordo com Foucault (2004), como um poder. Mas, esse poder está submerso no funcionamento do discurso. O discurso só funciona como verdadeiro se encontrar eco no imaginário do sujeito, ou seja, vai fazer sentido para aqueles que no discurso midiático encontram “seus modos confessados e aprendidos de ser e estar na cultura em que vivem.” (FISCHER, 2002, p.6).

Não se pode negar que é uma ‘trama de práticas’ [...] “de produzir, veicular e consumir TV, rádio, revistas, jornais, numa determinada sociedade e num certo cenário social e político”. (FISCHER, 2002, p. 6). Isso envolve um saber, o domínio de uma área de conhecimento.

Daí se depreende que, os textos, as imagens, o modo como são organizados e apresentados contribuem para produzir verdades que possam ser comercializadas, ou seja, a informação é transformada em produto.

Acerca disso, pode-se dizer que o modo como as pautas são abordadas pela mídia, indica a direção política da utilização dessa ‘trama de práticas’. A espetacularização é um tipo de recurso que continuamente tem sido utilizado pelos diversos meios de comunicação. A questão da violência é uma dessas pautas que é transformada em produto midiático a partir dessa abordagem.

Correia (2016), ao abordar a violência no jornalismo, trata sobre como ela é exercida pelo jornalista, em duas situações: pelo modo sensacionalista utilizado na produção das notícias, sobretudo do cenário criminalista, e pela falta de ética profissional. Para o autor [...] É preciso ter ética ao tratar de assuntos tão dramáticos e pessoais de pessoas. É preciso ter senso de humanidade ao expor coisas tão pessoais de pessoas. (CORREIA, 2016, p. 149).

A mídia se insere no rol das autoridades a influenciar o pensar e o agir socialmente conforme é exposto por Foucault (2004), a mídia possui, “o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”. (FOUCAULT, 2004, p. 10).

O discurso midiático é de grande alcance e, além de influenciar a opinião pública, serve, inclusive, como reforço argumentativo nos tribunais. Para Correia (2016, p. 144), [...] A mídia, que está ligada diretamente ao jornalismo, também influencia

inclusive nos julgados do Tribunal do Júri, local onde são decididos os casos de crimes contra a vida.

Assim, o discurso midiático sobre as mortes violenta de mulheres em jornais do Amazonas permitirá uma maior aproximação com as verdades que permeiam a cultura amazonense. Neste trabalho, a leitura das matérias permitirá dar destaque para quais efeitos de sentidos são percebidos a partir desse referencial. Desse modo, pode-se dizer que, a função do discurso é produzir um efeito, tal efeito é a força discursiva nos sujeitos.

Posto isso, remete-se a questão de quais verdades estão sendo veiculadas sobre a morte violenta de mulheres nos jornais amazonenses? Partindo da ideia de saberes, as verdades possivelmente nas matérias jornalísticas de morte violenta de mulheres são construções sociais que girem em torno da prática social e histórica sobre a vida e a morte de mulheres.

O DISCURSO NAS MATÉRIAS JORNALÍSTICAS SOBRE VIOLÊNCIA LETAL DE MULHERES

A violência letal é continuamente utilizada nos diferentes meios de comunicação. Observa-se que essas matérias jornalísticas trazem um discurso com conotação histórico-espacial, disseminam saberes, possibilitando outros discursos.

No levantamento realizado, as informações foram organizadas pela tipificação da violência letal, considerando a relação parental ou familiar do suposto (a) autor (a) e vítima, faixa etária e gênero. Foram encontradas vinte e nove matérias de morte de mulheres, de diferentes faixas etárias publicadas no período de 2010 a 2015.

Dos vinte e nove casos de violência letal noticiados, doze foram praticados pelos supostos autores que as vítimas tiveram ou tinham uma relação íntima; nove casos foram de vítimas cujo suposto(a) agressor (a) são os pais e ou padrastos e/ou madrastas; cinco casos foram de mães assassinadas pelos filhos (as); e três são vítimas fatais de netos, sobrinhos e primos.

Optou-se por apresentar um caso de cada situação encontrada considerando a faixa etária da vítima e relação parental e/ou familiar do suposto (a) autor (a) com a vítima.

VÍTIMAS QUE TINHA UMA RELAÇÃO ÍNTIMA COM O SUPOSTO AUTOR

A matéria de Silva (2011) noticiou o caso de uma mulher de 27 anos, estrangulada em sua residência na sede do município de Manacapuru/Am, tendo como sus-

peito seu ex-companheiro. “Crime passionai, Morte violenta. Grávida é asfixiada na frente dos filhos” (SILVA, 15 de março de 2011, p. C8). No título da matéria há os primeiros elementos discursivos que denunciam a motivação e o tipo de homicídio.

Percebe-se na matéria a indicação de uma hipótese de o crime ser definido por “passional”. Supostamente, por estar baseado na relação íntima que existia entre vítima e acusado. No mesmo plano da expressão ‘passional’ tem-se a de ‘morte violenta’. Nota-se dessa forma que há um reforço linguístico de qualificar o homicídio para além do passional, com a inserção da expressão ‘morte violenta’. Esse esforço também é percebido no subtítulo: [...] “Grávida é asfixiada na frente dos filhos”. (SILVA, 15 de março de 2011, p. C8).

Para situar o contexto em que o discurso se inscreve lembra-se que o reconhecimento do feminicídio como o dispositivo legal para qualificar morte violenta de mulheres por razão de gênero ocorreu a partir de 2015 com a promulgação da Lei. Entretanto, já havia a Lei 11.340/2006 (Maria da Penha). O referido crime ocorreu em 2011. À época os argumentos de defesa para maridos e ou companheiros que assassinavam suas esposas e ou companheiras, em geral, era a de crime ‘passional’. Nesse tipo de enquadramento desconsiderava-se a desigualdade de gênero como motivação.

Entretanto, informações adicionais no subtítulo da matéria jornalística nos dão um tom acentuado à gravidade do crime, de certo modo instigando sentimentos pela condenação do suposto autor com uma severa punição, mobilizando saberes relativos ao campo jurídico. Mas não abandona a maneira sensacionalista para expor a crueldade envolta no ato praticado.

O que se capta nessa trama discursiva do jornal que o discurso apresenta um esforço em situar uma posição de crime passional. Mas com ambiguidades. Ao apresentar a hipótese de crime passional procura relativizar a violência evidenciada no *modus operandi* do homicídio. Nessa hipótese o acusado também é considerado uma vítima de suas paixões, de seus impulsos. Por outro lado, o discurso é atravessado por marcas linguísticas de não aceitação dessa explicação pelos detalhes apresentados sobre o crime. Pode-se dizer que o detalhamento do crime põe em xeque a posição de passionalidade do suspeito.

A matéria expõe a relação do casal com presença de violência. Ao expor essa questão acrescenta ao leitor indícios de que potencialmente o homicídio poderia ocorrer: um casal que mantinham “[...] uma relação marcada por agressões e ameaças[...]” (SILVA, 15 de março de 2011, p. C8), o autor lembra da possibilidade de um ou outro dar fim a essa relação violenta, supostamente, eram as mesmas, relativizando o discurso de culpabilidade do suposto autor.

O fato da vítima ser uma mulher não é cogitado e nem mencionado no texto da notícia. O ser mulher é invisibilizado. O que aparece na descrição do crime é sua capacidade reprodutiva: “grávida”, por ser mãe: “na frente dos filhos” ou por estar numa relação íntima com alguém.

O discurso midiático mantém-se numa posição de situar o leitor para a ocorrência do crime, atrelada às construções sociais do feminino, reproduzindo episódios da vida conjugal que houve entre vítima e suposto autor, tendendo a justificar a motivação da hipótese de crime passionais. Isso confirmam construções políticas-ideológicas de ser mulher nesta sociedade e também valoriza questões que agregam elementos ao ato praticado para situá-lo para além de um simples homicídio, como um reforço à punição do suposto autor.

VÍTIMA QUE OS SUPOSTOS AUTORES FORAM O PADRASTO E A MÃE

Uma menina, de 8 anos de idade, com sinais de violência física e sexual, após ser levada para o pronto socorro não resistiu e morreu, os suspeitos do crime são os pais. A reportagem de Queiroz (25 de set/ 2010) expõe no título da matéria “Morte de criança. Padrasto e mãe presos”.

A organização das informações dessa maneira não é aleatória, a jornalista, no título da reportagem, pontua as informações para chamar atenção para o fato de ser uma “criança”. Ao utilizar esse enunciado: “Morte de criança”, observa-se que recurso sensacionalista foi acionado pela “trama da prática jornalística”, transformando a morte de uma criança em produto comercializável.

Observa-se a referência à condição etária da vítima, uma criança. Em seguida, o destaque da prisão do padrasto e da mãe, uma lembrança da relação de parentesco. Além da sanção sofrida pelos pais que foram “presos”.

Além de citar que foram “presos” foi utilizada a imagem do padrasto algemado, um recurso intencional para evidenciar que as regras disciplinares da sociedade estavam sendo cumpridas em face a violência e os maus tratos praticados por esses pais, supostos autores dos homicídios.

A informação secundária acrescida no subtítulo da matéria são os nomes completos dos supostos autores e da vítima, indicando a possível causa da morte [...] “sintomas são de espancamento.” (QUEIROZ, 25 de set/ 2010, p. C8). Ao citar o nome da criança, o jornal, desrespeita um direito da criança vitimada ao identificá-la.

Está posto no Estatuto da Criança e Adolescente - ECA: “O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do ado-

lescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.” (BRASIL. Lei nº 8.069/1990, Art. 17.). Entretanto, para a menina, vítima de homicídio, que o jornal pautou, o ECA foi apenas ‘letra morta’. Ela não foi reconhecida como um sujeito de direitos. Em sua vida e em sua morte foi tratada como um objeto.

Além disso, o texto apresenta marcas de deslizamentos éticos que ferem o respeito e os direitos da criança que foi a vítima fatal. A vítima de homicídio em questão é aparentemente tratada de modo neutro. Entretanto, no corpo da matéria há uma exposição manipuladora da sua condição etária, da sua identidade quando expõe seu nome, o fato de possuir uma deficiência e as violências sofridas.

Percebe-se nesse discurso midiático uma prática reiterativa do senso comum, indicando um discurso que se pauta na pseudo noção de que está apenas informando, mas que desta forma está banalizando a violência por ser estratégico para a comercialização do seu produto no mercado.

VÍTIMA QUE SUPOSTAMENTE TEVE COMO AUTOR DA VIOLÊNCIA LETAL UM FILHO

“Filho mata a mãe e tenta queimar o corpo por causa de R\$ 2 mil” (RDC, 22 set. 2010.) com esse título é noticiada a morte de uma mulher de 48 anos que foi supostamente assassinada pelo seu filho.

A partir do título percebe-se que está posto um discurso socialmente legitimado pela valorização da vida em oposição a sua banalização, em razão do suposto ato praticado pelo suspeito da morte violenta. Essa verdade é reforçada pelo jornal, quando é incluída a informação “por causa” de dois mil reais.

Há também nesse discurso jornalístico a exposição do vínculo familiar como algo desvalorizado pelo suspeito, em contraposição a valorização dos laços afetivos por parentes consanguíneos, um valor legitimado em nossa época.

Entretanto, ao considerar apenas o laço consanguíneo como fator de afetividade desconsidera a história da relação entre esses dois parentes. Gomide (2010) sinaliza que quando ocorre um parricídio os laços afetivos já haviam sido rompidos ao longo da relação familiar. Há a valorização da ideia dos supostos laços afetivos que deveriam envolver mãe e filho, marcados pela presença da violência, no caso aqui, a econômica, culminando na letal.

Chama atenção na matéria a descrição detalhada de como o crime foi praticado. Um retrato de uma violência brutal “[...]Ela foi atingida com três facadas, embaixo

dos seios, uma nas costas, pauladas na cabeça e teve parte do corpo queimado.” (RDC, 22 set. 2010). Nessa trama discursiva encontra-se uma denúncia produzida contra o suspeito. A mídia assume uma posição acusadora de forma ampliada na sociedade. Por sua vez, o acusado não tem assegurada a ampla defesa.

O jornal sentencia discursivamente o suposto autor quando expõe no título: “Filho mata.” (RDC, 22 set. 2010). Condena-o de modo inquestionável, reforçada pela expressão “mata”, atribuindo-lhe a autoria do crime, contrariando o conteúdo da matéria que indica a prisão “[...] por suspeita de ter assassinado [...]”. (RDC, 22 set. 2010). Esse modo de produzir notícia diz muito sobre a sociedade contemporânea. No entanto, na lógica do discurso midiático os ‘fatos’ são apenas narrados e, caberá aos leitores fazerem o julgamento.

A posição que transparece na matéria é pela imposição da culpabilidade ao suspeito. Por outro lado, esse discurso seria em favor da vítima, a qual passa a ser tratada no conteúdo da matéria repetidamente por ser a mãe do acusado. Apenas uma vez menciona seu ofício – costureira. Não há referência ao fato dela ser mulher. Denota-se o reforço linguístico na configuração da identidade da vítima por meio da expressão “[...] a própria mãe [...]”. (RDC, 22 set. 2010).

É evidente a intenção de reforçar no leitor o absurdo do rompimento do vínculo familiar pelo ato praticado pelo suspeito e a necessidade da intervenção de um poder disciplinador para o suspeito.

VÍTIMA QUE SUPOSTAMENTE TEVE COMO AUTOR DA VIOLÊNCIA LETAL SEUS FAMILIARES

Uma mulher, de 66 anos, foi esquartejada, em Manaus. Ela foi a manchete de um jornal, como: “Corpo da mala”. “Esquartejadores presos”. (QUEIROZ, 25 de set., 2013).

O jornal procura chamar atenção do leitor quando ele cria um certo ar de suspense no texto, quem será que está na mala? A vítima, passou a ser apenas um corpo que precisava ser descartado, essa ideia é reforçada pelo jornal quando intitula a matéria como “corpo da mala”.

A referência à vítima no jornal é feita pelo seu nome, pela relação de parentesco com os supostos autores e a sua idade. Sua condição de mulher e idosa não são lembradas.

A intencionalidade do enunciado é de despertar a curiosidade do leitor, apropriando-se da informação e moldando-a as suas necessidades comerciais.

A forma de denominar os suspeitos também provoca um deslocamento no olhar do leitor. Não mais percebê-los como pessoas, mas pelo seu ato. O ato de esquarterar a tia, passa a identificá-los. Dessa forma, o jornal põe em evidência os atos praticados pelos suspeitos e, dizendo na mesma frase, a sanção aplicada.

Em outro fragmento da matéria, a informação sobre o parentesco existente entre os suspeitos e a vítima é lembrado, ao mesmo tempo, é exposta a intervenção do Estado em relação aos diversos familiares: “Os quatro supostos autores eram irmãos, sobrinhos da vítima, e, também, foram indiciados pela polícia, a mãe e o padrasto.” (QUEIROZ, 25 de set., 2013).

Na matéria, a maior parte do texto é ocupado pela descrição da cena do crime, procurando enquadrar criminalmente o ato violento, reforçado pela versão de um policial. A voz da polícia se fez predominante na matéria. A crítica de um policial é colocada em destaque, ele atribui o ato a fragilidade do caráter, a ausência de valores básicos dos supostos autores a afinidades dos membros familiares com a criminalidade. (QUEIROZ, 25 de set., 2013).

Pode-se dizer que na matéria analisada o reforço do dispositivo da punição e do disciplinamento, transparece como intimidação a possíveis condutas violentas. Aliado a isso, nota-se que, o registro de como foi enquadrado legalmente o crime: “homicídio triplamente qualificado” (QUEIROZ, 25 de set., 2013) reforça ideia da forte punição e, muitas vezes, assim, os jornais evocam aos leitores a exigirem maior rigor penal em casos semelhantes.

No Brasil, já tem uma tendência a esse reforço pelo rigor penal. Desde 2015, há um projeto de lei tramitando no senado federal para alterar o Código Penal e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a fim de transformar o homicídio de pessoas idosas em crime hediondo, caracterizando como idosicídio.

Decerto que na matéria jornalística a vítima foi superficialmente identificada, mas a menção a sua faixa etária a coloca na condição de idosa, evidenciando maior vulnerabilidade. Nesse ponto, a comoção provocada pela matéria pode ter sido maior, estimulando a sociedade a demandar maior rigor na criminalização aos supostos autores. Entretanto, esse rigor não recai na mesma proporção por mecanismos de prevenção ou de maior proteção as possíveis novas vítimas na mesma condição etária ou de vulnerabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quais verdades foram veiculadas sobre a morte violenta de mulheres nos Jornais amazonenses? Retoma-se a pergunta que foi ponto de partida para o trabalho no intuito de evidenciar a prática discursiva nos jornais analisados.

Os resultados evidenciaram que, na produção de identidades femininas nas reportagens, há um reforço na configuração da imagem de ser mulher na sociedade a partir de sua função social, as quais foram aquelas restritas ao mundo privado, envolta nas atividades domésticas e atribuições familiares.

Nas reportagens que haviam mulheres adulta, o perfil recaiu sobre ser mãe e dona-de-casa, a imagem feminina mais de mãe do que mulher.

Na matéria que tinha a menina, o perfil dessa vítima foi trabalhado a partir de suas peculiaridades individuais. A menção de ser criança na matéria não foi de um reconhecimento dessa identidade social, a de um ser em desenvolvimento, entretanto, possui relação com a valorização desses sujeitos na sociedade vigente.

Desse modo, as reportagens portavam configurações a partir do contexto social que estavam inseridas e a (des)valorização destas pela sociedade enquanto sujeitos de direitos.

Percebeu-se, ainda, que há uma trama na produção das matérias sobre mortes violentas de mulheres, independente de faixa etária, para transformá-la em produto. As informações são selecionadas de tal modo que evidenciam elocuições, silêncios e ambiguidades.

De modo geral, o discurso, dos textos jornalísticos analisados, vai na direção do reforço da ideia da sociedade punitiva, reafirmando o dispositivo da punição e do disciplinamento, acionando o saber jurídico, como intimidação a possíveis condutas violentas.

As matérias analisadas não problematizam as mortes violentas de mulheres, entretanto, apresentam motivações que ficam restritas aos valores dos indivíduos, recaindo numa análise de comportamento individual da questão da violência.

Desse modo, os textos jornalísticos apresentaram uma prática discursiva impregnada do senso comum, filiada à reprodução de um discurso normativo de saberes, muitas vezes, contrapondo-se à dignidade do ser humano e, em geral, negligenciam as desigualdades de gênero tendendo a naturalizá-las na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a criação do Estatuto da criança e do adolescente. Brasília – DF. 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm > Acesso em: 23 de setembro de 2018.

CORREIA, Clifton Moraes. A violência e o jornalismo. In: PÔRTO JR., Gilson; AN-JOS, Ana Carolina Costa dos(Orgs.) **Discurso midiático: poder, violência e cultura**. [recurso eletrônico]Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016.199 p.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) **TV Educação e Pesquisa**, vol. 28, núm. 1, janeiro-junho, 2002, pp. 151-162 Universidade de São Paulo São Paulo, Brasil.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. **Introdução e revisão técnica de Roberto Machado**. Rio de Janeiro. Graal. 2004.

GOMIDE, P. I. C. (2010). Abuso, negligência e parricídio: Um estudo de caso. **Temas em Psicologia**,18(1), 219-230.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. **Anais do 10º Encontro Nacional de História da Mídia**. Associação Brasileira de Pesquisadores da História da Mídia. UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 3 a 5 de junho de 2015. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10oencontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-como-fonte-de-pesquisadelineamentos-metodologicos/view>> Acesso em 08 set. 2018

QUEIROZ, Joana. “Caso da mala. Esquartejadores presos em Manaus”. **A Crítica** (Rede Calderaro de Comunicação), Manaus, 23 de setembro de 2013.

QUEIROZ, Joana. Padrasto e mãe presos. Crime monstruoso. **A crítica** (Rede Calderaro de Comunicação), Manaus. 25 de Set. Cadernos Cidade, p. C8. 2010.

SILVA, Adauto. “Crime passional, Morte violenta. Grávida é asfixiada na frente dos filhos”. **A crítica** (Rede Calderaro de Comunicação), Manaus. 15 março de. 2011. p. C8.

REDE DIÁRIO DE COMUNICAÇÃO. “Filho mata a mãe e tenta queimar o corpo por causa de R\$2mil”. **RDC**, 22 set. 2010. Disponível em: <<http://new.d24am.com/noticias/amazonas/filho-mata-tenta-queimar-corpo-cau-2/7718> > Acesso em: jun. 2017.

ARTIGO

O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MANAUS/AM: UMA APROXIMAÇÃO***

INTRODUÇÃO

Este estudo teve como um dos objetos principais o estudo da violência doméstica, em consequência o estudo da Lei 11.340/2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha. Desde sua criação, a referida lei foi uma importante ferramenta no combate à violência contra a mulher, uma vez que até então eram poucos os casos de violência doméstica punidos.

Destaca-se que em decorrência da lei criou-se uma estrutura no sistema de segurança pública e de justiça para viabilizar o cumprimento da lei, incluindo a criação de delegacias especializadas em crimes contra a mulher. Tal criação se faz necessária, frente aos registros de violência contra a mulher no país, tal como aponta o Anuário de Segurança Pública de 2016, que apresentou o aumento de 129% de registro de violências contra as mulheres no Brasil em relação ao ano anterior. O documento Diretrizes Nacionais publicado em 2016 pela ONU Mulheres/Brasil, referente a taxa de feminicídio aponta que naquele ano o país ocupava o 5º lugar no mundo. Já em 2015 o Mapa da Violência de 2015 mostrava tínhamos uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, ocupando a 5ª posição em um grupo de 85 países, ficando explícita a gravidade do problema da violência contra a mulher no país.

Este quadro levou-nos a questionar quais as razões da manutenção deste tipo de violência na sociedade, diante do avanço do reconhecimento e do espaço ocupado pelas mulheres em diversos setores da sociedade e refletir sobre o alcance das medidas de enfrentamento a este problema é o que nos remeteu à realização deste estudo.

* Discente, Direito UEA. Matrícula: 1613020088, email: lga.dir16@uea.edu.br

** Professora/Orientadora, UEA. E-mail: izaura27@gmail.com

*** Pesquisa Desenvolvida no Programa de Iniciação Científica da UEA, de agosto de 2017 a julho de 2018, com o título “O enfrentamento à violência contra a mulher e o feminicídio a partir da atuação da Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher (DECCM)” fomentada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas – Fapeam.

Tivemos como objetivo geral compreender a atuação da Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher (DECCM), sua criação, atuação e analisar sua contribuição na prevenção de feminicídios. Os meios utilizados para o alcance dos objetivos foram: primeiramente entender o conceito de violência e as formas de manifestação da violência contra a mulher; estudar o arcabouço legal que envolve o combate à violência contra a mulher, em nível internacional e nacional; identificar a estrutura política nas áreas de segurança pública e justiça no Amazonas para o cumprimento da referida legislação; entender a instalação, o funcionamento e os desafios da Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher (DECCM), sobretudo no que se refere à prevenção ao feminicídio.

Por fim, quanto aos procedimentos metodológicos, esse estudo tratou de uma pesquisa qualitativa pois, na medida que lidamos com pessoas, e suas relações, conforme Godoy (1995) ao afirmar que para entender a atuação de um órgão ou instituição implica em entender como as pessoas neles se relacionam.

DEBATE DE GÊNERO - DOS DEBATES ÀS LEGISLAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Iniciamos pelo debate de gênero, devido a sua complexidade, entender seu conceito é o ponto de partida para compreender a posição firmada entre homem e mulher. A questão familiar se faz essencial nesta discussão, visto que é na família que a violência doméstica era vista como normal, onde em regra um pai bater na esposa mesmo que não aceito, tal ato era naturalizado entre as pessoas ao redor, pois é fato, violência doméstica sempre existiu.

Neste cenário o patriarcado tem papel fundamental pois conforme Rodrigues (2016), a ideia de que mulher deveria estar em posição inferior e submissa ao homem, deixou consequências sociais que ainda hoje são perceptíveis, tanto no meio profissional, econômico e acadêmico e até jurídico. Percebemos que essas situações sempre beneficiam a figura masculina, fato perceptível no ambiente familiar, logo o estudo da instituição familiar também se faz necessária diante da problemática da violência doméstica contra a mulher.

Ademais devemos enfatizar ainda que “gênero” não se limita a sexo, ora masculino, ora feminino, pois se fosse assim, seria um tratamento dado somente à questão biológica, devido a isso a ideia de gênero vai além, como traz Teles (2012) “aborda diferenças socioculturais existentes entre os sexos masculinos e femininos, que se

traduzem em desigualdades econômicas e políticas, colocando as mulheres em posição inferior à dos homens”. (TELES, 2012, p. 16).

Portanto, é preciso partir do entendimento conceitual, para entender seus reflexos na sociedade, uma vez que ele está ligado diretamente com a questão da submissão feminina, de tal forma o conceito de gênero e a violência de gênero oriunda disso, se faz importante na medida em que são elementos diretamente ligados à questões que culminaram na violência contra a mulher. Notável é o fato que quem sai perdendo em todas as situações é a mulher, ou quem se assume como sendo do gênero feminino, logo a violência contra a mulher é fruto de um processo resultante da influência do patriarcado e da dominação masculina, ambos presentes nas famílias, que depois foram exteriorizadas para o meio social.

Após a abordagem de tais conceitos partimos para o enfoque deste tópico, as legislações referentes ao combate à violência contra as mulheres.

Começando pelas normas em nível internacional, Rodrigues (2016) apresenta alguns marcos referente a conquista de direitos das mulheres, temos: A Carta das Nações Unidas (1945)¹; A Declaração Universal dos Direitos Humanos²; A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) (1979); A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (1994); A IV Conferência Mundial sobre a Mulher³; Referentes à legislação em nível internacional, obtida no site Compromisso e Atitude, temos: Ley Orgánica de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género (Espanha, 2004); Ley n. 20.066, de Violencia Intrafamiliar (Chile, 2005); Lei n° 20.480 (Chile, 2010); Lei n° 8.589, (Costa Rica, 2007); Lei n° 520 (El Salvador, 2010)⁴; Decreto 22-2008 (Guatemala,); Lei n° 779 (Nicarágua, 2012); Lei n° 550 (República Dominicana, 2014); Lei n° 29.819 (Perú 2011); Lei 82 (Panamá 2013).

Em se tratando de legislação em nível nacional, temos a Constituição Federal de 1988, onde no art. 226, parágrafo 8º, dispõe que o Estado criará mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares, dando margens de interpretação para a proteção da mulher.

No mesmo sentido Kunzler (2015) cita algumas legislações que antecederam a Lei Maria da Penha referentes à assistência as mulheres, pois como a autora mesmo afirma, até o ano de 2004 a violência doméstica não tinha previsão legal no país,

¹ Referente a proteção dos direitos humanos e o respeito para todos sem distinção de sexos, cor ou credo;

² Adotada e proclamada pela Resolução n° 217A (III), da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10/12/1948;

³ Assegurou a efetivação de políticas públicas para as mulheres;

⁴ Vigente a partir de 1º de janeiro de 2012;

temos: decreto Legislativo nº 26 de 23/6/1994⁵; Lei 8.930/94 1994⁶; Decreto Legislativo 107/95⁷; Lei 9.029/95⁸; Lei 9.046/95⁹; Lei Lei 9.520/97¹⁰; Lei 9.455/97, tipificando a violência psicológica entre outros.

Ainda sobre legislações nacionais, de acordo com o site do governo Compromisso e Atitude da Secretaria Nacional de Política para as Mulheres, temos: Lei Orgânica da Defensoria Pública¹¹; Lei nº 10.778/2003¹²; Lei nº 11.340/2006¹³; Lei nº 12.015/2009¹⁴; Decreto nº 7.393/2010¹⁵; Lei nº 12.845/2013¹⁶; Decreto nº 7.958/2013¹⁷; Resolução nº 1/2014¹⁸ e a Lei nº 13.505/2017, acrescentando o dispositivos à Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino;

Primeiramente destacamos a lei 11.340/2006 mais conhecida como lei Maria da Penha. Carvalho (2018) menciona as transformações jurídicas que asseguram a proteção à mulher, apresentando em seguida a história por traz da Lei 11.340/2006, da biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, vítima duas vezes de tentativa de homicídio, o autor, seu próprio marido o economista Marco Antônio Herradia, Carvalho (2018) narra processo que culminou na Lei, da omissão do estado brasileiro até o ponto que o caso precisou ser levado para a Corte Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Quanto às novidades trazidas pela Lei Maria da Penha, segundo Kunzler (2015): a criação de juizados; a possibilidade investigativa da polícia; a vítima estar acom-

⁵ Retirou as reservas à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher;

⁶ Incluiu o estupro entre os crimes hediondos, considerados inafiançáveis;

⁷ Aprovou o texto da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres;

⁸ Passou a considerar crime a exigência de atestado de esterilização e de teste de gravidez para efeitos de admissão ou permanência em emprego;

⁹ Determinou que os estabelecimentos penais destinados às mulheres fossem dotados de berçários, onde as condenadas pudessem amamentar seus filhos, conforme já garantido pela Constituição;

¹⁰ Revogou dispositivos processuais penais que impediam que a mulher casada exercesse o direito de queixa criminal sem o consentimento do marido;

¹¹ Lei Complementar nº 80, de 12/01/1994;

¹² Lei da Notificação Compulsória dos casos de violência contra a mulher que forem atendidos em serviço de saúde pública ou privada;

¹³ Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;

¹⁴ Dispõe sobre os crimes contra a dignidade sexual;

¹⁵ Dispõe sobre o funcionamento do Ligue 180;

¹⁶ Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual;

¹⁷ Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde;

¹⁸ Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher do Congresso Nacional

panhada de um advogado e acesso a serviços da defensoria e assistência judiciária gratuita; a notificação não mais realizada pela vítima, pois até então, era a própria vítima quem realizava a notificação.

Mas tal lei, apesar de ser uma norma que é apontada por muitos autores como uma ferramenta para coibir a violência contra mulheres, ainda não foi suficiente, pois mesmo com uma lei que busca coibir a violência, um problema social, o número de caso de violência doméstica e o número de morte de mulheres, não deixou de ser um dado preocupante.

Então, como importante aliada dessa luta, em 9 de Março de 2015 é decretada e sancionada pela Presidenta da República a Lei 13.340/2015, conhecida como Lei do Feminicídio, de igual forma será destacada da demais legislações neste estudo

Quanto a origem de tal termo “feminicídio”, Rodrigues (2016) atribui isso a Diana Russel em 1976 no Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres realizado em Bruxelas, a autora menciona que tal termo foi usado para caracterizar o assassinato de mulheres por homens.

Na conceituação, Carvalho (2018) afirma que a lei do feminicídio foi importante para uma mudança no cenário social, político e jurídico, possibilitando ferramentas para o combate e prevenção desse tipo de homicídio.

Assim Rodrigues (2016) destaca a relevância da tipificação da lei:

Ao tipificar o feminicídio no Código Penal brasileiro, consagrou o legislador não somente a ideia necessária de proteção, mas também reconheceu que a violência de gênero é uma realidade emergencial, sob a qual o Estado Democrático de Direito não pode se omitir, principalmente pela necessidade de proteção das garantias fundamentais e da concretização dos direitos humanos. (RODRIGUES, 2016, p. 71)

Sobre a Lei do Feminicídio Eluf (2017) menciona a alteração na Lei 8.072/1990 (Lei dos crimes Hediondos), que diz respeito a inclusão no rol dos crimes punidos com maior rigor penal. A autora aborda um problema, pois apesar da Lei ser de fácil entendimento, quando falamos de feminicídio, rapidamente concluímos que se trata da morte de uma mulher.

Ora, se fosse assim não seria preciso criar uma lei específica, o diferencial nesta lei é que ela usa o termo “razões de condição do sexo feminino”, sendo uma das situações narradas, a violência doméstica e familiar, além do menosprezo à condição de mulher ou discriminação à mulher.

Segundo Rubim (2017) a Lei 13.104/2015 qualifica o crime de feminicídio alterando o Código Penal Brasileiro em seu artigo 121, § 2º, IV passando a ter uma nova

qualificadora: o feminicídio, ou seja, a morte dolosa de uma mulher em decorrência a questão de gênero, devido a menosprezo ou discriminação à condição de mulher, ou da violência doméstica e familiar.

A referida lei contribui para a qualificação de um crime uma das questões apontadas por Cunha (2014), lá vimos que até então, um dos problemas encontrados por ela se referia justamente a falta de qualificação ou mesmo ocultação da violência em razão de gênero em casos de violência doméstica e familiar, onde os casos de violência doméstica contra a mulher eram tipificados como crime de lesão corporal leve.

A POLÍTICA NACIONAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E SEUS REFLEXOS NA SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS

Para fins de esclarecimento, deve-se mencionar que quando se busca dados sobre a estrutura política referente ao combate à violência contra a mulher ou à condição de mulher, por ser de responsabilidade do Estado criar tais políticas, na sua grande maioria, são encontrados documentos governamentais que tratam sobre tal questão.

Pois bem, acreditamos ser necessária uma breve apresentação a respeito da Segurança Pública para dar início a nossa discussão. Carvalho (2009) menciona a importância da segurança pública como exercício de cidadania em um país democrático como o nosso, logo depende tanto da participação do estado, como da sociedade. No mesmo sentido Oliveira (2016) conceitua políticas públicas “como demandas sociais de interesse da coletividade implementadas por meio de projetos e ações do governo votadas para setores específicos” (OLIVEIRA, 2016, p. 35). Quanto as mudanças que ocorreram com as primeiras políticas públicas, Alvez (2008) faz menção principalmente a movimentos feministas contra as estruturas estatais e sociais autoritárias:

Por meio de reivindicações provenientes da atuação do movimento feminista, onde conseguiu chamar atenção das autoridades para tal problema, com isso surgiram as primeiras Políticas Públicas de combate à violência contra a mulher. E as primeiras conquistas foram instituídas, sobretudo, nas áreas ligadas a segurança e justiça. Além disso, as Políticas Públicas de combate à violência contra a mulher eram praticamente inexistentes. (Apud OLIVEIRA, 2016, p. 36)

Oriundo desse sistema de segurança público, Nascimento (2017) ressalta a importância da criação da SPM/PR¹⁹, e suas decorrentes políticas específicas ao atendimento às mulheres que se efetivaram desde então, a SEP²⁰, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher entre outros, formando a Rede de Atendimento integrada à Rede de Enfrentamento.

Conforme o documento da SPM/PR (2011) a Rede de Enfrentamento envolve a atuação de instituições e serviços governamentais e não-governamentais, que buscam fiscalizar e executar as políticas que amparam as mulheres, dividida em quatro áreas: saúde, justiça, segurança e assistência social, enquanto a Rede de Atendimento estaria mais ligada a ações que visam a ampliação e melhoria da qualidade de atendimento, portanto a Rede de Atendimento faz parte da Rede de Enfrentamento à violência contra mulheres.

No Amazonas, de acordo com Nascimento (2017), coube a SEAS²¹, coordenar, executar, acompanhar e avaliar a efetiva aplicação das políticas para as mulheres.

Quanto às ações de medidas protetivas às mulheres oriundo da Lei Maria da Penha na cidade de Manaus, Santos (2016), menciona: o Serviço de Apoio Emergencial a Mulher; Centro Estadual de Referência e Apoio a Mulher; Serviço de atendimento a Vítimas de Violência Sexual; Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; Vara Especializada em crimes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Maria da Penha); Núcleo de Atendimento Especializado a Mulher Vítima de violência da defensoria Pública do estado do Amazonas; Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Núcleo de Promoção dos Direitos da Mulher.

Da Rede de Atendimento destacamos um dos objetos do nosso estudo, a Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher, quanto a denominação da delegacia, segundo Debert e Oliveira (2012), a delegacia da mulher possui diversas denominações: Delegacia de Defesa da Mulher, Delegacia para a Mulher e Delegacia Especializada no atendimento à Mulher.

Em nível nacional, a primeira Delegacia Defesa da Mulher no Brasil foi criada em São Paulo, segundo Souza (2013) pelo Decreto n.º. 23.769 em 06/08/1985 na cidade de São Paulo, já em Manaus, a primeira delegacia da mulher, conforme Cunha (2014) foi criada em 1987 pelo decreto estadual n.º 10.347 de 07/07/1987. Percebamos que até então, a delegacia da mulher havia sido criada, mas não tinha uma padronização, sobre tal lacuna a autora menciona que nenhuma lei foi criada para regular a

¹⁹ Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;

²⁰ Secretaria Executiva de Políticas para Mulheres Secretaria Executiva de Políticas para Mulheres;

²¹ Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania;

delegacia, devido a essa falta de padronização, a delegacia exercia um papel muito mais social, fato que muda com a Lei 11.340/2006. Sobre tal problema e a posterior solução com a lei, Oliveira (2016) destaca as atribuições que a delegacia passou a exercer, além dos atendimentos, o pedido de Medidas Protetiva de Urgência, de exame de corpo de delito, transporte para a vítima, acompanhamento da vítima até um abrigo se necessário, bem como informar os direitos que a mulher vítima de violência possui, pois não é difícil deduzir que é somente após o contato com esse tipo de órgão especializado que a mulher passa a ter ciência dos seus direitos.

As atribuições da delegacia da Mulher foram definidas, primeiro com a Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres e fundamentalmente com a Lei Maria da Penha, ambas de 2006, assim além de outras atribuições relevantes, a lei veio para definir as atribuições de uma Delegacia da Mulher, já que as delegacias foram criadas muito antes de Lei Maria da Penha.

Sobre o funcionamento interno da Delegacia, se dava em dois momentos, o registro da ocorrência e a audiência de conciliação, e seu trabalho Cunha (2014) relata que o processo tem início na formalização do registro de ocorrência na recepção da delegacia especializada, sendo a maioria das denúncias recebidas tipificadas como crime de grave ameaça (art. 147 CPB), crime de lesão corporal (art. 129 CPB) e contravenção vias de fato (art. 21 LCP). No período da sua pesquisa, Cunha (2014) nos informa no que se refere a recepção na delegacia era feita por vários profissionais: tais como policiais militares, estagiários de Direito ou Psicologia e agentes comunitário de segurança.

Na formalização do registro de ocorrência, a vítima narra o fato ocorrido para um investigador de polícia ou estagiário²², onde o ocorrido narrado pela vítima recebia a classificação no sistema, se classificado como lesão corporal, a vítima recebia três documentos, a saber: requisição do exame do corte de delito; protocolo com o número de registro; e a data da audiência com o agressor. Nesses casos de lesão corporal, a vítima era encaminhada ao IML²³ para fazer o exame de corpo de delito.

Na audiência, em um primeiro momento a vítima fazia o relato da agressão, posteriormente o agressor era questionado a respeito das suas motivações e repreendido. Se a audiência de conciliação resultasse em um acordo informal entre o casal, era gerado um Termo Circunstanciado de Ocorrência²⁴, ou era instaurado o Inquérito

²² Isso se dava pelo convênio entre a Secretaria de Segurança Pública do Amazonas e as faculdades de Direito existentes na cidade;

²³ Instituto Médico Legal;

²⁴ Procedimento adotado até agosto de 2006;

Policial e posteriormente era remetido à Corregedoria de Polícia Civil, ao Ministério Público Estadual e por última para à Vara Criminal.

No percurso dentro da delegacia, Cunha (2014) apresenta um problema, ela descreveu o processo de ocultação do crime de lesão corporal de natureza grave no percurso das denúncias do sistema policial, de acordo com ela, durante a análise dos documentos produzidos pelas DECCM, raros foram os casos onde a tipificação penal das denúncias foram classificadas como crime de Lesão Corporal Grave, sendo na grande maioria sendo classificado como via de fato. O crime de via de fato é classificado como crime de lesão corporal leve, que dispensa o exame pericial, necessário para a tipificação penal de crime de grave ameaça.

Um outro problema mencionado pela autora se referente às informações coletadas no registro²⁵ sendo poucas e a mercê da solicitação do policial em requerer mais informações sobre o caso.

Entre os arquivos consultados durante a pesquisa de Cunha (2014), temos a saber: Livros de Registros de ocorrências Policiais, Laudos dos Exames de Corpo de Delito, Livros de Inquéritos Policiais e relatórios Estatísticos enviados à Secretaria Estadual de Segurança Pública e ao Ministério da Justiça dos anos de 2004 e 2005.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FEMINICÍDIO NO AMAZONAS

DADOS SOBRE A TIPIFICAÇÃO DOS CRIMES

Diante desses estudos, a seguir nos propomos a apresentar dados relativos à violência contra a mulher e sobre o feminicídio tanto em nível internacional e nacional como dados locais, cabendo ressaltar que a falta de disponibilidade de tais dados oficiais por parte do governo é citada por alguns autores como um problema quando se buscar tais informações, sendo, tal pesquisa feita e divulgada geralmente por instituições não governamentais que estudam a violência contra a mulher. Diante disso, vale citar alguns dos principais entes que realizam a pesquisa, temos:

A começar, a nível internacional: Relatório sobre o Peso Mundial da Violência Armada²⁶ apontam que 66 mil mulheres morrem anualmente vítimas de homicídio doloso; o Relatório Acesso à Justiça para as Mulheres Vítimas de Violência nas Américas²⁷ destaca que na Argentina, entre 1999 a 2003, os crimes de violência contra

²⁵ Feito manualmente até 2002;

²⁶ Geneva Declaration Secretariat. The Burden of Armed Violence. Geneva, 2011;

²⁷ Acceso a la justicia em las Americas. Comision Interamericana de Derechos Humanos. Organización de los Estados Americanos. 2007, p. 141, Anexo C. Da Comissão Interamericana de Direitos Humanos;

mulheres representaram 78 a 83% de todos os delitos ocorridos no país, na Costa Rica, 58% das mulheres sofreu um incidente de violência física ou sexual depois de completarem 16 anos ou mais, nos Estados Unidos, em 2003, cerca de meio milhão de mulheres sofreram violência doméstica e aproximadamente 200 mil violações e agressões sexuais, na República Dominicana, 23,9% das mulheres afirmaram ter sofrido alguma violência desde os 15 anos de idade. Segundo o mesmo Relatório, o estado brasileiro informou não dispor de estatísticas sobre a quantidade de denúncias de violência contra mulheres que foram feitas no período solicitado pela Comissão;

Se tratando de pesquisas locais, temos o estudo da Fundação Perseu Abramo (2001) apontou que aproximadamente 20% das mulheres brasileira já foram vítimas de algum tipo de violência doméstica; o IPEA²⁸ apontou que em média 5.664 mortes de mulheres por violências a cada ano, 472 a cada mês, 15,52 a cada dia, tudo a cada 90 minutos, entre 2001 a 2011, estima-se que ocorreram mais de 50 mil feminicídios: ou seja, em média, 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 472 a cada mês, 15,52 a cada dia, ou uma morte a cada 1h 30 min ; Mapa da violência de (2012), a violência fatal atingiu mais de 50 mil mulheres entre 2000 e 2010, ano em que a taxa de mortes foi de 4,6 por 100 mil habitantes; Mapa da Violência (2015) :entre 1980 e 2013, 106.093 brasileiras foram vítimas de assassinato, e em 2013, foram 4.762 assassinatos de mulheres registrados no Brasil, aproximadamente 13 homicídios femininos diários.

De acordo com o estudo intitulado Violência e Assassinatos de Mulheres²⁹ revelou significativa preocupação com a violência doméstica: para 70% da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil; dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015) consta que o Brasil registrou 1 estupro a cada 11 minutos ; A Central de Atendimento a Mulher – Ligue 180, realizou 749.024 atendimentos em 2015.

A seguir serão apresentados dados locais mais recentes retirados do site *on-line* G1 Amazonas³⁰: dados da SSP-AM³¹ aponta que em 2016 Manaus teve 5.304 casos de violência doméstica, mais de 6.125 casos de violência doméstica contra mulher foram registrados em 2017; a SSP-AM em relatório ao Poder Judiciário, apontou 21.977 registros de mulheres vítimas de violência doméstica na área urbana de Manaus entre janeiro de 2017 e 20 de fevereiro de 2018; Entre janeiro de 2017 e 20 de fevereiro de 2018, a Cidade de Deus, na zona Norte, ficou em primeiro lugar em

²⁸ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - set. /2013;

²⁹ Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013;

³⁰ Site de grande circulação no Amazonas;

³¹ Secretaria de Segurança Pública-AM;

relação aos maiores índices nos índices com 2.091 vítimas de violência, seguida da Cidade Nova, com 1.434 registros; o bairro Jorge Teixeira, na zona Leste, figura em terceiro do ranking, com 1.180 casos de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar; o CNJ³² apontou que o Amazonas é o terceiro estado do Brasil com maior proporção de casos de feminicídio a cada grupo de 100 mil mulheres residentes no estado; o estudo intitulado Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha (2017), o Amazonas registrou entre 8 e 10 novos casos de feminicídio a cada 100 mil mulheres que residem no estado; o TJAM terminou 2017 com 522 processos de feminicídio pendentes, o número é 15,5% maior da quantidade de processos de feminicídio pendentes em 2016 (452 processos), outros 168 processos de feminicídios foram baixados (finalizados ou arquivados) e somente quatro sentenças desse tipo de crime foram proferidas no ano passado no estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos respondidas as indagações que nos propomos a pesquisar, tal como a criação da DECCM no Brasil, as motivações que levaram a sua criação, um exemplo o descaso do estado sobre violência contra a mulher, a participação de movimentos sociais e movimentos feministas na luta por políticas públicas relacionadas a direitos femininos; a forma que a que a primeira Delegacia da Mulher atuou, sendo em um primeiro momento para a defesa mulher, porém sem uma legislação que regulasse tal atribuição, sendo aos poucos definidas em norma, primeiro com a Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres, a primeira versão de 2006 e a atualizada de 2010, tendo a regulamentação específica em 2006 com a Lei Maria da Penha.

Nesse sentido fazendo parte dessas medidas preventivas do feminicídio, as políticas públicas criadas ao logo dos anos para a proteção da mulher, empregadas com participação da delegacia especializada, alcançamos o objetivo geral da nossa pesquisa, que era “Compreender a atuação da delegacia Especializada de Crimes contra Mulher (DECCM), sua criação, atuação e analisar sua contribuição na prevenção de feminicídio.”

Portanto, estudar o arcabouço legal que envolve o combate à violência contra a mulher, tanto em nível internacional como em nível nacional foi uma fase indispensável para entender o processo de conquistas normativas referentes a este tema,

³² Conselho Nacional de Justiça/ 2017;

onde somado ao estudo da estrutura política nas áreas de segurança pública e justiça no Amazonas foi um passo essencial para o cumprimento da referida legislação. Apesar desse avanço, a violência contra a mulher tem apresentado um número crescente, incluindo o feminicídio, o que revela que o aparato repressivo ainda está se aperfeiçoando e não tem sido suficiente para inibir as diversas formas de violência contra as mulheres, o que requer o aprofundamento da questão, no que concerne às condições concretas de atendimento atual, à sua estrutura, cuja análise não foi possível obter nesse estudo, em função de ter sido um estudo bibliográfico e documental.

REFERÊNCIAS

Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo. Ano 10. 2016. Disponível em: <https://documentos.mpssc.mp.br/portal/manager/resourcesDB.aspx?path=2229>. Acesso em: 23/03/18.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/ Presidência da República. **Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/lei-maria-da-penha/lei-maria-da-penha/norma-tecnica-de-padronizacao-das-deams-.pdf> . Acesso: 22/02/18.

BRASIL. **Decreto Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Presidência a República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm Acesso: 05/07/18

BRASIL. **Decreto Lei nº11.340, de 07 de agosto de 2006**. Lei de Combate a Violência Doméstica contra a Mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm . Acesso: 15/07/18

BRASIL. Secretaria de Política para as Mulheres/ Presidência da República. **Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília. 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres> Acesso em: 21/02/18.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório nº, de 2016**. Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. De Avaliação de Políticas Públicas Relacionadas às Medidas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/avaliacao-de-politicas-publicas-adotadas-pelo-poder-executivo-relacionadas-a-medidas-de-enfrentamento-a-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 15/12/17

CARVALHO, Ana Paula Ferreira. **A insustentável leveza da pena: viver/ morrer das mulheres nas relações familiares à luz das práticas jurídica do Estado do Amazonas.**- Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade no Amazonas)- Universidade Federal do Amazonas, Manaus- AM, 2018.

CAVALCANTI, et al. Violência Doméstica em Manaus: a face perversa da dominação masculina. **VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas.** 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/violenciadomesticaem-manausafaceperversadadominacaomasculina.pdf>. Acesso em: 13/07/2018.

CUNHA, Flávia Melo. **Marcas de um crime invisível/** Flávia Melo da Cunha. Manaus: Wega, 2014.

ELUF, Luíza Nagib. **A paixão no banco dos réus: casos passionais e feminicídio: de Pontes Vesgueiro a Mizael Bispo de Souza.** 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GODOY, Arllda Schimidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v, 35, p. 57-63, Mar./ Abr. 1995.

KUNZLER, Maria. **A violência Intrafamiliar contra a mulher: um olhar a partir da Lei Maria da Penha.** Monografia. Lajeado, 2015. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj054607.pdf>. Acesso: em 14/07/2018.

NASCIMENTO. D. S. Violência doméstica e familiar contra a mulher no município de Manaus: uma análise das políticas públicas voltadas para a mulher a partir do SAPEM. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017. ISSN 2179-510X. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499460009_ARQUIVO_VIOLENCIADOMESTICAEFAMILIARCONTRAAMULHERNOMUNICIPIO-DEMANAUSdoc.pdf. Acesso em: 07/04/18.

OLIVEIRA, C. A. **Ronda Maria da Penha: o papel do estado do Amazonas na redução da violência doméstica e familiar contra a mulher.** Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos). Manaus: Universidade do Estado Amazonas, 2016.

O poder judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha/ Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/10/ba9a-59b474f22bbdbf7cd4f7e3829aa6.pdf>. Acesso: 06/12/2017

ROCHA, Claudine Rodembusch Rocha; CARDOSO, Taís Prass. Políticas Públicas de Gênero e o Femicídio: uma análise sobre a (in)eficácia da lei criada para combater o assassinato de mulheres em razão de gênero. **XII Seminário Nacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na sociedade contemporânea**. 2016. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:G5PDPQI-jfgJ:https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/download/14594/3312+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 13/07/18.

RODRIGUES, Annelise Siqueira Costa. **Femicídio no Brasil: uma reflexão sobre o direito penal como instrumento de combate à violência de gênero**. Monografia Graduação em Direito da Universidade Federal Fluminense - UFF. Volta Redonda, 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/4840/1/ANNELISE%20SIQUEIRA%20COSTA%20RODRIGUES%20-%20FEMINIC%3%8DDIO%20N%20BRASIL.pdf>. Acesso em 17/07/18.

RUBIM, Goreth Campos. **O homicídio qualificado pelo feminicídio: estudos de caos na cidade de Manaus**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2017.

SANTOS, D.L. **As ambiguidades no conceito da violência: o caso das mulheres manauaras que buscam a Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Amazonas – UFAM- Manaus: 2016. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5156/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Danielle%20Santos.pdf>. Acesso em: 19/03/18.

SOUZA, D. C. M de. Delegacia Especializada em Crimes contra a mulher: uma análise do atendimento às mulheres em situação de violência no município de Parintins. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381429589_ARQUIVO_DielleCristinaMarquesdeSouza.pdf. Acesso: 21/02/18.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que é violência contra a Mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2012- (Coleção Primeiros Passos: 314).

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2015. **Homicídio de mulheres no Brasil**. 1º edição. Brasília-DF-2015. Disponível e: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 22/07/2017.

ARTIGO

O LUGAR DA FAMÍLIA E SUAS RELAÇÕES NO PERCURSO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E EM MANAUS***

INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva traçar um panorama do contexto histórico em que se deu a emergência da assistência social, inicialmente enquanto prática caritativa e filantrópica, até sua constituição enquanto instrumento político legal do Estado no trato com diferentes questões que afetam a população. Realizando um breve caminho em torno de deslocamentos políticos e econômicos empreendidos pelo Estado na expansão capitalista e na conseqüente reprodução da força de trabalho, sobretudo, na reformulação de suas funções políticas na intervenção da vida social e no que toca os interesses dos sistemas econômicos posto em disputa.

A partir desse caminho busca-se situar o lugar da família e suas relações no exercício e desenvolvimento das práticas socioassistenciais com finalidade a garantia de sua “proteção social”. Desse modo, refletindo este último conceito enquanto uma produção histórica e política de como o Estado a partir determinado momento passa a intensificar suas estratégias de governo da vida a partir de dispositivos como a família e as próprias políticas sociais, em particular a assistência.

Por fim, intenciona-se demonstrar como que na cidade de Manaus no contexto das transformações políticas, econômicas e sociais a assistência foi empreendida junto a segmentos da sociedade enquanto instrumento de higienização social e controle no bojo do projeto de urbanização, oriundo do desenvolvimento econômico nacional.

* Assistente Social, Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia/UFAM. E-mail: isac_guidao@hotmail.com

** Profª. Doutora do departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: lucilenefmelo@yahoo.com.br

*** Pesquisa em desenvolvimento com apoio da CAPES.

O PERCURSO DA PROTEÇÃO SOCIAL E A CONSTITUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

De acordo com Jaccoud (2009, p. 58) a ideia de um sistema de proteção social público nasce no século XIX, com a industrialização e a constatação de que o “pauperismo” vinham se ampliando à medida que se expandiam as relações de trabalho assalariado. Isso significa que com a industrialização e a urbanização das sociedades, “ampliou-se o risco das famílias de trabalhadores caírem na miséria em decorrência da impossibilidade de obter um salário no mercado de trabalho”.

Conforme enuncia Araújo (2010, p.99), a partir dessa dimensão empregada pela “proteção social” irá destacar como que a chamada “grande assistência”, instituição ligada ao papel da igreja, “evoluir-se-á para mecanismos mais racionais de prevenção, como por exemplo, a poupança individual e de caixas coletivas, de estratégias econômicas que visavam a segurança do corpo social”.

Considerando a amplitude que corresponde ao exercício desse tipo específico de racionalidade biopolítica, salienta-se como a Política de Assistência Social segundo Lockmann (2013, p. 42), tem a amplitude de “intervir sobre a vida da população, conduzindo suas condutas de determinadas formas, as políticas sociais, também gerenciam os riscos que algumas camadas da população podem produzir a si mesmas e aos outros”. Ainda de acordo com a autora,

[...] as políticas de assistência social, ao intervirem sobre a vida da população conduzindo suas condutas e exigindo que realizem determinadas ações, podem ser entendidas como estratégias biopolíticas que objetivam gerenciar os riscos produzidos pela fome, pela miséria, pelo desemprego, pela doença, pela deficiência, etc e garantir a seguridade da população (LOCKMANN, p. 43. 2013).

As conclusões ora apresentadas tomam a política de assistência social enquanto uma estratégia biopolítica no exercício de condução da vida das pessoas as quais estão envolvidas em sua política. Pontua-se um elemento importante que pode ser o eixo principal da relação entre a biopolítica e a política de assistência social. O primeiro são os chamados riscos sociais, os quais são produzidos por diferentes âmbitos da vida, como já mencionado. Todavia, cabe questionarmos quais seriam os meios e técnicas empregados pela política de assistencial social que a configura enquanto um instrumento biopolítico como sinalizara anteriormente.

Sob a constituição da assistência a partir de uma lógica de proteção social constituída em torno desses “riscos” Jaccoud (2009, p. 58), contribui na explicitação deste cenário ao elucidar que

Com a industrialização e a urbanização das sociedades modernas, ampliou-se o risco de as famílias de trabalhadores caírem na miséria em decorrência da impossibilidade de obter um salário no mercado de trabalho. As causas poderiam ser múltiplas – doenças, velhice, desemprego, morte – e passaram a ser chamadas de “risco social”. JACCOUD (2009, p. 58),

A partir desta compreensão a despeito do surgimento de um sistema de proteção social, temos aparentemente uma espécie de surgimento espontâneo desse sistema, embora haja discordância a partir de alguns autores, ao defenderem seu surgimento a partir de um processo intenso de luta dos trabalhadores, em contrapartida aos interesses e necessidades do sistema capitalista de expansão.

Mas como expôs a autora supracitada, o eixo central de razão à intervenção do Estado se deu em torno do “risco” de diversos fatores gerados e que poderiam vir a gerar na consolidação da sociedade capitalista. Esta gestão dos riscos que o Estado, a partir de sua nova configuração político-econômica, passará a se debruçar.

Por ser uma arte de governar que manipula fundamentalmente os interesses, o liberalismo (ou neoliberalismo) não poderia manipular tais interesses sem ser ao mesmo tempo gestor dos perigos e dos mecanismos de segurança/liberdade. Trata-se de um jogo segurança/liberdade que deve garantir que os indivíduos fiquem o menos possível exposto ao perigo (LINO & SIQUEIRA, 2015).

A proteção social, ainda de acordo com Jaccoud (2009) passará a ser organizada progressivamente, a partir do século XIX, nos países ocidentais, a qual passou a instituir não apenas benefícios e serviços públicos, mas os associou a um sistema de obrigações jurídicas e de cotizações obrigatórias que acabaram por dar origem a novos direitos na esfera pública: os direitos sociais.

É nesse sentido, que em decorrência das transformações ocorridas na sociedade capitalista e a comprovação da incapacidade do mercado administrar a “questão social” e a necessidade de sua manutenção que se constitui no século XX, um Estado regulador ou claramente intervencionista, chamado de Estado de Bem-Estar social ou Estado Social (PEREIRA, 2012, p.33).

Nesse sentido, salientam-se algumas características fundamentais desse Estado providência ou de Bem-Estar social, a partir da síntese apresentada por Schons (2003, p. 113),

a) vincula-se ao surgimento das sociedades industriais, deve oferecer um espaço favorável ao seu desenvolvimento; b) a instituição do Estado providência assinala uma data decisiva na história da assistência, em que a problemática da ajuda e socorro perde sua dimensão moral, pois só é reconstituída a que tem valor de direito; c) segundo Foucault, ele realiza o sonho da biopoder. Sua palavra de ordem é a prevenção. Ele acusa o Estado liberal a ser um mau gestor da vida. A noção de direito só se estende como direito à vida.

Na síntese apresentada pela autora, ela destaca três elementos essenciais na compreensão sobre como pode-se caracterizar o Estado providência ou Social, tais como o surgimento da sociedade industrial; a redefinição da assistência a uma outra razão discursiva e dimensão preventiva que se desenvolve de modo a assegurar a dimensão do direito enquanto dimensão central no novo contexto.

É nesta perspectiva que gostaria de situar assistência social, todavia, destacá-la enquanto uma prática operada, anteriormente a sua concepção de direito, até o reconhecimento enquanto tal. Assim, destaco a partir de Lajús (2009, p. 167) que a sociedade brasileira em sua trajetória histórica,

concebe a Assistência Social como dever moral, com base no mérito individual, sob a perspectiva do supérfluo, das sobras, distante da concepção de política social, afirmadora de direitos, tendo como consequência o desenvolvimento de políticas sociais compensatórias, residuais, que atendem apenas situações emergenciais.

Além disso, complementa-se por seu aspecto caritativo e filantrópico, o qual teve as instituições religiosas suas maiores responsáveis. Imprimindo assim o que se tornaria nas últimas décadas a marca de reconhecimento da sociedade sobre a assistência social brasileira.

Nesse contexto, corrobora para esta assertiva Silva (2012, p. 253), ao evidenciar como “as práticas de ajuda caridosa e de benevolência ou benemerência estiveram presente no contexto brasileiro de forma tão natural que anestesiou a população e de exploração de uma elite dominante ligada direta ou indiretamente a estrutura governamental”.

Ainda de acordo com o autor, estas ações desenvolvidas não correspondiam ao discurso que se projetou em torno do escopo de um “bem comum” e nem na possibilidade de uma ascensão social.

A respeito da filantropia, enfatiza-se sua dimensão essencialmente política, que não limita-se uma prática com o fim em si mesma, mas desempenha funções específicas na sociedade, como já evidenciara Donzelot (1980, p.50)

Não se pode conceber a filantropia como uma fórmula ingenuamente apolítica de intervenção privada na esfera dos problemas ditos sociais, mas sim como uma estratégia deliberadamente despolitizante face à instauração dos equipamentos coletivos, ocupando uma posição nevrálgica equidistante da iniciativa privada e do Estado. Se considerarmos os núcleos em torno dos quais se organizará a atividade filantrópica do século XIX constatamos que todos eles se caracterizam pela busca de uma distância calculada entre as funções do Estado liberal e a difusão de técnicas de bem-estar e de gestão da população.

É assim que a filantropia mescla os interesses privados aos fins do Estado, aceitando um projeto que perpassa a sociedade pouco percebido nas suas intenções reais, e na abrangência de esta pode tomar. É nesse bojo, que ela desempenhou na história das práticas assistenciais um ato que descolava-se inteiramente a dimensão de direito que posteriormente será postulado, após uma série de lutas e reivindicações, em instrumentos amplos como a Constituição Federal e outros dispositivos legais.

Na sua institucionalização no rol dos direitos constitucionais de 1988, de acordo com Sposati (2012, p.7) a assistência “[...] atuou como matriz genética de políticas sociais como a de saúde, inicialmente voltada aos “indigentes” e até mesmo da segurança social”. A autora ainda explicita que,

A assistência tem se constituído o instrumento privilegiado do Estado para enfrentar a questão social sob a aparência de ação compensatória das desigualdades sociais. Para isso, institui políticas e cria organismos responsáveis pela prestação de serviços destinados aos trabalhadores identificados como pobres, carentes, desamparados (SPOSATI, 1989)

Como elucida a autora, a assistência representou ao longo da história um instrumento político no interior do Estado, no trato de questões genéricas resultantes das transformações políticas e econômicas. Ela esteve associada a uma tecnologia de poder capaz de não apenas atuar nas questões individuais de determinados segmentos sociais, mas frente a fenômenos globais decorrentes das sociais produzidas na configuração da sociedade capitalista.

No Brasil, como sinalizou Silva (2012, p. 553) será somente no “século XX, na década de 40, no governo Getúlio Vargas, que a assistência se configurou como uma “coisa pública”, a partir da criação do Conselho Nacional de Serviço Social e da Legião Brasileira de Assistência – LBA”.

Penso que as Políticas Públicas de Assistência Social descrevem um fenômeno contemporâneo, que aqui chamo de governo da vida pela proteção e inclusão social, que trata das mudanças no sentido e na intensidade da intervenção do Estado em relação a questões históricas, como a pobreza, a miséria, a moradia, o desemprego, o saneamento, dentre outras (LASTA, 2015, p.32).

A política de assistência social, inaugurada como noção de direito e política pública não contributiva a partir da constituição de 1988 e da Lei orgânica de Assistência Social – LOAS em 1993 representa um novo instrumento estratégico de ação do Estado na gestão da vida.

Ela passa a compor o tripé da seguridade social, representando um dispositivo fundamental na organização política do Estado no trato com diferentes questões enfrentadas até então de modo pontual e esporádico. Conforme Lasta (2015, p. 19) “a assistência social postulada como política de proteção social significa garantir a todos que dela necessitam, e sem contribuição prévia, a provisão da proteção social, que considera três vertentes: as pessoas, as circunstâncias e seu núcleo de apoio, a família”.

A assistência também é compreendida para além do discurso institucional enquanto política, um mecanismo institucional que exerce funções específicas no processo de gerenciamento da vida em sociedade, nas suas mais diversas questões de âmbito social, político e econômico.

Aponta Lockmann (2013, p. 85) que as políticas de assistência social “pretendem intervir sobre os mecanismos da sociedade, sobre seus processos reais, não agem diretamente sobre o âmbito econômico, embora tenham implicações nele”. Cabe assim questionarmos uma dimensão importante da assistência social brasileira no que se refere aos meios pelo qual ela tem materializado os interesses de gestão do Estado, e a partir de quais ferramentas.

A ASSISTENCIA NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE MANAUS

Um aspecto relevante a se destacar, é o processo de desenvolvimento assistencial, em particular na cidade de Manaus. Destacamos o contexto político e socioeconômico o qual perpassou a constituição da cidade, marcado por grandes ciclos de exploração a partir do extrativismo vegetal e recursos primários da Amazônia, alicerçado por uma política de econômica que sustentava diferentes discursos em prol da expansão dos mercados internacionais, desde o século XVI, tornando possível de acordo Scherer (2016) a inserção da Amazônia no capitalismo mercantil.

Silva (2012) ressalta que “os discursos voltados para esta região constituíram-se em construções teóricas e ideológicas distantes da realidade regional que visavam e ainda visam “formatar a Amazônia”, não comportando toda a dimensão acerca da diversidade que a caracteriza”.

Ainda de acordo com Scherer (2016, p.21) destacam-se dois momentos históricos que marcam o ciclo econômico da região e, conseqüentemente, uma série de transformações culturais, econômicas e sociais. O primeiro ciclo econômico na Amazônia ocorreu por volta do século XVII e XVIII, com as drogas do sertão e a

exploração de recursos primários como: salsaparrilha, copaíba, guaraná, raízes aromatizantes, castanha do Pará, entre outros.

O segundo ciclo foi marcado pelo extrativismo da borracha entre os séculos XIX e XX, período este que se dará um maior destaque em decorrência do profundo impacto gerado por este, não apenas no âmbito econômico, mas, sobretudo, cultural e social.

No Brasil, nesse contexto, Scherer (2016) a questão social, no final do século XIX, começava a resposta do Estado, em decorrência da visibilidade da exploração dos trabalhadores na expansão da produção cafeeira no sul do Brasil.

No Amazonas, no final do século XIX, ainda persistia os tradicionais mecanismos de proteção aos pobres e, em particular, à infância desvalida, sob orientação, das irmandades religiosas, com base caritativa, constituindo um momento da história regional, no atendimento da chamada “proteção” à infância (ARAÚJO, 1947, p. 108, apud SCHERER, 2016).

Além disso, à “proteção social” era também voltada aos mendigos, estava condicionada a exclusão e isolamento, pois qualquer indigente encontrado perambulando pelas ruas e locais públicos deveriam ser imediatamente recolhidos ao asilo (SCHERER, 2016, p. 88). De acordo com a autora, essa proteção social em Manaus, estava situada entre a repressão e a assistência, no período anterior à década de 30 do século XX.

Do ponto de vista dos desdobramentos da “questão social”, a conjuntura de 1930, pouco difere daquelas épocas passadas. Os problemas crônicos e seculares acentuam-se, os serviços públicos deterioram-se, os níveis de pauperização crescem progressivamente, aumenta o desemprego, a saúde da população agrava-se, e, por conseguinte os indicadores de mortalidade aumentam consideravelmente, e enfim, a miséria urbana acumulou-se (SCHERER, 2016, p. 88).

Percebe-se que o objeto da proteção social em Manaus, não tem a figura do trabalhador ou de sua família. Isso é explicado pelo processo de urbanização experimentado pela cidade, o qual não foi acompanhado pelo desenvolvimento industrial (DIAS, 2007). Essa constituição específica de Manaus, um forma diferente de outras capitais do início do século XX, mobilizou apenas a promoção de reformas que objetivavam facilitar a circulação e o consumo, por ser uma cidade comercial.

A década de 40, do século XX, é assinalada por Scherer (2016, p.99) significativa na história da implantação das políticas sociais, em particular na organização da assistência do Amazonas. Ocorre uma espécie de acasalamento, como destaca a

autora, entre a ação estatal e o espírito filantrópico, envolto por certa racionalidade e tecnificação, na forma de cuidar da pobreza.

De acordo com Yazbeck (2003, p.49) a respeito das políticas assistenciais, a capacidade de modificações das políticas assistenciais, ao passo que, na conjuntura política e econômica novas estratégias passam a ser requisitadas. Estratégias alinhadas ao direcionamento das políticas estatais e da gestão da população.

Retomando assim, o contexto manauara, elucida-se que foi a partir de 1964 que se instaurou o processo de reestruturação administrativa, tendo por desdobramento a criação de algumas instituições para o trato da proteção social, visando “prestar serviços à comunidade” (SCHERER, 2016, p. 121).

O caminho aqui traçado buscou elaborar um contexto geral da emergência da assistência social, desenvolvida em um primeiro momento enquanto prática caritativa e filantrópica, até sua constituição enquanto uma ferramenta política jurídica do Estado no trato com diferentes questões que afetam a população.

AS RELAÇÕES FAMILIARES NA MALHA DA POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Seguindo esta questão, buscar-se-á demonstrar como que a família pode ser percebida enquanto instrumento privilegiado por meio do qual tem se articulado a execução da política de assistência social e a intervenção direta do Estado por meio de suas políticas e programas.

Antes de prosseguir, se faz importante salutar o entendimento sobre a noção de família, ou melhor, das relações familiares, a qual se pretende desenvolver neste trabalho. É nesse sentido, que embora essa noção pareça projetar-se de modo universal, localiza-se aqui a partir de um recorte particular, demarcado a partir de um viés econômico, cultural e social que os torna alvo das políticas sociais, em particular da Assistência Social. Assim, as relações familiares a qual se refere esse estudo, são aquelas consideradas “famílias pobres” ou da “classe trabalhadora”.

A noção de família para além deste entendimento compreende não sua definição a partir de um eixo da “composição familiar” ou “estrutura”, mas das relações que os constituem socialmente que nos permite apreendê-las numa dimensão histórica e política.

Portanto, considerando a perspectiva interpretativa de Sarti (2004, p. 18), sobre a noção de família, esta se define, portanto, “pelos indivíduos unidos não por laços biológicos, mas pelos significantes que criam os elos de sentido nas relações, sem

os quais essas relações se esfacelam, precisamente pela perda, ou inexistência, de sentido”.

A autora remete uma compreensão sobre a noção de família que extrapola um invés interpretativo que as localiza a partir de sua formação em torno da união de indivíduos, quase sempre com laços biológicos, apontando uma percepção que o apreenda a partir das relações que são estabelecidas, independentem dos sujeitos, do seu número, gênero e outros marcadores.

A família, como o mundo social, não é uma soma de indivíduos, mas sim um universo de relações. Embora comporte relações potencialmente equitativas, como aquela entre o homem e a mulher, a família implica autoridade, pela sua função de socialização dos menores, definindo-se, assim, como um mundo de relações recíprocas, complementares e assimétricas (SARTI, 2004, p. 18)

É reconhecendo esse universo social em que a família é constituída que se identifica como ela se constitui nesse processo de relações que se manifestam internamente e externamente. Assim, nesta direção, pontuam-se duas dimensões dessa relação às quais são sinalizadas por Donzelot (1980, p. 45) ao afirmar que a família constitui-se, nesse ínterim, de um “plexus de relações de dependência indissociavelmente privadas e públicas, um elo de liames sociais, que organiza os indivíduos em torno da posse de uma situação (ao mesmo tempo profissão, privilégio e status) outorgada reconhecida por setores sociais mais amplos”. Contudo, Donzelot elabora essa definição a partir de uma análise histórica, não se tratando de uma definição universal, mas, uma que apresenta como efeito e instrumento de dispositivos.

O referido autor desenvolveu seu estudo na França sobre a origem e transformação do que ele denominou de *Social*, em “*A polícia das famílias*”, e como este desencadeou em torno da família um conjunto de procedimentos discursivos e institucionais, constituindo diferentes sujeitos, a partir de dispositivos específicos, aperados por uma gestão do Estado e da sociedade. O deslocamento da família no nível de modelo para o nível de instrumentalização que, segundo Foucault, a qual transformará em ferramenta fundamental na relação de intermediação que o Estado irá desenvolver na gestão da população.

A família em síntese, por meio de um processo histórico de transformações políticas, sociais e culturais é reposicionada de acordo com Teixeira (2010, p. 543) discursivamente enquanto base da sociedade, devendo ser protegida pelo Estado, como foco das políticas públicas, assumindo a intervenção sobre esta a partir de uma noção de direitos, logo, sujeito de direitos. Por outro lado, assume responsabilidades,

e é responsabilizada, ao lado da sociedade e do Estado, pela proteção à infância e à adolescência e ao idoso.

Retomando o entendimento de Foucault (1993), a respeito da dimensão política que se exercerá sobre a família e a partir desta, o autor destacou duas dimensões que ela assumiu nas estratégias do Estado moderno no processo de racionalização da sua estrutura, de modo a contemplar sua nova posição na gestão da população.

De modelo, a família vai tornar-se instrumento, e instrumento privilegiado, para o governo da população e não modelo quimérico para o bom governo. Este deslocamento da família do nível de modelo para o nível de instrumentalização me parece absolutamente fundamental, e é a partir da metade do século XVIII que a família aparece nesta dimensão instrumental em relação à população, como demonstram as campanhas contra a mortalidade, as campanhas relativas ao casamento, as campanhas de vacinação etc. [...] (FOUCAULT, 1993, p. 170).

No bojo dessas mudanças e por meio delas que um conjunto de práticas biopolíticas passarão a ser constituídas sobre e pelas famílias, de modo a responder ao novo tipo de gestão da vida coletiva. Essas práticas buscarão por meio de diferentes estratégias formatar plataformas políticas, ideológicas e legais, capazes de corresponder aos direcionamentos tomados pelas diretrizes política empreendidas pelo Estado.

A construção dos Hospitais Gerais na França, por exemplo, de acordo Donzelot (1980, p. 47) respondia, entre outras razões, “ao desejo explícito de fornecer às famílias pobres um meio de coerção contra seus membros indisciplinados”, o qual servia na compreensão dos administradores, mais para “se livrarem de suas bocas inúteis, de seus mutilados, do que para dar uma lição saudável e momentânea aos indomados da ordem social”.

No que se diz respeito ao lugar assumido pela família no sistema de proteção social no Brasil, Teixeira (2010, p. 542) afirma que existe certa consensualidade/consenso de que a “família ocupou lugar secundário no sistema de proteção social brasileiro, constituído e consolidado de 1930 até 1980, mas não esteve ausente [...]. Constou como público das políticas vigentes, de modo estigmatizante e desfocalizado”.

Fonseca (2001, p. 537), pode exemplificar um dos acontecimentos desenvolvidos no país que tomam a família enquanto instrumento privilegiado para o Estado e a sociedade capitalista, nesse sentido, ele afirma que,

no período de 1930 a 1943, a família será chamada a contribuir na construção da identidade da nação com o foco na reprodução humana e nas condições para gerar uma prole saudável. Ela é considerada o elemento fundador da sociedade e através dela poderia se impor a mentalidade capitalista, como, por exemplo, o modelo de família equilibrada e coesa, reprodutora de operários eficientes (FONSECA, 2001, p. 537).

É nesse entendimento que Teixeira (2010, p.542) afirma que a ênfase passou a ser dada “à ideia de família regular, saudável, com ênfase no modelo higiênico e moralista da família burguesa de inspiração vitoriana, funcional ao processo de modernização impulsionada pela urbanização/industrialização nesse período”.

Será por meio dessas bases culturais e políticas que as relações familiares dos segmentos populares serão produzidas a partir de uma forma hierarquizada e violenta, considerando o conjunto de valores e crenças que faziam parte do contexto das famílias brasileiras. Assim será com a proposta de oferecer proteção à família, que segundo Teixeira (2010, p. 538),

se estabelecia um projeto de família regular, estável, saudável, ou seja, aquela do vínculo matrimonial indissolúvel, com a prole numerosa premiada: da mulher presa ao lar e condicionada ao casamento; e da chefe paterna reforçada, o que gerou impactos nas políticas de Previdência e Educação, bem como no papel da mulher na sociedade, dentre outros fatores (TEIXEIRA, 2010, p.538)

Não é demais salientar que o modelo importado na tentativa de homogeneizar uma realidade completamente distinta reforçava uma compreensão de família e suas relações, além do aspecto europeu, um tipo ideal a partir de um vertente judaico-cristã, que acentuavam um modelo patriarcal, sexista e monogâmico.

É a partir deste aspecto que se considera a particularidade das relações familiares brasileiras, em que, essa noção de família segundo Sarti (2015, p. 37) se formula simbolicamente. Conforme a autora essa noção é baseado num discurso sobre si próprio que ela (a família) se opera como um discurso oficial, mesmo considerando as bases culturais de sua formação, ele (o discurso) comporta uma singularidade. Nesse sentido, a autora considera que “cada família constrói sua própria história, ou seu próprio mito, entendido como uma formulação discursiva em que se expressam o significado e a explicação da realidade vivida, com base nos elementos objetiva e subjetivamente acessíveis aos indivíduos na cultura em que vive”.

Apreender esse discurso que se constitui sobre a noção das relações familiares, pode permitir identificar a relação que se projeta sobre essas noções com as políticas estatais se formaram e se reatualizam sobre estas relações. Uma relação que pode

permitir olhar para as políticas sociais, a exemplo, e desvelar a função estratégica que a família assume para ela e sobre ela.

Para Mioto (2003) a discussão no âmbito das políticas sociais, tem-se encaminhado a partir de duas perspectivas distintas: A primeira que defende a centralidade da família, apostando na sua capacidade intrínseca de cuidado e proteção. Aquela, cuja família é tomada enquanto o centro do cuidado e da proteção por excelência.

Por outro lado, a segunda perspectiva entende que a capacidade de cuidado e proteção da família está diretamente relacionada ao cuidado e à proteção que lhe são garantidos através das políticas sociais, especialmente, das políticas públicas.

Sobre a relação estabelecida entre a família/Estado, a partir dos anos 1990, Teixeira (2010, p. 543) irá defender que existe uma alteração, a saber: “família surge como personagem focalizado, no centro da cena, não apenas como alvo da ação, mas como o paradigma dominante na intervenção estatal, ou seja, a família está no centro das políticas de proteção social, em especial a de Assistência Social”. Por último, acentua-se uma dupla função que tem assumido a família a partir dos direcionamentos erigidos pelo Estado.

De um lado, ela (a família) é recolocada como base da sociedade, portanto, deve ser protegida pelo Estado, como alvo de políticas públicas, como portadora de direitos, logo, sujeito de direitos. De outro lado, também é portadora de responsabilidades, é responsabilizada, ao lado da sociedade e do Estado, pela proteção à infância e à adolescência e ao idoso (TEIXEIRA, 2010, P. 543)

Aprender essa dupla dimensão a qual está posta a família para Estado e para política de Assistência Social, é pertinente à medida que se torna necessário aprofundar as razões que a projeta enquanto instrumento estratégico no discurso seja do Estado e nas suas práticas na gestão da vida social. Ainda de acordo Donzelot (1980, p. 46), no que se refere a essa relação de Estado e a família, o autor concluiu que

A fim de assegurar a ordem pública, o Estado se apoia diretamente na família jogando indissociavelmente com seu medo do descrédito público e com suas ambições privadas. Isto tudo se passa segundo um esquema de colaboração muito simples, o Estado diz às famílias: mantendo vossa gente nas regras da obediência às nossas exigências, com o que, podereis fazer deles o uso que vos convier e, se eles transgredirem vossas injunções, nós vos forneceremos o apoio necessário para chamá-los à ordem.

Apesar do autor se referir a um contexto sociocultural específico, cabe indagarmos até que ponto esses aspectos não são vislumbrados no contexto brasileiro, por meio de suas políticas sociais públicas, ou em particular as assistenciais. Importa as-

sim, apreender por meio de sua atual estrutura numa perspectiva de direito, e quanto política pública, os aspectos específicos no qual se organiza a política de Assistência social e seus desdobramentos na forma de gestão das da pobreza, das desigualdades e violações.

A assistência social enquanto política de Estado organiza-se no Brasil em proteção social básica (PSB) e proteção social especial (PSE), as quais se distinguem pela função de seus programas, serviços, ações e benefícios. As ações de proteção básica desenvolvidas pelos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS são de caráter preventivo, com vista à diminuição das “vulnerabilidades” e “riscos sociais”.

Por outro lado, a proteção social especial de média e alta complexidade desenvolvida no âmbito dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS visam oferecer serviços, programas, ações e benefícios de caráter protetivo, quando há iminência ou já ocorreu violação de direitos. Nesse sentido, salienta-se o entendimento a partir dessa dimensão dos “riscos” e “vulnerabilidades”, duas dimensões em qual pode ser posicionada a leitura sobre a “proteção” desenvolvida na Assistência social.

Como ação de proteção, a assistência focaliza os riscos e as situações de vulnerabilidade aos quais os indivíduos estão sujeitos, pois é pela problemática do risco e da vulnerabilidade que os indivíduos, no dia a dia de suas vidas, são apreendidos pela política de proteção, observados em dois níveis pela política assistencial: no nível macro social, pelo índice de natalidade, pela morbidade e pelo IDH; e no micro, pelos hábitos de vida dos indivíduos e das famílias (SERPA & VIRGÍNIA, 2015, p.432).

É importante frisar esses dois aspectos trazidos pelas autoras, na interpretação de duas dimensões, no nível macro e micro da *intervenção* que constituiria a política de assistência social nos seus níveis de proteção. Elas nos remetem a refletirmos a partir de modalidades em que assumiram as tecnologias de poder empreendidas pelo Estado, numa dimensão micro das disciplinas e macros das regulações e controle dos fenômenos de uma população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apreender a esfera da assistência enquanto objeto de reflexão a partir de uma tecnologia de poder exercida sob uma racionalidade biopolítica, pode permitir compreender como operam essas práticas por meio de suas técnicas e tecnologias na vida pessoas que nela são atendidas, não enquanto processo individual, mas inserido em processos coletivos, globais.

Ao situar a diferenciação da formação econômica e social da cidade de Manaus em relação ao contexto nacional, foi possível perceber que a cidade representou os investimentos empreendidos na Amazônia pelo sistema capitalista em expansão naquela época, ou seja, não industrial, apenas comercial.

Também se evidenciou que o desenvolvimento da assistência na história manauara consistiu em respostas estratégicas de controle e normalização da conduta de certos segmentos da sociedade. Isso em decorrência dos dois grandes ciclos econômicos evidenciado. Embora, esse processo de racionalização das práticas passe a ser desenvolvida pelo Estado, principalmente, a partir do século XX, década de 1940, a sociedade já vivenciava um tipo de gestão de vidas e determinados segmentos a partir de algumas instituições específicas de base caritativa.

Por fim, ao por em questão o lugar da família na trajetória das políticas sociais e em particular da assistência apreende-se como ela institucionaliza-se enquanto instrumento privilegiado de ação do Estado, assumido aspectos diferenciados e contraditórios no processo de gestão da vida social.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Dyógenes F. **A governamentalidade biopolítica em Foucault: implicações da condução da família e da criança.** Dissertação de mestrado. Curitiba, 2010.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **Manaus 1890-1920: a ilusão do fausto.** Manaus: Valer, 2007.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das famílias.** tradução de M. T. da Costa Albuquerque. Revisão técnica de J. A. Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

FONSECA, A. M. M. **Família e política de renda mínima.** São Paulo: Cortez, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1993.

JACCOUD, Luciana. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: UNESCO. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília: Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, 2009, p. 57-86.

LASTA, Letícia Lorenzoni. **Políticas de assistência social no Brasil: o governo da vida pela proteção e inclusão social.** (tese de doutorado em psicologia social) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LAJÚS, Maria Luiza de Souza. A Política Pública de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Cadernos do CEOM** – Ano 22, n. 30 – Políticas públicas: memórias e experiências. 2009. A política e governamentalidade neoliberal. *Textura*, n.28, maio/ago. Canoas, 2013. Disponível em: < <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/70>>.

LOCKMANN, Kamila. **A proliferação das Políticas de Assistência Social na educação escolarizada**: estratégias da governamentalidade neoliberal. 2013. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2013. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/79669>. Acesso em: 10/03/2018.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. A centralidade da família na política de assistência social: contribuições para o debate. **Palestra preferida no Ministério da Assistência Social/ Brasília** em nov. de 2003.

SARTI, Cynthia A. Vida em família. IN: Ana Rojas Acosta, Maria Amalia Faller Vitale (org). **Família, rede, laços e políticas públicas**. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

_____. A família como ordem simbólica. **Revista: Psicologia USP**, 2004, p. 11-28 Disponível em : < www.scielo.br/pdf/pusp/v15n3/24603.pdf>

SERPA; VIRGÍNIA. Assistência Social pública brasileira: uma política da autonomia – um dispositivo biopolítico. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, p. 428-437, dez – 2015.

SIQUEIRA, Kássia de Oliveira Martins; LINO, Michelle Villaça. Relações de poder na política pública de assistência social: pensando o poder pastoral no cotidiano profissional de assistentes sociais e psicólogos. **Revista LABOR** n° 13, v.1, 2015.

SILVA, Denison. Amazônia: contribuições acerca da política de assistência social. In: **I Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras**, UFRR, 2012. Disponível em: <<http://ufr.br/fronteirascontemporaneas/index.php/anais>>.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência Social**: entre a ordem e a “des-ordem”. 2ª ed. São Paulo, Editora: Cortez, 2003.

SCHERER, Elenise Faria. **Assistência aos desassistidos manauenses**. Manaus: Edua, 2016.

SPOSATI, Aldáiza. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. – 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**: uma questão em análise. – 6. Ed. São Paulo: Cortez, 1989.

TEIXEIRA, Solange Maria. A família na trajetória do sistema de proteção social brasileiro: do enfoque dif uso à centralidade na política de Assistência Social. **Emancipação**, Ponta Grossa, 2010. p. 535-549. Disponível em: < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>>.

YAZBECK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4 ed. São Paulo – Editora: Cortez, 2003.

ARTIGO

O PODER DE FAZER VIVER E DEIXAR MORRER: “A PROTEÇÃO” DAS FAMILIAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR EM MANAUS***

INTRODUÇÃO

No presente trabalho apresentar-se-ão a partir de três momentos alguns apontamentos sobre a biopolítica enquanto tecnologia de poder que se exerce sobre a vida e a população. Busca-se nesse sentido, demonstrar, de acordo com perspectiva de Foucault, como se constitui o governo da vida a partir de uma construção histórica de determinada racionalidade de Estado e como se situam os deslocamentos ocorridos e o que representou.

Em seguida, propõem-se discutir o chamado direito de vida e morte concebido a partir das teorias clássicas do poder soberano e como as transformações ocorridas nesse antigo direito, da delimitação do poder e sua relação com outros poderes, de naturezas diversas, como a biopolítica e a “anátomo-política”

O percurso aqui proposto pretende indicar a partir das reflexões iniciadas por Foucault sobre como o processo de governo da vida se desenvolveu no interior do Estado. Desse modo, apresenta-se como as elaborações de Foucault podem nos auxiliar na leitura sobre como as formas de governar vão sendo racionalizadas e incorporadas ao domínio do Estado. É a partir desse processo, que temos a ampliação de um poder e seu deslocamento ao longo da história, sendo exercido desde as disciplinas, das condutas individuais aos processos globais da vida, do homem-espécie.

* Profa. Doutora do departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: lucilenefmelo@yahoo.com.br

** Assistente Social, Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia/UFAM. E-mail: isac_guidao@hotmail.com Profa. Doutora do departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: lucilenefmelo@yahoo.com.br

*** Pesquisa em desenvolvimento com apoio da CAPES.

A VIDA NA ARTE DE GOVERNAR DO ESTADO

Essa reflexão parte, de um modo mais geral, de uma discussão sobre razão política de governo da vida e das populações, a qual foi trabalhada por Foucault nos últimos cursos de 1978 (Segurança, território e população) e 1979 (Nascimento da biopolítica) as quais serviram para expor seu projeto analítico, a partir de uma genealogia da biopolítica e análise do governo político (sendo esta última já iniciada em 1976, em História da sexualidade) através da utilização de ferramentas do esquema anterior a estas obras, o “conhecimento-poder” ou para melhor dimensão de seu sentido de acordo com Foucault, a relação saber-poder. (COLLIER, 2011, p.246).

Diferentemente das teorias jurídicas clássicas do soberano ou da doutrina do príncipe sobre o governo das pessoas ou da sociedade enquanto prática de um Estado, Foucault irá desenvolver sobre suas reflexões em torno do governo político apontando um processo, não evolutivo, mas o deslocamento de uma economia¹ de poder.

De acordo com Foucault (1993) as teorias sobre as artes de governar procuram estabelecer um continuidade, ascendente e descendente. Sobre a primeira, a continuidade ascendente, caracteriza-se pelo fato de que aquele que quer poder governar o Estado deve primeiro saber se governar, governar sua família, seus bens, seu patrimônio. E é a linha descendente, que fará repercutir na conduta dos indivíduos e na gestão da família o bom governo do Estado, que nesta época, no século XVIII, se começa a chamar de polícia.

Conforme demonstra Foucault (2010, p.42) sobre a Idade clássica e técnica de poder inventada por ela, a qual ele irá se referir a então chamada “arte de governar”, no sentido que segundo ele se entendia por “governo das crianças”, o “governo dos loucos”, o “governo dos pobres” e o “governo dos operários”. Mas, nesse caso, o surgimento da preocupação com o domínio do governo é entendido na perspectiva dos mecanismos de normalização da sociedade, que se estendem da Reforma e contrarreforma do século XVI e seguem com as instituições disciplinares a partir do século XVII.

E de acordo com Foucault (2010, p.43), a partir das contribuições de Canguilhem - *O normal e o patológico* – destaca-se uma dimensão importante sobre a norma, a qual segundo ele, “é portadora de uma pretensão de poder. A norma, não seria

¹ A palavra “economia” designava no século XVI uma forma de governo; no século XVIII, designará um nível de realidade, um campo de intervenção do governo através de uma série de processos complexos absolutamente capitais para nossa história. Eis portanto o que significa governar e ser governado (FOUCAULT, 1993, p.165)

simplesmente um princípio, não é nem mesmo um princípio de inteligibilidade; é um elemento a partir do qual certo exercício de poder se acha fundado e legitimado”.

[...] o governante, as pessoas que governam, a prática de governo são, por um lado, práticas múltiplas, na medida em que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo. Existem, portanto, muitos governos, em relação aos quais do príncipe governando seu Estado é apenas uma modalidade. Por outro lado, todos estes governos estão dentro do Estado ou da sociedade. Portanto, a pluralidade de formas de governo e imanência das práticas de governo com relação ao Estado (FOUCAULT, 1993, p. 280).

Nessa descentralização do domínio do poder na esfera da vida, o qual é visto a partir de uma dimensão que não se restringe as grandes estruturas políticas, neste caso, ao poder soberano, abre-se um parêntese para destacar o entendimento a respeito do poder enquanto algo que não se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não.

É nessa perspectiva que Foucault (1985), esclarece que não existem de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele apartados, ou seja, poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona, sendo assim, os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social, eles funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos (tecnologia do corpo, olhar, disciplina) que nada ou ninguém escapa.

Gostaria assim de elucidar a partir de Foucault (1993) três elementos importantes para compreensão de como configurou-se esta arte de governar, na Europa ocidental, em especial na França, apreendida em sua análise. Em primeiro lugar, o autor irá afirmar que a teoria da arte de governar esteve ligada desde o século XVI ao desenvolvimento do aparelho administrativo da monarquia territorial: aparecimento dos aparelhos de governo.

Em seguida, essa arte de governar esteve ligada a um conjunto de análises e de saberes que se desenvolveram a partir do final do século XVI e que adquiriram toda sua importância no século XVII: essencialmente o conhecimento do Estado, em seus diversos elementos, dimensões e nos fatores de sua força, o saber que foi denominado de estatística, isto é, ciência do Estado.

Para governar a população é necessário, primeiramente, construir um conjunto de conhecimentos técnicos sobre esse sujeito coletivo, para posteriormente criar estratégias de governo que possam intervir de forma adequada, regulando e gerenciando os riscos que cada grupo está submetido (LASTA, 2015, p. 39).

Desse modo, a racionalidade política a qual direciona as práticas do Estado e determina sua razão, tomam a partir do século XVII a vida como objeto ou produto fundamental de seu exercício. É nesse direcionamento que Foucault irá explicitar duas importantes formas em que esse poder e gestão sobre a vida irá se desenvolver, o qual se destaca a primeira delas, em que,

[...] centrou-se no corpo como máquina e no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extensão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos. Tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano (FOUCAULT, 1985, p.131).

Conforme evidencia Foucault, o primeiro momento em que se visualiza esse novo tipo de racionalidade política do Estado será a partir do séc. XVII, mas que efetivamente tomará concretude e intensidade a partir do século XVIII. Além disso, destaca-se a disciplina enquanto tecnologia central de exercício desse poder, que no bojo dos processos econômicos e sociais tivera seu ápice de investimento.

A disciplina assim segundo Foucault (1993) influi diretamente sobre aumento do efeito de seu trabalho, isto é, torna os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima, diminui sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutraliza os efeitos de um contra poder, ou seja, torna os homens dóceis politicamente.

Em contraste com o poder soberano, a disciplina não flui a partir de um ponto central, mas circula através dos capilares da vida coletiva. Ela não é repressiva, mas produtiva e intensificadora. Não exerce um controle sobre e contra o conhecimento, mas através do conhecimento, moldando as condições de possibilidade para certas maneiras de pensar e agir.

Será pelos fins do século XVIII, que o ato de governar passa a não se referir apenas à gestão política e do Estado, mas também “à maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes” (FOUCAULT, 2008, p. 244); na modernidade, o uso da palavra governar restringiu-se às coisas relativas ao Estado, mas vem se transformando também, como por exemplo, na noção de “governança” pela qual tornam-se visíveis “redes” de “atores” ou “agentes”. Tem-se no seio desses deslocamentos de técnicas e tecnologias de poder, o qual irá chamar de biopoder ou biopoderes conforme ele explicita a seguir,

[...] Explosão, por tanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. [...] A constituição dos biopoderes – as duas direções em que se desenvolveu ainda ao parecem nitidamente separadas, no século XVIII. Do lado da disciplina as instituições como o exército ou a escola [...]. Do lado da regulação das populações a demografia (FOUCAULT, 1985, p. 132)

Para uma melhor compreensão dessa tecnologia de poder, Foucault (1999) irá defini-lo como um conjunto de mecanismos por intermédio dos quais aquilo que na espécie humana constituiu os seus traços biológicos fundamentais, vai poder entrar no interior da biopolítica.

Ainda em Foucault (1999), demonstra-se a forma como as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental do ser humano constituir uma espécie humana.

No bojo dessas transformações, torna-se necessário evidenciar a segunda importante forma em que irá se manifestar o exercício de poder, no qual terá o corpo-espécie, e a vida enquanto um fato biológico o elemento fundamental de imersão.

O segundo [momento] que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte de processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, longevidade com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população (FOUCAULT, 1985, p.133).

Amplitude que tomou essa racionalização da prática governamental possibilitou o surgimento de um conjunto de aparelhos institucionais que assumiram diferentes funções estratégicas na condução dos interesses políticos do Estado ou que determinaram/moldaram os interesses do Estado. A vida que aqui passa a ser objeto de preocupação do Estado e suas políticas, não está centrada apenas no indivíduo particular, mas nos processos que o envolve numa dimensão coletiva.

Por outro lado, além desses efeitos provocados por esses conjuntos de transformações, de acordo com o autor, operaram também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia. Assim, o que está em jogo e em disputa a partir de todo um conjunto articulado, preciso e meticuloso é o domínio da vida.

De acordo com Foucault, muito mais do que o direito, a vida se tornou objeto de lutas, de políticas, ainda que estas sejam formuladas sob uma base e afirmações de direito, a exemplo disso, destaca-se o direito à vida, ao corpo etc.

Corroborar com essa perspectiva de noção de vida, Caponi (2014, p.31) ao afirmar que esta “situa-se no centro da cena, não só como objeto de tematização das ciências biológicas, mas também como um espaço privilegiado para garantir a governabilidade e a gestão das populações nas sociedades modernas”.

E sobre governamentalidade, Lockmann (2013, p, 57) a partir de Foucault entende esta como uma forma de racionalidade, ou seja, “uma forma de ser do pensamento político, econômico, social que organiza as práticas de governo desenvolvidas em um determinado tempo e em uma determinada sociedade”. Nessa direção, tomando novamente a compreensão de Foucault (2010) sobre as ferramentas e estratégias desenvolvidas por esse tipo de governo, ele irá afirmar que,

É a partir de estratégias de intervenção que se articulam diversos domínios do saber e da ação política. Por um lado, os conhecimentos elaborados pela medicina social, a demografia e a estatística; por outro lado, as estratégias de poder que adotam forma de esquemas de regulação, gestão, assistência, controle de riscos e mecanismos de segurança (FOUCAULT, 1993, p.232).

Desse modo, sobre esse ato de governar uma população e seus indivíduos, seguindo essa perspectiva interpretativa, Lasta (2015, p. 39,) afirma que “trata-se de entender a população como um conjunto que tem suas regularidades, seus riscos próprios, suas ameaças, mas que estando perto e sendo conhecida, pode ser controlada e governada”.

Trata-se, portanto, de como pensamos a ação de governar, ou ainda, de como as tecnologias de governo são empreendidas a partir de uma racionalidade política que as coloca em operação numa época dada (LOCKMANN, 2013, p. 57).

A BIOPOLÍTICA EM CENA: APROXIMAÇÕES INICIAIS

Foi na obra *História da sexualidade – vontade do saber*, publicada em 1976, que o Filósofo Michel Foucault, introduziu no último capítulo de seu trabalho, um novo elemento de análise, o qual passaria a compor o objeto de suas reflexões a respeito das novas tecnologias de poder sobre vida. Uma nova tecnologia que não exclui as existentes, mas que se desenvolvia de modo complementar.

O autor ao desenvolver sua proposta de análise, inicia fazendo um destaque importante sobre como o poder era exercido anteriormente a esse deslocamento operado por um tipo de relação estabelecida, conforme explicitada entre as teorias jurídicas clássicas, sobre como o poder se estabelecia na sociedade a partir da figura do soberano e seus súditos.

Foucault afirmou que o poder era concebido como uma instância de confisco. Assim, ele descreve que “o poder era antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e finalmente, da vida, culminava com o privilégio de se apoderar de vidas para suprimi-las” (FOUCAULT, 1985, p.128).

Essa espécie de confisco que segundo o autor, tendeu a não ser mais a forma principal de poder, mas somente uma peça, um acessório, entre outras funções conforme explicita Foucault (1985, p.128).

[...] funções de incitação, de reforço, de controle, de vigilância, de majoração e de organização das forças que lhes são submetidas: um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las.

Essas funções de acordo com o autor podem representar a capilaridade da função dessa tecnologia empreendida sobre o corpo, sintetizando as razões políticas e econômicas do Estado do seu exercício e como o direito de se “apropriar” do corpo do outro, pode sintetizar um pouco esta relação estabelecida, que abrange até mesmo o direito de vida e de morte.

“O efeito de poder do soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar. Em última análise, é efetivamente em sua própria essência desse direito de vida e de morte [...] É o direito de fazer morrer ou de fazer viver” (FOUCAULT, 1999, p.286).

A respeito desse direito de vida e morte que se constitui a partir do poder do soberano, Foucault irá trazer uma compreensão mais detalhada do que ele compreende por este direito, no curso de Collège de France entre 1975 e 1976, intitulado *Em defesa da sociedade*.

Nesse sentido, para Foucault (1999, p. 286) “o direito de vida e de morte, significa dizer que no fundo, ele (o soberano) pode fazer morrer e deixar viver.” Além disso, “que a vida e a morte não são desses fenômenos naturais, imediatos, de certo modo originais ou radicais, que se localizam fora do campo do poder político [...] isto quer dizer que no fundo, em relação ao poder, o súdito não é, de pleno direito, nem vivo, nem morto”.

Ao fazer tal afirmação o autor buscou evidenciar que ao soberano lhe conferia o “ponto de vista da vida e da morte”, assumindo um ponto de neutralidade, e assim reitera que seria simplesmente “por causa do soberano que o súdito tem direito de estar vivo ou tem direito eventualmente, de estar morto. Em todo caso, a vida e a morte dos súditos se tornaram direitos pelo efeito da vontade do soberano” (FOUCAULT, 1999, p.286).

Contudo, Foucault irá demonstrar que em dado momento da história esse tipo de direito de domínio da vida e da morte assume uma nova configuração, nos seios de grandes transformações políticas na sociedade ocidental em particular, situando como esse direito do Soberano, sofre modificações. Nas suas próprias palavras, o autor descreve como ocorre esse deslocamento,

Eu creio que, justamente, uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX, consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou de deixar viver – com outro direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: o poder de **“fazer” viver e de “deixar” morrer** (FOUCAULT, 1999, p. 287, grifos nosso).

Isso significa dizer que esse tipo de poder de morte exercido na relação soberano x súdito passa a se exercer não mais em função do domínio de quem deve morrer, de modo a assegurar o domínio da autoridade do soberano e de sua própria sobrevivência.

“As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; trava-se em nome da existência de todos, populações inteiras são levadas à destruição em nome da necessidade de viver, (exemplo disso na história temos o nazismo)” (FOUCAULT, 1985, p. 129).

De acordo, Arendt (2007, p.327) “[...] foi porque na diversidade da condição humana, com suas várias capacidades humanas, foi precisamente a vida que invadiu todas as outras considerações”.

A autora complementa explicando a razão pela qual a vida se afirmou como ponto último de referência na era moderna, permanecendo como bem supremo para sociedade. Isso teria ocorrido a partir da moderna inversão de posições ocorrida dentro da textura de uma sociedade, cuja crença fundamental na sacrossantidade da vida sobrevivera à secularização e ao declínio geral da fé, que nem mesmo chegaram a abalá-la (ARENDRT, 2007, p. 327). Assim, o que ela chamou de vitória da convicção da superioridade da vida sobre todo o resto, ou a vitória do *animal laborans* que colocou a vida biológica no centro dos interesses políticos.

O estado nazista tornou-se absolutamente coextensivo ao campo de uma vida que ele organiza, protege, cultiva biologicamente e ao mesmo tempo, o direito soberano de matar quem quer que seja, não só aos outros, mas também os seus próprios (FOUCAULT, 1999, p.311). Outra forma manifestada por esse tipo de exercício de poder, em que através de mecanismo de poder como o biopoder, o Estado pode desenvolver seu direito de vida ou morte.

Araújo (2010, p. 99) elucida que podemos afirmar a partir das análises empreendidas por Foucault, que o racismo é a estratégia que assegura a função morte na economia do biopoder. É passando pelo racismo que um Estado moderno exercerá o direito de assassinar, apoiando-se nele que o biopoder poderá dizimar populações, e assim contornar o paradoxo que é “matar” e “fazer viver” concomitantemente.

Foucault (1999, p. 306) esclarece, contudo, que quando se refere a esse poder de matar, ele compreende “[...] não simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que por ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns riscos de morte ou, pura simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.”.

Trata-se do reconhecimento da liquidez que é a morte, enquanto evento não simplesmente natural, incontrollável. Além disso, da tomada de consciência sobre o que representa a vida, enquanto instrumento político o qual sobre esta uma serie de tecnologias podem ser investidas.

Esse poder de morte passa a apresentar-se como “o complemento de um poder que se exerce positivamente sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício sobre ela de controles precisos e regulações de conjunto” (FOUCAULT, 1985, p. 129).

E nesse sentido que Foucault (1985, p.128) destaca algo fundamental na compreensão de deslocamento que se opera na transformação da forma política que o Estado assumirá em diante, afirmando que “[...] o direito de morte tenderá a se deslocar ou pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere vida e a se ordenar em função de seus reclamos”.

Sendo assim, conforme o autor, o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai em parte no campo de controle do saber e de intervenção do poder. E sobre esta dimensão do campo do saber tem-se o surgimento de diferentes campos de conhecimentos, consideradas “ciências da vida”, as quais produziram uma series de produções discursivas em torno do objeto que a vida a fim de, demarcar a cada quadrado e centímetro uma verdade e um poder sobre o que se construiu.

Corroboram com essa assertiva, as observações suscitadas por Araújo (2010, p. 56), a respeito do arranjo desse saberes e como eles representam uma ferramenta necessária e eficiente nesse contexto.

A integração dos saberes úteis ao exercício do governo é a característica emblemática do Estado moderno, do Estado governamentalizado. Sendo assim, foi pelo aprimoramento dessas ciências estatais que se possibilitou descobrir, além do corpo individual das disciplinas do século XVI, ao amplo “corpo das populações”. Se o objetivo político em questão

era efetuar a majoração da vida pelo poder, a gestão governamental encontrará nessas ciências as instituições e saberes mais eficientes para disciplinar esse “corpo múltiplo”, e assim, buscar gerir a vida do “homem-espécie enquanto ser vivo...”.

“Agora sobre a vida e ao longo de todo seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação; a morte é o limite, o momento que lhe escapa; ela se torna o ponto mais secreto da existência, o mais privado (o exemplo seria o suicídio)” (FOUCAULT, 1985, p. 130).

Foi a vida muito mais que um direito que ainda conforme Foucault (1985, p. 136), que “se tornou objeto de lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de afirmação de direito”. A exemplo dessa assertiva tem-se a luta pelo direito à vida, ao corpo [...] etc.

É partir dessas lutas, os quais tiveram como centro de reivindicações a “garantia à vida”, sua “preservação” e reprodução, que o Estado por meio de diferentes instituições constitui uma série de dispositivos capazes de regular, controlar e maximizar a vida, em todas as suas dimensões.

Contudo, conforme evidencia Foucault, apesar dessa nova tecnologia política de poder, ter sido vislumbrada mais incisivamente a partir dos fenômenos já citados anteriormente durante o século XIX, o primeiro momento em que se visualiza esse novo tipo de gestão política do Estado sobre a vida será a partir do sec. XVII, mas que efetivamente tomará concretude e intensidade a partir do século XVIII em diante.

É assim sobre esse corpo-espécie, não mais sobre o indivíduo enquanto sujeito individual, mas enquanto elemento genérico e objeto das ciências da vida. É sobre os processos globais que transpassam esse corpo-espécie que irão se desenvolver uma série de técnicas e tecnologias, que terão objetivos de controlar e regular esses eventos que ocorrem em uma população.

Esse tipo de regulação começa a se desenvolver no final do século XVIII e início do século XIX e que dentre seus efeitos, está a introdução de uma medicina que vai ter cada vez mais a função de higiene pública. Uma medicina operada via organismos estatais, cuja função é a coordenação dos tratamentos médicos, da centralização da informação e da normalização do saber médico. Resultado acompanhado de aprendizado da higiene e de medicalização da população (ARAÚJO, 2010, p. 94)

Outro exemplo de gestão estatal da vida de acordo com Camarote (2014, p.36), provém de programas que foram propostos na Alemanha no período de 1750 e 1770, os quais tinham por objetivo gerar melhoras efetivas na saúde da população,

algo bastante diferente da simples contabilidade dos que nascem, a qual é chamada de polícia médica.

Essa noção de polícia médica, concebida por W.T. Rieu em 1764, foi implementada entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Sua composição complexa, aportava, a partir do rigoroso arranjo de saber médico estatal, todo um sistema organizado e normalizado de observação, contagem, hierarquização das relações de poder e distribuição das atribuições no interior desse mesmo sistema, que é em um só tempo, policial e médico (controle da morbidade, a normalização da medicina, a centralização do poder médico)

Reitera-se o que conclui Foucault (1999, p.286), ao afirmar que “um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi o que se poderia denominar a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico”.

Para Foucault (1993) a vida da população entra em cena devido à problemática do governo. As instituições criadas com o intuito de controlar, conhecer e melhorar as condições de vida da população visava não só a acompanhar a vida, mas também a investigar seus hábitos e comportamentos e regular os processos da vida da população.

A vida a qual se refere esse tipo de tecnologia de poder, de acordo com Caponi (2014, p.31), “remete por um lado ao campo dos discursos biológicos, médicos e higiênicos, porém, ela se vincula também e de um modo peculiar ao campo do político”. Isso pode representar uma dimensão ampla que se pode considerar como o Estado por meio das políticas públicas pode exercer esse tipo de governo das populações, por meio de diferentes estratégias.

Ao remeter-se a esse aspecto político, considera-se sua vinculação a dimensão econômica e como essa articulação implicou no surgimento de diferentes formas de intervenção do Estado, por meio de diferentes estratégias de poder.

É a partir das produções de Foucault que se procura demonstrar em que momento da história do ocidente há um deslocamento do direito de vida e morte considerando a teoria clássica do poder soberano. Buscando mostrar como que essa mudança foi perpassada pela modificação ou complemento de uma nova tecnologia de poder, que se exerce sobre processos da vida de uma população, responsável pelo controle, normalização e regulação.

Será a partir da noção de biopolítica em Michel Foucault, que destaca-se as principais características evidenciadas por ele e os elementos teóricos que essa noção fornecesse a despeito dessa tecnologia de poder exercida sobre a vida enquanto dimensão biológica e social, como veremos a diante.

O conceito de biopolítica de acordo com Caponi (2016), foi enunciado pela primeira vez em uma conferência ministrada por Foucault em 1974, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, palestra a qual foi assim publicada em 1977 como nome de *O Nascimento da medicina social*. Contudo, como evidencia Collier (2011), é na obra história da sexualidade - vontade do saber – o qual foi publicada em 1976, que o autor trará no último capítulo intitulado: *direito de morte e poder sobre a vida*, a noção de biopolítica.

O filósofo conceberá a biopolítica com uma espécie de tecnologia de poder que se instala sobre as populações e se dirige a multiplicidade dos homens, não na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa “global, afetada por processos conjuntos que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc.” (FOUCAULT, 1999, p. 289).

Segundo Foucault (1999), o “nascimento” da biopolítica pode ser entendido com relação a transformações demográficas e econômicas de longo prazo que colocaram desafios fundamentais ao poder soberano.

A partir desse entendimento ora apresentado, Araújo (2010, p. 99) corrobora com essa afirmação ao enunciar que se observarmos no início do século XIX, veremos outros vieses de intervenção da biopolítica surgir. Diante da eminente industrialização, vão evidenciando-se uma série de fatores que contribuem para a baixa produtividade, dentre os quais se destacam os acidentes de trabalho, as doenças degenerativas e a velhice entre outros.

Torna-se necessário observar que de acordo com Foucault (1999, p. 294) não se trata de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade. Seria assim, levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação. Assim, dentre algumas definições produzidas sobre a biopolítica, o autor o definirá de acordo com o seguinte trecho,

[...] essa tecnologia de poder, essa biopolítica, vai implantar mecanismos que tem certos números de funções muito diferentes das funções que eram dos mecanismos disciplinares. Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar, sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais, vai se tratar igualmente, não de

modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas essencialmente, de intervir no nível daquilo que são determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global (FOUCAULT, 1999, p. 293)

É importante salientar um destaque importante que o autor faz em relação à dimensão de abrangência em se opera a biopolítica. Pois, diferente da tecnologia disciplinar, essa nova tecnologia não se restringe mais apenas um exercício sobre sujeitos sujeitos individuais, mas se desenvolve sobre fenômenos produzidos em escalas globais.

Essa nova tecnologia conforme salienta Foucault (1997, p. 216), se refere “a multiplicidade de homens, não como corpos individuais, mas na medida em que eles constituem uma massa global afetada por esses processos de conjunto que são próprios da vida [...]”.

Corroborando com esclarecimento sobre a finalidade ou utilidade analítica dessa tecnologia de poder, Collier (2011, p. 261) irá afirmar que a noção da biopolítica e todas as suas variáveis, pode proporcionar normas diretoras e um telos orientador. Contudo, ele ressalta que ela não satura todas as relações de poder, mas sugere antes um princípio de configuração que determina como elementos heterogêneos – técnicas, arranjos institucionais, formas materiais e outras tecnologias de poder – são reunidos e recombinaos, a questão é justamente a das formas singulares como a heterogeneidade é combinada e recombinaada. Desse modo, se esclarecem quais seriam esses fenômenos gerais e globais que se trata a biopolítica.

[...] Trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que justamente como uma porção de problemas políticos e econômicos (os quais não retomo agora), constituiriam, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica (FOUCAULT, 1999, p. 290).

É partir do reconhecimento desses processos na esfera pública estatal e de suas possíveis implicações na vida social que se terá a emergência de todo esse conjunto de procedimentos capazes de intervir diretamente sobre esses eventos, agora objeto dessa nova tecnologia.

O que é importante para a presente análise é que, quando Foucault examina como os mecanismos disciplinares e regulatórios estão configurados em arquiteturas de poder mais gerais, ele oferece uma análise surpreendentemente datada, funcionalista e ao mesmo totalizante. Embora as formas de poder operantes no nível do in-

divíduo e da população fossem distintas, Foucault afirma que elas eram intimamente relacionadas (COLLIER, 2011, p.254).

O autor assim esclarece que a biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como um problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento (FOUCAULT, 1999, p.293).

O filósofo irá afirmar que em torno desses fenômenos que se processam no interior de uma população será necessário constituir meios reguladores capazes de garantir dentre outras coisas, garantir o equilíbrio dos fenômenos que podem representar qualquer risco aquela sociedade. O elemento assim, que irá servir de articulação entre a disciplina e a regulamentação que busca desenvolver será a norma. A norma é o que se pode aplicar a um corpo que se quer disciplinar, quanto a uma população que se quer regulamentar (FOUCAULT, 1999, p.295).

Através da norma, a biopolítica investe sobre a vida: “o poder normalizador exclui e inclui pessoas e grupos (sociais, étnicos, culturais, etc), ajustando seus corpos aos processos desejados” (ROSA, 2007, p. 3)

O objetivo da biopolítica da população era, pois, “intervir no nível de (...) generalidade” desses fenômenos através de uma lógica antes regulatória do que disciplinar, de maneira o que busca-se com isso, em outras palavras, é dentre outras coisas “a taxa de mortalidade tem que ser modificada ou baixada; a esperança de vida tem que ser aumentada; a taxa de natalidade tem que ser estimulada”. Tais intervenções compartilham com o poder disciplinar o objetivo de “maximizar e extrair forças” (FOUCAULT, 2003, p. 246).

A biopolítica, assim vai, segundo o autor, introduzir não somente instituições de assistência, as quais já existiam, a um longo tempo atrás, mas, mecanismos muito mais sutis, “economicamente muito mais racionais do que a grande assistência, que a um só tempo é maciça e lacunar [...]. Vamos ter mecanismos mais sutis, mais racionais, de seguros, de poupança individual e coletiva, de seguridade” (FOUCAULT, 1999, p.291).

Sobre este tipo de racionalidade o qual é responsável pela formulação e implementação desse conjunto de estratégias políticas e age como um programa que coloca em funcionamento determinadas técnicas que têm por objetivo conduzir as condutas dos sujeitos e da população. Isso quer dizer o que já assina-la Candiotto (2010, p.45).

[...] a maioria dos dispositivos de verdade das políticas atuais sustenta governar em nome da vida, do seu cuidado e conservação, de sua qualidade e longevidade, no sentido de uma biopolítica; entretanto, tais dispositivos operam igualmente a partir de uma crescente submissão da vida à administração e ao controle de um biopoder.

A partir desse entendimento, cabe refletir sob outro prisma, as políticas econômicas e sociais desenvolvidas no Estado moderno, de modo a interroga-las de como suas práticas se operam, e o que ela pode significar para além de um instrumento resultante de lutas e elemento político assegurado pela lógica do direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, o governo da vida a qual se propôs discutir é resultado de um conjunto de tecnologia de poder que foram investidas ao longo da história sobre o corpo individual até a população na sua massa de corpos com diferentes processos globais, presentando-se em dada época a depender do contexto político e econômico, a partir de formas mais gerais e altamente modernas.

Compreender a dimensão desse discurso produzido em torno da questão do governo político das pessoas e de populações pode nos permitir apreender como se operam esses processos de gestão da vida no cotidiano por meio de diferentes dispositivos e tecnologias apropriadas, revisadas e produzidas pelos Estados e seus governos.

Assim, tal discussão constitui suporte teórico para a reflexão sobre o desenvolvimento de programas de “proteção social” especializada a exemplo do PAEFI, trato com questões importantes como a violência intrafamiliar, suscitando a investigação de aspectos pertinentes a esse cenário e as condições em que se fundamenta e opera tais programas.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Dyógenes F. **A governamentalidade biopolítica em Foucault**: implicações da condução da família e da criança. Dissertação de mestrado. Curitiba, 2010.

ARENDT, H. A. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CANDIOTTO, Cesar. Ética e política em Michel Foucault. **Trans/Form/Ação**, Marília, v.33, n.2, p.157-176, 2010.

CAMAROTE, Pedro Machado. **Bipolítica e os dispositivos de majoração da vida**. Dissertação de mestrado. São Paulo, 2014.

COLLIER, Stephen J. Topologias de poder a análise de Foucault sobre o governo político para além da “governamentalidade”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, jan-jul, p. 245-284. 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade – I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. Guilhon de Albuquerque. RJ: Graal, 1985.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1997.

_____. O uso dos prazeres. In: _____. **História da Sexualidade**. V. 2. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Ditos e Escritos**, Vol. IV: estratégia poder saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Os anormais**. Curso no colegé de France (1974-1975). Trad. Eduardo Brandão. Editora: WMF Martins Fontes, São Paulo, 2010.

LASTA, Letícia Lorenzoni. **Políticas de assistência social no Brasil: o governo da vida pela proteção e inclusão social**. (tese de doutorado em psicologia social) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LOCKMANN, Kamila. **A proliferação das Políticas de Assistência Social na educação escolarizada**: estratégias da governamentalidade neoliberal. 2013. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2013. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/79669>. Acesso em: 10/03/2018.

ROSA, Susel. Fazer viver é deixar morrer. **Dossiê Foucault**. N. 3. Org: Margareth Rago & Adilton L. Martins, 2007.

ARTIGO

PROCESSO CIVILIZADOR E VIOLÊNCIA: NOTAS PARA A COMPREENSÃO DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

INTRODUÇÃO

Na legislação brasileira voltada ao enfrentamento à violência contra a mulher, a criança e o adolescente, contra os idosos, entre outros grupos considerados vulneráveis, observa-se o avanço da caracterização e tipificação de crimes ou de manifestações de violência – o reconhecimento de tipos de violência que se estendem além daquelas mais visíveis como a violência psicológica. Os relatórios sobre violência no Brasil como os Atlas da Violência, os Anuários Estatísticos de Segurança Pública demonstram o aumento do número de casos, parcialmente oriundos do reconhecimento e, da divulgação dele, de crimes considerados por muito tempo como inexistentes. Ao mesmo tempo observa-se o aumento de expressões de tipos de violência que consideramos bárbaros, os quais nos fazem lembrar a idade média retornando o suplício, é o caso dos linchamentos, tão ou mais hediondos que os crimes cometidos pelos supliciados. Esse quadro pode nos levar a indagar: quais fatores podem contribuir para o entendimento das formas de manifestação de violência na sociedade contemporânea?

MATERIAIS E MÉTODO

Trata-se de um trabalho teórico com o objetivo de identificar algumas das contribuições de Norbert Elias, sociólogo alemão (1897-1990), para a compreensão da violência na sociedade contemporânea a partir de suas obras: O processo Civilizador, volumes 1 (1994) e 2 (1993), publicados originalmente na década de 1930 mas com o reconhecimento da importância de obra apenas na década de 1970; A sociedade dos indivíduos (2006a)¹, cuja primeira parte foi escrita em 1939, a segunda

* Atua no Programa de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos/MPSP e em cursos de graduação da Escola Superior de Ciências Sociais/ESO da Universidade do Estado do Amazonas/UEA. E-mail: izaura27@gmail.com

¹ Destaca-se que todas as citações deste livro estarão com o número da página do arquivo em PDF, visto que o livro consultado não dispunha de número de páginas.

entre 1940 e 1950 e a terceira em 1987; e Escritos e ensaios (2006b) que corresponde a uma seleção de textos do autor publicado originalmente em 2002.

NORBERT ELIAS E O PROCESSO CIVILIZADOR

O processo civilizador corresponde a alterações profundas que ocorreram (estudo empírico do autor) ao longo da história. Tais alterações ocorreram simultaneamente no âmbito psicológico e no âmbito social e, deste modo, modificaram os indivíduos e as estruturas sociais. Incidiram sobretudo nas relações entre as pessoas. Acredita-se que a retomada de Elias na compreensão desse processo nos permite trazer algumas contribuições para o entendimento de formas de manifestação da violência contemporânea. Neste percurso parte-se dos conceitos de Civilização, Processo e Indivíduo para a aproximação do pensamento de Norbert Elias.

Para Elias a civilização corresponde a um processo de auto regulação dos impulsos, ao qual os seres humanos são suscetíveis devido a sua natureza. Tal regulação desvia os impulsos dos fins primários para fins os fins secundários, os impulsos, assim, podem ser reconfigurados. Mas este processo depende de condições específicas. No ocidente as transformações nas relações sociais e nos costumes da sociedade feudal à sociedade de corte, dessa à sociedade burguesa revelaram a longo prazo mudanças estruturais profundas na composição das classes e também no indivíduo, incluem desde os a forma de comunicação entre as pessoas, formas de andar, costumes à mesa, à proibição dos duelos. O monopólio da força física pelo Estado ocorreu simultaneamente ao controle dos sentimentos e à racionalização. Apesar disso na perspectiva de Elias a história não caminha linearmente em direção ao progresso, podendo ocorrer o processo de descivilização, ou seja uma transformação em direção oposta:

Assim um processo dominante, direcionado a uma maior integração, pode, por exemplo, andar de par com uma desintegração parcial. Inversamente, um processo dominante de desintegração social, como por exemplo o processo de feudalização, pode conduzir a uma reintegração sob novas bases, a princípio parcial e a seguir dominante; portanto, a um novo processo de formação do Estado. (2006b, p. 7)

Além disso, o processo civilizador não ocorreu do mesmo modo em todos os lugares, dependeu sobretudo das configurações sociais existentes e da estrutura da história de cada país. Em alguns lugares ocorreu apenas precariamente.

A ideia de processo é fundamental, na abordagem de Elias para compreender a civilização: “O conceito de processo social refere-se às transformações amplas, contínuas, de longa duração — ou seja, em geral não aquém de três gerações...” (ELIAS, 2006b, p. 27). A compreensão de qualquer problemática, portanto, só pode ocorrer a partir da análise histórica. Na verdade, para este autor o processo social da humanidade “constitui o enquadramento universal para a investigação de todos os processos sociais específicos” (ELIAS, 2006b, p. 31). Todos os problemas relacionados aos processos sociais só podem ser compreendidos a partir deste enquadramento.

As transformações ocorridas nas relações entre os sexos pode servir como exemplo de alterações na vida privada e paulatinamente alterando as instituições e as estruturas sociais. As orientações para o adequado comportamento quanto aos sexos tomaram lugar na Europa desde o século XVI, com a publicação do livro *De civilitate morum puerilium* (Da civilidade em crianças), de Erasmo de Roterdã em 1530, foram mais de 130 edições, sem contar as traduções, imitações e sequências, como aponta Elias (1994, p. 68). Isto é revelador da importância do processo em curso e do alcance das mudanças nos costumes que tendem a redefinir os papéis sociais. A ideia de infância e a criança com necessidades específicas emergem nesse interim. As funções corporais passam a ser mais íntimas, a ocorrer “atrás de portas fechadas” (1994, p. 188). A família, por conseguinte tende a ser significativamente afetada.

De igual modo a agressividade vai paulatinamente sendo controlada, a autolimitação é relegada ao controle dos indivíduos:

Como todos os demais instintos, ela é condicionada, mesmo em ações visivelmente militares, pelo estado adiantado da divisão das funções, e pelo corrente aumento na dependência dos indivíduos, entre si e face ao aparato técnico. É confinada e domada por inúmeras regras e proibições que se transformaram em autolimitação. (1994, p. 190)

O indivíduo vai surgindo e se cristaliza na sociedade moderna “dentro e a partir da relação com os outros” (2006a, p. 29), mesmo a sua solidão “...traz a marca da história de seus relacionamentos — da estrutura da rede humana em que, como um de seus pontos nodais, ele se desenvolve e vive como indivíduo” (2006a, p. 30).

Na análise de Elias (2006a) um aspecto importante na compreensão do indivíduo moderno e contemporâneo diz respeito a um problema relacionado à sua auto-percepção, pois ele tende a se considerar autônomo em relação à sociedade, o que o leva a uma visão distorcida de si mesmo e pode implicar fortemente o seu próprio pensamento, na sua racionalidade.

Esta autopercepção em termos do próprio isolamento, da parede invisível que separa o ser “interior” de todas as pessoas e coisas “externas” tem para grande número de pessoas na era moderna a mesma força imediata que a convicção de que o sol girava em torno de uma terra situada no centro do cosmos possuía na Idade Média (ELIAS, 1994, p. 248)

A despeito disso, uma peculiaridade desse indivíduo resulta da possibilidade de sua autoconsciência, afirma o autor (2006a, p. 74)

A direção dessa trilha talvez possa ser indicada, da maneira mais simples, pela referência a um aspecto elementar da experiência humana:

- os homens têm condição de saber que sabem;
- são capazes de pensar sobre seu próprio pensamento e de se observar observando.
- Em algumas circunstâncias, podem galgar mais um degrau e se conscientizar de si como sabendo que estão conscientes de si ao saber.

Tais condições se relacionam, entre outros fatores, ao nível de racionalização de uma dada sociedade ou de um grupo social e ao lugar do indivíduo nessa configuração.

CIVILIZAÇÃO, DESCIVILIZAÇÃO E VIOLÊNCIAS

Na perspectiva de Elias, só podemos ter uma ideia da relação entre o processo civilizador e a violência contemporâneos a partir de algumas configurações sociais. Para isso entre alguns aspectos extraídos da análise de Elias nas obras referidas pode-se destacar algumas configurações que podem ensejar a manifestação de conflitos ou expressões da violência. Este movimento nos possibilita fazer uma ponte com outros autores.

No que concerne à estrutura social pode-se destacar o Estado e as relações entre as classes sociais. A monopolização da força física pelo Estado e, por conseguinte, a pacificação da sociedade observada por Elias sobretudo no segundo volume do Processo Civilizador, como uma das condições desse processo, dão lugar agora a uma perda relativa deste poder devido ao nível das organizações criminosas que dominam frações significativas de territórios em muitas cidades brasileiras e se articulam transnacionalmente, como aponta Castells (1999). O aumento da violência e de sua percepção provocam a descrença por parte da população, por um lado, e a fragmentação de poderes, por outro. Um reflexo disso pode-se ter nos linchamentos conforme aponta Martins (2015), bem como nas atrocidades cometidas por facções vinculadas sobretudo ao tráfico de entorpecentes, cujo poder se expressa por práticas que se aproximam do suplício.

Em relação às classes sociais, algumas configurações também podem ensejar comportamentos que podem expressar alguns tipos de violência. Elias em o *Processo Civilizador*, volume 2 (1993) argumenta que as classes altas tendem a impor seus modos de vida, seu estilo às classes subalternas. No entanto em um tipo de configuração determinada as classes subalternas podem, na construção uma identidade afirmativa, desenvolver formas de sociabilidade, organização social e instituições contrastantes com aquelas, estabelecendo conflitos. Isto pode ser observado nas relações mais privadas, como nas relações intrafamiliares, onde alguns arranjos fogem de um tipo ideal de família caracterizada por se um espaço de proteção social, ideia compartilhada na sociedade. Outro exemplo pode-se ter na relação entre o morro e o asfalto, se tomarmos como exemplo as relações hostis e os tipos de violência que as perpassam.

Quanto aos indivíduos, um aspecto que pode ser ressaltado com base na análise de Elias diz respeito ao hiperindividualismo, seja como fruto de processos civilizadores precários ou decorrentes de processos descivilizadores inerente a um imperativo da racionalidade individualista oriunda da perda de um imperativo social e ao mesmo tempo de um processo histórico de constituição das formas de inserção na sociedade capitalista, onde o ser, o valor das pessoas, está intimamente relacionado ao ter, ao acesso ao consumo e à expressão desse acesso, como reflexo do sucesso, onde ser “perdedor” diz respeito à maior ofensa ao indivíduo contemporâneo, conforme aponta Bauman². É este mesmo sentido que se faz presente o encantamento de jovens pela aventura do crime, como uma experiência profunda, compatível com sua a perspectiva e expectativa de vida.

Observa-se ainda que as disputas entre o autocontrole e o hiperindividualismo podem se intensificar pois conforme comenta Renato Janine Ribeiro em sua apresentação ao *Processo Civilizador*, Volume 1, acerca de Elias: “referindo-se ao uso de roupas de banho que mostravam mais partes do corpo, comentou que elas exigiam, por parte dos homens e das mulheres, um autocontrole bem maior do que quando seus corpos se escondiam” (ELIAS, 1994, p.11). O hiperindividualismo pode subjugar o autocontrole em nome do prazer, resultando em atitudes desrespeitosas e até violentas quando ocorre a rejeição pessoal.

Em relação aos jovens, conforme destaca Elias (2006a, p. 28)

Não raro se oferece ao jovem o mais amplo horizonte possível de conhecimentos e desejos, uma visão abrangente da vida durante seu crescimento; ele vive numa espécie de

² Em programa denominado *Fronteiras do Pensamento*, exibido em 2011. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=1miAVUQhdwM>>. Acesso em fevereiro de 2012.

ilha afortunada de juventude e sonhos que marca um curioso contraste com a vida que o espera como adulto.

É incentivado a desenvolver várias faculdades para as quais, na estrutura atual, as funções adultas não deixam margem alguma, e diversas inclinações que o adulto tem que reprimir.

A resposta às frustrações decorrentes da expectativa gerada pode desencadear conflitos, os quais podem decorrer da falta de reconhecimento social sendo esta situação origem de muitos conflitos sociais, conforme aponta Honnet (2009).

A civilização e a descivilização são possibilidades reais na história humana. A despeito da visão predominante de Elias que parece vislumbrar uma sociedade mais pacificada, o autor também se refere à frustração decorrente do autocontrole, da sublimação, e por conseguinte menos felicidade. E isso pode se relacionar ao recrudescimento da agressividade, à apatia ou ao aumento do número de suicídios, onde até a violência é praticada contra si mesmo. Não à toa as universidades europeias e mais recentemente as brasileiras tem incorporado disciplinas relacionadas à felicidade, e isto demonstra a imprevisibilidade da história humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de estabelecer considerações finais, visto que privilegiou-se apenas algumas ideias postas por Norbert Elias, sob um interesse muito específico e enunciando diálogos com algumas ideias mais recentes, como resultado parcial desse estudo verificou-se que o processo civilizador não ocorreu do mesmo modo em todas as sociedades e que não existe um indivíduo universal, ele só pode ser compreendido em seu contexto histórico.

Nos livros objeto desse estudo observou-se a ausência de uma problematização das consequências da consolidação do modo de produção capitalista, devido sobretudo à crítica que o autor faz a uma explicação exclusiva da história humana que teria fundamento na visão marxista. Em sua visão as classes não conseguem explicar o conjunto de figurações, processos que tem lugar na história humana, isso requer o diálogo com outras áreas. Percebe-se que a psicologia tem um lugar destacado em sua formulação, assim não aborda apenas a sociogênese mas a psicogênese.

Refletindo sobre a violência observa-se que a liberdade e o autocontrole estavam intimamente relacionados na composição da individualidade moderna. É possível dizer que tais elementos estão presentes de modo mais intenso na sociedade contemporânea, como tipo ideal, no entanto as condições de sua realização nem sempre estão presentes, sendo um dos seus resultados possíveis o desenvolvimento de personalidades individualistas com um parco desenvolvimento do autocontrole.

A sociedade em rede favorece a intervenção de múltiplos atores e conteúdos na composição de elementos objetivos e subjetivos relacionados à liberdade e ao autocontrole, originando muitas combinações e ao mesmo tempo multiplicando os efeitos de correntes de opinião, sobretudo com o espaço ocupado pelas redes sociais na interação social. Talvez em função disso as configurações se tornem mais fugidias, provisórias, mais líquidas, no dizer de Balman (2001), requerendo novos tipos de observação e novas metodologias. E com a compressão do espaço-tempo impactando diretamente em todas as relações sociais, estabelecendo uma dinâmica antes inimaginável, como aponta Giddens (1991), é possível que a própria temporalidade abordada por Elias precise ser redimensionada quando pensamos na sociedade atual e no ritmo das mudanças em curso.

De que modo as contribuições de Elias podem nos ajudar a refletir sobre o enfrentamento aos diversos tipos de violência referidos? Neste momento com a compreensão desse fenômeno/problema que o recorrente uso da palavra, a sua busca incessante em conceituá-la e em identificar suas formas de manifestação podem nos ajudar a refletir sobre sua sociogênese e psicogênese e, nesse sentido, sobre as condições que podem favorecer melhores formas de convivência social.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel. **Fim do Milênio**. Vol. III. 3ª. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006a.
- _____. **Escritos e ensaios**. Jorge Zahar, 2006b.
- _____. **O Processo Civilizador**, Vol.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. **O Processo Civilizador**, Vol.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2ª. ed. São Paulo, Editora 34, 2009.
- MARTINS, José de Souza. **Linchamentos: a justiça popular no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.
- GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- BAUMAN, Zygmund. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ARTIGO

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E FEMINICÍDIOS UM ASSUNTO DE POLÍTICA PÚBLICA: FENÔMENO RORAIMA

INTRODUÇÃO

A Violência contra as mulheres, adolescentes e crianças, sempre existiu, não obstante, o trabalho das comunidades epistêmicas e de diversas Organizações Internacionais de Defesa aos Direitos Humanos, aliado ao maior acesso a informações, fez com que esse fenômeno mundial e grave problema social tivesse maior discussão e visibilidade internacional, exigindo ações políticas articuladas e medidas jurídicas nos planos nacionais.

A violência de gênero está caracterizada pela incidência dos atos violentos em função do gênero ao qual pertencem as pessoas envolvidas (KHOURI, 2011), ou seja, há violência porque alguém é homem ou mulher e há violência porque um desses indivíduos, faz uso de força sobre o outro ou lhe coage. Assim, a expressão violência de gênero é quase um sinônimo de violência contra a mulher, pois são as mulheres as maiores vítimas do uso da força ou de agressões verbais ou coações psicológicas, sendo essas consideradas expressões de violência.

Diante desse fenômeno, merece ser lembrado que em um dos mais emotivos discursos, do falecido Kofi Annan, Ex-secretário Geral da ONU, realizado em 1997, foram destacados três grandes problemas mundiais do pós-Guerra Fria que estão relacionados à falta de equidade e justiça no mundo e, por outro lado, estão relacionados com os direitos humanos e com a violência, havendo especial destaque para a violência contra as mulheres.

Em primeira instância, Annan refere-se às assimetrias da globalização, as quais acentuam as desigualdades sociais e econômicas mundiais; em segundo lugar, refere-se às guerras e os conflitos, que mostram o poder de coação de alguns Estados sobre outros, ou mesmo sobre seu próprio povo, fomentando o terror e alimentando a

* Professora Visitante, PRONAT - UFRR. Doutora e Bacharel em Relações Internacionais. Mestre em Direito de Integração Latino Americana. E-mail: monicamontanabr@yahoo.com

** Acadêmica do 8º semestre do curso de Direito da Universidade Federal de Roraima. Bolsista no Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFRR). E-mail: mylenaaguiar08@hotmail.com

violência, com isso, impedindo a paz e a garantia das liberdades, desencadeando por sua vez insegurança humana.

Por último, mas não menos importante que os dois primeiros, Kofi Annan, refere-se à pandemia da violência contra as mulheres¹. Um fenômeno que atinge todas as camadas sociais, de todos os Estados nacionais, independentemente dos traços culturais ou níveis de desenvolvimento social e econômico. Nas palavras de Annan, torna-se necessário **“proteger os direitos e a dignidade das pessoas, em especial das mulheres, que tantas vezes eram pisados”** (Grifos das autoras).

A discussão aberta promovida por Kofi Annan e alguns trabalhos que apresentam relatórios mapeando as regiões e os índices de violência e de feminicídios indicam cifras e práticas mundiais preocupantes de violação aos direitos das mulheres. O aumento de feminicídios e várias outras atrocidades cometidas contra a condição de gênero pelo fato de ser mulher induziu a que em muitos Estados nacionais se fortaleçam as leis.

O fato de certas legislações serem brandas ou inexistentes para casos de violência extrema contra as mulheres, sua psique e seus corpos no âmbito internacional, resulta em práticas vistas de forma comum² em alguns países, tais como casamentos com crianças, mutilação genital feminina em alguns países³, além de crimes como estupro coletivo, estupro em conflitos armados. Esses são alguns dos exemplos que figuram como passíveis de ações internacionais destinadas à abordar tais problemas.

Por outro lado, a América Latina figura como um continente no qual predomina o machismo e, junto a esse fenômeno, consolidam-se diversas agressões contra as mulheres, incluindo práticas de alta crueldade⁴. Compreende-se que o machismo atua como ato de dominação e encontra respaldo nas construções sociais que auxiliaram na consolidação da figura da mulher como um ser frágil, dominado, o qual necessita de pulso forte para guiá-lo.

¹ Consta no discurso: O primeiro consistia em assegurar que a globalização beneficiasse todos e não apenas alguns mais favorecidos. O segundo era sair da desordem mundial que se instalou depois do fim da guerra fria, substituindo-a por uma ordem verdadeiramente nova, um mundo onde reinasse a paz e a liberdade, como prevê na nossa Carta. O terceiro consistia em proteger os direitos e a dignidade das pessoas, em especial das mulheres, que tantas vezes eram pisados. Material disponível em: <https://www.unric.org/pt/actualidade/6192>.

² Refere-se aqui a práticas vistas como normais ou costumeiras.

³ A Circuncisão feminina ou mutilação genital feminina (MGF) consiste na remoção ritualista de parte ou de todos os órgãos sexuais externos femininos. Essa prática é feita com uma lâmina de corte e a maior parte das vezes sem anestesia. Essa prática está concentrada em 27 países africanos, também na Indonésia, Iémen, Curdistão Iraquiano. Cabe mencionar que é praticado em vários locais na Ásia, Médio Oriente e em Comunidades Expatriadas em todo o mundo, assim como em Egito e Etiópia (UNICEF, 2016).

⁴ Ver a esse respeito: Na América Latina, ser mulher pode ser risco de vida. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ser-mulher-pode-ser-risco-de-vida-na-america-latina>. Acesso em 15 nov. 18.

Os pilares sociais e políticos latino-americanos são marcados por uma acentuada dominação masculina, considerando-se a submissão feminina como uma qualidade a ser preservada no meio social. Tal fato desencadeou uma notável sistemática de agressões violentas contra as mulheres, capazes de tomarem corpo e passarem de acontecimentos aleatórios a fenômenos estruturais.

A percepção da violência de gênero, principalmente a violência contra as mulheres, praticadas de maneira cruel, ganhou espaço no debate mundial contemporâneo. Assim, vê-se que agressões violentas, tais como o empalamento⁵, são noticiadas junto a uma diversidade de atrocidades, cada vez mais conhecidas, graças aos meios de comunicação⁶ e às de redes e Organizações não governamentais, que ajudam na denúncia de inúmeros casos de agressão contra as mulheres.

Ademais, na América do Sul, é conhecido que os números de estupros⁷ contra vulneráveis⁸ aumentam, assim como os casos de falecimento de crianças vítimas de abusos. Episódios de agressão física e psicológica em ambientes domésticos e laborais, tornaram esses temas assunto de preocupação, como mostram os mapas de violência, e esses fatos justificam o estudo acadêmico e de elaboração de políticas públicas no continente.

Dadas essas circunstâncias supracitadas, é destacado pela ONU⁹ que:

Condena enérgicamente todos los actos de violencia contra la mujer y las niñas y, a este respecto, de conformidad con la Declaración sobre la eliminación de la violencia contra la mujer, exige que se eliminen todas las formas de violencia de género en la familia, en la comunidad y dondequiera que sea perpetrada o tolerada por el Estado, y pone de manifiesto el deber que tienen los gobiernos de no emplear la violencia contra la mujer, actuar con la necesaria

⁵ Ver a esse respeito o seguinte caso: O chocante caso de abuso e morte de jovem de 16 anos que provoca indignação na Argentina. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37692722>. Acesso em 15 de nov de 2018

⁶ A esse respeito podem ser destacadas as seguintes notícias: G1 reúne mais de 4 mil notícias de violência contra a mulher em 10 anos. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/08/g1-reune-mais-de-4-mil-noticias-de-violencia-contra-mulher-em-10-anos.html>> e O papel da mídia na superação da cultura de violência contra as mulheres (Agência Patrícia Galvão – 22/05/2015); Disponível em: < <http://www.compromissoeatitude.org.br/o-papel-da-midia-na-superacao-da-cultura-de-violencia-contra-as-mulheres-agencia-patricia-galvao-22052015/>> Acesso em 14 de outubro de 2018.

⁷ De conformidade com a previsão do art. 213, caput, do Código Penal Brasileiro, considera-se estupro a seguinte prática: constranger alguém mediante violência ou grave ameaça a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. BRASIL. Código Penal. Decreto Lei Nº 2848 de 07 de 1940.

⁸ De acordo com a tipificação do crime de Estupro de Vulnerável, contida no art. 217 – A, do Código Penal Brasileiro, entende-se por vulnerável o menor de 14 anos, idosos, pessoas com deficiência, enfermidades ou equiparadas. BRASIL. Código Penal. Decreto Lei Nº 2848 de 07 de 1940.

⁹ Relatório Especial sobre la violencia contra la mujer, sus causas y consecuencias. Disponível em: <https://www.ohchr.org/SP/Issues/SRWomen/Pages/SRWomenIndex.aspx>. Acesso em 13 out. 18

diligencia para prevenir, investigar y, de conformidad con la legislación nacional, castigar los actos de violencia contra la mujer y de adoptar medidas apropiadas y eficaces respecto de los actos de violencia contra la mujer, ya se trate de actos perpetrados por el Estado, por particulares o por grupos armados o facciones en lucha, y proporcionar a las víctimas el acceso a unos medios de reparación justos y eficaces y a una asistencia especializada, incluida la asistencia médica.

O Brasil é apontado como um dos países com índices crescentes de violência contra as mulheres, adolescentes e crianças. Esse fato fez que em 2013 o Brasil ocupara o 7º lugar de países onde mais se mata mulheres no mundo e, em 2015, ocupou o 5º lugar. Além disso, tal como destacado por Montana (2017, p. 144) “as cifras do Relatório da ONU são reveladoras, pois indicam que o número absoluto de homicídios femininos no Brasil foi de 4.762, no ano de 2013, o que equivale dizer que 13 mulheres por dia foram assassinadas”. Além disso, em 2015 a ONG Human Rights Watch revelou que as cifras de assassinatos de mulheres em Roraima é de 11,4 a cada 100 mil habitantes. Esse comportamento foi corroborado pelos Mapas de Violência contra a Mulher de 2011 a 2015, nos quais se verifica que a região norte apresenta os índices mais altos do país. Nesse quadro, há uma tendência que chama a atenção para efeitos de pesquisa acadêmica e de ação política: o Estado de Roraima apresentou cifras em constante crescimento.

Se as cifras ora mencionadas são preocupantes, torna-se ainda mais alarmante a análise em volta do plano de eficácia e efetividade das previsões legais, responsáveis por regular a aplicabilidade de medidas preventivas e punitivas em casos de violência contra a mulher, que terminam em morte. Apesar de algumas evidentes conquistas, em matéria legal, sabe-se que existe um longo caminho a ser percorrido em muitos continentes. O Brasil, tal como visto, integra um vergonhoso ranking mundial de violência e feminicídios, cobrando legislações específicas e planos de ação estatal. Assunto a ser tratado a seguir.

MECANISMOS LEGAIS DE PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA

Conforme os dados do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe (OIG) das Nações Unidas 2.089 mulheres foram vítimas de feminicídios no Brasil (MONTANA, 2017). O percurso histórico entre a previsão e consolidação de mecanismos judiciais de proteção às mulheres no âmbito nacional é marcado por anos de sofrimento e impunidade. Em virtude disto, as novas concepções contemporâneas deram espaço no ordenamento jurídico brasileiro aos instru-

mentos que buscam garantir a proteção da mulher, principalmente, no meio familiar. Nesse sentido, observam-se as disposições contidas na Lei 11.340 de 08 de agosto de 2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, que se consolidou no âmbito nacional a partir da análise do caso Maria da Penha, nº 12.051, levado à apreciação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA¹⁰.

Das ações legislativas voltadas a garantir a prevenção e punição dos atentados domésticos contra a mulher está a Lei Maria da Penha 11.340/2006 e a Lei 13.104/2015, responsável por incluir no rol do art. 121 do Código Penal a modalidade de homicídio qualificado chamada de feminicídio. Todavia, ainda é possível perceber que o alto índice de agressões que envolvem extrema crueldade contra a mulher é resultado da inefetividade da legislação vigente, que, embora se apresente como um avanço na seara jurídica é passível de críticas contundentes.

Nesse plano, destacam-se as várias formas de violência sofridas pelas mulheres, crianças e idosos que se apoiam estrategicamente nos pilares de concepções machistas e autoritárias¹¹, nas quais se ergueu a sociedade contemporânea, tal como assinalado por Balestro e Gomes (2015, p.45). Além disso, é amplamente conhecido que os números de estupros entre vulneráveis aumentam e, cada vez mais, são frequentes os episódios de agressão doméstica e os feminicídios no país. Esse fato faz com que o Brasil apresente uma dinâmica crescente de feminicídios, além de cifras significativas de estupros. Sabe-se também que a violência doméstica atinge mulheres de todas as classes sociais e idades.

A violência, para Amartya Sen (2008, p.10) é resultado do “cultivo de uma percepção da inevitabilidade de uma identidade presumivelmente única (...)”. De início, nota-se que as sociedades antigas possuíam um histórico de violência exacerbado, sendo considerada uma prática comum e de autoafirmação do poder, sendo mais forte aquele que, conseqüentemente, demonstra-se ser mais violento, essas práticas deixaram vestígios até hoje, e continuam sendo, para muitos, um fator determinante nas relações sociais, fazendo crescer a vontade dos indivíduos se sobrepuem aos demais, que, consideram menos fortes ou mais vulneráveis.

O relevo sob o qual foi se configurando a violência na sociedade contemporânea acabou por merecer tutela especial e, de certo modo, procurando-se evita-la, ou,

¹⁰ Ver a esse respeito: INFORME Nº 54/01 CASO 12.051 MARIADA PENHA MAIA FERNANDES BRASIL. Disponível em: < <http://www.cidh.org/women/brasil12.051.htm> > Acesso em 14 de outubro de 2018.

¹¹ Para as autoras: “A violência de gênero está presente na cultura de todos os países, independentemente do seu grau de desenvolvimento, expressando-se em maior ou menor escala. Culturalmente se reproduz por meio de comportamentos irrefletidos, aprendidos histórica e socialmente, nas instituições como igreja, escola, família e Estado que contribuem diretamente para a opressão masculina sobre a feminina”. BALESTRO, Gabriela Soares. GOMES, Renata Nascimento. VIOLÊNCIA DE GÊNERO: uma análise crítica da dominação masculina. Revista CEJ, Brasília, Ano XIX, n. 66, p. 44-49, maio/ago. 2015. P. 45

pelo menos, que não ocorresse de modo explícito. Assim, optou-se por dispor sobre a violência na seara jurídica. O tema é tratado no âmbito do Direito Penal, de forma geral, constituindo-se como o núcleo de vários tipos incriminadores. Esse ramo do direito, para Greco (2017, p. 2), é responsável por “proteger os bens mais importantes e necessários para a própria sobrevivência da sociedade”.

Desse modo, o conceito de violência adotado no ordenamento jurídico hodierno, de acordo com Nucci (2015, p. 776), caracteriza-se como:

(...) qualquer forma de constrangimento ou força, que pode ser física ou moral. Entretanto, em termos penais, padronizou-se o entendimento de que o termo, quando lançado nos tipos penais incriminadores, tem o condão de representar apenas a violência física.

Revelando-se como bem jurídico relevante, a incolumidade física constitui-se como direito a ser protegido. Entretanto, o termo violência não pode se restringir apenas à compreensão de que seja uma ofensa física, conforme será tratado posteriormente. O termo violência pode ser entendido vinculado ao gênero, do qual derivam várias espécies de violência. Assim, faz-se necessário um breve introito do que vem a ser caracterizado como violência no ordenamento jurídico pátrio, uma vez que, as espécies de violência, bem como as suas previsões jurídicas, serão trabalhadas nas seções seguintes.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Observa-se que o panorama da sociedade contemporânea concebeu novas nomenclaturas e significados específicos no que tange aos tipos de violência praticados contra as mulheres. Após anos submetendo-se os mais inconcebíveis casos de violência em razão do gênero à apreciação jurisdicional residual, foram notadas as peculiaridades que envolvem a questão da violência contra a mulher sendo, por outro lado, um assunto ligado ao gênero.

Para Oliveira (2005, p.13) a nova linguagem foi socialmente construída e, desse modo, sujeita aos fenômenos sócio históricos, ou seja, as percepções acerca da temática foram ganhando força em detrimento do crescimento exponencial de agressões praticadas contra as mulheres. A discussão que envolve questões sobre gênero, incluindo-se a violência, ainda é causa de muita relutância no meio social. Nessa direção, Saffioti e Almeida (1995) citando Scott (1990), destacam que o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder. Note-se que o aporte de significados e percepções que compõem o âmago do que vem a ser gênero, por

inúmeras vezes, limitou-se a trazer a imagem do homem como indivíduo superior à mulher, fato que desencadeou uma série de episódios violentos contra as mulheres no intuito de impor o seu poder e submissão.

Atualmente, o Conselho Nacional de Justiça, em adiante, CNJ, conceituou a violência de gênero como sendo aquela sofrida pelo fato de se ser mulher, sem distinção de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição, produto de um sistema social que subordina o sexo feminino. A figura da mulher como vítima constante dos mais variados tipos de violência e atrocidades fez com que fossem criados mecanismos específicos com o intuito de inibir tais comportamentos. O ciclo ainda se repete constantemente. As transgressões à lei são frequentes, mesmo com dispositivos específicos e com o reconhecimento formal da mulher como sujeito de direito, inclusive, no plano internacional, bem como à proteção especial dos Direitos Humanos¹².

Nos contextos sociais e culturais nos quais ocorrem os inúmeros episódios violentos contra as mulheres, a figura feminina passa, mais uma vez, pelas consequências da opressão masculina, essa figurando como fruto das ideias patriarcais (NARVAZ, 2006). Passando a serem tratados como temas juridicamente relevantes, os casos de violência relacionados ao gênero, propagaram-se no plano legislativo. O ponto nevrálgico da discussão sobre violência contra a mulher, que ainda não era concebida como -violência de gênero- propriamente dita, ocorreu após o ano de 2006, com a promulgação da Lei Maria da Penha, que versa sobre ritos procedimentais e mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher¹³, tais como assistência, atendimento pela Autoridade Policial, medidas protetivas e atuação do Ministério Público.

Embora a lei supracitada trate de questões relacionadas à violência contra a mulher, cometida em razão da vulnerabilidade de gênero, os termos utilizado na

¹² DECLARAÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES de 1993 - Artigo 3º As mulheres têm direito ao gozo e à proteção, em condições de igualdade, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social, cultural, civil ou em qualquer outro domínio. Tais direitos incluem, nomeadamente, os seguintes: a) O direito à vida; b) O direito à igualdade; c) O direito à liberdade e à segurança pessoal; d) O direito à igual proteção da lei; e) O direito de não sofrer qualquer discriminação; f) O direito de gozar do melhor estado de saúde física e mental possível de atingir; g) O direito a condições de trabalho justas e favoráveis; h) O direito de não serem sujeitas a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

¹³ Lei 11.340/2006 Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

lei foram “violência doméstica” e “violência familiar”, que caracterizam situações diferentes da violência de gênero, uma vez que, de acordo com o CNJ, violência doméstica configura-se como: aquela que ocorre em casa, no ambiente doméstico, ou em uma relação de familiaridade, afetividade ou coabitação, e violência familiar – como aquela que acontece dentro da família, ou seja, nas relações entre os membros da comunidade familiar, formada por vínculos de parentesco natural (pai, mãe, filha etc.) ou civil (marido, sogra, padrasto ou outros), por afinidade (por exemplo, o primo ou tio do marido) ou afetividade (amigo ou amiga que more na mesma casa)¹⁴.

A violência de gênero atua em um campo mais amplo e compreende os atos de violência que, de modo geral, são praticados contra a mulher, afastando-se as condicionantes de aproximação conjugal, familiar ou contexto doméstico. Nesse sentido, Izumi *apud* Saffioti, 1987, entende que a violência de gênero é uma categoria de violência geral, que pode englobar a violência doméstica e intrafamiliar, relatando que a violência de gênero ocorre de forma mais corriqueira quando o homem é o agressor, mas isso não impede que seja perpetrada por um homem contra outro homem ou até mesmo entre mulheres.

As teses levantadas quanto à qualidade do sujeito ativo quando se trata de violência doméstica, ou seja, aquele responsável por praticar a violência, vêm admitindo o conceito amplo, pautando-se na aferição da vulnerabilidade da vítima. Sobre o assunto, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) posicionou-se de modo a definir como objeto passível de tutela da Lei 11.340/2006 a mulher em situação de vulnerabilidade, independente de o agressor ser cônjuge, companheiro, ou qualquer outra pessoa que integre o meio familiar, independente do gênero¹⁵.

Desse modo, tem-se que a violência doméstica caracteriza-se como a nova estrutura do direito positivo nacional, que passou a aferir os aspectos sociais e comportamentais tanto das vítimas tanto dos agressores, o que, no plano legal ou formal, representa um avanço para legislação vigente.

¹⁴ Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia> Acesso em 19 de outubro de 2018.

¹⁵ Nesse sentido, conferir HC 277.561-AL, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 6/11/2014, que destaca: (...) CRIME DE AMEAÇA. LEI MARIA DA PENNA. INCIDÊNCIA. RELAÇÃO FAMILIAR ENTRE FILHAS E A GENITORA. VULNERABILIDADE ATESTADA PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA PARA A DESCONSTITUIÇÃO DE TAL ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO. 1. Nos termos do artigo 5º, inciso III, da Lei 11.340/2006, é possível a caracterização de violência doméstica e familiar nas relações entre filhas e mãe, desde que os fatos tenham sido praticados em razão da relação de intimidade e afeto existente. 2. Na hipótese dos autos, tanto o magistrado de origem quanto a autoridade apontada como coatora consignaram a existência da relação de vulnerabilidade a que estava sendo submetida a mãe em relação às filhas agressoras, circunstância que justifica a incidência da Lei Maria da Penha. 3. A desconstituição de tal entendimento demandaria revolvimento de matéria fático-probatória, providência que é vedada na via eleita. 4. Habeas corpus não conhecido.

De forma geral, essa seção trata de temas relacionados à violência de gênero, bem como a sua inclusão na área jurídica, por intermédio de análises legislativas, jurisprudenciais e doutrinárias. Nesse contexto, a próxima seção seguirá o enfoque sob a perspectiva das inovações legais que culminaram no surgimento do “femicídio”, ressaltando-se o seu contexto histórico.

DO FEMICÍDIO AO FEMINICÍDIO

Em esta seção serão abordados os principais nuances históricos, sociais e jurídicos que permeiam as práticas qualificadas como violência de gênero, femicídio e feminicídios. Os atos contra as mulheres, legados de uma sociedade patriarcal que se mostra, ainda que diante dos avanços jurídicos, incapaz de erradicar os diversos atos de agressão e morte contra mulheres, crianças e adolescentes, em todo o mundo.

Na Europa, em 1976, se dá a conhecer o termo “Femicide”, usado na Corte Internacional de Crimes contra as mulheres, na voz de Diana Russell, na Inglaterra. Sua origem tem base nas ciências sociais e trata-se de um termo abrangente com implicações jurídicas implícitas, que, alguns autores apoiam e outros criticam em virtude de sua abrangência. Esse termo usado por Russell ficara registrado num artigo de Jane Caputi, em 1990 intitulado Femicídio: Falando o indizível. Esse artigo foi publicado, dois anos mais tarde, por Diana Russell e Jill Radford, no livro “*Femicie: The Politics of Woman Killing*” (TOLEDO, 2009; SANTORUM, 2014).

Interessa destacar que no contexto Centro Americano e Sul Americano, nessa mesma época, diversos abusos contra as mulheres eram cometidos, mas poucos tinham transcendência legal significativa. Nessa dinâmica, a vida de diversas mulheres era ceifada sem que houvesse diálogos que imputassem ao Estado Nacional o dever de proteger às vítimas de violência que acabavam em morte.

Em 1993, por exemplo, saem à luz, através dos meios de comunicação, um fenômeno de violência contra as mulheres, que fora obviado durante anos. O caso de Juarez, no México, contribuiu ao debate de questões relacionadas à rede de tráfico de pessoas, escravidão sexual e feminicídios. Fenômeno que envolve e afeta muitas mulheres europeias e constitui um dos negócios ilegais mais lucrativo, depois do mercado de armas.

Conforme Santorum (2014 citando Caputi, 1990; Radford, 1990; Monárrez, 2009), mediante este termo conseguiu-se definir o assassinato de mulheres “*como un crimen fálico de supremacía masculina y terrorismo sexual contra las mujeres tolerado por el Estado y otros grupos de poder*”.

Diana Russel e Jill Radford, com base em (Radford, 1992, 2005) chegaram a caracterizar essa dinâmica como: “*el asesinato misógino de mujeres por hombres*. Caputi completa essa afirmação afirmando que o feminicídio é um termo no qual está implícita a força patriarcal porque é “*una expresión extrema de la ‘fuerza’ patriarcal*”.

Santorum (2014) afirma que nessa linha de pensamento podem ser identificadas e agregadas variáveis como o vínculo entre violência, prazer e poder. Esse autor afirma que: nesta linha teórica hodierna existe vínculo entre violência e prazer “*se enfoca el análisis de la sexualidad en el deseo del hombre por el poder, el dominio y el control sobre la mujeres –pero sin dejar a la deriva el deleite que puede o no experimentar quien ejerce el sufrimiento en el más débil*”. O Femicídio conforme a compreensão do autor, refere-se à morte violenta de mulheres, pelo fato de serem mulheres¹⁶, ou refere-se também ao assassinato de mulheres por razões associadas a seu gênero (SANTORUM apud CARCEDO E SAGOT, 2002).

Em 1999, de conformidade às mudanças globais, a discussão internacional se centrou em novos temas, novas agendas e novas ameaças à segurança humana. Centrou-se também no poder e a atuação de diversas organizações criminosas para além das fronteiras. Nesse contexto, além dos apelos de Koffi Annan, durante a mesma época, os problemas de violência contra as mulheres começaram a serem debatidos na arena internacional tendo impactos locais relevantes¹⁷.

Os eventos em Juarez, fronteira do México com Estados Unidos, tiveram impacto na popularização do termo, tal como destaca Santorum (2014). Os meios de comunicação começaram a prestar mais atenção a essa dinâmica na fronteira e tentavam dar nomes aos assassinatos de mulheres, à violência sexual, à misoginia e aos abusos que finalizavam na morte dessas mulheres. Parecia que feminicídios, encerrava todos esses tipos de violência contra a mulher, incluindo o desaparecimento dos corpos. Em 1999, há que destacar, esse assunto virou tema de atenção internacional e diplomático, graças à mobilização da imprensa e da organização civil organizada, especialmente, de grupos de mulheres feministas.

Nesse contexto a palavra feminicídio se tornou conhecida, e levou uma década para afiançar-se ou substituir femicídio, que continua sendo aceita por seu vínculo com a parte jurídica. No Brasil, o feminicídio, em seu significado mais comum, pode ser definido como o homicídio de uma mulher por motivo de perseguição ao seu sexo.

¹⁶ Consultar Chejter, S. (Ed.) Femicidios e impunidad. Buenos Aires, Argentina: Centro de Encuentros Cultura y Mujer. 2005.

¹⁷ O assassinato de mulheres em Juarez na fronteira de México com Estados Unidos revelou ao mundo uma faceta criminosa que vitimava às mulheres.

Entretanto, vários grupos feministas consideram esta definição como incompleta, pois, perante o seu critério, o feminicídio não compreende apenas os homicídios, mas sim todo um conjunto de violações relacionado aos direitos humanos das mulheres por razão do seu gênero. Desta forma, o feminicídio inclui também os maus-tratos, os estupros e a exploração sexual.

No plano nacional, infere-se que as medidas implantadas, junto aos conceitos e análise de casos que moldaram as políticas criminais contemporâneas a título de exemplo, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (CPMI-VCM) que impulsionou a elaboração da Lei 13.104/15, responsável pela alteração do art. 121 do Código Penal, incluiu a figura do feminicídio, entendido como a morte de mulher em razão da condição do sexo feminino.

Como ocorre habitualmente no Brasil, a consolidação do feminicídio na seara penal consolidou-se frente aos resultados assustadores demonstrados no Mapa da Violência de 2015 - um verdadeiro genocídio feminino a cada ano-. O dispositivo acrescido na parte especial do Código Penal representa uma qualificadora do crime de Homicídio (Art. 121, CP), e, além de aumentar a pena do tipo incriminador, com reclusão de 12 a 30 anos¹⁸, a conduta típica também passou a integrar o rol dos crimes hediondos, submetendo-se aos consecutórios da Lei 8.072/90¹⁹.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi visto que Brasil é apontado como um dos países com índices crescentes de violência contra as mulheres e que alguns dispositivos jurídicos foram gerados, porém as legislações se tornam de letra morta, perante a falta de políticas públicas eficazes que atuem de forma a re-educar e a combater os agressores.

Existe pouca discussão sobre o impacto desse fenômeno nos planos sócio-políticos e econômicos, saber que o estado de Roraima é o mais letal para mulheres,

¹⁸ Homicídio simples Art. 121. Matar alguém: Pena - reclusão, de seis a vinte anos. (...) Feminicídio (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015) VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015). (...) § 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015) I - violência doméstica e familiar; (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015) II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015).

¹⁹ Segundo CUNHA: “Antes da Lei 13.104/15 essa forma do crime já qualificava o homicídio, mas pela torpeza, sendo igualmente rotulada como hedionda. A mudança, portanto, foi meramente topográfica, migrando o comportamento delituoso do art. 121, § 2º., I, para o mesmo parágrafo, mas inc. VI. A virtude dessa alteração está na simbologia, isto é, no alerta que se faz da existência e necessidade de se coibir com mais rigor a violência contra a mulher em razão da condição do sexo feminino”. CUNHA. Rogério Sanches. Lei do Feminicídio: breves comentários. Disponível em <https://rogeriosanches2.jusbrasil.com.br/artigos/172946388/lei-do-feminicidio-breves-comentarios> Acesso em 20 de outubro de 2018.

no Brasil, em razão de apresentar a maior taxa de feminicídios do Brasil teria que focar as tarefas estaduais de forma mais contundente, capacitando os funcionários de melhor forma e proporcionando a comunicação entre órgãos e instituições. A contagem certa dos atos violentos é uma política pública que deverá levar-se a sério no combate desse fenômeno, assim como o compartilhamento de informações entre as instituições vinculadas

TABELA 1: Atendimentos no Chame- Estado de Boa Vista.

Na lei são crimes considerados Violência Doméstica	Lei Maria da Penha 2006 LEI 13.505, DE 08/11/2017: ACRESCE ARTS. 10-A, 12-A E 12-B LEI 13.641, DE 03/04/2018: ACRESCE SEÇÃO IV, COM O ART. 24-A	Estatísticas
		CHAME
Sexual***	Constranger a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante coação, ameaça ou uso da força; qualquer ato que interfira em sua liberdade reprodutiva e direitos sexuais;	19
Patrimonial***	Atos que configurem retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.	61
Moral***	Prática de atos que configurem calúnia, injúria ou difamação.	142
Física***	qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.	88
Cibernética****	Não há previsão legal.	12

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos junto ao Centro Humanitário de Apoio à Mulher do estado de Roraima por intermédio de visita realizada em setembro de 2018.

*** Tratam-se de formas de violência doméstica e familiar elencadas no art. 7º da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

**** A violência cibernética foi listada dentre as agressões relatadas pelas vítimas que se dirigiram ao CHAME-Boa Vista-RR e, segundo as explicações da Coordenadora do órgão, está relacionada a ataques em redes sociais feitos com o intuito de expor a intimidade da vítima, nas hipóteses em que não se enquadrem em dos crimes destacados como caracterizadores da violência moral, a saber: calúnia; injúria e difamação. Destaca-se que a violência cibernética contra a mulher, praticada com a finalidade de expor a vítima, ainda não está regulamentada de maneira específica.

TABELA 2: Homicídios de Mulheres.

	Número de Homicídios de Mulheres										Variação %		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2006 a 2016	2015 a 2016
Brazil	4030	3778	4029	4268	4477	4522	4729	4799	4856	4671	4648	16,3%	0,6%
Acre	17	18	13	16	19	18	18	32	20	19	23	33,3%	21,1%
Alagoas	106	109	83	111	137	138	133	142	123	95	101	-4,7%	6,3%
Amapá	13	12	13	12	16	19	17	19	20	18	17	30,8%	-5,6%
Amazonas	53	52	63	67	65	81	118	96	80	115	116	118,0%	0,9%
Bahia	243	249	315	345	438	449	437	423	383	382	441	81,5%	15,4%
Ceará	134	126	117	138	173	189	219	278	285	254	218	62,3%	-14,2%
Distrito Federal	49	55	64	76	66	79	77	78	60	58	64	30,8%	10,3%
Espírito Santo	183	186	190	256	374	567	563	171	140	141	104	-43,2%	-26,2%
Goiás	143	139	160	165	182	262	247	271	290	255	258	66,4%	-6,7%
Maranhão	67	63	81	87	117	131	114	131	152	148	159	137,3%	7,4%
Mato Grosso	70	95	86	94	80	87	100	91	111	118	104	48,6%	-11,9%
Mato Grosso do Sul	55	67	60	65	76	78	77	75	85	58	80	45,5%	37,9%
Minas Gerais	392	403	377	402	409	457	460	427	403	415	375	-4,3%	-9,6%
Pernambuco	140	144	169	180	231	186	232	231	249	261	294	110,0%	12,6%
Paraná	62	69	87	98	119	140	137	126	117	111	107	72,6%	-3,6%
Paraná	249	241	306	331	338	283	321	283	284	244	238	-4,4%	-2,5%
Pernambuco	310	290	298	304	247	261	216	256	239	233	282	-9,0%	21,0%
Piauí	32	35	38	31	40	32	46	47	63	67	50	56,3%	-25,4%
Rio de Janeiro	504	416	373	350	339	366	365	387	464	387	428	-15,3%	10,6%
Rio Grande do Norte	42	42	59	57	71	76	64	89	102	92	100	138,1%	8,7%
Rio Grande do Sul	162	183	219	225	227	202	247	210	250	284	308	90,1%	8,3%
Roraima	51	28	39	51	37	48	51	52	56	63	54	5,9%	-14,3%
Roraima	13	19	15	24	11	10	17	36	24	29	23	92,3%	-19,8%
Santa Catarina	92	70	86	93	110	74	104	102	111	97	107	16,3%	10,3%
São Paulo	788	595	667	660	678	589	640	620	612	539	507	-35,7%	-9,3%
Sergipe	40	34	30	36	43	60	62	56	74	70	60	50,0%	-14,3%
Tocantins	22	28	21	31	34	49	49	40	35	48	45	104,5%	-6,3%

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Embora o estudo supracitado paute-se em cifras oficiais coletadas até o ano de 2016, o balanço realizado junto às instituições atuantes no estado de Roraima, em setembro deste ano, demonstra que a situação ainda é preocupante, prova disso encontra-se consubstanciada no relato feito pela enfermeira responsável pelo atendimento de mulheres e crianças vítimas de agressão intrafamiliar do Instituto Médico Legal (IML) que aponta uma média de 40 atendimentos por mês de casos envolvendo violência física e sexual.

Por conseguinte, a análise quantitativa de procedimentos judiciais e extrajudiciais que tramitam junto à Vara de Crimes Contra Vulneráveis, nessa instituição foi corroborado que tramitam o total de 275 processos extrajudiciais, responsáveis pela persecução investigatória de crimes cometidos contra vulneráveis, incluindo crianças de até 14 anos, idosos, pessoas com deficiência, enfermidades ou equiparadas, bem como que integram o acervo de processos judiciais ativos cerca de 1083 procedimentos em andamento.

Desse modo, controlar o aumento dessas cifras torna-se necessário, análises derivadas deste estudo, além de justificar a pesquisa, pode-se tornar um instrumento de apoio para o diálogo articulado das instituições no estado de Roraima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Arrazoando tudo o que foi exposto, em sede de considerações finais, cumpre destacar que o ciclo de violência contra a mulher constitui-se como instrumento letal à sua convivência segura em sociedade. Ademais, a amplitude dos meios já previstos na legislação nacional encontra-se maculada, tendo em vista a complexidade do tema e as práticas misóginas enraizadas no próprio estado, que se manifestam de forma latente na pessoa dos seus agentes, responsáveis por prover o atendimento e o bem-estar da vítima e de seus familiares.

Conforme a pesquisa da Organização Não Governamental Human Rights Watch²⁰, verificam-se os números alarmantes que caracterizam o estado de Roraima como o mais letal para mulheres no Brasil. Tal como supracitado, o estado supera a média nacional de assassinato de mulheres em cifras superiores a mais da metade da média da nacional, enquanto a média do país, uma vez que, no ano de 2015, a média do Brasil ficou em 4, 4 assassinatos de mulheres a cada 100 mil habitantes.

Além dos dados da ONG Human Rights Watch, na entrevista concedida pela funcionária pública estadual no cargo de enfermeira, responsável pelo atendimento às vítimas de violência sexual no Instituto Médico Legal do estado de Roraima, foi constatado um aumento em relação aos anos anteriores, configurando uma média de 40 atendimentos de vítimas de violência física ou sexual por mês, no decorrer do ano de 2018, destacando-se o fato de que os índices de violência de gênero crescem de maneira exponencial na região que, por seu posicionamento geográfico, abarca uma grande pluralidade sócio-cultural, fato que implica na dinâmica legislativa e de políticas públicas.

Impende ressaltar, ainda, que é necessário o fortalecimento das políticas públicas e dos mecanismos legislativos no âmbito regional, para que se possa enfrentar o problema em sua origem, ceifando-se a impunidade que se instala entre os ofensores, e, desse modo promover o acolhimento e atendimento adequado às vítimas.

Em suma, no decorrer deste ensaio foi possível notar que há uma série de violações aos direitos das mulheres no contexto histórico e contemporâneo, que ensejaram a discussão sobre o tema a nível internacional e, conseqüentemente, com grandes efeitos nacionais e que a abrangência e pluralidade da violência de gênero, vítimas vulneráveis e feminicídio caracterizam-se como problemas de segurança pú-

²⁰ FUJITA, Gabriela. Por que Roraima é o Estado brasileiro com mais assassinatos de mulheres? Disponível em: <https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/06/06/roraima-tem-a-maior-taxa-de-feminicidio-desde-2010-entenda-o-porque.htm>

blica, assim como de aferição da efetividade de políticas públicas já implantadas no cenário nacional.

REFERÊNCIAS

BALESTRO, Gabriela Soares. GOMES, Renata Nascimento. Violência de Gênero: uma análise crítica da dominação masculina. **Revista CEJ**, Brasília, Ano XIX, n. 66, p. 44-49, maio/ago. 2015. P. 45.

BRASIL, **Código Penal**. Decreto-Lei Nº 2848 de 07 de dezembro de 1940.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Formas de Violência Contra a Mulher**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia> Acesso em 19 de outubro de 2018.

BRASIL. **Lei 11.240 de 7 de agosto de 2006**.

CUNHA, Rogério Sanches. **Lei do Femicídio**: breves comentários. Disponível em <https://rogeriosanches2.jusbrasil.com.br/artigos/172946388/lei-do-femicidio-brevs-comentarios> Acesso em 20 de outubro de 2018.

DECLARAÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES de 1993.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: parte geral, volume I. 19. ed. – Niterói, RJ: Impetus, 2017.

HC 277.561-AL, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 6/11/2014. Ementa disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/153676127/habeas-corpus-hc-277561-al-2013-0316886-6>. Acesso em 21 de outubro de 2018.

INFORME Nº 54/01 **CASO 12.051 MARIA DA PENHA MAIA FERNANDES BRASIL**. Disponível em: < <http://www.cidh.org/women/brasil12.051.htm> > Acesso em 14 de outubro de 2018.

IZUMINO, Wânia Pasinato. SANTOS, Cecília MacDowell. **Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero**: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf> Acesso em 20 de outubro de 2018.

KHOURI, Jose. **Considerações Sobre a Violência de Gênero e Violência Doméstica Contra a Mulher**. Jusbrasil. 2011. Disponível em: <https://dp-mt.jusbrasil.com.br/noticias/3021506/artigo-consideracoes-sobre-a-violencia-de-genero-e-violencia-domestica-contra-a-mulher>

MONTANA, M. **O Terceiro Setor**: novos temas, novos atores, novos desafios para mitigar a violência de gênero no estado de Roraima. REPATS, Brasília, V. 4, Nº 2, p.142-159, Jul-Dez, 2017. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/REPATS/article/view/8701/pdf>

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal I**. 11. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro. Forense, 2015.

OLIVEIRA, Maria de Fátima Barroso de. **Mídia e Mulheres**: Feminismos, Representação e Discurso. Dissertação de Pós Graduação. 2005, p. 13

Por que Roraima é o Estado brasileiro com mais assassinatos de mulheres? **Pela ONG internacional Human Rights Watch (HRW)** Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/12/por-que-roraima-e-o-estado-brasileir-com-mais-assassinatos-de-mulheres.htm>>

Relatório Especial sobre la violencia contra la mujer, sus causas y consecuencias. Disponível em: <https://www.ohchr.org/SP/Issues/SRWomen/Pages/SRWomenIndex.aspx>. Acesso em 13 out. 18

Revista Semana. El cuerpo femenino como arma de guerra. Disponível em< <https://www.semana.com/on-line/articulo/el-cuerpo-femenino-como-arma-guerra/81387-3>> Acesso em 13 de outubro de 2018.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. e ALMEIDA, Suely de Souza. **Violência de Gênero**: Poder e Impotência. Rio de Janeiro, Revinter, 1995.

SEN, Amartya. **Identidade e violência**: a ilusão do destino. tradução José Antonio Arantes. - 1. ed. - São Paulo : Iluminuras : Itáu Cultural, 2015. 208 p. Tradução de: Identity and violence: the illusion of destiny.

UNICEF. <https://www.dw.com/pt-br/unicef-200-milh%C3%B5es-de-mulheres-sofreram-mutila%C3%A7%C3%A3o-genital/a-19029065>.

ARTIGO

VIOLÊNCIA NO PARTO: MAUS-TRATOS A MULHERES EM UMA MATERNIDADE DE MANAUS

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher nos últimos anos tem adquirido empiricamente no Brasil múltiplas expressões. No contexto nacional e internacional vem sendo repercutida ao longo dos anos pelos meios de comunicação e por estudos científicos, a violência obstétrica, entendida como aquela que ocorre no âmbito da assistência à saúde da mulher durante o período de gestação ao pós-parto e em situações de abortamento, envolvendo as mulheres gestantes ou parturientes e os profissionais de saúde.

A presente produção científica teve por escopo investigar a violência obstétrica em uma maternidade pública de Manaus. Para essa finalidade, buscamos desvelar a violência obstétrica e seus entrelaçamentos com as relações de gênero; conhecer os aspectos conceituais da violência obstétrica, destacar as expressões da violência como os maus tratos de mulheres em uma maternidade de Manaus.

Trata-se de um estudo bibliográfico e documental, cuja metodologia centrou-se na abordagem qualitativa. Segundo Goldemberg (2004), na pesquisa de abordagem qualitativa, o objeto de estudo deve possuir como foco de investigação o aprofundamento da compreensão de significados atribuídos pelos sujeitos (um grupo social ou uma instituição) às suas ações.

Para demonstrar o estudo da arte sobre violência obstétrica, foi realizada pesquisa bibliográfica, tendo como base de dados livros, revistas científicas e artigos, bem como levantamento dos dados empíricos, por meio da pesquisa documental realizada no Ministério Público Federal e na ouvidoria do Instituto da Mulher Dona Lindu.

* Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia/UFAM. Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social (GEPOS). Bolsista Capes. E-mail: raquell_cruz@yahoo.com.br

** Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social (GEPOS). E-mail: diaspaula844@gmail.com

*** Doutorado em Ciências Sociais/ Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003), e Pós-Doutorado na Université Lumière de Lyon 2, na França (2015).

Os resultados preliminares da pesquisa assumem a relevância do entendimento dos aspectos que contribuem para existência e recorrência da violência obstétrica, na medida em que se pretende auxiliar na ampliação do entendimento da magnitude desse fenômeno. A análise dos dados possibilitou fazer algumas considerações sobre os mecanismos que podem ser adotados para o enfrentamento a essa violência.

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E SEUS ENTRELAÇAMENTOS COM AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Gênero é uma categoria necessária para que possamos entender de que maneira vem sendo construída a assistência ao parto, serviço oferecido às mulheres gestantes no Brasil, considerando que nas práticas de atenção à saúde do binômio mãe-bebê, identifica-se discriminação, preconceitos e diversas práticas hostis que refletem o machismo estrutural em que se apoia a sociedade patriarcal brasileira.

Diferentemente da perspectiva do patriarcado, que estabelece um binarismo nas representações dos papéis de homem e mulher, este estudo assenta-se no debate das relações de gênero. Scott (1991, p.21) define as relações de gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”. A referida autora chama a atenção para o fato de que as relações de gênero devem ser vistas como uma “forma primeira de significar as relações de poder”. Trata-se de posições desiguais de poder que engendram e reproduzem diversas formas de violências contra as mulheres em espaços distintos. Dentre eles, estão o espaço familiar e doméstico, o mercado de trabalho, os espaços públicos e institucionais, dentre outros (SCOTT, 1999, p. 14).

Para Torres (2005, p. 26), “[...] homens e mulheres são determinados pelas relações de gênero, relações que envolvem valores, visões de mundo, processos educativos e ideo-políticos assimilados socialmente”. Ou seja, as relações de gênero determinam o que é homem e o que é mulher a partir das concepções educativas, ideológicas e políticas que são internalizadas no convívio social, as quais constroem a identidade dos sujeitos.

Segundo Saffioti (2004), a dominação e exploração das mulheres é uma característica do capitalismo enovelada com o sistema patriarcal, materializada como um fenômeno de dupla face. Para esta autora, “a base econômica do patriarcado não se resume somente na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, na segregação nos espaços ocupacionais, mas também no controle da sexualidade das mulheres e de sua capacidade reprodutiva” (IBIDEM, p. 106). Este controle não só ocorre

para convencê-las a controlar a quantidade de nascimento e o limite de tempo entre os filhos, como também para garantir que as relações de poder estejam sempre em mãos masculinas, embora somente o gênero feminino possa conceber e gerar vida dentro de seu corpo.

Del Priore (2009) aponta as raízes da repressão da sexualidade feminina durante o período do Brasil Colônia. De acordo com a autora, a ideologia católica, aliada aos discursos médico e jurídico, internalizou na população da época a ideia de que as mulheres eram seres inferiores aos homens. Receptáculos passivos da semente masculina, as mulheres deveriam praticar o ato sexual com o único objetivo de procriar, e jamais deveriam obter prazer durante o sexo. Desta forma, elas foram distanciadas de sua própria intimidade, e seus saberes neste âmbito foram esvaziados pela doutrina vigente. Neste sentido, o contingente feminino sofreu um processo de “adestramento” para adequar-se ao projeto colonizador europeu, e as mulheres que ousaram expressar sua sexualidade livremente foram estigmatizadas e perseguidas.

Na contemporaneidade brasileira, violência contra a mulher se expressa em diversas tipificações, conforme prevê a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006), quais sejam: violência física, psicológica/simbólica, sexual, patrimonial e moral. Nos últimos anos, passou-se a caracterizar também a violência obstétrica (CIELLO et al, 2012; TESSER, 2015), que acontece por meio de atos abusivos ou ações e procedimentos praticados sem o consentimento da mulher, que provocam danos à saúde física ou mental do binômio mãe-bebê. A violência obstétrica pode ser percebida sob a perspectiva de gênero como violência simbólica (BOURDIEU, 2011) e violência moral (BRASIL, 2011).

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: ASPECTOS CONCEITUAIS

A violência obstétrica, antes mesmo de ser debatida no Brasil, já tinha repercussão em países em desenvolvimento como Argentina, Venezuela e México, o que provocou nos últimos anos o posicionamento de organizações vinculadas à ONU – Organização das Nações Unidas. Em 2014, a Organização Mundial da Saúde (OMS), agência da Organização das Nações Unidas (ONU) responsável por temas relacionados à saúde da população mundial, pronunciou-se nos seguintes termos: “no mundo inteiro, muitas mulheres sofrem abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto nas instituições de saúde. Este tratamento não apenas viola os direitos das mulheres quanto ao cuidado respeitoso, mas também ameaça o direito à vida, à saúde, à integridade física e a não-discriminação” (OMS, 2014, p.1).

O termo “violência obstétrica” foi elaborado pelo Dr. Rogelio Pérez D’Gregório, presidente da Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia da Venezuela, em 2010. Trata-se de uma definição que fundamentou a luta do movimento de humanização do parto, através da eliminação e punição dos atos e procedimentos violentos, realizados durante o atendimento e assistência ao parto, dando origem a uma legislação específica que tipifica a violência obstétrica na Venezuela (MARIANI; NETO, 2016).

No Brasil, este tema começou a ganhar reconhecimento como um campo de investigação formal a partir dos anos 2000 (SENA e TESSER, 2017). Neste sentido, a pesquisa que mais contribuiu para a visibilidade da violência obstétrica foi realizada em 2010, pela Fundação Perseu Abramo e SESC, denominada *Mulheres Brasileiras e Gênero nos espaços Públicos e Privado*.

Os dados desta pesquisa, coligidos em 25 hospitais, de 176 municípios espalhados pelo país, apontaram que cerca de 25% das mulheres sofreram violência durante o atendimento ao parto. Dentre as violências, destacam-se: “negação ou não oferecimento de algum tipo de alívio para a dor (10%); exame de toque de forma dolorosa (10%); falta de informação sobre algum procedimento realizado (9%); gritos ao serem atendidas (9%); negação de atendimento (8%); e ofensas ou humilhações (7%)” (VENTURI et al., 2010, p. 173).

No que tange aos maus-tratos durante o atendimento ao parto, cerca de 01 a cada 04 mulheres, totalizando o percentual de 23% ouviram frases humilhantes, como: “não chora que ano que vem você está aqui de novo” (15%); “na hora de fazer não chorou, não chamou a mamãe” (14%); “se gritar eu paro e não vou te atender” (6%); e “se ficar gritando vai fazer mal para neném, ele vai nascer surdo” (5%) (VENTURI et al., 2010, p. 177).

Desta forma, nota-se que a violência obstétrica está intrinsecamente relacionada com a violência simbólica e moral, pois a forma de agir é justamente fazendo depreciação do ser da mulher durante o parto, pelo fato de ela ter tido relação sexual, voltada deliberadamente para atingir sua sexualidade ao proferir piadas e gracejos que beiram ao pornográfico em face de ela possuir vida sexual ativa. Isso atinge a integridade moral, física e até psicológica da mulher.

Ao prosseguir na esteira da conceituação deste tipo de violência, pode-se dizer, segundo Tesser et al (2015), que violência obstétrica é o termo utilizado para descrever e agrupar diversas formas de violação de direitos durante a assistência à saúde materna e neonatal. Incluem-se nesse âmbito os maus-tratos físicos, psicológicos e verbais, assim como procedimentos desnecessários e danosos utilizados rotineiramente, ultrapassando as taxas estipuladas pela Organização Mundial da Saúde

(OMS) e sem base em evidências científicas. Dentre estes procedimentos, destacam-se: episiotomia (corte na região do períneo), manobra de Kristeller (pressão realizada sobre a barriga forçando o nascimento da criança), tricotomia (raspagem de pelos pubianos), aplicação de ocitocina sintética (hormônio acelerador das contrações) e negação do direito ao acompanhante (Lei nº 11.108, de 07 de abril de 2005).

EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: MAUS-TRATOS EM UMA MATERNIDADE DE MANAUS

No Amazonas, a violência obstétrica adquiriu visibilidade a partir de 2015, com a realização da primeira audiência sobre este tema, na cidade de Manaus. De acordo com dados coletados no Ministério Público do Estado do Amazonas (MPEAM), no ano de 2015 foram registradas 17 denúncias de violência obstétrica e em 2016 foram registradas 16 denúncias, dados informados nas audiências públicas.

O Ministério Público Federal (MPF) tem sido o órgão de referência no registro e recebimento de denúncias sobre este tipo de violação dos direitos humanos. Na pesquisa documental que realizamos neste órgão, encontramos aproximadamente 50 denúncias de violência obstétrica em trâmite judicial, englobando a cidade de Manaus e três municípios do Estado do Amazonas, todas referentes ao período de 2012 a 2017. Nesses registros, identificamos denúncias de violência obstétrica ocorridas em diferentes maternidades da cidade de Manaus, dentre elas o Instituto da Mulher Dona Lindu.

Pertencente à rede pública de saúde, o Instituto da Mulher é subordinado à SUSAM, cuja manutenção advém dos recursos provenientes do governo Estadual, Federal e do Ministério da Saúde. Possui por objetivo garantir um atendimento integral e humanizado na urgência e emergência, em específico ao gênero feminino. Sua prioridade é garantir à mulher amazonense uma assistência de qualidade e resolutividade, procurando trabalhar os problemas sociais das pacientes.

No que tange ao nosso levantamento sobre denúncias de violência obstétrica ocorridas no Instituto da Mulher Dona Lindu, encontramos 11 denúncias no MPF, as quais instauraram processos judiciais que se encontram em trâmite judicial na Defensoria Pública do Estado, Ministério Público do Estado do Amazonas e Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Em todos estes processos constam maus-tratos, violência simbólica, moral e outras formas de violências contra a mulher que serão analisadas ao longo deste estudo. Encontramos ainda 08 denúncias informais que constam no Relatório de Avaliação Negativas das Maternidades de Manaus publicizados pelo site Maternidades Manaus, no ano de 2015.

A materialização da violência obstétrica como violência simbólica e moral é explícita nos discursos abusivos, preconceituosos e discriminatórios direcionados à mulher no momento do parto, na intenção de intimidar, constranger e desmoralizar as parturientes. Dentre os relatos¹ averiguados nas denúncias constam os seguintes:

Margarida ouviu: “*Na hora de fazer foi bom, agora você está aqui gritando.*”

Disseram à Orquídea: “*Agora não adianta chorar e nem gritar, na hora de fazer foi bom, não é? Então aguente.*”

Jasmim reclamou que estava há dias sofrendo, e o médico respondeu: “*Vou fazer logo sua cesárea porque já estou cansado de olhar para sua cara*” (Dados obtidos no MPF, 2018).

Os relatos representam discursos com conteúdos de violência moral. Para Segato (2003, p.115), “violência moral é uma ação que envolve agressão emocional, trata-se da argamassa para outros tipos de violência. São exemplos da violência moral: humilhação, intimidação, coação moral, desvalorização da mulher como pessoa, de seu valor moral, dentre outras”. A violência moral é toda expressão verbal que tenha por finalidade difamar ou intimidar moralmente a mulher, atingindo dessa maneira sua integridade moral e sua subjetividade.

Nestes discursos também está contida a violência simbólica, esclarecida por Bourdieu (2011, p. 50), como “uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, e como por magia [...], mas essa magia só atua com apoio de predisposições colocadas, na zona mais profunda dos corpos”. Significa dizer que a violência simbólica emana da dominação masculina, e está impregnada no pensamento e linguagem dos sujeitos constituindo-se em sua visão de mundo. Essa visão é constituída pela reprodução de costumes, crenças e valores, sustentados pelos meios simbólicos como a imposição das ideias de ordem religiosa, cultural e midiática, que constituem a moral patriarcal das sociedades.

A culpa atribuída às mulheres, como vimos nos discursos, remete à construção do mito de Eva como a mulher assanhada, lasciva e sedutora que induziu Adão a pecar e, como consequência do ato sexual recebeu punição de seu criador tendo as dores do parto multiplicadas. Esta é, pois, uma representação simbólica que vai ser revestida de violência. Ou seja, estabelece-se o caráter punitivo do sexo. Estar-se-á diante da violência obstétrica transvestidas de violência simbólica como uma representação punitiva dirigida à mulher, sedimentado no mito fundador da humanidade (TORRES, 2005), com a finalidade de exercer controle sobre os corpos e sexualidades das mulheres, sob os nexos das relações de poder.

¹ Utilizamos o nome de flores aos sujeitos da pesquisa como forma de salvaguardar o sigilo e anonimato das informantes.

Os dados obtidos junto ao Instituto da Mulher Dona Lindu revelam que as violências simbólica e moral são agressões que agridem os direitos humanos das mulheres. No discurso “vou fazer logo sua cesárea porque já estou cansado de olhar para sua cara” constata-se o tratamento desumano e humilhante para com a mulher gestante e parturiente, causando-lhe constrangimento desnecessário, haja vista que a ela é garantido o direito a um atendimento humanizado independente de sua condição de saúde, de classe, etnia, religião, escolaridade, orientação sexual e capacidade reprodutiva (BRASIL, 2002).

Outra violação dos direitos das mulheres refere-se à ausência de serviços voltados para o parto humanizado, tendo em vista que o atendimento humanizado é um direito garantido. De acordo com o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (BRASIL, 2002, p. 6), “toda gestante tem direito ao acesso a atendimento digno e de qualidade no decorrer da gestação, parto e puerpério”.

A Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal (2005, p.1-2), também estabelece a assistência ao parto humanizado, em seu art. 2º com destaque aos incisos I, IV, segundo os quais toda gestante tem direito à assistência ao parto e ao puerpério e que essa seja realizada de forma humanizada e segura, bem como assegura presença de acompanhante durante o trabalho de parto e pós-parto imediato, de acordo com a Lei nº 11.108/05.

Um outro discurso abusivo, destacado na denúncia realizada por Girassol, refere-se às violências simbólica e moral, caracterizadas também como assédio sexual, ocorrido durante o momento do parto, cujo danos são relatado da seguinte forma: “o enfermeiro chegou na hora do meu parto e passou a mão na minha perna e disse: nossa, você parece com uma namoradinha minha do interior! Isso me deixou aterrorizada e tudo o que eu mais queria era sair daquela maternidade, tudo aquilo me causava muito constrangimento, insegurança e tristeza porque não imaginava vivenciar uma situação daquela no momento de meu parto cesáreo” (Girassol, 2017). Girassol continua: “eu odeio maternidade, odeio até passar na frente de maternidade”. E conclui: “em minha segunda gravidez decidi junto com meu marido realizar o parto em minha casa devido ao trauma que adquiri na maternidade Instituto da Mulher Dona Lindu” (Dados obtidos no MPF, 2018).

A fala abusiva proferida pelo enfermeiro configura-se como assédio sexual, que é um tipo de agressão naturalizado na sociedade. Grossi (1994) alerta para o fato de que a prática de assédio sexual no campo da saúde na relação profissional e paciente é mais comum do que se possa imaginar, apesar de dificilmente ser denunciado, pois no processo de busca por saúde se estabelece uma profunda dependência e fragili-

dade da paciente. O assédio sexual é definido por atitudes de conotação sexual em que haja constrangimento de uma das partes, através do uso do poder, reduzindo a capacidade de resistência do outro (BRASIL, 2011).

Na pesquisa documental realizada na Ouvidoria do Instituto da Mulher Dona Lindu, junto a uma amostra de 15 registros de denúncias averiguados no período de 2016 até o mês de junho de 2018, constatamos que a violência obstétrica, desferida em forma em forma de violência simbólica e moral é uma realidade recorrente e que vem crescendo ao longo dos anos 2016 e 2017. De acordo com os dados empíricos obtidos na Ouvidoria do Instituto da Mulher Dona Lindu, em 2016 foram decodificadas 22 vezes situações de violência simbólica e moral nos relatos averiguados, já em 2017 foram citadas 27 vezes nos relatos e no primeiro semestre de 2018 foram 13 vezes precisamente. No período de 2016 até o primeiro semestre de 2018, verificamos as situações seguintes:

Quadro I: Maus Tratos vivenciadas pelas mulheres

Maus Tratos vivenciados pelas Mulheres	2016	2017	2018/1ºSemestre
Tratamento humilhante e agressivo	8	5	6
Atendimento de forma ríspida	5	3	4
Negligência	6	4	-
Desrespeito no Atendimento	-	3	-
Omissão de Socorro	1	2	3
Ofensas e Constrangimentos	1	6	-
Recusa de atendimento	1	3	-
Acusação de provocar aborto	-	1	-
Total	22	27	13

Fonte: Dados obtidos na Ouvidoria do Instituto da Mulher Dona Lindu, 2018.

Esses maus-tratos na assistência à saúde da mulher representam a violência obstétrica na sua forma de violência moral e simbólica. E embora a violência simbólica se revele na vida das mulheres de forma disfarçada e dissimulada, tornando-se despercebidas por suas vítimas, ela nem sempre é suave. Ela produz consequências como qualquer outra espécie de violência contra a mulher, causando impactos que atingem o estado de saúde da mulher, principalmente em situações de recusa de atendimento, negligência, ofensas e acusações e omissão de socorro.

A assistência ao parto também se estruturou fundamentando-se em concepções atreladas e sustentadas por convicções doutrinárias advindas do judaísmo bíblico (ANDRADE e AGGIO, 2014). Por meio dos ensinamentos religiosos que criam a

ideia da mulher subalterna e submissa ao homem, a humanidade vai empalidecendo, vai ficando opaca e desigual. Justifica-se a dor como um mal necessário, acusando a mulher de ser ela própria culpada pela dor em face de sua desobediência, pelo uso de sua liberdade.

A reprodução deste pensamento no discurso da sociedade leiga e de profissionais de saúde na atualidade é tomada em relação à mulher em situação de violência obstétrica, seja por meio de violência moral, psicológica ou atitudes negligentes, não sendo permitido a ela questionar, somente aceitar. A dor, que é um sentimento inerente ao próprio parto, passa a ser uma dor moral, na contextura do mito fundador e aprofundada na violência obstétrica. Isso pode prejudicar tanto a saúde como a qualidade de vida das mulheres, provocando risco de vida e de saúde também para a criança.

Na pesquisa documental feita na Ouvidoria do Instituto da Mulher, encontramos duas denúncias, uma de negligência devido à ausência de profissionais na troca de plantão para realizar o parto e uma de omissão de socorro. Ambas as denúncias possuem em seu desfecho óbito fetal². Um dos relatos que nos chamou atenção diz respeito a uma denúncia feita pelo marido da parturiente sobre o atendimento desta durante a internação na maternidade Instituto da Mulher Dona Lindu, no mês de abril de 2018, em que no desfecho do caso ocorreu o óbito da criança, a saber:

Ao chegarmos nesta maternidade, minha esposa passou pela triagem sentindo dores constantes, ela recebeu uma fita vermelha (que é a identificação para as mulheres com gravidez de alto risco), porque estava perdendo sangue e porque já havia estourado a bolsa dela. Ao entrar para ser atendida, ela foi muito mal atendida, o obstetra foi muito ignorante com ela. Por causa da dor que me esposa sentia, ele pediu que o acompanhante tirasse a roupa ensanguentada dela para que o médico fizesse o exame de toque, o acompanhante relatou que o exame de toque foi feito de forma brutal e a técnica de enfermagem pediu que ela relaxasse e abrisse as pernas porque não era o primeiro filho, sendo que ela já tinha laudo para realização de parto cesáreo. O médico verificou que ela não tinha dilatação para ter parto normal, o próprio médico autorizou a fazer cesárea. Era 00:20 e ela sangrava bastante e depois ao descer da maca ela ficava se contorcendo de dor, quando ela foi ao banheiro, após a verificação aumentava o sangramento, foi quando ela precisou usar absorvente pós-parto. Minha esposa perguntou do médico se era normal sentir essa dor constante, ele olhou por debaixo do óculos e falou que tudo isso era “culpa da eva por ela ter pecado, é por isso que as mulheres sentem essas dores”, em seguida o médico e a enfermeira olharam um para a cara do outro e começaram a rir da situação de forma irônica. Depois o acompanhante perguntou se ele iria internar ela, e ele respondeu que não, por não ter leito, o

² Óbito fetal é a morte de um produto da concepção, antes da expulsão ou da extração completa do corpo da mãe, independentemente da duração da gravidez; indica o óbito o fato do feto, depois da separação, não respirar nem apresentar nenhum outro sinal de vida, como batimentos do coração, pulsações do cordão umbilical ou movimentos efetivos dos músculos de contração voluntária (DATASUS, 2008).

médico queria que minha esposa fosse transferida para outra maternidade, uma na Cidade Nova (bairro de Manaus). Após ele falar isso, ele internou outra paciente com a fita laranjada, o acompanhante verificou que o médico demorava muito para prescrever o exame de sangue, fomos para admissão e após minutos quando o acompanhante foi com o médico novamente, ele ainda não tinha terminado a autorização do exame. Após sucessivas perguntas sobre a situação da gestante, às 02:30, o acompanhante foi informado para sair do local, porque ele estava atrapalhando ao invés de ajudar, às 02:45h foi perguntado se iriam verificar como estava o batimento do bebê e a enfermeira disse que iria verificar. Depois pedimos informação para saber quando ela iria subir para o centro cirúrgico, e informaram que às 03:00h da manhã e às 03:05h vi que o médico estava saindo pelo elevador para trocar de plantão (Dados obtidos na Ouvidoria do Instituto da Mulher Dona Lindu, 2018).

O informante prossegue o relato nos seguintes termos:

Com frequência eu perguntava dos enfermeiros se minha esposa iria fazer a cirurgia, enquanto isso eu ficava limpando o chão e a minha esposa sangrando constantemente, e nisso as horas se passavam e nenhum médico aparecia para consultar ela. Após a verificação de dilatação e batimentos do bebê em que se verificou que ela tinha 4 cm, perguntei quando ela iria ser atendida e ninguém tinha resposta. Somente às 07:30h ela foi atendida pelo médico, ao fazer o toque, ela voltou sangrando bastante tanto que o lençol ficou encharcado, após isso a enfermeira verificou o batimento do bebê e não conseguiu identificar porque minha esposa não conseguia ficar na posição por sentir muitas dores. Às 08:00h ele encaminhou para o parto normal, porque ele dizia que ela tinha 7 cm e podia ter normal. Às 08:20h ela subiu para fazer o parto normal na sala de Pré-parto, Parto e Pós-parto (PPP) e depois de 20 minutos, outro médico foi examinar ela e verificou que ela não tinha condições para ter parto normal, então mandou que aplicasse soro, para que fosse feita cesárea e pediu para que verificasse o batimento da criança. A enfermeira verificou que não tinha batimento e após isso ele pediu que fosse feita uma ultrassom, e o rapaz que fez a ultrassom não identificou nenhum batimento ou movimento da criança, relatando que a criança estava morta, em seguida o médico do PPP informou à minha esposa que minha filha estava morta e que ela iria ter a criança por cesárea, às 10:40h foi retirada a criança sem vida (Dados obtidos na Ouvidoria do Instituto da Mulher Dona Lindu, 2018).

É explícita, na fala do médico, a violência simbólica associada ao mito de Eva, algo pecaminoso, tratado com desdém e no campo da banalidade (TORRES, 2005). O mito de Eva retrata a culpabilização de Eva pela entrada do pecado na humanidade. Eva é vista como a mulher lasciva, pervertida e pecaminosa que induziu a queda, a qual originou o mal, fazendo entrar o pecado no mundo pela via do sexo (maçã). É condenada pelo Criador em razão de seu ato pecaminoso revestido de punição sentindo dor na hora do parto (TORRES, 2005), (PINHEIRO et al, 2018). É por meio do mito de Eva que a violência simbólica adensa o sistema patriarcal.

No relato do companheiro da parturiente detectamos uma situação de maus-tratos durante o atendimento, envolvendo tanto a violência simbólica quanto moral, impetradas por profissionais no atendimento realizado de forma grosseira e desumana. Este fato demonstra a necessidade da abordagem do tema humanização. Deslandes (2004, p.9) conceitua “humanização como oposição à violência, seja física e psicológica que se expressa nos maus-tratos, seja simbólica, que se apresenta pela dor de não ter a compreensão de suas demandas e suas expectativas”. Ou seja, a humanização do parto é não permitir que a mulher sofra nenhuma espécie de violência, significa tratar a mulher e a criança respeitando a sua dignidade humana.

Para Zanardo et al (2017, p.4), “muitas mulheres relatam vivências de parto dolorosos, com ofensas, humilhação e expressão estigmatizante desferida à sexualidade da mulher, além de intervenções obstétricas desnecessárias”. Até o acompanhante da parturiente enfrenta humilhação na maternidade. No relato, o acompanhante da parturiente, no momento em que demonstrou preocupação com o estado de saúde da sua mulher, foi convidado a se retirar. Destaque-se que a presença de um acompanhante durante o parto e pós-parto é um direito assegurado na Lei 11.108/ 2005, conhecida como Lei do Acompanhante.

Como foi possível perceber ao longo deste estudo, a violência obstétrica é a dor causada para além da dor inerente ao processo do parto, que atinge a alma e o psicológico da mulher, configurando-se em violações aos direitos humanos, sexuais e reprodutivos das mulheres, direito a não ser discriminada, direito de não ser submetida à tortura ou tratamento desumano, direito ao atendimento humanizado e ao direito do parto humanizado³ e seguro (Constituição Federal 1988; Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações de gênero, historicamente construídas através da determinação de papéis femininos e masculinos, que por sua vez são baseados em concepções ideológicas, estabelecem posições de poder (para os homens) e submissão (para as mulheres). Dominadas e exploradas, as fêmeas humanas são vítimas de diversos tipos de violência, que se expressam no plano físico, psicológico/simbólico, sexual, patrimonial e moral. A violência obstétrica pode assumir uma ou mais destas formas.

³ O conceito de parto humanizado prioriza como protagonista a gestante e o bem-estar dela e do bebê no momento do parto. Nele a mulher não sofre nenhuma violência, é respeitada, tem ciência de todos os procedimentos realizados durante o parto e ela quem decide como deseja que o parto aconteça (SOARES, 2017).

Esta forma de violação de direitos acontece em uma sociedade patriarcal, onde ainda hoje a maternidade é vista como algo compulsório, de modo que uma mulher só alcança sua realização ao torna-se mãe. Contraditoriamente, no momento do parto, o fato de a mulher ter utilizado sua sexualidade para chegar a este fim é usado contra ela, conforme demonstrado em alguns dos relatos citados.

Neste sentido, destaca-se a seriedade deste tipo de violência, que pode ser praticado de diversas maneiras, e muitas vezes as vítimas nem sabem que estão sendo violadas, pois não conhecem seus direitos. Assim sendo, é possível notar a importância da busca e acesso à informação, para que as mulheres se empoderem e se enxerguem como sujeitos de direitos civis, políticos e sociais, dentre os quais estão os direitos sexuais e reprodutivos.

Por outro lado, as instituições públicas e privadas que têm o compromisso de garantir direitos à população não devem ser palco de violências, principalmente quando cometidas pelos agentes destas instituições. Em se tratando dos profissionais de saúde, é necessário que sua formação seja atualizada, para que eles deixem de carregar este olhar moralizante, que culpabiliza mulheres pelo simples fato de exercerem sua sexualidade, e para que sempre adotem medidas e estratégias de ação baseadas em evidências científicas.

Observe-se, por fim, que a violência obstétrica causa um significativo mal-estar às mulheres, ao atingir sua integridade moral, sua subjetividade, sua alma e sua psique. Desta forma, há a necessidade extrema de se pautar como prioridade a humanização da assistência ao parto, bem como verificar a implementação da Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal no Instituto da Mulher Dona Lindu.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Briena Padilha; AGGIO, Cristiane de Melo. Violência obstétrica: a dor que cala. **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, ISSN, p. 2177-8248, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 10ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Saúde. **Secretaria de Políticas de Saúde Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento**. Brasília: DF, 2002.

_____. Ministério da Saúde. **Violência Intrafamiliar**: orientações para a prática em Serviço. Série Cadernos de Atenção Básica. Brasília: 2011.

CIELLO, Cariny et al. Dossiê Violência Obstétrica “Parirás com dor”. In: CPMI da **Violência Contra as Mulheres do Senado Federal**, 2012. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>> Acesso em: 20 de Jun de 2016.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GOLDEMBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**: Como fazer uma pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GROSSI, Miriam Pillar. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 5, no. Especial, 1994. pg.473-483.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria Nº 1.067, 04 de julho de 2005**. Institui a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.abenfomg.com.br/site/arqs/outros/031_portaria_1067_05.pdf>. Acesso em 07 mai. 2015.

MPEAM, Ministério Público do Estado do Amazonas. **MP-AM realiza terceira audiência pública sobre violência obstétrica**. 2016. Disponível em: <<http://www.mpam.mp.br/noticias-sp-1771083401/10430-mp-am-e-mpf-realizam-terceira-audiencia-publica-sobre-violencia-obstetrica#.Wrb18ujwbiU>>. Acesso em: 06 de mar de 2018.

MPF, Ministério Público Federal. **MPF e MP/ AM promovem debate sobre violência obstétrica em nova audiência pública**. 2017. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/mpf-e-mp-am-promovem-debate-sobre-violencia-obstetrica-em-nova-audiencia-publica>>. Acesso em: 06 de mar de 2018

MARIANI, Adriana Cristina; NETO, José Osório do Nascimento. Violência Obstétrica como Violência de Gênero e Violência institucionalizada: Breves considerações. **Cadernos da Escola de Direito**, Centro Universitário UNIBRASIL, Paraná, v. 2, n. 25, jul / dez 2016, p.48-60.

PINHEIRO, Veralúcia; SILVA, Rosenilda Rodrigues da; MACIE, Roseli Martins Tristão. A Demonização da Mulher: uma análise da personagem Margarida na obra O seminarista. **Revista de Educação Linguagem e Literatura**, v.10, n.1, p.151-168, Inhumas/Goiás, Maio. 2018

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, (Coleção Brasil Urgente), 2004.

SEGATO, Rita L. **Las estructuras elementales de la violência – ensayos sobre gênero entre antropologia, psicoanálisis y derechos humanos.** p. 111-115. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

SENA, Lígia Moreiras; TESSER, Charles Dalcanale. Violência Obstétrica no Brasil e o Ciberativismo de Mulheres mães: relato de duas experiências. **Interface Comunicação e Saúde.** São Paulo, 2017, v. 21, n. 21, p. 209 - 220. Scielo Versão Online ISSN 1807-5762.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** SOS Corpo. Recife, 1991.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As Novas Amazônidas.** Universidade do Amazonas, 2005. p. 13-39.

VENTURI, Gustavo. et al. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Sesc, 2010. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>>. Acesso em: 20 de jan de 2018.

ZANARDO, Gabriela Lemos de Pinho, et al. Violência Obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. **Revista Psicologia e Sociedade** (29)1555043. Porto Alegre:RS. 2017.

ARTIGO

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: UMA INVESTIGAÇÃO DE SUA EXISTÊNCIA SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO E SAÚDE

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é uma realidade reconhecidamente existente no Brasil e no mundo, e que pode ser praticada de diversas maneiras. Nos últimos anos, vem sendo repercutida pelos meios de comunicação e por estudos científicos, a violência obstétrica, entendida como aquela que ocorre no âmbito da assistência à saúde materna durante o período de gestação ao pós-parto e em situações de abortamento, envolvendo as mulheres gestantes ou parturientes e os profissionais de saúde.

A presente produção científica teve por escopo investigar a existência da violência obstétrica na perspectiva de gênero e saúde. Para esse fim, buscamos conhecer a violência obstétrica no Brasil; desvelar a construção da assistência ao parto na perspectiva de gênero; e conhecer a situação contemporânea da saúde pública no Brasil, identificando tanto na perspectiva de gênero quanto de saúde os fatores que contribuem para a existência da violência obstétrica.

Trata-se de uma revisão bibliográfica, cuja metodologia teve abordagem qualitativa. Segundo Goldemberg (2004), na pesquisa de abordagem qualitativa, o objeto de estudo deve possuir como foco de investigação o aprofundamento da compreensão de significados atribuídos pelos sujeitos (um grupo social ou uma instituição) às suas ações.

* Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia/UFAM. E-mail: raquell_cruz@yahoo.com.br

** Graduada em Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social (GEPOS).

*** Doutorado em Ciências Sociais/ Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003), e Pós-Doutorado na Université Lumière de Lyon 2, na França (2015).

Para demonstrar o estudo da arte sobre violência obstétrica, foi realizada pesquisa bibliográfica, tendo como base de dados: livros, revistas científicas, artigos do Scielo, Lilacs e Google Acadêmico.

Os resultados preliminares da pesquisa assumem a relevância do entendimento dos fatores que contribuem para existência da violência obstétrica, na medida em que se pretende auxiliar na ampliação do entendimento da magnitude desse fenômeno, para que assim seja possível pensar quais mecanismos podem ser adotados para o enfrentamento a essa violência.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL

Apesar da aparência de um objeto de estudo novo no âmbito científico, o sofrimento das mulheres gestantes na assistência ao parto é retratado no cenário mundial sob os mais diversos termos. No meio acadêmico-científico, as terminologias mais utilizadas nas pesquisas são violência obstétrica e institucional, as quais buscaremos conceituar de forma sequencial neste trabalho.

O termo “violência obstétrica” foi elaborado pelo Dr. Rogelio Pérez D’Gregorio, presidente da Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia da Venezuela, em 2010. A denominação fundamentou a luta do movimento de humanização do parto, por meio da eliminação e punição dos atos e procedimentos violentos realizados durante o atendimento e assistência ao parto, o que deu origem a uma legislação que tipifica a violência obstétrica na Venezuela. (MARIANI; NETO, 2016)

Na realidade brasileira, registra-se que desde as décadas de 1980 e 1990, profissionais de saúde e defensores dos direitos humanos e reprodutivos foram sendo motivados pelo movimento feminista a proporcionarem uma discussão acerca da violência no parto, assim como medidas para combatê-la. Todavia, somente a partir da década de 1990, com intensificação nos anos 2000, o tema ganhou visibilidade como um campo de investigação formal no país. (SENA; TESSER, 2017)

No Brasil e em outros países da América Latina, como Argentina e Venezuela, o termo Violência Obstétrica vem sendo utilizado para “descrever as diversas formas de violência ocorrida na assistência à gravidez, ao parto, ao pós-parto e ao abortamento”. (DINIZ et.al, 2015, p. 3)

Na realidade brasileira, sua tipificação está fundamentada no documento elaborado pela Rede Parto do Princípio, denominado Dossiê da Violência Obstétrica “Parirás com Dor”, enviado a CPMI da Violência contra as Mulheres do Senado Federal. Este documento define os atos caracterizadores da violência obstétrica, os

quais comprometem a garantia de direitos à saúde sexual e reprodutiva, podendo ser cometidos por profissionais de saúde de instituições públicas e privadas.

De acordo com a tipificação, a violência obstétrica pode ser caracterizada por atos de caráter físico, psicológico, sexual, institucional, material e midiático, tais como: negação do atendimento à mulher em maternidade ou unidades de saúde pública e privada; imposição de dificuldades para realização de consultas ou atendimento de urgência; privação de acompanhantes e familiares; discursos humilhantes, preconceituosos e discriminantes à mulher gestante ou parturiente; discurso de inferioridade; vulnerabilidade; abandono; discurso que cause medo ou insegurança; danos físicos por meio de medicamentos ou procedimentos obstétricos, agendamento de cesárea sem recomendação baseadas em evidências científicas; ações sem consentimento da mulher que provoquem a perda de integridade física, sexual e reprodutiva; ações que impedem o acesso da mulher aos seus direitos constituídos; publicação da imagem da mulher através de imagem ou mensagem com objetivo de denegrir sua integridade física e moral, entre outros. (CIELLO et al, 2012).

Em concordância, Tesser et al (2015) destaca que o termo “violência obstétrica” é utilizado para descrever e agrupar diversas formas de violência e danos durante a atenção obstétrica. Abrangendo maus tratos físicos, psicológicos, e verbais, assim como procedimentos desnecessários e danosos utilizados rotineiramente, ultrapassando as taxas estipuladas pela Organização Mundial da Saúde e sem base em evidências científicas. Dentre estes procedimentos destacam-se: episiotomia (cortes na região do períneo), restrição ao leito no pré-parto, manobra de Kristeller (quando a barriga é empurrada, forçando o nascimento da criança), tricotomia (raspagem de pelos pubianos), aplicação de ocitocina sintética (hormônio acelerador das contrações), negação do direito ao acompanhante¹ e excesso de cesarianas eletivas (quando recomendadas sem base em evidências científicas), o que tem sido crescente no Brasil nas últimas décadas.

A partir das conceituações e tipificação, é possível afirmar que a violência obstétrica é a dor causada para além da dor inerente ao processo do parto, configurando-se em violação aos direitos humanos sexuais e reprodutivos das mulheres, violação ao direito de integridade corporal, direito à autonomia, direito à não ser discriminada, direito a não ser submetida a tortura ou tratamento desumano, e direito a assistência ao parto humanizado e com qualidade. É relevante destacar ainda que a consumação de um ou mais atos de violência obstétrica, pode ocasionar sequelas físicas e psicológicas, podendo até mesmo causar a morte de parturientes e nascituros.

¹ Lei 11.108, de 07 de abril de 2005, conhecida como “Lei do Acompanhante”.

Na contemporaneidade, a pesquisa que mais contribuiu para a visibilidade da temática foi realizada em 2010 pela Fundação Perseu Abramo & SESC, denominada “Mulheres Brasileiras e Gênero nos espaços Públicos e Privado”, esse estudo revelou que uma em cada quatro mulheres afirma ter sofrido maus-tratos durante o parto. Além disso, cerca de 25% das mulheres sofreram violência durante a gestação, em consultas pré-natais ou no parto (VENTURI et al., 2010).

Apesar de notadamente a violência obstétrica alcançar diversas brasileiras e comprometer a saúde das mulheres, conforme apontou a pesquisa supracitada, ainda não foi possível dimensionar precisamente o alcance desta violência por ano no país, uma vez que não existem mecanismos próprios e sistemáticos para identificá-la e notificá-la, haja vista que o país avança lentamente na legislação que visa prevenir e coibir a violência obstétrica.

A nível nacional, está em análise na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 7633/2014, que dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal e visa combater a violência obstétrica. Esse projeto de lei retrata acerca dos direitos da mulher durante a gestação e o parto, inclusive nos casos de aborto, além dos direitos do feto e do recém-nascido, assim como dispõe das obrigações dos profissionais de saúde. Entretanto, houve significativos avanços no ano de 2017, período em que dois Estados brasileiros promulgaram legislações referentes ao combate à violência obstétrica².

A seguir buscar-se-á explicar o conceito de violência institucional, a fim de que possamos entender as divergências e semelhanças entre os termos.

CONCEITUANDO VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

Segundo documento produzido pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquentes – ILANUD, a violência institucional é um reflexo do autoritarismo de que se vale o Estado brasileiro para exercer uma espécie de controle social. Esta forma de agressão aos direitos garantidos pela Constituição de 1988 é perpetrada por órgãos públicos ou privados que deveriam assumir um compromisso com a democracia, mas que na verdade utilizam o poder a eles concedido para consumir a vulnerabilidade de certos grupos da sociedade, como crianças e adolescentes, idosos e mulheres.

No ano de 2011, o Ministério da Saúde reconheceu a Violência institucional por meio do documento Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mu-

² Lei Estadual 17.097/2017 em Santa Catarina e Lei nº 4.173/2017 em Rondônia.

lheres, definindo como “aquela exercida nos serviços públicos, por ação ou omissão, incluindo desde a dimensão mais ampla da falta de acesso à má qualidade dos serviços” (BRASIL, 2011, p.21). Esta violência pode ser identificada de várias formas:

- Peregrinação por diversos serviços até receber atendimento;
 - Falta de escuta e tempo para a clientela; frieza, rispidez, falta de atenção, negligência;
 - Maus-tratos dos profissionais para com os usuários, motivados por discriminação, abrangendo questões de raça, idade, opção sexual, gênero, deficiência física, doença mental;
 - Violação dos direitos reprodutivos (discriminação das mulheres em processo de abortamento, aceleração do parto para liberar leitos, preconceitos acerca dos papéis sexuais e em relação as mulheres soropositivas.
 - Desqualificação do saber prático, da experiência de vida, diante do saber científico;
 - Violência física (por exemplo, negar acesso à anestesia como forma de punição, uso de medicamentos para adequar o paciente a necessidades do serviço ou do profissional, entre outros)
 - Proibições de acompanhantes ou visitas com horários rígidos e restritos.
 - Críticas ou agressões dirigidas a quem grita ou expressa dor e desespero, ao invés de se promover uma aproximação e escuta atenciosa visando acalmar a pessoa, fornecendo informações e buscando condições que lhe tragam maior segurança do atendimento ou durante a internação diagnósticos imprecisos, acompanhados de prescrição de medicamentos inapropriados ou ineficazes, desprezando ou mascarando os efeitos da violência.
- (BRASIL, 2011, p.21-22)

Diante do exposto, podemos perceber algumas semelhanças das conceituações do termo violência obstétrica e violência institucional, e um fator que nos desperta atenção e pode ser novidade é que ambas as conceituações estão consideravelmente relacionadas a perspectiva de gênero, quando se tratam de violência contra o sujeito mulher gestante ou parturiente e saúde, quando este é o cenário em que se manifesta tal violência. A partir desse pressuposto, buscaremos a seguir investigar a existência da violência obstétrica.

RELAÇÕES DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO PARTO

Gênero é uma categoria necessária para que possamos entender de que maneira vem sendo construída a assistência ao parto oferecida às mulheres no Brasil, uma vez que, nas práticas de assistência ao parto, identifica-se discriminação, preconceitos e diversas práticas hostis que refletem o machismo estrutural em que se apoia a sociedade patriarcal brasileira.

Na concepção de Scott (1991, p. 4), o termo gênero é “utilizado para designar as relações sociais entre os sexos”, porém o uso do termo rejeita as justificativas bioló-

gicas que fundamentavam a dominação oriunda do patriarcado, como exemplo a teoria de que a mulher é procriadora e o homem possui força muscular superior. Para a autora, gênero “torna-se antes uma forma de indicar construções sociais relacionadas à criação da ideia sobre os papéis sociais apropriados aos homens e mulheres”.

Assim, o gênero constitui-se em uma construção social e cultural que se expressa e se reproduz nas relações sociais e podem ser variáveis de acordo com a história de cada sociedade. Scott (1991, p. 14) assinala ainda que gênero é também uma categoria relacional, ou seja, pertence às relações sociais entre homens e mulheres e deve ser vista como uma “forma primeira de significar as relações de poder”.

Exemplos de como estas relações de poder decorrentes dos papéis de gênero afetam as mulheres brasileiras desde o período colonial são apontados por Del Priore (2009). Segundo a referida autora, nesta época “uma série de múltiplos fatores cristalizou-se, conferindo à mulher uma situação específica na sociedade que então se formava” (DEL PRIORE, 2009, p. 21). Neste sentido, as fêmeas humanas que viveram no Brasil entre os séculos XVI e XIX passaram por um processo de “adestramento”, responsável por ensiná-las costumes e comportamentos que, de tão praticados ao longo dos tempos, atualmente são naturalizados e chamados de feminilidade.

Dentre os ensinamentos repassados ao contingente feminino colonial, estava o princípio de que a função natural da mulher era a reprodução. No entanto, ela jamais deveria sentir prazer durante o ato sexual. Depositário passivo do feto, sua sexualidade foi reprimida pela união do discurso católico ao discurso médico, de modo que ambos defendiam a ideia de que a mulher era naturalmente inferior ao homem e, além disto, era perigosa, visto que teria cometido o pecado original e provocado a expulsão do paraíso (DEL PRIORE, 2009).

No que se refere à assistência ao parto, Diniz (2009, p.4) afirma que os profissionais tendem a reproduzir uma certa “cegueira de gênero” quando “deixam de valorizar aspectos fundamentais de sua formação, enxergando apenas aspectos que confirmam o paradigma dominante”, como exemplo quando “aceitam crenças da cultura sexual sobre o corpo feminino”, como “sexo socialmente construído”, considerando serem explicações científicas sobre o corpo e sexualidade.

A assistência ao parto fundamenta-se nestas concepções atreladas e sustentadas por convicções doutrinárias advindas dos tempos bíblicos (ANDRADE; AGGIO, 2014). Através dos ensinamentos religiosos que consideravam a mulher subalterna e submissa ao homem, e a dor associada ao próprio parto devendo a mulher aceitar e suportar.

A reprodução deste pensamento no discurso da sociedade leiga e dos profissionais de saúde na atualidade expõe a mulher em situações em que se configuram como violência obstétrica, seja através de violência moral, psicológica ou atitudes negligentes, desrespeitando os direitos humanos da mulher, a exemplo quando não se permite a mulher questionar somente aceitar, como se a dor para além de ser inerente ao próprio parto, fosse inerente à experiência vivenciada na maternidade.

Além disso, a reprodução dessas ideias conservadoras na assistência à saúde ao parto, principalmente nos casos de negligência e violência física contra a parturiente, podem prejudicar tanto a saúde e qualidade de vida da mulher quanto da criança.

Para se ter clareza de como se configurou a violência obstétrica ao longo dos anos sob a perspectiva de gênero, se faz necessário entender a passagem do parto domiciliar para o parto hospitalar.

DO PARTO DOMICILIAR TRADICIONAL AO PARTO HOSPITALAR: ENTRELAÇAMENTOS COM A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

A arte de partejar era considerada uma atividade própria da humanidade, reconhecida como uma prática eminentemente feminina, realizada por parteiras, constituindo-se em um acontecimento natural durante as primeiras civilizações. Porém, com o tempo, a esta arte foram sendo agregados inúmeros significados culturais que, através das gerações, sofreram diversas transformações. (WOLFF; WALDOW, 2008)

De acordo com Müller (2016), até o século anterior a mulher vivenciava o parto espontâneo, natural e domiciliar.

Durante muitos e muitos séculos, parir era um ato eminentemente feminino e realizado em domicílio com auxílio das parteiras, aparadeiras ou comadres, que eram mulheres de confiança da gestante e reconhecidas pela comunidade por sua experiência na realização do parto e no acompanhamento durante o trabalho de parto e pós-parto. O parto era uma atividade desvalorizada, suas dores consideradas como consequência do pecado original e, portanto, não era digno de atenção por parte da medicina formal, que relegava seu acompanhamento a mulheres que nada ou pouco recebiam por isso. (MÜLLER, 2016, p.2)

Desde a consagração da dor como o castigo, em virtude do pecado ou do suposto prazer sexual que originou aquela gestação, se propagou a construção sociocultural, gerado no imaginário feminino e disseminado através das gerações, que o “parto é um momento de dor necessário” e todas mulheres terão que vivenciar.

Nesse sentido, estudos³ apontam que o imaginário da dor do parto, está historicamente fundado em construções culturais. Assim, em algumas culturas principalmente na cultura ocidental, as mulheres interpretam da dor do parto e o próprio parto, como um momento de ansiedade, medo, sofrimento, terror e morte.

A partir desse pressuposto, é possível perceber a relação dessa ideia com a violência obstétrica, pois a ideia de suportar a dor como um acontecimento natural, sendo a mulher biologicamente capaz de suportá-la, permitiu por muito tempo que as parturientes não percebessem a violência que sofriam nas maternidades. Isto fez com que este tipo de violação de direitos se tornasse uma violência consentida e até mesmo invisível até a década de 90, em virtude da falta de conhecimento e esclarecimento das usuárias dos serviços de saúde sobre seus direitos.

A assistência ao parto no Brasil permaneceu sob os cuidados das parteiras por todo o século XIX. Essa arte de partejar ocorria da seguinte forma:

[...] esta coisa de mulher em que se constituía dar à luz requeria ritos e saberes próprios, em que os homens só interferiam em casos de emergência e, sobretudo, nos centros urbanos. A presença masculina no parto era desconfortável, nem sempre bem-vinda, porque, além dos médicos mostrarem-se em seus relatos absolutamente insensíveis à dor das parturientes, as mulheres pareciam também atingidas pelo tabu de mostrar seus genitais, preferindo, por razões psicológicas e humanitárias, a companhia das parteiras [...]. (DEL PRIORI, 1995 apud WOFF; WALDOW, 2008, p. 142)

Essa realidade de partos naturais e domiciliares realizados por parteiras possibilitava ajuda mútua, solidariedade e alteridade, além da partilha de saberes populares apreendidas pela observação dos processos fisiológicos próprios do nascimento, pela intuição e pela troca de informações e experiências. Além disso, a arte de partejar constituía-se pelo saber-poder feminino tornando-se um momento de sororidade, realizado com respeito e escuta das parturientes. (WOLFF; WALDOW, 2008)

Com essa prática, o momento do parto não era interpretado como um procedimento técnico ou por uma série movimentos físicos, se interpretava por meio das práticas e habilidades femininas a dor e a angústia vivenciada pela parturiente.

Diante dessas premissas, o parto é considerado não somente um acontecimento biológico, mas um “evento contextualizado culturalmente que reflete os valores de cada sociedade humana, por meio dos sentidos que são atribuídos a ele”. (GUALDA, 1993 apud ALMEIDA, 2009, p. 32) Significa dizer que cada cultura possui uma forma de enfrentamento da dor, por meio de seus conhecimentos tradicionais ou científicos, através de seus rituais, procedimentos ou técnicas.

³ Como o estudo de ALMEIDA, Nilza Alves Marques intitulado A dor do Parto normal na perspectiva e vivência de um grupo de mulheres usuárias do SUS. Goiânia, 2009.

No século XX após a segunda guerra mundial, o parto hospitalar passou a predominar. Com a entrada dos médicos em cena o trabalho das parteiras foi sendo posto em segundo plano, essa mudança trouxe consigo a inclusão de procedimentos cirúrgicos no parto (WOLFF; WALDOW, 2008).

Desse modo, o parto anteriormente visto como uma experiência profundamente subjetiva e realizado no ambiente domiciliar transformou-se em uma experiência técnica e mecânica vivenciada no âmbito hospitalar. Outrora a mulher era culpada pela sua condição devendo suportar a dor, agora no espaço hospitalar além de culpada tendo que suportar a dor inerente ao parto, tem seus direitos violados, tornando-se vítima de violência obstétrica.

Por se tratar de assistência ao parto hospitalar, se faz necessário entender os dois modelos de assistência ao parto oferecidos as parturientes.

O primeiro refere-se à assistência obstétrica baseada em evidências científicas, que oferece assistência, apoio e proteção, com mínimo de intervenções. E o segundo refere-se ao modelo hospitalar tecnocrático, o tradicionalmente utilizado, que transforma o processo do parto em um evento medicalizante, com uso excessivo de tecnologia, resultando na taxa elevada de partos cesáreos e episiotomias⁴ no Brasil. (RODRIGUES, 2018)

Considera-se por alguns estudos empíricos⁵ que as práticas de violência obstétrica, principalmente procedimentos obstétricos, como episiotomia, manobra de Kristeller, proibição de movimento, imposição da posição ginecológica que dificulta o trabalho de parto para a mulher, amarrar os pés e os braços, bem como o uso inadequado de tecnologia, são procedimentos muitas vezes desnecessários sem base em evidências científicas, que causam danos ou sequelas irreparáveis ao corpo da mulher, resultantes do modelo de assistência tecnocrático.

A partir do entendimento da construção da assistência ao parto sob a perspectiva de gênero, buscamos a seguir conhecer a situação da saúde pública no Brasil contemporâneo e a relação da precarização na saúde com a existência da violência obstétrica.

SAÚDE PÚBLICA NA CONTEMPORANEIDADE

A realidade contemporânea da saúde pública no Brasil tem sido balizada pelo contexto de crise econômica e política pelo qual o país vem vivenciando, principal-

⁴ Incisão efetuada na região do períneo da parturiente para ampliar o canal de parto.

⁵ Como o estudo de CRIZÓSTOMO; NERY; LUZ intitulado A vivência de mulheres no parto domiciliar e hospitalar, 2017.

mente nos últimos dois anos, período regressivo e conservador em relação às políticas sociais, que vem provocando impactos na qualidade de vida da população com a destituição de direitos.

Em face a esse contexto, Vieira (2016) salienta a emergência de soluções para o enfretamento do déficit fiscal e superação da crise econômica, atingiu o âmbito da saúde e da educação, com a aprovação no Senado Federal da PEC 241/2016 conhecida como PEC do teto dos gastos públicos e da Emenda Constitucional 95/2016 aprovada pelo Congresso Nacional, que congela os investimentos do Governo Federal para saúde e educação por 20 anos, com cifras corrigidas pela inflação até 2036, ambas legislações têm sido tratadas na literatura internacional como medidas de austeridade fiscal.

Na visão de Camargo (2017) as medidas de austeridade fiscal na saúde, fundadas sob a lógica neoliberal, aprofundam os efeitos do retrocesso sobre a saúde da população, aumenta-se a probabilidade de desenvolvimento de doenças e compromete a efetividade das políticas sociais que poderiam combatê-las.

Nesse contexto de crise, Yasbek (2001, p.36) contribui afirmando que faz parte desse cenário a “crise das políticas sociais, através de seu reordenamento e subordinação às políticas de estabilização da economia, com suas restrições de gastos públicos e sua perspectiva privatizadora”.

Podemos entender que as soluções encontradas para resolver a crise econômica, não são efetivas, uma vez que com a recessão ocorre a queda de arrecadação, diminuindo a capacidade de intervenção do Estado, o que para além de produzir o crescimento das desigualdades sociais comprometem as políticas sociais.

Os efeitos desse processo atingem diretamente a qualidade de vida e saúde da população. E alicerçada pela hegemonia neoliberal, está em curso a despolitização do reconhecimento dos direitos da classe trabalhadora em nossa sociedade, premissa que fundamenta a desqualificação de políticas sociais, redução dos direitos sociais, destituição dos direitos trabalhistas, precarização do trabalho e sucateamento dos serviços de saúde pública.

As condições de precariedade e sucateamento da saúde pública são reflexos da crise econômica política, expressivos pela contenção dos gastos públicos oriundo das medidas de austeridade fiscal adotadas pelo Governo, resultando desde a precarização do trabalho, redução do número de profissionais, falta de medicamentos e até em “fechamento de unidades de atendimento, com conseqüente diminuição da efetividade dos programas e aumento da incidência e prevalência de doenças”. (SUHRCKE et al, 2011 apud VIEIRA, 2016, p. 12)

A RELAÇÃO ENTRE A PRECARIZAÇÃO DA SAÚDE E A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL

A violência obstétrica, a qual ocorre em maternidades públicas e privadas, tem sido apontada em alguns estudos⁶ como resultado da própria precariedade do sistema de saúde, atrelado à escassez de investimentos, decorrente de falhas omissivas ou ativas, negligência, falta ou má prestação de serviços, de gestão e de controle.

Tal realidade foi identificada no Estado do Amazonas, através de um trabalho de fiscalização em 2017 realizado pelo Conselho Federal de Enfermagem em 6 principais unidades de saúde e maternidades do Amazonas. Dentre os resultados foram encontrados 90 tipos de irregularidade, dentre estas, pacientes pelo corredor devido à falta de leitos hospitalares, medicamentos vencidos, quadro reduzido de profissionais, excesso de trabalho, falta de berços para os recém-nascidos e pulseiras de identificação. (COFEM, 2017).

Essas condições de precarização configuram total descaso em relação aos aspectos humanísticos⁷, tornando os usuários e os próprios funcionários vítimas desta estrutura. Decorrente dessa realidade, unidades de saúde pública e maternidades que deveriam proporcionar cuidado, atendimento adequado, digno e seguro, tem se tornado ambientes de violações ao direito à dignidade, direito à não ser discriminada, direito a assistência ao parto e puerpério de forma humanizada e de qualidade.

Além disso, variados estudos têm sido realizados no país nas diversas áreas do conhecimento, com a finalidade de investigar este fenômeno, a partir da opinião e perspectivas dos profissionais de saúde e das parturientes. Desse modo, tem sido constatado por esses estudos empíricos⁸ que as condições precárias na saúde e a má conduta na atuação profissional possibilita as usuárias vivenciarem situações de violência e desrespeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos fatores colaboram para a existência e reprodução da violência obstétrica, que está demarcada pelas relações de gênero na assistência ao parto, por meio das construções culturais sobre o imaginário da dor do parto, assim como pela

⁶ Como o realizado por Menezes et al, intitulado Avaliação da peregrinação anteparto numa amostra de puérperas no Município do Rio de Janeiro. 2006.

⁷ Conforme estabelecidos pela Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal e Rede Cegonha.

⁸ Como o realizado por Rodrigues et al, intitulado A violência obstétrica no contexto do parto e nascimento. Revista de Enfermagem. 2018.

precarização da saúde pública que atingem as relações de trabalho e a qualidade da prestação dos serviços, e ainda pelo modelo de assistência ao parto adotado pelos profissionais e oferecido às parturientes.

A partir do entendimento desses fatores, foi possível perceber a magnitude dessa violência, que atinge não somente a mulher no período de parto, pós-parto e em situação de abortamento, mas também o nascituro, a família e até os profissionais que atuam no campo da saúde. Neste sentido, é possível destacar reflexões acerca de possíveis medidas para o enfrentamento à violência obstétrica.

Assim sendo, primeiramente salienta-se a importância de os profissionais de saúde considerarem, em seu exercício profissional, o contexto sociocultural e a subjetividade das parturientes, entendendo a influência desses aspectos na maneira de sentir e interpretar as diferentes sensações advindas da dor ao longo da evolução do trabalho de parto.

Outro aspecto relevante seria o reconhecimento pelo Estado que a precarização da saúde afeta as relações de trabalho, dificultando a garantia de um parto seguro e com qualidade, em virtude da falta de equipamentos adequados para assistência ao parto, quadro reduzido de profissionais e jornada excessivas de trabalho. Contudo, esta realidade não justifica a violência simbólica, moral, psicológica, por meio dos discursos abusivos, preconceituosos e discriminantes direcionado às parturientes.

Consequentemente, verifica-se a necessidade de que os profissionais de saúde, assim como a sociedade em geral, desprendam-se desse olhar conservador e moralizante que culpabiliza mulheres pelo simples fato de exercerem sua sexualidade. Em contrapartida, é essencial que a população feminina tome conhecimento de seus direitos civis, políticos e sociais, dentre os quais estão os direitos sexuais e reprodutivos, criando possibilidades de empoderamento e libertação através do acesso à informação.

Por fim, outra medida primordial seria a importância da formação acadêmica pautar a necessidade de entendimento dos profissionais sobre os modelos existentes de assistência obstétrica, tornando necessário adotar e priorizar a atenção humanizada, objetivando assim o cuidado, proteção e respeito a mulher e ao nascituro, como sujeitos de direitos previstos na Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Briena Padilha; AGGIO, Cristiane de Melo. Violência obstétrica: a dor que cala. **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, ISSN, p. 2177-8248, 2014.

ALMEIDA, Nilza Alves Marques. **A dor do parto normal na perspectiva e vivência de um grupo de mulheres usuárias do Sistema Único de Saúde**. Goiânia. 2009. Tese. Doutorado em Ciências da Saúde. Programa de Pós Graduação em Ciências da Saúde.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Violência Intrafamiliar**: orientações para a prática em Serviço. Série Cadernos de Atenção Básica. Brasília: 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 10ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.

BOTTI, Maria Luciana. **Violência institucional e a assistência às mulheres no parto**. UNICENTRO, 2012.

CAMARGO, Kenneth. **Se não tivermos uma política redistributiva, seremos o país mais desigual do mundo**. Fiocruz. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <http://cee.fiocruz.br/?q=node/707>. Acesso em: 10 de jan de 2018.

CIELLO, Cariny et al. Dossiê Violência Obstétrica “Parirás com dor”. In: CPMI da **Violência Contra as Mulheres do Senado Federal**, 2012. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>> Acesso em: 20 de Jun de 2016.

COFEM, Conselho Federal de Enfermagem. **Maternidade em Manaus é vistoriada após denúncias por déficit de profissionais**. http://www.cofen.gov.br/maternidade-em-manaus-passa-por-vistoria-apos-denuncias-sobre-deficit-de_profissionais_55206.html. Acesso em: 10 de jan de 2018.

CRIZÓSTOMO, Cilene Delgado; NERY, Inez Sampaio; LUZ, Maria Helena Barros. A vivência de mulheres no Parto Domiciliar e Hospitalar. Escola Ana Nery. **Revista de Enfermagem**. Marc 2017, p. 98-104.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DINIZ, Simone Grilo. Gênero, Saúde Materna e o Paradoxo Perinatal. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**. São Paulo, v.19, n.2. p. 313-326. ago. 2009.

DINIZ, Simone Grilo. et al. Violência Obstétrica como questão para saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para sua prevenção. São Paulo. 2015. **SciELO Versão Online ISSN 2175-3598**.

GOLDEMBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**: Como fazer uma pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ILANUD. **Violência Institucional**: Quando o Estado agride a criança. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_06.pdf>. Acesso em: 08 de set de 2018.

MARIANI, Adriana Cristina; NETO, José Osório do Nascimento. Violência Obstétrica como Violência de Gênero e Violência institucionalizada: Breves considerações. **Cadernos da Escola de Direito**, Centro Universitário UNIBRASIL, Paraná, v. 2, n. 25, jul / dez 2016, p.48-60.

MENEZES, Daniela Contage Siccardi. et al. Avaliação da peregrinação anteparto numa amostra de puérperas no Município do Rio de Janeiro, Brasil, **Cad. Saúde Pública** [online]. 2006, v.22, n.3, p.553-559. ISSN 1678-4464.

MÜLLER, Danielle Valle Rocha. **Meu Corpo, suas regras?** 2017. Disponível em: <<https://portal-justificando.jusbrasil.com.br/noticias/379147809/meu-corpo-suas-regras>>. Acesso em: 20 de jan de 2018.

RODRIGUES, Diogo Pereira. et al. A Violência Obstétrica no contexto do parto e nascimento. **Revista de Enfermagem**, UFPE Online, Recife, PE, p.236-246, jan. 2018.

SENA, Lígia Moreiras; TESSER, Charles Dalcanale. Violência Obstétrica no Brasil e o Ciberativismo de Mulheres mães: relato de duas experiências. **Interface Comunicação e Saúde**. São Paulo, 2017, v. 21, n. 21, p. 209 - 220. Scielo Versão Online ISSN 1807-5762.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. SOS Corpo. Recife, 1991.

TESSER, Charles Dalcanale. Et al. Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**. 2015.

VENTURI, Gustavo. et al. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Pulo: Fundação Perseu Abramo/Sesc, 2010. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>>. Acesso em: 20 de jan de 2018.

VIEIRA, Fabíola Supino. **Crise Econômica, austeridade fiscal e saúde**: que lições podem ser aprendidas? IPEA, Nota técnica nº 26, Brasília, 2016.

WOLFF, L. R., WALDOW, V. R. Violência consentida: mulheres em trabalho de parto e parto. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 138-151, jul./set. 2008.

YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. Revista Temporalis, **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. n. 3, p.33-39, Brasília. 2001.

ARTIGO

VULNERABILIDADE DOS JOVENS NAS DROGAS: ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DE DANOS

INTRODUÇÃO

Os avanços científicos imbuídos da acelerada evolução tecnológica, direcionados para um mundo cada vez mais globalizado, contraditoriamente vem contribuindo para o retraimento social dos indivíduos que, cercados das demandas contemporâneas, tentam encontrar novas formas de lidar com as situações de estresse.

A organização da sociedade pautada nos moldes capitalistas, e do consequente crescimento da desigualdade social, configura-se um cenário propício para alterações de valores voltados para o individualismo, competitividade e consumo. Por conseguinte, a utilização das drogas é considerada uma ampliação de oportunidade de busca pelo prazer e um consequente término do sofrimento para sujeitos que buscam apenas tentativas de escape (SOUZA; KANTOSKY; MIELKE, 2006).

Com base nessas proposições este artigo tem o objetivo analisar o uso de drogas entre jovens de Boa Vista, amparado pelos conceitos de vulnerabilidade, drogas e estratégia de redução de danos. Para tanto, foi caracterizado o perfil socioeconômico dos jovens e os fatores que os levam ao uso de drogas. A população alvo do presente estudo foram jovens entre 15 e 21 anos, que fazem parte do Projeto Crescer da Prefeitura Municipal de Boa Vista (PMBV) no estado de Roraima, através da metodologia de abordagem quantitativa.

O “Projeto Crescer”, como já salientado, é uma instituição mantida pela PMBV, com caráter de amparo a jovens em situação de risco, próxima à violência e uso de drogas. Na pesquisa de campo foram aplicados questionários à 25 jovens que frequentam, de forma mais assídua o projeto, além de pesquisa bibliográfica e de dados em livros e artigos em periódicos na internet, usando um aporte relacionado aos

* Acadêmica do Curso Bacharel em Psicologia do Centro de Educação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: wellencrystine73@gmail.com.

** Professora Doutora em Geografia da Universidade Federal de Roraima. E-mail: lialuz3@hotmail.com.

conceitos de vulnerabilidade, fatores de risco e estratégia de redução de danos, abordados ao longo do texto com análise a partir de dados empíricos que comprovam a veracidade dos objetivos propostos.

JOVENS: VULNERABILIDADE, FATORES DE RISCO E DROGAS

Conforme pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz, em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, foi detectado cerca de 50 mil usuários de crack e outras drogas similares no Brasil, com idade inferior a 18 anos, o que indica 14% do total de 370 mil usuários do país (BASTOS; BERTONI, 2014). Vale destacar, que fazem parte do grupo de menores de 18 anos as crianças entre 0 e 8 anos que apresentam o consumo bem reduzido, com isso grande parte do grupo se encontra na fase da juventude.

Destaca-se ainda que, as pesquisas realizadas em 1987, 1989, 1993, 1997 e 2004, pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), apontaram uma constância em relação ao uso contínuo de drogas, com exceção do álcool e do tabaco, nas idades entre 10 a 18 anos, aumentando essa frequência após os 18 anos (CARLINI et al, 2006).

Os dados epidemiológicos das últimas pesquisas acerca do consumo de drogas psicotrópicas no âmbito dos estudantes dos ensinos médio e fundamental apontaram que entres os anos de 2004 a 2010 houve uma diminuição em bebidas alcoólicas e tabaco, tanto no âmbito de “uso na vida” quanto “uso no ano”. Ainda que a pesquisa aponte para uma diminuição do uso de substâncias psicotrópicas entre os jovens, a faixa etária entre 16 e 18 anos tiveram poucas alterações, explicitando a importância do cuidado e de ações preventivas voltadas a essa população (CARLINI et al, 2010).

Nos últimos anos, a período da juventude que perpassa a fase da adolescência e a jovem adultícia tem ganhado espaço de estudo pela comunidade científica, destacando principalmente que o papel da adolescência está bem determinado, como uma fase do desenvolvimento antecedente a vida adulta, que implica a transição para a independência e a consolidação da autonomia (MOTA; ROCHA, 2012).

Esse período do desenvolvimento humano é marcado, historicamente e socialmente pela presença de conflitos identitários, instabilidade e rebeldia, tendo em vista que o adolescente e o “adulto emergente”, passam por mudanças físicas, sexuais, emocionais, psicológicas e sociais. A caracterização da juventude atual está embasada nos valores e normas culturais da sociedade contemporânea (SILVA; RODRIGUES; GOMES, 2015).

Essas concepções acerca da fase do desenvolvimento revelam uma tendência natural e patológica, que anula as contradições sociais, e as implicações e significações criadas nas relações intersubjetivas, no que diz respeito, a compreensão da adolescência como construída socialmente, com significações próprias dos seus pares. A juventude pode ser considerada como um período de alargamento social que é constituído a partir de uma sociedade capitalista, em que vincula a extensão a escola a uma necessidade de aprimoramento técnico afim de conseguir um emprego, o que culmina no distanciamento de um certo grupo social (OZELLA, 2011 apud SILVA; RODRIGUES; GOMES, 2015)¹.

Logo, para um entendimento do período da juventude deve-se levar em conta o sujeito sócio histórico, bem como as suas vulnerabilidades. Schenker e Cavalcante (2015 apud SILVA; RODRIGUES; GOMES, 2015)² apontam que a vulnerabilidade deve ser entendida não apenas por condições de desigualdade social ou falta de aporte material, mas também por diversas formas de desvantagens enfrentadas por alguns grupos, como fragilidade dos vínculos ao qual pertencem, violência, perda de direitos básicos, falta de perspectiva profissional e de planejamento futuro, entrada precoce no mercado de trabalho. A partir desses aspectos reforça a perspectiva de que são definidos pelas relações intersubjetivas em detrimento de condições ‘naturais’.

O entendimento dos aspectos de vulnerabilidade e risco são de extrema importância. No âmbito da saúde, o conceito de risco envolve experiências e conhecimentos sobre o perigo de alguém ou da coletividade em ser acometida por doenças ou agravos, refere-se a situações reais ou potenciais na produção de efeitos adversos. No que se refere a situação de uso de substâncias psicoativas entre os jovens, os fatores considerados de risco envolvem os aspectos individuais, sociais, interpessoais e culturais (SCHENKER; MINAYO, 2005).

O quadro de vulnerabilidade é articulado em três segmentos: o componente individual, que se trata da capacidade individual de elaborar informações acerca do problema; o componente social, que diz respeito ao acesso a informação e serviços de saúde e educação pelos sujeito, levando em conta as especificidades dos diferentes segmentos populacionais; e o componente programático (político-institucional), concerne ao planejamento das ações, financiamentos de atividades preventivas, a formação de rede para atuação (AYRES et al., 2009).

¹ OZELLA, S. Adolescência: um estereótipo ou uma construção histórico-social. In: EROY, A. S.; DENISE, M. (Org.). **Adolescência: uso e abuso de drogas: uma visão integrativa**. São Paulo: Fap / Unifesp, 2011.

² SCHENKER, M.; CAVALCANTE, F. G. Vulnerabilidade, família, abuso, dependência de drogas e violência. In: SILVA, E. A.; MOURA, Y.; ZUGMAN, D. K. (Org.). **Vulnerabilidade, resiliência e redes: uso, abuso e dependência de drogas**. São Paulo: Red Publicações, 2015.

A articulação e integração desses três elementos evidenciam a condição de vulnerabilidade como um estado e não atrelado a natureza de determinados sujeitos e/ou coletivos específicos, além de romperem com a concepção de comportamento de risco individualizado, maximizando para a complexidade das relações grupais. Esses apontamentos levantam um questionamento acerca de alguns programas preventivos pontuais de informação ao uso abusivo e dependente de drogas, pois são embasados apenas em um problema específico, menosprezando os impedimentos de superar alguns obstáculos materiais, políticos e culturais que tornam esses grupos vulneráveis a problemas específicos (SODELLI, 2015 apud SILVA; RODRIGUES; GOMES, 2015)³.

Por conseguinte, o jovem que se encontra em situação de risco, poderá recorrer ao alívio e/ou proteção em decorrência da vivência de situações de estresse, ansiedade e angústia experienciados nessa fase, com o consumo de substâncias psicoativas, podendo desenvolver uma relação de uso abusivo e dependência. Contudo, os programas de prevenção devem caminhar além do controle de situação de uso de drogas, “deveriam considerar o sujeito como capaz de estabelecer suas próprias escolhas, através de práticas reflexivas para buscar formas de apoio na redução de suas vulnerabilidades” (SODELLI, 2015 apud SILVA; RODRIGUES; GOMES, 2015, p. 340-341).

O conceito de dependência usado nessa pesquisa, admite a perda da liberdade na relação entre o sujeito e a droga, levando em consideração a três fenômenos acerca desses fatores: a droga, que traz alterações na consciência e realidade; o individual, características subjetivas; o espaço sociocultural que esse sujeito está inserido (SILVEIRO FILHO, 1996⁴; SODELLI, 2011⁵ apud SILVA; RODRIGUES; GOMES, 2015).

Vale ressaltar que a relação de abuso e dependência de drogas entre adolescentes é complicado e envolve muitos aspectos, um dos fatores que podemos destacar é o papel da família, que carrega bastantes discussões nos dias de hoje como, por exemplo, sobre a maneira com que os pais encaram essa fase de desenvolvimento dos filhos. Deve-se tomar precauções quantos ao discurso discriminatório e de cul-

³ SODELLI, M. Vulnerabilidade, resiliência e redes sociais: uso, abuso e dependência de drogas. In: SILVA, E. A.; MOURA, Y.; ZUGMAN, D. K. (Org.). **Vulnerabilidade, resiliência e redes: uso, abuso e dependência de drogas**. São Paulo: Red Publicações, 2015.

⁴ SILVEIRA FILHO, D. X. Dependência: de que estamos falando afinal? In: SILVEIRA FILHO, D. X.; GORGULHO, M. (Org.). **Dependência: compreensão e assistência às toxicomanias**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. p. 1-14.

⁵ SODELLI, Marcelo. A abordagem de Redução de Danos Libertadora na Prevenção: Ações Redutoras de Vulnerabilidade. In: EROY, A. Silva.; DENISE, M. (Org.). **Adolescência: Uso e Abuso de Drogas: Uma visão integrativa**. São Paulo: Fap-Unifesp, 2011.

pabilização, estimando por determinado modelo de família em detrimento de outras configurações familiares pertencentes a distintos contextos sociais, culturais e familiares (SCHENKER; MINAYO, 2005).

No que concerne ao uso regular de drogas entres jovens, vale destacar o fator de risco da falta de apoio familiar, relações empáticas e violência doméstica, ressaltando que esse fator deve ser atrelado aos fatores de risco e vulnerabilidades supracitados. É importante ressaltar que a família é uma fonte primária de socialização, e junto escola e grupo de amigos desenvolvem papel importante na criação de fatores de risco e proteção e risco as circunstâncias de uso problemático de drogas (SCHENKER; MINAYO, 2005).

REDUÇÃO DE DANOS

No que concerne o uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas, vale ressaltar que não se trata de um fenômeno exclusivo da contemporaneidade. O homem há milhares de anos faz uso de substâncias psicoativas pelos mais diversos motivos, dentre eles, religiosos, culturais, com a finalidade de facilitar a socialização ou isolar-se. Estudos apontam que o uso de álcool é datado de 6.000 a.C. (BRASIL, 2017).

Por este motivo e outras constatações, a história dos seres humanos parece mostrar que as drogas sempre estiveram presentes em nossa sociedade, decerto permaneceram a nos acompanhar durante o desenvolvimento da humanidade. Além do mais, se as razões para o uso de drogas são os mais variados, também são várias as formas que a sociedade se embasou para avaliar o consumo (MACHADO; BOARRINI, 2013).

Desta forma, existiu um período em que a droga era capaz de sanar a dor e aliviar os problemas. O crescente processo de urbanização decorrente da revolução industrial possibilitou o surgimento de várias tecnologias, bem como, processo de destilação do álcool e uma consequente problematização acerca do uso e abuso de drogas. Assim, houve uma mudança no âmbito das drogas, passando da esfera biomédica e religiosa para a esfera judiciária (BASTOS; BERTONI, 2014).

Em meados do século XIX, muitos países tomaram medidas quanto as drogas ilícitas no âmbito da segurança e justiça. Essas medidas se baseavam em um modelo de intervenção repressivo e proibicionista com uma estratégia de combate as drogas. Por conseguinte, a estratégia visa a diminuição da oferta de drogas e coloca em segundo plano a prevenção ao consumo, tendo como principais vertentes os modelos moral e criminal, que preconiza no enfrentamento as drogas o aprisionamento do

usuário e uma concepção de doença, no qual a dependência de drogas é tratada como uma patologia (ALVES, 2009).

As ações baseadas no medo a repressão, moralidade e intolerância ao consumo de drogas são características das políticas proibicionistas e definidas como medidas de alta exigência, tais ações impõem a abstinência como uma condição para o ingresso em um programa de tratamento. A nomeação “guerra as drogas”, deixa claro que o principal objetivo de tais políticas é criar uma sociedade livre das drogas. Posto que, as consequências dessa estratégia passaram a ser questionadas, tendo em vista que o uso delas permanecia crescendo na esfera mundial em detrimento do aparato as pessoas que não almejavam ou não conseguiam acabar com o consumo de drogas. De maneira oposta as pessoas eram estigmatizadas e as políticas de tratamento eram descuidadas (MACHADO; BOARINI, 2013).

Nessa concepção o conceito de Redução de Danos é entendido como um modelo muito importante com relação ao tratamento e prevenção de drogas. Surgiu na década de 1980 como um novo método de prevenção e tratamento ao uso de drogas, agindo nas situações de prejuízos e riscos para o indivíduo. Essa visão almeja favorecer a escolha e respeito a liberdade do sujeito, pesquisa a relação estabelecida entre o sujeito e a droga e problematiza a predominância dos princípios da abstinência, como exclusiva forma usada nos programas de prevenção, cuidado e tratamento (SILVA; RODRIGUES; GOMES, 2015).

Os programas de prevenção podem ser divididos, de forma mínima, em duas perspectivas: a de redução de danos e proibicionista. A segunda, como já mencionado acima, tem como estrutura e política de combate as drogas e baseia-se em ações de prevenção às drogas e abstinência. Porém a partir da percepção de vulnerabilidade, os conceitos de comportamento e grupo de risco passam a ser questionados, bem como, e as ações de prevenção que visam apenas a abstinência. Com isso, passam a ser ampliados trabalhos que visam a diminuição de possíveis danos acarretados pelo uso de drogas (SODELLI, 2011 apud SILVA; RODRIGUES; GOMES, 2015).

Para o entendimento da Redução de Danos, deve-se levar em consideração que ela é embasada na concepção de que as substâncias psicoativas sempre existiram na sociedade e não há como ignorá-las, sendo assim suas intervenções em diferentes níveis visam minimizar os efeitos prejudiciais e priorizar o bem-estar do sujeito. Portanto, as ações preventivas visam primeiramente atender as seguintes indicações: as drogas não são apontadas primeiramente como algo danoso ou benéfico, porém a partir do entendimento da relação com o sujeito; as intervenções são embasadas no conhecimento científico; as intervenções são realizadas de forma sistematizada,

com duração de grande ou curto prazo; tem o objetivo de promover a autonomia e o respeito aos direitos humanos (MOREIRA; SILVEIRA; ANDREOLI, 2006).

DEPRECIAÇÃO DO USO DAS DROGAS NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

Durante as décadas de 1960 e 1970, o consumo das drogas em meio a sociedade ocidental estava ligada as formas de protesto, nomeado de contracultura, e era caracterizado por uma forma de resistência ao que era imposto no mundo das artes e cultura mundial. Tal movimento enaltecia a liberdade individual junto aos problemas sociais presentes. A concepção libertadora do uso das drogas, abolia os modelos institucionais da família e do Estado, como modo de controle social. Uma representação nessa manifestação, no que diz respeito ao uso de drogas, foi o movimento hippie, no qual era concebido como forma de mobilizadora da política e da sociedade em apoio a paz e contra o consumismo e as guerras instaladas nesse período (VELHO, 1997 apud PINHEIRO, 2011)⁶.

Segundo Pinheiro (2011) no contexto brasileiro, a produção do sentido do uso das drogas foi semelhante. No enfretamento a ditadura militar, muitos jovens se manifestavam tendo as drogas como símbolo de pacificação, em apoio a paz e a liberdade. Maior parte dos jovens engajados politicamente, usou nas mais variadas frequências, algum tipo de droga.

Pinheiro (2011) afirma que por volta dos anos 2000 em diante o contexto do uso das drogas é diferenciado. Na contemporaneidade, as drogas encontram-se atreladas a criminalidade, e se torna motivação para o tráfico e outras atividades ilícitas. A construção social da realidade das drogas é observada de modos distintos em contextos históricos diferentes, e concepção do sentido sobre seu uso também pode ser diferente, porque é estabelecido em situações e drogas específicas, em suas diferentes propriedades.

Esse ainda aponta que:

[...] a criminalização das drogas (ilícitas) produz um discurso moral e legal com relação a seu uso, o que muitas vezes não permite ver o problema na sua forma mais complexa e particular, construindo uma padronização a essa condição. Resultado disso são as vendas legalizadas de álcool e cigarro, drogas que produzem dependência de igual forma, mas a longo prazo. O que está em voga, a priori, não é da ordem da saúde pública e sim do controle social, da lei (PINHEIRO, 2011, p. 02).

⁶ VELHO, Gilberto. Drogas e construção social da realidade. In: Toxicomania: uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

Assim sendo, o uso das drogas se diferencia do uso abusivo, a partir da produção de sentido que tal utilização tem para o sujeito e para sociedade contemporânea. O uso de drogas perdeu seu caráter libertador e político, e passou a ser uma forma de obtenção de prazer, caracterizando a sociedade atual como hedonista. Por conseguinte, essa exaltação da liberdade, afeta a integridade física, mental e social dos sujeitos que as utilizam (PINHEIRO, 2011).

VULNERABILIDADE E DROGAS COM JOVENS DE BOA VISTA

Localizado no extremo norte brasileiro, o estado de Roraima, que tem como centro administrativo o município de Boa Vista, limita-se ao norte, noroeste e a oeste com a República Bolivariana da Venezuela; ao norte, nordeste e a leste com a República Cooperativista da Guiana; ao sul e a sudoeste com o estado do Amazonas e a sudeste com o estado do Pará, possuindo 1.922 km de fronteiras internacionais ocupando uma área de 225.116,1 km², que representa 2,7% da superfície total do país (VALE, 2012).

O estado apresenta uma população nativa de índios, além de uma população migrante oriunda de todas as regiões do país, e imigrantes com grande representatividade de venezuelanos, além de haitianos e guianenses. O crescimento populacional e a modificação no comportamento dinâmico da área são fenômenos comprovados com dados censitários e com pesquisas que descrevem políticas governamentais de expansão urbana que vem acarretando transformações sociais nos últimos trinta.

A concentração populacional na cidade de Boa Vista, é um resultado desse processo e o crescimento urbano acelerado efetivou um acréscimo de novos bairros, que segundo Vale (2012, p. 111) é composta por 55 bairros, sendo “6 bairros na Zona Norte; 38 bairros na Zona Oeste; 6 bairros na Zona Sul e 4 bairros na Zona Leste, além do Bairro Centro e 5 AEIS”, definido pelo plano diretor da cidade, conforme quadro 1.

Quadro 1: Bairros de Boa Vista por zonas.

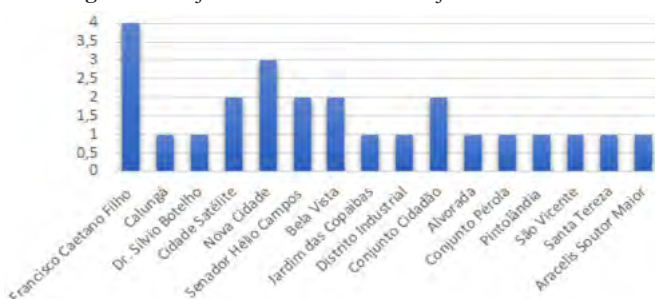
Zona Norte	31 de Março, Aeroporto, dos Estados, Nossa Senhora Aparecida, Paraviana, São Francisco.
Zona Sul	13 de Setembro, Calungá, Distrito Industrial, Francisco Caetano Filho, Marechal Rondon, São Vicente
Zona Leste	05 de outubro, Caçari, Canarinho, São Pedro.
Zona Oeste	Alvorada, Asa Branca, Bela Vista, Buritis, Caimbé, Cambará, Caranã, Cauamé, Centenário, Cidade Satélite, Cinturão Verde, Dr. Airton Rocha, Dr. Sílvio Botelho, Dr. Sílvio Leite, Equatorial, Jardim Caranã, Jardim Floresta, Jardim Primavera, Jardim Tropical, Jôquei Clube, Laura Moreira, Liberdade, Mecejana, Murilo Teixeira Cidade, Nova Canaã, Nova Cidade, Olímpico, Operário, Pintolândia, Piscicultura, Pricumã, Professora Araceli Souto Maior, Raiar do Sol, Santa Luzia, Santa Teresa, Senador Hélio Campos, Tancredo Neves, União.

Fonte: Vale, 2012, p. 111.

Ainda segundo a mesma autora, a área urbana dessa cidade cresce em direção à área que abrange da Zona Norte seguindo em direção à Zona Oeste, áreas destinadas segundo plano diretor à expansão urbana. Os bairros que compõem a Zona Leste, tem sua expansão destinada à população de poder aquisitivo elevado, com a Zona Sul destinada à indústria e parques, com área de preservação ecológica por ficar nas imediações do rio Branco (VALE, 2012).

A PMBV através de projetos sociais, não importando quem esteja à frente do poder municipal, vem alguns anos, assistindo áreas que apresentam vulnerabilidade econômica e social. Destes projetos o Projeto Crescer, com sedes localizadas nos bairros Calungá e Pintolândia, vem obtendo destaque no que se refere ao atendimento de jovens direta ou indiretamente ligados a problemática das drogas ilícitas (Figura 1).

Figura 1: Projeto Crescer: bairros dos jovens atendidos.



Fonte: pesquisa de campo.

Os jovens atendidos pelo referido projeto se encontram num contexto de violência e envolvimento com tráfico de drogas, com 35 gangues urbanas, entre os jovens da cidade, principalmente os da região de vulnerabilidade social. A PMBV, no ano de 2001, fez um amplo levantamento de diagnóstico socioeconômico, culminou na identificação de cerca de 17 mil jovens que viviam em situação de pobreza e indigência. Com objetivo de promover mudanças, na realidade ora vigente, a Prefeitura Municipal de Boa Vista buscou alcançar esse público através de ações, durante a noite, nas localidades onde as gangues atuavam. A implantação de atividades como o “esporte noite adentro” marcou o primeiro contato dos gestores com os adolescentes e o início do estabelecimento de vínculo e confiança apontados como os pilares do Projeto Crescer (BOA VISTA, 2017).

Segundo relato da Prefeita Teresa Surita, no início das ações do projeto, os jovens se agrediam ao nível de se esfaquearem, mas ao longo do desenvolvimento do das ações eles passaram a entregar as armas. Ainda segundo a prefeita um dos momentos mais marcantes de sua participação direta no Projeto Crescer foi quando se sentou frente a frente com um dos jovens para uma conversa sobre os problemas da cidade, criando a partir de então uma relação de respeito, indicado como algo que lhes faltava.

Em meados de 2004 com a criação da escola Frei Arthur, foi abrigado todas as atividades desenvolvidas pelo projeto, dentre elas, aula que incluíam oficinas de artes plásticas, música, moda, xadrez e cursos profissionalizantes, além da criação de uma cooperativa para comercializar os produtos produzidos pelos alunos com divisão da renda entre eles (BOA VISTA, 2017).

A escola atendeu por volta de 900 sujeitos até o ano de 2006, com isso houve uma diminuição significativa da violência na capital. Em 2014 o projeto foi retomado pela nova gestão da prefeita supracitada, porém com novo desafio: o enfrentamento a problemática do crack. Em 2017, o Projeto Crescer contava com uma nova sede e atendia 500 jovens que se encontravam em situação de vulnerabilidade e risco social, situação de uso de drogas, cumprimento de medidas socioeducativas e evasão escolar. No Projeto que funciona nos dois turnos, diariamente, os jovens de 15 a 25 anos participam de várias oficinas, dentre elas as de marcenaria, luteria, serralheria, metalurgia, moda, serigrafia, educação para o trânsito e sinalização, artesanato, música, dança, cinema e meio ambiente e atividades esportivas (BOA VISTA, 2017).

Os dados apresentados na figura 2 mostram que a idade dos jovens que participam do projeto e que concordaram em participar desta pesquisa varia de 15 a 21 predominando o sexo feminino (14 jovens), com relação ao sexo masculino (11

juvems), correspondendo a 44% dos jovens pesquisados. Quanto a autodeclaração da cor/origem étnica dos jovens pesquisados, há maior número de pardos (14 jovens), que equivale a 56%, seguido de pretos (9 jovens), correspondendo a 36% e apenas 2 jovens que se autodeclararam brancos que representa 8% dos jovens. No que diz respeito ao estado civil, a maioria são solteiros, mais especificamente 23 dos jovens, que corresponde a 92%, apenas 8% são casados ou possuem união estável.

Figura 2: Projeto Crescer: características sociais dos jovens atendidos - idade / sexo / cor/origem étnica / estado civil.



Fonte: pesquisa de campo.

O uso de drogas está vinculado à fragilidade do jovem em responder de maneira crítica às situações impostas pela vida, com isso, os fatores de risco podem levar a dependência e comprometer a realização das atividades esperadas a fase de desenvolvimento, bem como, o cumprimento de papéis socialmente esperados, comprometendo a preparação para outro estágio da vida. (SCHENKER, MINAYO, 2005).

Ultimamente a relação do sexo feminino com o uso de substâncias ilícitas, principalmente na adolescência, se tornou semelhante ao do sexo masculino em consequência ao pertencimento do grupo de iguais. Com isso existe uma tendência a adoção dos mesmos comportamentos com vista a aceitação por parte do grupo (VIEIRA et al., 2008). Nota-se essa evidência na pesquisa, na qual a maioria da amostra pertence ao sexo feminino.

Na figura 3 são apontadas as características econômicas, que dizem respeito a escolaridade, renda e ocupação dos jovens estudados nessa pesquisa. Quanto a escolaridade foi notada que a maioria possui o Ensino Médio incompleto, que cor-

responde a 14 jovens equivalente a 56%, correspondendo com a faixa etária. Seguindo dos 7 jovens que têm Ensino Médio, correspondente a 28%. Os que possuem Ensino Fundamental são 3 jovens, que representa 12% e apenas um possui o Ensino Fundamental incompleto, que equivale a 4%. No tocante a ocupação dos jovens, 96% são bolsistas de projetos sociais e estudantes ou apenas bolsistas e 2% são estudantes, bolsistas de projeto social e exercem trabalho informal.

Figura 3: Projeto Crescer: características econômicas dos jovens atendidos - escolaridade / ocupação / renda.



Fonte: pesquisa de campo.

Geralmente os sujeitos que estão em um contexto socioeconômico carente vivenciam situações de vulnerabilidade e conseqüentemente de risco, e os jovens que se encontram nessa situação podem buscar no uso de drogas, um alívio em decorrência da intensa vivência de estresse e ansiedade. O uso nessas circunstâncias pode culminar em abuso e dependência (SODELLI, 2015 apud SILVA; RODRIGUES; GOMES, 2015). A pesquisa ressalta o perfil socioeconômico dos jovens pesquisados é menos favorecido, e que 68% fazem uso de algum tipo de droga, culminando com as afirmações supracitadas.

No tocante ao contato com as drogas a figura 4 traz os dados obtidos acerca do uso de drogas e quem apresentou a mesma. Quanto ao uso de drogas, 17 jovens responderam já fizeram uso de alguma droga, que representa 68% dos jovens. Com relação ao questionamento sobre as pessoas ou grupos que lhes apresentaram as drogas as respostas foram variadas: 6 jovens responderam que foram os amigos; outros 6 responderam que foram os conhecidos; e um afirmou que foi a família. Outros responderam que foram mais de um grupo, três que foram os amigos e vizinhos, seis responderam que foram os amigos e conhecido, e um que foi namorado e família.

Figura 4: Projeto Crescer: contato com as drogas - uso de drogas, quem apresentou.



Fonte: pesquisa de campo.

Portanto, as motivações que levam os jovens a iniciar o uso de drogas são variados e circundam aspectos individuais e sociais, nos quais estão inseridos o grupo de pares, família e sociedade de modo geral. Estudos apontam que os amigos e conhecidos têm grande influência no uso de drogas, pois geralmente o uso é vinculado a aceitação no grupo. Os problemas vinculados a família, como, brigas dos pais ou falta da presença dos mesmos, junto a outros fatores de vulnerabilidade e risco, também são apontados como um fator determinante para o uso de drogas (PRATTA; SANTOS, 2006).

Assim, ações que tenham em seu cerne a redução de danos devem ser realizadas com os jovens que estão em situação de uso e abuso de drogas, pois possuem a concepção de drogas psicoativas como sempre existentes na nossa sociedade, por isso, as intervenções visam diminuir os efeitos prejudiciais e prioriza o bem-estar do sujeito. Logo, as intervenções de prevenção visam atender a indicação de que a droga não é boa ou ruim, mas é estabelecido o entendimento a partir da relação que o sujeito estabelece com a mesma, são embasadas em conhecimento científico e estimulando a autonomia do indivíduo (MOREIRA; SILVEIRA; ANDREOLI, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que, através das buscas realizadas para suporte dessa pesquisa científica, estão sendo realizados diversos estudos nas variadas áreas do conhecimento, tanto no âmbito acadêmico quanto no âmbito governamental sobre essa temática, isto é, o uso e abuso de drogas tem chamado atenção nas distintas camadas da sociedade e independente do tamanho da cidade.

Alguns autores apontam que a problemática das drogas deve ser levada em conta a partir de um olhar amplo para as singularidades do contexto sócio histórico no

qual se encontram os sujeitos que fazem uso. Destacando que os aspectos sociais, históricos, econômicos e culturais estão diretamente ligados a questão do uso abusivo de droga. Eles apontam que o foco deve ser o sujeito, no caso o jovem, quais condições eles se encontram quando fazem uso, e conseqüentemente como se dá essa relação do jovem com a droga, tendo em vista promover a autonomia e a cidadania do mesmo.

Obteve-se como resultado, que grande parte dos jovens pesquisados fazem uso de drogas, e a maioria estão em situação de vulnerabilidade, no âmbito das relações familiares, sociais, culturais e econômicas. Assim, faz-se necessário, mais pesquisas acerca da temática, aliado a criação de políticas públicas que sejam amparadas em uma concepção de redução de danos e uma conseqüente minimização das situações de vulnerabilidades e riscos, em que os jovens em situação de risco sejam tratados como cidadãos que precisam da garantia dos seus direitos mínimos.

Portanto, o que se busca, são políticas públicas de intervenção na prevenção ao contato dos jovens que se encontram em situação de risco, com uso de drogas e conseqüentemente proporcionar uma redução nestes índices. Vale ressaltar que os estudos não se esgotam neste levantamento.

REFERÊNCIAS

ALVES, V. S. Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, p. 2309-2319, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n11/02.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

AYRES, J. R. C. M. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: DINA, C.; CARLOS, M. F. (Org.). **Promoção de Saúde: conceitos, reflexões, tendências**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 121-143.

BASTOS, F. I.; BERTONI, N. Quantos usuários de crack e/ou similares há nas capitais brasileiras? Resultados da Pesquisa Nacional sobre Crack, 2012. In: **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?** Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2014. p. 131-145. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/fiocruz-lanca-livro-digital-da-pesquisa-nacional-sobre-o-uso-de-crack>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

BOA VISTA. Prefeitura Municipal de Boa Vista. Secretaria Municipal de Gestão Social. **Projeto Crescer**. Boa Vista: SENGES, 2017. online. Disponível em: <<http://www.boavista.rr.gov.br/canal-do-cidadao-projetos/projeto-crescer>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas**. Anfetaminas, anticolinérgicos e álcool: álcool. Brasília: SENAD, 2017. online. Disponível em: <<https://obid.senad.gov.br/drogas-a-a-z/anfetaminas-anticolinergicos-e-alcool#wrapper>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

CARLINI, E. A. et al. (Superv.). **II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil**: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país - 2005. São Paulo: CEBRID - Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas; UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, 2006. 468 p. Disponível em: <<http://www.cebrid.com.br/wp-content/uploads/2014/10/II-Levantamento-Domiciliar-sobre-o-Uso-de-Drogas-Psicotr%C3%B3picas-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. **VI Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio das redes pública e privada de ensino nas 27 capitais brasileiras - 2010**. São Paulo: CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo; Brasília: SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2010. 503 p. Disponível em: <http://www.antidrogas.com.br/downloads/vi_levantamento.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017.

MACHADO, L. V.; BOARINI, M. L. Políticas sobre drogas no Brasil: a estratégia de redução de danos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Paraná, v. 33, n. 3, p. 580-595, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n3/v33n3a06.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

MOREIRA, F. G.; SILVEIRA, F. D. X.; ANDREOLI, S. B. Redução de danos do uso indevido de drogas no contexto da escola promotora de saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 807-816, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11n3/30995.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

MOTA, C. P.; ROCHA, M. Adolescência e jovem adultícia: crescimento pessoal, separação-indivuação e o jogo das relações. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 357-366, jan./set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v28n3/a11v28n3.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2017.

PINHEIRO, M. C. Um novo olhar para o sujeito dependente de drogas a partir das oficinas terapêuticas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 16, 2011, Recife. **Anais...** Recife: ABRAPSO, 2011. Disponível em: <<http://www.encontro2011.abrapso.org.br>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS M. A. Levantamento dos motivos e dos responsáveis pelo primeiro contato de adolescentes do ensino médio com substâncias psicoativas. **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 01-17, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/38640/41487>>. Acesso: 20 maio 2017.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciências e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 707-717, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n3/a27v10n3.pdf>>. Acesso: 20 maio 2017.

SILVA, A. G.; RODRIGUES, T. C. L.; GOMES, K. V. Adolescência, vulnerabilidade e uso abusivo de drogas: a redução de danos como estratégia de prevenção. **Associação Brasileira de Psicologia Política**, São Paulo, v. 15, n. 33, p. 335-354, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000200007>. Acesso em: 15 abr. 2017.

SOUZA, J.; KANTOSKY, L. P.; MIELKE, F. B. Vínculos e redes de indivíduos dependentes de substâncias psicoativas sob tratamento em CAPS AD. **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 1-17, 2006. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/smad/v2n1/v2n1a03.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

VALE, A. L. F. **Nordeste em Roraima**: migração e territorialização dos nordestinos em Boa Vista. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012. 245 p.

VIEIRA, P. C. et al. Uso de álcool, tabaco e outras drogas por adolescentes escolares em município do sul do Brasil. **Caderno Saúde Pública**, v. 11, n. 24, p. 2487-2498, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n11/04.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

Grupo de Trabalho n° 28

***MIGRAÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E
POLÍTICOS***

Grupo de Trabalho n° 04

MOBILIDADES PENDULARES NA AMÉRICA LATINA

Grupo de Trabalho n° 16

***MIGRAÇÕES, REFÚGIO, MORADIA: ABRIGAMENTOS
HUMANITÁRIOS E DESAFIOS DA PROTEÇÃO SOCIAL
COMO POLÍTICA PÚBLICA NOS DESLOCAMENTOS
FORÇADOS***

ARTIGO

A MIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O BRASIL, OPERAÇÃO ACOLHIDA E QUESTÕES DE DIREITO E DEFESA

INTRODUÇÃO

A crise humanitária enfrentada pela sociedade venezuelana tem transbordado para além de suas fronteiras. Hoje, pode-se contar aos milhares os venezuelanos que buscam refúgio em vários países, inclusive no Brasil. A presença desses migrantes e refugiados têm modificado a rotina dos cidadãos na capital de Roraima, Boa Vista, bem como na cidade fronteira de Pacaraima. O que levou ao Governo Federal implementar a Operação Acolhida, que tem como ações controlar, acolher e interiorizar os migrantes que buscam uma nova residência ou um refúgio.

O objetivo deste estudo é demonstrar os atos constitucionais e legais que orientam ao Operação Acolhida, que tem como princípio a dignidade da pessoa humana. E a legalidade da utilização das Forças Armadas como principal instituição operacional. Inicia-se com um breve comentário da situação venezuelana. Depois descrevendo os aspectos constitucionais e legais do atendimento ao migrante. Bem como sobre o emprego das Forças Armadas. E, por fim, uma descrição da Operação Acolhida, acompanhada de considerações ainda prematuras.

A CRISE VENEZUELANA

Em Caracas, o governo não reconhece a onda migratória como uma crise humanitária e atribui, principalmente, ao governo de Washington a responsabilidade por quase todos os problemas do país. Entretanto, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI)¹, o índice de inflação para o ano de 2018 está projetado em

* Doutor em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Brasília. Professor Associado da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia (UFRR) e do Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (UFRR). E-mail: cleber.franklin@ufr.com

¹ Segundo o relatório do “Perspectivas econômicas: As Américas”, publicado pelo FMI, desde 2004 que o governo venezuelano não divulga dados econômicos confiáveis, assim, as projeções são aproximações produzidas pelos técnicos do Fundo. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/Publications/REO/WH/Issues/2018/10/11/wreo1018>, acesso em 06/12/2018.

2.500.000 (dois milhões e cinquenta mil) por cento, e o crescimento econômico em - 18 (menos dezoito) por cento. Com o agravante da queda da produção petrolífera em - 14,2 (menos quatorze ponto dois) por cento entre os anos de 2016 e 2017, conforme relatório da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)².

Evidentemente que se percebe uma forte oposição norte-americana ao Presidente Nicolás Maduro, política que acompanhou todo o período de Hugo Chávez (1999-2013) e que vem se intensificando. Inclusive com sanções econômicas e até declarações presidenciais em que não se descarta uma intervenção militar.

Mesmo com a pressão norte-americana e a oposição por parte de alguns países vizinhos, o governo venezuelano continua aprofundando um forte controle político pela via do *Partido Socialista Unido de Venezuela* (PSUV). Certo é que continua o processo centralizador iniciado pelo Presidente Hugo Chávez, seja pelo controle das principais instituições republicanas como a *Corte Suprema de Justicia*, e o esvaziamento da oposicionista *Asamblea Nacional* pela *Asamblea Nacional Constituyente*.

Jácome (2010), ao caracterizar o então momento político venezuelano, já o apresentava em um quadro de crescente debilidade do Presidente Hugo Chávez e, ao mesmo tempo, a continuação dos processos de centralização e militarização. Parte desse domínio político deve ser creditado à oposição. Erros como o apoio ao golpe de 2002, a greve petroleira de 2002/2003, os constantes ataques midiáticos, o não comparecimento às eleições parlamentares de 2005 e, principalmente, a falta de um programa único capaz de contrapor ao modelo do *Socialismo del Siglo XXI*.

Como dito, busca-se a construção do socialismo, ou de um modelo político onde o papel desempenhado pelos militares é fundamental, como afirma Jácome:

Después del referéndum revocatorio se abre una nueva etapa en la cual se radicaliza el discurso. Los militares pasan a desempeñar un papel mucho más importante en el desarrollo y defensa del proyecto político revolucionario que, a partir de 2005, se define como el “socialismo del siglo XXI”, sustentado en un modelo de desarrollo endógeno (JÁCOME, 2006, p. 64).

Outro fator é o apelo ideológico de dar aos militares importantes missões, como a de reconstruir a nação. Para isso, a utilização da figura de Bolívar é fundamental, bem como a utilização de símbolos que façam a identificação dos militares com os militantes, como o uso da boina vermelha símbolo dos paraquedistas e dos chavistas. Neste sentido, a *Fuerza Armada Bolivariana* (FANB) está deixando de ser um ente a serviço do Estado para ser uma facção política. Ao mesmo tempo, a obtenção de

² OPEC - Annual Statistical Bulletin – 2018. Disponível: <https://asb.opec.org/index.php/pdf-download>, acesso em: 06/12/2018.

armamentos modernos valoriza o lado profissional do militar, o que demonstra a estratégia política de envolver a instituição castrense em sua totalidade, ou seja, de prestígio, ideológico, simbólico e técnico.

Quanto em relação à indústria do petróleo, se de um lado, ela pode favorecer arranjos como a PetroCaribe³, por outro lado, as oscilações dos preços dessa commodity, gera um alto grau de incerteza quando do custeio de serviços públicos e a dependência em relação a Petróleos de Venezuela (PDVSA) como financiadora de projetos sociais. Para analistas da política venezuelana, como Maya e Lander (2007), apontam para o fortalecimento do regime bolivariano a partir do aumento significativo dos preços do petróleo. Propiciando implantar políticas públicas conhecidas como Misiones, de grande abrangência social e com forte presença militar.

Assim, o regime rompeu com o acordo político conhecido como “Pacto de Punto Fijo”. Esse, visando à governabilidade do regime, informalmente pactuado em 1958, tinha a participação dos três principais líderes políticos da época, contava também com outros setores sociais como sindicatos, a Igreja Católica e as Forças Armadas. No caso dos militares certo grau de autonomia foi negociado, como a nomeação de um oficial general para a pasta da defesa, flexibilidade orçamentária e a garantia de um padrão mínimo de renda para os profissionais.

Emergia então um sistema político que prometia elevar a então republiqueta petroleira a uma potência regional, antítese dos regimes militares sanguinários no continente e da ditadura de Castro no Caribe. Mas, passadas três décadas, sete presidentes eleitos e o controle da vida do país em mãos de dois partidos Acción Democrática – AD e Comité para la Organización Política Independiente - COPEI⁴, muitos venezuelanos haviam perdido a esperança na política para reverter o trágico quadro em que se transformaram a economia e a vida social de seu país, sendo visível a deterioração das condições de vida de uma grande parcela da população.

Restou aguardar a eleição presidencial de 1998 cujos candidatos apresentados pelos partidos tradicionais não despertavam no eleitorado nenhuma confiança. Daí a vitória do “Comandante Chávez”, cuja plataforma política misturava várias cor-

³ Em 2004, nasce a PetroCaribe, um acordo de cooperação energética implementado pela PDVSA, tendo como objetivos facilitar o acesso de petróleo e derivados venezuelanos a nações latino-americanas e caribenhas, mediante preços diferenciados, financiamentos especiais e auxílios para implantação de refinarias e depósitos. Atualmente pertencem ao acordo além da Venezuela: Antigua e Barbuda, Bahamas, Belice, Cuba, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, República Dominicana, São Cristovão e Neves, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia e Suriname.

⁴ Ideologicamente AD tem sido classificada como social democrata e o COPEI como democrata cristão. Na opinião de Arvelo (1992) esse período ficou conhecido como populismo leninista ou “Cogollocracia”, visto que os partidos políticos venezuelanos se estruturavam como partidos leninistas e as suas direções desempenhavam um papel semelhante ao Politburo, os chamados Cogollos, que definiam a composição das listas eleitorais.

rentes como: o retorno à *Gran Colombia* de Bolívar, o socialismo cubano e a crença nos militares como principais agentes de transformação. Em relação aos militares autores como Battaglini (2002), advoga que hoje os militares venezuelanos estão comprometidos com uma agenda democrática e popular.

Após quatorze anos no poder o Presidente Hugo Chávez falece em decorrência de uma enfermidade que favoreceu o culto a sua pessoa, deixando como herança uma crise multifacetária que tem provocado um êxodo de uma parcela significativa de sua população (figura 01).

Figura 01: Migrantes venezuelanos e seus principais destinos.



Fonte: https://www.iom.int/sites/default/files/dtm/venezuela_dtm_201809.pdf

OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS PARA O ACOLHIMENTO

Segundo dados do Departamento de Polícia Federal (DPF)⁵, nos meses de 2017 e 2018 (até novembro) entraram no país 199.365 venezuelanos e saíram 100.928, não constando a saída de 98.437 venezuelanos. Em comparação com outros países o número de migrantes é em termos absolutos e relativos menor que os permanecem no Brasil. Os migrantes têm como entrada principal é o município de Pacaraima, localizado na linha de fronteira com a Venezuela e a 230 quilômetros de Boa Vista. A população do município, segundo o censo de 2010, era de 10.433 habitantes⁶.

⁵ Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2018/dezembro/comite-federal-apresenta-balanco-de-aco-es-de-acolhimento-de-venezuelanos>, acesso em: 06/12/2018.

⁶ Segundo o IBGE a população urbana era de 4.514 habitantes. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pacaraima/pesquisa/23/25207?tipo=ranking&indicador=25191>, acesso em 06/12/2018.

Assim, um centro urbano como pouca estrutura está sendo o portal para milhares de pessoas que demandam todos os tipos assistência social. Mesmo a capital Boa Vista não está preparada para atendê-los, conforme determina a Constituição Federal. Exemplificando com a estrutura pública estadual de saúde, Boa Vista consta com um hospital para atendimento de média complexidade e com a única maternidade do Estado.

Para amenizar a situação, o Governo Federal, coordenada pela Casa Civil da Presidência da República, e em parceria com vários órgãos de diferentes níveis de governo, instituições internacionais e ONGs, vem executando a Operação Acolhida, com o objetivo de controlar, acolher e internalizar os que buscam uma melhor condição de vida. Pretende-se, neste estudo, demonstrar que dita operação está centrada em princípios constitucionais, principalmente o da dignidade da pessoa humana, ou seja:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;

E que baliza, entre outros aspectos, os objetivos fundamentais da República, como prescrito:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Portanto, o fato de o migrante não ser um nacional, ou seja, independente de sua origem ele dever ser amparado pelo Estado como assim o fosse. Além dos princípios proclamados no Artigo 4º que regem as relações internacionais:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

II - prevalência dos direitos humanos;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Encontra-se o fundamento da dignidade da pessoa humana no caput do Artigo 5º, onde iguala em direitos os brasileiros e os estrangeiros residentes no país⁷.

Para além destes preceitos constitucionais há os compromissos internacionais quanto a dignidade da pessoa humana, como os presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos⁸ em seu primeiro artigo:

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. E no segundo artigo da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem⁹:

Todas as pessoas são iguais perante a lei e têm os direitos e deveres consagrados nesta declaração, sem distinção de raça, língua, crença, ou qualquer outra.

Destarte, o Estado Brasileiro tem obrigações constitucionais e perante o sistema internacional em garantir a dignidade de qualquer pessoa em seu território, independente de sua nacionalidade e de sua condição de migrante, refugiado, exilado ou visitante. Em suma, a presença dos venezuelanos em território brasileiro impõe aos níveis de governo ações para mitigar a vulnerabilidade que os mesmos estão vivenciando.

A OPERAÇÃO ACOLHIDA

O aumento do fluxo de migrantes e da incapacidade dos governos estadual e municipais em dar as mínimas garantias aos milhares de venezuelanos, e o descontentamento de parte da população em decorrência da saturação dos serviços públicos, fez com que o governo federal publicasse dois decretos após a visita do Presidente da República.

O primeiro, de número 9.285, de 15 de fevereiro de 2018, reconhecendo a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. E o segundo, de número 9.286, da mesma data, que define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

⁷ Todas as citações referentes à Constituição Federal estão disponíveis em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm, acesso em 06/12/2018.

⁸ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>, acesso em 06/12/2018.

⁹ Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao_Americana.htm, acesso em 06/12/2018.

O impacto do fluxo migratório está sendo intenso ao ponto de ser publicada a Lei Nº 13.684, de 15 de junho de 2018, que em seu preâmbulo “Define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária”¹⁰. Dessa forma, dando início a Operação Acolhida que, mesmo sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, tem ampliado as atribuições das Forças Armadas, cuja operacionalidade está a cargo do Ministério da Defesa.

Sendo a primeira operação do gênero em território nacional está servindo de mais um laboratório nas atribuições complementares e subsidiárias das Forças Armadas. Mesmo com as experiências em operações de paz, como a que ocorreu no Haiti, e as de garantia da lei e da ordem, como a atual intervenção na segurança pública no Rio de Janeiro, a migração venezuelana contém elementos próprios de ações de defesa civil, segurança pública e até defesa nacional, como o controle de fronteiras.

Para tanto, se fez necessário publicar o Decreto Nº 9.483, de 28 de agosto de 2018, no qual autorizava o emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem nas áreas específicas no Estado de Roraima, ou seja, na faixa de fronteira Norte e Leste e nas rodovias federais, no período de 18 de agosto a 30 de outubro de 2018.

Essa medida foi implementada após a repercussão das cenas de expulsão de migrantes venezuelanos por moradores de Pacaraima, fato ocorrido em 25 de agosto de 2018. A medida que, aumentaram os casos de violência envolvendo brasileiros e venezuelanos em Boa Vista, se fez necessário ampliar para todo o Estado de Roraima e nas instalações e nas atividades relacionadas ao acolhimento de refugiados (Decreto Nº 9.501, de 11 de setembro de 2018). E o prazo para o emprego da Forças Armadas foi expandido até 31 de dezembro de 2018 (Decreto Nº 9.543, de 29 de outubro de 2018).

O emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem é um imperativo constitucional¹¹, regulamentado pelo Decreto Nº 3.897, de 24 de agosto de 2001. Também pode-se afirmar que certas características institucionais contribuem para o efetivo emprego das Forças Armadas: (i) capilaridade, a cidade de Pacaraima é sede

¹⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm , acesso em 06/12/2018.

¹¹ Artigo 142, da Constituição Federal: “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

do 3º Pelotão Especial de Fronteira, que é a base operacional da Operação Acolhida nessa localidade; como em Boa Vista encontram-se sediada a 1ª Brigada de Infantaria de Selva e a Sétima Ala da Força Aérea Brasileira. (ii) operacionalidade, pela formação os militares estão em disposição para o cumprimento de suas missões, bem como a capacidade de se adequarem a diferentes ambientes e situações. E (iii) confiabilidade, as Forças Armadas estão entre as instituições nacionais que transmitem à cidadania os maiores índices de confiança, o que é positivo tanto para os nacionais como para os migrantes.

Para realçar a legalidade do emprego das Forças Armadas na Operação Acolhida cita-se além do Artigo 142, da Constituição Federal, a Lei Complementar Nº 97, de 09 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Assim, diante dos desafios em controlar e fiscalizar o fluxo de migrantes, abriga-los e interioriza-los, e ao mesmo tempo atender a certos grupos específicos como os indígenas da etnia Warao, está sendo executada a Força-Tarefa Logística Humanitária. Que por sua vez, é dividida em três operações: Controle, Tucuxi e Acolhida.

A Operação Controle é uma missão de patrulhamento de fronteira, típica de garantia da lei e da ordem. Dois postos fixos estão em Pacaraima e em Bonfim, esta última cidade situada junto à fronteira com a Guyana. E um posto móvel ao longo da rodovia BR-174. Já a Operação Tucuxi, também de garantia da lei e da ordem, está sendo executada na cidade de Boa Vista em parceria com forças policiais federais e estaduais, em razão do aumento da criminalidade.

De maior complexidade é a Operação Acolhida, pois mescla operações de defesa civil, garantia da lei e da ordem e humanitária. Mais o número de participantes que superam a cem agências dos três níveis de governo (federal, estadual e municipais), internacionais e não governamentais. Para tanto, cumpri três etapas: ordenamento da fronteira, acolhimento e interiorização. A seguir alguns dados apresentados na 8ª Reunião do Comitê Federal de Assistência Emergencial, conforme as figuras 02, 03 e 04¹².

¹² Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos/apresentacao-8a-reuniao-comite-federal-4-12-2018/view>, acesso em 06/12/2018.

Figura 02: Ordenamento de Fronteira – PTRIG Paracaima.



Fonte: Apresentação 8ª reunião Comitê Federal (2018).

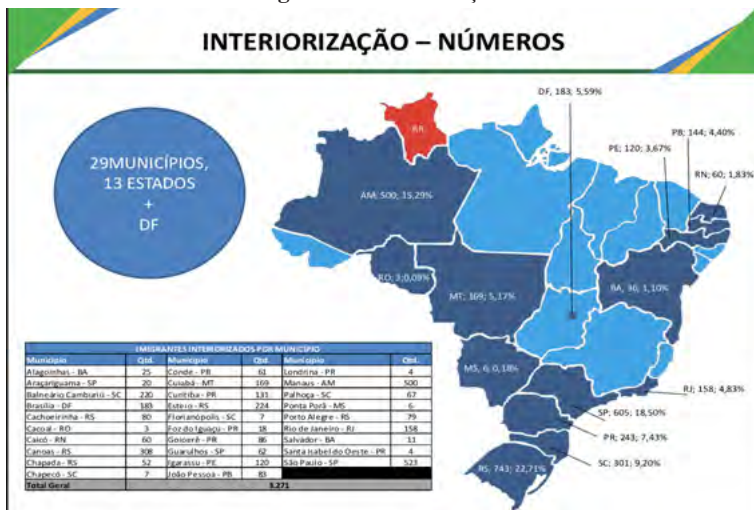
Figura 03: Acolhida aos Imigrantes - Abrigamento.

ACOLHIDA AOS IMIGRANTES - ABRIGAMENTO

Cidade	Abrigos	Capacidade	Nº abrigados	Público
Boa Vista	Tancredo Neves	232	284	Não indígena – adultos
	Hélio Campos	250	253	Não indígena – famílias e adultos
	Jardim Floresta	594	568	Não indígena – famílias
	São Vicente	378	367	Não indígena – famílias
	Nova Canaã	390	387	Não indígena – famílias
	Latife Salomão	300	431	Não indígena – famílias e adultos
	Santa Teresa	514	511	Não indígena – famílias e adultos
	Rondon I	726	801	Não indígena – famílias
	Rondon II	640	415	Não indígena – abrigo de trânsito para interiorização
	Rondon III	1.000	370	Não indígena – famílias e adultos
Paracaima	Pintolândia	448	690	Indígena – famílias
	Janokolda	224	408	Indígena – famílias
	BV-8	500	238	Não-indígena. Abrigo para regularização migratória
TOTAL		6.196	5.723	

Fonte: Apresentação 8ª reunião Comitê Federal (2018).

Figura 04: Interiorização.



Fonte: Apresentação 8ª reunião Comitê Federal (2018).

Pelos dados apresentados há defasagens entre as etapas. Ou seja, o fluxo de entrada, acolhimento e, principalmente, a interiorização, estão em ritmos distintos. O que tem mantido, em parte, a visibilidade dos problemas nas áreas da saúde e da segurança pública. O que não desmerece a dedicação dos envolvidos. No entanto, permanecendo ou ampliando o número de migrantes outras soluções serão necessárias.

Em termos prospectivos, não se vislumbra a médio prazo uma melhoria das condições dos venezuelanos em seu país. Politicamente, no dia 10 de janeiro de 2019 encerra o mandato do Presidente Nicolás Maduro. Entretanto, ele foi reeleito para mais um período em uma eleição que uma significativa parcela da cidadania, seja pela abstenção ou pelo impedimento, não se pronunciaram em razão de ter sido convocada pela *Asembleia Nacional Constituyente*, que por seu turno também não é reconhecida a sua legitimidade. Além de uma expressiva quantidade de países (incluindo o Brasil) que não legitimaram o pleito.

Economicamente, as derradeiras medidas adotadas não estão apresentando resultados. Especialistas apontam como principal causa da hiperinflação o déficit público, o endividamento externo e o controle cambial. Para eles, recorrer ao sistema financeiro internacional, acompanhada da privatização total ou parcial da indústria petrolífera, e de medidas como dolarização ou de um plano de estabilização seme-

lhante ao Plano Real, deverão ser urgentemente adotadas¹³. Assim como na crise humanitária, o governo não reconhece os erros cometidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acolhimento propiciado pelo Estado Brasileiro aos milhares de migrantes venezuelanos demonstra o cumprimento de preceitos constitucionais e legais. Além do respeito aos documentos fundamentais para o tratamento da pessoa humana. Quanto a operacionalidade, a cargo do Ministério da Defesa, tem demonstrado o acerto devido à fatores que isoladamente não são exclusivos das Forças Armadas, mas nenhuma instituição as possui no conjunto e, principalmente, com a presteza necessária. O que tem demonstrado um elevado índice de eficiência.

Também os problemas vivenciados pelos roraimenses como a deficiência no atendimento de saúde e na segurança pública, diga-se, presentes antes da onda migratória, aumentam a sensação de insegurança. Infelizmente também há manifestações explícitas de xenofobia, inclusive com atitudes violentas, o que reforça a atuação das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem.

Evidente que falhas existem, pessoas não foram atendidas a contento e há muitas em situação de vulnerabilidade que estão desassistidas. Como ainda não se obteve o equilíbrio entre as etapas da Operação Acolhida. Até ideias preconceituosas surgiram como que havia sido militarizada a questão migratória, confundindo ações estão presentes militares com operações onde se utiliza materiais de defesa.

A insistência do governo venezuelano em não reconhecer a calamidade em que vive uma significativa parcela de sua população. Bem como, não existe um arranjo regional que possa administrar o fluxo migratório, induz que não há uma prospecção a curto prazo que a crise humanitária venezuelana termine. Destarte, os ensinamentos colhidos até o momento servirão de doutrina para um aumento do fluxo ou para futuras missões de acolhimento.

REFERÊNCIAS

ARVELO, Alberto. **En defensa de los Insurrectos**. Mérida: Editorial Venezolana, 1992.

BATTAGLINI, Oscar. **La postguerra fría y la política de seguridad y defensa del Estado venezolano**. Caracas: Ediciones FACES-UCV, 2002.

¹³ Disponível em: <https://prodavinci.com/economia-venezolana/>, acesso em: 07/12/2018.

CASA CIVIL, Presidência da República. **Apresentação 8ª reunião Comitê Federal**, 2018. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos/apresentacao-8a-reuniao-comite-federal-4-12-2018/view>. Acesso em 04 dez 2018.

JÁCOME, Francine. **Venezuela frente al contexto andino y hemisférico ¿Cambios en la doctrina de seguridad? (1999-2005)**. Caracas: ILDIS, 2006.

_____. Venezuela, 2010: entre los desafíos de la seguridad nacional y la seguridad ciudadana. In: MATHIEU, Hans; GUARNIZO, Catalina (editores). **Anuario 2011 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**. Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung, 2011, pp. 175-190.

MAYA, Margarita; LANDER, Luis. Venezuela: las elecciones presidenciales de 2006 ¿Hacia el socialismo del siglo XXI? **Cuadernos del Cendes**, Caracas, ano 24, N° 64, pp. 01-21, 2007.

ARTIGO

FLUXO MIGRATÓRIO INTERNACIONAL: IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS PARA O ESTADO DE RORAIMA

INTRODUÇÃO

O fluxo migratório internacional tem se tornado cada vez mais comum entre os países do mundo. Muitos fatores podem influenciar o processo de migração entre países, tais como busca por melhores qualidades de vida, busca por emprego ou por novas oportunidades educacionais. Todavia, está é uma realidade não muito presente neste fluxo, no sentido de que muitos acabam tendo a necessidade de abandonar suas origens devido a guerras civis, fome, extrema pobreza, insegurança e péssimas condições de vida.

O Brasil é um país que, historicamente, recebe migrantes internacionais que buscam uma nova vida. Atualmente, esta característica não tem sido diferente. Com a crise Venezuelana instaurada a partir de 2015, muitos venezuelanos se viram obrigados a sair de seu país, em busca de melhora de vida.

Visando explanar sobre este atual fluxo migratório em Roraima, este artigo objetiva apresentar dados oficiais deste fluxo migratório, que serão confrontados com os apresentados por instituições representativas locais (FIER) e instituições de proteção aos imigrantes (OIM), presentes no município de Boa Vista, capital do estado de Roraima.

Para melhor compreensão, esta pesquisa está dividida em tópico. O primeiro tópico faz uma abordagem sobre o fluxo migratório internacional, apresentando dados sobre o fluxo migratório nos últimos anos ao redor do mundo.

Como o objeto de pesquisa é a migração venezuelana, o tópico seguinte faz uma abordagem sobre como a Venezuela chegou à atual crise política, econômica e social. É feita uma breve abordagem histórica, em que se pontua cinco principais situações que desencadearam esta crise.

* Professora Adjunta da Universidade Federal de Roraima (UFRR) do Curso de Ciências Econômicas. Doutora em Ciência Política e Mestre em Economia, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e graduada em Economia pela UFRR. E-mail: ingrid.caldas@ufr.br

** Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Roraima. Atualmente cursa Ciências Econômicas pela mesma Instituição de Ensino. E-mail: willian.tihago@gmail.com

Em seguida, apresenta-se os dados coletados e a análise dos mesmos. Como proposto pelo artigo, analisa-se os dados e, em considerações, é feito alguns comentários acerca destes dados, uma vez que o levantamento feito pela Polícia Federal não condiz com o levantamento da OIM.

FLUXO MIGRATÓRIO INTERNACIONAL

Com o mundo cada vez mais interconectado, o processo de migração internacional tem crescido cada vez mais, sendo uma realidade presente em quase todos os países. Facilidades de comunicação e de transporte proporcionados por esta interligação mundial, têm viabilizado o crescimento do processo de deslocamento de pessoas entre países.

Em paralelo a estas facilidades, surgem também diversos fatores agravantes para o fluxo migratório internacional, tais como conflitos sociais e étnicos, crescimento da pobreza, desigualdade, guerras civis, desemprego e fome são algumas das questões que forçam pessoas a deixarem seu país de origem, em busca de uma melhor qualidade de vida (ONU, 2017b).

Quando estes fluxos migratórios são amparados por políticas específicas, a migração de pessoas pode contribuir significativamente para o crescimento e desenvolvimento dos países que os recebem. Segundo o Relatório Internacional de Migrações da ONU (2017b), só no ano de 2016 migrantes de países em desenvolvimento enviaram para seus países de origem cerca de US\$ 413 bilhões de dólares, destinados à melhora na subsistência de suas famílias, investimento em educação, saúde, saneamento, habitação e infraestrutura.

Ao se analisar os fluxos migratórios numa perspectiva teórica neoclássica, Brzozowski (2012) verifica tais fluxos em níveis macro e microeconômicos. No viés macroeconômico, pode-se compreender que estes fluxos são movidos, principalmente, pela desigualdade na distribuição de capital e de mão de obra no âmbito internacional, onde países abundantes em capital tendem a atrair imigrantes, e países com baixo nível de capital tendem a fomentar a saída de seus cidadãos.

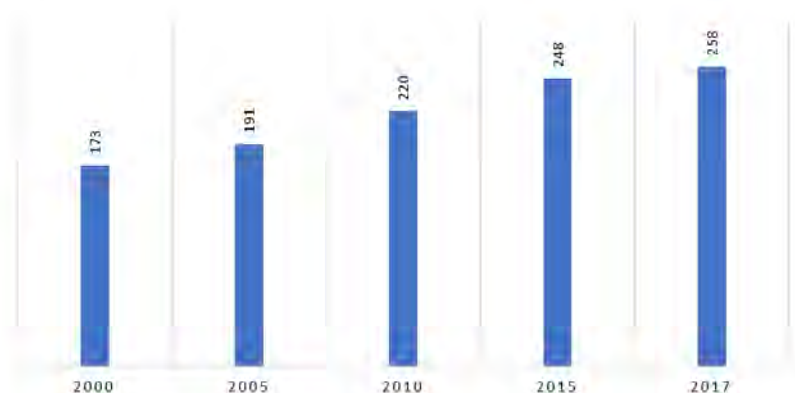
No que concerne ao viés microeconômico, Brzozowski (2012) explica que o deslocamento humano é resultado de um cálculo baseado em fatores racionais, onde os migrantes buscam minimizar suas necessidades, no sentido de ter um retorno financeiro maior para suprir o que lhes falta.

Além da questão econômica, Fusco (2005) explica que laços sociais, ou redes migratórias, também influenciam no movimento migratório, uma vez que “as redes

migratórias são constituídas por laços que conectam migrantes, migrantes pioneiros e migrantes em potencial nas áreas de origem e destino por meio de relações de parentesco, amizade e origem comum” (FUSCO, 2005, p.22). Ou seja, migrantes que já estão em um outro país, acabam sendo considerados como fator de influência, uma vez que pessoas em situações vulneráveis terão o apoio de pessoas que já se encontram no país de destino.

Nos últimos dezessete anos, o número de migrantes internacionais apresentou constante crescimento, atingindo 258 milhões apenas no ano de 2017. Segundo dados da ONU (2017b), o fluxo migratório apresentou o seguinte comportamento:

Gráfico 1: Número de migrantes internacionais em milhões.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Relatório Internacional de Migrações da ONU (2017b).

De acordo com o gráfico 1, o fluxo migratório internacional tem se acentuado de forma significativa. Entre os anos de 2000 a 2005, o fluxo migratório apresentou crescimento de 2% ao ano. Entre os anos de 2005 a 2010, este fluxo se caracterizou pelo crescimento de 2,9% ao ano. Entre 2010 e 2017, percebe-se que este fluxo teve um aumento, entretanto de forma desacelerada (ONU, 2017b).

Mover-se para outros países pode ser muito arriscado para migrantes internacionais. Nem sempre o emprego, a moradia e a segurança estão assegurados no país de destino, o que pode gerar novas situações aos migrantes, como vulnerabilidade social, mendicância, extorsão, violências física e psicológica, xenofobia, entre outros (ONU, 2018).

Estados que não possuem políticas e sistemas sociais de acolhimento ao migrante, e regiões com baixo desenvolvimento econômico e social, estão suscetíveis

a desenvolver as ações citadas acima, pondo em risco não só aos imigrantes, mas também seus nativos.

O estado de Roraima vem vivenciando, desde o ano de 2015, um alto fluxo migratório, predominante da Venezuela, que tem impactado de maneira positiva e negativa a economia e o lado social da região. Para melhor compreensão do atual cenário, o tópico a seguir abordará sobre a crise venezuelana em Roraima.

CRISE VENEZUELANA: MUITO ALÉM DO QUE UMA CRISE ECONÔMICA

A atual crise venezuelana tem ganhado grandes proporções a partir do ano de 2015, sendo caracterizada pela miséria, perseguição política, escassez de alimentos e medicamentos, hiperinflação e crise humanitária (LUZ, 2017). Antes de toda a atual situação em que vive, a Venezuela já foi um país extremamente rico, uma vez que detém uma das maiores reservas de petróleo do mundo (G1, 2018).

Para compreender o atual fluxo migratório, faz-se necessário compreender como a Venezuela chegou até a atual crise instaurada no país. Pode-se elencar cinco principais motivos, são eles: a crise do petróleo; dependência das importações, controle cambial e sanções; hiperinflação; crise política; e poder militar e controle da imprensa venezuelana.

A Venezuela é um país que detém de uma das maiores reservas de petróleo do mundo, o que acabou sendo uma das maiores receitas do país (comandando cerca de 96% das exportações do país). Após a primeira guerra mundial, os governantes venezuelanos passaram a desenvolver a exploração do petróleo, desaquecendo assim o desenvolvimento agrícola e industrial no país (CORAZZA; MESQUITA, 2018).

Com as altas arrecadações oriundas da venda externa do petróleo, governos como de Hugo Chávez e de Nicolás Maduro financiaram programas sociais e a importação de quase todo o consumo venezuelano, caracterizando assim, ambos os governantes, com políticas populistas de assistencialismo (CORAZZA; MESQUITA, 2018).

Todavia, com a crise do petróleo no ano de 2014, devido a recusa do Irã e da Arábia Saudita em assinar um termo para reduzir sua produção petrolífera, e com a desaceleração da economia chinesa, a Venezuela passou a ter escassez de moeda e, em resposta, imprimiu mais dinheiro, o que ocasionou em um aumento inflacionário e quatro anos de recessão (CORAZZA; MESQUITA, 2018; G1, 2018).

A má gestão e a corrupção das estatais responsáveis pela extração de petróleo fizeram com que houvesse uma grande queda na produção. Em 1999, o país produzia

cerca de 3 milhões de barris por dia e, atualmente, produz cerca de 1,5 milhões de barris por dia, uma queda acentuada de 50% na sua produção (CORAZZA; MESQUITA, 2018).

Devido à crise iniciada pela queda do petróleo e com a adoção da política de controle de preços, o setor privado começou a ter que substituir o que ainda produzia pela importação de produtos como alimentos, medicamentos e produtos de limpeza. O controle de preços desestimulou o investimento na iniciativa privada e, com os altos impostos, muitas empresas não se mantiveram, o que acabou fazendo com que produtos sumissem das prateleiras (VASCONCELOS, 2018).

Devido à política em que o governo venezuelano criticava o sistema capitalista, e praticava ações contra o livre comércio, sanções passaram a ser aplicadas à Venezuela. O presidente dos EUA, Donald Trump, proibiu a realização de transações com títulos da dívida venezuelana, bem como a compra de bônus da estatal petrolífera PDVSA, que possui sede em solo americano, o que dificultou acesso a empréstimos por parte da Venezuela, bem como a venda de novos ativos e a renegociação de dívidas (CORAZZA; MESQUITA, 2018).

No desespero de tentar valorizar a moeda venezuelana, o governo acabou provocando maior desabastecimento de produtos de primeira necessidade, contribuindo assim para uma hiperinflação. Com este cenário caótico, as pessoas passaram a necessitar ainda mais de dinheiro, e para tentar controlar a situação, o governo impôs ao setor privado a adoção de preços baixos nos produtos, o que acabou quebrando indústrias e comércios (CORAZZA; MESQUITA, 2018; VASCONCELOS, 2018).

Com a situação cada vez mais caótica, a crise política começou a instaurar-se em meio ao parlamento venezuelano. Com o país dividido entre chavistas (grupo político apoiador do governo de Nicolás Maduro) e seus opositores, inúmeros embates passaram a acontecer nas ruas das cidades venezuelanas (FRANCO, 2016).

Com o apoio do Tribunal Superior de Justiça a Maduro, atos tidos como perseguição política passaram a ser constantes na Venezuela. Perseguição a opositores políticos presos, reeleição presidencial sem limites, emendas constitucionais que favorecem o atual governo e eleições tidas como fraudulentas são ações consideradas como atos ditatoriais, o que só fortalece a desaprovação da situação política venezuelana por outros países (FRANCO, 2016).

Por fim, outro ponto que contribuiu severamente para a crise venezuelana foi a forte presença armada do exército na gestão do Estado. Ainda no governo de Hugo Chávez, vários generais das Forças Armadas passaram a exercer cargos nas estatais e cargos de ministeriais. Muitas acusações são feitas aos militares, onde alega-se que os mesmos estão envolvidos com corrupção (CORAZZA; MESQUITA, 2018).

Para evitar o fortalecimento da oposição, os meios de comunicação passaram a ser controlados pelo governo. Veículos considerados de oposição foram comprados pelo governo, foram fechados ou não tiveram suas concessões renovadas, controlando ainda meios de comunicação impresso, por meio do controle de importação de insumos para impressos (CORAZZA; MESQUITA, 2018).

Devido ao caótico cenário que se instaurou na Venezuela, muitos venezuelanos se viram forçados a deixar o país, por conta da agravação da crise. O fluxo migratório tem se tornado cada vez maior, onde a ONU afirma que este movimento de venezuelanos está quase se comparando ao fluxo migratório de refugiados no mediterrâneo, em que cerca de 2,3 milhões de venezuelanos já deixaram seu país (BBC, 2018).

Segundo Luz (2017), venezuelanos buscam fugir da crise indo para países como Estados Unidos, Brasil, Argentina, Espanha, Uruguai e México. Quando vêm ao Brasil, a primeira cidade que venezuelanos acessam é Pacaraima, um dos municípios do estado de Roraima, que se localiza a 15 km da primeira cidade venezuelana, Santa Elena de Uairén.

Desde o início da crise migratória, Roraima tem recebido um número expressivo de migrantes venezuelanos. Apenas na capital do estado, Boa Vista, um levantamento feito pela prefeitura revelou que imigrantes representam mais de 10% da população da cidade, ou seja, cerca de 40 mil venezuelanos, cujo reflexo do fluxo passou a ser visto nas praças públicas, nos abrigos lotados e em casas chegando com até 31 moradores (COSTA; BRANDÃO; OLIVEIRA, 2018).

Boa Vista apresenta um cenário carente de políticas integradas de educação, de inserção no mercado de trabalho, e de ampliação dos serviços de saúde. Sem o apoio dos governos estadual e federal para atrair projetos de desenvolvimento econômico para a região, a prefeitura de Boa Vista não consegue prover o necessário a uma população venezuelana desempregada, ou inserida no mercado informal, e pouco instruída (FGV, 2018).

Para compreender os reflexos do fluxo migratório venezuelano no estado, nas esferas social e econômica, os tópicos a seguir farão uma abordagem de estudos realizados no estado, onde serão confrontados com os dados oficiais sobre o movimento migratório.

METODOLOGIA

Para consolidação da pesquisa, foi realizado um levantamento de dados em três bases oficiais, sendo Polícia Federal, Organização Internacional para Migrações

(OIM) e Federação das Indústrias de Roraima (FIER).

Após consolidação dos dados levantados, os mesmos foram filtrados e analisados de acordo com a realidade do fluxo migratório em Roraima. Os dados da Polícia Federal e da OIM, foram colhidos na página oficial de cada órgão, os quais dispunham de informações para fundamentar esta pesquisa.

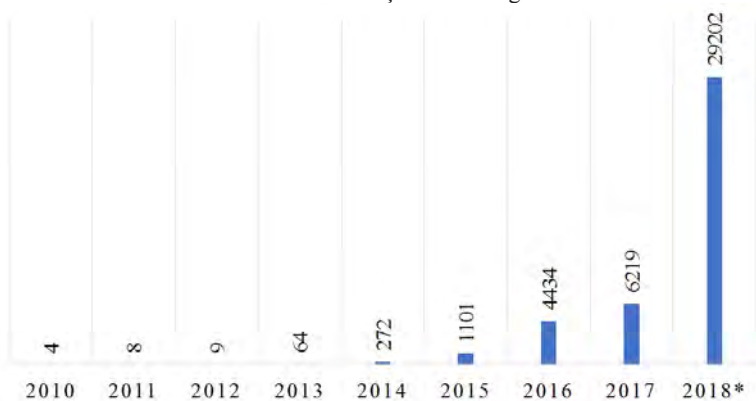
Os dados colhidos na Federação das Indústrias de Roraima referem-se a um estudo feito por aquela instituição, onde se objetivou fazer um levantamento do atual cenário econômico, no que se refere a atuação de empresas frente as demandas geradas pela população de imigrantes.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

POLÍCIA FEDERAL

Os dados da Polícia Federal são considerados os pedidos de refúgio feitos presencialmente, na sede da mesma, localizada na capital de Roraima. Na base de pesquisa, as únicas informações disponibilizadas pela polícia, em seu site oficial, referem-se aos números de refúgio, os quais podem ser analisados no gráfico abaixo.

Gráfico 2: Número de solicitações de Refúgio em Roraima.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Polícia Federal.

*Dados referentes até o mês de maio de 2018.

Conforme apresentado no gráfico 2, percebe-se que de 2010 a 2014, os números de pedidos de refúgio, solicitados por venezuelanos, eram baixos. A partir do ano de 2015, com o agravamento da crise, os pedidos apresentaram crescimento de

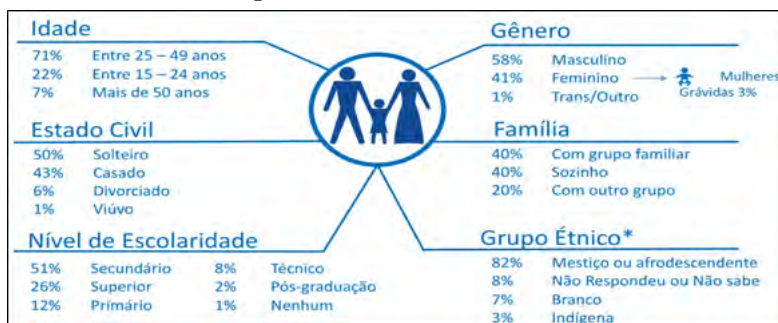
aproximadamente 302%, quando comparados com o ano de 2016. Entre os anos de 2016 e 2017, os pedidos de refúgio apresentaram apenas um aumento de aproximadamente 40%. Percebe-se que até maio de 2018, os pedidos de refúgio apresentaram um aumento de aproximadamente 370%, ao se comparar com 2016.

É fato que, pelos dados da Polícia Federal, os números de imigrantes venezuelanos são relativamente grandes. Contudo, outras instituições e órgãos apresentam resultados diferentes do que é apresentado pela polícia, o que acaba impactando significativamente nos recursos da esfera federal, uma vez que este considera os dados oficiais do órgão de controle de entrada e saída de imigrantes no Brasil, a Polícia Federal.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES - OIM

O estudo realizado pela OIM aconteceu entre os dias 25 de janeiro a 08 de março de 2018, onde foram entrevistados 3.516 imigrantes nos municípios de Pacaraima e de Boa Vista. Para a realização do estudo, foram aplicados dois tipos de entrevista. A primeira referia-se a Categoria Bairro, onde colheu-se informações detalhadas sobre pessoas que vivem em bairros de Boa Vista e Pacaraima; e a segunda diz respeito a Categoria Trânsito, onde obteve-se informações de pessoas que se encontravam no Posto Oficial da Fronteira entre Brasil e Venezuela em Pacaraima, assim como no Aeroporto e Rodoviária de Boa Vista.

Figura 1: Perfil dos entrevistados.



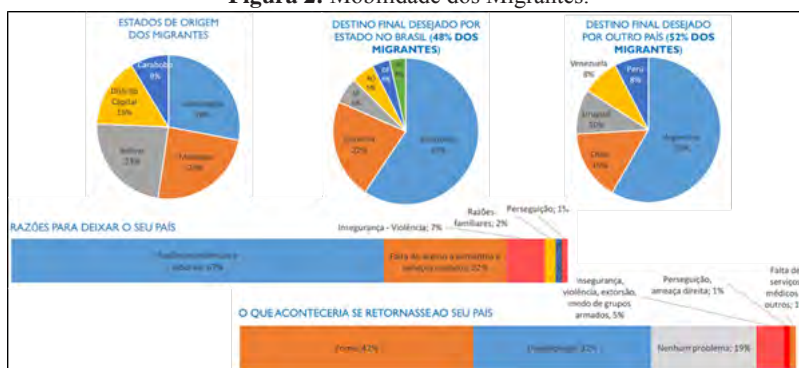
Fonte: OIM, 2018.

O perfil dos entrevistados apresentado na figura 1, demonstra que grande parte dos imigrantes está na faixa etária entre 25 a 49 anos de idade, 50% deles são solteiros, o nível de escolaridade é predominante secundário, seguido de superior, mais da

metade é do gênero masculino. Dos entrevistados, 40% veio ao Brasil acompanhado com seu grupo familiar, e 40% veio ao país sozinho. A maior parte dos imigrantes são mestiços ou afrodescendentes.

No que se refere à mobilidade dos imigrantes, a figura 2 abaixo, elenca o estado de origem do migrante venezuelano, em que 48% dos entrevistados informaram que possuíam o Brasil como destino final, uma vez que a proximidade de retornar ao seu país é mais viável, e 52% tinha como destino final países com língua espanhola, como Argentina, Chile, Uruguai e Perú.

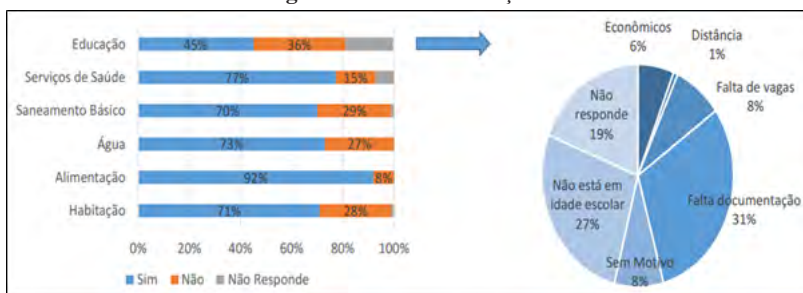
Figura 2: Mobilidade dos Migrantes.



Fonte: OIM, 2018.

Ao se questionar as razões que fizeram com que deixassem o seu país de origem, 67% informou que por razões econômicas e laborais deixaram a Venezuela, 22% pela falta de acesso a alimentos e serviços médicos, e 7% pela insegurança presente no país. Grande parte possui receio e retornar à Venezuela por temer a fome e o desemprego.

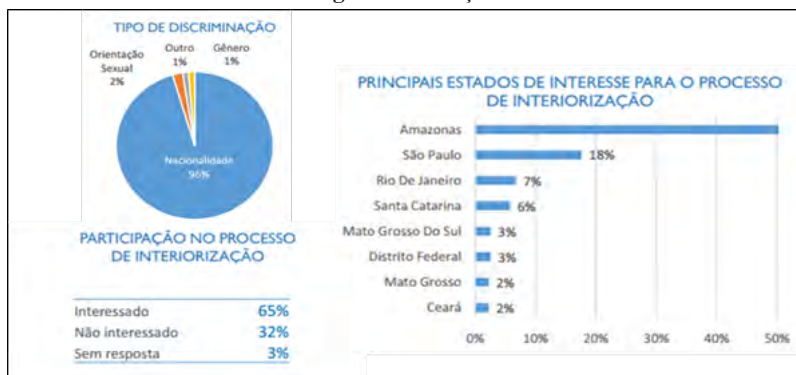
Figura 3: Acesso a serviços.



Fonte: OIM, 2018.

Ao se fazer um levantamento sobre os serviços que mais são demandados pelos imigrantes, destaca-se serviços de alimentação, de saúde e de educação como os principais. Os fatores que mais influenciam no acesso à educação são a falta de documentação, falta de vagas ou não estão em idade escolar.

Figura 4: Proteção.



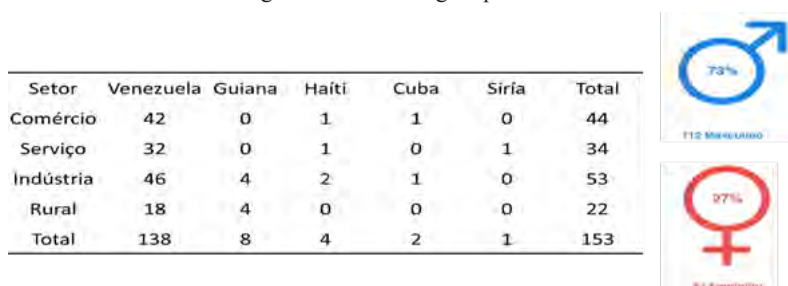
Fonte: OIM, 2018.

Outro fator analisado referia-se à proteção no Brasil. De todos os entrevistados, 96% declarou sofrer discriminação pela sua nacionalidade. No que se refere ao processo de interiorização, 65% possui interesse em participar do processo, e 50% informou desejar ir para o estado do Amazonas por meio deste processo.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE RORAIMA - FIER

A pesquisa realizada pela FIER visou identificar se a imigração venezuelana impactou no processo de contratações e demissões, e se a contratação de imigrantes gerou ou não demissões de trabalhadores brasileiro. Para delimitar a pesquisa, foram feitas abordagens nas empresas da iniciativa privada, dos setores de comércio, serviços, indústria e agricultura, sendo que 218 abordagens se efetivaram, sendo 61 empresas do comércio, 42 do setor de serviços, 51 indústrias e 63 do setor agropecuário.

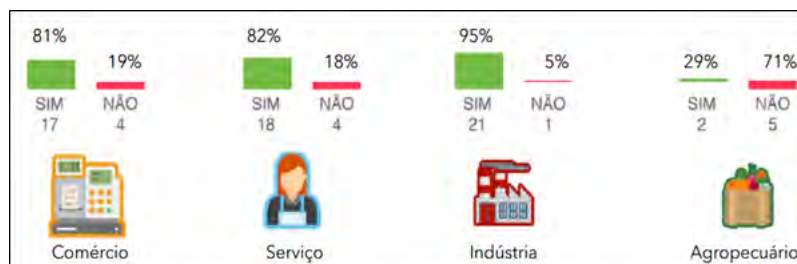
Figura 5: País de origem por setor.



Fonte: FIER, 2018, p.11.

A figura 5 demonstra o número de imigrantes contratador por setor. Nota-se que imigrantes venezuelanos possuem maior participação na indústria e no comércio, seguidos pelo serviço e rural. Dos 153 entrevistados, 73% é do sexo masculino e 27% do sexo feminino.

Figura 6: Formalização – Assinatura de Carteira por Setor.



Fonte: FIER, 2018, p.14.

Com relação à formalização laboral, foi identificado que 81% possui carteira assinada no setor de comércio e 19% informou que não estão formalizados; no setor de serviços, 82% está formalizado e 18% não; na base industrial analisada, o índice é bem melhor, pois 95% informou está com carteira assinada e 5% não. Apenas no setor agropecuário os índices se apresentam diferentes, o qual demonstram que apenas 29% dos entrevistados estão com carteira assinada e 71% não.

Em resposta à pesquisa, os empresários informaram as principais vantagens dos trabalhadores imigrantes, em que 42% elogiaram a pontualidade; 25% informaram que os mesmos são pontuais; 11% elogiaram a assiduidade e o esforço; 10% informaram que os mesmos são comprometidos e possuem vontade de aprender (FIER, 2018).

No que se refere aos impactos financeiros e de produtividade, 60% dos empresários entrevistados informaram que não tiveram impacto com a contratação de trabalhadores imigrantes; 38% acreditam que tiveram alguns impactos e 2% acreditam que os resultados são bem melhores do que antes da contratação (FIER, 2018).

Diante disto, foi questionado também sobre o interesse na substituição de mão de obra brasileira por mão de obra legalizada, 12,5% dos entrevistados declararam possuir interesse na substituição, e 87,5% afirmaram não ter interesse em fazer a mudança (FIER, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao exposto, algumas considerações devem ser feitas sobre os dados apresentados. Os dados informados pela Polícia Federal são importantes, porém não condizem com a realidade do fluxo no estado, uma vez que informam apenas o quantitativo de pessoas que solicitam refúgio.

Os dados apresentados pela OIM são os que melhor demonstram a situação social dos migrantes internacionais em Roraima, demonstrando assim uma abordagem mais ampla sobre as necessidades vividas por estes no estado, mesmo que a amostra e o período das entrevistas tenham sido pequenas.

Os dados apresentados pela Federação das Indústrias retratam uma realidade empresarial do estado, em que a participação de imigrantes no setor privado tem sido cada vez mais comum, principalmente nos setores de comércio e serviços.

No âmbito econômico, o atual fluxo trouxe uma dinâmica diferente ao mercado roraimense. A demanda por alimentos e produtos de higiene é a que possui maior destaque neste processo migratório, sendo estes itens os mais exportados por Roraima para a Venezuela. No viés social, pode-se considerar que este é o que maior teve impacto no estado pois, como o fluxo é maior do que o estado pode suportar, muitas alterações aconteceram nos aspectos da paisagem urbana e na segurança.

Sabe-se da importância das informações levantadas pelas instituições e órgãos descritos aqui. Entretanto, deve-se salutar que ao se avaliar apenas os dados informados pelas instituições, seria o mesmo que considerar que o fluxo migratório, apesar de constante, não estaria causando grandes impactos à sociedade roraimense.

Considerar o fator da defesa dos seres humanos que passam por este processo forçado da migração é essencial para a manutenção e preservação da dignidade humana. Muitas políticas ainda necessitam ser criadas e implantadas no estado de Roraima, para fomentar o desenvolvimento humano e fortalecimento da economia.

REFERÊNCIAS

BBC. **ONU diz que crise migratória na Venezuela já está quase no nível de fluxo de refugiados no Mediterrâneo**. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45307311>>. Acesso em nov. 2018.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Refúgio em Números**, 3ª Edição. Brasília, 2018.

_____. Polícia Federal. **Imigração: Dados 2017**. 2018. Disponível em: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/sincre_2017.xlsx/view>. Acesso em out. 2018.

BRZOZOWSKI, Jan. Migração internacional e desenvolvimento econômico. **Estudos Avançados**, n° 26, 2012, p.137-156. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/262634692_Migracao_internacional_e_desenvolvimento_economico>. Acesso em out. 2018.

CORAZZA, Felipe; MESQUITA, Lígia. Crise na Venezuela: o que levou o país vizinho ao colapso econômico e à maior crise de sua história. In **BBC News**. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45909515>>. Acesso em nov. 2018.

COSTA, Emily; BRANDÃO, Inaê; OLIVEIRA, Valéria. Fuga da fome: como a chegada de 40 mil venezuelanos transformou Boa Vista. In **G1**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/fuga-da-fome-como-a-chegada-de-40-mil-venezuelanos-transformou-boa-vista.ghtml>>. Acesso em nov. 2018.

FGV. **Desafio Migratório em Roraima: Repensando a política e gestão da migração no Brasil**. FGV DAPP: Rio de Janeiro, 2018. 22p. Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/wp-content/uploads/2018/03/Desafio-migrato%CC%81rio-Roraima-policy-paper.pdf>>. Acesso em nov. 2018.

FIER. **Pesquisa de Impacto Fluxo Migratório na Economia de Roraima**. 2018. 40p.

FRANCO, Marina. Venezuela: veja perguntas e respostas para entender a crise. In **G1**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/venezuela-veja-perguntas-e-respostas-para-entender-crise.html>>. Acesso em nov. 2018.

FUSCO, Wilson. **Capital cordial: a reciprocidade entre os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos**. 2005. 144p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/322385>>. Acesso em nov. 2018.

G1. Quais são efeitos da crise migratória da Venezuela na América do Sul? 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/26/quais-sao-efeitos-da-crise-migratoria-da-venezuela-na-america-do-sul.ghml>>. Acesso em nov. 2018.

LUZ, Camila. VENEZUELANOS NO BRASIL: ENTENDA O FLUXO MIGRATÓRIO. In **Politize**. 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/venezuelanos-no-brasil-fluxo-migratorio/>>. Acesso em nov. 2018.

OIM. Monitoramento do Fluxo Migratório Venezuelano. **DTM Brasil**, nº1, 2018. Disponível em: <https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/DTM/MDH_OIM_DTM_Brasil_N1.pdf>. Acesso em out. 2018.

ONU. International Migration Report 2017. **Working Paper nº. ST/ESA/SER.A/404**. New York, 2017b, 38p. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2017_Highlights.pdf>. Acesso em nov. 2018.

_____. **Promoting Inclusion Through Social Protection**: Report on the World Social Situation 2018. New York, 2018, 169p. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/publications/publication/2018-world-social-situation>>. Acesso em nov. 2018.

_____. World Population Prospects: The 2017 Revision, Key Findings and Advance Tables. **Working Paper nº. ESA/P/WP/248**. New York, 2017a, 52p. Disponível em: < https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/wpp2017_keyfindings.pdf>. Acesso em nov. 2018.

SIMÕES, G.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MOREIRA, E.; CAMARGO, J. Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil. **Resumo executivo**. Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF: CNIg, 2017. Disponível em: < <http://obmigra.mte.gov.br/index.php/publicacoes-obmigra>>. Acesso em nov. 2018.

VASCONCELOS, Heloísa. Entenda a crise na Venezuela que provocou forte onda migratória ao Brasil. In **O povo Online**. 2018. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2018/03/entenda-a-crise-na-venezuela-que-provocou-onda-migratoria-ao-brasil.html>>. Acesso em nov. 2018.

WORLD BANK GROUP. Migration and Remittances: Recent Developments and Outlook. **Migration and Development Brief**, No. 28. World Bank, Washington, DC. 2017. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/28444>>. Acesso em nov. 2018.

ARTIGO

**JUSTIÇA DIFERENTE OU INDIFERENTE: COMO O
JUDICIÁRIO BRASILEIRO LIDA COM OS REFUGIADOS EM
RORAIMA**

INTRODUÇÃO

As dinâmicas econômicas e políticas mundiais são determinantes na promoção dos fluxos migratórios. A Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, destaca que as cifras de migrantes no mundo teriam aumentado significativamente desde a década de 1960. As estimativas indicaram que de 1960 a 2000, o número de pessoas residentes em um país diferente da sua origem passou de 76 para 175 milhões de pessoas (ONU, 2014; 2015). Essas cifras foram superadas durante a primeira década no novo milênio, passando no ano de 2013 para 232 milhões de migrantes internacionais (ONU, 2013). Essa organização indica que desde 1990, o número de migrantes internacionais no Norte global aumentou cerca de 53 milhões (65%), contra um aumento de cerca de 24 milhões (34%) no Sul global.

Esses dados permitem observar uma progressão acentuada do fluxo migratório internacional. A globalização parcial da economia influenciou nesse processo ascendente, mas além das razões econômicas, uma das motivações no novo século vai desde a fuga de conflitos internos em países periféricos à busca de novas oportunidades de trabalho e renda em países desenvolvidos e, ultimamente, em países em via de desenvolvimento (FIGUEREDO e ZANELATTO, 2016).

América do Sul experimentou uma dinâmica de mobilidade humana por razões humanitárias, procedente da Venezuela. Os países da região andino-amazônica passaram a ver incrementado o fluxo migratório venezuelano com maior intensidade desde 2016. A Mobilidade humana de acordo com a Organização Internacional de Migração (IOM, 2017 p.17) é a “mobilização de pessoas de um lugar para outro em

* Professora Visitante UFRR. Doutora e Bacharel em Relações Internacionais (UnB e UFSM). Mestre em Direito da Integração. Pós-doutora em Gênero e Políticas Públicas. E-mail monicamontanabr@yahoo.com

** Professor Adjunto da UERR. Doutor em Relações Internacionais (UnB), Pós-doutor em Democracia e Direitos Humanos (Faculdade de Direito de Coimbra) e Juiz de Direito em Roraima. E-mail: ericklinhares@yahoo.com.br

exercício do seu direito à livre circulação (...) é um processo complexo e motivado por diversos motivos (voluntários ou forçados)” Tradução livre.

A preocupação de muitos países destino é que a emigração venezuelana assumiu dimensões alarmantes e vem sendo efetuada para outros países do continente e da Europa. O fluxo migratório venezuelano possui características especiais nas áreas de fronteira porque pode ser observado um fenômeno de mobilidade humana em que distinguir esse fenômeno e suas caracterizações se torna complexo, dado que as razões para emigrar surgem entre duas formas: voluntárias ou forçadas, e a temporalidade vai do pêndulo, isto é, indo e vindo para os países limítrofes (especialmente Colômbia) até a decisão final de deixar o país por um longo período.

Essa dinâmica vem sendo acompanhada de forma paulatina pelos países fronteiriços, entre erros e acertos. Os Estados nacionais passam a suportar pressões com a moral internacional de acolher e, também, com pressões por parte da população dada a visão negativa que muitas vezes se tem e se promulga sobre o imigrante. Nessa direção cabe destacar que apesar de necessários, os imigrantes são frequentemente vistos como não gratos ou pessoas indesejadas.

Para Martine (2005) a rejeição é uma constante em quase todos os processos migratórios, mas é particularmente exacerbada nos movimentos envolvendo pessoas de etnia, idioma, religião e/ou aparência marcadamente diferente dos habitantes do lugar de destino. Poucas vezes se percebe que os Estados hoje considerados desenvolvidos assim se tornaram, em parte, devido aos processos migratórios. Assim sendo, a maioria das consequências socioeconômicas da migração é dupla ou contraditória, dependendo da ótica, do momento e da situação.

Cabe destacar que migrar não é sempre fácil, muito menos, alcançar refúgio em alguns países e, principalmente, conseguir aceitação social. O outro é diferente, fala diferente e se comporta diferente. Trata-se de um espelho no qual a identidade se dilui entre a vontade de pertencer a um lugar e a vontade de retornar um dia ao seu local de origem.

Este artigo se compõe, além da introdução e as conclusões de duas seções, na primeira se realiza uma explanação sobre a situação política, econômica e social que deu origem à crise humanitária no vizinho país da Venezuela. Na segunda, se aborda o papel do judiciário no estado de Roraima.

A CRISE MIGRATÓRIA DA VENEZUELA

O êxodo venezuelano de migração para outros países tem origem no agravamento do colapso econômico e na profunda turbulência política da Venezuela. A

última década foi testemunha de um processo sócio econômico decrescente e de uma política de austeridade e repressão. Esses fatos provocaram uma crise humanitária sem precedentes, ocasionando o aumento das cifras migratórias para outros países e continentes.

A inflação acima de 800% ao ano, acarretou o aumento no preço de insumos básicos. A carência de alimentos nos supermercados e a falta de remédios e de acesso a condições mínimas de saúde e trabalho afundou o país. Essas deploráveis condições e a realidade política do país têm motivado a saída em massa de milhares de pessoas que buscam alimento, assistência médica e satisfazer outras necessidades básicas da vida cotidiana, como o acesso a trabalho e a uma vida digna.

Nesse sentido cabe destacar que a crise da Venezuela, conforme Dehon¹ (2018), está relacionada com o modelo bolivariano, com diferentes equívocos da oposição e também com o isolamento internacional do país. Esse internacionalista acredita que o estopim da crise no país foi a transição governo Chávez para Maduro. De fato, no governo Maduro, iniciado em 2013, incrementaram-se os fluxos migratórios ao serem agravadas as condições de pobreza da população dois anos mais tarde.

A inegável crise social deriva do processo de deterioração progressivo da sua economia, encoberta pelo governo, sob argumentos de uma guerra econômica. Organismos internacionais e diversas instituições reconhecem que os índices de pobreza na Venezuela são alarmantes, assim como a escassez e a perda da capacidade aquisitiva da população venezuelana, desse conjunto de fatores deriva a crise humanitária atual que vive o país (BERMUDEZ et., al. 2018) Tradução livre.

Conforme a Organização Internacional de Migração (OIM), no ano de 2015, foi registrada a cifra de 2.3 milhões de pessoas que abandonaram o país. Os destinos mais procurados pelos fluxos migratórios venezuelanos são Colômbia, Peru e Equador; sendo a Colômbia o lugar de destino mais procurado. O fator linguístico e a proximidade geográfica, são variáveis que tiveram maior influência nessa dinâmica, além do fluxo de comércio, existente entre os dois países. Na capital, Bogotá se concentra o maior número de imigrantes.

O Brasil tornou-se país de destino dos fluxos migratórios venezuelanos paulatinamente. O endurecimento das normas migratórias na Colômbia, Peru e Equador pode ter estimulado a migração para o Brasil desde 2016, apresentando uma dinâmica crescente nos anos de 2016 a 2018, alcançando o pico mais alto nos anos 2017

¹ Ver a esse respeito: a matéria de Vasconcelos (2018): Entenda a crise na Venezuela que provocou forte onda migratória ao Brasil. O Povo on line, disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2018/03/entenda-a-crise-na-venezuela-que-provocou-onda-migratoria-ao-brasil.html>

e 2018. Na atualidade o fenômeno migratório da Venezuela é comparado com a migração de populações para o Mediterrâneo, conforme assinalado pela ONU.

Nessa dimensão cabe mencionar que o Peru endureceu em inícios de 2018 as regras de entrada para os venezuelanos, exigindo que eles carregassem passaportes, em vez de apenas carteiras de identidade. No Equador também passou a ser adotada essa medida, que, posteriormente foi rejeitada. A Colômbia também estabeleceu alguns mecanismos para mitigar o fluxo e, o Brasil, por sua vez também tentou fechar a fronteira. Evento que durou apenas um dia, porém suficiente para induzir o aumento migratório.

Dados da Polícia Federal² brasileira (2018) indicam que entre 2017 e 2018 o fluxo migratório teve entrada pela fronteira de Pacaraima, estado de Roraima, informando que:

Entre 2017 e 2018, 176.259 entraram pela fronteira de Pacaraima (RR), mas 90.991 (51,6%) desses saíram do País, 62.314 por via terrestre e outros 28.677 embarcaram em voos internacionais. Dentre os 85 mil, 54,1 mil solicitaram refúgio e 18,9 mil, residência. Outros 12 mil haviam agendado atendimento até a data.

Roraima, estado menos populoso do Brasil, passou a enfrentar as pressões dos fluxos migratórios, cobrando do governo medidas para mitigar os impactos do crescimento demográfico e as consequências sócias derivadas do inchaço populacional. Em consonância com a Casa Civil (2018, p.5), o número crescente de entrada de imigrantes venezuelanos no país trouxe grandes impactos para os serviços públicos do estado de Roraima. Esse fenômeno provocou a ampliação da “demanda local por assistência social, saúde e segurança, alterando a rotina das cidades e de suas populações”.

Condizente com essa necessidade, a Presidência da República vem monitorando as operações de acolhimento, ordenamento de fronteira e interiorização dos imigrantes venezuelanos. Foi criado o Comitê Federal de Assistência Emergencial, o qual se reúne mensalmente para realizar e discutir o acompanhamento dessas medidas no estado de Roraima.

Dados apresentados pela Casa Civil (2018) indicaram que desde o mês de abril de 2018, mais de 2,6 mil foram transferidos para 18 cidades em 12 etapas do processo de interiorização. A mesma fonte informa que em Roraima 5,2 mil pessoas vivem em 10 abrigos de Boa Vista e em dois de Pacaraima.

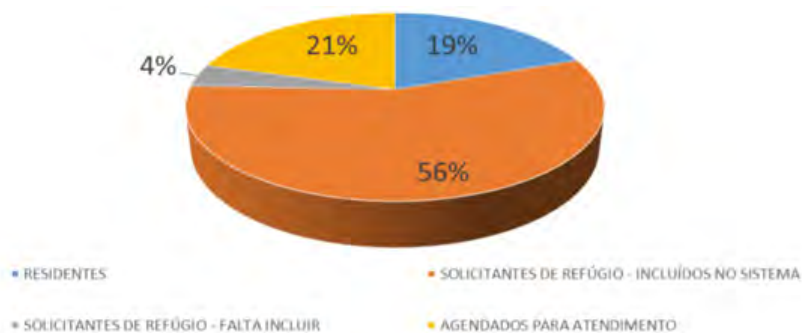
² Informações obtidas em: <http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2018/outubro/policia-federal-atualiza-numeros-da-migracao-de-venezuelanos-em-rr>.

Em junho de 2018, uma das medidas do governo brasileiro para oferecer atendimento médico à população migrante e, também, para obter dados de ingresso ao país pela fronteira norte de Roraima, foi a concretização de um posto de triagem ampliado no município de Pacaraima.

A estrutura montada para receber, identificar e regularizar os imigrantes que cruzam a fronteira da Venezuela com o Brasil tem fornecido dados relevantes dos fluxos migratórios. Esta iniciativa além de oferecer ajuda e orientação ao imigrante, permite alcançar maior ordenamento das informações de imigração nacional. Adicionalmente, permite tramitar pedidos de refúgio e de documentação, como a carteira de identidade e de trabalho. Assim, mister é destacar que o ordenamento de fronteira, que funciona em Pacaraima, além da recepção, identificação, regularização migratória e triagem, tem o objetivo de realizar uma fiscalização sanitária, já que os imigrantes recebem atendimento médico e são orientados para receberem as vacinas.

A figura 1, indica o percentual de venezuelanos no estado de Roraima e sua situação no país. O maior percentual é da população que solicitou refúgio, implicando para o Brasil a tomada urgente de medidas socioeconômicas para atender essa demanda, em matéria de saúde, emprego, moradia e educação.

Figura 1: Venezuelanos em Roraima.



Fonte: Casa Civil. Operação Acolhida³.

A Casa Civil indica que, desde junho, quando o posto ampliado começou a funcionar, até 14 de outubro de 2018, foram feitas já na fronteira 18.046 pedidos de regularização migratória, sendo 54% pedidos de refúgio e 40% de residência temporária e o percentual restante, corresponde a imigrantes que esperam atendimento. Na capital, Boa Vista, também começou a funcionar em meados de setembro um

³ BRASIL. 2018. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos/assistencia-emergencial-aos-imigrantes-venezuelanos-cc.pdf>.

posto de triagem. Seu objetivo é dar suporte ao ordenamento de fronteira e emitir documentos aos migrantes.

Dados da Casa Civil indicam que em agosto de 2018 a regularização migratória venezuelana respondia às seguintes cifras:

Figura 2: Regularização Migratória de Venezuelanos.

DESCRIÇÃO	QTDE
RESIDENTES	9.466
SOLICITANTES DE REFÚGIO - INCLUÍDOS NO SISTEMA	27.317
SOLICITANTES DE REFÚGIO - FALTA INCLUIR	1.885
AGENDADOS PARA ATENDIMENTO	9.978
TOTAL INDIVIDUALIZADO (ESTIMADO)	48.646

Fonte: Casa Civil. Operação Acolhida⁴.

De modo conclusivo desta seção pode ser inferido que a Venezuela está se aproximando de um momento caótico de crise crescente, comparável aos eventos envolvendo refugiados no Mediterrâneo, tal como assinalado pela Agência de Migração da ONU⁵, causando impactos na região e no próprio Estado Venezuelano.

Além disso, indica que desde 2015, segundo a OIM (da sigla em inglês), mais de dois milhões de venezuelanos já deixaram o país em meio à uma situação que piora significativamente a cada dia, fato que irá agravar muitas tensões nos países receptores e na própria população, que vem rejeitando os imigrantes de forma aberta ou velada.

Apesar disso fica claro que, com fundamento em relatórios de ONGs e em dados oficiais, apenas 2% da população da Venezuela tem-se fixado no Brasil. Essa afirmação vai de encontro com estatísticas levantadas pela OIM, indicando que, o Brasil não é país de destino principal.

A figura 3, ilustra os destinos dos fluxos migratórios venezuelanos na América do Sul, sendo os países da Colômbia, Equador, Peru e, recentemente, o Brasil, os estados nacionais mais procurados. Em muitas ocasiões o passo de um país a outro dá-se caminhando durante dias. Essa situação é claramente visível nas fronteiras com a Colômbia e com o Brasil.

⁴ BRASIL. 2018. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos/assistencia-emergencial-aos-imigrantes-venezuelanos-cc.pdf>.

⁵ Ver a esse respeito: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45307311>.

Figura 3: Evolução da População Venezuelana no Exterior.



Fonte: El Tiempo (2018).

Os países destino têm procurado atender a estes fluxos migratórios de diversas formas. Será visto a seguir, no Brasil e especificamente no estado de Roraima a importante labor desempenhada pelo Judiciário. Sendo esse, o seguinte tópico a ser tratado.

OS REFUGIADOS EM RORAIMA E O PAPEL DO JUDICIÁRIO

A grave crise que acomete a Venezuela levou ao êxodo de aproximadamente três milhões de pessoas. Desses, em torno de cinquenta mil estão em Roraima, muitos vivendo em abrigos públicos e praças. Estima-se que na atualidade 12% da população do Estado seja de imigrantes e o número continua crescendo, já que os problemas na Venezuela se recrudescem dia após dia, incrementando-se o fluxo migratório em Roraima.

A constatação da situação de vulnerabilidade em que se encontram os venezuelanos, levou o Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR) a elaborar o Termo de

Cooperação com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), objetivando o atendimento judicial nos abrigos de imigrantes (Procedimento Administrativo TJRR nº 0004176-38.2018.8.23.8000). Trata-se do primeiro acordo do gênero que se tem notícia no Brasil.

Quando da assinatura do acordo, no dia mundial do refugiado (21 de junho de 2018), a presidente do Tribunal de Justiça de Roraima, Desembargadora Elaine Bianchi afirma que o acordo de cooperação com o ACNUR é um “dever institucional de colaboração e ajuda” aos venezuelanos por parte do Poder Judiciário no Estado, uma vez que o atual fluxo em direção ao Brasil “afeta toda a sociedade”.⁶

Por sua vez, a representante do ACNUR no Brasil, Isabel Marquez, afirmou que “este é mais um importante passo que está sendo dado em prol da integração e da garantia de direitos dos venezuelanos em Roraima”.⁷

Essa Cooperação que objetiva a conjugação de esforços entre o Tribunal de Justiça de Roraima e a ONU tem por objetivo:

(a) reconhecer que o Judiciário pode ter papel importante na integração dos refugiados à sociedade brasileira;

(b) proteger as crianças e os adolescentes refugiados que muitas vezes estão separados dos pais e sob o risco de várias formas de negligência, violência ou exploração;

(c) garantir o acesso dos refugiados a políticas públicas negadas por entraves administrativos ou burocráticos.

E, para a consecução desses objetivos o acordo de cooperação se funda em várias premissas, merecendo destaque o reconhecimento que “a efetivação dos direitos humanos dos venezuelanos, que se encontram em situação de vulnerabilidade, depende da cooperação entre múltiplas esferas internacionais, nacionais e locais” e que é “obrigação do Poder Público, inclusive do Judiciário, em assegurar a brasileiros e estrangeiros, os direitos inerentes à dignidade da pessoa humana, nos termos dos artigos 1º e 5º da Constituição Federal” (respectivamente: 6º e 4º considerando do acordo de cooperação TJRR-ACNUR). Confira-se:

“CONSIDERANDO o deslocamento de venezuelanos para o estado de Roraima, sem condições para a própria manutenção e em situação de extrema vulnerabilidade;
CONSIDERANDO que esse cenário de deslocamento dos venezuelanos não demonstra ser resolvido em curto prazo;
(...)

⁶ <<https://www.acnur.org/portugues/2018/06/21/acordos-de-cooperacao-vaio-acelerar-integracao-de-venezuelanos-em-roraima/>> Acesso em 05 dez 2018

⁷ <<https://www.acnur.org/portugues/2018/06/21/acordos-de-cooperacao-vaio-acelerar-integracao-de-venezuelanos-em-roraima/>> Acesso em 05 dez 2018

CONSIDERANDO a obrigação do Poder Público, inclusive do Judiciário, em assegurar a brasileiros e estrangeiros, os direitos inerentes à dignidade da pessoa humana, nos termos dos artigos 1º e 5º da Constituição Federal;

(...)

CONSIDERANDO que a efetivação dos direitos humanos dos venezuelanos, que se encontram em situação de vulnerabilidade, depende da cooperação entre múltiplas esferas internacionais, nacionais e locais”

Ao optar pela integração (efetivada pelo acordo), o Judiciário de Roraima passou a se relacionar com o ACNUR e com as muitas agências e entidades que trabalham com os refugiados. Vale dizer, o acordo de cooperação judicial tornou possível a união de esforços e o compartilhamento de recursos (humanos e materiais) para que fosse exitosa a prestação de serviços judiciais às populações refugiadas.

O serviço judicial oferecido aos imigrantes, nos termos da 3ª cláusula do acordo, compreende ações litigiosas e não-litigiosas. Na esfera consensual, destacam-se a homologação de acordo envolvendo o reconhecimento de união estável, a extinção de união estável, o reconhecimento de paternidade, a fixação de alimentos, a revisão e exoneração de alimentos, a posse e guarda de filhos menores, a regulamentação de visitas e a autocomposição extrajudicial.

Abrange também o processamento e julgamento dos pedidos de registro de crianças nascidas no Brasil e sua retificação, a emancipação, a interdição e as causas dos Juizados Especiais Cíveis e Fazendários. Esse último (Juizado Fazendário) é essencial para garantir o acesso à saúde e educação públicas, nos termos da Lei nº 12.153/2009.

Com efeito, os refugiados têm dificuldades em acessar diversas políticas públicas pela via administrativa, por entraves burocráticos (por exemplo: comprovante de residência para quem vive em praças ou abrigos) ou por preconceito, o que torna necessária a solução judicial, para impulsionar o processo de integração. Daí a opção pelo rito simplificado dos Juizados da Fazenda Pública.

No geral, o perfil das demandas sujeitas à competência da Justiça de Roraima nos abrigos de refugiados evidencia a opção pela mediação, justamente para valorizar a gestão cooperativa do conflito entre os próprios venezuelanos, o que ameniza o caráter adversarial dos problemas enfrentados pelos refugiados dentro e fora dos abrigos.

Os parágrafos da 3ª cláusula traçam os princípios orientadores do atendimento judicial nos abrigos de refugiados, deixando expresso que se trata de procedimento predominantemente oral, ancorado na imediatidade, na concentração de atos, na informalidade e na simplicidade. Veja-se:

CLÁUSULA TERCEIRA - Ao Serviço Judicial Itinerante compete:

(...)

§ 1º O Serviço Judicial Itinerante é informado pelos princípios da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, priorizando, sempre que possível a conciliação ou a transação.

Além dessa preferência pela simplicidade procedimental, houve também a opção pela adaptação do serviço judicial à realidade dos refugiados. Por isso, as audiências podem ser realizadas em espanhol e os documentos apresentados para a instrução da causa não precisam ser traduzidos. O objetivo é a realização dos atos processuais segundo os costumes e o idioma dos refugiados. Respeitando-se, contudo, as normas e peculiaridades da legislação brasileira.

CLÁUSULA TERCEIRA - Ao Serviço Judicial Itinerante compete:

(...)

§ 2º As audiências poderão ser realizadas em espanhol, mas os atos processuais deverão ser redigidos em português.

§ 3º os documentos apresentados não precisarão ser traduzidos para o idioma nacional.

Nessa linha, formalizado o Acordo de Cooperação entre o TJRR e o ACNUR, incorporou-se à equipe, como conciliador voluntário, um magistrado venezuelano refugiado no Brasil (Procedimento Administrativo TJRR nº 0008583-87.2018.8.23.8000). Esse ex-juiz venezuelano estabelece uma ponte entre os dois sistemas legais e transmite segurança aos imigrantes jurisdicionados. Também facilita o diálogo com seus concidadãos que estão em situação análoga a sua.

O acordo de cooperação, na forma em que foi concebido, deu agilidade à Justiça Itinerante que pode, inclusive, expedir portaria para disciplinar o acordo, firmar parcerias com o executivo estadual os Municípios do Estado; isto é, a atuação do programa é em todo o território de Roraima.

CLÁUSULA QUARTA - Incumbe ao magistrado da Vara da Justiça Itinerante:

I - Assinar atos jurisdicionais, assim como os administrativos necessários à concretização do Serviço Judicial Itinerante;

II - Expedir portaria para esmiuçar este Acordo;

III - estabelecer calendário de atendimento em refúgios, praças e logradouros onde se encontrem os refugiados, com pelo menos uma semana de antecedência;

IV - Firmar parcerias com os Municípios e Estado de Roraima para auxílio no Serviço itinerante, bem como para atendimento às demandas fazendárias submetidas ao rito da Lei nº 12.153/2009”

A vigência do acordo abrange o período em que durar a situação emergencial dos venezuelanos (cláusula sétima do acordo). O prazo, como se vê, é definido pela necessidade do serviço, o que se revela acertado, ante sua natureza social.

Na busca da efetivação do acordo, no início de julho de 2018, definiu-se, junto com o ACNUR, o cronograma de atendimento em todos os abrigos existentes em Roraima. Em seguida, entre 30 de julho e 3 de agosto de 2018, realizou-se, no abrigo de refugiados do bairro Jardim Floresta, o primeiro atendimento da Justiça para esses imigrantes.

Nesse atendimento judicial foram realizadas declaratórias de união estável (inclusive homoafetivas), reconhecimento de paternidade (até mesmo de crianças nascidas na Venezuela), guarda de menores, registro de crianças nascidas no Brasil e orientações jurídicas diversas, sobretudo relacionadas aos Juizados Fazendários.

As ações se seguiram em outros abrigos, de modo que no final de novembro de 2018, os dados fornecidos pela Justiça Itinerante de Roraima apontavam a realização de 243 declaratórias de União Estável, 08 reconhecimentos de paternidade, 03 registros de nascimento, 04 retificações de registro e apenas 05 causas de Juizado Fazendário.⁸

A equipe que atendeu nos abrigos foi composta por um Juiz brasileiro, um ex-magistrado da Venezuela (atualmente refugiado no Brasil), um Defensor Público, Promotor de Justiça e servidores do Tribunal de Justiça de Roraima, bem como por parceiros das instituições que trabalham com os refugiados (ACNUR, Exército, AVSI - Brasil, dentre outros).

Embora a cooperação entre brasileiros e refugiados venezuelanos seja a melhor opção, não é a mais fácil. Sua implementação na prática foi complexa e exigiu a superação de várias dificuldades, como por exemplo:

- a) disponibilidade ao diálogo para a construção de soluções aos problemas, inclusive para aceitar documentos em língua estrangeira;
- b) comunicação direta, clara e transparente, principalmente entre os magistrados envolvidos (brasileiro e venezuelano);
- c) respeitar as peculiaridades desses jurisdicionados, bem como as normas legais brasileiras.

Importante registrar que o deslocamento de uma equipe do Judiciário para atender em abrigos públicos, praças e logradouros, inverteu a lógica até então existente e abriu novas possibilidades de articulação para o reconhecimento de direitos e para o exercício de cidadanias a refugiados, que raramente seriam alcançados pelo sistema

⁸ Relatório da vara da Justiça Itinerante de Roraima.

legal brasileiro. Inclusive, nessas ações, se descobriram as violências domésticas sofridas pelas refugiadas venezuelanas e passaram a ser tratadas mediante programas de conscientização (preventivos) e medidas protetivas (repressivos), essas aplicadas pelo Juizado da Violência Doméstica.

Outro fator importante foi estabelecer relações de confiança entre a Justiça e os refugiados para que possam recorrer ao Judiciário quando necessitarem e, assim, diminuir a probabilidade de conflitos tanto entre os imigrantes, como com a sociedade brasileira.

Por fim, mister é mencionar que na atualidade o atendimento nos abrigos se dá por solicitação do ACNUR (normalmente para regularização de documentação antes da interiorização) ou segundo o calendário de serviços judiciais da Vara da Justiça Itinerante. Sabe-se que ainda há muito por se fazer, mas considera-se um grande avanço este acordo de cooperação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grave crise migratória que passa a Venezuela, com o êxodo de milhões de pessoas, exigiu a atuação efetiva de diversos atores em todo o mundo, especialmente na América latina.

No Brasil, a crise também se fez sentir, embora não seja o destino preferencial dos refugiados. O fluxo migratório exigiu uma postura ativa do Judiciário brasileiro, no cumprimento de seu papel constitucional de resguardar direitos humanos, sem distinção entre nacionais e estrangeiros.

Nessa linha, o Acordo de Cooperação firmado entre o Tribunal de Justiça de Roraima e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados demonstra que é possível levar atendimento judicial de cidadania aos refugiados, respeitando-se as peculiaridades desses jurisdicionados (idioma e aspectos culturais), bem como as normas legais brasileiras.

Comprova-se também que o Judiciário pode ser um agente facilitador da integração do imigrante e que é possível estabelecer relações de confiança entre a Justiça e os refugiados para que possam recorrer aos nossos tribunais quando necessitarem e, assim, diminuir a probabilidade de conflitos tanto entre os imigrantes, como com a sociedade brasileira.

No acordo de cooperação há uma clara opção por métodos consensuais de resolução de litígios, justamente para valorizar a gestão cooperativa do conflito pelos próprios refugiados dentro e fora dos abrigos.

Por fim, o Judiciário de Roraima deve continuar desenvolvendo seu potencial de atendimento aos refugiados, para que seu serviço seja cada vez mais eficiente. Do mesmo modo, espera-se que seja mais ampla a cobertura de acesso aos seus destinatários.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2018/06/21/acordos-de-cooperacao-vaio-acelerar-integracao-de-venezuelanos-em-roraima/>> Acesso em 05 dez 2018

BERMÚDEZ, Y; MAZUERA, R; ALBORNOZ-ARIAS, N; PERAZA, M. **Informe sobre la movilidad humana venezolana**: Realidades y perspectivas de quienes emigran. San Cristobal. 2018.

BRASIL. CASA CIVIL. **Operação Acolhida**. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos/assistencia-emergencial-aos-imigrantes-venezuelanos-cc.pdf>. Acessado em 9/12/2018.

BRASIL. POLÍCIA FEDERAL. **Atualização de dados migração venezuelana em Roraima**. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2018/outubro/policia-federal-atualiza-numeros-da-migracao-de-venezuelanos-em-rr>. Acessado em 1/12/2018.

BRASIL. CASA CIVIL. **Assistência Emergencial aos imigrantes venezuelanos**. Brasília. 2018. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos/assistencia-emergencial-aos-imigrantes-venezuelanos-cc.pdf>. Acessado em 10/10/2018;

DEHON, O. in VASCONCELOS, H. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2018/03/entenda-a-crise-na-venezuela-que-provoco-onda-migratoria-ao-brasil.html>. Acessado em 09/10/2018.

FIGUEREDO, L.; ZANELATTO, J. Legislação e Políticas Públicas voltadas à migração no Brasil. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica** Rio de Janeiro: vol. 8, no.2, maio-agosto, 2016, p. 252-274.

MARTINE, G. **A globalização inacabada migrações internacionais e pobreza no século 21**. São Paulo Perspec. Vol.19, no.3, São Paulo, July/Sept. 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DA MIGRAÇÃO. **Tendências Migratórias Nacionais na América do Sul**. 2018. Disponível em: https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/Tendencias_Migratorias_Nacionales_en_America_del_Sur_Vzla_Portugues.pdf Acessado em: 07/07/2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DA MIGRAÇÃO. Modulo II. Movilidad Humana. **Gestión fronteriza integral en la subregión andina**. Lima, 2012. Disponível em: http://www.oimperu.org/oim_site/documentos/Modulos_Fronteras_Seguras/Modulo2.pdf. Acessado em 20/10/2018.

UNITED NATIONS SECRETARIATE. **International migration flows to and from selected countries**: The 2015 revision. New York: Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2015. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/empirical2/migrationflows.shtml>. Acessado em 09/09/2018.

_____. **Trends in Total Migrant Stock**: the 2013 Revision. New York: Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2014.

_____. **Migração Mundial em números**. Disponível em: <https://www.oecd.org/els/mig/PORTUGUESE.pdf>. Acessado em 20/07/2018.

ARTIGO

RORAIMA E CUBA NAS MIGRAÇÕES ENTRE 1993-2000

INTRODUÇÃO

Os deslocamentos de cubanos para o estado de Roraima se mostram um tema instigante ao longo dos últimos anos para os estudiosos das migrações do estado. De origem aparentemente simples, geralmente através de convênios estatais, este fenômeno histórico apresenta um mosaico de particularidades e complexidades que nos levam a indagar sobre os motivos desses deslocamentos nesse momento específico da História em que Roraima e Cuba viviam.

Este trabalho tem como objetivos identificar os motivos dos deslocamentos de profissionais cubanos da área de saúde e de educação para o estado de Roraima, estudando o contexto histórico de Roraima e de Cuba no espaço temporal de 1993 a 2000, a partir de relatos de experiências migratórias, memória e trajetórias de dois entrevistados. Esse artigo utilizou também fontes documentais do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Roraima.

A História Oral foi a metodologia que constituiu as principais fontes do trabalho, sendo realizadas entrevistas temáticas semiestruturadas, com uso de roteiro reflexivo, flexível e estruturado em três eixos principais: deslocamentos, experiências e memórias em Cuba e em Roraima, enfocando a década de 1990. Foram entrevistados profissionais de saúde e de educação que permaneceram no estado e o uso da História Oral foi fundamental para atender ao objetivo de analisar as trajetória e experiências migratórias dos migrantes cubanos e compreender o processo de deslocamento destes.

* Graduado em História pela Universidade Estadual de Roraima e Especialista em História da Amazônia pela mesma Universidade. Atualmente, é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras – PPGSOF.

** Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP e Professora do Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Roraima.

*** Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS e Professora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras – PPGSOF.

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE AS MIGRAÇÕES

O processo de deslocamentos de cubanos, no fim do século XX, para o estado de Roraima estimula a historiografia roraimense a investigar e interpretar esse fato social caribenho-amazônico. Neste caso, exige-se a explicação de alguns campos de estudo que nos permitem compreender essa ocorrência histórica complexa e inédita.

Nosso trabalho se embasa na visão de Sayad (1998), que entende o processo migratório como um fato social total ou completo e sobre seu estudo afirma:

Todo o itinerário do imigrante é, pode-se dizer, um itinerário epistemológico, um itinerário que se dá, de certa forma, no cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas, história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia e psicologia social e até mesmo das ciências cognitivas, antropologia em suas diversas formas (social, cultural, política, econômica, jurídica etc) (SAYAD, 1998. p.15).

Para ele, o componente político da imigração e conseqüentemente emigração são tão iguais ou mais importantes para a compreensão do “migrar” do indivíduo. Em caso de migrações onde ocorra um fluxo maior de indivíduos, a assimetria entre os países é um peso na receptividade dos migrantes. Segundo Sayad (1998), o imigrante ainda recebe a medição da régua econômica do seu país na escala global. Ou seja, os aspectos que seu país de origem representa na escala econômica e política no mundo mediarão a sua receptividade no local de destino. O imigrante é duplamente dominado, ora pela necessidade do migrar, ora pelo que a sua nacionalidade representará na sua escala final da migração.

Para além disso, Sayad (1998) nos alerta para pensarmos na subjetividade do sujeito migrante e, ainda, para o fato de que antes de ser um imigrante, ele também é um emigrante. As ressignificações do local de destino antes e depois do migrar se mostram um processo complexo que em muitas análises migratórias são ignorados por privilegiarmos visões mais demográficas e macro desses processos, nas quais as causas definem-se no local de origem.

Diante desta complexidade e da tentativa de melhor nos aproximarmos das subjetividades é que usamos as narrativas orais para acessar as experiências e as memórias migratórias dos entrevistados. Neste sentido, nos apoiamos nos escritos de Portelli (2010); Passerini (2011); Montenegro (2003) e Pollack (1992).

Outro aspecto importante no trabalho é a chamada Globalização, entendendo que as migrações cubanas, entre os anos 1993-2000, ocorreram no contexto deste fenômeno histórico. Segundo Ianni (1996), esse sistema de ordem global, que irrom-

pe do pós Guerra-Fria (1946-1989), é marcado por um novo ciclo do capitalismo, no qual este encontra novas fronteiras com a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS. Segundo o autor:

A mundialização dos mercados de produção, ou forças produtivas provoca a busca de força de trabalho barata em todas as direções. O Exército industrial de trabalhadores, ativo e de reserva, modifica-se e movimenta-se, formando contingente de desempregados mais ou menos permanentes ou subclasses, em escala global. (IANNI, 1996, p.21)

A Globalização tende a realizar um movimento de pressão contra o Estado-nação para atenuar ou anular a influência desses nas relações econômicas em nível mundial. Diminuição da burocracia alfandegária, facilitação da livre circulação de capitais, expansão de empresas para países em desenvolvimento e migração livre de trabalhadores que queiram “vender” seu capital individual no mundo, são características dessa nova fase da economia de mercado (BRESSER-PEREIRA. 2007).

Para Bresser-Pereira (2007, p. 7), o que a História provou é que atualmente os Estados-nação representam um importante papel na nessa fase do capitalismo, inclusive de proteger as empresas de seus países no mercado mundial. Com relação às migrações dos trabalhadores, afirma que a ideia de “cidadão do mundo” ainda é apenas uma metáfora, pois os Estados-nação permanecem e regulam a entrada de migrantes, trabalhadores e de cidadãos seus com rumo ao exterior.

Compreendemos os movimentos migratórios no mundo, a partir da Globalização, como causados por estímulos do capital rumo a esses mercados mundializados. Porém, a perspectiva de Sayad (1998) explica que por se tornar um fluxo “contínuo” para o mundo industrializado e se tornar mais estrutural, a imigração passou a constituir-se em um sistema. Segundo ele, “é sistema porque é igualmente dotada de uma lógica própria, porque tem seus efeitos e suas causas próprias, bem como suas condições quase autônomas de funcionamento e de perpetuação” (1998, p.105).

Sendo assim, os grandes fluxos migratórios no mundo, no fim do século XX, atendiam a uma nova etapa do sistema econômico mundial, uma era de desenvolvimento e expansão de suas estruturas, deslocando pessoas para atender necessidades de mão de obra em diversos setores do globo. Porém, as migrações sendo o fenômeno complexo que são, contêm suas particularidades e também abrangem lógicas próprias que fogem da atribuição de conceitos teóricos macrossociológicos, implicando diretamente as subjetividades.

RORAIMA NA ROTA DAS MIGRAÇÕES

O Território Federal do Rio Branco foi criado em 13 de setembro de 1943 pelo decreto nº 5.802 do então presidente Getúlio Vargas e alterado o seu nome para Território Federal de Roraima, no de 1962. De acordo com Santos (2012) a criação do território federal no Estado-Novo (1937-1945) respondeu à nova geopolítica de ocupação e proteção de regiões sensíveis de fronteira.

Mesmo com o fim do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e a ascensão de um novo período democrático (1946-1964), a estratégia geopolítica da União em relação ao território amazônico permaneceu. O pensamento da Escola Superior de Guerra – ESG para com a Amazônia, na década de 1950 e 1960, obedeceu a uma estratégia de ocupação e defesa da nova área, aquilo que Becker (2004) chama de economia de fronteira.

De acordo com Santos (2012) os governadores que foram designados pelo poder central para comandar o território tinham como objetivos implantar o Plano Nacional de Desenvolvimento. Essa estratégia nacional de integração econômica, social e política da Amazônia brasileira ao restante do país fez com que, a partir da década de 1960, Roraima recebesse contingentes expressivos de migrantes de outras unidades da federação brasileira.

De acordo com Souza (2009), estas ondas migratórias, sendo fomentadas tanto pelo governo local quanto o governo federal, atendiam a uma lógica do regime dominante na década de 1970, que definiam, por decisões políticas e técnicas, as novas formas de ocupação do espaço amazônico. Para a autora, os mais importantes elementos de atração para o estado de Roraima, a partir da década de 1960 até o fim do século XX, foram: a facilidade do acesso a terra, por projetos de assentamento e a ocorrência de garimpos. Ressalta também que a abertura dos grandes eixos rodoviários concorreu para o crescimento demográfico de Roraima (SOUZA, 2009. p. 41), com destaque para a construção da BR 174, que possibilitou uma maior integração funcional com Manaus - AM e uma melhor conectividade viária com a Venezuela.

No primeiro governo de Ottomar Pinto, governador “biônico” do Território Federal de Roraima entre 1973-1980, implantou-se uma nova estratégia migratória de atração de migrantes do Nordeste Brasileiro para a nova fronteira econômica, que se mostrou contrária a de seu antecessor, Ramos Pereira. De acordo com Santos (2012), Ottomar Pinto tinha objetivos populistas e eleitoreiros, com vistas a se estabelecer e criar bases eleitorais quando o novo estado da Federação – Roraima – fosse criado com o fim da Ditadura.

A região de Roraima se apresentara ao Brasil, nos anos 1970 a 1990, como um lugar de oportunidades de trabalho, ocupação e desenvolvimento. Na década seguinte, já como estado da federação, Roraima foi capaz de atrair migrantes de diversas regiões do país e com diferentes qualificações e níveis sociais.

CUBA: AS MIGRAÇÕES NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

A Revolução de 1959 apresentou-se como grande fator causador das históricas ondas migratórias cubanas após o triunfo revolucionário de Fidel Castro. No contexto histórico pós Revolução, se configura a relação de dependência econômica de Cuba para com a URSS, a qual se fortalece pelos impactos do embargo econômico americano decretado no início da década de 1960. Neste sentido, mesmo com o abastecimento pela URSS de itens de primeira necessidade, a ilha de Castro sofria com racionamentos e falta de produtos básicos para o consumo de seus habitantes. Segundo Ayerbe (2004), os prejuízos desde o início das sanções e bloqueios 1959 até a atualidade (2004) somam mais de 60 bilhões de dólares com base em dados do governo cubano.

Após os bloqueios econômicos de 1961, Cuba, para sobreviver no tabuleiro geopolítico da Guerra Fria, flertou com o modelo soviético de organização de Estado e de Economia Centralmente Planificada. De acordo com Bandeira (1998) com a entrada de Cuba no Conselho Para Ajuda Econômica Mútua, conhecido como COMECON, em 1972, a ilha começara a estabelecer politicamente o modelo stalinista da URSS.

Mesmo com períodos de estabilidade econômica, a economia da Ilha sempre deu sinais de esgotamento de seu modelo centralmente controlado pelo Estado Comunista. Depois da primeira onda migratória imediatamente após a Revolução, a crise dos Marielitos¹, em 1980, representou o descontentamento de parte da juventude cubana com os rumos da economia e política. Calcula-se que mais de 125 mil cubanos deixaram a Ilha através do Porto de Mariel. E essa onda migratória gerou mais um impasse diplomático, já na conturbada relação entre Cuba e EUA.

Na década seguinte, com a derrocada do Socialismo Real e o desmantelamento do bloco soviético em 1991, que acabaria sufocando os países que o compunham,

¹ Crise migratória dos Marielitos em 1980 teve início após a invasão da embaixada do Peru, em Cuba, por 4 cubanos. Neste episódio, um guarda cubano, encarregado da segurança da embaixada, foi morto. Castro exigiu que o Peru não concedesse asilo político aos envolvidos, tendo sido recusado o pedido pelo embaixador peruano. Como medida, Cuba retirou a segurança da embaixada, sendo invadida por mais de 10 mil cubanos em busca de refúgio e detonando a crise migratória (SILVA, 2006).

Castro se viu obrigado a fazer algumas concessões para a nova onda global do sistema capitalista, forçando-se a uma abertura econômica.

A pequena e pontual reforma constitucional cubana no ano de 1992, trouxe em seu bojo uma flexibilização neoliberal na economia, retirando a declaração de que os bens do Estado eram irreversíveis, reconhecendo empresas estatais de capitais mistos, com o objetivo de atrair capitais estrangeiros. Para Bandeira (1998):

O objetivo de Castro, desde que ele percebera a inevitabilidade da restauração do capitalismo em Cuba, sempre foi apenas o de salvar as aparências e, resguardando, como serviços públicos, a educação e a saúde, conquistas democráticas da revolução de 1959, suavizar o desmoronamento do socialismo real, montado ao longo de 36 anos, a fim de não perder o controle sobre os acontecimentos e a honra, muito importante para ele (1998, p.625)

Segundo Pomar (2016), as privatizações e abertura de capital estrangeiro em estatais, propiciaram que criassem um mercado dual em que se arrecadam divisas para o custeio dos gastos sociais, que representam o legado da Revolução Cubana de 1959. Os convênios de missões de profissionais cubanos para países pobres ou em desenvolvimento representaram uma importante fonte de arrecadação para a economia de Cuba antes e após o Período Especial em Tempos de Paz, denominado assim por Castro o período em que a Ilha se viu isolada do tabuleiro político e econômico após a quebra do bloco soviético.

Com mão de obra historicamente bem qualificada, o intercâmbio de médicos, professores universitários e de áreas militares, já na década de 1980, sinalizavam como um mecanismo de forte de arrecadação em momentos de crise. Assim, há uma maior atenção aos convênios de trabalho de seus médicos e com o mundo acadêmico com países emergentes, tendo essa política de dirigir seus profissionais ao exterior.

RORAIMA E CUBA: A CONSTRUÇÃO DE LAÇOS MIGRATÓRIOS

Como já exposto acima, historicamente os governos local e federal estimularam a ocupação de Roraima não só por mão-de-obra nacional com alta e baixa qualificação, mas também com profissionais para atender aos interesses de instituições locais.

Com a criação da Universidade Federal de Roraima² e implantação de cursos universitários de licenciatura e bacharelado, o então Reitor Hamilton Gondim da Silva, nomeado pelo Ministério da Educação para implantá-la, adotou uma política de

² A Universidade Federal de Roraima teve autorização para a sua criação através do Projeto de Lei nº 7.364/85 e fundada pelo Decreto nº 98.127/88.

ensino universitário voltada para a formação de professores e demais profissionais, como tarefa da primeira instituição de ensino superior do estado.

Nesse contexto, a UFRR realizou seu primeiro convênio com o Ministério da Educação de Cuba no ano de 1993, para atender aos cursos de Física, Matemática e Letras e a introdução da Informática na instituição. No dia 16 de Março, o jornal Paricarana³ anunciava o acordo entre a UFRR e a Universidade de Matanzas Camilo Cienfuegos – UMCC, um programa de trabalho de caráter científico-cultural com intercâmbio de professores entre as duas universidades.

Com foco na área de docência em Matemática, Física, Informática e Espanhol, por um ano, os professores cubanos foram imbuídos de aplicar novas metodologias de ensino superior e contribuir com o aperfeiçoamento dos currículos e matrizes dos cursos da UFRR. Os primeiros cubanos vindos para a UFRR foram: Oscar Tintorer (Física), Alberto Martínez Castañeda (Matemática), Elias Herreras (Matemática), Reynaldo Hernandez Camacho (Matemática), Heloísa Suarez Aymé (Letras) e Vivían Estrada Sentí (Matemática).⁴

Como forma de agradecimento e para estreitar os laços com a academia de ciência cubana, o Reitor Hamilton Gondim, respaldado pelo Conselho Universitário da UFRR, outorgou ao Presidente Fidel Castro o título de Doutor Honoris Causa. Em seu discurso, Gondim destaca: “A Universidade Federal de Roraima deve ao governo de Cuba o apoio decisivo nas suas horas mais difíceis nestes primeiros cinco anos de vida e de luta em favor do progresso e desenvolvimento do Estado de Roraima e da Região Amazônica”⁵.

A política de atração de mão-de-obra cubana para Roraima não ficou só no âmbito educacional da UFRR. O Governo de Roraima, desde a administração de Ottomar Pinto (1991-1994), vinha estabelecendo convênios de cooperação técnica, trocas comerciais e de contratação temporária de médicos cubanos. O governador Neudo Campos (1995-2002), no diário oficial nº 211, do dia 17 de Novembro de 1999, firma um convênio de colaboração científica, técnica e comercial com Cuba.⁶

³ Jornal Paricarana: Informativo da UFRR. 16 de março de 1993. Nº25.

⁴ Jornal Paricarana: Informativo da UFRR. 16 de março de 1993. Nº25.

⁵ GONDIM, Hamilton. Ministério da Educação e do Desporto: UFRR, Entrega ao Presidente de Cuba, Fidel Castro Ruz, do título de Doutor Honoris Causa. Palácio de la Revolución, Havana, 28 de Setembro de 1994.

⁶ Diário Oficial do Estado de Roraima. Boa Vista, 17 de Novembro de 1999. Nº 211. Disponível: <http://imprensaoficial.hospedagemdesites.ws/diarios/doe-19991117.pdf>. Acesso em: 18 de Junho de 2018.

CUBANOS: MEMÓRIA, TRAJETÓRIA E EXPERIÊNCIAS

Nesta etapa do trabalho examinamos as entrevistas orais de dois migrantes cubanos: a de um médico, realizada no dia 06/11/2017, que atua na saúde pública municipal e estadual, aqui chamado de Diego; e a de um professor de uma universidade pública, realizada no dia 04/10/2017, aqui chamado Tiago.

Diego, formado na Universidade de Havana, migrara para Roraima “fugido”, como dito suas próprias palavras, da Guiana, onde fazia parte de um convênio entre Cuba e aquele país. Chegando em 1999, o migrante, que era solteiro, clinicou em regiões de garimpo, levando atendimento médico não só para guianenses, mas também a muitos brasileiros que trabalhavam no extrativismo mineral no país vizinho. Sua fuga para Roraima se deu após o embaixador cubano em Georgetown proibi-lo de permanecer na Guiana. Ele explica:

Eu falei diretamente com o Embaixador, ele me disse que já tinha comprado minha passagem de volta para Cuba. Eu falei a ele: Como eu posso voltar agora com essas novas leis que eu devo ficar 05 anos lá... Se eu já casei e tenho esposa aqui? Ele disse – Bom! Você pode levar ela para lá? Eu disse: Para quê? Para passar necessidades comigo? Nós tínhamos uma vida mais ou menos estável lá, ela era enfermeira. Eu disse: eu não vou voltar! E ele disse – Então, você é um traidor. Isso dói, dói muito! Tu ficar longe do teu país, mas infelizmente, é uma decisão que tu tem que tomar, não por mim só, mas também por minha família [...] Simplesmente, eu queria ser livre (Diego, 2017).

O relato nos permite pensar no desejo de liberdade, almejada não apenas no que tange a livre circulação, mas também uma liberdade econômica, o desejo de ficar na Guiana, de trabalhar livremente e fazer suas próprias economias sem interferência o moveram a desafiar do Estado Cubano.

Já Tiago, professor universitário, chegara por meio de um intercâmbio entre a sua universidade e a Secretaria de Educação do Estado de Roraima, no fim do ano de 1996. Esse convênio, segundo o próprio entrevistado, visava dar suporte ao Programa Nacional de Tecnologia Educacional – PROINFO. Com o mesmo prazo de permanência dado a outros profissionais designados para o estado, Tiago deveria permanecer 01 ano em Roraima e contribuir com parte do salário pago pelo governo local para a embaixada cubana.

Tiago, diferentemente de Diego, ao chegar a Roraima, a partir do 3º mês decidiu permanecer no estado e romper com o Regime. Não tinha constituído família em Boa Vista e ainda possuía uma filha em Cuba. Parte de seus familiares defendia a ideia de que ele voltasse. A decisão de Tiago de permanecer em Roraima, sabendo

que não poderia regressar, por ser um “traidor da pátria”, era muito difícil, principalmente para alguém que migrara sozinho, com mais de 30 anos e sem nenhum familiar no lugar de destino, o que tornou essa decisão muito mais dramática.

Quanto as suas experiências migratórias, incorporamos para os dois entrevistados questionamentos sobre a adaptação na sociedade receptora, a inserção na comunidade roraimense, as retaliações por ser estrangeiro e as atuais relações com familiares em Cuba e com o país. O único campo em comum nos dois relatos refere-se às atuais relações com Cuba e a volta ao país após tantos anos distante. Para Diego, voltar ao país, mesmo sem ter os pais para visitar (os pais morreram enquanto ele não podia voltar a Cuba, depois de 2013), se mostrou uma experiência pessoal muito benéfica. Já para Tiago, apesar de ter uma boa experiência, ao retornar não houve essa conectividade com a pátria cubana:

É uma coisa indescritível. Uma coisa maravilhosa. Ir e ver a tua família, caminhar pelas ruas onde você se criou encontrar amigos que ainda estão em Cuba, poucos. Mais velhos... Ver os jovens-velhos em Cuba. O país é o país da gente. (Diego, 2017).

Foi significativo sim. Claro que foi um custo grande com minha saída. Mas, eu tenho consciência. Claro que eu me senti feliz depois de ver minha mãe e meu pai. Eles ainda estão vivos. [...] o recebimento meu foi muito bom [...] Queira ou não queira, eu tenho minhas raízes em Cuba e minha formação. Só volto ao país enquanto eu tiver minha família. Quando não os tiver, eu não pretendo ir mais. (Tiago, 2017).

Esse sentimento de pertencimento se mostra bastante complexo nos depoimentos. Para Diego, sentir-se um cubano faz parte de sua subjetividade, apesar de a todo o momento declarar seu amor pelo Brasil. O ser cubano é apropriado em vários trechos da entrevista, no que diz respeito à juventude, formação e trabalho em Cuba. Esse sentimento de nacionalidade é reproduzido para denunciar autoritarismos de autoridades cubanas e para que Diego afirme o fracasso econômico da Ilha.

Já para Tiago, o sentimento de pátria cubana é negado e reafirmado a todo o momento. Ele reivindica para si sua nacionalidade quando denuncia as arbitrariedades do governo e o quadro político e econômico de Cuba. Porém, na construção de sua narrativa, esse sentimento desaparece ou é claramente ignorado e negado para definir suas relações atuais com o país. Para Tiago, o “ser cubano” não existe depois que ele deixou a Ilha, em 1996. A nós parece que é um sentimento reprimido e resgatado quando lhe convém.

Porém, quanto à adaptação e enfrentamento de adversidades, os dois entrevistados apresentam diferentes experiências. Enquanto Tiago assegura não ter vivenciado

ciado qualquer tipo de preconceito ou rejeição por parte dos roraimenses, Diego narra vários episódios de xenofobia e de intimidações, tanto de alguns docentes da UFRR, de autoridades políticas e pacientes atendidos no Sistema Único de Saúde de Roraima.

Para se candidatar ao processo de revalidação do diploma expedido pela Universidade de Havana, Diego conta que enfrentou grande resistência do curso de medicina da UFRR à época. Foi necessário se deslocar para Manaus e ter seu diploma revalidado pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Ainda assim, relata ainda que o Conselho Regional de Medicina de Roraima impôs vários empecilhos para registrar o seu diploma:

Por exemplo, eu cheguei aqui e revalidei meu diploma depois de 4 anos lutando. Eu revalidei meu diploma em Manaus. Eu fiz um exame lá. Após 05 anos, quando eu chego aqui no CRM-RR o conselho não queria [revalidar]. Primeiro disseram que eu deveria ter o certificado de português avançado. Eu falei – o MEC não exige isso, exige português básico. Eu fui atrás de liminar [judicial] e até que consegui. Um filho da puta carimbou meu diploma, o que ele não pode fazer, dizendo “Esse CRM foi dado por decisão de justiça”. Isso é um ato de xenofobia clara por parte do CRM e classe médica (Diego, 2017).

Ao tratarmos de suas memórias sobre Cuba, nos pautamos pelo que diz Pollack (1989), que uma abordagem construtivista dá voz às memórias subterrâneas e encaram os fatos sociais não como coisas, mas sim como esses fatos sociais se tornaram essas coisas. A memória dos indivíduos, oculta, silenciada ou até oprimida, antagoniza com a memória nacional coletiva e hegemônica.

Neste caminho, Diego faz duras críticas ao governo de Castro, mostrando uma dualidade no ressentimento quanto à sua trajetória. Apesar dos seus familiares o visitarem após estabelecer residência fixa em Roraima, o governo cubano não permitia o regresso de “traidores da pátria” – como eram classificados aqueles que abandonaram as missões no exterior – para o país. Só com a reforma migratória de 2012 é que esses cubanos puderam retornar, mas ainda assim com visto de turista, válido por 90 dias, e não como genuínos cidadãos cubanos. Ao longo desses 13 anos, Diego perdera os pais. Mesmo esse agravante não fora suficiente para as autoridades cubanas expedirem um visto para o seu direito ao luto.

Quanto às memórias de vida em Cuba, o Tiago apresenta uma narrativa carregada de ressentimentos e rechaço a qualquer ligação sentimental com o país de origem:

Então, existe disso uma influência da minha formação, da minha preparação. Mas, com lembranças muito amargas. Realmente, meu pior momento de vida são meus primeiros 34

de vida. Eu vivia de forma péssima. São mais lembranças más que boas. Cuba para mim é uma lembrança amarga. (Tiago, 2017).

Parte desse ressentimento do professor se deve, segundo ele, a uma política de chantagem feita por autoridades cubanas para com instituições e governos locais. Os representantes diplomáticos e chefes de delegações ameaçavam as autoridades caso fossem dado empregos para os cubanos considerados traidores.

A construção de uma narrativa de ressentimento é fruto da própria memória que, na sua subjetividade, constrói elementos, exclui os indesejáveis, privilegia aquilo que interessa e esquematiza um discurso pronto para um tipo de pergunta que desperta essa narrativa, como explica Portelli (2010). Esse ressentimento, muitas vezes, não aparece na entrevista em outros elementos nas memórias no país de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, o estudo presente mostrou que os deslocamentos de cubanos para o estado de Roraima resultaram de fatores inseridos em uma conjuntura internacional, marcada pela Globalização aliada à forte crise econômica que Cuba vivia após a dissolução do bloco soviético (1989), que desembocou na busca de divisas pelo Estado cubano através do programa de misiones. Agregado a isso, percebe-se ainda um histórico de políticas públicas de estímulo à ocupação humana da região Roraima que antecede a década de 1990, sendo os cubanos um deslocamento pensado, temporário ou não, pelas autoridades do estado com intuito de expandir os serviços públicos.

As fontes orais, ainda que abordadas brevemente aqui, permitiram reconstituir o impacto desses deslocamentos nas subjetividades dos migrantes cubanos em Roraima, bem como dar voz às experiências migratórias e trajetórias que constituem esse processo. Os migrantes cubanos mostraram que seus deslocamentos não se resumiram a um processo simples de rompimento com o lugar de origem, pois emergiram dessas narrativas experiências de ressentimentos contra a antiga pátria, duros processos de separação familiar por entaves burocráticos e por políticas de rejeição aos cubanos que “abandonaram” Cuba, assim como certa dificuldade com a adaptação e reorganização profissional no Brasil.

Suas presenças em Roraima, bem como a de outros como eles, configura-se como uma importante contribuição social e profissional para a sociedade local. A experiência migratória cubana em Roraima, realizada em um contexto histórico es-

pecial dos dois locais, Cuba e Roraima, possibilitou que esses profissionais com excelente qualificação pudessem realizar essa migração, com todos os bônus e ônus decorrentes disso. Suas memórias mostram que neste processo pertencimentos são redefinidos e ressentimentos se fortalecem.

REFERÊNCIAS

AYERBE, L. F. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Unesp, 2004.

BANDEIRA, L. A. M. **De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BRASIL. **Decreto-lei nº 98.127/89, de 8 de setembro de 1989**. Fundação da Universidade Federal de Roraima. Diário Oficial [Da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 set. 1989.

_____. **Lei nº7.364/85, de 12 de setembro de 1985**. Criação da Universidade Federal de Roraima. Diário Oficial [Da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 set. 1985.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Globalização e Estado Nação**. Textos para discussão: Escola de Economia de São Paulo-FGV, nº160, abril de 2007.

BECKER, B. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

Conselho Federal de Medicina. **Parecer jurídico nº 119/97**. Disponível em: < http://www.portalmédico.org.br/notasdespachos/CFM/1997/119_1997.pdf >. Acesso em: 19 de Jun. 2018.

D'AVILA NETO, M. I; NETO, J. **Anais do XV ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO: Psicologia Social e Política da existência: fronteiras e conflitos**. Maceió, 30/10 a 02/11/2009.

RORAIMA. **Diário Oficial do Estado de Roraima, de 17 de Novembro de 1999**. Nº 211. Boa Vista, RR, 17 nov. 1999. Disponível: < <http://imprensaoficial.hospedagemdesites.ws/diarios/doe-19991117.pdf> >. Acesso em: 18 Jun. 2018.

FERNANDES, F. **Da guerrilha ao socialismo: A revolução Cubana**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

Jornal Paricarana: um informativo da UFRR. Boa Vista, 16 març. 1993, n° 25.

_____. Boa Vista, 27 abr. 1993, n° 37.

_____. Boa Vista, 22 nov. 1993, n° 49.

_____. Boa Vista, 06 abr. 1995, n° --.

MARQUES, R. L. **A Condição Mariel:** memórias subterrâneas da experiência revolucionária cubana. UNB: Brasília, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, UFRR: Entrega do título de Doutor Honoris Causa ao Presidente de Cuba, Fidel Castro Ruz, 1994.

MONTENEGRO, A. **História Oral e Memória:** A cultura Popular Revisitada. São Paulo: Editora Contexto. 2003.

PASSERINI, L. **A memória entre política e emoção.** São Paulo: Letra e Voz, 2011.

POLLACK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 5, n° 10, CPDOC-FGV, 1992.

_____. Memória, Esquecimento e Silêncio. 1989. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15

POMAR, W. **Cuba:** revolução e reforma. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

PORTELLI, A. **Ensaio de História Oral.** Tradução de Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

SADER, E. **Cuba:** um socialismo em construção. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, N. P. D. Roraima: possibilidades e impossibilidades da formação de uma elite regional. In: **Roraima/Boa Vista:** Temas sobre o regional e o local. Orgs Maria das Graças de S. Dias Magalhães e Carla Monteiro de Souza. Boa vista: Editora da UFRR, 2012.

_____. **Política e poder na Amazônia:** o caso de Roraima 1970-2000. Edurrf, 2012.

SASAKI, E; ASSIS, G. (Org.). Teorias das migrações internacionais. XII Encontro nacional da ABEP, 2000.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade.** Tradução: Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, M. A. D. **Cuba e a eterna guerra fria**: isolamento ou reinserção? São Paulo, 2006. Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina).

SOUZA, C. M. Boa Vista/RR e as migrações: mudanças, permanências e múltiplos significados. **Revista Acta Geográfica**, Ano III, Nº5, JAN/JUN de 2009. P 69 72.

ARTIGO

SEGURANÇA HÍDRICA NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/ RORAIMA: ANÁLISE PRELIMINAR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2015, aprovou-se na Assembleia Geral das Nações Unidas, a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável cuja função está centrada na formulação políticas para o alcance do desenvolvimento econômico, social e ambiental. Nela, incluíram-se dezessete objetivos para o desenvolvimento sustentável (ODS), e suas 169 metas que, no todo, coloca a dignidade e a igualdade do indivíduo no centro do desenvolvimento (SILVA, 2018).

Nesse contexto, esta pesquisa se propõe associar a segurança hídrica às políticas públicas no município de Boa Vista, Roraima, uma vez que as novas vertentes ligadas à formulação de políticas sociais, ambientais e econômicas tomem como parâmetro para o desenvolvimento, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No mais, a insegurança hídrica é um problema recorrente de caráter global, mesmo em regiões de abundância cujas limitações estejam ligadas à incapacidade dos Estados em proverem a segurança hídrica por causa de viabilidade financeira ou institucional. Na Amazônia, aplicar o conceito de segurança hídrica ainda é mais valioso, tendo em vista sua relevância mundial como detentora de quase 20% do estoque de água doce mundial.

Desse modo, a elaboração deste artigo é uma prévia de um Projeto de Iniciação Científica em andamento, que buscará analisar a segurança hídrica às políticas públicas de Boa Vista profundamente. Dito isso, este trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa-explicativa, com procedimentos metodológicos associados à revisão bibliográfica e documental, bem como na realização de entrevistas com funcionários da CAER e da Femarh.

* Doutora em Relações Internacionais e professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Roraima (PRONAT) monicamontanabr@yahoo.com

** Bacharelado do sexto semestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), bolsista PIBIC 2018 do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais (PRONA T-UFRR). e-mail: andreandriw1@gmail.com

Ademais, o artigo está dividido em duas partes: a primeira relacionada à conceituação da segurança hídrica e sua função estratégica, enquanto a segunda seção busca analisar, preliminarmente, as ações vinculadas à CAER e à Fermarh no âmbito das políticas de segurança hídrica.

Em síntese, a conceituação de segurança hídrica pela ONU-água consiste em um termo estratégico, visto a sua associação com os ODS, servindo de parâmetros para a formulação de políticas públicas abrangentes, fortalecendo o papel da população no gerenciamento hídrico juntamente com a visão planificada estatal.

SEGURANÇA HÍDRICA: UM CONCEITO ESTRATÉGICO

Nos últimos anos, o debate em torno dos problemas relacionados à água ganhou status de high politics na agenda política internacional dada a importância desse recurso vital para a sobrevivência humana, como também pela função determinante do desenvolvimento dos Estados (MONTANA, 2012).

A importância do tema hídrico emerge, acompanhando as mudanças do sistema internacional, os debates vinculados à pobreza, os temas ambientais e os novos enfoques sobre segurança (MONTANA, 2012).

Frente às mudanças do sistema internacional, nas palavras de Montana (2012, p. 34), “surge uma reflexão acerca das tradicionais definições de segurança, abrindo passo a um novo paradigma de segurança internacional, dado o surgimento dos problemas ambientais e hídricos, também conhecidos como hidro-ambientais”. Nesse contexto, salienta-se a importância da (in)disponibilidade de água como “fator de risco”, tanto para a segurança da população como para a convivência pacífica entre as nações, dada a complexidade de aspectos envolvidos, devido ao seu caráter vital e para o desenvolvimento das pessoas e as nações (MONTANA, 2012).

Decerto, as motivações políticas que levaram as discussões rumo às instituições multilaterais internacionais estão associadas, em um primeiro plano, pelo processo de ampliação e aprofundamento do conceito de segurança, assim como ao caráter interdependente e complexo dos problemas envolvendo os recursos hídricos, o que justifica a magnitude dos impactos ao redor do globo.

Contextualmente, fundamenta-se este estudo com base na noção de evolução dos Estudos de Segurança Internacional iniciado nos anos 1960, e amplamente difundido no final da Guerra Fria. No princípio, análises associadas à segurança internacional eram sujeitas à apreciação da lógica de poder alicerçada no âmbito político-militar e estratégico para a defesa do Estado, enquanto a nova vertente vincula-se a rejeição dessa premissa.

Isso porque, existem três características fundamentais para essa rejeição: primeiramente, o conceito chave era segurança em vez de defesa ou da guerra; o aperfeiçoamento conceitual ampliou o estudo para um conjunto maior de questões políticas, incluindo a importância da coesão societal e a relação entre ameaças e vulnerabilidades militares e não militares (BUZAN, HANSEN, 2012; MONTANA, 2012; WILLIAMS, 2008).

De outra forma, o aprofundamento dos Estudos de Segurança Internacional remete-se à difusão de ameaças multifacetadas que desestabilizam o sistema internacional. Sinteticamente, elas estão ao campo político-econômico-militar, societal e hidroambiental, caracterizando a interdependência complexa dos problemas em um mundo globalizado.

Dessa forma, as características da água, associadas às suas funções biológicas, ecológicas, ambientais e sociais, formam um cenário complexo e interdependente, consolidado pela perspectiva de recursos vitais cuja deterioração e déficit, do mesmo modo que comprometem a existência humana e a manutenção dos ecossistemas, se constituem em fatores relevantes que podem limitar o desenvolvimento social e econômico das nações, havendo incidência na segurança dos Estados (MONTANA, 2012, p. 32).

Visto isso, deduz-se que, no contexto da escassez, o déficit hídrico, a busca por recursos hídricos constitui-se em fatores que agravam ou provocam tensões, disputas e conflitos em diferentes magnitudes. Assim, questões ambientais influenciam diretamente na construção de tensões em torno da água, não obstante sua relação com as alterações climáticas, com o modelo de desenvolvimento econômico dos países, com o aumento demográfico, incidindo também em fenômenos vinculados à produção de alimentos, desastres ambientais e migrações forçadas.

Para Montana (2012, p.36) a segurança hídrica está intrinsecamente associada à segurança ambiental, nas palavras da autora, segurança ambiental refere-se ou visa à “proteção da ambiência e do estoque de recursos naturais, de forma que possam ser garantidos alimentos, água, saúde e segurança pessoal, tanto aos indivíduos como às comunidades”. Assim sendo, Montana (2012, p.36) afirma, que as várias ameaças à segurança comum incluiriam, além das ameaças militares, diversos outros tipos de ameaças não militares tais como as relacionadas com os problemas econômicos e a escassez de recursos (dentre eles, a água). E, ainda destaca que nesse quadro, se considerando os riscos que recaem no crescimento demográfico, na destruição da ambiência, e a concorrência por recursos naturais como a água, a escassez qualitativa ou quantitativa desta, pode constituir ameaças de nível baixo, meio ou alto; podendo levar os Estados a terem relações hostis.

Conseqüentemente, de acordo com Peña (2016), entende-se a convergência de análises, diagnósticos e declarações acerca dos problemas hídricos como forma de identificar forças e debilidades a fim de melhorar sua gestão, já que se reconhece a importância do aproveitamento e manejo dos recursos hídricos para a manutenção da qualidade de vida de amplos setores da sociedade, além para o desenvolvimento econômico.

Implica-se que, nos últimos anos, o conceito de segurança hídrica tem se tornado norteador, permitindo definir as demandas para as quais a humanidade deva orientar os esforços a fim de alcançar uma gestão hídrica adequada. Por isso, existe a necessidade de relacionar a relevância da segurança hídrica como objetivo estratégico que permite organizar o debate em torno da água (PEÑA, 2016, p.7).

Essa visão vá de encontro com a visão de Montana (2012, p.39), quando assevera que:

“(...) a problemática hidroambiental representa um fator de risco à segurança, na medida em que, afetando a diversos indivíduos e comunidades, em níveis distintos, a estabilidade e a ordem dos Estados, tanto interna como externamente, podem também vir a ser afetadas. Assim, dadas as características das problemáticas relacionadas com a falta de qualidade e de quantidade na disponibilidade de água, essas dimensões encaixam-se na concepção de segurança hídrica”.

A referida autora menciona, com base em Souza (2009) que, a conjunção de fatores, como as alterações climáticas e a crescente indisponibilidade de água no planeta são uma complexa trama de problemas que tendem ao agravamento. Porque a generalizada escassez de água, a diminuição da produção de alimentos e peixes, o aumento claro das cheias e secas cada vez mais austeras são fenômenos que já ocorrem em grandes porções do globo. As alterações climáticas transformarão o padrão natural do movimento dos ecossistemas, modificando o sistema de chuvas. Uma queda na produtividade agrícola (o que já está acontecendo) terá como consequência um agravamento da insegurança alimentar, e o aumento progressivo e acelerado dos preços dos gêneros alimentícios. A falta de água, tal como salientado pelo autor, principalmente, poderá causar desordem civil e levar a graves crises econômicas, inclusive em países desenvolvidos. Os problemas serão ainda mais intensos em zonas sujeitas a forte pressão demográfica. Dessa forma, as mudanças climáticas alimentarão conflitos (existentes e novos) em torno de recursos cada vez mais raros, especialmente se o acesso estratégico a esses recursos for politizado.

Para Grey e Sadoff (2007 apud PEÑA, 2016, p. 12), segurança hídrica é a existência de um nível aceitável de quantidade e qualidade de água para a saúde, a subsis-

tência, os ecossistemas e a produção, junto com um nível aceitável de riscos para as pessoas, o ambiente e a economia, associados à água.

Tal definição é amplamente difundida tendo em vista sua aceitação e precisão no que tange a inclusão do aspecto produtivo e qualitativo vinculado à saúde humana, bem como à noção de níveis aceitáveis para a existência de riscos dos quais afetam diretamente as relações sociais.

Porém, neste estudo, adota-se o conceito criado pela ONU-Água – Agência das Nações Unidas para o gerenciamento de temas relacionados à água – que conceitua segurança hídrica

“como a capacidade de uma população para resguardar o acesso continuado a quantidades adequadas de água, de qualidade aceitável para o sustento, bem-estar e desenvolvimento socioeconômico sustentável, bem como assegurar a proteção contra doenças vinculadas a água e desastres relacionadas a ela, e para preservar os ecossistemas, em um clima de paz e estabilidade política” (ONU-Água, 2013, tradução nossa).

A conceituação anteriormente colocada apresenta algumas particularidades que merecem apreciações. No caso, a diferença em relação a conceituação tradicional está expressa em “população” como sujeito que devesse ter capacidades necessárias para dar uma segurança hídrica adequada, e não somente o Estado como geralmente é interpretado. Isto significa que, além das responsabilidades irredutíveis das instituições governamentais locais, organizações não formais também apresentam deveres para com a gestão hídrica.

Nesse sentido, Peña (2016) destaca a dita definição pela visão ampla acerca do papel da água na sociedade, delineando tanto as limitações, como também oportunidades relacionadas a ela. De outra forma, se reconhece os riscos e incertezas que permeiam os temas relacionados aos recursos hídricos. Assim, a aplicação do conceito consiste em ter no contexto Amazônico:

- a) Uma disponibilidade adequada de água, em quantidade e qualidade, para o abastecimento humano, para subsistência e proteção dos ecossistemas e produção;
- b) A capacidade – institucional, financeira e de infraestrutura – para aproveitar os recursos hídricos de forma sustentável e manejar as interrelações e externalidades entre os diferentes usos e setores de maneira coerente;
- c) Um nível aceitável de riscos para a população, a ambiência e a economia, associados aos recursos hídricos.

Situada no centro-norte da América do Sul, recortando os territórios de Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Território Ultra-

marino Francês, a região amazônica ocupa em torno de 7.800.000 km², o que corresponde a 40% da área total do subcontinente. Ostentando em seus domínios cerca de 30% das florestas tropicas e 1/3 do estoque genético planetário, o bioma amazônico destaca-se como a maior reserva mundial de biodiversidade (SILVA, 2005 apud QUEIROZ, 2012, p. 289).

Mapa 1: Bacia Hidrográfica Amazônica.



Fonte: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (2018).

A bacia hidrográfica amazônica apresenta 7 milhões de km² desde suas nascentes, nos Andes peruanos, até sua foz, no Atlântico. No mais, ela representa quase 20% do estoque global de água doce superficial disponível, com 25.000 km de rios navegáveis e um potencial hidráulico excepcional, justificando sua relevância estratégica para o desenvolvimento nacional (BECKER, 2004; ANA, 2007 apud QUEIROZ, 2012, p. 289).

Paralelamente, o Estado de Roraima não só faz parte da Amazônia, como também apresenta importância geoestratégica, tendo em vista que o Rio Branco é tributário da Bacia Transnacional Amazônica, ou seja, ao assumir-se a interdependência hidrológica do sistema amazônico, quaisquer alterações nos ditos componentes

ameaçam a estabilidade estatal e, propriamente, a sobrevivência humana (MONTANA, 2012).

Isso significa que, visto o peso amazônico em relação ao desenvolvimento econômico e social, aplicar o conceito de segurança hídrica torna-se fundamental, em função da visão integral que esse fornece em relação aos interesses da sociedade, bem como identificar áreas críticas que necessitam de uma gestão dos recursos hídricos eficiente de modo a dialogar com as políticas públicas lançadas para os diversos setores da população (PEÑA, 2016).

Assim, os principais desafios da segurança hídrica que se relacionam com a Amazônia estão circunscritos em quatro dimensões:

Tabela 1: Os principais riscos relacionados à Segurança Hídrica.

Dimensão	Riscos
1	Acesso da população à níveis adequados de água potável e saneamento.
2	A disponibilidade de água para garantir um desenvolvimento sustentável e reduzir os conflitos associados.
3	A conservação dos corpos d'água em um estado compatível com a saúde pública e a ambiência.
4	Reduzir os riscos relacionados com o excesso da água, especialmente nas zonas urbanas afetadas por desastres ambientais.

Fonte: Elaboração própria, com base em PEÑA (2016).

Cada dimensão apresenta-se como prioridade e, portanto, devem ser associadas às políticas públicas. Nesse caso, a fim de superar tais riscos, cabe as pessoas por meio das instituições incrementar e aperfeiçoar infraestruturas capazes de sanar a demanda da população, embora ressalta-se a variabilidade existente entre países, estados e cidades no que tange as problemáticas relacionadas com a água.

Do mesmo modo, para avançar em níveis de segurança hídrica aceitáveis é necessário que as políticas públicas e o sistema institucional considerem o elevado grau de incertezas existentes, tanto pela variabilidade hidrológica e alterações climáticas, como as profundidades das relações sociais, econômicas e políticas. Decerto, supõem-se que a governança formule políticas públicas, planos e programas flexíveis e robustos a fim de considerar os cenários multifacetados da segurança hídrica (PEÑA, 2016).

No Brasil, a governança da água começa com a construção conceitual, teórica e operacional, com a Política Nacional de Recursos Hídricos, através da Lei n. 9.433 de 1997. Em tese, a governança da água no país corresponde ao modelo baseado na

participação social cuja dinâmica exige espaços efetivos para a difusão do diálogo e do conhecimento (WOLKMER; PIMMEL, 2013).

Ainda para Wolkmer e Pimmel (2013, p. 168), a governança pode estar associada pela responsabilidade financeira administrativa, bem como abranger em suas metas o fortalecimento da democracia, a concretização dos direitos humanos e procedimentos que incluam a participação de diversos atores. Desse modo, a ideia de governança pode estar direcionada tanto a participação da cidadania e à sustentabilidade de recursos hídricos, quanto a prevalência de decisões técnicas relacionadas à gestão de infraestruturas voltadas a atender a demanda.

Entretanto, o paradigma dominante consiste na visão ecossistêmica e a gestão intersetorial, além da gestão integrada dos recursos hídricos o qual é difundido pelas instituições. Nesse sentido, uma agenda voltada para a boa governança absorve das capacidades tecnológicas e financeiras do setor privado, enquanto, por outro lado, há o gerenciamento integrado, com participação social e sustentável nas políticas nacionais dos recursos hídricos (WOLKMER; PIMMEL, 2013).

Conclusivamente, a segurança hídrica é um conceito estratégico e definido a partir de contextos variados. Nesse estudo, adotou-se a definição da ONU-Água em função das particularidades relacionadas à população e o papel que a água exerce no desenvolvimento econômico e social, como também em contexto de insegurança. Na Amazônia, tal conceito é fundamental para a formulação de políticas públicas, dos quais serão tratadas no tópico seguinte que destaca as principais políticas de gestão hídrica em Boa Vista, Roraima.

ANÁLISE PRELIMINAR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM BOA VISTA, RR

Boa Vista apresenta uma extensão territorial de 5. 687,037 Km², é a capital do Estado de Roraima, localizado no extremo Norte do Brasil. Atualmente, o município apresenta uma estimativa populacional de 375.374 pessoas. No mais, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0.752, considerado alto quando comparado com outros municípios da região Norte (IBGE, 2018).

O PIB do município corresponde à R\$ 7.559 milhões. De qualquer modo, A economia do Estado de Roraima apresenta forte dependência da administração pública, tendo em vista os repasses da União para com o Governo Estadual e Municipal. Por outro lado, a indústria, ainda que incipiente, dinamiza a economia local juntamente com a agricultura, mormente pela expansão da soja no Estado (FIER, 2018).

Nesse contexto, tratar sobre políticas de segurança hídrica no município apresenta ampla relevância, tendo em vista os problemas estruturais, como a insegurança energética e a baixa dinâmica produtiva. Sabe-se que, Roraima não é interligado ao Sistema Elétrico Nacional, não obstante grande parte da sustentação energética do Estado advenha da Venezuela, enquanto o restante distribui-se a partir das termoeletricas alocadas no Estado.

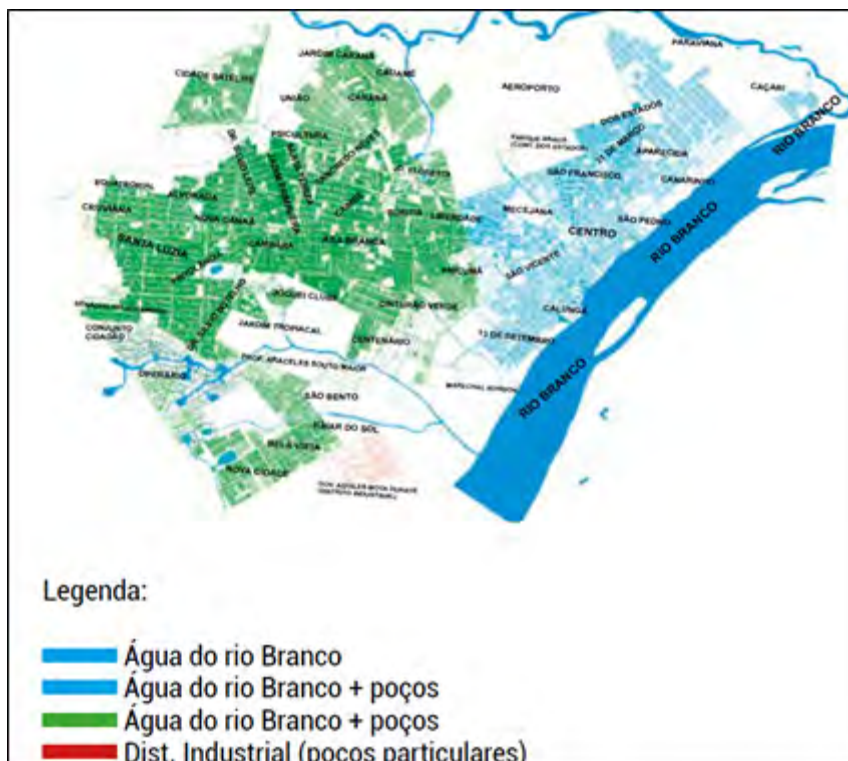
Correlaciona-se ainda, o crescimento desarticulado da cidade de Boa Vista em função do aumento demográfico o qual não acompanha as políticas de urbanização acopladas aos projetos do governo (municipal e estadual). Nesse caso, bairros novos ou marginais estão sujeitos aos problemas relacionados à água, tais como ausência de saneamento básico e fornecimento de água sustentado (DOUGLAS, 2018).

De acordo com a Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER, 2018), as obras de ampliação e modernização do sistema de esgoto sanitário em Boa Vista articulado pelo Programa de Aceleração para o Crescimento em 2008 (PAC) elevou o fornecimento do serviço de 18% para 70%.

De outra forma, o abastecimento de água na capital está dividido em dois sistemas: captação superficial das águas do Rio Branco, localizado no Bairro São Pedro e captação subterrânea realizadas em diversos bairros da cidade por meio de 62 poços tubulares instalados, quais são tratados com cloração antes de serem encaminhadas para o abastecimento (ver figura 2).

Ademais, a empresa trabalha com 1.515 km de extensão de rede de abastecimento de água. Dados da instituição demonstram que há 83.641 ligações domiciliares, atendendo uma população urbana com o serviço de fornecimento de água em torno de 299.672, ou 98% do registro demográfico (CAER, 2018).

Outrossim, existe um programa de monitoramento da qualidade água distribuída pela CAER. Tal processo envolve a retirada bruta da água (direto do rio) antes do tratamento. Nele, identifica-se os níveis de utilização dos produtos lançados no tratamento. Na capital, as coletas no Rio Branco são feitas quinzenalmente, e nos municípios do interior do Estado, mensalmente (CAER, 2018; DOUGLAS, 2018).



Fonte: CAER (2016).

Programas como o CAER *socioambiental* lançado pela empresa no ano de 2015 buscam aproximar a população com as responsabilidades da instituição no que diz respeito à conservação da água. Outros projetos ligados à CAER também buscam mitigar a distância entre a população e as funções da empresa, e como tais atores assumem deveres diante do gerenciamento hídrico (DOUGLAS, 2018).

Outra instituição relevante em Roraima que trata sobre o gerenciamento ambiental e hídrico é a Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Femarh). Nela, observou-se atividades ligadas à outorga para exploração da água, bem como monitoramento hidroclimático do qual é apoiado pela Agência Nacional da Água (ANA) e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

Dentre os programas da instituição voltados para o manejo de recursos hídricos, destacam-se o *Qualiágua* e o *Pró-gestão*. O primeiro, em parceria com a ANA, tem a função de avaliar a qualidade das águas superficiais de Roraima, havendo 63 pontos

de coleta pelo Estado dos quais funcionam mediante uma sonda que mede os parâmetros físicos da água (ROGEANO, 2018).

De outro modo, o *Pró-gestão* consiste em um programa somente para o gerenciamento hídrico no Estado. Trata-se repasses financeiros desempenhados pela ANA para o Governo do Estado na faixa de R\$ 3,5 milhões. Grande parte do valor é utilizado para a manutenção das atividades da Femarh, mormente no que tange ao monitoramento das águas através da construção de plataformas, como também no fortalecimento do setor de outorga, responsável pelo cadastro dos usuários que buscam a exploração das águas tanto para fins domésticos, como produtivo (ROGEANO, 2018; MARIANA, 2018).

Além dos principais parceiros da Femarh ora citados, outros também cooperam com o órgão, destacando-se a Universidade Estadual de Roraima, a Universidade Federal de Roraima, a Defesa Civil e o SIPAN, formando uma cadeia institucional responsável pela segurança hídrica no Estado, tendo em vista a cooperação no âmbito do conhecimento com a prática.

Quando indagados sobre a formação de um comitê de bacias, os técnicos do setor de recursos hídricos afirmaram que a ANA está projetando o sistema que deverá ser implantado na região, uma vez que será diferenciado do restante do país. Para eles, o comitê será implantado na Gleba Cauamé, visto a existência de um conflito relacionado ao uso do igarapé Cauamé para a irrigação; em períodos de estiagem, alguns trechos secam, resultando em embates entre os membros da comunidade (ROGEANO, 2018; MARIANA, 2018).

Embora as atividades da Femarh tenham papel significativo no gerenciamento hídrico de Roraima, o órgão sofre com problemas financeiros severos, incapacitando-a de expandir suas operacionalidades, sobretudo no que tange a contratação de novos funcionários. Nesse contexto, a ANA é responsável por boa parte da manutenção das ações da instituição (ROGEANO, 2018).

Outra questão identificada em Roraima que possa vir a ameaçar a segurança hídrica diz respeito a expansão da fronteira agrícola, principalmente quanto ao plantio de soja na região. Aqui, identifica-se a relação água/produção de commodity, implicando na variável “água virtual”, isto é, o volume em m³ de água demandada para a produção de tonelada de x commodity. No caso, o problema consiste na exportação água envolvida na produção, tornando tal recurso escasso mesmo em contexto de abundância (CARMO et al. apud MONTANA, 2012, p. 44).

Por fim, cabe destacar nessa seção, o papel desempenhado pelas instituições ora tratadas, tendo em vista suas dificuldades e metodologias no que tange as visões

correspondente sobre a segurança hídrica. A CAER, além de cumprir sua função básica, busca aproximar a população das responsabilidades socioambientais, enquanto a Femarh desenvolve suas operacionalidades a partir de cooperações com entidades nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar o tema de segurança hídrica no Brasil ainda é relativamente novo, mas tendo em vista o caráter multifacetado da água e sua importância multifuncional, esse tema se torna relevante porque no contexto amazônico pode-se experimentar de forma muito estreita a ligação da floresta, a população e os rios.

Entender a segurança hídrica no contexto regional e municipal torna-se desafiador porque existe limitada compreensão da interdependência hidrológica, climática e florestal. Fato que se vê traduzido em políticas públicas de ampla controvérsia.

O assunto se torna mais desafiador, em função das limitações das instituições em relacionar o dito conceito às políticas públicas, já que o manejo hídrico somente é interpretado por meio de ações técnicas, sem participação social.

Nesse estudo, adotou-se o conceito da ONU-água, em virtude da função inovadora em relação à capacidade da população em contribuir com a segurança hídrica, e não somente o Estado, como é interpretado na maioria das análises. Em tal conceituação também é possível identificar a relação do uso para o desenvolvimento socioeconômico sustentável, abrindo margem para a conservação dos ecossistemas e, propriamente, da população.

No que tange aos programas adotados pelas instituições analisadas neste esforço acadêmico, releva-se as ações da CAER cujas operacionalidades para atender a população boa-vistense têm estado em boas condições, embora haja desafios a serem superados, mormente a em relação a expansão dos bairros mais distantes do centro de distribuição.

Para a CAER, a questão da insegurança hídrica está intrinsecamente relacionada com a insegurança energética, uma vez que o fornecimento de água depende do funcionamento das bombas que são desligadas na ocasião da falta de energia. Cabe ao Governo Estadual juntamente com a União em buscar sanar tal problema estrutural por meios sustentáveis.

Na outra face, a Femarh, órgão responsável pelo gerenciamento ambiental e hídrico em Roraima apresenta graves dificuldades financeiras, não obstante suas atividades ainda sejam executadas via cooperação com a Agência Nacional da Água

(ANA). Além disso, problemas relacionados ao uso produtivo da água já são identificados na região da Gleba Cauamé, retomando a necessidade de um comitê de bacia na localidade.

No todo, o conceito de segurança hídrica adotado pela ONU-Água é estratégico e abrangente, porém de ampla importância para a região amazônica e, propriamente, ao Estado de Roraima cujas políticas públicas ainda careçam de referencial teórico para a elaboração delas. Nesse caso, associar a conceituação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável serve de parâmetro para a consecução do desenvolvimento sustentável, em virtude da participação social em relação ao planejamento estatal.

REFERÊNCIAS

BUZAN, B.; HANSEN, L. **The Evolution of International Security Studies**. Editora Cambridge University Press, Cambridge, 2009.

CAER. **Saneamento**. Disponível em: < <http://www.caer.com.br/saneamento.jsp>> Acesso em: 20/11/18.

CAER. **Relatório Anual 2016**. Disponível em: < http://www.caer.com.br/arquivos/ncq/CARTILHA_NCQ.pdf> Acesso em: 20/11/18.

DOUGLAS, F. **Entrevista concedida pelo Técnico do Setor de Recursos Hídricos da Femarh**. (9 de novembro de 2018). Boa Vista: mídia digital, 2018.

FIER. **Perfil da Indústria de Roraima**. Disponível em:< <http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/rr>> Acesso em: 20/11/2018

FEMARH. **Serviços Públicos**. Disponível em: < <http://www.femarh.rr.gov.br/index.php>> Acesso em: 20/11/2018.

IBGE. **Panorama de Roraima**. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>> Acesso em: 21/11/2018

MONTANA, M. **Bacia Amazônica e Hidropolítica**: Interdependência Hidrológica, Incipiente Regime Regional e Baixo Conflito. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília/UFRR/FLACSO, Brasília, 2012.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL. **Banco de Informações de Transportes**. Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br/component/content/article?id=5110>> Acesso em: 23/11/2018

MARIANA, L. **Entrevista concedida pela Técnica do Setor de Recursos Hídricos da Femarh.** (9 de novembro de 2018). Boa Vista: mídia digital, 2018.

ONU-Água. **Water security & the Global Water Agenda: A UN-Water Analytical Brief.** Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i2930e.pdf>> Acesso em: 19/10/18

PEÑA, H. Desafios de la Seguridad Hídrica en America Latina y el Caribe: in **Serie Recursos Naturales e Infraestructura**, n 178, CEPAL, Santiago, 2016.

QUEIROZ, F. **Hidropolítica e Segurança: as Bacias Platina e Amazônica em perspectiva comparada.** Editora FUNAG, Brasília, 2012.

ROGEANO, C. **Entrevista concedida pelo Técnico do Setor de Recursos Hídricos da Femarh.** (9 de novembro de 2018). Boa Vista: mídia digital, 2018.

SILVA, E. **Os objetivos do Desenvolvimento Sustentável e os Desafios da Nação.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/180413_desafios_da_nacao_artigos_vol2_cap35.pdf> Acesso em: 23/11/2018

WOLKMER, M.; PIMMEL, N. **Política Nacional de Recursos Hídricos: governança da água e cidadania ambiental.** Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2013v34n67p165>> Acesso em: 23/11/2018

WILLIAMS, P. **Security Studies: an Introduction.** Editora British Library Cataloguing Publication Data, Nova York, 2008.

Grupo de Trabalho n° 28

***CULTURA, IDENTIDADE CIDADANIA E RELAÇÕES DE
PODER***

ARTIGO

CIDADANIA NEGATIVA E REFORMAS CURRICULARES NO BRASIL

INTRODUÇÃO

A base democrática sob a qual está assentada a Constituição brasileira remete à frase de orientação rousseauiana “todo poder emana do povo que o exerce de forma direta ou por meio de seus representantes eleitos”. Contudo, o histórico das relações políticas da estabelecidas pela elite econômica brasileira demonstra que esta base democrática não é suficiente para impregnar a todo cidadão a condição de exercício pleno da cidadania, pois que nem todos são apresentados às bases do que pode-se considerar uma alfabetização política, operada pela educação formal ou informal, ou ainda, por acompanhamento do comportamento político de seus representantes eleitos que os leve naturalmente a exercer essa condição a partir de uma educação cidadã.

No Brasil, a maioria destes representantes tende, historicamente, a adotar postura de exercer o poder em favor de si mesmos, ou em favor dos que compõem seu círculo mais próximo, contrariando a ideia básica da democracia representativa e distorcendo o sentido do fazer político. Neste processo, a forma como se opera o poder no processo educacional tem contribuído para a manutenção de um *status quo* em quem detém o poder político dita a forma como o processo educacional será conduzido, implicando em uma condição que remonta ao final do século XIX, reconhecido por José Murilo de Carvalho como uma Cidadania em Negativo.

Contudo, considera-se que ao passo que os sujeitos são apresentados à essência do fazer político como promoção do bem coletivo e que o processo educacional construa-se em bases democráticas pode-se vislumbrar que as representações que os sujeitos formulam sobre a política possam tomar outro formato, o qual aponte para uma postura diferenciada da que é apresentada pela maioria dos que ocupam os postos de representação política na atualidade, adotando assim uma condição de

* Doutora em Antropologia (UFF) e docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH/UEA. E-mail: gbsilva@uea.edu.br

cidadania crítico-reflexiva em detrimento de uma condição de apatia ou de “cidadania negativa”.

VERTENTES DEMOCRÁTICAS E ANTI-DEMOCRÁTICAS

A linhagem de Joaquim Nabuco ou Euclides da Cunha, que no final do séc XIX articulavam a crítica política com viés sociologizante e mobilizavam as elites contra a exclusão social da população mais pobre de um país cuja cidadania constituía antes um privilégio que um direito é entendida por Costa (1992) como um princípio de análise que se afina a uma vertente democrática reformulada por Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda nos anos 30. Entretanto, percebe-se nessas análises que a cultura política preconceituosa e autoritária das elites reforçou a divisão do país e da concepção sobre democracia.

Em outra vertente a ampla reconstituição histórica da nossa formação sócio-política, empreendida por Oliveira Viana desde a década de 20, tinha um objetivo preciso: demonstrar a inviabilidade do governo representativo democrático na sociedade brasileira.

A crítica contundente ao sistema político, especialmente à estrutura partidária, submetida ao interesse particularista dos “clãs parentais e feudais” que dominavam a sociedade colonial, convertidos, após a independência, em “clãs eleitorais”, vinha reforçar, fundamentando em bases “científicas”, o diagnóstico sobre a inviabilidade do regime democrático no Brasil.

Contudo, pode-se inferir que Sérgio Buarque pretendia, com sua metodologia dos contrários, mostrar que os processos que condicionaram nossa formação social são históricos e, portanto, sujeitos a transformações. Por isso esses traços marcantes do nosso caráter nacional aparecem e se afirmam num confronto incessante e cujos resultados são, a cada momento, o produto de uma relação tensa e instável.

CIDADANIA EM NEGATIVO

A cultura política democrática no Brasil no período pós-autoritário, envolve as relações entre o poder do Estado autoritário e os cidadãos e, neste sentido, sem um estado forte e sem uma sociedade organizada pode-se considerar que não existe política justa, pois não há controle social para com esta política. Assim, a sociedade que não está organizada e não tem conhecimento sobre seus direitos, não pode exigir algo que não sabe que tem, como a cidadania.

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social (DALLARI,1998)

A esse respeito, destaca-se que ao longo do caminho para a construção da cidadania no Brasil, Carvalho (2002) afirma que até 1930 a participação política da sociedade brasileira era muito restrita pois, a organização política do povo com base num sentimento nacional inexistia.

No período colonial não havia poder público: “A consequência de tudo isso era que não existia de verdade um poder que pudesse ser chamado de público, isto é, que pudesse ser a garantia da igualdade de todos perante a lei, que pudesse ser a garantia dos direitos civis” (CARVALHO, 2002)

Este cenário é conceituado pelo autor como uma “cidadania negativa” onde se mostra uma precarização do conhecimento e de acesso a serviços públicos de qualidade pela população que não compõe a elite econômica, e o caminhar tão longe da emancipação cidadã, definindo assim um povo que viveu a mudança política e sobreviveu a politicagem, porém pouco conhece sobre o direito e dever de fazer política. Sabendo apenas aquilo que convém aos chefes do poder, esse povo tornou-se maleável e sem emancipação cidadã, portanto, não saiu definitivamente da relação de coronelismo e do voto de cabresto.

EDUCAÇÃO, CONTROLE E PODER

Historicamente, quando as esferas de poder buscam manter um *status quo* a estratégia é manter o controle sobre o exercício do pensamento crítico, e o controle sobre o processo educacional é o meio mais eficaz;

Quando se trata, por exemplo, do ensino de Sociologia a partir do século XIX, a disciplina foi, num primeiro momento, inserida no nível médio e militar e, posteriormente, nos cursos preparatórios de professores do Ensino Básico.

Com a reforma Rocha Vaz de 1925, houve a introdução da disciplina nos cursos de magistério e logo após no nível médio e superior. Em 1931, com a reforma Francisco Campos, a Sociologia manteve-se no currículo do ensino secundário; e com a reforma Capanema, em 1942, seu ensino foi desobrigado na escola secundária.

Com o golpe militar de 1964, o ensino de Sociologia encontrou dificuldades para continuar seu curso. A disciplina foi extinta dos currículos sendo substituída

por outras disciplinas mais alinhadas às doutrinas que derem sustentação ao regime militar. Já na década de 1980 houve a promulgação da Lei nº 7.044/82 e a Sociologia foi retomada em alguns Estados da Federação.

É somente em 2008, com a Lei Federal 11.684/08, que o componente Sociologia retorna como obrigatório no currículo nacional do Ensino Médio. A Sociologia foi vítima de um retrocesso histórico por meio de Medida Provisória (MP) nº 746, de 22 de setembro de 2016. O texto aponta, mais uma vez, para a não obrigatoriedade desse componente no ensino médio.

Acredita-se ser necessário promover o pensamento crítico, como forma de promover a análise crítica da realidade em que os sujeitos estão inseridos, mesmo na contra-mão das reformas curriculares.

O PROCESSO EDUCATIVO

Dentre os autores que pensaram acerca da contribuição da Sociologia para o processo educacional, destacamos nesse tópico as ideias de Karl Manhein, sociólogo húngaro que viveu entre o final do séc. XIX e a primeira metade do séc. XX, para quem a Sociologia serviria de embasamento teórico para a compreensão da sociedade moderna pelos educadores e educandos.

Dentre suas considerações acerca da educação Manheim retoma algumas inferências desenvolvidas por Max Weber acerca da existência da pedagogia do cultivo e da pedagogia do treinamento como tipos de educação diferenciados a partir de sua finalidade e aos quais os indivíduos, conforme sua classe social, seriam submetidos.

Contudo, Manheim propunha uma sociedade democrática dirigida pelo planejamento racional cujo governo competiria aos cientistas e, sendo democrática em suas bases, a participação social no processo educacional se configuraria em uma necessidade.

Neste sentido, segundo este autor, tanto os objetivos do processo educacional quanto as metas que ele visa são socialmente orientadas, sendo necessário, portanto, considerar o contexto social na elaboração desses objetivos e metas a partir de algumas questões básicas, a saber:

Quem ensina quem? Para qual sociedade? Quando e Como ensina?

Manheim acreditava que a sociedade e o homem, pelo processo de racionalização, foram levados a uma desintegração da sua personalidade e capacidade de compreensão plena do mundo. Essa ampliação de visão de mundo só poderia se dar a partir desse exercício da busca e construção do conhecimento a partir do processo educacional.

Assim, o que o autor propõe é uma “educação sadia” para a criação e formulação de projetos educacionais que ampliem o horizonte do homem superando as divisões em blocos políticos e ideológicos que não o satisfazem.

A democracia moderna, segundo Manheim, seria capaz de possibilitar a participação de todas as camadas sociais no processo educacional. Só a democracia, poderia trazer à sociedade a luz no fim do túnel, marcado pela irracionalidade presentes nos regimes políticos nazista e fascista, que marcaram o contexto histórico em que o autor viveu.

O PROCESSO EDUCATIVO DE PARTICIPAÇÃO

O processo educativo da participação seria uma forma de promover a intervenção na dinâmica social da realidade de participação existente em dada situação social pelos sujeitos que eventualmente ocupam a posição de passividade nesse processo.

Assim, ao romper com a percepção da realidade baseada apenas nas preocupações do cotidiano o processo educativo da participação requer: não só a capacidade técnica e científica mas também o compromisso por parte dos sujeitos que nele são envolvidos.

A participação social opõe-se assim à dominação e concentração de poder. Dessa forma, os indivíduos com a percepção mais ampla das determinações sócio-históricas de sua realidade cotidiana, direcionam melhor as alternativas para solução dos problemas da população.

A prática pedagógica é sobretudo uma prática de exercício do poder (ideológico) e supõe a organização social como condição básica de resgate das condições necessárias à participação tendo como componentes do processo pedagógico da participação o processo de Conscientização, o processo de Organização Social e o processo de Capacitação.

O processo de conscientização consiste em ampliação da percepção sobre a realidade partindo da consciência ingênua à consciência crítica. Sua importância está em dar margem ao surgimento de formulações crítica sobre novas formas de enxergar a realidade.

O processo de Organização Social consiste na articulação consciente, permanente e dinâmica dos grupos de uma população ao redor de interesses comuns, objetivos reais, mas percebidos coletivamente, alimentando ações coordenadas para satisfazer interesses coletivos. Sua importância é ser um elemento que amplia a força social da comunidade.

O processo de Capacitação é o processo pelo qual a população assume gradativamente o seu próprio processo de conscientização e organização, tornando-se capaz de estender a sua experiência ao todo social. Sua importância está em promover a estimulação e assessoramento à população para que tenha meios de apreensão contínua da realidade social e saiba analisá-la situando seus interesses.

Os três elementos correspondem a um mesmo processo que, no todo, formam o processo de participação social que é essencial para o desenvolvimento de comunidades e da sociedade como um todo.

EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA E MUDANÇA

Considerando a perspectiva de que a sociedade é estratificada, como já afirmava Max Weber, ou ainda, que é dividida em classes sociais de interesses antagônicos, como afirmava Karl Marx, pode-se considerar que a educação, em suas diferentes formas de apresentação pode servir basicamente a dois propósitos básicos, a saber: 1) a manutenção do *status quo*, favorecendo assim os interesses de quem detenha o poder sobre o processo educacional; 2) a mudança desse status por um processo libertário de ampliação da visão de mundo dos sujeitos.

No que se refere ao primeiro propósito citado, Reinaldo Dias (2010) afirma que devemos considerar que o ensino formal, institucionalizado, é de fato conservador, dado à sua necessidade de transmitir à geração futura a experiência acumulada no tempo, como condição de sua continuidade histórica.

Assim, tendo como objetivo a conservação dos valores que constituem a sociedade em que estão inseridos e a cultura que representa o grupo social que está numa situação de exercício de poder na estrutura dessa sociedade, o exercício de questionamento dessa ordem social não é estimulado por um sistema educacional formal de linha conservadora. Nessa forma de política educacional, a forma conservadora, mantém-se inalterada a transmissão do saber, não incorporando, portanto, as inovações e alterações que poderiam tornar a cultura sintonizada com seu momento histórico.

Entretanto, como a absorção desses valores correntes na sociedade se dá, geralmente, a partir da comparação com outros valores de outras culturas e sociedades é possível sempre ocorrer o questionamento de sua validade e, conseqüentemente, a ampliação da visão de mundo dos sujeitos.

Neste sentido, embora o sistema educacional seja em sua origem conservador, até mesmo como condição para a manutenção de sua existência, ao longo da história

da humanidade foi justamente a partir dos sistemas educacionais formais que surgiram ideias inovadoras uma vez que os valores expressam uma determinada realidade histórica, que com o tempo vai mudando.

Passamos então para o segundo propósito ao qual a educação pode servir, aquele que estaria diretamente ligado à transformação da visão de mundo dos sujeitos, levando, conseqüentemente, a um processo de mudança do *status quo* da realidade na qual estão inseridos.

Dias (2010) destaca neste sentido que os alunos, quando encarados como agentes sociais ativos, que vivenciam uma carga de problemas cotidianos para os quais buscam discussão e conseqüente solução, muitas vezes só encontram nas instituições educacionais o espaço para tal ação, pois com o acúmulo de tais experiências de discussão e pesquisa de soluções de problemas, novos saberes são construídos.

Neste sentido, ao ignorar os problemas sociais vividos pelos alunos, como algo passível de investigação científica os profissionais do ensino deixam de contribuir efetivamente para a solução desses problemas sociais, dificultando assim a continuidade da sociedade brasileira ao não incorporarem o novo e atender assim às novas exigências da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que as bases teóricas que poderiam subsidiar de forma mais crítica a compreensão dos jovens sobre a essência da cidadania não têm se convertido em política educacional que, de forma contínua, estimule a crítica e análise direcionada à realidade vivida por esses sujeitos.

Assim a condição de cidadania negativa pode ser uma realidade ainda vigente em 2018, considerando que as reformas curriculares que se aplicam ao Brasil têm o poder de determinar o tipo de processo educacional e as metas a serem atingidas com ele.

Considerando a frequência com que os componentes Filosofia e Sociologia e, recentemente a História, são alvo de reformas curriculares ao longo da história brasileira, e que essas reformas frequentemente se dão num cenário de mudança política, percebe-se que a leitura do mundo que, segundo Paulo Freire, antecede a leitura da palavra, cada vez mais é negada aos jovens cidadão dessa república de poucos.

Hoje, esses componentes curriculares passaram à condição de componentes não-obrigatórios nos currículos escolares brasileiros e, neste sentido, visto que com-
portam

conteúdos que promovem o estímulo ao pensamento crítico, a “educação cidadã” fica comprometida com a aprovação da atual reforma do Ensino Médio, onde o acesso a esses conteúdos torna-se opcional ao jovem cidadão, que tem sido estimulado com esse “Novo Ensino Médio” a reproduzir a lógica de mercado, buscando uma rápida formação com aplicação prática de conhecimentos técnicos, sem necessariamente precisar ser estimulado ao pensamento crítico.

Neste cenário, o controle do que deve ser definido como obrigatório e opcional no processo educacional por um grupo que se estabelece no poder implica, consequentemente, num comportamento dos sujeitos em tomada de decisões que, no campo político, podem ser vazias de uma lógica desvinculada à promoção do bem coletivo, sem vínculo assim com o sentido clássico da política, podendo muitas vezes contribuir para a manutenção de uma condição de cidadania em negativo.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 .

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. **Vertentes Democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque**. São Paulo: Lua Nova nº 26 Aug. 1992

DALLARI, D.A. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998

DIAS, Reinaldo. **Introdução à Sociologia**. 2ª. Ed. São Paulo: Pearson prentice Hall, 2010

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em Defesa da Política**. São Paulo: Editora SENAC, 2001

PAIVA, Isadora Barreto; JIMENEZ, Suzana. A Sociologia no Ensino Médio: uma revista crítica de estudos selecionados. In: **Revista eletrônica arma crítica**. Ano 2, p.277-292, dez. 2010.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

ARTIGO

**DESLOCAMENTO DE MULHERES INDÍGENAS: GÊNERO,
PROTAGONISMO - BOA VISTA 1980-2000**

INTRODUÇÃO

O estudo das relações de gênero e a participação das mulheres nos processos migratórios e/ou de deslocamentos são objetos ainda pouco trabalhados pela historiografia. O presente artigo pretende inferir sobre a participação dessas mulheres na tomada de decisão do deslocamento de sua comunidade para a cidade de Boa Vista, e suas trajetórias, uma vez que, trouxeram consigo experiências multifacetadas.

O Artigo está distribuído da seguinte maneira, a primeira abordagem traz um breve ensaio sobre categoria de Gênero e relações de poder, no segundo momento, buscamos compreender o deslocamento como processo migratório, bem como a rede nesse contexto, e em seguida, buscamos compreender o protagonismo feminino e uma breve análise do contexto histórico de Roraima nesse período e por fim, temos a análise de duas trajetórias de mulheres indígenas, contextualizando os aspectos específicos de cada uma delas, inseridas no processo de deslocamento como protagonistas.

HISTORICIZANDO GÊNERO: CONCEITO, CATEGORIA E RELAÇÕES DE PODER

Até a década de 1980, sobrevivia com força a dualidade entre sexo e gênero, sendo o primeiro para a natureza e o segundo, para cultura. Joan Scott trouxe novas perspectivas para os estudos de gênero em seu célebre texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

A historiadora norte-americana Joan Scott (1995) chama atenção para o que ela considera os usos descritivos de gênero: quando apenas se olham para questões en-

* Graduada em História e Especialista em História da Amazônia pela Universidade Estadual de Roraima. E-mail: katiuscia.melomelo@gmail.com

volvendo mulheres e homens sem que se vá muito além, entende o gênero como um saber sobre as diferenças sexuais. E, havendo uma relação inseparável entre saber e poder, gênero estaria imbricado às relações de poder, sendo, nas suas palavras, uma primeira forma de dar sentido a estas relações.

Para Scott (1995), gênero é uma percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de uma maneira de pensar engessada e dual. O que a autora chama atenção, são as formas como se constroem significados culturais para essas diferenças, dando sentido para essas e, conseqüentemente, posicionando-as dentro de relações hierárquicas. Temos, portanto, a tal utilidade analítica de gênero: a possibilidade de nos aprofundar nos sentidos construídos sobre os gêneros masculino e feminino, transformando “homens” e “mulheres” em perguntas, e não em categorias fixas.

Na conceituação de Scott, é necessário desconstruir os vícios do pensamento ocidental e relativizar as definições de masculino e feminino, buscando principalmente um novo olhar sobre os símbolos e as linguagens.

Trabalhar com o conceito de gênero nos possibilita desvelar relações de poder entre mulheres e homens, em toda sua diversidade, que gênero seja entendido em suas potencialidades para que possamos compreender melhor a sociedade e a nós mesmos.

Desta forma, reforçar a ideia de que as diferenças que se constam nos comportamentos de homens e mulheres não são dependentes do “sexo” como questão biológica, mas sim definidos pelo “gênero” e, portanto, ligadas à cultura. Foi neste sentido que, escrevendo na década de 80 do século XX, Maria Odila Leite da Silva Dias (1994), perguntava, em seu livro, que se tornou base para esta nova historiografia, se o que tornava difícil a história das mulheres era a ausência de fontes ou a invisibilidade ideológica destas. E a proposta era a de buscar as minúcias, de ler nas entrelinhas, de garimpar o metal precioso das fontes em meio ao abundante cascalho.

O movimento de mulheres tem introduzido frequentemente os estudos de gênero como categoria de análise das relações sociais das mulheres e da condição feminina ao longo de diferentes períodos da história.

Os trabalhos que utilizam gênero como categoria de análise tem apresentado posições mais críticas, evitando situar as mulheres simplesmente como vítimas, mas se encaminham no propósito de estabelecerem sua trajetória histórica em função de sua realidade específica. Isso porque o gênero permite a pulverização da categoria “mulheres” permitindo perceber as diferenças de raça, classe, etnia, sexualidade e ainda os processos as experiências históricas vivenciadas por elas. (AZEVEDO, 2000, p. 137)

O conceito de gênero, não se configura apenas como uma categoria descritiva de diferença entre pessoas, ele é utilizado principalmente para pensar as relações de poder entre homens e mulheres.

Longe de a igualdade ser uma utopia, o mundo atual exige que repensemos essa ordem universal de poder – esta não é humana, nem natural. Nascemos biologicamente iguais, vivemos em desigualdade, gênero é constituinte da identidade dos atores sociais, possuidores de qualificações plurais que não são estáveis ou duradouras, mas se modificam e podem ser contraditórias. Nessa perspectiva, homens e mulheres são identificados pelo gênero, classe social, raça ou etnia e pela idade e nacionalidade, assumindo identidades plurais, múltiplas que produzem diferentes posições de sujeito, quando as redes de poder (das instituições, símbolos, códigos, discursos, etc.).

DESLOCAMENTO COMO PROCESSO MIGRATÓRIO

Compreendemos os deslocamentos populacionais contemporâneos a partir da visão teórica do sociólogo Sayad (1998), que explica que a imigração é o deslocamento de pessoas no espaço, sendo este espaço, não somente físico, mas também social, econômico, político e cultural. Assim, para Sayad, esse deslocamento físico é também um deslocamento de poder, o poder de significação do evento na estrutura social – ou seja, o poder simbólico constitutivo do ato de migrar. Afinal, [...] não se deixa sua terra impunemente, pois o tempo age sobre todos os seus pares. Não se prescinde impunemente do grupo e de sua ação cotidianamente presente, [...] bem como de seus mecanismos de inserção social, mecanismos que são ao mesmo tempo prescritivos e normativos e, enfim, largamente performativos (2000, p. 14).

Nessa perspectiva é importante citar o que Tânia Maria Barroso Ferreira (2010) destaca. que o deslocamento ocorre, entre outros fatores, pela busca de proximidade dos seus trabalhos e melhores condições de moradia, característica de uma mobilidade interbairros, o que acarreta acomodação e esperança de estabilidade financeira. Com sua análise sobre o deslocamento, Ferreira (2010), conclui que estes “processos de deslocamentos causaram variados impactos [...] de certa maneira, podem ser considerados microuniverso de um macrouniverso de relações sociais causadas pelo deslocamento compulsório” (FERREIRA, 2010, p. 313). Este deslocamento compulsório, conforme a autora é advindo da reestruturação urbana e ambiental. Nesse sentido Maria Izilda corrobora:

Nos últimos anos, as análises sobre os deslocamentos ampliaram-se para além dos condicionamentos demográfico-econômico-sociais e do paradigma da miserabilidade, assim, as mobilidades não são vistas apenas como resposta às condições excepcionais de pobreza, fruto das pressões do crescimento da população (modelo malthusiano) ou de mecanismos impessoais do push-pull dos mercados internacionais. Estes processos superaram os limites das necessidades estritamente econômicas, sendo indispensável observar as questões políticas (refugiados, perseguidos e expulsos), étnico-raciais, culturais, religiosas, geracionais e de gênero. Os deslocamentos aparecem como alternativas adotadas por uma gama abrangente de sujeitos históricos, alguns inseridos em fluxo de massa, grupos, familiares ou em percursos individuais; através de processos de migração engajada ou voluntária, abarcando diversos extratos sociais, levadas e gerações; envolvendo agentes inspirados por estratégias e motivações diferenciadas, inclusive culturais e existenciais. Entre as múltiplas motivações que levaram às mobilidades encontra-se a procura da realização de sonhos, abertura de novas perspectivas, fugas das pressões cotidianas e a busca do “fazer a América”, em variadas representações construídas e vitalizadas neste universo¹.

Para além destes fatores, a Organização das Nações Unidas (ONU), estabelece que “os deslocamentos muito localizado de um apartamento para outro de um mesmo edifício, de uma casa para outra do mesmo bairro ou de mesma cidade” (ONU, 1980, pp. 319-320), são apenas formas de mobilidade, logo não podem ser consideradas como migração. Assim, “chegamos à conclusão de que só se deve considerar como migratórios os deslocamentos feitos para localidades que se constroem a distâncias mínimas razoáveis” (ONU, 1980, p. 320).

As discussões em torno da categoria deslocamento acabam por se confundir com o conceito de migração. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 1980, p. 322): “Define-se migração como sendo o deslocamento de uma área definidora do fenômeno para uma (ou deslocamento a uma distância mínima especificada), que se realizou durante um intervalo de migração determinado e que implicou em mudança de residência”.

Portanto, entende-se que quando se trata de fatores sociais, utiliza-se deslocamento para trabalhar o processo de mobilidade, e quando se tratar de fatores econômicos, tem-se o processo migratório.

A temática sobre deslocamento bem como compreender as migrações é importante, pois elas obedecem a algumas razões econômicas, sociais e naturais, evidenciando a existência de inúmeros outros fenômenos. Ou seja, o seu estudo exige conhecimento acerca de seus condicionantes históricos em busca de uma melhor compreensão sobre este fenômeno. Podemos considerar o início o conceito da teoria de migração o texto de Ravestein, intitulado “Uma teoria sobre migração”:

¹ MATOS, Maria Izilda Santos. Travessias e cartas: Viagem e mala do imigrante Fênix – **Revista de História e Estudos Culturais** Jul / Dez de 2015 Vol. 12 Ano XII nº 2 ISSN: 1807-6971 Disponível em: www.revistafenix.pro.br

“De maneira geral, define-se migração como uma mudança permanente ou semipermanente de residência. Não se põem limitações com respeito a distância do deslocamento, ou a natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre a migração interna e a externa (p.99).

Atualmente existe pessoas que deslocam-se cada vez mais para os mais diferentes lugares do mundo. Dessa maneira, é possível perceber que esses deslocamentos acompanham determinadas características, uma vez que eles ocorrem por razões previamente estabelecidas.

Não importa quão curto ou quão longo, quão fácil ou quão difícil, a verdade é que todo ato migratório implica num lugar de origem, num lugar de destino e numa série de obstáculos intervenientes. Inclui-se nesta série, como um dos obstáculos que sempre estão presentes, a distância do deslocamento (RAVESTEIN 1980, p.100).

Os deslocamentos surgem como opções por uma gama abrangente de sujeitos históricos, alguns inseridos em fluxo de massa, grupos familiares. Entre as múltiplas motivações que levaram às mobilidades encontra-se a procura da realização de sonhos, abertura de novas perspectivas, fugas das pressões cotidianas e a busca do “fazer a América”, em variadas representações construídas e vitalizadas neste universo.

REDE NO PROCESSO DE DESLOCAMENTO

O fenômeno de rede não é novo, visto que há muito tempo a geografia discute e analisa um grande número de redes inscritas no território, expressas sobretudo pelas redes urbanas, de comércio, de transportes e de inúmeras outras atividades sociais. O que é necessário, para destacar a atual relevância deste debate, é lembrarmos que as antigas redes diferem desta trama contemporânea de redes que se formam no atual período de globalização.

As primeiras redes tinham como função principal a distribuição. Por elas circulavam matérias primas, objetos, pessoas e o objetivo primeiro era a produção desse movimento, que até então não possuía um ritmo imposto a priori, os objetos fluíam de forma lenta, ao sabor das necessidades locais, condicionados pelas infraestruturas técnicas contemporâneas agregadas ao espaço que atuavam como sistemas necessários às atividades de produção.

Sobre esta categoria, o autor utilizado a priori, é Milton Santos (1997) que enfatiza que rede é social e política. “As redes buscam mundializar-se, e fisicamente o fazem, mas seu funcionamento é limitado. As fronteiras são um fato econômico, financeiro, fiscal, diplomático, militar, além de político” (SANTOS, 1997, p. 211).

Deste modo, “redes são os mais eficazes transmissores do processo de globalização a que assistimos”. Nesse sentido Maria Izilda fala que:

Cabe ressaltar nos mecanismos que viabilizaram estes processos a constituição de redes com o estabelecimento de relações interpessoais e institucionais (agenciadores, aliciadores, aparatos de propaganda, meios de comunicação), além da organização do sistema de navegação comercial, que viabilizou o transporte transoceânico em massa. Assim, pretende-se discutir vínculos estabelecidos, redes de sustentação nas regiões de saída e de acolhimento, expectativas e sonhos construídos no processo, tensões e frustrações, possibilidades de reencontros e reconstituição familiar, orientações, preocupações e preparativos da travessia.

Analisando a natureza das redes geográficas, reporto-me novamente a discussão de Milton Santos que afirma que “a organização espacial se revela, de um lado, a partir de elementos fixos, constituídos como resultado do trabalho social. E, de outro lado, por meio de fluxos que garantem as interações entre os fixos. Fixos e fluxos originam as redes” (2001, p.35). Deste modo, poderíamos destacar uma tipologia de redes que atualmente compõem o espaço geográfico, tendo sempre em vista a existência de elementos fixos no território, e também dos fluxos que o animam, compreendendo as redes como formas, mas também como normas, que possibilitam a realização dos movimentos no território. Assim, os diferentes tipos de redes transportam objetos e informações, comunicam dados, compartilham posições políticas e ordens no espaço geográfico, entre diferentes pontos e agentes. Hoje as redes são produtoras de aceleração, e não é por outra coisa que a sua característica primeira é a informação. A prioridade não é apenas distribuir, ainda que essa atividade seja indispensável, mas o aspecto principal das redes atuais é fazer circular dados e informações que precedem e organizam as atividades de distribuição no território, e sob esse aspecto muitos dos fluxos que percorrem redes diferenciadas não podem ser visualmente percebidos.

Sendo assim, é necessário conhecer e explorar o conceito de redes em processos migratórios, para entendê-la como um mecanismo social, nesse sentido, buscar subsídios teóricos, dentre eles o conceito de Oswaldo Truzzi. Neste sentido, Silva lembra que: “Essas redes tem papéis fundamentais, uma vez que são construídas por meio das relações” (SILVA, 2016. 165)

No primeiro momento analisar como se deu as ações de deslocamentos, do lugar de origem a cidade de Boa Vista, dentro da tipologia migratória abordada por Charles Tilly que considera duas importantes variáveis, a distância entre origem e destino e o grau de ruptura de quem migrou.

PROTAGONISMO FEMININO

O protagonismo feminino, diante das novas relações de gênero busca uma equiparação de direitos, dar “visibilidade” e descaracterizando a monopolização masculina. Assumindo desse modo um papel de protagonista na história, apesar da garantia de leis, de direitos iguais ainda há uma resistência destacável e considerável de reconhecer a mulher como protagonistas e militantes. No entanto, esses papéis atribuídos socialmente tanto para as mulheres enquanto minoria quanto para os homens enquanto maioria tem ganhado uma (re) significação, na qual a mulher está construindo sua identidade de forma política, ideológica e participativa.

A historiografia, como muitas disciplinas, esteve construída sob categorias em que o homem é o centro e o eixo sobre o qual giram, avançam e se explicam os sucessos históricos. É o homem quem protagoniza e dá importância ao desenvolvimento da humanidade. Os historiadores conseguiram fazer com que o imaginário social associe os feitos históricos importantes ao ‘homem’, não somente em um sentido biológico, mas também dentro de um conceito cultural e de gênero”. É habitual ler em documentos que contêm informações sobre as lutas emancipatórias em que as mulheres lutavam com ‘virtudes sensíveis’, enquanto que os cavalheiros eram os que tinham ‘profissionalismo militar’”.

Assim mesmo, Silva (2008) explica que as mulheres tiveram papel crucial em cada um dos processos sócio-políticos da história. A mesma sociedade machista não as deixava ocupar lugares, por isso aparecem tão poucas, trabalhar o protagonismo feminino indígena é um esforço para descobrir outras mais.

A história da humanidade parece não estar somente escrita por homens, mas também vivida por eles. Os que a escreveram se encarregaram de fazer com que não aparecesse a luta dos oprimidos e menos ainda a das mulheres. Em cada época e de maneira recorrente e inexorável, as mulheres foram excluídas das decisões sociais e políticas. Apesar de terem conquistado avanços, ainda há muitas histórias a serem descobertas e terrenos a serem ocupados.

RORAIMA: CONTEXTO HISTÓRICO

Roraima é um Estado novo, nasceu a partir da Constituição Federal de 1988 (Art. 14 ADCT). Essa criação não foi capaz de emancipar o antigo território, cujas políticas ainda se encontram marcadamente dependente do Governo Federal. Para Lobo Júnior (2014), a transformação do Território Federal de Roraima em Estado

era uma antiga reivindicação dos representantes políticos locais e apresentava-se como uma solução contra as interferências de políticos “alienígenas” ou forasteiros na região. No entanto, ainda com aporte em Lobo Júnior, o Estado resolve problemas organizacionais, como a instituição dos poderes democráticos, mas não conseguiu resolver problemas cruciais como o problema das terras do Estado e políticas que minimizem as práticas clientelistas.

A população de Roraima tem na sua formação os povos indígenas que tiveram seu modo de vida, sua cultura totalmente modificada com o processo de colonização trazendo a uma parte desses, um verdadeiro etnocídio pelos migrantes que vieram durante os projetos de colonização.

A ocupação foi intensificada a partir da década de 1980, cujo projeto de incentivo teve como grande mentor o ex-governador Ottomar de Souza Pinto². Outro elemento que impulsionou a migração foi o boom do garimpo³ na mesma década. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no início da década de 1980 a população era estimada em 79.159, em menos de 15 anos em 1991, já era de 217.583 habitantes. Esse crescimento demográfico sem um acompanhamento de estruturas e políticas públicas corroborou marcadamente com a produção do espaço urbano de Boa Vista, conforme Antônio Tolrino de Rezende Veras (2012), e “determinou a primazia da capital sobre os Municípios”, Nilson Cortez Crócia de Barros (1995). Com a ampliação dos garimpos, alguns municípios do Estado passa a ser o destino de novos imigrantes, entretanto, Boa Vista permanece como o principal destino, justificando-se assim a ocupação de áreas institucionais.

Segundo Vale (2014, p. 68), nos anos de 1980, a região Amazônica apresentou uma taxa de crescimento elevada apresentando um crescimento significativo na sua área rural devido a migração, quanto pelas promessas e realizações do Estado na Região.

O quadro formado pode ser visualizado pelas clivagens sociais da população roraimense, de um lado os grupos de poder político e econômico oriundos dos chamados grupos de interesses analisados por Lobo Junior (2014), e Santos (2013). Por outro lado os intermediários compostos por funcionários públicos e a grande massa de trabalhadores urbanos (comerciários), trabalhadores rurais e subempregados que vivem dependentes de programas sociais. Durante muito tempo, já com o advento

² Ottomar de Souza Pinto foi indicado governador pela ditadura militar entre os anos de 1979-1983, seu governo foi marcado pelo incentivo a migração de nordestinos.

³ Ver mais informações sobre o garimpo em Roraima no trabalho da professora Francilene Santos Rodrigues. **Garimpo e Sociedade Roraimense: Uma Análise Sócio-Política**. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) Universidade Federal do Pará, NAEA, Belém, 1996.

da criação do Estado, os discursos dos grupos dominantes sobre a emancipação econômica passam pela industrialização de Roraima, cujo empecilho é a demarcação das Terras Indígenas e usam isso como bode expiatório para a falta de políticas públicas, assim, conforme Jaci Guilherme Vieira (2007). Dados do DEPLAE\SEPLAN (2003) mostram que a administração pública é responsável por 58,20% do PIB de Roraima.

Desta maneira, falar sobre as rugosidades e tendências atuais na dinâmica urbana de Boa Vista a partir da criação do Estado de Roraima em 1988, nos remete a pensar acerca da estrutura de classes, estampadas na produção do espaço urbano que delimita claramente o espaço destinado a maioria de sua população, ou seja, nos espaços denominados de periferia. Para Paulo Rogério Freitas da Silva (2012):

Em Boa vista a composição social multifacetada traduz-se em termos das diferentes classes sociais em tensão, seja pela diferença substancial de poder aquisitivo, instrução escolar e valores de cidadania. Tais diferença é preciso considerar, são determinantes nos estabelecimentos das relações que esses grupos criam com o meio em que se inserem (SILVA, 2012. pp, 157-158).

MULHERES INDÍGENAS: TRAJETÓRIAS, DESLOCAMENTOS E EMPODERAMENTO FEMININO DUAS TRAJETÓRIAS

A primeira enrevistada Eneide Isidório Messias, mulher indígena da comunidade do Barro, Município de Pacaraima –RR, cuja memória nos traz uma mudança de comportamento que rompe com uma espécie de “patriarcado” indígena onde meninas são preparadas para o casamento, aprender a cozinhar, bordar como nos fala nesse trecho, [...] E como a igreja católica ela tinha muito essas questões, na época, entre os anos 1980 e 1990 com as casas de corte e costura, né, então, penso que a minha mãe imaginou: a minha filha vai pra lá pra aprender a cozinhar, pra aprender a bordar, que tinha essa finalidade, então...

Sua memória nos ajuda perceber a riqueza de informações sobre o costumes e tradições que remetem as mulheres aquilo que a sociedade numa perspectiva de poder masculino, condiciona a mulher, independente do grupo a que pertence já nasce com o destino marcado, ou seja, preparar-se para o matrimônio, devemos ressaltar que a influência da igreja católica sobre a cultura indígena já se apresenta bem latente. Sua memória individual reproduz com clareza uma dimensão coletiva da sua comunidade, pois é aquela menina indígena, única mulher na casa, é enviada para um internato da igreja católica, desviando do seu destino comandar a comu-

nidade, seguindo os passos do pai. Para Halbwachs (2004), [...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembranças, pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vivemos (p. 30). Sua fala nos apresenta os aspectos individuais e familiares que ela compreende como importante, a liderança de seu pai sobre a comunidade o beneplácito materno aos costumes, mas ao mesmo tempo sua inquietação para fomentar a ruptura por meio de seus sonhos para estudar e protagonizar seu próprio destino. Como podemos observar no seu depoimento,

[...] sou filha do seu Fidélio Isiodório Messias que foi tuxaua da comunidade por 23 anos, e fez uma grande influência pra mim por essa decisão de querer estudar porque meu pai ele tinha um ritmo, um direcionamento pros filhos: estudar, e penso hoje que depois, antes disso ele faleceu, antes eu conversei com ele... que o grande sonho dele era fazer com que os filhos, claro, ele não imaginava que talvez a gente não chegaria onde nós chegamos. Mas o grande desejo dele é que os filhos seguissem a vocação dele de liderança pra comandar o povo. E aí tem um certo momento que esse desejo meu não era esse... tentava fugir disso (risos).

Fugir disso! Fugir do destino que lhe estava traçado torna-se uma atitude necessária para ir além, não só das barreiras físicas e territoriais da comunidade, mas, sobretudo uma fuga simbólica que a possibilite protagonizar um nova história, a sua. A sua história configurava-se na possibilidade de estudar, e buscar uma alternativa para o que sua memória transparecia como algo negativo, o fato de seu pai ser uma liderança na comunidade e de se sobrecarregar nos afazeres que tal cargo exigia. E nesse contexto por tabela era expressado na sua rigorosidade com os filhos. Torna-se importante ressaltar por meio de sua memória sua atitude, buscando sempre dialogar com o pai sobre seu caminho diferente, o que nos mostra certa flexibilidade do seu pai. Para Lea (1992), [...] a relação entre os sexos é assimétrica, mas não se pode simplesmente rotular as mulheres como subordinadas, oprimidas, ou dominadas, porque uma interpretação totalizante seria simplória e insatisfatória (p. 86). O que pode constatar que as relações são dinâmicas.

Retomando a depoente, se observa que em sua memória a mãe teve um papel fundamental para a sua luta e sua compreensão que a leva ao desejo de estudar. As mudanças sofridas com o impasse com a igreja, com o afastamento de seu pai da hierarquia eclesial, mas a continuidade como liderança de parte de seu povo, as intempéries naturais que desestrutura o alicerce da sua família, naquela época a agricultura que permitia realizar escambo de produtos para subsistência foi decisivo no deslocamento para a cidade, o que demonstra um certo protagonismo. O deslocar-

-se aqui, extrapola o físico, mas também é um deslocamento simbólico da nossa protagonista, mulher indígena, cuja vivência em sua comunidade, e as nuances dessa vivência, corroborada pelas influências endógenas e exógenas marcam sua trajetória para cidade, para ser professora, ser mulher indígena em um território amalgamado pelas migrações não indígena que povoam a cidade, o preconceito contra as populações indígenas quando essas se organizam para lutar pela posse de suas terras, e os preconceitos de gênero que marca a nossa sociedade patriarcal, portanto um território minado.

A luta de Eneide se confunde com a própria lua dos povos indígenas, seja por meio das corporações de curso de corte e costura com a participação da igreja católica nessas comunidades, seja na busca pela autonomia territorial e o combate ao alcoolismo, vício responsável pela desestruturação da vida em comunidade. Nesse aspecto percebemos o papel importante da mulher indígena, aqui o gênero mulher parece enaltecer, incendiar desembocando nas primeiras organizações de mulheres indígenas, como podemos observar na análise de Sacchi,

O movimento das indígenas em Roraima é muito anterior à constituição da organização propriamente dita. Desde 1986 as mulheres se reúnem para atividades de corte e costura na Missão Surumu, projeto que contou com apoio da Igreja Católica. Em 1996, na Assembleia Geral dos Tuxauas, em Bismarck, é reivindicado um espaço próprio para as mulheres. No mesmo ano acontece o I Encontro Estadual das Mulheres Indígenas, em Maturuca/TI Raposa Serra do Sol, no qual as indígenas assumem os seguintes compromissos: o combate ao alcoolismo, a luta pela terra e autosustentabilidade, a revitalização da cultura e continuação do projeto de corte e costura (Sacchi: 2003, p.97).

É nesse território minado que nossa Eneide vai narrando sua história, da decisão de romper com o seu destino de modelo normativo apontado pela igreja e os pais - dona de casa e liderança indígena na sua comunidade, cujos caminhos a levam não só para cidade do Boa Vista, mas ir para bem mais longe em um grande centro urbano, a cidade de São Paulo em busca de seu sonho de estudar, primeiro “Direito”, sonho de grande parte de nossos jovens não indígenas, sonho esse obstaculizado pela questão financeira, levando-a para pedagogia. Como nos esclarece sua fala,

Me formei muito novinha, até pelo meu desejo também, tudo eu fazia com perfeccionismo, com vontade. Quando a gente é jovem a gente tem essas coisas né. Eu cheguei lá, meu irmão achou que eu não tinha condições de entrar, me colocou num cursinho lá, mas não adiantou, assim. Pra mim foi uma surpresa muito boa porque eu passei em 5 faculdades, tudo pra Direito, que eu queria. Mas eu não pude assumir nenhuma por causa da questão

financeira né, eram todas universidades particulares. E como minha segunda opção era Pedagogia, era um dos cursos mais baratos, aí eu passei 8 anos me formando⁴.

Em vários aspectos de sua fala a percebemos como protagonista, o que evidencia dentro da historiografia das migrações e das relações de gênero, que sempre houvera esse protagonismo feminino no deslocamento, é ela que dentro do universo específico de sua comunidade indígena busca quebrar com as velhas regras e sair em busca de seu sonho. No trabalho de Assis (2011), fica claro essa invisibilidade. Essa “invisibilidade”, que provém da teoria neoclássica da migração, reservava a mulher um lugar secundário, incluindo-a apenas como mais um número nos cálculos migratórios, (p. 49). Entretanto, a parti dos anos 1990, essa percepção muda com a inclusão da abordagem de gênero nos estudos de migração. Bilac (1995) apud Assis, (2011) ao analisar o processo de feminização dos fluxos internacionais, “demonstra a importância das abordagens teóricas incorporarem a perspectiva de gênero e sua articulação com classe e etnia”. Ressalta ainda que “a perspectiva de gênero implica uma maior visibilidade das mulheres como sujeito do processo migratório”. (p50-51) De acordo com as autoras, a abordagem de gênero possibilita não só visibilidade às mulheres nos processos migratórios, mas também problematiza as relações de poder e pluralidade de gêneros de mulheres, dentre elas as protagonistas, sujeitos dos próprios deslocamentos.

[...] Quando eu volto, essas pessoas estão ocupando os cargos mais importante aqui, eu tava aqui aí recebi um convite pra ir pra Alto Alegre pra trabalhar como professora, meu primeiro emprego. Fui! Aí já era 94. Cheguei aqui em 93, 94 eu fui contratada por aquela tabela especial bem no finalzinho. Acho que eu trabalhei uns 6 meses com a tabela especial. E logo em seguida teve o concurso público, eu fiz e aí eu passei. Tá, tava tudo equilibrado, até aí eu tava seguindo direitinho, mas o meu pai me perturbava o tempo todo: Volta pro povo. Não, eu não quero. Não quero de jeito nenhum. E aí quando teve a exigência de a gente ir pra sala de aula, porque eu trabalhava lá na escola de Ensino Médio, né. eee... pra gente receber o dinheiro do FUNDEB, né, FUNDEF?!!? Tinha que trabalhar, voltar pra sala de aula e eu tive que vir pra cá pra capital porque lá não tinha a escola fundamental que eles exigiam. Quando eu chego aqui em 2002... eu recebo a professora Natalina na minha casa, ela estava assumindo aqui, que era essa divisão de educação escolar e ela sabia que eu tava formada, e ela fez um convite pra mim pra que eu viesse fazer parte da equipe dela, perguntei onde era: não, é pro nosso povo.... eu digo: não quero! Resisti muito. Ela foi na minha casa umas 5 vezes, na sexta vez que ela foi... aí, tudo bem, eu vou voltar. Mas não era... eu não tinha nenhuma vontade de voltar pra trabalhar com o meu povo. E ela fez esse convite, eu aceitei. Quando eu entro lá, é... eu mandei fazer isso de propósito, porque

⁴ Entrevista com a senhora Eneide Isidório Messias em 04 de outubro de 2017, no Centro de Formação de Educação do estado de Roraima (CEFRR).

é uma coisa que tu vivenciou, tu sabe que tu é, mas tu não aceita né. e quando eu entro, o primeiro livro que eu li foi esse referencial do amarelão, né, 15 dias pra eu ler aquilo ali. Vim, mas assim, não tava com muita expectativa de ficar não porque eu não tinha vontade de ficar. E logo em seguida ela determina que eu assuma a coordenação do Ensino Médio das escolas indígenas. Bom, como a tentação era demais, eu digo, que na verdade é que eu tô fazendo mesmo? Pra onde eu vou mesmo? Ou eu tenho que sair daqui ou então continuo aqui, tenho essas duas opção.

Na fala da nossa protagonista fica evidente os seu dilemas, do começo que a levou a deslocar, motivada pelo sonho de estudar, as barreiras que a impedia de voltar para sua comunidade, seu povo, ao mesmo tempo, o novo momento que leva as comunidades as transformações por uma educação específica que respeite a diversidade, produz mesmo que tacitamente nela uma, responsabilidade, um compromisso para retornar e ajudar, talvez suas memórias ao mesmo tempo que cria um obstáculo, cria também um compromisso cultural, cujas marcas indeléveis de sua cultura a faz refletir. Essa decisão é corroborada com a fala de seu pai, pois o medo de deixar os filhos saírem, estava relacionada na maioria das vezes não ao desligamento desses com comunidade.

Desta forma, seus temores de que com ela poderia acontecer o mesmo, agora se apresentava como um elemento que a unia a comunidade. Entre afastar por conta de suas lembranças que a levava a resistir ao retorno a comunidade, e os elementos culturais que mesmo tacitamente lhe inquieta em aceitar a missão de contribuir nesse novo momento não só do seu próprio empoderamento, cujas funções de direção do Divisão de Educação Indígena- DIEI, simbolicamente distanciava e a aproximava dos seus sonhos iniciais, romper com o destino que a tolhia de sonhar, não aceitando ser dona de casa, nem líder comunitária, agora a ajudava a retornar pra “casa”, não como mulher indígena empalidecida pelas tradições, mas protagonista de sua história.

A segunda entrevistada Katia Cilene Araújo Macedo, 41 anos, pertence a etnia Macuxi, da Comunidade do Socó, é professora de Ensino Fundamental, nascida em 12 de Janeiro de 1977, no município de Uiramutã, divorciada, grau de instrução superior completo e pós graduação.

A entrevistada atribui o seu deslocamento para a cidade de Boa Vista a questões profissionais, no entanto percebe-se que a mesma hesita em falar sobre a sua separação do primeiro marido, ficando notório um silêncio do assunto. De acordo com Thompson (1992), ...” apenas a fonte oral permite-nos desafiar a subjetividade: descolar as camadas da de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa

de atingir a verdade oculta”. Quando se trata desse momento da sua vida, a mesma fala do contexto de como funcionava a comunidade para explicar a decisão de sair.

Eu já era professora. Então como ou qual o fator principal? eu deveria ter ficado lá e até hoje estar muito bem obrigada? porque lá nos temos oportunidade tanto de mexer com o comércio..., por que lá tudo tu cria, por que lá eu tinha a minha casa, lá eu tinha minhas criações, lá eu tinha a minha roça, tu ta entendendo... então assim, a gente trabalhava lá com a AJURI, o que é a AJURI? por exemplo o trabalho é todo na sua roça, tu só dá a bebida e a alimentação. Todo mundo vai fazer o teu serviço, toda a comunidade, como se fosse um mutirão na verdade ou uma equipe na cidade.

Por meio de seu relato, suas memórias percebemos que havia outras opções de permanecer na comunidade exercendo a função de comerciante que além de garantir a sua subsistência, lhe proporcionaria uma boa renda, porém isso naquele momento não atendia seus anseios pessoais, elemento motivador de seu deslocamento, ou seja, de sair da comunidade. Como vimos na fala da primeira depoente, o que a motivava sair de sua comunidade, era o desejo de estudar e poder desempenhar a sua função de professora, poder se qualificar e trabalhar na área que a mesma escolheu para exercer como profissão. Aqui como na comunidade do barro, o protagonismo feminino está diretamente ligado a formação superior que possibilita nossas duas personagens uma ruptura com o que lhes estava destinada, mesmo que sob outra escolha, Kátia tivesse decidido ficar e tornar-se comerciante, não representaria para ela esse protagonismo feminino de ser mulher indígena e professora. Como podemos observar na sua fala, as dificuldades da formação, dada pelas nuances de suas escolhas, do trabalho como professora ainda com formação inicial e a necessidade de ampliar esse conhecimento,

(...) Eu passei no vestibular, passei na UERR pra pedagogia, passei na Federal para História, só que como eu era concursada do Estado e, na época eles não davam transferência na época era o Flamarion que era governador né e... a Flora que é a minha prima também era a Prefeita de Uiramutã e nessa época nós tínhamos um centro regional onde a dona Elaine era diretora desse centro regional e as escolas tiveram que municipalizar e como eu era estadual na época eu era estadual e no município eu trabalhava como contrato o que eu que fiz? Eu decidi ir pro o Uiramutã, só que no Uiramutã eu não tinha a minha casa..., né, e eu tive que fazer, inclusive eu tive uma perda muito grande que eu fui ceder a minha casa para alguém morar e fui morar na casa desse alguém e essa outra pessoa quando houve a homologação ela não quis sair da minha casa Ele vendeu o que eu perdi na época... perdi entre aspas né, porque ele não ficou também né, findou que ficou lá ate hoje, e eu decidi vim embora, então eu decidi pra vim estudar independente do meu emprego ou não eu já tinha decidido né, eu vou...Eu só tinha o magistério... ai que foi feito pelo projeto Caimbé a fase a distância, porque quando eu comecei a dar aula lá eu só tinha o ensino fundamental,

então quando eu completei 19 anos eu já comecei a trabalhar, por que na época a maioria dos professores dessa época era assim, e as pessoas todas que iam daqui pra lá eram desse processo, entendeu, era a necessidade de profissionais para aquele local, e até hoje, então fazia com que essas coisas acontecessem que é uma coisa errada, é, mais na época quem tinha ensino fundamental tinha muita coisa, você tá entendendo? então assim, a gente veio, fez o projeto Caimbé, que a gente trabalhava um ano mais que no final do ano e no meio do ano nós tínhamos um mês para estudar, né? e aí ia eliminando as disciplinas, todas as didáticas e logo após a gente prestou vestibular pra UERR [...]⁵

Sua busca de estabelecer-se como profissional, mulher indígena é marcada por desafios estruturantes, em um universo que privilegia homens não indígenas. A decisão de sair da comunidade em busca do sonho de estudar a leva para morar em Uiramutã, onde a mesma teria melhores possibilidades de trabalho e principalmente o fato das transformações que estavam ocorrendo com a região⁶, então surgiu a necessidade de tomar uma decisão que seria melhor para a sua profissão que ainda era o magistério.

O seu protagonismo ganha amplitude pela busca para ampliar sua formação o que lhe possibilitaria romper com as amarras de uma sociedade patriarcal que ver a mulher “desgarrada” da figura masculina como se fosse uma alienígena dentro do seu próprio lugar, esse lugar enquanto espaço simbólico, onde se trava a luta de nossa personagem, ou as lutas, consigo mesmo, com seus pares, com a sociedade, cujas atitudes estigmatizantes operam como um óbice quase intransponível, estudar, formar-se é um para ela um mecanismo forte de empoderamento. Sua fala a seguir é quase auto-explicativa:

(...) Eu vim pra estudar... porque eu sempre gostei de estudar, eu sempre gostei de estudar e não era um bem material que iria me parar, e não vai, eu sempre gostei de estudar, mas não foi fácil, foi difícil, muito difícil aqui também, as pessoas não acredita em você, é a mãe solteira, é vagabunda, a mãe solteira ela vai abandonar os filhos, como muitas coisas acontecem, a gente sabe que que é isso que acontece mesmo [...] tive muita dificuldade sim, as dificuldades assim, do... eu sofri muita discriminação [...] Então assim, é uma coisa que hoje eu tiro de letra, eu sentia, mas eu nunca falava, então hoje é o trabalho que eu faço dentro da escola, com os adolescentes, principalmente os adolescentes indígenas... Por que? Porque eles tem que se reconhecer culturalmente, e se identificar como indígena, por que ele não tem diferença de nenhum outro, nós somos passivos a erros igualmente, também nós somos conhecedores de muitas leis, de muitas profissões, como hoje nós temos. [...] Nossa língua materna assim pra gente, a gente não teve assim na época muita

⁵ Entrevista com a senhora Kátia Cilene Aratújo Macedo na Escola Municipal Laucides Inácio de Oliveira no dia 21 de março de 2018.

⁶ As transformações citadas pela depoente especificamente foi o processo de municipalização do Uiramutã ocorrido em 1995, pelas leis 096, 097 e 098.

oportunidade de estudar a língua, porque na escola onde a gente estudou, não era trabalhada a língua, a língua lá era trabalhada mais no Maturuca, é que era uma escola, na verdade uma das maiores escolas que tem lá na região, inclusive toda trabalhada no mosaico, é uma escola muito bonita [...].⁷

Duas trajetórias que simbolicamente se encontram ao longo do percurso na busca pelo conhecimento que as levam ao protagonismo feminino, mesmo que tacitamente percebemos suas lutas como processo de ruptura com as regras estabelecidas dentro de seus universos de vivência comunidades indígenas, do deslocamento físico e/ou territorial, ao simbólico, cuja formação funciona como um mecanismo de empoderamento. Nesse caso a desterritorialização, ou seja, a decisão de ambas sair de suas comunidades, configura-se como uma decisão pessoal, o territorializar-se é muito mais acessível mesmo sofrendo todas as formas de preconceito e discriminação pelo fato de serem mulheres e indígenas, protagonizaram por meio da resistência e persistência a busca pelos seus sonhos de reafirmarem-se enquanto mulheres indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca por compreender a trajetória dessas mulheres indígenas procurei nesse trabalho demonstrar as suas lutas para romper paradigmas e se reinventar, significando tomar decisões muitas vezes dolorosas. Também fica evidenciado que ambas trilharam nas suas trajetórias a busca incessante para protagonizar suas histórias. Percebemos por meio de suas memórias, cujas lembranças se processam numa tessitura de fatos e atos que as levam por veredas que desafiam as previsões destinais e as colocam de frente com a luta consigo mesmas, com sua comunidade, com seu povo, amalgamando uma rede, cujos fios enrijecem na descoberta de sua força de mulheres indígenas. Dito isto, nossa análise é construída a partir dos relatos por meio de suas memórias, que explicitam a motivação dos deslocamentos indígenas e corroboram para a percepção multifacetada que operam na decisão de deslocar-se.

Sair de sua comunidade é antes de tudo, um desejo pessoal, de uma busca pelo conhecimento, que as levam a ruptura com o que era comum, no seu território físico, mas também simbólico o de ser mulher, no caso de Eneide esposa ou líder comunitária, desejo paterno, e no caso de Kátia, dona de casa, comerciante, destino traçado não só para elas, mas para a grande maioria de mulheres indígenas. A busca para construir outros espaços, se reinventar, endógeno a comunidade, por meio

⁷ Entrevista com a senhora Kátia Cilene Araújo Macedo na Escola Municipal Laucides Inácio de Oliveira no dia 21 de março de 2018.

da formação profissional, pedagoga, professora, gestora as colocava numa espécie de empoderamento feminino, cujas lutas simultâneas de seu povo, os indígenas e, sobretudo as organizações das mulheres indígenas, demarcam um novo tempo nas comunidades, o tempo das mulheres indígenas. Deslocar é antes de tudo, construir trajetórias diferentes, ao novo, aos desafios. Nossas personagens são antes de tudo, mulheres vencedoras, mulheres do seu tempo, cuja retórica desafia a historiografia a romper com estigmas acerca das mulheres indígenas, são protagonistas sim, feministas em sua forma de enfrentar no seu território e resistindo na luta pela igualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e Mulheres migrantes no e no presente: gênero, redes sociais, e migração internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(3) setembro-dezembro/2007.

AZEVEDO, Francisca Lúcia Nogueira. Biografia e gênero. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (et al.). **Questão de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: Uma hermenêutica das diferenças. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, 1994.

FERREIRA, Tânia Maria Barroso. Deslocamentos compulsórios na cidade de Manaus. In: SILVA, Sidney Antônio da (Org.). **Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar**. Manaus: EDUA, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

LEA, Vanessa. Gênero Feminino Mebengokre (kayapó): desvelando representações desgastadas. **Cadernos Pagu**, São Paulo. pp. 85-115. N. 03, 1994.

LOBO JUNIOR, Manoel Ribeiro. **Formação e Reorganização dos Grupos Políticos do Estado de Roraima: 1943 a 1988**. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Fronteira-UFRR, Boa Vista 2014.

MATOS, Maria Izilda Santos. Travessias e cartas: Viagem e mala do imigrante. Fênix – **Revista de História e Estudos Culturais** Jul. – Dez de 2015 Vol. 12 Ano XII nº 2 ISSN: 1807-6971 Disponível em: www.revistafenix.pro.br

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna: excertos do Manual VI da ONU. Tradução José Alexandre Robatto Orrico. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. P. 313-353. (**Estudos Econômicos e Sociais**; 4.). (Traduzido do original: Naciones Unidas, Manual VI: métodos de medicino de la migracion interna).

PASSERINE, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

RAVESTEIN, E. C. As leis da migração. In. MOURA, Hélio de (Coord) **Migração Interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

SACCHI Ângela, Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas: **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 7, volume 14 (1 e 2): 95-110 (2003).

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Políticas Públicas, economia e poder**. O Estado de Roraima entre 1970 e 2000. Tese (Doutorado Desenvolvimento Sustentável). Belém: Universidade Federal do Pará/NAEA, 2004.

SANTOS, Milton. Por uma geografia das redes. In: **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. Ed. São Paulo: EdUSP, 1997, p. 208-222).

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração**. Os paradoxos da alteridade. S.P: Edusp, 1998.

SILVA, Raimunda Gomes. Deslocamento de mulheres nordestinas protagonistas sozinhas e/ou acompanhadas para Boa Vista (1985-2000). In: **Migrações e outros deslocamentos na Amazônia Ocidental**: algumas questões para debate. SOUZA. (org) Carla Monteiro de Souza. Boa Vista/RR: Ed UFRR, 2006.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **As Novas Formas do Tecido Urbano de Boa Vista – RR**. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/issue/view/75> v. 6, n. 12 (2012).

SOUZA, Carla Monteiro de Souza. Boa Vista-RR e as migrações: mudanças, permanências e múltiplos significados, **Revista Acta Geográfica**, Ano: III, nº: 05. 2009.

SOUZA. Carla Monteiro de. SILVA, Raimunda Gomes da. (org's). **Migrantes e migrações em Boa Vista**: Os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Cauamé. Boa Vista/RR: Ed UFRR, 2006.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo, Unesp, 1992, pp.64-65.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro: 3ª Ed, Editora Paz e Terra, 1992.

TRUZZI, Osvaldo. Redes em processos migratórios. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, vol. 20, n°. 1, 2008.

VALE, Ana Lia Farias. **Nordeste em Roraima: Migração e Territorialização dos Nordestinos em Boa Vista**. ed. UFRR, 2014.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a Disputa Pela Terra**. Boa Vista: ed. UFRR, 2007

ARTIGO

ESTEREÓTIPOS SOBRE O INDÍGENA: UM ASSUNTO SUPERADO?

INTRODUÇÃO

Para se chegar a solução de algo, ou pelo menos tentar, é imprescindível conhecermos, sua história e com ela refletirmos e aprendermos, verificar onde se errou, o porque de se ter errado, afim da busca, não do ideal, mas pelo menos do aceitável.

Quando se fala em povos indígenas hoje, é grande o desconhecimento, a ignorância e muitas vezes o preconceito. Ao buscarmos na história perceberemos que se existem donos desta terra, estes são os povos indígenas, eles estavam aqui primeiro, mas definitivamente não é este o rumo a ser tomado ou cogitado aqui. Aparentemente, os mesmos erros cometidos no passado, continuam a ser reproduzidos hoje, não em escala violenta, como costumava a ser praticado contra esses povos, não é a essa a que me refiro, mas o da ignorância, gerada pelo desconhecimento, que tem se mostrado agir em cadeia desde a colonização do Brasil, ignorância esta que leva ao desconhecimento e o desconhecimento ao preconceito e suas múltiplas facetas.

Foi exatamente o ocorrido na colonização, quando pela primeira vez registrada neste país, houve o encontro de dois povos extremamente distintos, os portugueses e os povos indígenas.

Desde então muito tempo se passou, muitas coisas aconteceram que definitivamente não são motivos de orgulho, ou pelo menos não deveriam, refiro-me ao massacre, escravização e como percebido até os dias de hoje: a estereotipação desses povos.

O estereótipo pode ser entendido como “um modelo rígido a partir da qual se interpreta o comportamento de sujeitos sociais, sem considerar o seu contexto de intencionalidade [...] Funciona como um padrão de significados utilizado por um grupo na qualificação do outro” (FLEURI, 2006, p. 498).

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas e bolsista CAPES. E-mail: daviddagnaisser@gmail.com

** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS e professora efetiva da Universidade do Estado do Amazonas - UEA. E-mail: ejesus@uea.edu.br

A falta de formação e informação, leva qualquer ser humano, a ideias equivocadas e deturpadas, esta deturpação é algo que cerca estes povos, mas não é algo relacionado a eles, mas aos outros, a nós.

Passamos a acreditar naquilo que nos é passado, sem nos darmos conta de que esse conteúdo, pode ser fruto do olhar do colonizador, que continua a ser reproduzido, desde salas de aula até festas populares. Essa falta de informação e conhecimento, assim como a estereotipação desses povos, proposital ou não, é algo que precisa ser discutido ou pelo menos colocado em pauta.

DESCOBRIMENTO DO BRASIL?

A chegada dos portugueses no Brasil se deu no dia 22 de abril de 1500. Quando as caravelas da esquadra portuguesa, sob o comando de Pedro Álvares Cabral chegaram ao litoral sul, onde atualmente está localizado o estado da Bahia.

Dois dias mais tarde no dia 24 de abril, foi que ocorrera o primeiro encontro entre os povos indígenas ali existentes com os portugueses. Segundo os relatos escritos pela carta de Pero Vaz de Caminha, foi um encontro pacífico, mas marcado pelo espanto de ambos dada a tamanha diferença em seu aspecto físico e cultural, entre dois povos tão distintos: o branco e o índio.

Pode se dizer sem receio, que houve ali, um choque entre culturas tamanho, não apenas pelo modo de se vestirem, mas pelo todo, cor, modos, hábitos e até mesmo comportamento. De um lado os portugueses que estranharam e questionaram-se do porquê daquele povo andar nu, do outro, dos índios que de modo oposto, estranharam o fato de o porque os portugueses usarem estranhas vestimentas, barbas e também do modo que estes ali chegaram (as caravelas).

Na colonização do Brasil, por volta do ano 1500, com a chegada dos portugueses, os povos por lá encontrados, foram classificados como nativos, índios, aborígenes e de forma rude posteriormente apelidados de selvagens.

Desde o primeiro contato, o homem branco teve a clara tentativa de demonstrar superioridade, por meio de hábitos e costumes que eram comuns de seu povo, tais como: modos a mesa, regras, condutas e códigos, originalmente criadas pelo homem para se viver em sociedade e tão orgulhosamente se auto intitularem “civilizados” e ignorando totalmente o modo de viver daquele povo que por ali já se encontrava.

Este contexto tão comumente chamado ao longo do tempo de “descobrimto do Brasil”, se deu por meio das grandes navegações dos séculos XV e XVI, onde Portugal e Espanha ambas tidas como maiores potências mundiais daquele tempo,

lançavam-se ao mar, em busca de novas terras para explorar e conquistar, este período tem sido por muitos chamado de “Descobrimto do Brasil”.

O termo definitivamente não condiz com o ocorrido, uma vez que o Brasil já era habitado, logo, como algo já existente e com sociedades bem definidas pode ser referido como descobrimto ou descoberta? Tal definição ignorava e ignora a existência de mais de 5 milhões de indígenas, que por ali já habitavam e prosperavam, divididos em várias etnias, bem antes da chegada dos colonizadores portugueses.

Portanto, o termo “chegada dos portugueses ao Brasil”, parece mais acertado, uma vez que respeita e valoriza os nativos brasileiros que já habitavam aquele território. Sendo assim a única descoberta por parte dos portugueses, foi a de um Brasil existente e já habitado, mas ao povo europeu.

Os povos que aqui já habitavam tinham seu próprio estilo de vida, bem definido em sociedades, baseadas em subsistência como caça, pesca, hierarquias sociais e suas próprias crenças. Todavia, não demorou muito para que os portugueses, se opusessem ao modo de vida desses povos, principalmente em relação as suas crenças, vistas pelos europeus como inaceitáveis (pagãos).

Sendo assim, começando por 1549, deu-se no Brasil a chegada dos primeiros jesuítas, através da expedição de Tomé de Souza, incumbidos de um único objetivo, o de “catequisar” (cristianizar) aquele povo recém encontrado. Entretanto, é perceptível duas facetas, ou pontos de vista diferentes quando falamos da chegada dos jesuítas ao Brasil, a primeira na visão da igreja que baseia-se em levar o evangelho aos povos do mundo e propagar a fé no Messias (Jesus) e a segunda com relação a visão dos colonizadores, que por meio dos jesuítas, viram uma forma de moldar aqueles povos a sua imagem, a algo aceitável a seus próprios parâmetros, o “homem civilizado”.

uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conceitos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira de como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo poder judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, não há nada que possa ser feito de forma civilizada ou incivilizada. Daí ser sempre difícil sumarizar em algumas palavras o que se pode descrever como civilização (ELIAS, 1990, p. 23)

Ainda nas palavras de Elias somos capazes de compreender de forma mais clara, o conceito de civilização nessa perspectiva, assim como as atitudes, posições e imposições dos portugueses, durante e após o primeiro contato com os povos indígenas,

principalmente pelo modo de como sociedades ocidentais julgavam-se superior a outras sociedades mais antigas, tidas por estes como primitivas

Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: a nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, a desenvolvimento de sua cultura científica ou a visão do mundo, e muito mais (Elías, 1990: 23).

É notável que a raiz e origem de todo e qualquer tipo de distinção tem seus alicerces no preconceito, de raças, crenças etc., com os povos indígenas, ambos caminhos podem ser tomados como real, uma vez que tudo daquele povo fora tomado como inferior, errado e distinto.

Nesta direção, o preconceito traduz a falta de flexibilidade entre os grupos, ajudando a definir o posicionamento de um sujeito social frente ao outro. Acrescentando aos modelos conceituais rigidamente definidos sobre o outro (estereótipos) uma forte conotação emocional e afetiva, o preconceito tende a absolutizar determinados valores que se transformam em fonte de negação da alteridade. Tal situação induz ao dogmatismo, responsável pela construção das imagens sectarizadas e reducionistas que permeiam as relações intergrupais. (FLEURI, 2006, p.499).

Partindo dessas premissas as missões jesuíticas logo, organizaram as populações indígenas, em um regime que na prática, baseava-se na combinação de trabalho e religiosidade.

Nessa linha de pensamento que Everardo Rocha traçou o papel do índio na colonização:

O primeiro papel que o índio representa é no capítulo do descobrimento. Ali, ele aparece como ‘selvagem’ e ‘primitivo’, ‘pré-histórico’, ‘antropófago’, etc. Isto era para mostrar o quanto os portugueses colonizadores eram superiores e civilizados. O segundo papel do índio é no capítulo da catequese. Nele o papel do índio é o de ‘criança’, ‘inocente’, ‘infantil’, ‘almas virgens’, etc. Tudo para fazer parecer que os índios é que precisavam da proteção que a religião lhes queria impingir. O terceiro papel é muito engraçado. É no capítulo ‘Etnia brasileira’. Se o índio já havia aparecido como ‘selvagem’ ou ‘criança’, como iriam falar de um povo – o nosso- formado por portugueses, negros e ‘crianças’, ou um povo formado por portugueses, negros e ‘selvagens’? Então aparece um novo papel e o índio num passe de mágica etnocêntrica, vira ‘corajoso’, ‘altivo’ cheio de ‘amor à liberdade’ (2000, p.17-18).

Dessa forma pode-se dizer que ao subjugarem as populações indígenas aos moldes europeus, o colonizador tinha um objetivo claro: o de destruir toda diversidade cultural nativa daqueles povos, transformando-os a seus padrões de civilização, modificando completamente sua realidade, afim de adequá-los a seus interesses

DO INDÍO NO FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS

Esta deturpação de realidade em modificar uma existência, cultura a seu bel prazer propagou-se de tal forma que tem se arrastado ao longo do tempo, alcançado e se alicerçado no presente.

Um exemplo disso está no festival Folclórico de Parintins nas figuras indígenas em especial na figura do pajé que durante as 3 noites do espetáculo folclórico que ali acontece, é mostrado pro público, não só para os que ali estão a assistir, mas nacionalmente por meio televisivo, um personagem totalmente diferente daquele no qual se baseia, que é o pajé dos povos indígenas, apresentando um indivíduo com poderes sobrenaturais, algo que não condiz com a realidade desses povos.

Somos capazes de entender um pouco melhor sobre a deturpação de realidade referida em relação a festividade, e como esta difere daquilo que realmente é. Não precisando aprofundar-se muito em pesquisa, é possível encontrar elementos como estes trazidos na edição passada do Festival Folclórico de Parintins (53ª edição), com a apresentação ao público de um “Pajé Voador” (figura 01).

Figura 01: “Pajé Voador” apresentado na edição desse ano do festival folclórico de Parintins.



Essa via de mão dupla com relação ao festival folclórico de Parintins é irônico por um lado, pois as agremiações buscam demonstrar a importância e sua preocupação ao destacar a figura do índio, por meio de suas músicas, rituais, itens, etc, mas

por outro lado, pode, ainda que involuntária ou ingenuamente estar reforçando o estereótipo a estes povos frente a pessoas que desconhecem sua realidade. Uma vez que deturpa sua figura e essência genuína, passando ao público que o acompanha uma visão colonial de um indivíduo que deve permanecer intocável e imutável, para que possa preservar sua identidade.

Desde a década de 1990, os bumbás buscaram enfatizar a figura do indígena em suas apresentações, explorando o tema tanto na parte cênica, quanto nas letras das toadas (nome local dado para referir-se as canções folclóricas), demonstrando como foi o contato do índio com o branco e quais as consequências desse confronto para as nações indígenas. Como destacado abaixo alguns destes exemplos.

“Eles já foram centenas de milhões, no continente, aguerridos, a lutar contra os grilhões, mas logo serão esquecidos [...] Civilizados ou não, pra que genocídio a prestação, se no contexto amazônico somos todos irmãos” (Toada Brasis Ameríndios, Caprichoso, 2000).

“No meio da selva existem aldeias de nações valentes, de todas as raças, que um dia lutaram pelo seu chão” (Toada Nações Valentes, Caprichoso, 1996)

“Eu sou o índio, pense nisso seu branco, já tiraste o encanto, o esplendor da floresta, quase nada me resta, eu só quero viver, ver meus filhos crescer” (Toada Índio, Garantido, 1992)

“Eu vivia em plena harmonia com a natureza, mas um triste dia, o kariwa invasor no meu solo sagrado pisou, desbotando o verde das florestas, garimpando o leito desses rios, já são cinco séculos de exploração, mas a resistência ainda pulsa no meu coração” (Toada Índio do Brasil, Garantido, 2004).

Com o sucesso dessa iniciativa, a figura do indígena ganhou mais destaque nas apresentações, tanto que, até os dias atuais, as referidas apresentações dos dois bumbás, têm como um dos pontos altos, o ritual indígena, que baseado em mitos e lendas indígenas trazem a figura do pajé, que com sua dança conduz o ritual e o fechamento da apresentação.

Os temas explorados nos rituais passam por uma pesquisa histórica feita pelos compositores que, após concluída a letra e melodia, é objeto de avaliação e escolha. Depois dessa etapa, a comissão de artes trabalha junto com os artistas alegóricos e coreógrafos a personificação do tema nas alegorias. A cada ano são abordados diferentes rituais das diversas nações indígenas, entre os quais podem ser citados:

Myrakãwéra” (assinada pelo artista Emerson Brasil) é o tema do Ritual Indígena, que remete ao início da colonização de Parintins. Antes de ser amaldiçoado, este rito era praticado somente por pessoas do bem. A maldição se veio pelas mãos do temido pajé Wãkantín, que

transformava seus inimigos em mortos vivos e fazia pessoas serem devoradas por formigas de fogo, em sacrifício. (Caprichoso, 2014).

O ritual “Festa dos Mortos” é bastante emblemático e foi realizado pelas etnias da área cultural do Alto Xingu. Mavutsinim, primeiro pajé e herói mítico do povo xinguano, quis reviver seus mortos e, em uma noite de lua cheia, tentou ressuscitá-los em troncos da árvore Kuarup, pintados e enfeitados como se fossem gente, com penachos coloridos e de algodão. A partir da caracterização das árvores, durante o ritual, aos poucos, os troncos se transformavam nos corpos dos índios mortos. A alegoria traz estruturas de indígenas com onças e falcões na cabeça, soprando as flautas de ressurreição dos mortos indígenas. (Garantido, 2018).

Essa relação estreita entre crenças baseadas no imaginário, na simbologia, presente na cultura folclórica e arcaica, é bem percebida e desenvolvida por Morin (1981, p.62).

Pelo movimento real e a presença viva, a cultura de massa reencontra um caráter da cultura pré-impressa, folclórica ou ainda arcaica: a presença visível dos seres e das coisas, a presença permanente do mundo invisível. Os cantos, danças, jogos, ritmos do rádio, da televisão, do cinema ressuscitam o universo das festas, danças, jogos, ritmos dos velhos folclores. Os doubles da tela e do vídeo, as vozes radiofônicas são um pouco como esses espíritos fantasmas, gênios que perseguiam permanentemente o homem arcaico e se reencarnavam nas suas festas. A presença viva, humana, a expressão viva dos gestos, mímicas, vozes, a participação coletiva, são reintroduzidas na cultura industrial ainda que fossem escorraçadas na cultura impressa. Mas em revanche, a cultura de massa quebra a unidade da cultura arcaica na qual num mesmo lugar todos participavam ao mesmo tempo como atores e espectadores da festa, do rito, da cerimônia.

Simbologia também trabalhada por Laraia, quando evidencia a capacidade das culturas em criar símbolos para os mais variados fins. Sendo isto, uma marca que nos diferenciaria enquanto seres racionais, como visto abaixo:

Toda a cultura depende de símbolos. É o exercício da faculdade de simbolização que cria a cultura e o uso de símbolos que torna possível a sua perpetuação. Sem o símbolo não haveria cultura, e o homem seria apenas um animal, não um ser humano. (LARAIA, 2001 p.54 apud Leslie White).

Essa linha de pensamento, que classifica e categoriza indivíduos, por suas características físicas, culturais, ou até mesmo pelo modo como se vestem ou um dia se vestiram, acaba por atrasar qualquer avanço que se possa imaginar em relação a busca de igualdade e respeito.

A luta contra os estereótipos e os processos discriminatórios, assim como a defesa da igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças não é um movimento simples, pois os mesmos argumentos desenvolvidos para defender relações mais justas, dependendo do contexto e do jogo político em que se inserem, podem ser ressignificadas para legitimar processos de sujeição e exclusão (FLEURI, 2006, p.499)

Um dos maiores estereótipos ainda nos dias de hoje, é aquela mesma da visão do colonizador que o índio deve permanecer como ser imutável, e não deve jamais adquirir elementos de outras culturas, havendo sempre, classificação e críticas quando algum índio, é visto, por exemplo, de calça jeans, usando celular, ou qualquer outro elemento que não seja aqueles da visão estereotipada do “bom índio” munido de (arco, flecha, cocar).

Outro aspecto visivelmente ignorado, seja por desconhecimento ou até mesmo proposital, é com relação a cultura, e o fato desta ser autêntica de cada povo, pois cada um tem suas particularidades, seu modo de viver, de conviver e sobreviver, mais que isso a cultura pode perfeitamente ser entendida como algo moldável, que se forma, mas também se transforma ao longo do tempo, completamente dinâmica e passível de mudança. LARAIA (2001)

Podemos agora afirmar que existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro. No primeiro caso, a mudança pode ser lenta, quase imperceptível para o observador que não tenha o suporte de bons dados diacrônicos. O ritmo, porém, pode ser alterado por ventos históricos tais como uma catástrofe, uma grande inovação tecnológica ou uma dramática situação de contato. O segundo caso, como vimos na afirmação do Manifesto sobre aculturação, pode ser mais rápido e brusco. No caso dos índios brasileiros, representou uma verdadeira catástrofe. Mas, também, pode ser um processo menos radical, onde a troca de padrões culturais ocorre sem grandes traumas.

O “SER” ÍNDIO

Em busca de respostas sobre a realidade desses povos, foi tomado como base, recente visita técnica feita ao Bahserikowi'i ou Centro de Medicina Indígena da Amazônia, onde dentre outras coisas, pude perceber na fala de João Paulo Barreto (Doutorando em Antropologia pela Universidade Federal do Amazonas e filho de Pajé da tribo indígena Tukano¹), a sua inquietação com relação ao uso do termo “Etnos” usado por outrem (não indígenas), para referirem-se a tudo relacionado aos povos

¹ Os Tukanos habitam o Noroeste do estado brasileiro do Amazonas, mais precisamente nas Terras Indígenas do Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Balaio, também encontrados na Colômbia.

indígenas, a folclorização (deturpação e estereotipação) percebida pelo mesmo dos seus costumes e crenças. Reafirmando a figura do pajé como membro da aldeia mais experiente, detentor de muito conhecimento acerca da história e tradição de sua tribo, incumbido de passar adiante seus costumes e sua cultura. Possuindo dentre uma de suas funções a de curandeiro, por conhecer vários rituais e ervas e plantas.

Segundo Silva o termo tribo tem ligação direta com uma:

perspectiva etnocêntrica e evolucionista de uma suposta hierarquia de raças pela qual os índios ocupariam obviamente o último degrau. São ainda imortalizados pela literatura romântica produzida no século XIX, como nos livros de José de Alencar, onde são apresenta dos índios belos e ingênuos, ou valentes guerreiros e ameaçadores canibais. Ou seja, bárbaros, bons selvagens ou heróis (2012, p. 215)

Relatando ainda, sua luta para o reconhecimento dos saberes e fazeres indígenas, desta vez pela visão do estado e o porquê do não reconhecimento da medicina indígena, que segundo o mesmo, não se trata de magia, como é largamente difundido (estereotipado) pelo desconhecimento de sua cultura, como visto no Festival Folclórico de Parintins, mas do conhecimento a respeito dos princípios “ativos” e curativos encontrados nos elementos (vegetais, minerais e animais).

Tanto que o surgimento do Centro de Medicina Indígena da Amazônia, tem ligação direta com o mesmo. Quando em 2009, sua sobrinha Luciane Barreto, na época com 12 anos, picada por uma cobra jararaca na comunidade de São Domingos, em São Gabriel da Cachoeira, foi transferida para Manaus, dando entrada no Hospital João Lúcio e após avaliação médica, a equipe que atendera a menina decidiu que seria necessário amputar sua perna.

Como lembra Paulo: “A primeira coisa que a equipe médica decidiu foi amputar o pé dela”. Todavia, sem acreditar naquela como única alternativa, propuseram à equipe médica uma terapia conjunta, unindo os dois conhecimentos, algo que fora imediatamente descartado pela equipe de médicos responsáveis pelo caso da menina no hospital.

Dissemos que queríamos fazer um tratamento conjugado, entre a medicina tradicional e o nosso conhecimento, até que chegasse a um limite de decidir, de fato, se precisaria mesmo amputar. Em nenhum momento a equipe médica aceitou a proposta.

Como não houve acordo de qualquer natureza, dada a inflexibilidade da equipe médica, ele lembra que acabaram por optar em retirar a menina e trata-la de acordo com seus conhecimentos. Entretanto o caso ganhou grande repercussão local e na-

cional, foi quando o Hospital Universitário Getúlio Vargas, entrou em contato para saber o que estava acontecendo. Segundo as palavras de Paulo: “Com essa outra equipe nós conseguimos dialogar melhor”

A nova equipe médica descartou a necessidade de amputação e concordou que a garota recebesse os dois tratamentos. Um mês depois, Luciane Barreto teve alta, contradizendo o que fora afirmado como verdade absoluta pela primeira equipe de médicos “não indígenas”. A eficácia do tratamento deveu-se segundo João Paulo à aplicação conjunta das técnicas.

Durante todo esse processo um momento específico o marcou: quando o médico que queria amputar sua sobrinha, desdenhou dos conhecimentos de seu povo, da sua família, incluindo seu pai Ovídio Barreto que é o Pajé Tukano (figura 02).

Isso me serviu como motivação. Comecei a pensar qual seria o melhor caminho para mostrar que o conhecimento indígena é um sistema, com conceito e técnica, mas que não se ancora na epistemologia ocidental. E assim começou a ideia de um dia termos nosso centro de tratamento de saúde indígena, com nossas técnicas, nosso conhecimento das plantas medicinais.²

Sendo esse o motivo maior que o levou a fazer mestrado em antropologia e a buscar, segundo ele a sistematização do conhecimento de sua etnia. “Querida pra universidade que existe sim um sistema de conhecimento tão organizado quanto a ciência.”

Figura 02: Sr Ovídio Barreto (Pajé Tukano) no Bahserikowi'i ou Centro de Medicina Indígena da Amazônia.



² Trechos de entrevista retirada do site <https://www.redebrasilatual.com.br/saude/2017/07/centro-medico-atende-a-populacao-de-manauas-com-tecnicas-e-conhecimentos-indigenas>, com João Paulo Barreto sobre o Centro de Medicina Indígena do Amazonas, acesso em 29/07/2018

Com base no relato é perceptível a inferiorização do índio como ser humano detentor de conhecimento e a diminuição do mesmo, assim como a distância que estes mantem do apresentado no Festival Folclórico de Parintins no que tange sua essência e realidade. Porém, é importante frisar que houve avanços nos últimos anos com relação a seu reconhecimento, ainda que de forma modesta, entre eles está, a inserção da lei nº 11.645, de 10 de Março de 2008 que dentre outros “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, e também da iniciativa feita pelo Hospital Getúlio Vargas a respeito do caso anteriormente relatado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como percebido, a ideia largamente difundida desde a colonização sobre povos indígenas, do índio como ser inferior, desprovido de conhecimento, ou ainda como um personagem icônico do período de colonização do Brasil que devesse sempre permanecer de forma inalterável como quando os primeiros olhares dos colonizadores os alcançaram, como indivíduo nu, desprovido de vestimentas, modos e civilidade. Muitas vezes descritos como “povos tradicionais indígenas”, mas como afirmar tradicionalidade para indivíduos ou culturas se ambos estão em constante processo de mudanças, adequações e transformações, afinal se a cultura é dinâmica, porque os que dela fazem parte e a compõem também não seriam?

É preciso levar em conta que não somos diferentes de nossas raízes enquanto seres humanos, e, se estas assim como tudo se modifica com diferentes fatores individuais, próprios de cada povo, então, por que nós também não nos modificaríamos? Como se o choque cultural imensurável daquele encontro entre dois povos tão distintos não devesse ser levado em consideração.

Sendo assim fica evidente que é preciso uma maneira de escapar das amarras do colonizador, entranhadas no seio das sociedades, e vivas, mesmo passados além de 500 anos, amarras estas que demonstraram ser capazes de atravessar os séculos, insistindo em permanecerem vivas e separar-nos de nós mesmos enquanto um único Brasil unificado, sem distinções de quaisquer tipos.

Todavia, fez-nos perceber, ao menos aqueles interessados na mudança que, devemos ir em busca de uma fuga da história escrita na era pré colonial do Brasil, buscando sempre a valorização da socio diversidade, para somente então, compre-

ender que não existe um “índio genérico” ou “padrão” pré-definido e que deva ser obedecido ou seguido, mas cidadãos brasileiros.

REFERÊNCIAS

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador** – uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FLEURI, Reinaldo Matias. Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional. **Educação e Sociedade/CEDES**. v.27, n° 95. Campinas: Cedes, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: Um conceito antropológico. 14ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: o espírito do tempo. Tradução Maura Ribeiro Sardinha. 5 ed. Rio de Janeiro: Forence-Universitária, 1981.

ROCHA, Everaldo G. P. **O que é Etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SILVA, Edson. O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008. **Revista História Hoje**, v. 1,2, p. 213-223, 2012.

https://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/descobrimto_resumo.html

<http://mestresdahistoria.blogspot.com/2011/02/catequizacao-dos-povos-indigenas.html>

<https://novaescola.org.br/conteudo/11654/indio-nao-esta-mais-para-brincadeira>

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>

<https://www.acritica.com/channels/especiais-3b7127e7-0b22-4a69-b4a5-7fecfe-9c0f00/news/boi-de-promessa-garantido-nasceu-da-teimosia-de-lindolfo-monteverde>

<https://www.acritica.com/channels/parintins/news/com-evolucao-do-paje-garantido-fecha-apresentacao-no-festival-de-parintins-2018>

<https://www.acritica.com/channels/especiais/news/parintins-exaltada-cultura-cabocla-e-indigena-reverenciadas-pelos-bois-bumbas-no-festival>

<https://www.redebrasilatual.com.br/saude/2017/07/centro-medico-atende-a-populacao-de-manaus-com-tecnicas-e-conhecimentos-indigenas>

ARTIGO

XAMANISMO E POLÍTICAS DE SAÚDE INDÍGENA

INTRODUÇÃO

A atenção à saúde dos povos indígenas por parte do Estado se dá de forma mais operativa a partir do *Serviço de Proteção aos Índios* e *Localização dos Trabalhadores Nacionais* (SPILTN), criado em 1910, e que a partir de 1918 passa a ser o *Serviço de Proteção ao índio* (SPI). Em 1967 é substituído pela *Fundação Nacional do Índio* (FUNAI), período em que o país se encontrava em ditadura militar. Esses órgãos se caracterizam por uma forte intervenção estatal através da prática da tutela e por uma defesa de promover incorporação dos indígenas por meio da assimilação de costumes (GARNELO, 2012).

A partir da década de 1980 observa-se o surgimento de movimentos que buscam o direito a diferença. De acordo com Bicalho (2010), entre os povos indígenas foram promovidas diversas assembleias entre os anos de 1974 e 1980, organizadas inicialmente pelo Conselho Indigenista Missionário. Esses encontros são vistos pela autora como primeiros acontecimentos fundadores do Movimento Indígena, e o paternalismo da FUNAI e das Missões começou a ser discutido.

Na Constituição Federal (CF) de 1988, defende-se a premissa de um tratamento diferenciado e específico oferecido às minorias étnicas pelo poder público, entre outras coisas, e essa garantia legislativa de alguns direitos deve-se a luta do Movimento Indígena. Por outro lado, Souza Lima (2014), em consonância com lideranças indígenas afirma que a prática da tutela não cessa, pois ela representa o estabelecimento de vínculos de acordo com a lógica do clientelismo e da patronagem, ignorando-se o interesse do tutelado em estar nessa relação de submissão.

A partir de 1999, a FUNAI continuou com a finalidade institucional de monitorar as ações e serviços de atenção à saúde indígena, mas através do Decreto 3156/99,

* Graduada em Psicologia pela UFRR, Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRR PPGANTS/INAN/UFRR. E-mail fernandasjs@hotmail.com

** Professora Associada da Universidade Federal de Roraima no curso de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. PSICOLOGIA/CEDUC/UFRR. E-mail: pamela.gil@ufr.br

a responsabilidade pela atenção à saúde da população indígena passou primeiramente para a Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) e depois para a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI)

Assiste-se também à criação de discursos oficiais transnacionais (Convenção 169 da OIT, Declaração da Organização das Nações Unidas), que favorecem alinhamentos discursivos reforçando a hegemonia do Estado (FERREIRA, 2010). Observa-se por um lado a conquista de direitos, como por exemplo a implementação dos DSEI (Lei nº 9.836/99), representando uma possibilidade de planejamento participativo. Por outro lado, existe o favorecimento a homogeneização dos modos de vida. Por isso, Garnelo (2014) defende que o modelo de indigenismo sanitário vigente coexiste com o que era praticado anteriormente a CF de 1988, apresentando uma condição compósita e de lenta transição.

Dentro desse contexto de luta pela garantia de direitos, o xamanismo, considerado por Langdon (2010) como “um sistema cultural que se transforma ao longo da história e do espaço”, que abrange uma pluralidade de xamãs e xamanismos, se torna, para os povos indígenas, a partir do período colonial um instrumento de resistência para responder as adaptações impostas e na segunda metade do século se fortalece como via de fomentação de especificidades étnicas e direitos indígenas (LANGDON, 2016). Por isso foi escolhido como linha para a coleta e análise de dados.

Neste artigo o xamanismo não será objeto central de referencial teórico, apenas de forma genérica, pois como exposto acima abarca uma pluralidade que não é possível dar conta na presente pesquisa, já que não me refiro a uma etnia indígena. O xamanismo assume diferentes significados em diferentes partes do mundo, no caso dos povos indígenas brasileiros geralmente não é uma palavra nativa. Por isso pode-se compreender que dentre as facetas do xamanismo, este trabalho restringe-se a pajelança, os trabalhos de cura realizado pelo pajé.

Pretendeu-se, a partir de uma pesquisa documental, identificar como as diretrizes apontadas nas Conferências Nacionais de Saúde Indígena referentes a pajelança e atuação do pajé são abarcadas na legislação. A partir de uma leitura inicial tanto da legislação como dos relatórios das conferências percebe-se que essas reivindicações estão colocadas dentro da esfera da medicina tradicional.

MATERIAIS E MÉTODO

Para a coleta de dados realizou-se um levantamento na plataforma legislativa do Portal da Saúde, em busca dos principais decretos, portarias e documentos referen-

tes a Saúde Indígena. Optou-se por selecionar os que se referissem especificamente sobre a estrutura e funcionamento do atendimento em saúde indígena.

Como material, inclui-se também os relatórios da I, II, III, IV e V Conferência Nacional de Saúde Indígena, pois nesses encontros o Estado reúne representantes indígenas de diversas etnias e comunidades, órgãos públicos e organizações da sociedade civil para discutir propostas relativas à saúde e esses documentos se apresentam como uma importante fonte das reivindicações indígenas.

Dessa forma pretendeu-se estabelecer um paralelo entre as reivindicações abordadas nos relatórios da conferências e aquilo que está disposto na legislação. Abaixo consta a lista dos documentos selecionados para a elaboração dessa pesquisa:

Quadro 01: Documentação selecionada no Portal da Saúde.

DOCUMENTO	DISPOSIÇÃO
1. Lei 6.001 de 19 de dezembro 1973	Dispõe sobre o Estatuto dos Povos Indígenas
2. Lei Nº 9.836, de 23 de setembro de 1999	Lei Arouca - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.
3. Decreto nº 3.156, de 27 de agosto de 1999	Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no âmbito do Sistema Único de Saúde.
4. Portaria nº 1163/GM, de 14 de setembro de 1999	Dispõe sobre as responsabilidades na prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no Ministério da Saúde e dá outras providências.
5. Portaria nº 254, de 31 de janeiro de 2002	Aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.
6. Portaria nº 755, de 18 de abril de 2012	Dispõe sobre a organização do controle social no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

Para análise dos dados foi utilizada a *Análise de Conteúdo* proposta por Laurence Bardin, onde o processo ocorre a partir de fases de análise se dão em três polos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados; a inferência e a interpretação.

Neste artigo preferiu-se então, apresentar o referencial teórico (legislação e relatórios) simultaneamente a análise de dados, pois dessa forma permite-se uma melhor compreensão do tema proposto, como será observado posteriormente. Optou-se por trazer citações diretas dos documentos analisados, pois dessa forma acredita-se que o processo de análise se dê de forma mais segura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse momento inicial destaca-se alguns trechos da legislação selecionada considerados importantes para a discussão. Posteriormente apresentam-se trechos das conferências de saúde indígena e a partir disso expõe-se as interfaces identificadas entre essas fontes. A discussão será realizada a partir da articulação com bibliografias previamente estudadas.

ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO

Quadro 02: Trechos selecionados na legislação.

DOCUMENTO	TRECHO
Lei 6.001 de 19 de dezembro 1973 (Estatuto dos Povos Indígenas) - Esta lei regula a situação jurídica dos indígenas, de suas comunidades e de seus povos, com o propósito de e fazer respeitar sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, os direitos sobre as terras que ocupam e todos os seus bens.	Art. 3. “As relações internas de uma comunidade indígena serão reguladas por seus usos, costumes e tradições” (p.02).
	TÍTULO II (Do Patrimônio e de sua Administração)
	Art. 26. “Serão objetivos das políticas públicas para a proteção e promoção dos conhecimentos tradicionais: ” V- “Capacitar agentes públicos e membros de comunidades e povos indígenas sobre a legislação e as ações referentes à proteção e à valorização dos conhecimentos tradicionais”. VII- “Apoiar e valorizar as formas tradicionais de sociabilidade (festas, rituais, reuniões, encontros, mutirões) e demais práticas solidárias e de saberes tradicionais e ancestrais” (p.09).
	TÍTULO IV (Das Terras Indígenas) - CAPÍTULO IV (Atividades econômicas indígenas e o uso sustentável dos recursos naturais renováveis)
	Art. 78. “A assistência técnica e extensão rural diferenciada para os povos indígenas deverá seguir os seguintes princípios: VII – valorização do conhecimento do ciclo produtivo pelos pajés e pelos guardiões da memória” (p.19).

<p>Lei Nº 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Lei Arouca) - Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.</p>	<p>Art. 19-F “Dever-se-á obrigatoriamente levar em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem diferenciada e global,</p> <p>Art. 19-G. O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser, como o SUS, descentralizado, hierarquizado e regionalizado” (p.28).</p>
<p>Decreto nº 3.156, de 27 de agosto de 1999 - Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, pelo Ministério da Saúde, alterando os dispositivos dos decretos nº 564/1992 e 1141/1994</p>	<p>Art.2º. “deverão ser observadas as seguintes diretrizes destinadas à promoção, proteção e recuperação da saúde do índio, objetivando o alcance do equilíbrio bio-psico-social, com o reconhecimento do valor e da complementariedade das práticas da medicina indígena”</p> <p>IX – “o reconhecimento da organização social e política, dos costumes, das línguas, das crenças e das tradições dos índios” (p.29).</p>
<p>Portaria nº 1.163/GM, de 14 de setembro de 1999 - Dispõe sobre as responsabilidades na prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no Ministério da Saúde e dá outras providências.</p>	<p>“O Ministério da Saúde, no uso das suas atribuições legais: -considerando a necessidade de que a organização da assistência aos povos indígenas seja orientada por suas especificidades étnicas e culturais” (p.37).</p>
<p>Portaria nº 254, de 31 de janeiro de 2002 - Aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.</p>	<p>Diretrizes:</p> <p>4.2 Preparação de recursos humanos para atuação em contexto intercultural:</p> <p>“A formação e a capacitação de indígenas como agentes de saúde é uma estratégia que visa favorecer a apropriação, pelos povos indígenas, de conhecimentos e recursos técnicos da medicina ocidental, não de modo a substituir, mas de somar ao acervo de terapias e outras práticas culturais próprias (p.15)”</p> <p>“A capacitação dos recursos humanos para a saúde indígena deverá ser priorizada como instrumento fundamental de adequação das ações dos profissionais e serviços de saúde do SUS às especificidades da atenção à saúde dos povos indígenas” (p.16).</p> <p>4.4 Articulação dos sistemas tradicionais indígenas de saúde: “Todas as sociedades humanas dispõem de seus próprios sistemas de interpretação, prevenção e de tratamento das doenças. Esses sistemas tradicionais de saúde são, ainda hoje, o principal recurso de atenção à saúde da população indígena, apesar da presença de estruturas de saúde ocidentais” (p.17).</p>

	<p>“As práticas de cura respondem a uma lógica interna de cada comunidade indígena e são o produto de sua relação particular com o mundo espiritual e os seres do ambiente em que vivem” (p.17)</p> <p>“O reconhecimento da diversidade social e cultural dos povos indígenas, a consideração e o respeito dos seus sistemas tradicionais de saúde são imprescindíveis para a execução de ações e projetos de saúde e para a elaboração de propostas de prevenção/promoção e educação para a saúde adequadas ao contexto local” (p.17).</p> <p>“O princípio que permeia todas as diretrizes da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas é o respeito às concepções, valores e práticas relativos ao processo saúde-doença próprios a cada sociedade indígena e a seus diversos especialistas” (p.18)</p>
<p>Portaria nº 2.579, de 25 de outubro de 2007 - Estabelece diretrizes gerais para a Política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas e cria o Comitê Gestor</p>	<p>Art 1º” Estabelecer como diretrizes gerais para uma Política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas:</p> <p>II - Apoiar a organização de um processo de construção coletiva de consensos e de soluções, que envolva a participação de todos os atores sociais relevantes, em especial o movimento social e as lideranças indígenas, que considere e respeite as especificidades e a cultura de cada comunidade indígena envolvida, que respeite e convoque os conhecimentos da medicina tradicional das comunidades, e que crie alternativas viáveis e consensuais para a abordagem dos problemas de saúde destas comunidades” (p.01).</p>

Fonte: (BRASIL, 2002) (BRASIL, 2007) (BRASIL, 2009) (BRASIL, 2012).

A partir desse momento, compreende-se o xamanismo como alocado dentro das práticas tradicionais e de medicina indígena, pois não foi identificada nenhuma política voltada exclusivamente a esse objeto de análise. Com o esquema de trechos destacados até o momento é possível criar três unidades de registro, a partir das quais a exploração do material será realizada de maneira mais detalhada.

SISTEMAS TRADICIONAIS COMO PRINCIPAL RECURSO DA SAÚDE INDÍGENA

Na Portaria nº 254, de 31 de janeiro de 2002 destacam-se dois trechos que se referem a utilização dos sistemas tradicionais pelos povos indígenas. O primeiro afirma que a capacitação de agentes de saúde indígenas dentro dos recursos técnicos

da medicina ocidental pretende somar o acervo de terapias indígenas, e não as substituir. O segundo destaca que os sistemas tradicionais são o principal meio utilizado pelos povos indígenas no que se refere ao cuidado em saúde.

Sobre os Agentes de Saúde Indígena (AIS), Franco Neto (2010) e Guimarães (2015) destacam que o objetivo da atuação desses, é dar maior autonomia aos indígenas tendo-os como mediadores entre a medicina indígena e a medicina biomédica. Apesar disso, Guimarães (2015) mostra um contexto que conflita com essa ideia, na sua pesquisa com a população Yanomami do estado de Roraima, denominada Sanumá afirma que “não foi dado aos Sanumá o protagonismo na política de saúde, isto é, de compreender e participar da política em área. A equipe de saúde pressionava os Sanumá a implementarem os princípios da biomedicina, como práticas de higiene, adesão aos tratamentos, etc.” (p.06).

Em relação ao uso dos sistemas tradicionais, alguns autores discutem a questão no sentido de expor uma hierarquia de saberes estabelecida entre os dois sistemas de saúde. Vieira, Oliveira e Neves (2013) afirmam que na população Truká as práticas curativas tradicionais são alvo de preconceito por parte das equipes de saúde, e os indígenas ocultem-nas na presença dos profissionais.

Afirmações semelhantes são feitas por outros autores, “pesquisas recentes no Brasil demonstram que os membros das equipes interdisciplinares que trabalham com povos indígenas ignoram ou desvalorizam os conhecimentos e as iniciativas indígenas (SCOPEL, SCOPEL e LANGDON, 2018, p. 104). Franco Neto (2010), traz uma discussão pertinente sobre o estabelecimento de uma hierarquia, onde as os profissionais de saúde não indígenas deslocam os saberes indígenas para a categoria de magia, crença e costumes, entendendo a atuação do xamã atua como garantia psicológica ao paciente, atribuindo a cura a figura do médico.

APOIO, RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS

Essa unidade de significado é a que mais traz exemplos nos trechos do Quadro 02, pois praticamente em todos os documentos existem afirmações como ‘promoção, proteção e valorização de conhecimentos tradicionais’, ‘reconhecimento do valor e da complementariedade das práticas da medicina indígena’.

Na leitura de algumas bibliografias é possível perceber que para a biomedicina existe uma distinção entre os dois sistemas terapêuticos, enquanto os povos indígenas não compartilham dessa visão (FRANCO NETO (2010), VIERIA, OLIVERIA

E NEVES (2013), GUIMARÃES (2015). Nos trabalhos desses pesquisadores parece existir um consenso de que os indígenas conseguem conceber a intermedialidade, fazendo uso regular tanto do modelo biomédico quanto da medicina indígena, mas a biomedicina não.

Franco Neto (2010, p. 142) traz uma colocação que é importante para a reflexão dessa unidade de registro pois “o xamã que me transmitiu alguns conhecimentos demonstrava uma grande curiosidade pela medicina ocidental. Enquanto a biomedicina, em contrapartida, tende a reforçar as fronteiras epistemológicas dos diferentes sistemas terapêuticos” (FRANCO NETO, 2010, p. 142).

DEFESA DAS ESPECIFICIDADES ÉTNICAS

É notório, na leitura da legislação a recorrência das palavras ‘especificidade’ e ‘diferenciado’. Esses termos parecem assumir a função do que Almeida (2008) chama de verbete institucionalizado, por não possuírem um aspecto dinâmico são lidos como sinonímia. Quando essas palavras são usadas para “fins operacionais imediatos ou de aplicação genérica e direta” (p. 18) elas se tornam noções operacionais.

Além disso, observam-se algumas contradições, de forma mais clara na política de saúde mental, pois na mesma medida em que reconhece a necessidade de se levar em consideração as especificidades, propõe ‘construção coletiva de consensos’ e ‘criação de alternativas viáveis e consensuais. Como considerar e respeitar as especificidades criando alternativas consensuais?

ANÁLISE DAS CONFERÊNCIAS DE SAÚDE INDÍGENA

Quadro 03: Trechos selecionados a partir das Conferências de Saúde Indígena.

CONFERÊNCIA	TRECHO
3ª Conferência Nacional de Saúde Indígena - 2001	<p>“Promover a participação de lideranças, pajés, professores, conselheiros e outros nos cursos de capacitação, não se restringindo apenas aos técnicos” (p.15).</p> <p>“A capacitação deve ser multiprofissional, voltada não apenas sobre os conteúdos técnicos da clínica e da Saúde Pública, mas também sobre o estudo sistemático dos saberes tradicionais relativos ao processo de doença e cura, a organização social e política. Esse tipo de informação possibilitará ao profissional de saúde o entendimento dos diversos condicionantes e determinantes envolvidos na produção da doença, fortalecendo assim o controle social”. (p.16)</p>

4ª Conferência Nacional de Saúde Indígena - 2006

“Para prestar atendimento digno e de boa qualidade, com resolutividade, devem ser respeitadas as tradições dos povos, incluindo práticas medicinais tradicionais”. (p.91)

“O Governo Federal e o controle social da saúde mobilizarão o Poder Legislativo, nas três esferas, para inclusão nos Projetos de Lei os seguintes conteúdos: a legalização e utilização das práticas de cura e dos medicamentos tradicionais (remédios naturais, ervas medicinais, etc.) nos cuidados à saúde; e o reconhecimento do trabalho dos praticantes desses métodos de tratamento (pajés, benzedeiras, parteiras e outros), nas unidades de saúde, quando solicitados; a propriedade intelectual destas práticas” (p.127).

“A Funasa e as equipes multidisciplinares de saúde indígena devem respeitar as práticas tradicionais da medicina indígena. Deve ser garantido o intercâmbio de experiências entre pajés, pegadores de ossos, parteiras, agentes indígenas de saúde, de diferentes aldeias e etnias” (p.128).

“A Funasa dará apoio às estratégias e ações de valorização e resgate das práticas e condições de trabalho dos pajés... Deve ser oferecido transporte, combustível, alimentação e hospedagem, visando o respeito dos sistemas tradicionais de saúde” (p.128).

“O Governo Federal, de forma regionalizada, por intermédio dos Dseis, deve promover cursos, encontros, seminários e oficina para troca de experiências entre os povos indígenas e suas gerações mais jovens, com temas como resgate e transmissão de valores e conhecimentos tradicionais das culturas, além do intercâmbio sobre a medicina tradicional desses povos” (p.128).

“A Funasa, em articulação com caciques, pajés e outras lideranças indígenas, deverá promover o acesso dos jovens e das comunidades indígenas aos conhecimentos relacionados com as práticas tradicionais de cura, etc. visando à revalorização das práticas tradicionais de cura e cuidado e o resgate das tradições” (p.129).

“O Ministério Público Federal deverá exigir dos órgãos competentes, a fiscalização efetiva da preservação dos conhecimentos tradicionais” (p.130).

“A Funasa criará espaços formais e informais de discussão, entre terapeutas tradicionais e profissionais de saúde, focalizando o combate ao alcoolismo e outras drogas” (p.130).

	<p>“O Ministério da Saúde garantirá recursos financeiros para maior divulgação da cultura e das práticas tradicionais indígenas de cura, com respeito ao direito ao segredo, quando for o caso, com a finalidade de informar a população não indígena quanto às particularidades do atendimento especializado aos indígenas, fora de suas aldeias. Poderá, assim, reduzir a resistência cultural ao modo de vida desses povos, quando em contato com a comunidade não indígena” (p.130).</p> <p>“A Funasa implantará e manterá, com seu apoio técnico e financeiro, casas ou centros regionais de práticas tradicionais de cura indígena, nos pólos-base, nas capitais dos estados e nas cidades sedes dos Dseis, conforme a realidade de cada etnia e região. Nesses centros serão oferecidas práticas tradicionais de cura e a manufatura dos medicamentos fitoterápicos.” (p.130).</p> <p>“A Funasa deverá sensibilizar as lideranças indígenas, caciques, pajés, parteiras e outros conhecedores das práticas tradicionais de diagnóstico e cura, objetivando a reprodução, proteção e difusão desses conhecimentos junto às futuras gerações” (p.131).</p> <p>“O Ministério da Saúde deverá envolver e garantir a participação dos “profissionais tradicionais” nos serviços de saúde. Permitted aos indígenas internados nas unidades de saúde, o atendimento da cura tradicional, sem prescindir da medicina convencional” (p.131).</p>
	<p>“A Funasa promoverá cursos e outros tipos de capacitação das Emsis, para a integração das práticas da medicina convencional e da cura tradicional, visando melhor interação entre as Emsis e os pajés, curandeiros, curadores, rezadores, parteiras e outros.” (p.131).</p>
	<p>“A Funasa incluirá seminários e oficinas nos módulos do programa de formação de AIS, com participação de pajés, abordando temas como plantas medicinais, remédios caseiros e medicina tradicional” (p.134).</p>
	<p>“A Funasa estimulará a participação das parteiras e dos pajés na Emsi, com acesso à remuneração e aos direitos trabalhistas” (p.137).</p>
	<p>“A Funasa prestará apoio financeiro e técnico para que parteiras, pajés e raizeiros realizem seus trabalhos nas áreas indígenas, incluindo infraestrutura, deslocamentos e suporte para o exercício de suas” (p.164).</p>
<p>5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena - 2015</p>	<p>“Reconhecer os pajés e as parteiras indígenas como categorias profissionais” (p.48).</p>

“Garantir o reconhecimento e a valorização das medicinas tradicionais indígenas e de seus terapeutas – como parteiras, pajés, benzedores e benzedoras, rezadores e rezadores, raizeiros, conhecedores de ervas, pegadores de ossos, cantadores e curadores –, por meio de oficinas, mapeamentos, grupos de discussão, intercâmbios, encontros locais, regionais e nacionais nas comunidades e aldeias” (p.52).

“Reconhecer e profissionalizar os pajés, os rezadores, os benzedores, os puxadores, as parteiras e os conhecedores de ervas, viabilizando sua remuneração por trabalho, como colaboradores da Emsi, e a sua contratação nas Unidades de Atendimento de Saúde” (p.52).

“Garantir, incentivar e valorizar as práticas tradicionais indígenas, os pajés, os líderes espirituais, as parteiras e as rezadeiras, assegurando recursos para custeio de transporte, alimentação, hospedagem, além de insumos, como kit-pajelança (tabaco, velas, erva-mate e outros), de modo a possibilitar o exercício das práticas tradicionais indígenas nas redes de atenção à saúde, inclusive nos hospitais” (p.53).

“Criar, por meio da SESAI, um programa para a medicina tradicional com os demais programas de saúde já existentes, com objetivo de fortalecer e valorizar as práticas da medicina tradicional indígena, incentivando, dessa forma, as equipes e as comunidades a incorporarem, em suas práticas, o conhecimento dos conhecedores de ervas, raizeiros, parteiras e pajés” (p.53).

“Garantir e assegurar, nos Planos Distritais de Saúde Indígena, recursos financeiros específicos para o fortalecimento da medicina tradicional indígena e dos espaços de socialização dessas práticas, respeitando as especificidades culturais de cada povo” (p.57).

Fonte: (BRASIL, 2001); (BRASIL, 2006); (BRASIL, 2015).

A 1ª Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio ocorreu em 1986, possuía diretrizes focadas nos cuidados primários em saúde e começou a construir uma maturidade nas discussões sobre o tema. A 2ª Conferência Nacional de Saúde para os Povos Indígenas, realizada em 1993 consolidou o processo político deflagrado na primeira estabelecendo princípios e diretrizes para um modelo de atenção diferenciado para a saúde do indígena, foi destacada a necessidade de adequação do SUS às especificidades das sociedades indígenas, a garantia da preservação das terras indígenas e seus recursos naturais, o direito de cidadania à saúde, a implementação de políticas econômicas e sociais; descentralização, universalização, equidade e

participação comunitária (BRASIL, 2006). A discussão nesse momento se dará em articulação com a legislação e destacará alguns aspectos importantes identificados nos relatórios da 3ª, 4 e 5ª Conferência.

Primeiramente, existem algumas diretrizes que até o momento não foram contempladas na legislação analisada. A primeira que pude identificar são os recursos para atuação de terapeutas tradicionais, incluindo o pajé. Existe a defesa de assegurar recursos para alimentação, hospedagem, insumos para possibilitar o exercício das práticas tradicionais na rede de atenção. Além disso, defende-se a aplicação de recursos financeiros para maior divulgação da cultura e das práticas tradicionais indígenas de cura, com a finalidade de informar a população não indígena quanto às particularidades do atendimento aos indígenas. Como discutido anteriormente, o aparato legislativo parece estar limitado a defesa, apoio, reconhecimento e valorização dos saberes tradicionais, ação extremamente importante, mas não direciona políticas públicas que sejam efetivas na concretização dessas premissas.

Na 4ª Conferência, realizada em 2006 o próprio relatório aborda a necessidade de inclusão da legalização e utilização das práticas de cura, dos medicamentos tradicionais e o reconhecimento do trabalho dos pajés, entre outros praticantes nas unidades de saúde ou quando solicitados. Além disso, preconiza que o Ministério Público Federal exija a fiscalização efetiva da preservação dos conhecimentos tradicionais. Já na 5ª Conferência aparece a diretriz que afirma a importância de criar, através da SESAI, um programa para a medicina tradicional, com objetivo de fortalecimento e valorização as práticas, incentivando as equipes e as comunidades a incorporarem.

Outra diretriz aponta para a necessidade da inserção dos terapeutas tradicionais, como o pajé, em espaços formais e informais de discussão com foco no combate ao uso de álcool e drogas. Essa diretriz foi publicada no relatório da 4ª Conferência, realizada em 2006, a Política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas aprovada em 2007 não inclui esses termos. Por fim, há duas premissas importantes destacadas nos relatórios, uma é a defesa de troca de com as gerações mais jovens, onde cabe a Funasa promover encontros com lideranças indígenas, visando a promoção de acesso da juventude aos conhecimentos e práticas tradicionais de cura. A segunda, é o reconhecimento do pajé, rezadores, parteiras, entre outros, como categoria profissional.

A pertinência relativa a capacitação de recursos humanos é reiterada nos relatórios, desde a 3ª Conferência assim como na legislação. Aqui, reforça-se a integração das práticas da medicina convencional e o respeito que as equipes multiprofissionais de saúde indígena devem ter perante as práticas tradicionais de saúde indígena.

Nesse momento acredito ser importante atentar-se também a utilização de alguns termos, como o de ‘tradicional’. Pantoja (2016) realiza uma discussão sobre o uso dessa nomenclatura, defende que devemos utilizar o termo ‘conhecimento tradicional’ conscientes de que é atribuído, não nativo, que foi sendo apropriado pelos grupos aos quais foi associado por sua proporção pública de uso na luta por direitos perante ao Estado, dessa forma o uso do ‘tradicional’ nos relatórios das Conferências é um uso político. Acredito ser possível atribuir o mesmo uso para palavras como especificidade, e ao que eles chamam de kit pajelança que inclui tabaco, velas, erva-mate e outros. A proposição desse kit levanta a discussão sobre como essa reivindicação abarca a diversidade de práticas de pajelança, ou como favorece outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrapor a legislação e os relatórios das conferências percebe-se que poucas diretrizes das conferências são tratadas na lei. As reivindicações não quais se insere o xamanismo, dentro da medicina tradicional começam a aparecer com maior frequência a partir da 3ª Conferência, realizada em 2001, mas os documentos sancionados em datas posteriores mantêm um discurso de valorização e reconhecimento das medicinas tradicionais, que é importante, mas que não dá conta do complexo campo de saúde indígena.

Apesar de serem apresentadas reivindicações há alguns anos, praticamente não se nota a criação de novas políticas que efetivamente promovam as práticas tradicionais no atendimento em saúde. Além disso, são necessárias reformulações de políticas já existentes que apresentam alguns dispositivos ultrapassados.

Nota-se que apesar de existir uma defesa, incentivo a valorização e reconhecimento da medicina tradicional fica a cargo da equipe de saúde a forma como vai estabelecer o diálogo com a comunidade e suas práticas. Dessa forma, entende-se que as Políticas Públicas de Saúde Indígena, apesar de trazer inúmeros avanços, favorecem a manutenção e continuidade de confrontos entre indígenas e Estado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 /Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 1977.

BICALHO, P.S. As assembleias indígenas - o advento do Movimento Indígena no Brasil. **OP SIS**, Catalão, v. 10, n. 1, p. 91-114, jan-jun 2010

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **3º Conferência Nacional de Saúde Indígena** (3. :2001: Rio Luziânia, GO).

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **4º Conferência Nacional de Saúde Indígena** (4. :2006: Rio Quente, GO).

BRASIL. Ministério da Saúde. **5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena**: relatório final / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Lei 6.001 de 19 de dezembro 1973**. Disponível em: http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/presidencia/pdf/Estatuto-do_Indio_CNPI/Estatuto_Povos_Indigenas-Proposta_CNPI-2009.pdf. Acesso em: 04/01/2018 às 17:18.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Lei Nº 9.836, de 23 de setembro de 1999**. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/livro-lei-arouca-10anos.pdf. Acesso em: 20/03/2018 às 13:06.

BRASIL. Ministério da Justiça **Decreto nº 3.156, de 27 de agosto de 1999** – Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3156.htm. Acesso em: 23/03/2018 às 13:18.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria nº 1163/GM, de 14 de setembro de 1999** – Disponível em: www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/Pm_1163_1999.pdf. Acesso em: 23/03/2018 às 14:03.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Portaria nº 254, de 31 de janeiro de 2002**. Disponível em: www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/Pm_254_2002.pdf. Acesso em 20/03/2018 às 12:55.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Portaria nº 2.579, de 25 de outubro de 2007**. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt2759_25_10_2007.html. Acesso em:16/05/2018 às 11:26.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria nº 755, de 18 de abril de 2012**. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0755_18_04_2012.htm. Acesso em: 04/01/2018 às 17:17.

FERREIRA, L. O. **Entre discursos oficiais e vozes indígenas sobre gestação e parto no alto juruá**: A emergência da medicina tradicional indígena no contexto de uma política pública. Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103269>. Acesso em: 03/10/2017 às 15:30.

FRANCO NETO, J. V. F848x Xamanismo Kalapalo e Assistência Médica no Alto Xingu. **Estudo etnográfico das práticas curativas**. Campinas, SP: [s. n.], 2010.

GARNELO, L. O. SUS e a Saúde Indígena: matrizes políticas e institucionais do Sub-sistema de Saúde Indígena (p. 107- 142). In: TEIXEIRA, C.C. (Org.). **Saúde Indígena em Perspectiva**: explorando suas matrizes históricas e ideológicas – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014.

GARNELO, L. Política de Saúde Indígena no Brasil: notas sobre as tendências atuais do processo de implantação do subsistema de atenção à saúde. In: Garnelo, Luiza(Org.). **Saúde Indígena**: uma introdução ao tema. / Luiza Garnelo; Ana Lúcia Pontes (Org.). - Brasília: MEC-SECADI, 2012.

GUIMARÃES, S.M.F. O sistema médico Sanumá-Yanomami e sua interação com as práticas biomédicas. **Cad. Saúde Pública [online]**. 2015, vol.31, n.10, pp.2148-2156. ISSN 0102-311X. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0102_311X00194414. Acesso em: 18/05/2018 às 10:39.

LANGDON, E. J. **A performance da diversidade**: o xamanismo como modo performático. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 09 - 40, junho (2016). Disponível em: <www.revistas.usp.br/gis/article/view/116460>. Acesso em 26/11/2017 às 18:56.

LANGDON. Xamãs e xamanismos: reflexões autobiográficas e intertextuais sobre a antropologia. **Revista Ilha**, Santa Catarina, v. 2, n. 11, p. 161-191, 2010

PANTOJA, M. C. . ‘Conhecimentos tradicionais’: uma discussão conceitual. In: X Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental, 2016, Rio Branco. **Anais do Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul Occidental**. Rio Branco: PPGLI/UFAC, 2016. v. 1.

SCOPEL, D.; SCOPEL, R.; LANGDON, E. J. A cosmografia Munduruku em movimento: saúde, território e estratégias de sobrevivência na Amazônia brasileira. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. [online]**. 2018, vol.13, n.1, pp.89-108. ISSN 1981-8122. <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000100005>

SOUZA LIMA, A. C. Revisando a tutela: questões para se pensar as políticas públicas para povos indígenas (p. 27-58). In: TEIXEIRA, C.C. (Org.). **Saúde Indígena em Perspectiva**: explorando suas matrizes históricas e ideológicas – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014.

VIEIRA, H.; OLIVEIRA, J.; NEVES, R. A relação de intermedicalidade nos Índios Truká, em Cabrobó - Pernambuco. **Saude soc.** [online]. 2013, vol.22, n.2, pp.566-574. ISSN 0104-1290. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902013000200025>. Acesso em 17/04/2018 às 09:56.